SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 03 de Fevereiro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVII | Nº 4205

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA

1º Vice-Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES
2º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
3º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
4º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - CRISTIANO GERALDO DA SILVA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - IGOR PEREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARIS - MG AGENCIA REG. INT. DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

ARIS-MG
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006 / 2023

OBJETO: renovação por igual período ao Contrato nº 006/2023, Correspondente a prestação de serviço de manutenção corretiva de computadores, notebook e rede, para atender as necessidades da Aris-MG, conforme condições e exigências estabelecidas no contrato original e termo de referência. Empresa: **SOLUÇÕESTI SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 25.126.099/0001-01** Valor contratado : R$4.200 (quatro mil e duzentos reais)Valor Pago mensalmente:R$: 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Vigência: 12 meses a contar da data de 14 /02/2026 . Dotação orçamentária:03 003 03 003 17 125 0023 2. 005 33904000000 0000011 1501 0000000

Publicado por:
Danielle Augusta Alvarenga Dos Santos
Código Identificador:E70B12D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO:
Contratação de empresa ou profissional especializado para a elaboração de Projeto Básico de Engenharia destinado à futura construção da sede da ARISMIG, abrangendo a execução de levantamento e análise topográfica do terreno, a realização de sondagem do solo, a elaboração da planilha orçamentária estimativa, bem como o desenvolvimento de projeto arquitetônico em modelo tridimensional (3D) da fachada da edificação, incluindo peças gráficas, memoriais técnicos e demais elementos necessários à adequada definição do empreendimento, em conformidade com as normas técnicas da ABNT, legislação vigente e diretrizes estabelecidas pela contratante.
A presente solicitação tem por finalidade subsidiar a pesquisa de preços para instrução de processo de dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, não constituindo compromisso de contratação por parte da ARISMIG.
A elaboração de Projeto Básico de Engenharia da Sede Administrativa deverá ser desenvolvida com a finalidade específica de subsidiar futura licitação para execução de obra pública, devendo estar integralmente adequado às exigências legais, técnicas e normativas aplicáveis, especialmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislações urbanísticas, ambientais, de acessibilidade e demais regulamentos pertinentes.

O projeto deverá contemplar todos os elementos técnicos necessários à definição precisa do objeto, à estimativa de custos e à adequada caracterização da obra, de modo a permitir a realização de procedimento licitatório em condições de isonomia, competitividade, economicidade e segurança jurídica.

PRAZO DE EXECUÇÃO:
O prazo de execução de todos os serviços será de 120 (cento e vinte) dias.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da concretização deste objeto será efetuado pela CONTRATANTE mediante entrega da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, após ter sido atestada a conformidade com o objeto disposto na contratação.
podendo o pagamento ser efetuado de forma parcelada, mediante a conclusão e aprovação das etapas previstas, ou de forma integral ao final da entrega e aceite definitivo do objeto.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:
A contratada deverá elaborar Projeto Básico de Engenharia para a futura construção da sede da ARISMIG, observando integralmente a Lei nº 14.133/2021, as normas técnicas da ABNT, legislações urbanísticas locais, normas de acessibilidade, segurança e demais regulamentos aplicáveis, assumindo total responsabilidade técnica pelos serviços prestados;
Todos os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, com emissão das respectivas ART/RRT, vinculadas ao contrato;
A contratada será integralmente responsável pela compatibilização entre os levantamentos topográficos, sondagens, projetos e planilha orçamentária, respondendo por eventuais inconsistências técnicas;
A empresa contratada para a elaboração do Projeto Básico ficará impedida de participar, direta ou indiretamente, da futura licitação ou da execução da obra referente à construção da sede administrativa, bem como de eventual contratação decorrente desse certame, em observância aos princípios da isonomia, moralidade, impessoalidade e competitividade, nos termos da legislação vigente;

Etapas:
Etapa I – Levantamento Topográfico
Compreende a execução de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral do terreno, incluindo:
• Implantação de marcos de referência;
• Levantamento planimétrico e altimétrico;
• Identificação de limites, confrontações, acessos, edificações existentes, redes aparentes, interferências e acidentes naturais;
• Geração de planta topográfica georreferenciada;
• Curvas de nível compatíveis com a escala do projeto;
• Memorial descritivo técnico do levantamento;
• Arquivos em formato digital editável (DWG/DXF) e PDF.

2. Etapa II – Investigação Geotécnica (Sondagem do Solo)
Execução de investigação geotécnica do terreno, conforme normas técnicas vigentes, incluindo:
• Realização de sondagem à percussão (SPT) ou método tecnicamente adequado;
• Execução de 04 (quatro) furos de sondagem, com profundidade a ser definida conforme as características geotécnicas do terreno;
• Coleta e registro dos dados de resistência do solo;
• Elaboração de Relatório Geotécnico completo contendo perfil estratigráfico, nível do lençol freático, recomendações preliminares para fundações;
• Elaboração e apresentação de croqui contendo as coordenadas georreferenciadas dos pontos de execução dos furos de sondagem.
• Apresentação dos resultados em formato técnico normatizado.

3. Etapa III – Projeto Arquitetônico (Projeto Básico)
Desenvolvimento do projeto arquitetônico em nível de Projeto Básico, contendo, no mínimo:
• Estudo de implantação da edificação no terreno;
• Plantas baixas, cortes, coberturas, situação e fachadas;
• Dimensionamento preliminar dos ambientes;
• Atendimento às normas de acessibilidade (NBR 9050);
• Atendimento às normas de segurança e uso do solo;
• Definição preliminar de materiais e sistemas construtivos;
• Compatibilização com topografia e condicionantes do terreno.

Programa de necessidades preliminar (estimativo):
O Projeto Básico de Engenharia deverá ser desenvolvido com base em programa de necessidades preliminar, considerando, de forma estimativa e não vinculante, a previsão mínima dos seguintes ambientes para a sede da ARISMIG
Área construída estimada: aproximadamente 750 m²

Descrição dos ambientes:

A edificação deverá contemplar, no mínimo, os seguintes ambientes, dimensionados de forma compatível com a área construída estimada e com as necessidades funcionais da Sede Administrativa:
Garagem subterrânea
Primeiro andar
Recepção e área de atendimento ao público
Auditório para 120 pessoas
Sanitários próximo a recepção, sendo:
1 sanitário feminino com 3 bacias sanitárias, sendo uma delas acessível em conformidade com a legislação vigente;
1sanitário masculino com 3 bacias sanitárias, sendo uma delas acessível em conformidade com a legislação vigente;
Sala grande de reuniões (sala que acomode 20 pessoas)
Sala de Descompressão
Copa e cozinha
Lavanderia
Sala de arquivo
Segundo andar
4 salas administrativas grandes
4 salas da diretoria do mesmo tamanho
Sala da diretoria geral localizada próxima a uma sala de reuniões (sala que acomode 10 pessoas), preferencialmente com acesso direto
Banheiro pequeno na sala da diretoria geral
1 sanitário feminino com 2 bacias sanitárias, sendo uma delas acessível em conformidade com a legislação vigente e um chuveiro;
1sanitário masculino com 2 bacias sanitárias, sendo uma delas acessível em conformidade com a legislação vigente e um chuveiro
Copa
As quantidades e dimensões dos ambientes poderão ser ajustadas durante o desenvolvimento do projeto, mediante validação da ARISMIG, não caracterizando alteração do objeto

4. Etapa IV – Modelagem Tridimensional (3D) da Fachada e interiores da recepção
Elaboração de modelo tridimensional da fachada da edificação, contemplando:
• Representação volumétrica da edificação;
• Estudo estético e conceitual da fachada e da recepção;
• Aplicação de materiais e cores;
• Geração de imagens renderizadas para visualização institucional;
• Entrega dos arquivos em formatos compatíveis para apresentação e divulgação.

5. Etapa V – Planilha Orçamentária Estimativa
Elaboração de orçamento estimativo da obra, com base no Projeto Básico, incluindo:
• Quantitativos de serviços;
• Planilha orçamentária detalhada;
• Utilização de bases oficiais de referência (SINAPI ou equivalentes);
• Composição de custos unitários;
• Estimativa do valor global da obra, de acordo com as especificações que a ARISMIG irá repassar;
• Memorial de cálculo dos quantitativos.
6. Etapa VI – Produtos e Entregáveis
A contratada deverá entregar:
• Peças gráficas completas do Projeto Básico;
• Relatórios técnicos (topografia e sondagem);
• Modelos e imagens 3D;
• Planilha orçamentária e memoriais padrão licitação de obra pública;
• Arquivos digitais em formatos editáveis e PDF;
• ART/RRT de todos os serviços executados.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
A Contratada terá o prazo de 120 dias para entrega de todos os produtos;
Os prazos de execução de cada etapa deverão ser informados na proposta, observando-se prazo global compatível com a complexidade do objeto;
Os serviços serão considerados concluídos após análise técnica, validação e aceite formal pela ARISMIG, podendo ser solicitadas quantas correções ou ajustes se fizerem necessários sem ônus adicional;
Após cada entrega parcial, a ARISMIG fara a análise técnica e manifestação. Havendo necessidade de ajustes ou correções, a contratada deverá reapresentar os produtos corrigidos no prazo de até 8 (oito) dias úteis, contados da comunicação formal.
A contagem dos prazos ficará suspensa durante o período de análise dos documentos pela ARISMIG

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
A proposta deverá conter, no mínimo:
Valor total global dos serviços;
valores por etapa (serviço);
Prazos de execução de cada etapa, respeitando o prazo máximo de entrega de todos os produtos;
Validade da proposta, a qual deverá possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação
Dados completos da empresa ou profissional;

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
a. Registro da empresa ou profissional no CREA ou CAU;
b. Identificação do responsável técnico;
c. Compromisso de emissão das respectivas ART/RRT;
d. Comprovação de experiência técnica mediante apresentação de, no mínimo, 01 (uma) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no conselho profissional competente, com data anterior à solicitação da cotação, referente à elaboração de projeto ou execução de obra em edificação de uso comercial, com área mínima de 700 m² (setecentos metros quadrados);
A exigência de experiência mínima em edificação com área igual ou superior a 700 m² justifica-se pela complexidade técnica do objeto, que envolve múltiplos ambientes administrativos, sistemas prediais integrados e atendimento às normas de acessibilidade, segurança e desempenho;
e. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
f. Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
g. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
h. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A manifestação poderá ser exteriorizada por meio de proposta devidamente encaminhada até o dia 09/02/2026 para o e-mail: compras@arismig.mg.gov.br

Boa Esperança, 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Fernanda Rodrigues Vilela
Código Identificador:D95EBA61

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNCÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO
LAS/CADASTRO 0380/2026

Licenciamento Ambiental
FRENTE:
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS CADASTRO N°. 0380/2026
O Município de Coronel Fabriciano – MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas especificas, **concede GUSTAVO HENRIQUE DE SOUZA**, CNPJ/CPF: 61.557.431/0001-48, o Licenciamento Ambiental na modalidade LAS CADASTRO, para exercer a atividade de **F-01-01-6, com descrição de Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos**, área útil 0,043 ha, potencial poluidor geral M, classe 2, porte P, e critério locacional (zero), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecida na rua Trinta e Três nº 55, Bairro Belvedere, no Município de Coronel Fabriciano no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas Latitude 19°30'46'' e Longitude 42°38'2'', conforme processo administrativo nº 0629/0630/0633/2025/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e responsável técnico, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS CADASTRO N°. 0380/2026
[X] Com Condicionante. [ ] Sem Condicionante.
Validade desta licença 10 (dez anos), vencimento em 27/01/2036.
Coronel Fabriciano, MG, 27 de janeiro de 2026.

IVAN CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente de Meio Ambiente

VERSO:

Processo N°: 0629/0630/0633/2025/CIMVA
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO, PELO REQUERENTE, DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES, DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.
DAS CONDICIONANTES:
ESTE PROCESSO N°: 0629/0630/0633/2025/CIMVA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO LAS CADASTRO, FOI AUTORIZADO MEDIANTE FOLHA DE DECISÃO DA 1ª REUNIÃO ORDINARIA OCORRIDA NA DATA DE 15 DE JANEIRO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE CORONEL FABRICIANO - MG.
ESTE CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DO PARECER TÉCNICO ÚNICO QUE SEGUE EM ANEXO, ONDE ESTÃO LISTADOS TODAS AS CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER CUMPRIDAS PELO EMPREENDIMENTO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:F6E25A1E

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO
LAS/RAS N: 0127/2026

FRENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS RAS N°. 0127/2026
O Município de Santana do Manhuaçu– MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com

fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas específicas, concede a **R-Q-P COMBUSTÍVEIS LTDA**, CNPJ/CPF: 07.884.310/0007-50, o Licenciamento Ambiental na modalidade LAS RAS, para exercer a atividade principal de F-06-01-7, com descrição de **POSTOS REVENDEDORES, POSTOS OU PONTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALHISTAS, POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS E POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO**, capacidade de armazenamento 90 m3, potencial poluidor M, classe 2, porte P, e critério locacional 1 (UM), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecido na Rodovia MG 111 – KM 56,7, nº 565, Bairro Córrego do Lage, no Município de Santana do Manhuaçu no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas Latitude: 7772094.34 mS e Longitude: 190006.53 mE, conforme processo administrativo nº 0238/0239/1065/2025/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e responsável técnico, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.

CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS RAS N°. 0127/2026
[X] Com Condicionante. [ ] Sem Condicionante.
Validade desta licença 10 (dez anos), vencimento em 29/01/2036.
Santana do Manhuaçu, MG, 29 de janeiro de 2026

FRANCISCO DE PAULO FREITAS –
Prefeito
Autoridade Municipal

VERSO

PROCESSO N°: 0238/0239/1065/2025/CIMVA.
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO, PELO REQUERENTE, DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES, DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.
DAS CONDICIONANTES
ESTE PROCESSO N°: 0238/0239/1065/2025/CIMVA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO LAS CADASTRO, FOI AUTORIZADO MEDIANTE FOLHA DE DECISÃO DA 12° REUNIÃO ORDINARIA OCORRIDA NA DATA DE 28 DE JANEIRO DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MANHUAÇU - MG.
ESTE CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DO PARECER TÉCNICO ÚNICO QUE SEGUE EM ANEXO, ONDE ESTÃO LISTADOS TODAS AS CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER CUMPRIDAS PELO EMPREENDIMENTO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:E167887A

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO

AMARP
EXTRATO DE CONTRATO - PRC Nº 001/2026

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO-AMARP(MG) – Processo Nº 001/2026 - Edital Nº 001/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico Nº 001/2026, Registro de Preços Nº 001/2026. Torna público o extrato de contratos celebrados com as empresas **100 SPORTS LTDA, FEQUIP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA**. Objeto: constitui objeto do presente processo a aquisição de materiais de sinalização viária, compreendendo cavaletes de sinalização, cones de trânsito, barreiras pantográficas refletivas e balizadores de trânsito, destinados à AMARP para apoio operacional às atividades da Usina Móvel de Asfalto, conforme especificações técnicas do Anexo IV-Modelo de Proposta. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 02.02.2026.

RAFAEL CÁSSIO DOS SANTOS-
Pregoeiro.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Presidente da AMARP.

Publicado por:
Hariana Salesi Augusto de Oliveira
Código Identificador:8C609E03

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO BAIXO SAPUCAÍ AMBASP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO BAIXO SAPUCAI
RESOLUÇÃO AMBASP Nº 006/2026

RESOLUÇÃO AMBASP Nº 006/2026

Dispõe sobre a aplicação do reajuste do INPC ao valor da hora máquina produtiva da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO BAIXO SAPUCAI – AMBASP, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO necessidade de atualização dos valores cobrados pela utilização da hora máquina produtiva, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro;

CONSIDERNADO que a resolução nº 007/2025, autorizou a correção de 4,77 (quatro inteiros e setenta e sete por cento) sobre o valor da hora máquina produtiva aos operadores colaboradores da **Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP,** a partir da competência de janeiro de 2025**,** conforme estabelecido pelo índice oficial do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor;

CONSIDERANDO que o valor anteriormente vigente da hora máquina produtiva paga aos operadores colaboradores da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP era de R$ 17,83 (dezessete reais e oitenta e três centavos);

CONSIDERANDO a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a correção de 3,90% (três inteiros e noventa porcento), sobre o valor da hora máquina produtiva paga aos operadores colaboradores da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí – AMBASP, a partir da competência de janeiro de 2026, conforme estabelecido pelo índice oficial do INPC

– Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no exercício de 2025.

Art. 2º Em razão do reajuste previsto no artigo anterior, o valor da hora máquina produtiva passa a ser de R$ 18,52 (dezoito reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução serão suportadas pelas dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2025.

Varginha - MG, 27 de janeiro de 2026.

LEONARDO VINHAS CIACCI
Prefeito do Município de Varginha
Presidente da AMBASP

TARCÍSIO VALKIMAR BATISTA
Secretário Executivo da AMBASP

Publicado por:
Marília de Oliveira Moura
Código Identificador:DB1C79B9

CIMBASP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO SAPUCAID
EXTRATO DE EDITAL PROCESSO LICITATORIO Nº 001/2026

Extrato de edital processo licitatorio nº 001/2026
Pregão eletronico nº 001/2026 Registro de Preços/ Menor Preço por item
Pregão eletronico sera realizado pela plataforma eletrônica LICITAR digital
O Consorcio Intermunicipal Multifinalitario do Baixo Sapucai-CIMBASP, torna público para conhecimento dos interessados edital Pregão Eletronico nº 01/2026 – Processo Licitatorio nº 01/2026. Objeto: Registro de Preços destinado à futura e eventual aquisição de materiais para sinalização viária (horizontal, vertical e dispositivos auxiliares), destinados à manutenção, implantação e melhoria da sinalização das vias urbanas e rurais do Município Consorciados ao CIMBASP– Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Sapucaí Tipo: Menor Preço por item. O recebimento da propostas se iniciarão as 15h do dia 03/02/2026 tendo seu encerramento as 08h do dia 13/02/2026. A sessão de abertura e analise das propostas acontecera atraves do portal LICITAR DIGITAL (www.licitardigital.com.br) às 8:15min do dia 13/02/2026. O edital está disponível no site www.ambasp.org.br ou www.cimbasp.mg.gov.br ou na sede do CIMBASP, localizado a Rua da Maçonaria, nº 82, Vila Bueno, Varginha - MG. Informações pelos telefones (35) 3221-6361, ou e-mail cimbasp@cimbasp.mg.gov.br, ou www.licitardigital.com.br
Varginha, MG 03/02/2026

LEONARDO VINHAS CIACCI
Presidente do Consorcio - CIMBASP

Publicado por:
Marília de Oliveira Moura
Código Identificador:CAA57208

CIMBASP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO SAPUCAID
EXTRATO DE RESULTADO – LOTE FRACASSADO

Extrato de Resultado – Lote Fracassado
Processo Licitatório nº 010/2025
Pregão Eletrônico nº 006/2025

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Sapucaí – CIMBASP torna público, para os fins do disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021**, o resultado do **Pregão Eletrônico nº 006/2025**, vinculado ao **Processo Licitatório nº 010/2025**, cujo objeto consiste no **registro de preços para futura e eventual aquisição de concreto usinado**, destinado ao atendimento das necessidades dos Municípios consorciados.
Informa-se que o **lote foi declarado fracassado**, em razão da **inabilitação do único licitante participante**, decorrente da **não apresentação da documentação de habilitação exigida**, nos prazos e condições estabelecidos no instrumento convocatório, em consonância com os arts. **62 a 70** da Lei nº 14.133/2021.
Diante da ausência de licitantes habilitados, restou configurada a impossibilidade de adjudicação do objeto, sendo o lote formalmente declarado **fracassado**, nos termos da legislação vigente e das disposições editalícias.

Varginha/MG, 16 de Janeiro de 2026.

LEONARDO VINHAS CIACCI
Presidente do CIMBASP

Publicado por:
Marília de Oliveira Moura
Código Identificador:D9BB9980

CIMBASP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO SAPUCAID
EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Sapucaí – CIMBASP torna pública a **anulação do Processo Licitatório nº 08/2025**, referente à **Concorrência Eletrônica nº 003/2025**, cujo objeto consistia no Registro de Preços para execução de serviços de infraestrutura urbana.
A anulação decorre da **incompatibilidade técnica e jurídica do objeto com o Sistema de Registro de Preços**, nos termos do **art. 3º, parágrafo único, inciso I, do Decreto Federal nº 11.462/2023**, conforme Parecer Técnico, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**.
Varginha/MG, 28 de janeiro de 2026.

LEONARDO VINHAS CIACCI
Presidente do CIMBASP

Publicado por:
Marília de Oliveira Moura
Código Identificador:01AF2D39

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 015/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 054/2023
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 010/2023

O MUNICÍPIO DE ITAMONTE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.666.675/0000-16, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a)**JOÃO PEDRO FONSECA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **CAPTA ASSESSORIA LTDA**, portadora do CNPJ nº 07.882.609/0001-80, neste ato representada pelo Senhor(a) MARCOS ALEXANDRE RIBEIRO, portador(a) do CPF Nº 032.933.707-64,,doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA E GESTÃO DE CONVÊNIOS** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 89.298,00 (oitenta e nove mil duzentos e noventa e

oito reais). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 14 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:EC21102E

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 018/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 056/2024
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 005/2024

O MUNICÍPIO DE ITAMONTE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.666.675/0000-16, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOÃO PEDRO FONSECA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **DENILTON FONSECA RIBEIRO**, portadora do CNPJ nº 61.112.007/0001-90, neste ato representada pelo Senhor(a) DENILTON FONSECA RIBEIRO, portador(a) do CPF Nº 037.804.596-20, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** CAPINA E PODA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 15 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:2F51EF13

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 032/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 054/2023
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 010/2023

O MUNICÍPIO DE POUSO ALTO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.667.212/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **RAULYSSON MAGELA MANCILHA JÚNIOR,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **ACERTO ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA**, portadora do CNPJ nº 27.372.379/0001-17, neste ato representada pelo Senhor(a) ALEX FABIANO RUSSANO FONSECA, portador(a) do CPF Nº 824.710.616-72,doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA E GESTÃO DE CONVÊNIOS** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 67.650,00 (sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 20 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:8D94FCA6

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 032/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 017/2025

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 004/2025

O MUNICÍPIO DE POUSO ALTO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.667.212/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **RAULYSSON MAGELA MANCILHA JÚNIOR,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **ROCHA E ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, portadora do CNPJ nº 23.741.599/0001-10, neste ato representada pelo Senhor(a) BEATRIZ REZENDE ROCHA, portador(a) do CPF Nº 096.150.796-93, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ASSESSORIA E CONSULTORIA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E MENTORIA NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 31.372,80 (trinta e um mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 20 de agosto de 2025.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOA
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:81B63362

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 040/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2024
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2024

O MUNICÍPIO DE PASSA QAUTRO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n°23.245.806/0001-45, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **MARCIO HENRIQUE DE SIQUEIRA RIBEIRO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **CENTRO DE ATENDIMENTO VETERINARIO PASSA QUATRO LTDA**, portadora do CNPJ nº 30.466.236/0001-89, neste ato representada pelo Senhor(a) MAURICIO CESAR BONANI CARNEIRO, portador(a) do CPF Nº 042.414.706-88, denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO SERVIÇO DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS)** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 7.689,76 (sete mil seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 23 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:B5796886

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 047/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 019/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 005/2025

O MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 25.970.260/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **BRUNO RIBEIRO NEGREIROS,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **GIOVANI A. PEREIRA,** portadora do CNPJ nº 41.763.352/0001-86, neste ato representada pelo Senhor(a) GIOVANI APARECIDO PEREIRA, portador(a) do CPF Nº 074.004.846-56, doravante denominada CONTRATADA , para a prestação de serviços de assessoria e consultoria no controle interno do município de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 26 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:FA3C5B3B

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 054/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2025

O MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.235/0001-14, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **LÚCIO ANTÔNIO ALVES,**neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **RAMON SOBRAL FERREIRA - ME,** portadora do CNPJ nº 37.145.406/1000-13,
neste ato representada pelo Senhor(a) RAMON SOBRAL FERREIRA, portador(a) do CPF Nº 126.379.456-48, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 619.995,00 (seiscentos e dezenove mil novecentos e noventa e cinco reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 28 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:468B3DC7

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 055/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2025

O MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.235/0001-14, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **LÚCIO ANTÔNIO ALVES,**neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **ATIVA EMPREENDIMENTOS LTDA,** portadora do CNPJ nº 71.242.358/0001-79,neste ato representada pelo Senhor(a) EDSON ROBERTO D MARTINS, portador(a) do CPF Nº 671.038.806-97, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 191.830,00 (cento e noventa e um mil oitocentos e trinta reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 28 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:7A4F67FB

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 056/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2025

O MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.235/0001-14, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **LÚCIO ANTÔNIO ALVES,**neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **UNIR PEÇAS DIESEL LTDA,** portadora do CNPJ nº 11.383.895/0001-07, neste ato representada pelo Senhor(a) ILDEU MESSIAS ANDREATA, portador(a) do CPF Nº 428.278.416-49, doravante denominada CONTRATADA , **PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 284.665,00 (duzentos e oitenta e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 29 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:78D9DEA0

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 057/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE JESUÂNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.188.227/0001-78, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **DG COMERCIO , SERVICOS E INCORPORACOES LTDA**, portadora do CNPJ nº 58.035.812/0001-52, neste ato representada pelo Senhor(a) DANILO GASTAO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF Nº 050.461.296-47,doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$103.335,00 (cento e três mil trezentos e trinta e cinco reais). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 29 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:407B2E8E

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 058/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 052/2023
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 008/2023

O MUNICÍPIO DE LIBERDADE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.029.165/0001-51, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **LUCAS DE SOUZA GARCIA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDOFRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a empresa **JG SST SEGURANCA DO TRABALHO & CONSULTORIA LTDA**, portadora do CNPJ nº 50.425.335/0001-20, neste ato representada pelo Senhor(a) JORGE ELIAS DE SOUZA LEMOS, portador(a) do CPF Nº 462.334.906-34, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação de serviço técnicos profissionais de consultoria em cumprimento a nova exigência do e- social sst do ministério do trabalho para a transmissão dos TEMAS S-2210, S-2220 e S-2240 de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 32.304,00 (trinta e dois mil trezentos e quatro reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.
Caxambu, 29 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:A5B30F69

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 059/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **CESAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, portadora do CNPJ 10.713.406/0001-75, neste ato representada pelo Senhor(a) MARIO CÉSAR PINTO, portador(a) do CPF Nº 377.028.906-49, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ENGENHARIA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 3.983,85 (três mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 29 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:D519425A

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 060/2026

Processo de Licitação nº 025/2025
Credenciamento Público de nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE BAEPENDI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.862/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MARCELO FARIA PEREIRA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **SANFER CONSULTORIA & TREINAMENTO LTDA**, portadora do CNPJ nº 29.739.147/0001-80, neste ato representada pelo Senhor(a) LUIS HENRIQUE SANTOS, portador(a) do CPF Nº 090.181.966-22,doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** CONSULTORIA, INSTRUTORIA, MENTORIA, EXECUÇÃO, ORIENTAÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 71.904,00 (setenta e um mil novecentos e quatro reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu,29 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:4FA750D4

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 061/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 25.970.260/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **BRUNO RIBEIRO NEGREIROS,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, portador do C.P.F. n ° 123.012.906-54, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **ACERTO ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA**, portadora do CNPJ 27.372.379/0001-17, neste ato representada pelo Senhor(a) ALEX FABIANO RUSSANO FONSECA, portador(a) do CPF Nº 824.710.616-72, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ENGENHARIA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 107.416,40 (cento e sete mil quatrocentos e dezesseis reais e quarenta centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 29 de janeiro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:1E323D21

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 017/2026 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCALHO RICO/MG E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE

AMVAP SAÚDE – EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 017/2026 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCALHO RICO/MG E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE. Contrato de Rateio nº 017/2026 firmado entre o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, inscrito no CNPJ n. 18.151.467/0001-06 e o município de Cascalho Rico/MG, inscrito no CNPJ sob o n. 18.259.374/0001-91 firmado em 02/02/2026. Base Legal: Lei Federal n.11.107, de 06 de abril de 2005. Objeto: regulamentar a contribuição financeira do Município ao AMVAP SAÚDE para sua manutenção, operacionalização e funcionamento, aderindo assim às formalidades já constituídas e aprovadas pelos municípios fundadores do AMVAP SAÚDE e suas posteriores alterações. Vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2026. Valor: R$ 602.264,77 (seiscentos e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos).

Uberlândia-MG, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do Consórcio AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:000E2173

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 22/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.724.909/0001-09, para a Realização de Exame de Ecocardiograma Infantil, em Uberlândia /MG. Valor total do contrato: R$ 20.945,00 (vinte mil novecentos e quarenta e cinco reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 - Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 07/01/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 07 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:A4079901

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 42/2026. Contratada: Centro Tomografia Computadorizada Uberlândia LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.224.968/0001-34, para Contratação de pessoa jurídica para realização do procedimento de Tomografia de urgência para todas as partes do corpo, com ou sem contraste, sem anestesia (24 Horas, incluso finais de semanas e feriados de acordo com as necessidades do AMVAP SAÚDE), para ser realizado em até 300 km de Uberlândia/MG.. Valor total do contrato: R$ 31.569,00 (trinta e um mil quinhentos e sessenta e nove reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 58/2025 – Inexigibilidade nº18/2025- Credenciamento 16, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 13/01/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 13 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:F781DA11

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 67/2026. Contratada: GranMed Centro Médico Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ nº 22.622.986/0001-74, para a Realização de Exame de Processamento Auditivo Central (PAC), o prestador poderá estar localizado em um raio de até 300km de Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$ 11.603,52 (onze mil seiscentos e três reais e cinquenta e dois centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 40/2025 - Inexigibilidade nº 14/2025 - Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 21 /01/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 21 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:E8062247

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 83/2026. Contratada: Hospital Nasr Faiad Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 01.321.256/0001-63, para a Realização de Procedimento Cód.952- Colecistectomia Videolaparoscópica, até 300km De Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$ 5.355,15 (cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 60/2025 – Inexigibilidade Nº 19/2025, Credenciamento nº 17/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 29/01/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:8256A0BD

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 84/2026. Contratada: Hospital Nasr Faiad Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 01.321.256/0001-63, para a Realização de Procedimento Cód.952- Colecistectomia Videolaparoscópica, até 300km De Uberlândia/MG. Valor total do contrato: R$ 5.355,15 (cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 60/2025 – Inexigibilidade Nº 19/2025, Credenciamento nº 17/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 29/01/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:C81AABF7

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 85/2026. Contratada: Fuerza Serviços Gerais Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 37.210.400/0001-31, para prestação de serviço Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, de forma contínua, dos serviços de porteiro diurno 12x36 horas de segunda a sexta, exceto finais de semanas, feriados e pontos facultativos, nas dependências do Amvap Saúde. Valor total do contrato: R$ 10.150,00 (dez mil cento e cinquenta reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 83/2025 – Pregão Eletrônico nº 09/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 29/01/2026 a 02/02/2027. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:90CAF045

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 89/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 21.243.399/0002-92, para a Realização de Procedimento Exame de Ressonância Magnética, com ou sem contraste, sem anestesia, em Uberlândia/MG. Valor total do contrato:R$193.435,00 (cento e noventa e três mil quatrocentos e trinta e cinco reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 03/2025 – Credenciamento nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 29/01/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:0745DC1C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 42/2026. Contratada: Centro Tomografia Computadorizada Uberlândia LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.224.968/0001-34, constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da clausula 5.1. Fundamento: Processo Licitatório nº 58/2025 - Inexigibilidade nº 18/2025 – Credenciamento nº 16, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/21. Vigência: de 13/01/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 13 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:2D6733E6

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 41/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 41/2026.Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente registro para corrigir a data 31 de dezembro de 2025, previstos no item 8.1 da cláusula oitava do contrato supramencionado, que passará a ser 31 de dezembro de 2026. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Uberlândia-MG, 30 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:E184A507

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 64/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 64/2026.Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente registro para corrigir a data 21 de janeiro de 2025, previstos no contrato supramencionado, que passará a ser 21 de janeiro de 2026. As demais informações permanecem inalteradas.

Uberlândia-MG, 30 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Kamilly da Silva Brandão
Código Identificador:759E0B40

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2025

AMVAP SAÚDE – Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 159/2025. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, inscrita no CNPJ nº 13.244.928/0001-63, Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$7.466,56 (sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 32 (trinta e dois) Consulta de Pneumologia, ao valor de R$233,33 (duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 30 de janeiro de 2026.

HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:2D1FA7B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO DE RATEIO EXERCÍCIO 2026

Contrato de Rateio nº 004/2026. **Partes:** Associação Publica dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande- Consórcio AMEG e Município de Carmo do Rio Claro/MG. **Objeto:** Repasse financeiro para rateio das despesas de manutenção, custeio e investimento do Consórcio AMEG, para o exercício 2026, nos termos do Orçamento aprovado na 202ª Assembleia Geral, conforme Lei nº 11.107/05. **Valor:** R$ 52.896,72. **Vigência:** De 01/01/2026 a 31/12/2026. **Data da assinatura:** 02/01/2026.

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:87341185

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO DE CESSÃO DE USO REMUNERADO DE EQUIPAMENTOS DA PATRULHA MOTOMECANIZADA

Termo de Cessão que entre si celebram a AMEG e o Município de ITAÚ DE MINAS - MG, para uso remunerado de equipamentos da patrulha motomecanizada. **Objeto:** A cessão de uso do seguinte equipamento da Patrulha Motomecanizada: **RETROESCAVADEIRA JCB.** O equipamento será utilizado exclusivamente para fins públicos de interesse do CESSIONÁRIO, sendo vedada sua destinação para outros fins ou sua transferência a terceiros sem autorização expressa da CEDENTE.**Do custo da Cessão**: O presente termo tem o custo da HORA MÁQUINA SEM OPERADOR de **R$ 95,04 (noventa e cinco reais e quatro centavos)** e será cedido pelo **período de 300 (trezentas) horas máquina**. **Vigência:** A cessão terá vigência pelo prazo máximo de 04 (quatro) meses, vez que será para o uso de **300 (trezentas) horas máquina**, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada por interesse das partes, mediante termo aditivo. Demais Cláusulas no Termo de Cessão. **Data da assinatura:** 02/02/2026.

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:52E17D0D

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre o reajuste dos valores das castrações realizadas no âmbito do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos – Castramóvel da AMEG.

A **SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – AMEG**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo **art. 49, inciso III, do Contrato de Consórcio da AMEG**, e
CONSIDERANDO que compete à Secretaria Executiva expedir atos normativos necessários à fiel execução das deliberações da Assembleia Geral e à operacionalização dos programas consorciados;
CONSIDERANDO que o Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos da AMEG tem por finalidade a execução de procedimentos de esterilização cirúrgica de forma contínua, regular e tecnicamente adequada, observando critérios sanitários, operacionais e normativos;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o equilíbrio econômico-operacional do Programa, de modo a garantir a manutenção da qualidade dos serviços prestados, dos insumos utilizados e da mão de obra especializada;
CONSIDERANDO as justificativas técnicas e econômicas constantes da **Proposta de Reajuste do Valor Unitário das Castrações – Exercício 2026**, devidamente instruída e anexada;
CONSIDERANDO que o reajuste dos valores foi **expressamente autorizado pela 38ª Assembleia Geral Extraordinária da AMEG**, na qual ficou decidido pela atualização dos valores dos procedimentos de castração, em razão da elevação dos custos dos insumos, medicamentos e demais despesas operacionais;
RESOLVE:
Art. 1º. Dar ciência e promover a comunicação técnica acerca do reajuste dos valores unitários das cirurgias de castração realizadas no âmbito do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos – Castramóvel da AMEG, para o exercício de 2026.
Art. 2º. Ficam atualizados os valores dos procedimentos de castração, nos seguintes termos:
I – **R$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais)** por procedimento de castração **sem microchip**, em substituição ao valor anteriormente praticado de R$ 132,00 (cento e trinta e dois reais);
II – **R$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais)** por procedimento de castração **com microchip**, incluído o custo do dispositivo e dos insumos necessários à sua implantação.
Art. 3º. O reajuste de que trata esta Instrução Normativa está fundamentado nas **justificativas técnicas e econômicas anexas**, que demonstram a variação dos custos dos insumos, medicamentos, materiais hospitalares, mão de obra e demais elementos indispensáveis à execução regular e segura dos procedimentos.
Art. 4º. Os valores ora fixados deverão ser observados em todos os contratos de programa, planos de trabalho, termos de rateio e demais instrumentos firmados no âmbito do Programa de Castrações da AMEG, respeitada a legislação aplicável e a vigência de cada ajuste.
Art. 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos conforme deliberado pela **38ª Assembleia Geral Extraordinária da AMEG**.

Passos, 02 de fevereiro de 2026.

OLGA AP. BORGES BASTOS
Secretária Executiva da AMEG

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:CA417BF4

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
PORTARIA Nº 526, DE 16 DE JANEIRO DE 2026

"Fica aberto o orçamento do Consórcio AMEG em crédito suplementar por superávit financeiro no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no orçamento".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO AMEG – ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 43, §3º, da Lei Federal nº 4.320/64, resolve:
Art. 1º. Fica aberto o orçamento do Consórcio AMEG em crédito suplementar por superávit financeiro **de exercício anterior FONTE 1703** no valor de **R$10.000,00 (dez mil reais)** para reforço da seguinte dotação orçamentária:
1 – CONSÓRCIO AMEG
2020201.0412200012.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO – MATERIAL PERMANENTE
Ficha 00018/2703 –44905200000 ..... R$ 10.000,00
Art. 2º. Para atender às despesas previstas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do **superávit financeiro do Programa AMM + Micros 2025, fonte de recursos 1703**, verificado no exercício anterior.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 16/01/2026

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente da AMEG

STHEPHANE SILVA LEANDRO PINTO
Contadora

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:951BAEB3

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
PORTARIA Nº 527, DE 16 DE JANEIRO DE 2026

"Fica aberto o orçamento do Consórcio AMEG em crédito suplementar por superávit financeiro no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no orçamento".

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO AMEG – ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 43, §3º, da Lei Federal nº 4.320/64, resolve:
Art. 1º. Fica aberto o orçamento do Consórcio AMEG em crédito suplementar por superávit financeiro **de exercício anterior FONTE 1703** no valor de **R$10.000,00 (dez mil reais)** para reforço da seguinte dotação orçamentária:
1 – CONSÓRCIO AMEG
2020201.0412200012.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO – MATERIAL PERMANENTE
Ficha 00018/2703 –44905200000 ..... R$ 10.000,00
Art. 2º. Para atender às despesas previstas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do **superávit financeiro do Programa AMM + Micros 2025, fonte de recursos 1703**, verificado no exercício anterior.
Art. 3º. Torna- se sem efeito a portaria nº. 526 de 16/01/2026.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de 16/01/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente da AMEG

STHEPHANE SILVA LEANDRO PINTO
Contadora

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:29267F29

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS
EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 03/2025
Inexigibilidade nº 03/2025
Contratante: Câmara Municipal de Arcos
Contratada: Ceap Brasil
Objeto: Contratação da empresa Ceap Brasil, para capacitação dos servidores dessa Casa Legislativa, Dyenderson Rodrigues e Renato Gonçalves Marciano, no curso "Implantação da LGPD e ouvidoria no município." na cidade de Belo Horizonte/MG, nos dias 27 a 30 de janeiro de 2026.
Fundamentação legal: Artigo 74, inciso III, aliena f, Lei 14.133/21.
Data: 02/02/2026

Publicado por:
Nathália Glauce Almeida C. Teixeira
Código Identificador:AC874A68

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS

ASSESSORIA
EXTRATO CONTRATO PROCESSO Nº: 01/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026

Extrato Contrato
PROCESSO Nº: 01/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS
CONTRATADO: ELO Assessoria em Serviços Públicos Ltda
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE TODAS AS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DISPONÍVEIS NO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS/MG.
VALOR: R$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos reais)
VIGÊNCIA: 12 MESES
Botelhos, 28 de janeiro de 2026.

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA LIMA/
Presidente

MARI LUCI DE F. FERREIRA ALMEIDA /
Diretor de Administração e Finanças / Agente de Contratações

Publicado por:
Pedro Rogério da Cunha
Código Identificador:BC556FE1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2026

Contratante: Câmara Municipal de Buritis, CNPJ nº 20.637.732/0001-02.
Contratada:GN Machado Empreendimentos, CNPJ n° 60.611.578/0001-06
Contrato: Contrato nº 02/2026, oriundo do Processo Administrativo n°02/2026 -Dispensa de Licitação n° 02/2026
Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados em Transparência Pública.
Vigência: 20 de janeiro de 2026 à 19 de março de 2026.

Valor: R$ 14.000,00
Amparo Legal: Art. 75, II, da Lei 14.133/2021
Data da Assinatura: 20/01/2026

Publicado por:
Andressa Alves Brandão
Código Identificador:F87A1F4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANOPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO ADITIVO

2° Termo Aditivo ao Contrato 11/2024 - INEXIGIBILIDADE 01/2024. -Contratado Franca Dias Consultoria E Assessoria Eireli – ME. CNPJ: 08.818.597/0001-98. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor do Contrato Administrativo nº 011/2024, em razão da inclusão de serviços complementares de controle de almoxarifado, conforme devidamente justificado no Relatório Técnico Justificativo que integra o processo administrativo, mantendo-se a natureza correlata e a compatibilidade com o objeto originalmente contratado. Aditiva o valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais ao contrato, passando para R$ 7.769,40 (sete mil setecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) mensais, o que corresponde a 23,92% (vinte e três virgula noventa e dois porcento) de acréscimo. Data do aditamento: 05/01/2026.

Publicado por:
Geisiane de Freitas Barbosa
Código Identificador:0CD1ADC5

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO ADITIVO

CM Caetanópolis/MG- 3° Aditivo Contrato de Prestação de Serviços/lei 8.666/93-
Art.61.Par. Único. Contratado: Fernandes e Teixeira Sociedade de Advogados. CNPJ: 41.706.010/0001-24. Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica à Câmara Municipal de Caetanópolis. Aditiva o prazo de execução em 12 (doze) meses, com vigência até o dia 30/01/2027; Valor: R$4.515,77 (quatro mil, quinhentos e quinze reais e setenta e sete centavos). Contrato n.º 04/2023. PL 01/2023 – INEXIGIBILIDADE 01/2023.

Publicado por:
Geisiane de Freitas Barbosa
Código Identificador:C03CED80

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPANHA

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA

AVISO DE DISPENSA Nº 010/2026
ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021
A Câmara Municipal de Campanha, Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. / MF sob o nº. 03.644.213/0001-44, com sede na Rua Padre Natuzzi, 79, Centro, por meio do seu Agente de Contratação, torna púbico que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO com critério de julgamento por MENOR PREÇO, conforme Art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, Resolução 765/2024 da Câmara Municipal que trata da matéria, e demais legislações aplicáveis.
As exigências estabelecidas neste instrumento, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta a serem apresentadas nas datas e horários a seguir designados:

Início de recebimento de propostas: dia 02 de fevereiro de 2026, a partir das 8 horas.
Limite de entrega de propostas: dia 06 de fevereiro de 2026, às 8 horas.

Referência de horário: horário de Brasília

Link do Edital:
https://www.campanha.mg.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/2026/contratacoes-em-andamento
E-mail para o envio da proposta e toda a documentação: licitacaocamaracampanha@gmail.com

OBJETO
Constitui objeto do presente Aviso o fornecimento de materiais elétricos: disjuntor, lâmpadas de led, fita isolante, destinados para uso no prédio da Câmara Municipal da Campanha.

Publicado por:
Silvana Aparecida Domingues Arantes
Código Identificador:EAC70332

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA
AVISO DE DISPENSA NÃO ELETRÔNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA – MG
AVISO DE DISPENSA NÃO ELETRÔNICA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2025

Torna-se público que a Câmara Municipal de Conquista, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, realizará **Dispensa Não Eletrônica** com critério de julgamento menor preço por lote, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto de engenharia para conclusão da reforma e ampliação da Sede da Câmara Municipal, abrangendo diagnóstico completo das patologias construtivas, proposição de soluções técnicas adequadas, assessoramento na condução dos procedimentos administrativos para contratação da empresa executora, orientação e acompanhamento técnico durante a execução dos serviços, fiscalização das etapas da obra e conferência das medições, com observância às normas técnicas, legais, de segurança do trabalho, acessibilidade e sustentabilidade aplicáveis, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Conquista.

Data Limite para envio de propostas: **06/02/2026 às 12:00:00 horas.**
Forma de envio: **Exclusivamente por e-mail.**
E-mail: **licitacao@camaraconquista.mg.gov.br**
https://pncp.gov.br/app/editais/23371883000141/2025/32

ARTHUR BELQUIOR ALVES DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arthur Belquior Alves da Silva
Código Identificador:ABFB3EF5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CORINTO

CAMARA MUNICIPAL DE CORINTO
AVISO DE DISPENSA Nº 001/2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORINTO/MG, torna público que realizará o Processo Licitatório nº 002/2026, Dispensa nº 001/2026. Objeto: aquisição de duas edições do Jornal do Poder Legislativo de Corinto- total de 15.500 unidades; serviço para fixação de 6 (seis) outdoors de publicidade. Data limite para o recebimento de propostas: 06/02/2026, até às 23:59. Data de Abertura: 09/02/2026, às 13:30. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas e documentos de habilitação é o www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos se encontram à disposição no Setor de Licitações da Câmara à Avenida Doutor Antônio Alvarenga, nº 12, Centro,

Corinto/MG, no site www.cmcorinto.mg.gov.br e pode ser solicitado pelo e-mail: cmcorinto.licitacao@gmail.com.

ANDRÉ LUIZ VELOSO DE LIMA –
Coordenador de Licitações

Publicado por:
André Luiz Veloso de Lima
Código Identificador:C816BCA8

CAMARA MUNICIPAL DE CORINTO
AVISO DE DISPENSA Nº 002/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORINTO/MG, torna público que realizará o Processo Licitatório nº 003/2026, Dispensa nº 002/2026. Objeto: o fornecimento, fabricação, transporte, montagem e instalação de móveis planejados destinados a oito salas de vereadores da Câmara Municipal de Corinto. Data limite para o recebimento de propostas: 06/02/2026, até às 23:59. Data de Abertura: 09/02/2026, às 16:00horas. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas e documentos de habilitação é o www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos se encontram à disposição no Setor de Licitações da Câmara à Avenida Doutor Antônio Alvarenga, nº 12, Centro, Corinto/MG, no site www.cmcorinto.mg.gov.br e pode ser solicitado pelo e-mail: cmcorinto.licitacao@gmail.com.

ANDRÉ LUIZ VELOSO DE LIMA –
Coordenador de Licitações

Publicado por:
André Luiz Veloso de Lima
Código Identificador:971D4EFE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE EXONERAÇÃO 001/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 46, item V da Resolução nº 05/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como o artigo 30, item VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 11, caput, e em seu parágrafo único da Resolução 217 de 28/07/2014, resolve **EXONERAR VITÓRIA EDUARDA MARTINS FIUZA**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.355.816-XX, do cargo de provimento em comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSORA DE GABINETE,** a partir do dia 31/01/2026, ficando assegurados todos os direitos decorrentes da exoneração.

Gabinete da Presidência, 30 de janeiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:BCD7FD55

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE EXONERAÇÃO 002/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 46, item V da Resolução nº 05/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como o artigo 30, item VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 11, caput, e em seu parágrafo único da Resolução 217 de 28/07/2014, resolve **EXONERAR ANA PAULA ALMEIDA TRINDADE**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.258.576-XX, do cargo de provimento em comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSORA PARLAMENTAR,** a partir do dia 31/01/2026, ficando assegurados todos os direitos decorrentes da exoneração.

Gabinete da Presidência, 30 de janeiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:9C8F26B3

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE EXONERAÇÃO 003/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 46, item V da Resolução nº 05/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como o artigo 30, item VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 11, caput, e em seu parágrafo único da Resolução 217 de 28/07/2014, resolve **EXONERAR LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.426.126.-XX, do cargo de provimento em comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** a partir do dia 02/02/2026, ficando assegurados todos os direitos decorrentes da exoneração.

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:5A8670FB

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 003/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, item VII da Lei Orgânica do Município de Curvelo, promulgada aos 18 de março de 1990, resolve NOMEAR **ANA PAULA ALMEIDA TRINDADE**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.258.576-XX para exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum", de **ASSESSORA DE GABINETE** constante no Quadro Geral de Cargos – QCG da Resolução nº 307, de 14/04/2025, a partir de 02 de fevereiro de 2026, percebendo mensalmente o vencimento previsto na legislação, sobre o qual incidirão todos os reajustes legais.

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:C42A7FA5

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 004/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, item VII da Lei Orgânica do Município de Curvelo, promulgada aos 18 de março de 1990, resolve NOMEAR **LUCAS HENRIQUE DOS REIS MARTINS**, brasileiro, portador do CPF nº XXX.028.706-XX para exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum", de **ASSESSOR PARLAMENTAR** constante no Quadro Geral de Cargos – QCG da Resolução nº 307, de 14/04/2025, a partir de 02 de fevereiro de 2026, percebendo mensalmente o vencimento previsto na legislação, sobre o qual incidirão todos os reajustes legais.

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:7F2588C1

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 005/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, item VII da Lei Orgânica do Município de Curvelo, promulgada aos 18 de março de 1990, resolve NOMEAR **JOSÉ ALBERTO FERNANDES FILHO**, brasileiro, portador do CPF nº XXX.846.726-XX para exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum", de **ASSESSOR PARLAMENTAR** constante no Quadro Geral de Cargos – QCG da Resolução nº 307, de 14/04/2025, a partir de 02 de fevereiro de 2026, percebendo mensalmente o vencimento previsto na legislação, sobre o qual incidirão todos os reajustes legais.

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:4AC6CF6C

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 006/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, item VII da Lei Orgânica do Município de Curvelo, promulgada aos 18 de março de 1990, resolve NOMEAR **LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.426.126-XX para exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum", de **ASSESSORA DE GABINETE** constante no Quadro Geral de Cargos – QCG da Resolução nº 307, de 14/04/2025, a partir de 03 de fevereiro de 2026, percebendo mensalmente o vencimento previsto na legislação, sobre o qual incidirão todos os reajustes legais.

Gabinete da Presidência, 03 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:6AB78EFC

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
TERMO DE POSSE Nº 003/2026

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, compareceu perante o Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, Vereador Danilo Santos Xavier Guimarães, a senhora **ANA PAULA ALMEIDA TRINDADE**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.258.576-XX, para, de acordo com a sua nomeação, exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSORA DE GABINETE**, constante da Resolução nº 307, de 14/04/2025.

O Senhor Presidente tomou-lhe o compromisso de leal e honestamente desempenhar suas funções e lhe deu posse, tendo o mesmo, logo após, entrado no exercício do referido cargo.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ANA PAULA ALMEIDA TRINDADE
Assessora de Gabinete

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:15F8C21E

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
TERMO DE POSSE Nº 004/2026

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, compareceu perante o Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, Vereador Danilo Santos Xavier Guimarães, o senhor **LUCAS HENRIQUE DOS REIS MARTINS**, brasileiro, portador do CPF nº XXX.028.706-XX, para, de acordo com a sua nomeação, exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSOR PARLAMENTAR**, constante da Resolução nº 307, de 14/04/2025.

O Senhor Presidente tomou-lhe o compromisso de leal e honestamente desempenhar suas funções e lhe deu posse, tendo o mesmo, logo após, entrado no exercício do referido cargo.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

LUCAS HENRIQUE DOS REIS MARTINS
Assessor Parlamentar

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:E120C9C3

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
TERMO DE POSSE Nº 005/2026

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, compareceu perante o Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, Vereador Danilo Santos Xavier Guimarães, o senhor **JOSÉ ALBERTO FERNANDES FILHO**, brasileiro, portador do CPF nº XXX.846.726-XX, para, de acordo com a sua nomeação, exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum" de

ASSESSOR PARLAMENTAR, constante da Resolução nº 307, de 14/04/2025.

O Senhor Presidente tomou-lhe o compromisso de leal e honestamente desempenhar suas funções e lhe deu posse, tendo o mesmo, logo após, entrado no exercício do referido cargo.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

JOSÉ ALBERTO FERNANDES FILHO
Assessor Parlamentar

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:D585C672

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
TERMO DE POSSE Nº 006/2026

Aos 03 (três) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, compareceu perante o Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, Vereador Danilo Santos Xavier Guimarães, a senhora **LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.426.126-XX, para, de acordo com a sua nomeação, exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSORA DE GABINETE**, constante da Resolução nº 307, de 14/04/2025.

O Senhor Presidente tomou-lhe o compromisso de leal e honestamente desempenhar suas funções e lhe deu posse, tendo o mesmo, logo após, entrado no exercício do referido cargo.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, 03 de fevereiro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ
Assessora de Gabinete

Publicado por:
Marcelo Leandro de Oliveira Rodrigues
Código Identificador:469B046C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
EXTRATO DO 3º (TERCEIRO) ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2023

Comissão de Licitação
Extrato do 3º (Terceiro) Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2023
Dispensa nº 09/2021

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG
CONTRATADA: FAXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA

DO VALOR:O valor deste termo é de R$ 1.229,00 (hum mil,duzentos e vinte e nove Reais), com vigência a partir de 11 de fevereiro de 2026 a 11 de Novembro de 2026.

Assinatura: 02 de Fevereiro de 2026.

SIGNATÁRIOS:

PELA CONTRATANTE: Câmara Municipal de Diamantina - Vereador Marcos Francisco Santos Fonseca - Presidente

PELA CONTRATADA: Faxt Telecomunicações Ltda - Jansen Nascimento Hartmann

Diamantina/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EVANDRO LUIZ DA CRUZ - A
Agente de Contratação

Publicado por:
Evandro Luiz da Cruz
Código Identificador:3ACA6EB3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANDU
TERMO ADITIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Extrato do 02º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2024 – Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com início em 01/02/2026 e término em 31/01/2027, e reajuste dos preços contratuais com base na variação do IPCA acumulado no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, correspondente ao percentual de 4,26%, para prestação de serviços de Tecnologia da Informação. Partes: Câmara Municipal de Itanhandu e a empresa Andre Luiz Cunha David 07379285607, CNPJ nº 11.872.666/0001-56. Valor: R$ 16.149,40. Dotação do orçamento de 2026. Data: 29/01/2026.

ÉDER DE ALMEIDA PINTO BENÍCIO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Guilherme Ribeiro Pinto
Código Identificador:687CD2B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PROPOSIÇÃO DE LEI 003-2026 - PL EM 1 -2026 - CONCEDE REVISÃO AOS AGENTES POLITICOS

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 3, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a Revisão dos Valores dos Subsídios dos Agentes Políticos do Município de Lagoa da Prata.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a revisão dos valores dos Subsídios dos Agentes Políticos do Município de Lagoa da Prata em 3,90 % (três vírgula noventa por cento) – Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no ano de 2025, a contar do dia primeiro de janeiro do ano de 2025, nos termos da Lei Municipal nº 1.770/2010 e conforme determina o Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.
Parágrafo Único. Os valores dos Subsídios previstos no caput deste Artigo passam a ser os constantes na tabela em anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 02 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

SÔNIA ANTÔNIA DIAS TAVARES
Secretária

ANEXO

PODER EXECUTIVO:

PREFEITO ..... R$ 24.187,41;
VICE-PREFEITO .....… R$ 12.093,63.

SECRETÁRIOS E CARGOS EM COMISSÃO DE NATUREZA POLÍTICA

Denominação	Nº	• Vencimentos *
Procurador Municipal	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Administração e Governo	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Assistência Social	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Cultura e Turismo	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Desportos	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Educação	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Fazenda	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Meio Ambiente	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Saúde	01	R$ 10.884,26
Secretário Municipal de Transportes e Limpeza Pública	01	R$ 10.884,26
Oficial de Gabinete	01	R$ 10.884,26
Procurador Adjunto	01	R$ 7.585,11

Valores previstos na Lei Municipal nº 4.089/2025 e revisados em 3,90 % - INPC
acumulado em 2025, a contar de primeiro de janeiro de 2026.

PODER LEGISLATIVO:

DENOMINAÇÃO	SUBSÍDIO
Vereadores	R$ 6.530,46

Valores previstos na Lei Municipal nº 4.089/2025 e revisados em 3,90 % -
INPC acumulado em 2025, a contar de primeiro de janeiro de 2026.

Publicado por:
Thais Helen
Código Identificador:A4008DFB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO Nº 002-2026 - DISPENSA Nº 002-2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA**, com endereço na Praça São Sebastião, n° 36, Centro, Leandro Ferreira, CEP: 35.657-000, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n° 05.363.084/0001-41, torna público que realizará **Dispensa de Licitação, sendo seu aviso divulgado para obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados**, com critério de julgamento de **menor preço - lote,** conforme inciso II c/c § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Legislativo n° 004/2025 e demais legislações aplicáveis.

PERÍODO LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO **15/01/2026 a 21/01/2026 ATÉ às 08 HORAS** (HORÁRIO DE BRASÍLIA DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: camaralf@gmail.com

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado, visando atender a demanda de conforto térmico da sala de reuniões da Câmara Municipal de Leandro Ferreira/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
1.1.1. Os itens a serem adquiridos constam do Termo de Referência anexo a este documento.
1.1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço-lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante envio de proposta e documentos de habilitação através do *e-mail* camaralf@gmail.com
2.1.1. A empresa participante é responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(s) representante(s), não cabendo à Câmara Municipal de Leandro Ferreira, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha de *e-mail*, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações: autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários; pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21. Serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
2.4. O ingresso do fornecedor na dispensa se dará com o envio de sua proposta e documentos através do endereço de *e-mail* indicado no item 2.1.
2.5. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio de *e-mail*, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos na página 01 deste aviso.
2.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
2.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários,

comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução das obrigações;
2.8. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
2.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
2.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
2.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar as obrigações nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.
2.12. Após o envio da proposta, os fornecedores não poderão retirá-la, substituí-la ou alterá-la, exceto se houver autorização expressa da Administração, mediante apresentação de justificativa formal por parte da empresa.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.1. As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declara vencedora a que apresentar o menor preço.
3.2. Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos serão desclassificados.
3.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.
3.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
3.4.1. contiver vícios insanáveis;
3.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
3.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
3.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
3.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
3.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
3.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global/lote ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
3.5.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
3.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
3.7. Erros no preenchimento da proposta que não resultem em alteração substancial não serão motivo para desclassificação. Nesses casos, a planilha poderá ser corrigida pelo fornecedor, dentro do prazo estabelecido pela Administração, desde que não haja alteração do preço unitário ofertado.
3.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
3.7.2. Consideram-se erros no preenchimento da proposta, entre outros: a ausência de indicação do prazo de validade; erros de multiplicação envolvendo o quantitativo e o valor unitário; a falta de indicação da conta para pagamento; e erros de digitação relacionados a dados da empresa.
3.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
3.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
3.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** e deverão ser apresentados junto da proposta.
4.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados,o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
4.3. A comprovação do cumprimento dos requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais será exigida apenas quando houver dúvida quanto à integridade do documento apresentado.
4.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
4.5. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
4.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será realizada mediante nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei 14.133/2021.
5.2. O adjudicatário terá o prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
5.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
5.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
5.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
5.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
5.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O procedimento será divulgado no site desta Câmara www.leandroferreira.cam.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
6.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
I - republicar o procedimento;
II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
6.2.1. O disposto nos incisos I e III deste item poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.
6.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
6.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
6.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
6.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
6.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
6.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
6.9. Aplicam-se ao presente processo as disposições contidas no Decreto Legislativo n° 05/2024.
6.10. Da sessão pública será divulgada Ata de análise das propostas e documentos.
6.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II- Modelo de Proposta.

Leandro Ferreira/MG, 12 de dezembro de 2025

JANAINA FARIA MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Janaina Faria Moreira
Código Identificador:A29AF1B9

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO Nº 003-2026 - DISPENSA Nº 003-2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA**, com endereço na Praça São Sebastião, n° 36, Centro, Leandro Ferreira, CEP: 35.657-000, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n° 05.363.084/0001-41, torna público que realizará **Dispensa de Licitação, sendo seu aviso divulgado para obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados**, com critério de julgamento de **menor preço global,** conforme inciso II c/c § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Legislativo n° 004/2024 e demais legislações aplicáveis.

PERÍODO LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 16/01/2026 a 21/01/2026 ATÉ às 12 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: camaralf@gmail.com

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para c aquisição de materiais elétricos e de monitoramento, incluindo instalação, substituição e manutenção, visando aprimorar a infraestrutura elétrica e de segurança da Câmara Municipal de Leandro Ferreira/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
1.1.1. Os itens a serem adquiridos constam do Termo de Referência anexo a este documento.
1.1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço- global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante envio de proposta e documentos de habilitação através do *e-mail* camaralf@gmail.com
2.1.1. A empresa participante é responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(s) representante(s), não cabendo à Câmara Municipal de Leandro Ferreira, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha de *e-mail*, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
c) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21. Serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
2.4. O ingresso do fornecedor na dispensa se dará com o envio de sua proposta e documentos através do endereço de *e-mail* indicado no item 2.1.
2.5. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio de *e-mail*, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto,

quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos na página 01 deste aviso.
2.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
2.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução das obrigações;
2.8. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
2.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
2.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
2.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar as obrigações nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.
2.12. Após o envio da proposta, os fornecedores não poderão retirá-la, substituí-la ou alterá-la, exceto se houver autorização expressa da Administração, mediante apresentação de justificativa formal por parte da empresa.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.1. As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declara vencedora a que apresentar o menor preço por item.
3.2. Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos serão desclassificados.
3.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.
3.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
3.4.1. contiver vícios insanáveis;
3.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
3.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
3.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
3.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
3.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
3.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
3.5.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
3.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
3.7. Erros no preenchimento da proposta que não resultem em alteração substancial não serão motivo para desclassificação. Nesses casos, a planilha poderá ser corrigida pelo fornecedor, dentro do prazo estabelecido pela Administração, desde que não haja alteração do preço unitário ofertado.
3.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
3.7.2. Consideram-se erros no preenchimento da proposta, entre outros: a ausência de indicação do prazo de validade; erros de multiplicação envolvendo o quantitativo e o valor unitário; a falta de indicação da conta para pagamento; e erros de digitação relacionados a dados da empresa.
3.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
3.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
3.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** e deverão ser apresentados junto da proposta.
4.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados,o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
4.3. A comprovação do cumprimento dos requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais será exigida apenas quando houver dúvida quanto à integridade do documento apresentado.
4.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
4.5. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
4.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será realizada mediante nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei 14.133/2021.
5.2. O adjudicatário terá o prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
5.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
5.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
5.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
5.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
5.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O procedimento será divulgado no site desta Câmara www.leandroferreira.cam.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
I - republicar o procedimento;
II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou
III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
6.2.1. O disposto nos incisos I e III deste item poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.
6.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
6.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
6.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
6.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
6.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
6.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
6.9. Aplicam-se ao presente processo as disposições contidas no Decreto Legislativo n° 05/2024.
6.10. Da sessão pública será divulgada Ata de análise das propostas e documentos.
6.11. Integra este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II- Modelo de Proposta.

https://pncp.gov.br/app/editais/05363084000141/2026/3

Leandro Ferreira/MG, 16 de janeiro de 2026

JANAINA FARIA MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Janaina Faria Moreira
Código Identificador:AF8310B8

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO Nº 004-2026 - DISPENSA Nº 004-2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo n° 004/2026
Dispensa de Licitação n° 004/2026

Considerando a necessidade devidamente justificada de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Impressora Brother DCP 8085N, que incorpora o patrimônio da Câmara Municipal de Leandro Ferreira, autorizo a formalização do procedimento de dispensa de licitação para o atendimento da referida demanda, nos termos do art. 75, II da Lei 14.133/2021.

Ademais, autorizo o não cumprimento do procedimento de divulgação do aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis para obtenção de propostas adicionais, bem como a não adoção da forma eletrônica da dispensa, nos termos das razões devidamente expostas no documento intitulado 'Justificativas de Dispensa de Licitação – Pequeno Valor', constante nos autos.

Nestes termos, autorizo a contratação da pessoa jurídica **REGINALDO DE JESUS FERREIRA CPF 799.004.106-53 (CNPJ 01.112.351/0001-57)**, por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para entrega dos itens, pelo valor de **R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).**

Na oportunidade, declaro que, a despesa ora ensejada tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cumpra-se.

Leandro Ferreira/MG, 23 de janeiro de 2026.

CLAUDINEI LIBÉRIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Leandro Ferreira

Publicado por:
Janaina Faria Moreira
Código Identificador:29146D59

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO Nº 005-2026 - DISPENSA Nº 005-2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 005/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA**, com endereço na Praça São Sebastião, n° 36, Centro, Leandro Ferreira, CEP: 35.657-000, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n° 05.363.084/0001-41, torna público que realizará **Dispensa de Licitação, sendo seu aviso divulgado para obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados**, com critério de julgamento de **menor preço global,** conforme inciso II c/c § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Legislativo n° 005/2024 e demais legislações aplicáveis.

PERÍODO LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO **28/01/2026 a 04/02/2026** ATÉ às 08 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: camaralf@gmail.com

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para a prestação de serviços de acesso à internet banda larga, incluindo manutenção e o suporte técnico para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Leandro Ferreira/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
1.1.1. Os itens a serem adquiridos constam do Termo de Referência anexo a este documento.
1.1.2. Caso haja mais de um item ou lote, o fornecedor poderá participar de quantos desejar. Entretanto, se a licitação for realizada por lote, ao optar por participar de determinado lote, o fornecedor deverá apresentar proposta para todos os itens que o compõem.
1.1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante envio de proposta e documentos de habilitação através do *e-mail* camaralf@gmail.com.
2.1.1. A empresa participante é responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(s) representante(s), não cabendo à Câmara Municipal de Leandro Ferreira, a responsabilidade por

eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha de *e-mail*, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
c) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21. Serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
2.4. O ingresso do fornecedor na dispensa se dará com o envio de sua proposta e documentos através do endereço de *e-mail* indicado no item 2.1.
2.5. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio de *e-mail*, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos na página 01 deste aviso.
2.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
2.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução das obrigações;
2.8. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
2.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
2.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
2.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar as obrigações nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.
2.12. Após o envio da proposta, os fornecedores não poderão retirá-la, substituí-la ou alterá-la, exceto se houver autorização expressa da Administração, mediante apresentação de justificativa formal por parte da empresa.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.1. As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declara vencedora a que apresentar o menor preço por item.
3.2. Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos serão desclassificados.
3.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.
3.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
3.4.1. contiver vícios insanáveis;
3.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
3.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
3.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
3.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
3.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
3.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
3.5.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
3.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
3.7. Erros no preenchimento da proposta que não resultem em alteração substancial não serão motivo para desclassificação. Nesses casos, a planilha poderá ser corrigida pelo fornecedor, dentro do prazo estabelecido pela Administração, desde que não haja alteração do preço unitário ofertado.
3.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
3.7.2. Consideram-se erros no preenchimento da proposta, entre outros: a ausência de indicação do prazo de validade; erros de multiplicação envolvendo o quantitativo e o valor unitário; a falta de indicação da conta para pagamento; e erros de digitação relacionados a dados da empresa.
3.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
3.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
3.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** e deverão ser apresentados junto da proposta.
4.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados,o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
4.3. A comprovação do cumprimento dos requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais será exigida apenas quando houver dúvida quanto à integridade do documento apresentado.
4.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
4.5. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
4.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será realizada mediante termo de contrato ou emitido instrumento equivalente.
5.2. O adjudicatário terá o prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Contrato/Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
5.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato, aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
5.3. A assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, emitido à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
5.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
5.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O procedimento será divulgado no site desta Câmara www.leandroferreira.cam.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
6.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
I - republicar o procedimento;
II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou
III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
6.2.1. O disposto nos incisos I e III deste item poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.
6.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
6.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
6.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
6.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
6.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
6.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
6.9. Aplicam-se ao presente processo as disposições contidas no Decreto Legislativo n° 005/2024.
6.10. Da sessão pública será divulgada Ata de análise das propostas e documentos.
6.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II- Modelo de Proposta;
ANEXO III – Minuta do Contrato Administrativo.

https://pncp.gov.br/app/editais/05363084000141/2026/5

Leandro Ferreira/MG, 28 de janeiro de 2026

CLAUDINEI LIBÉRIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Leandro Ferreira

Publicado por:
Janaina Faria Moreira
Código Identificador:9B5DDF23

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MOEMA

CÂMARA MUNICIPAL DE MOEMA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO 05/2025

Contrato nº 001/2025, processo 05/2025, celebrado com a **Associação Mineira de Municípios**, cujo objeto é Disponibilização de software on-line destinado à operacionalização e gestão de publicações de atos oficiais e demais materias de interesse, sob a denominação Diário Oficial dos Municípios Mineiros, com finalidade específica de atender às necessidades da Câmara Municipal de Moema, no que tange à veiculação de atos administrativos. Vigência: 15/01/2026 à 14/01/2027, no valor de R$ 5.794,44 (cinco mil e setessentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), em 12 parcelas mensais.

Moema, 15 de janeiro de 2026.

GERALDO DÂMASO JÚNIOR
Presidente.

Publicado por:
Bruna Carsoso Franco Silva
Código Identificador:F0684085

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARENO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARENO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2026

ARTIGO 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES
PARTES: Câmara Municipal de Nazareno/MG / Emiliano Ribeiro.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, descartáveis e higiene afim de suprir as

necessidades da Câmara Municipal de Nazareno/MG, conforme especificações no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
DATA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: Data da assinatura do contrato até 30 de julho de 2026.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$5.451,21
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.003.000.01.031.0601.2.809.3.3.90.30.00

Publicado por:
Camila Aparecida Angélico
Código Identificador:71D4B113

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARENO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2026

ARTIGO 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES
PARTES: Câmara Municipal de Nazareno/MG / Rogério Confecções e Brinquedos LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, descartáveis e higiene afim de suprir as necessidades da Câmara Municipal de Nazareno/MG, conforme especificações no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
DATA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: Data da assinatura do contrato até 30 de julho de 2026.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$1.537,54
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.003.000.01.031.0601.2.809.3.3.90.30.00

Publicado por:
Camila Aparecida Angélico
Código Identificador:9E648CE9

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARENO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2026
DISPENSA N° 02/2026
A CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARENO-MG, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.123.657/0001-60, com sede na Praça Nossa Senhora de Nazaré, nº 296, Centro, CEP 36370-000, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** da Dispensa nº 02/2026.
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene afim de suprir as necessidades da Câmara Municipal de Nazareno/MG, conforme especificações no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
Detentora 01: EMILIANO RIBEIRO inscrito no CNPJ sob o n° 42.987.933/0001-64, com endereço na Praça Santo Antônio, n° 12, bairro centro, Nazareno/MG.
Valor Total: R$5.451,21 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos).
Detentora 02: ROGÉRIO CONFECÇÕES E BRINQUEDOS LTDA inscrito no CNPJ sob o n° 71.043.764/0001-02, com endereço na Rua Francisco Ribeiro de Carvalho, n° 180, bairro centro, Nazareno/MG.
Valor Total: R$1.537,54 (um mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).
Câmara Municipal de Nazareno, 30 de janeiro de 2026.

CAMILA APARECIDA ANGÉLICO
Agente de Contratação

Publicado por:
Camila Aparecida Angélico
Código Identificador:895ACB03

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
TERMO ADITIVO N° 002 AO CONTRATO N° 001/2024.
CONTRATADA: HARDONLINE LTDA.

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO-MG**.
Termo Aditivo n° 002 ao Contrato n° 001/2024. CONTRATADA: **HARDONLINE LTDA.** Objeto: O segundo termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência e manutenção dos valores do contrato firmado entre as partes, sendo o valor total contrato de R$ 3.478,80 (três mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), em 12 parcelas mensais de R$ 289,90 (duzentos e oitenta e nove reais e noventa centavos). Vigência: 01/02/2026 a 31/01/2027. Dotação Orçamentária: 01 02 01 031 0001 4.004 – Manutenção das atividades da secretaria Geral – 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica - Ficha 35. Fundamento Legal: Art. 106 da Lei Federal nº 14.333/21. Data: 22/01/2026.

Publicado por:
Marcos Aurélio Dos Santos
Código Identificador:02F689C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ATOS NORMATIVOS
PORTARIA Nº 11, DE 14 DE JANEIRO DE 2026. EXONERA DO CARGO EFETIVO A PESSOA QUE ESPECIFICA.

PORTARIA Nº 11, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

EXONERA DO CARGO EFETIVO A PESSOA QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as disposições constantes do art. 67 da Lei Complementar nº 60, de 1º de outubro de 2009;

Considerando, ainda, pedido expresso da servidora para sua exoneração;

R E S O L V E:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o servidor **LUÍS FELIPE NUNES OLIVEIRA** do cargo efetivo de Ouvidor Legislativo, a partir do dia 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 02 de fevereiro de 2026.

NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Lucas Favalli Barbosa Viana
Código Identificador:A0157C09

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 001/2026 – DISPENSA FÍSICA N.° 001/2026

O Presidente da **Câmara Municipal de Pitangui /MG**, CLODOALDO LOPES DE FARIA, no uso de suas atribuições legais, adjudica e homologa o **Processo Administrativo n.º 001/2026 - Dispensa Física 001/2026**, com critério de julgamento **menor preço por item,** para a Contratação de pessoa jurídica para fornecimento contínuo de água mineral e recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Pitangui/MG, junto a empresa **CENTRAL GÁS DISTRIBUIDORA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o **n° 11.090.989/0001-98**, com sede a Rua

Lacerdino Rocha, n° 783, Chapadão, CEP:35.650-000, Cidade Pitangui/MG.

Publicado por:
Karen Teixeira Silva
Código Identificador:A7DBA6DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2024/PRC08-INEX04

CMPN - Extrato do 2º Aditivo ao Contrato nº 100/2024 – Processo nº 08/2024 -Inexigibilidade nº 04/2024. Torna pública a prorrogação da contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ n° 34.028.316/0015-09. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos Correios. Valor do aditivo: R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais). Período de vigência: 25/01/2026 até 25/01/2027.

Ponte Nova – MG, 22 de janeiro de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:2568969B

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2025/PRC62-PRG90007

CMPN - Extrato do Contrato nº 212025 – Processo nº 62/2025 – Pregão Eletrônico nº 90007/2025. Torna pública a contratação da empresa Eugenio Victor Pereira do Amaral 12024769616, CNPJ n° 14.694.027/0001-36. Objeto: 01 impressora fotográfica compatível com impressão em cartão PVC EPSON L8050 e 01 impressora multifuncional laser monocromática HP M432FDN; 10 kits de 06 tintas compatível com impressora fotográfica (EcoTank L8050) e 10 toners de alta capacidade para impressora multifuncional laser HP432FDN, 05 nobreaks NHS mini 4, 600va, bivolt; 02 monitores touch com hub USB-C Dell pro 24 plus, P2424HT e 03 desktops Dell slim core i3-14100/8GB (1x8GB) DDR5/256GB SSD, ECS1250; 10 adaptadores wireless USB, dual band 2.4/5ghz,600mbps Mega MaxxiTecnologia Redutron; conforme descrito no Termo de Referência, com 01 (um) ano de garantia. Valor total do contrato: R$33.669,00 (trinta e três mil e seiscentos e sessenta e nove reais). Período de vigência: 20/10/2025 até 20/10/2026.

Ponte Nova – MG, 30 de janeiro de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:D2FB2A28

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2025/PRC62-PRG90007

CMPN - Extrato do Contrato nº 29/2025 – Processo nº 62/2025 – Pregão Eletrônico nº 90007/2025. Torna pública a contratação da empresa Stark Soluções em Tecnologia Ltda., CNPJ nº 10.278.563/0001-08. Objeto: Aquisição de 01 (um) relógio de ponto eletrônico, marca DIXI, modelo IREP FACIAL, conforme descrito no Termo de Referência, com 01 (um) ano de garantia. Valor total do contrato: R$2.732,29 (dois mil, setecentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos). Período de vigência: 20/10/2025 até 20/10/2026.

Ponte Nova – MG, 15 de janeiro de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:E0EE37A2

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA N° 12, DE 02.02.2026

Declara insubsistente o ato de nomeação do candidato Diego de Oliveira Quinto, aprovado no Processo Seletivo regido pelo Edital PSS/CT nº 01/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 88, II, da Lei Orgânica, e art. 44, XXII, do Regimento Interno da Câmara, e tendo em vista o Processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2025, e,
CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 4, de 05.01.2026 que nomeou o candidato Diego de Oliveira Quinto, inscrição nº 174, na vaga do cargo de Agente Administrativo Especialidade Contabilidade;
CONSIDERANDO a publicação da nomeação e convocação do candidato para tomar posse divulgada no Diário Oficial do Municípios Mineiros na data de 07.01.2026, edição nº 4.186 e também no Portal da Câmara;
CONSIDERANDO que o candidato Diego de Oliveira Quinto, aprovado no Processo Seletivo, Edital PSS/CT nº 01/2025, para o cargo de **Agente Administrativo – Especialidade Contabilidade**, inscrição 174, protocolou em 02.02.202 a desistência de sua nomeação, conforme protocolo nº 75/2026.
RESOLVE:
Art. 1º Declarar insubsistente o ato de nomeação do candidato **Diego de Oliveira Quinto, inscrição nº 174**, para o cargo efetivo de **Agente Administrativo Especialidade Contabilidade,** em decorrência de sua manifestação de desistência da nomeação, conforme Protocolo nº 75/2026,
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.
Ponte Nova - MG, 2 de fevereiro de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:3B6D2005

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 13, DE 02.02.2026

Nomeia para o exercício da função pública de Agente Administrativo Especialidade Contabilidade o candidato João Vitor Alves Santos aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, no exercício de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto no art. 88, II, da Lei Orgânica, e art. 44, XXII, do Regimento Interno da Câmara, e tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, e considerando,
- a Portaria nº 39, de 15.09.2025, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025 para contratação de Agente Administrativo Especialidade Contabilidade;
- a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado quanto à função pública de Agente Administrativo Especialidade Contabilidade,
RESOLVE:
Art. 1º Convocar para o exercício da função pública de **Agente Administrativo Especialidade Contabilidade** do quadro permanente estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 4.637, de 08.12.2022, no prazo legal, o candidato **João Vitor Alves Santos, inscrição nº 165**, consoante resultados do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025.

Art. 2º A Divisão Administrativa e as assessorias adotarão as medidas para a comunicação, contratação e demais procedimentos necessários à entrada em exercício do candidato convocado.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Ponte Nova - MG, 2 de fevereiro de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:51212ECD

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

LICITAÇÃO E COMPRAS
ERRATA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA** ao Extrato das Atas de Análise de Propostas, referente ao:

Processo Administrativo nº 02/2026
Dispensa de Licitação nº 02/2026

ONDE SE LÊ:
"Encerrado o prazo estabelecido no Aviso de Contratação para apresentação de propostas, constatou-se a ausência total de interessados, não havendo recebimento de propostas por meio eletrônico ou presencial. Em razão disso, o procedimento foi declarado deserto, restando inviabilizada a continuidade do certame…"

LEIA-SE:
"Encerrado o prazo estabelecido no Aviso de Contratação para apresentação de propostas, procedeu-se à análise de 03 (três) orçamentos obtidos para fins de apuração do preço médio de mercado, nos termos da legislação vigente. Após a análise comparativa, verificou-se que o orçamento de menor valor global apresentou-se mais vantajoso para a Administração, atendendo às especificações exigidas, razão pela qual foi adotado como referência para a contratação."

Empresa: Deila Soares de Lima
CNPJ: 09.080.533/0001-03
Valor Global: R$ 520,00

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da publicação original.

Pratápolis/MG, 02 de janeiro de 2026.

SHAYANE CRISTINA LARA
Agente de Contratação

DEUSMAR DE OLIVEIRA MAIA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Shayane Cristina Lara
Código Identificador:0D224106

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo: nº 03/2026
Dispensa de Licitação: nº 03/2026
Fundamentação Legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

A Câmara Municipal de Pratápolis/MG torna público o extrato da **Ata de Análise das Propostas** referente à Dispensa de Licitação nº 03/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva mensal e assistência técnica em plataforma elevatória Daiken 325kg**.

Conforme registrado em ata, **não houve apresentação de propostas** no prazo inicialmente estabelecido, razão pela qual foram analisados orçamentos obtidos junto a fornecedores do ramo, para apuração do preço médio de mercado, nos termos da legislação vigente. Após análise, foi identificada como mais vantajosa a proposta apresentada pela empresa **Elevadores Diniz LTDA**, inscrita no CNPJ nº **08.873.472/0001-60**, no valor global de **R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)**.

O objeto foi **adjudicado** à referida empresa em **30/01/2026**, e o procedimento foi **homologado** pelo Presidente da Câmara Municipal de Pratápolis em **02/02/2026**, reconhecendo-se a regularidade do processo e a vantajosidade da contratação.

Pratápolis/MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Shayane Cristina Lara
Código Identificador:25F98859

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
3º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO 001/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG, torna público 3º Termo Aditivo ao Processo Administrativo 001/2023 – Pregão Eletrônico 001/2023, objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de concessão de licenciamento de uso de sistemas de tecnologia integrados para a gestão pública municipal, em observância aos requisitos do SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – com serviços de conversão de dados, implantação, migração de dados preexistentes, treinamento, manutenção, suporte técnico e acompanhamento durante o período contratual. Contrato n° 001/2023 – CONTRATADA (MEMORY PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ: 71.000.731/0001-85) – Prorroga prazo de vigência contratual para o período de 04/02/2026 a 03/02/2027, bem como aplicação de reajuste contratual, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente aos últimos 12 (doze) meses, nos termos contratuais. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO - Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:9772BFE1

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
4º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2022 – DISPENSA 002/2022

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG, torna público 4º Termo Aditivo ao Processo Administrativo 002/2022 – Dispensa 002/2022, objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de publicidade através de Radiofusão. Contrato n° 002/2022 – CONTRATADA (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BEM, CNPJ: 03.083.427/0001-99) – Prorroga prazo de vigência de 04/02/2026 a 03/02/2027. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO - Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 02 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:C8469267

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2026, INEXIGIBILIDADE 001/2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG**,** torna público Extrato de INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo n° 003/2026, Inexigibilidade 001/2026. Partes: Câmara Municipal de Sabinópolis/MG e WR Gestão Pública LTDA, CNPJ: 36.616.892/0001-95. Objeto: curso de capacitação tema: "5º Seminário de Vereadores sobre Modernização da Câmara Municipal, Marketing Político e Gestão de Frotas e Patrimônios", entre os dias 03 a 06 de fevereiro de 2026, em Belo Horizonte. Valor: R$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), referente a 4 (quatro) inscrições. **CONTRATO: 001/2026,** Vigência: 30 dias. Dotação Orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:C6993B41

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004/2026, INEXIGIBILIDADE 002/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG**,** torna público Extrato de INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo n° 004/2026, Inexigibilidade 002/2026. Partes: Câmara Municipal de Sabinópolis/MG e Force Treinamentos e Consultoria LTDA, CNPJ: 40.223.681/0001-71. Objeto: curso de capacitação tema: "Governança Inteligente: Como a IA Transforma o Mandato em Estratégia de Resultados", entre os dias 03 a 06 de fevereiro de 2026, em Belo Horizonte. Valor: R$1.379,99 (um mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos), referente a 1 inscrição. **CONTRATO: 002/2026,** Vigência: 30 dias. Dotação Orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópoolis, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:12E7E788

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA/MG - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026, PROCESSO Nº 006/2026. **Objeto:** Contratação de empresa de telecomunicações para prestação de serviço de link corporativo de acesso à internet por meio de IP - Internet Protocol, dedicado, com rede de fibra óptica, com conexão direta ponto a ponto via fibra óptica com o provedor, fornecendo 3 IP's Válidos. **Início da sessão pública:** 09/02/2026, às 13:00 horas. O Aviso de Contratação Direta encontra-se disponível nos sites: www.licitardigital.com.br e www.santabarbara.cam.mg.gov.br/licitacoes.

Santa Bárbara, 2 de fevereiro de 2026.

MARCIO RODRIGUES PEDRO
Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara-MG

Publicado por:
Thais Alves Araújo
Código Identificador:C45F5D52

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO – PUBLICAÇÃO (DISPENSA)

Processo Administrativo nº 009/2025
Dispensa de Licitação nº 008/2025
Contratante: Câmara Municipal de Tapira (MG), órgão detentor de personalidade judiciária devidamente inscrita no CNPJ n º 23.369.515/0001-69, com sede na rua Egídio Ribeiro de Resende, n ° 83, Bairro Centro, Tapira/MG, cep. 38.185-000, Guilherme Jamil Borges, brasileiro, agente político – Presidente da Câmara de Tapira/MG, residente e domiciliado no Município de Tapira/MG - Minas Gerais.
Contratado: Publicenter Informática Comércio e Locação LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob no 04.235.413/0001-06, com sede na Rua José Rodrigues Queiroz Filho, no 1.529, Uberlândia/MG, neste ato representada por sua sócia administradora Sabrina Kelly de Oliveira Gomes, inscrita no CPF no 113.350.586-48, residente e domiciliada no Município de Uberlândia/MG.
Objeto: "Prestação de serviço de computação em nuvem – plataforma como serviço PAAS – código CATSER 26069, serviços técnicos de hospedagem externa de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, no regime de hosting -nuvens-, em ambiente de datacenter, com fornecimento de conectividade, monitoramento, armazenamento de dados, gerenciamento, segurança física, lógica e proteção de dados via firewall para execução de aplicações, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Tapira (MG), nos termos da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021".
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual correspondente ao período aditado.
Valor total do aditivo: R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais).
Vigência: 01 de fevereiro de 2026 até 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Mary Márcia Marques
Código Identificador:A38CF498

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO - RESCISAO UNILATERAL

EXTRATO – Rescisão unilateral (AGMR)
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA. EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025. A Câmara Municipal de Tapira/MG torna pública a **Decisão Administrativa**, datada de **27 de janeiro de 2026**, que **rescindiu unilateralmente**, por **conveniência e oportunidade**, o contrato celebrado com **AGMR Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ nº 11.770.656/0001-00)**, cujo objeto consiste na **prestação de serviços de transformação de documento físico em digital (preparo/higienização, digitalização em PDF/A com OCR e indexação), implantação/customização e operação de GED 100% web, treinamento, suporte técnico com SLA e posto de trabalho dedicado**, encerrando-o por decisão unilateral, sem atribuição de inadimplemento à contratada. **Fundamento legal:** Lei Federal nº 14.133/2021.

Tapira/MG, 27 de janeiro de 2026.

GUILHERME JAMIL BORGES
Presidente da Câmara Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Mary Márcia Marques
Código Identificador:E6CF4838

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO - RESCISAO UNILATERAL

EXTRATO – Rescisão unilateral (Vieira da Silva S.I. de Advocacia)
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA. EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº

005/2025. A Câmara Municipal de Tapira/MG torna pública a **Decisão Administrativa**, datada de **27 de janeiro de 2026**, que **rescindiu unilateralmente**, por **conveniência e oportunidade**, o contrato celebrado com **Vieira da Silva Sociedade Individual de Advocacia (CNPJ nº 42.709.947/0001-16)**, referente à **prestação de serviços técnicos de natureza singular (assessoria/consultoria legislativa e execução técnica) para edição e confecção de proposição de minuta de CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**, na forma de projeto de resolução, para suprir lacuna legislativa e regulamentar o decoro parlamentar, garantindo segurança jurídica em processos disciplinares, encerrando-o por decisão unilateral, sem atribuição de inadimplemento à contratada. **Fundamento legal:** Lei Federal nº 14.133/2021. **Tapira/MG, 27 de janeiro de 2026.**

***GUILHERME JAMIL BORGES* –**
Presidente da Câmara Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Mary Márcia Marques
Código Identificador:82987687

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI

CÂMARA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
PORTATIA 009

Dispõe sobre nomeação da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Teófilo Otoni.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 17, incisos II e VIII, do Regimento Interno, bem como nos termos da Lei Federal nº 14.333, **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Teófilo Otoni os seguintes membros e funções:

Agente de Contratação: Natália Figueiredo Dutra.

Equipe de Apoio: Cristiano Graciliano Sales Augusto.

Art. 2º Conceder à Comissão designada plenos poderes e autonomia para execução dos trabalhos que forem de sua competência e responsabilidade, obedecendo às exigências da Lei Federal nº 14.133 e suas eventuais alterações.

Art. 3º Determinar que a Comissão de Licitação terá competência para cumprir suas atividades em todo o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se automaticamente com o término deste.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta portaria em vigor na data de sua publicação.

Teófilo Otoni/MG, 29 de janeiro de 2026.

UGLENO ALVES PEREIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Mateus Pereira Jnker
Código Identificador:199E3589

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE TOMBOS

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMBOS
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO

Portaria nº: 01/2026
Data: 02 de janeiro de 2026

Dispõe sobre nomeação para o exercício de Cargo em Comissão de Chefe do Departamento Jurídicodesta Câmara Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 1.881/2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Tombos, Vereador Sidnei Oliveira da Silva, usando de suas atribuições legais em conformidade com o artigo 30, inciso XIX do Regimento Interno e art. 38, inciso XX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE
Artigo 1º- Fica nomeada a Servidora **ALESSANDRA FIGUEIREDO DE ALMEIDA** para exercer o Cargo em Comissão de **Chefe do Departamento Jurídico**desta Câmara Municipal, N5, nos termos da Lei Complementar nº 1.881/2024, de 18 de março de 2024.

Artigo 2º- Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação retroagindo seus efeitos a 01/01/2026.

Câmara Municipal de Tombos, 02 de janeiro de 2026.

SIDNEI OLIVEIRA DA SILVA
-Presidente – CMT

Publicado por:
Alessandra Figueiredo de Almeida
Código Identificador:6402F632

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDES - CONSORCIO INT. DE DESENV. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 16/2026 – CENTRALINA– MG - ANO 2026

Contrato de Rateio firmado entre o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, inscrito no CNPJ n°. 19.526.155/0001-94 e o município de Centralina, inscrito no CNPJ sob o n°. 18.260.497/0001-42 firmado em 29/01/2026. Base Legal: Lei Federal n. 11.107/2005. Objeto: Regulamentar a contribuição financeira do MUNICÍPIO ao CIDES, para despesas de custeio e de investimento, de forma a viabilizar sua manutenção, operacionalização e funcionamento de forma adequada. Vigência: de 29/01/2026 a 31/12/2026. Valor R$ 56.843,60 (Cinquenta e seis mil oitocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos). Publicado na íntegra no link: www.cides.com.br.

Publicado por:
Ecione Cristina Martins Pedrosa
Código Identificador:9919F34A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 011/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 004/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 003/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – avisa aos interessados da Publicação do Edital para Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MÍDIAS SOCIAIS em DOIS NÍVEIS DE CAPACIDADE TÉCNICA em atendimento as demandas dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene-CIMAMS

e deste. Modalidade Aberta, com prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação para o interessado credenciar-se.
O requerimento de credenciamento, em documentação física, deverá ser entregue obrigatoriamente em envelope fechado e devidamente identificado, dirigido à Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, no horário de 09h00min (nove horas) às 17h00min (dezessete horas) dos dias úteis, na sede do CIMAMS, a partir das 09h00min do dia 16/02/2026.
Informações pelo fone (38) 93300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES
Secretário Executivo do CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:E27DD777

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Ratifico o ato da Sr. Edson Nogueira Luz Filho, Agente de Contratação, que procedeu a Inexigibilidade nº 01/2026, tendo como objeto a locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento de unidade regional especializada para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento multiprofissional de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros atrasos do neurodesenvolvimento, no âmbito dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas – CISLAGOS. O imóvel localizado na Rua Geraldo Dásio, nº 335, Residencial São Lucas, no município de Alfenas/MG, consoante no Lei N° 14.133/21 em seu artigo 74, inciso V, após verificada que trata-se de locação de imóvel cujas características de instalações e de localização justificam a escolha, no valor mensal de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo este condizente com a atual realidade de mercado, em favor de Ricardo Menezes Salgado, inscrito no CPF sob o nº 080.558.067-05, conforme comprovações acostadas ao presente processo licitatório. O valor global desta contratação será de R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) para o período de doze meses.
Publique-se.

Alfenas, 27 de janeiro de 2026

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:09245C42

CISLAGOS
EXTRATO DE ADITIVO

Termo Aditivo nº 01/2026 ao Contrato Administrativo nº 01/2023 Processo Licitatório nº 01/2023 Contratado: ELEVADORES DINIZ LTDA. Objeto: Em conformidade com o disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, e tendo em vista o interesse da Administração na continuidade dos serviços prestados, a vigência do presente contrato fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 01/02/2027.
Data: 01 de fevereiro de 2026

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:F8C971FE

CISLAGOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000007/26 - INEXIGIBILIDADE n° 0001/26
Objeto: Locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento de unidade regional especializada para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento multiprofissional de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros atrasos do neurodesenvolvimento, no âmbito dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas – CISLAGOS
Contratado: RICARDO MENEZES SALGADO, CPF n° 080.558.067-05. Valor global estimado de R$ 168.000,00. Data da assinatura: 02/02/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 02 de fevereiro de 2026 até 02 de fevereiro de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
01010004.122.0001.2001.00003.3.90.39.001.501.000

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:06F26D53

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMARG - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO RIO GRANDE

CISMARG
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CISMARG
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

O CISMARG – Através do seu Presidente, Sr. Carlos Henrique Avelar após análise conferência e deliberação, adjudica o resultado do Pregão Eletrônico Nº 09/2025, Processo Licitatório Nº 32/2025.
Da mesma forma através do seu Presidente, Sr Carlos Henrique Avelar, após análise, conferência e deliberação homologa o resultado final do Pregão Eletrônico Nº 09/2025, Processo Licitatório Nº 32/2025. Cujo objeto é " Registro de preços para aquisição de medicamentos, objeto detalhado no banco de preços desenvolvido pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)**, em favor da seguinte empresa:
PONTES E GUEDES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 37.920.081/0001-58 Valor Global: R$ 18.480.000,00

ARTUR FERREIRA JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Sebastião Olimpio de Oliveira
Código Identificador:29FF2B3B

CISMARG
EXTRATO DE CONTRATO

CISMARG
EXTRATO DE CONTRATO N° 01/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

O CISMARG – Consórcio Int. de Saúde dos Munic. Da Micro Região do Alto Rio Grande pessoa jurídica de direito público interno, inscrito

no CNPJ sob o nº 00.079.634/0001-81 neste ato representado por seu Presidente, Senhor CARLOS HENRIQUE AVELAR, doravante denominado CONTRATANTE, através de licitação denominado órgão gerenciador e a Empresa PONTES E GUEDES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 37.920.081/0001-58, denominada CONTRADADA, celebram o contrato 01/2026, para "Registro de preços para aquisição de medicamentos, objeto detalhado no banco de preços desenvolvido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) de acordo com o critérios, termos e condições estabelecidos no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório n° 32/2025 e Pregão Eletrônico de nº 09/2025. O valor total deste instrumento contratual, será de R$ 18.480.000,00.
Santo Antônio do Amparo, 02 de fevereiro de 2026.

CARLOS HENRIQUE AVELAR
Presidente do CISMARG

Publicado por:
Sebastião Olimpio de Oliveira
Código Identificador:5021D7FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMIV - CONSORICIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 009

PORTARIA N° 009 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Convoca para apresentação de documentos e nomeia para posse a candidata aprovada no concurso público do CIS-MIV Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Microrregião De Viçosa - edital nº 01/2024.

O Presidente do CIS-MIV CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA, Sr. José Ivanir Miranda Duarte, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o resultado do Concurso Público, Edital nº 01/2024, homologado através do Decreto nº 01 de 16 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR E CONVOCAR a candidata a seguir para tomar posse no prazo máximo de 15 dias corridos, a contar da data da publicação desta Portaria, qual seja:

EMPREGO PÚBLICO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CISMIV
13º lugar GABRIELA AMÉLIA LOPES DA SILVEIRA

Art. 2º - A candidata deverá assumir o efetivo exercício de suas atividades em dia, hora e local a ser definido no ato da posse, sendo que somente após esta data, ser-lhe-á garantido o direito à remuneração.

Art. 3º - No ato da posse o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:
a)original e fotocópia de comprovante de residência atualizado (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com assinatura reconhecida em cartório);
b)original e fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;
c)original e fotocópia da Cédula de Identidade;
d)original e fotocópia do Cartão de Vacina;
e)original e fotocópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
f)na hipótese de o candidato ser cidadão português a quem foi deferida igualdade nas condições previstas no § 1º do art. 12 da Constituição Federal, deverão ser apresentados documento expedido pelo Ministério da Justiça, reconhecendo a igualdade de direitos, obrigações civis e gozo dos direitos políticos, nos termos do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972, e dos arts. 15 e 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, celebrado em 22 de abril de 2000 e promulgado pelo Decreto Federal nº 3.927, de 17 de outubro de 2001; e documento de identidade de modelo igual ao do brasileiro, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao tratado, nos termos do seu art. 22 do Decreto Federal nº 3.927, de 2001.
g)original e fotocópia do cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se possuir (o candidato deverá consultar a Regularidade na Qualificação Cadastral do PIS/PASEP e caso a consulta apresente inconsistências, o candidato deve procurar o órgão competente para regularização e apresentar, durante o processo de admissão, documento comprobatório de regularização expedido pelo referido órgão);
h)original e fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico http://www.tse.gov.br;
i)original e fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);
j)original e fotocópia do comprovante de capacitação legal para o exercício do Emprego Público (diploma registrado ou declaração ou atestado ou certificado de conclusão do curso emitido pela instituição de ensino, carteira de identidade profissional, carteira nacional de habilitação, registro no órgão de fiscalização do exercício profissional competente), bem como comprovação da experiência mínima exigida para o exercício das atribuições do Emprego Público, se for o caso;
k)declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou cópia da última declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), com o respectivo recibo emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
l)declaração de que não infringe o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação remunerada de cargos, empregos e funções), bem como o disposto no art. 37, §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública).

Art.4° - Registre-se, publique-se, cumpra-se,

Viçosa - MG, 02 de fevereiro de 2026

JOSÉ IVANIR MIRANDA DUARTE
Presidente do CIS-MIV

Publicado por:
Cristiane de Fátima da Silva Gomes
Código Identificador:411C6692

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026

REGISTRO DE PREÇOS 11/2025
PREGÃO 14/2025
PROCESSO 27/2025

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Viçosa – CISMIV, situada à Rua José Dos Santos, nº 120, Bom Jesus, Viçosa-MG, CEP 36570-135 no CNPJ 02.326.365/0001-36, torna público o ato de assinatura de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS supracitada, cujo objeto é registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos diversos, incluindo mobiliários permanentes e não permanentes, eletrônicos, itens de informática e equipamentos específicos para a estruturação do Vacimóvel, bem como ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e assistenciais do CISMIV. A Ata de Registro de Preços foi pactuada entre a empresa VERTICE LICITA LTDA, inscrita no CNPJ 59.993.209/0001-46, situada em EMIDÍO JOSÉ PINTO – Nº 130 – SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - FORMIGA (MG), denominado fornecedor, e este Consórcio, CISMIV, em observância às disposições do registro de preços supracitado e Lei n° 14.133/21. Data de assinatura: 29/01/2026. Vigência: 12 meses a partir de sua publicação.

Viçosa-MG, 02 de fevereiro de 2026.

LUCIANE MOREIRA ASEVEDO
Secretária Executiva

Publicado por:
Aline Aparecida da Silva
Código Identificador:A969C9B7

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

REGISTRO DE PREÇOS 11/2025
PREGÃO 14/2025
PROCESSO 27/2025

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Viçosa – CISMIV, situada à Rua José Dos Santos, nº 120, Bom Jesus, Viçosa-MG, CEP 36570-135 no CNPJ 02.326.365/0001-36, torna público o ato de assinatura de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS supracitada, cujo objeto é registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos diversos, incluindo mobiliários permanentes e não permanentes, eletrônicos, itens de informática e equipamentos específicos para a estruturação do Vacimóvel, bem como ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e assistenciais do CISMIV. A Ata de Registro de Preços foi pactuada entre a empresa C&P INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ 29.006.963/0001-84, situada à Avenida Brasil, 535 - Centro / Sala 105 Palmitos SC / 89887-000, denominado fornecedor, e este Consórcio, CISMIV, em observância às disposições do registro de preços supracitado e Lei n° 14.133/21. Data de assinatura: 29/01/2026. Vigência: 12 meses a partir de sua publicação.

Viçosa-MG, 02 de fevereiro de 2026.

LUCIANE MOREIRA ASEVEDO
Secretária Executiva

Publicado por:
Aline Aparecida da Silva
Código Identificador:EDF22745

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2026

REGISTRO DE PREÇOS 11/2025
PREGÃO 14/2025
PROCESSO 27/2025

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Viçosa – CISMIV, situada à Rua José Dos Santos, nº 120, Bom Jesus, Viçosa-MG, CEP 36570-135 no CNPJ 02.326.365/0001-36, torna público o ato de assinatura de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS supracitada, cujo objeto é registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos diversos, incluindo mobiliários permanentes e não permanentes, eletrônicos, itens de informática e equipamentos específicos para a estruturação do Vacimóvel, bem como ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e assistenciais do CISMIV. A Ata de Registro de Preços foi pactuada entre a empresa CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA, inscrita no CNPJ 60.915.736/0001-11, situada à Rodovia BR-282, n°; S/N, Brcao 01A, Índios, Lages/SC, CEP 88508-650, denominado fornecedor, e este Consórcio, CISMIV, em observância às disposições do registro de preços supracitado e Lei n° 14.133/21. Data de assinatura: 30/01/2026. Vigência: 12 meses a partir de sua publicação.

Viçosa-MG, 02 de fevereiro de 2026.

LUCIANE MOREIRA ASEVEDO
Secretária Executiva

Publicado por:
Aline Aparecida da Silva
Código Identificador:4EC8078F

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026

REGISTRO DE PREÇOS 15/2025
PREGÃO 20/2025
PROCESSO 37/2025

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Viçosa – CISMIV, situada à Rua José Dos Santos, nº 120, Bom Jesus, Viçosa-MG, CEP 36570-135 no CNPJ 02.326.365/0001-36, torna público o ato de assinatura de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS supracitada, cujo objeto é registro de preços para aquisição de colírios, destinados ao uso interno, para atendimento das demandas das unidades vinculadas ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa - CISMIV. A Ata de Registro de Preços foi pactuada entre a empresa ULTRA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 42.946.717/0001-70, situada à Maria Thereza Fávero, 100 - Três Vendas - ERECHIM - RS CEP:99.713-060, denominado fornecedor, e este Consórcio, CISMIV, em observância às disposições do registro de preços supracitado e Lei n° 14.133/21. Data de assinatura: 02/02/2026. Vigência: 12 meses a partir de sua publicação.

Viçosa-MG, 02 de fevereiro de 2026.

LUCIANE MOREIRA ASEVEDO
Secretária Executiva

Publicado por:
Aline Aparecida da Silva
Código Identificador:3E6C676C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO-GAS MEDICAL LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ** torna público o extrato do termo de CREDENCIAMENTO **GAS MEDICAL LTDA**, CNPJ 64.599.412/0001-72 **OBJETO –** O credenciamento de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos (clínico geral) em regime de plantões, visando atender as demandas dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará, dar-se-á na forma da Lei nº 14.133/2021, e obedece aos termos do Edital de Chamamento Público nº 01/2025, Processo Administrativo N° 001/2025 ITENS 01 -165.612 horas valor unitário R$ 146,50 – ITEM 02-68.550 horas valor unitário R$ 160,90 **VIGÊNCIA CONTRATUAL** – 12 meses. Pará de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:B265988D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 03/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO- Processo Administrativo 05/2026. Dispensa 03/2026. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **REVISÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ÔNIBUS TRANSPORTA SUS, CHASSI 953AD6TF2SR010759 Placa TCZ3J00** utilizados pelos municípios Consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde de Serviços do Alto Rio Pará – CISPARÁ. Empresa vencedora Divisa Divinópolis Veiculos Ltda. CNPJ. 20.142.097.0002/65, valor R$ 6.266,00 Dotação Orçamentária:

01.01.01.10.122.0004.2003.33903000 ficha 15 fonte 1501 mat.,de consumo 01.01.01 10.122.0004.2003.33903900 ficha 17 fonte 1501 mão de obra– vigência 01 mês. Embasamento art. 75, IV, "A" DA LEI 14.133/21 Para de Minas 02 de fevereiro de 2026..

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:1529C526

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISURG - OESTE - CONSORCIO INT. DE SAUDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE

CONSORCIO INT. DE SAUDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE
AVISO DE DISPENSA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE. EXTRATO DO CONTRATO– Processo de Licitação n° 58/2026, Dispensa n° 58/2026. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG OESTE. Contratado: "BIO SERVIS ELETROMEDICINA LTDA", CNPJ: 38.741.138/0001-14. Objeto: "**AQUISIÇÃO DE 02 CABO DE MARCAPASSO - DEA PARA CARDIOVERSOR INSTRAMED DUALMAX UTILIZADOS NA ASSISTÊNCIA DO CIS URG OESTE/ SAMU 192**". Valor previsto total de R$ 1.280,00 (UM MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS). Divinópolis/MG 02 de Fevereiro de 2026.

JOSÉ MÁRCIO ZANARDI –
Secretário Executivo

Publicado por:
Marielle Rezende Gomes Ferreira
Código Identificador:A0535F60

CONSORCIO INT. DE SAUDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE
AVISO DE DISPENSA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE. EXTRATO DO CONTRATO– Processo de Licitação n° 75/2026, Dispensa n° 75/2026. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG OESTE. Contratado: "GRAFFUS DESIGN LTDA", CNPJ: 00.799.131/0001-80. Objeto: **"SERVIÇO DE 02 IMPRESSÃO EM LONA, 1 PARA BASE DE PITANGUI E A OUTRA PARA BASE DE ESTRELA DO INDAIÁ. NECESSIDADE DAS IMPRESSÕES DAS LONAS É A IDENTIFICAÇÃO DAS NOVAS BASES SOB GESTÃO DO CIS URG OESTE".** Valor previsto total de R$ 1.570,00 (UM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS). Divinópolis/MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ MÁRCIO ZANARDI –
Secretário Executivo.

Publicado por:
Marielle Rezende Gomes Ferreira
Código Identificador:914E189B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 002/2026

TÍTULO: CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n°002/2026 com a empresa NÚCLEO DE SAÚDE MINAS GERAIS, referente ao processo licitatório n°018/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de médicos oftalmológicos, com o valor global de R$ 750.875,50 (Setecentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) e vigência até 27 de Janeiro de 2027. Coronel Fabriciano, 02 de Fevereiro de 2026.

THAIZ ROSA -
Equipe de Apoio.

Publicado por:
Domingos Sávio de Castro
Código Identificador:F03697E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 005/2026 Processo nº 010/2026, Credenciamento de empresas de locação de veículos leves em atendimento aos Municípios consorciados do CIMINAS. Início credenciamento: 03/02/2026 acesso ao edital: https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:F1E36A57

CIMINAS
AVISO DE ERRATA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento 017/2024 processos 055/2024, torna público 2º ERRATA ao edital, errata na integra disponível em ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:E9B5E2CE

CIMINAS
AVISO DE ERRATA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento 009/2025 processos 028/2025, torna público 2º ERRATA ao edital, errata na integra disponível em ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:011ABBC2

CIMINAS
AVISO DE ERRATA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento 008/2025 processos 025/2025, torna público 4º ERRATA ao edital, errata na integra disponível em ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:CF3559C5

CIMINAS
AVISO DE ERRATA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento 003/2026 processos 006/2026, torna público 1º ERRATA ao edital, errata na integra disponível em ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:826DB960

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 007, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a Suplementação de crédito na importância de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde (CIAS) no uso das atribuições que lhe confere a 1ª alteração ao Contrato do Consórcio, sob a forma de Associação Pública, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e da Lei Estadual nº 18.036, de 12 de janeiro de 2009, **RESOLVE:**

Art. 1º **Abrir** Crédito Suplementar na importância de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), sob as seguintes classificações econômicas e programáticas;
0700 - CIAS – CONSORC. INTER. ALIANÇA P/ A SAÚDE
0701 – CIAS – ADMINISTRAÇÃO RATEIO
2001 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
4.4.9.0.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS (18)
R$50.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto de acordo com o artigo anterior, será usado como recurso as seguintes reduções orçamentárias:
0700 - CIAS - CONSORC.INTER. ALIANÇA P/ A SAÚDE
0711 – MANUTENÇÃO SAMU MACRO CENTRO
2032 – MANUTENÇÃO SAMU MACRO CENTRO
4.4.9.0.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS (67)
R$50.000,00

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data e será afixada no Quadro de Avisos da Sede do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, dando-lhe publicidade.

Art. 4º Revogam-se as disposições anteriores e em contrário.

MARCÍLIO BEZERRA DA CRUZ
Presidente
Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS

Publicado por:
Anaulizia Batista Afonso
Código Identificador:78FE5EBA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE – CISLESTE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO - CREDENCIAMENTO 001/2024

EXTRATO DE CONTRATO
Credenciamento 01/2024

Nº: 02/2026
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE
Credenciada: FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA FILHO LTDA.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde, para realização de consultas e serviços nas áreas médica e afins para atendimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, nele englobando os Municípios Consorciados.
Assinatura: 15/01/2026
Vigência: 15/01/2026 a 31/07/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 14/2024; Credenciamento: nº 01/2024
Signatários: Ricardo Celles Maia – Presidente do Cisleste
Flávio Rodrigues Pereira Filho – FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA FILHO LTDA.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:8309D6BA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO - CREDENCIAMENTO 001/2024

EXTRATO DE CONTRATO
Credenciamento 01/2024

Nº: 06/2026
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE
Credenciada: GABRIELA MANTIOLHE DE LACERDA LTDA.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde, para realização de consultas e serviços nas áreas médica e afins para atendimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, nele englobando os Municípios Consorciados.
Assinatura: 28/01/2026
Vigência: 28/01/2026 a 31/07/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 14/2024; Credenciamento: nº 01/2024
Signatários: Ricardo Celles Maia – Presidente do Cisleste
Gabriela Mantiolhe de Lacerda – GABRIELA MANTIOLHE DE LACERDA LTDA.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:D191F2FF

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO - CREDENCIAMENTO 003/2024

EXTRATO DE CONTRATO
Credenciamento 03/2024

Nº: 03/2026
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE
Credenciada: FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA FILHO LTDA.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde, para realização de Plantões de 12 (doze) horas

para atendimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, nele englobando os Municípios Consorciados.
Assinatura: 15/01/2026
Vigência: 15/01/2026 a 31/07/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 16/2024; Credenciamento: nº 03/2024
Signatários: Ricardo Celles Maia – Presidente do Cisleste
Flávio Rodrigues Pereira Filho – FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA FILHO LTDA.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:EE14B894

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO - CREDENCIAMENTO 003/2024

EXTRATO DE CONTRATO
Credenciamento 03/2024

Nº: 07/2026
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MATA LESTE - CISLESTE
Credenciada: GABRIELA MANTIOLHE DE LACERDA LTDA.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde, para realização de Plantões de 12 (doze) horas para atendimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, nele englobando os Municípios Consorciados.
Assinatura: 28/01/2026
Vigência: 28/01/2026 a 31/07/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 16/2024; Credenciamento: nº 03/2024
Signatários: Ricardo Celles Maia – Presidente do Cisleste
Gabriela Mantiolhe de Lacerda – GABRIELA MANTIOLHE DE LACERDA LTDA.

Publicado por:
Rene Leite Magalhães
Código Identificador:437B5C3E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA - PROCESSO Nº: 08/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 02/2026

O CISAMAPI torna público a autorização da autoridade competente e homologação. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Medicina e Segurança do Trabalho. VALOR R$ 39.632,00 (trinta e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais). Nos termos do parecer jurídico da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aprovo o Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo, e AUTORIZO a Contratação Direta por Dispensa de Licitação - com base no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021e suas alterações. Data: 30/01/2026.
Ponte Nova, 30 de janeiro de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Presidente do CISAMAPI.

Publicado por:
Rakelly Evangelista Georgino
Código Identificador:2E32F601

CISAMAPI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, através da Central de Compras, torna público o resultado do PAL nº **02/2026** – Pregão Eletrônico n° 01/2026**.** Objeto:**Contratação de serviços de engenharia para construção de base e instalação do gerador de energia.**Termo de Homologação disponibilizado no endereço: " www.licitardigital.com.br ". Inf. das 07:00 às 17:00 horas, pelo tel: (31) 3819-8817, e-mail: licitacao@cisamapi.mg.gov.br, e pelo Site: https://www.cisamapi.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editais-licitacao/pregao.

Valor: 182,450.00 (Cento e oitenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Ponte Nova, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Rakelly Evangelista Georgino
Código Identificador:9F616565

CISAMAPI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, através da Central de Compras, torna público o resultado do PAL nº **05/2026** – Dispensa n° 01/2026**.** Objeto **Registro de Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel.** Termo de Homologação disponibilizado no endereço: " www.licitardigital.com.br ". Inf. das 07:00 às 17:00 horas, pelo tel: (31) 3819-8817, e-mail: licitacao@cisamapi.mg.gov.br, e pelo Site: https://www.cisamapi.mg.gov.br/licitacoes

Valor: R$ 2,040.00 (Dois mil e quarenta reais).

Ponte Nova, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Rakelly Evangelista Georgino
Código Identificador:7E900466

CISAMAPI
PORTARIA Nº 033/2026

Dispõe sobre a nomeação e posse em cargo público de provimento efetivo, que especifica.

Considerando o edital de Concurso Público 01/2022 do CISAMAPI e;
Considerando o resultado final homologado do Concurso Público 01/2022 do CISAMAPI
O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga, no exercício de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a candidata **ELIENE DOS SANTOS SOUZA**, convocada para se apresentar e tomar posse no cargo de técnico de enfermagem – Ponte Nova, do quadro geral de empregados públicos do Consórcio, no prazo mencionado no art. 17, §1º do Regulamento de Pessoal do CISAMAPI, qual seja de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias a requerimento do interessado.
Parágrafo Único. No prazo fixado no caput do artigo, o candidato deverá se apresentar ao setor de pessoal do CISAMAPI, na Avenida Ernesto Trivelato, 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova - MG, no horário das 09:00 h às 11:00 h e de 13:00 h às 16:00 h, para formalização da posse. Para tanto, deverá apresentar os documentos a seguir, não se admitindo pendências, sejam: laudo médico favorável, fornecido pelo profissional ou junta médica designado pelo **CISAMAPI**;

original e fotocópia de comprovante de residência (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com assinatura reconhecida em cartório).
original e fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;
original e fotocópia da Cédula de Identidade;
original e fotocópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
na hipótese de o candidato ser cidadão português a quem foi deferida igualdade nas condições previstas no § 1º do art. 12 da Constituição Federal, deverá ser apresentado documento expedido pelo Ministério

da Justiça, reconhecendo a igualdade de direitos, obrigações civis e gozo dos direitos políticos, nos termos do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972, e dos arts. 15 e 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, celebrado em 22 de abril de 2000 e promulgado pelo Decreto Federal nº 3.927, de 17 de outubro de 2001; e documento de identidade de modelo igual ao do brasileiro, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao tratado, nos termos do seu art. 22 do Decreto Federal nº 3.927, de 2001.
original e fotocópia do cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se possuir (o candidato deverá consultar a Regularidade na Qualificação Cadastral do PIS/PASEP pelo endereço eletrônico da Previdência Social: https://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastrale caso a consulta apresente inconsistências, o candidato deve procurar o órgão competente para regularização e apresentar, durante o processo de admissão, documento comprobatório de regularização expedido pelo referido órgão);
original e fotocópia da Certidão de nascimento e comprovante de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
original e fotocópia da carteira do COREN;
2 fotografias 3x4 recentes;
original e fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico http://www.tse.gov.br;
original e fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);
original e fotocópia do comprovante de conclusão da escolaridade exigida para o exercício do Emprego Público (diploma registrado ou declaração ou atestado ou certificado de conclusão do curso emitido pela instituição de ensino);
declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou cópia da última declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), com o respectivo recibo emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
declaração de que não infringe o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação remunerada de cargos, empregos e funções), bem como o disposto no art. 37, §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública).
declaração de possuir disponibilidade para desempenhar atividades em jornadas de trabalho além do expediente ordinário, em dias considerados como feriados e folgas, para conclusão/término de trabalhos inadiáveis.

Art. 2º Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Ponte Nova, MG, 30 de Janeiro de 2026.

EDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Rakelly Evangelista Georgino
Código Identificador:A6B796C1

CISAMAPI
PORTARIA Nº 034/2026

Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos empregados públicos do CISAMAPI.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do contido no artigo 33, §6º do Estatuto Consolidado do CISAMAPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado a aplicação do percentual de 10% (dez por cento), para fins de reajuste da tabela de vencimentos dos empregados públicos do CISAMAPI.
Parágrafo único. A tabela de níveis e vencimentos de remuneração dos empregos públicos do CISAMAPI passa a vigorar conforme valores constantes do Anexo Único desta Portaria, observado o disposto no art. 2°.

Art. 2° Fica modificado o nível 1 de vencimento da Tabela de Níveis Salariais e de Vencimentos do CISMAPI.
Parágrafo único – A alteração do nível 1 de vencimento visa o atendimento ao disposto no inciso IV, do art. 7° da Constituição da República de 1988:

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01/01/2026.

Ponte Nova, 30 de Janeiro de 2026.

Publicado por:
Rakelly Evangelista Georgino
Código Identificador:B61E1840

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE

SECRETÁRIA EXECUTIVA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026 PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE SETE LUGARES PARA USO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O CISREUNO E A EMPRESA TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES 1.1. Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE - CISREUNO, neste termo simplesmente denominado Contratante, com sede na Avenida Marabá, 1000, Bairro Bela Vista, Patos de Minas/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 20.433.216/0001-58, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Manoel da Costa Lima, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº ***.088.316-**. **1.2. Contratada: TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA,** empesa inscrita no CNPJ sob nº. 14.234.954/0001-73, com sede na Avenida Mutirão, nº 1619, sala 3250, Quadra 102, Lote 13/14, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP 74.215-240, neste ato representada pelo Sr. Fernando Peres do Santos, inscrito no CPF sob o nº ***.776.531-**, portador da Carteira de Identidade nº **.478**, expedida pela SPTC/GO. CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 2.1 Do fundamento: O presente contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 14/ 2025, Processo Licitatório n.º 23/ 2025 realizado pelo CISREUNO, e será regido pela Lei Federal n° 14.133/ 2021 e suas alterações posteriores. 2.2 Os recursos orçamentários para atendimento das despesas originadas deste contrato onerarão as seguintes dotações: Natureza do recurso: Convênio Implantação SAMU. Dotação: 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente. **CLÁUSULA TERCEIRA - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO 3.1 Constitui o objeto a AQUISIÇÃO 01 (um) VEÍCULO DE PASSEIO 7 LUGARES** para atendimento de urgência e emergência, conforme previsto no plano de trabalho do convênio nº 1321001112/2021, visando atender às necessidades CISREUNO, conforme quantidades e especificações contidos na tabela abaixo;

ITEM	Unid.	QTDE.	DESCRIÇÃO	Valor unitário	Valor total
01	Unid.	01	VEICULO DE PASSEIO 7 LUGARES.	R$ 148.950,00	R$ 148.950,00

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES CONTRATUAIS 4.1 O veiculo de passeio será adquirido pelo valor de R$ 148.950,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos e cinquenta reais). 4.2 O valor será pago mediante fornecimento do produto. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO

OBJETO Os produtos deverão ser entregues nos quantitativos indicados pelo Coordenador de Frotas e Logistica na sede da Contratante em até 90 (noventa) dias corridos após emissão e recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento "NAF". CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO 6.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da emissão do Atestado de Recebimento (no verso da NF – Nota Fiscal) do serviço no CISREUNO, mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada, preferencialmente, no Banco do Brasil ou via emissão de Boleto bancário, o que será feito pela Tesouraria por processo legal, obedecendo à tramitação interna dos empenhos e desde que atendidas às condições previstas neste Contrato. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO 16.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até a finalização da compra e venda do veículo, com a respectiva entrega do bem e quitação integral do valor acordado, momento em que o contrato será extinto automaticamente.O contrato integral está disponível para consulta e cópias na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO localizado na Avenida Marabá, 1000, Bairro Bela Vista, CEP: 38.703-236 Patos de Minas/MG.

MANOEL DA COSTA LIMA
Presidente do CISREUNO

TUDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Representante Legal

Publicado por:
Nathalia Gabriela Santos do Amaral
Código Identificador:29B1EDCF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2024
Processo Licitatório Nº 092/2024
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: BRUMALIMP MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA
CNPJ nº 30 083 358/0001-96

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação da ata de registro para contratação de empresa para registro de preços para futura e eventual aquisição materiais de limpeza, higiene, descartáveis, utensílios de cozinhas e afins para atender as necessidades do CISREC e dos municípios integrantes do consórcio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 092/2024, instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 039/2024, Ata de Registro de Preços nº 138/2024, pelas Leis Federais 14.133/21.

Valor do aditivo: R$ 238.341,61 (Duzentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta e um centavos)

Assinatura: 12/01/2025

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:58192E5C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2024
Processo Licitatório Nº 092/2024
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: Liga Distribuidora Ltda,
CNPJ nº 52 802 025/0001-02

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação da ata de registro para contratação de empresa para registro de preços para futura e eventual aquisição materiais de limpeza, higiene, descartáveis, utensílios de cozinhas e afins para atender as necessidades do CISREC e dos municípios integrantes do consórcio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 092/2024, instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 039/2024, Ata de Registro de Preços nº 138/2024, pelas Leis Federais 14.133/21.

Valor do aditivo: R$ 940.540,00 (Novecentos e quarenta mil quinhentos e quarenta reais)

Assinatura: 06/01/2025

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:12DF3544

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1 º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2024
Processo Licitatório Nº 092/2024
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
CNPJ nº 01.272.081/0001-41

Contratada: Oxi Quimica Ltda – EPP
CNPJ nº 65 271 868/0001-71

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo o reajuste bem como a prorrogação da ata de registro para contratação de empresa para registro de preços para futura e eventual aquisição materiais de limpeza, higiene, descartáveis, utensílios de cozinhas e afins para atender as necessidades do CISREC e dos municípios integrantes do consórcio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 092/2024, instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 039/2024, Ata de Registro de Preços nº 138/2024, pelas Leis Federais 14.133/21.

Valor do aditivo: R$ 576.890,90 (Quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa reais e noventa centavos)

Assinatura: 06/01/2025

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:E7F564AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO MÉDIO JEQUITINHONHA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO MÉDIO JEQUETINHONHA - CIDSMEJE
CONTRATOS

Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha CIDSMEJE – Inscrito no CNPJ 20.357.048/0001-69, informa a quantos possam interessar a celebração do Contrato 001/2026 Dispensa 005/2025 objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em assessoria e consultoria em elaboração de documentos e apoio administrativo em compras do consórcio intermunicipal para o desenvolvimento sustentável da região do médio Jequitinhonha para o CIDSMEJE com Polyana Almeida Santos Lauar MEI valor R$21.600,00. Maiores informações poderão ser obtidas na sede à Rua São Geraldo, nº 722, Bairro Centro, Araçuaí/MG prédio anexo à Câmara Municipal, CEP: 39.600-000, fone/fax (33) 3731-1129 ou pelo e-mail cidsmeje@gmail.com

Publicado por:
Adriana Martins Oliveira
Código Identificador:FF3A1D65

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO MÉDIO JEQUETINHONHA - CIDSMEJE
HOMOLOGAÇÃO E ARP

Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha CIDSMEJE –Inscrito no CNPJ 20.357.048/0001-69, informa a quantos possam interessar a homologação de Pregão Eletrônico 004/2025 objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE FILTROS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO CIDSMEJE. Maiores informações poderão ser obtidas na sede à Rua São Geraldo, nº 722, Bairro Centro, Araçuaí/MG prédio anexo à Câmara Municipal, CEP: 39.600-000, fone/fax (33) 3731-1129 ou pelo e-mail cidsmeje@gmail.com

Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha CIDSMEJE – Inscrito no CNPJ 20.357.048/0001-69, informa a quantos possam interessar a celebração da Ata de Registro de Preços nº017/2025 - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE FILTROS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO CIDSMEJE, oriunda do de Pregão Eletrônico 004/2025 com a empresa MECANICA APOLLO, no valor de R$ 9118,20, vigência 06/11/2025 a 06/11/2026. Maiores informações poderão ser obtidas na sede à Rua São Geraldo, nº 722, Bairro Centro, Araçuaí/MG prédio anexo à Câmara Municipal, CEP: 39.600-000, fone/fax (33) 3731-1129 ou pelo e-mail cidsmeje@gmail.com

Publicado por:
Adriana Martins Oliveira
Código Identificador:3BE68C6C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
AV I S O DE INTENÇÃO REGISTRO DE PREÇOS

COMUNICADO: A título de intenção de registro de preços, art. 86, L. 14.133/21, comunica aos municípios consorciados e demais interessados que efetuará licitação para: Aquisição de insumos destinados a produto ecológico de solos, origem orgânico, não iônico, multienzimaticos, sem necessidade de reagentes químicos, solúvel em água rendimento (160 m²/L), não inflamável, não tóxico, não corrosivo, biodegradável, com certificado ambiental internacional, com aumento de resistência em até 300%, conservando limites físicos do solo (aplicação de revestimento primário) em vias vicinais da malha rodoviária vicinal dos municípios consorciados ao CODANORTE. Aguarda manifestação por 08(oito) dias úteis. Manifestações pelo e-mail: licitacoes@codanorte.mg.gov.br.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:D9AE7F87

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL - REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIDES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL - REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIDES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução 001/2026, **CONVOCA** todos os representantes legais dos Municípios consorciados para **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que acontecerá na sede do Consórcio Intermunicipal RIDES, situado na Avenida Olegário Maciel, 1001, letra B, Município de Monte Carmelo, no estado de Minas Gerais, no dia **06 de fevereiro de 2026 (sexta-feira)**, com as seguintes pautas:

1 – Abertura.
2 – Apresentação do planejamento estratégico do RIDES para 2026.
3 – Deliberações Administrativas, Financeiras e Estatutárias.

A Assembleia se instalará às 09:00 horas, com a presença da maioria absoluta dos entes consorciados em primeira convocação, em seguida por maioria simples dos votos, conforme art. 16 do 1º Termo Aditivo do Contrato de Consórcio e art. 18 e 19, do Estatuto Social vigente.

Monte Carmelo, 02 de fevereiro de 2026.

DIEGO CAVALCANTE MOTA
Secretário Executivo
Consórcio Intermunicipal RIDES

Publicado por:
Kassio Henrique Gama Souza
Código Identificador:74848E8A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
1° ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA N° 56/2025

Partes: CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI, CNPJ 19.031.366/0001-56 e MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS – MG, CNPJ 17.857.442/0001-51. OBJETO: prorrogar o contrato original, celebrado para prestação de serviço de inspeção municipal. Embasamento legal: Protocolo de Intenções, estatuto do consórcio e Lei Federal 14.133/2021. Valor mensal de R$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais), total anual de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais). Dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) do município. Prazo: 01/01/2026 a 31/12/2026. Andradas, 02 de fevereiro de 2026. Ass: Felipe Teodoro Sanches, Presidente do CPGI e Edvan Lopes, Prefeito de Santa Rita de Caldas.

Publicado por:
Tatiane Raposo Miranda
Código Identificador:E532268C

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
CONTRATO DE PROGRAMA N.° 001/2026

Partes: CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI, CNPJ 19.031.366/0001-56 e MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS – MG, CNPJ 17.857.442/0001-51. OBJETO: destinação final dos resíduos sólidos urbanos, classe II-A. Embasamento legal: Protocolo de Intenções, estatuto do consórcio e Decreto Federal n° 6.017/2007. Valor contratual estimado para o período de 11 (onze) meses é de R$ 365.200,00 (trezentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais). As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de recursos orçamentários previstos no orçamento do município. Prazo: 02/02/2026 a 31/12/2026. Andradas, 02 de fevereiro de 2026. Ass: Felipe Teodoro Sanches, Presidente do CPGI e Edvan Lopes, Prefeito de Santa Rita de Caldas.

Publicado por:
Tatiane Raposo Miranda
Código Identificador:EFDE052D

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
EXTRATO CONTRATO DE RATEIO N° 08.2025 PARA EXERCÍCIO 2026

Extrato de contrato de rateio celebrado entre o MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS representado por seu Prefeito Edvan Lopes, e o CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI representado por seu Presidente Felipe Teodoro Sanches, para o exercício financeiro de 2026.
Objeto: Rateio das despesas administrativas; manutenção do aterro sanitário; rateio da parceria público privado da iluminação pública; rateio da contraprestação a título de gestão, administração e delegação da parceria público privada de iluminação pública; e serviço de inspeção municipal. Vigência: 01/01/2026 a 31/12/2026. Valor global estimado: R$ 1.110.607,56 (um milhão, cento e dez mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Andradas/MG, 02 de fevereiro de 2026.

FELIPE TEODORO SANCHES
Presidente do CPGI

Publicado por:
Tatiane Raposo Miranda
Código Identificador:317AA2E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2026 - PROCESSO LICITATORIO Nº 084/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto. Extrato do Contrato nº 002/2026 – MINAS MOTORES LTDA - CNPJ Nº 51.421.953/0001-64. Objeto: Constitui objeto da presente contratação de empresa especializada para fornecimento de bombas centrífugas para a Estação de Tratamento de Água do DMAAE – Valor R$ 8.680,00 (Oito Mil, Seiscentos e Oitenta Reais). Vigência: 28/01/2026 à 28/03/2026. Ouro Fino, 28 de janeiro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor DMAAE.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:CC813FA4

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2026 -PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto. Extrato do Contrato nº 003/2026 – BOMBAS E CIA LTDA. CNPJ Nº 05.244.632/0001-14. Objeto: Constitui objeto da presente contratação de empresa especializada para fornecimento de bombas centrífugas para a Estação de Tratamento de Água do DMAAE – Valor R$ 5.340,00 (Cinco Mil, Trezentos e Quarenta Reais). Vigência: 28/01/2026 à 28/03/2026. Ouro Fino, 28 de janeiro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor DMAAE.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:F8899DC7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2024. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO-MG. Processo Licitatório nº 047/2024. Pregão Eletrônico nº 021/2024. Ata de Registro de Preços nº 006/2025. Detentora: SIMONE MANIEZZO TEODORO PNEUS LTDA - CNPJ nº 46.228.097/0001-95 - Objeto: Prorrogação da Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de graxas, lubrificantes e derivados, visando a manutenção dos veículos da frota do departamento municipal autônomo de água e esgoto - Alteração do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir do dia 28 de janeiro de 2026. Ouro Fino, 28 de janeiro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:57DC9D6A

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 003/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITAMENTO DE CONTRATO – PROCESSO Nº 009/2025 – DISPENSA Nº 003/2025 – CONTRATO Nº 006/2025 - Contratada: Consórcio Cemig Sim gd I. Cnpj: 45.955.360/0001-85. Objeto: Alteração Qualitativa do Objeto Contratual, Consistente na Adequação Técnica Das Especificações Originalmente Pactuadas, Com Vistas à Melhor Execução do Contrato, Sem Alteração da Natureza do Objeto Principal, Nos Termos da Legislação Vigente. Vigência: Permanecem Inalterados os Prazos Originalmente Pactuados. Fundamentação Legal: Art. 124, Inciso I, Alínea "a", da Lei Federal Nº 14.133/2021. Ponte Nova (mg), 2 de Fevereiro de 2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO
Diretor Geral.

Publicado por:
Carlos Henrique Marcelo
Código Identificador:952638FB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
EXTRATO DE AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO 019/2025

DMAES - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG – AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO – O DMAES de Ponte Nova/MG torna público o PREGÃO Nº 019/2025, na forma ELETRÔNICA, EDITAL Nº 032/2025, PROCESSO

ADMINISTRATIVO Nº 038/2025 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025. Objeto: Registro de preços para aquisição de ferramentas, em atendimento às necessidades do setor operacional do DMAES, fornecimento parcelado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Licitação exclusiva para MEI/ME/EPP. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE LANCES: 1% (um por cento). DATA DA SESSÃO: 12/01/2026. HORÁRIO: 14:00hs. LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – endereço eletrônico: https://compras.gov.br. 1.Ficam retificadas as especificações dos itens 02, 05, 16, 17, 18, 31, 33, 35, 61, 64, 65, 66, 76, 95, 96 e 114, conforme Termo de Referência retificado, em anexo. 2.Ficam retificados os códigos de materiais (CATMAT) dos itens 05, 18, 31 e 114, conforme Termo de Referência retificado, em anexo. 3.Ficam retificados os valores unitários de referência dos itens 02, 05, 18, 31, 33, 76, 95, 96 e 114, conforme Termo de Referência retificado, em anexo. 4.Fica retificado o valor total estimado para R$ 706.107,73 (Setecentos e Seis Mil, Cento e Sete Reais e Setenta e Três Centavos), conforme Termo de Referência retificado, em anexo. 5.Fica redesignada a Sessão Pública para o dia 18/02/2026 às 14hs (horário de Brasília) no Portal de Compras do Governo Federal – endereço eletrônico: https://compras.gov.br, em função das alterações / retificações modificarem as condições para formulação das Propostas, devolvendo-se integralmente todos os prazos iniciais. Permanecem inalteradas as demais informações e partes do Edital original que não conflitarem com este instrumento retificatório. O Aviso da Retificação e o Edital Retificado serão publicados nos mesmos locais onde se deram a publicação original. IMPORTANTE: O número atribuído ao Pregão no Portal de Compras do Governo Federal 90019/2025. Ponte Nova (MG), 02/02/2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES
Bemfeito/Diretor Geral e

LÚCIO MAURO GOMIDES/
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Lúcio Mauro Gomides
Código Identificador:EBD24D22

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUMPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

FUMPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PORTARIA Nº10/2026 MARIA APARECIDA DE FATIMA SILVA

PORTARIA Nº 10/2026
A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência de Diamantina - FUMPREV, nas atribuições que lhe confere o Art. 11, inciso VI da Lei Complementar nº 038 de 26 de maio de 2000, após análise das condições para a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, pela presente Portaria, *resolve:*
Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com **PROVENTOS INTEGRAIS**, com paridade, nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº. 41 de 19 de dezembro de 2003, à servidora, Sra. **MARIA APARECIDA DE FATIMA SILVA**, matrícula 1551, inscrita no CPF sob o nº 897.372.706-06, no cargo efetivo de Auxiliar de Dentista - SEDE, Nível 11, Padrão 01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde a partir de 01 de fevereiro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina, 02 de fevereiro de 2026.

MARIANA NOMINATO DA SILVA
Diretora Executiva do FUMPREV

Publicado por:
Josiene Aparecida da Silva Alves Moreira
Código Identificador:46C9B89B

FUMPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PORTARIA Nº 11/2026 ELISANGELA APARECIDA REIS SILVA

PORTARIA Nº 11/2026
A Diretora Executiva da Autarquia Fundo Municipal de Previdência de Diamantina - FUMPREV, nas atribuições que lhe confere o Art. 11, inciso VI da Lei Complementar nº 038 de 26 de maio de 2000, após análise das condições para concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição especial do professor, pela presente Portaria, *resolve*:
Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição Especial do Professor com **PROVENTOS INTEGRAIS**, com paridade, nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, à servidora, Sra. **ELISÂNGELA APARECIDA REIS SILVA**, inscrita no CPF sob o nº 981.533.236-87, matrícula 1673, no cargo efetivo de Professor de Educação Infantil - SEDE, Nível 10, Padrão 24, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina, 02 de fevereiro de 2026.

MARIANA NOMINATO DA SILVA
Diretora Executiva do FUMPREV

Publicado por:
Josiene Aparecida da Silva Alves Moreira
Código Identificador:9AE307D8

FUMPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PORTARIA Nº 12/2026 PENSÃO JOSÉ BARBOSA DE PAULA

PORTARIA Nº 12/2026
A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência de Diamantina - FUMPREV, nas atribuições que lhe confere o Art. 11, inciso VI da Lei Complementar nº 038 de 26 de maio de 2000, após análise das condições para concessão do benefício de pensão por morte, pela presente Portaria, *resolve:*
Art. 1º - Conceder ao Sr. **JOSE BARBOSA DE PAULA**, inscrito no CPF sob o nº 453.066.846-49, viúva da ex-segurada, Sra. Lúcia Maria de Oliveira de Paula, inscrita no CPF sob o nº 642.493.526-68, matrícula 2212, ocupante do cargo efetivo de Educador de Ensino Infantil, falecida em 09 de janeiro de 2026, o benefício de pensão por morte, sem paridade, nos termos do Art. 41 da Lei Complementar nº 038 de 26 de maio de 2000 c/c Art. 40, § 7º, II da CF/1988 com a redação dada pela EC 41/2003 no valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração do cargo efetivo percebida pela servidora na data anterior ao óbito, a partir de 09 de janeiro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Diamantina, 27 de janeiro de 2026.

MARIANA NOMINATO SILVA
Diretora Executiva do FUMPREV

Publicado por:
Josiene Aparecida da Silva Alves Moreira
Código Identificador:12276975

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL

FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025

O Departamento de Licitações da Fundação Hospital Frei Gabriel, Frutal/MG, torna pública a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 038/2025, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, por meio do site www.licitanet.com.br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Contratação de empresa especializada para a locação, instalação, manutenção preventiva e corretiva de computadores (desktops), impressoras simples e multifuncionais, com fornecimento de todos os insumos necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos,

conforme especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência. Abertura da sessão pública: **09:00 (horário de Brasília) do dia 23 de fevereiro de 2026**. O edital e seus anexos estão disponibilizados pelo sítio: www.licitanet.com.br, www.gov.br/pncp/pt-br, www.frutal.mg.gov.br, podendo ser solicitados gratuitamente pelo e-mail licitacaofhfg@frutal.mg.gov.br ou retirá-los no local mediante mídia removível, fornecida pelo interessado. O Departamento de Licitações não se responsabiliza pela recepção via e-mail.

Frutal/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ELIAS ANDRÉ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Elias André da Silva
Código Identificador:92A0B354

ESTADO DE MINAS GERAIS
IPESC - INSTITUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA

IPESC
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026 – PROCESSO 002/2026 EDITAL DE LICITAÇÃO EXLUSIVAMENTE PARA ME E EPP

O Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos Do Município De Carangola – IPESC, torna público a realização de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, objeto: aquisição de materiais de expediente destinados ao atendimento das demandas administrativas do Instituto. Data e Horário da abertura do Pregão dia 24 de fevereiro de 2026 às 14h30min, pelo sítio eletrônico: https://licitar.digital/. Interessados manter contato pelo endereço eletrônico: licitacoes@ipesccarangola.mg.gov.br.

Carangola, 02 de fevereiro de 2026.

SIDNEIA SILVÉRIO ALONSO
Pregoeira

Publicado por:
Sara de Oliveira Alves
Código Identificador:055C7A9A

IPESC
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 006/2024

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola/Mg torna público o 3º Termo Aditivo do Contrato Nº 006/2024, originário do Processo Licitatório Nº 007/2024. Objeto: Locação de imóvel para a sede do Instituto. Locador: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola/MG, inscrito no CNPJ sob o Nº 04.015.843/0001-12, neste ato representado por seu presidente Juliano Angelino Arcanjo Ferrari e por sua Diretora Financeira Sara de Oliveira Alves. Locatário: Maurício Gomide Imóveis, registrado no CRECI/MG sob o nº 9649, CNPJ nº 00.539.054/0001-20, no valor global do contrato: R$ 9.648,00 (nove mil seiscentos e quarenta e oito reais), com vigência: 30/01/2026 a 30/07/2026.

Carangola/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCILON OLIVEIRA LEAL
Servidor Designado

Publicado por:
Sara de Oliveira Alves
Código Identificador:3AAEFA05

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 07/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Além Paraíba- Aviso de Licitação. **Processo n° 29/2026, Pregão Eletrônico n° 07/2026**. Objeto: AQUISIÇÃO DE CIMENTO CPIII - SACO COM 50 KG - CIMENTO CPIII, TIPO: ALTO-FORNO; COMPOSIÇÃO: CLINGER+GESSO (65-25); ESCORIA (35-70); MATERIAL POZOLONICO; DE ACORDO COM A NORMA NBR 5735., conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia23/02/2026 ás 13:00 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **Licitanet** no endereço eletrônico **https://licitanet.com.br/**. O Edital estará disponível atravésdos Sites: https://licitanet.com.br/, https://alemparaiba.mg.gov.br eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (32) 3455-1200ou Email:cotacao@alemparaiba.mg.gov.br.
Além Paraíba,02/02/2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito(a)

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador:940464DB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 011/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 026/2026
DISPENSA 011/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial da paciente **Elizabeth Ferreira Ponte,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com "**DROGARIA SAUDE DO CARMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 01.184.616/0001-22** no valor global de R$ 1.087,20 (mil, oitenta e sete reais e vinte centavos) e **DROGARIA CIDADE ALTA LTDA inscrita no CNPJ sob o número: 07.262.143/0003-82** no valor global de R$ 3.549,60 (três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:BC64805E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 012/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 027/2026
DISPENSA 012/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial da paciente **Maria Sebastiana Lima Rocha,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com "**DROGARIA SAUDE DO CARMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 01.184.616/0001-22** no valor global de R$ 1.137,60 (mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:6B1000B7

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, DISPENSA 013/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 028/2026
DISPENSA 013/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamento para atender a demanda judicial da paciente **Mariana Verdugo Vital de Souza,** conforme termo de referência anexo ao processo.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de licitação, com fundamento no inc. VIII do art. 75, autorizando a contratação diretamente com "**DROGARIA SAUDE DO CARMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 01.184.616/0001-22** no valor global de R$ 6.636,06 (seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e seis centavos).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:44854BAE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, INEXIGIBILIDADE 005/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 023/2026
INEXIGIBILIDADE 005/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional do setor artístico com o grupo OUSASAMBA, para a realização de apresentação artística (show) integrante da programação oficial do Carnaval 2026 do Município de Além Paraíba, conforme condições e especificações contidas notermo de referência

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de inexigibilidade, com fundamento no art. 74, II autorizando a contratação direta com a sociedade empresarial "**G SHOWS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 28.182.084/0001-40"**, com o valor global de R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:424FAA00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, INEXIGIBILIDADE 006/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 024/2026
INEXIGIBILIDADE 006/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional do setor artístico com a dupla LEONARDO DE FREITAS E FABIANO, para a realização de apresentação artística (show) integrante da programação oficial do Carnaval 2026 do Município de Além Paraíba., conforme condições e especificações contidas notermo de referência.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de inexigibilidade, com fundamento no art. 74, II autorizando a contratação direta com a sociedade empresarial "**LEONARDO DE FREITAS E FABIANO PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o número: 44.316.995/0001-70"**, com o valor global de R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:C7107619

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO, INEXIGIBILIDADE 007/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

REF. PROCESSO 025/2026
INEXIGIBILIDADE 007/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional do setor artístico, DIEGO LACER, para a realização de apresentação artística (show) integrante da programação oficial do Carnaval 2026 do Município de Além Paraíba, conforme condições e especificações contidas no termo de referência.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de inexigibilidade, com fundamento no art. 74, II autorizando a contratação direta com a sociedade empresarial "**H L O PRODUCOES ARTISTICAS LTDA- ME, inscrita no CNPJ sob o número: 14.808.824/0001-05"**, representante exclusivo do cantor DIEGO LACER, com o valor global de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no sitio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Além Paraíba, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Rosa Barbosa
Código Identificador:2BE947F0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO 138/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA. CONCORRÊNCIA N.º 006/2025, PROCESSO Nº 279/2025. CONTRATO 138/2025 COM QUALIS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, no valor de R$ R$ 547.550,00 (Quinhentos e quarenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais). "Objeto: contratação de empresa no ramo da construção civil para construir a Ponte em Cafelândia, em concreto armado e vigas metálicas, localizado em Marinópolis, distrito do Município de Além Paraíba. Todos os serviços devem ser executados em conformidade com as normas técnicas pertinentes e conforme condições do Edital e seus anexos. (Recurso: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Processo Sei nº 59052.034697/2025-16 - Portaria 1.631 de 26/05/2025 - Banco Brasil - conta: 45684-5 agência: 0356-5) ". ERRATA: onde se lê "(Recurso: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Processo Sei nº 59052.034697/2025-16 - Portaria 1.631 de 26/05/2025 - Banco Brasil - conta: 45684-5 agência: 0356-5)." O correto é (conforme meta 1 do plano de trabalho aprovado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, protocolo REC-MG-3101508-20250319-01, processo 59053.022152/2025-57). Além Paraíba, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Filgueiras Barroca Faria
Código Identificador:04DD4F49

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 005/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 010/2026
DISPENSA 005/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade da contratação de empresa para levantamentos de 25 (vinte e cinco) pontos e confecção de projetos executivos de extensão de rede (MT e BT) e regularização de rede elétrica já instalada, contemplando diversos bairros e ruas do Município de Além Paraíba, inclusive, na Zona Rural, bem como, requerer junto a Concessionária de Energia Elétrica (Energisa) a aprovação dos mesmos, conforme especificações deste TERMO e seus anexos que lhes são parte integrante.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso I do art. 75, autorizando a contratação diretamente com sociedade empresarial: **"DUO PROJETOS E SOLUÇÕES EM ELETRICIDADE, inscrita no CNPJ sob o número 46.068.966/0001-61, com o valor global de R$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais)".**
Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no site eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Prefeitura Municipal de Além Paraíba, 30/01/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaiane Silva Santos Rossoni
Código Identificador:8E82FDE9

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 006/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 011/2026
DISPENSA 006/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade da aquisição de Materiais elétricos para ajustes na Avenida onde ocorrerá Desfile Carnavalesco 2026, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

CONSIDERANDO os autos do processo em especial os documentos, pareceres e justificativas constantes nos autos do processo epigrafado.

RESOLVE:

RATIFICAR o presente procedimento por se enquadrar em hipótese de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso II do art. 75, autorizando a contratação diretamente com a sociedade empresarial: **"WLS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 55.199.751/0001-70, no valor global de R$ 36.402,40 (trinta e seis mil, quatrocentos e dois reais e quarenta centavos)".**
Determino aos setores competentes que proceda a publicação do presente termo no site eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Prefeitura Municipal de Além Paraíba, 02/02/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaiane Silva Santos Rossoni
Código Identificador:FB4C6EA5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
("CAPUT" DO ART. 86 DA LEI N. 14.133)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG TORNA PÚBLICO a intenção de registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DE ALVORADA DE MINAS/MG PROPORCIONANDO MELHOR INFRAESTRUTURA E MAIOR EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, mediante realização de licitação pública na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Estudo Técnico Preliminar. Os órgãos que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, deverão MANIFESTAR seu interesse, mediante o encaminhamento ao órgão de Compras e Licitações, de ofício afirmando sua concordância com o objeto a ser licitado, acompanhado de:
I - Solicitação de Compras - serviços/materiais;
II - Termo de anuência ao Estudo Técnico Preliminar do "órgão gerenciado", aprovado pela autoridade competente;
III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado. O ETP deverá ser solicitado no e-mail licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com.
O prazo final para apresentação das manifestações é dia 13/02/2026 até ás 16h.
Alvorada de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

ÂNGELA APARECIDA MOTA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:01BEE2E2

LICITAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DA SESSÃO E CONVOCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0147/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0052/2025

A Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas – MG, por meio do seu Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, vem comunicar retomada da sessão para o dia 05/02/2026 as 09:00:00 horas na plataforma eletrônica da www.licitardigital.com.br, a convocação das empresas participantes do andamento do processo em epígrafe, cujo o objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS**, considerando a sequência do processo nos termos legais. Aos interessados, demais informações, Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, situada à Av. José Madureira Horta, 190 - Centro, E-mail: licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br ou através do telefone nº 31/3520-0000 e 3520-0001 em horário comercial.

Alvorada de Minas, 02 de fevereiro de 2026

ÂNGELA APARECIDA MOTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:F021A9A7

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0151/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0054/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0054/2025

A Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas – MG, por meio da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, pelo presente instrumento, vem COMUNICAR a SUSPENSÃO do andamento do processo em epígrafe, cujo o objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL EM DIFERENTES CAPACIDADES, DESTINADAS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALVORADA DE MINAS/MG, para análise pela Secretaria Municipal de Saúde, sobre a impugnação a respeito da habilitação. A nova data da seção será disponibilizada nos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Maiores informações nos sites http://www.alvoradademinas.mg.gov.br e/ou www.licitardigital.com.br, Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br) Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, situada à Av. José Madureira Horta, 190 - Centro, ou através dos telefones nº 31/3520-0001 e 3520-0000 em horário comercial.

Alvorada de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

ÂNGELA APARECIDA MOTA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:90AB784F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026

Processo Licitatório nº 11/2026, Dispensa nº 02/2026. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e DEPOSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SILVA MIRANDA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção destinados à execução de intervenções emergenciais em aproximadamente 40 (quarenta) imóveis atingidos pelo evento ocorrido em 30 de dezembro de 2025, visando ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 113, de 31 de dezembro de 2025. Valor total do contrato: R$:24.051.33 (vinte e quatro mil cinquenta e um reais e trinta e três centavos). Assinatura: 28/01/2026. Vigência: 28/01/2026 até 31/03/2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal de Alvorada de Minas/MG.

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:CA6BEDF1

LICITAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS Nº01/2026 AO Nº15/2026

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0001/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e 58.595.447 GENILSON ANTONIO GUIMARAES. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$13.127,00 (treze mil e cento e vinte e sete reais). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0002/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e BIG MIX SOLUTIONS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$58.227,08 (cinquenta e oito mil e duzentos e vinte e sete reais e oito centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0003/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e COMERCIAL JBC LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$142.173,90 (cento e quarenta e dois mil e cento e setenta e três reais e noventa centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0004/2026 Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e DINIZ & DINIZ COMPRAS GOVERNAMENTAIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$5.883,60 (cinco mil e oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0005/2026 Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e DISTRIBUIDORA MINAS COMERCIO E EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$12.401,96 (doze mil e quatrocentos e um reais e noventa e seis centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0006/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e FENIX ORGANIZACOES DE SERVICOS, LOCACAO E COMERCIO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$15.918,50 (quinze mil e novecentos e dezoito reais e cinquenta centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0007/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e FRANCINETE DE JESUS BARBOSA E SOUZA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$105.843,42 (cento e cinco mil e oitocentos e

quarenta e três reais e quarenta e dois centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0008/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e J.S INFORMATICA, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$44.136,75 (quarenta e quatro mil e cento e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0009/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e MILTON ANTONIO SIMAO. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$4.355,00 (quatro mil e trezentos e cinquenta e cinco reais). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0010/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e MOURA E MOURA INFORMATICA E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$257.092,50 (duzentos e cinquenta e sete mil e noventa e dois reais e cinquenta centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0011/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e MOVEIS E SERVICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$2.032,40 (dois mil e trinta e dois reais e quarenta centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0012/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e OSCIMAR COTA BARBOSA 05266999659. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$4.240,41 (quatro mil e duzentos e quarenta reais e quarenta e um centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0013/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e TELEMICRO INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$2.371,50 (dois mil e trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0014/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e VANUSIA MARIA DE FIGUEREDO SANTOS MEIRELES 08372466602. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor da Ata Contrato: R$42.077,90 (quarenta e dois mil e setenta e sete reais e noventa centavos). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA CONTRATO Nº 0015/2026
Processo Licitatório nº 0146/2025, Pregão Eletrônico nº 0051/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e VERTICE LICITA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS INTERNAS E AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS, BEM COMO DE SUAS SECRETARIAS, GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES E O SUPORTE NECESSÁRIO Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS Valor

da Ata Contrato: R$7.849,00 (sete mil e oitocentos e quarenta e nove reais). Assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2026 até 29/01/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:057E0943

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 54/2026

Designa Gestor e Fiscal de Contratos**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 09/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de Gestor de Contrato, nos termos do Decreto Municipal supramencionado;

CONSIDERANDO a indicação de Servidor, no Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar do Processo Administrativo nº 11/2026, Dispensa de Licitação nº 02/2026, para atuar como fiscal do contrato bem como de seu substituto.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores abaixo identificados como Gestor e Fiscal do contrato abaixo discriminado:
Gestor do Contrato: ALLYSON ISAIAS SILVA SIMÕES **Matrícula nº:** 3247
Cargo/Função: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Fiscal do Contrato: VAGNER LUCIO DOS SANTOS **Matrícula nº:** 2996
Cargo/Função: CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS (HABITAÇÃO).

DADOS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026
Contratada: DEPOSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SILVA MIRANDA LTDA
Valor total do Contrato: R$:24.051.33 (vinte e quatro mil cinquenta e um reais e trinta e três centavos).
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção destinados à execução de intervenções emergenciais em aproximadamente 40 (quarenta) imóveis atingidos pelo evento ocorrido em 30 de dezembro de 2025, visando ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 113, de 31 de dezembro de 2025.
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 28 de janeiro de 2026 até 31 de março de 2026.
Art. 2º - Em caso de afastamento ou impedimento, serão designados substitutos para as funções, que assumirão, durante o período da substituição, as mesmas responsabilidades e competências dos titulares.

Art. 3º - O Gestor dos Contratos, ora designado, deverá exercer todas as funções estabelecidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 09/2024, promovendo o acompanhamento das ações relacionadas aos fiscais técnico e administrativo.

Art. 4º - O Fiscal dos Contratos, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 09/2024, caberá, ainda, no que for compatível com os contratos em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 5º - Aos Servidores nomeados, deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua designação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Parágrafo único. O Fiscal poderá requerer, além da documentação referida no caput, outros documentos que entender como necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 6º - Os documentos mencionados no art. 5º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 7º - Fica garantido ao Gestor e ao Fiscal, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob sua fiscalização.

Art. 8º - Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique os Servidores ora nomeados para que compareçam perante o Departamento no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação do presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 9° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e terá que ser publicada no DOM (Diário Oficial do Município).

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alvorada de Minas/MG, 28 de janeiro de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente* da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

Nome: ALLYSON ISAIAS SILVA SIMÕES
Gestor do Contrato

Nome: Vagner Lucio dos Santos
Fiscal do Contrato

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ALVORADA DE MINAS/MG – 1997

Art. 131- Título III Do Regime Disciplinar- Capitulo I - Dos Deveres IV - Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:38ABB12C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2023 DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2023

N.º Processo:03/2023 – PREGÃO PRESENCIAL SRP 03/2023. Contratante: Prefeitura Municipal de Araújos/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: MEMORY PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob Nº 71.000.731/0001-85. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (Doze) meses com reajuste de valor. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 363.690,36. Data de assinatura: 02 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:E7D0FE64

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2026

N.º Processo: 12/2026 – Inexigibilidade 04/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: JOÃO ANTÔNIO ALVES CORDEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob o no 62.246.443/0001-14. OBJETO: Credenciamento de Show – João Cordeiro. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 48.000,00. Data de assinatura: 02 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Melissa Meireles Santos e Silva
Código Identificador:F9433EF0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
PORTARIA N° 14, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de servidora em cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÚJOS, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto nos artigos 66, VI e IX, e 90, II, a, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Srta. **THAÍS MESQUITA RIBEIRO**, CPF: 131.579.606-60, para o cargo comissionado de GERENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente portaria serão suportadas por dotações próprias existentes no orçamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao setor de Recursos Humanos realizar as anotações de estilo.

Prefeitura Municipal de Araújos/MG, 02 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Gontijo Silva
Código Identificador:C85ABCCB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Considerando que o presente processo se encontra de conformidade com a legislação de regência Lei 14.133/21, **RATIFICO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor de JOÃO ANTÔNIO ALVES CORDEIRO, inscrita no CNPJ sob o n° 62.246.443/0001-14, cujo objeto é SHOW ARTISTICO, conforme exposto no Edital de Credenciamento 08/2022, Processo Licitatório nº 12/2026, Inexigibilidade nº 04/2026 ao valor global de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reias).

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Araújos/MG, 02 de fevereiro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:3754D522

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PL 230-2024

EXTRATO DE ADITIVO 02

PROCESSO Nº 230/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 055/2024
CONTRATO Nº 183/2024
ADITIVO 002
Objeto: Locação do imóvel localizado naRua São Geraldo, 416-c, centro, Arcos/MG, segundo constantes no termo de referência e segundo a lei 14.133/2021, segundo art 74 inciso V, por inexigibilidade,
Locador: Ana Carolina Assunção, inscrito no CPF: ***.723.145-95, proprietaria, porém será pago em nome de JOÃO HONORIO DE ASSUNÇÃO CPF ***.885.956-00 por ser usufrutuário
Valor mensal da locação é de R$3.191,76 (três mil, cento e noventa e um reais e setenta e seis centavos)
Vigência: 01/02/2026

Arcos/MG, 01/08/2025.

EXTRATO DE ADITIVO 03
PROCESSO Nº 230/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 055/2024
CONTRATO Nº 183/2024
ADITIVO 003
Objeto: Locação do imóvel localizado naRua São Geraldo, 416-c, centro, Arcos/MG, segundo constantes no termo de referência e segundo a lei 14.133/2021, segundo art 74 inciso V, por inexigibilidade,

Locador: Ana Carolina Assunção, inscrito no CPF: ***.723.145-95, proprietaria, porém será pago em nome de JOÃO HONORIO DE ASSUNÇÃO CPF ***.885.956-00 por ser usufrutuário
Valor mensal da locação é de R$3.191,76 (três mil, cento e noventa e um reais e setenta e seis centavos)
Vigência: 01/08/2026

Arcos/MG, 30/01/2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:7B0FD027

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 021/2026

PROCESSO Nº021/2026

INEXIGIBILIDADE Nº007/2026

Objeto Contratação de empresa/profissional especializado para realizar treinamento presencal sobre Levantamento de Mercado e Pesquisa de Preço, na Nova Lei de Contratações Públicas (Lei 14.133/21),com a AMM - ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICIPIOS, CNPJ:20.513.859/0001-01.

Arcos,30 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:74D8C47B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - RESOLUÇÃO Nº 001/2026

RESOLUÇÃO CMAS N° 01, DE 28 DE JANEIRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO QUE FIRMA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DE ARCOS, COM O OBJETIVO DE FORMALIZAR AS RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS DECORRENTES DO COFINANCIAMENTO FEDERAL PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Arcos – CMAS, na reunião extraordinária realizada no dia 29 de janeiro de dois mil e vinte seis, mediante apreciação e votação online, segundo as suas competências que lhe confere o artigo 11, incisos I a XXVIII da Lei Municipal 2.323 de 13 de Setembro de 2010,
Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;
Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;
Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão à política de capacitação dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de Serviços Socioassistenciais;
Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar termo de aceite e compromisso que firma a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Integração Social de Arcos, com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do cofinanciamento federal para realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Arcos, 28 de janeiro de 2026.

SORAIA CAETANO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Biênio 2025-2027

Publicado por:
Cleomar Geraldo da Silva
Código Identificador:1120EC01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS(MG) PORTARIA Nº 015 DE 29/01/2026

PORTARIA Nº 015/2026 - 29/01/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARCOS, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e pelo disposto no artigo 135, inciso II, alínea "h", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o pedido de exoneração formulado pela servidora Adriana de Souza Couto, protocoladonesta municipalidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora **ADRIANA DE SOUZA COUTO**, Maspm nº 125510/0, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Básica (PEB I, II, III), de natureza estatutária, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Parágrafo único - Caberá ao Departamento de Recursos Humanos proceder às anotações regulamentares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Arcos, 29de janeiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleomar Geraldo da Silva
Código Identificador:99CEBB93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE ARCOS(MG) PORTARIA Nº 016 DE 29/01/2026

PORTARIA Nº 016/2026 - 29/01/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal, a pedido, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARCOS, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, pelo disposto no artigo 135, inciso II, alínea "h", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o pedido de exoneração formulado pela servidora Conceição Aparecida Dias de Andrade, protocoladonesta municipalidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora **CONCEIÇÃO APARECIDA DIAS DE ANDRADE**, Maspm nº 125530/4, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Básica (PEB I, II, III), de natureza estatutária, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Parágrafo único - Caberá ao Departamento de Recursos Humanos proceder às anotações regulamentares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Arcos, 29de janeiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleomar Geraldo da Silva
Código Identificador:B0679D95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE ARCOS(MG) PORTARIA Nº 017 DE 29/01/2026

PORTARIA Nº 017/2026 - 29/01/2026

Declara a vacância de cargo público por motivo de aposentadoria e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARCOS, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e pelo disposto no artigo 135, inciso II, alínea "h", da Lei Orgânica do Município de Arcos/MG e pelas Leis Municipais nº 1.453/93 e 1.456/93, e

CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria por idade à servidora Lucia Aparecida dos Santos de Melo pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o número de benefício 239.813.063-5, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.453 que prevê a vacância do cargo público em decorrência de aposentadoria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos - Faxineira ocupado pela servidora **LUCIA APARECIDA DOS SANTOS DE MELO**, Maspm nº 102929/0, em virtude de sua aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com a consequente extinção do vínculo funcional com o Município de Arcos, a partir de 31 de janeiro de 2026.

Parágrafo único - Caberá ao Departamento de Recursos Humanos proceder às anotações regulamentares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Arcos, 29de janeiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleomar Geraldo da Silva
Código Identificador:CA8DDAE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE ARCOS(MG) PORTARIA Nº 018 DE 30/01/2026

PORTARIA Nº 018/2026 - 30/01/2026

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARCOS, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e pelo disposto no artigo 135, inciso II, alínea "h", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora Anna Luiza Faria Senra Morais, no qual solicita licença para tratar de interesses particulares;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 89, inciso V, da Lei Municipal nº 1.453, de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Arcos),

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à servidora **ANNA LUIZA FARIA SENRA MORAIS**, Maspm nº 139336/7, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Integração Social, licença para tratar de interesses particulares, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

§ 1º - A presente licença será sem remuneração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Arcos, 30de janeiro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleomar Geraldo da Silva
Código Identificador:F3ACFB14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE ARCOS(MG) SEMED - EDITAL - 01/2026 EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA

EDITAL - 01/2026
EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, vem através deste Edital, divulgar extensão de carga-horária, considerando a necessidade **Temporária**de substituição de servidor, conforme Decreto Municipal Nº 6.852 de 12/06/2024.

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO ATO DA SELEÇÃO

No ato da seleção,o**professor efetivo** deverá apresentar os documentos listados abaixo:

Original e fotocópia dos documentos CPF e RG.
Original e fotocópia do Comprovante de habilitação (Curso Superior em Pedagogia ou Normal Superior).

DADOS DA CONVOCAÇÃO

Local: Secretaria M. de Educação - SEMED
Avenida Yolando Sebastião Logi, 255.
Prédio da Puc Minas em Arcos.

Dia: 04/02/2026- 13h00min
Cargo: PEB I - Educação Infantil

Local de Trabalho: Creche MunicipalAna Lúcia Franco
Turno: Vespertino
Período: 05/02/2026 a 13/02/2026

Arcos, 02/02/2026.

LILIAN TEIXEIRA GARCIA GOMES
Secretária de Educação

Publicado por:
Cleomar Geraldo da Silva
Código Identificador:FCE7B747

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

GABINETE
PORTARIA 10/2026

PORTARIA Nº 10/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO 03/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ARGIRITA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARGIRITA/MG, no uso de suas atribuições legais, conferidos pela Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Processo Seletivo da Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Gestão do Município de Argirita para acompanhamento de processo seletivo 03/2026 neste município.

Art. 2º A comissão será composta por funcionários públicos municipais e terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do processo seletivo, instaurado através de editais de processos seletivos de 2026.

Art. 3º Sob a presidência do primeiro nomeado, a composição da comissão será:
I – Patrícia Araújo de Souza – Coordenadora Executiva IV – Departamento Pessoal
II – Michele Miranda de Oliveira – Secretaria de Administração Planejamento e Gestão.
III – Cristiane Almeida Barbosa Batista – Secretaria Municipal de Educação

Art. 4º Compete à Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, títulos, realizar entrevistas e verificar quanto à duplicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 5º A comissão poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 6º Fica vedada a inscrição de parentes em linha reta, por afinidade e colateral até terceiro grau no processo seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão do processo seletivo.

Parágrafo único. Na hipótese de algum parente das pessoas nomeadas para a comissão manifestar interesse em se inscrever para o processo seletivo, o membro suspeito deverá ser afastado e substituído por outro servidor.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Argirita/MG, 02 de fevereiro de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal de Argirita/MG

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:D53FBDF5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Arinos, com fulcro no artigo 74, inciso IV, artigo 78, inciso I e artigo 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 2408 de 09 de novembro de 2022, torna público que será realizado um Chamamento Público nº 004/2026, para fins de Credenciamento de Pessoas Jurídicas, com profissional, Médico com especialidade em Urologia, para realização atendimento ambulatorial mediante consulta, conforme as especificações e condições constantes do Edital, o Edital estará à disposição na íntegra no link: www.arinos.mg.gov.br, ou poderá ser retirado gratuitamente na sala de licitações. Arinos, 02 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ PIRES VALADARES CARNEIRO-
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:0A56B990

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do segundo termo aditivo ao contrato nº 125/2024. Credenciamento nº 025/2024. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Fabio Junior Pereira Mendes. Da vigência: Prorrogar a vigência do contrato inicial até 31/12/2026. Arinos, 02 de fevereiro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA.
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:E7201CBB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público o 3º Termo aditivo ao contrato nº 050/2024 da Concorrência nº 003/2024. Objeto: é o reajuste anual do preço dos serviços contratados no presente processo licitatório, conforme art. 92, § 3º e 25, § 7º da lei nº 14.133/2021. Contrato nº 050/2024 - PMBMA/TCM CONSTRUTORA LTDA.

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal – 02/02/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:A85D2BD2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
DESPACHO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO: 134/2025

DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2025

O Prefeito do Município de Barra Longa/MG, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, e **CONSIDERANDO** a solicitação formal do Setor de Meio Ambiente para revogação do Processo Licitatório nº 134/2025 – Pregão Eletrônico nº 49/2025, em razão de falhas no planejamento e da necessidade de redefinição adequada do objeto, de modo a compatibilizá-lo com a real necessidade da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 autoriza a revogação do procedimento licitatório por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado;

CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos quando inconvenientes, inoportunos ou contrários ao interesse público;

CONSIDERANDO o entendimento consolidado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual a Administração pode revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial;

CONSIDERANDO que foi regularmente publicada a **Notificação de Intenção de Revogação**, oportunizando-se o contraditório e a ampla defesa aos interessados, nos termos do § 3º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, sem que houvesse manifestação capaz de afastar os fundamentos apresentados *(ou: após a análise das manifestações eventualmente apresentadas)*;

DECIDE:

Art. 1º REVOGAR, por razões de interesse público, o **Processo Licitatório nº 134/2025**, modalidade **Pregão Eletrônico nº 49/2025**, com fundamento no art. 71, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de falhas no planejamento e da necessidade de redefinição adequada do objeto.

Art. 2º Determinar o arquivamento do presente procedimento licitatório, sem prejuízo da instauração de novo processo licitatório, com objeto claramente definido desde a fase interna, devidamente instruído com estudos técnicos, estimativas de custos e exigências ambientais pertinentes.

Art. 3º Determinar a publicação deste ato no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, para ciência dos interessados.

Publique-se.

Cumpra-se.

Barra Longa/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

LUIZ CARNEIRO COSTA
Prefeito Municipal de Barra Longa/MG

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:55828C78

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO CONTRATOS - PROCESSO 068/2025

EXTRATO DE CONTRATOS CREDENCIAMENTO DE BANDAS.

Nº 16/2026 nº 17/2026 nº 18/2026 nº 19/2026 nº 20/2026 nº 21/2026 nº 22/2026.

Processo: nº 068/2025

Credenciamento: nº 003/2025

Inexigibilidade: 010/2025

Objeto: O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de artistas locais/regionais para contratação em festividades conforme calendário cultural do Município de Barra Longa- MG.

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG;

Contratada: THULIO AFONSO DOS SANTOS
CNPJ nº 63.830.146/0001-84

Contratada: FELIPE SALGADO LOPES
CNPJ nº 64.369.913/0001-62

Contratada: JOÃO VITOR CRUZ ALVEZ
CNPJ nº 64.523.345/0001-02

Contratada: MARIA DA GLORIA SENA GONÇALVES
CNPJ nº 31.451.323/0001-25

Contratada: MAYKOL DA SILVA OLIVEIRA
CNPJ nº 58.635.844/0001-99

Contratada: ADENIZIO NUNES DA PAIXÃO
CNPJ nº 18.356.791/0001-52

Contratada: GUSTAVO CARNEIRO DE CASTRO
CNPJ nº 58.292.403/0001-31

Vigencias de 30/01/2026 a 28/08/2026.

Barra Longa, 02 de Fevereiro de 2026.

PATRÍCIA PAULINE DORNELAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:64D493C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

DIVERSAS SECRETARIAS
REEQUILIBRIO FINANCEIRO PROCESSO 092/2025

Refere-se o presente termo aditivo REEQUILIBRIO-FINANCEIRO solicitado pela empresa POSTO BARROSO LTDA CNPJ: 02.714.051/0001-0001 DETENTORA DA Ata de Registro de PreçosNº 115/2025oriundo do Processo Licitatório nº 092/2025Pregão Presencial nº 032/2025objeto: Contratação de empresa para futura e, eventual e parcelada aquisição de combustivel , para atender a demanda da frota das Secretarias da prefeitura Muniicipal de Barroso..

DIESEL S 10
*Solicitação de revisão R$ 6,55para R$ 6,64

GASOLINA
*Solicitação de revisão R$ 6,41para R$ 6,60

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:369172EF

DIVERSAS SECRETARIAS
RESULTADO CREDENCIAMENTO 007/2025 PROCESSO 106/2025 INEXIGIBILIDADE 007/2025

CREDENCIAMENTO 007/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 023/2025
O município de Barroso, torna público o resultado do Credenciamento Público nº 007/2025, objetivando o Chamamento público para

Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços técnicos especializados de Engenharia, Arquitetura e Topografia, visando à elaboração de projetos e apoio técnico à execução de obras públicas no Município de Barroso em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CREDENCIADO CNPJ/CPF
Alessandra S. Paula Rosa 54.686.528/0001-95

Barroso, 02 de fevereiro de 2026.

RAQUEL FERREIRA DINIZ

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:18A3DB9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO AO CONTRATO 274/2025 PROCESSO 191/2025

O município de Barroso torna publico o 2º aditivo ao contrato274/2025Processo161/2025Dispensa 041/2025.Contratação de empresa especializada em consultoria para levantamento, análise e diagnóstico da estrutura de pessoal da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Município de Barroso/MG, visando subsidiar a reorganização do quadro de cargos e funções e a elaboração de estudo técnico preparatório para futura realização de concurso público, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA
CNPJ: 16.950.128/0001-56
Vigência: 30/01/2026 a 02/03/2026

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:42126BB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EXTRATO AO CONTRATO 025/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 0243/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 098/2025

O Município de Barroso torna público extrato ao Contrato 025/2026, Pregão Eletrônico nº 098/2025 **Contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria, assessoria e serviços técnicos específicos para a gestão do Patrimônio Cultural.**

BAROQUE ARQUITETURA E CONSULTORIA- CNPJ: 23.341.740/0001-97

Valor total:R$22.800,00 (Vinte e dois mil e oitocentos reais).
Vigência: 02/02/2026 à 31/12/2026.

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:6882F040

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DO PROCESSO Nº 0248/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0100/2025

A Prefeitura Municipal de Barroso, torna público a todos os interessados o resultado do seguinte processo licitatório:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0248/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0100/2025

Objeto: Futura, eventual e parcelada aquisição de produtos alimentícios de padaria para atender as demandas das secretarias municipais e para incrementar a merenda escolar dos alunos da rede Municipal de Ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

Ata de Registro de Preços: Nº 017/2026
Detentora: AGNALDO FRANCISCO DE MELO CNPJ: 03.774.855/0001-15
Valor da ARP: R$10.360,00 (Dez mil, trezentos e sessenta reais)
Vigência: De 30/01/2026 à 30/01/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 018/2026
Detentora: ALEX FRAGA DE ANDRADE CNPJ: 15.007.906/0001-05
Valor da ARP: R$569.691,25 (Quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos)
Vigência: De 30/01/2026 à 30/01/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 019/2026
Detentora: LUCAS SILVA CARVALHO CNPJ: 52.685.176/0001-28
Valor da ARP: R$ 42.345,30(Quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos)
Vigência: De 30/01/2026 à 30/01/2027

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:5B6BA55F

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ADITIVO AO CONTRATO 031/2025 PROCESSO 010/2025

O município de Barroso torna publico o 1º aditivo ao contrato031/2025Processo10/2025Pegão 03/2025.Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total de veículo, para atender a frota da Prefeitura Municipal de Barroso, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura

GENTE SEGURADORA CNPJ: 90.180.605/0001-02
Vigência: 30/01/2026 a 30/01/2027

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:4EF4FBF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

O Município de Barroso torna público o Edital 04/2026 Processo nº 017/2026 Pregão Eletrônico nº 02/2026. Constitui objeto deste Edital a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma e revitalização da "Praça da Bandeira" (em frente ao Bar do Meio), localizada na Avenida Prefeito Genésio Graçano, no Município de Barroso**, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Abertura:19/02/2026 às 10:00hs
Retirada do Edital:www.barroso.mg.gov.br e barroso.licitapp.com.br.
Maiores Informações:licitacao@barroso.mg.gov.br

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:557BB5EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BERIZAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PE 002/2026

O Pregoeiro do município de Berizal – MG, designado pela Portaria nº 023 de 02 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar Licitação na modalidade: Pregão em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço item, que tem por objeto: **Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, produtos de higiene pessoal e utensílios de copa e cozinha para atendimento às secretarias desta municipalidade**, nos termos das Leis Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, Decretos Federal nº10.

024/2019 e 3555/2000, conforme especificações contidas no Edital e Termo de Referência. Data e hora da disputa: 19/02/2026, às 09h00min(Horário de Brasília), Local Sítio:https://portal.licitanet.com.br/
Poderão ser obtidas maiores informações sobre este Edital, com o Pregoeiro e sua equipe de apoio, no setor de licitações e contratos na Prefeitura Municipal de Berizal, Rua Luiz Otávio Franco, n° 18 – Centro, Berizal/MG, das 07h00 às 13:00 horas, bem como por consulta ao Site Oficial municipal: https://portal.licitanet.com.br/.

Berizal-MG, 03 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Wandayk Teixeiras Dos Santos
Código Identificador:346253B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 26/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG – Extrato do Contrato n° 26/2026. **PARTES:** TARGET CONSULTORIAS E SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 24.416.556/0001-21. **OBJETO**: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO TÉCNICO À GESTÃO GOVERNAMENTAL, ABRANGENDO A ELABORAÇÃO, CONFERÊNCIA, ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ENVIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS JUNTO AO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – SICOM, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TCEMG). **VALOR TOTAL**: R$ 124.680,00 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta reais). **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei 14.133/21, Art. 74, III, f . Inexigibilidade de licitação nº 01/2026.

NIVALDO ANTÔNIO FERREIRA,
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:140C43A9

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Aviso de Licitação – Concorrência Eletrônica nº 03/2026. Tipo Menor Preço. Regime de Execução: Contratação Semi-integrada. Objeto: Contratação de empresa especializada paraexecução de obra, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários para construção da quadra poliesportiva do Bairro Maringá II, atendendo ao Convênio nº 1261002526/2025, firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e conforme consta dos projetos, planilhas e documentos técnicos da obra. Data entrega das propostas: Até 27/03/2026 às 09:00 horas na Plataforma da AMMlicita. O Edital e anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal: www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes ou na Plataforma de Licitações: www.ammlicita.gov.br. Informações: (35) 99213-0267.

BETÂNIA ALVES MONTEIRO -
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:CADAFE6A

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 09/2026. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros para veículos pertencentes à frota desta Prefeitura Municipal. Data entrega das propostas: Até 20/02/2026 às 09:00 horas na Plataforma da AMMlicita. O Edital e anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal: www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes ou na Plataforma de Licitações: www.ammlicita.org.br. Informações: (35) 99213-0267.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:CEC31DAE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

OBJETO: Registro de preços para aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento do benefício eventual na modalidade de auxílio alimentar, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.
INICIO DO ENVIO DE PROPOSTAS: 02/02/2026 ÀS 17:00 HORAS, FIM DO ENVIO PROPOSTAS/INÍCIO DA DISPUTA: 19/02/2026 ÀS 09:29 HORAS, HORÁRIO DE BRASÍLIA ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitardigital.com.br. Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmo horário. **CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** Site: www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br Telefone: (31) 3833-1222 E-mail para esclarecimentos: licitacao@bomjesusdoamparo.mg.gov.br **REFERÊNCIA DO TEMPO:** Horário de Brasília.

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:7ED1CA8D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DO 1º PRIMEIRO ADITIVO DE TEMPO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2025
PREGÃO ELETROÔNICO N° 004/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO AMPARO. Adjudicatária: BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.224.364/0001-41. OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de combate e controle de pragas (dedetização, descupinização, desratização e assemelhados) em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG. **OBJETO DO ADITIVO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da ata por mais 06 (seis) meses conforme estabelecido na cláusula quinta da Ata de Registro de Preços nº 004/2025, passando sua vigência ao período de 19/02/2026 a 19/08/2026. Data da assinatura: 02/02/2026. Artigo **84, da Lei nº 14.133/2021** e artigo 45 do decreto municipal n° 151/2023.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO –
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:1F22A5D7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM REPOUSO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO – MG. Aviso de Licitação. Processo Licitatório 005/2026. Pregão Eletrônico 003/2026, no BBMNET – Bolsa Brasileira de Mercadorias - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em geral para atender as necessidades das Escolas Municipais e demais Secretarias Municipais da Prefeitura de Bom Repouso. Edital completo e realização através do site: https://novobbmnet.com.br/. A abertura das "propostas de preços" e o início da sessão de disputa de preços será às 13h15min do dia 13/02/2026, horário de Brasília - DF. Consulta ao Edital no sítio bomrepouso.mg.gov.br.

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:8BD326E5

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO – MG. Aviso de Licitação. Encontra-se aberta junto a esta Prefeitura Municipal o Processo nº. 004/2026, modalidade Pregão Presencial nº 002/2026, do tipo menor preço por item, para aquisição de medicamentos, material hospitalar e material odontológico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Repouso. O credenciamento e abertura dos envelopes dar-se-á no dia 13/02/2026, às 08:30 h. O instrumento convocatório em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 08:30h às 17h, na Alameda José Brandão, 348, Bom Repouso - MG, CEP 37610-000, email: licitacao@bomrepouso.mg.gov.br e ou no site:bomrepouso.mg.gov.br. Tel. (35) 3461-1224.

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:2EBC3674

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 24/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO – MG. Processo nº 192/2022. Pregão Presencial n. 06/2022. Contrato n. 24/2023. Contratante: Município de Bom Repouso. Contratado: NAILTON ALCÂNTARA BRANDÃO Termo de prorrogação contratual. Data de assinatura: 31/12/2025. Vigência: até 31-12-2026. Valor R$ 76.800,00. Dotação Orçamentária:
02.03.01.04.122.0001.2.004.339039.0061
02.04.02.15.452.0002.2.011.339039.0153
02.04.03.13.392.0003.2.016.339039.0185
02.04.03.20.606.0003.2.013.339039.0200
02.04.03.27.812.0003.2.015.339039.0224
02.05.01.12.361.0004.2.017.339039.0254
02.06.01.10.301.0009.2.036.339039.0394
02.07.01.08.244.0010.2.049.339039.0492 -

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:D281B64D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ARP Nº 005/26, 006/26 E 008/26

Prefeitura Municipal de Bom Repouso – MG. - Processo nº 160/2025. PREGÃO nº. 058/2025. ARP nº 008/2026 Contratada: PEPPER PLAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Valor R$ 52.800,00. ARP nº 006/2026 Contratada: JWR MOVEIS LTDA. Valor R$ 4.705,00. ARP nº 005/2026 Contratada: OLIVEIRA E ANDRADE DISTRIBUIDORA LTDA. Valor R$ 33.807,95. Objeto: registro de preços para eventual aquisição de equipamentos, móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais utilidades para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Bom Repouso/MG. Dotação Orçamentária:
02.05.01.12.361.0004.1020.0000.449052.0233 –
02.05.01.12.361.0004.1020.0000.449052.0234 –
02.05.01.12.361.0004.2017.0000.449052.0248 –
02.05.01.12.361.0004.2017.0000.449052.0249 –
02.05.02.12.365.0005.1027.0000.449052.0282 –
02.05.02.12.365.0005.1027.0000.449052.0283
02.05.02.12.365.0005.1027.0000.449052.0284 -
02.05.02.12.365.0005.1027.0000.449052.0285
02.05.02.12.365.0005.2023.0000.449052.0290 - Data de assinatura: 30/01/2026. Vigência: 30/01/2027.

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:4C27A067

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 004/26 E 005/26

Prefeitura Municipal de Bom Repouso – MG. - Processo nº 139/2025. PREGÃO nº. 050/2025. CONTRATO nº 004/2026 Contratada: DENTAL UNIVERSO EIRELLI EPP. Valor R$ 2.500,00. CONTRATO nº 005/2026 Contratada: DENTAL SÃO CRISTOVAO. Valor R$ 50.250,00. Objeto: aquisição de material odontológico para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Bom Repouso. Dotação Orçamentária:
02.06.01.10.301.0009.1.031.449032.0379 -
02.06.01.10.301.0009.2.036.339030.0394 -
02.06.01.10.301.0009.2.037.339030.0421 -
02.06.01.10.301.0009.2.037.339030.0423 -
02.06.01.10.301.0009.2.037.339030.0424 - Data de assinatura: 02/01/2026. Vigência: 31/12/2026.

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:18E976C9

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 007/26

Prefeitura Municipal de Bom Repouso – MG. - Processo nº 148/2025. PREGÃO nº. 053/2025. CONTRATO nº 007/2026 Contratada: JP CIRURGICA LTDA. Valor R$ 6.900,00. Objeto: aquisição de material de laboratório para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Bom Repouso. Dotação Orçamentária:
02.06.01.10.301.0009.2.036.339030.0394 -
02.06.01.10.301.0009.2.037.339030.0421 -
02.06.01.10.301.0009.2.037.339030.0423 -
02.06.01.10.301.0009.2.037.339030.0424 - Data de assinatura: 02/01/2026. Vigência: 31/12/2026.

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:B3A050DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO AUTORIZAÇÃO

PROCESSO Nº 007/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO a realização da inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21, a favor da contratação direta com a empresa **INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA (INTERTV GRANDE MINAS),** CNPJ sob o n° **16.924.581/0001-98**, com sede na Praça Manoel Quatrocentos, S/N, Morrinhos, Montes Claros-MG, CEP 39.401-576 , pelo valor de **R$22.721,00 (vinte e dois mil e setecentos e vinte e um reais),** vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Bonfinópolis de Minas, 28 de janeiro de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:C6A4F5FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS EXTRATO CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contrato **nº 049/2026** Objeto: – Credenciamento para a prestação de serviços de Apresentação Artística Atendendo Ao Programa Prata Da Casa, Conforme Lei Municipal Nº 1.414, De 13 De SetembroDe2023, para atender as demandas da Administração Municipal. Empresa vencedora: **DALLAS SHOWS LTDA**, inscrita no CNPJ/CPF sob o n°**41.626.687/0001-52**. Valor Total estimado: **R$9.000,00(nove mil reais).**
Início: 02.02.2026 Vigência: 02.02.2027. Bonfinópolis de Minas - MG, 02.02.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:6AF6B425

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS EXTRATO CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de **Contrato 052/2026**- Objeto: – **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE PSICOLOGIA, PARA O ATENDIMENTO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**
Empresa: CENTRO DE ESTUDOS E PRATICAS INTEGRATIVAS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº **49.958.212/0001-75.**
Valor estimado: **R$12.000,00(doze mil reais).**
Início: 02.02.2026 Vigência: 08 meses. Bonfinópolis de Minas - MG, 02 de fevereiro de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:B25E218A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS EXTRATO CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de **Contrato 045/2026**- Objeto: – contratação direta com a empresa **INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA (INTERTV GRANDE MINAS),** CNPJ sob o n° **16.924.581/0001-98**, pelo valor de **R$22.721,00 (vinte e dois mil e setecentos e vinte e um reais).**
Início: 28.01.2026 Vigência: 02 meses. Bonfinópolis de Minas - MG, 28.01.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:4C1D3B18

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a **AQUISIÇÃO DE POLTRONAS MODELO PRESIDENTE COM BRAÇO E ENCOSTO, MATERIAL EM AÇO, ESTOFADA COM ESPUMA D45 E REVESTIDAS COM COURO ECOLÓGICO,** conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa 2R COMERCIAL LTDA, CNPJ 18.742.344/0001-31, com sede Avenida Horacio Dornelas, nº 930, Bairro Alvorada, João Pinheiro - MG, CEP 38.770-000, pelo preço de **17.780,00(dezessete mil, setecentos e oitenta reais).**

Bonfinópolis de Minas-MG, 02 de fevereiro de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:7F44FAC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

AUTORIZAÇÃO
AUTORIZO a Contratação De Empresa Especializada Para Realizar Do Serviço De Dosimetria Pessoal Dos Técnicos De Radiologia Do Município De Bonfinópolis De Minas, conforme especificações contidas neste procedimento. Empresa contratada: **PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA**, inscrita no **CNPJ 87.389.086/0001-74**, com sede Rua Ruy Barbosa 118, Edif Michalski Terreo, Bairro Vila Santo Angelo, Cep 94.920-510, Cachoeirinha/Rs, pelo preço de **R$1.800,00(um mil e oitocentos reais).**

Bonfinópolis de Minas-MG, 02 de fevereiro de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:2786C37C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS EXTRATO DE CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de **Contrato nº 050/2026**. Objeto: – **AQUISIÇÃO DE POLTRONAS MODELO PRESIDENTE COM BRAÇO E ENCOSTO, MATERIAL EM AÇO, ESTOFADA COM ESPUMA D45 E REVESTIDAS COM COURO ECOLÓGICO,** conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa 2R COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ 18.742.344/0001-31, com sede Avenida Horacio Dornelas, nº 930, Bairro Alvorada, João Pinheiro - MG, CEP 38.770-000, pelo preço de **17.780,00(dezessete mil, setecentos e oitenta reais).**

Início:02.02.2026. Vigência: 02 meses. Bonfinópolis de Minas - MG. Bonfinópolis de Minas, 02.02.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:DF082379

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de **Contrato nº 051/2026**. Objeto: – **Contratação De Empresa Especializada Para Realizar Do Serviço De Dosimetria Pessoal Dos Técnicos De Radiologia Do Município De Bonfinópolis De Minas,** conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa **PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA**, inscrita no **CNPJ 87.389.086/0001-74**, com sede Rua Ruy Barbosa 118, Edif Michalski Terreo, Bairro Vila Santo Angelo, Cep 94.920-510, Cachoeirinha/Rs, pelo preço de **R$1.800,00(um mil e oitocentos reais).**
Início:02.02.2026. Vigência: 12 meses. Bonfinópolis de Minas - MG. Bonfinópolis de Minas, 02.02.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:EF8F7E72

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE ERRATA

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO ERRATAPUBLICAÇÃO ERRATA

ERRATA: Publicação Contrato. Contrato publicado em 02/02/2026. Edição 4204. Diário Oficial dos Municípios Mineiros. Onde se lê: 02/02/2025.Leia-se 02/02/2026
Brasilândia de Minas MG, 02/02/2026.

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:AE4D2EE9

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 002/2026

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 002/2026.

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 002/2026.

Extrato do contrato n ° 002/2026– Contratada**: JOSÉ GONÇALVES DE SOUZA - ME**, CNPJ: 61.120.635/0001-17- – Objeto: constitui objeto do presente**CONTRATO,** a prestação de serviços de despachante veicular e outros serviços necessários para as atividades administrativas. Com valor global de **R$ 5.151,00 (cinco mil e cento e cinquenta e um reais)**. A vigência do contrato administrativo nº 002/2026, vigência do contrato será por mais 12 (doze) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 02/01/2026

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:14FF6334

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 025/2026

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 025/2026

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 025/2026.

Extrato do contrato n ° 25/2026– Contratada**: CLÉSIO DE OLIVEIRA QUEIROZ ME**, CNPJ: 44.776.396/0001-39- – Objeto: constitui objeto do presente**CONTRATO**, a prestação de serviços contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e material, na forma de empreitada global menor preço por lote (dois lotes), para instalação do poço artesiano no assentamento "Elza Estrela" Com valor global de **R$ 9.432,50 (nove mil e quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)**. A vigência do contrato administrativo nº 25/2026, vigência do contrato será por mais 12 (doze) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 20/01/2026

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:77D65BAF

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 614/2024

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 614/2024.

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 614/2024.

Extrato do contrato n ° 614/2024– Contratada**: JAILTON RIBEIRO DA SILVA**, CNPJ: 50.606.838/0001-00- – Objeto: constitui objeto do presente**CONTRATO,**constitui objeto do presente contrato a aquisição de baterias, para uso dos veículos e máquinas da frota prefeitura Municipal de Brasilandia de Minas / MG. Com valor global de **R$ 54,270,00 (cinquenta e quatro mil duzentos e setenta reais)**. A vigência do contrato administrativo nº 614/2024, vigência do contrato será por mais 12 (doze) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 20/12/2024

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:3D5A6DC9

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 615/2026

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 615/2024

Extrato do contrato n ° 615/2024– Contratada**: PRENOBRE LTDA**, CNPJ: 68.491.232/0001-23 – Objeto: constitui objeto do presente**CONTRATO,** a ata de registro de preços para futuro e eventual fornecimento de tijolos, manilhas, blocos e canaletas em atendimento a demanda operacional da administração municipal Com valor global de **R$ 5.716.337,80 (cinco milhões e setecentos e**

dezesseis mil e trezentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). A vigência do contrato administrativo nº 615/2024, vigência do contrato será por mais 12 (doze) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 27/12/2024

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:964AA90F

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO ERRATA

PUBLICAÇÃO ERRATA

ERRATA: Publicação Credenciamento. Edital publicado em 30/01/2026. Edição 4203. Diário Oficial dos Municípios Mineiros. Onde se lê: CONTRATO 074/2023. **Leia-se: CONTRATO 564/2024** Brasilândia de Minas MG, 02/02/2026.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:463B33FB

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO ERRATA

ERRATA: Publicação Credenciamento. Edital publicado em 30/01/2026. Edição 4203. Diário Oficial dos Municípios Mineiros. Onde se lê: CONTRATO 538/2024. **Leia-se: CONTRATO 026/2023** Brasilândia de Minas MG, 02/02/2026.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:F6F5AFD9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAÚNAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATOS N° 119/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 119/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia visando reformas na quadra localizada na comunidade de Barroadas, com recursos provenientes da resolução SEGOV N 11 de 2024, consistindo no fornecimento de materiais, mão-de-obra, conforme especificações contidas no memorial descritivo, projetos, planilhas. Esse aditivo tem como objetivo tratar do custo de deslocamento de materiais que não foi contemplado na planilha orçamentária. Com o objetivo de não comprometer a execução da obra, fica estabelecido que o Município de Braúnas/Mg será responsável pelo transporte dos materiais necessários para a execução de obra pública, como já mencionado no relatório técnico emitido pelo Setor de Engenharia dessa Administração, ficando excluído o item 5.1 do contrato. CONTRATADA: **CONSTRUTORA BELO ORIENTE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 10.475.444/0001-37. Data: 13 de outubro de 2025.

Publicado por:
Railany Dias Azevedo
Código Identificador:37CDB0FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2026. DISPENSA ELETRÔNICA N° 021/2025. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de vidros, incluindo a instalação e o fornecimento de todos os insumos, materiais e mão de obra necessários, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Braúnas/MG. Contratada: **63.956.212 ARTHUR CESAR MAYRINCK,** inscrita no CNPJ sob o nº. 63.956.212/0001-67. Valor global: R$ 62.440,00 (Sessenta e dois mil e quatrocentos e quarenta reais). Vigência: 12 meses; data: 20 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Railany Dias Azevedo
Código Identificador:96C4B317

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
PROCESSO Nº 003/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026

Processo nº 003/2026. Pregão Eletrônico n° 001/2026 Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de formação técnica continuada, treinamentos e aperfeiçoamento para os processos de trabalhos e informatização da gestão da saúde pública e da atenção primária à saúde, incluindo instalação, manutenção e suporte técnico e operacional continuado. Abertura dia: 19/02/2026 às 09h30min.O Edital encontra-se disponível no site da Prefeiturawww.braunas.mg.gov.brlink licitações, na plataforma de licitações (www.novobbmnet.com.br)ou poderá ser retirado na Divisão de Compras, Licitação, Patrimônio e Serviços Gerais da Prefeitura Municipal de Braúnas, das 11 às 16 horas em dias úteis. Informações: (33) 3425-1155.

ADELIANE CARVALHO DE SOUZA -
Pregoeira.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:5E9DF06A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BUENO BRANDÃO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2026

MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO. **Termo de Colaboração nº 002/2026**. Parceira Privada: **HOSPITAL E MATERNIDADE SENHOR BOM JESUS** – CNPJ nº 17.912.007/0001-82. Objeto: A parceria tem o objetivo da prestação de serviços especializados em saúde pela PARCEIRA PRIVADA, conforme previsto no Plano de Trabalho, considerando a internação hospitalar, atenção ambulatorial, apoio diagnóstico e terapêutico, urgência e emergência, cuidados paliativos, cuidados à pacientes crônicos, reabilitação, atendimento em saúde mental, atendimentos básicos e especializados, inclusive procedimentos cirúrgicos, e outros procedimentos visando a garantia da atenção integral à saúde dos usuários, com ênfase na qualidade e humanização dos serviços aos usuários do SUS. Valor total do repasse por recursos próprios: R$ 2.645.486,80. Fundamentação legal: Artigo 31, II da Lei Federal nº 13.019/2014 e Portaria GM/MS nº 3.410/2013. Data de assinatura do Termo: 02.02.2026. Efeitos jurídicos retroagirão para a data de 01/01/2026.

LOURIVAL CAVINI JÚNIOR.

Publicado por:
Ian Gabriel Ribeiro Brandão
Código Identificador:59EC0826

DIVISÃO DE COMPRAS
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA SIMPLES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO – MG.
Aviso de intenção de Dispensa simples (Dispensa de licitação com base no Art. 75, II, da Lei 14.133/2021). Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura, o Processo de Dispensa de Simples, dispensa 08/2026, PRC 018/2026, do tipo menor preço por item, tendo como objeto aquisição de aparelho de telefonia móvel (smartphone) para uso corporativo, destinado às atividades de comunicação institucional, realização de registros fotográficos e audiovisuais, bem como ao apoio às rotinas administrativas, a fim de atender à demanda das Secretarias Municipais. As propostas serão aceitas até o dia

06/02/2026 às 17h. Informações sobre quantidade, especificações do objeto e formas de envio das propostas poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras do Município, de 2ª a 6ª feira, das 09h às 17h, na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, Bueno Brandão/MG, CEP 37.578-000 e/ou através do e-mail compras@buenobrandao.mg.gov.br, e via Whatsapp (35) 99227-0496 e/ou Tel. (35) 3463-1377.

FABIANA FIGUEIREDO SOARES GOUVÊA
Divisão de Compras.

Publicado por:
Fabiana Figueiredo Soares Gouvêa
Código Identificador:284C05EB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - PRC 011/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO – MG. PRC nº 011/2022. Termo de Aditamento n. º 04 ao Contrato n. º 033/2022. Contratada: Gibiel e Gonçalves Ltda - EPP. Objeto: Prestação de serviços de locação de aparelho concentrador de oxigênio, para a Secretaria Municipal de Saúde. Vigência: 04-02-2026 a 04-02-2027. Dotação Orçamentária: 0210 103020020 2.002 339039. Data: 02/02/2026.

LOURIVAL CAVINI JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Aline de Carvalho
Código Identificador:A7B82D31

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - PRC 188/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO – MG. PRC nº 188/2023. Termo de Aditamento n. º 02 aos Contratos n. º 14/2024, 16/2024 e 17/2024. Contratadas: Transporte Inconfidentes Ltda, Tunes & Tunes Ltda e Turismo Legal Ltda. Termo de Aditamento n. º 03 aos Contratos n. º 11/2024, 13/2024 e 15/2024. Contratadas: Armando Mazolini 35417919691, RM Turismo Ltda e Transporte Ventura Ltda. Termo de Aditamento n. º 04 ao Contrato n. º 12/2024. Contratada: DJ Transporte de Passageiros. Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar para atender os alunos matriculados nas escolas públicas de ensino. Vigência: 25-01-2026 a 25-01-2027. Reajuste contratual de 3,8978%. Dotação Orçamentária: 020902 123610015 2.116 339039. Data: 22/01/2026.

LOURIVAL CAVINI JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daiane Aline de Carvalho
Código Identificador:61FFB171

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CONTRATO** vinculado ao Processo Administrativo nº 025/2025– Credenciamento n° 002/2025. Objeto: **contratação de prestação de serviços por empresas em funções diversas na área de infraestrutura, em atendimento as demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, Secretarias Municipais vinculadas e SANECAB.**
Empresas: **52.383.198 LEANDRO FONSECA MELO– CNPJ: 52.383198/0001-33 Contrato** nº 008/2026 vigência de (16/01/2026 a 16/03/2026).
Empresas: **48.226.703 ANDERSON PEREIRA DA COSTA CNPJ: 48.226.703/0001-69 Contrato** nº 009/2026 vigência (16/01/2026 a 16/03/2026). Empresas: **59.558.123 TIAGO SPINDOLA PIRES CNPJ: 59.558.132/0001-86 Contrato** nº 010/2026 vigência 27/01/2026.
Vigência: 2 (messes). Valor mensal: R$ 9.000,00. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:3EF9367C

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO** vinculado ao Processo Administrativo nº 025/2025– Credenciamento n° 002/2025. Objeto: **contratação de prestação de serviços por empresas em funções diversas na área de infraestrutura, em atendimento as demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, Secretarias Municipais vinculadas e SANECAB.** Empresa: **64.285.154 DENILSON DA SILVA VIEIRA – CNPJ: 64.285.154/0001-50** – Credenciada nos itens 08: Operador de máquinas pesadas – DATA: 30/01/2026. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:9846FE0D

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO** no Processo Administrativo nº 048/2025 – Inexigibilidade n° 015/2025 – Credenciamento nº 006/2023. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS DE PSF E MÉDICOS PLANTONISTAS, ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, ODONTÓLOGOS, FISIOTERAPEUTAS, PSICÓLOGOS, PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS CONDUTAS TERAPÊUTICAS CONFORME AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE FISIOTERAPIA DE CABECEIRA GRANDE E PALMITAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE-MG.** Empresas: **HELLEN COELHO ENGERMAGEM LTDA – CNPJ: 64.209.130/0001-11 (Itens 04 e 05) e MARYANNA LARA M MATOS LTDA – CNPJ: 64.209.066/001-79 (Itens 02 e 03)** – Credenciada no dia (30/01/2026). Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:33FF3046

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA EM RAZÃO DO VALOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente com base na Lei Federal n.º 14.133, de 1° de abril de 2021,

RESOLVE:

Firmar o presente Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação e, ainda, **AUTORIZAR** a Contratação direta, EM RAZÃO DO VALOR, do objeto do presente processo administrativo, conforme a seguir especificado:
OBJETO: Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de Assistente Social Educacional, para atuação nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário, até a realização de processo seletivo simplificado ou outro certame regular de recrutamento pessoal, visando ao atendimento das demandas institucionais da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.
UNIDADE: Secretaria Municipal da Educação e Cultura
CONTRATADO: THAYANNE DOS SANTOS SOUZA – CPF: 111.145.836-77
VALOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Valor total estimado é de **R$ 31.789,92 (Trinta e um mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.04.01.12.122.0401.2034.3.3.90.36.00 – **Ficha: 129** – Outros Serv Terceiro Pessoa Jurídica.

Cabeceira Grande/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:79272F2B

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA EM RAZÃO DO VALOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente com base na Lei Federal n.º 14.133, de 1° de abril de 2021,

RESOLVE:

Firmar o presente Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação e, ainda, **AUTORIZAR** a Contratação direta, EM RAZÃO DO VALOR, do objeto do presente processo administrativo, conforme a seguir especificado:
OBJETO: Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de Nutricionista Educacional, para atuação nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário, até a realização de processo seletivo simplificado ou outro certame regular de recrutamento pessoal, visando ao atendimento das demandas institucionais da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.
UNIDADE: Secretaria Municipal da Educação e Cultura
CONTRATADO: CATIANE LORRANE PALMA ULHOA – CPF: 098.243.396-47
VALOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Valor total estimado é de **R$ 30.490,98 (Trinta mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e oito centavos)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.04.01.12.122.0401.2034.3.3.90.36.00 – **Ficha: 129** – Outros Serv Terceiro Pessoa Jurídica.

Cabeceira Grande/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:6EB7F25A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE PESSOAL E RH
EXONERA A SRA. DENISE ASSIS PEREIRA MUNIZ DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DENOMINADO ASSESSOR EXECUTIVO COMISSIONADO I E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

P O R T A R I A nº 013/2026

Exonera a Sra. Denise Assis Pereira Muniz do cargo de provimento em Comissão denominado Assessor Executivo Comissionado I e toma outras providências.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA, Prefeito Municipal de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Art. 79, Inciso IX,

R E S O L V E:

Art. 1º exonerar a Sra. Denise Assis Pereira Muniz**,** no Cargo de Provimento em Comissão denominado "**Assessor Executivo Comissionado I"**, Nível TS010, Grau 0A, a partir de **31/01/2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e registre-se.

Cabo Verde 30/01/2026.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daisa Conceição Ribeiro de Paula Dias
Código Identificador:A2405441

DEPARTAMENTO DE PESSOAL E RH
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NAS RAZÕES, CONTRA O SERVIDOR MUNICIPAL LEONARDO ALVES DE SÁ, MOTORISTA.

PORTARIA Nº 017/2026

Nomeia Comissão para instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nas razões, contra o servidor Municipal Leonardo Alves de Sá, motorista.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA, Prefeito Municipal de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Art. 79, IX, e art. 206 da Lei Complementar Nº 185/2023 (Estatuto dos Servidores Municipais), face aos possíveis acometimento de violação do artigo 6° e as possíveis penalidades previstas no artigo 189 e seguintes, a apurar do Estatuto dos Servidores Municipais, praticado pelo Servidor **LEONARDO ALVES DE SÁ,** motorista.

R E S O L V E:

Art. 1º Em consonância com o artigo 215, parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 185/2023 (Estatuto dos Servidores Municipais) **NOMEAR** a presente Comissão Processante:
Presidente: Ernani Quirino de Oliveira
Membro: Sílvia Valéria Romão de Souza
Membro: Cristiane Francisca de Oliveira

Art. 2º A Comissão Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, nos termos do art. 218 da Lei Complementar Nº 185/2023 – Estatuto dos Servidores Municipais – para conclusão do Processo.

Art. 3º A instauração do Processo Administrativo Disciplinar contra o **Servidor Leonardo Alves de Sá**, se dá com base no Parecer da Assessoria Jurídica deste Município, na pessoa da Dra Jessica Fernanda Dias, OAB/MG. 174.751.

Publique-se e registre-se, cumpra-se.

Cabo Verde, 02/02/2026.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daisa Conceição Ribeiro de Paula Dias
Código Identificador:1B25E6B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***Contrato*** *discriminado:*
Contrato n.º 182/2025: ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM.
Objeto: *Contratação de pessoa jurídica para o provimento de acesso para uso de plataforma tecnológica (SIGPub) para a operacionalização e gerenciamento das publicações no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (DOM-MG), veículo instituído legalmente como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos deste Município*.
Processo Administrativo n.º 192/2025 – Inexigibilidade n.º 057/2025.
Vigência: 30/12/2025 a 29/12/2026.
Valor total: R$ 5.794,44 (cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos);
Cachoeira de Minas, 30 de dezembro de 2025.

MARISTELA COSTA E BUSTAMANTE -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:AF46086C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 020/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 020/2026 – Licitação Compartilhada.*** O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *contratação de empresa para realizar a Pintura da Escola Capitão Manoel Machado Homem, através da Ata de Registro de Preços n° 48/2025, realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí - CIMASP.* Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***S&B TERCEIRIZACAO LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 44.965.380/0001-74, no valor total de R$ 92.480,00 (noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta reais).
Cachoeira de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

ELIZABETH MARQUES FIGUEIREDO –
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:EF8CBCC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 021/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 021/2026 – Licitação Compartilhada.*** O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *contratação de empresa para manutenção do Prédio no bairro Grotão, através da Ata de Registro de Preços n° 12/2024, realizada pela Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.* Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***SEVEN AMBIENTAL LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 01.335.516/0001-50, no valor total de R$ 92.510,67 (noventa e dois mil, quinhentos e dez reais e sessenta e sete centavos).
Cachoeira de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

MARILENI PEREIRA DE OLIVEIRA –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:EC44673C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 022/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público: a Homologação do **Processo Licitatório n.º 022/2026 – Registro de Preços Externo**. O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *aquisição de motoniveladora articulada zero hora.* Foi em toda a sua tramitação atendida a legislação pertinente e estando presente o interesse na presente contratação, através da adesão a Ata de Registro de Preços n.º 115/2025 do Pregão Eletrônico Por Registro de Preços n.º 020/2025 realizado pelo Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS, desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o presente procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***BAMAQ S/A BANDEIRANTES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS,*** inscrita no CNPJ sob o n.º 18.209.965/0001-54, no valor total de R$ 1.160.000,00 (um milhão e cento e sessenta mil reais).
Cachoeira de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

EUGÊNIA FERNANDA COSTA –
Secretária Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:BEB0C1EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 024/2026 – Licitação Compartilhada.*** O Processo de Licitação em epígrafe objetivou a *contratação de empresa para manutenção do Prédio antiga Escola do Bairro Jacarandá, através da Ata de Registro de Preços n° 12/2024, realizada pela Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.* Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***SEVEN AMBIENTAL LTDA,*** inscrita no CNPJ n.º 01.335.516/0001-50, no valor total de R$ 90.320,60 (noventa mil, trezentos e vinte reais e sessenta centavos).
Cachoeira de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

MARILENI PEREIRA DE OLIVEIRA –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:66C7C13D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
ATA DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; E FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA/MG.

ATA DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; E FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA/MG.

Aos dois dias do mês de fevereiro de 2026, às 9h15, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada/MG, sito na Rua 14, nº 143, Vila Nova, nesta cidade de Cachoeira Dourada/MG, reuniram-se os seguintes vereadores: ARNALDO JOSE DA SILVA, CARLOS AUGUSTO SILVA CAMPANHA, EDIMAR ALVES FERNANDES, HUGO CEZAR DE LIMA FERREIRA, MORGANA LEIGUE GALVÃO FREITAS, PALOMA LUCAS FERNANDES, SIMONE APARECIDA MATTOS STORTI. Fez-se presente também o Presidente da Câmara Municipal, vereador VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS, o prefeito Municipal ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA, o secretário Municipal de Governo PAULO RICARDO RODRIGUES ALVES, a Procuradora-Geral do Município, Dra. VANESSA SILVA DOMINGUES, juntamente com a Assessora Jurídica Dra. SAMANTHA CORREIA MARTINS, da empresa Souza Oliveira Advogados Associados, contratada pela Prefeitura Municipal. Também se fez presente o Assessor Jurídico, Dr. JANDER JOSÉ TOMAZ, da empresa Bayeh & Tomaz Sociedade de Advogados, contratada pela Câmara Municipal. Iniciada a reunião, usou a palavra a Dra. Samantha Martins, a qual disse que o objetivo da reunião era fazer uma apresentação geral do Projeto de Lei de Código de Posturas, o qual está em tramitação nesta Casa. Discorreu sobre a importância do referido PL, sobremaneira pela natureza turística que a cidade impõe como vocação primeva. Salientou que a legislação municipal carece deste diploma legal. Em seguida usou a palavra o prefeito Aleandro Francisco, que disse sobre a importância do Código de Posturas para o Município, necessitando um bom diálogo institucional neste momento da tramitação, para não caminharmos pelo mesmo caminho que resultou no PL dos resíduos sólidos. Em seguida a vereadora Paloma apresentou alguns pontos que lhe geravam dúvidas, tais qual a definição para o descarte de animais mortos e outros resíduos. Em seguida o vereador Hugo Cezar, usando a palavra agradeceu ao Prefeito pela sensibilidade que ele estava demonstrando com os assuntos mais sensíveis no últimos dias, tal como a questão do PROMUBE. Disse que entendia da importância do PL do Código de Posturas, porém entendia que alguns pontos seria objeto melhor do PL do Plano Diretor. Nesse momento, indagado pelo prefeito o Secretário de Governo Paulo Ricardo disse que o PL do Plano Diretor estava praticamente pronto, sendo apenas objeto de revisão pela AMVAP. Nesse sentido, a dra. Samantha Martins disse que o Código de Postura tratava-se de um diploma legal mais afinado a questão sanitária, no que diz respeito ao Poder de Polícia do Município a essas questões. Não tem fundamento algum trazer uma legislação para ser uma "letra morta", nesse sentido melhor ter a viabilização da fiscalização. Em seguida a vereadora Simone Mattos disse que tinha um ponto a ser discutido sobre a questão de criação de multas, pois esse tema era muito sensível a comunidade. Salientou que não conseguia ver um texto bem pormenorizado e claro, mas de natureza geral. A essa questão a Dra. Samantha Martins disse as multas será mais bem debatido com os vereadores nas Comissões para defini-las inclusive quanto a valores justos. Nesse momento o Dr. Jander Tomaz disse que melhor seria colocar no Código de Posturas um "*vacatio legis*", com um prazo razoável de 180 dias, para que houvesse tempo para uma criação de uma campanha educativa de conscientização da população. Nesse momento a vereadora Morgana Leigue disse que concordava com a campanha educativa, pois a comunidade necessita de um prazo para adequar-se com a nova realidade de uma nova legislação. Nesse momento a vereadora Simone Mattos disse que deveríamos sim entrarmos nesse debate com afinco e seriedade para que o legislador não ficasse na pecha de criadores de taxas, onerando ainda mais o orçamento doméstico. Nesse momento, o Dr. Jander Tomaz, salientou que a Nota Técnica nº 21/2025 apontou para a necessidade da realização de Audiências Públicas antes da votação do PL no Plenário. Nesse momento a vereadora Morgana Leigue pontuou que não poderia ser apenas uma audiência pública somente na Câmara Municipal, mas levar as audiências aos bairros. Nesse momento, o vereador Edimar Alves disse que havia a necessidade de verificar a necessidade der olhar melhor a eficiência da oferta do serviço público, como a questão da água. Indagou se as bombas de captação no rio Paranaíba, todas são novas? Ao que o prefeito respondeu que apenas uma era. Mas a questão da água não era a captação em si, mas sim o desperdício dos consumidores, pois a Administração fez investimentos de importância na captação. Sem dúvidas em um momento futuro não teria como fugir da necessidade da exigência de colocar hidrômetro em todas as unidades consumidoras. Continuando o vereador Edimar disse sobre a questão da obrigatoriedade das caçambas para acondicionamento de resíduos de construção. Nesse ponto, o prefeito disse que seria útil colocar no projeto algum dispositivo de isenção aqueles consumidores que estejam cadastrados no CADUNICO, como exemplo. Nesse momento, o vereador Hugo Cezar disse que a discussão com a comunidade nas audiências públicas seria bem salutar, ouvir todos aos cidadãos, para melhor construirmos uma legislação que melhor se casava com a nossa realidade local. Nesse momento, o prefeito disse que essa era a necessidade de termos uma legislação, pois uma coisa era identificar aquele cidadão carente, que não tem a mínima condição de ter uma caixa d'agua, devendo esses cidadãos serem usuários de um programa social próprio para sanar esses problemas, por exemplo. Outra coisa era penalizar com justiça aquele cidadão que não tem compromisso com o meio-ambiente e desperdiça o recurso natural sem a mínima consciência. O vereador Arnaldo Jose disse da necessidade de se verificar a rede de distribuição, pois ela é velha e não foi construída com planejamento. O vereador Carlos Augusto disse que a conscientização era o caminho, pois até mesmo Ituiutaba, que tem a exigência do hidrômetro em todos os bairros há o problema da falta d'agua. Nesse momento, o Dr. Jander Tomaz, sugeriu que deveríamos definir um cronograma, como daqui a 30 dias a Assessoria Jurídica do Município apresentar uma planilha de definição e valores das multas a ser anexada no PL do Código de Postura, para iniciarmos a discussão com os vereadores nas Comissões Permanentes, e somente após a discussão e aprovação preliminar dos membros das Comissões iniciarmos a realização das audiências públicas. A essa ponderação, todos aprovaram, e ficou assim decidido, a realização de a próxima reunião das comissões para tratar deste PL, com a ponderação do vereador Hugo Cezar, de que a planilha seria disponibilizada com uma antecipação em prazo razoável aos vereadores. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h56, e, pois, foi redigida a presente ata, que segue assinada pelos presentes.

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:98BDCA0A

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
INDICAÇÃO Nº 01 / 2026

INDICAÇÃO Nº 01 / 2026

O vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem respeitosamente apresentar a seguinte **INDICAÇÃO:**

Indica ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Aleandro Francisco da Silva, que determine ao setor competente a realização de estudo técnico e financeiro visando o reajuste dos valores da bolsa universitária concedida aos alunos beneficiários do Programa PROMUBE, adequando-os à realidade econômica atual.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação se justifica diante do expressivo aumento do custo de vida, inflação acumulada, reajustes em mensalidades, alimentação e demais despesas essenciais dos estudantes.

O valor atualmente praticado encontra-se defasado, comprometendo a efetividade do programa e dificultando a permanência dos alunos no ensino superior.

O reajuste proporcionará maior justiça social, fortalecimento da política pública educacional e incentivo à formação profissional dos munícipes.

Nesses termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, 2º de fevereiro de 2026.

ARNALDO JOSÉ DA SILVA
Vereador

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:6BC75ACE

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
PORTARIA Nº 12, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 12, DE
02 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa o Senhor ATAIDE DONIZETE STORTI para desempenhar a função de *ENGARREGADO DE DADOS da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada – MG, para o exercício de 2026.*

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada – MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Senhor ***ATAIDE DONIZETE STORTI***, matrícula sob nº 05, para desempenhar a função de ***ENGARREGADO DE DADOS***, da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada – MG, para o exercício de **2026**.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Mando, portando à todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução da presente portaria pertencer, que cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Cachoeira Dourada – MG, 02 de fevereiro de 2026.

VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS
Presidente
2ª Sessão Legislativa- Anuênio de 2026

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:4B72FD73

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 99 / 2026.

Ofício nº 014/2026
Serviço do Gabinete do Prefeito
Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar
Data: 29/01/2026
Ref.: Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cachoeira Dourada/MG,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para submetê-lo à aprovação, o Projeto de Lei Complementar abaixo:

"***INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***"

Contando com a costumeira colaboração desta Casa Legislativa, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Cachoeira Dourada/MG, 29 de janeiro de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS
DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal de CACHOEIRA DOURADA - MG

MENSAGEM Nº 004/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Ilustríssimos Senhores Vereadores,

Com meus cordiais cumprimentos, venho a presença desta respeitável Casa Legislativa, apresentar o Projeto de Lei Complementar n° ____/2026, o qual "INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Inicialmente, interessa esclarecer que não existe legislação dessa natureza criada no município de Cachoeira Dourada/MG. Portanto, o Projeto de Lei Complementar visa contemplar as principais demandas da população, em diversos aspectos e a necessidade de sua regulamentação para possibilitar harmonia no convívio social é demasiadamente importante.

Assim é que são estabelecidas normas com relação a higiene pública, acondicionamento de lixos, regulamentação da disposição de resíduos da construção civil como entulhos, funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais, igrejas, templos, locais de culto, dentre outros.

Além, disciplinam-se as matérias referentes a feiras-livres, ambulantes, locais para eventos ao público em geral, bem como regras a respeito de desempenho de atividades potencialmente poluidoras, procedimento de fiscalização, entre outros tantos dispositivos.

Nestes termos, estamos abertos ao diálogo e a colaboração de cada um dos Nobres Vereadores na construção de um código de posturas que atenda aos anseios da população e da necessidade de regularização do convívio social.

Por fim, destaca-se que por se tratar de código o mesmo é apresentado como Lei Complementar, nos termos do art. 51, XII da Lei Orgânica Municipal.

Conto com a costumeira colaboração dos nobres Edis na aprovação do mesmo em caráter de unanimidade.

Atenciosamente,

Cachoeira Dourada/MG, 29 de janeiro de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 99 / 2026.

"INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Cachoeira Dourada/MG, através de seu Plenário, APROVA, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Código de Posturas do Município de Cachoeira Dourada/MG contém medidas de política administrativa a cargo da Prefeitura em matéria de higiene, segurança, ordem e costumes públicos, institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, tratamento da propriedade dos logradouros e bens públicos; estatui as necessárias relações entre o Poder Público e os Munícipes, visando disciplinar o uso dos direitos individuais e do bem estar geral.

Art. 2º. São logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum, que pertençam ao Município de Cachoeira Dourada/MG.

Art. 3º. Todos podem utilizar livremente os logradouros públicos, desde que respeitem a sua integridade e conservação, a tranquilidade e a higiene, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º. Nos bens de uso especial é permitido o livre acesso a todos nas horas de expediente ou de visitação pública, respeitando o seu regulamento próprio.

Art. 5º. Ao Prefeito, e em geral, aos funcionários ou servidores municipais incumbe zelar pela observância dos preceitos deste Código.

CAPÍTULO I - DA HIGIENE PÚBLICA E UTILIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I - LIMPEZA E DRENAGEM

Art. 6º. O serviço de limpeza urbana do Município de Cachoeira Dourada/MG será executado pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Obras, podendo também terceirizar, de acordo com a legislação e normas vigentes, competindo-lhe a fiscalização.

Art. 7º. Para que o lixo seja coletado pelo serviço público, deverá estar acondicionado em recipientes de volume não superior a 100(cem) litros e ser colocado à porta das edificações no horário pré-estabelecido pela prefeitura.

§1°. O lixo domiciliar, de acordo com as especificações baixadas pela Municipalidade, poderá ser coletado de forma seletiva, conforme regulamentação em decreto municipal.

§2°. Lei específica poderá regulamentar a cobrança pela destinação adequada dos resíduos sólidos.

Art. 8º. Não serão considerados como lixo os resíduos de indústrias e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de obras ou demolições, nem a terra, folhas ou galhos provenientes dos jardins e quintais particulares.

§1°. Todo o resíduo industrial sólido e os entulhos provenientes de construções, e demais resíduos que tratam o artigo anterior, deverão ser destinados a locais determinados pela Prefeitura, por conta e responsabilidade do proprietário ou responsável pela indústria ou construção, devendo ser alocados em caçambas estacionárias a serem obtidas junto a empresas particulares, e/ou mediante requerimento ao Poder Público municipal mediante pagamento da respectiva taxa, instituída mediante Lei específica ou no Código Tributário Municipal.

§2º. A Prefeitura poderá proceder à remoção dos resíduos citados neste artigo, ou de outros resíduos sólidos que ultrapassem o volume de 100 (cem) litros, em dia e horário previamente estipulados, mediante pagamento de preço fixado no Código Tributário do Município ou em lei específica.

§3º. A Prefeitura poderá, a seu critério, não realizar a remoção acima mencionada indicando, neste caso, o local de destinação dos resíduos, cabendo ao munícipe interessado todas as providências com a remoção e o respectivo custeio.

Art. 9º. Os resíduos hospitalares, provenientes de hospitais, ambulatórios, clínicas, laboratórios, farmácias e similares, deverão ser colocados em recipientes e ter destinação final apropriada, definida pela vigilância sanitária, em separado do lixo doméstico.

Art. 10. Os moradores, os comerciantes, industriais e prestadores de serviços na cidade são responsáveis pela limpeza dos passeios e sarjetas fronteiriços a sua residência e estabelecimentos.

Art. 11. A higienização dos passeios e sarjetas deverá ser efetuada em hora de pouco trânsito.

Parágrafo único – É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 12. É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para as vias públicas, e bem assim despejar ou atirar papéis, detritos ou quaisquer resíduos sobre o leito das ruas, nos logradouros públicos, nas bocas-de-lobo e em terrenos não edificados.

Art. 13. É proibido o uso de fogo para a limpeza dos terrenos na Área Urbana.

Art. 14. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou embaraçar o livre escoamento das águas pelas galerias pluviais, valas, sarjetas ou canais das vias públicas alterando, danificando ou obstruindo tais condutores.

Parágrafo único – Estão englobados na vedação deste artigo as construções ou obras em imóveis comerciais e residências que lançam as águas pluviais diretamente na rede de esgoto.

Art. 15. Os terrenos não poderão ter partes em desnível, em relação a logradouros públicos ou lotes lindeiros, com características capazes de ocasionar erosão, desmoronamento, carreamento de lama, pedras e detritos ou outros riscos para as edificações e propriedades vizinhas, ou para os logradouros e canalizações públicas.

§1º. Para evitar os riscos citados neste artigo, a Municipalidade poderá exigir dos proprietários de terrenos com desníveis, obras de drenagem, fixação, estabilização ou sustentação das terras, conforme especificado em legislação específica ou quando da aprovação do loteamento.

§2º. As exigências deste artigo aplicam-se também aos casos em que movimentos de terra, ou quaisquer outras obras tenham modificado as condições de estabilidade anteriormente existentes.

SEÇÃO II - HIGIENE PÚBLICA

Art. 16. Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica proibido:

I - Lavar roupas e animais em logradouros públicos ou banhar-se em chafarizes, fontes, tanques ou torneiras públicas, salvo em casos liberados pelo Departamento Municipal de Serviços Urbanos;

II - Consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;

III - Conduzir sem as precauções devidas quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV - Queimar mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer materiais.

V - Aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI - Fixar ou expor mercadorias nas armações de toldos;

VII - Abanar ou bater tapetes, ou quaisquer outras peças nas janelas ou portas localizadas sobre alinhamento público;

VIII - Colocar nas janelas das habitações ou estabelecimentos, vasos e outros objetos que possam cair nas vias públicas;

IX - Pintar, reformar, consertar ou abandonar veículos nas vias públicas;

X - Atirar animais mortos, lixo, detritos, papéis ou outras impurezas nos logradouros públicos;

XI - Derramar óleo, graxa, cal e outros produtos capazes de afetar a estética e a higiene das vias públicas;

XII - Depositar nos logradouros públicos entulhos provenientes de demolições ou construções, salvo se forem colocadas em caçambas.

XIII - Lançar nas vias públicas papel picado, confete, serpentinas e serragens oriundos de estabelecimento comercial, exceto em casos liberados pelo Departamento Municipal de Serviços Urbanos.

XIX - Armazenar entulhos e lixos (recicláveis ou não) em logradouro público.

Art. 17. É expressamente proibida a instalação, dentro do perímetro da cidade, de indústrias que, pela natureza dos produtos, matérias-primas utilizadas, combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde ou pôr em risco a segurança da comunidade.

Art. 18. Não é permitido, senão à distância mínima de dois 2000 (dois mil) metros das ruas e logradouros públicos, a instalação de estrumeiras ou depósitos de estrume animal.

SEÇÃO III - TRÂNSITO E USO DOS LOGRADOUROS

Art. 19. O trânsito no município será organizado de acordo com as leis vigentes, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 20. É proibido embaraçar ou impedir por qualquer motivo o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único – Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível durante o dia e luminosidade à noite.

Art. 21. Quando a carga e descarga de materiais não puderem ser feitas diretamente no interior dos lotes, será tolerada a permanência dos mesmos na via pública, por tempo não superior a 24 (vinte e quatro) horas e no horário estabelecido pela Municipalidade.

Parágrafo único – Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, a distância conveniente, da existência de obstáculos ao livre trânsito.

Art. 22. É proibido danificar ou retirar sinais de trânsito e placas denominativas colocadas nas ruas, praças, passeios, estradas, caminhos e demais logradouros públicos.

Art. 23. É proibido embaraçar o trânsito de pedestres e especificamente:

I – Dirigir ou conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie, exceto carrinhos de criança, carrinhos de feira, cadeiras de rodas e, em rua de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil;

II - Ocupar qualquer parte do passeio, fora dos tapumes, com materiais de construção;

III - Colocar sobre os passeios quaisquer instalações fixas ou móveis que funcionem como obstáculos ao deslocamento de pedestres e à locomoção de deficientes físicos;

IV - Deixar vegetação avançando sobre o passeio de modo a incomodar ou impedir a passagem dos pedestres;

V - Plantar junto ao passeio, vegetação com espinhos, folhas cortantes ou que de alguma forma possa causar ferimentos ao pedestre;

VI – Amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas.

VII – Plantar árvores e demais plantas que atrapalhem o deslocamento de pedestres e carros, e ainda, comprometa a fiação, incluindo as árvores frutíferas que produzam os frutos, comprometendo as calçadas.

Art. 24. Bares e congêneres poderão colocar cadeiras e mesas na calçada, desde que:

I - Sejam autorizados pela Municipalidade;

II – Ocupem apenas parte do passeio correspondente à testada do estabelecimento para o qual forem licenciados;

III – Preservem uma faixa desimpedida de largura não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para a circulação de pedestres.

Art. 25. Coretos ou palanques provisórios para festividades cívicas, religiosas ou populares, poderão ser armados nos logradouros públicos, desde que seja solicitada à Municipalidade a aprovação de sua localização.

Parágrafo único – As estruturas deverão ser removidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do evento.

SEÇÃO IV - ESTRADAS MUNICIPAIS RURAIS

Art. 26. Para efeito desta lei, são considerados estradas municipais rurais, as estradas e caminhos que servem ao livre trânsito público e cujo leito é de propriedade da municipalidade, situadas na Zona Rural do Município.

Art. 27. Nas estradas e caminhos municipais é proibido:

I – Colocar mata-burros, porteiras ou quaisquer outros obstáculos que prejudiquem o livre fluxo de veículos e pedestre, ou que dificultem os trabalhos de conservação das vias;

II – Destruir ou danificar o leito das vias, pontes, bueiros e canaletas de escoamento das águas pluviais, inclusive seu prolongamento fora da estrada;

III – Abrir valetas, buracos ou escavações nos leitos das estradas;
IV – Impedir ou dificultar o escoamento de águas pluviais das estradas para o interior das propriedades circunvizinhas;

V – Arrancar ou danificar marcos quilômetros e outros sinais alusivos ao trânsito;

VI – Atirar pregos, arames, pedras, paus, madeiras e outros corpos prejudiciais aos veículos e às pessoas que nelas transitam;

Art. 28. Quando houver condições que dificultem a drenagem na faixa de domínio da via, a Municipalidade poderá executar obras dentro das propriedades privadas.

SEÇÃO V - VEDAÇÕES, PASSEIOS, MUROS E CERCAS.

Art. 29. Todo terreno situado na Área Urbana que tenha frente para logradouro público dotado de pavimentação, de meio-fio e sarjetas, deverá ser:

I – Beneficiado por passeio pavimentado, conforme padrão estabelecido pela Municipalidade, garantindo-se o mínimo de área impermeável, tal como o plantio de espécies arbóreas.

II – Fechado no alinhamento por muro ou cerca construída conforme as normas previstas em legislação específica.

Art. 30. Todo proprietário de terrenos, edificados ou não, fica obrigado a murá-lo, cercá-los, mantê-los capinados, drenados e em perfeito estado de limpeza e conservação, evitando que sejam utilizados como depósito de lixo, detritos e resíduos de qualquer natureza, ficando proibida a queimada para limpeza dos mesmos.

§1º. Constatada a inobservância do disposto neste artigo, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente poderá executar o serviço de limpeza, diretamente ou mediante terceirização, e efetuar, do proprietário, a cobrança dos custos correspondentes.

§2º. A utilização de serviço referido no § 1º será cobrada mediante lançamento "de ofício" e pagamento da taxa de serviço de limpeza, conforme previsto no Código Tributário Municipal.

SEÇÃO VI - PUBLICIDADE EM GERAL

Art. 31. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, e nos lugares de acesso comum depende de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§1º. Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo, todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§2º. Incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo os anúncios que, embora apostos em terrenos ou próprios do domínio privado, forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 32. A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores da voz, alto-falantes e propagandistas, assim como feitas por meio de cinema ambulantes, ainda que muda, está igualmente sujeita à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Parágrafo único. Os carros de som (carros, bicicletas, moto) poderão circular em dias úteis, inclusive sábado, em horário comercial das 08h00min às 18h00min. Com relação ao som, não poderão ultrapassar os 60 (sessenta) decibéis, sob pena de multa e apreensão dos aparelhos sonoros utilizados.

Art. 33. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I – Pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;
II – De alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais monumentos típicos, históricos e tradicionais;

III – Sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;

IV – Obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras.

Art. 34. Os pedidos de licença para a publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

I – O local em que serão colocados, pintados ou distribuídos;

II – As suas dimensões e tipo de suporte;

III – As inscrições e o texto.

Art. 35. Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

Parágrafo único - Os anúncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio.

Art. 36. Os panfletos ou anúncios destinados a serem distribuídos nas vias públicas ou logradouros, não poderão ter dimensões menores de 10 (dez) centímetros por 0,15m (quinze centímetros), nem maiores de 0,30m (trinta centímetros) por 0,40m (quarenta centímetros).

Art. 37. Os anúncios e letreiros deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.

Art. 38. O Executivo Municipal poderá, mediante seleção pública, permitir a instalação de placas, lixeiras, cartazes e outros dispositivos em que constem, além do nome do logradouro, as publicidades comerciais do concessionário.

CAPÍTULO II - SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
SEÇÃO I - MEIO-AMBIENTE

Art. 39. A política ambiental do Município obedecerá a este Código e às normas Estaduais e Federais, bem como legislação específica que trata da Política Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos Estaduais, Federais e particulares, para a execução de projetos ou atividades que objetivem o controle da degradação ambiental.

Art. 40. É proibido causar qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do solo, da água e do ar que, direta ou indiretamente:

I – Prejudiquem a fauna e a flora;

II – Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

Parágrafo único – Para o licenciamento das atividades modificadoras do meio ambiente, a municipalidade poderá exigir a elaboração de estudos e relatórios de impacto ambiental.

Art. 41. As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle da poluição ambiental ou da saúde pública terão acesso às residências ou estabelecimentos de qualquer tipo, particulares ou públicos, capazes de poluir o meio ambiente.

Art. 42. A Municipalidade intimará os estabelecimentos que causem grande incômodo à população ou gerem poluição ambiental a adotar dispositivos para o controle dos efeitos perturbadores ou poluidores, sob pena de suspensão ou cancelamento das atividades.

SEÇÃO II - DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art. 43. A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores no Município de Cachoeira Dourada/MG.

Art. 44. É proibido cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública sem autorização do Município.

Art. 45. Para evitar a proporção de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 46. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matas que limitem com terras de outrem sem a devida licença do órgão competente.

Art. 47. A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras ou lavouras, salvo mediante autorização.

Art. 48. A derrubada de árvores e de mata dependerá da autorização do Instituto Estadual de Floresta - IEF ou outro órgão com autorização para estes fins.

SEÇÃO III - EXPLORAÇÃO DE CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO.

Art. 49. As explorações de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e de saibro depende da licença da Prefeitura, sem prejuízo das licenças pertinentes a serem obtidas junto aos órgãos federais e estaduais, quando for o caso, que a concederá, observados os preceitos deste Código.

Art. 50. A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§1º. Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

I – Nome e residência do proprietário do terreno;

II – Nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;

III – Localização precisa da entrada do terreno;

IV – Declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§2º. O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – Prova de propriedade do terreno;

II – Autorização para a exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso se não ser ele o explorador;

III – Planta da situação, com indicação de relevo do solo por meio de curvas de nível contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, os mananciais e cursos d'água, respeitando a Legislação Federal vigente;
IV – Perfil do terreno em 2 (duas) vias.

Art. 51. As licenças para a exploração serão sempre por prazo determinado.

Parágrafo único - Será interditada a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada e explorada de acordo com este Código, se constatado que a sua exploração acarrete perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art. 52. Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com o documento de licença anteriormente concedida.

Art. 53. A instalação de olarias nas zonas urbanas do município deve obedecer as normatizações estabelecidas por decreto do poder Executivo.

Art. 54. A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Art. 55. É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do município:

I – Em lugares em que recebem contribuições de esgotos;

II – Quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III – Quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma, a estagnação das águas;

IV – Quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

§1°. Dependerão de licença municipal a extração de areia em curso d´água, sem prejuízo da obtenção de licenças dos órgãos estaduais e federais competentes.

SEÇÃO IV - FAUNA

Art. 56. Os animais só poderão transitar nos logradouros públicos presos com coleira ou cabresto e acompanhados por pessoa responsável, cabendo ao dono do animal compensar perdas e danos que causar a terceiros.

§1º. O proprietário que deixar animais de grande porte em soltos em logradouros públicos será notificado a providenciar a retirada sob pena de multa.

§2º. Os animais recolhidos pela Municipalidade deverão ser retirados no prazo máximo de 3 (três) dias, mediante o devido reembolso das despesas.

§3º. Os animais portadores de raiva ou moléstia contagiosa serão de competência da vigilância ambiental, as quais poderá adotar medidas estabelecidas em regulamento próprio para solucionar a situação.

Art. 57. Não será permitida, na área urbana, a criação de animais que por sua espécie ou quantidade possam ser causa de insalubridade ou de interferência à vizinhança.

Art. 58. Os proprietários de cães e gatos e outros são obrigados a vaciná-los contra a raiva, na periodicidade determinada pelo órgão competente.

SEÇÃO V – DO SANEAMENTO PÚBLICO
Art. 59. O Município de Cachoeira Dourada/MG, visando à proteção da saúde pública, da salubridade ambiental e do bem-estar da população, por meio de seus órgãos competentes, promoverá e fiscalizará as ações voltadas à garantia dos serviços de saneamento básico, compreendidos como:
I – Abastecimento de água potável;
II – Esgotamento sanitário;
III – Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
IV – Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
Art. 60. É obrigação dos munícipes e dos responsáveis por imóveis:
I – Manter as instalações hidrossanitárias em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes;
II – Ligar os imóveis à rede pública de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, quando disponível;
III – Realizar a adequada separação e acondicionamento dos resíduos sólidos para coleta pública ou sistema autorizado;
IV – Manter limpos e desobstruídos os quintais, terrenos, calhas, fossas, caixas de gordura e demais dispositivos que evitem proliferação de vetores e riscos à saúde pública;
V – Não lançar esgoto, águas servidas ou resíduos de qualquer natureza em vias públicas, córregos, lotes vagos ou na rede de águas pluviais.
Art. 61. É proibido:
I – O despejo de águas servidas ou esgotos sanitários em sarjetas, valas, fossas ou qualquer outro sistema não autorizado;
II – O lançamento de lixo, entulho, restos de poda ou quaisquer resíduos em vias públicas, terrenos baldios ou margens de rios, córregos e canais;
III – A obstrução ou danificar, total ou parcial, das bocas de lobo, sarjetas, valas e canais destinados à drenagem pluvial.
IV – Lançar lixo, entulhos, restos de poda ou outros materiais em vias públicas fora dos locais e horários definidos pelo serviço de limpeza urbana;
V – Manter terrenos baldios com acúmulo de lixo, mato alto ou água parada.

Parágrafo único - Os terrenos baldios deverão ser mantidos limpos, capinados e cercados, de forma a não favorecer o acúmulo de resíduos ou a proliferação de vetores de doenças.
Art. 62. Os munícipes e responsáveis por imóveis são obrigados a zelar pela conservação das instalações hidráulicas internas, evitando o

desperdício de água tratada fornecida pelo sistema público de abastecimento.
§1º. É vedado a instalação de bombas d'água em rede mestre, sob penalidade.
§2º. É vedado a instalação e interligação irregular de rede pluvial à rede de esgotamento sanitário.
§3º. Constatado vazamento de água tratada no interior de residências ou estabelecimentos, seja em caixas d'água, torneiras, canos, registros ou quaisquer outros dispositivos hidráulicos, o proprietário ou responsável pelo imóvel será notificado a promover o reparo no prazo máximo de 10 (dez) dias.
§4º. Em caso de vazamento que comprometa significativamente o abastecimento público ou cause danos ao patrimônio público, a água poderá ser interrompida até a completa regularização.
§4º. O não cumprimento dos dispostos nos parágrafos anteriores, sujeitará o infrator à multa conforme classificação de infrações prevista no decreto deste Código.
Art. 63. Fica expressamente proibida a utilização de água tratada, proveniente do sistema público de abastecimento, para a finalidade de enchimento ou abastecimento de piscinas de qualquer porte ou natureza;
III - Irrigação de hortas, hortaliças, jardins residenciais ou atividades de jardinagem em geral, exceto em casos de extrema necessidade devidamente justificados e autorizados pelo órgão competente;

IV - Atividades desenvolvidas em estabelecimentos de lavagem de veículos (lava-jatos), salvo mediante autorização específica e comprovação de sistema de reuso e recirculação de água.
§1º. Para os fins do inciso I, fica permitida a utilização de água tratada apenas para complementação de nível, limitada ao volume necessário para reposição por evaporação.
§2º. Para os fins do inciso IV, os estabelecimentos de lava-jato deverão implantar sistema de reuso e recirculação de água, com capacidade mínima de reaproveitamento de 70% (setenta por cento) do volume utilizado.
§3º. O descumprimento das proibições previstas neste artigo sujeitará o infrator à multa, conforme classificação estabelecida por decreto.
Art. 64. Os estabelecimentos que desenvolvam atividades de lavagem de veículos (lava-jatos) ficam obrigados a:
I - Instalar e manter em perfeito funcionamento caixa separadora de água e óleo (CSAO), conforme normas técnicas da ABNT e exigências ambientais vigentes;
II - Realizar limpeza e manutenção periódica da caixa separadora, no mínimo a cada 6 (seis) meses, ou em prazo menor se necessário;
III - Manter registro documental das limpezas e manutenções realizadas, bem como comprovante de destinação adequada dos resíduos oleosos recolhidos;
IV - Destinar adequadamente o óleo separado, mediante contratação de empresa licenciada para coleta e tratamento de resíduos oleosos;
V - Apresentar, quando solicitado pela fiscalização, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações previstas neste artigo.
§1º. A caixa separadora de água e óleo destina-se a separar os resíduos oleosos da água, permitindo que esta seja lançada na rede de esgoto ou reutilizada, enquanto o óleo é armazenado para tratamento adequado, evitando contaminação do solo e das águas subterrâneas.
§2º. Os estabelecimentos já em funcionamento terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência desta lei, para adequação às exigências deste artigo.
§3º. Os novos estabelecimentos somente obterão licença de funcionamento mediante comprovação da instalação da caixa separadora de água e óleo.
§4º. O descumprimento das obrigações previstas neste artigo sujeitará o infrator às seguintes penalidades:
a) Notificação para regularização no prazo de 30 (trinta) dias;
b) Multa, em caso de não atendimento da notificação;
c) Interdição do estabelecimento, em caso de reincidência ou risco ambiental grave;
d) Cassação do alvará de funcionamento, em caso de descumprimento reiterado.
Art. 65. É expressamente proibido descartar, lançar ou depositar animais mortos, lixo, detritos, papéis ou quaisquer outras impurezas em logradouros públicos, vias públicas, terrenos baldios, córregos, rios ou canais.
§1º. Os animais mortos deverão ter destinação adequada, conforme orientação da Vigilância Sanitária Municipal ou órgão competente.
§2º. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator à multa e à obrigação de promover a limpeza do local, arcando com todas as despesas decorrentes.
§3º. Na impossibilidade de identificação do infrator, o proprietário do imóvel onde forem encontrados os resíduos responderá pela infração, salvo se comprovar que não deu causa ao descarte irregular.
Art. 66. O transporte em veículos de quaisquer materiais a granel ou de resíduos sólidos que exalem odores desagradáveis deverá ser executado de forma a evitar derramamento, dispersão ou vazamento nas vias ou logradouros públicos.
1º. Os veículos utilizados para o transporte dos materiais mencionados no caput deverão:
I - Ser dotados de carroçaria fechada ou coberta com lona ou material equivalente, devidamente fixado;
II - Ter capacidade de carga compatível com o volume transportado, evitando transbordamento;
III - Estar em bom estado de conservação e manutenção;
IV - Ser higienizados após cada operação de transporte de materiais que exalem odores ou possam contaminar vias públicas.
§2º. O descumprimento das obrigações previstas neste artigo sujeitará o responsável pelo transporte à multa e à obrigação de promover imediatamente a limpeza do local afetado.
§3º. Em caso de derramamento ou vazamento, o responsável pelo veículo deverá:
I - Interromper imediatamente o transporte;
II - Sinalizar adequadamente o local;
III - Promover a limpeza e descontaminação da área afetada;
IV - Comunicar o ocorrido à autoridade municipal competente.
Art. 67. O Poder Executivo Municipal poderá instituir campanhas educativas e ações de fiscalização preventiva sobre práticas de saneamento básico, com a colaboração da população.
Art. 68. O Poder Executivo Municipal poderá aplicar sanções aos infratores, conforme previsto neste Código, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis.
Art. 69. O descumprimento das disposições desta Seção sujeita o infrator às penalidades previstas neste Código, sem prejuízo das sanções civis e criminais cabíveis.

CAPÍTULO III - DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS

SEÇÃO I - FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 70. Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços poderá funcionar sem prévia licença da Prefeitura a qual só será concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

§1º. O requerimento deverá especificar com clareza:

I – O tipo de comércio, indústria ou serviço;

II – O local em que o requerente pretende exercer a sua atividade.

III – A declaração de concordância do proprietário, caso o imóvel seja alugado.

§2º. A Prefeitura deverá apreciar o pedido de licença para funcionamento, num prazo máximo de até 10 (dez) dias, prorrogado mediante justificativa.

Art. 71. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento comercial licenciado colocará alvará de localização ou funcionamento em lugar visível e o exibirá à autoridade competente sempre que está a exigir.

Art. 72. Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 73. A Licença de Localização dos estabelecimentos comerciais e industriais serão cassadas:

I – Quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II – Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança públicas;

III – Se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado;

IV – Por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§1º. Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§2º. Deverá ser igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividade sem a necessária licença expedida pela Prefeitura.

SEÇÃO II - HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 74. O Município exercerá, em conjunto com as autoridades sanitárias do Estado e da União, fiscalização sobre a higiene dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços localizados no Município.

Art. 75. Não será permitida a fabricação, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados, com prazo de validade vencido, nocivos à saúde ou impróprios para consumo por qualquer motivo, os quais serão apreendidos e inutilizados pela fiscalização municipal.

Art. 76. A inutilização dos gêneros não eximirá o estabelecimento das demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração, além de que se dará conhecimento da ocorrência aos órgãos Estaduais ou Federais competentes.

§1º. A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento do estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços.

§2º. Será também considerado como deteriorado todo gênero alimentício que, acondicionado em sacos, tenha a sua embalagem original descoberta ou perfurada, qualquer que tenha sido o motivo.

Art. 77. Os estabelecimentos de que trata esta seção deverão ser mantidos em rigoroso estado de higiene, podendo-se exigir pintura, reforma e imunização, a critério do órgão competente.

Art. 78. Não será permitido vender e dar a consumo carne de animais que não tenham sido abatidos em matadouros ou frigoríficos sujeitos à fiscalização da Prefeitura.

Art. 79. Os hotéis, pensões, restaurantes, casas de lanches, padarias, confeitarias e congêneres deverão observar as seguintes prescrições:

I – Lavagem de louças e talheres deverá fazer-se em água corrente ou máquina apropriada;

II – As cozinhas, copas e despensas, assim como os utensílios, deverão ser conservados em perfeitas condições de higiene;

III – Os balcões deverão ter tampo de mármore, aço inoxidável, fórmica ou material equivalente;

IV – Os empregados, os garçons deverão estar convenientemente uniformizados;

V – Os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

VI – As louças e os talheres deverão ser acondicionados em armário, com portas e ventilados, não poderão ficar expostos às poeiras.

Art. 80. Nos hospitais, casas de saúde e pronto atendimento, além das disposições deste código, que lhes foram aplicáveis, é obrigatória:

I – Existência de uma lavanderia;

II – Existência de depósito apropriado para roupa;

III – Instalação de necrotério, no caso de hospitais;

IV – Instalação de uma cozinha, destinada respectivamente a depósito de gêneros alimentícios, preparo de comida e distribuição.

Parágrafo único – As instalações dos itens mencionados no artigo anterior serão feitas de acordo com as normas de órgãos competentes e fiscalizadores.

SEÇÃO III – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS EMPRESAS INSTALADAS

Art. 81. Toda empresa, indústria ou prestadora de serviços instalada no território do Município de Cachoeira Dourada/MG deverá observar as seguintes obrigações, visando à preservação da ordem urbana, do meio ambiente e do bem-estar da coletividade:
I – Da Disposição e Armazenamento de Resíduos:
a) É obrigatória a manutenção de, no mínimo, uma caçamba ou recipiente apropriado para descarte de resíduos sólidos, devidamente identificado e posicionado na área frontal do imóvel ou em local de fácil acesso para coleta, conforme normas da vigilância sanitária e da Secretaria de Meio Ambiente;
b) Os resíduos deverão ser acondicionados de forma adequada, evitando o acúmulo de lixo, proliferação de vetores e a obstrução da via pública;
c) É vedado o descarte de resíduos industriais ou perigosos em caçambas comuns, devendo tais resíduos ter destino conforme legislação ambiental específica.
II – Do Controle de Efluentes e Águas Pluviais:
a) As empresas deverão manter sistema próprio de drenagem e controle de águas pluviais, evitando o lançamento direto de água com resíduos ou produtos químicos na via pública, galerias de águas pluviais ou cursos d'água;
b) É obrigatória a instalação de dispositivos de contenção de sólidos, gorduras ou resíduos químicos, quando aplicável;
c) Em caso de atividades que utilizem água como insumo ou que gerem efluentes líquidos, a empresa deverá possuir licenciamento ambiental e apresentar laudos de conformidade periódicos aos órgãos competentes.
III – Da Emissão de Relatórios e Monitoramento:
a) As empresas instaladas deverão manter atualizados e disponíveis para fiscalização, o relatório anual de descarte de resíduos, licenciamento sanitário e ambiental, quando aplicável, registro de manutenção de sistemas de contenção de resíduos e drenagem, documentação de destinação final de resíduos perigosos ou industriais.

b) Os relatórios poderão ser solicitados a qualquer tempo pelos órgãos municipais de fiscalização e deverão ser apresentados no prazo de até 10 (dez) dias úteis após notificação.
IV – Da Responsabilidade com o Entorno e Vizinhança:
a) As empresas deverão zelar pela limpeza e conservação do passeio público em frente ao seu estabelecimento, mantendo-o livre de obstáculos, entulhos e sujeira;
b) É de responsabilidade da empresa a mitigação de impactos ambientais e sonoros provocados por sua atividade, especialmente em áreas residenciais ou de uso misto;
c) Deverá ser instalada sinalização adequada de carga e descarga, quando pertinente, respeitando a legislação de trânsito e as normas municipais de segurança viária.
V - O descumprimento das obrigações previstas neste artigo, sujeitará o infrator às penalidades previstas neste Código, incluindo advertência, multa pecuniária proporcional à gravidade da infração, interdição temporária do estabelecimento e cassação de alvará de funcionamento, em caso de reincidência grave ou dano ambiental comprovado.

SEÇÃO IV - COMÉRCIO AMBULANTE E FEIRAS LIVRES

Art. 82. Para os fins desta Lei considera-se ambulante a pessoa física, regularmente matriculada na Prefeitura, que exerça atividade comercial em espaços públicos, sem estabelecimento fixo.

Art. 83. O exercício do comércio ambulante depende de licença prévia da Prefeitura e do pagamento das taxas respectivas.

Parágrafo único – O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 84. É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

I – Estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinadas pela Prefeitura;

II – Impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

III – Estacionar em uma distância inferior a 100 (cem) metros de estabelecimentos quem vendam mercadorias semelhantes.

Art. 85. A Prefeitura poderá cancelar a licença do vendedor ambulante, a qualquer tempo, se considerar a atividade não mais apropriada ao local, ou sendo explorada por pessoa distinta da autorizada.

Art. 86. Não poderá ser matriculado como ambulante todo aquele que possuir qualquer estabelecimento comercial ou de prestação de serviços municipal.

Art. 87. Os vendedores ambulantes estacionados nos locais autorizados pela Prefeitura deverão manter limpas e varridas as áreas de sua instalação e as áreas de circulação adjacentes.

Art. 88. As feiras livres são uma modalidade de comércio ambulante, realizada em conjuntos de bancas que poderão ocupar logradouros públicos, em horários e locais pré-determinados.

Art. 89. A licença para localização de barracas com fins comerciais nos passeios, praças e nos leitos dos logradouros públicos somente será concedida, de forma temporária, mediante permissão administrativa, como nos casos de feiras-livres e festejos públicos.

Parágrafo único – Poderá ser feita concessão administrativa para localização permanente, em período definido, com contraprestação ao usuário a ser definida em lei específica.

Art. 90. Bancas, barracas, carrinhos e congêneres para comércio ambulante, somente poderão ser instalados ou ficar estacionados sobre passeios se ficar garantida uma faixa desimpedida para trânsito de pedestres, com largura não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 91. É proibido ao feirante estacionar:

I – Fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II – Sobre as áreas ajardinadas de praças ou vias públicas;

III – Nos acessos aos serviços de utilidade pública, tais como pronto-socorro, hospitais, delegacias de polícia, escolas e congêneres.

Art. 92. Nas feiras livres, os feirantes são obrigados a manter varridas e limpas as áreas de localização de suas barracas e as áreas de circulação adjacentes, inclusive as faixas limitadas com o alinhamento dos imóveis ou muros divisórios.

Parágrafo único – Após o encerramento das atividades diárias, os feirantes procederão à varredura das áreas afetadas, recolhendo e acondicionando em local adequado o produto da varredura, os resíduos e detritos de qualquer natureza para fins de coleta e transporte pelo Departamento Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 93. Os feirantes deverão manter em suas barracas recipientes adequados para o recolhimento de detritos e lixo de menor volume.

Art. 94. A realização das feiras itinerantes, exposições e similares no Município de Cachoeira Dourada/MG, exceto as feiras livres já dispostas nos artigos anteriores, além de satisfazer as obrigações tributárias de que o código tributário municipal e licenças ambientais pertinentes, fica condicionada a autorização especial concedida pelo Município.

§1º. Considera-se feira itinerante a reunião de 3 (três) ou mais comerciantes ou vendedores aglomerados em espaço físico.

§2º. A autorização deverá ser concedida individualmente aos participantes.

§3º. Tratando-se a feira apenas de expositores, ou de feira de cuja realização se der em espaços públicos, ficam estes dispensados de solicitar a autorização especial, desde que existente o interesse público na sua realização, manifestado expressamente pelo Chefe do Poder Executivo, autorizando a sua realização e determinando os horários a serem realizadas.

§4º. Ficam dispensados da autorização especial de que trata este artigo as feiras de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, denominada “feira-livre”.

Art. 95. As autorizações constantes no artigo anterior deverão ser requeridas com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, mediante protocolo e será analisado, previamente, por uma comissão composta por seis membros, sendo dois representantes da Administração Pública, dois representantes dos comerciantes e dois representantes dos consumidores e deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

I – Quitações Fazendárias Municipal, Estadual e Federal em nome dos participantes;

II – Croqui de localização dos boxes, firmados por profissional competente;

III – Comprovante de destinação de espaço destinado ao PROCON municipal ou órgão de proteção ao consumidor;

IV – Laudo de aprovação das instalações, quanto à segurança, expedido pelo Corpo de Bombeiros;
V – Laudo de atendimento às condições de higiene e saúde, emitido pela Secretaria Municipal da Saúde;
VI – Termo de vistoria e fiscalização municipal, emitido pela Secretaria Municipal da Administração, de que foi a inspeção no local a ser realizado o evento, certificando:

Viabilidade urbana, mediante a verificação de que o empreendimento guarda harmonia com o meio ambiente e os aspectos urbanísticos;

A existência de espaço de estacionamento compatível com a afluência de veículos ao local, bem como de instalações sanitárias adequadas e suficientes;

O oferecimento de serviços de bares, restaurantes e similares, em local apropriado.

§1º. Obtido parecer favorável pela comissão, o pedido será colocado sob apreciação do Chefe do Poder Executivo, ou a quem nomeado para tal, o qual, motivadamente, deferirá ou indeferirá o pedido.

§2º. Da decisão proferida no requerimento de realização de feira não caberá recurso.

§3º. A autorização concedida tem caráter precário e poderá ser revista a qualquer tempo, caso seja constatado o descumprimento dos requisitos descritos em lei.

CAPÍTULO IV - DOS COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I - MORALIDADE PÚBLICA E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 96. É proibido às casas de comércio ou aos ambulantes, a exposição ou vendas de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou obscenos.

Art. 97. Os proprietários de estabelecimentos que comercializam a varejo bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da moralidade e ordem pública em seus estabelecimentos.

Parágrafo único – A reincidência da infração a este artigo determinará a cassação de licença para funcionamento.

Art. 98. Os proprietários dos estabelecimentos que forem processados e condenados pela autoridade competente por crime contra a economia popular terão cassadas as licenças para funcionamento.

Art. 99. É proibido perturbar o sossego público com ruído e sons excessivos evitáveis, tais como:

I – Os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II – Os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

III – A propaganda realizada com alto falante, bumbos, tambores, cornetas, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV – Os produzidos por arma de fogo;

V – Os de apitos ou silvos de sirene das fábricas, teatros ou outros estabelecimentos, por mais de 30 (trinta) segundos ou depois das 22h00min.

VI – Os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

§1º. Para propaganda volante, é permitido o limite máximo de 60 (sessenta) decibéis para volume do som.

§2º. Excetua-se das proibições deste artigo:

I – Os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de Assistência, Emergência, Corpo de Bombeiros e Polícia quanto em serviço;

II – Os apitos das rondas e guardas policiais.

Art. 100. É proibido executar qualquer trabalho, serviço ou atividade que produza ruído ou venha a perturbar o sossego público entre às 22h00min às 06h00min.

SEÇÃO II - DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 101. Divertimentos públicos, para os efeitos deste código, são os que se realizarem nas vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 102. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único – O requerimento da licença de qualquer casa de diversão será instituído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene dos edifícios, procedida à vistoria policial.

Art. 103. Em casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições para funcionamento.

I – As salas de entrada como as de espetáculos serão mantidas limpas;

II – As portas e corredores para o exterior serão amplas e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada do público no caso de emergência;

III – As portas de saída deverão manter a inscrição "SAÍDA" legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala, e abrir-se-ão de dentro para fora;

IV – Os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V – Instalações sanitárias independentes para homens e mulheres, dotadas de exaustores, quando não houver ventilação;

VI – Medidas de precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso e em perfeito estado de funcionamento;

VII – possuirão bebedouros automáticos de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VIII - o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

IX – Os ruídos produzidos pelos aparelhos de som não poderão exceder a 60 (sessenta) decibéis nas proximidades, como ruas e vizinhos.

X – Ambiente com paredes contendo isoladores para que o som emitido para fora do ambiente não exceda a 60(sessenta) decibéis.

Parágrafo único – Além das exigências previstas neste artigo, deverão ser obtida anuência do Corpo de Bombeiros, quando for o caso.

Art. 104. Será permitida a instalação de circos e parques de diversões somente em locais autorizados pela Prefeitura.

§1º. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos ou cedidos em número excedente à lotação do local de diversão.

§2º. Ao conceder a autorização poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgarem convenientes, no sentido de assegurar a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§3º. Ao requerer autorização à Municipalidade, é necessário apresentar licença do corpo de bombeiros.

Art. 105. A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata o artigo anterior não será por prazo superior a 30 (trinta) dias, ressalvada a possibilidade de prorrogação da autorização por até 30 (trinta) dias, a critério do Prefeito.

SEÇÃO III - PRODUTOS PERIGOSOS

Art. 106. A Prefeitura fiscalizará o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 107. São considerados inflamáveis:

I – O fósforo e os materiais fosforados;

II – A gasolina e demais derivados de petróleo;

III – Os éteres, álcoois, a aguardente e os óleos em geral;

IV – Os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

V – Roda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135°C.

Art. 108. Consideram-se explosivos:

I – Os fogos de artifício;

II – A nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III – A pólvora e o algodão-pólvora;

IV – As espoletas e os estopins;

V – Os fulminados, cloratos, formiatos e congêneres;

VI – Os cartuchos de guerra, a caça e minas.

Art. 109. É absolutamente proibido:

I – Fabricar explosivos sem licença especial em local não determinado pela Prefeitura;

II – Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigências legais quanto à construção e segurança;

III – Depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§1º. Ao varejista é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas a quantidade fixada pela Prefeitura, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável de vinte dias.

§2º. Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 (trinta) dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250m (duzentos e cinquenta metros) da habitação mais próxima e a 150m (cento e cinquenta metros) das ruas ou estradas. Se as distâncias a que se refere este parágrafo forem superiores a 500m (quinhentos metros), é permitido o depósito em maior quantidade de explosivos.

Art. 110. Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

§1º. Os depósitos serão dotados de instalações para o combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade de disposição convenientes.

§2º. Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outros materiais apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

§3°. Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

Parágrafo Único. Os veículos que transportarem explosivos e inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 111. É proibido:

I – Queimar fogos de artifícios, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas para os mesmos logradouros;

II – Fazer fogueiras nos logradouros públicos sem prévia autorização da Prefeitura;

III – Utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro de perímetro urbano do município;

IV – Fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo sem colocação de sinal visível para advertência aos passantes ou transeuntes.

§1º. A proibição de que tratam os itens I e II poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regozijo público ou festividades religiosas de caráter tradicional.

§2º. Os casos previstos no §1º, serão regulamentados pela Prefeitura que poderá inclusive estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse de segurança pública.

Art. 112. A instalação de postos de abastecimentos de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis, fica sujeita a licença especial da Prefeitura, mediante apresentação de licença do órgão competente.

§1º. A Prefeitura poderá negar a licença ao reconhecer que a instalação do depósito ou das bombas irá prejudicar, de algum modo, a segurança pública.

§2º. A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança.

SEÇÃO IV - LOCAIS DE CULTO

Art. 113. As Igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados, e por isso, devem ser respeitados, sendo proibido pichar suas paredes e muros, ou neles pregar cartazes.

Art. 114. Nas Igrejas, templos ou casas de cultos, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

CAPÍTULO V - DOS CEMITÉRIOS

SEÇÃO I – DEFINIÇÕES

Art. 115. Para os efeitos deste capítulo são adotadas as seguintes definições:

I – Sepultura – Cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões: para adultos e para infantis, 2 metros de comprimento por 0,75 de largura e 1,70 de profundidade, 1,50 por 1,70 respectivamente;

II – Carneiro – Cova com as paredes internas revestidas de tijolos ou material similar, tendo, internamente, o máximo de 2,00 m de comprimento por 1,25 de largura; o fundo será sempre constituído pelo terreno natural;

III – Carneiro geminado – Dois carneiros e mais o terreno entre os existentes, formando uma única cova, para o sepultamento dos membros de uma mesma família;

IV – Nicho – Compartimento do columbário para depósitos de ossos retirados de sepultura ou carneiro;

V – Ossuário – Vala destinada ao depósito comum de ossos provenientes de jazigos cuja concessão não foi reformada ou caducou;

VI – Baldrame – alicerce de alvenaria para o suporte de uma lápide;

VII – Lapide – Laje que cobre o jazigo com inscrição funerária;

VIII – Mausoléu – Monumento funerário suntuoso, que se levantará sobre o carneiro, o caráter suntuoso pode ser obtido não só pela perfeição da forma como também pelo emprego de materiais finos que, pelas suas qualidades intrínsecas, supram enfeites e ornamentos;

IX – Jazigo – Palavra empregada para designar tanto sepultura como o carneiro.

Art. 116. Os cemitérios do Município terão caráter secular e serão administrados e fiscalizados diretamente pela Prefeitura.

Art. 117. No recinto dos cemitérios, além da área destinada a ruas e avenidas, serão reservados espaços para construção de capelas e depósitos mortuários.

Art. 118. É permitido a todas as confissões religiosas praticar no cemitério os seus ritos, respeitadas as disposições deste capítulo.

SEÇÃO II - DAS INUMAÇÕES

Art. 119. Nenhum enterramento será permitido nos cemitérios municipais sem a declaração de óbito devidamente atestado por autoridade médica.

Art. 120. As inumações serão feitas em sepulturas separadas, que se classificam em gratuitas e remuneradas, subdivididas estas em temporárias e perpétuas.

Art. 121. Nas sepulturas gratuitas serão enterrados os indigentes pelos prazos de 5 (cinco) anos, para adultos, e de 3 (três) anos para infantes, não se admitindo com relação a elas prorrogação ou perpetuação.

Art. 122. É condição para a renovação do prazo das sepulturas temporárias a boa conservação das mesmas pelo concessionário.

Art. 123. As concessões perpétuas só serão feitas para sepulturas do tipo destinado aos adultos, em carneiros simples ou geminados e sob as seguintes condições, que constarão do Título:

I – Possibilidade de uso do carneiro para sepultamento de cônjuge e de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau; outros parentes do concessionário só poderão ser sepultados mediante sua autorização por escrito e pagamento das taxas devidas;

II - Obrigação de construir dentro de 3 (três) meses, os baldrames convenientemente revestidos e cobertos a sepultura, a fim de ser colocada a lápide ou construído o mausoléu, para o que é fixado o prazo máximo de 5 (cinco) anos;

III – Caducidade da concessão no caso de não cumprimento do disposto na alínea II.

Parágrafo único – Na sepultura a que se refere este artigo poderão ser inumados infantes ou para ela traslados seus restos mortais.

Art. 124. Nenhum concessionário de sepultura ou carneiro poderá dispor de sua concessão, seja qual for o Título, só se respeitando, com relação a esse ponto, os direitos decorrentes da sucessão legítima.

Art. 125. É permitida a exumação de corpos após 3 (três) anos do sepultamento.

SEÇÃO III - ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Art. 126. A administração do cemitério será realizada por um servidor designado pela Prefeitura, o qual compete também a execução das medidas de polícia afetas ao serviço.

Art. 127. O registro de enterramento far-se-á por registro próprio e em ordem numérica, contendo o nome do falecido, idade, sexo, estado civil, filiação, naturalidade, causa-mortis, data e lugar de óbito e outros esclarecimentos que forem necessários.

Art. 128. Nos cemitérios será observada ampla liberdade de celebração de cerimônia religiosa, seja qual for a religião ou culto, desde que tais práticas não sejam contrárias à lei ou à moral pública.

Art. 129. Os cemitérios serão convenientemente fechados e neles a entrada e permanência só serão permitidas entre 07h00min e 18h00min e somente às pessoas com o devido respeito, exceto quando autorizada, pela autoridade competente, a inumação em horário diverso.

Art. 130. As flores, coroas, ornamentos usados em funerais ou colocados sobre os jazigos, em qualquer tempo quando estiverem em mau estado de conservação, serão retirados e nenhuma reclamação pela sua manutenção será atendida.

CAPÍTULO VI - INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I - DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 131. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções e atos emanados do governo Municipal.

Art. 132. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 133. Sem prejuízo das sanções de natureza cível ou penal cabíveis, as infrações serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I – Notificação preliminar;

II – Multa;

III – Apreensão de produtos;

IV – Proibição ou interdição de atividade, observada a legislação estadual e federal;

V – Cancelamento do alvará de licença de localização ou de funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único – A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será aplicada observados os critérios estabelecidos neste código.

SEÇÃO II - DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 134. Verificando-se infração a esta Lei e sempre que não implicar em prejuízo iminente para a comunidade, será expedida contra o infrator notificação preliminar estabelecendo prazo para que este, regularize a situação.

§1º. O prazo para regularização da situação e/ou apresentação de justificativa será arbitrado pelo fiscal, no ato da notificação, não excedendo o máximo de 30 (trinta) dias.

§2º. Decorrido o prazo estabelecido sem que o notificado tenha regularizado a situação apontada, será lavrado o respectivo auto de infração.

Art. 135. O modelo e instruções de preenchimento da notificação preliminar serão regulamentados por decreto do Executivo, e deverá conter os seguintes elementos:

I – Nome do notificado;

II – Dia, mês, ano, hora e local da lavratura da notificação;

III – Descrição, sucinta, do fato que provocou a infração e a indicação dos dispositivos legais infringidos;

IV – Prazo para regularização do fato;

V - Nome, matrícula e assinatura do fiscal;

VI – nome e assinatura do notificado, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

Parágrafo único – A assinatura do notificado não constitui formalidade essencial à validade da notificação e a recusa em assinar não agravará pena.

SEÇÃO III - DA MULTA E DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 136. A penalidade por multa será judicialmente executada se imposta de forma regular e pelos meios hábeis o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§1º. A multa não paga no prazo legal será inscrita em Dívida Ativa.

§2º. Os infratores com débito decorrentes de multas, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de processos licitatórios, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a Administração Municipal.

Art. 137. Para aplicação das penalidades, as infrações serão classificadas em leves, graves ou gravíssimas, conforme decreto.

Art. 138. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único - Reincidência é o ato do infrator de violar dispositivo deste código em cuja infração já tenha sido autuado e punido, observado o prazo prescricional de 5(cinco) anos.

Art. 139. As multas aplicadas serão de:

I – 1 a 2 UFM – Unidade Fiscal Municipal, quando se tratar de infração leve;

II – 3 a 4 (duas) UFM – Unidade Fiscal Municipal, quando se tratar de infração média;
III – 4 a 5 UFM – Unidade Fiscal Municipal, quando se tratar de infração grave.
IV – 6 a 10 – UFM – quando se tratar de infração gravíssima

§1º. Em casos de infrações reincidentes, as aplicações de penalidades serão aplicadas em ordem crescente de 10, 20, 30 ou 40 UFM.

§2°. A gradação da penalidade na faixa correspondente deve ser motivada pelo servidor municipal no momento da autuação.

§3º. O valor unitário da UFM – Unidade Fiscal Municipal serão atualizados anualmente com base no índice oficial de correção monetária adotado pelo Município.

§4º. A aplicação das penalidades oriundas deste Código de Posturas, não exime o infrator da obrigação de reparar o dano causado ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

§5º. O não pagamento das multas no prazo estabelecido resultará na inscrição do débito em dívida ativa municipal, para fins de cobrança judicial e extrajudicial, inclusive protesto.

§6º. A reincidência em qualquer infração prevista neste Código implicará na aplicação da penalidade em dobro, conforme especificado em cada caso.

§7º. As infrações relacionadas ao uso indevido de água tratada visam a preservação dos recursos hídricos e a garantia do abastecimento regular à população.

Art. 140. Compete ao Poder Executivo regulamentar, por meio de decreto, os valores monetários das infrações e penalidades constantes deste Código, procedendo à sua atualização anual para recomposição dos valores originais, observado o limite do índice inflacionário oficial.

Parágrafo único - Para efetivar a atualização, o poder Executivo utilizará índice de variação de preços oficial a ser definido em decreto.

Art. 141. As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração.

Parágrafo Único. Aplicada à multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que houver determinado.

Art. 142. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste código e efetua a aplicação da multa pertinente.

Art. 143. Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que:

I – Implicar em risco à saúde e segurança da comunidade;

II – Provocar danos ao patrimônio público municipal;

§1º. Também deverá ser lavrado o autor de infração e aplicada a respectiva multa nos casos de reincidência por mais de duas vezes em infrações puníveis com notificação preliminar.

Art. 144. O fiscal de posturas é o servidor público municipal lotado em cargo de provimento efetivo e com competência para lavrar o auto de infração, aplicar a multa pertinente, emitir a notificação preliminar e apreender produtos na forma disposta neste código.

Art. 145. Os autos de infração obedecerão a modelos especiais, regulamentados por decreto do Executivo, e conterão obrigatoriamente:

I – O dia, mês, anos em que foi lavrado.

II – Relato, sucinto, e claro, do fato constante da infração e os por menores que possam servir de atenuante ou de agravante para a ação;

III – Dispositivos infringidos e multa aplicável;

IV – Nome, matrícula e assinatura do fiscal;

V – Nome, endereço e assinatura do autuado.

SEÇÃO IV - DA APREENSÃO

Art. 146. Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao depósito da Prefeitura.

Parágrafo único – A devolução dos objetos apreendidos só se fará após o pagamento das multas que tiverem sido aplicadas e da respectiva taxa devida pela apreensão, transporte e depósito desses.

Art. 147. No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 30 (trinta) dias, o objeto apreendido, será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo a importância apurada, aplicada no pagamento das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário.

Art. 148. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo:

I – Identificação do infrator;

II – Descrição dos produtos apreendidos;

III - Indicação do lugar onde ficarão depositados os produtos apreendidos;

IV – Nome do depositário, o qual será designado pelo autuante;

V – Descrição clara e precisa do fato e menção dos dispositivos legais.

SEÇÃO V - DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 149. Não são diretamente puníveis das penas definidas neste Código:

I – Os incapazes na forma da lei;

II – Os que forem coagidos a cometer infrações;

Art. 150. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior a pena recairá:

I – Sobre os pais, tutores ou pessoas solteiras cuja guarda estiver o menor;

II – Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;

III – Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 151. O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao Prefeito, que poderá negar ou reconsiderar a decisão em decisão motivada.

Art. 152. Julgada improcedente ou não sendo a defesa, apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 153. Este Código entra em vigor 60 (sessenta) dias na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo a sua regulamentação, no que for possível, mediante decreto.

Art. 154. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cachoeira Dourada/MG, 29 de janeiro de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:FC7E978B

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 991/2026.

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 991/2026.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (DESIF), PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E EQUIPARADAS, AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL - BACEN, E PELAS DEMAIS PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A UTILIZAR O PLANO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - COSIF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a autorização daLei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a SEGUINTE, LEI:
Art. 1º Fica instituída por esta Lei a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DESIF), de existência digital, emitida e armazenada eletronicamente em programa de computador da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada-MG, de preenchimento obrigatório para as instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central - BACEN, e para as demais Pessoas Jurídicas obrigadas a utilizar o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, que estejam estabelecidas no território do Município.

Parágrafo único. Estão também sujeitas às obrigações previstas nesta Lei as pessoas jurídicas a que se refere o caput deste artigo, estabelecidas neste Município através de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes dos serviços prestados neste Município sejam promovidas em outros Municípios.

Art. 2º A DESIF destina-se ao fornecimento de informações à Administração Tributária Municipal, relativas às operações e prestações de serviços realizadas pelas pessoas jurídicas mencionadas no artigo 1º.

Art. 3º A DESIF será disponibilizada às pessoas jurídicas obrigadas ao seu preenchimento através do site do Município de Cachoeira Dourada-MG, https://www.cachoeiradourada.mg.gov.br.

§ 1º As pessoas jurídicas previstas no artigo 1º deverão preencher e entregar a DESIF à Secretaria Municipal da Fazenda e Finanças nos prazos e termos a serem definidos por decreto a ser expedido pelo chefe do Poder Executivo do município de Cachoeira Dourada-MG.

§ 2º A entrega à Secretaria Municipal da Fazenda e Finanças dar-se-á por transmissão via rede mundial de computadores.

§ 3º O Município poderá, a seu critério, rejeitar as Declarações que contenham inconsistências relativas à inscrição municipal ou CNPJ de qualquer dos estabelecimentos da instituição declarante, bem como omissões, ou erros de preenchimento.

§ 4º A validação da DESIF não significa homologação dos dados ali declarados, podendo, o Município, realizar atos de fiscalização e lançamento tributário, nos devidos prazos de decadência e prescrição, conforme previsto no Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 4º As pessoas jurídicas mencionadas no artigo 1º ficam facultadas à emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, em todas as suas prestações de serviços e/ou tomados, por utilizarem a DESIF.

Art. 5º As pessoas jurídicas enquadradas no artigo 1º são obrigadas a entregar a DESIF com as informações e as periodicidades determinadas nesta Lei, bem como no Regulamento.

Art. 6º A DESIF conterá os seguintes módulos:

I - apuração mensal do ISSQN, referente à competência dos dados declarados, contendo:
a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável, por subtítulo contábil;
b) o conjunto das informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal;
c) a informação, se for o caso, de sem movimento ou retificadora, por dependência ou por instituição;

II - demonstrativo contábil, contendo:
a) os balancetes analíticos mensais;
b) o demonstrativo de rateio de resultados internos;

III - informações comuns aos municípios, contendo:
a) o Plano Geral de Contas Comentado - PGCC;
b) a tabela de tarifas de serviços da instituição;
c) a tabela de identificação de serviços de remuneração variável;

IV - Demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis.

Parágrafo único. O Plano Geral de Contas Comentado - PGCC deverá conter todos os grupos do COSIF, sendo que para os grupos contábeis 7.0.0.00.00-9 e 8.0.0.00.00-6 fica obrigatório o desdobramento do Subgrupo, Título e Subtítulo.

Art. 7º A DESIF, no formato definido nesta Lei, deverá ser gerada e entregue mensalmente, através de link no endereço eletrônico https://www.cachoeiradourada.mg.gov.br.

Art. 8º A DESIF destina-se à escrituração e à entrega dos dados relativos a todas as operações e serviços prestados, acobertados ou não por documentos fiscais, sujeitos ou não à incidência do ISSQN, devidos ou não ao Município de Cachoeira Dourada-MG; assim como à apuração dos valores devidos de ISSQN pelo contribuinte.

Art. 9º A DES-IF deverá ser entregue com as informações relativas:

I - à indicação da competência da declaração;
II - à identificação das agências, dependências, postos e estabelecimentos não ligados fisicamente ao contribuinte obrigado à entrega da DESIF;
III - à demonstração de apuração da receita de serviços e do ISSQN mensal devido por código de tarifa ou serviço de remuneração variável, conta e subconta contábil, pelo total lançado pelo contribuinte, e, separadamente, por cada agência, dependência, posto ou estabelecimento, fisicamente ligados ou não a ele;

IV - ao Plano Geral de Contas Comentado (PGCC);
V - a tabela de tarifas de serviços prestados pelo contribuinte;
VI - à tabela de identificação de serviços de remuneração variável;
VII - ao balancete analítico;
VIII - ao demonstrativo de rateio de resultados internos por dependência;
IX - ao demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis;
X - ao resumo estatístico das partidas dos lançamentos contábeis;
XI - ao demonstrativo de operações de leasing;
XII - ao demonstrativo de operações de fundo mútuo;
XIII - ao demonstrativo de tarifas de serviços para terceiros;
XIV - ao quadro de depósitos judiciais efetuados pela pessoa jurídica, referentes ao ISSQN cobrado por serviços prestados, porém em discussão judicial.

§ 1º A Demonstração de Apuração da Receita de Serviços deve conter a receita bruta de serviços captados nas dependências no município independentemente da dependência onde a receita tenha sido contabilizada em conta de resultado credor. Os valores devem ser listados por código de tarifa ou serviço de remuneração variável, conta e subconta contábil.

§ 2º O PGCC deverá ser entregue no formato analítico com todas as contas e subcontas, com vinculação das contas internas à codificação do COSIF e a descrição detalhada, e sem abreviações, da natureza das operações registradas nos subtítulos. O PGCC deverá ser informado sempre que para uma dada competência houver modificação no Plano de Contas da instituição financeira.

§ 3º O PGCC deverá conter todos os grupos do COSIF, sendo obrigatório somente para o grupo 7 (sete) do padrão COSIF o detalhamento dos respectivos subgrupos, o desdobramento do subgrupo, título e subtítulo. Também poderá ser solicitado pela Administração Tributária Municipal o PGCC detalhado relativo a outros grupos de contas padrão COSIF.

§ 4º As Tabelas de Tarifas Fixas e de Serviços de Remuneração Variáveis são de declaração obrigatória e deverão conter todas as tarifas e serviços prestados, acobertados ou não por documentos fiscais, sujeitos ou não à incidência do ISSQN, bem como as vinculações aos respectivos subtítulos de contas de lançamento contábil e as vinculações com as tarifas padrão disponibilizadas pelo sistema da prefeitura. As Tabelas de Tarifas Fixas de Serviços de Remuneração Variável devem ser informadas sempre que para uma dada competência houver modificação nas tarifas cobradas pela instituição financeira.

§ 5º O Balancete Analítico deverá conter todas as contas informadas no PGCC com movimentação no período.

§ 6º O Demonstrativo de Rateio de Resultados Internos é obrigatório para todas as dependências cuja conta "Rateio de Resultados Internos" possui lançamento em seus balancetes, e deve demonstrar os valores por natureza de receita, lançados de forma consolidada na conta ou nos relatórios gerenciais de rateio.

Art. 10. O Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis será entregue mensalmente, via navegador web, ou quando solicitado pela Administração Tributária, e deverá conter as informações do razão analítico ou ficha de lançamentos, conforme os seguintes critérios:

I - por período;
II - por conjunto de subtítulos;
III - por tipo de partida:
a. com todos os lançamentos;
b. somente com os lançamentos a crédito;
c. somente com os lançamentos a débito.

§ 1º Para o fechamento de mês tem que ter as informações para todas as contas do PGCC, para a competência que tiveram movimentação, podendo, ainda, a Administração Fiscal do Município, solicitar outras informações que julgar pertinente, relativas às demais contas.

§ 2º O Resumo Estatístico das Partidas dos Lançamentos Contábeis deve ser entregue mensalmente e conter, para cada dependência no Município, estatísticas, por subtítulo analítico e código de tarifa, dos valores a crédito listados no Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis.

§ 3º O Demonstrativo de Operações de Leasing deve ser entregue mensalmente e conter para cada dependência no município as informações das operações de leasing efetuadas ou captadas na dependência, mesmo que as mesmas sejam efetuadas para terceiros por funcionários da dependência.

§ 4º O Demonstrativo de Operações de Fundo Mútuo deve ser entregue mensalmente e conter, para cada dependência no Município, as informações das operações de fundo mútuo para clientes da dependência efetuadas ou captadas na dependência, mesmo que estas operações sejam efetuadas para terceiros.

§ 5º O Demonstrativo de Tarifas de Serviços para Terceiros deve ser entregue mensalmente e conter, para cada dependência no Município, as informações das operações de serviços prestados para terceiro, excluídas operações de leasing e fundo mútuo, efetuadas ou captadas na dependência por funcionários da dependência.

Art. 11. O contribuinte que tiver agência e dependência sem movimento deverá declarar normalmente, com os valores correspondentes aos saldos zerados. Os valores devem ser informados por código de tarifa ou serviço de remuneração variável, conta e subconta contábil.

Art. 12. A pessoa jurídica obrigada a entregar a DESIF deverá retificar a escrituração que contiver erro ou omissão nos dados declarados, ainda que já encerrada, mesmo quando ainda não notificado pela Administração Tributária.

Parágrafo único. A não retificação sujeita a pessoa jurídica à mesma penalidade prevista no artigo 14, não a eximindo de outras penalidades previstas na legislação municipal.

Art. 13. As informações prestadas na DESIF têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN que não tenha sido recolhido, resultantes das informações nela prestadas.

Parágrafo único. O crédito tributário relativamente ao ISSQN considera-se constituído na data da declaração ou na data do vencimento do crédito declarado, quando essa for posterior.

Art. 14. A não entrega da DESIF, a entrega fora do prazo estabelecido, ou a entrega com erro ou omissão na escrituração, ensejará a aplicação das seguintes multas, não eximindo o contribuinte das demais penalidades previstas na legislação municipal:

I - Multa de 900 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), por declaração, quando a instituição financeira ou equiparada deixar de apresentar a DESIF nos termos definidos em regulamento.

II - Multa de 600 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), por declaração, em caso da Instituição Financeira ou equivalente apresentar a DESIF com omissão de informações ou informações inexatas ou incompletas.

III – Multa 300 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), por declaração, quando a instituição financeira ou equiparada apresentar a DESIF fora dos prazos e termos definidos em regulamento.

§ 1º A infração prevista no inciso II pode ser enquadrada, pela Administração Tributária, como de não pagamento do imposto ou de sonegação fiscal (crime contra a ordem tributária), gerando a aplicação de multa material nos termos da legislação do Município de Cachoeira Dourada-MG.

§ 2º Nas hipóteses de omissão, conforme previsto no inciso II, a Administração Tributária poderá arbitrar o valor do crédito tributário a ser exigido.

§ 3º Para fins de arbitramento fiscal da base de cálculo do ISSQN na hipótese de a Instituição Financeira ou equivalente não apresentar nenhuma declaração eletrônica, a Administração Tributária poderá exigir, por meio de notificação, os documentos fiscais e contábeis que entender necessários, relativos à competência da DESIF não entregue.

§ 4º Se a Instituição Financeira ou equivalente não atender a notificação referida no parágrafo anterior, a sua conduta será caracterizada como embaraço à Fiscalização, hipótese em que a multa aplicada será o dobro da prevista no inciso II.

§ 5º A multa prevista no parágrafo anterior é considerada como material, por sonegação ou não pagamento do imposto, motivada pela não entrega de Declaração de receitas (via DESIF), seguida de não atendimento de notificação que solicita declaração de receita.

Art. 15. Às multas materiais de que tratam o artigo 14 serão acrescidas de atualização monetária nos termos da legislação do Município de Cachoeira Dourada-MG.

Art. 16. A obrigação da entrega da DESIF somente cessa com a suspensão ou o encerramento definitivo das atividades, procedidos de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, após o deferimento em processo regular, pelo Município.

Art. 17. Fica autorizado o Secretário Municipal da Fazenda e Finanças a emitir normas regulamentares a esta Lei.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dada e passada no Gabinete do Prefeito, no Centro Administrativo João Batista da Silva – João Batista da Silva – "João Tatu", em Cachoeira Dourada, **aos 28 dias do mês de janeiro de 2026.**

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:EB3C34EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 – SRP 006/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – M.G. – Processo Administrativo nº 027/2026 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 – SRP 006/2026. Torna pública a instauração do Pregão Eletrônico que tem por finalidade o registro de preços de gêneros alimentícios do tipo hortifrutigranjeiros (frutas, legumes e verduras) para atendimento à alimentação dos usuários do CAPS. Modo de disputa: Aberto. Critério de julgamento: Menor preço por item. Data/hora limite para envio das propostas: Até às 13h30 do dia 13/02/2026. Abertura sessão/julgamento: Às 13h30 do dia 13/02/2026 (Horário de referência de Brasília). Realização da sessão: Plataforma AMM Licita – www.ammlicita.org.br. Telefone de contato setor de licitação: (35) 98423 5170 – Obtenção do edital: www.campestre.mg.gov.br e www.pncp.goc.br.

MARCELA EDUARDA FERNANDES DE MOURA –
Pregoeira.

Publicado por:
Marcela Eduarda Fernandes de Moura
Código Identificador:7C9737B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2026

O Município de Campos Altos-MG, torna público a quem interessar possa que está aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico n.º 10/2026, Processo n.º 19/2026, destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MARMITEX (REFEIÇÕES PRONTAS) TAMANHO GRANDE CONTENDO NO MINIMO 750g, AFIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS – MG, com abertura prevista para o dia 19/02/2026 às 08:30 horas e será realizada na plataforma eletrônica www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se a disposição no Setor de Licitação desta Prefeitura ou pelos sites: www.camposaltos.mg.gov.br ou www.licitanet.com.br ou www.gov.br/pncp/pt-br – Campos Altos - MG, 02/02/2026 –

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Cristina Ferreira
Código Identificador:BCD21A31

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO 018/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026 – Fundamentação: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 – Contratante: Município de Campos Altos/MG – Contratada: AGFA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 09.032.626/0004-05 – Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, pelo período de 12 (doze) meses, no aparelho de Raio-X Digital da marca AGFA, modelo ADC CR15X, pertencente ao Pronto Atendimento Municipal de Campos Altos – Valor total: R$ 31.108,80, com pagamento mensal de R$ 2.592,40 – Data da ratificação: 02/02/2026 – Autoridade ratificante:

VICENTE DE PAULO MATEUS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Wilgner Messias Luiz Silva
Código Identificador:5F1978DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
2ª RETIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – 2ª RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO Nº 061/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 011/2025 – Torna público a Retificação do CREDENCIAMENTO Nº 005/2025, cujo o objeto é o Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços profissionais na área da saúde, incluindo atendimento médico em diversas especialidades para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, bem como a prestação de serviços de fisioterapia e nutrição esportiva para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo do Município de Capitão Andrade – MG. Fora retificados vários itens do Edital e Anexo I e IV. O Credenciamento ocorrera na mesma data e hora do ato convocatório inicial. Informações através do Portal da Transparência https://www.transparencia.capitaoandrade.mg.gov.br/licitacoes/, ou pela Plataforma Licitar Digital - https://licitar.digital, ou pelo e-mail: licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br, ou pelo tel. (33) 3231-9124, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, com César da Rocha Fernandes – Agente de Contratação.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:0C631EE6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 003/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 046/2025, modalidade Inexigibilidade nº 009/2025, Credenciamento nº 004/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE e a empresa GUINCHO BR LTDA – ME. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de locação de caminhões e máquinas, inclusas as despesas com os motoristas, com encargos sociais, as despesas com a manutenção dos equipamentos, incluindo combustíveis e lubrificantes necessários, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Capitão Andrade-MG. Valor do Contrato: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Vigência: 30/01/2026 a 30/01/2027. Município de Capitão Andrade/MG, 30 de janeiro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:602208ED

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 004/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 046/2025, modalidade Inexigibilidade nº 009/2025, Credenciamento nº 004/2025. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE e a empresa NAYARA JULIA RIBEIRO DE LIMA RIZZON. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de locação de caminhões e máquinas, inclusas as despesas com os motoristas, com encargos sociais, as despesas com a manutenção dos equipamentos, incluindo combustíveis e lubrificantes necessários, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Capitão Andrade-MG. Valor do Contrato: R$ 1.796.500,00 (um milhão, setecentos e noventa e seis mil e quinhentos reais). Vigência: 30/01/2026 a 30/01/2027. Município de Capitão Andrade/MG, 30 de janeiro de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:9F16B3E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1540/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA – Processo Licitatório nº 1540/2025 – **Pregão Eletrônico** nº 120/2025. contratação de empresa para prestação continuada de Serviços Técnicos Especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com cessão exclusiva de 01 (um) profissional com perfil de Analista de Sistemas – Especialista em Cibersegurança, visando à gestão, monitoramento, suporte, manutenção e proposição de soluções em sistemas informatizados, da infraestrutura de rede lógica, do provimento de acesso à internet, dos sistemas de telefonia, bem como junto a provedores de hospedagem, e-mails e websites institucionais. **Recebimento das Propostas:** até as 09h29min do dia 20/02/2026 – **Início da Sessão de disputa de preços:** 20/02/2026, as 09hrs e 30min – Informações: Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG – Tel: (32) 3741- 9600. Carangola/MG, 02/02/2026 –

ERYCK CHRYSTYAN RAVAIANI DE OLIVEIRA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Eryck Chrystyan Ravaiani de Oliveira
Código Identificador:EC174120

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PRC 17/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS/MG – INEXIBILIDADE n°. 05/2026 – Extrato de Ratificação de inexigibilidade referente ao Processo Licitatório n°. 17/2026 – Objeto: "Contratação de serviço de empresa de produção musical para show musical da banda de renome nacional ROBÉRIO E SEUS TECLADOS para compor a programação do CARNACOLÔNIA, no dia 14 de fevereiro de 2026, processo cultural 017 de 2026". **Contratante**: Município de Carlos Chagas. **Favorecido**: ROBÉRIO LACERDA CABRAL PRODUÇÃO MUSICAL LTDA – CNPJ 13.589.332/0001-03. **Valor**: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Data da Ratificação 28 de janeiro de 2026.

DAGMAR SOARES DE OLIVEIRA MARTINS
Secretária Municipal de Cultura, lazer e Turismo.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:50373C84

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE CONTRATO. O Município de Carmo da Mata/MG torna público o extrato de contrato cuja despesa correu à conta de dotações próprias do orçamento vigente: CONTRATADO: **JMASCARENHAS ENGENHARIA LTDA.** CNPJ: 64.641.612/0001-46. Objeto: inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria, de natureza técnica e estratégica, nas áreas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e obras, destinados a subsidiar, apoiar e orientar a Administração Pública do Município de Carmo da Mata/MG na formulação, no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas estruturantes, especialmente aquelas relacionadas ao ordenamento territorial, à infraestrutura urbana e rural, à elaboração de planos temáticos, à regularização e ao licenciamento ambiental, incluindo a responsabilidade técnica nos sistemas oficiais, observados os limites legais e as competências administrativas do Município. Data: 30/01/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Luís Felipe Adame Silva
Código Identificador:16B79B10

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n.º 006/2026 – processo licitatório n.º 015/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital do pregão eletrônico nº 006/2026. Objeto: Registro De Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Mobiliário Escolar, Para Atender às

Necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Carmo da Mata/MG. Data e horário de início da sessão: 25/02/2026 às 9h. Portal: www.licitardigital.com.br. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Luís Felipe Adame Silva
Código Identificador:6CF2352B

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG - AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2026. O Município de Carmo da Mata/MG torna público o Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2026. Objeto: o registro de preço para futura e eventual contratação de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, para abastecimento da frota municipal, incluindo veículos e máquinas utilizadas na prestação de serviços públicos em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Finanças Planejamento e Gestão de Carmo da Mata/MG, conforme Termo de Referência. Data e Horário de início da sessão: 24/02/2026, 09:00 HS. Portal: **www.licitardigital.com.br.** Maiores informações e Edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br e **www.licitardigital.com.br**.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Luís Felipe Adame Silva
Código Identificador:F2FC79D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2026

OBJETO: Contratação de show artístico com a Banda Filipe e Lorenzato, para o dia 15 de fevereiro, para o Carmo Folia 2026.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):
PALA PRODUÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 41.009.046/0001-59.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 02 de fevereiro de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:AA1BFEF0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - **CNPJ:** 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: PALA PRODUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 41.009.046/0001-59.

OBJETO: Contratação de show artístico com a Banda Filipe e Lorenzato, para o dia 15 de fevereiro, para o Carmo Folia 2026

VIGÊNCIA: De 02 de fevereiro de 2026 até 02 de abril de 2026.

VALOR: R$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:3BE44226

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 09/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO-MG. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2026. Extrato do Termo de Contrato. Contrato nº. 09/2026. Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Contratada: 34.400.354 TIAGO VALVASSORA CALUZ, inscrita no CNPJ sob o nº 34.400.354/0001-45, no valor global de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO "DJ BOB E SHUNT", PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE CARNAVAL DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, A SER REALIZADO NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2026, na forma descrita no Termo de Referência. Do Prazo de Vigência: O presente contrato vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da Assinatura: 30/01/2026. Carneirinho-MG.

WILLIAN MARTINS MAIA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:29502783

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2026

DESPACHO – RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº 01/2026

PROCESSO Nº 11/2026

Considerando, que o presente processo encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (Artigo 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021) e, com arrimo no Parecer Jurídico acostado aos autos, **RATIFICO** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em favor de **COMUNICAÇÃO CARRIJO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no - CNPJ/MF sob n.º 57.726.313/0001-49, para a **FORNECIMENTO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAIS NA MODALIDADE ELETRÔNICA (DIGITAL), PARA ATENDER AO SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. 75, II, DA LEI 14.133 DE 01/04/2021**, do qual o valor total **é de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**

Após cumpridas as formalidades de praxe. Publique-se e cumpra-se.

Carneirinho-MG, 02 de fevereiro de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:12A17140

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANOS
PROGRAMA MUNICIPAL DE ESTÁGIO - CHAMAMENTO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

PROGRAMA MUNICIPAL DE ESTÁGIO
CHAMAMENTO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

O Prefeito Municipal de Catas Altas, faz saber que, encontra-se aberto Edital de Chamamento Público para o credenciamento de estudantes de Nível Médio (técnico) e Superior, com vistas à concessão de estágio, na forma da Lei Municipal nº 404/2013, e demais normas complementares aplicáveis, nas condições constantes nos seguintes itens:

1. DO OBJETO
1.1. Concessão de estágio, no âmbito do Poder Executivo, como oportunidade de aperfeiçoamento profissional aos estudantes matriculados e com frequência regular no curso, conforme Programa Municipal de Estágio.

2. DAS VAGAS
2.1. A Administração Municipal poderá admitir estudantes dos cursos/formação nas seguintes áreas:

Vaga	Curso/Formação	Nível	Crédito Mínimo	Unidade Administrativa
CR*	Biomedicina	Superior	A critério da Instituição de Ensino	Secretaria de Saúde
CR*	Enfermagem	Técnico		
CR*	Enfermagem	Superior		
CR*	Farmácia	Superior		
CR*	Fisioterapia	Superior		
CR*	Fonoaudiologia	Superior		
CR*	Nutrição	Superior		
CR*	Odontologia	Superior		
CR*	Psicologia	Superior		
CR*	Técnico em Patologia Clínica / Técnico em Análises Clínicas	Técnico		
CR*	Terapia Ocupacional	Superior		
CR*	Pedagogia	Superior		Secretaria de Educação

CR* = Cadastro de Reserva

3. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
3.1. Cópia da carteira de identidade e do CPF do estudante;
3.2. Cópia do comprovante de residência;
3.3. **Carta de Apresentação da Instituição em papel timbrado (**carta dizendo que o estudante está apto a realizar o estágio obrigatório).

4. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
4.1. A apresentação dos documentos para cadastro no banco de dados da Prefeitura Municipal será realizada no Departamento de Pessoal, da Secretaria de Administração e Fazenda, localizado à Praça Monsenhor Mendes, nº 362, Centro de Catas Altas/MG, nos dias **10 e 11/02/2026, no horário de 8:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas**.
4.2. A apresentação dos documentos para cadastro poderão ser realizadas por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato e poderes especiais, conforme modelo previsto no Anexo II, deste edital.

5. DA MODALIDADE
5.1. Os estágios oferecidos através deste edital serão somente nas modalidades abaixo e no ato da inscrição o estudante deverá escolher a modalidade em que deseja estagiar:
a) Estágio voluntário: não remunerado;
b) Estágio servidor estudante: não remunerado.
5.2. Nos termos do art. 3º do Decreto nº 2083/2013, somente será concedido o estágio na modalidade Estágio Servidor Estudante desde que não prejudique as atividades do cargo, bem como o serviço público municipal.

6. DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS
6.1. O município de Catas Altas possui convênio com as seguintes instituições de ensino:
CENTRO DE EDUCAÇÃO LTDA/BIOTEC – CERP
CENTRO DE FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS – CEFEMG
CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO
CENTRO EDUCACIONAL SANTA EDWIGES III – CESE
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET
CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL – SOMART
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ – UNICESUMAR
FACEB EDUCAÇÃO LTDA – UNA ITABIRA
FACULDADE DE DIREITO DE ITABIRA – FDI
FACULDADE ÚNICA LTDA. (IPATINGA, CONTAGEM, TIMÓTEO)
FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR DE ITABIRA – FUNCESI
FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – FUPAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL – UNINTER
INSTITUTO FEDERAL MINAS GERIAS – IFMG
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANTA CECÍLIA – ISESC
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC MINAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI - UNIDOCTUM
UNIÃO DOS CURSOS SUPERIORES SEB LTDA – UNISEB
UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG
UNIVERSIDADE DO LESTE DE MINAS GERAIS – UNILESTEMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR
VEREDAS SISTEMA DE ENSINO LTDA.

6.2. Somente serão realizadas inscrições cuja instituição de ensino do candidato já seja conveniada com o município.

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO
7.1. Após o credenciamento dos estudantes interessados em estagiar na Administração Municipal, a secretaria responsável convocará os estudantes cadastrados de acordo com a formação escolar para participarem do processo de seleção, que consistirá em entrevista com o órgão que solicitou o estagiário.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Nos termos do art. 3º da Lei nº 11.788/2008, o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e a Prefeitura Municipal de Catas Altas.
8.2. O prazo de validade deste edital será de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação.
8.3. A Administração realizará processo de seleção para contratação de estagiários quando houver mais de um estagiário interessado do mesmo curso.
8.4. A concessão de estágio efetivar-se-á mediante a formalização de um Termo de Compromisso de Estágio a ser firmado entre a Administração Municipal, a Instituição de Ensino e o Estudante Estagiário.
8.5. Aplica-se a Lei Municipal nº 404/2013 que instituiu e regulamenta o programa de estágio no âmbito do Poder Executivo Municipal.
8.6. A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de rescisão automática e aplicação das penalidades previstas.
8.7. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Ficha de Inscrição,
Anexo II – Modelo de Procuração para Inscrição.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Catas Altas, 30 de janeiro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Anexo I
PROGRAMA MUNICIPAL DE ESTÁGIO – EDITAL Nº 01/2026
FICHA DE INSCRIÇÃO

Candidato(a):_____ _____
Data de nascimento: ___ / ___ / _____ / Tel:_____ ___
Endereço: _____, n°_____
Bairro: _____ Cidade:_____ _____ / UF: _____

CURSO

	Biomedicina		Nutrição
	Enfermagem (Técnico)		Odontologia
	Enfermagem (Superior)		Psicologia
	Farmácia		Técnico em Patologia Clínica / Técnico em Análises Clínicas
	Fisioterapia		Terapia Ocupacional
	Fonoaudiologia		

MODALIDADE

	Estágio voluntário: não remunerado
	Estágio servidor estudante: não remunerado

Declaro que as informações acima são verídicas, declaro ainda que estou ciente das normas que regem o edital de Estágio nº 01/2026 e que preencho todos os requisitos nele previsto.
Catas Altas, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
O(A) candidato (a)_____ _____
efetuou sua inscrição no dia _____/02/2026 para estágio no curso de _____, referente ao Edital de Chamamento de Estágio n° 01/2026.
Comissão do Processo Seletivo

Anexo II

PROCURAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, eu, (nome)_____ __ _____, (nacionalidade)_____ _____, (estado civil) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº_____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente e domiciliado(a) na (endereço) _____ _____, nomeio e constituo meu (minha) bastante procurador(a) o(a) Sr.(a) (nome) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº_____, inscrito(a) no CPF sob nº_____, residente e domiciliado(a) na (endereço) _____, a quem confiro os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para: tratar, requerer, assinar papéis, documentos, concordar ou não com o que se faça necessário perante a Prefeitura Municipal de Catas Altas/MG, com o fim específico de efetivar minha inscrição no Chamamento Público nº 01/2026 (Programa Municipal de Estágio), dando bom e fiel cumprimento ao presente mandato.

Catas Altas/MG, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)
(Assinar conforme Documento de Identidade)

Publicado por:
Jaqueline Cecilia Dias
Código Identificador:C07FF896

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO N° 884/2026

DECRETO N° 884/2026

Retifica o Decreto nº 754/2025, que "Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, em caráter de urgência, o imóvel que especifica", para correção da área do imóvel.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATAS ALTAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista, de modo especial, o disposto no art. 12, inc. XI da Lei Orgânica deste Município e artigo 5º, inc. "i" do Decreto-Lei n° 3.365/41, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO que o imóvel objeto do Decreto nº 754/2025, de 10 de abril de 2025, possui área escritural registrada de 3,00 ha (três hectares);
CONSIDERANDO que, após a edição do Decreto supramencionado e a formalização dos atos de desapropriação, foi necessário realizar uma readequação da área e respectivo valor em razão de informidades arguidas pela empresa confrontante Celulose Nipo – Brasileira S/A (CENIBRA), no que tange à divisa de seu imóvel com o imóvel objeto da desapropriação, informidades estas devidamente sanadas entre o EXPROPRIADO e referida empresa por meio de novo e preciso levantamento planimétrico e memorial descritivo do imóvel;
CONSIDERANDO que esse novo levantamento revelou que a área total do imóvel é de 7,1579 ha (sete hectares, quinze ares e setenta e nove centiares);
CONSIDERANDO, ainda, que a desapropriação abrangeu a totalidade do imóvel, correspondente à área de 7,1579 ha, não havendo, portanto, área remanescente;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar a descrição do bem à sua real situação fática e às informações constantes no novo levantamento topográfico, para garantir a segurança jurídica do registro imobiliário;

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do Art. 1º do Decreto nº 754/2025, de 10 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º - (...)
I – Imóvel rural, denominado Sítio Gameleira, de formato e topografia irregular, totalmente cercado, de propriedade de WAGNER

GERALDO DA SILVA. Está situado no local Ponte dos Perdões da Fazenda Alexandre, no Município de Catas Altas – MG, conforme croqui e memorial descritivo em anexo. O imóvel encontra-se inscrito no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara – MG sob a Matrícula n.º 6002, onde consta área registral de 3,00 ha (três hectares). Adicionalmente, possui inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob o número MG-3115359-B46B.DB0C.9196.469A.B319.2441.E1EA.7888, com área declarada de 7,0526 ha (sete hectares, cinco ares e vinte e seis centiares). Após novas e precisas medições, foi constatado que a área total do imóvel é efetivamente de 7,1579 ha (sete hectares, quinze ares e setenta e nove centiares). A integralidade dessa área, correspondente à 7,1579 ha, foi objeto de desapropriação, não havendo, portanto, área remanescente.
Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 754/2025, de 10 de abril de 2025, permanecem inalteradas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Publique-se.

Catas Altas, 2 de fevereiro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Rodrigues da Fonseca
Código Identificador:81B58CDB

PROCURADORIA JURÍDICA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo Administrativo nº 002/2026
Assunto: Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público
Interessado: Província Brasileira da Congregação da Missão – Missionários Vicentinos
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração do Projeto Técnico de Restauração da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Trata-se de procedimento administrativo destinado à formalização de parceria com a Província Brasileira da Congregação da Missão – Missionários Vicentinos, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, visando a contratação de empresa especializada para elaboração do Projeto Técnico de Restauração da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens situada no Santuário do Caraça, bem como a gestão dessa contratação, conforme plano de trabalho aprovado e anexado a este Termo. O valor de custeio do objeto deste termo é proveniente de Emenda Parlamentar conjunta do Deputado Federal Padre João e do Deputado Estadual Leleco Pimentel, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) – indicações nº 166164 e 166168, Transferência Especial – Resolução SEGOV nº 16 de 29.04.2025.

Após análise dos documentos constantes nos autos, e das normas que regem a matéria, RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fundamento no art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, pelos seguintes motivos:
I – A contratação de empresa especializada para elaboração do Projeto Técnico de Restauração de bem histórico-cultural localizado no Santuário do Caraça, cuja gestão e administração pertencem exclusivamente à entidade Província Brasileira da Congregação da Missão – Missionários Vicentinos, sendo indispensável a participação desta para acesso, autorização e elaboração do projeto de restauração.
II – A destinação do recurso está vinculada pelas emendas parlamentares aos fins específicos acima descritos, não havendo possibilidade de competição entre organizações da sociedade civil para atuação no referido bem.
III – Diante da natureza do objeto e da exigência de legitimidade do gestor do patrimônio, resta caracterizada a inviabilidade de competição, tornando inexigível o chamamento público.
Em observância aos princípios da publicidade, transparência, contraditório e ampla defesa, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação do presente ato, para que terceiros interessados apresentem eventual impugnação ou manifestação acerca da presente inexigibilidade de chamamento público.

Catas Altas/MG, 02 de fevereiro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:94313433

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CENTRALINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
ATA DE ABERTURA 03 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 56/2025 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº19/2025.

ATA DE ABERTURA 03 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 56/2025 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº19/2025.

CREDENCIADA(S): NILSON BORGES BATISTA; CNPJ: 04.322.009/0001-70

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS" no município de CENTRALINA-MG

Às 10 (dez) horas do dia 02 de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Centralina-MG, localizada na Praça Alceu Virgílio dos Santos, nº 1 – Centro – Cep: 38.390-000, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Centralina-MG., nomeados pelo Decreto 03/2025, com a finalidade de analisar as documentações alusivas ao Processo Licitatório **56/2025** – Inexigibilidade - Credenciamento **19/2025**. O Credenciamento foi publicado: no site: www.diariomunicipal.com.br, afixado no quadro de avisos da Prefeitura. Após esta divulgação manifestou interesse em participar do presente credenciamento a empresa**: NILSON BORGES BATISTA; CNPJ: 04.322.009/0001-70,** conforme protocolo de Requerimento no Setor de Licitações. Esteve presente na sessão a Agente de Contratação e demais membros da comissão para análise das documentações. A Comissão passa para a fase de análise das documentações das empresas credenciadas, sendo ela rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos responsáveis presentes citados acima. Foram verificadas todas as autenticidades das certidões que foram emitidas via Internet, estando tais conferências anexadas aos autos. Após uma análise das documentações, a Comissão declarou que as empresas: **NILSON BORGES BATISTA; CNPJ: 04.322.009/0001-70,** apresentou os documentos de habilitação nos termos da lei e do edital, sendo, portanto, habilitada e credenciada no Processo Licitatório **56/2025** – Inexigibilidade - Credenciamento **19/2025**. Então diante disso, a Comissão concluiu pela contratação das empresas**: NILSON BORGES BATISTA; CNPJ: 04.322.009/0001-70,,** observando-se as demais condições atinentes ao processo, tais como: Parecer Jurídico, Autorização para Contratação e Publicação. É importante registrar que o credenciamento continua em aberto até a data **25/08/2026**, podendo outras empresas se credenciarem. Nada mais havendo, encerrou-se a presente sessão, pelo que foi lavrada esta ata e por todos os presentes assinada e será publicada para atendimento ao disposto no Art. 165, I, c), da Lei 14.133/21.
Centralina, 02 de fevereiro 2026.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Membros da Equipe de Apoio:

_____
DANIELE PIRES DA SILVA CARNEIRO

_____
LUIZ AUGUSTO SANTOS SILVA

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:973BACEF

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
ATA DE ABERTURA 12 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 36/2025 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº12/2025.

ATA DE ABERTURA 12 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 36/2025 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº12/2025.

CREDENCIADA(S): FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47;
ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23
Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS", NAS UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Às 09 (nove) horas do dia 02 de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Centralina-MG, localizada na Praça Alceu Virgílio dos Santos, nº 1 – Centro – Cep: 38.390-000, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Centralina-MG., nomeados pelo Decreto 03/2025, com a finalidade de analisar as documentações alusivas ao Processo Licitatório **36/2025** – Inexigibilidade - Credenciamento **12/2025**. O Credenciamento foi publicado: no site: www.diariomunicipal.com.br, afixado no quadro de avisos da Prefeitura. Após esta divulgação manifestou interesse em participar do presente credenciamento a empresa: **FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47; ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23**, conforme protocolo de Requerimento no Setor de Licitações. Esteve presente na sessão a Agente de Contratação e demais membros da comissão para análise das documentações. A Comissão passa para a fase de análise das documentações das empresas credenciadas, sendo ela rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos responsáveis presentes citados acima. Foram verificadas todas as autenticidades das certidões que foram emitidas via Internet, estando tais conferências anexadas aos autos. Após uma análise das documentações, a Comissão declarou que as empresas **FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47; ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23,** apresentou os documentos de habilitação nos termos da lei e do edital, sendo, portanto, habilitada e credenciada no Processo Licitatório **36/2025** – Inexigibilidade - Credenciamento **12/2025**. Então diante disso, a Comissão concluiu pela contratação das empresas: **FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47; ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23**, observando-se as demais condições atinentes ao processo, tais como: Parecer Jurídico, Autorização para Contratação e Publicação. É importante registrar que o credenciamento continua em aberto até a data **12/05/2026**, podendo outras empresas se credenciarem. Nada mais havendo, encerrou-se a presente sessão, pelo que foi lavrada esta ata e por todos os presentes assinada e será publicada para atendimento ao disposto no Art. 165, I, c), da Lei 14.133/21.

Centralina, 02 de fevereiro 2026

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Membros da Equipe de Apoio:

_____
DANIELE PIRES DA SILVA CARNEIRO

_____
LUIZ AUGUSTO SANTOS SILVA

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:7464EF2F

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
ATA DE ABERTURA 18 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 39/2025 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº13/2025.

ATA DE ABERTURA 18 DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 39/2025 - INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO Nº13/2025.

CREDENCIADA(S): FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47
ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS", NA FORMA DE PLANTÕES 12 HORAS DIURNO E NOTURNO DE 12 HORAS NOS FINAIS DE SEMANA.

Às 09 (nove) horas do dia 02 de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Centralina-MG, localizada na Praça Alceu Virgílio dos Santos, nº 1 – Centro – Cep: 38.390-000, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Centralina-MG., nomeados pelo Decreto 03/2025, com a finalidade de analisar as documentações alusivas ao Processo Licitatório **39/2025** – Inexigibilidade - Credenciamento **13/2025**. O Credenciamento foi publicado: no site: www.diariomunicipal.com.br, afixado no quadro de avisos da Prefeitura. Após esta divulgação manifestou interesse em participar do presente credenciamento a empresa **FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47; ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23** conforme protocolo de Requerimento no Setor de Licitações. Esteve presente na sessão a Agente de Contratação e demais membros da comissão para análise das documentações. A Comissão passa para a fase de análise das documentações das empresas credenciadas, sendo ela rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos responsáveis presentes citados acima. Foram verificadas todas as autenticidades das certidões que foram emitidas via Internet, estando tais conferências anexadas aos autos. Após uma análise das documentações, a Comissão declarou que a empresa**: FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47; ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23,** apresentou os documentos de habilitação nos termos da lei e do edital, sendo, portanto, habilitada e credenciada no Processo Licitatório **39/2025** – Inexigibilidade - Credenciamento **13/2025**. Então diante disso, a Comissão concluiu pela contratação da empresa: **: FMVF SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ:63.944.212/0001-47; ISADORA MARQUES ANDRADE LTDA, CNPJ: 64.246.749/0001-23,** observando-se as demais condições atinentes ao processo, tais como: Parecer Jurídico, Autorização para Contratação e Publicação até a data **21/05/2026,** podendo outras empresas se credenciarem. Nada mais havendo, encerrou-se a presente sessão, pelo que foi lavrada esta ata e por todos os presentes assinada e será publicada para atendimento ao disposto no Art. 165, I, c), da Lei 14.133/21.

Centralina, 26 de fevereiro 2026.

SUELÂINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Membros da Equipe de Apoio:

_____
DANIELE PIRES DA SILVA CARNEIRO
_____
LUIZ AUGUSTO SANTOS SILVA

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:ACD47AD1

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG - AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG - **AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

INEXIGIBILIDADE: 03/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA, PARA TREINAMENTO DE 02(DOIS) PARTICIPANTES, NO 30º SIMPÓSIO DE GESTÃO PÚBLICA DE 27 A 30 DE JANEIRO DE 2026, NO HOTEL LAGUNA PLAZA NA CIDADE DE BRASÍLA – DF.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 74, III, 'f', §3º da Lei n. 14.133/21
CONTRATADA: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA.
CNPJ: 40.033.708/0001-63
VALOR TOTAL: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
Autorizo. Publique-se.
Centralina, 26 de janeiro de 2026

ANTÔNIO MARCONI VASCONCELOS SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Centralina

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:22805282

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG- AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 01/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, PARA TREINAMENTO DE 03(TRÊS) PARTICIPANTES, NO CURSO DE CAPACITAÇÃO CUJO TEMA É "SESSÃO LEGISLATIVA E GOVERNANÇA PARLAMENTAR: ESTRUTURAÇÃO, PLANEJAMENTO E LIDERANÇA NAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO, NOS DIAS 21, 22, 23 E 24 DE JANEIRO DE 2026, NA CIDADE DE BRASÍLA – DF.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 74, III, 'f', §3º da Lei n. 14.133/21
CONTRATADA: GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
CNPJ: 24.450.024/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 4.470,00 (quatro mil quatrocentos e setenta reais)
Autorizo. Publique-se.
Centralina, 20 de janeiro de 2026

ANTÔNIO MARCONI VASCONCELOS SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Centralina

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:C59F3BBB

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
INEXIGIBILIDADE: 02/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, PARA TREINAMENTO DE 02(DOIS) PARTICIPANTES, NO CURSO DE CAPACITAÇÃO CUJO TEMA É "SESSÃO LEGISLATIVA E GOVERNANÇA PARLAMENTAR: ESTRUTURAÇÃO, PLANEJAMENTO E LIDERANÇA NAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO, NOS DIAS 27, 28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2026, NA CIDADE DE BRASÍLA – DF.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 74, III, 'f', §3º da Lei n. 14.133/21
CONTRATADA: GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
CNPJ: 24.450.024/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
Autorizo. Publique-se.
Centralina, 26 de janeiro de 2026

ANTÔNIO MARCONI VASCONCELOS SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Centralina

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:2478B071

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG - CONTRATO N° 01/2026

- CONTRATO n° 01/2026

PROCEDIMENTO LICITATORIO: Inexigibilidade de Licitação nº 01/2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, PARA TREINAMENTO DE 03(TRÊS) PARTICIPANTES, NO CURSO DE CAPACITAÇÃO CUJO TEMA É "SESSÃO LEGISLATIVA E GOVERNANÇA PARLAMENTAR: ESTRUTURAÇÃO, PLANEJAMENTO E LIDERANÇA NAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO, NOS DIAS 21, 22, 23 E 24 DE JANEIRO DE 2026, NA CIDADE DE BRASÍLA – DF
CONTRATADA: GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
VALOR TOTAL: R$ 4.470,00 (quatro mil quatrocentos e setenta reais)
PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado, de acordo com o art. 6º, inc. XVII c/c art. 111, ambos da mesma Lei.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal de Centralina MG;
Ação: 01.031.0001.2 0001 – Manutenção da Câmara Municipal;
Classificação de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica; Fonte de Recursos: 01-500-0000-0000

Centralina, 20 de janeiro de 2026.

ANTÔNIO MARCONI VASCONCELOS SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Centralina

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:53EA020D

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG - CONTRATO N° 03/2026

CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG - CONTRATO n° 03/2026

PROCEDIMENTO LICITATORIO: Inexigibilidade de Licitação nº 03/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA, PARA TREINAMENTO DE 02(DOIS) PARTICIPANTES, NO 30º SIMPÓSIO DE GESTÃO PÚBLICA DE 27 A 30 DE JANEIRO DE 2026, NO HOTEL LAGUNA PLAZA NA CIDADE DE BRASÍLA – DF.
CONTRATADA: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA.
VALOR TOTAL: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado, de acordo com o art. 6º, inc. XVII c/c art. 111, ambos da mesma Lei.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal de Centralina MG;
Ação: 01.031.0001.2 0001 – Manutenção da Câmara Municipal;
Classificação de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica; Fonte de Recursos: 01-500-0000-0000

Centralina, 26 de janeiro de 2026.

ANTÔNIO MARCONI VASCONCELOS SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Centralina

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:7B592E65

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA / MG - CONTRATO- Nº 02/2026

CONTRATO n° 02/2026

PROCEDIMENTO LICITATORIO: Inexigibilidade de Licitação nº 02/2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, PARA TREINAMENTO DE 02(DOIS) PARTICIPANTES, NO CURSO DE CAPACITAÇÃO CUJO TEMA É "SESSÃO LEGISLATIVA E GOVERNANÇA PARLAMENTAR: ESTRUTURAÇÃO, PLANEJAMENTO E LIDERANÇA NAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO, NOS DIAS 27, 28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2026, NA CIDADE DE BRASÍLA – DF.
CONTRATADA: GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
VALOR TOTAL: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado, de acordo com o art. 6º, inc. XVII c/c art. 111, ambos da mesma Lei.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal de Centralina MG;
Ação: 01.031.0001.2 0001 – Manutenção da Câmara Municipal;
Classificação de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica; Fonte de Recursos: 01-500-0000-0000

Centralina, 26 de janeiro de 2026.

ANTÔNIO MARCONI VASCONCELOS SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Centralina

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:7B442893

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG- JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **nº 01/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, PARA TREINAMENTO DE 03(TRÊS) PARTICIPANTES, NO CURSO DE CAPACITAÇÃO CUJO TEMA É "SESSÃO LEGISLATIVA E GOVERNANÇA PARLAMENTAR: ESTRUTURAÇÃO, PLANEJAMENTO E LIDERANÇA NAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO, NOS DIAS 21, 22, 23 E 24 DE JANEIRO DE 2026, NA CIDADE DE BRASÍLA – DF

CONTRATADA: GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
VALOR TOTAL: R$ 4.470,00 (quatro mil quatrocentos e setenta reais)
PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado, de acordo com o art. 6º, inc. XVII c/c art. 111, ambos da mesma Lei.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal de Centralina MG;
Ação: 01.031.0001.2 0001 – Manutenção da Câmara Municipal;
Classificação de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica; Fonte de Recursos: 01-500-0000-0000
BASE LEGAL: ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA f, E ARTIGO 6º, INCISO XVIII, ALÍNEA f DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES
AUTORIZADA EM: 20/01/2026.

Centralina, 20 de janeiro de 2026.

JACKELLINY DE PAULA GUIMARÃES
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:C60F434C

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **nº 02/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, PARA TREINAMENTO DE 02(DOIS) PARTICIPANTES, NO CURSO DE CAPACITAÇÃO CUJO TEMA É "SESSÃO LEGISLATIVA E GOVERNANÇA PARLAMENTAR: ESTRUTURAÇÃO, PLANEJAMENTO E LIDERANÇA NAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO, NOS DIAS 27, 28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2026, NA CIDADE DE BRASÍLA – DF.

CONTRATADA: GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
VALOR TOTAL: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado, de acordo com o art. 6º, inc. XVII c/c art. 111, ambos da mesma Lei.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal de Centralina MG;
Ação: 01.031.0001.2 0001 – Manutenção da Câmara Municipal;
Classificação de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica; Fonte de Recursos: 01-500-0000-0000
BASE LEGAL: ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA f, E ARTIGO 6º, INCISO XVIII, ALÍNEA f DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES
AUTORIZADA EM: 20/01/2026.

Centralina, 26 de janeiro de 2026.

JACKELLINY DE PAULA GUIMARÃES
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:D440AE7A

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CAMARA MUNICIPAL DE CENTRALINA/MG - JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **nº 03/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM A EMPRESA INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA, PARA TREINAMENTO DE 02(DOIS) PARTICIPANTES, NO 30º SIMPÓSIO DE GESTÃO PÚBLICA DE 27 A 30 DE JANEIRO DE 2026, NO HOTEL LAGUNA PLAZA NA CIDADE DE BRASÍLA – DF.
CONTRATADA: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA
VALOR TOTAL: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado, de acordo com o art. 6º, inc. XVII c/c art. 111, ambos da mesma Lei.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal de Centralina MG;
Ação: 01.031.0001.2 0001 – Manutenção da Câmara Municipal;
Classificação de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica; Fonte de Recursos: 01-500-0000-0000
BASE LEGAL: ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA f, E ARTIGO 6º, INCISO XVIII, ALÍNEA f DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES
AUTORIZADA EM: 26/01/2026.

Centralina, 26 de janeiro de 2026.

JACKELLINY DE PAULA GUIMARÃES
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:CF0EEE45

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CHAPADA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 025/2025

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, torna público nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 o extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2025 referente ao Processo Licitatório nº 091/2023 - Pregão Presencial nº 013/2023 conforme dados a seguir:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
CONTRATO Nº 025/2025
TERMO ADITIVO Nº 002
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DO NORTE/MG.
CONTRATADA: EDINELIO PEREIRA DE OLIVEIRA LTDA – CNPJ: 41.670.991/0001-05.
OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos leves, pesados e máquinas pesadas para realização de viagens e serviços em atendimento às diversas Secretarias Municipais de Chapada do Norte/MG.
RESPALDO LEGAL: Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de março de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 30 de dezembro de 2025.

Chapada do Norte/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MAURICIO LEMOS
Pregoeiro

Publicado por:
Maurício Lemos Soares
Código Identificador:A4D85F9F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 101/2023

A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte, Estado de Minas Gerais, torna público o extrato do 3º termo aditivo do contrato nº 101/2023, referente ao Processo Licitatório nº 065/2023 – Dispensa nº 015/2023, conforme extrato abaixo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2023 – DISPENSA Nº 015/2023
CONTRATO Nº 101/2023
ADITIVO Nº 003
LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DO NORTE/MG.
LOCADORA: EVA MARIA APARECIDA SOARES CARDOSO – CPF: 496.187.506-63.
OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel na sede do município para instalação da Sala Mineira do Empreendedor em atendimento às atividades do Programa de Desenvolvimento Territorial Sebrae.
PRAZO ADITIVADO: 12 MESES.
RESPALDO LEGAL: Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 30 de junho de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 30 de dezembro de 2025.

Chapada do Norte/MG, 02 de fevereiro de 2025.

MAURICIO LEMOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Maurício Lemos Soares
Código Identificador:AC7CBCF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLARAVAL

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE LICITAÇÃO- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026- IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O MUNICÍPO DE CLARAVAL/MG TORNA PÚBLICO o do Edital de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** como critério de julgamento o menor lance Por Item, para a **IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. Data de abertura: **19/02/2.026–** Horário: **09h00min**, quando a pregoeira designada e sua equipe de apoio darão início aos trabalhos, regendo-se o presente

certame pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 006/2023, Decreto nº 71/2024 e demais legislações aplicáveis à espécie e às respectivas cláusulas do edital do processo acima especificado. **CÓPIA DO EDITAL** encontra-se a disposição de quaisquer interessados no **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO** da Prefeitura desta Municipalidade e poderá ser retirado por todos os interessados por meio do sítio **www.claraval.mg.gov.br ouwww.ammlicita.org.br** . E, para conhecimento de todos, será este publicado/afixado no saguão da Prefeitura Municipal desta cidade. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade aos 03 (três) dias do mês de fevereiro do ano de 2.026 (dois mil e vinte e seis), eu, Daiane Cristina Faria, Pregoeira, o digitei e subscrevi.

DAIANE CRISTINA FARIA
Pregoeira

Publicado por:
Flavia Peixoto Cintra
Código Identificador:B2FBF51A

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE LICITAÇÃO- PROCESSO Nº 13/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026- REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, SAÚDE E EDUCAÇ

O MUNICÍPO DE CLARAVAL/MG TORNA PÚBLICO o Edital de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** do tipo menor lance Por Item, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CLARAVAL/MG**, nos termos do edital do processo em epígrafe. Data de abertura: **13/02/2.026–** Horário: **09h00min**, quando a pregoeira designada e sua equipe de apoio darão início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 006/2023, Decreto nº 71/2024 e demais legislações aplicáveis à espécie e às respectivas cláusulas do edital do processo acima especificado. **CÓPIA DO EDITAL** encontra-se a disposição de quaisquer interessados no **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO** da Prefeitura desta Municipalidade e poderá ser retirado por todos os interessados por meio do sítio **www.claraval.mg.gov.br ouwww.ammlicita.org.br** . E, para conhecimento de todos, será este publicado/afixado no saguão da Prefeitura Municipal desta cidade. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade aos 03 (três) dias do mês de fevereiro do ano de 2.026 (dois mil e vinte e seis), eu, Ana Luisa Freitas Ferreira, Pregoeira, o digitei e subscrevi.

ANA LUÍSA FREITAS FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Flavia Peixoto Cintra
Código Identificador:13E52D44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PRC 315 2025 - CRED 018 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO– Processo Licitatório nº 315/2025, autuado em 30/12/2025, Credenciamentonº. 018/2025. Objeto:Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de dedetização, desratização e higienização de caixas d'água nas unidades de saúde do município de Cláudio/MG, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A realizar-se no dia 04/02/2026às 08:00.Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário de 08h00 as 17h00, de segunda a sexta-feira. Cláudio (MG), 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO DO NASCIMENTO SANTOS -
Chefe de Departamento de Administração.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:CE334913

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE NONO TERMO ADITIVO - CONTRATO 027 2024 - PRC 019 2024 - DISP 003 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extratode **NONO TERMO ADITIVO**referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº019/2024, DISPENSA N° 003/2024.**Objeto: Execução de prestação de serviços médicos, cirúrgicos e ambulatoriais, atendendo assim, as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **CONTRATO N° 027/2024, CONSORCIO PUBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTEMUNICIPAL DO MEDIO PARAOPEBA - ICISMEP**, inscrita no CNPJ sob o n° **05.802.877/0001-10**. Objeto do aditivo: **Por força do presente termo, fica acrescido o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no valor global do contrato. Considerando o acréscimo descrito no presente termo aditivo, juntamente com os anteriores, o Contrato passa a vigorar com o valor global de R$ 1.675.912,79(um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e doze reais e setenta e nove centavos)**.Cláudio, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO-
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:1DC3F228

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREFEITURA DE CONGONHAL, MG –EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0002/2026 – CREDENCIAMENTO 0002/2026

O **Município de Congonhal/ MG**, entidade de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.675.967/0001-39 com sede administrativa na Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29, Centro em Congonhal/MG, representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR, nos termos da Lei n.º 14.133/21, firmou a **CONTRATO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA SUS PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG, SENDO OS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, tendo como contratada as empresas LABMATOS LTDA inscirto no CNPJ: 03.036.144/0002-77, situado na Rua Duque de Caxias, n° 154 - Bairro Centro - Congonhal/MG e a empresa LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS TEIXEIRA LTDA incrita no CNPJ: 00.506.750/0001-30 situada a Rua Duque de Caxias n° 314 – Bairro Centro – Conognhal/MG com o valor global de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Vigência 02/02/2026 a 02/02/2027.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal de Congonhal -MG.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:ABB7B9E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2026 – INEXIGIBILIDADE 002/2026- CREDENCIAMENTO Nº 0002/2026.

O Prefeito Municipal de Congonhal, no uso de suas atribuições torna publico o credenciamento da empresa LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS TEIXEIRA LTDA, inscrita no cnpj: 00.506.750/0001-30, cujo objeto do referido processo é **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA SUS PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG, SENDO OS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO,** em conformidade com o Processo Licitatório nº. 0009/2026, Credenciamento nº 0002/2026 e seus Anexos e Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026, com fundamento no art. 78 inciso I c/c o inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores. Com o valor total de R$ 100.000,00(Cem mil reais). Vigencia de 02/02/2026 a 02/02/2027.Congonhal/MG, 02 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:61B51346

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2026 – INEXIGIBILIDADE 002/2026- CREDENCIAMENTO Nº 0002/2026.

O Prefeito Municipal de Congonhal, no uso de suas atribuições torna publico o credenciamento da empresa LABMATOS LTDA, inscrita no cnpj: 03.036.144/0002-77, cujo objeto do referido processo é **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA SUS PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL/MG, SENDO OS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO,** em conformidade com o Processo Licitatório nº. 0009/2026, Credenciamento nº 0002/2026 e seus Anexos e Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026, com fundamento no art. 78 inciso I c/c o inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores. Com o valor total de R$ 100.000,00(Cem mil reais). Vigencia de 02/02/2026 a 02/02/2027.Congonhal/MG, 02 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:29F3624D

GABINETE
PORTARIA N.º 3206, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.
"EXONERA FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PORTARIA N.º 3206, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

"Exonera funcionária que menciona e dá outras providências."

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR, Prefeito Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, DECIDE:

Art. 1º - Exonerar **LUCIANA MARIA RIDOLFI,** inscrita no CPF 827.083.206-53, no cargo de DIRETORA DE TURISMO.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Congonhal (MG), 02 de fevereiro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:BCADFD6A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cultura de Conquista, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos permissivos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a **INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026** Processo de Licitação Nº **003/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa para realização de Show artístico com a Banda CARNAVAL BRASILEIRO na matinê no dia 17 de fevereiro de 2026, para a realização das festividades alusivas aos festejos do carnaval, a ser realizado na Praça Cel Tancredo França, com duração de 02:30 h, dotação orçamentária 02.12.01.13.392.0029.2019.33.90.39, Ficha 476, Fonte 1500.**

CONTRATADO:

FAUSTO REIS ROCHA OLIVEIRA

- CNPJ: 27.175.296/0001-38

VALOR TOTAL R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 02 (dois) do mês de fevereiro de 2026

REGINALDO VIEIRA BORGES JÚNIOR
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:281FB2FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Conquista, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos permissivos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026** Processo de Licitação Nº **008/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK CARROCERIA LINHA PESADA, de acordo com o artigo 75,**

inciso XI Lei 14.133/21, dotação orçamentária 02.05.00.15.452.0021.2048.33.90.39, Ficha 151, Fonte 2500.

EMPRESA:
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS- CIMINAS
CNPJ: 19.493.732/0001-99

VALOR TOTAL R$ 175.020,00(cento e setenta e cinco mil e vinte reais).

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026

HERMOGITO ZANINI DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:9CBDAC1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cultura de Conquista, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos permissivos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a **INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026** Processo de Licitação Nº **007/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa para realização de Show artístico com a Banda SAMBARYLOVE, no dia 15 de fevereiro de 2026, para a realização das festividades alusivas aos festejos do carnaval, a ser realizado na Praça Cel Tancredo França, com duração de 02:00 h, dotação orçamentária 02.12.01.13.392.0029.2019.33.90.39, Ficha 476, Fonte 1500.**

CONTRATADO:

EVENTARIA PRODUÇÕES LTDA

- CNPJ: 21.296.169/0001-00

VALOR TOTAL R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 02 (dois) do mês de fevereiro de 2026

REGINALDO VIEIRA BORGES JÚNIOR
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:AA14B921

PROCURADORIA JURÍDICA
TERMO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025 DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

TERMO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025 DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA/MG**, através do Processo Administrativo Interno, torna público o interesse em aderir à **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025 DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025**, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Conquista/MG para aquisição de **02 (dois) VEÍCULOS MINIVAN (MÍNIMO 07 LUGARES)** conforme especificações contidas nos documentos anexos ao presente processo administrativo com um valor **ESTIMADO** de **R$ 284.594,88 (DUZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)** com a seguinte empresa: **GNC AUTOMOTORES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° 04.798.469/0007-64.
Sem mais para o presente momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Conquista/MG, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de 2026.

MÁRCOS AUGUSTO DE MATOS
Secretário Municipal de Saúde Interino

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:A8D32BBE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2025

O Município de Coqueiral/MG torna pública a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços nº 168/2025, firmada com o fornecedor Hericon Felipe Tristão Nascimento, inscrito no CNPJ nº 39.327.884/0001-29, oriunda do Processo Licitatório nº 056/2025, Pregão Eletrônico nº 017/2025 – Sistema de Registro de Preços.
Fundamento legal: arts. 137, inciso I, e 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Motivo: não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias e/ou cláusulas da Ata de Registro de Preços.
Data da extinção: 22/01/2026.
Valor dos itens extintos: R$ 28.239,75.
Sanções: não houve aplicação de sanção administrativa.
Prefeitura Municipal de Coqueiral/MG – Renato Oliveira – Prefeito Municipal. Josiane Rodrigues
Advogada do Município. Coqueiral/MG, 22 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Cristina de Jesus Marques
Código Identificador:53CE20F6

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
5º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE REAJUSTE DE VALOR - EQUILÍBRIO ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA PÚBLICA LTDA - ME

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE REAJUSTE DE VALOR

CONTRATO ADMINISTRATIVO: N° 004/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N ° 146/2022
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N° 001/2023 (ARTIGO 25 DA LEI 8.666/93)

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Coqueiral – SAAE, por meio de sua Diretora Geral, Talita de Sousa Tavares, torna público o 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2023, celebrado com a empresa **EQUILÍBRIO ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA PÚBLICA LTDA - ME,** inscrita no CNPJ nº 27.536.459/0001-60.

O presente aditivo tem por finalidade o reajuste do valor mensal do contrato, com base no índice de 4,264380% (quatro vírgula dois seis quatro três oito por cento), correspondente ao IPCA acumulado no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, fica reajustado o valor mensal dos serviços contratados, passando de R$ 4.717,35 (quatro mil setecentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos) para R$ 4.918,52 (quatro mil novecentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Coqueiral/MG, 02 de fevereiro de 2026.

TALITA DE SOUSA TAVARES
Diretora Geral SAAE Coqueiral

Publicado por:
Talita de Sousa Tavares
Código Identificador:90363702

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO JURÍDICO
PORTARIA 05 DE 2025

EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais, no exercício de seu cargo e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial o disposto no artigo 36 da Lei Municipal 072/97 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Coração de Jesus-MG;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido da parte interessada, o servidor **JOSÉ FRANCISCO RAMOS AGUIAR,** matrícula 2361, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA DE VEÍCULOS,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 05 de janeiro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Coração de Jesus-MG, 29 de janeiro de 2026.

SAMUEL BARRETO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Aguiar
Código Identificador:EF9BA300

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0002/2026
PREGÃO Nº. 0002/2026
A(O) HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO/MG, CNPJ: 07.503.792/0001-66, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). Carolina Martins dos Santos , torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 0002/2026, Processo Administrativo nº 0002/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 89933.
Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COPRA E COZINHA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR SND DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO.
Data de Publicação: 02/02/2026 13:21:23.
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 12/02/2026 08:29:00.
Critério de julgamento: Menor Preço.
Modo de disputa: Aberto - Fechado.
Valor total do processo: R$ 95.443,88.
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/89933

Carolina Martins dos Santos - Autoridade Competente

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
Max César Lafetá Vasconcelos Sobrinho
Código Identificador:CCC67950

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORINTO

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato: Processo n°: 006/2026, Pregão Eletrônico nº: **002/2026**, Contrato nº 014/2026; firmado em 29/01/2026, entre Município de Corinto/MG e empresa **Alphavia Transportes e Maquinas Ltda**, inscrito no CNPJ nº **47.001.209/0001-33**. Objeto: ***ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2025, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 008/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2025 REALIZADO PELO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA- CISPAR ,TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ATRAVÉS DO MENOR PREÇO POR QUILOMETRAGEM DIÁRIA,NELE INCLUÍDOS TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS, DESPESASDIRETAS/INDIRETAS; FORNECIMENTO DE VEÍCULOS CONVENCIONAIS EADAPTADOS, COM COMBUSTÍVEL, CONDUTOR, MONITOR, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA INCLUSA, PARA ATENDER AS NECESSIDADESDOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISPAR EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CORINTO/MG***. Valor: **R$ 2.652.328,00 (dois milhoes e seiscentos e cinquenta e dois mil e trezentos e trinta e oito reais).**
Dotação Orçamentaria:
02.07.01.12.361.0126.2055.33903900-Ficha 430
02.07.02.12.361.0124.2167.33903900-Ficha 523

EVALDO PAULO DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Felipe Pacheco Cavalcante
Código Identificador:C889BCC7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO - PA 09/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO
Pref. Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Extrato de Autorização -Processo Licitatório – 09/2026, Dispensa – 03/2026.Objeto:CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC MINAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PALESTRAS TEMÁTICAS GASTRONÔMICAS, A SEREM REALIZADAS DURANTE O IV FESTIVAL DO QUEIJO E CACHAÇA DAS VERTENTES, COMO PARTE INTEGRANTE DA PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO EVENTO, VISANDO À PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS AOS PRODUTORES E AO PÚBLICO PARTICIPANTE, COM A UTILIZAÇÃO DE INGREDIENTES DERIVADOS DO QUEIJO E DA CACHAÇA, VALORIZANDO OS PRODUTOS REGIONAIS E INCENTIVANDO A INOVAÇÃO GASTRONÔMICA, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO DO SENAC Nº 492.393 E PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA Nº PROP747/2025.CONTRATADO:**SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC MINAS**, CNPJ 03.447.242/0051-85**, com valor total de**R$ 22.075,64 (vinte e dois

mil, setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).**Coronel Xavier Chaves, 02 de fevereiro de 2026.**

SIDINEI RESENDE PAIVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:36650A6E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL 135/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório – 135/2025, Pregão eletrônico para Registro de Preços – 55/2025, para**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS E À CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DEFINIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.** Vencedores: COMERCIAL PRIME LTDA, CNPJ 55.176.303/0001-51; **ADMAQ LTDA - EPP**, CNPJ 71.359.939/0001-95; **ERNANI JOSE DE LIMA PAPELARIA,** CNPJ 36.180.135/0001-23; **ESTELLA APARECIDA MACEDO LEAL-ME,** CNPJ 50.559.920/0001-12; **HDR LICITA PRIME**, CNPJ 64.029.957/0001-43; **JET DISTRIBUIDORA LTDA,** CNPJ 52.620.711/0001-62; **LOUSART IND. E COM. DE MATERIAIS PEDAGOGICOS,** CNPJ 01.997.775/0001-46; **LUCAS RICARDO MANIERI DE ALMEIDA LTDA**, CNPJ 54.860.605/0001-81; **PONTO OFFICE BRASIL LTDA,** CNPJ 62.234.516/0001-58; **SEVEN COPY COMERCIAL LTDA,** CNPJ 07.416.432/0001-27. Coronel Xavier Chaves, 21 de janeiro de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS –
Pregoeira.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:06942191

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL 142/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório – 142/2025, Pregão eletrônico para Registro de Preços – 58/2025, paraAQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS PERIÓDICAS E DE EVENTOS PROMOVIDOS PELOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG. Vencedores: CAMARGOS E SOUSA LTDA, CNPJ 02.109.639/0001-35; COMERCIAL PRG LTDA, CNPJ 60.520.733/0001-89; COMERCIAL PRIME LTDA, CNPJ 55.176.303/0001-51; CONFIANCA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 52.091.344/0001-57; PROFETA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ 41.389.650/0001-58. Coronel Xavier Chaves, 21 de janeiro de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS –
Pregoeira.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:3E6E8578

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PL 144/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório – 144/2025, Pregão eletrônico para Registro de Preços – 59/2025, para AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E DE UTENSÍLIOS DE COZINHA, PARA ATENDER AOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES. Vencedores: COMERCIAL PRIME LTDA, CNPJ 55.176.303/0001-51; COMERCIAL VENER LTDA - EPP, CNPJ 65.353.401/0001-70; HDR LICITA PRIME, CNPJ 64.029.957/0001-43; TREZE DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 29.126.669/0001-06; WCA EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS EIRELI, CNPJ 19.779.579/0001-60. Coronel Xavier Chaves, 21 de janeiro de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS –
Pregoeira.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:2B3875AD

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO - PA 08/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Processo nº: 08/2026
Inexigibilidade nº 02/2026
O Município de Coronel Xavier Chaves/MG, situado na Rua Padre Reis, 84, Centro, CNPJ nº 18.557.546/0001-03, torna público que, nos termos do art. 72, VIII, foi **AUTORIZADA** a abertura de CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONVENCIONAL DE TAXI, para atendimento das demandas das Secretaria Municipais. Valor Estimado para 12 meses: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Fundamento: inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Coronel Xavier Chaves, 27 de janeiro de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:6315239F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N° 146, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026. "NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e constitucionais, especialmente o disposto no art. 87, I, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de se organizar a estrutura administrativa do Município para o início do mandato 2025/2028, com o provimento dos cargos em comissão, notadamente aqueles de natureza política, de modo a viabilizar a consecução das atribuições que lhe são afetas na forma da lei, bem como auxiliar o Executivo Municipal na administração municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para o exercício do cargo público de natureza política e de provimento em comissão de Secretário Municipal de Obras Públicas e Transportes o Sr. Luiz Juvêncio de Andrade, inscrito no CPF sob o nº ***.***.256-72, a partir do dia 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º. As atribuições do cargo descrito no artigo anterior são as previstas na legislação municipal específica, especialmente aquelas dispostas no art. 91, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 02 de fevereiro de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:0EEC1F11

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 145, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026. "NOMEIA OCUPANTE PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e constitucionais,

Considerando a necessidade de se organizar a estrutura administrativa do Município para o início do mandato 2025/2028, com o provimento dos cargos em comissão, de modo a viabilizar a consecução das atribuições que lhe são afetas na forma da lei, bem como auxiliar o Executivo Municipal na administração municipal;

Considerando a atribuição constitucional prevista na parte final do inciso II, do art. 37, concernente à livre nomeação e exoneração para cargo em comissão assim declarado em lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as atribuições legais do cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Escola em Cachoeirinha, distrito de Córrego Danta/MG, a Sra. Marta Aparecida de Oliveira Teixeira, inscrita no CPF sob o nº ***.***.286-01, a partir do dia 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º. As atribuições e o vencimento do cargo descrito no artigo anterior são aqueles previstos na legislação municipal específica.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 02 de fevereiro de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:69350DB1

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 04, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a adoção de medidas institucionais para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade das emendas parlamentares no âmbito da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, em atendimento à Recomendação MPC-MG nº 01/2025 e às decisões do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37 e no art. 163-A da Constituição da República, que impõem à Administração Pública os deveres de legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e rastreabilidade das informações orçamentárias e financeiras;

CONSIDERANDO as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na **ADPF nº 854/DF**, que declararam inconstitucionais práticas incompatíveis com os princípios republicanos na destinação de recursos por meio de emendas parlamentares e determinaram a adoção de mecanismos de controle e transparência em todos os níveis federativos;

CONSIDERANDO a **Recomendação MPC-MG nº 01/2025** e o **Ofício Circular nº 001/2025/PG/MPC**, que orientam expressamente os Presidentes das Câmaras Municipais a adotarem providências administrativas destinadas à conformidade das emendas parlamentares;

CONSIDERANDO o compromisso institucional da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG com a boa governança, a prevenção de riscos jurídicos e a proteção da integridade do processo legislativo-orçamentário;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, o Programa Institucional de Conformidade das Emendas Parlamentares, com a finalidade de assegurar que a proposição, tramitação e acompanhamento das emendas ao orçamento municipal observem os princípios da transparência, rastreabilidade, planejamento e controle.

Art. 2º Determinar à Assessoria de Comunicação e aos setores técnicos competentes a criação e manutenção de área específica no Portal da Transparência da Câmara Municipal, destinada à divulgação das informações relativas às emendas parlamentares, incluindo, no mínimo:
I – autoria da emenda;
II – número identificador;
III – objeto;
IV – valor proposto;
V – Plano de Trabalho apresentado;
VI – tramitação legislativa;
VII – parecer técnico de admissibilidade;
VIII – resultado da deliberação plenária;
IX – data da aprovação.

Art. 3º Determinar, como providência institucional desta Presidência, a elaboração de Projeto de Lei, de iniciativa da Mesa Diretora, com apoio técnico da assessoria jurídica da Câmara Municipal, dispondo sobre a proposição, tramitação, execução, transparência e fiscalização das emendas parlamentares no âmbito do Município de Córrego Danta/MG, a ser numerado, rubricado e protocolizado, para apresentação na primeira reunião ordinária após o recesso parlamentar, seguindo-se o rito procedimental afeto ao processo legislativo.

Art. 4º Determinar que nenhuma emenda parlamentar será admitida para tramitação nesta Câmara sem a apresentação de Plano de Trabalho mínimo, contendo objeto definido, justificativa de interesse público e compatibilidade com o planejamento orçamentário municipal, contando, para esse mister, com o apoio técnico das assessorias contábil e jurídica.

Art. 5º Determinar que a Presidência da Câmara Municipal oficiará ao Prefeito Municipal de Córrego Danta/MG dando ciência das disposições da Recomendação MPC-MG nº 01/2025 e solicitando a adoção, no âmbito do Poder Executivo, das providências administrativas, contábeis e operacionais necessárias para assegurar que a execução das emendas parlamentares observe rigorosamente os requisitos de transparência, rastreabilidade e publicidade exigidos pelos órgãos de controle.

Art. 6º Determinar que a Diretoria-Geral da Câmara mantenha dossiê institucional organizado contendo:
I – cópia desta Portaria;
II – cópia do Projeto de Lei nº 02/2026;
III – comprovantes de publicação das informações no Portal da Transparência;
IV – cópia do ofício expedido ao Prefeito;
V – cópia do ofício de resposta ao Ministério Público de Contas;
VI – demais documentos comprobatórios das providências adotadas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ COSTA DE MELO
Presidente da Câmara Municipal de Córrego Danta

Publicado por:
Simone Edina Teixeira Ribeiro
Código Identificador:21DFEA3C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ADITIVO

Extrato do 5ºTermo Aditivoao contratonº 081/2022

MODALIDADEPREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2022
CONTRATANTE:Prefeitura de Couto de Magalhães de Minas/MG
CONTRATADA:A.M.S Design Marketing Digital Ltda
CNPJ n°:68.522.705/0001-02
OBJETO DO CONTRATO:Contratação de empresa especializada em desenvolvimento, hospedagem e manutenção (preventiva, corretiva, adaptativaeevolutiva) de site institucional, em atendimento ao solicitado pela secretaria municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Econômico do município de Couto de Magalhães de Minas.
OBJETODOTERMO ADITIVO:Renovação do contrato (saldo e vigência)
DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026
NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/02/2026

Couto de Magalhães de Minas, 02 de fevereiro de 2026

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:FBCE1D27

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo: 007/2025
Inexigibilidade: 004/2025
Credenciamento: 004/2025
Termo de Credenciamento:002/2026
Objeto: Chamamento público para o credenciamento de interessados que preencham os requisitos previstos neste edital, para locação de imóveis para servirem de moradia para famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme especificações contidas no projeto básico - Anexo I deste edital, bem como solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Couto de Magalhães de Minas.
Credenciante: Município de Couto de Magalhães de Minas/MG
Credenciado: ALEX JUNIOR DOS SANTOS
CPF: 058.575.956-14
Data da assinatura:02/02/2026
Vigência: 02/02/2026 a 31/12/2026

Couto de Magalhães de Minas, 02 de fevereiro de 2026

ERICA ROMANA PINTO
Agente de Contratações

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:21356D37

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 2026

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo 006/2025
Inexigibilidade 003/2025
Credenciamento 003/2025
Objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de refeições preparadas no município de Couto De Magalhaes De Minas/MG, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital**

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
CONTRATANTE: Município de Couto de Magalhães de Minas – MG
CONTRATADO: 49.428.635 TIAGO JOAO DOS SANTOS
CNPJ: 49.428.635/0001-83
DATA DA ASSINATURA: 31/01/2026 Vigência: 28/01/2026 até 31/12/2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:CEF28D04

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 2026

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
Processo 071/2024
Inexigibilidade 011/2024
Credenciamento 011/2024
Objeto:Chamamento público para credenciamento de pessoa(s) Físicas e/ou jurídica(s) especializada(s) para a prestação de serviços de médicos, clínico geral, nas unidades de saúde do município de Couto de Magalhães de Minas/MG

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 010/2026
CONTRATANTE: Município de Couto de Magalhães de Minas – MG
CONTRATADO: MODERNA SAUDE E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDACNPJ:45.844.530/0001-54
DATA DA ASSINATURA:02/02/2026Vigência: 02/02/2026á 31/12/2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:4A92809E

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Extrato do Termo de Credenciamento 002/2026

PROCESSO:071/2024
MODALIDADE:Inexigibilidade nº 011/2024
TERMO DE CREDENCIAMENTO:003/2025
CREDENCIANTE:Prefeitura de Couto de Magalhães de Minas/MG
CREDENCIADA: HRG SERVICOS MEDICOS LTDA
CNPJ n°: 43.528.404/0001-65
OBJETO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO: Credenciamento de pessoa(s) físicas e/ou jurídica(s) especializada(s) para a prestação de serviços de médicos, clínico geral, nas unidades de saúde do município de Couto de Magalhães de Minas/MG.
DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026
DATA DA VIGÊNCIA: 02/02/2026 A 31/12/2026

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito Municipal de Couto de Magalhães de Minas

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:1CCE4D62

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.516, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade – Todos pela Qualidade
12.361.1201.2138 Desenvolvimento de Atividades Curriculares
3.1.90.94.00 503 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2143 525 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
3.1.90.11.00 525 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$100.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$100.000,00
02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.18.02 SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
04 Administração
04.131 Comunicação Social
04.131.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.131.0401.2343 Gestão da Subsecretaria de Comunicação Social
3.1.90.94.00 928 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$2.500,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.500,00
02.17 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.17.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente
18 Gestão Ambiental
18.122 Administração Geral
18.122.1802 Gestão e Ordenamento Ambiental
18.122.1802.2358 Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
3.3.90.40.00 950 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica R$14.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$14.000,00
TOTAL: R$146.500,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.1103 Construção de Prédios para Creches
4.4.90.51.00 521 Obras e Instalações R$100.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$100.000,00
12.365.1202.2143 Desenvolvimento Infantil (0 a 5 anos)
4.4.90.52.00 532 Equipamento e Material Permanente R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$30.000,00
02.17 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.17.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente
18 Gestão Ambiental
18.122 Administração Geral
18.122.1802 Gestão e Ordenamento Ambiental
18.122.1802.2358 Gestão da Secretaria de Meio Ambiente
3.3.90.39.00 895 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$14.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$14.000,00
02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.18.02 SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
04 Administração
04.131 Comunicação Social
04.131.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.131.0401.2343 Gestão da Subsecretaria de Comunicação Social
4.4.90.52.00 934 Equipamento e Material Permanente R$2.500,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.500,00
TOTAL: R$146.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de janeiro de 2026.

Curvelo, 29 de janeiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:57278B5E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.517, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

INCLUI FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídas na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, as seguintes fontes de recursos:

I – 2.621.000.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, nas dotações orçamentárias:

a) 02.09.02.10.301.1003.2270.3.1.90.04.00, ficha 328;

b) 02.09.02.10.302.1005.2118.3.1.90.04.00, ficha 345;

c) 02.09.02.10.302.1005.2118.3.1.90.11.00, ficha 346;

d) 02.09.02.10.303.1004.2113.3.1.90.11.00, ficha 425;

e) 02.09.02.10.305.1001.2126.3.1.90.04.00, ficha 447;

II – 2.659.027.0000 - Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Promove Minas, na dotação orçamentária 02.09.02.10.301.1003.2110.3.1.90.04.00, ficha 314;

III – 2.659.028.0000 - Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), na dotação orçamentária 02.09.02.10.302.1005.2122.3.1.90.04.00, ficha 379.

IV – 2.604.000.0000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, na dotação orçamentária 02.09.02.10.305.1001.2126.3.1.90.11.00, ficha 448

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.301 Atenção Básica
10.301.1003 Atenção Primária à Saúde
10.301.1003.2110 Manutenção da Atenção Primária

3.1.90.04.00 314 Contratação por Tempo Determinado R$30.000,00
2.659.027.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/Recursos recebidos no âmbito do projeto Promove Minas R$30.000,00
10.301.1003.2270 Manutenção das Ações do PNAISP
3.1.90.04.00 328 Contratação por Tempo Determinado R$25.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$25.000,00
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada
3.1.90.04.00 345 Contratação por Tempo Determinado R$5.500,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$5.500,00
3.1.90.11.00 346 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$4.005,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$4.005,00
10.302.1005.2122 Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial
3.1.90.04.00 379 Contratação por Tempo Determinado R$18.500,00
2.659.028.0000 Outros recursos vinculados à Saúde/recursos recebidos no âmbito do projeto Aporte de recursos financeiros para custeio da manutenção dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) R$18.500,00
10.303 Suporte Profilático e Terapêutico
10.303.1004 Assistência Farmacêutica
10.303.1004.2113 Fortalecimento da Assistência Farmacêutica
3.1.90.11.00 425 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$25.500,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$25.500,00
10.305 Vigilância Epidemiológica
10.305.1001 Vigilância em Saúde
10.305.1001.2126 Manutenção das Atividades dos Serviços de Vigilância Epidemiológica
3.1.90.04.00 447 Contratação por Tempo Determinado R$18.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$18.000,00
3.1.90.11.00 448 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$133.000,00
2.604.000.0000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias R$133.000,00
TOTAL: R$259.505,00

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$259.505,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de janeiro de 2026.

Curvelo, 29 de janeiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:BC856AAF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.518, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

INCLUI FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídas na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, as seguintes fontes de recursos:

I – 2.749.000.0000 – Outras vinculações de transferências nas dotações orçamentárias, nas seguintes dotações orçamentárias:

a) 02.11.01.04.122.0413.2152.3.3.90.36.00, ficha 660;

b) 02.11.01.04.122.0413.2152.3.3.90.49.00, ficha 664;

II – 2.701.000.0000 – Outras transferências de convênios ou instrumentos congêneres dos Estados, na dotação orçamentária 02.07.01.04.122.1302.2049.3.1.90.04.00, ficha 958.

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0413 Infraestrutura e Gestão Integrada
04.122.0413.2152 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.36.00 660 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$22.110,79
2.749.000.0000 Outras vinculações de transferências R$22.110,79
3.3.90.49.00 664 Auxílio-Transporte R$837,50
2.749.000.0000 Outras vinculações de transferências R$837,50
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
02.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.1302 Tradição e Memória: Nossa História
04.122.1302.2049 Gestão da Secretaria de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo
3.1.90.04.00 958 Contratação por Tempo Determinado R$3.887,94
2.701.000.0000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados R$3.887,94
TOTAL: R$26.836,23

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$26.836,23.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de janeiro de 2026.

Curvelo, 29 de janeiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:0691DF1D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.519, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

INCLUI ELEMENTOS DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídos na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, os seguintes elementos de despesas:

I – 3.1.90.94.00 – Indenizações e restituições trabalhistas, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de impostos, na dotação orçamentária 02.01.03.04.122.0401.2008;

II – 3.3.90.49.00 – Auxílio-transporte, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de impostos, na dotação orçamentária 02.15.01.04.122.0445.2356;

III – 3.3.90.49.00 – Auxílio-transporte, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de impostos, na dotação orçamentária 02.17.01.18.122.1802.2358;

IV – 3.3.90.92.00 – Despesas de exercícios anteriores, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de impostos, na dotação orçamentária 02.10.01.12.122.0405.2133.

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO
02.01.03 SUBPREFEITURA RURAL
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2008 Gestão da Subprefeitura da Zona Rural
3.1.90.94.00 975 Indenizações e Restituições Trabalhistas R$5.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$5.100,00
02.17 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.17.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente
18 Gestão Ambiental
18.122 Administração Geral
18.122.1802 Gestão e Ordenamento Ambiental
18.122.1802.2358 Gestão da Secretaria de Meio Ambiente
3.3.90.49.00 976 Auxílio-Transporte R$15,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$15,00
02.15 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIO
02.15.01 Secretaria Municipal de Agronegócio
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0445 Gestão e Governança do Agronegócio
04.122.0445.2356 Gestão da Secretaria de Agronegócio
3.3.90.49.00 977 Auxílio-Transporte R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$800,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0405 Gestão Política/Intercâmbio do Conhecimento
12.122.0405.2133 Gestão Política Educacional no Município
3.3.90.92.00 978 Despesas de Exercícios Anteriores R$0,29
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação R$0,29
TOTAL: R$5.915,29

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
02.08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
15 Urbanismo
15.451 Infra-estrutura Urbana
15.451.2601 Planejamento Urbano e Mobilidade
15.451.2601.2320 Programa Regulariza Curvelo
3.3.90.30.00 280 Material de Consumo R$5.100,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$5.100,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 Educação
12.122 Administração Geral
12.122.0405 Gestão Política/Intercâmbio do Conhecimento
12.122.0405.2133 Gestão Política Educacional no Município
3.3.90.30.00 478 Material de Consumo R$0,29
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação R$0,29
02.15 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIO
02.15.01 Secretaria Municipal de Agronegócio
20 Agricultura
20.607 Irrigação
20.607.2002 Infraestrutura Rural Sustentável
20.607.2002.1151 Estruturas Hídricas e Conservação do Solo
4.4.90.52.00 768 Equipamento e Material Permanente R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$800,00
02.17 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
02.17.01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente
18 Gestão Ambiental
18.543 Recuperação de Áreas Degradadas
18.543.1803 Meio Ambiente e Educação Sustentável
18.543.1803.1155 Recuperação de Áreas e Proteção de Nascentes
3.3.90.30.00 916 Material de Consumo R$15,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$15,00
TOTAL: R$5.915,29

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de janeiro de 2026.

Curvelo, 29 de janeiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:2B66E752

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.520, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
02.08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
18 Gestão Ambiental
18.541 Preservação e Conservação Ambiental
18.541.0411 Desenvolvimento Econômico Sustentável
18.541.0411.2340 Curvelo Sustentável e Verde
3.3.90.39.00 287 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.000,00
TOTAL: R$2.000,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
02.08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
15 Urbanismo
15.451 Infra-estrutura Urbana

15.451.2601 Planejamento Urbano e Mobilidade
15.451.2601.2320 Programa Regulariza Curvelo
3.3.90.30.00 280 Material de Consumo R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$2.000,00
TOTAL: R$2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:0CB2E089

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.521, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

INCLUI FONTE DE RECURSOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, a fonte de recursos 2.621.000.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, na dotação orçamentária 02.09.02.10.305.1001.2126.3.3.90.40.00, ficha 457.

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.305 Vigilância Epidemiológica
10.305.1001 Vigilância em Saúde
10.305.1001.2126 Manutenção das Atividades dos Serviços de Vigilância Epidemiológica
3.3.90.40.00 457 Serviços de TI e Comunicação – PJ R$70.000,00
2.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$70.000,00
TOTAL: R$70.000,00

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-á como recurso, nos termos do inciso I do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro no valor de R$70.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:9DCBEB10

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.522, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

INCLUI ELEMENTOS DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídos na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025, os seguintes elementos de despesas:

I – 3.3.90.92.00 – Despesas de exercícios anteriores, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de impostos, na dotação orçamentária 02.09.02.10.302.1005.2118;

II – 4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente, fonte de recursos 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de impostos, na dotação orçamentária 02.18.01.04.122.0401.2357.

Art. 2º Ficam abertos créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada do SUS
3.3.90.92.00 979 Despesas de Exercícios Anteriores R$9.265,54
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$9.265,54
02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.18.01 Secretaria Municipal de Governo
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2357 Gestão da Secretaria de Governo
4.4.90.52.00 980 Equipamento e Material Permanente R$70.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$70.000,00
TOTAL: R$79.265,54

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 2º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.09 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.1005 Qualificação da Atenção Especializada do SUS
10.302.1005.2118 Manutenção da Atenção Especializada do SUS
3.3.90.91.00 357 Sentenças Judiciais R$9.265,54
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$9.265,54
02.18 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.18.01 Secretaria Municipal de Governo
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2357 Gestão da Secretaria de Governo
3.3.90.39.00 924 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$60.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$60.000,00
02.18.02 SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
04 Administração
04.131 Comunicação Social
04.131.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.131.0401.2343 Gestão da Subsecretaria de Comunicação Social
4.4.90.52.00 934 Equipamento e Material Permanente R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$10.000,00
TOTAL: R$79.265,54

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:29D284A5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.523, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

CANCELA CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando o Memorando nº 5/2026/DIAT/SAFT/SEFAZ, da Secretaria Municipal de Fazenda,

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados, por prescrição, os créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa até 31 de dezembro de 2020, exceto:

I – os que tenham sido objeto de execução fiscal;

II – os que tenham sido objeto de parcelamento e confissão de dívida;

III – os créditos tributários que sejam objeto de procedimento administrativo ou judicial.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Fazenda autorizada a proceder ao cancelamento dos créditos referidos no art. 1º deste Decreto, com consignação expressa do presente Decreto no sistema de dívida ativa e geração do competente relatório.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:C5A58624

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.247, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE CURVELO-MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil (OSCs);

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 2.966, de 5 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 2014;

Considerando o Memorando nº 22/2026/SMCDLT, da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, nos termos do art. 35 do Decreto nº 2.966, de 5 de janeiro de 2017, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, composta pelos servidores:

I – membros titulares:

a) Danielle da Silva Marques, Matrícula 8.103-4 – Presidente;

b) Natalia Marques Gonçalves, Matrícula nº 8.201-0 – Secretária;

c) Derik Alves Fernandes, Matrícula nº 81.186-2;

II – membros suplentes:

a) Deborah Silva Ferreira, Matrícula nº 8.114-6;

b) Mariana Alvares Barbosa Rocha, Matrícula nº 8.1712-0;

c) Karina Soares da Boa Morte, Matrícula nº 8.110-6.

Parágrafo único. Os membros nomeados no caput deste artigo exercerão suas funções pelo período de um ano, contado a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 13.675, de 16 de maio de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de janeiro de 2026.

Curvelo, 13 de janeiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:52B3BF7F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.248, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, BIANCA EUGENIA RODRIGUES OLIVEIRA, DO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE CONTADOR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 45/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Bianca Eugenia Rodrigues Oliveira, com inscrição no CPF sob o nº 128.xxx.xxx-39, do cargo público efetivo de Contador, pertencente ao Quadro dos Cargos Efetivos do Grupo Ordinário, Grupo Ocupacional Profissionais de Nível Superior, Código NS-20, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:8F593A79

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.249, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, ROSANNE CHRISTINE ATAIDES DO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB), NÍVEL SUPERIOR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 44/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Rosanne Christine Ataides, com inscrição no CPF sob o nº 091.xxx.xxx-63, do Cargo Público Efetivo de Professor de Educação Básica (PEB), Nível Superior, do Anexo I, do Quadro de Provimento Efetivo do Magistério Público Municipal, da Lei Complementar nº 72, de 28 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de janeiro de 2026.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:A41416AF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.250, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

NOMEIA ANA CLARA OLAVO CORDEIRO NO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR, NÍVEL I, DO SETOR DE SUPRIMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 52/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Clara Olavo Cordeiro, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 114.xxx.xxx-57, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor, Nível I, do Setor de Suprimentos da Atenção Básica, pertencente à Classe Grupo de Assessoramento e Chefia, Código AC-13, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2026.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:C856563D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.251, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA WILLIAN MENDES DOS REIS, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 49/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Willian Mendes dos Reis, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 062.xxx.xxx-57, do cargo em comissão de Assistente Administrativo de Educação, pertencente à Classe Grupo de Assessoramento e Chefia, Código AC-14, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2026.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:DAE0F05C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.252, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

NOMEIA MATHEUS ROCHA ARAÚJO NO CARGO EM COMISSÃO DE OUVIDOR MUNICIPAL.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 50/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Matheus Rocha Araújo, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 130.xxx.xxx-88, para exercer o cargo em comissão de Ouvidor Municipal, pertencente à Classe Grupo de Assessoramento e Chefia, Código AC-04, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:776C203C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.253, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA VASSELINE APARECIDA GONÇALVES SILVEIRA, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR, NÍVEL II, DO SETOR DE SUPRIMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 51/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Vasseline Aparecida Gonçalves Silveira, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 585.xxx.xxx-97, do cargo em Comissão de Chefe de Setor, Nível II, do Setor de Suprimentos da Atenção Básica, pertencente à Classe Grupo de Assessoramento e Chefia, Código AC-13, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2026.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:9A980E16

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.254, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

CONCEDE À SERVIDORA ANGELICA MENDES DE PAULA, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando a Portaria nº 5.846, de 3 de setembro de 2007, que nomeou a servidora para provimento do cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços I;

Considerando o Memorando nº 47/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração;

Considerando o que dispõe o art. 85 da Lei Municipal nº 910, de 18 de novembro de 1976,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 4 de fevereiro de 2026, à servidora Angelica Mendes de Paula, nomeada no cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços I, licença para tratar de interesse particular, nos termos do art. 85 da Lei Municipal nº 910, de 18 de novembro de 1976, pelo período de dois anos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:569822AF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.255, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

EXONERA JEFFERSON ABREU GONDIM, DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ENFERMAGEM DE PRONTO ATENDIMENTO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 54/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jefferson Abreu Gondim, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 059.xxx.xxx-29, do cargo em comissão de Coordenador de Enfermagem de Pronto Atendimento, pertencente à Classe Grupo de Assessoramento e Chefia, Código AC-26, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 2026.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:A2F447EC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.256, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

ALTERA A PORTARIA Nº 14.211, DE 16 DE JANEIRO DE 2026, QUE "NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CMDPI), DE CURVELO".

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 2/2026/SMAS-CENC/SMAS-DPP/SMAS-GAAG/SMAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os itens 1 e 2 das alíneas "c" e "d" do inciso II do art. 1º da Portaria nº 14.211, de 16 de janeiro de 2026, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (…)

II – (…)

c) (...)

1. titular: Érica Lopes da Silva Viana;

2. suplente: Maria Júlia Miranda Ferreira.

d) (...)

1. titular: Fernanda de Oliveira Souza;

2. suplente: Eliane Regina Nunes Martins."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 2 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

Publicado por:
Tamara Moreira Quadros
Código Identificador:4C521DD2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente

Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
30/01/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 867.856,75
02/02/26	77.659-9 – FMS Custeio SUS	R$ 56,56

Curvelo, 02 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito.

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:0F8439B1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ERRATA N°. 02 EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2026

ERRATA N°. 02

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2026

O Prefeito do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna pública a Errata Nº 02 do Edital do Processo Seletivo Simplificado 01/2026, conforme a seguir:

Art. 1º - Retifica-se o Anexo II do Edital, que passa a ter a seguinte redação:

ANEXO II

CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Divulgação do Resultado Parcial	**03 de fevereiro de 2026**
Recurso	**04 de fevereiro de 2026**
Publicação do Resultado de Recurso e Resultado Final Classificatório	**06 de fevereiro de 2026**

Art. 2°- Continuam em vigor os demais atos que não tenham sido alterados por essa Errata.

Curvelo, 02 de fevereiro de 2026.

LUIZ PAULO GLÓRIA GUIMARÃES
Prefeito

FLÁVIA GUIMARÃES SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:F819C2F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 77, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a homologação do resultado final classificatório do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº11/2025, de 05 de dezembro de 2025, para os cargos que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando Interno nº18/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, que assegura a lisura e transparência no processo seletivo realizado e opina pela sua homologação,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Classificatório Final do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 11/2025, de 05 de dezembro de 2025, para o cargo de **Educador de Ensino Infantil - Sede/Distritos**, promovido e realizado pela Secretaria Municipal de Administração e acompanhado pela Comissão nomeada por meio do Decreto nº 640, de 11 de novembro de 2025, para suprir a necessidade temporária de pessoal para prestação de serviços de excepcional interesse público.

Art. 2º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina (MG), 02 de fevereiro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:9BFE1708

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE CONVÊNIO Nº 036/2025 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS

CONVÊNIO Nº 036/2025

OBJETO: O presente convênio estabelece as normas básicas e condições gerais que regularão os ESTÁGIOS aos estudantes da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, por esta designados através de relação de alunos, devidamente matriculados nos diversos cursos junto à **CONCEDENTE**.

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC

DATA DA ASSINATURA: 26/01/2026

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:11182C84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE RESCISÃO ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS

TERMO DE RESCISÃO AO TERMO DE CESSÃO DE PESSOAL, FIRMADO EM 20/04/2023, ENTRE O MUNICIPIO DE DIAMANTINA E O MUNICIPIO DE NOVO CRUZEIRO.

OBJETO: rescisão do Termo de Cessão de Pessoal, conforme solicitação contida no Ofício nº 112/2025/GAB de lavra do Município de Novo Cruzeiro (SEI 0029387) e do Memorando nº 019/2025 de lavra da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina (SEI 0025903), com efeitos a partir de 01/01/2026

PARTES:

MUNICÍPIO DE DIAMANTINA
MUNICIPIO DE NOVO CRUZEIRO

Data assinatura:06/01/2026

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:76B7F00E

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA TURISMO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n.º 043/2026, Inexigibilidade de Licitação n.º 019/2026, Processo SEI nº 26.1.0000003180-8. Objeto: Contratação da banda Bat Caverna para apresentações no Carnaval Diamantina, a realizar-se nos dias 13, 16 e 17 de fevereiro de 2026, na Praça Barão de Guaicuí (Praça do Mercado Velho) e na Rua da Quitanda. Fundamentação legal: art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental, RATIFICO o presente processo a favor de:

HDRS PRODUCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 64.061.076/0001-00, pelo valor global de R$ 30.000,00.

Diamantina, 02 de fevereiro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thamiris de Assis Pereira
Código Identificador:5C72E8F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n.º 038/2026, Inexigibilidade de Licitação n.º 020/2026. Processo SEI N.º261000001827-5,Objeto:Contratação do micro-empreendedor individual Adiney Aparecido Reis Santos, que encontra-se credenciado através Chamamento Público nº 001/2025 - ProcessoLicitatórionº 067/2025 para a função de Pedreiro Independente, para executar obra de alargamento, construçãodepasseio,meio-fio e pavimentação em pedra naRua Dr. Manoel Macrino Pimenta (antigo Beco do Felisberto), nacidadedeDiamantina.Fundamentação legal: art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental, RATIFICO o presente processo a favor de:
Adiney Aparecido Reis Santos
Valor global R$40.337,55.
Diamantina,30 de janeirode 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Augusto Meira
Código Identificador:7D3B6293

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n.º 037/2026, Adesão a Ata de Registro de Preços n.º 005/2026. Processo SEI nº 26.1.000005974-9. Objeto: adesão a Ata de Registro de Preços nº. 031/2024 - Pregão Eletrônico nº. 020/2024 - Processo Licitatório nº. 036/2024, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMANS, visando à contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar, destinado ao atendimento de alunos das redes municipal e estadual, residentes na zona rural do Município de Diamantina. Verificada a regularidade procedimental [...] RATIFICO o presente processo em favor da empresa LEAPHAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 19.358.551/0001-50, com o valor global estimado de R$ 9.082.214,92. Diamantina, 02 de fevereiro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Augusto Meira
Código Identificador:523414D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório n.º 010/2026, Inexigibilidade de Licitação n.º 006/2026. Processo SEI N.º251.000003323-5,Objeto:Contrataçãode instituição financeira autorizada pelo Banco Central, para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas.que encontra-se credenciadaatravés Chamamento Público nº 002/2024- ProcessoLicitatórionº 012/2024.Fundamentação legal: art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental, RATIFICO o presente processo a favor de:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP
Diamantina,02 fevereirode 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Felipe Moraes Maurício
Código Identificador:C1AD58B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIONÍSIO

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
EXTRATO DE CONCORRÊNCIA 001 OBRA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO NA SEDE DO MUNICÍPIO.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.A Prefeitura Municipal de Dionísio MG. Torna público o extrato de homologação referente a Concorrência 001/2026. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obramuro de contenção em concreto ciclópico na rua Santo Antônio, Centro – Dionísio – MG. Valor total de R$17.925,00 (dezessete mil, novecentos e vinte e cinco reais); Vencedora: FHE Engenharia Ltda.

MARCINY MARTINS PEREIRA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2025 Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra muro de contenção em concreto ciclópico na rua Santo Antônio, Centro – Dionísio – MG.Contratada: FHE Engenharia Ltda.CNPJ: 18.908 953/0001-18, Valor Total: R$17.925,00.Vigência: 02 meses.

Publicado por:
Edma Aparecida Oliveira Silva
Código Identificador:2B2D5971

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

Nos termos do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, diante das justificativas apresentadas, dos documentos constantes nos autos do processo, autorizo a conclusão do processo de Inexigibilidade nº 001/2026, para contratação “Curso EAD de capacitação para responsável pela gestão de recursos e membros do Comitê de Investimentos – nível avançado – CCP RPPS CGINV III, carga

horária de 100 horas e curso complementar para o exercício do cargo de Dirigente de Unidade Gestora do RPPS, nível avançado, carga horária de 40 horas com estrutura dos módulos de acordo com o Manual de Certificação dos Profissionais dos RPPS, autorizado pela Portaria MPS-SRPC nº 3887, de 12 de dezembro de 2024", conforme descritivos apresentados na Solicitação de Compra nº 02/2026, para o fornecedor ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABIPEM, inscrita no CNPJ 29.184.280/0001-17, no valor de R$ 7.740,00.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026

(Assinado Digitalmente)
AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:955292F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 137

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Concurso Público – Edital nº 01/2024, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
207º	NATÁLLIA CARVALHO ARAÚJO	Não manifestou interesse na vaga.

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
36º	BEATRIZ VILELA CUNHA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3222993C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 46

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 04/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 04/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

ENFERMEIRO – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
71º	SIMONE SOUZA SILVA	Não manifestou interesse na vaga.
72º	KEMOEL LÁZARO ESTEVÃO DE MELO	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:01552BE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 49

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 03/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
91º	BETANIA MARIA DA SILVA	Não manifestou interesse na vaga.
92º	ANDRÉ MELO ROCHA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:01C6DF95

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ITAPECERICA | CISVI | PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR | PAR Nº 01 / 2025

- EXTRATO DE DECISÃO | Referente: CONTRATO n.º 63 /2025 - Processo Licitatório n.º 25/2025 - Pregão Eletrônico n.º 09/2025 - Empresa: WTrade Intermediação de Negócios Ltda**.** - OBJETO: Aquisição de material de limpeza, copa e cozinha conforme as especificações contidas no Termo de Referência e demais documentos que integram o Edital de Licitação supra mencionado. DECISÃO: Considerando o disposto no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Cláusula n. 10.1, letra "d", do contrato n. 63/2025 e toda a documentação que instruiu o presente Processo Administrativo Disciplinar, onde foi respeitada a garantia da ampla defesa e do contraditório, aplico a seguinte sanção: A) MULTA, Moratória no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento n. 63/2025 (R$ 3.351,60), por deixar de entregar mercadoria constante no documento, o que totaliza a monta de R$ 670,32 (seiscentos e setenta reais e trinta e dois centavos); B) Suspensão temporária, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo de 3 (três) anos. Divinópolis/MG, 20 de Janeiro de 2026. –

***MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA* –**
Secretário Executivo | CISVI.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D645DAD1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 163

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 013/2024

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 13/2024- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:

01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/02/2026 – Término: 09/08/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Planalto I.
• Interesse público, excepcional: Sim	

• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 30 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
374º	THAINA SANTOS GUERRA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 13/2024.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:809903FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 58

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 04/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **04/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98,conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:

02 vagas para o cargo de Enfermeiro para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 09/02/2026 – Término: 09/08/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Sagrada Família, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/02/2026 – Término: 21/12/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Necessária contratação temporária de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, em razão de atender às especificidades dos estudantes da unidade escolar EM Raio de sol, como a administração e coordenação das demandas relacionadas ao uso de medicação controlada por via oral (1 a 4 vezes ao dia), alimentação e hidratação por sonda, manipulação de ostomia, monitoramento de glicemia capilar com eventual aplicação de insulina, além da administração de medicamentos diversos, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Enfermeiro – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
74º	KÁTIA MIRELLY ALVES MARTINS
75º	MARIA JOSE REIS

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° **04/2025**.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:02C5E293

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 60

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **03/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
02 vagas para o cargo de Médico Generalista PSF 04HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 10/03/2026 – Término: 05/09/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Belvedere, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 10/03/2026 – Término: 05/09/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço afim de evitar a desassistência, diante das persistências das das demandas na ESF Candidés e da ausência de candidatos aprovados em concurso público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Médico Generalista PSF 04 – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
94º	LUIZA DA CONCEIÇÃO SABADINI
95º	JESSICA SILVA CÉZAR

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **03/2025**.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:170D0CB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 011/2025- CISVI

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2025 e dá Outras Providências**.**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Itapecerica no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o estabelecido no artigo 4º da Resolução nº 026/2024 de 16/08/2024 que aprovou o orçamento de 2025, estabelece o seguinte procedimento:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente no montante de R$219.000,00 (duzentos e dezenove mil reais), conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
UNIDADE: 06.02.01	**GESTÃO DO SIST. DE TRANSP. DA SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRACAO GERAL		
10.122.0003	SISTEMA TRANSPORTE DA SAUDE - SETS		
10.122.0003.2005	**Coordenação do Sist.de Transp. da Saúde - STS**		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	38	500,00
UNIDADE: 06.04.01	**GESTÃO DE SERVIÇOS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		
10.302.0002.2009	**Gestão da Prest. de Serviços de Saúde - Contratos**		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica . . .	64	218.500,00
Total.....			**219.000,00**

Art. 2º - Como fontes de recursos à abertura do referido Crédito Adicional Suplementar mencionado serão utilizados os seguintes recursos:

I - Superávit financeiro por fonte de recursos apurado em balanço do exercício 2024 no montante de R$178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais) conforme "Dispõe o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos".

II – Anulações das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
UNIDADE: 06.02.01	**GESTÃO DO SIST. DE TRANSP. DA SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRACAO GERAL		
10.122.0003	SISTEMA TRANSPORTE DA SAUDE - SETS		
10.122.0003.2005	**Coordenação do Sist.de Transp. da Saúde - STS**		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil	33	500,00
UNIDADE: 06.04.01	**GESTÃO DE SERVIÇOS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		
10.302.0002.2009	**Gestão da Prest. de Serviços de Saúde - Contratos**		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	67	500,00
10.305	**VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**		
10.305.004	**VIGILÂNCIA EM SAÚDE**		
10.305.004.2014	**Impl. e Manut.de Serv. em Vigilância em Saúde**		
3.3.90.30	Material de Consumo	70	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	71	20.000,00
Total.....			**41.000,00**

Art. 3º - Este Crédito Adicional Suplementar entra e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis MG, em 13 de setembro de 2025.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Diretor Administrativo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:369248FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 012/2025 - CISVI

Abre Crédito Adicional Especial no orçamento de 2025 e dá Outras Providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o estabelecido no artigo 1º da Resolução nº 030/2025 de 29/10/2025 que aprovou o seguinte procedimento:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no orçamento vigente no montante de R$500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	Ficha	DR	Valor
UNIDADE: 06.06.01	**GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CISVI – REC. STS**			
10	**SAUDE**			
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
10.122.0001	COORDENAÇÃO GERAL			
10.122.0001.2015	**Coordenação das Ativ. Administrativas do Cisvi – Rec.STS**			
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal Civil	81	2.659	254.400,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	87	2.659	90.300,00
3.3.90.30	Material de Consumo	83	2.659	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	84	2.659	25.300,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	85	2.659	10.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	86	2.659	100.000,00
TOTAL				**500.000,00**

Art. 2º - Como fontes de recursos à abertura do referido Crédito Adicional Suplementar mencionado será utilizado o Superávit financeiro por fonte de recursos apurado em balanço do exercício 2024 conforme "Dispõe o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos".

Art. 3º - Este Crédito Adicional Suplementar entra e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis MG, em 30 de Outubro de 2025.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Diretor Administrativo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B9B87FD9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 016/2025- CISVI

"Cancela empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados do Exercício de 2024"

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Itapecerica no uso de suas atribuições legais estatutárias, DECRETA:
Art. 1º. – Fica cancelado os seguintes empenhos inscritos em "Restos a Pagar" relativo ao exercício de 2024, conforme memorial anexo e detalhamento a seguir:

Nº DOCTO.	DATA	FAVORECIDO	VALOR
SE.00328.001	28/06/2024	Sérgio José Ribeiro	231,60
SE.00571.002	20/12/2024	Auto Posto do Careca	658,77
SE.00253.010	20/12/2024	Auto Posto Cofer Ltda	2.255,84
SE.00478.003	27/12/2024	Posto Prata da Casa Ltda	3.594,79
SE.00573.002	27/12/2024	Master Auto Posto Ltda	9.424,06
TOTAL			16.135,06

Art. 2º. – Revogadas as disposições em contrário este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis MG, em 30 de Dezembro de 2025.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica
MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Diretor Administrativo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FCF5164C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.161/26

Exonera servidor titular do cargo efetivo que especifica.

O **Prefeito Municipal de Divinópolis**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o pedido formulado pelo servidor;

DECRETA:

Art. 1º Fica o servidor Keven Caetano de Carvalho Ribeiro, matrícula 99037013/1, exonerado do cargo de provimento efetivo de Agente de Administração, da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27/02/2026.
Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
GLEIDSON GONTIJO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E8EE6BC2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA CONJUNTA SEPLAG/SEMFAZ Nº 001, DE FEVEREIRO DE 2026

ESTABELECE O CALENDÁRIO ANUAL DE PAGAMENTO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos, e o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Gabriel José Vivas Pereira, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir previsibilidade na organização orçamentária e financeira do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos servidores municipais condições para organização de seu orçamento pessoal e familiar;

RESOLVEM:

Art. 1º Fica estabelecido o calendário anual de pagamento aos servidores municipais para o exercício de 2026, conforme as datas abaixo:

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA DE PAGAMENTO
JANEIRO	06/02/2026 (sexta-feira)
FEVEREIRO	06/03/2026 (sexta-feira)
MARÇO	07/04/2026 (terça-feira)
ABRIL	07/05/2026 (quinta-feira)
MAIO	05/06/2026 (quarta-feira)
JUNHO	06/07/2026 (segunda-feira)
JULHO	06/08/2026 (quinta-feira)
AGOSTO	04/09/2026(sexta-feira)
SETEMBRO	06/10/2026 (terça-feira)
OUTUBRO	06/11/2026 (sexta-feira)
NOVEMBRO	04/12/2026 (sexta-feira)
DEZEMBRO	07/01/2027 (quinta-feira)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
GABRIEL JOSÉ VIVAS PEREIRA
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Thiago Nunes Lemos
Código Identificador:A0885772

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 018/2026, JANEIRO DE 2026.

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 162 e 163, da Lei Complementar nº. 009, de 03 de Dezembro de 1992 e:

CONSIDERANDO a solicitação de afastamento para especialização, emitida pela servidora **LARISSA DOS SANTOS FARIA**;

CONSIDERANDO que a servidora está matriculada no Curso de especialização em Ortodontia (Dentística e Prótese - FACSETE), pelo Instituto Rodrigo Romano Pós-Graduação Ltda, em Belo Horizonte/MG, **no período de fevereiro/2025 a março/2027**;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 15.305/2022, que dispõe sobre delegação de competência ao Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia - SEPLAG, para autorizar o afastamento do servidor público de seu cargo ou função nas hipóteses previstas nos artigos 161 e 162 da Lei Complementar nº. 09/1992.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **afastamento remunerado** para especialização, à servidora **LARISSA DOS SANTOS FARIA,** detentora do cargo efetivo de Dentista - P.S.F., matrícula nº 99044347/1, lotada na E.S.F São Roque I - SEMUSA.

Art. 2º. Em virtude do curso, o horário de estudos será de segunda a quarta-feira, na terceira semana de cada mês, sendo que o próximo módulo se dará **no período de 19/01/2026 a 15/04/2026**, nos dias 19, 20, 21 de janeiro de 2026, 09, 10, 11 de fevereiro de 2026, 23, 24, 25 de março de 2026, e 13, 14, 15 de abril de 2026, das 08h às 18h.

Art. 3º. O auxílio-transporte deverá ser pago de acordo com a necessidade do deslocamento ao trabalho.

Art. 4º. Fica a servidora comprometida a fazer a compensação das horas faltas de segunda a sexta-feira (01h a mais todos os dias), no Projeto Saúde do Trabalhador, e em outros eventos extras, se necessário.

Art. 5º. A compensação do afastamento concedido ficará sob a responsabilidade da chefia imediata da servidora supracitada e da secretária da pasta na qual esta se encontra lotada.

Art. 6º. Poderá ser exigida a compensação total ou parcial de horário na repartição, em dias e horários de expediente normal que não

tenham atividades naqueles locais, e respeitadas a duração semanal do trabalho, a compensação extranumerária e a folga semanal.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 19/01/2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, janeiro de 2026

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:05DD8734

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SETOP-SEC Nº 03 DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO ENCARGO ORIUNDO DE PROCESSO LICITATÓRIO
Contrato nº. 212/2025
Processo Administrativo n° 239/2025
Concorrência Pública Eletrônica n° 90033/2025

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução de obras de pavimentação poliédrica e drenagem pluvial em diversas vias do município de Divinópolis/MG, nas condições estabelecidas no projeto básico.

O Superintendente de Obras Públicas e Planejamento, Paulo José Silva, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Pelo presente ato, designo o servidor Daniel Ricardo de Oliveira, Engenheira Civil – CREA/MG 417305-D, matrícula nº 99043245, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 212/2025, PL. nº 239/2025, dando-lhe plena ciência da presente designação, de todos os termos do contrato, bem como de suas atribuições e responsabilidades, retroagindo seus efeitos ao dia 05/01/2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com sua publicação.
Divinópolis, 30 de janeiro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
Superintendente de Obras Públicas e Planejamento

Ciente:

DANIEL RICARDO DE OLIVEIRA
Engenheiro Civil – CREA/MG 417305-D
Fiscalização

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DCE21A8B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025

Convocação 211

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 12/01/2026 – Término: 10/07/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como ferista, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

MÉDICO GENERALISTA PSF	
Classificação	**Nome**
80º	ARIANNE TEREZA ARZUAGA MARTINEZ

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 20/01/2026. Edição 4195.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BBE246BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 212

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Atendente de Consultório Dentário PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 12/01/2026 – Término: 10/07/2026
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Substituição da servidora efetiva Joice Eugênia de Andrade, matrícula 99039957, que se encontra gestante e foi afastada de suas atividades de acordo com o Art. 105 do Estatuto dos Servidores Municipais, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO PSF

Classificação	Nome
37º	CAMILA IOLANDA GUALBERTO DINIZ

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 13/10/2025. Edição 4127.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8D6FB068

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 213

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 12/02/2026 – Término: 10/08/2026
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Substituição do servidor Dieyme Mendes Correa, matrícula 99036462, que ocupa a função gratificada de supervisor de unidade de saúde, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 12/02/2026 – Término: 10/08/2026
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Substiuição da servidora Bruna Izabely Gonçalves Silva, matrícula 99035624, que encontra-se de férias regulamentares até 21/04 e posteriormente de Licença por interesses particulares, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

Candidato convocado:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF	
Classificação	**Nome**
209º	SUELI DIAS DO AMARAL
210º	LUCIANA APARECIDA ROQUE

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 17/11/2025. Edição 4152.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CDFA50FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 030 / 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DO VALE DO ITAPECERICA – CISVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que o Conselho Administrativo de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica, através de Assembléia Extraordinária por seus representantes legais aprovou abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento do Consórcio para o exercício financeiro de 2025, e eu, Presidente promulgo a presente Resolução:

Considerando a aprovação de utilização de parte de recursos do Serviço de Transporte da Saúde para custear despesas administrativas do CISVI no montante de R$500.000,00 (Quinhentos mil reais), fica aprovada a inclusão de nova programação orçamentária e detalhamento de despesas no corrente orçamento.

Art. 1º − Fica o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Especial mediante Decreto até o montante de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), para o exercício financeiro de 2025, conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	DR	Valor
UNIDADE: 06.06.01	**GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CISVI – REC. STS**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001	COORDENAÇÃO GERAL		
10.122.0001.2015	**Coordenação das Ativ. Administrativas do Cisvi – Rec.STS**		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal Civil	2.659	254.400,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	2.659	90.300,00
3.3.90.30	Material de Consumo	2.659	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.659	25.300,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.659	10.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.659	100.000,00
TOTAL			**500.000,00**

Art. 2º - Como fontes de recursos à abertura do referido Crédito Adicional Especial mencionado serão utilizados os seguintes recursos:

I - Superávit Financeiro por fonte de recursos apurado em balanço do exercício 2024, conforme dispõe o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos;
II - Anulação parcial ou total de dotações.

Art. 3º - Fica o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica – CISVI na forma do art. 7º, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64 nos termos das disposições estatutárias,

autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos dos art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, até o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do montante da despesa prevista nesta Resolução.

Art. 4º − Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis / MG, em 29 de Outubro de 2025

MATEUS MARCIANO SANTOS
Diretor Administrativo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D44C655F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 031 / 2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL DE SUPLEMENTACÃO NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que o Conselho Administrativo de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica, através de Assembléia Extraordinária por seus representantes legais aprovou, e eu Presidente promulga a presente Resolução:

Art. 1º. O art. 4º da Resolução nº 026/2024 de 16 de agosto de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Fica o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica – CISVI na forma do art. 7º, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64 durante a execução orçamentária de 2025 nos termos das disposições estatutárias, autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos dos art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, até o valor correspondente a 33% (trinta e três por cento) do montante da despesa prevista nesta Resolução, utilizando-se os seguintes recursos:

I – Anulação parcial ou total de dotações do orçamento vigente;
II – Superávit Financeiro do exercício anterior;
III – Excesso de Arrecadação.

Art. 4º − Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis / MG, em 29 de Outubro de 2025

OSVALDO DE SOUZA MAIA
Vice Presidente do CISVI
Município de Divinópolis

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2973958B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026

CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 09, de 03 de dezembro de 1992, concede licença sem vencimento à servidora **BIANCA CAROLINE TAVARES**, detentora do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem – P.S.F, matriculada sob o nº 99039829, **pelo período de 19/02/2026 a 18/02/2028**, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido da servidora ou no interesse do serviço, sendo necessário a servidora protocolar seu pedido de retorno ao trabalho, através do sistema de protocolo on-line da Prefeitura Municipal de Divinópolis.
A servidora deverá entrar em contato com a Diretoria de Recursos Humanos com 30 (trinta) dias de antecedência do prazo de término da licença, para orientações de retorno ao trabalho ou exoneração.
Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir de 19/02/2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:079A2C40

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG -ATO ADMINISTRATIVO Nº 189/2026

CANCELAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos, e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições, conferidas por Lei, considerando o OFÍCIO SEMUSA-DAIJ/GRH Nº 038/2026, de janeiro de 2026, resolve **CANCELAR** a função gratificada de **Supervisor de Serviços e Ações de Atenção Primária à Saúde, no montante de 21 UPFMD,** prevista no Anexo VIII da Lei nº. 6.655, de 01 de Novembro de 2007, concedida ao servidor **WEVERTON LANGSDORFF RODRIGUES,** detentor do cargo efetivo de Enfermeiro - P.S.F., matriculado sob o nº 99039553, **com efeitos a partir de 19/02/2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)

MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0154C88F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026

CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Sr. Thiago Nunes Lemos, Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia e a Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e considerando o OFÍCIO SEMUSA- DAIJ/GRH Nº 038/2026, datado de janeiro de 2026, resolvem **CONCEDER** função gratificada, de **Supervisor de Serviços e Ações de Atenção Primária à Saúde, no montante de 21 UPFMD,** prevista no Anexo

VIII da Lei nº 6.655, de 01 de novembro de 2007, à servidora relacionada abaixo, com **efeitos a partir de 19/02/2026.**

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)	UNIDADES SUPERVISIONADAS
99037973	RENATA SILVA DE PAULO	ESF Central, ESF Esplanada

Será necessário a apuração quadrimestral, sendo que, o não recebimento desta até o dia 20 do mês subsequente ao quadrimestre avaliado, ocasionará a suspensão do pagamento da gratificação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:01884456

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026

CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e considerando a Portaria de Transferência nº 017/2026, de janeiro de 2026, resolve **CANCELAR** a gratificação de função de **Auxiliar de Serviço de Unidade de Saúde de 20%** (vinte por cento), prevista no Anexo VII da Lei nº. 6.655 de 01 de Novembro de 2007, com nova redação dada pela Lei nº. 8.640/2019 de 14 de Outubro de 2019, do servidor **ROBSON JOSE QUADROS**, matriculado sob o nº 99021614, detentor do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços I, **com efeitos retroativos a 01/08/2025**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BFA61303

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 6.655, Anexo VII de 01 de novembro de 2007, com nova redação dada pela Lei nº 8.640/2019, de 14 de outubro de 2019, e considerando a Portaria de Transferência nº 017/2026 de janeiro de 2026, resolve **CONCEDER** gratificação de função de 20% (Auxiliar de Serviços de Unidade de Saúde), ao servidor **ROBSON JOSE QUADROS**, matriculado sob o nº 99021614, detentor do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços I, lotado na Policlínica - SEMUSA, **com efeitos retroativos a 01/08/2025**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0C87436F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 0441/2026

– **Contratado (a):** Srª. LETÍCIA BOTELHO DA MATA. **Cargo:** Engenheiro Civil. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a encargos de obras e serviços de engenharia destinados a construção, para exercício das funções próprias do cargo de Engenheiro Civil, nos termos do Processo Seletivo SEPLAG nº 002/2026, classificada na 7ª colocação. **Lotação:** Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – Gerência de Planejamento e Recursos Humanos. **Período:** 02/02/2026 a 02/02/2027. **Total:** R$ 6.582,80 (Seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) Dot. Orçamentária: 02.006.001.2060.2300. Ass.: 01/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6EF29E6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 063/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Karla Cristina Moreira de Lima**. Cargo:** Técnico de Enfermagem. **Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem, nos termos do Edital nº 013/2024, classificado na 341ª colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA / SERSAM**. Período:** 02/02/2026 a 31/07/2026**. Total:** R$ 2.022,82 (Dois mil e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos)**. Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2822 – Implementação da Rede de Atenção Psicossocial-RAPS**. Ass.: 30/01/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AA82A8DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 134/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Raissa Aparecida da Silva**. Cargo:** Técnico de Enfermagem. **Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem, nos termos do Edital nº 013/2024, classificado na 348ª colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA / ESF Sagrada Família**. Período:** 29/01/2026 a 27/07/2026**. Total:** R$ 2.022,82 (Dois mil e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos)**. Dotação Orçamentária:** 02.12.02.0007.2819 – Implantação e Manutenção dos Programas da Atenção Primária**. Ass.: 29/01/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E750E517

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 191/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Marília de Faria**. Cargo:** Enfermeiro. **Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Enfermeiro, nos termos do Edital nº 004/2025, classificado na 67ª colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA / Policlinica**. Período:** 02/02/2026 a 31/07/2026**. Total:** R$ 2.699,43 (Dois mil seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos)**. Dotação Orçamentária:** 02.12.02.0007.2808 – Implantação e Manutenção dos Serviços Especializados**. Ass.: 29/01/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:55185E00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 447/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Raissa Carolina Vilela da Luz**. Cargo:** Técnico de Enfermagem. **Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem, nos termos do Edital nº 013/2024, classificado na 358ª colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA / ESF Catalão**. Período:** 03/02/2026 a 01/08/2026**. Total:** R$ 2.022,82 (Dois mil e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos)**. Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implantação das Políticas de Atenção Básica**. Ass.: 02/02/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FB58CA9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/ FMS – EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026– CONTRATADA: AURORA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, CNPJ SOB O Nº 50.921.426/0001-56.

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/2021 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Administrativo Licitatório nº 215/2025 (**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 583/2025**), fica instaurado o presente Processo Administrativo a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, janeiro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

***HENRIQUE MECKLER SANTOS* –**
Presidente da Comissão PAR

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:69D259A6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/ FMS – EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026– CONTRATADA: R.R OZARA LTDA, CNPJ SOB O Nº 47.025.565/0001-97.

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/2021 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Administrativo Licitatório nº 215/2025 (**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 598/2025**), fica instaurado o presente Processo Administrativo a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, janeiro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***HENRIQUE MECKLER SANTOS* –**
Presidente da Comissão PAR

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A6BD49BC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/ FMS - EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025– CONTRATADA: AM SPECIAL LTDA, CNPJ SOB O Nº 30.779.864/0001-14.

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/21 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Administrativo Licitatório nº 215/2025 (**Nº Adesão ata SES 582/2025, pregão eletrônico 112/2025**), fica instaurado o presente Processo Administrativo a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, fevereiro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/
Fundo Municipal de Saúde
***HENRIQUE MECKLER SANTOS* –**
Presidente da Comissão Par

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AC3A37D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 132/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2024– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2024

– Ata de Registro de Preço Nº 482/2025 – **Contratada: MÔNACO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 29.010.039/0001-71 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o arquivamento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 132/2025, bem como registrar a decisão pela não aplicação de sanções à empresa contratada.**

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F9F77037

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 110/2026 – CALÉO MOISÉS PINTO DA SILVA, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9C45CAF9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 115/2026 – BRUNA FONTES SIMÕES, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C5EA8A7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 116/2026 – RILLARY CARVALHO DOS SANTOS, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:92B516D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 117/2026 – DAPHNNY LAINE FERREIRA DE OLIVEIRA, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E0D441A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 118/2026 – LAURA OLIVEIRA SILVA, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:43C4260C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 119/2026 – CAROLYNE NUNES DE AZEVEDO, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6F901BD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 120/2026 – ANNA LUÍSA DA SILVA CORGOSINHO NOLASCO, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:560EA316

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 121/2026 – LIS EMANUELE DE SOUZA BRITO, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7C37058B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 125/2026 – ANA CLARA ASSUNÇÃO ALVES, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:49723E62

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 126/2026 – RÚBIA LABIAPARI MANSUR GUIMARÃES, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:32F9C773

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 127/2026 – ALINE FELIPE LEMOS, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4D1E4B41

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 128/2026 – SERENA LOPES LOZANO, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:26576666

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 129/2026 – CLAUDIO MANOEL QUADRO MIRANDA, UIT, MEDICINA

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 02/02/2026 a 30/06/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:05E938B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 132/2026 – THALYTA CARVALHO SANTOS, UFSJ, ENFERMAGEM

– Objeto: Estágio de 08 horas diárias. Prazo: 09/03/2026 a 17/07/2026. Ass: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:45585419

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TR DE ESTÁGIO – ESTAGIÁRIO (A): LÍVIA AZEVEDO SOUSA, TCE 398/2024.

Conforme cláusula 6ª – Letra D – Se entre as partes não mais existir o interesse pelo estágio. Ass.: 02/02/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E8A08CC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE POSSE (SUB JUDICE – PROCESSO Nº 1004009-87.2025.8.13.0223)

Na data de 30/01/2026, por ato do Prefeito Municipal, Gleidson de Azevedo, conforme nomeação por meio do Decreto nº. 16.948/25, publicado aos 29/09/2025, **LORRAN ALEXANDRE TAVARES**, **CPF 123.XXX.XXX-10**, toma POSSE para fins de investidura no cargo público de **FISCAL DE RENDAS**, do quadro efetivo da Administração Direta, com carga horária de 200 horas mensais.
A presente posse dá-se em cumprimento à decisão judicial liminar proferida nos autos do Processo nº 1004009-87.2025.8.13.0223, à qual este ato administrativo se vincula integralmente, possuindo natureza provisória e condicionada. A investidura no cargo poderá tornar-se definitiva somente em caso de confirmação da referida decisão por ocasião do julgamento de mérito, com trânsito em julgado, permanecendo, até então, subordinada aos efeitos e limites da decisão judicial que lhe deu causa.
A data de admissão, para fins de efetivo exercício de suas atividades oficiais e início do estágio probatório será **02/03/2026**, conforme encaminhamento a ser expedido e assinado pela autoridade competente do órgão para onde for designado.
A posse efetivar-se-á sob o regime estatutário, estabelecido na Lei Complementar nº 09/92 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, decorrente de êxito no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, publicado na Edição 3776 – Ano XVI, de 28/05/2024, com homologação do resultado final na forma do Decreto nº 16.670, de 05/05/2025, publicado aos 06/05/2025, no Diário Oficial do Município.
Ao assinar este Termo de Posse presto compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, com ética e probidade, bem como declaro estar ciente das proibições previstas na LC 009/92 e demais normas de obrigatória observância por todo e qualquer agente público, no exercício de suas funções.
Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
LORRAN ALEXANDRE TAVARES
Fiscal de Rendas

Observações:
1 - O candidato nomeado apresentou os documentos exigidos na forma do Edital, nos termos da lei.

(Assinado Digitalmente)
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8E4B1039

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2026

CONSIDERANDO, que o Processo nº 016/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art., 72, VII e art. 74, V da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade nº. 005/2026, em favor da Pessoa Física **TEREZINHA BORGES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob nº 817.376.106-04, no valor global em R$ 9.726,00 (nove mil e setecentos e vinte e seis reais). **Objeto: Locação de imóvel para instalação da EMATER.** Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Dom Bosco/MG, 02 de fevereiro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:4B1DEFFB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 011/2026

PORTARIA Nº 011, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Nomeia Servidora para Cargo Comissionado.

O Prefeito Municipal de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fulcro no artigo 86, Inciso V, da Emenda nº 01/2002 à Lei Orgânica Municipal**,**

Resolve:

Art. 1º. Nomear a Senhora **Andressa Cordeiro da Silva**, brasileira, solteira, CPF/MF: 110.718.516-59 e RG: 18.274.247 PC/MG, para o Cargo Comissionado de **Diretora Escolar II, do Centro Educacional Municipal Pequeno Príncipe,** do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 02 de fevereiro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:669508F3

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 012/2026

PORTARIA Nº 012, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Exonera Servidor de Cargo de Agente Político.

O Prefeito Municipal de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fulcro no artigo 86, Inciso V, da Emenda nº 01/2002 à Lei Orgânica Municipal e considerando a Lei Municipal nº 361, de 02 de maio de 2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a pedido, o Senhor **Nilton David Silveira Santos**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF: 061.379.686-18 e RG: 12.263.284 SSP/MG, do Cargo de Agente Político de **Secretário Municipal de Esportes**, do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Dom Bosco-MG, 02 de fevereiro de 2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Messias Correa
Código Identificador:10F8AA1A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DONA EUZÉBIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 006/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2026

O Município de Dona Euzébia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro nº 340, centro, inscrito no CNPJ 17.706.656/0001-27, por determinação do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor **ADEILTON PASCOALINE MAGALHAES**, torna público que se acha aberta nesta unidade de licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto/fechado, com a finalidade de selecionar propostas mais vantajosas, para Registro de Preços de Pessoa Jurídica Especializada para o **fornecimento por meio de locação de Impressoras e Fotocopiadoras, para atendimento de diversas secretarias**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Regem a presente licitação, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterais e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 09:00 do dia 03 de fevereiro de 2026, às 09:00 do dia 24 de fevereiro de 2026.**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:01 do dia 24 de fevereiro de 2026**, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br , horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria de Licitações sede na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais, na Av. Antônio Esteves Ribeiro nº 340, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 11:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico http://donaeuzebia.mg.gov.br/donaeuzebia/. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail – licitacao.donaeuzebia@gmail.com, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A Prefeitura não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3453-1714.

Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, 02 de janeiro de 2026.

RODOLFO CORREIA DE CASTRO
Presidente da CCM

Publicado por:
Marcelo Ferreira Souza
Código Identificador:E0C390A7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO N. º 010/2026, PREGÃO ELETRÔNICO N. º 005/2026. AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG, Processo Licitatório n. º 010/2026, Pregão Eletrônico n. º 005/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO, DE SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ACOMPANHADO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA CONTÍNUA, ACESSO A PORTAL COM CONTEÚDO ADICIONAL NA INTERNET E CAPACITAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Sendo a data da sessão marcada para o dia 13/02/2026, às 08:15 horas. Informações podem ser obtidas no Departamento Municipal de Licitações e Contratos, situado à Praça do Rosário, n. º 268, telefones para contato: (37) 3551-6250 e (37) 93618-0390 (WhatsApp) ou por e-mail: licitacao@doresdoindaia.mg.gov.br.

Link de Acesso: https://ammlicita.org.br/.

Eventuais dúvidas sobre o Sistema de Pregão Eletrônico poderão ser esclarecidas através do e-mail: *contato@licitardigital.com.br*.

Dores do Indaiá-MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:0BD1ECF4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá-MG, EXTRATO DE INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Adesão Municipal N° 002/2026. A Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá torna pública a intenção à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2026/COMASF do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 002/2025, formalizada pelo Consórcio De Municípios Do Alto São Francisco – COMASF, para efeitos de manutenção corretiva e preventiva de todo o sistema de iluminação pública, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, com fundamento na Lei 14.133/2021. Estrela do Indaiá – MG 02 de fevereiro de 2026.

MARLI APARECIDA VIEIRA FARIAS ROCHA –
Presidente da Comissão de Contratação.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:4DACA04C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá-MG, EXTRATO DE INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Adesão Municipal N° 003/2026. A Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá torna pública a intenção à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 015/2024/CIMPLA do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 009/2024, formalizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Do Planalto De Araxá-CIMPLA, para efeitos de contratação de empresa especializada em prestação de serviços de asseio urbano em geral, com fundamento na Lei 14.133/2021. Estrela do Indaiá – MG 02 de fevereiro de 2026.

MARLI APARECIDA VIEIRA FARIAS ROCHA –
Presidente da Comissão de Contratação.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:4ED99680

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá-MG, EXTRATO DE INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Adesão Municipal N° 004/2026. A Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá torna pública a intenção à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2024/CIMLAGO do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 006/2024, formalizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Dos Municípios Do Lago De Furnas-CIMLAGO, para efeitos de caminhão toco 0km com báscula 6M³, com fundamento na Lei 14.133/2021. Estrela do Indaiá – MG 02 de fevereiro de 2026.

MARLI APARECIDA VIEIRA FARIAS ROCHA –
Presidente da Comissão de Contratação.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:3D22DBB4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2025

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá - MG, Processo Licitatório n° 004/2025, na modalidade Dispensa de Licitação n° 002/2025. PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá - MG – CONTRATADA: "CASBRUN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA", CNPJ Nº 29.520.154/0001-96. Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES REFERENTES À SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, CONFORME O DISPOSTO NA LEI FEDERAL N.º5.194/66, COMPREENDENDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS, PLANEJAMENTOS, ESTUDOS TÉCNICOS, PARECERES, LAUDOS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, BEM COMO SUPERVISÃO OU GERENCIAMENTO DE OBRAS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG"**. O presente Termo Aditivo objetiva promover a prorrogação do contrato n.º 001/2025 pelo período de 29/01/2026 a 28/02/2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:C489A991

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELÍCIO DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELÍCIO DOS SANTOS
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N° 014/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FELICIO DOS SANTOS/MG, TORNA PÚBLICO O CANCELAMENTO DO PROC. LICIT. N° 098/2025 – INEX. N° 031/2025 CRED. ELETRÔNICO N° 014/2025 - Credenciamento para a contratação de empresas classificadas como hotel, pousada simples e pousada de alto padrão, para a prestação continua de serviços de fornecimento de hospedagem, localizadas no município de Felício dos Santos/MG.
Informações e esclarecimentos pelo site: www.licitardigital.com.br, E-mail licita@feliciodossantos.mg.gov.br e portal eletrônico: www.feliciodossantos.mg.gov.br/ .

JUCILENE DE JESUS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Alcione Aparecida Soares
Código Identificador:50FEDDEC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELIXLÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 04/2026, DISPENSA 01/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO e EXTRATO DE CONTRATO realizado pelo MUNICÍPIO DE FELIXLÂNDIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo 04/2026, Dispensa 01/2026. Objeto: **Aquisição de Gás GLP 13 KG – Recarga e Água Mineral em galão de 20 litros, com comodato do vasilhame, para atender às necessidades dos Departamentos Municipais no exercício de 2026, conforme especificações contidas no termo de referência**(...), firmado com a pessoa jurídica NILCEA A RODRIGUES LTDA, inscrita no CNPJ 37.053.301/0001-93, com sede na Rua Tiradentes, n° 115, Centro, Felixlândia/MG, CEP 39.237-000, no valor de R$ 49.495,00 (quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais)**,** assinado e ratificado em 19/01/2026, com vigência até 31/12/2026. Fundamento legal: Lei Federal n.º 14.133/2021.

BRUNO AUGUSTO RODRIGUES MAGALHÃES.
Chefe de Departamento Municipal de Administração

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:3EE0AA3C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 05/2026, DISPENSA 02/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO e EXTRATO DE CONTRATO realizado pelo MUNICÍPIO DE FELIXLÂNDIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo 05/2026, Dispensa 02/2026. Objeto: **Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Saúde Pública para o Departamento Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no termo de referência.** (...), Claudia Adriani de Oliveira LTDA, inscrita no CNPJ 34.582.017/0001-16, com sede na Rua Sulfumiro de Freitas, n° 185, Progresso, Sete Lagoas/MG, CEP 35.701-080, representada pelo(a) Sr.(a) Claudia Adriani de Oliveira, portador(a) do CPF 750.166.646-68, firmado com a pessoa jurídica, no valor de **R$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais),** assinado e ratificado em 20/01/2026, com vigência até 20/01/2027. Fundamento Legal: Lei Federal n.º 14.133/2021.

ALINE KARLA DE SOUZA LUCENA.
Chefe de Departamento de Saúde

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:0F89F082

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 112/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 42/2025

EXTRATO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, referente ao Pregão Eletrônico nº 42/2025 - Processo Licitatório 112/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender às necessidades dos departamentos municipais durante o exercício de 2026, conforme características, prazos e demais condições contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital; firmado com as empresas GERALDO MENDES DE SÁ CNPJ 17.448.838/0001-45 com sede rua Tiradentes, 140, Centro, Felixlândia / MG, 39237-000, no valor de R$ 237.232,26 (duzentos e trinta e sete mil e duzentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos); NUVEM DISTRIBUIDORA LTDA ME CNPJ 43.465.628/0001-75, Rua I, 37 sala 01, Bela Vista II, Sete Lagoas / MG, 35703-059, no valor de R$ 467.945,47 (quatrocentos e sessenta e sete mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), TOP DA CARNE O SABOR DA CARNE LTDA CNPJ 23.736.182/0001-69 com sede na Rua Várzea da Palma, 10, centro, Três Marias / MG 39205-000, no valor de R$ 37.580,20 (trinta e sete mil e quinhentos e oitenta reais e vinte centavos), CORDIAL GENEROS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ 21.016.690/0001-47 com sede na Rua Onze, 265, Kennedy, Contagem / MG, 32145-120, no valor de R$ 137.636,96 (cento e trinta e sete mil e seiscentos e trinta e seis centavos e noventa e seis centavos); DMT COMERCIO DE PRODUTOS LTDA CNPJ33.030.409/0001-00 com sede na Rua Silva Barbosa, 54,Tirol (Barreiro), Belo Horizonte/MG, 30662-730, no

valor de R$ 2.406,72 (dois mil e quatrocentos e seis reais e setenta e dois centavos), CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA CNPJ60.915.736/0001-11 com sede na Avenida Belisario Ramos, 160B, Triangulo. Lages/SC, 88504-357, no valor de no valor de R$ 6.501,00 (seis mil e quinhentos e um reais e JUMBO SAUDE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA CNPJ 59.089.998/0001-95 no valor de R$ 44.001,10 (quarenta e quatro mil e um reais e dez centavos). Perfazendo o valor total de R$ 933.303,71 (novecentos e trinta e três mil e trezentos e três reais e setenta e um centavos). Contratos assinados em 21/01/2026 com vigência de 31/12/2026.

BRUNO AUGUSTO RODRIGUES MAGALHÃES.
Chefe do Departamento Municipal de Administração

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:7371BAB6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 11/2023, INEXIGIBILIDADE 02/2023

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO realizado pelo MUNICÍPIO DE FELIXLÂNDIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo 11/2023, Inexigibilidade 02/2023 Objeto **Locação de imóvel para sediar a base descentralizada do SAMU (Serviço de Atendimento Médico de Urgência) para atender as necessidades do Departamento de Saúde, conforme especificações contidas no termo de referência deste instrumento.** (...), firmado com a pessoa física **REINALDO FERNANDES COSTA, brasileiro,** portador(a) do CPF 178.522.186-87**,** residente e domiciliado na Rua **José Mauro Gonçalves**, Nº 801, Bairro Alto Social, Município de Felixlândia/MG - CEP 39.237-000**,** no valor global de **R$ 25.569,12** (vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais e doze centavos), com vigência de 16/01/2026 até 16/01/2027. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/2021.

ALINE KARLA DE SOUZA LUCENA.
Chefe do Departamento de Saúde

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:1AD0F1D6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 165/2022, CREDENCIAMENTO 07/2022

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo Licitatório 165/2022 – Credenciamento 07/2022, Inexigibilidade 28/2022. Objeto: **Contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos especializados, para atender às necessidades do Departamento de Saúde no período de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantidades e prazos, de acordo com o termo de referência constante do anexo I do edital,** (...), firmado com a pessoa jurídica **RODRIGO DAVID LEITE SANTOS LTDA** inscrita no **CNPJ** sob o nº **09.625.338/0001-03,** com sede na Rua Dr. Ensch**,** 735, sala 02, Centro, – 39.260-000, na cidade de Várzea da Palma/MG, no valor global de **R$ 106.898,40** (cento e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)**,** com vigência de 19/01/2025 até 19/01/2026. Fundamento Legal: Lei Federal n.º 8.666/93.

ALINE KARLA DE SOUZA LUCENA
Chefe do Departamento Municipal de Saúde:

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:9935AF14

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 96/2021, PREGÃO PRESENCIAL 36/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO realizado pelo Município de Felixlândia, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51, Processo Licitatório 96/2021 – Pregão Presencial 36/2021, objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de caminhão coletor e compactador de resíduos sólidos, para recolhimento de lixo nos distritos, povoados, condomínios e vilarejos do município de Felixlândia/MG, atendendo às necessidades do Departamento de Meio Ambiente(...), firmado com a empresa AVELAR LIMPEZA URBANA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 31.894.492/0001-30, com sede administrativa na Rua Guilherme Nunes, 460, Bairro Centro, Cidade de Carmo do Cajuru/MG – CEP 35.557-000, no valor global: de R$ 790.848,00 (setecentos e noventa mil oitocentos e quarenta e oito reais), com vigência de 01/02/2026 à 01/02/2027. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/2021.

WILIAM COSTA PEREIRA.
Chefe do Departamento de Meio Ambiente

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:69C25E46

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO - PROCESSO 112/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 42/2025

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO entre o Município de Felixlândia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.032/0001-51 e a pessoa jurídica **SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ 55.814.591/0001-22, referente ao Pregão Eletrônico 42/2025, Processo Licitatório 112/2025. **Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender às necessidades dos departamentos municipais durante o exercício de 2026, conforme características, prazos e demais condições contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital**, que dele é parte integrante**,** firmada por acordo entre as partes em 07/01/2026. Fundamento Legal: Lei Federal n.º 14.133/2021.

BRUNO AUGUSTO RODRIGUES MAGALHÃES.
Chefe do Departamento de Administração

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:9C1C68DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 015/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 015/2025, que entre si celebram o **MUNICIPIO DE FORMIGA** e a empresa **ANA CAROLINA DE PAIVA PAVÃO,** no Processo Licitatório nº. 222/2024 – Pregão Eletrônico nº. 089/2024. O objeto do aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro de Preços 015/2025, por 01 (um) ano, contados de 30/01/2026 a 30/01/2027, bem como reajuste previsto no termo, sendo o índice INPC, acumulado em 4,74%, nos termos a seguir: Preço homologado R$ 7,50, Preço Reajustado R$ 7,86.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES. –
Prefeito Municipal.

.

Publicado por:
Isadora Vilela Assuncao
Código Identificador:1B5F0F7D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 002 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 012/2025

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 002 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 012/2025.Processo Licitatório nº: 216/2024 – Inexigibilidade nº: 050/2024 – Adesão a Ata de Registro de Preços nº: 379/2024 - ICISMEP.CONTRATANTE: Município de Formiga.**CONTRATADA:**Aero Engenharia Ltda.**VIGÊNCIA:**Fica prorrogada por mais 12 meses, sendo até 30/01/2027.**SUPRESSÃO DO VALOR:**Fica suprimido 4,27% no valor do Item 02, no Lote 1, – "Tratamento dos Pontos de Interesse (Profilaxia – Dispensação de Larvicida)", previsto na Cláusula Terceira – 3.1., passando de R$99,26 (noventa e nove reais e vinte e seis centavos) para R$95,02 (noventa e cinco reais e dois centavos), com fundamento no art. 124, II, "d", da Lei Federal nº: 14.133/2021 e suas alterações. O valor total estimado do Item 2 – Lote 1 passará de R$7.444,50 (sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) para R$7.126,50 (sete mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta centavos).**ALTERAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:**Fica alterado o servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, passando a ser a servidora FABIANE MAGELA RIBEIRO, designada através da PORTARIA Nº: 6.287, DE 18/12/2025, conforme documento de fl. 966, do processo licitatório.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Fica incluída, no contrato original, a dotação orçamentária abaixo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde (fl. 962), do processo licitatório, fundamentando-se no art. 104, I, da Lei Federal nº: 14.133/2021 e suas alterações, na forma que segue: 10.305.0012.2032.3.3.90.39 – Manutenção das Atividades da Vigilância Ambiental / Outros Serviços de Terceiros. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do contrato básico, que não colidam diretamente com as cláusulas do presente termo.**Data:**28/01/2026.

Publicado por:
Isadora Vilela Assuncao
Código Identificador:4FBF5626

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 015/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: Contratação de laboratório especializado, credenciado junto ao Ministério da Agricultura – MAPA e/ou junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, para transporte e realização de exames de análises microbiológicas e físico-químicas de água e produtos de origem animal, dos produtores do Município de Formiga – MG, em atendimento às necessidades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:31 do dia 24/02/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Isadora Vilela Assuncao
Código Identificador:22BCD222

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.326, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Fazenda, por meio de Memorando – Conecta nº. 5659/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Camila Morais Santos, para sem ônus adicional ao erário, acompanhar e fiscalizar o contrato cujo objeto é a prestação de serviços especializados em assessoria e consultoria, objetivando o monitoramento, análise e auditoria de todo o processo de levantamento de dados, apuração e cálculos do Valor Adicional Fiscal - VAF, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Fazenda.
Art. 2º Revoga-se a Portaria 6.122, de 22 de julho de 2025.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 02 de fevereiro de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:832868F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
AVISO DE INTENÇÃO A ADESÃO À ATA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026 – A Prefeitura Municipal de Formoso/MG, torna público o interesse em aderir à **Ata de Registro de Preços nº 065/2025**, referente ao **Processo Licitatório nº 1320.01.0091836/2024-28**, **Pregão Eletrônico nº 226/2025**, da **Secretaria de Estado de saúde de Minas Gerais**, para *aquisição de kits de enxovais destinados à distribuição ás famílias em situação de vulnerabilidade social, visando ao apoio às ações de assistência ao pré natal, ao parto e ao puerpério, á promoção do cuidado integral ao neonato e ao fortalecimentos das estratégias de prevenção da mortalidade materna e infantil, em atendimento das demandas dos órgãos e unidades administrativas vinculados à Secretaria Municipal de saúde e humanização do município de Formoso/MG*, pelo valor total estimado de R$ 11.932,13 (onze mil e novecentos e trinta e dois reais e treze centavos), diretamente da empresa BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA – CNPJ: 79.788.766/0025-00. Informações no site https://www.formoso.mg.gov.br/, nos e-mails: cplformosomg@gmail.com e compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br, pelo telefone (38) 3647-1552, ou na sede da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Vicente Moreira de Moura, 363, Centro. Formoso/MG, 02 de fevereiro de 2026.

GISELLE A. RODRIGUES COIMBRA,
Coordenadora da Equipe de Apoio.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:195EB112

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026. OBJETO: Aquisição de bandeiras oficiais (nacional, estadual, municipal e institucionais), destinadas à exibição dos símbolos da República Federativa do Brasil, do Estado de Minas Gerais e do Município de Formoso, bem como à identificação visual das Unidades Escolares, visando ao atendimento das necessidades das unidades administrativas vinculadas à Prefeitura Municipal de Formoso (MG). FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Contratação Direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com

fundamento no disposto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. PUBLICAÇÃO DO AVISO: 16/01/2026. DECISÃO DA COMISSÃO: 26/01/2026. RATIFICAÇÃO EM 27/01/2026. VALOR GLOBAL: R$ 8.750,00 (oito mil e setecentos e cinquenta reais). CONTRATADA: Bandesul Indústria e Comércio Ltda – CNPJ: 08.664.980/0001-39. Formoso/MG, 27 de janeiro de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:3C4336D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FRANCISCO SA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 064/2023

Processo: 001/2023
Adesão: 001/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Francisco Sá e Empresa Damasceno Construções Ltda.

Objeto: ADESÃO A ATA DE SRP N° 057/2023 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP N° 001/2023 VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, VISANDO A MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE TODO O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ/MG.

Amparo Legal: Lei Federal n. 14.133/93 e posteriores alterações.

Do Valor: O valor do contrato é de R$ 214.896,00 (duzentos e quatorze mil e oitocentos e noventa e seis reais).

Vigência: 29/03/2023 à 01/06/2026

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:6E70007D

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
PARECER 01-2025-PROCURADORIA-GERAL

ASSUNTO: Análise da legalidade do Termo de Extinção Unilateral do Contrato nº 125/2025 celebrado entre o Município de Francisco Sá/MG e o Sr. Kaique Fabrinny Oliveira Dias Soares.
SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração
DATA: 29 de janeiro de 2026

I - RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria Municipal de Administração a respeito da legalidade do Termo de Extinção Unilateral do Contrato nº 125/2025 celebrado entre o Município de Francisco Sá/MG e o Sr. Kaique Fabrinny Oliveira Dias Soares, em razão da Defesa Administrativa / Impugnação ao Termo de Extinção Unilateral Parcial dos Itens 2 e 3 do Contrato nº 125/2025, apresentado pelo particular.
Informa a solicitante que instaurou Concorrência Eletrônica nº 006/2025 por meio do Processo Administrativo nº 085/2025 para concessão onerosa de uso de bem público, para exploração comercial, que originou o Contrato nº 125/2025.
Conforme consta dos autos, em 22 de dezembro de 2025 o concessionário encerrou suas atividades abruptamente e mesmo após diversas diligências da Administração se recusou a retomá-las. Verifica-se, ainda, que após 3 (três) notificações formais para que as atividades fossem retomadas, foi lavrado o Termo de Extinção Unilateral do Contrato nº 125/2025 em razão do descumprimento contratual, conforme autoriza o art. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e cláusulas contratuais e editalícias.
É, em síntese, o relatório.

II – FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.
Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.
Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.
É nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A questão envolve a análise da legalidade do Termo de Extinção Unilateral do Contrato nº 125/2025, verificando se este cumpriu os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021. Neste sentido, vejamos a previsão legal:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.
§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:
I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.
§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
§1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
§2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
I - devolução da garantia;
II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
III - pagamento do custo da desmobilização.
[grifos nossos]

Nos termos do art. 137 acima transcrito, o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais é justa causa para extinção contratual, bem como o desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
Tal extinção pode ocorrer por ato unilateral da Administração, nos termos do art. 138, deste que o descumprimento contratual não tenha partido da própria Administração, devendo, em todos os casos, ser motivada a extinção contratual e garantido o contraditório e a ampla defesa.
No caso em análise, verifica-se que em 22 de dezembro de 2025, a Administração Municipal tomou conhecimento do encerramento abrupto das atividades comerciais desenvolvidas pelo concessionário, fato que o Município só tomou conhecimento pelas redes sociais e foi confirmado pelo fechamento físico dos estabelecimentos, sem comunicação prévia e formal do cessionário ao Município.
Diante da inexecução contratual verificada, a Administração Pública Municipal adotou, de forma gradual, proporcional, formal e seguindo os princípios do contraditório e ampla defesa, as seguintes medidas:
a) expediu a **1ª Notificação Extrajudicial**, em **23/12/2025**, concedendo prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o retorno das atividades e regular execução do contrato, o cessionário respondeu a presente notificação em 24/12/2025 declarando de forma expressa que não iria retomar as atividades;
b) o **cessionário notificou o município** por intermédio da Secretaria de Administração também no dia **23/12/2025** relatando a conduta da Guarda Municipal de suposta vedação do local concedido, diante do recesso de final de ano **o Município respondeu a presente notificação em 09/01/2025**, esclarecendo a situação e reiterando que o ambiente reclamado não faz parte do cedido para exploração do bar e restaurante e que em nenhum momento foi vedado o acesso as pessoas ao local, ficando os acessos de entrada e saída sem nenhum tipo de impedimento. O que ocorreu, de fato, foi a preservação da área de convivência que vinha sendo utilizada como estacionamento de forma irregular;
c) diante da ausência de retomada da execução contratual, o município encaminhou a **2ª Notificação Extrajudicial, em 12/01/2026**, solicitando novamente o retorno das atividades o cessionário respondeu a notificação em 14/01/2026 reafirmando novamente que não há mais interesse na retomada das atividades;
d) persistindo a inércia e o descumprimento integral do contrato, foi expedida a **3ª Notificação Extrajudicial, em 14/01/2026**, comunicando que as atividades deveriam ser retomadas, na recusa da execução contratual o município tomaria providências acerca da extinção unilateral do contrato, o cessionário respondeu a 3º notificação em 14/01/2026 reafirmando mais uma vez que inexiste interesse na retomada do contrato;
e) diante da **inexecução total do contrato por mais de 28 (vinte e oito) dias consecutivos** o Município reincidiu o contrato de forma unilateral em 20/01/2026 e possibilitou o cessionário o prazo de 5 (dias) úteis para apresentar defesa o mesmo apresentou defesa, diante da divergência de posicionamento torna-se necessário este entendimento
Pela evolução contratual acima narrada é possível observar que houve inexecução contratual por parte do concessionário, descumprindo as cláusulas 10.1.1 do Contrato 125/2025 e item 19.1 do Edital, conduta que se enquadra no previsto no art. 137, I da Lei 14.133/2021 como justo motivo para extinção contratual.
Vale ressaltar que ao desatender as notificações para retomada da atividade, o cessionário incorreu, ainda, na hipótese prevista no art. 137, II da Lei 14.133/2021, que corrobora com a legalidade da extinção unilateral do contrato pela Administração.
As diversas oportunidades concedidas pela Administração para que o concessionário retomasse as atividades demonstram de forma clara e objetiva o respeito ao contraditório e a ampla defesa. Nesse sentido, importa observar que o concessionário afirmou expressamente nas respostas às notificações que não retomaria a execução do contrato, não existindo outra alternativa para Administração senão a extinção unilateral.
Em relação aos argumentos lançados na defesa administrativa apresentada pelo concessionário, estes não merecem prosperar, conforme será demonstrado a seguir.
O concessionário sustenta a inexistência de inadimplemento voluntário e imputa o fechamento do estabelecimento à conduta da Administração. Neste sentido, é importante ressaltar que o "suposto isolamento do local" ocorreu em 22/12/2025 e em 23/12/2025 os cessionários postaram o fechamento do local, transcorrido o período de apenas 1 (um) dia do "suposto isolamento". Apesar de diversos contatos do Município a fim de solucionar a situação, esta não ocorreu por conduta exclusiva e deliberada do concessionário.
Ainda que as alegações do concessionário fossem verídicas, um único dia de transtorno não pode ser motivo plausível para o fechamento definitivo dos estabelecimentos, tal conduta foge completamente ao bom senso, à boa-fé, à plausibilidade. Outro fator que tornam os argumentos do concessionário completamente suspeitos é o fato de que o suposto problema impactou apenas o Bar e Restaurante Joia Brejeira e a Sorveteria Joia Brejeira, mas nada se falou sobre o quiosque do Mr. Burger, que se situa ao lado dos demais estabelecimentos, também é objeto do presente contrato, e mantém suas atividades normalmente até a presente data.

Nesse sentido, não procede a afirmação de que a paralisação das atividades decorreu de atos imputáveis à Administração. Conforme já esclarecido nos autos, não houve qualquer interdição formal ou material da área objeto da concessão, tampouco ato administrativo que impedisse o regular funcionamento dos quiosques e da sorveteria.
As medidas adotadas pela Guarda Municipal limitaram-se a áreas comuns do Parque dos Namorados, voltadas à organização do uso do espaço público, sem qualquer interferência na área concedida que está devidamente estipulada no Termo de Referência e na minuta do edital, não ficando restrito o acesso de clientes, fornecedores, carga e descarga ou coleta de resíduos.
Ressalte-se que inexistiu, em todo o período, ato administrativo formal de suspensão, restrição ou impedimento da execução contratual. Assim, a alegação de inviabilidade operacional carece de lastro fático e probatório, não sendo suficiente para afastar a caracterização da inexecução contratual.
Igualmente improcede a invocação da exceção do contrato não cumprido. Nos contratos administrativos, sua aplicação é excepcional e condicionada à demonstração inequívoca de inadimplemento grave e atual por parte da Administração, o que não se verifica no caso concreto. Ao revés, a Administração manteve-se adimplente com suas obrigações essenciais, não tendo praticado qualquer conduta que justificasse a paralisação unilateral e abrupta das atividades pelo concessionário.
No que tange ao argumento de violação à boa-fé objetiva e à teoria dos atos próprios, observa-se que a Administração atuou de forma coerente, transparente e progressiva, adotando sucessivas notificações extrajudiciais com o objetivo de preservar o contrato e garantir sua execução, somente cogitando a extinção unilateral após a recusa expressa do concessionário em retomar as atividades e sua declaração inequívoca de desinteresse na continuidade da concessão.
Quanto à alegada nulidade por ausência de contraditório e ampla defesa, razão igualmente não assiste ao defendente. O concessionário foi formalmente notificado em três oportunidades, teve ciência inequívoca das imputações administrativas e exerceu plenamente seu direito de manifestação, apresentando respostas e defesas escritas. A legislação vigente admite, nos casos de inexecução contratual, a adoção de medidas acautelatórias e resolutivas, desde que assegurado o contraditório, ainda que de forma diferida, o que foi rigorosamente observado no presente processo.
Ademais, a extinção do contrato, no caso concreto, não possui natureza eminentemente sancionatória, mas resolutiva, decorrente da inexecução total do ajuste, circunstância que afasta a alegação de nulidade do ato.
Por fim, não procede a tentativa de afastar a incidência do princípio da continuidade do interesse público. Embora a concessão trate de exploração econômica em bem público, é inegável que sua execução atende a relevante interesse coletivo, especialmente em períodos de eventos e atividades públicas, razão pela qual a interrupção injustificada das atividades comprometeu a finalidade pública do ajuste.

IV - CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o Termo de Extinção Unilateral do Contrato nº 125/2025 celebrado entre o Município de Francisco Sá/MG e o Sr. Kaique Fabrinny Oliveira Dias Soares atende todos os requisitos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que decorreu de inexecução total do contrato pelo concessionário e desatendimento reiterado das notificações emitidas pela Administração. Como demonstrado acima, foi garantido o contraditório e ampla defesa, não havendo que se falar em nulidade absoluta.
Sendo assim, s.m.j, a conduta da Administração de extinguir o contrato unilateralmente possui legalidade, por estar em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública e ao que prevê a Lei 14.133/2021.
Este é o parecer que submeto à consideração da Administração Municipal, para as providências cabíveis.

Francisco Sá, 29 de janeiro de 2026.

GUILHERME HENRIQUE FERREIRA MARTINS
Procurador-Geral do Município
OAB/MG: 176.177

Publicado por:
Guilherme Henrique Ferreira Martins
Código Identificador:82D6CF4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GOUVEIA

LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

AVISO DE PUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2026

A Prefeitura Municipal de Gouveia/MG, torna público que o município aderiu à **Ata de Registro de Preços nº 043/2025**, resultante do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/2025 – Processo Licitatório nº 1441/2025 do** Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha - CIMBAJE, cujo objeto é o *"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de veículos novos, zero km, utilitários e de passeio, destinados ao atendimento das demandas do Consórcio e de seus municípios consorciados"* adjudicado e homologado em favor da empresa:
- Usina Comércio de Veículos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 48.545.691/0001-35.
- **Valor:** R$667.500,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais).
Gouveia/MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Pamela Moreira Costa
Código Identificador:606C2710

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 011 - ADESÃO 001/2024

III TERMO ADITIVO AO CRT N° 011/2024. PRC 011/2024 ADESÃO 001/2024. Contratante: PREF MUNIC GRAO MOGOL. Contratado: 00.604.122/0001-97-TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência pelo período 12 (doze) meses. Vigência: 24/01/2026 a 24/01/2027, como autoriza o Art. 57, Inciso II da Lei n° 8.666/93. Data de Assinatura: 23/01/2026.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:7DE3C667

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 079 TOMADA DE PREÇOS 008/2023

PREF. MUNIC. GRÃO MOGOL-PRC 079/2023-TP 008/2023- Ampliação, reforma, e adequação prédio E. M. Professor Catão-Distrito de Vila Sitio-Cv n° 1261000068-2023-SEE-Programa Mãos Dadas-7°Aditivo torna público a prorrogação da vigência. CTR 107/2023-23/01/26 a 23/07/2026-Art. 57, Inc., L.8.666/93.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:5D4605BD

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 117 PREGÃO ELETRÔNICO 008/2023

I TERMO ADITIVO AO CRT N° 032/2025. PRC 117/2023 PE 008/2023. Contratante: PREF MUNIC GRAO MOGOL. Contratado: 24.501.724/0001-87-MAC COPIADORA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA-ME. Objeto: Prorrogação da vigência p/período 06 (seis) meses. Vigência: 31/12/2025 a 30/06/2026, como prevê o inciso I do artigo 57 da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 18/12/2025.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:6704DC65

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 023/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2026. INEXIGIBILIDADE N° 005/2026. CONTRATANTE: Município de Guaraciaba/MG. CONTRATADA: Empresa FORMULA 7 LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.161.856/0001-53.
Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de apresentação artística (show musical) da Banda **FÓRMULA 7**, a ser realizado no dia **16 de fevereiro de 2026**, no evento CARNA GUARÁ 2026 de Guaraciaba/MG**,** em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.
Valor total da contratação: R$ 30.000,00
Assinatura: 02/02/2026
Vigência: Até 31 de dezembro de 2026.
Fundamento: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaraciaba/MG, 02 de fevereiro de 2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:1CAF19FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 019/2026 DE CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 019/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACIABA/MG, BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE**,** no uso de suas atribuiçoes legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do concurso Público para Provimento de Cargos Pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, **CONVOCA** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para o cargo efetivo, observadas as seguintes condições:

1 DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA.

Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, na Rua: Direita, nº 92, Centro, Guaraciaba/MG, CEP: 35.436-000, no horário das 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 16:00 para entrega dos documentos relacionados do Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga, no prazo de 15 dias.
O candidato será atendido conforme data e horário de chegada.
A falta de qualquer documento constante no Anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.1.
O não comparecimento nos termos do item 1.1 do presente Edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA.

A avaliação médica oficial dar-se-á, em momento anterior a posse, da seguinte forma:
Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá apresentar o atestado de aptidão no momento da apresentação dos documentos contido no Anexo II.
A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO.

A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no prazo de 30 (trinta) dias, na forma da lei.

DA POSSE.

Empossado, o candidato terá 5 (cinco) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou Setor do Recursos Humanos da Prefeitura de Guaraciaba/MG.
Cumpridas todas as exigências do presente Edital, o convocado deverá se apresentar para início das atividades, conforme orientação do Departamento de recursos Humanos.

DA PUBLICAÇÃO.

5.1 Este edital entra em vigor na data de sua publicação, vinculado ao Diário Oficial do Município.

Guaraciaba/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

Bruno Oliveira de Andrade.
Prefeito Municipal.

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 019/2026
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2024
CANDIDATOS CONVOCADOS.

AGENTE DE COMBATE E ENDEMIAS

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
0002086	Pedro Vinicius Pinto Teixeira.	8º

ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
0001465	Eliane Marcia dos Santos	5º

Guaraciaba/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

Bruno Oliveira de Andrade.
Prefeito Municipal.

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 019/2026
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

b) c)Original e fotocópia do título de eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
e)Original e fotocópia da carteira de identidade, ou do documento único equivalente, de valor legal;
g)Laudo médico favorável, sem restrições, fornecido por serviço médico oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego;
i)Original e fotocópia do certificado de conclusão do curso e registro profissional correspondente ao emprego a que concorre, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
k)Comprovante de regular situação de inscrição no órgão de classe respectivo, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
02 (duas) fotografias 3X4, recente;
n) o) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
Carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
r)Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato;
t) u) v) w) I. II.O candidato assinara no ato da posse, um termo, sob as penas da lei, declarando que não exerce outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 37, XVI e § 10 da Constituição Federal.

IV. Termo de Interesse no Cargo e Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função, para os fins do disposto no art.37, serão fornecido pelo Município no ato da apresentação dos documentos no setor de Recursos Humanos.

Guaraciaba/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Débora Fernandes de Andrade
Código Identificador:A57497B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO - RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O **Prefeito Municipal de Guarani-MG**, em cumprimento ao art. 94, *caput*, da Lei nº 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Contrato
Número	004/2026
Contratante	**MUNICÍPIO DE GUARANI**, através da Prefeitura Municipal de Guarani
Contratado	**OLIVER PRODUCOES E EVENTOS LTDA** - CNPJ: 15.174.545/0001-91
Objeto	O objeto do presente instrumento é a **Contratação de profissional do setor artístico para a apresentação do cantor LIRIANO OLIVER, a realizar-se no dia 14 de fevereiro de 2026, às 22:30h, durante a programação do Carnaval de Guarani/MG.**
Fundamento	Processo Licitatório nº 020/2026 Inexigibilidade de Licitação nº 010/2026
Base legal	Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Prazo	**02/02/2026** a **18/02/2026**
Valor	O valor da contratação é de **R$ 12.000,00 (doze mil reais).**
Dotação Orçamentária	3.3.90.39.00.2.04.04.13.392.0011.2.0038
Signatário - Contratante	Marlei Gonçalves - Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo
Signatário - Contratado	Liriano de Oliveira Anastácio - Empresário
Guarani-MG, 02 de fevereiro de 2026. ***RENAN BRAGA PEREIRA*** Agente de Contratação	

Publicado por:
Márcio Costa Dos Reis Filho
Código Identificador:90969B1D

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020|2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010|2026

OBJETO: Contratação de profissional do setor artístico para a apresentação do cantor LIRIANO OLIVER, a realizar-se no dia 14 de fevereiro de 2026, às 22:30h, durante a programação do Carnaval de Guarani/MG.

Vistos, etc.

Compulsando os autos do Processo Licitatório nº 020|2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 010|2026, cujo objeto é a **Contratação de profissional do setor artístico para a apresentação do cantor LIRIANO OLIVER, a realizar-se no dia 14 de fevereiro de 2026, às 22:30h, durante a programação do Carnaval de Guarani/MG,** através da empresa **OLIVER PRODUCOES E EVENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.174.545/0001-91, com base no Parecer Jurídico e no Parecer da Comissão de Contratação acostado ao presente, nos termo do art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

CONTRATADA: OLIVER PRODUCOES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.174.545/0001-91.

VALOR TOTAL: O valor da contratação é de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**.

Guarani-MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARLEI GONÇALVES
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Publicado por:
Márcio Costa Dos Reis Filho
Código Identificador:2BDBC855

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARDA-MOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ERRATA II

ERRATA 02
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA MOR – Processo licitatório nº 05/2026 modalidades Inexigibilidade nº 02/2026. OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).**
ONDE-SE-LÊ: Sessão Pública para apresentação da relação dos proponentes dos projetos de venda será realizada no dia 17/02/2026, às 14 horas.
LEIA-SE:
Sessão Pública para apresentação da relação dos proponentes dos projetos de venda será realizada no dia 18/02/2026, às 14 horas
INFORMAÇÕESSETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL. RUA GOIAS, 166 BAIRRO CENTRO CEP 38570-000 FONE(38) 3365.7777 Site: www.guardamor.mg.gov.br EMAIL:licitacomprasgmor@gmail.com.

HENRIQUE OSMIR QUEIROZ OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:9EA8319E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAO E HOMOLOGACAO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO ADESÃO
PROCESSO Nº 01/2026
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

O prefeito Municipal de Guarda Mor, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei 14.133/2021 torna público a adjudicação e homologação do credenciamento nº 01/2026.

DOTAÇÕES:
ADMINISTRAÇÃO: 02.02.01.04.122.0402.2012.3.3.90.39.00 Fonte 1.500.000 Ficha 66
AGROPECUÁRIA: 02.08.01.20.606.2001.2064.3.3.90.39.00 Fonte 1.500.000 Ficha 364
EDUCAÇÃO: 02.06.01.12.122.0402.2037.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 239
ESPORTES: 02.13.01.27.812.2701.2077.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 561
DESEN. SOCIAL: 02.01.09.08.244.0802.2073.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 454
OBRAS: 02.07.01.04.122.0402.2056.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 310
02.07.01.04.122.0402.2058.3.3.90.39.00 Fonte 1.500.000 Ficha 318
SAÚDE: 02.05.01.10.122.1001.2024.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 121
Data da Adjudicação: 30 de Janeiro de 2026
Data da Homologação: 30 de Janeiro de 2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FISICAS OU JURIDICAS PARA**
PRESTAÇOES DE SERVICOS DE PEDEREIRO, AZULEJISTA, SERVENTE DE PEDREIRO,
AUXILIAR DE OBRAS EM GERAL, BOMBEIRO/ENCANADOR, PINTOR E ECNCARREGADO

GERAL PARA MANUTENCAO DAS ATIVIDADES NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO.
Fornecedor/Vencedor/Item/total:
Empresas:

Contratados:

58.971.881 ANTONIO GOMES DOS SANTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 58.971.881/0001-78.
Valor Total do Certame: R$: 290,33 (duzentos e noventa reais e trinta e três centavos)

54.703.607 BRUNO KENNEDY SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **54.703.607/0001-67**
Valor Total do Certame: R$991,62(novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos)

51.197.715 GEOVANO PEREIRA DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **51.197.715/0001-17**.
Valor Total do Certame: R$991,62(novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos)

ROBERTO LUIZ XAVIER 51.201.313, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.201.313/0001-39.
Valor Total do Certame: R$481,80(quatrocentos e oitenta e um mil e oitenta centavos)

ROSIMAR GOMES DA COSTA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.463.185/0001-71.
Valor Total do Certame: R$: 290,33 (duzentos e noventa reais e trinta e três centavos)

AUTORIZO a despesa a favor da respectiva empresa vencedora conforme homologação.

DETERMINO a convocação da empresa vencedora para assinatura do respectivo termo de adesão nos termos do artigo 137,138 e 139 da Lei 14.133/21
Guarda Mor - MG, 30 de Janeiro de 2026

JOSE DIAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:67F2D731

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA-MOR
PROCESSO LICITÁTORIO Nº 01/2026
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PEDREIRO, AZULEJISTA, SERVENTE DE PEDREIRO, AUXILIAR DE OBRAS EM GERAL, BOMBEIRO/ENCANADOR, PINTOR E ENCARREGADO GERAL
PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO

Contratante: Município de Guarda-Mor

EXTRATO DE ADESÃO

Contratados:

58.971.881 ANTONIO GOMES DOS SANTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 58.971.881/0001-78.
Valor Total do Certame: R$: 290,33 (duzentos e noventa reais e trinta e três centavos)

54.703.607 BRUNO KENNEDY SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **54.703.607/0001-67**
Valor Total do Certame: R$991,62(novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos)

51.197.715 GEOVANO PEREIRA DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **51.197.715/0001-17**.
Valor Total do Certame: R$991,62(novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos)

ROBERTO LUIZ XAVIER 51.201.313, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.201.313/0001-39.
Valor Total do Certame: R$481,80(quatrocentos e oitenta e um mil e oitenta centavos)

ROSIMAR GOMES DA COSTA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.463.185/0001-71.
Valor Total do Certame: R$: 290,33 (duzentos e noventa reais e trinta e três centavos)

Dotações orçamentarias:

ADMINISTRAÇÃO: 02.02.01.04.122.0402.2012.3.3.90.39.00 Fonte 1.500.000 Ficha 66
AGROPECUÁRIA: 02.08.01.20.606.2001.2064.3.3.90.39.00 Fonte 1.500.000 Ficha 364
EDUCAÇÃO: 02.06.01.12.122.0402.2037.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 239
ESPORTES: 02.13.01.27.812.2701.2077.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 561
DESEN. SOCIAL: 02.01.09.08.244.0802.2073.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 454
OBRAS: 02.07.01.04.122.0402.2056.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 310
02.07.01.04.122.0402.2058.3.3.90.39.00 Fonte 1.500.000 Ficha 318
SAÚDE: 02.05.01.10.122.1001.2024.3.3.90.39.00 Fonte: 1.500.000 Ficha 121

VIGÊNCIA: Indeterminada

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:3EEE9A17

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
COMUNICADO Nº 03 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026/SMCET/FMC SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS CARNAVAL 2026 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

COMUNICADO Nº 03
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026/SMCET/FMC

SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS
CARNAVAL 2026 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, vem por meio deste convocar o agente cultural Maurício Farah Charavallote, da categoria Música/Banda com predominância carnavalesca, que fora selecionado após a fase recursal, para que no prazo de 03 dias úteis apresente a documentação de habilitação, conforme disposto no item 11.1 do Edital.

Guaxupé, 02 de fevereiro de 2026.

CASSIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Eduardo Pasqua de Moraes
Código Identificador:378C1B47

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE N.º 11/2026

Edital de Convocação para Nomeação e Posse n.º 11/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

A Secretaria Municipal de Administração de Guaxupé, através de seu representante legal, Benedito Resende Neto, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a homologação do Concurso Público – Edital 01/2023, por meio do Decreto Municipal nº 2.817 de 28 de dezembro de 2023, CONVOCA os candidatos aprovados e classificados, para os cargos efetivos, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.
Os candidatos abaixo relacionados deverão comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, n.º 113, Centro, Guaxupé-MG, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados (do recebimento da notificação de convocação) a partir da data da publicação do Edital de convocação, para apresentação dos documentos originais e cópias, conforme Anexo I deste Edital.

Cargo	Classificação	Nome do candidato
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	50°	ELIENE APARECIDA SILVA

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura Municipal convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

Guaxupé, 30 de janeiro de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário de Administração

ANEXO I

Habilitação para o cargo:
( ) - Título de Eleitor (cópia e original);
( ) - Carteira de Identidade (cópia e original);
( ) - CPF (cópia e original); - Cartão PIS/PASEP para os já inscritos (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento e casamento (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações militares, somente para homens (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações eleitorais (cópia e original);
( ) - Comprovante de residência (cópia e original);
( ) - Declaração de bens e/ou Declaração de IRPF (cópia e original);
( ) - 2 fotos 3x4 recentes;
( ) - Diploma comprobatório da escolaridade exigida para o cargo (cópia e original);
( ) - Registro regular no Conselho Profissional conforme o caso (cópia e original);
( ) - Atestado Médico Admissional (original);
( ) Atestado de Antecedentes Criminais;
( ) - Laudo Médico no caso de candidato com deficiência;
( ) -Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;
( ) -Telefone fixo / Celular: _____ / _____
( ) - E-mail: _____

Publicado por:
Eduardo Pasqua de Moraes
Código Identificador:57ED981E

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 04º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 04º Termo Aditivo ao Contrato nº 153/2025, originado da Concorrência nº 027/2024, firmado com a empresa **ECSAM SERVICOS AMBIENTAIS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor no importe de R$ 516.599,91(quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos), que corresponde a 4,75% do valor contratado, para prorrogação do prazo de vigência do item 6 - FORNECIMENTO DE EQUIPE PADRÃO TIPO B, por 03 (três) meses, do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza pública e coleta de resíduos no Município de Guaxupé/MG. **Fundamento legal:** Artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Guaxupé, MG, 02/02/2026

HOMAYRA ABDALA DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:2B1A7EA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 07º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 07º Termo Aditivo ao Contrato nº 036/2021, originado da Dispensa nº 029/2021, firmado com a **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PROFESSOR JOSÉ GONELLA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 30 (trinta) dias, do contrato que tem por objeto a locação de um imóvel não residencial, situado na Rua Coronel Joaquim Costa, nº 183, Centro, Guaxupé/MG, para sediar as instalações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Município de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 4.247,87. **Fundamento Legal:** Artigo 57, § 1°, II da Lei Federal nº 8.666/93. Guaxupé, MG, 30/01/2026

HOMAYRA ABDALA DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:EA1F3529

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 019/2026, originado do Credenciamento nº 015/2025, firmado com a empresa **MORAES E MAGRI MEDICINA LTDA. Objeto:** CREDENCIAMENTO de empresas para prestação de serviços de consultas médicas especializadas nas áreas de Angiologia/Avaliação de Cirurgia Vascular, Cardiologia, Coloproctologia, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia/Avaliação de Cirurgia Gastroenterológica, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia e Hemoterapia, Neurologia, Oftalmologia (incluso os exames de tonometria, fundoscopia e biomicroscopia), Otorrinolaringologia, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia, Urologia, Anestesista (Avaliação anestésica), Ortopedia, Cirurgia Geral para realização de consultas e pequenas cirurgias ambulatoriais e Pediatria, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 92.553,60. Guaxupé, MG, 02/02/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:57F94700

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Pregão nº 002/2026, **forma de realização: Eletrônica, LICITAÇÃO DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO,** Processo nº 024/2026. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: **Futura e eventual aquisição de cestas básicas, para serem distribuídas gratuitamente às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Guaxupé/MG.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia **19 de fevereiro de 2026** às **09:00hs** (Horário de Brasília), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, disponíveis no site www.ammlicita.org.br e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Edital poderá ser baixado a partir do dia **03 de fevereiro de 2026**. Maiores informações relativas a presente licitação: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021. Guaxupé, 02 de fevereiro de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Bruna Iviny Tavares
Código Identificador:D7ADA6DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG, **EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 04/2026:** Termo de Colaboração que celebram o Município de Guaxupé por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Associação dos Servos Bom Pastor, com filial inscrita no CNPJ 71.196.026/0003-67. Objeto: Ofertar o Serviço de Acolhimento Institucional, Abrigo Institucional, para mulheres em situação de risco e violência e Serviço de Acolhimento Institucional, Casa de Passagem, para mulheres em situação de rua. Vigência de 30/01/2026 a 31/01/2027. Gestora da Parceria: Anamélia Maria Resende, matrícula nº 36.526. Valor: R$ 293.878,11, conforme dotações abaixo:

02.06.10.08.245.1323.2616.3.3.50.39.00, Ficha 553, Fonte 1.500.000, Código de aplicação: 0000, referente ao valor de R$ 285.878,11 correspondente ao repasse municipal;
02.06.12.08.245.1323.2588.3.3.50.39.00, Ficha 588, Fonte 1.500.000, Código de aplicação: 0000, referente ao valor de R$ 8.000,00 correspondente a emenda impositiva da Vereadora Maria José Cyrino Marcelino.

Guaxupé, 30 de janeiro de 2026.

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Cristiane de Fatima Braga
Código Identificador:EDE01EFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG, **EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 05/2026:** Termo de Colaboração que celebram o Município de Guaxupé por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Associação dos Servos Bom Pastor, com filial inscrita no CNPJ 71.196.026/0004-48. Objeto: Ofertar Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Casa de Passagem, para homens em situação de rua. Vigência de 30/01/2026 a 31/01/2027. Valor: R$ 198.557,39, conforme dotação 02.06.10.08.245.1323.2616.3.3.50.39.00, Ficha 553, Fonte 1.500.000, Código de aplicação: 0000. Gestora da Parceria: Anamélia Maria Resende, matrícula nº 36.526.

Guaxupé, 30 de janeiro de 2026.

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Cristiane de Fatima Braga
Código Identificador:68BBBF48

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG, **EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 06/2026:** Termo de Colaboração que celebram o Município de Guaxupé por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Associação Mulheres Preciosas, inscrita no CNPJ sob nº 55.609.955/0001-32. Objeto: Ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, SCFV, para mulheres de 18 a 59 anos com vulnerabilidade econômica e social. Vigência de 28/01/2026 a 31/01/2027. Gestora da Parceria: Anamélia Maria Resende, matrícula nº 36.526. Valor: R$ 72.680,00, conforme dotações abaixo:

02.06.09.08.245.0128.2616.3.3.50.39.00, Ficha 542, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000, referente ao repasse municipal no valor de R$ 31.680,00;
02.06.12.08.245.0128.2585.3.3.50.39.00, Ficha 575, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000, referente ao repasse de emenda impositiva do vereador Leonardo Donizetti de Moraes, no valor de R$ 5.000,00;
02.06.12.08.245.0128.2588.3.3.50.39.00, Ficha 576, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000 referente ao repasse de emenda impositiva da vereadora Maria José Cyrino Marcelino, no valor de R$ 3.000,00;
02.06.12.08.245.0128.2631.3.3.50.39.00, Ficha 579, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000 referente ao repasse de emenda impositiva da vereadora Mônica Ribeiro de Magalhães Reis, no valor de R$ 10.000,00;
02.06.12.08.245.0128.2635.3.3.50.39.00 Ficha 583, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000 referente ao repasse de emenda impositiva do vereador Marcelo Braghetta Pedrosa, no valor de R$ 4.000,00;
02.06.12.08.245.0128.2630.3.3.50.39.00 Ficha 578, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000 referente ao repasse de emenda impositiva da vereadora Rosilene Aparecida da Silva, no valor de R$ 10.000,00;
02.06.12.08.245.0128.2632.3.3.50.39.00 Ficha 580, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000 referente ao repasse de emenda impositiva da vereadora Nelzina Vieira da Silveira Neto Lara, no valor de R$ 5.000,00;
02.06.12.08.245.0128.2633.3.3.50.39.00 Ficha 581, Fonte 500 – 1.500.000, Código de Aplicação 0000 referente ao repasse de emenda impositiva do vereador João Inácio Silva Citton, no valor de R$ 4.000,00.

Guaxupé, 28 de janeiro de 2026.

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Cristiane de Fatima Braga
Código Identificador:2EF87A47

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 035/2025, que objetiva: Registro de preços para futura e

provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores:
1 - COMERCIAL ROCHA CASTRO LTDA pelo valor de R$ 180.578,04 (cento e oitenta mil quinhentos e setenta e oito reais e quatro centavos).
2 - VITORIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA pelo valor de R$ 589.010,22 (quinhentos e oitenta e nove mil dez reais e vinte e dois centavos).
3 - COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA pelo valor de R$ 49.520,68 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte reais e sessenta e oito centavos).
4 - ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA pelo valor de R$ 9.899,80 (nove mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).
5 - L. M. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pelo valor de R$ 165.474,35 (cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).
6 - DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pelo valor de R$ 91.887,60 (noventa e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos)
7 - ABA MED S.A. pelo valor de R$ 77.722,40 (setenta e sete mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Gurinhatã, 30 de janeiro de 2026

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:BE9D95EE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2026

Extrato de ata de registro de preços. Ata de registro de preços nº 008/2026. Processo licitatório 123/2025. Pregão Eletrônico - Registro de Preços 035/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: CRC DISTRIBUIDORA LTDA,CNPJ 19.908.111/0001-29, Objeto: Registro de preços para futura e provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG. Vigência: 02/02/2026 à 02/02/2027.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:60CA5587

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2026

Extrato de ata de registro de preços. Ata de registro de preços nº 009/2026. Processo licitatório 123/2025. Pregão Eletrônico - Registro de Preços 035/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: VITÓRIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR,CNPJ 14.775.446/0001-00, Objeto: Registro de preços para futura e provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG. Vigência: 02/02/2026 à 02/02/2027.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:190DAC71

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2026

Extrato de ata de registro de preços. Ata de registro de preços nº 010/2026. Processo licitatório 123/2025. Pregão Eletrônico - Registro de Preços 035/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA,CNPJ 02.537.890/0001-09, Objeto: Registro de preços para futura e provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG. Vigência: 02/02/2026 à 02/02/2027.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:A642FDB4

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2026

Extrato de ata de registro de preços. Ata de registro de preços nº 011/2026. Processo licitatório 123/2025. Pregão Eletrônico - Registro de Preços 035/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA,CNPJ 27.455.068/0001-11, Objeto: Registro de preços para futura e provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG. Vigência: 02/02/2026 à 02/02/2027.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:548193AE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2026

Extrato de ata de registro de preços. Ata de registro de preços nº 012/2026. Processo licitatório 123/2025. Pregão Eletrônico - Registro de Preços 035/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: L.M. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,CNPJ 41.197.176/0001-62, Objeto: Registro de preços para futura e provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG. Vigência: 02/02/2026 à 02/02/2027.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:2531A366

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2026

Extrato de ata de registro de preços. Ata de registro de preços nº 013/2026. Processo licitatório 123/2025. Pregão Eletrônico - Registro de Preços 035/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE

GURINHATÃ – CONTRATADA: DELTA SHOP – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,CNPJ 19.316.524/0001-14, Objeto: Registro de preços para futura e provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG. Vigência: 02/02/2026 à 02/02/2027.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:1668CA24

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2026

Extrato de ata de registro de preços. Ata de registro de preços nº 014/2026. Processo licitatório 123/2025. Pregão Eletrônico - Registro de Preços 035/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: ABA MED S.A,CNPJ 04.369.147/0001-04, Objeto: Registro de preços para futura e provável aquisição de materiais hospitalares para atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura de Gurinhatã-MG. Vigência: 02/02/2026 à 02/02/2027.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:61FB7BA7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ADESÃO 006/2025

Origem: Adesão 006/2025
Objeto: **acréscimo de valor a 03 (três) veículos em virtude de deferimento de pedido de reequilíbrio, devidamente motivada em requerimento, documentação, decisão administrativa de deferimento e parecer jurídico, no sentido de acréscimo do valor de R$ 3.130,00 (três mil cento e trinta reais) a cada um dos oito itens restantes de fornecimento, acrescendo ao valor total ao contrato de R$ 9.390,00 (nove mil trezentos e noventa reais).**
Contratante: Município de Ibiá-MG.
Contratado: TITONELI VEÍCULOS LTDA – CNPJ 11.448.734/0001-54
Valor do aditivo: R$ 9.390,00 (nove mil trezentos e noventa reais)
Término da vigência do aditivo: 20 de agosto de 2026.
Data do aditivo: 22 de janeiro de 2026.
Ibiá(MG), 02 de fevereiro de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Nicolly Nataly Alves de Sousa
Código Identificador:AB7FCBF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ADESÃO 007/2025

Origem: Adesão 007/2025
Objeto: **acréscimo de valor a 05 (cinco) veículos em virtude de deferimento de pedido de reequilíbrio, devidamente motivada em requerimento, documentação, decisão administrativa de deferimento e parecer jurídico, no sentido de acréscimo do valor de R$ 3.130,00 (três mil cento e trinta reais) a cada um dos oito itens restantes de fornecimento, acrescendo ao valor total ao contrato de R$ 15.650,00 (quinze mil seiscentos e cinquenta reais).**
Contratado: TITONELI VEÍCULOS LTDA – CNPJ 11.448.734/0001-54
Valor do aditivo: R$ 15.650,00 (quinze mil seiscentos e cinquenta reais).
Término da vigência do aditivo: 26 de agosto de 2026.
Data do aditivo: 22 de janeiro de 2026.
Ibiá(MG), 02 de fevereiro de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Nicolly Nataly Alves de Sousa
Código Identificador:BFE9C2B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
INEXIGIBILIDADE 001/2024

Origem: Inexigibilidade 001/2024.
Objeto: **Prorrogação da vigência do Contrato de Locação nº 001/2024, firmado entre as partes, que tem por finalidade a locação do imóvel situado na Praça Mário Alves de Paiva, nº 134 – Distrito de Argenita, Município de Ibiá-MG, para o funcionamento dos Correios, conforme justificativa constante nos autos do Processo Administrativo P.A.L 004/2024. Fica prorrogada a vigência do Contrato de Locação nº 001/2024 até 31 de janeiro de 2027.**
Contratante: Município de Ibiá-MG.
Contratado: JUAREZ DIAS
Valor do aditivo: R$ 6.392,28 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos).
Término da vigência do aditivo: 31 de janeiro de 2027.
Data do aditivo: 31 de janeiro de 2026.
Ibiá(MG), 31 de janeiro de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Nicolly Nataly Alves de Sousa
Código Identificador:FB4932D5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2026

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, **AUTORIZO**, nos termos do art. 72, inciso VIII, e do art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, a realização do Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2026, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para a locação de veículos do tipo ônibus, micro-ônibus e vans, destinados ao transporte de alunos universitários residentes no Município de Ibiá/MG, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação", junto ao Consórcio Interfederativo de Minas Gerais – CIMINAS, inscrito no CNPJ nº 19.493.732/0001-99.

A contratação perfaz o valor global de R$ 2.764.839,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais), sendo R$ 2.633.180,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, cento e oitenta reais) correspondentes aos valores da contratação e R$ 131.659,00 (cento e trinta e um mil, seiscentos e cinqüenta e nove reais) referentes ao preço público, equivalente a 5% (cinco por cento), conforme deliberação aprovada na 46ª Assembleia Geral Ordinária,

realizada em 11 de dezembro de 2025, e instituída pelas Resoluções nº 11 e nº 14, ambas de 19 de dezembro de 2025.

Determino à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos que proceda à lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições legais aplicáveis.

Publique-se a presente autorização

Ibiá (MG), 30 de janeiro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:5E5A6281

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2026

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, **AUTORIZO**, nos termos do art. 72, inciso VIII, e do art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, a realização do Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2026, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para a locação de veículos automotores do tipo ônibus executivo, ônibus semi-leito, micro-ônibus e vans, destinados à execução dos serviços de Transporte Fora do Domicílio (TFD) e de Transporte Eventual, em atendimento às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Esporte, Cultura e Gestão do Município de Ibiá/MG.", junto ao Consórcio Interfederativo de Minas Gerais – CIMINAS, inscrito no CNPJ nº 19.493.732/0001-99.

A contratação perfaz o valor global de R$ 2.844.799,13 (dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e treze centavos), sendo R$ 2.709.332,50 (dois milhões, setecentos e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e cinqüenta centavos) correspondentes aos valores da contratação e R$ 135.466,63 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) referentes ao preço público, equivalente a 5% (cinco por cento), conforme deliberação aprovada na 46ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2025, e instituída pelas Resoluções nº 11 e nº 14, ambas de 19 de dezembro de 2025.

Determino à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos que proceda à lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições legais aplicáveis.

Publique-se a presente autorização

Ibiá (MG), 30 de janeiro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:85D624E7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2026

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), visando à contratação de pessoa jurídica especializada na locação mensal de 01 (um) veículo tipo sedã executivo, automático, com no máximo 1 (um) ano de uso, preferencialmente 0 km, com quilometragem mensal ilimitada, incluindo todas as manutenções preventivas e corretivas, seguro total e documentação obrigatória por conta da contratada, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Indianópolis/MG.
Credenciamento: das 09h30min às 09 h40min do dia 13 de fevereiro de 2026, na sede da Câmara Municipal de Indianópolis/MG.
Reunião inaugural e realização do pregão: 13 de fevereiro de 2026, às 09h30min.
Valor estimado da contratação: R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) mensais, totalizando R$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais) para o período de 12 (doze) meses.
Quaisquer dúvidas, os interessados no Termo de Referência e/ou Edital poderão entrar em contato por meio do e-mail: *licitacao@indianopolis.mg.leg.br*, ou presencialmente, na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Saint Clair de Melo, nº 207, Bairro Centro, Indianópolis/MG.
Indianópolis/MG, 30 de janeiro de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Weverthon Henrique Souza da Silva
Código Identificador:6190CA75

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 06/2026

Objeto: Inscrição(s) de **1 (um)** vereador(s) para participar do curso com o tema "**ONDE ESTÁ O RECURSO?**
Estratégias para Captação de Verbas Federais, Emendas Parlamentares, Projetos e Articulação Política" a ser realizado na Cidade de Brasília-DF.
Valor da contratação: R$ 1.450,00 (mil quatrocentos e cinquenta reais).
Contratado: INSTITUTO CONECTA BRASIL CAPACITACAO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 58.457.287/0001-63.
Fundamentação legal: art. 74, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "f" da Lei n.º 14.133/21.
Indianópolis/MG, 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente

Publicado por:
Weverthon Henrique Souza da Silva
Código Identificador:D75D3694

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 07/2026

Objeto: Inscrição(s) de **1 (u)** vereador(s) para participar do curso com o tema "**65º CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA: Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Gestores, Assessores e Servidores Públicos
"** a ser realizado na Cidade de Brasília-DF.
Valor da contratação: R$ 1.490,00 (mil quatrocentos e noventa reais).
Contratado: GENESIS CAPACITACAO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 24.450.024/0001-00.
Fundamentação legal: art. 74, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "f" da Lei n.º 14.133/21.
Indianópolis/MG, 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente

Publicado por:
Weverthon Henrique Souza da Silva
Código Identificador:B50E9130

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
1º ATO DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG

1º ATO DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG

Ficam convocados para iniciar as funções, por meio de contrato temporário com prazo determinado, perante à Administração Pública Municipal de Indianópolis-MG, os seguintes candidatos aprovados no certame:

I- Do cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) – Centro de Saúde Alex Fernandes – Zona Urbana:
- Kenia Joana Silva

II- Do cargo de Agente de Combate às Endemias (ACE):
- Luciana Dionísia da Silva

III -Do cargo de Agente Operacional:
- Eduarda Cristina de Paula Morais
- Darlene Alves Pereira

IV- Do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:
- Jessica Karoline Alves Xavier
- Tatiele Pereira da Silva
- Jéssica Cristina Garcês da Silva Camargo
- Jéssica Cajueiro de Almeida
- Patrícia da Silva
- Eliane Ponci Henriques
- Ana Cláudia Pereira
- Jéssica Silva Faria
- Marinalva da Silva
- Andressa de Oliveira Tumaz
- Ana Caroline Carvalho da Silva
- Priscila Kely Tavares
- Gracieli Neves dos Santos
- Aline Silva Soares
- Linda Victoria
- Maria Eduarda Ferreira dos Santos
- Jéssica de Cássia Santos
- Jesicleia Santos Cardoso
- Maria Eduarda da Silva
- Meireane Souza Martins
- Joel Martins da Silva Chaves
- Simone Ferreira Costa
- Moniquele Pereira Nunes
- Maria Raquel Santos Leandro
- Adriana Pereira de Sousa
- Marcelo Pereira da Silva
- Adriele Cristina Pereira
- Mércia Neves dos Santos
- Amelissandra Fialho Costa da Silva
- Marcio Junior da Silva Gimenes
- Diego Mendes de Sousa
- Osvania Maria Teodoro
- Aline Francisca dos Santos
- Maria Aparecida Venancio Ribeiro
- Lauane Caroline Vieira
- Edna Naiara Pereira Nunes Almeida
- Maria Aparecida de Jesus
- Sueli Maria de Jesus
- Lídia Alves Fernandes Gimenes

IV- Do cargo de Auxiliar em Saúde Bucal ESF:
- Nilceia Francisca do Amaral
- Janicleide Alves da Silva

V- Do cargo de Auxiliar Operacional:
- Bruna Daline Peroco
- Fabiana Barbosa de Souza
- Kauanny Gonçalves de Miranda
- Nathalia Eduarda Martins dos Santos
- Alessandra Resende Oliveira Venâncio
- Juliane Pereira Lemes Paulino
- Viviane Rodrigues de Souza
- Janine Pereira Lemes Paulino
- Samille Emanoelle Huk Henrique
- Maria Luisa Pereira
- Geovana Carolayne Rodrigues
- João Luís Dedes dos Santos

VI - Do cargo de Cadastrador Social:
- Emilly Rezende Naves

VII - Do cargo de Cirurgião Dentista:
- Mônica Goulart Severino
- Nataly Ferreira de Ávila
- Hallexsander Medeiros Sousa

VIII - Do cargo de Enfermeiro Padrão:
- Ruan Rezende Asse
- Ione Leila Paulosso de Oliveira

IX- Do cargo de Enfermeiro PSF:
- Nayara Souza Peres
- Thais Aparecida Borges Freitas

X- Do cargo de Fiscal:
- João Paulo Rodrigues Ávila

XI- Do cargo de Merendeira:
- Maria Carla dos Santos Medeiros
- Jessica Bergamasco Ramos Borges
- Lelian Fernandes da Silva
- Eliandra Rosa de Carvalho
- Maura José Ribeiro
- Geralda Aparecida Pacheco
- Renata Oliveira Silva
- Rosângela Fernandes de Oliveira
- Pamela Monique da Silva
- Gabriela Rocha de Oliveira
- Welida Aparecida Santos
- Adriana da Silva Pereira Colombari

XII - Do cargo de Monitor:
- Natalia Silva Pereira
- Ana Vitoria Marcelino Ferreira
- Alisson Vinícius de Oliveira Cordeiro
- Eduarda de Oliveira Macena
- Alessandro Júnio de Oliveira Cordeiro
- Patrícia de Paula Santos
- Milena Guimarães Silva
- Lorrane Adrielle da Silva Nunes Miranda
- Suellem Rachi de Ávila
- Polyana Martins de Oliveira Souto
- Lorraine Aparecida Rosa Souza da Silva
- Thamyris Ferreira Rocha
- Leidiane Rodrigues de Souza
- Jeniffe Anairan Pereira Barbosa
- Juliana Duran Paiva
- Ana Clara Guimarães Silva
- Viviane Alves de Oliveira
- Istela Eduarda Marques da Silva
- Raquel Pereira Nunes Almeida
- Andressa Pinheiro de Lacerda
- Daliane Alves Pereira
- Rayara Dias da Silva Santos
- Luana Lima Ferreira dos Santos
- Alice Abadia Virgílio Pereira
- Andressa Navarro Rabelo
- Thaynne Lorena de Oliveira
- Carolina de Oliveira Cordeiro
-Emmily Aparecida
- Genisvania Aparecida de Jesus
- Alessandra dos Santos Silva
- Amanda Fernandes Quista

XIII – Do cargo de Motorista:
- Messias Nazaré de Jesus
- Daniel de Castro Borges
- Kauê de Carvalho da Silva
- Josley da Silva Pereira
- Wilson Fernando da Silva
- Weliton Rodrigues Ribeiro
- Tatiane de Oliveira da Silva
- Robson dos Santos Nardini
- Pedro Helvécio Alves Zeferino
- Emerson Cardoso Fialho
- John Weverton Gomes da Silva
- Adeilson Brandão Pereira
- Alexandra Borges da Silva
- Iury Silvano de Oliveira
- José dos Reis Luiz Junior
- Viviana Abadia dos Santos
- Lucivanio dos Reis Borges

XIV- Do cargo de Psicólogo APS – e Multi:
- Celso Alves Borges Neto

XV – Do cargo de Técnico de Referência SCFV:
- Maria Aparecida de Jesus Moreira Ferreira

XVI- Do cargo de Técnico em Enfermagem:
- Cleide Maria Fernandes

XVII – Do cargo de Vigia:
- Cleiton Cardoso Souza
- Celia Regina Martins Ribeiro
- Sildo Antônio Pedrois
- José Roberto Dias

Os convocados têm o prazo de 2 (dois) dias úteis para comparecer na Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, situada na Praça Urias José da Silva, nº 42, bairro Centro, Indianópolis-MG, para dar início ao processo de contratação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 2 de fevereiro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Gonçalves Fernandes
Código Identificador:4038E033

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
DECRETO S/N, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO S/N, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre exoneração de cargo em comissão de Assessor II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Indianópolis,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora Luciana Melo França do cargo em comissão de Assessor II – Símbolo CC-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 2 de fevereiro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Gonçalves Fernandes
Código Identificador:FB134BE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
DECRETO S/N, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO S/N, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Indianópolis,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora Luciana Melo França no cargo em comissão de Coordenadora Municipal de Atenção Primária à Saúde, Símbolo CC-2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 2 de fevereiro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Gonçalves Fernandes
Código Identificador:543E9A75

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INHAÚMA E RESPILAR LOCACAO E VENDA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2026, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025 - REGISTRO DE PREÇOS. Partes: Prefeitura Municipal de Inhaúma – CNPJ 18.116.152/0001-10; Respilar Locacao E Venda De Equipamentos Medicos Ltda– CNPJ 26 650 047/0001-94. Objeto: Registro de preços para futura e eventual locação de aparelhos BIPAP (Bilevel Positive Airway Pressure) e CPAP (Continuos Positive Airway Pressure) seus acessórios e assistências técnicas presencial e remota, para atendimento a secretaria municipal de Saúde. Prazo de Vigência: 30/01/2026 a 30/01/2027. Valor do da Ata: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Dotação Orçamentária: 02.06.01.10.302.0020.2194.3.3.90.39.00 – Ficha: 354 – Fonte: 1.500.

Inhaúma/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ALDECIR FRANCISCO LUCIANO
Pregoeiro

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:353A8C2C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPANEMA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 021/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) Arco Cirúrgico Móvel Compacto, destinado a atender às demandas assistenciais da Secretaria

Municipal de Saúde, visando ao fortalecimento da estrutura hospitalar e à ampliação da capacidade de atendimento em procedimentos cirúrgicos e diagnósticos por imagem. Abertura dia 13/02/2026 às 09h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnetlicitacoes.com.br - https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br. Ipanema, 03 de fevereiro de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação

RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EXTRATO DE EDITAL PUBLICADO NO JORNAL HOJE EM DIA, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2025. ONDE SE LÊ: PROCESSO LICITATÓRIO N° 147/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO N° 089/2025, LEIA-SE: PROCESSO LICITATÓRIO N° 162/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO N° 093/2025. IPANEMA, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA.
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO DE INEXIGIBILIDADE N° 001/2026 – PROCESSO Nº 007/2026. Objeto: Efetuará a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica em assuntos de média e alta complexidade, para suporte aos trabalhos da Procuradoria Jurídica e do Gabinete do Prefeito do Município de Ipanema/MG, nos termos do art. 74, inciso III ”c” da Lei Federal nº 14.133/21, com suas alterações posteriores. Ipanema, 06 de janeiro de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Célia Aparecida Rodrigues Cupertino
Código Identificador:E27498B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – 4º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATO Nº 14/2022 – DECORRÊNCIA: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2022- OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOAQUIM ANTÔNIO, Nº 258, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE IPUIUNA/MG, PARA FUNCIONAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA. Com a Sra. ABIGAIL COUTINHO FORTES, CPF nº 524.446.006-49. Valor Mensal do Contrato R$ 1.162,56 (um mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Período de Prorrogação: 12 (doze) meses. De acordo com a Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária nº 02.02.03.13.392.0012.2.276.33.90.36 – Atividades Culturais/Cívicas e Patrimônio Histórico

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:0B89EA27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – CONTRATO Nº007/2026, com a empresaAssociação Mineira dos Municípios - AMM, inscrita no CNPJ: sob nº 20.513.859/0001-01, doProcesso Licitatório Nº 014/2026 - Dispensa nº008/2026-Objeto:**CONTRATAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATÉRIAS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA/MG, EM MEIO ELETRÔNICO (ON-LINE) CONFORME ESTABELECIDO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 05/2017 DATADO DIA 02.01.2017**. Valor do contrato:R$ 5.794,44 (cinco mil quinhentos setecentos e noventa e quarto reais e quarenta e quarto centavos). Vigência:O prazo de vigência, objeto deste contrato, será de 12 (Doze) meses. De acordo com o Art. 75, II, da Lei 14.133/2021. Dotações orçamentárias: 04.122.0001.2.206 3390.39.00 – 74 - Serviços de Secretaria- Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:B4F33AB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITACARAMBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE ALIMENTOS, REFEIÇÕES PREPARADAS, LANCHES E SALGADOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI/MG.
PROCESSO Nº 010/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 001/2026
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:
• Início do recebimento das propostas: dia 04/02/2026, a partir das 08h00min
• Encerramento do recebimento das propostas: dia 20/02/2026, às 09h00min
Data da Sessão Pública: 20 de fevereiro de 2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h16min (horário de Brasília)
Local: Plataforma da **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL:** www.bll.org.br
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://bll.org.br/

Itacarambi-MG, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO CESAR PINHEIRO DE AZEVEDO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:C5E4FC9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2026
OBJETO: OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES EXÓTICAS, NATIVAS E ORNAMENTAIS, BEM COMO PLACAS DE GRAMA, PARA A EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DE JARDINS, ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO URBANO, EM CONFORMIDADE COM O CONSTANTE NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.
PROCESSO Nº 011/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 002/2026
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:
• Início do recebimento das propostas: dia 04/02/2026, a partir das 08h00min
• Encerramento do recebimento das propostas: dia 23/02/2026, às 09h00min
Data da Sessão Pública: 23 de fevereiro de 2026

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h16min (horário de Brasília/DF)
Local: Plataforma da **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL:** www.bll.org.br
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://bll.org.br/

Itacarambi-MG, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO CESAR PINHEIRO DE AZEVEDO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:906097A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 0001/2026.

O **MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **CHAMADA PÚBLICA para fins de CREDENCIAMENTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 67, de 28 de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.
Objeto: Credenciamento de **oficinas mecânicas** para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mão de obra e fornecimento de peças, componentes e acessórios, destinados à frota de veículos leves, médios, pesados, máquinas, implementos e equipamentos pertencentes ao Município de Itacarambi e suas Secretarias, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
O **envio da documentação** terá início às **08h00 do dia 12 de fevereiro de 2026**, permanecendo **aberto por prazo indeterminado**

Disponibilização do Edital:
O edital completo poderá ser obtido:
• No site oficial do Município: https://www.itacarambi.mg.gov.br
• No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP:https://pncp.gov.br/app/editais
• Pelo e-mail: licitacao@itacarambi.mg.gov.br
• Presencialmente no Departamento de Compras e Licitações, situado na Praça Adolfo de Oliveira, s/nº, Centro, Itacarambi/MG, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

Itacarambi-MG, 02 de fevereiro de 2026.

PAULO CESAR PINHEIRO DE AZEVEDO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:AE97D588

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e WANDERSON PEREIRA RODRIGUES. CONTRATO nº 87; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:07/01/2026 Até:06/03/2026 ITACARAMBI,Quarta-feira 07 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:6E04CF30

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e Danilo Batista Nazare. CONTRATO nº 88; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:07/01/2026 Até:06/03/2026 ITACARAMBI,Quarta-feira 07 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:0400C791

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e WEMERSON AUGUSTO SANTOS SOUZA. CONTRATO nº 89; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:07/01/2026 Até:06/03/2026 ITACARAMBI,Quarta-feira 07 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:503DF7F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e DANIEL ALVES DE PAULA. CONTRATO nº 90; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.820,80 Vigência:07/01/2026 Até:06/03/2026 ITACARAMBI,Quarta-feira 07 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:CD9BFC2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e RIBEIRO & SILVA ENGENHARIA LTDA. CONTRATO nº 98; OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de obra de engenharia para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem na estrada vicinal que interliga a cidade de Itacarambi/MG ao Mirante e à comunidade de Várzea Grande no município de Itacarambi-MG.; LICITACAO: Concorrência 4 / 2025 Valor Global:R$ 863.530,67

Vigência:07/01/2026 Até:06/01/2027 ITACARAMBI,Quarta-feira 07 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:A61D942C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA. CONTRATO nº 100; OBJETO: Aquisição de PAINEL INTEGRADO HIBRIDO 75 (polegadas) e TELA INTERATIVA 65 (polegadas) com softwares embarcados, instalação, suporte técnico, capacitação de usuários e demais serviços correlatos para serem utilizados nas unidades escolares do município de Itacarambi/MG.; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 16 / 2025 Valor Global:R$ 185.040,00 Vigência:07/01/2026 Até:06/01/2027 ITACARAMBI,Quarta-feira 07 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:29257C7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e ROSIMARY PEREIRA SANTANA. CONTRATO nº 109; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:FA4D253E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e NAYARA RODRIGUES VIEIRA. CONTRATO nº 110; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:0E118479

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e VIVIANE TORQUATO DOS SANTOS CARDOSO. CONTRATO nº 111; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:B0427AD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e MARIA DOMINGA PEREIRA DE JESUS. CONTRATO nº 112; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:423728EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JUCELIA OLIVEIRA RIBEIRO. CONTRATO nº 113; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:00354E37

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e ALAN FERNANDES NIZ. CONTRATO nº 114; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:AFC15FA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e MARIA FERREIRA DA SILVA. CONTRATO nº 115; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:76D5B7C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JOAO PEDRO RODRIGUES RIBEIRO. CONTRATO nº 116; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:051603D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JOSE GILVAN QUEIROZ. CONTRATO nº 117; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/06/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:49A771B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e YAGO DA SILVA GUIMARÃES. CONTRATO nº 118; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:74057B8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e FLAMEL DE SOUZA CHAGAS. CONTRATO nº 120; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:E6582317

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e EDILENE FERREIRA DE ARAUJO. CONTRATO nº 122; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:5F097340

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e VILMAR RIBEIRO LOPES. CONTRATO nº 123; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:14/01/2026 Até:13/03/2026 ITACARAMBI,Quarta-feira 14 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:5E727864

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e GILVAN GOMES DA MOTA. CONTRATO nº 124; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:14/01/2026 Até:13/03/2026 ITACARAMBI,Quarta-feira 14 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:56AA248D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e IVANILSON RODRIGUES DA SILVA. CONTRATO nº 125; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:14/01/2026 Até:13/03/2026 ITACARAMBI,Quarta-feira 14 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:4F46B64F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JOAO PEDRO RODRIGUES RIBEIRO. CONTRATO nº 116; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:7692DF9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e JOSE GILVAN QUEIROZ. CONTRATO nº 117; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/06/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:3754FBD9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e YAGO DA SILVA GUIMARÃES. CONTRATO nº 118; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:20CB48D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e BRENDON LIMA PEREIRA. CONTRATO nº 119; OBJETO: RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA HOSPITALAR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR DE PAREDES, COVEIRO, VIGIA, GARI, PODADOR DE ÁRVORES, CAPINA DE VIAS, SERRALHEIRO, CALCETEIRO, JARDINEIRO, ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO, OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATORISTA) E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG; LICITACAO: Credenciamento 1 / 2025 Valor Global:R$ 5.180,80 Vigência:13/01/2026 Até:12/03/2026 ITACARAMBI,Terça-feira 13 Janeiro 2026

Publicado por:
Cynthia Porto Mendes
Código Identificador:FD284A03

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA - PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 129/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – torna pública ERRATA referente à publicação do EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 129/2021, veiculada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros da AMM, página 132, no dia 31/12/2025. **ONDE SE LÊ:** "EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 129/2021" no título do documento, **LEIA-SE:** "EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº129/2021". **ONDE SE LÊ:** "extrato do 2º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 129/2021", no corpo do texto, **LEIA-SE:** "extrato do 1º Termo de Apostilamento ao

Contrato nº 129/2021". As demais disposições permanecem inalteradas.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:35F90BB8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA - PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 262/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – torna pública ERRATA referente à publicação do EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 262/2021, veiculada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros da AMM, página 132, no dia 31/12/2025.**ONDE SE LÊ:**"EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 262/2021" no título do documento,**LEIA-SE:**"EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 262/2021".**ONDE SE LÊ:**"extrato do 2º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 262/2021", no corpo do texto,**LEIA-SE:**"extrato do 3º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 262/2021". As demais disposições permanecem inalteradas.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:FBE34DA7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 101/2025. **Contratada:** AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS TURISTICOS LTDA. **Objeto:** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados por meio de assessoria presencial com o intuito de promover o desenvolvimento territorial de Itaguara. **Aditivo de Prazo e Valor.** Processo nº 54/2025; Dispensa nº 24/2025. **Valor:** R$ 56.951,04. **Vigência:** 12/03/2026 a 11/03/2027. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 02/02/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:B116D989

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 212/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 212/2023. **Contratada:** SEGUROS SURA S.A. **Objeto:** O presente apostilamento tem como objeto a alteração das dotações orçamentárias estabelecidas no Contrato, a fim de adequá-los às novas classificações e unidades orçamentárias constantes na Lei Orçamentária Anual – LOA/2026. **Processo** nº 88/2023; **Pregão** nº 59/2023. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura**: 29/12/2025.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:5A2243E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 15/2026 INEXIGIBILIDADE 10/2026 AVISO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 15/2026 Inexigibilidade 10/2026 – Aviso de homologação – Objeto: Aquisição de KIT ENXOVAL BEBÊ, atendendo à solicitação da Secretaria de Saúde do Município de Itaguara-MG, através de participação no Processo SEI 1320.01.0091836/2024-28, adesão à ARP Nº 65/2025, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 226/2024, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Empresa vencedora: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, item 01 Valor Total R$4.837,35; maiores informações no sítio www.itaguara.mg.gov.br. Itaguara, 30/01/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:54381570

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TORNA SEM EFEITO PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG - torna sem efeito o extrato do 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 19/2025, Processo Licitatório n.º 03/2025, Dispensa nº 03/20245**. CONTRATADA**: PRIUS INFORMADOR JURÍDICO LTDA. **Objeto:** O presente apostilamento tem como objeto a alteração das dotações orçamentárias estabelecidas no Contrato, a fim de adequá-las às novas classificações e unidades orçamentárias constantes na Lei Orçamentária Anual – LOA/2026 Data de Publicação: 31/12/2025 (pgs. 121 e 122) – Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:D4315342

DEPARTAMENTO PESSOAL
NOMEAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO / EDITAL N° 01/2024 – Prefeitura Municipal de Itaguara/MG – DATA: 30/01/2026

NÚMERO DE INSCRIÇÃO E NOME COMPLETO
NOMEIA, em caráter efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de que trata o EDITAL N° 01/2024, a seguinte candidata para o cargo da Prefeitura Municipal de Itaguara/MG relacionado:

ASEB – AUXILIAR DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
0000588 ANA CLAUDIA EVANGELISTA DOS SANTOS

Itaguara, 30 de Janeiro de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiula Luciana de Andrade
Código Identificador:2DBDDB8B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026 – PROCESSO Nº 020/2026

Homologo os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas/MG quanto ao Procedimento Licitatório nº 020/2025 – Pregão Presencial nº 003/2025, adjudicando o objeto licitado em favor da empresa: **P S MENDES ESTRUTURAS LTDA - CNPJ: 17.426.877/0001-41**,

VALOR TOTAL: R$ 269.870,00 (Duzentos e sessenta e move mil, oitocentos e setenta reais), para que produza os efeitos legais da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores.

Itamarati de Minas/MG, 02 de fevereiro de 2026.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026 – PROCESSO Nº 020/2026

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2025, referente ao Pregão Presencial nº 002/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBANK DA CÂMARA, para a contratação de empresa especializada para locação e instalação de materiais, estruturas e equipamentos (palco, som, iluminação, motogerador, tendas, gradil, grade de fechamento, cabines sanitárias, brinquedos e locutor), para os eventos promovidos pela Prefeitura de Itamarati de Minas, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer deste Município.

Empresa Vencedora:
P S MENDES ESTRUTURAS LTDA
CNPJ: 17.426.877/0001-41
VALOR TOTAL: R$ 269.870,00 (Duzentos e sessenta e move mil, oitocentos e setenta reais)

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito na conta bancária da contratada, ou através de cheque.

Data da assinatura da homologação: 02/02/2026.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:A247F1B8

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026 – PROCESSO Nº 019/2026

Homologo os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas/MG quanto ao Procedimento Licitatório nº 019/2025 – Pregão Presencial nº 002/2025, adjudicando o objeto licitado em favor da empresa: **MP EVENTOS LTDA - CNPJ: 49.400.565/0001-55**, **VALOR TOTAL: R$ 806.510,00 (Oitocentos e seis mil, quinhentos e dez reais)**, para que produza os efeitos legais da Lei Federal nº 14.133/2021 com suas alterações posteriores.

Itamarati de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

***CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA* –**
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026 – PROCESSO Nº 019/2026

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2025, referente ao Pregão Presencial nº 002/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBANK DA CÂMARA, para a contratação de empresa especializada para locação e instalação de materiais, estruturas e equipamentos (palco, som, iluminação, motogerador, tendas, gradil, grade de fechamento, cabines sanitárias, brinquedos e locutor), para os eventos promovidos pela Prefeitura de Itamarati de Minas, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer deste Município.

Empresa Vencedora:
MP EVENTOS LTDA
CNPJ: 49.400.565/0001-55
VALOR TOTAL: R$ 806.510,00 (Oitocentos e seis mil, quinhentos e dez reais)

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito na conta bancária da contratada, ou através de cheque.

Data da assinatura da homologação: 02/02/2026.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:188E5818

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PRC 005-2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

Av. Cel. Araujo Porto, 506, Itamarati de Minas - MG, 36788-000
CNPJ: 17.706.813/0001-02 - Fone: (32) 3452-1212

Extrato de Termo Aditivo

NÚMERO DO TERMO: 00002/26

NÚMERO DO CONTRATO: 0020/25

PROCESSO: 000005/25

FORNECEDOR: VILMAR ALVES FURTADO 136.115.506-04

VALOR DO ADITIVO: 38.904,00

DATA DE ASSINATURA: 15/01/2026

VIGÊNCIA: 17/01/2026 até 17/01/2027

HISTÓRICO: Acréscimo

TIPO DE ALTERAÇÃO: Bilateral

DESCRIÇÃO: A celebração do presente Termo Aditivo ao Contrato de Aluguel do imóvel onde está instalada a Delegacia de Polícia justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços de segurança pública à população, evitando qualquer interrupção nas atividades essenciais desempenhadas pela unidade policial.

O imóvel em questão atende plenamente às necessidades operacionais da Delegacia, possuindo localização estratégica, estrutura adequada e condições que viabilizam o regular funcionamento das atividades administrativas e de atendimento ao público. A manutenção do contrato mostra-se, portanto, mais vantajosa à Administração Pública do que a eventual mudança de endereço, a qual acarretaria custos adicionais, transtornos operacionais e prejuízos ao interesse público.

Dessa forma, o termo aditivo visa ajustar/renovar/prorrogar as condições contratuais, mantendo-se o uso do imóvel para fins de segurança pública, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

OBJETO: Locação de 01 imóvel

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:33B6447E

LICITAÇÃO E CONTRATOS
LEI Nº 1.066/2026

LEI Nº 1.066/2026

Cria a Secretaria Municipal de Turismo e Comércio, e dá outras providências.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA, Prefeito de Itamarati de Minas, Estado de Minas Gerais, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criada na Estrutura Administrativa do Município de Itamarati de Minas, a SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E COMÉRCIO, com a finalidade de planejar, coordenar e executar políticas públicas voltadas para o turismo e o comércio local, com atribuições estatuídas nesta Lei.

Art. 2º – A Secretaria Municipal de Turismo e Comércio tem por finalidade:
I – Instituir a Política Municipal do Turismo;
II – Implementar as vias de valorização dos bens turísticos do Município;
III – Propor ações de proteção e recuperação dos bens turísticos existentes no Município;
IV – Manter controle constante dos bem existentes, possíveis de visitação;
V – Integrar suas atividades de proteção e aproveitamento turístico do Município;
VI – Elaboração e acompanhamento de planos, programas e projetos relativos ao desenvolvimento do turismo no Município;
VII – Analisar situações diversas, referentes a dados econômicos sobre o Turismo para o Município;
VIII – Fomentar o turismo como instrumento econômico, social e cultural no Município;
IX – Promover e divulgar os atrativos turísticos de Itamarati de Minas em nível regional, nacional e internacional;
X – Incentivar a criação de roteiros turísticos que integrem o Município com outras cidades da região;
XI – Estimular o empreendedorismo local, com foco na geração de empregos e aumento da renda dos munícipes;
XII – Elaborar programas de qualificação para profissionais que atuem diretamente ou indiretamente no setor turístico e no comércio;
XIII – Captar recursos para o setor turístico e para o fortalecimento da economia local;
XIV – Coordenar e apoiar eventos e festividades que promovam o turismo e a economia local;
XV – Propor parcerias com a iniciativa privada, organizações não governamentais e outras esferas de governo para o desenvolvimento turístico e econômico do Município;
XVI – Definir objetivos, elaborar e supervisionar a política do Município de assistência aos pontos turísticos, de conformidade com as diretrizes da política estadual e nacional;
XVII – Propor e executar as políticas de desenvolvimento comercial no Município;
XVIII – Atrair e incentivar o desenvolvimento comercial num contexto de globalização e competitividade econômica, que se proponham a promover a capacitação tecnológica das empresas instaladas ou a se instalarem no Município.

Art. 3º – A Estrutura Administrativa da Secretaria poderá ser definida por Decreto do Poder Executivo, observando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Art. 4º – O representante da Secretaria Municipal de Turismo e Comércio será um Secretário, nomeado pelo Prefeito, cabendo-lhe as seguintes atribuições:
I – Coordenar e supervisionar as atividades da Secretaria;
II – Representar o Município em assuntos relacionados ao turismo e ao comércio;
III – Propor e executar planos, programas e projetos voltados ao cumprimento dos objetivos da Secretaria Municipal de Turismo e Comércio;
IV – Submeter à apreciação do Prefeito relatórios periódicos de gestão e resultados alcançados pela Secretaria;
V – Articular-se com outras Secretarias Municipais para integração das políticas públicas.

Art. 5º – As despesas decorrentes da implantação da Secretaria Municipal do Turismo e Comércio serão atendidas por dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementados, se necessário.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, passa a denominar-se SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (SECULTE).

Parágrafo Único – Deixa de integrar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a ***Seção de Turismo*** e o cargo de ***Chefe da Seção de Turismo***.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Comércio passa a denominar-se SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUL-TURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 8º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itamarati de Minas/MG, 27 de janeiro de 2026

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Américo de Oliveira
Código Identificador:6EAE6421

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PORTARIA Nº 006/2026

PORTARIA Nº 006/2026

Nomeia Secretária Municipal de Turismo e Comércio.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA, Prefeito Municipal de Itamarati de Minas, no uso de suas atribuições legais, etc.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora **ELAINE FERRAZ RODRIGUES** nos termos da Lei nº 265 de 01 de agosto de 1991, do Regime Jurídico Único e Plano de Carreiras e Vencimentos da Administração Municipal, com alterações de acordo com as Leis Complementares nº 489/2003 e nº 584/2008, no cargo **Secretária de Turismo e Comércio**, de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito de Itamarati de Minas, 2 de fevereiro de 2026

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Américo de Oliveira
Código Identificador:5B443652

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO 02/2026 CMDCA

Resolução nº 002/2026/CMDCA

Dispõe sobre o acolhimento da solicitação de renúncia da função de Conselheira Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Itanhandu/MG , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 1.504 de 02 de maio de 2022 e no regimento interno.

CONSIDERANDO a carta de renúncia datada no dia 02 de fevereiro de 2026, da Sra. Lucinéa Soares da Silva, declarando renúncia ao cargo de Conselheira Tutelar, a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itanhandu-MG, através de recebimento nesta mesma data;
CONSIDERANDO o regimento interno do Conselho Tutelar em seu Art.33 que prevê vacância da função em razão de posse em carga eletivo, emprego ou função pública remunerada e renúncia.
RESOLVE:
ART.1º – ACATAR o pedido formalizado de renúncia ao cargo de Conselheira Tutelar de Lucinéa Soares da Silva, á partir de 02 de fevereiro de 2026, dando nesta mesma data vacância ao cargo.
ART.2º - Cientifique-se a Conselheira Tutelar.
ART.3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 02 de fevereiro de 2026.

MICHELLI CRISTINA DE SOUZA NOGUEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Ricardo Souza Moreira Dos Santos
Código Identificador:F1A5DADB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHOMI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. AVISO DE ADJUDICAÇÃO – O Município de Itanhomi torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ADJUDICAÇÃO do Processo Administrativo nº 084/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2025 (Chamada Pública de Credenciamento nº 016/2025). Objeto:CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídida, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a contratação de EDUCADOR FÍSICO, para atuar no Projeto Praça Saudável (Academia da Melhor Idade) instaladas na sede do Município e Distritos e no Programa PROJOVEM ADOLESCENTE. Fica o objeto ADJUDICADO à empresa MARCUS AURELIO BORGES SOUZA (CREF: 053649-P/SP), pelo valor global de R$ 61.754,88. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 02 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:7E8C1AD9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. AVISO DE ADJUDICAÇÃO – O Município de Itanhomi torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ADJUDICAÇÃO do Processo Administrativo nº 088/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025 (Chamada Pública de Credenciamento nº 017/2025). Objeto:CREDENCIAMENTO de pessoa física ou pessoa jurídica, compreendendo a contratação de 01 (um) fonoaudiólogo para atuar no Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Fica o objeto ADJUDICADO à empresa JÚLIA RODRIGUES MONTEIRO ME (CNPJ: 64.259.410/0001-34), pelo valor global de R$ 74.057,76. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 20 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:E530CBDF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. AVISO DE ADJUDICAÇÃO – O Município de Itanhomi torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ADJUDICAÇÃO do Processo Administrativo nº 089/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2025 (Chamada Pública de Credenciamento nº 018/2025). Objeto:CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a Prestação de Serviços de Calceteiro, para atender as necessidades do Município de Itanhomi-MG. Fica o objeto ADJUDICADO à empresa DANIEL NOGUEIRA DA SILVA ME (CNPJ: 56.961.910/0001-95), pelo valor global de R$ 181.360,00. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 20 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:5DA0BC24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – O Município de Itanhomi torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a HOMOLOGAÇÃO do Processo Administrativo nº 084/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2025 (Chamada Pública de Credenciamento nº 016/2025). Objeto:CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídida, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a contratação de EDUCADOR FÍSICO, para atuar no Projeto Praça Saudável (Academia da Melhor Idade) instaladas na sede do Município e Distritos e no Programa PROJOVEM ADOLESCENTE. Empresa: MARCUS AURELIO BORGES SOUZA (CREF: 053649-P/SP). Valor: R$ 61.754,88. Por este ato, amparado pelo Parecer Técnico Jurídico, procedo à HOMOLOGAÇÃO do presente processo nos termos da legislação em vigor. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 05 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:E8F8534E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – O Município de Itanhomi torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a HOMOLOGAÇÃO do Processo Administrativo nº 088/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025 (Chamada Pública de Credenciamento nº 017/2025). Objeto:CREDENCIAMENTO de pessoa física ou pessoa jurídica, compreendendo a contratação de 01 (um) fonoaudiólogo para atuar no Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Empresa: JÚLIA RODRIGUES MONTEIRO ME (CNPJ: 64.259.410/0001-34). Valor: R$ 74.057,76. Por este ato, amparado pelo Parecer Técnico Jurídico, procedo à HOMOLOGAÇÃO do presente processo nos termos da

legislação em vigor. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 21 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:0BE49252

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – O Município de Itanhomi torna público, nos termos do inciso IV, artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a HOMOLOGAÇÃO do Processo Administrativo nº 089/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2025 (Chamada Pública de Credenciamento nº 018/2025). Objeto:CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a Prestação de Serviços de Calceteiro, para atender as necessidades do Município de Itanhomi-MG. Empresa: DANIEL NOGUEIRA DA SILVA ME (CNPJ: 56.961.910/0001-95). Valor: R$ 181.360,00. Por este ato, amparado pelo Parecer Técnico Jurídico, procedo à HOMOLOGAÇÃO do presente processo nos termos da legislação em vigor. Prefeitura Municipal de Itanhomi, 21 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:1AACC78A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. Assunto: EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2026 – Processo Administrativo nº 084/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2025 (CREDENCIAMENTO Nº 016/2025). Objeto: CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídida, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a contratação de EDUCADOR FÍSICO, para atuar no Projeto Praça Saudável (Academia da Melhor Idade) instaladas na sede do Município e Distritos e no Programa PROJOVEM ADOLESCENTE. Contratante: Município de Itanhomi. Credenciado: MARCUS AURELIO BORGES SOUZA (CREF: 053649-P/SP). Valor: R$ 61.754,88. Dotação orçamentária: Diversas. Vigência: 05/01/2026 a 04/01/2027. Itanhomi, 05 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLOS FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:3FA6ED82

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. Assunto: EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2026 – Processo Administrativo nº 088/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025 (CREDENCIAMENTO Nº 017/2025). Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoa física ou pessoa jurídica, compreendendo a contratação de 01 (um) fonoaudiólogo para atuar no Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Contratante: Município de Itanhomi. Credenciado: JÚLIA RODRIGUES MONTEIRO ME (CNPJ: 64.259.410/0001-34). Valor: R$ 74.057,76. Dotação orçamentária: 02.06.01.10.301.0015.2035.3.3.90.34.00 – Fonte: 1.500.000.0000 / 1.600.000.0000. Vigência: 21/01/2026 a 20/01/2027. Itanhomi, 21 de janeiro de 2026.

DR. ARTHUR DI CARLOS FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:A53745CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG. Assunto: EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2026 – Processo Administrativo nº 089/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2025 (CREDENCIAMENTO Nº 018/2025). Objeto: CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a Prestação de Serviços de Calceteiro, para atender as necessidades do Município de Itanhomi-MG. Contratante: Município de Itanhomi. Credenciado: DANIEL NOGUEIRA DA SILVA ME (CNPJ: 56.961.910/0001-95). Valor: R$ 181.360,00. Dotação orçamentária: 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.36.00 - Fonte:1.500.000.0000, 02.07.01.15.451.0020.2047.3.3.90.39.00 – Fonte: 1.500.000.0000, 1.501.000.0000, 1.703.000.0000, 1.751.000.0000. Vigência: 21/01/2026 a 20/01/2027. Itanhomi, 21 de janeiro de 2026. Dr.

ARTHUR DI CARLOS FERREIRA E SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:43179F8F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DO JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 016/2025 (CREDENCIAMENTO)

OBJETO: CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídida, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a contratação de EDUCADOR FÍSICO, para atuar no Projeto Praça Saudável (Academia da Melhor Idade) instaladas na sede do Município e Distritos e no Programa PROJOVEM ADOLESCENTE.

O Agente de Contratação juntamente com sua Comissão, vem através do presente, divulgar o resultado referente à **PRIMEIRA ANÁLISE** da CHAMADA PÚBLICA de credenciamento para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de Educador Físico.

01)- MARCUS AURELIO BORGES SOUZA (CREF: 053649-P/SP).

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 23 de dezembro de 2025.

LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:6D0B1F67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DO JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2025 (CREDENCIAMENTO)

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoa física ou pessoa jurídica, compreendendo a contratação de 01 (um) fonoaudiólogo para atuar no Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

O Agente de Contratação juntamente com sua Comissão, vem através do presente, divulgar o resultado referente à **PRIMEIRA ANÁLISE** da CHAMADA PÚBLICA de credenciamento para contratação de

pessoa física ou jurídica para prestação de serviços com especialidade em FONOAUDIOLOGIA.

01)- CLASSIFICADO: JÚLIA RODRIGUES MONTEIRO ME (CNPJ: 64.259.410/0001-34).

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 20 de janeiro de 2026.

LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:F20DF07A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DO JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 018/2025 (CREDENCIAMENTO)

OBJETO: CREDENCIAMENTO de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, compreendendo a Prestação de Serviços de Calceteiro, para atender as necessidades do Município de Itanhomi-MG.

O Agente de Contratação juntamente com sua Comissão, vem através do presente, divulgar o resultado referente à **PRIMEIRA ANÁLISE** da CHAMADA PÚBLICA de credenciamento para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de Calceteiro.

01)- CLASSIFICADO: DANIEL NOGUEIRA DA SILVA ME (CNPJ: 56.961.910/0001-95).

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 20 de janeiro de 2026.

LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:8ACA7797

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 566/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 566/2025 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 462/2025. EXTRATO DO CONTRATO Nº 909/2025.

Processo administrativo nº 566/2025 - processo licitatório nº 566/2025 – modalidade pregão eletrônico nº 462/2025. **Extrato do Contrato nº 909/2025**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 04.355.394/0002-32. Objeto: **Compra (**art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) de medicamentos injetáveis, para fornecimento parcelado, **através de adesão à ata de registro de preços nº 447/2025 do processo nº 37/2025, modalidade de pregão eletrônico nº 27/2025, da Instituição de Cooperação do Médio Paraopeba – ICISMEP. Valor do contrato R$10.256,00 (dez mil e duzentos e cinquenta e seis reais). Vigência: 02/01/2026 a 17/07/2026**.

Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:1CD78007

SECRETARIA DE URBANISMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 487/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 487/2025 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.393/2025.

Processo administrativo 487/2025 – processo Licitatório nº 487/2025 – modalidade pregão eletrônico nº 90.393/2025. Em atendimento ao disposto no item 7.10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
7.11. Tendo em vista as especificidades do objeto do certame, a licitante que ofertou o menor preço, será convocada para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar amostras em sessão pública para fins de constatação da conformidade do produto com a demanda do edital, sob pena de não aceitação da proposta.
7.11.1. Serão avaliados todos os requisitos estabelecidos no presente Termo de Referência (caráter da estrutura, assento e encosto, tratamento da superfície, fixação e peso) tendo como base os critérios objetivos: dimensional, acabamento e estética, qualidade, aderência e espessura da pintura.
7.11.2. Deverá ser apresentada uma única unidade de amostra de cada item.
7.12. Para fins de comprovação de qualificação técnica a empresa participante deverá apresentar cópia de ensaios, testes, laudos e demais certificados, assim como seus respectivos resultados.
7.12.1. Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 8095:2015 Material metálico revestido e não revestido- corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada-mínimo de exposição de 1500 horas sem amostras apresentarem diferenças desde o início do ensaio.
7.12.2. Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 10433:2023 tintas e vernizes-determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas-espessura mínima média de 120 micras em chapa de aço carbono.
7.12.3. Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 11003:2023 tintas-determinação da aderência-classificação mínima GR0 ou Y0/X0.
7.12.4. Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 17088:2023 ou ASTM B117- corrosão por exposição à névoa salina-chapa de aço carbono – mínimo de exposição de 1000 hs.
7.12.5. Documento/Certificado FSC 100% (Forest Stewardship Council).
7.12.6. DOF (Documento de origem florestal).
7.12.7. Certificado de garantia mínima de 02 (dois) anos.
7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
7.13.1. Será emitido laudo de avaliação, no qual constará os motivos de aprovação/ reprovação da amostra, inclusive com registros fotográficos, caso se faça necessário.
7.14. A Administração publicará no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, disponível na "internet" (rede mundial de computadores), no endereço institucional www.diariomunicipal.com.br a convocação de todos os demais licitantes para a sessão de apresentação das amostras.
7.15. As amostras serão avaliadas por servidores designados pelo Município através da Secretaria requisitante.
7.15.1. Caso na análise das amostras, haja aprovação com ressalvas, a licitante deverá enviar amostras escoimada das ressalvas em um prazo de 15 (quinze) dias úteis, que será novamente analisada pela equipe designada pela secretaria de urbanismo, em sessão pública designada para este fim.
7.16. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem amostras que não atendam as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital, e forem reprovadas pela equipe designada pela Secretaria de Urbanismo.
7.17. Serão desclassificadas as licitantes que convocadas para apresentar amostras em sessão pública, não compareçam no dia e horário fixados, e nem envie suas amostras.
7.18. As amostras poderão ser enviadas via correios, para o endereço: Rua Nossa Senhora Aparecida nº 237, Bairro Pio XII - Itatiaiuçu - CEP: 35.685-000.
7.18.1. As amostras devem chegar ao local até a data e horário designados para a sessão de análise das amostras.
7.18.2. Caso a oferta não seja aceitável, ou se a proponente não atender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências editalícias, sendo a respectiva

proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido no objeto deste edital.
7.19. No caso de não apresentação da amostra ou de reprovação, a Administração publicará no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, disponível na "internet" (rede mundial de computadores), no endereço institucional www.diariomunicipal.com.br, a convocação de todos os demais licitantes para a retomada da sessão, e o reinício dos trabalhos licitatórios, a partir do exame de ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, ato que, se necessário, repetir-se-á sucessivamente até o alcance de outra LICITANTE VENCEDORA.
7.20. Os custos para a apresentação das amostras serão de total responsabilidade da empresa licitante.
7.20.1. Os custos para retirada das amostras avaliadas serão total responsabilidade da empresa licitante, tendo um prazo de máximo 30 dias após a homologação, contudo, em caso de aprovação, a amostra poderá ser retida pela Administração para fins de posterior conferência com o produto entregue posteriormente.
7.21. A ausência da entrega de uma ou mais amostras, ou ainda a REPROVAÇÃO de uma ou mais amostras apresentada implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da licitante.
7.22. Caso sejam REPROVADAS uma ou mais amostras, a licitante terá desclassificada a sua proposta, quando o pregoeiro convocará a empresa detentora da 2ª melhor proposta para apresentar amostras nas mesmas condições da 1ª; e assim sucessivamente, até que se obtenha uma proposta que atenda os anseios da Administração.
7.23. A licitante que apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE, tiver suas amostras aprovadas, e constatado o pleno e total atendimento às exigências fixadas neste instrumento convocatório, será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo pregoeiro.
7.24. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes".
Portanto, fica a empresa licitante **R.A COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LICITACOES LTDA (provisoriamente classificada para o lote único)**, intimada a apresentar a amostra dos itens do lote do pregão. A amostra poderá ser enviada via correios, para o endereço: Rua Nossa Senhora Aparecida nº 237 – Pio XII – Itatiaiuçu - CEP: 35.685-000, devendo estar endereçadas para a Secretaria Municipal de Urbanismo. A amostra deve chegar ao departamento até a data e horário designados para a sessão de análise da amostra. Ficam convocados todosos demais licitantes para a sessão de apresentação da amostra que se realizará no dia **02/03/2026 às 10h:00min**.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:FC654C94

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO.

A Prefeita Maria Conceição dos Reis Pereira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão nº 01/2026, Processo Administrativo nº 02/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR e ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Vencedores:

- 56.638.009 EDUARDO BATISTA HOLANDA – CNPJ: 56.638.009/0001-87 **– Valor total estimado: R$ 900,00 (novecentos reais);**

- AUTO PECAS DO GUILHERME LTDA – CNPJ: 24.750.749/0001-14 **– Valor total estimado: R$ 80.854,80 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos);**

Maiores informações, a partir dos dados gerais do processo licitatório, na página https://app.ammlicita.org.br.

Jacuí-MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:2C1A5BEC

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Município de Jacuí/MG torna público o Processo nº. 03/2026 Pregão Eletrônico nº. 02/2026. Tipo: **Menor valor por item**. Objeto: **Constitui o objeto da presente licitação o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza, produtos descartáveis e utensílios domésticos, para a manutenção de diversos departamentos do município.** Início do recebimento das propostas em 04/02/2026 às 08:30. Fim do acolhimento das propostas em 13/02/2026 às 08:30. Início da sessão de lances em 13/02/2026 às 09:00. Plataforma AMM Licita. Edital completo e demais informações: site www.jacui.mg.gov.br - telefone (35) 3593-1250.

***VINICIUS APARECIDO PEREIRA*–**
Pregoeiro.

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:3525D09B

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 08/2026

Município de Jacuí/MG torna público Extrato de Ata de Registro de Preços n°. 08/2026, referente ao Processo n° 04/2026, Pregão n°. 03/2026 – DETENTORA: **PANIFICADORA JACUI LTDA,** inscrita no CNPJ: 20.659.199/0001-71. Valor total estimado em R$ 23.635,000 (vinte e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais). **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da merenda nas escolas da rede municipal de ensino e demais secretarias do município, café da manhã dos servidores e lanches em reuniões ou conferências durante o exercício de 2026. **Vigência:** 28/01/2026 a 28/01/2027.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita –

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:507B735E

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 109/2025

Município de Jacuí/MG torna público Extrato de Ata de Registro de Preços n°. 109/2025, referente ao Processo n° 71/2025, Pregão n°. 33/2025 – DETENTORA: **EGC COMERCIO E ATACADISTA DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA,** inscrita no CNPJ:31.768.037/0001-98. Valor total estimado em R$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais)**. Objeto:** Constitui o objeto da presente licitação o registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de informática para manutenção de diversos departamentos do Munícipio. **Vigência**: 29/01/2026 a 29/01/20267.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita –

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:2A3F2E07

CONTRATOS E LICITAÇÕES
INFORMATIVO AOS PROPRIETÁRIOS DE BENS TOMBADOS/INVENTARIADOS

Aos: Proprietários e responsáveis do bem imóvel Tombado Residência Situada a Rua Barão do Rio Branco, 84 – Centro - Jacuí-MG.
Assunto: Intervenções nos Bens Protegidos Pela Lei Nº 1.726 de 10/03/2017

Prezados Senhores (as)

A Prefeitura Municipal de Jacuí através do Departamento de Cultura e do Setor de Proteção do Patrimônio cultural, juntamente com o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimonio Cultural de Jacuí vem informar aos proprietários do bem Imóvel Tombado/Inventariado no município, que o referido bem imóvel, **não pode** sofrer ações que caracterizem alterações em sua estrutura e seus aspectos como estruturas das edificações, características arquitetônicas, fachadas, divisões internas ou externas, reformas, demolições, pinturas e outras ações similares, dentro do Perímetro de tombamento e do Entorno, sem o devido conhecimento e autorização do Setor de Proteção do Patrimônio Cultural e o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Jacuí, segundo as normas de proteção da **Lei Municipal n. 1.726 de 10 de Março de 2017** que estabelece essas normas, no **CAPÍTULO III DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS** em seu Art.22, que está disponível no setor de proteção em seus arquivos e também na Prefeitura Municipal de Jacuí. Em caso de descumprimento da Lei serão aplicadas as sanções civis e penais cabíveis. Cabe ao Departamento de Cultura através do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural fiscalizar e notificar ao Ministério Público as infrações graves cometidas contra o Patrimônio Cultural. Este informativo será publicado em Jornal de grande circulação da região, entregue uma cópia aos responsáveis pelo bem e ficará arquivado uma cópia deste informativo.
Jacuí, 02 de fevereiro de 2026

AGNALDO TOMAZ DE PONTES
Chefe do Setor de Proteção do Patrimônio Cultural de Jacuí/MG

ANGELA APARECIDA ALVIM BATISTA
Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Jacuí/MG.

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:7B3B357C

PREFEITURTA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2.876 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a interdição de vias públicas para a realização da Festividade de Carro de Boi no Município de Jacuí/MG, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Jacuí, Estado de Minas Gerais, Sra. **Maria Conceição dos Reis Pereira**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
CONSIDERANDO a realização da tradicional **Festividade de Carro de Boi**, no dia **08 de fevereiro de 2026 (domingo)**, evento cultural que integra o calendário oficial do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança dos participantes, condutores, animais, espectadores e a adequada organização do trânsito;
CONSIDERANDO a importância da preservação da ordem pública e da mobilidade urbana durante a realização do evento;

DECRETA:

DA INTERDIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

Art. 1º – Fica interditada a circulação de veículos automotores nas vias públicas utilizadas para a realização da **Festividade de Carro de Boi**, no Município de Jacuí/MG.
§ 1º – A interdição ocorrerá no dia **08 de fevereiro de 2026**, no horário compreendido entre **06h00 (seis horas)** e **17h30 (dezessete horas e trinta minutos)**.
§ 2º – Durante o período de interdição, será permitida apenas a circulação de:
I – pedestres;
II – participantes do evento e condutores de carros de boi;
III – equipes de apoio, organização e fiscalização;
IV – veículos de emergência e de serviços essenciais, quando devidamente autorizados.
§ 3º – A Administração Municipal poderá, se necessário, ampliar ou ajustar o perímetro e o horário da interdição, visando à segurança pública e ao bom andamento da festividade.

DA FISCALIZAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 2º – A fiscalização do cumprimento deste Decreto ficará a cargo dos órgãos municipais competentes, com apoio da Polícia Militar e da equipe de apoio do evento.
Art. 3º – O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação vigente.
Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Jacuí/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal de Jacuí/MG

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:EB791DF2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026,** do tipo **MENOR VALOR GLOBAL** no **dia 20 de Fevereiro de 2026 às 09:00 horas,** no site www.licitanet.com.br, cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e lavagem de todos os veículos que compõe a frota da Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, com fornecimento de todos os insumos, materiais, equipamentos e mão de obra necessários, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas". Os interessados **poderão adquirir o edital completo** no endereço acima citado ou obter informações no horário de **12:00 às 17:00 horas**, de segunda a sexta feira, pelo telefone (37) 3354-1112, ramal 219 ou *e-mail*: licitacao@japaraiba.mg.gov.br ou pelo site: www.japaraiba.mg.gov.br.

Japaraíba, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
Jose Augusto Dos Reis
Código Identificador:84FC27B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 013/2026 INEXIGIBILIDADE 003/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 013/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 003/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O CANTOR"VICTOR FONSECA" A SER REALIZADO AS 21:00HS NO DIA 15/02/2026 – CARNAVAL 2026 - COM DURAÇÃO DE 02:00 HS, consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa VICTOR TEIXEIRA FONSECA e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação.Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.Publique-se.Jequitibá, 23 de janeiro de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:D7AF8830

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 06/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026 - NOVA DATA DE ABERTURA

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados está republicando para o dia 19/02/2026 (quinta-feira) as 09:00 horas, acontecerá sessão pública de licitação do processo licitatório nº 06/2026 – Pregão Eletrônico nº 01/2026**"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUSIÇÃO DE GÁS DE COZINHA".** A íntegra do novo edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o processo licitatório, permanece à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro – Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021.Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Douglas Soares Rodrigues
Código Identificador:6D95EBFE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2026 INEXIGIBILIDADE 03/2026CONTRATO ADMNISTRATIVO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº07/2026, referente ao processo licitatório nº13/2026–Inexigibilidade nº03/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O CANTOR"VICTOR FONSECA" A SERREALIZADO AS 21:00HS NO DIA 15/02/2026 – CARNAVAL 2026 - COM DURAÇÃO DE 02:00 HS''.**Valor: R$11.000,00 (onze mil e reais).Data da Assinatura:23/01/2026. A íntegra do processo, com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:4A42652C

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO14/2026 INEXIGIBILIDADE 04/2025 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 014/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 004/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A "BANDA LEVADA" A SER REALIZADO NO CARNAVAL/2026 - INÍCIO AS 23:00HS DO DIA 15/02/2026 COM DURAÇÃO DE 02:00 HS NA CIDADE DE JEQUITIBÁ, consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa PAULO GERALDO APARECIDO FONSECA LTDA e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação.Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.Publique-se.Jequitibá, 23 de janeiro de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:889CD477

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 14/2026 INEXIGIBILIDADE 04/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº08/2026, referente ao processo licitatório nº14/2026–Inexigibilidade nº04/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A "BANDA LEVADA" A SER REALIZADO NO CARNAVAL/2026 - INÍCIO AS 23:00HS DO DIA 15/02/2026 COM DURAÇÃO DE 02:00 HS NA CIDADE DE JEQUITIBÁ,''.** Valor: R$25.000,00 (vinte e cinco mil e reais), Data Assinatura: 23/01/2026. A íntegra do processo, com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:F75CD9DE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 15/2026 INEXIGIBILIDADE 05/2025 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 015/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 005/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A "W PONTO COM" A SER REALIZADO NO DIA 16/02//2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 23:00HS COM DURAÇÃO DE 03:00 HS NA CIDADE DE JEQUITIBÁ, consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa KENIA LUIZA DE SOUZA PIRES 02366123604 e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação.Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.Publique-se.Jequitibá, 23 de janeiro de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:4A1D99DB

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 15/2026 INEXIGIBILIDADE 05/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº09/2026, referente ao processo licitatório nº15/2026–Inexigibilidade nº05/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A "W PONTO COM" A SER REALIZADO NO DIA 16/02//2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 23:00HS COM DURAÇÃO DE 03:00 HS NACIDADE DE JEQUITIBÁ''.** Valor: R$23.000,00 (vinte e três mil e reais),, Data Assinatura: 23/01/2026. A íntegra do processo, com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:8E6845D1

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 17/2026 INEXIGIBILIDADE 07/2026 CONTRATO ADMNISTRATIVO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº10/2026, referente ao processo licitatório nº17/2026–Inexigibilidade nº07/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A "ELITE SAMBA" A SER REALIZADO NO DIA16/02//2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 21:00HS COM DURAÇÃO DE 02:00 HS NACIDADE DE JEQUITIBÁ''**. Valor: R$15.000,00 (quinze mil e reais).Data Assinatura: 23/01/2026. A íntegra do processo processo , com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:FA9E79BE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 17/2026 INEXIGIBILIDADE 07/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 017/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 007/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A "ELITE SAMBA" A SER REALIZADO NO DIA 16/02//2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 21:00HS COM DURAÇÃO DE 02:00 HS NA CIDADE DE JEQUITIBÁ, consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa 50.681.995 GUILHERME SOUZA FRANCA e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação.Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.Publique-se.Jequitibá, 23 de janeiro de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:C62EAC18

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 18/2026 INEXIGIBILIDADE 08/2026 CONTRATO ADMNISTRATIVO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº11/2026, referente ao processo licitatório nº18/2026–Inexigibilidade nº08/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A "UNIÃO DO SAMBA" A SER REALIZADO NO DIA16/02//2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 21:00HS COM DURAÇÃO DE 02:00 HS NACIDADE DE JEQUITIBÁ''**. Valor: R$21.000,00 (vinte um mil reais).Data Assinatura: 27/01/2026. A íntegra do processo processo , com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:978DCD2C

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 18/2026 INEXIGIBILIDADE 08/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 018/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 008/2026 objetiva a, CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA "UNIÃO DO SAMBA" A SER REALIZADO NO DIA 14/02//2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 21:00HS COM DURAÇÃO DE 02:00 HS NA CIDADE DE JEQUITIBÁ, consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa ALLIANCE PRODUCAO E ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA - ME e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação.Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.Publique-se.Jequitibá, 26 de janeiro de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:67696A87

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 19/2026 INEXIGIBILIDADE 09/2026 CONTRATO ADMNISTRATIVO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº12/2026, referente ao processo licitatório nº19/2026–Inexigibilidade nº09/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA "XAMANOIS" A SER REALIZADO NO DIA 14/02/2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 23:00HS COM DURAÇÃO DE 02:30 HS NA CIDADE DE JEQUITIBÁ,''**. Valor: R$25.000,00 (vinte e cinco mil e reais),).Data Assinatura: 27/01/2026. A íntegra do processo processo , com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:869DBF84

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 19/2026 INEXIGIBILIDADE 09/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 019/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 009/2026 objetiva a, CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA "XAMANOIS" A SER REALIZADO NO DIA 14/02/2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIRA DAS 23:00HS COM DURAÇÃO DE 02:30 HS NA CIDADE DE JEQUITIBÁ, consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa XAMANOIS PRODUCAO MUSICAL E EVENTOS LTDA e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação.Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.Publique-se.Jequitibá, 27 de janeiro de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:80FBE5B8

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 20/2026 INEXIGIBILIDADE 10/2026 CONTRATO ADMNISTRATIVO

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao contrato administrativo nº13/2026, referente ao processo licitatório nº20/2026–Inexigibilidade nº10/2026.Objeto **"CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA ZE HENRIQUE E ADRIANO NO DIA 17/02/2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIR DAS 21:30, COM DURAÇÃO DE 02:30 (DUAS HORAS E**

TRINTA MINUTOS)''. Valor: R$10.000,00 (dez mil reais).Data Assinatura: 27/01/2026. A íntegra do processo processo , com todas as especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.br. Lei Federal 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro ou

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:7B5A32EF

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 20/2026 INEXIGIBILIDADE 10/2026 RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO
O processo licitatório nº 020/2026, instaurado na modalidade Inexigibilidade nº 10/2026 objetiva a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A BANDA ZE HENRIQUE E ADRIANO NO DIA 17/02/2026 – CARNAVAL 2026, A PARTIR DAS 21:30, COM DURAÇÃO DE 02:30 (DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS), consoante requisição apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.O Secretário titular da pasta apresentou justificativa pela escolha do executante do serviço e também pelo valor a ser pago à contratada, afirmando que o preço está compatível com o praticado no mercado, conforme faz prova os documentos carreados aos autos.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e ao mérito, hei por bem RATIFICAR o presente processo licitatório e adjudico o objeto contido na solicitação oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo a empresa JOÃO PEDRO MARQUES DE CARVALHO e em ato contínuo determino a PUBLICAÇÃO do extrato desta ratificação.Retorne os autos para o setor jurídico que se encarregará de elaborar o instrumento de contrato, enviando, em seguida, para a Secretaria requisitante que efetuará a fiscalização do cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade.Isto feito dou por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.Publique-se Jequitibá, 28 de janeiro de 2026.

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Júlia Sousa da Cunha
Código Identificador:E8971BC5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

DAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DISPENSA N° 004/2026 INTENÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 75, INC II, §3° LF 14133/2021
O DAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DE JOÃO MONLEVADE, Autarquia Municipal, inscrito no CNPJ sob o n° 17.058.108/0001-38, torna público, para conhecimento dos interessados, por intermédio do Setor de Suprimentos, através de seus Agentes de Contratações, nomeados pelas Portarias n° 025/2025 e 026/2025, baseado no inciso II e §3º do Art. 75 da Lei Federal n° 14.133/2021, a intenção de recebimento de propostas adicionais para a dispensa de licitação, conforme descrição abaixo e termo de referência.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo referente a lâminas de serra aço rápido, desengripantes 300ml, discos de corte 4 ½" e 7, discos de desbaste 4 ½ e 7, a serem utilizados pelos funcionários do DAE para execuções de serviços diversos.

DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ADICIONAIS: 06/02/2026 até as 23:59 HORAS.

ENVIO DAS PROPOSTAS ADICIONAIS
As propostas serão enviadas exclusivamente para o e-mail: propostas@daejoaomonlevade.com.br com o assunto: PROPOSTA DISPENSA N° 004/2026.

João Monlevade, 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDA DE OLIVEIRA CÉZAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:674E1CB3

DAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Município de João Monlevade – MG, através de seu Diretor Interino, Sr. Geraldo Vieira Amaral torna público a celebração do Contrato Nº 001/2026, com a empresa **SHOCK COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ 15.566.074/0001-67.**

O presente contrato decorre do procedimento licitatório n° 001/2026, modalidade Dispensa nº 001/2026, regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, para construção e instalação de dois padrões elétricos, com total infraestrutura necessária para possibilitar pleno funcionamento nas unidades do DAE, nas ruas Duque de Caxias e Campinas.

Valor: O contrato tem o seu valor total de R$ 42.240,00 (quarenta e dois mil duzentos e quarenta reais).

Prazo de vigência: O contrato terá validade até 26/01/2027, a contar da data de sua assinatura.

João Monlevade, 26 de janeiro de 2026.

GERALDO VIEIRA AMARAL
Diretor Interino do DAE

Publicado por:
Pedro Henrique Moreira Dos Santos
Código Identificador:2E0437FA

DAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Município de João Monlevade – MG, através de seu Diretor Interino, Sr. Geraldo Vieira Amaral torna público a celebração do Contrato Nº 002/2026, com a empresa **DEGRAUS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ 71.427.389/0001-02.**

O presente contrato decorre do procedimento licitatório n° 006/2026, modalidade Dispensa nº 005/2026, regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada, em Caráter Emergencial, para construção de Muro de Contenção em Gabião e em Blocos de Concreto Pré- Fabricados de Encaixe nas Localidades de Pacas (Captação de Água Bruta- Estação Elevatória de Água Bruta) no Município de João Monlevade - MG.

Valor: O contrato tem o seu valor total de R$ 163.179,90 (cento e sessenta e três mil cento e setenta e nove reais e noventa centavos).

Prazo de vigência: O contrato terá validade até 29/01/2027, a contar da data de sua assinatura.

João Monlevade, 29 de janeiro de 2026.

GERALDO VIEIRA AMARAL
Diretor Interino do DAE

Publicado por:
Pedro Henrique Moreira Dos Santos
Código Identificador:5FB24747

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

Homologo a **Inexigibilidade de Licitação nº 01/2026**, fundamentada *nos termos do art. 74, Inciso I da Lei 14.133/2021*suas posteriores alterações, e Parecer Jurídico nº 53/2026, e diante dos autos do Processo Administrativo de Contratação nº 13/2026, "AUTORIZO" a contratação nas condições descritas abaixo:

Objeto: "PAGAMENTO DE TAXAS À FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTSAL PARA PARTICIPAÇÃO DAS EQUIPES MONLEVADENSES NAS COMPETIÇÕES OFICIAIS DA ENTIDADE NO CORRENTE ANO".

Prestador:FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO

CNPJ: 16.696.502/0001-39

Valor Global:R$ 30.000,00(Trintamilreais).

Condições de pagamento: Faturamento devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:02010002.2781127012.068,, 339039 00000, Ficha 244,
Fonte: 15000000000.

João Monlevade, 02de fevereiode 2026

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:724364D8

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 22/2026 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

APROVA O LOTEAMENTO ALPHAVILLE, SITUADO EM ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU 1), NO BAIRRO ALPHAVILLE NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no uso de suas atribuições legais dispostos na Lei Orgânica do Município, em seu artigo 52, bem como em conformidade com o artigo 14 e seguintes da Lei Municipal nº 1.357, de 13 de novembro de 1996, e artigo 18, inciso V da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

CONSIDERANDOo disposto no Decreto Municipal nº 141/2020, de 11 de dezembro de 2020, que aprovou o projeto de parcelamento do solo urbano denominado "Loteamento Alphaville", situado em Zona de Expansão Urbana (ZEU 1), no bairro Alphaville, neste Município;

CONSIDERANDO que todas as obras de infraestrutura foram concluídas, conforme atestado pelos órgão técnicos e Termos de Verificação da Execução e Recebimento, emitidos pelas Secretaria Municipal de Obras e pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto de João Monlevade, nos termos da Lei Municipal nº 1.357/96, Lei Federal nº 6.766/79 e art. 18 do Decreto Municipal nº 141/2020.

DECRETA:

Art. 1º –Fica o Cartório de Registro de Imóveis do Município de João Monlevade autorizado a proceder com a transmissão das propriedades para terceiros, dos lotes que compõem o loteamento "ALPHAVILLE", situado em Zona de Expansão Urbana (ZEU 1), no bairro Alphaville, neste município.

Art. 2º –Fica autorizada a imediata retirada da caução dos 23 (vinte e três) lotes (1 a 23) da quadra 04 (quatro), retidos em garantia para execução das obras de urbanização, conforme previsto no art. 10 do Decreto Municipal nº 141/2020, cuja relação será apresentada ao Cartório de Registro de Imóveis de João Monlevade pelo Empreendedor/Loteador.

Art. 3º –Fica o Empreendedor/Loteador obrigado a cumprir o restante das condicionantes ambientais previstas no item 2.1, incisos I a VI, no Termo de Acordo e Compromisso (TAC) firmado em 08 de maio de 2024, relacionadas à mitigação, compensação e recuperação ambiental no âmbito do referido empreendimento, até 08 de maio de 2026.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de João Monlevade o recebimento definitivo e integral das condicionantes restantes, conforme Termo de Recebimento de Obrigação Ambiental emitido pela referida Secretaria em 19 de dezembro de 2025.

Art. 4º –Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município.

Art. 5° –Revogam-se as disposições em contrário.

João Monlevade, 28 de janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo oitavo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte seis.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:CD1BA2CB

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 24/2025 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026 DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, QUE DISPÕE SOBRE AS ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de 29 de abril de 1990;

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição da República;
CONSIDERANDOo disposto no art. 163-A da Constituição da República, incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020;
CONSIDERANDOas disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
CONSIDERANDOas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
CONSIDERANDOa Recomendação nº 01/2025 do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais;
CONSIDERANDOas diretrizes do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP;
CONSIDERANDOa necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle interno, da prevenção de riscos e do apoio ao controle externo.
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de João Monlevade, a **Instrução Normativa nº 01/2026 – CGM**, da Controladoria Geral do Município, que dispõe sobre as rotinas e procedimentos de acompanhamento, controle, transparência, fiscalização e rastreabilidade da execução das emendas parlamentares federais, estaduais e municipais.
Art. 2º A Instrução Normativa aprovada por este Decreto passa a ter observância obrigatória por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.
Art. 3º Compete à Controladoria Geral do Município orientar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das disposições da Instrução Normativa nº 01/2026 – CGM, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle.
Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta deverão promover a adequação de seus procedimentos internos, sistemas administrativos e rotinas operacionais às disposições da Instrução Normativa nº 01/2026 – CGM.
Art. 5º O descumprimento das disposições da Instrução Normativa aprovada por este Decreto poderá ensejar a apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.
João Monlevade, 29 de janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no vigésimo nono dia de janeiro de dois mil e vinte e seis.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:27DD0D8D

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 25/2026 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

APROVA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PROLONGAMENTO DA AVENIDA RODRIGUES ALVES LIGAÇÃO ENTRE O BAIRRO REPÚBLICA E AVENIDA ALBERTO LIMA, BAIRRO ALPHAVILLE.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no uso de suas atribuições legais dispostos na Lei Orgânica do Município, em seu artigo 52, bem como em conformidade com o artigo 14 e seguintes da Lei Municipal nº 1.357, de 13 de novembro de 1996, e artigo 18, inciso V da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

CONSIDERANDOo projeto executivo elaborado em 26/05/2020 por LeL Maquinas e Construções LTDA-ME CNPJ 20.839.679/0001-08, tendo como responsável técnico Luiz Daniel Rolla Linhares, engenheiro Civil, CREA 203.82610 devidamente aprovado pelo Município, através da Secretaria Municipal de Obras;

CONSIDERANDO que todas as obras de infraestrutura foram concluídas, nos termos do disposto na Lei Municipal n° 1357/1996 e Lei Federal n°6766/1979 e Projetos Técnicos apresentados e aprovados;

DECRETA:

Art. 1º –Fica aprovado as obras de infraestrutura básica, do prolongamento da Avenida Rodrigues Alves, trecho de ligação entre o bairro República e a Avenida Alberto Lima, Bairro Alphaville, uma vez que já foram concluídas as obras previstas, conforme projeto técnico apresentados e aprovados pelos órgãos técnicos competentes e termo de verificação de execução das obras, emitidos pela Secretaria Municipal de Obras , sendo que a via já está sendo utilizada e incorporada ao sistema viário municipal

Art. 2º –O Empreendedor/Loteador se compromete a apresentar ao cartório de registro de imóveis o projeto de desmembramento da área ocupada pela avenida, objeto da matrícula 25.933 CRI/JM, passando a mesma para domínio público do Município de João Monlevade, no prazo máximo de 90 dias a partir da publicação deste decreto, com apresentação da referida averbação junto ao Setor de Patrimônio do Município.

Art. 3º –O Empreendedor/Loteador se compromete ainda, a executar no prazo de 90 dias, á partir da publicação deste decreto, os ajustes necessários, nas obras, de acordo com não conformidades apontadas no parecer técnico 01, de 16/01/2026 emitido pela secretaria Municipal de Obras, devendo os mesmos após execução, serem apreciadas e aprovadas integralmente pela referida Secretaria de obras.

Art. 4º –Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município.

Art. 5° –Revogam-se as disposições em contrário.

João Monlevade, 29 de janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo nono dia do mês de janeiro de dois mil e vinte seis.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:2D062793

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 79/2026 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

NOMEIA TITULAR PARA OCUPAR CARGO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art.1° Nomear, a servidora abaixo mencionada, para assumir o cargo de Assessor de Comunicação e Relações Públicas**,** no período de 02/02/2026 a 21/02/2026.

Fernanda de Moura e Oliveira em substituição de **Elisângela Bicalho Silva.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 02 de Fevereiro de 2026.

João Monlevade, em29 de Janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
PrefeitoMunicipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo nono dia do mês de Janeiro de 2026.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:5B497E93

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 80/2026 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

NOMEIA TITULAR PARA OCUPAR CARGO DE ASSESSOR TÉCNICO DE REDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art.1° Nomear, a servidora abaixo mencionada, para assumir o cargo de Assessor Técnico de Redação**,** no período de 02/02/2026 a 21/02/2026.

Ludmila Daniela Lima em substituição de **Fernanda de Moura e Oliveira.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 02 de Fevereiro de 2026.

João Monlevade, em29 de Janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo nono dia do mês de Janeiro de 2026.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:7811445F

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 81/2026 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

NOMEIA TITULAR PARA OCUPAR CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA INTERINA DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art.1° Nomear, a servidora abaixo mencionada, para assumir o cargo de Secretária Municipal de Fazenda Interina**,** no período de 12/02/2026 a 03/03/2026.

Tatiane Félix de Freitas em substituição de **Karine César.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 12 de Fevereiro de 2026.

João Monlevade, em29 de Janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo nono dia do mês de Janeiro de 2026.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:24976AAE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 82/2026 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE AGENTE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, membros para compor Comissão de Heteroidentificação responsável pela análise das autodeclarações dos(as) candidatos(as) preto(as), pardos(as), indígenas e Quilombolas inscritos no Processo Seletivo de Agente de trânsito, do Município de João Monlevade - MG, com os seguintes membros:

Renata Aparecida de Freitas Vítor - Chefe de Divisão e Coordenadora do SESMT do Município - Presidente
Elivânia Felícia Braz – Presidente da AMA- Associação Mulheres Em Ação De João Monlevade - Membro
Patricia Cristina Reis – Psicóloga da Rede Municipal de Ensino - Membro
Virginia Pádua – Assistente Social da Rede Municipal de Ensino - Suplente
Alexandra Mara Felipe Fernandes – Representante da Associação Monlevadense de Afrodescendentes (AMAD) - Suplente
Cláudia Pinheiro dos Santos Francisco – Oficial Administrativa da Secretaria Municipal de Educação - Suplente

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 09 de Janeiro de 2026.

Art. 3º Revogam - se os efeitos da portaria nº 59 de 21 de Janeiro de 2026.

João Monlevade, em 29 de Janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo nono diado mês de Janeiro de 2026.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:1D98F48F

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 83/2026 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

DESIGNA GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS E PARA OS SERVIÇOS PRESTADOS EM ATENDIMENTO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARQUE DO AREÃO E ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **SAMUEL DOMINGOS DA SILVA**, Diretor da Fundação Municipal Parque do Areão e Áreas Verdes de João Monlevade, **matrícula nº 001**, para exercer a função de GESTOR DE CONTRATOS, competindo-lhe o acompanhamento, a gestão e a supervisão da execução dos contratos administrativos.

Art. 2º Designar a servidora **RAQUEL GUERRA LOPES**, Chefe de Divisão de Meio Ambiente da Fundação Municipal Parque do Areão e Áreas Verdes de João Monlevade, **matrícula nº 002**, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATOS, incumbindo-lhe a fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de Janeiro de 2026.

Art. 4º Revoga - se em especial os efeitos da portaria nº 640/2025 de 18 de Julho de 2025.

João Monlevade, em 29 de Janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo nono] dia do mês de Janeiro de 2026.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:2FE26ACD

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 84/2026 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

DESIGNAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E ATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE,no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo, designados para compor a Comissão Permanente de Sindicância e Atos Administrativos do Município de João Monlevade - MG.

Presidente: Carlos Alexandre Rodrigues de Moura
Membro: Isabela Farias Guedes Beserra
Membro: Selma Aparecida Gomes Luzia
Membro: Denise Maria Guedes
Membro: Thais Machado Leite Nunes
Membro: Maria Perpétua Euzebio Aguiar
Membro: Rovilson Inácio de Jesus
Membro: Ermelino Hilário Martis
Membro: Adinei Silva Freitas
Membro: Rosália Cristina de Oliveira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de Fevereiro de 2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de n° 355/2025.

João Monlevade, em 30 de Janeiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao trigésimo dia do mês de Janeiro de 2026.

GERALDO GIOVANI SILVA
Assessor de Governo (Interino)

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:59FB071B

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE CONTRATO DE RATEIO N° 002/2026

Termo de contrato de rateio que fazem entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Piracicaba e o Município de Joao Monlevade.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PIRACICABA- CISMEPI, inscrito no CNPJ sob o nº 02.031.332/0001-69, com sede administrativa à Rua Santa Lúcia, 291 – Aclimação – João Monlevade - MG, CEP: 35.930-117, neste ato representado pela sua Secretária Executiva a Sra. Elaine Cristina Barros Caldeira, Casada, Brasileira, portadora do CPF: 030.666.336-83, no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Vice-Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PIRACICABA - CISMEPI pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Augusto Henrique da Silva, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.814.756-05, residente no município de Rio Piracicaba MG, denominado de agora em diante CONSÓRCIO, e o Município de JOAO MONLEVADE, representado Exmo. Sr. Prefeito Municipal, de João Monlevade-MG o Sr. Laercio José Ribeiro, Casado, brasileiro, portador CPF 195.086.896.68, denominado de agora em diante MUNICÍPIO em observância às disposições da Lei n° 11.107/2005 e Lei n° 14.133/2021 resolvem celebrar o presente termo de contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
1.1. O presente contrato tem por objeto a transferência de recursos financeiros do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO destinados à gestão associada de ações e serviços públicos de saúde do MUNICÍPIO, incluída a gestão associada de transporte sanitário de usuários do SUS, da participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, de recursos destinados a fundo de natureza contábil e, por fim, para gestão administrativa do CONSÓRCIO.
1.2. Os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de execução orçamentária da gestão associada dos serviços públicos envolvendo despesas correntes e/ou de capital da gestão (administração) e da execução (transporte sanitário de usuário do SUS e/ou participação complementar da iniciativa privada) do objeto contratual, além da destinação vinculada ao fundo de natureza contábil.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.1 A execução do objeto deste contrato se encontra vinculada ao plano de saúde do Município João Monlevade, excepcionadas as situações emergenciais ou de calamidade pública na área de saúde.
2.2 Competirá ao Município, no âmbito do Conselho Municipal de Saúde, formalizar/fazer aprovar, a política pública de atendimento da

população com a demonstração da impossibilidade de atendimento integral da demanda da população através de rede própria de saúde, bem como a impossibilidade de ampliação para a garantia da cobertura assistencial.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
3.1 O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
3.1.1 Lei n° 4.320/64;
3.1.2 Lei 8.080/90;
3.1.3 Lei 11.107/05;
3.1.4 Lei n° 14.133/2021, art. 89 e ss. e art. 184;
3.1.5 Decreto n° 6.017/05;
3.1.6 Portaria GM/MS n° 2567/2016;
3.1.7 Portaria STN n° 274/2016;
3.1.8 Consolidação de contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Piracicaba
3.1.9 Estatuto consolidado do CONSÓRCIO;
3.1.10 Deliberações da Assembleia Geral e Conselho de Secretários;

4. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO
4.1 O contrato de rateio adotará o regime de execução na forma de gestão associada de serviços públicos de saúde indicados na cláusula primeira, item 1.1.
4.2 A contratação da participação complementar será realizada na forma de execução indireta da iniciativa privada através das modalidades de licitação e procedimentos auxiliares previstos na Lei n° 14.133/2021, adotando-se, preferencialmente, o registro de preços para materiais e insumos e o credenciamento para serviços.
4.3 O transporte sanitário de usuários do SUS ocorrerá, prioritariamente, em regime de execução direta, facultando ao CONSÓRCIO o regime de execução indireta.
4.4. Na contratação de serviços será priorizada a seguinte ordem:
4.4.1 Entes públicos;
4.4.2 Entidades filantrópicas;
4.4.3 Iniciativa privada.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR E FORMA DE TRANSFERÊNCIA
5.1 O valor total estimado do presente contrato é de R$ 1.350.295,32 (Um milhão e trezentos e cinquenta mil e duzentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos), observados os seguintes valores:
5.1.1 R$ 112.524,61 (cento e doze mil e quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e um centavos) destinados às despesas correntes e/ou de capital de gestão do CONSÓRCIOINTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PIRACICABA;
5.1.2 R$ 78.390,76 (setenta e oito mil e trezentos e noventa reais e setenta e seis centavos) apurado por estimativa, vinculado a imposto de renda na fonte e aplicação financeira dos recursos transferidos e serão destinados a fundo de natureza contábil mantido pelo CONSÓRCIO para esta finalidade.
5.2 A transferência dos recursos financeiros indicados no item 5.1, excetuado o item 5.1.2, será efetivada mensalmente, no dia 30 e incorrendo a referida data em dia não útil será transferida para o primeiro dia útil anterior, observado o cronograma de desembolso abaixo:

Parcela	Data	Valor Transferência
01	30/01/2026	R$ 112.524,61
02	27/02/2026	R$ 112.524,61
03	30/03/2026	R$ 112.524,61
04	30/04/2026	R$ 112.524,61
05	29/05/2026	R$ 112.524,61
06	30/06/2026	R$ 112.524,61
07	30/07/2026	R$ 112.524,61
08	28/08/2026	R$ 112.524,61
09	30/09/2026	R$ 112.524,61
10	30/10/2026	R$ 112.524,61
11	30/11/2026	R$ 112.524,61
12	30/12/2026	R$ 112.524,61

5.2.1 A transferência financeira será efetivada através de, Autorização de Débito.
5.2.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados 30 dias úteis de atraso, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo das demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.
5.2.3 A transferência da receita oriunda de aplicação financeira e do IRRF, constante do item 5.1.3 não constará do cronograma de desembolso financeiro em razão de se tratar de operação contábil, descrita no item 5.10, na qual o recurso financeiro já se encontrará sob a guarda do consórcio, na forma de receita extraorçamentária e, após ultimadas as providências do referido 5.10, será efetivada como receita orçamentária, sem necessidade de realização de operação e/ou transferência financeira via instituição bancária.
5.3 O critério de rateio das despesas de gestão decorre de deliberação da Assembleia Geral realizada que aprovou a proposta orçamentária do CONSÓRCIO para o exercício de 2026, consignando-se que o rateio se dará da seguinte forma: critério de proporcionalidade existente na relação de do número total de procedimentos contratados no exercício e a o número de procedimentos contratados pelo próprio Município, considerados apenas o grupo de procedimentos de serviços médicos, exames e cirurgias.
5.4. Em razão da vigência anual do presente instrumento não ocorrerá reajustamento de preços.
5.5. Havendo necessidade de aplicação de atualização monetária será utilizado o INPC apurado entre a data do adimplemento da obrigação e data do efetivo pagamento.
5.6. Os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO que ao final do exercício não tenham sido utilizados, serão restituídos ao MUNICÍPIO até o último dia útil do mês de fevereiro seguinte ao término da vigência do contrato, em conta informada pelo Município.
5.8 É facultado ao MUNICÍPIO, mediante prévia e formal solicitação, a reprogramação de saldo financeiro não utilizado mediante inclusão na execução contratual do exercício financeiro seguinte, na forma de acréscimo ao valor inicialmente previsto ou na forma de adiantamento do cronograma de desembolso do referido contrato de rateio do exercício seguinte, devendo, em qualquer caso, atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, observada a data limite do último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte àquele de referência do saldo do recurso.
5.8.1 A restituição e/ou devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a restituição/devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.
5.9. As disposições dos itens 5.7 e 5.8 não se aplicam a eventual saldo financeiro de recursos destinado às despesas de gestão, que serão destinadas a fundo de natureza contábil mantido pelo CONSÓRCIO para esta finalidade.
5.10. As receitas oriundas da aplicação financeira dos recursos transferidos e as receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF serão destinadas ao Consórcio, em atendimento a cláusula 41ª, §1°, incisos XIV, XV e XVII da consolidação de contrato de consórcio do CONSÓRCIO.
5.10.1. Para fins de contabilização das receitas indicadas no item 5.10, serão adotados os seguintes procedimentos:
5.10.1.1 O IRRF e a aplicação financeira apurados no âmbito de contratos de programa firmados entre o CONSÓRCIO e o MUNICÍPIO, bem como no âmbito deste contrato de rateio, serão contabilizados como receita extraorçamentária;
5.10.1.2. Posteriormente, será informado ao Município o valor correspondente da receita apurada no item 5.10.1.1, para fins de contabilização no Município como receita orçamentária;
5.10.1.3. Cumprida a etapa do item 5.10.1.2, o Município formalizará uma despesa orçamentária vinculada ao contrato de rateio anual mantido entre o CONSÓRCIO e Município, considerando valor estimativo previamente lançado para esta finalidade no referido contrato de rateio;
5.10.1.4. Cumprida a etapa do item 5.10.1.3 o CONSÓRCIO providenciará o lançamento do IRRF e rendimento de aplicação financeira previsto no item 5.10.1 como receita orçamentária vinculada ao contrato de rateio anual firmado.
5.10.1.5. Eventual saldo financeiro do rateio, decorrente das receitas indicadas no item 5.10.1 serão transferidas e vinculadas ao fundo de

natureza contábil do CONSÓRCIO destinado a realização de investimentos;
5.10.1.6. As operações descritas no item 5.10.1 e subitens 5.10.1.1 a 5.10.1.4 possuem caráter exclusivamente orçamentário, devendo serem realizadas somente no âmbito orçamentário, sem qualquer realização de movimentação financeira
5.11. As operações de repasse extraorçamentário ao MUNICÍPIO indicadas nos itens 5.9 e 5.10 serão realizadas nos meses de julho e dezembro de cada ano, devendo ser observada a prestação mensal de informação à Receita Federal do Brasil quanto aos dados das retenções.
5.6.1 A utilização de recursos vinculados às fontes oriundas de repasses do SUS/FNS/União estará limitada ao pagamento do respectivo valor fixado na tabela de procedimento SUS/SIGTAP, sendo que eventual necessidade de complementação para pagamentos nos valores estabelecidos/praticados em tabela do CONSÓRCIO deverão ser custeados exclusivamente com recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde vinculados à especificação da fonte ou destinação de recursos 622 (Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes de Governos Municipais).
5.6.2Na hipótese descrita no item 5.12 ficará o MUNICÍPIO obrigado a realizar formal comunicação ao CONSÓRCIO para que seja viabilizado procedimento contábil e financeiro que permita a realização da respectiva despesa utilizando o recurso da fonte SUS/FNS/União exclusivamente no pagamento do valor estipulado pela tabela SIGTAP/SUS e a complementação com recursos oriundos do FMS/MUNICÍPIO, tudo em cumprimento à Portaria Ministério da Saúde n° 1.606/2001.
5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto n° 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.
5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.
5.9 Fica o CONSÓRCIO autorizado a constituir conta contábil de provisão para cobertura de risco fiscal vinculado à serviços extraordinários vinculados ao transporte sanitário de usuários do SUS.

6. CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS
6.1 O presente contrato de rateio irá vigorar no período compreendido entre 1° de janeiro e até 31 de dezembro do exercício financeiro seguinte à data de sua formalização.
6.2. Os prazos de execução referentes à gestão associada dos serviços de transporte sanitário e/ou participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, observará o respectivo regulamento do CONSÓRCIO, aprovado pelo Conselho de Secretários.
6.3 A liquidação e pagamento de despesa ocorrerá no âmbito da execução orçamentária (ordenação e liquidação das despesas) vinculadas ao CONSÓRCIO, a ser consolidada, na condição de administração indireta do Município, da execução orçamentária do MUNICÍPIO.
6.4. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 6.1, ressalvada a hipótese de utilização dos recursos, na mesma vinculação, no exercício seguinte mediante expressa e formal solicitação do MUNICÍPIO, conforme previsto no item 5.8.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO
7.1 A despesa decorrente da execução do objeto correrá a conta da seguinte dotação orçamentária no âmbito do CONSÓRCIO:
02003.1030200130.001.31717000 – R$ 78.767,23
02003.1030200130.001.33717000 – R$ 28.131,15
02003.1030200130.001.44717000 – R$ 5.626,23
7.2 A despesa executada pelo CONSÓRCIO será objeto de consolidação no MUNICÍPIO na seguinte dotação orçamentária:
02015001.1030210032.061 - 31717000000 - FR 150000001002 - Ficha 474
02015001.1030210032.061 - 31717000000 - FR 150000001002 - Ficha 475
02015001.1030210032.061 - 44717000000 - FR 150000001002 - Ficha 476

7.3 O MUNICÍPIO consignará em sua lei orçamentária anual ou em créditos adicionais, por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências a consórcio público, devendo discriminar as transferências a consórcio público, quanto à natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme definido na Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001.
7.4 O orçamento do CONSÓRCIO deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação por função, programática, por natureza de despesa e por fonte/destinação de recursos.
7.4.1 A classificação por função e por grupo de natureza de despesa do consórcio público deverá observar a classificação do ente consorciado transferidor, conforme item 7.3.
7.4.2. As receitas de transferências recebidas pelos consórcios públicos em virtude do contrato de rateio deverão ser classificadas em códigos de fonte/destinação de recursos, que reflitam as finalidades da transferência, devendo o CONSÓRCIO registrar a execução orçamentária da despesa nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO
8.1. Realizar a gestão associada dos serviços públicos na forma prevista na cláusula primeira.
8.2. Realizar a fiscalização da execução do objeto deste contrato;
8.3 Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
8.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;
8.5. Cumprir o disposto no §4° do art. 8° da Lei 11.107/2005 mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.
8.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de n° 274/2016 e suas alterações posteriores e Portaria GM/MS n° 2567/2016;
8.7 Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas nos itens 85 e 8.6 até quinze dias após o encerramento do período de referência.
8.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
O orçamento do CONSÓRCIO;
O contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
As demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
O Relatório de Gestão Fiscal
O Relatório Resumido da Execução Orçamentária:
8.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços médicos, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.
8.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
9.1. Garantir o fiel cumprimento do disposto nos itens 2.2; 5.2 e 5.2.1; 5.10; 5.12.1; 7.3, sendo que em relação ao item 5.10 será aplicável as disposições vinculadas ao MUNICÍPIO.
9.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
9.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
9.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;

9.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES E RESCISÃO
10.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei n° 14.133/2021, sem prejuízo da sanção prevista no §5° do art. 8° da Lei 11.107/2005.
10.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
10.3. As rescisões observarão o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei n° 14.133/2021, consignando-se que a obrigação contida na efetivação da transferência prevista 5.1.1 para todo o exercício financeiro mesmo na hipótese de rescisão antecipada do contrato, hipótese em que o valor remanescente deverá ser integralmente transferido em parcela única como condição para a formalização da rescisão.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO
11.1. Durante a vigência deste termo de contrato a gestão do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sra. Samara Cristina dos Santos Elias, competindo ao servidor público Raquel de Souza Paiva Drumond a fiscalização em nome do MUNICÍPIO da execução de seu objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
12.1 O presente instrumento poderá ser alterado na forma e hipóteses constantes do art. 124 a 136 da Lei n° 14.133/2021, excluída a hipótese de prorrogação da vigência que extrapole o exercício financeiro de sua execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OUTRAS DISPOSIÇÕES
13.1. Em conformidade com a Lei n° 11.107/2005 e Lei n° 14.133/2021, não se aplicam ao presente instrumento cláusulas e disposições referentes ao art. 92, incisos IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVI da Lei n° 14.133/2021.
A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com as disposições do Decreto-lei n° 4.657/1942.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO
14.1. Nos termos do art. 92, §1° da Lei n° 14.133/2021 c/c o art. da Lei n° 11.107/2005 fica estabelecido o foro no Município Joao Monlevade correspondente a sede do CONSÓRCIO para a finalidade de dirimir qualquer questão contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
15.1 Casos omissos e excepcionais serão apreciados e decididos, adotando as disposições do Decreto-lei n° 4.657/1942.
15.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula terceira e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
15.3 O presente instrumento, em conformidade com o disposto no art. 10, §1° da MP 2.200-2/2001 c/c o art. 4°, caput, inciso III da Lei n° 14.063/2020, é formalizado em meio digital por assinatura eletrônica qualificada dos representantes legais dos Entes Públicos qualificados no preâmbulo, acompanhado das testemunhas ao final qualificadas.

João Monlevade, MG, 02 de Janeiro de 2026.

AUGUSTO HENRIQUE DA SILVA
Vice-Presidente do CISMEPI

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito do Município de Joao Monlevade

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:3B4E8954

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 382/2023 - DERIVADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 – CONVALES - PREGÃO ELETRÔNICO 156/2023.

O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa **Damasceno Construções LTDA**, situada na Rua Helio Pinheiro de Aguiar, nº 58, bairro Centro, cidade de Porteirinha - MG, CEP: 39.520-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.097.208/0001-36, representada pelo sócio administrador **Sr. José Aparecido Martins Filho**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 066.653.466-76 e documento de identidade nº MG-13.549.115 SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Porteirinha - MG, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO da vigência do contrato nº 382/2023, até 13 de março de 2026**, a fim de dar continuidade à execução de serviços de engenharia elétrica, visando a manutenção corretiva e preventiva de todo sistema de iluminação pública de cada um dos municípios consorciados ao CONVALES para atender às demandas do município de João Pinheiro – MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento do contrato nº 382/2023 atende os limites prescritos na Lei nº 14.133/2021, bem como parecer referencial da Procuradoria Municipal, em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Obras, através da Sr. Secretário Gustavo Henrique Albernaz Gonçalves, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda, em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato Administrativo nº 382/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:FD24A14C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO III
O Prefeito do município de João Pinheiro/MG, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração os critérios e objetivos definidos no edital de Chamada Pública nº 001/2026 – que objetiva credenciamento de empresa especializada para locação de máquinas pesadas e caminhões, para prestação de serviços sob demanda, conforme a necessidade e planejamento da Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações constantes no anexo I deste edital, neste ato, com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei 14.133/21 resolve adjudicar e homologar para a empresa – Oliveira Auto Socorro Ltda, com o seguinte item valor unitário:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor unitário
11	Km	01	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK PRANCHA Para transporte de veículos, equipamentos e máquinas pesadas, Incluindo Motorista e combustível. Peso mínimo: 14.000 Kg.	R$ 7,75

João Pinheiro/MG, 29 de janeiro 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal
29/01/2026

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:F33BD6C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2024.

O Município de João Pinheiro/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 660/2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 , PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2024 e demais normas legais aplicáveis e a empresa ABASANTOS DISTRIBUIDORA LTDA EPP, empresa sediada na Avenida Altamiro Soares, 100, Castelo, Belo Horizonte - MG – CEP 31.330-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.359.559/0001-08; neste ato representada pela Sra. Bárbara Alves dos Santos, inscrita no CPF sob o nº 075.729.786-22; doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo de prorrogação da Ata de Registro de Preço nº 03/2024, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 – O presente Termo de Prorrogação tem como objeto a prorrogação da Ata de Registro de Preço nº 03/2024, derivada do Processo Administrativo nº 198/2024 e Pregão Eletrônico nº 102/2024, até 29 de novembro de 2026, para dar continuidade ao fornecimento de Materiais Médico Hospitalar, bens duráveis, reagentes e saneantes, conforme Banco de Preços desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE MG) e Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para SUS (RENEM).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 – A presente prorrogação da Ata de Registro de Preço nº 03/2024 atende os limites prescritos na Lei nº 14.133/2021, bem como parecer referencial da Procuradoria Municipal, em anexo. CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE 3.1 – Esta prorrogação atende pedido da Secretaria Municipal de Saúde, através da Sra. Secretária Cássia Maria Alves Trajano, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda, em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na Ata de Registro de Preço nº 03/2024, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:E23B2891

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

Retifica-se a matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, edição nº 4204, do dia 02/02/2026.Código Identificador: 67B2C062.
Onde se lê:
Processo Licitatório nº 005/2025, na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2025.
Leia-se:
Processo Licitatório nº 005/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2026.
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na publicação original.

Publicado por:
Valdício da Veiga Leite
Código Identificador:89161CEE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

DECRETOS
DECRETO Nº 029/2026

DECRETO Nº 029/2026

Regulamenta a proposição, a execução, a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares ao orçamento municipal, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 210, de 25 de novembro de 2024, a decisão do STF na ADPF nº 854 e a Instrução Normativa TCEMG nº 05, de 10 de dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os princípios da publicidade e da transparência administrativa insculpidos no art. 37, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de disponibilização de dados contábeis, orçamentários e fiscais em sistema integrado para garantir a rastreabilidade e publicidade, nos termos do art. 163-A da Constituição da República;

CONSIDERANDO o decidido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, que veda o anonimato na execução orçamentária e exige a vinculação de emendas a planos de trabalho e identificação de beneficiários;

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 210, de 25 de novembro de 2024, que estabelece o regime jurídico das emendas parlamentares, bem como a ADPF nº 854, em observância à simetria constitucional, a Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG);

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos administrativos, orçamentários, financeiros e de controle relativos à proposição, execução, transparência, rastreabilidade e prestação de contas das emendas parlamentares ao orçamento do Município de Lagoa da Prata.

Art. 2º A execução das emendas parlamentares observará, obrigatoriamente, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e rastreabilidade, bem como as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, do Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo de outras previstas na Constituição da República, na Constituição do Estado de Minas Gerais e em legislação correlata.

CAPÍTULO II DA RASTREABILIDADE E DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Art. 3º O Município assegurará a rastreabilidade dos recursos oriundos de emendas parlamentares em todas as etapas da execução, desde a origem orçamentária até o beneficiário final.

Art. 4º Os sistemas contábeis e financeiros do Município deverão incorporar identificadores específicos para as emendas parlamentares, associando cada despesa à respectiva emenda por meio de fontes de recursos ou códigos únicos.

Art. 5º Os recursos deverão ser movimentados em conta bancária específica para cada transferência, em instituição financeira oficial, sendo vedadas:

I – a transferência para outras contas correntes que não a do fornecedor ou prestador de serviço final;

II – a realização de saques em espécie ou "na boca do caixa";

III – a utilização de "contas de passagem" ou mecanismos que impeçam a identificação do destino das verbas.

CAPÍTULO III DA TRANSPARÊNCIA E DA PUBLICIDADE

Art. 6º O Município manterá no Portal da Transparência seção específica destinada à divulgação das emendas parlamentares, contendo:

I – identificação do parlamentar proponente e respectivo partido;

II – número da emenda e ato normativo de aprovação;

III – descrição detalhada do objeto e valor alocado;

IV – identificação do beneficiário (CNPJ) e órgão executor, Administração Pública, entidade sem fins lucrativos ou do terceiro setor, consórcio público, pessoa jurídica de direito privado e outros;

V – cronograma de execução e instrumentos jurídicos vinculados (convênios, contratos ou termos de parceria);

VI – plano de trabalho aprovado e relatórios de gestão;

VII – localidade beneficiada: indicação do Município ou entidade;

VIII – grupo de Natureza de Despesa (GND);

IX – relação dos procedimentos licitatórios e contratos celebrados;

X – data: de disponibilização do recurso;

XI – gestor responsável: nome completo do gestor responsável pela execução dos recursos;

XII – instrumentos vinculados: referência a eventuais instrumentos jurídicos celebrados para a execução da emenda, tais como números de convênios, contratos de repasse, termos de fomento ou similares, se existentes, bem como o número do processo administrativo correspondente;

XIII – banco e conta corrente: nome da instituição bancária e número da conta corrente de movimentação dos recursos;

XIV – anuência prévia do Sistema Único de Saúde (SUS): assinalar se houve ou não anuência prévia do gestor do SUS, se for o caso.

Parágrafo único. Nos casos das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em observância à IN 05/2025, Art. 8º, VI, a transparência pública relativa ao recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares por organizações não governamentais e demais entidades do terceiro setor deverá ocorrer em conformidade com os artigos 10 a 12 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e a legislação correlata.

Art. 7º A execução de qualquer emenda parlamentar fica condicionada à aprovação prévia do respectivo Plano de Trabalho Municipal ou pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), pelo órgão concedente competente, contendo no mínimo:

a) descrição do objeto a ser executado, finalidade e metas a serem alcançadas;

b) estimativa dos recursos financeiros necessários à consecução do objeto, discriminando os valores provenientes de transferências especiais e os oriundos de outras fontes de recursos, se for o caso;

c) classificação orçamentária da despesa, informando o valor aplicado em despesas correntes e em despesas de capital; e

d) previsão de prazo para a conclusão do objeto a ser executado e cronograma de execução.

CAPÍTULO IV DOS IMPEDIMENTOS DE ORDEM TÉCNICA PARA MUNICÍPIO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS), CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

Art. 8º Impedimento de ordem técnica é a situação de ordem fática ou legal que obsta a execução da emenda impositiva, cuja solução depende de realocação orçamentária pelo autor ou saneamento da indicação pelo beneficiário.

Art. 9º São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica para execução de emendas parlamentares, exclusivamente:

I – incompatibilidade do objeto da despesa com a finalidade da ação orçamentária;

II – óbices cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro ou no prazo previsto na legislação aplicável;

III – ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial, quando necessário;

IV – ausência de licença ambiental prévia, quando necessária;

V – não comprovação, pelo beneficiário, da capacidade de aportar recursos para custeio, operação e manutenção do empreendimento;

VI – não comprovação da suficiência de recursos para conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade imediata;

VII – incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão responsável;

VIII – incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão executor;

IX – ausência de pertinência temática entre o objeto e a finalidade institucional da entidade beneficiária;

X – não apresentação de proposta ou plano de trabalho nos prazos previstos;

XI – não realização de complementação ou de ajustes solicitados pela área técnica nos prazos fixados, bem como realização de complementação ou de ajustes fora dos prazos previstos;

XII – desistência formal da proposta pelo proponente ou beneficiário;

XIII – reprovação técnica da proposta ou do plano de trabalho;

XIV – insuficiência do valor indicado para a execução integral do objeto ou de etapa útil;

XV – não indicação de instituição financeira e da conta específica para recebimento e movimentação de recursos de Transferências Especiais pelo Município no sistema transferegov.br ou em outro que vier a substituí-lo, quando for o caso;

XVI – omissão ou erro na indicação do beneficiário pelo autor da emenda;

XVII – inscrição no CNPJ não correspondente à do beneficiário indicado;

XVIII – incompatibilidade do beneficiário com a natureza da programação orçamentária;

XIX – inobservância da aplicação mínima obrigatória de 70% (setenta por cento) em despesas de capital nas transferências especiais, por autor, conforme art. 166-A, § 5º da Constituição Federal;

XX – atendimento do objeto da programação orçamentária com recursos inferiores ao valor da dotação aprovada para o exercício financeiro, incidindo o impedimento sobre o saldo remanescente;

XXI – impossibilidade de atendimento do objeto da programação orçamentária aprovada, ou de uma etapa útil do projeto, em decorrência de insuficiência de dotação orçamentária disponível;

XXII – não observância da legislação aplicável ou dos critérios técnicos da política pública setorial;

XXIII – incompatibilidade, devidamente justificada, com os princípios do art. 37 da Constituição Federal;

XXIV – alocação de recursos em programação de natureza não discricionária;

XXV – ausência de indicação pelo autor do objeto a ser executado, no caso de transferências especiais;

XXVI – indicação no caso de Transferência Especiais de objeto com valor inferior ao montante mínimo para celebração de convênios ou contratos de repasse, previsto em regulamentos específicos;

XXVII – falta de razoabilidade ou incompatibilidade do valor proposto com os custos de mercado;
XXVIII – não apresentação da documentação exigida para formalização de convênios ou parcerias (MROSC);

XXIX – apresentação de documentos em branco ou equivocados com intuito protelatório;

XXX – inadimplência do interessado ou beneficiário registrada nos sistemas de controle dos entes federados;

XXXI – não adoção dos procedimentos para transmissão do bem no prazo previsto, em caso de doação de bens móveis;

XXXII – não efetivação de requisitos legais ou condições suspensivas até o encerramento do exercício financeiro, nos casos que houver;

XXXIII – outras hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Art. 10. Verificado o impedimento, a área técnica formalizará a ocorrência, cabendo ao órgão executor determinar diligências para a regularização, sempre que possível.

Art. 11. Nos casos de ausência de projeto de engenharia ou licença ambiental, poderá ser realizado o empenho, ficando o pagamento condicionado à resolução da cláusula suspensiva no prazo de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO V DO CONTROLE INTERNO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL

Art. 12. O Município exercerá o Controle Interno por meio de sistemas de auditorias, com a elaboração de relatórios e notas técnicas que comprovem a adoção de medidas destinadas ao aprimoramento da transparência e da rastreabilidade de todos os recursos provenientes de emendas parlamentares.

Art. 13. Os Relatórios de Gestão deverão conter, no mínimo:

a) detalhamento do objeto;

b) detalhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto nos incisos I e II do § 1º, no inciso III do § 2º e no § 5º do art. 166-A da Constituição da República; e

c) relação dos procedimentos licitatórios e contratos celebrados.
§ 1º O relatório de gestão a que se refere este artigo deverá ser disponibilizado até o dia 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado, anualmente, a cada dia 30 de junho, até o final da execução do objeto da aplicação dos recursos, quando será inserido o relatório de gestão final.

Art. 14. Na execução dos recursos, o Município priorizará obras inacabadas, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Lagoa da Prata, 30 de janeiro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:82B65DB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 415/2023

Fundamentação Legal: PROCESSO Nº. 230/2023
Modalidade: Concorrência Nº. 03/2023.
Contratante: MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA – CNPJ: 18.318.618/0001-60.
Contratada: CONSTRUTORA ANDRADE FL LTDA – EPP- CNPJ nº. 05.148.834/0001-62
Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo a **PRORROGAÇÃO** da vigência por mais 03 (três) meses, até 27/03/2026 e o **ACRÉSCIMO** de **R$ 38.301,83 (trinta e oito mil, trezentos e um reais e oitenta e três centavos),** cujo objeto é a

contratação de empresa especializada para **REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MUSEU PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO CULTURAL**; o acréscimo equivale a aproximadamente **2,31%** do valor do contrato original. O aditivo se justifica atendendo à solicitação da Secretária Municipal de Cultura e Turismo, por meio do Ofício nº. 278/2025, e da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, por meio do Ofício nº. 379/2025 e memorando 427/2025, acompanhado de justificativa e Planilha Orçamentária de Custos.

Alteração: 2.1. Fica alterada cláusula segunda, item 2.1 e a cláusula quarta, item 4.1 do contrato, a partir do dia 28/12/2025, que passará a vigorar com a seguinte redação:
2.1.O valor global deste contrato é de R$ 1.804.184,61 (um milhão, oitocentos e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos).
4.1. O presente instrumento terá vigência até 27/03/2026, podendo ser prorrogado na forma do art.57, parágrafos 1° e 2° da Lei n° 8.666/93

Data da assinatura: 22 de dezembro 2025.

Lagoa da Prata, 02/02/2026.

LAIANA CARDOSO DE MIRANDA E MODESTO
Secretária Municipal de Cultura e Turismo.

Publicado por:
Letícia Ventura Gonçalves
Código Identificador:208FCB01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 327/2021

Fundamentação Legal: PROCESSO Nº. 280/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 58/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA – CNPJ: 18.318.618/0001-60.
Contratada: MG PAIM PAMPLONA DESENVOLVIMENTO E INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA - CNPJ/MF N. 31.819.927/0001-81; ADIMOL ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA – ME - CNPJ nº. 19.208.867/0001-65.
Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo, a **prorrogação** da vigência do contrato por mais 30 (trinta) dias, até **13/01/2026**, do contrato cujo objeto é a locação de imóvel situado na Rua Joaquim Gomes Pereira, 440, Centro, em Lagoa da Prata/MG, para o funcionamento da Sede do Conselho Municipal de Saúde; bem como a correção do valor mensal do aluguel, **REDUZINDO** em **R$ 2,00 (dois reais)**, passando a locação ao valor mensal de **R$ 1.845,93 (um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos)**, correspondendo a aproximadamente **-0,108470% de reajuste**, tendo em vista a previsão contratual, é feita de acordo com o IGP-M. Atendendo à solicitação da Secretária Municipal de Saúde, conforme justificativa, conforme ofício 69/2025.

Alteração: 2.1 - Fica alterada a cláusula oitava, da vigência**,** que passará a vigorar com o seguinte texto:
O presente contrato terá vigência até 13/01/2026, podendo ser aditado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o interesse da Administração e do Locador, sendo previamente combinado entre as partes.

2.2 - Fica alterada cláusula segunda, do valor, que a partir do dia **14/12/2025**, passará a vigorar com a seguinte redação:
O valor da presente locação é de R$ 1.845,93 (um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos) mensais.

Data da assinatura: 12 de dezembro 2025.

Lagoa da Prata, 02/02/2026.

SABRINA ELEN DE NOVAES
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Letícia Ventura Gonçalves
Código Identificador:961E4020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais**HOMOLOGA e ADJUDICA**a Inexigibilidade de Licitação n° 010/2026, nos termos do Artigo 74, II, da Lei 14.133/2021, junto a empresa**PATRICIA TAVARES DIAS MACEDO**, inscrita sob o CNPJ:**32.217.493/0001-02**, cujo objeto trata-se:**Contratação de show artístico com Banda Swing Total, para o Carnaval 2026,** No valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), conforme Processo nº:013/2026.

Lagoa da Prata, 02 de fevereiro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES

Publicado por:
Claudio
Código Identificador:2ACB4A87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais**RATIFICA**a Inexigibilidade de Licitação n° 010/2026, nos termos do Artigo 74, II, da Lei 14.133/2021, junto a empresa**PATRICIA TAVARES DIAS MACEDO**, inscrita sob o CNPJ:**32.217.493/0001-02**, cujo objeto trata-se:**Contratação de show artístico com Banda Swing Total, para o Carnaval 2026,** No valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), conforme Processo nº: 013/2026.

Lagoa da Prata, 02 de fevereiro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES

Publicado por:
Claudio
Código Identificador:670C10EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
DECRETO Nº 01/2026.

Dispõe acerca da normatização e regulamentação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência no Âmbito Municipal de Lagoa dos Patos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lagoa dos Patos, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 933/2026, Lei Orgânica Municipal e, ainda,

considerando, as questões elencadas pela Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

considerando o Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

considerando a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a

institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

considerando a Resolução nº 169, de 13 de novembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantias de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e adolescente;

considerando a plena proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

considerando o princípio da proteção integral que prevê que todas as crianças e adolescentes devem receber proteção especial em função de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, tendo os seus melhores interesses avaliados, resguardados e considerados em todas as ações ou decisões que lhe digam respeito nas diferentes esferas, pública ou privada;

considerando o princípio da prioridade absoluta que compreende a primazia de receber a proteção e socorro em qualquer circunstância, conforme dispõe o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente;

considerando a necessidade de uma intervenção precoce, mínima e urgente, que implica intervenção imediata, com respostas rápidas às violações de direitos, exercida, exclusivamente, por autoridades e instituições indispensáveis à efetiva promoção dos direitos e à proteção das crianças e adolescentes (art. 100, VII do ECA);

considerando o princípio da participação da criança ou do adolescente, ou o direito destes serem ouvidos, de expressarem seus pontos de vista, opiniões e crenças em assuntos que afetam a sua vida, que se reflete na obrigação de lhes ser assegurado a oportunidade de serem ouvidos em qualquer processo judicial e/ou em procedimentos administrativos que lhes são afetos, conforme preconiza o art. 12 da Convenção sobre os Direitos das Crianças, promulgada pelo Estado Brasileiro via Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 2011;

considerando o princípio da dignidade da pessoa humana, segundo o qual cada criança ou adolescente deve ser tratado como um ser humano único e valioso, e como tal, ter sua dignidade individual preservada, suas necessidades especiais, interesses e privacidade respeitados e protegidos, incluindo a inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral, com a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais;

considerando o princípio do acesso à justiça, o qual assegura à criança e ao adolescente vítima a prerrogativa de buscar a efetivação de seus direitos, quando violados, e, ao adolescente infrator, ter a observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, nos processos judiciais em que figurem como parte, incluindo o direito de aconselhamento jurídico; e,

considerando os artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este decreto dispõe sobre a normatização e organização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência no Âmbito do Município de Lagoa dos Patos, sendo regido pelos princípios e prerrogativas constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas pertinentes, segundo conceitos e prescrições consignados e previstos na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017 e seu respectivo Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos deste decreto, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - violência psicológica:

qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;
o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;
qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação.

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

Art. 3º - Os órgãos, programas, serviços e equipamentos das políticas setoriais que integram os eixos de promoção, controle e defesa compõe o Sistema de Garantia de Direitos, implicado na detecção dos sinais de violência, com ou sem revelação.

Art. 4º - O Poder Público Municipal assegurará as condições adequadas ao Sistema de Garantia de Direitos, para que crianças e adolescentes vítimas de violência ou testemunhas de violência sejam acolhidos e protegidos, e possam se expressar livremente, em ambiente compatível com suas necessidades, características e particularidades.

Art. 5º - Os órgãos, serviços, programas e equipamentos públicos dos sistemas de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer, trabalharão de forma integrada e coordenada, garantindo os cuidados necessários e a proteção das crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência.

Parágrafo único. O atendimento integral é direito da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência.

Art. 6º - O atendimento intersetorial poderá conter as seguintes dimensões:

I - acolhimento ou acolhida;

II – comunicação ao Conselho Tutelar;

III - chamamento ou comunicação à família ou responsável pelo Conselho Tutelar;

IV - aplicação de medida de proteção E COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES pelo Conselho Tutelar;

V - Escuta Especializada no âmbito do respectivo Serviço Local de Referência;

VI - atendimentos nas redes de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS) e de assistência social (Sistema Único de Assistência Social - SUAS) quando necessário;

VII - seguimento na rede de cuidado e de proteção social;

§ 1º - As informações sobre as vítimas, testemunhas, membros da família e outros sujeitos de sua rede afetiva, abrangidas aquelas coletadas nas Escutas Especializadas, deverão ser compartilhadas pelos serviços entre si, de forma integrada, por meio de relatórios que assegurem a preservação do sigilo.

§ 2º - Outros procedimentos poderão ser adotados, conforme a necessidade.

Seção I
Das Ações no Âmbito da Saúde

Art. 7º - Os serviços de atendimento da rede municipal de saúde garantirão, com prioridade absoluta, nos diversos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde - SUS, às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência o atendimento médico/de saúde em qualquer das Unidades Básicas de Saúde - UBSs, Estratégias da Saúde da Família – ESFs e demais serviços pertinentes, inclusive atendimento de urgência 24 horas dentro do Município

Parágrafo único - Nos casos de violência sexual, com prioridade absoluta, o atendimento deverá incluir exames, medidas profiláticas contra infecções sexualmente transmissíveis, anticoncepção de emergência, orientações quando houver necessidade, além da coleta, identificação, descrição e guarda dos vestígios.

Seção II
Das Ações no Âmbito da Educação

Art. 8º - O profissional da educação que identificar atos ou indícios de violência contra criança ou adolescente, no ambiente escolar ou fora dele, deverá adotar alguma ou todas as ações descritas nos incisos seguintes, conforme recomende a situação concreta:

I - acolher a criança ou adolescente;

II - informar à família da criança ou do adolescente sobre os seus direitos, os procedimentos de comunicação à autoridade policial e ao Conselho Tutelar e o atendimento do Sistema de Garantia de Direitos;

III - comunicar ao Conselho Tutelar;

Parágrafo único. As redes de ensino deverão contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar, por meio da implementação de programas de prevenção à violência.

Seção III
Das Ações no Âmbito do Assistência Social

Art. 9º - O Sistema Único de Assistência Social - SUAS disporá de serviços, programas e projetos para prevenção e atenção às situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos de crianças e adolescentes e suas famílias.

§ 1º A proteção social básica deve atuar para fortalecer a capacidade protetiva das famílias e prevenir, nos territórios, as situações de violência e violação de direitos, referenciando à proteção social especial, o atendimento especializado quando essas situações forem identificadas.

§ 2º O acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situação de violência e suas famílias, no âmbito da Assistência Social, será realizado em articulação com os demais serviços, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social.

§ 3º Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir com suas funções de cuidado e proteção, devem ocorrer de modo excepcional e provisório.

§ 4º A criança e o adolescente em situação de violência, e bem assim as suas famílias, podem ser acompanhadas pelos serviços de referência, nos quais os profissionais devem observar as normativas e orientações referentes aos processos de Escuta Especializada, caso alguma vítima relate, espontaneamente, alguma situação de violência vivida, tanto no âmbito familiar, como em situação de acolhimento institucional, Casa Lar, República ou Família Acolhedora.

Seção IV
Das Ações no Âmbito do Conselho Tutelar

Art. 10 - Recebida a comunicação de que trata o art. 13 da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, caberá ao Conselho Tutelar promover o registro do atendimento realizado, incluindo informações eventualmente coletadas com os responsáveis ou pessoas da Rede de Proteção, contendo informações necessárias à aplicação da medida de proteção, bem como requisitar nos atos necessários ao transporte, contato inicial e demais procedimentos com o Serviço Local de Referência de Escuta Especializada.

Seção V
Do Comitê de Gestão Colegiada

Art. 11 - A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente instituirá o Comitê de Gestão Colegiada, conforme preconiza o art. 9º, parágrafo primeiro do Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, visando articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, colaborando para definir fluxos de atendimento e aprimorando suas ações integradas.

§ único - Os fluxos de atendimento serão pactuados no âmbito da Rede de Proteção, com a participação dos diversos órgãos e setores que integram a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, com atenção voltada a evitar a superposição de tarefas e priorizar a cooperação, estabelecer mecanismos de compartilhamento das informações e definir o papel de cada instância e serviço.

CAPÍTULO III
DA ESCUTA ESPECIALIZADA

Art. 12 - A Escuta Especializada se configura como o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade, a ser realizada junto ao Serviço Local de Referência, por equipe técnica capacitada, respeitados os seguintes procedimentos:

I - a criança ou o adolescente deve ser informado em linguagem compatível com o seu desenvolvimento acerca dos procedimentos formais pelos quais terá que passar e sobre a existência de serviços específicos da rede de proteção, de acordo com as demandas de cada situação;

II - a busca de informações para o acompanhamento da criança e do adolescente deverá ser priorizada, com os profissionais envolvidos no atendimento, com seus familiares ou acompanhantes;

III - o profissional envolvido no atendimento primará pela liberdade de expressão da criança ou do adolescente e sua família e evitará questionamentos que fujam aos objetivos da Escuta Especializada;

IV - a Escuta Especializada não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização, e fica limitada estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade de proteção social e de provimento de cuidados;

V - a Escuta Especializada somente poderá ser realizada por profissional de nível superior, capacitado para o cumprimento dessa finalidade, sendo assistentes sociais, pedagogos e psicólogos.

Parágrafo único. As Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social serão responsáveis pela cessão de um profissional de sua respectiva área para realizar a Escuta Especializada, sendo a Política de Assistência Social responsável pela indicação de um assistente social, a Política de Saúde responsável pela indicação de um psicólogo, e a Educação responsável pela indicação de um pedagogo, que serão nomeados por Portaria pelo Prefeito Municipal, sendo que o Município, não dispondo em seu quadro de pessoal efetivo servidores com disponibilidade para atuação, procederá ao recrutamento destes profissionais na forma preconizada na Lei Municipal 918/2025.

Art. 13 - Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão que constitua violência contra criança ou adolescente, verificada em local público ou privado, tem o dever de comunicar o fato, nas seguintes portas de entrada:

I - o Disque 100;

II - a família;

III - os serviços de saúde, educação e assistência social;

IV - a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente;

V - o Conselho Tutelar;

VI - o Poder Judiciário;

VII - o Ministério Público;

VIII - a Polícia Civil;

IX - a Polícia Militar;

X - Guarda Municipal;

XI - a Defensoria Pública;

XII - outros.

§ 1º Aplica-se o disposto no "caput" aos casos relacionados à criança ou ao adolescente que seja testemunha de violência.

§ 2º Os casos em que existam indícios também devem ser comunicados.

Art. 14 - Após a entrada no Sistema de Garantia de Direitos, o Conselho Tutelar deverá acompanhar a família e aplicar as medidas protetivas, conforme Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, encaminhando a vítima ou testemunha:

I - ao Serviço Local de Referência de Escuta Especializada;

II - à Delegacia de Polícia.

Art. 15 - Será adotado modelo de registro de informações colhidas durante os procedimentos de escuta especializada, para compartilhamento no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos, que conterá minimamente:

I - dados pessoais da criança e do adolescente;

II - descrição sucinta do atendimento;

III - relato espontâneo, quando houver;

IV - encaminhamentos realizados.

Art. 16 - O compartilhamento de informações deverá assegurar o sigilo dos dados pessoais das crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência.

Parágrafo único: A utilização indevida ou a divulgação de informações constantes nos registros de que trata o "caput" deste artigo sujeitarão o profissional à responsabilização administrativa, sem prejuízo de eventuais sanções de natureza cível e penal.

Art. 17 - Imediatamente após a realização da Escuta Especializada, o profissional responsável deverá realizar o preenchimento da Ficha de Notificação Individual do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação - SINAN, encaminhando ao Setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - A Administração Pública Municipal objetivará o aprimoramento de mecanismos de integração dos fluxos de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no âmbito municipal.

Art. 19 - A Administração Pública Municipal capacitará os profissionais das Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde, bem como os integrantes da Rede de Proteção, em metodologias não revitimizantes de atenção às crianças e adolescentes, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira, proporcionando:

I - cursos de aperfeiçoamento;

II - cursos de formação inicial e continuada;

III - reuniões de equipes voltadas à compreensão e ao esclarecimento do fluxo de encaminhamento em casos que envolverem crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Art. 20. Este decreto entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa dos Patos, 29 de janeiro de 2026.

HERCULES VANDY DURÃES DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Weverton Barbosa Silva
Código Identificador:1B9D4351

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 020/2026.

Contratado: ASSOCIACAO RECREATIVA DOS AMIGOS DE DIAMANTINA- CNPJ: 08.561.662/0001-42

Objeto: Contratação de apresentação musical com a"Banda Bartucada", durante o Carnaval 2026, em Lagoa Santa/MG.

Fundamentação: Inciso II do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21 e alterações subsequentes.

Valor: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
Lagoa Santa, em 02 de fevereiro de 2026.

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:318D27D9

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2026

Contratado: Felipe Hott Cassimiro Muniz Ltda.- CNPJ: 44.032.429/0001-36

Objeto: Contratação de show com o cantor “Felipe Hott”, para apresentação durante o Carnaval 2026, em Lagoa Santa/MG.

Fundamentação: Inciso II do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21 e alterações subsequentes.

Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Lagoa Santa, em 02 de fevereiro de 2026.

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:C70A6777

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2026

Contratado: OCA-OZADIA, CONTEUDO & ARTE MKT- CNPJ: 47.488.825/0001-60

Objeto: contratação de apresentacao com o bloco “Baianas Ozadas”, para apresentação durante o Carnaval 2026, em Lagoa Santa/MG.

Fundamentação: Inciso II do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21 e alterações subsequentes.

Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Lagoa Santa, em 02 de fevereiro de 2026.

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:D7CDBA30

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2026

Contratado: FARISA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.- CNPJ: 28.540.062/0001-05

Objeto: Contratação de show daBanda “Só na Disciplina”, para apresentação durante o Carnaval 2026, em Lagoa Santa/MG.

Fundamentação: Inciso II do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21 e alterações subsequentes.

Valor: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).
Lagoa Santa, em 02 de fevereiro de 2026.

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:D52EA9D6

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 043/2025

Abertura do Pregão Eletrônico RPnº 043/2025, no dia 19/02/2026com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Registro de preços para contratação de empresapara fornecimento de bebedouros/purificadores de água e totens de hidratação para atender as demandas do município. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/

ANDRÉ LUIZ FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
André Luiz Fernandes
Código Identificador:3176B85F

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AVISO DE INTENÇÃO A ADESÃO 002/2026

AVISO DE INTENÇÃO A ADESÃO 002/2026

O município de Lagoa Santatorna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços processo nº 083/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 25/2025, do Município de Felício dos Santos.

Objeto:contratação de empresa para fornecimento, montagem, operação, manutenção e desmontagem de estruturas temporárias destinadas à realização do evento Carnaval 2026, no Município de Lagoa Santa/MG, incluindo sonorização, iluminação, painéis de led, telões multimídia e grupos geradores de energia.

Empresa:Alliance Producao E Estruturas Para Eventos Ltda. CNPJ 27.511.147/0001-00.

Valor total: R$ 234.674,24 (duzentos e trinta e quatro mil seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

A intenção na integra encontra-se disponível no site www.lagoasanta.mg.gov.br.
Em 02 de fevereirode 2026.

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:6AFBC3DB

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO- AVISO PÚBLICO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA AVULSA DE PATROCÍNIO PRIVADO DIRETO (ART. 40, §1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.903/2024)

O MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, torna público o recebimento de proposta avulsa de patrocínio privado direto apresentada pela empresa LED Internet Ltda, visando

ao apoio institucional ao Carnaval Oficial do Município de Lagoa Santa.

A proposta tem por objeto o patrocínio institucional do evento, incluindo a montagem de espaço de convivência e experiência, com disponibilização de mesas, pufes e cadeiras ao público, ponto de carregamento de celulares e entrega de brindes, bem como o aporte de cota de patrocínio no valor proposto de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com contrapartidas de comunicação institucional e ativação de marca.

Em atendimento ao art. 40, §1º, da Lei Federal nº 14.903/2024, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data desta publicação, para que outros interessados apresentem propostas alternativas de patrocínio privado direto.

Lagoa Santa/MG, 02 de fevereiro de 2026.

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:3C698014

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - RESULTADO FINAL – PATROCÍNIO PRIVADO DIRETO (LEI FEDERAL Nº 14.903/2024)

O **MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG** torna público o RESULTADO FINAL do procedimento de recebimento de proposta avulsa de patrocínio privado direto para o Carnaval Oficial 2026.

Após publicação de aviso público e decurso do prazo legal sem apresentação de proposta alternativa mais vantajosa, foi SELECIONADA a proposta apresentada pela empresa
Cervejaria LÄUT, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Fica autorizada a celebração do Acordo de Patrocínio Privado Direto, nos termos da Lei nº 14.903/2024.

Lagoa Santa/MG, 02 de fevereiro de 2026.

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:48BEA077

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 023/2025, PROCESSO LICITATÓRIO 092/2025

Homologação e Adjudicação do Pregão Eletrônico 023/2025, Processo Licitatório 092/2025, a seguinteempresa: TALLESV.SERRA-ME CNPJ:23.673.542/0001-20 8, total: R$ 287.960,00. Objeto: contratação de empresa de engenharia para elaboração de projetos,para serviços de engenharia de infraestrutura urbanano seguimento de iluminação pública e/ou rede elétrica, emdiversos locais,de acordo com as demandas do município de LagoaSanta/MG e conforme detalhamento e especificações constantesdos anexos do Edital**.**
Lagoa Santa, em 02 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:168E7DA2

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO RP 031/2025, PROCESSO LICITATÓRIO 114/2025

Homologação e Adjudicação do Pregão Eletrônico RP 031/2025, Processo Licitatório 114/2025, a seguinte empresa: Festa Produtora LTDA, CNPJ: 04.311.421/0001-94, total R$ 766.868,00.Objeto: registro de preços para contratação de empresa para locação de equipamentos, fornecimentos de material e mão de obra especializada para realização de ruas de lazer e eventos de entretenimento em atendimento a demanda do Município de Lagoa Santa/MG.
Lagoa Santa, em 02 de fevereirode 2026.

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem-Estar Social

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

DIVINO VALERO MARTINS
Secretário Municipal de Saúde

JULIO JORGE TOLEDO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:B161D668

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
61ª CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025 – ENTREGA DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO, PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO REFERIDO EDITAL 001/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: 05/02/2026
Horário: 10h
Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos **originais e cópias simples**:
a)Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) Titulo de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
d) Cartão PIS ou PASEP ou declaração de que não o possui;
e) Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
f) Certidão de nascimento ou casamento atualizada;
g) Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
h) Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
i) Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
j)Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
k)Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
l) Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
m) 01 foto 3x4 recente;
n) Comprovante, conforme declarado no momento da inscrição, da experiência profissional remunerada, no desempenho de atribuições

compatíveis com a função pública temporária pretendida, por meio de declaração original expedida em papel timbrado, com carimbo e assinatura da autoridade responsável, ou por outro documento inequívoco de comprovação, o qual poderá ser auditado;

CLASS.	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
353	IRANI BRANDÃO	Agente de Serviços Escolares	02/02/2026	
354	REGINALDA MAGALHÃES DA SILVA	Agente de Serviços Escolares	02/02/2026	
355	ELIENE RODRIGUES SILVA	Agente de Serviços Escolares	02/02/2026	
356	DANIELA CRISTINA DE ABREU SAMPAIO	Agente de Serviços Escolares	02/02/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Elaine Dos Santos Guimaraes
Código Identificador:9285E293

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.851, 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5851/2025

Abertura de crédito adicional suplementar na(s) dotação(ões) mencionada(s)

O Prefeito Municipal LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei 4.320/64 e a LEI Nº 5535/2025, DE 24 de Abril de 2025.
D E C R E T A:
Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 22.506,06 (vinte e dois mil, quinhentos
e seis reais e seis centavos) para a(s)
Art. 1º -
seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-4.4.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições			R$22.506,06
2.701.000.0000	(SF) - Outras Transf. de Convênios ou Repasses dos Estados	616	22.506,06

Art. 2º - Os recursos utilizados para a abertura dos Créditos anteriormente citados decorrerão nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por
Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 16 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:DC01F578

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.852, 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA

DECRETO Nº 5852/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.004 - DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE			
02.004.004.15.452.32.2159-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$120.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	286	120.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.008 - DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS URBANO			
02.004.008.4.122.5.2317-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$120.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	369	120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 16 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:8ADB8897

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.854, 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5854/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação

O Prefeito Municipal de LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com §3.º do artigo 43 da Lei 4.320/64 e Inciso II, artigo 6º da Lei Municipal nº 5479/2025 de 3 de Janeiro de 2025 que trata da LOA.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no crédito adicional suplementar no valor de R$ 703.069,75 (setecentos e três mil, sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.361.17.2201-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$462.417,33
1.546.000.0000	Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de	951	462.417,33

	matrículas em ETI		
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2204-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$151.169,78
1.546.000.0000	Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI	961	151.169,78
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2207-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$89.482,64
1.546.000.0000	Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI	973	89.482,64

Art. 2º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo 1º deste Decreto, foram obtidos pelo excedente de arrecadação da Receita de Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI - Fonte de Recursos 1.546, apurados no Balancete da Receita do mês de novembro/2025.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 16 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:3A8A6BCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - 002/2025 - DIRETORIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E DIREITOS HUMANOS

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA – Torna Público Resultado FINAL do Edital de Chamamento Público **002/2025.**

Objeto: Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes, conforme regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução CNAS Nº109/2009, e reordenado pela Resolução CNAS Nº 01/2013, visando atender e oferecer 480 vagas, sendo 120 por território de abrangência Proteção Social Básica.

O resultado naíntegra estará disponível no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

Publicado por:
Gabriela Cassini Vieira
Código Identificador:D910BDE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ABERTURA DA 4ª FASE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

Torna público a abertura da 4ª fase de análise de documentos referente ao Credenciamento nº 003/2025.A documentação de habilitação dos interessados será analisada a partir de 09h do dia 23/02/2026.

Serão considerados os documentos protocolados após a data da terceira sessão de análise e até a data mencionada acima.Objeto: Seleção e credenciamento de oficinas artísticopedagógicas e culturais para o programa de educação patrimonial, com 20h/a (vinte horas aula) cada uma, a serem desenvolvidas em ambiente escolar, contraturno ou tempo integral, a fim de fomentar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de Lagoa Santa e as habilidades artístico-culturais dos estudantes da rede municipal de ensino.

O edital na íntegra encontra-se disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/.

MONIQUE DUARTE COELHO DE OLIVEIRA/
Agente de Contratação.

Publicado por:
Monique Duarte Coelho de Oliveira
Código Identificador:B017B778

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LARANJAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 012/2021, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE LARANJAL – MG E A EMPRESA ECAP – EMPRESA DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2021
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2021

A **Prefeitura Municipal de Laranjal,** Estado de Minas Gerais, devidamente representada pelo Sr. Fernando Gonçalves dos Santos, e a ECAP – Empresa de Consultoria em administração Pública LTDA representada pelo Sr. Eloy do Vale Neto, partes já qualificadas no Processo Licitatório nº 063/2021, Inexigibilidade n° 004/2021 onde figuram, respectivamente, como **Contratante e Contratada**, aditam, de comum acordo ao aludido contrato, o seguinte:

1º - O prazo de vigência contratual fica prorrogado por mais 12(doze) meses, findando-se, portanto, em 31 de dezembro de 2026, contendo acréscimo de 24.5358% (vinte e quatro ponto cinco três cinco oito por cento) no valor inicialmente reajustado em 30 de dezembro de 2025, passando o contrato a ter o valor mensal de R$10.151,36 (dez mil cento e oitenta e nove reais e vente centavos), conforme artigos 57, inciso II, §1º, inciso IV e art. 65, inciso I, alínea b, todos da lei 8.666/1993.

2º - Permanecem inalteradas as demais clausulas contratuais.

Laranjal MG, 23 de dezembro de 2025

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Contratante

ECAP – EMPRESA DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA
Contratada

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:87A821C7

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 015/2026

EXONERA SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Laranjal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, Constituição do Estado de Minas Gerais, Lei Orgânica do Município de Laranjal e demais legislações aplicáveis à espécie.
R E S O L V E:

Art. 1º Fica **EXONERADO**, a partir de 2 de fevereiro de 2026, o Senhor **JULIO CARNEIRO SANTOS**, do cargo em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.**

Art. 2º Fica determinado que o servidor referido no artigo anterior responderá exclusivamente pelas atribuições junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a partir da data mencionada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranjal, 02 de janeiro de 2026.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito de Laranjal

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:5519A756

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 017/2026

NOMEIA SECRETARIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Laranjal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, Constituição do Estado de Minas Gerais e Lei Orgânica do Município de Laranjal.

RESOLVE:
Art.1° - Fica NOMEADO, a partir do dia 02 de fevereiro de 2026, para o cargo comissionado de ***SECRETARIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE*** o Sr. ***GEOVANI CARNEIRO DA ROCHA.***

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, e revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranjal, 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito de Laranjal

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:219C8504

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 54/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG E A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA – AAPI.

Por este instrumento de Termo Aditivo que celebram entre si de um lado, o **MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.733.643/0001-47, com sede na Rua Lucas Augusto, n.º 68, Centro, Leopoldina/MG, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ**, Carteira de Identidade n.º M–2.063.509 SSP/MG, CPF n.º 118.922.936-68, residente e domiciliado em Leopoldina, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, com a anuência da Secretaria Municipal de Educação, devidamente representada pela Sra. **LÚCIA LOPES HORTA**, e de outro lado, **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA EPROTEÇÃO À INFÂNCIA – AAPI**, com sede na Praça Professor Botelho Reis n.º 56, bairro Rosário, em Leopoldina/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.732.306/0001-35, neste ato representada pela **COMISSÃO INTERVENTORA, INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL N.º 5.490, DE 31 DE MARÇO DE 2025,** doravante denominado simplesmente **ENTIDADE**, de acordo com a Lei Federal n.º 13.019/2014, Decreto Municipal n.º 4.300/2017, Decreto Municipal n.º 5.549, de 18 de setembro de 2025 e Decreto Municipal n.º 5.584, de 04 de dezembro de 2025, ficam estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo destina-se à alteração e a inclusão de informações constantes no Plano de Trabalho do Termo de Fomento 54/2025, conforme segue:

1.1) Altera a execução dos recursos da parceria, que obedecerá ao seguinte período:

Início	Término
Fevereiro de 2026	Abril de 2026

1.2)Altera o desembolso dos recursos da parceria, que obedecerá ao seguinte cronograma:

MÊS 2026	Fevereiro	Março	Abril
Valor	R$20.000,00	xxxxx	xxxxx

1.3) Altera a execução das atividades propostas, que obedecerá ao seguinte cronograma:

Nº	Especificação	Duração	
		Início	Fim
1	Aquisição e entrega dos materiais.	02/2026	02/2026
2	Execução das instalações do sistema de CFTV com 16 câmeras, sensores de presença e alarme.	02/2026	04/2026

1.4) Altera a vigência do Termo de Fomento 54/2025, de modo que a CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA passará a vigorar com a seguinte redação:

O presente Termo de Fomento terá vigência até 30 de abril de 2026 [...]

1.5)Inclui informação na SUBCLÁUSULA SEGUNDA da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, do Termo de Fomento 54/2025, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

[...] de acordo com o Decreto Municipal n.º 5.584, de 04 de dezembro de 2025 e Nota Técnica de Remanejamento, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 13/01/2026, edição 4190 [...]

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO
2.1) O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da publicação do seu extrato no diário oficial.
2.2) O Município providenciará a publicação da íntegra desse termo aditivo no seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Fomento original. E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Termo, em 3 (três) vias de igual teor, valor e forma, que são assinadas pelas partes, e testemunhas abaixo.

Leopoldina, 28 de janeiro de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Município de Leopoldina

LÚCIA LOPES HORTA
Gestora da Parceria

COMISSÃO INTERVENTORA
Decreto Municipal Nº 5.490, de 31 de Março de 2025

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
Assinatura:

Nome:
CPF:
Assinatura:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Atendendo as determinações contidas na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, e ao Decreto Municipal nº 4.300/2017, aprovo esta minuta.

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/MG nº. 109.595

Publicado por:
Higor Andrade Corrêa da Silva
Código Identificador:8EA5CA7A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO-CREDENCIAMENTO 008/2025 - PRC

Objeto: credenciamento para interessados em prestar serviços de locações de caminhões
(conforme especificações/quantitativos na descrição dos itens, no Termo de referência, em
anexo), nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 5.570/25, 5.189/23,
5.190/23 e das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e n° 155/2016, e demais
legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus
anexos.
Empresa credenciada:53.786.122 LUIS ANTÔNIO DA SILVA - CNPJ Nº. 53.786.122/0001-
11
Item 1 – R$650,00
Item 5 – R$750,00
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30 (trinta)
dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na
Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços e
deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.188/23.
Data da assinatura :29/01/2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefeito de Leopoldina

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:A79A3BA3

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº113/2025 – PRC Nº 253/2025

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preço para futura e eventual
contratação de empresa para locação de serviços de locações de sonorização, treliças,
tendas, jogos de cadeiras e mesas, gradil e banheiro químico para atender a secretaria
Municipal de Cultura e Turismo; Secretaria de Esporte; Saúde e Assistência Social,
especificado no item do Termo de Referência, anexo I do Edital de licitação, que é parte
integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independente
de transcrição.
Ata de Registro de preço nº. 01/2026 – TECNOSOM PROMOÇÕES E EVENTOS
LTDA – CNPJ nº.66.483.405/0001-36 – valor R$50.025,00
Ata de Registro de preço nº. 02/2025 – JOSÉ ANTÔNIO LADEIRA CARVALHO
JÚNIOR 04671262673 – CNPJ nº.13.753.910/0001-97 valor total:R$3.377,50
Ata de Registro de preço nº. 03/2025 – RC RODRIGUES LOCAÇÕES – ME CNPJ
nº.19.597.029/0001-20 - Valor total: R$10.250,00
Ata de Registro de preço nº.04/2025 – MR PRODUÇÕES E EXTRUTURA LTDA-
CNPJ nº.50.046.342/0001-10 valor total:R$100.196,00
Ata de Registro de preço nº. 05/2025 – FREDERIDO GARANI PIMENTA – CNPJ
nº.30.763.876/0001-50 - Valor total: 6.800,00
Ata de Registro de preço nº.06/2025 – JATIM TRANSPORTES LTDA – CNPJ
nº.50.871.253/0001-09 – Valor total R$34.650,00
Vigência: A validade das Atas de Registro de Preços serão de 1 (um) ano, contado a partir
da data de divulgação no PNCP.
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias
corridos após o recebimento da nota fiscal, por meio de ordem bancária/ crédito em conta.
Acompanhada da nota fiscal deverá ser apresentada pela contratada as Certidões Federais,
Estaduais e Municipais de seu domicílio ou sede, comprovação de regularidade junto à
Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Entrega dos documentos
na Contabilidade/Tesouraria, e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços
e comprovante de recolhimento do ISS e FGTS.
Data da assinatura das Atas: 09/01/2026

ANTÔNIO CARLOS MARTINS PIMENTEL –
Chefe Interino do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:2F690108

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CREDENCIAMENTO 006/2025 – PRC 202/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas para prestação de serviços especializados na
confecção de próteses dentárias totais e parciais removíveis, mandibulares e maxilares, próteses
coronárias, intrarradiculares fixas/adesivas (por elemento), nos termos da Lei nº 14.133, de
2021, e dos Decretos Municipais nº 5.188/23, 5.189/23, 5.190/23 e das Leis Complementares nº
123/2006, nº 147/2014, e n° 155/2016, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as
condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Credenciado: MESSIAS NETO PRÓTESE LTDA-CNPJ nº. 34.466.074/0001-30
Valor mensal: Item 01 -R$ 225,00; item 02 - R$ 225,00; Item 03- R$ 225,00 ;item 04- R$
225,00; item 05-R$110,00; item 06- R$ 51,00 e item 07- R$ 65,00
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30 (trinta) dias
contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na
Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços e
deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.188/23.
Data da assinatura da adjudicação homologação:23/01/2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefeito de Leopoldina

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:9D055347

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº.07/2026

Credenciamente: Município de Leopoldina
Credenciado: 53.786.122 LUIS ANTÔNIO DA SILVA - CNPJ Nº. 53.786.122/0001-11
Objeto: credenciar interessados em prestar serviços de locações de caminhões

(conforme especificações/quantitativos na descrição dos itens, no Termo de referência,
em anexo), nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº
5.570/25, 5.189/23, 5.190/23 e das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e n°
155/2016, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições
estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Vigência:12(doze) meses, iniciando a partir da data de sua publicação.
Valor: Item 1- R$650,00
Item 5- R$750,00
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30
(trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos
documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante,
comprovando os serviços e deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes
do Decreto Municipal nº 5.188/23.
Data da assinatura :30/01/2026
Credenciamento nº.008/2025 – PRC nº.276/2025
Signatários :Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefiro de Leopoldina
Luís Antônio da Silva

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:4F404729

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO – JANEIRO/2026

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Larissa Ribeiro de Carvalho / Udson Costa / Arlinda Daniele Fiorotti Peixoto / Carlos Henrique Fernandes dos Santos / Anderson Valentim Teixeira / Marcia Iolanda da Silva / Natanael da Silva Domingues / Tayla Cristina de Oliveira Sabino / Nathália Moraes Borges / Shirley Araujo Silva Peres / Simone Cordeiro de Oliveira / Wanderleia Aparecida de O. Andrade B. / Jaqueline Aparecida Beata de Melo / Dejanira Oliveira de Andrade / Maria Célia Iennaco de Moraes / Ivone Madeira Pinheiro / Daniel Pedrosa Lisboa Dias / Heliana das Dores Oliveira Andrade B. / Rosemary de Oliveira / Adriana Coelho Andrade Vargas / Luzia das Graças de Castro Vale / Leandra Aparecida Flores Firmino de Paulo / Michelaine Martins de Freitas / Joselia da Silva Pereira / Emerson Rocha da Silva / Ismael Cipriano Junior / Alex Lima da Silva / Adaias Freire Vieira / Daihana Silva de Souza / Renata Cardoso Gonçalves / Lara Viana Silva Moraes / João Vitor Moraes / Alexsander de Melo Alves / Juçara da Silva Carvalho / Gilmar Rocha Lucas / Geovane Silva Pacheco / Luciane de Andrade da Silva / Carla Aparecida de Castro Moreira / Cleopatra Ferrari Sandin Mendes / Vicentina da Silva de Oliveira / Teotonio Ramos Filgueira / Patrícia Garcia Souza / Otiliane Lage Dias / Tairine Correa de Mendonça / Ludmila Monteiro Mozeli / Maria Lúcia de Freitas Martins – contratado(a).

Data da prorrogação: 03/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 02/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Ana Paula Bento Fernandes / Winderson Soares Pereira / Gisele Aparecida Cesário Gonçalves / Carina Costa Lourenço / Nilza Xisto Ferreira / Bruna Costa de Souza Mendonça – contratado(a).

Data da prorrogação: 04/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 03/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Roberta Coelho Sant'Anna / Roberta de Souza Jeronimo – contratado(a).

Data da prorrogação: 07/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 06/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Patrícia Aparecida Barroso Moreira – contratado(a).

Data da prorrogação: 08/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 07/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Ana Carolina Paixão de Resende / Rogerio Vieira da Silva / Rafael Lopes de Paula / João José Pereira Carneiro / Carlos Alexandre Pereira Marquezine – contratado(a).

Data da prorrogação: 09/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 08/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Gessica Cerqueira Silva – contratado(a).

Data da prorrogação: 14/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 13/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Bruna Alvarenga Dias Santos – contratado(a).

Data da prorrogação: 16/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 15/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Pollyanne Ferreira de Freitas / Milena Rodrigues Toledo – contratado(a).

Data da prorrogação: 21/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 20/07/2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Temporários, celebrado entre a Prefeitura de Leopoldina/MG (contratante) e Luyan Amâncio Coelho Junqueira - contratado(a).

Data da prorrogação: 23/01/2026
Objeto: Prorrogação do contrato original até a data de 22/07/2026.

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:4E9A147A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS DE CONTRATOS - JANEIRO/2026

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Irani Morais de Oliveira (001/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Téc. Enfermagem PSF (Temp)
Vigência: 05/01/2026 a 04/07/2026. Valor: *R$2.025,79*
Dotação orçamentária: *02101220023240500003190040*0.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal*

nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMS Edital 012/2025.
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Irani Morais de Oliveira – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Lara Pimentel de Oliveira Netto (002/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Médico Saúde da Família - Temp
Vigência: 05/01/2026 a 04/07/2026. **Valor: *R$****2.940,60 + AD. EXTRA JORNADA R$2.940,60 + GRATIFICAÇÃO DEDICAÇÃO PSF R$12.413,60*
Dotação orçamentária: *02110010301002224030000031900400.*
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMS Edital 009/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Lara Pimentel de Oliveira Netto – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Edna Adriana Gonçalves Rufino Lima (003/2026) / Marlene Lopes de Almeida (004/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Ag.Ser. Aux. (Aux.Serv) Temp Saud
Vigência: 05/01/2026 a 04/07/2026. **Valor: *R$****1.555,97*
Dotação orçamentária: *02101220023240500003190040*0.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMS Edital 012/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Edna Adriana Gonçalves Rufino Lima / Marlene Lopes de Almeida – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Dileuza Nogueira de Castro Pereira (005/2026) / Heloísa Helena da Silva Apolinário (006/2026) / Marli e Oliveira de Souza (007/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Ag.Ser. Aux. (Aux.Serv) Temp Saud
Vigência: 06/01/2026 a 05/07/2026. **Valor: *R$****1.555,97*
Dotação orçamentária: *02101220023240500003190040*0.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMS Edital 012/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Dileuza Nogueira de Castro Pereira / Heloísa Helena da Silva Apolinário / Marli e Oliveira de Souza – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Wesley Custódio da Silva (008/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Oficial Ser. Adm. Temporário
Vigência: 12/01/2026 a 11/07/2026. **Valor: *R$****1.929,32*
Dotação orçamentária: *02080104123000120060000020803319004*00.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMF Edital 001/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Wesley Custódio da Silva – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Elizani Zangirolami Bedim Dutra (009/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Cuidador Social (SOC)
Vigência: 12/01/2026 a 11/07/2026. **Valor: *R$****1.929,32*
Dotação orçamentária: *02150108241001623850000319011*00
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMAS Edital 003/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Elizani Zangirolami Bedim Dutra – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Renata Oliveira Lanchin (010/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Téc. Enfermagem PSF (Temp)
Vigência: 13/01/2026 a 12/07/2026. **Valor: *R$****2.025,79*
Dotação orçamentária: *02101220023240500003190040*0.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMS Edital 012/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Renata Oliveira Lanchin – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Kleiny Fernandes Pinto (011/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Oficial Ser. Adm. Temporário
Vigência: 13/01/2026 a 12/07/2026. **Valor: *R$****1.929,32*
Dotação orçamentária: *02101220023240500003190040*0.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMAS Edital 005/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Kleiny Fernandes Pinto – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Diego Demarque (012/2026) / Maria Eduarda Oliveira Lamoia (013/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Oficial Ser. Adm. Temporário
Vigência: 14/01/2026 a 13/07/2026. **Valor: *R$****1.929,32*
Dotação orçamentária: *02101220023240500003190040*0.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMAS Edital 005/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Diego Demarque / Maria Eduarda Oliveira Lamoia – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Lerry Gomes Santos de Oliveira (014/2026) – contratada(o)

Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Entrevistador/Cadastrador
Vigência: 15/01/2026 a 14/07/2026. **Valor: *R$****1.929,32***
Dotação orçamentária: *02101220023240500003190040*0.
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMAS Edital 005/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Lerry Gomes Santos de Oliveira – contratada(o)

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina – Contratante e Ana Maria Ribeiro de Farias (015/2026) – contratada(o)
Objeto: Prestação de serviços temporários pelo Contratado, por tempo determinado a Contratante na função Cuidador Social (SOC)
Vigência: 18/01/2026 a 17/07/2026. **Valor: *R$****1.929,32***
Dotação orçamentária: *02150108241001623850000319011*00
Fundamentação legal: *art.37, IX, da Constituição Federal, no Art.41, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº2620/94, Edital de Processo Seletivo Simplificado SMAS Edital 003/2025.*
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina – Contratante
Ana Maria Ribeiro de Farias – contratada(o)

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:D38A9875

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS DE RESCISÃO DE CONTRATOS DE SERVIDORES- JANEIRO/2026

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Renata Morais Flores Guide – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Auxiliar de Secretaria (Temp)
Data da rescisão: 02/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Lucy Aparecida da Rosa Germano Guerson – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Cuidador Social (SOC)
Data da rescisão: 03/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Heloísa Helena da Silva Apolinário – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Ag. Ser. Aux (Aux. Serv) Temp Saud
Data da rescisão: 05/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Tairine Correa de Mendonça – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Téc. Nível Sup (Psicólogo) Temp
Data da rescisão: 05/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Kleiny Fernandes Pinto – contratado (a).
Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Oficial Ser. Adm. Temporário
Data da rescisão: 12/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Diego Demarque / Maria Eduarda Oliveira Lamoia – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Oficial Ser. Adm. Temporário
Data da rescisão: 13/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Lerry Gomes Santos de Oliveira – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Oficial Ser. Adm. Temporário
Data da rescisão: 14/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Gabrielle Ferreira Silva Ferraz / Ana Carolina da Silva Medeiros Correia – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Assist Téc Prog 1º Infância - SOC
Data da rescisão: 14/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Lyana Maranha Magalhães de Souza – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Assist Téc Prog 1º Infância - SOC
Data da rescisão: 15/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Pollyana Rodrigues dos Santos / Laura Reis Filgueira – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Assist Téc Prog 1º Infância - SOC
Data da rescisão: 16/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Ana Paula Nogueira Batista – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Nutricionista (NASF)
Data da rescisão: 16/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Thayanna Matoso Bruno Vianna – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Oficial Ser. Adm. Temporário
Data da rescisão: 20/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Ana Carolina Brito Azevedo – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Farmacêutico (NASF)
Data da rescisão: 21/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Gleice Siqueira Gonçalves Silva – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Assist Téc Prog 1º Infância - SOC
Data da rescisão: 21/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Nathalia Moraes Borges / Renata Cardoso Goncalves – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Oficial Ser. Adm. Temporário
Data da rescisão: 22/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Alexandre Namorato Afonso – contratado (a).

Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Ag.Ser.Aux (Aux.Serv) Temp Saud
Data da rescisão: 23/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Kevin Carlos Ribeiro das Candeias – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Fac. Of. Dança Zumba Sênior - Soc.
Data da rescisão: 26/01/2026

_____

Partes: Prefeitura Municipal de Leopoldina-Contratante e Luciara Odilia do Vale – contratado (a).
Objeto: Objeto: Rescisão de contrato temporário por tempo determinado na função de Facilitador de Oficina de Artes
Data da rescisão: 27/01/2026

_____

A rescisão da servidora Priscila Marques de Souza, função Prof. Educ. Básica II – Temp., foi alterada de 19/12/2025 para 01/01/2026.

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:BAC63123

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2026

O **MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG**, em atendimento ao § 3º da Lei nº 14.133/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o presente **Aviso de Dispensa de Licitação** visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** Para tanto, convoca os interessados enviarem suas propostas para o objeto constante no Termo de Referência, disponibilizado no Portal da Transparência do município de Limeira do Oeste - MG, para o e-mail licitacao@limeiradooeste.mg.gov.br ou presencialmente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste – MG, situado na Rua Pernambuco, nº 780, Centro **até ás 15h59min do dia 06 de fevereiro de 2026.** O detentor da proposta mais vantajosa será comunicado para o envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias.

Limeira do Oeste – MG, 02 de fevereiro de 2026.

JAQUELINE MOREIRA ARRUDA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Miliane Freitas Nogueira
Código Identificador:6C897F32

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

O **MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG**, através da Secretaria Municipal de Industria e Comércio, torna público aos interessados, que promoverá licitação **na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MAIOR LANCE,** tendo por objeto a **CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE IMÓVEIS DENOMINADOS "QUIOSQUES", PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DESTINADA À ATIVIDADE EXCLUSIVA DE LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE OU SIMILARES,** de acordo com as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site **www.licitanet.com.br no dia 25 de fevereiro de 2026 a partir das 08:00 (oito) horas.**

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, **www.licitanet.com.br** e também poderão ser obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Rua Pernambuco, n° 780, bairro Centro, na cidade de Limeira do Oeste/MG, nos dias úteis, no horário das 07h:00 às 11h:30min e das 13h:00 às 16h:30min,

Limeira do Oeste - MG, 02 de fevereiro de 2026.

BENEDITO SOARES ALVES NETO
Secretário Municipal de Indústria e Comércio

Publicado por:
Radiel de Souza Silva
Código Identificador:7EC61CB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
ERRATA

CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2021

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 170/2021

O **MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE**, estado de Minas Gerais, através do seu Prefeito Municipal, faz a seguinte correção no título da publicação do dia 16 de janeiro de 2026.

Onde se lê: "**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA MÉDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL, NA U.A.I. - UNIDADE DE ATENDIMENTO IMEDIATO DESTE MUNICÍPIO.**"

Ler-se-á: "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA MÉDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ACOMPANHAMENTO MÉDICO DURANTE AS REMOÇÕES INTER-HOSPITALARES DE PACIENTES DESTE MUNICÍPIO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA."

Limeira do Oeste - MG, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Radiel de Souza Silva
Código Identificador:58F61928

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
ERRATA

CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2021

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 35/2021

O **MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE**, estado de Minas Gerais, através do seu Prefeito Municipal, faz a seguinte correção no título da publicação do dia 16 de janeiro de 2026.

Onde se lê: "**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA MÉDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL, NA U.A.I. - UNIDADE DE ATENDIMENTO IMEDIATO DESTE MUNICÍPIO.**"

Ler-se-á: "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA MÉDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ACOMPANHAMENTO MÉDICO DURANTE AS REMOÇÕES INTER-HOSPITALARES DE PACIENTES DESTE MUNICÍPIO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA."

Limeira do Oeste - MG, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Radiel de Souza Silva
Código Identificador:DA2B4AAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 58/2025

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N° 11/2025 - CREDENCIAMENTO N° 02/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG.

CONTRATADA: GODOFREDO SOCORRO QUEIROZ.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS E NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LIMEIRA DO OESTE – MG.

FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

VALOR: R$ 24,27 (vinte e quatro reais e vinte e sete centavos).

PRAZO: 01 de fevereiro de 2026 a 28 de fevereiro de 2026.

Limeira do Oeste - MG, 26 de janeiro de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Radiel de Souza Silva
Código Identificador:4AFE4CDB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO N° 013/2026
PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2026

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO
Processo n° 013/2026 Pregão Presencial n° 004/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG, A SER REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO E, ALTERNATIVAMENTE, EM ESTABELECIMENTOS SITUADOS NO RAIO DE 20 KM A 60 KM DO PERÍMETRO URBANO, EM DIREÇÃO AO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Homologação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGA o resultado do Processo Licitatório para: DIAMANTE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ: 51.595.786/0001-78 Valor Total de R$ 4.886.750,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais) POSTO JWMM LTDA - CNPJ: 01.311.192/0001-10 Valor Total de R$ 2.261.875,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e um mil e oitocentos e setenta e cinco reais) MAR DE ESPANHA, 02 de Fevereiro de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:A29B9532

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MENDES PIMENTEL

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA N° 001/2026

No Aviso de Licitação, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros de 29 de janeiro de 2026, Edição n°. 4202, página 314, onde lê-se que a abertura da sessão, objetivando a Contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para obra de EXECUÇÃO DE AÇÕES DE RECONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE MENDES PIMENTEL, CONTEMPLANDO: META 1 - RECONSTRUÇÃO DE DRENAGEM NO CÓRREGO FRIO, COM A CONSTRUÇÃO DE BSCC 3,00 X 3,00 M, com recursos provenientes da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Protocolo n.º REC-MG-3141504-20251204-06, Processo n.º 59053.023934/2025-11, fará realizar no dia 13 de fevereiro de 2026, às 09h00min, **LEIA-SE: 23 DE FEVEREIRO DE 2026, às 09h00min.**

Mendes Pimentel - MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Simone Aparecida Maria José
Código Identificador:6A8836F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Minas Novas, torna público que realizará o Processo Administrativo de Licitação nº **027/2026**, Pregão eletrônico nº **07/2026** objetivando a REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO) Inicio da sessão de disputa de preços **09:00horas** do dia **19/02/2026** Referencia do tempo:horario oficial de Brasília.Modo de disputa **Aberto/fechado.** Local: através do site AMM Licita www.licitardigital.com.br. Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG, através do endereço eletrônico https://www.minasnovas.mg.gov.br/, na Plataforma de Licitações AMM Licita (Licitar Digital), através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio Sede da Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

MARIA APARECIDA ALECRIM DA COSTA.
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecidaalecrim da Costa
Código Identificador:0595844F

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 011/2025

DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 011/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: **ALLIANCE PRODUÇÃO E ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA**, CNPJ: N° 27.511.147/0001-00 DATA TERMO ADITIVO: 26/01/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:42AAFAEA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – EXTRATO DE CONTRATO N° 025/2026 - Inexigibilidade nº 005/2026- Processo nº 018/2026 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICOS GENERALISTAS E ESPECIALISTAS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, HOSPITAL MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CLEIDE MAIA – CAPS, CONFORME DEMANDA DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. Contratada: ALPHA MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ: 36.385.772/0001-36. Valor R$ 252.000,00. Mirabela, 30 de janeiro de 2026.

LUCIANO RABELO VELOSO –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:4C64A6CA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – EXTRATO DE CONTRATO Nº015/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 062/2025. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS METÁLICAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MIRABELA – MG**.
EXTRATO DE CONTRATO n° 015/2026 Contratado: I**NOVA COMÉRCIO E SOLUÇÕES LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 52.702.874/0001-94, no valor de R$165.000,00. Vigência: até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
MIRABELA/MG, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCIANO RABELO VELOSO -
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:0B82EFB0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – Ratificação de Inexigibilidade nº 005/2026- Processo nº 018/2026 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICOS GENERALISTAS E ESPECIALISTAS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, HOSPITAL MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CLEIDE MAIA – CAPS, CONFORME DEMANDA DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. Contratada: ALPHA MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ: 36.385.772/0001-36. Valor R$ 252.000,00. Mirabela, 30 de janeiro de 2026. Ratificada por Luciano Rabelo Veloso – Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:350856E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 2° ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 003/2024. Dispensa N.º 003/2024. EMPRESA: Josué de Oliveira Carmo. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento em comunicação, assessoria em campanhas e relações públicas, assessoria em Marketing Digital. Vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:AA872A40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE ADESÃO 001/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO 007/2026.

Processo Licitatório 007/2026. Adesão 001/2026 - Objeto: Adesão à ata de registro de preço 01/2025- Processo 152/2024- Pregão 049/2024 da prefeitura de Astolfo Dutra/mg para futura e eventual aquisição de materiais e insumos médico hospitalares, saneantes, equipamentos e móveis hospitalares, com base no maior percentual de desconto (%), constantes nas tabelas CMED/ANVISA e REVISTA SIMPRO, para abastecimento das unidades de saúde do município de Astolfo Dutra. Data da Ratificação: 12/01/2026 –

CLOVES DA SILVA BOTELHO -
Prefeito.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:2FBDD58B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE ADESÃO 002/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO 008/2026.

Processo Licitatório 008/2026. Adesão 002/2026 - Objeto: Adesão Ata de Registro de Preços nº 003/2026, Processo Licitatório n°057/2025, Pregão 031/2025 da Prefeitura de Tombos/MG – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 02 dois veículos zero km, no modelo 2025/2026 ou superior, em atendimento às necessidades das secretarias municipais de Tombos-MG. Data da Ratificação: 02/02/2026 –

CLOVES DA SILVA BOTELHO -
Prefeito.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:C34A67FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 002/2026

Processo Licitatório 007/2026. Adesão 001/2026 - Adesão à ata de registro de preço 01/2025- Processo 152/2024- Pregão 049/2024 da prefeitura de Astolfo Dutra/mg para futura e eventual aquisição de materiais e insumos médico hospitalares, saneantes, equipamentos e móveis hospitalares, com base no maior percentual de desconto (%), constantes nas tabelas CMED/ANVISA e REVISTA SIMPRO, para abastecimento das unidades de saúde do município de Astolfo Dutra. Empresa: SOLUCOES FARMA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Data da Ratificação: 12/01/2026. Valor: R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais). Data de vigência 12/01/2026 a 12/01/2027 –

CLOVES DA SILVA BOTELHO -
Prefeito.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:DAAD02B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 003/2026

Processo Licitatório 008/2026. Adesão 002/2026 - Adesão Ata de Registro de Preços nº 003/2026, Processo Licitatório n°057/2025, Pregão 031/2025 da Prefeitura de Tombos/MG – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 02 dois veículos zero km, no modelo 2025/2026 ou superior, em atendimento às necessidades das secretarias municipais de Tombos-MG. Data da Ratificação: 02/02/2026 Valor: R$ 294.980,00 (duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta reais). Data de vigência 02/02/2026 a 02/02/2027 –

CLOVES DA SILVA BOTELHO -
Prefeito.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:5A5B0B16

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 17, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2026

IVONETE LACERDA ASSIS, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, *Estado de Minas Gerais*, com fundamento na **letra "a" do inciso IV do artigo 50 da Resolução no 357, de 11 de dezembro de 2012** – *Regimento Interno*, no uso de suas prerrogativas, na forma legal e regimental, etc.

CONSIDERANDO as solicitações de nomes para a composição das *Comissões Permanentes* da Câmara Municipal de Muriaé para a Sessão Legislativa de 2026, e na forma do art.66 da Resolução n**o** 357 de 2012 – *Regimento Interno da Câmara Municipal*, compete ao Presidente da Câmara nomear e empossar os Membros de cada Comissão;

CONSIDERANDO a aplicação do art. 83 da Resolução n**o** 357 de 2012 – *Regimento Interno da Câmara Municipal*, compete ao Presidente da Câmara nomear e empossar os Membros de cada Comissão;

CONSIDERANDO a *representação proporcional* dos Partidos que compõem a Câmara Municipal de Muriaé, conforme planilha abaixo, compete ao Presidente da Câmara nomear e empossar os Membros de cada Comissão:

RESOLVE:

Art. 1o — Ficam nomeados os *Vereadores* adiante relacionados, conforme quadros respectivos, para integrar as **COMISSÕES PERMANENTES** da Câmara Municipal de Muriaé para esta Sessão Legislativa de 2026 (*dois mil e vinte e seis)*;

Art. 2o – A posse dos Membros Efetivos e os seus Suplentes, em cada Comissão Permanente, ocorreu, sendo definido as atribuições de cada um dos membros.

Art. 3o – A substituição voluntária de Vereadores somente ocorrerá por requerimento em conjunto, desde que ocupem idêntica qualidade nas Comissões e com análise do Presidente;

Art. 4o – A atuação dos Membros Efetivos e os seus Suplentes em cada uma das Comissões obedecerá as regras do *Regimento Interno*, emitindo os respectivos pareceres, com auxílio do Diretor Jurídico e Assessores Jurídicos, quando for solicitado pelos Membros da Comissão;

Parágrafo único – As Comissões Permanentes ficam assim compostas:

ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, AGROPECUÁRIA E DEFESA DO CONSUMIDOR – ART. 72, I, R.I
Efetivos: Presidente: Leonardo Pereira e Silva (Léo Pereira)
Relator: Elvandro Maciel da Silva (Evandro Cheroso)
Membro: Christian Tanus Bahia
Suplente: Gerson Ferreira Varella Neto

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ART. 72, II, R.I
Efetivos: Presidente: Mário Lúcio Brambila
Relator: Devail Gomes Corrêa
Membro: Antônio Afonso Soares Tomaz (Afonso da Saúde)
Suplente: Cleisson Evangelista de Souza (Cleissinho)

REDAÇÃO E ASSUNTOS DIVERSOS - – ART. 72, III, R.I
Efetivos: Presidente: Wilson Caetano dos Reis Santos (Reverendo Wilson Reis)
Relator: Christian Tanus Bahia
Membro: Cleisson Evangelista de Souza (Cleissinho)
Suplente: Antônio Adilson Duarte

DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ART. 72, IV, R.I
Efetivos: Presidente: Cássia Ribeiro de Souza
Relator: Kerlim Zapotek Lima Machado de Araújo (Kerlim Protetor)
Membro: Antônio Adilson Duarte
Suplente: Wilson Caetano dos Reis Santos (Reverendo Wilson Reis)

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO – ART. 72, V, R.I
Efetivos: Presidente: Leonardo Pereira e Silva (Léo Pereira)
Relator: Mário Lúcio Brambila
Membro: Munique Helena da Cunha Alves (Munik da Saúde)
Suplente: Cássia Ribeiro de Souza

FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS – ART. 72, VI, R.I
Efetivos: Presidente: Cleisson Evangelista de Souza (Cleissinho)
Relator: Antônio Afonso Soares Tomaz (Afonso da Saúde)
Membro: Reginaldo de Souza Roriz
Suplente: Devail Gomes Corrêa

CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - ART. 72, VII, R.I
Efetivos: Presidente: Wilson Caetano dos Reis Santos (Reverendo Wilson Reis)
Relator: Munique Helena da Cunha Alves (Munik da Saúde)
Membro: Christian Tanus Bahia
Suplente: Rangel Martino de Oliveira Paiva (Delegado Rangel)

MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO, P. URBANAS E RURAL - ART. 72, VIII, R.I
Efetivos: Presidente: Kerlim Zapotek Lima Machado de Araújo (Kerlim Protetor)

Relator: Cássia Ribeiro de Souza
Membro: Carlos Antônio Ferreira (Carlos Macuco)
Suplente: Mário Lúcio Brambila

SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO - ART. 72, IX, R.I
Efetivos: Presidente: Munique Helena da Cunha Alves (Munik da Saúde)
Relator: Cássia Ribeiro de Souza
Membro: Antônio Afonso Soares Tomaz (Afonso da Saúde)
Suplente: Antônio Adilson Duarte

TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO - ART. 72, X, R.I
Efetivos: Presidente: Mário Lúcio Brambila
Relator: Carlos Antônio Ferreira (Carlos Macuco)
Membro: Kerlim Zapotek Lima Machado de Araújo (Kerlim Protetor)
Suplente: Cleisson Evangelista de Souza (Cleissinho)

LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - ART. 72, XI, R.I
Efetivos: Presidente: Antônio Afonso Soares Tomaz (Afonso da Saúde)
Relator: Elvandro Maciel da Silva (Evandro Cheroso)
Membro: Gerson Ferreira Varella Neto
Suplente: Devail Gomes Corrêa

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - ART. 72, XII, R.I
Efetivos: Presidente: Cássia Ribeiro de Souza
Relator: Munique Helena da Cunha Alves (Munik da Saúde)
Membro: Antônio Adilson Duarte
Suplente: Christian Tanus Bahia

ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - ART. 72, XIII, R.I
Efetivos: Presidente: Wilson Caetano dos Reis Santos (Reverendo Wilson Reis)
Relator: Antônio Adilson Duarte
Membro: Leonardo Pereira e Silva (Léo Pereira)
Suplente: Mário Lúcio Brambila

SEGURANÇA PÚBLICA - ART. 72, XIV, R.I
Efetivos: Presidente: Rangel Martino de Oliveira Paiva (Delegado Rangel)
Relator: Reginaldo de Souza Roriz
Membro: Cleisson Evangelista de Souza (Cleissinho)
Suplente: Gerson Ferreira Varella Neto

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – ART. 72, XV, R.I
Efetivos: Presidente: Munique Helena da Cunha Alves (Munik da Saúde)
Relator: Cássia Ribeiro de Souza
Membro: Kerlim Zapotek Lima Machado de Araújo (Kerlim Protetor)
Suplente: Elvando Maciel da Silva (Evandro Cheroso)

PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL – ART. 72, XVI, R.I
Efetivos: Presidente: Kerlim Zapotek Lima Machado de Araújo (Kerlim Protetor)
Relator: Cássia Ribeiro de Souza
Membro: Munique Helena da Cunha Alves (Munik da Saúde)
Suplente: Leonardo Pereira e Silva (Léo Pereira)

Art. 5o — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, considerando a publicação com sua afixação no espaço específico da Câmara Municipal de Muriaé.

Muriaé (MG), 01(primeiro) de fevereiro de 2026.

IVONETE LACERDA ASSIS
Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

Publicado por:
Alan Dala Paula Torres
Código Identificador:E6BD9928

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 18, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Assessor Parlamentar, altera estrutura remuneratória em Gabinete Parlamentar, e dá outras providências.

A **Excelentíssima Senhora Vereadora IVONETE LACERDA ASSIS**, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 176 da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Lei Orgânica do Município de Muriaé;

CONSIDERANDO os Requerimentos de Protocolo nºs **218 e 220/2026**, apresentados pelos Vereadores **Mário Lúcio Brambila e Reginaldo Roriz**;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº **7.442**, de 24 de setembro de 2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Muriaé;

CONSIDERANDO o disposto no art. 50, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Índice Básico de Vencimento – VIB para **08(oito)**, da Assessora Parlamentar **Talita Cerqueira de Oliveira**, mantida a respectiva lotação funcional no Gabinete do Vereador **Mário Lúcio Brambila**, nos termos do Requerimento de Protocolo nº **218/2026**, **com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Alterar a lotação funcional do Assessor Parlamentar **Samuel Etiene Dias dos Reis**, **Nível II**, **VIB 06 (seis)**, que passa a atuar no Gabinete do Vereador **Mário Lúcio Brambila**, nos termos do Requerimento de Protocolo nº **220/2026**, **com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026**.
Art. 3º Nomear o Sr. **Danilo César Vieira** para o cargo em comissão de **Assessor Parlamentar**, **Nível II**, **VIB 06 (seis)**, com lotação no Gabinete do Vereador **Reginaldo Roriz**, nos termos do Requerimento de Protocolo nº **220/2026**.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Muriaé, Minas Gerais, em 02 de fevereiro de 2026.

IVONETE LACERDA ASSIS
Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

Publicado por:
Alan Dala Paula Torres
Código Identificador:21F348E7

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.016, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

"Dispõe sobre a destituição de servidora ocupante de função comissionada executiva da Secretaria Municipal de Saúde."

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. Marcos Guarino de Oliveira, no uso de suas atribuições conferidas por lei;

CONSIDERANDO a necessidade de pessoal no âmbito nos órgãos da Administração Direta Municipal;

CONSIDERANDO a possibilidade de provimento de cargos em comissão, na forma do inciso II, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, IV e V do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Muriaé;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 7.158, de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a instituição dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 13.158, de 09 de janeiro de 2025, com redação do Decreto nº 14.005, de 21 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE), da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 13.168, de 10 de janeiro de 2025, que versa sobre as nomeações no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA

Art. 1º Fica a servidora abaixo relacionada, destituída da Função Comissionada Executiva (FCE), no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde:

CARGO	CÓDIGO DO CARGO	NOME
CHEFE DO SETOR DE REABILITAÇÃO FÍSICA MUNICIPAL	FCE 1.11.31	RHAYSSA ESPOSITO DOS SANTOS CAMPOS

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2026.

Muriaé, 30 de janeiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:8E885B70

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.017, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidora para Função Comissionada Executiva (FCE) na Secretaria de Saúde do Município de Muriaé.

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de pessoal no âmbito dos órgãos da Administração Direta Municipal;

CONSIDERANDO a possibilidade de provimento de Cargos em Comissão, na forma do inciso II, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos II, IV e V do art. 94, da Lei Orgânica do Município de Muriaé;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Complementares nº 4.182, 4.183 e 4.184, todas de 28 de dezembro de 2011, e suas alterações;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 13.158, de 09 de janeiro de 2025, com redação do Decreto n.º 14.005, de 21 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE) da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 13.945, de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a adoção de medidas de contingenciamento em função da restruturação da organização administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de chefe do Setor de Reabilitação Física Municipal em substituição, não acarretando em oneração ou majoração do número de servidores comissionados;

DECRETA

Art. 1º. Fica a servidora abaixo relacionada, designada para exercer a Função Comissionada Executiva (FCE) na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Muriaé, conforme a seguir:

UNIDADE	DENOMINAÇÃO	Código	NOME
SETOR DE REABILITAÇÃO FÍSICA MUNICIPAL	CHEFE DO SETOR DE REABILITAÇÃO FÍSICA MUNICIPAL	FCE 1.11.31	MARIANA MOURA OLIVEIRA RODRIGUES

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 30 de janeiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:ABE53019

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.020, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

"Nomeia servidora para Cargo Comissionado Executivo (CCE) da Secretaria Municipal de Administração"

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr.**MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a necessidade de pessoal no âmbito dos órgãos da Administração Direta Municipal;

CONSIDERANDO a possibilidade de provimento de Cargos em Comissão, na forma do inciso II, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos II, IV e V do art. 94, da Lei Orgânica do Município de Muriaé;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Complementares nº 4.182, 4.183 e 4.184, todas de 28 de dezembro de 2011, e suas alterações;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 7.158, de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a instituição dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 13.183, de 14 de janeiro de 2025, com redação do Decreto nº 14.007, de 22 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE) da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO que a restrição temporária de novas nomeações para cargos comissionados, prevista no Decreto nº 13.945, de 15 de dezembro de 2025, admite exceções devidamente justificadas;

CONSIDERANDO que a nomeação decorre de reestruturação administrativa, para melhor operacionalização dos serviços, que não implica em aumento da despesa geral do Município, visto que a servidora já ocupava o cargo de Assessor Especial IV no âmbito do DEMSUR.

DECRETA

Art. 1º. Fica a Senhora abaixo relacionada, nomeada para Cargo Comissionado Executivo (CCE), no âmbito da Secretaria Municipal de Administração:

UNIDADE	DENOMINAÇÃO	Código CCE/FCE	NOME
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	*Assessor Especial IV*	CCE 2.16.63	MARIA DA CONSOLAÇÃO TANUS PAMPOLINI FREITAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:92E984E9

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

"Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal."

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Requerimento de Exoneração, datado em 02 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 56, da Lei 3.824, de 1º de dezembro de 2009;

DECRETA

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, exonerada, a pedido, de seu respectivo cargo efetivo, a partir de 02 de fevereiro de 2026, conforme a seguir:

CARGO	SETOR	MASP	NOME
PROFESSOR I	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4664-8	**THALYTA DE ALMEIDA CELEIRO GOMES**

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:C85AE885

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL N.º 002/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO SOCIAL

Edital de Chamamento Público para Seleção de representantes da sociedade civil e instituições para composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento, Tecnologia, Inovação e Pesquisa – COMDETIP.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal n.º 7.517, de 05 de dezembro de 2025, torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para inscrição, habilitação e seleção de representantes da sociedade civil organizada, entidades empresariais, instituições e demais segmentos previstos em lei, visando à composição do referido Conselho para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto convocar as entidades, instituições e segmentos habilitados para participarem do processo de inscrição, habilitação e seleção de representantes titulares e suplentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento, Tecnologia, Inovação e Pesquisa – COMDETIP.

1.2. O COMDETIP é órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo, propositivo e fiscalizador, com atuação estratégica no âmbito do Plano Municipal de Inovação – PMINOVA e do Fundo Municipal de Desenvolvimento, Tecnologia, Inovação e Pesquisa – FUMDETIP.

2. DA COMPOSIÇÃO E DAS VAGAS

2.1. A composição do COMDETIP observará, obrigatoriamente, a distribuição quantitativa e qualitativa prevista no Art. 2º da Lei Municipal n.º 7.517/2025.

2.2. Serão selecionados representantes titulares e suplentes para os seguintes segmentos:

I – Instituições de Ensino Superior com atuação no Município;

II – Entidades empresariais, sindicatos patronais ou laborais e instituições do terceiro setor;

III – Startups, hubs de inovação, incubadoras, aceleradoras ou espaços de coworking;

IV – Sociedade civil organizada com atuação comprovada nas áreas de inovação, tecnologia, pesquisa científica ou economia criativa; e

V – Instituições de saúde sediadas no Município.

2.3. Para cada vaga será selecionado ou indicado 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente.

2.4. A participação no COMDETIP será considerada serviço público relevante, de caráter não remunerado.

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente Chamamento Público as entidades e instituições que:

I - possuam atuação comprovada no Município de Muriaé;

II – tenham relação direta com as áreas de desenvolvimento econômico, inovação, tecnologia, pesquisa científica, economia criativa ou sustentabilidade; e

III – estejam regularmente constituídas, com documentação válida.

3.2. Cada entidade ou instituição poderá indicar apenas um representante titular e um suplente.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de 03/02/2026 a 10/02/2026, mediante envio da seguinte documentação:

I – requerimento de inscrição assinado pelo representante legal;

II – comprovante de inscrição no CNPJ;

III – estatuto ou ato constitutivo atualizado;

IV – documento de identificação do representante titular e do suplente;

V – breve relatório da atuação institucional relacionada às áreas de competência do COMDETIP.

4.2. As inscrições deverão ser protocoladas:

I – presencialmente, no órgão municipal responsável pelo desenvolvimento econômico e inovação; ou

II – por meio eletrônico institucional: deconomico@muriae.mg.gov.br, com o título do e-mail: COMDETIP 2026-2028

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A análise da documentação será realizada por Comissão de Seleção designada pelo Poder Executivo Municipal.

5.2. Compete à Comissão de Seleção:

I – verificar a regularidade formal da documentação apresentada;

II – analisar o atendimento aos requisitos previstos neste Edital e na Lei Municipal n.º 7.517/2025;

III – promover diligências, quando necessário, para esclarecimento de informações ou complementação documental, desde que não implique inclusão de documento essencial não apresentado no prazo de inscrição; e

IV – elaborar e publicar a lista preliminar de entidades habilitadas por segmento.

5.3. A lista preliminar de habilitados será publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, contendo a identificação das entidades consideradas habilitadas e inabilitadas, com a respectiva motivação resumida, quando for o caso.

5.4. Caberá recurso administrativo contra o resultado preliminar da habilitação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da publicação da lista preliminar, devendo o recurso:

I – ser apresentado por escrito;

II – conter a identificação da entidade recorrente;

III – apresentar fundamentação clara e objetiva;

IV – ser protocolado no mesmo meio utilizado para a inscrição ou outro meio oficialmente indicado.

5.5. A Comissão de Seleção analisará os recursos apresentados, podendo, se necessário, solicitar esclarecimentos adicionais, devendo proferir decisão fundamentada.

5.6. Após análise dos recursos, será publicada a lista final de habilitados por segmento, a qual terá caráter definitivo para fins de continuidade do processo de seleção.

5.7. A ausência de interposição de recurso no prazo estabelecido implicará aceitação tácita do resultado preliminar da habilitação.

6. DA SELEÇÃO DOS REPRESENTANTES

6.1. Havendo número de entidades habilitadas igual ou inferior ao número de vagas previstas para o respectivo segmento na Lei Municipal n.º 7.517/2025, as entidades habilitadas serão automaticamente consideradas selecionadas.

6.2. Havendo número de entidades habilitadas superior ao número de vagas previstas para o respectivo segmento na Lei Municipal n.º 7.517/2025, será realizada eleição entre as entidades habilitadas daquele segmento específico.

6.3. A eventual eleição ocorrerá em Assembleia Pública, no dia 23 de fevereiro de 2026, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social, à rua Silval Florêncio da Silva, número 02, Chácara Brum, segundo andar.

6.4. Terão direito a voto exclusivamente as entidades habilitadas no respectivo segmento, sendo vedada a participação de entidades não habilitadas ou pertencentes a segmentos distintos, de modo a preservar a representatividade e a legitimidade do processo de escolha.

6.5. A eleição, quando necessária, será realizada por maioria simples dos votos válidos, considerando-se eleito o representante da entidade mais votada, observadas as regras de desempate a serem definidas pela Comissão de Seleção antes do início da votação.

6.6. A eleição, quando necessária, será conduzida por Comissão de Seleção designada para este fim, competindo-lhe organizar, coordenar e supervisionar todos os atos do processo eleitoral, assegurando a regularidade, transparência e legitimidade do procedimento.

6.7. Todo o processo de seleção e eventual eleição observará rigorosamente os princípios da legalidade, publicidade, transparência, isonomia, moralidade administrativa, participação social e eficiência, devendo todos os atos ser formalmente registrados e disponibilizados para consulta pública.

7. DA HOMOLOGAÇÃO E NOMEAÇÃO

7.1. O resultado final do processo de seleção será homologado pela Presidência da Comissão de Seleção e publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, contendo a relação definitiva das entidades selecionadas por segmento, com a indicação dos respectivos representantes titulares e suplentes.

7.2. Após a homologação do resultado final, os representantes selecionados serão nomeados por meio de Portaria do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social, observada a composição prevista na Lei Municipal n.º 7.517/2025, bem como o atendimento aos requisitos formais de indicação pelas respectivas entidades.

7.3. O mandato dos representantes nomeados será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução consecutiva, mediante nova indicação formal da entidade representada e nova nomeação por meio de Portaria do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social.

7.4. A nomeação dos representantes selecionados formaliza a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento, Tecnologia, Inovação e Pesquisa – COMDETIP, a partir da qual será iniciada sua atuação institucional, inclusive para fins de instalação, funcionamento e posterior elaboração de seu Regimento Interno.

7.5. Eventuais substituições de representantes durante o mandato deverão observar o disposto na Lei Municipal n.º 7.517/2025 e serão formalizadas mediante nova indicação da entidade representada e posterior nomeação por Portaria do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social.

7.6. Os atos de homologação, nomeação e eventuais substituições serão devidamente publicados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, garantindo transparência, publicidade e controle social sobre a composição do Conselho.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Os casos omissos neste Chamamento Público serão resolvidos pela Comissão de Seleção, observada a Lei Municipal n.º 7.517/2025 e a legislação vigente.

8.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé/MG, 02 de fevereiro de 2026.

CEZAR AUGUSTO BIANCHI BOTARO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Social

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
Edital de Chamamento Público n.º 001/2026

Seleção de Representantes para o Conselho Municipal de Desenvolvimento, Tecnologia, Inovação e Pesquisa – COMDETIP

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
Razão Social: _____
Nome Fantasia (se houver): _____
CNPJ: _____
Endereço completo: _____
Telefone: (_____) _____E-mail:_____

2. SEGMENTO DE REPRESENTAÇÃO
( ) Instituições de Ensino Superior com atuação no Município
( ) Entidades empresariais, sindicatos patronais ou laborais e instituições do terceiro setor
( ) Startups, hubs de inovação, incubadoras, aceleradoras ou espaços de coworking
( ) Sociedade civil organizada com atuação nas áreas de inovação, tecnologia, pesquisa científica ou economia criativa
( ) Instituições de saúde sediadas no Município

3. REPRESENTANTES INDICADOS – TITULAR E SUPLENTE
Nome completo: _____
CPF: _____ RG: _____
Cargo/Função na entidade: _____
Telefone: (_____) _____E-mail:_____
Nome completo: _____
CPF: _____ RG: _____
Cargo/Função na entidade: _____
Telefone: (_____) _____E-mail:_____

4. DOCUMENTOS APRESENTADOS

( ) Requerimento de inscrição assinado pelo representante legal
( ) Comprovante de inscrição no CNPJ
( ) Estatuto ou ato constitutivo atualizado
( ) Documento de identificação do representante titular
( ) Documento de identificação do representante suplente
( ) Relatório de atuação institucional nas áreas do COMDETIP

5. DECLARAÇÃO

Declaro que a entidade possui atuação no Município de Muriaé, atende aos requisitos previstos no Edital de Chamamento Público nº 001/2026, encontra-se regularmente constituída e que as informações prestadas são verdadeiras. Declaro, ainda, que a entidade tem ciência das regras do referido Edital e indica apenas um representante titular e um suplente para participação no processo de seleção do COMDETIP.

Muriaé/MG, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do representante legal da entidade
Nome:
Cargo:

ANEXO II
CRONOGRAMA
Edital de Chamamento Público n.º 001/2026

Seleção de Representantes para o Conselho Municipal de Desenvolvimento, Tecnologia, Inovação e Pesquisa – COMDETIP

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	02/02/2026
Período de inscrições	03/02/2026 a 10/02/2026
Análise da documentação (habilitação)	11/02/2026
Publicação do resultado preliminar da habilitação	13/02/2026
Prazo para interposição de recurso administrativo	18/02/2026 a 19/02/2026
Julgamento dos recursos e divulgação do resultado final da habilitação	20/02/2026
Realização da assembleia pública para eleição das entidades habilitadas	23/02/2026
Homologação do resultado final pela Presidência da Comissão de Seleção	23/02/2026
Publicação da Portaria de nomeação	23/02/2026

As datas previstas neste cronograma poderão ser alteradas mediante necessidade administrativa, por ato formal devidamente publicado, respeitados os princípios da publicidade, razoabilidade, segurança jurídica e ampla divulgação.

Poderá ser suprimida a etapa de interposição de recursos na hipótese de inexistência de entidades inabilitadas no resultado preliminar da habilitação.
Da mesma forma, poderá ser dispensada a realização de Assembleia Pública caso o número de entidades habilitadas em determinado segmento seja igual ou inferior ao número de vagas previstas na Lei Municipal n.º 7.517/2025.

Nessas hipóteses, poderá haver o adiantamento das etapas subsequentes, inclusive para fins de publicação do resultado final, homologação e nomeação dos conselheiros

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:16CECE84

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

Jorge Feres Filho, Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais, decide pelo reconhecimento da prescrição intercorrente referente ao processo administrativo disciplinar nº 006/2021, da servidora D.C.C., MASP 1239, e determina o arquivamento do presente processo administrativo disciplinar.

Muriaé, 29 de janeiro de 2026.

JORGE FERES FILHO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:95EFA34F

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
NOTIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO Nº 357/2026

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo Sancionatório nº 357/2026

Contratada: G.M.LTDA.
CNPJ: XX.XXX.749/0001-46
Representante legal: L.C.S. - Sócio Administrador.

Em cumprimento às competências da **Comissão Especial Processante** e nos termos do **art. 155, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Nº 12.041**, de 16 de junho de 2023, ficam V.Sas. **notificados a apresentar defesa escrita** e eventuais documentos ou provas que entendam pertinentes, em relação às **irregularidades constatadas na execução do contrato** referente à Ata de Registro de Preços nº 215/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 043/2024, Processo Licitatório nº 97/2024, cujo objeto consiste no fornecimento de insumos e materiais hospitalares.

Conforme manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, a empresa deixou de cumprir reiteradamente os prazos de entrega estabelecidos nas Autorizações de Fornecimento nº 2252/2025, 5387/2025, 10393/2025 e 10398/2025, mesmo após sucessivas notificações administrativas, sem apresentar justificativa plausível ou comprovação de caso fortuito ou força maior.
O prazo para apresentar defesa, provas e esclarecimentos é de**15 dias úteis**. A contagem inicia-se no primeiro dia útil após o recebimento desta notificação ou da publicação no Diário Oficial, o que ocorrer primeiro.

As informações e documentos deverão ser encaminhados à Comissão Especial Processante, podendo ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Muriaé, situada à Avenida Maestro Sansão, nº 236, Centro, Muriaé/MG, ou enviados por meio eletrônico para o e-mail: controladorinterno@muriae.mg.gov.br .

Decorrido o prazo concedido, independentemente de manifestação por parte da interessada, a Comissão Especial Processante prosseguirá com a análise e deliberação dos fatos, a fim de avaliar a ocorrência de eventuais irregularidades e definir se são cabíveis sanções administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando a observância dos princípios da legalidade e da regularidade processual.

Atenciosamente,

Muriaé/MG, 30 de janeiro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL PROCESSANTE
Decreto Nº 13.814/2025

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:E3DE0BAF

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 001/2026 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a instauração de auditoria interna e dá outras providências."

A Controladoria Geral do Município de Muriaé, através do Controlador Interno, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 7.535/2025 e,

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a conformidade da concessão de diárias nos termos do Decreto Municipal nº 11.579, de 19 de dezembro de 2022 c/c a Lei Complementar nº 7.158, de 04 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO o Plano de Auditoria Anual do Município aprovado;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Auditoria Interna com o objetivo de analisar e avaliar os procedimentos de concessão de diárias do período de 01/01/2025 a 31/12/2025, aos servidores públicos municipais nos termos do Decreto Municipal nº 11.579, de 19 de dezembro de 2022 c/c a Lei Complementar nº 7.158, de 04 de dezembro de 2024

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de cento e vinte dias para a conclusão dos trabalhos e emissão do Relatório Final, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa fundamentada.

Art. 3º Os agentes públicos da respectiva área auditada deverão disponibilizar livre acesso aos documentos, processos e sistemas corporativos necessários à equipe técnica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 27 de janeiro de 2026.

JERÔNIMO ANTONIO DE ALMEIDA
Controlador Interno

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:AA31F142

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 002/2026 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a instauração de auditoria interna e dá outras providências."

A Controladoria Geral do Município de Muriaé, através do Controlador Interno, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 7.535/2025 e,

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a conformidade da frota de veículos e máquinas do Município de Muriaé;

CONSIDERANDO o Plano de Auditoria Anual do Município aprovado;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Auditoria Interna com o objetivo de analisar e avaliar a frota de veículos e maquinas do Município de Muriaé, com respectivo consumo e manutenção preventiva e corretiva, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de cento e vinte dias para a conclusão dos trabalhos e emissão do Relatório Final, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa fundamentada.

Art. 3º Os agentes públicos da respectiva área auditada deverão disponibilizar livre acesso aos documentos, processos e sistemas corporativos necessários à equipe técnica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 27 de janeiro de 2026.

JERÔNIMO ANTONIO DE ALMEIDA
Controlador Interno

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:19573036

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 003/2026 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a instauração de auditoria interna e dá outras providências."

A Controladoria Geral do Município de Muriaé, através do Controlador Interno, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 7.535/2025 e,

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a conformidade da merenda escolar do Município de Muriaé;

CONSIDERANDO o Plano de Auditoria Anual do Município aprovado;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Auditoria Interna com o objetivo de analisar e avaliar a merenda escolar do Município de Muriaé, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de cento e vinte dias para a conclusão dos trabalhos e emissão do Relatório Final, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa fundamentada.

Art. 3º Os agentes públicos da respectiva área auditada deverão disponibilizar livre acesso aos documentos, processos e sistemas corporativos necessários à equipe técnica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 27 de janeiro de 2026.

JERÔNIMO ANTONIO DE ALMEIDA
Controlador Interno

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:109F939C

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 02, DE 30 DE JANEIRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar suposta infração administrativa.

A Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de Muriaé-MG, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc.

CONSIDERANDO *que a servidora pública J.D.R.S., MASP n.º 5714002, agiu de forma incompatível com suas atribuições;*

CONSIDERANDO *que os fatos noticiados indicam possível prejuízo à efetividade de medida protetiva determinada judicialmente;*

CONSIDERANDO *que há indícios de descumprimento de dever funcional, a exigir apuração na esfera administrativa;*

RESOLVE:

Art. 1º- Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face da servidora J.D.S.R, MASP: 5714002, para apurar suposta infração do artigo 145, incisos VI, XVIII, XXIV da Lei Municipal nº 3.824/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Muriaé) e artigo 10, inciso I da Lei Municipal nº 6.626/2023, em razão de possível conduta omissiva relacionada ao não cumprimento em tempo oportuno, de determinação judicial de caráter protetivo, no exercício de suas atribuições.

Art. 2º– Manter a Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Decreto nº 13.219, de 17 de janeiro de 2025.

Art. 3º– Determinar que a Comissão Permanente apure e relate os fatos e a autoria e cumpra as demais prescrições legais, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Portaria, prazo que poderá ser prorrogado por decisão posterior da Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 4º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 30 de Janeiro de 2026

TATIANA RANGEL VIANA
Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:FEE8890B

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 03, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

Dispõe sobre a convocação para contratação de estagiários para preenchimento de vaga de estagiário de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital n.º 01, de 16 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a regularidade dos procedimentos adotados na realização do Processo Seletivo – Edital n.º 01, de 16 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a homologação do processo seletivo pela Portaria SMOPU nº 30, de 30 de junho de 2025;

CONSIDERANDO a prorrogação do processo seletivo pela Portaria SMOPU nº 01, de 15 de janeiro de 2026;

RESOLVE

Art. 1º - Fica a candidata aprovada em Cadastro de Reserva, de acordo com o quadro a seguir, convocada a comparecer à Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, situada na Avenida Maestro Sansão n° 236, bairro Centro, 2º andar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir de 03 de fevereiro de 2026, no horário de 12:30 às 17:30 horas, munida dos documentos necessários constantes no Edital n.º 01, de 16 de maio de 2025, para fins de firmar termo de compromisso de estágio.

ARQUITETURA E URBANISMO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
3	LIVIA DE MELO SOUZA	CR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 02 de fevereiro de 2026.

JORGE FERES FILHO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:5376A291

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 09, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Convoca candidato aprovado no Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 002/2025 para fins de contratação.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público simplificado destinado ao preenchimento de vaga e formação de cadastro de

reserva para a função pública de Técnico de Nível Médio da Abordagem Social, regido pelo Edital n.º 001/2025;

CONSIDERANDO o resultado definitivo constante da Portaria n.º 37, de 19 de maio de 2025, que homologou o processo seletivo.

RESOLVE

Art. 1º Fica o candidato abaixo relacionado convocado a comparecer à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Av. Silvério Campos, n.º 258, Bairro Safira, nesta cidade, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de 04 de fevereiro de 2026 no horário de 13:00 às 17:00 horas, munido dos documentos constantes do Edital n.º 002/2025, a fim de firmar termo de contratação.

Classificação: ampla concorrência

ABORDADOR SOCIAL	
N.º	CANDIDATO
19	LUCIANA APARECIDA RIGUETE SILVA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 02 de fevereiro de 2026.

VANESSA MAGALHÃES AZEREDO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:A30FE232

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 10, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Convoca candidatos aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 001/2025 para fins de contratação.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público simplificado destinado ao preenchimento de vaga e formação de cadastro de reserva para execução dos Serviços, Programas e Projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, regido pelo Edital n.º 001/2025;

CONSIDERANDO o resultado definitivo constante da Portaria n.º 15, de 13 de março de 2025, que homologou o processo seletivo.

RESOLVE

Art. 1º Ficam os candidatos abaixo relacionados convocados a comparecerem à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Av. Silvério Campos, n.º 258, Bairro Safira, nesta cidade, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de 04 de fevereiro de 2026 no horário de 13:00 às 17:00 horas, munidos dos documentos constantes do Edital n.º 001/2025, a fim de firmar termo de contratação.

Classificação: ampla concorrência

	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
N.º	CANDIDATO
35	ADRIANA RODRIGUES
74	ROBERTA MENDES DE OLIVEIRA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 02 de fevereiro de 2026.

VANESSA MAGALHÃES AZEREDO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:519ACE55

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

EDITAL Nº01/2026/Comissão de Normas/CMAS/2026

Representantes de Usuários da assistência social, em consonância com a Resolução CNAS nº 11 de 23 de setembro de 2015:

REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	SITUAÇÃO
Suplente: Braselina de Aquino Afonso	DEFERIDA
Suplente: Victoria Izabelly Demarque Silva	DEFERIDA
Suplente: Alcione Aparecida Rodrigues Alves	DEFERIDA

EDÉZIO DA CRUZ VITÓRIO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:FD160182

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
PORTARIA N.º 04, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Diretor-Geral da FUNDARTE – Fundação de Cultura e Artes de Muriaé, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO que a Administração Pública pode rever seus próprios atos, fundamentada no princípio da autotutela e critérios de conveniência e oportunidade;

RESOLVE

Art. 1º. Fica cancelado o Edital de Designação para preenchimento de vaga temporária de excepcional interesse público nº 03/2026, para contratação de Professor de Música para escola Municipal de Música Leonardo Vargas, em razão de erro material relativo número de vagas constante do referido edital.
Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Muriaé/MG, 02 de fevereiro de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor-Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:EE4C1118

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Ata de Registro de Preço nº 007/2026. Processo Licitatório nº 117/2025. Pregão Eletrônico nº 047/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na segurança desarmada, brigadistas de incêndio e vigilância de apoio a eventos, com profissionais devidamente uniformizados, em turnos de 08 (oito) e 12 (doze) horas, a serem executados conforme a necessidade da Administração, durante um período de 12 (Doze) meses, conforme as condições e especificações constantes no Termo de Referência. *Vigência: 01 (Um) ano.* Item 03, ao valor unitário de R$ 320,00 (Trezentos e vinte reais); Item 07, ao valor unitário de R$ 320,00 (Trezentos e vinte reais). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e CIASERV Prestadora de Serviços em Terceirização Ltda. Nepomuceno, 14/01/2026.

MYRELLE PATRÍCIA SILVA NAIME.
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Turismo e Patrimônio.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:8F3B371D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Ata de Registro de Preço nº 008/2026. Processo Licitatório nº 117/2025. Pregão Eletrônico nº 047/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na segurança desarmada, brigadistas de incêndio e vigilância de apoio a eventos, com profissionais devidamente uniformizados, em turnos de 08 (oito) e 12 (doze) horas, a serem executados conforme a necessidade da Administração, durante um período de 12 (Doze) meses, conforme as condições e especificações constantes no Termo de Referência. *Vigência: 01 (Um) ano.* Item 01, ao valor unitário de R$ 303,99 (Trezentos e três reais e noventa e nove centavos); Item 02, ao valor unitário de R$ 310,00 (Trezentos e dez reais); Item 04, ao valor unitário de R$ 314,99 (Trezentos e quatorze reais e noventa e nove centavos); Item 05, ao valor unitário de R$ 303,99 (Trezentos e três reais e noventa e nove centavos); Item 06, ao valor unitário de R$ 310,00 (Trezentos e dez reais). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e LASTROSEG Segurança Privada Ltda. Nepomuceno, 14/01/2026.

MYRELLE PATRÍCIA SILVA NAIME.
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Turismo e Patrimônio.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:A9FB171E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Ata de Registro de Preço nº 010/2026. Processo Licitatório nº 111/2025. Pregão Eletrônico nº 044/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de higiene e limpeza, destinados ao abastecimento das Secretarias Municipais de Nepomuceno, durante um período de 12 (Doze) meses, conforme as condições e especificações constantes no Termo de Referência.. *Vigência: 01 (Um) ano.* Item 01, ao valor unitário de R$ 45,90 (Quarenta e cinco reais e noventa centavos); Item 02, ao valor unitário de R$ 8,00 (Oito reais). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e 3R Alimentos Ltda. Nepomuceno, 02/02/2026.

CLEONALDO DE CARVALHO.
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:558B1622

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Contrato nº 007/2026. Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026. Processo de Licitação nº 004/2026. Objeto: contratação de serviços da empresa **FABRÍCIO FLORES SOARES**, para apresentação de Show Artístico do artista **"FABRÍCIO FLORES"**, no dia **16 DE FEVEREIRO DE 2026**, com início previsto às **23h59** (Vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) horas durante as festividades do CARNAVAL 2026**,** na Concha Acústica, localizada na avenida Paulo Hipólito de forma gratuita e sem cobrança de ingressos ou taxas, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Vigência: 01 (Um) mês. Valor Global R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno Fabrício Flores Soares - CNPJ nº 24.906.161/0001-07. Nepomuceno/MG, 02/02/206.

MYRELLE PATRÍCIA SILVA NAIME.
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Turismo e Patrimônio.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:C0206C19

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG.
LICITAÇÃO Nº 020/2026 – INEXIGIBILIDADE 002/2026.
AVISO.
A Prefeitura Municipal de Nova Ponte comunica a todos os interessados o **CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2026**, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. Data para entrega e abertura dos envelopes: 25/02/2026, às 09h00min. O edital completo poderá ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, no Departamento de Licitações, sito à Praça dos Três Poderes, n. 1.001, Centro, em Nova Ponte - MG, ou através do e-mail licitacaonovaponte@novaponte.mg.gov.br.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:EE2B49CA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATOS

Contrato n.º 211/2025 – Pregão Presencial n.º 022/2025 - Foi firmado em 09.12.2025, o 1º Termo Aditivo para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de dezembro de 2026. Contratada: NANO SAFETY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
Contrato n.º 144/2025 – Pregão Presencial n.º 012/2025 - Foi firmado em 08.12.2025, o 1º Termo Aditivo para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de dezembro de 2026. Contratada: MASTER T.I. LTDA.
Contrato n.º 262/2025 – Pregão Presencial n.º 038/2025 - Foi firmado em 08.12.2025, o 1º Termo Aditivo para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de dezembro de 2026. Contratada: EDOARDO TRANSPORTES LTDA.
Contrato n.º 267/2025 – Pregão Presencial n.º 038/2025 - Foi firmado em 08.12.2025, o 3º Termo Aditivo para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de dezembro de 2026. Contratada: JOAQUIM JOSÉ FERREIRA.
Contrato n.º 316/2025 – Inexigibilidade por Credenciamento n.º 001/2025 - Foi firmado em 11.12.2025, o 1º Termo Aditivo para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de dezembro de 2026. Contratada: HBC UDI SERVIÇOS MEDICOS LTDA.
Contrato n.º 216/2025 – Pregão Presencial n.º 024/2025 - Foi firmado em 30.12.2025, o 1º Termo Aditivo para prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de dezembro de 2026. Contratada: LCA – ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:2B5223B6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DMAE
ADITIVO

ADITIVO	
CONTRATO Nº:	**011/2025**
FUNDAMENTO:	Este aditamento fundamenta-se no art. 107 da Lei 14.133/21, firmado em decorrência do à Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial nº 017/2025 orgão gerenciador Prefeitura Municipal de Nova Ponte -ADESÃO 003-2025 e ainda justificativa, que é parte integrante complementar do presente
OBJETO:	Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo resolvem prorrogar a vigência contratual até a data de 31 de dezembro de 2026.
CONTRATADA	**IVANILDO DE LIMA SILVA 02810975426**
DATA	Nova Ponte/MG, 29 de dezembro de 2025

ADITIVO	
CONTRATO Nº:	**023/2025**
FUNDAMENTO:	Este aditamento fundamenta-se no art. 107 da Lei 14.133/21, firmado em decorrência do à Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial nº 022/2025 orgão gerenciador Prefeitura Municipal de Nova Ponte -ADESÃO 010-2025 e ainda justificativa, que é parte integrante complementar do presente
OBJETO:	Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra -identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar até a data de 31 de dezembro de 2026.
CONTRATADA	NANO SAFETY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
DATA	Nova Ponte/MG, 29 de dezembro de 2025

Publicado por:
Amanda Juliana Lopes da Silva
Código Identificador:2C6A7CC1

REURB
TERCEIROS INTERESSADOS REURB-S / REURB-E

REURB'S - MUNICÍPIO DE NOVA PONTE – MG
LEIS MUNICIPAIS Nºs: 1.851/2017 e 1.962/2021
LEI FEDERAL Nº 13.465/2017
EDITAL Nº 01, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Município de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais, por seu Prefeito Municipal; bem como, por intermédio da Comissão especialmente nomeada para este fim; no uso de suas respectivas atribuições, e em atendimento aos §2° a 6°e 9°, do art. 31, da Lei Federal n° 13.465/2017; convoca todos os confinantes de direito não conhecidos, e em especial, a todos os terceiros interessados, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desse chamamento, manifestem-se expressamente e por escrito o que tenham a reclamar, impugnar ou reivindicar em relação aos requerentes e imóveis constantes dos processos administrativos visando à regularização fundiária urbana (Reurb-S e/ou Reurb-E), a seguir descritos, advertindo-se que a ausência de manifestação no referido prazo, implicará a perda de eventual direito que o (s) notificado (s) titularize sobre o imóvel objeto do requerimento para regularização urbana:

Processo nº:	**Requerente(s):**	**Imóvel/Matrícula no Cartório de Registro de Imóveis de Nova Ponte:**
581/2026	Guilherme César Araújo Silva e Matheus César Araújo Silva	Uma edificação, situada na Rua Orcalino Costa, esquina com a Rua 22, no Loteamento "Medalha Milagrosa II", nesta cidade e comarca de Nova Ponte, constituída pelo **LOTE 04** da **QUADRA 109**, confrontando pela frente com a referida Rua, numa extensão de 15,00 metros; pela direita, com o Lote 03, numa extensão de 25,00 metros; pela esquerda, com a Rua 22, numa extensão de 25,00 metros e, pelos fundos, com o Lote 06, numa extensão de 15,00 metros, **totalizando** a área de **375,00m².** Registrado na Matrícula n° **10.362,** no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.
Nova Ponte, 02 de Fevereiro de 2026.

PROFº. JOSÉ DIVINO DA SILVA.
Prefeito Municipal

ODOVÂNIO ANTÔNIO DA SILVA.
Presidente da Comissão

Publicado por:
Larissa Andrade Silva
Código Identificador:37A2B97E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
DECRETO Nº 11.860, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 11.860, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/MG, OS PROCEDIMENTOS PARA PROPOSIÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE DAS EMENDAS PARLAMENTARES, EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 210, DE 25/11/2024.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/MG**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Município às diretrizes de transparência, publicidade, rastreabilidade e controle na execução das emendas parlamentares;

CONSIDERANDO a Recomendação MPC-MG nº 01/2025e oOfício Circular nº 001/2025/PG/MPC, que orientam os municípios mineiros à adoção de mecanismos formais de controle e rastreabilidade das emendas parlamentares;

CONSIDERANDO as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 854/DF, que estabeleceram parâmetros constitucionais obrigatórios de transparência, impessoalidade, publicidade e controle na execução das emendas parlamentares;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Federal nº 210, de 25 de novembro de 2024, que disciplina a proposição e a execução das emendas parlamentares na lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a necessidade de integração entre os órgãos de planejamento, orçamento, fazenda, contabilidade, controle interno e unidades executoras;

DECRETA:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de OURO BRANCO/MG, os procedimentos de registro, execução, acompanhamento, controle, transparência e rastreabilidade:
I – das emendas parlamentares municipais, inclusive impositivas, constantes da LOA e de créditos adicionais;
II – dos recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais e federais repassados ao Município, a qualquer título, quando o Município for beneficiário, executor ou gestor de recursos;
III – dos repasses decorrentes de emendas a organizações da sociedade civil e demais entidades privadas sem fins lucrativos, quando houver participação do Município como concedente, interveniente, executor, gestor, fiscalizador ou responsável pela prestação de contas..

Art. 2ºA execução e o controle das emendas observarão, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência ativa, rastreabilidade integral, controle interno e externo e responsabilidade fiscal.

Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:
I – emenda parlamentar: a programação incluída no orçamento por iniciativa parlamentar (municipal/estadual/federal), com indicação de finalidade, objeto e beneficiário;
II – plano de trabalho: documento mínimo com descrição do objeto, metas, custos, cronograma e forma de execução;
III – beneficiário final: fornecedor, prestador de serviço, entidade ou órgão efetivamente destinatário do pagamento/entrega;
IV – rastreabilidade: capacidade de identificar, de ponta a ponta, autor, objeto, conta de movimentação, execução, pagamentos e beneficiário final.

CAPÍTULO II
Condições para execução e vedação de práticas incompatíveis

Art. 4ºÉ vedada a execução de emenda parlamentar sem:
I – previsão na LOA ou crédito adicional válido;
II – compatibilidade com PPA e LDO;
III – objeto certo, determinado e aderente à política pública;
IV – plano de trabalho aprovado (quando exigível);
V – publicação prévia das informações mínimas no portal, nos termos deste Decreto.

Art. 5º É vedado:

I – utilizar "contas de passagem", contas intermediárias ou quaisquer mecanismos que dificultem a identificação do beneficiário final;
II – realizar saques em espécie;
III – executar despesa em desconformidade com o objeto aprovado;
IV – fragmentar indevidamente despesas para burlar a rastreabilidade, o controle ou o procedimento legal aplicável.

CAPÍTULO III
Fluxo padronizado de execução

Art. 6ºA execução obedecerá, no mínimo, ao seguinte fluxo:
I – registro formal da emenda (identificação, objeto, valor, autor e beneficiário);
II – análise de compatibilidade com PPA, LDO e LOA;
III – análise de viabilidade técnica e da unidade executora;
IV – análise orçamentária/financeira e providências contábeis;
V – manifestação jurídica quando cabível;
VI – execução (contratação, aquisição, obra, serviço, parceria etc.);
VII – monitoramento físico e financeiro;
VIII – publicação contínua das informações;
IX – prestação de contas e relatório de gestão.

CAPÍTULO IV
Transparência ativa e publicação obrigatória

Art. 7ºO Município manterá, em seu Portal da Transparência (aba específica "Emendas Parlamentares"), informações completas e atualizadas, em formato aberto e acessível.
§ 1º Na impossibilidade técnica de implementação imediata de portal próprio, poderá ser utilizado, como solução mínima, o Portal de Emendas Parlamentares do TCEMG, sem prejuízo de divulgação adicional em site oficial.

Art. 8º As informações deverão ser divulgadas antes da execução orçamentária e financeira, e atualizadas durante toda a execução, contendo, no mínimo:
I – identificação do autor (vereador/deputado/bancada/comissão), partido e legislatura;
II – número/código da emenda e referência ao ato orçamentário;
III – objeto detalhado e finalidade;
IV – valor alocado e valores liberados;
V – órgão/unidade executora;
VI – beneficiário e CNPJ/identificação;
VII – localidade beneficiada;
VIII – cronograma de execução;
IX – instrumentos vinculados (processo administrativo, convênio, termo, contrato, licitação etc.);
X – plano de trabalho (com metas, custos, cronograma e natureza da despesa);
XI – execução orçamentária e financeira (empenho, liquidação, pagamento);
XII – conta bancária específica e instituição financeira;
XIII – identificação do gestor responsável;
XIV – grupo de natureza de despesa (GND) e demais classificações;
XV – relatório(s) de acompanhamento/gestão, inclusive final;
XVI – quando saúde: registro de anuência/instância do SUS, se aplicável;
XVII – documentos essenciais e links para atos/contratos publicados.

Art. 9º As informações do art. 8º deverão permanecer disponíveis até a conclusão do objeto e pelo prazo mínimo exigido pelas normas de arquivo, controle e transparência.

Art. 9º-A O Município adotará providências para promover a integração dos dados das emendas parlamentares com bases de dados e sistemas federais pertinentes, especialmente aqueles relacionados às transferências voluntárias e transferências especiais, inclusive plataformas eletrônicas destinadas ao acompanhamento e controle dessas transferências, quando aplicável.

CAPÍTULO V
Rastreabilidade bancária e pagamentos

Art.10 Os recursos recebidos por emendas parlamentares serão movimentados em conta específica por transferência/emenda, preferencialmente em instituição financeira oficial, quando houver.

Art. 11A execução financeira deverá, sempre que possível, ocorrer por meio de mecanismos que preservem a identificação do beneficiário final, vedadas práticas que impeçam auditoria.

Art. 12 Quando envolver repasses a OSC/terceiro setor, deverão ser observados os deveres de transparência da Lei nº 13.019/2014 e as regras de rastreabilidade e publicidade constantes deste Decreto.

Art. 12-A Nas hipóteses de execução de recursos provenientes de emendas parlamentares de transferência especial, o Município adotará a Ordem de Pagamento da Parceria – OPP, como mecanismo de rastreabilidade da execução financeira, com integração à plataforma federal correspondente ou sistema que a substitua, observado o prazo e os procedimentos definidos pelos órgãos competentes da União.

Art. 12-B O registro da receita decorrente de recursos oriundos de emendas parlamentares observará a classificação contábil e os códigos-fonte definidos pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos da Portaria STN/MF nº 1.307/2024 e normas que a sucederem, assegurando a correta identificação da origem dos recursos nos demonstrativos fiscais e contábeis.

CAPÍTULO VI
Competências e governança interna

Art. 13 Compete à Secretaria responsável pelo Planejamento/Administração:
I – verificar compatibilidade com PPA, LDO e LOA;
II – consolidar informações de execução física.

Art. 14 Compete à Secretaria de Fazenda/Finanças/Contabilidade:
I – análise orçamentária e financeira;
II – registros contábeis e identificadores;
III – acompanhamento de execução financeira.

Art. 15 Compete às Unidades Executoras:
I – execução do objeto;
II – guarda documental;
III – alimentação tempestiva do portal;
IV – prestação de informações à CGM e órgãos de controle.

Art. 16 Compete à Controladoria-Geral do Município:
I – orientar, padronizar e monitorar a execução;
II – realizar auditorias e emitir relatórios/notas técnicas;
III – acompanhar riscos e conformidade;
IV – monitorar as informações relativas às emendas parlamentares nos sistemas oficiais de gestão;
V – recomendar medidas corretivas e, se necessário, a suspensão da execução por ausência de rastreabilidade/transparência.
Parágrafo único.A Controladoria-Geral do Município incluirá, anualmente, a execução de recursos oriundos de emendas parlamentares em seu plano de auditoria, elaborando relatórios e notas técnicas que evidenciem a conformidade, a rastreabilidade e a transparência da aplicação desses recursos.

Art. 17 Compete à Procuradoria-Geral do Município:
I – manifestação jurídica quando exigida;
II – apoio na normatização complementar e gestão de riscos jurídicos.

CAPÍTULO VII
Prestação de contas, relatório de gestão e ciclo de fiscalização

Art. 18 O Município adotará ciclo formal de fiscalização e aprovação das contas decorrentes de emendas parlamentares, a ser disciplinado por ato complementar contendo: rotinas, responsáveis, fluxos e prazos.

Art. 19 Deverá ser produzido relatório de gestão anual, sem prejuízo de relatório final, com a consolidação das emendas em execução e

executadas, incluindo execução física e financeira e evidências de conformidade.

CAPÍTULO VIII
Dos Impedimentos de Ordem Técnica

Art. 20 Aplicam-se os impedimentos de ordem técnica previstos na Lei Complementar Federal nº 210/2024.
§ 1º O impedimento técnico deverá ser formalizado pela área técnica competente, com justificativa e evidências.
§ 2º Sempre que possível, deverão ser adotadas diligências para superação do impedimento.
§ 3º O impedimento e suas providências deverão constar no portal, com atualização de status, inclusive para fins de controle social.

CAPÍTULO IX
Disposições Finais

Art. 21É vedada a imposição de exigências às emendas parlamentares que não sejam aplicáveis às demais programações discricionárias do Poder Executivo, observada a legislação pertinente.

Art. 22O plano de trabalho referente à execução das emendas parlamentares será elaborado pela organização da sociedade civil ou secretariada administração pública municipal, beneficiária da emenda, contendo o mínimo exigido na INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 05/2025 do TCEMG;

Art.23 Aintegração e a disponibilização das informações relativas às emendas parlamentares nos sistemas oficiais de gestão e no Portal da Transparência do Município serão de responsabilidade do órgão gestor do recurso, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
§ 1º Compete às secretarias ou órgãos beneficiários e executores das emendas parlamentares fornecer, inserir e manter atualizadas, de forma tempestiva e fidedigna, as informações físicas, financeiras e documentais necessárias à adequada integração dos dados.
§ 2º A unidade responsável pela transparência prestará apoio técnico, orientação e padronização dos procedimentos de inserção e divulgação das informações, sem prejuízo da responsabilidade das secretarias executoras quanto à veracidade, completude e consistência dos dados informados.

Art. 24A execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares ficará suspensa enquanto não houver conformidade mínima com os requisitos de transparência, rastreabilidade e publicidade previstos neste Decreto e no art. 163-A da Constituição da República, devendo a regularização ser formalmente comprovada antes da retomada da execução.

Art. 25 Os casos omissos serão dirimidos pela Controladoria-Geral do Município em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 26 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 02 de fevereiro de 2026

***SÁVIO RODRIGUES FON*TES**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:6FDF600E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG – Extrato de Contrato - Processo Licitatório nº 280/2025, Inexigibilidade nº 041/2025– Extrato de Contrato – Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Benedito Santos Maciel – Lago dos Palomos – Ouro Fino/MG, destinado à instalação e funcionamento de atividades vinculadas à Diretoria Municipal de Educação.Contrato nº 180/2025 – Contratada: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE OURO FINO - ACIA – Valor R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) valor anual, 9.000,00 (nove mil reais) valor mensal - Assinatura: 18/12/2025 – Validade até 18/12/2026, após assinatura do contrato -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:0C1FD85C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
EXTRATO DE EDITAL – CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Paracatu – MG torna público o Edital 01/2026 que DETERMINA A ABERTURA do Concurso Público para Provimento de Cargo Efetivo.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Paracatu – MG e no endereço eletrônico**www.cotec.fadenor.com.br.**

Paracatu – MG, 27 de janeiro de 2026.

IGOR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniela da Costa Calçado Silva
Código Identificador:0EBC8B03

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO N.º 1635/2026. **OBJETO:** Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE:** Associação de Pais e Amigos dos Expecionais – APAE. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Expecionais - APAE, inscrita no CNPJ n°: 19.784.131/0001-35, nos termos do art. 31, II, da Lei Federal n.° 13.019/14, o qual dispõe que a parceria decorre de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015). Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014. Paracatu-MG, 02 de fevereiro de 2026.

ANA MARIA DE ANDRADE SILVA,
Secretario Municipal de Assistência Social,
Portaria: 0145/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:3768C1F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 1481/2026
OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro
PROPONENTE: Agencia de Desenvolvimento Economico Socioambiental e Infraestrutura Sustentavel - AGEVALE

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil a Agencia de Desenvolvimento Economico Socioambiental e Infraestrutura Sustentavel - AGEVALE, inscrito no CNPJ n°: 07.853.964/0001-21, nos termos do Inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Paracatu MG, 26 de janeiro de 2026.

FERNANDO ALVES FIRMO
Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
Portaria n° 0201/2025

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:F10C6BAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO ADITIVO DO TERMO DE FOMENTO N° 137/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACATU–MG E A ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES ESTADUAIS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS - AMEM-MG.

O **Município de Paracatu** – MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.278.051/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo através da Superintendência de Segurança Pública e Defesa Social, com sede na Avenida São João Paulo II, nº 2045, Paracatuzinho, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Superintendente de Planejamento Estratégico o Sr. (a) **Tiago Correa e Sousa**, CPF nº 012.440.376-05 e a **Associação dos Militares Estaduais do Noroeste de Minas Gerais - AMEM-MG** inscrita no CNPJ nº 14.459.503/0001-34, com sede a Av. Olegário Maciel, s/n, 3º andar, Terminal Rodoviário - CEP: 38600-210, Centro, Paracatu-MG, doravante denominada (o) Pessoa Jurídica de Direito Privado, representado pela Sr. (a) **Sérvulo Barros Bezerra Junior**, Presidente da Associação, portador do CPF nº 011.117.701-40, resolvem celebrar o 1º Termo de Apostilamento, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014. O objeto deste Termo de Apostilamento, autorização para aumentar o valor da contrapartida a ser desembolsado pela instituição, agora no valor de R$ 294.811,00, que somados ao recurso repassado pelo município, terá o montante de R$ 447.192,00. Altera-se também o período de vigência da parceria, anteriormente previsto para 31 de março de 2026, passando para 31 de julho de 2026, tendo em vista alterações na execução pela empresa responsável pelo investimento. Ficam mantidas e ratificadas, em seu interior teor, todas as Cláusulas que integram o Termo de Fomento nº 137/2025. Data: 02/02/2026. Assinaturas: Sérvulo Barros Bezerra Junior, representante OSC, e, Tiago Correa e Sousa, representante Município, Superintendente de Planejamento Estratégico.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:7AF0A4BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TEMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACATU –MG E O CENTRO DE REABILITAÇÃO ABNEP

O Município de Paracatu – MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.278.051/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, com sede a Av. João Paulo II, nº 2045, Paracatuzinho, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Superintendente de Segurança Pública e Defesa Social o Sr. Wilian Batista de Amorim, CPF nº 069.645.656-71 e a Associação Beneficente Nova Esperança de Paracatu-MG, inscrita no CNPJ nº 20.582.953/0001-12, com sede em Rua Dulce Batista Cordeiro, nº 313, Joaquim Cordeiro - doravante denominada Organização da Sociedade Civil, representada pelo Sr. Evandro Luiz dos Santos, Presidente da OSC, portador do CPF nº 897.545.816-49, RG nº M7013331, resolvem celebrar o 1º Termo de Apostilamento, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023. Realocação dos valores/recurso dos itens previstos no plano de trabalho referente ao Termo de Colaboração/Fomento nº 226/2025, sem alteração da natureza do objeto e do valor global da parceria. Alteração no período de execução (item 06 do Plano de Trabalho), alterando de "31 de janeiro de 2026" para "15 de fevereiro de 2026". Desta forma, o período de vigência será até 15 de fevereiro de 2026. Ficam mantidas e ratificadas, em seu interior teor, as demais Cláusulas que integram o Termo de Colaboração/Fomento nº 226/2025. Data: 02/02/2025. Assinaturas: Evandro Luiz dos Santos, representante OSC,e, Wilian Batista Amorim, representante Município, Superintendente de Segurança Pública e Defesa Social.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:929232CC

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 19944/2025
Processo de Compras nº 304/2025
Processo Licitatório n° 12/2026

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, artigo 1º, §1º, do Decreto Municipal nº 4.566/2014, e conforme, Art. 4°, III do Decreto Municipal nº 7.030/2023, ***DECLARO*** a ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO*** para a contratação da empresa **OBA OBA SAMBA HOUSE PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no **CNPJ sob o n° 13.226.677/0001-94,** com sede a Rua Jose Pierri, 95, Apto. 112, Nova Ribeirania, Ribeirão Preto-SP, CEP: 14096-630, no valor global de **R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)**, referente a **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA OBA OBA SAMBA HOUSE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, PARA APRESENTAÇÃO NO CARNA FOLIA 2026, NO MUNICÍPIO DE PARACATU/MG,** tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo Administrativo nº **19944/2025**.
Face ao disposto no art. 72, VIII, parágrafo único da Lei nº. 14.133/2021 **AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficia
Paracatu - MG, 02 de fevereiro de 2026.

IGOR ARAÚJO DINIZ
Secretário Municipal de Turismo
Portaria n° 0426/2025

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:409F4CF8

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 19990/2025
Processo de Compras nº 305/2025
Processo Licitatório n° 13/2026

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, artigo 1º, §1º, do Decreto Municipal nº 4.566/2014, e conforme, Art. 4°, III do Decreto Municipal nº 7.030/2023, ***DECLARO*** a ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO*** para a contratação da empresa **OPEN FARRA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no **CNPJ sob o n° 17.278.190/0001-06,** com sede Av. Padre Atilio, 628, Jardim Belvedere, Araras-SP, CEP: 13.601-100, no valor global de **R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)**, referente a **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO GRUPO OPEN FARRA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, NO CARNA FOLIA 2026, NO MUNICÍPIO DE PARACATU/MG,** tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo Administrativo nº **19990/2025**.
Face ao disposto no art. 72, VIII, parágrafo único da Lei nº. 14.133/2021 **AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficia
Paracatu - MG, 02 de fevereiro de 2026.

IGOR ARAÚJO DINIZ
Secretário Municipal de Turismo
Portaria n° 0426/2025

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:C7619B74

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 20135/2025
Processo de Compras nº 308/2025
Processo Licitatório n° 14/2026

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, artigo 1º, §1º, do Decreto Municipal nº 4.566/2014, e conforme, Art. 4°, III do Decreto Municipal nº 7.030/2023, ***DECLARO*** a ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO*** para a contratação da empresa **SEIS ELEMENTOS PARTICIPACOES ARTISTICAS SPE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente **inscrito no CNPJ de n° 52.540.873/0001-90**, com sede a Rua Jeronimo Coelho, 280, Sala 406, Centro, Florianópolis-SC, CEP: 88.010-030, no valor global de **R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**, referente a **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA EMPRESA SEIS ELEMENTOS PARTICIPACOES ARTISTICAS SPE LTDA, COM SHOW DO GRUPO JEITO MOLEQUE, NO CARNA FOLIA 2026, NO MUNICÍPIO DE PARACATU/MG,** tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo Administrativo nº **20135/2025**.
Face ao disposto no art. 72, VIII, parágrafo único da Lei nº. 14.133/2021 **AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficia
Paracatu - MG, 02 de fevereiro de 2026.

IGOR ARAÚJO DINIZ
Secretário Municipal de Turismo
Portaria n° 0426/2025

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:21D66A0A

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 10925/2025
Processo de Compras nº 172/2025

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, artigo 1º, §1º, do Decreto Municipal nº 4.566/2014, e conforme, Art. 4°, III do Decreto Municipal nº 7.030/2023, ***DECLARO*** a ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO*** para a contratação da empresa **FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente **inscrita no CNPJ sob o n° 01.440.590/0001-36,** com sede a Rua Amoreira, 891, Jardim Roseira, Jaguariuna-SP, CEP: 13917-472, no valor global de **R$ 394.360,00 (trezentos e noventa e quatro mil e trezentos e sessenta reais)**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PARTES PARA MÁQUINAS DE HEMODIÁLISE DA MARCA FRESENIUS LOTADAS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE E HOSPITAL MUNICIPAL DE PARACATU-MG,** tudo em conformidade com os documentos que instruem o Processo Administrativo nº **10925/2025**.

Face ao disposto no art. 72, VIII, parágrafo único da Lei nº. 14.133/2021 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Paracatu - MG, 02 de fevereiro de 2026.

LÚCIO PRADO FERREIRA GOMES
Diretor do Departamento de Licitações
Portaria n° 0210/2025

Processo Administrativo nº: 10925/2025
Processo de Compras nº 172/2025

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nos termos do artigo 1º, §1º, do Decreto Municipal nº 4.566/2014, ***RATIFICO*** o ato acima, de autoria do Sr. **LUCIO PRADO FERREIRA GOMES**, Diretor do Departamento de Licitações, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Paracatu - MG, 02 de fevereiro de 2026.

UMARQUES DA SILVA COUTO
Secretário Municipal de Saúde
Portaria n° 1168/2025

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:E1421EDD

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ADIAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 69/2025.

1° AVISO DE ADIAMENTO. **Pregão Eletrônico SRP Nº 69/2025 – Processo de Compra nº 259/2025** – O Diretor do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracatu, torna público que por motivo de **ORDEM ADMINISTRATIVA** a abertura do **Pregão Eletrônico SRP n° 69/2025**, anteriormente marcada para o dia **03 de fevereiro de 2026,** às 09:00 horas, fica **ADIADO para o dia 26/02/2026.** Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone

(38) 3679-0300, Ramal: 0333. Paracatu (MG), 02 de fevereiro de 2026**.**

LÚCIO PRADO FERREIRA GOMES.
Diretor do Departamento de Licitações.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:8B77524C

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025

AVISO DE LICITAÇÃO/ Prefeitura Municipal de Paracatu-MG/ Secretaria Municipal de **Meio Ambiente. Pregão Eletrônico Nº 30/2025. Processo de Compras Nº 279/2025** – Tipo: Menor Preço Por Item, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO COM CARROCERIA ABERTA DE MADEIRA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 19.16.2004.0072083/2024-56 DO FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS – FUNEMP.** As propostas e documentos serão recebidos virtualmente a partir das **17h30min** do dia: **03/02/2026** até às **08h59min** do dia **23/02/2026** com início da Sessão da disputa de lances às **09h** (horário de Brasília-DF), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Avenida São João Paulo II, nº 2.045, Bairro: Paracatuzinho, Paracatu-MG, CEP: 38.603-401 e nos site da Prefeitura Municipal: www.paracatu.mg.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): https://www.gov.br/pncp/pt-br, e também, no portal onde realizar-se-á a abertura das propostas de preços e lances: www.novobbmnet.com.br. Paracatu-MG, 02 de fevereiro de 2026.

DIEGO PORFÍRIO DE ARAUJO –
Pregoeiro/ Agente de Contratação.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:CEB49B51

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 26/2026

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 20105/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 26/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **AGESNER MONTEIRO DA SILVA ME,** Artigo 74, II, da Lei Federal n° 14.133/2021. PROCESSO**: 20105/2025.** OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA EMPRESA AGESNER MONTEIRO DA SILVA ME, COM SHOW DO DJ LUCAS BEATS, NO CARNA FOLIA 2026, NO MUNICÍPIO DE PARACATU/MG.** DATA**: 29/01/2026.** VENCIMENTO**: 30/05/2026.** VALOR: **R$ 100.000,00.** ASSINATURA**: IGOR ARAÚJO DINIZ** pela contratante e **AGESNER MONTEIRO DA SILVA ME** pela contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:C0D455B3

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 18/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.575/2025.
PROCESSO DE COMPRAS Nº 144/2025.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2025.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 18/2025.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Saúde

REQUERIDO: Secretário Municipal de Saúde

O Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Paracatu – Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o Decreto Municipal nº 7.086/2024, Art. 41, e também, o disposto no art. 71, Inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, acolhem em todos os seus termos o julgamento proferido pela Comissão de Contratação nos autos do processo administrativo em epígrafe, relativo ao processo licitatório de que trata **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 18/2025**, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA EM STEEL FRAMING DA CONSTRUÇÃO DA UBS ALVORADA EM PARACATU-MG,** para o fim de **HOMOLOGAR** e **ADJUDICAR** o procedimento licitatório ao licitante, abaixo relacionado:

Vencedor (Valores expressos em R$)

Código: 1154950
Nome: 18.270.503/0001-42 - JS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES
Valor: 2.499.900,00

Item	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.DA NOVA UBS ALVORADA, PARACATU/MG, CONFORMERESOLUÇÕES N° 8753/2023 E N° 9177/2023.	SV	1,00	2.499.900,00	2.499.900,00

Paracatu-MG, 30 de janeiro de 2026.

UMARQUES DA SILVA COUTO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:A3B82928

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.866/2025.
PROCESSO DE COMPRAS Nº 261/2025.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/2025.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20/2025.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

REQUERIDO: Secretário Municipal de Meio Ambiente

O Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Paracatu – Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o Decreto Municipal nº 7.086/2024, Art. 41, e também, o disposto no art. 71, Inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, acolhem em todos os seus termos o julgamento proferido pela Comissão de Contratação nos autos do processo administrativo em epígrafe, relativo ao processo licitatório de que trata **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20/2025**, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE PARACATU-MG,** para o fim de **HOMOLOGAR** e **ADJUDICAR** o procedimento licitatório ao licitante, abaixo relacionado:

Vencedor (Valores expressos em R$)
Código: 1139463
Nome: 26.921.551/0001-81 - QUEBEC - CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A
Valor: 10.189.900,00

Item	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	OPERAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ATERRO SANITARIO, NO MUNICIPIO DE PARACATU-MG.- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.	SER	12,00	849.158,3333	10.189.900,00

Paracatu-MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ EDURADO TREVISAN MORAES
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:F575EAED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 002/2026 PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2026 REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2026 Objeto: para Registro de Preços Para Futura e Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em impressoras a laser, jato de tinta e máquinas de fotocópia, pertencentes ao parque de equipamentos deste Município, incluindo a disponibilização de mão de obra técnica, diagnóstico, reparo em regime on-site e o fornecimento de peças de reposição, por 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ARP. Empresa: JOÃO BATISTA MIRANDA ME CNPJ: 09.563.134/0001-95, Valor Total de R$77.745,00 (setenta e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais). Vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027.

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:F4B60006

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2025, PROCESSO Nº. 003/2025, DISPENSA N° 003/2025.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **ERC E BSM SOLUÇÕES LTDA.,** - CNPJ sob o nº. 07.977.294/0001-55.

Objeto: Contratação de empresa para realizar o fornecimento de e-mail corporativo das secretarias e demais órgãos municipais, conforme especificações e demais condições do Termo de Referência e anexos.;

Termo Aditivo referente prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses com o vencimento em 30/01/2027 e fica aplicado, a título de reajuste o índice INPC de 3,89 (três virgula oitenta e nove por cento), passando o valor de CAIXA DE E-MAIL 5GB - por conta + Drive Virtual de no mínimo 1GB: R$ 200,76 (mensal), CAIXA DE E-MAIL 25GB - por conta + Drive Virtual de no mínimo 1GB: R$ 222,48 (mensal) e ESPAÇO DRIVE VIRTUAL (EXTRA) 25GB - R$ 117,84 (mensal).

Pedra do Indaiá, 30 de janeiro de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:E0577A04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2025, PROCESSO Nº. 006/2025, PREGÃO/ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2025, TIPO MENOR PREÇO LOTE.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **CENTERMIDIA PUBLICACOES LTDA.,** - CNPJ sob o nº. 12.251.837/0001-92.

Objeto: Contratação de empresa jornalística para prestação de serviços dos atos oficiais e matérias legais no Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) e também em jornal Diário de Grande Circulação em nível Estadual;

Termo Aditivo referente prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses com o vencimento em 29/01/2027 e fica aplicado, a título de reajuste o índice INPC 3,89 (três virgula oitenta e nove por cento), passando o valor da Publicação do Diário Oficial da União - DOU cm para R$79,51, Publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - DOE/MG cm para R$136,51 e Jornal de grande circulação (Estado de Minas, Jornal Aqui) cm para R$51,53.

Pedra do Indaiá, 29 de janeiro de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:5E5E4CA5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

HOMOLOGO, o referido processo para a **CONVÊNIO A AMPLA COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTÍCIPES, COM A FINALIDADE DE PARCERIA DE MÚTUA COOPERAÇÃO - CONCESSÃO DE DESCONTO AOS ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL DO UNIARAXÁ RESIDENTES EM PEDRINÓPOLIS/MG.**A contratação deverá ocorrer com a empresa **FUNDAÇÃO CULTURAL DE ARAXA MG, inscrita no CNPJ sob o N°: 17.806.696/0001-40** pelo valor global de **R$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS)**, o contrato terá a vigência de 12 meses a partir da data de sua assinatura - Pedrinópolis – MG, 26 de Janeiro de 2026

RAFAEL FERREIRA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Carlos Rodrigues
Código Identificador:84EC8A68

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIGÃO

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº 12044 DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

A Prefeitura Municipal de Perdigão/MG torna público o decreto n° 2.044 de 30 de janeiro de 2026 que autoriza a contratação de servidores para o mês de janeiro de 2026 em caráter de substituição de servidores afastados por licença doença e rescisão de contrato de trabalho. O decreto está publicado na integra no site: https://perdigao.mg.gov.br/conteudo/transparencia
Perdigão/MG, 30 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Marta Antunes Esteves Silva
Código Identificador:42BD1190

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 16/2026

PORTARIA Nº 16/2026

Concede Licença Prêmio a servidora pública municipal e determina outras providências.

O Prefeito Municipal de Perdigão, MG, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 100, VI da Lei Orgânica do Município de Perdigão.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, nos termos do artigo 142 da Lei nº 937 de 20 de março de 1991, a servidora Marilene Fagundes Martins, titular do cargo de provimento efetivo de Professor Ens. Básico-PEB*, matrícula 251, por 2 (dois) meses, no período de 01 de fevereiro de 2026 a 01 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Perdigão, 30 de janeiro de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marta Antunes Esteves Silva
Código Identificador:896308FC

LICITAÇÕES E CONTRATOS
1° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA N°52/2025 - CARVALHO E REIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público o 1° Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência Contratual ao Contrato n° 52/2025 referente ao Processo Licitatório nº: 00079/2025, Inexigibilidade nº: 00015/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE PERDIGÃO/MG. O 1° Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência Contratual ao Contrato nº: 0052/2025 está disponível no site www.perdigao.mg.gov.br. Perdigão/MG, 02 de fevereiro de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:C0D18D8C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
2° TERMO ADITIVO QUANTITATIVO ATA N°41-2025 -LIFT CONSTRUCOES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO-MG, torna público a publicação do 2° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº: 00041/2025 referente ao Processo Licitatório nº: 000013/2025, Pregão Presencial nº: 000002/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA ATENDER AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIGÃO/MG.O Termo Aditivo está disponível para acesso no site: www.perdigao.mg.gov.br. Perdigão/MG, 02 de janeiro de 2026.

JULLIANO LACERDA LINO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rosária Morato Lemos Rodrigues
Código Identificador:0B8488DD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 4.128/2026

DECRETO Nº 4.128,
De 02 de fevereiro de 2026.

"Exonera servidor ocupante de cargo de efetivo e contém outras providências."

O Prefeito do Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, FERNANDO MARANGONI, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no artigo 69, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o requerimento formal de exoneração formulado pela servidora Rosa Maria Alves Costa, matrícula nº 987, protocolizado em 02/02/2026, nesta Prefeitura Municipal sob o nº 001/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Fica a servidora **ROSA MARIA ALVES COSTA,** matrícula nº 987, pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Perdizes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exonerada do seu respectivo cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 01/02/2026.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Perdizes/MG, 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:1C68A831

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 4.129/2026

DECRETO Nº 4.129,
De 02 de fevereiro de 2026.

"Exonera servidora ocupante de cargo de provimento em comissão e contém outras providências."

O Prefeito do Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, FERNANDO MARANGONI, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas no artigo 69, I e III da Lei Orgânica Municipal e artigo 7º, I, §1º "h", da Lei Complementar Municipal nº 049 de 29 de janeiro de 2.025 e alterações posteriores, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Administração Direta do Município de Perdizes/MG:

DECRETA:

Art. 1º- Fica EXONERADA a partir de 31/01/2026 a servidora **NILVA MARIA DE OLIVEIRA**, do cargo de provimento em comissão de **Assessora de Arrecadação**, junto à Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos.

Art. 2° - Ficam revogados os Decretos nº. 3.759/2025 e nº. 3.817/2025, somente na parte que toca à referida servidora.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de **31/01/2026**.

Perdizes/MG, 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:414FBC33

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO DE REVOGAÇÃO

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO Processo nº 001/2026 Concorrência Eletrônica nº 001/2026 O Município de Perdizes, por intermédio de seu Agente de Contratação, com fundamento nos princípios da motivação, do interesse público e do planejamento previstos nos arts. 5º e 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunica a suspensão temporária da Concorrência Eletrônica nº 001/2026, cuja sessão de abertura estava agendada para o dia 05 de fevereiro de 2026, às 09h00. A licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para realizar a construção da Casa do Autista, através do convenio nº 9420076 – Transferência Especial – Indicação nº 144482 e através do convenio nº 9467952 – Transferência Especial – Indicação nº 166897 incluindo mão de obra e materiais, que tem por finalidade atender a demanda necessária do município de Perdizes, de acordo com as especificações mínimas indicadas neste projeto básico, anexo I do edital. A suspensão decorre de justificativa formal apresentada pela Secretaria Municipal de Obras, em razão à análise detalhada dos argumentos apresentados pela empresa impugnante, concluindo que parte das observações apresentadas procede, sendo necessária a adequação de alguns itens do edital e da planilha orçamentária para melhor representar as condições reais do projeto e garantir a fiel execução dos serviços. Os itens procedentes serão devidamente retificados no projeto e na planilha orçamentária. A nova data para realização do certame será oportunamente publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em diário oficial, no site oficial do Município e demais meios legais. Perdizes/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

KATIUCIA FERREIRA AGUIAR
Agente de Contratação

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:54DE5B86

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

A Prefeitura Municipal de Perdões torna público que realizará o Processo Licitatório nº06/2026 – Pregão Eletrônico nº 03/2026- objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO IP (CFTV) E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PERDÕES MG**

Aberturapara recebimento de propostasàs 08h do dia 03.01.2026
Realizaçãoda disputa às08h30 do dia 13.01.2026

Cadastrar propostas: https://bll.org.br/

O edital encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Perdões - https://www.perdoes.mg.gov.br/.

Mais informações podem ser obtidas junto ao setor responsável através do whatsApp(35)3864-1553 ou pelo e-mail licitacao@perdoes.mg.gov.br.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:0B020B47

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 10.854/2026 DE 30 DE JANEIRO DE 2026. AFASTA PARA TRATAMENTO DA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MIRNA MENDES PEREIRA

PORTARIA Nº 10.854/2026 de 30 de janeiro de 2026.

AFASTA PARA TRATAMENTO DA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *MIRNA MENDES PEREIRA*

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a emenda constitucional 103/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica afastada para tratamento da saúde, a partir do dia 30/01/2026, a Servidora Pública Municipal *MIRNA MENDES PEREIRA*, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme atestado médico apresentado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 30 de janeiro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:D36A9099

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 10.855/26 DE 02 FEVEREIRO DE 2026 LOTA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARCILENE FERREIRA ALVARENGA, NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE PEDRO MACHADO

PORTARIA Nº 10.855/26 de 02 fevereiro de 2026

LOTA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARCILENE FERREIRA ALVARENGA, NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE PEDRO MACHADO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica lotada a servidora pública municipal, **MARCILENE FERREIRA ALVARENGA,** ocupante cargo efetivo de *Auxiliar de Serviços Educacionais* na **ESCOLA MUNICIPAL PADRE PEDRO MACHADO**, a partir de 02/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 02 fevereiro de 2026.

GULHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:ACE89572

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 10.856/26 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026
EXONERA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDMUNDO ALVARENGA RESENDE, KELI CRISTINA DOS SANTOS**

PORTARIA Nº 10.856/26 de 02 de fevereiro de 2026

EXONERA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDMUNDO ALVARENGA RESENDE, KELI CRISTINA DOS SANTOS

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo em comissão de **VICE DIRETORA da Escola Municipal de Educação Infantil Edmundo Alvarenga Resende,** a **Sra. KELI CRISTINA DOS SANTOS,** a partir de 31/01/2026, retornando ao seu cargo efetivo de Professora II-A dia 01/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31/01/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 02 de fevereiro de 2026

GULHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:8E9CEF74

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 10.857/26 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026
EXONERA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DO CEMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANA REZENDE PEREIRA, A SERVIDORA PÚBLICA, SUSANA OLIVEIRA RODRIGUES**

PORTARIA Nº 10.857/26 de 02 de fevereiro de 2026

EXONERA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DO CEMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANA REZENDE PEREIRA, A SERVIDORA PÚBLICA, SUSANA OLIVEIRA RODRIGUES

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo em comissão de **COORDENADORA DO CEMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANA REZENDE PEREIRA, SUSANA OLIVEIRA RODRIGUES,** a partir de 31/01/2026, retornando ao seu cargo efetivo de Professora II-A dia 01/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31/01/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 02 de fevereiro de 2026

GULHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:3D692B02

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 10.858/26 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026
CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, FABIANA PASSOS BRIGO, PARA ACOMPANHAR SEU ESPOSO**

PORTARIA Nº 10.858/26 de 02 de fevereiro de 2026

CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, FABIANA PASSOS BRIGO, PARA ACOMPANHAR SEU ESPOSO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar 031/2010, art. 162, alterada pela Lei Complementar 107/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede licença à servidora pública municipal **FABIANA PASSOS BRIGO** de 19 (dezenove) dias no período de 02/02/2026 a 20/02/2026, para acompanhar seu esposo, conforme atestado médico apresentado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 02 de fevereiro de 2026

GULHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Rosemery Aparecida Belchior
Código Identificador:B1538649

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA
DECRETO Nº 5310 DE 20 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre Normas e Procedimentos para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade constitucional das emendas parlamentares recebidas e executadas pelo Município de Piranga/MG.

O Prefeito Municipal de Piranga/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 113, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a expedição da Instrução Normativa nº 05/2025 pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em 10 de dezembro de 2025, que estabelece diretrizes para a rastreabilidade e a transparência das emendas parlamentares nos orçamentos anuais;

CONSIDERANDO que a Constituição da República consagra os princípios da publicidade e da transparência na Administração Pública, assegurando a todos os cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral (art. 5º, XXXIII; art. 37, caput e § 3º, II);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que estabelece como regra a divulgação proativa de informações e a promoção da cultura da transparência na Administração Pública;

CONSIDERANDO que o acesso público irrestrito às informações sobre emendas parlamentares e a rigorosa rastreabilidade de seus recursos constituem pressupostos indispensáveis para o controle social e institucional, viabilizando a atuação dos órgãos de controle e fiscalização;

CONSIDERANDO o disposto no art. 163-A da Constituição da República, incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, que determina a disponibilização de informações contábeis, orçamentárias e fiscais em sistema integrado, assegurando rastreabilidade, comparabilidade e publicidade dos dados;

CONSIDERANDO as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, que reconheceram a necessidade de ampla transparência e publicidade na execução das emendas parlamentares, condicionando o recebimento de recursos à divulgação prévia do plano de trabalho;

CONSIDERANDO a decisão monocrática proferida em 23 de outubro de 2025 na ADPF nº 854, que estendeu a todos os Estados, Distrito Federal e Municípios o modelo federal de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, com observância obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, aplicável à proposição e execução de emendas parlamentares estaduais e municipais;
CONSIDERANDO a necessidade de observância dos percentuais previstos nos §§ 9º e 9º-A do art. 166 da Constituição da República, conforme o princípio da simetria constitucional e as decisões do STF nas ADIs nº 6670 e 7493;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes, no âmbito da Administração Municipal, para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a prestação de contas das emendas parlamentares incluídas nas leis orçamentárias a partir do exercício de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece normas e procedimentos destinados a assegurar a transparência e a plena rastreabilidade na execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares federais, estaduais e municipais, no âmbito do Município de Piranga/MG, em observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 2º No âmbito da gestão municipal, deverá ser assegurada a rastreabilidade dos recursos oriundos de emendas parlamentares em todas as etapas da execução orçamentária e financeira, em conformidade com a legislação aplicável e as normas nacionais de contabilidade pública.

Art. 3º Os sistemas contábeis, orçamentários e financeiros do Município deverão incorporar identificadores específicos para as emendas parlamentares, em conformidade com a codificação padronizada do Plano de Contas.
Parágrafo único. Os identificadores contábeis deverão permitir a vinculação de cada despesa executada à respectiva emenda parlamentar, por meio de fonte de recursos, códigos ou identificadores únicos.

Art. 4º Os recursos recebidos por meio de emendas parlamentares deverão ser movimentados em conta bancária específica para cada transferência, mantida em instituição financeira oficial, sendo vedadas:
I – transferências para outras contas;
II – saques em espécie;
III – utilização de contas de passagem ou mecanismos que dificultem a identificação do fornecedor, prestador de serviço ou beneficiário final;
IV – quaisquer práticas que impeçam a rastreabilidade do destino dos recursos.

Art. 5º A Administração Municipal deverá assegurar a ampla divulgação, em meio eletrônico de acesso público, das informações relativas às emendas parlamentares executadas, no mínimo contendo:
I – identificação do parlamentar proponente;
II – identificação da emenda;
III – objeto da despesa;
IV – valor alocado;
V – órgão ou entidade executora;
VI – localidade beneficiada;
VII – cronograma de execução;
VIII – instrumentos jurídicos vinculados;
IX – plano de trabalho;
X – relatório de gestão dos recursos;
XI – identificação do recebedor e respectivo CNPJ;
XII – data de disponibilização dos recursos;
XIII – gestor responsável;
XIV – grupo de natureza da despesa;
XV – instituição bancária e conta corrente;
XVI – anuência prévia do SUS, quando aplicável.
§ 1º O relatório de gestão deverá ser disponibilizado até 30 de junho do exercício subsequente ao recebimento dos recursos, sendo atualizado anualmente até a conclusão da execução do objeto.
§ 2º As informações previstas neste artigo deverão ser divulgadas previamente à execução orçamentária e financeira da emenda.

Art. 6º A Administração Municipal deverá adotar as providências necessárias para:
I – adequar os sistemas contábeis, orçamentários e financeiros;
II – promover a integração com bases de dados federais, estaduais e municipais;
III – garantir acesso público e tempestivo às informações;
IV – instituir ciclo de fiscalização e aprovação das contas;
V – observar a Lei Complementar nº 210/2024 e as decisões do STF;
VI – aprimorar a transparência relativa a recursos destinados a organizações da sociedade civil; VII –
adotar a Ordem de Pagamento da Parceria (OPP) nas transferências especiais;
VIII – realizar auditorias pelo Sistema de Controle Interno;
IX – observar as normas da Secretaria do Tesouro Nacional quanto à classificação das receitas;
X – respeitar os percentuais constitucionais das emendas impositivas;
XI – suspender a execução de emendas em desacordo com o art. 163-A da Constituição da República;
XII – divulgar informações relativas às transferências fundo a fundo.

Art. 7º-A O Sistema de Controle Interno do Município elaborará checklist técnico e normativo contendo os requisitos legais, constitucionais e procedimentais a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal na proposição, execução, acompanhamento e prestação de contas das emendas parlamentares.
§ 1º O checklist de que trata o caput terá caráter orientador e preventivo, devendo ser observado obrigatoriamente pelas unidades administrativas responsáveis pela execução das emendas parlamentares.
§ 2º O checklist poderá ser atualizado sempre que houver alteração normativa, orientação dos órgãos de controle ou entendimento jurisprudencial relevante sobre a matéria.
§ 3º A inobservância injustificada das orientações constantes do checklist poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilização prevista na legislação aplicável.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Piranga/MG, 20 de janeiro de 2026.

LUIS HELVECIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Tomaz Heleno
Código Identificador:EA8D1E9F

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório Nº. 227/2025, Pregão Eletrônico Nº. 90090/2025, Registro de Preços Nº.063/2025. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS RECENTEMENTE APROVADOS PELA COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA (CFT) QUE FORAM INCLUÍDOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUNE) E INSUMOS DE ORDEM JUDICIAL". Contratadas: FVP COELHO. - CNPJ: 26.294.192/0001-80, Valor Total de R$ 1.094,40 (um mil, noventa e quatro reais e quarenta centavos); L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - CNPJ: 35.250.918/0001-73, Valor Total de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais). Período de 12 (doze) meses.
Piranga/MG, 26/01/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:89576689

SETOR DE LICITAÇÕES
RESCISÃO

vPREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA - MG: RESCISÃO. O MUNICÍPIO DE PIRANGA e a contratada ATIVAMENTE, ESPACO NEUROPSICOPEDAGOGA LTDA, resolvem com base no artigo 138, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, rescindir amigavelmente o contrato administrativo nº. 304/2025, celebrado nos autos do processo licitatório nº. 196/2025, Credenciamento nº. 012/2025 para o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA PARA ATUAR NA ÁREA CLÍNICA NO ÂMBITO TERAPÊUTICO, PARA TRABALHAR COM PACIENTES QUE POSSUEM ALTERAÇÕES EM HABILIDADES COMUNICATIVAS, AUDITIVAS E COGNITIVAS. Valor remanescente cancelado: R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Piranga/MG, 02/02/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:F87B0F21

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – Processo licitatório n° 123/2024 – Pregão n° 44/2024 - Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 52/2025 – Contratante: Município de Pirapora – CNPJ: 3.539.463/0001-21– Contratada: EMPRESA WALLACE SOUZA MAIA- CNPJ: 38.210.721/0001-07. Objeto: Acrescentar 25% (vinte e cinco por cento), equivalente a R$ 49.673,64 (quarenta e nove mil seiscentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos) do valor inicial atualizado. Data da assinatura: 02/02/2026.

MUNICÍPIO DE PIRAPORA –
Contratante

EMPRESA WALLACE SOUZA MAIA –
Contratada

Publicado por:
Alessandra Santos do Carmo
Código Identificador:FC5F3BC0

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – Processo licitatório n° 123/2024 – Pregão n° 44/2024 - Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 52/2025 – Contratante: Município de Pirapora – CNPJ: 3.539.463/0001-21– Contratada: EMPRESA WALLACE SOUZA MAIA- CNPJ: 38.210.721/0001-07.Objeto: prorrogar o prazo de vigência por 2 (dois) meses. Dat da assinatura 02/02/2026.

MUNICÍPIO DE PIRAPORA –
Contratante

EMPRESA WALLACE SOUZA MAIA –
Contratada

Publicado por:
Alessandra Santos do Carmo
Código Identificador:295E9A2D

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA. Termo de Credenciamento n° 002/2026 Credenciante: MUNICÍPIO DE PIRAPORA - CNPJ: 23.539.463/0001-21 – Credenciada: ***EFEITO SEGURADORA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A, CNPJ: 54.783.005/0001-67*** *– Objeto: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES INTERESSADAS NA REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA-MG. Vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027. Data de assinatura: 02/02/2026. Processo nº 023/2022; Inexigibilidade nº 004/2022; Credenciamento n° 001/2022.*

MUNICÍPIO DE PIRAPORA –
Credenciante

EFEITO SEGURADORA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A –
Credenciada

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:3EC23499

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA. Termo de Credenciamento n° 003/2026 Credenciante: ***VIVER PREVIDÊNCIA, CNPJ:*** *33.767.492/0001-02 – Objeto: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES INTERESSADAS NA REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA-MG. Vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027. Data de assinatura: 02/02/2026. Processo nº 023/2022; Inexigibilidade nº 004/2022; Credenciamento n° 001/2022.*

MUNICÍPIO DE PIRAPORA –
Credenciante

VIVER PREVIDÊNCIA -
Credenciada

Publicado por:
Neide Aparecida da Silva Freire
Código Identificador:F5086055

SECRETARIA DE GOVERNO
EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS.

O Prefeito Municipal de Pirapora/MG, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados, eventuais titulares de domínio, confrontantes não identificados, ou não encontrados, ou que se recusaram ao recebimento da notificação via postal e , especialmente , a União Federal e o Estado de Minas Gerais , que tramita perante o Município, procedimento de Regularização Fundiária de Interesse Social ,procedimento nº 001/2025 que tem por objetivo regularizar o núcleo urbano informal no local denominado de Bairro Nossa Senhora Aparecida sendo que o perímetro abrangido pela regularização é a seguinte:
ÁREA (m²): 880.013,06 PERÍMETRO (m): 4.860,08 Inicia-se a descrição do vértice 1 com coordenada (E: 505227.075 N: 8083439.260), com uma distância de 145.53 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 209º59'36.24" até o vértice 2 com coordenada (E: 505154.322 N: 8083313.215), com uma distância de 107.57 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 210º59'27.96" até o vértice 3 com coordenada (E: 505098.935 N: 8083221.001), com uma distância de 76.42 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 209º34'40.08" até o vértice 4 com coordenada (E: 505061.211 N: 8083154.536), com uma distância de 162.91 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 200º6'0.36" até o vértice 5 com coordenada (E: 505005.224 N: 8083001.546), com uma distância de 17.36 m confrontando com RUA RIO GRANDE DO NORTE com azimute de 104º59'42.36" até o vértice 6 com coordenada (E: 505021.990 N: 8082997.055), com uma distância de 224.31 m confrontando com RUA RIO GRANDE DO NORTE com azimute de 196º23'49.56" até o vértice 7 com coordenada (E: 504958.669 N: 8082781.865), com uma distância de 119.06 m confrontando com RUA RIO GRANDE DO NORTE com azimute de 189º41'57.12" até o vértice 8 com coordenada (E: 504938.609 N: 8082664.503), com uma distância de 55.38 m confrontando com RUA RIO GRANDE DO NORTE com azimute de 185º53'43.80" até o vértice 9 com coordenada (E: 504932.921 N: 8082609.415), com uma distância de 175.23 m confrontando com RUA RIO GRANDE DO NORTE com azimute de 186º4'50.52" até o vértice 10 com coordenada (E: 504914.358 N: 8082435.167), com uma distância de 26.09 m confrontando com RUA RIO GRANDE DO NORTE com azimute de 266º42'38.88" até o vértice 11 com coordenada (E: 504888.311 N: 8082433.670), com uma distância de 104.95 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 180º51'29.16" até o vértice 12 com coordenada (E: 504886.739 N: 8082328.733), com uma distância de 75.60 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 176º22'1.20" até o vértice 13 com coordenada (E: 504891.529 N: 8082253.286), com uma distância de 172.14 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 167º20'29.40" até o vértice 14 com coordenada (E: 504929.253 N: 8082085.326), com uma distância de 169.56 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 157º18'22.32" até o vértice 15 com coordenada (E: 504994.671 N: 8081928.892), com uma distância de 221.91 m confrontando com AVENIDA SÃO FRANCISCO com azimute de 151º7'5.16" até o vértice 16 com coordenada (E: 505101.854 N: 8081734.586), com uma distância de 47.31 m confrontando com PRAÇA CORONEL RAMOS com azimute de 96º32'25.44" até o vértice 17 com coordenada (E: 505148.858 N: 8081729.197), com uma distância de 54.86 m confrontando com AVENIDA SALMERON com azimute de 153º51'15.84" até o vértice 18 com coordenada (E: 505173.035 N: 8081679.946), com uma distância de 427.61 m confrontando com RUA FELIPE SAMPAIO com azimute de 68º29'14.28" até o vértice 19 com coordenada (E: 505570.854 N: 8081836.754), com uma distância de 15.78 m confrontando com PRAÇA TANCREDO NEVES com azimute de 146º36'41.40" até o vértice 20 com coordenada (E: 505579.537 N: 8081823.580), com uma distância de 31.21 m confrontando com PRAÇA TANCREDO NEVES com azimute de 61º57'35.28" até o vértice 21 com coordenada (E: 505607.081 N: 8081838.251), com uma distância de 29.18 m confrontando com PRAÇA TANCREDO NEVES com azimute de 99º19'27.84" até o vértice 22 com coordenada (E: 505635.879 N: 8081833.522), com uma distância de 6.21 m confrontando com AVENIDA GOVERNADOR VALADARES com azimute de 47º9'36.36" até o vértice 23 com coordenada (E: 505640.434 N: 8081837.746), com uma distância de 20.30 m confrontando com AVENIDA GOVERNADOR VALADARES com azimute de 344º46'22.08" até o vértice 24 com coordenada (E: 505635.102 N: 8081857.333), com uma distância de 17.72 m confrontando com AVENIDA GOVERNADOR VALADARES com azimute de 61º41'41.28" até o vértice 25 com coordenada (E: 505650.707 N: 8081865.738), com uma distância de 8.78 m confrontando com AVENIDA GOVERNADOR VALADARES com azimute de 333º13'27.84" até o vértice 26 com coordenada (E: 505646.751 N: 8081873.579), com uma distância de 679.45 m confrontando com AVENIDA AMÉRICA com azimute de 328º5'32.28" até o vértice 27 com coordenada (E: 505287.628 N: 8082450.362), com uma distância de 591.65 m confrontando com RUA SETE LAGOAS com azimute de 58º12'43.56" até o vértice 28 com coordenada (E: 505790.534 N: 8082762.031), com uma distância de 220.95 m confrontando com RUA PARACATU com azimute de 327º32'53.52" até o vértice 29 com coordenada (E: 505671.974 N: 8082948.478), com uma distância de 15.58 m confrontando com RUA PARACATU com azimute de 305º8'2.76" até o vértice 30 com coordenada (E: 505659.235 N: 8082957.443), com uma distância de 58.80 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 235º14'41.28" até o vértice 31 com coordenada (E: 505610.925 N: 8082923.923), com uma distância de 26.76 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 323º31'37.56" até o vértice 32 com coordenada (E: 505595.017 N: 8082945.442), com uma distância de 11.30 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 323º31'37.92" até o vértice 33 com coordenada (E: 505588.302 N: 8082954.526), com uma distância de 19.91 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 321º22'0.12" até o vértice 34 com coordenada (E: 505575.870 N: 8082970.080), com uma distância de 10.74 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 321º8'46.68" até o vértice 35 com coordenada (E: 505569.135 N: 8082978.442), com uma distância de 9.79 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 59º59'43.44" até o vértice 36 com coordenada (E: 505577.615 N: 8082983.338), com uma distância de 10.14 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 327º4'10.56" até o vértice 37 com coordenada (E: 505572.103 N: 8082991.848), com uma distância de 10.80 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 330º11'26.52" até o vértice 38 com coordenada (E: 505566.736 N: 8083001.216), com uma distância de 8.01 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 237º1'53.04" até o vértice 39 com coordenada (E: 505560.016 N: 8082996.858), com uma distância de 12.19 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 319º19'41.88" até o vértice 40 com coordenada (E: 505552.068 N: 8083006.106), com uma distância de 2.03 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 223º52'3.36" até o vértice 41 com coordenada (E: 505550.660 N: 8083004.641), com uma distância de 10.61 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 318º32'48.48" até o vértice 42 com coordenada (E: 505543.636 N: 8083012.594), com uma distância de 15.31 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 311º43'55.20" até o vértice 43 com coordenada (E: 505532.212 N: 8083022.784), com uma distância de 12.60 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 311º43'55.20" até o vértice 44 com coordenada (E: 505522.812 N: 8083031.168), com uma distância de 10.01 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 304º18'28.44" até o vértice 45 com coordenada (E: 505514.542 N: 8083036.811), com uma distância de

14.39 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 321º5'2.76" até o vértice 46 com coordenada (E: 505505.502 N: 8083048.009), com uma distância de 17.33 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 321º19'49.44" até o vértice 47 com coordenada (E: 505494.676 N: 8083061.536), com uma distância de 26.21 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 297º18'32.76" até o vértice 48 com coordenada (E: 505471.388 N: 8083073.561), com uma distância de 12.98 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 265º17'31.56" até o vértice 49 com coordenada (E: 505458.450 N: 8083072.495), com uma distância de 9.18 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 289º29'9.96" até o vértice 50 com coordenada (E: 505449.793 N: 8083075.559), com uma distância de 14.13 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 204º15'8.64" até o vértice 51 com coordenada (E: 505443.990 N: 8083062.678), com uma distância de 7.31 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 335º34'44.04" até o vértice 52 com coordenada (E: 505440.966 N: 8083069.338), com uma distância de 13.64 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 332º47'14.64" até o vértice 53 com coordenada (E: 505434.729 N: 8083081.466), com uma distância de 16.29 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 325º23'44.52" até o vértice 54 com coordenada (E: 505425.478 N: 8083094.874), com uma distância de 16.69 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 323º44'58.56" até o vértice 55 com coordenada (E: 505415.607 N: 8083108.336), com uma distância de 12.27 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'1.32" até o vértice 56 com coordenada (E: 505405.245 N: 8083114.908), com uma distância de 12.37 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'1.68" até o vértice 57 com coordenada (E: 505394.798 N: 8083121.534), com uma distância de 11.52 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'1.68" até o vértice 58 com coordenada (E: 505385.072 N: 8083127.702), com uma distância de 10.80 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'1.68" até o vértice 59 com coordenada (E: 505375.951 N: 8083133.487), com uma distância de 12.85 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'1.68" até o vértice 60 com coordenada (E: 505365.102 N: 8083140.368), com uma distância de 15.78 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'1.68" até o vértice 61 com coordenada (E: 505351.777 N: 8083148.818), com uma distância de 12.21 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'1.68" até o vértice 62 com coordenada (E: 505341.467 N: 8083155.358), com uma distância de 11.32 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 302º23'2.04" até o vértice 63 com coordenada (E: 505331.907 N: 8083161.421), com uma distância de 166.07 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 18º4'0.12" até o vértice 64 com coordenada (E: 505383.410 N: 8083319.305), com uma distância de 9.25 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 306º18'16.20" até o vértice 65 com coordenada (E: 505375.952 N: 8083324.785), com uma distância de 100.70 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 308º11'11.04" até o vértice 66 com coordenada (E: 505296.802 N: 8083387.039), com uma distância de 8.69 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 313º18'32.76" até o vértice 67 com coordenada (E: 505290.481 N: 8083392.997), com uma distância de 72.10 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 306º15'48.96" até o vértice 68 com coordenada (E: 505232.349 N: 8083435.643), com uma distância de 6.39 m confrontando com CONFRONTANTE NÃO IDENTIFICADO com azimute de 304º26'37.32" até o vértice 1 com coordenada (E: 505227.075 N: 8083439.260). Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas e encontram-se representadas no Sistema UTM e no Fuso 23K, hemisfério sul, referenciadas ao Meridiano Central nº -45º, Datum SIRGAS 2000.

Estando em termos, expediu-se o presente edital para notificação do supramencionado, advertindo-se que, caso o notificado se sinta prejudicado de alguma forma e não apresente discordância perante o Município de Pirapora/MG, localizado na Rua Antônio Nascimento, nº 274, Centro, CEP: 39270-082, em 30(trinta) dias subsequentes ao decurso do prazo do edital publicado, **poderá implicar em concordância e a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB. O presente edital não será renovado caso a titulação final seja por usucapião judicial ou extrajudicial, servindo o presente para atendimento do disposto no §4º do art. 216-A da Lei 6.015/73.** Será o presente edital publicado na imprensa oficial.

Pirapora/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:962F7339

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 034/2026

PORTARIA Nº 034/2026

Nomeação para Cargos Efetivos por Concurso Público Edital 01/2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA**, Alexandro Costa Cesar, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.782/2005, e em especial pelos artigos 77, inciso XI e 125, II "a", ambos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público de que tratam o edital n° 01/2023, os candidatos relacionados no anexo I desta portaria, para respectivos cargos.

Art. 2º. O nomeado deverá tomar posse em até 15 dias (quinze) dias, contados da data de publicação desta portaria, devendo, para tanto, seguir as orientações constantes do edital 01/2023 e do ofício de convocação enviado ao endereço indicado quando da inscrição no concurso público, sob pena de ser tornada sem efeito a nomeação.

Art.3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

ANEXO I DA PORTARIA Nº 034/2026

ASSISTENTE SOCIAL (TNMPS)
GISLENE RODRIGUES SANTOS
LETICIA SANTOS RODRIGUES
VERONICA FERREIRA DE MOURA
RUTE BARCELOS DE OLIVEIRA
JARBAS WASHINGTON OLIVEIRA LEITE
AMANDA SOUZA MARTINS

PSICÓLOGO (ES)
ROBERTA DE FATIMA PEREIRA
GEISSY RAFAELA SOUZA SILVA
LUZILENE DUARTE BATISTA
CLARISSA LINO DA SILVA
NATALIA EBELING
JESSYCA EMANUELLE VELOSO BARBOSA

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM POLITICAS SOCIAIS (TNMPS)
CYNTIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA
GABRIEL DE SOUZA RODRIGUES
ANDERSON BARBOSA PEREIRA
JAINE FERREIRA ALVES
JANETE RIBEIRO SOARES
LEIDIANE SANTOS SILVA

EDUCADOR FÍSICO
POLIANA APARECIDA DOS SANTOS SOARES CARDOSO

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:4593DC55

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PITANGUI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO LICITATÓRIO 014/2026_PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO LICITATÓRIO 014/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUI - MG, por intermédio da Divisão de Compras e Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a realizar-se na Plataforma de Licitações AMM Licita (www.ammlIcita.org.br) a qual, tem como objeto o registro de preços para uma futura e eventual contratação de empresa especializada para uma futura aquisição de materiais de limpeza e higiene, para atender as demandas de todas as secretarias municipais e entes conveniados.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 13/02/2026
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 8:30 HORAS DE 13/02/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 8:30 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA – www.ammlcita.org.br
Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 8h às 11h e das 13h às 17h ou pelo telefone (37) 99975-0291 e e-mail: licitacao@pitangui.mg.gov.br.

Publicado por:
Andrea Luisa de Faria
Código Identificador:5D217BC3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 3/2026 PUBLICAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte

EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 3/2026
PUBLICAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Em face ao recebimento das solicitações de aplicação de penalidade de advertência, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Art. 10º, ficam os proprietários dos veículos abaixo notificados conforme decisões. Os autos com acolhimento serão convertidos em penalidades de advertência, e os autos com não acolhimentos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da
Penalidade de multa.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	AUTO DE INFRAÇÃO	RESULTADO
HMT3G22	26/01/2026	19/08/2025	AD-307/2025	AG08765729	ACOLHIDA
QOQ1363	26/01/2026	05/05/2025	AD-34/2026	P300076224	ACOLHIDA
OQG1857	26/01/2026	05/05/2025	AD-35/2026	AG08752499	ACOLHIDA
PWQ7J01	26/01/2026	16/05/2025	AD-36/2026	AG08754176	ACOLHIDA
PZB3G38	26/01/2026	08/04/2025	AD-37/2026	P300073360	ACOLHIDA
QOQ1605	26/01/2026	19/05/2025	AD-38/2026	AG08754742	ACOLHIDA
RTT5E07	26/01/2026	21/05/2025	AD-39/2026	AG08755023	ACOLHIDA
SHR9A74	26/01/2026	22/05/2025	AD-40/2026	AG08755493	ACOLHIDA
RNU2G72	26/01/2026	22/05/2025	AD-41/2026	AG08755492	ACOLHIDA
TDU2D06	26/01/2026	03/06/2025	AD-42/2026	AG08755689	ACOLHIDA
FRE9J70	26/01/2026	23/07/2025	AD-43/2026	AG08762499	ACOLHIDA
OQH3504	26/01/2026	14/07/2025	AD-44/2026	P300082831	ACOLHIDA
TEW4B65	26/01/2026	03/09/2025	AD-45/2026	AG08767387	ACOLHIDA

POUSO ALEGRE, 2 de fevereiro de 2026

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Paula Marx Bustamante
Código Identificador:BC340F59

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 3/2026 RESULTADO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte

EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 3/2026
RESULTADO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO

Em face ao recebimento das Defesas de Autuações, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Artigo 9°, ficam (i) os
proprietários dos veículos abaixo notificados com resultado ACOLHIDA, que por força de Acolhimento das razões de Defesa apresentadas os seguintes autos foram cancelados e seus registros arquivados; e (ii) os proprietários dos veículos abaixo notificados com resultado NÃO ACOLHIDA, que por força do Não Acolhimento das razões de Defesa apresentadas, os seguintes processos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	AUTO DE INFRAÇÃO	RESULTADO
OWZ4282	26/01/2026	30/05/2025	DF-954/2025	P300078488	NÃO ACOLHIDA
UGO6I47	26/01/2026	28/08/2025	DF-1119/2025	AG08766916	NÃO ACOLHIDA
HHD7853	26/01/2026	19/08/2025	DF-1258/2025	AG08765763	NÃO ACOLHIDA
PVF7600	26/01/2026	05/08/2025	DF-1296/2025	AG08764346	NÃO ACOLHIDA
HDF0043	26/01/2026	18/08/2025	DF-1306/2025	AG08765451	NÃO ACOLHIDA
ENW0A72	26/01/2026	25/07/2025	DF-1363/2025	AG08762920	NÃO ACOLHIDA
FSK4312	26/01/2026	16/09/2025	DF-1460/2025	AG08769093	NÃO ACOLHIDA
OJJ1E39	26/01/2026	22/07/2025	DF-1467/2025	P300083950	NÃO ACOLHIDA
FUE5B88	26/01/2026	09/09/2025	DF-1473/2025	AG08768380	NÃO ACOLHIDA
TCC1H29	26/01/2026	18/09/2025	DF-1516/2025	AG08767904	NÃO ACOLHIDA

POUSO ALEGRE, 2 de fevereiro de 2026

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Paula Marx Bustamante
Código Identificador:DC43DB93

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 201/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026 – CONTRATO Nº 201/2026 – OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL – CEREM. Vigência: A vigência do contrato será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em 27/01/2026. Contratada: SRIOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 03.736.559/0001-72. O valor do contrato é de R$ 172.140,00 (cento e setenta e dois mil e cento e quarenta reais).
Dotação orçamentária:

FICHA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	SERETARIA	TIPO DE RECURSO
538	OUTROS	02.007.000.0012.0365.0026.	EDUCAÇÃO	ENSINO - PRÓPRIO

	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2078.333903900000000000.15000001001		

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:2A7C04EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2026 – Objeto: Aquisição de instrumentais odontológicos para atender a demanda do município de Pouso Alegre. A sessão pública será realizada no dia 19 de fevereiro de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416 ou e-mail licitapamg@gmail.com. William de Oliveira Xavier Junior – Pregoeiro Municipal. Pouso Alegre/MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:03391D76

SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
PORTARIA DPC/SECULT Nº 03 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Divulga o resultado da eleição do Edital de Chamamento Público Nº 05/2025 - Eleição da Comissão Municipal de Avaliação e Seleção (CMAS) - Lei Municipal De Incentivo à Cultura.

A Secretária Municipal de Cultura, Regina Maria Franco Andere de Brito, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 7.136, de 31 de outubro de 2025; CONSIDERANDO: A Portaria DPC/SECULT Nº 01, de 16 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a prorrogação do prazo da etapa de cadastro da eleição; CONSIDERANDO: o total de 34 (trinta e quatro) formulários de votação válidos em acordo com o item 5.4.2 do referido Edital, que estabelece que a participação na Assembleia seja restrita aos candidatos e votantes devidamente cadastrados; RESOLVE:

Art. 1º - Divulgar o resultado da Assembleia de Eleição, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2026, que elegeu 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes, representantes do setor cultural da sociedade civil, como segue:

NOME	Nº DE VOTOS	SITUAÇÃO
Fernanda Andrade Biondi Ribeiro	21	ELEITA - TITULAR
Thayná Gregorio de Assis	16	ELEITA - TITULAR
Ellen Cristina Faria	9	ELEITA - TITULAR
Patrick Aparecido Rosa	9	ELEITO - TITULAR
Mariana Rosa Fernandes	8	ELEITA - TITULAR
Allana Cabral Pereira	7	ELEITA - TITULAR
Matheus Barreto Faria	6	ELEITO - SUPLENTE
Sandro Teixeira Sentelho	6	ELEITO - SUPLENTE
Fábio Roberto Silva	5	ELEITO - SUPLENTE
Paulo Henrique Raimundo	5	ELEITO - SUPLENTE
Mário Valério de Camargo Filho	4	ELEITO - SUPLENTE
Elaine Cristina Magalhães da Fonseca	2	ELEITA - SUPLENTE
Ana Beatriz Alves Roberto	1	NÃO ELEITA

Art. 2º - Os membros eleitos serão designados em portaria de nomeação a ser publicada a partir de 05 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, 03 de fevereiro de 2026.

REGINA MARIA FRANCO ANDERE DE BRITO
Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Renan Moreira Gouvêa
Código Identificador:7A6E84CF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 044/2026

NOMEIA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS O SENHOR JOÃO VITOR DE JESUS.

O Sr. Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal, e conforme disposto na Lei Complementar Nº 002, de 09 de Junho de 2021, que dispõe sobre a Nova Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Prata;

RESOLVE:

Art. 1º-Nomear a partir de 02/02/2026 o Sr. JOÃO VITOR DE JESUS para o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prata, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:A2829B8A

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 045/2026

FAZ EXONERAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir de 02/02/2026 o servidor abaixo, de sua respectiva função gratificada:

MEMBRO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL **Izael Carlos Barbosa**	20%	CALCULADO SOBRE O VENCIMENTO BASE DO CARGO DE CARREIRA

Art. 2º - Em razão da presente exoneração, este servidor, não mais fará jus à percepção da gratificação de função.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prata, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:BB494A81

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 046/2026

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 002/2021, alterada pela Lei Complementar nº 015/2022:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 03/02/2026, o servidor efetivo **IZAEL CARLOS BARBOSA,** para exercer a Função Gratificada de **Responsável pelo Arquivo Patrimonial;**

Art. 2º - Conceder gratificação da função de 50% (cinquenta por cento) a ser paga e calculada sobre os vencimentos do cargo de carreira, ao servidor **IZAEL CARLOS BARBOSA.**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 03/02/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:828D9831

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 047/2025

TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÃO E DECLARA VAGO CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Prata, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Aprovação, homologação e nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2022,

CONSIDERANDO a nomeação dos candidatos mencionados abaixo:
1. THAIS MARIM DA SILVA - (1° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
2. ELIANE MENDONÇA BUIATE - (2° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
3. LUCINEIA FERREIRA RUBIO - (9° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
4. LEONARDO ARAUJO BORGES - (14° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
5. ONOFRE DIVINO BORGES - (15° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
6. ARYEL MARQUES COSTA - (16° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
7. ANA MARIA SOUTO NUNES ALVES - (21° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
8. LEIDE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA - (23° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
9. ALESSANDRO DE ANDRADE - (27° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
10. FRANCIELLY CRISTINA SILVA PEREIRA RODRIGUES – (29° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
11. JAQUELINE ANDREA DE MATTOS - (31° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
12. CARLOS APARECIDO SOARES FILHO - (32° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
13. GILVANE LOPES DA SILVA - (34° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
14. CHRISTOFER LIMA MENDONÇA - (36° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
15. DANIEL CARVALHO DINIZ - (43° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
16. CAMILA VASCONCELOS RODRIGUES - (45° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
17. ANGELA APARECIDA DE SOUZA FREITAS - (46° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
18. ROMY CARLA DA SILVA BRITO - (48° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
19. JOAO BATISTA BRITO DA SILVA - (54° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
20. VITORIA CRISTINA CASSIANO SILVA - (58° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
21. MARLI APARECIDA NUNES BORGES - (59° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a nomeação dos candidatos aprovados para o cargo de **PROFESSOR**constante na Portaria nº 602/2025
1. THAIS MARIM DA SILVA - (1° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
2. ELIANE MENDONÇA BUIATE - (2° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
3. LUCINEIA FERREIRA RUBIO - (9° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
4. LEONARDO ARAUJO BORGES - (14° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
5. ONOFRE DIVINO BORGES - (15° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
6. ARYEL MARQUES COSTA - (16° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
7. ANA MARIA SOUTO NUNES ALVES - (21° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
8. LEIDE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA - (23° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
9. ALESSANDRO DE ANDRADE - (27° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
10. FRANCIELLY CRISTINA SILVA PEREIRA RODRIGUES – (29° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
11. JAQUELINE ANDREA DE MATTOS - (31° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
12. CARLOS APARECIDO SOARES FILHO - (32° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
13. GILVANE LOPES DA SILVA - (34° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
14. CHRISTOFER LIMA MENDONÇA - (36° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
15. DANIEL CARVALHO DINIZ - (43° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
16. CAMILA VASCONCELOS RODRIGUES - (45° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
17. ANGELA APARECIDA DE SOUZA FREITAS - (46° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
18. ROMY CARLA DA SILVA BRITO - (48° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
19. JOAO BATISTA BRITO DA SILVA - (54° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
20. VITORIA CRISTINA CASSIANO SILVA - (58° LUGAR, AMPLA CONCORRÊNCIA)
publicada em 19/12/2025 em virtude de ***desistência formal***, por não ter interesse em apresentar a documentação necessária para provimento do cargo bem como em tomar posse nos prazos legais estabelecidos.

Art. 4º - Tornado sem efeito o ato de nomeação acima descrito, mediante desistência formal , ***vaga-se*** o cargo que ficará a disposição.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 28 de janeiro de 2026..

Prefeitura Municipal de Prata, em 07 de janeiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:EC8F6874

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 048/2026.

FAZ NOMEAÇÃO.

O Prefeito Municipal do Prata, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.069/90, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 8.242/91 e nº 12.696/12, Lei Estadual nº 21.163/14, Resolução do CONANDA 152/12, 170/14, RESOLUÇÃO CMDCA No. 01/2026 DE 19 DE JANEIRO DE 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a candidata abaixo relacionada eleita suplente no Processo Eleitoral do Conselho Tutelar, realizado em 01 de outubro de 2023, para o cargo de Conselheiro Tutelar para o período de **19/02/2026 a 21/07/2026.**

•
ANDRESSA FERREIRA MARTINS

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 19/02/2026.

Prefeitura Municipal de Prata, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:66D64B53

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 049/2026

Dispõe sobre a designação de servidor(a) para exercer as funções de Autoridade Sanitária no âmbito do município de Prata-MG e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Prata-MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDOo disposto no Código de Saúde de MG, Art.78, Art.20 que define a competência da autoridade sanitária;

CONSIDERANDOa necessidade de formalizar a designação de servidor(a) para o exercício do poder de polícia administrativa na área de vigilância sanitária;

RESOLVE:
Art. 1ºDesignar a Servidora**Sarah Faria Nunes,** portador(a) da Cédula de Identidade **RG n23.193.553 º** inscrito(a) no **CPF sob o nº123.586.476-67** ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário e a Servidora **Hélica Silva Macedo** portador(a) da Cédula de Identidade **RG: M-7.876.072** inscrita no CPF sob o n° **023.952.056-48** para exercer as funções deAutoridade Sanitariano âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Prata-MG.

Art. 2ºA servidora designada, no exercício do poder de polícia administrativa, exercerá todas as atividades inerentes à função de fiscal sanitário, tais como:

I- Realização de inspeção e fiscalização sanitária;
II - Lavratura de termos de inspeção, notificação e auto de infração;
III - Instauração de processo administrativo sanitário;
IV - Aplicação de medidas e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, como interdição cautelar de estabelecimentos e apreensão de produtos, em casos de risco iminente à saúde;
V - Outras atividades estabelecidas para este fim, consoante a legislação vigente.

Art. 3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:CBF9DC16

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 050/2026

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 002/2021, alterada pela Lei Complementar nº 015/2022:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 03/02/2026, a servidora efetiva **HELEN EVELIN QUERINO SILVA,** para exercer a Função Gratificada de **Comissão de Seleção de Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil,**

Art. 2º - Conceder gratificação da função de 20% (vinte por cento) a ser paga e calculada sobre os vencimentos do cargo de carreira, a servidora **HELEN EVELIN QUERINO SILVA.**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prata, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:D1A2D642

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal
30/01/2026.

Processo Licitatório nº 002/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e desmontagem de estrutura, equipamentos e serviços técnicos necessários à realização de evento "Carnaprata 2026", programado para o período de 13 à 17 de fevereiro de 2026, na Praça XV de Novembro, Centro, Prata/MG. A contratação está prevista no planejamento orçamentário e será custeada com recursos da emenda parlamentar nº 202541480014 – Igor Timo, vinculada ao plano de ação nº 09032025-0777705/2025, do programa nº 09032025; a execução se dará por meio da meta 4.

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, à empresa **JOSÉ LAZARO NASCIMENTO JÚNIOR SOM** inscrita no CNPJ sob o **n° 06.107.557/0001-02,** vencedora do menor preço global do item licitado no valor total de **R$ 859.100,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil e cem reais)**. Autorizando as despesas e a lavratura do respectivo contrato.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kletey Rafaella Ferreira Dos Anjos
Código Identificador:E9259019

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LIC

ITAÇÃO

Ratificação do Prefeito Municipal
02/02/2026

Inexigibilidade por Credenciamento nº 024/2023, Processo Licitatório nº 184/2023 – Objeto: é o **Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços plantonistas, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, médicos cirurgiões e outros, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do município do Prata/MG**, conforme solicitação das Secretarias mediante a demanda. Credenciada: **YURI EDUARDO FONSECA DUARTE LTDA.**

O Prefeito do Município do Prata, Marcel Vieira Rodrigues da Cunha no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA o Ato da Comissão Permanente de Licitação.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:E4CEB881

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO LICITATÓRIO Nº 021/2026.

Processo Licitatório **nº 002/2026** – Modalidade: Pregão Eletrônico **nº 001/2026.**
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e desmontagem de estrutura, equipamentos e serviços técnicos necessários à realização de evento "Carnaprata 2026", programado para o período de 13 à 17 de fevereiro de 2026, na Praça XV de Novembro, Centro, Prata/MG. A contratação está prevista no planejamento orçamentário e será custeada com recursos da emenda parlamentar nº 202541480014 – Igor Timo, vinculada ao plano de ação nº 09032025-0777705/2025, do programa nº 09032025; a execução se dará por meio da meta 4.

Contratante: **Município do Prata-MG** – Contratada: **JOSÉ LAZARO NASCIMENTO JÚNIOR SOM** inscrita no CNPJ sob o **n° 06.107.557/0001-02,** vencedora do menor preço global do item licitado no valor total de **R$ 859.100,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil e cem reais)**.
Vigência:12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.
Data da assinatura: 02/02/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kletey Rafaella Ferreira Dos Anjos
Código Identificador:F078CB79

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO LICITATÓRIO Nº 022/2026.

Processo Licitatório nº **184/2023** – Modalidade: Inexigibilidade por Credenciamento nº **024/2023.**
Objeto: Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços plantonistas, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, médicos cirurgiões e outros, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do município do Prata/MG, conforme solicitação das Secretarias mediante a demanda.
Contratante: **Município do Prata-MG.**

Credenciada: YURI EDUARDO FONSECA DUARTE LTDA.
MÉDICO: YURI EDUARDO FONSECA DUARTE
– Plantão Clínico Geral Diurno
– Plantão Clínico Geral Noturno

Vigência: A contratação vigorará até por 12 (doze) meses, tendo por início a partir de sua assinatura.
Data da assinatura: 02/02/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:3FDB9648

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2025 CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025 CONTRATO Nº 010/2025 CONTRATO Nº006/2025 CONTRATO Nº 012/2025 CONTRATO Nº 011/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2025
CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
CONTRATO Nº 010/2025
CONTRATO Nº006/2025
CONTRATO Nº 012/2025
CONTRATO Nº 011/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA FORMA DE PLANTÕES PARA ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, E PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR CLÍNICO E DIRETOR TÉCNICO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025.

CONTRATANTE: Município de Pratinha- Prefeitura Municipal
CONTRATADA:BARTELLI MEDICINA E SAUDE.
CNPJ:47.215.567/0001-49**CONTRATADA:NORTE E SUL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA.**
CNPJ: 19.850.311/0001-78
CONTRATADA:ROSSI E SILVA LTDA.
CNPJ: 27.314.879/0001-00
CONTRATADA: JALLES & KAIO SERVIÇOS MEDICOS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
CNPJ: 36.487.330/0001-09
CONTRATADO: FERREIRA & FERREIRA SANTOS ATENDIMENTO A SAUDE LTDA
CNPJ: 34.176.569/0001-24

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2026 a 04 de fevereiro de 2027

Pratinha- MG, 02 de feveiro de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:9ABC7357

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 11/2026, PROCESSO 28/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

ROZÉLIA GERALDA DE OLIVEIRA, solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **AUTO PEÇAS BOM DESPACHO LTDA** no valor de **R$ 1.410,00 (Um mil quatrocentos e dez reais)** devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 02/02/2026

ROZÉLIA GERALDA DE OLIVEIRA
Solicitante da Demanda

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:7AA42D40

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 012/2026, PROCESSO 029/2026, COM BASE NO ART. Nº 75, II DA LEI 14.133/2021

MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG, em conformidade com Art. 75 § 3º da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços **NO PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços**: 06/02/2026 às 15:45h.** A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Quartel Geral/MG, no seguinte endereço: Rua Hipólito Pinto, 240, no horário de 7:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: **licitacao@quartelgeral.mg.gov.br** até a data limite. O **EDITAL/TERMO DE REFERÊNCIA DA DISPENSA** estará disponível no Site Oficial do Município ou através do E-mail: licitacao@quartelgeral.mg.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, situada na Rua Hipólito Pinto, 240, Centro em Quartel Geral/MG, no horário das 07:00 às 16:00 de segunda a sexta feira. A empresa detentora da proposta mais vantajosa será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até **dois dias úteis após a convocação;** Quartel Geral, **02 de fevereiro de 2026**.

CIBELE ASSIS CAMPOS,
(Agente de Contratação).

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:DA3A4AFA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

—**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG** – **PROCESSO LICITATÓRIO N°014/2026 – INEXIGIBILIDADE: 09/2026 – CREDENCIAMENTO: 04/2026**. TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O **EXTRATO DO CONTRATO** DO PROCESSO LICITATÓRIO CUJO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A CAPINA QUÍMICA, MANUAL E COM ROÇADEIRAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO; VARRIÇÃO DAS VIAS COM E SEM PAVIMENTAÇÃO; RECOLHIMENTO DOS RESÍDUOS GERADOS E ARMAZENAMENTO DOS MESMOS EM LOCAL DETERMINADO PELO MUNICÍPIO, CONSOANTES ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. CONTRATADO: **MARCIO JOSÉ DA SILVA, FERNANDO ISAAC COELHO E TULYO PABLO PEREIRA.** VIGÊNCIA: **29/01/2026 À 31/12/2026.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 86,36** POR SERVIÇO –

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – 29/01/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:82A7A43A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

— **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG** – **PROCESSO LICITATÓRIO N°014/2026 – INEXIGIBILIDADE: 09/2026 – CREDENCIAMENTO: 04/2026**. TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O **EXTRATO DO CONTRATO** DO PROCESSO LICITATÓRIO CUJO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A CAPINA QUÍMICA, MANUAL E COM ROÇADEIRAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO; VARRIÇÃO DAS VIAS COM E SEM PAVIMENTAÇÃO; RECOLHIMENTO DOS RESÍDUOS GERADOS E ARMAZENAMENTO DOS MESMOS EM LOCAL DETERMINADO PELO MUNICÍPIO, CONSOANTES ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. CONTRATADO: **MARCELO HENRIQUE MILITÃO.** VIGÊNCIA: **30/01/2026 À 31/12/2026.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 86,36** POR SERVIÇO –

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – 30/01/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:587A73E4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO RELATIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026 - INEXIGIBILIDADE DE Nº 08/2026; Contratante: Município de Quartel Geral-MG, Contratada: **SERVIÇOS MÉDICOS E ULTRASSONOGRAFIA CORPORAL LTDA** denominada CONTRATADA; Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E EXAMES PARA ATENDIMENTO ÁS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PERTECENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**. Valor do Contrato: **RATIFICO E AUTORIZO, a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ULTRASSONOGRAFIA**, No valor unitário de R$ 115,00 (cento e quinze reais) por exame. Publicado em 02/02/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:0F99E26F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 04/2025; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL-MG; CONTRATADO (A): ROCHA E SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

A Prefeitura Municipal de Quartel Geral, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. art. 124, inciso II aliena "d" da Nova lei de licitações, (lei federal 14.133/2021) c/c art. 12 do Decreto Municipal de nº 102/2022 determina o apostilamento do contrato firmada entre as partes na forma do art. 136 da lei federal 14.133/2021 consubstanciado no reajuste, (reequilíbrio econômico-financeiro) em favor da empresa contratada: **ROCHA E SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**. Passando a vigorar o valor global do contrato de R$ 108.000,00 para R$ 112.600,75 sendo pago uma parcela de R$ 9.000,00 e o restante de R$ 9.418,25

Cibele Assis Campos; agente de contratação; Quartel Geral, 02/02/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:590CFC16

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026.

OBJETO – Contratação de prestação de serviços de professor de língua inglesa para os alunos da rede municipal de ensino em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo de Queluzito – MG.

A Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, resolve pela ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO dosprodutos da licitante abaixo relacionada, relativo à Licitação **Nº 09/2026** na modalidade DISPENSA N.º **05/2026**, de **02/02/2026** dando como licitante vencedor:

Fornecedor	Valor Total	Situação
GRACIELE GENI CARVALHO	R$ 40.344,00	Vencedor

Queluzito, 02 de fevereiro de 2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
CPF: 041.775.596-10
Agente de Contratação

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
CPF: 439.862.006-06
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:0AEBFFB1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR DE LICITAÇÕES
ORDEM DE SERVIÇO: REALIZAÇÃO DE OBRA DE REFORMA DOS BANHEIROS E DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃODAMASCENO FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO: REALIZAÇÃO DE OBRA DE REFORMA DOS BANHEIROS E DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃODAMASCENO FERREIRA

Referente à execução de serviços de obras e engenharia, pelo regime de execução indireta, de empreitada pelo regime a preço unitário e critério de seleção menor preço global: realização de obra de reforma dos banheiros e da quadra da escola municipal João damasceno Ferreira.

Referência:
Processo Licitatório n°: 261/2025;
Concorrência: 007/2025;
Contrato n°: 003/2026;
Valor: R$ 59.999,98 (Cinquenta e Nove Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos);
Contratada: MC CONSTRUTORA DE RECREIO LTDA - ME, portadora do CNPJ n° 58.767.553/0001-54;
Prazo de execução: 2 meses;
Prazo máximo para início da execução: 10 dias contados a partir da presente ordem de serviços, conforme Cláusula Terceira do contrato 003/2026;
Fiscal Responsável: Taíne Martinhão de Freitas, Engenheira Civil, CREA 329508MG.

Pela presente ordem de serviços, autoriza-se a **MC CONSTRUTORA DE RECREIO LTDA - ME** a iniciar na data de 02 de fevereiro de 2026 os serviços, objeto do contrato acima epigrafado, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RECREIO** e a empresa acima.

Recreio, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina da Silva Rezende
Código Identificador:41D14B8C

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
Após cumpridas as formalidades, balizado pelo parecer da assessoria jurídica municipal, considerando a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação, a justificativa para escolha do contratado e do preço pratico apresentada pela secretaria requisitante, **AUTORIZO** a Dispensa de Licitação nº 001/2026, através do Processo Administrativo nº 006/2026, cujo objeto é a **Contratação de empresa para prestação de serviços de recargas de extintores, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Recreio-MG**, no valor global correspondente a **R$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**, em favor da empresa **Minas Gerais Materiais de Combate a Incendio LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 12.151.305/0001-83**, para o exercício de 2026.
Publique-se.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane da Silveira Rezende
Código Identificador:73C816E6

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 164, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Exonera ocupante de cargo em comissão de Encarregada.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, **MG**, no uso da atribuição que lhe confere os incisos VI e IX do art. 81 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **THAIS DA SILVA BARBOSA**, do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de Encarregada, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 30 de janeiro de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:9B98B90D

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 165, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera ocupante de cargo em comissão de Encarregada.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, **MG**, no uso da atribuição que lhe confere os incisos VI e IX do art. 81 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **TALITA DA SILVA LEITE MACHADO**, do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de Encarregada, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:6C37D0D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
AVISO DE CREDENCIADOS

A Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados torna público o CREDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas, Cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, EM REGIME DE PLANTÕES E CONSULTAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), LOCALIZADAS NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - PROCESSO LICITATÓRIO 053/2025 - CREDENCIAMENTO 001/2025.
CREDENCIADOS: LEONARDO MARTINS LOPES SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 47.476.324/0001-64; LORENA COSTA RIBEIRO LTDA, CNPJ: 58.950.359/0001-00; CARDOSO MEDIC LTDA, CNPJ: 59.523.393/0001-60; NATHALIA SOARES SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 59.195.009/0001-48; AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 33.458.003/0001-22; ACRESCER SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 63.787.734/0001-82; CAMILA MENDES SOUZA SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 64.119.331/0001-28; IURY AGUIAR SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 64.505.312/0001-30; IANA AGUIAR MEDICINA INTEGRADA LTDA, CNPJ: 64.505.963/0001-20;

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:3668F18F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG - SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA 1239/2026

PROCESSO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

AUTOS: 1239/2026
SERVIDOR PROCESSADO: V.A.O
SID. INSTAURADO EM 29/01/2026 - PORTARIA 002/2026

Comissão Processante:

GIOVANI CESAR ACORRONI ROMUALDO,

LUZINETE FERREIRA RODRIGUES E

VALÉRIA JANUÁRIO

Publicado por:
Luzinete F. Rodrigues
Código Identificador:82D67A3E

GERÊNCIA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 131/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG

Pregão Eletrônico 131/2025

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital do Pregão Eletrônico 131/2025, cujo objeto consiste no Registro de preços para aquisição de ferramentas. A data para realização da sessão será dia 24/02/2026 às 09:00 hrs.

HELAINE GRAZIELE MARCOLINO /
Agente de Contratação.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:19E2A404

GERÊNCIA LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2026, ANO XVII, Nº 4204/ FLS. 216

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público a retificação na publicação do dia 02 de fevereiro de 2026, ano XVII, nº 4204/ fls. 216, título "**CELEBRAÇÃO DO CONTRATO Nº 105/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 164/2024."**

Onde se lê: ***Contrato Nº 105/2026***

Leia-se: ***Contrato Nº 05/2026***

As demais informações contidas na publicação permanecem inalteradas.

Ribeirão das Neves 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:38EFFDF1

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO DA FICHA ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVO, CONTRATO 65/2023-PROCESSO 232/2021, CELEBRADO COM A EMPRESA COMERCIAL SS VEICULOS E LOCAÇÕES LTDA.

Ribeirão das Neves , em 26 de Janeiro de 2026

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por seu titular MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVOS por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

Os quantitativos que serão apostilados conforme o quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
15	1000	horas	Caminhão carroceria ¾ - Hora produtiva	R$ 102,11	R$ 102.110,00
16	750	horas	Caminhão carroceria ¾ - Hora improdutiva	R$ 29,37	R$ 22.027,50
Total Geral				**R$ 124.137,50**	

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido Contrato são:

Dotação: 13 003 17.512.0116 2786 339039 / 1.759.005.0000 - Recursos Vinculados a fundos
Ficha: 943 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no, Contrato e aditivo (s) posterior (es).

Assim, assina o presente instrumento para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:DBE5A80C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 198/2023 PROCESSO Nº 113/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços N° 198/2023 no Processo Nº 113/2023. Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Contratantes) com Interveniência da Secretaria Municipal de Educação e a empresa **TCI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto do aditivo:** prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses com início em 25 de janeiro de 2026 e término em 24 de janeiro de 2027. Data da assinatura do aditivo: 25 de janeiro de 2026.

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS /
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:80D43CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 161/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE Nº 041/2025, CUJO O OBJETO É A AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER ALUNOS DEVIDAMENTE MATRICULADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (3º AO 9º ANO) DA REDE MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES. EMPRESA: DIDATIS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EDUCAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Educação, por sua titular **DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS,** tendo em vista que a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

A Dotação Orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

• 08.003.12.122.0106.2084 – Melhoria da Qualidade de Ensino – Salário Educação - 33.90.32 – Material, bem ou serviço para Distribuição Gratuita – Fonte: 1.500.000.1001 – Recursos Não Vinculados de Impostos (Educação) - Ficha **345.**

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato nº. 161/2025.

Assim, assina o presente instrumento, em 02 (duas) vias, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 29 de janeiro de 2026.

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3D144B24

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 139/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025, CUJO O OBJETO É A AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER ALUNOS DEVIDAMENTE MATRICULADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (1º AO 5º ANO) DA REDE MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES SOBRE AFRICANIDADES. EMPRESA: DIDATIS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EDUCAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Educação, por sua titular **DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS,** tendo em vista que a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

A Dotação Orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

• 08.003.12.365.0101.1845 –Educação Infantil – Apoio a Administração Pública – Kit Escolar e Uniforme para o Pequeno Cidadão – 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material, Bem ou serviço – Fonte 1.550.000.0000 – Transferência do Salário Educação – Ficha **362**.

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato nº. 139/2025.

Assim, assina o presente instrumento, em 02 (duas) vias, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 29 de janeiro de 2026.

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A45ACCE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO Nº 56/2025 – Locação de Ambulâncias de Grande Porte para uso no Serviço de Atendimento móvel de urgência (SAMU) 192 e para o Transporte Sanitário, com Manutenção Preventiva e Corretiva Completa – ATA/CONTRATO Nº 33/2025.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As dotações orçamentárias necessária à execução do referido contrato é:

- 10.005.10.302.0105.2400 - (Manut. Atividades do Transporte Sanitário) - 3.3.90.33 – (Passagens e Despesas com Locomoção) - Ficha 579 - Fonte 1.600.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES /
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:EA465484

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO Nº 46/2024 – Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Recrutamento, Seleção, Administração e Disponibilização de Mão de Obra de Forma Continua de Diversos Cargos – ATA/CONTRATO Nº 66/2022.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As dotações orçamentárias necessária à execução do referido contrato é:

- 10.008.10.122.0101.2845 - (Manut. Atividades Sup. Apoio Logística e Patrimônio) - 3.3.90.39 – (Outros Serviços de Terceiros) - Ficha 693 - Fonte 1.500.000.1002

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:79CB5C65

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
EXTRATO DE CONTRATO 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATONº 001/2026-PA Nº 001/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026

O agente de contratação, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a Câmara Municipal de Rodeiro, por seu Gilberto Guerra Mendonça,celebrou Contrato sob o nº001/2026,cujo objeto é a "Contratação deServiços especializados de assessoria e consultoria em processos de contratações públicas, assegurando apoio e suporte técnico continuados ao setor de Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Rodeiro, incluindo visita técnica presencial quinzenal, conforme especificações,

quantidades, condições e exigências estabelecidas em Termo de Referência".

Contratada:C&C SOLUÇÕES LTDA, CNPJ nº 53.350.097/0001-29.

Valortotal :R$29.810,00 (vinte e novemil, oitocentos e dezreais).

Vigência:11(onze) meses, contados de 02/02/2026, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Rodeiro/MG,02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:8BE03A89

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 128/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2025

DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 128/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO ESTIMADA DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

RELATÓRIO:
Trata-se de recurso administrativo interposto por NATIVITTA PLANEJAMENTO, PROJETOS E GERENCIAMENTO EM SAÚDE E AMBIENTE EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.049.077/0001-72, em face da decisão da Pregoeira que culminou em sua inabilitação no certame em epígrafe.
Alega a Recorrente que foi inabilitada sob o fundamento de não apresentação do relatório exigido no item 4.6 do Edital.
Que todavia, o item 4.6 do Edital não esclarece: se o relatório deve ser da licitante ou da empresa subcontratada; como a licitante apresentaria declaração assinada por responsável técnico de empresa terceira, sem vínculo direto. Que tal ambiguidade foi inclusive objeto de pedido formal de esclarecimento, constando em ata que a redação do item gerava dúvida objetiva. Nos termos dos princípios licitatórios, dúvidas na redação do edital não podem ser interpretadas em prejuízo do licitante, devendo prevalecer a interpretação mais favorável à ampla competitividade.
Que ainda que se admitisse a necessidade do documento, a Administração não poderia ter inabilitado diretamente a Recorrente, sem oportunizar diligência.
Alega ainda que impõe-se reconhecer que o presente pregão encontra-se eivado de nulidade, uma vez que foi conduzido e teve sessão realizada sem que houvesse resposta formal e prévia ao questionamento apresentado pela Recorrente, justamente acerca do item 4.6 do Edital, que veio a ser o único fundamento para sua inabilitação.
Ao final requereu a reforma da decisão da pregoeira para o fim de habilitá-la no certame, ou a abertura de diligência ou a anulação do processo.
No prazo legal a empresa SERQUIP – TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.266.324/0003-51 apresentou contrarrazões asseverando que:
- Trata-se de exigência clara, cumulativa e inequívoca, cujo descumprimento impõe a inabilitação do licitante, não sendo juridicamente possível à Administração relativizar cláusula editalícia sem violar os princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo.
- Nos termos do item 5.4.1 do edital, ao cadastrar sua proposta, o licitante declara, em campo próprio do sistema, que "está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame", assumindo, portanto, responsabilidade direta pelo atendimento integral das exigências editalícias.
- Que a habilitação da empresa vencedora e a inabilitação da recorrente foram necessárias, proporcionais e juridicamente obrigatórias, tendo observado os princípios da legalidade, vinculação ao edital, isonomia e interesse público, inexistindo qualquer mácula no procedimento licitatório.

FUNDAMENTOS:
Em que pese as alegações da recorrente as mesmas não devem prosperar.
Da análise minuciosa da documentação apresentada, verifica-se que, além da ausência do relatório exigido no item 4.6 do Edital, conforme consignado em ata, a Recorrente também apresentou Licença Ambiental para tratamento e destinação final de resíduos com prazo de validade vencido, circunstância que, por si só, já reforça o dever de sua inabilitação.
Inicialmente temos que a licitação constitui procedimento administrativo formal, destinado à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, devendo ser conduzido em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e segurança jurídica. Para que tais princípios sejam efetivamente preservados, impõe-se o cumprimento das regras previamente estabelecidas no edital, que vincula tanto a Administração quanto os licitantes.
Nesse contexto, a relativização de exigências editalícias expressas, sob o argumento de formalismo moderado, implicaria afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e poderia resultar em tratamento privilegiado a determinado licitante, em detrimento daqueles que observaram integralmente as regras do certame.
No relacionamento com os particulares a Administração Pública está subordinada à observância da isonomia. Também na fase externa da licitação este princípio deve ser respeitado.
Nesse sentido, Marçal Justen Filho afirma que:
"Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa fase se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente. "

Cabe esclarecer que a diligência não é cabível, pois a legislação veda inclusão de documento novo após a entrega dos documentos de habilitação, conforme art.64, da Lei no 14.133/21.
Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

O que a legislação permite é a solicitação e juntada de novos documentos após abertura da sessão pública do certameem sede de diligências, e desde que estes sirvam para esclarecer dúvidas, imprecisões ou insuficiência de informações pertinentes a documentos já apresentados pelo licitante, o que não se adequa ao presente caso.
Leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, a finalidade das diligências: "reside em dissipar dúvida razoável suscitada pela informação ou documento anteriores, no que estão, pois, embutidas as seguintes ideias: **a) o documento ou informação já devem constar do processo, se demandados pelo edital; b) o teor do documento ou informação é propiciatório de mais de uma intelecção - e não, pois apenas de uma intelecção".**
Segundo o mestre Ronny Torres:
''Nessa feita, por exemplo,**se os documentos de habilitação técnica foram juntados, mas há dúvida sobre o seu conteúdo, a diligência pode admitir a juntada de novo documento. Contudo, caso a empresa não tenha juntado os respectivos documentos, não cabe diligência para tal finalidade. Ao menos, foi essa a regra estabelecida pelo legislador. Por outro lado, falhas formais ou materiais nos documentos (erro de digitação, no CNPJ, ou no**

nome da empresa, por exemplo) podem ser saneados pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação".

Destarte, a legislação é cristalina neste sentido, o qual impossibilita a inclusão de novos documentos, após o prazo estipulado para entrega dos documentos de habilitação, exceto para complementar ou esclarecer dúvida, o que não se adequa ao caso.
Assim, a Administração Pública, ao conduzir o procedimento licitatório, encontra-se igualmente vinculada aos princípios da isonomia, impessoalidade, legalidade, moralidade e julgamento objetivo, não podendo dispensar exigência editalícia em favor de determinado licitante, sob pena de conferir tratamento privilegiado e comprometer a competitividade do certame.
No caso concreto, verifica-se que a Recorrente não apresentou documentos indispensáveis à comprovação de sua habilitação técnica e ambiental no prazo estipulado, dentre eles licença ambiental válida para tratamento e destinação final dos resíduos e relatório de monitoramento, não se tratando, portanto, de mero vício formal ou documental sanável.
Admitir a juntada de tais documentos em sede recursal implicaria afronta direta ao princípio da isonomia, além de violação à vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, comprometendo a lisura e a competitividade do certame.
Dessa forma, a Administração Pública não possui discricionariedade para afastar exigência editalícia clara, sob pena de violar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e julgamento objetivo.
Por todo o exposto, a decisão da pregoeira deve ser mantida em sua integralidade, não havendo ilegalidade ou afronta aos princípios do formalismo moderado e da competitividade, uma vez que a inabilitação decorreu do **descumprimento objetivo de exigências editalícias e legais.**

CONCLUSÃO:
CONSIDERANDO os princípios da eficácia, interesse público, impessoalidade, legalidade, motivação, isonomia, vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica a que a Administração Pública está adstrita;
CONSIDERANDO ainda todas as peças que instruem o presente processo licitatório, a Comissão de Contratação, **DECIDE**:

CONHECER do recurso interposto pela empresa NATIVITTA PLANEJAMENTO, PROJETOS E GERENCIAMENTO EM SAÚDE E AMBIENTE EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.049.077/0001-72, por ser próprio e tempestivo.
INDEFERIR o recurso interposto, mantendo a inabilitação da empresa recorrente no certame.
Rodeiro, 02 de fevereiro de 2026.

LILIAN APARECIDA DA SILVA MEDINA
Agente de Contratação

PATRÍCIA APARECIDA DO NASCIMENTO DEBORTOLI
Equipe/ Membro de Apoio

ISABELLA NOGUEIRA GOMES
Equipe/ Membro de Apoio

Ciente da decisão supracitada

ELINE MARTINS DA COSTA
OAB/MG: 116.077

DECISÃO EM ÚLTIMA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 128/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO ESTIMADA DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

Adoto como razões de decidir, os argumentos e fundamentos contidos na decisão administrativa da Comissão de Contratação, e, para tanto, decido:

CONHECER do recurso interposto por NATIVITTA PLANEJAMENTO, PROJETOS E GERENCIAMENTO EM SAÚDE E AMBIENTE EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.049.077/0001-72, por ser próprio e tempestivo.
No mérito**,**
b.1) **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado mantendo a decisão que inabilitou a recorrente no certame.

Publique-se a presente decisão. Promova a continuidade do certame licitatório.

Rodeiro, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:34A19DE8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DESPACHO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025

DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E TIRAS PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RODEIRO - MG.

RELATÓRIO:
Trata-se de recurso administrativo interposto por SANITOP COMERCIAL LTDA**,** inscrita no CNPJ n° 53.710.803/0001-04, em face da decisão da Pregoeira que culminou em sua inabilitação no certame em epígrafe, referente aos itens 304 e 305.
Alega a Recorrente que a decisão de inabilitação baseou-se na premissa de que a Recorrente, para fornecer repelentes (classificados como cosméticos/higiene pessoal), necessitaria de uma AFE específica para "Cosméticos". Todavia, essa exigência ignora a natureza da atividade da empresa: Comércio Varejista. Que a legislação sanitária é clara ao diferenciar as exigências para fabricantes/distribuidores e para varejistas.
Que a inabilitação, cria um cenário onde o Município paga mais caro no item 305 e fica sem o produto no item 304. É inconcebível que o interesse público primário (saúde da população e economia de recursos) seja sacrificado em prol de uma exigência documental (AFE de cosméticos) da qual a empresa é legalmente isenta por norma federal. A revisão do ato é medida imperativa de eficiência e responsabilidade fiscal.
No prazo legal a empresa
No prazo legal a DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA**,** inscrita no CNPJ sob o nº 06.162.004/0001-52 apresentou contrarrazões asseverando que:
- Alegar em sede de recurso contra inabilitação de exigência editalícia demonstra que a licitante Recorrente desconhecia as regras do presente certame e que não está apta a fornecer ao Poder Público Municipal os insumos necessários à prestação do serviço público.
- Não merecem prosperar os argumentos da licitante Recorrente relativos à não exigência de AFE.
- Outro ponto importante a ser ressaltado é a alegação da licitante Recorrente de que não é exigido AFE para comércio varejista, sendo que em consulta ao CNPJ da mesma a atividade principal informada é de comércio atacadista, sendo varejista apenas para comércio de saneantes domissanitários.

- Podemos verificar claramente que a licitante Recorrente não cumpre com as exigências legais e editalícias e a inabilitação é medida que se impõe.
- A aquisição em questão é no atacado, em grandes quantidades e por Pessoa Jurídica de Direito Público, para que possa proporcionar aos cidadãos uma prestação de serviço público de qualidade, configurando assim comércio atacadista e consequentemente necessitando de AFE conforme previsão legal e exigência do instrumento convocatório.

Subsidiariamente, caso a Pregoeira entenda que as razões da licitante Recorrente merece prosperar, informamos que o produto que a mesma apresentou em sua proposta não atende às exigências editalícias. O produto indicado pela licitante Recorrente não possui a concentração de ICARIDINA de 25%, ou seja, não atende aos requisitos do edital.

FUNDAMENTOS:

Em que pese as alegações da recorrente as mesmas não devem prosperar.

A exigência de AFE para comércio de cosméticos, é plenamente legal, conforme decisões em verbis:

DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO. ANVISA. PROCEDENTE. MULTA. Os instrumentos convocatórios devem exigir a comprovação, pelos licitantes, de adequação às normas sanitárias, na aquisição de bens regulamentados por legislação especial, nos termos do art. 30, IV, da Lei n. 8.666/93, como no caso da Autorização de Funcionamento (AFE) concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). [DENÚNCIA n. 1114784. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 01/12/2022. Disponibilizada no DOC do dia 15/02/2023. Colegiado. PRIMEIRA CÂMARA..

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTISSÉPTICOS, SANEANTES, DESCARTÁVEIS, PRODUTOS DE LIMPEZA E ARTIGOS DE COZINHA. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS ANTES DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO. NÃO RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE DOCUMENTOS. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO MÍNIMO ENTRE A PUBLICAÇÃO DO EDITAL E A DATA DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. EXIGÊNCIA INDEVIDA DE CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO CERTIFICADO DE AFE EXPEDIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. IMPROCEDÊNCIA. EXIGÊNCIA INDEVIDA DE COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DOS PRODUTOS NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. IMPROCEDÊNCIA. PRAZO EXCESSIVO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.1. Diante das peculiaridades da situação examinada nos autos, entende-se regular o estabelecimento pela Administração, no âmbito do pregão eletrônico, de datas diversas para a abertura das propostas e para a abertura da sessão de disputa, em conformidade com o Decreto Federal n. 10.024/2019, configurando-se tal procedimento como espécie de suspensão do certame.2. Em face da data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório prevista no edital, foi respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis entre a publicação do referido documento e a data do certame, conforme disposto no art. 4º, V, da Lei n. 10.520/2002, considerando, ainda, que a impugnação ao edital foi apresentada extemporaneamente.3. **A exigência de Certificado de Autorização de Funcionamento Certificado de AFE, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária Anvisa, em consonância com as disposições da Resolução n. 16/2014 da referida agência, não configura indevida restrição à competitividade do certame**.4. Em processo licitatório para aquisição de produtos de limpeza, a Administração deve exigir das empresas licitantes a comprovação de registro dos produtos na Anvisa, de acordo com os requisitos da Lei 6.360/1976, do Decreto Federal n. 8.077/2013 e da Resolução n. 16/2014 da Anvisa.5. Os instrumentos convocatórios devem exigir a comprovação, pelos licitantes, de adequação às normas sanitárias, na aquisição de bens regulamentados por legislação especial, nos termos do art. 30, IV, da Lei n. 8.666/1993, como no caso do Certificado de AFE concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária Anvisa.6. A Administração, valendo-se do poder discricionário, pode estabelecer no edital prazo de validade das propostas diverso de 60 (sessenta) dias, conforme art. 6º da Lei n. 10.520/2002. [DENÚNCIA n. 1141337. Rel. CONS. SUBST. ADONIAS MONTEIRO. Sessão do dia 04/07/2023. Disponibilizada no DOC do dia 28/07/2023. Colegiado. PRIMEIRA CÂMARA. (grifo nosso).

DENÚNCIA. PREFEITURA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. PREGÃO NO FORMATO ELETRÔNICO. RECOMENDAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.1. **A exigência de Autorização de Funcionamento Especial (AFE) às empresas licitantes, na fase de habilitação, não restringe a competitividade, haja vista que tem por objetivo garantir que o produto a ser licitado atenda às exigências técnicas necessárias, nos termos da Lei n. 6.360/76 e do art. 30, inciso IV, da Lei n. 8.666/93**.2. Recomenda-se ao jurisdicionado que, em respeito aos princípios da eficiência, da competitividade e da economicidade, nos processos licitatórios futuros, priorizem a adoção do pregão na forma eletrônica ou apresente justificativa na hipótese de impossibilidade de sua utilização. 3. Afastada as irregularidades objeto da denúncia, o julgamento pela improcedência é medida que se impõe, nos termos do art. 71, §2°, da Lei Complementar n. 102/2008. [DENÚNCIA n. 1114818. Rel. CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO. Sessão do dia 15/09/2022. Disponibilizada no DOC do dia 03/10/2022. Colegiado. SEGUNDA CÂMARA. (grifo nosso)

Inicialmente temos que a licitação constitui procedimento administrativo formal, destinado à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, devendo ser conduzido em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e segurança jurídica. Para que tais princípios sejam efetivamente preservados, impõe-se o cumprimento das regras previamente estabelecidas no edital, que vincula tanto a Administração quanto os licitantes.

Nesse contexto, a relativização de exigências editalícias expressas, sob o argumento de formalismo moderado, implicaria afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e poderia resultar em tratamento privilegiado a determinado licitante, em detrimento daqueles que observaram integralmente as regras do certame.

No relacionamento com os particulares a Administração Pública está subordinada à observância da isonomia. Também na fase externa da licitação este princípio deve ser respeitado.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho afirma que:

"Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa fase se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente. "

Ademais, conforme devidamente apontado nas contrarrazões, verifica-se que a atividade principal da Recorrente é classificada como comércio atacadista, circunstância que reforça a obrigatoriedade da apresentação da AFE exigida no edital, sobretudo considerando que a aquisição se dá em quantidade significativa para pessoa jurídica e destinada à prestação de serviço público de saúde, afastando a tese de simples comércio varejista.

Assim, a Administração Pública, ao conduzir o procedimento licitatório, encontra-se igualmente vinculada aos princípios da isonomia, impessoalidade, legalidade, moralidade e julgamento objetivo, não podendo dispensar exigência editalícia em favor de determinado licitante, sob pena de conferir tratamento privilegiado e comprometer a competitividade do certame.

No caso concreto, verifica-se que a Recorrente não apresentou documento indispensável à comprovação de sua habilitação técnica, não se tratando, portanto, de mero vício formal ou documental sanável.

Dessa forma, a Administração Pública não possui discricionariedade para afastar exigência editalícia clara, sob pena de violar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e julgamento objetivo.

Por todo o exposto, a decisão da pregoeira deve ser mantida em sua integralidade, não havendo ilegalidade ou afronta aos princípios do formalismo moderado e da competitividade, uma vez que a

inabilitação decorreu do **descumprimento objetivo de exigências editalícias e legais.**

CONCLUSÃO:
CONSIDERANDO os princípios da eficácia, interesse público, impessoalidade, legalidade, motivação, isonomia, vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica a que a Administração Pública está adstrita;
CONSIDERANDO ainda todas as peças que instruem o presente processo licitatório, a Comissão de Contratação, **DECIDE**:

CONHECER do recurso interposto pela empresa SANITOP COMERCIAL LTDA**,** inscrita no CNPJ n° 53.710.803/0001-04, por ser próprio e tempestivo.
INDEFERIR o recurso interposto, mantendo a inabilitação da empresa recorrente no certame, referente aos itens 304 e 305.

Rodeiro, 02 de fevereiro de 2026.

LILIAN APARECIDA DA SILVA MEDINA
Agente de Contratação

PATRÍCIA APARECIDA DO NASCIMENTO DEBORTOLI
Equipe/ Membro de Apoio

ISABELLA NOGUEIRA GOMES
Equipe/ Membro de Apoio

Ciente da decisão supracitada

ELINE MARTINS DA COSTA
OAB/MG: 116.077

DECISÃO EM ÚLTIMA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E TIRAS PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RODEIRO - MG.

Adoto como razões de decidir, os argumentos e fundamentos contidos na decisão administrativa da Comissão de Contratação, e, para tanto, decido:

CONHECER do recurso interposto por SANITOP COMERCIAL LTDA**,** inscrita no CNPJ n° 53.710.803/0001-04, por ser próprio e tempestivo.
No mérito**,**
b.1) **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado mantendo a decisão que inabilitou a recorrente no certame, referente aos itens 304 e 305.

Publique-se a presente decisão. Promova a continuidade do certame licitatório.

Rodeiro, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:BC5F542B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5456/2026

PORTARIA N. 5456/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, conforme requerimento,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Marcio José Alves**, matrícula nº 3053, do Cargo em Comissão de Coordenador de TFD e Sistemas, a partir de 30/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:E522C191

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5457/2026

PORTARIA N. 5457/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Manuela Gonçalves Vanelli Oliveira**, matrícula nº 2857, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Receita, Cadastro e Fiscalização, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:A6FCC777

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5458/2026

PORTARIA N. 5458/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Amanda Costa Cruz**, matrícula nº 2856, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Controle e Pagamento, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:735D5B0B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5459/2026

PORTARIA N. 5459/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Bruna de Queiroz Pereira**, matrícula nº 2851, do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:8890B24A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5460/2026

PORTARIA N. 5460/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Cecília Tereza Cação Ferreira**, matrícula nº 2852, do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Administração, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:856C05D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5461/2026

PORTARIA N. 5461/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Claudia Aparecida Mendes Garcia Liquer**, matrícula nº 2887, do Cargo em Comissão de Coordenadora do CRAS, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:FF73C2F5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5462/2026

PORTARIA N. 5462/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Claudio Cosme de Souza**, matrícula nº 2888, do Cargo em Comissão de Agente Administrativo, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:86138F35

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5463/2026

PORTARIA N. 5463/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Emanuely Maciel**, matrícula nº 2880, do Cargo em Comissão de Coordenadora de Atenção Primária, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:8E717E0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5464/2026

PORTARIA N. 5464/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Fabiana Martins de Paiva Silva**, matrícula nº 2881, do Cargo em Comissão de Coordenadora Municipal de Esporte, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:D88A089D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5465/2026

PORTARIA N. 5465/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Fábio Rogério Fernandes Paiva**, matrícula nº 2855, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Cultura, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:2B73EECD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5466/2026

PORTARIA N. 5466/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Isabella Nogueira Gomes**, matrícula nº 3060, do Cargo em Comissão de Subchefe de Departamento de Compras e Licitação, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:2A5C774B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5467/2026

PORTARIA N. 5467/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **João Antônio Pacheco Tavares**, matrícula nº 2853, do Cargo em Comissão de Subchefe de Departamento de Almoxarifado, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:4BB635C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5468/2026

PORTARIA N. 5468/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **José Antônio Ferreira**, matrícula nº 2849, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Serviços e Obras, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:B49A6D71

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5469/2026

PORTARIA N. 5469/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Lilian Aparecida da Silva Medina**, matrícula nº 2847, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Compras e Licitação, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:9E369A11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5470/20206

PORTARIA N. 5470/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Luciano Teixeira Ervilha**, matrícula nº 154, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Fazenda, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:09C53620

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5471/2026

PORTARIA N. 5471/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Luiz Carlos Benevenuto**, matrícula nº 2873, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Almoxarifado, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:40F8AE36

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5472/2026

PORTARIA N. 5472/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Mauri Pereira Medina**, matrícula nº 2874, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Obras, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:F359A266

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5473/2026

PORTARIA N. 5473/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Rita de Cássia Silveira Costa Silva**, matrícula nº 2872, do Cargo em Comissão de Agente Administrativo, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:5EC9FD26

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5474/2026

PORTARIA N. 5474/2026

Exonera Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, **Vitória Andrade Silva**, matrícula nº 2812, do Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Pessoal, a partir de 15/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos quando da publicação do Decreto nº 509 de 15 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:138CCC47

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5475/2026

PORTARIA N. 5475/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Manuela Gonçalves Vanelli Oliveira**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Coordenador de Receita, Cadastro e Fiscalização**, código 01.05, nível de vencimento C1, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:CFAFCE80

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5477/2026

PORTARIA N. 5477/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Bruna de Queiroz Pereira**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Desenvolvimento Social**, código 01.01, recebendo exclusivamente o subsídio fixado em Lei para o cargo, nos termos da Lei Complementar nº 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:0F30B624

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5478/2026

PORTARIA N. 5478/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Cecília Tereza Cação Ferreira**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão**, código 01.01, recebendo exclusivamente o subsídio fixado em Lei para o cargo, nos termos da Lei Complementar nº 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:E2802E69

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5479/2026

PORTARIA N. 5479/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **José Antônio Ferreira**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos**, código 01.01, recebendo exclusivamente o subsídio fixado em Lei para o cargo, nos termos da Lei Complementar nº 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:22EFA0D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5480/2026

PORTARIA N. 5480/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Luciano Teixeira Ervilha**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Finanças**, código 01.01, recebendo exclusivamente o subsídio fixado em Lei para o cargo, nos termos da Lei Complementar nº 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:C19BF77C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5481/2026

PORTARIA N. 5481/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Claudia Aparecida Mendes Garcia Liquer**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Coordenador do CRAS e CREAS**, código 01.07, nível de vencimento C2, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:97CC56D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5482/2026

PORTARIA N. 5482/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:
Art. 1º Nomear **Claudio Cosme de Souza**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Assessor I**, código 01.12, nível de vencimento C4, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:CE9BE737

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5483/2026

PORTARIA N. 5483/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Emanuely Maciel**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Supervisor de Atenção Básica de Saúde**, código 01.08, nível de vencimento C3, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:53EBCAE6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5484/2026

PORTARIA N. 5484/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Fabiana Martins de Paiva**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Supervisor de Esportes e Lazer**, código 01.08, nível de vencimento C3, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:03876D56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5485/2026

PORTARIA N. 5485/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Fábio Rogério Fernandes Paiva**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Coordenador de Cultura, Patrimônio Cultural e Lazer**, código 01.05, nível de vencimento C1, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:4FDFFB75

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5486/20206

PORTARIA N. 5486/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Lilian Aparecida da Silva Medina**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Coordenador de Compras e Licitação**, código 01.05, nível de vencimento C1, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:89ACB985

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5487/2026

PORTARIA N. 5487/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Luiz Carlos Benevenuto**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Coordenador de Almoxarifado**, código 01.05, nível de vencimento C1, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:4DF11D3E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5488/2026

PORTARIA N. 5488/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Mauri Pereira Medina**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Coordenador de Obras e Saneamento Básico**, código 01.05, nível de vencimento C1, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:F16A8A82

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5489/2026

PORTARIA N. 5489/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Vitória Andrade Silva**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Coordenador de Gestão de Pessoas**, código 01.05, nível de vencimento C1, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:0C19BE29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5490/2026

PORTARIA N. 5490/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Rita de Cássia Silveira Costa Silva**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Assessor I**, código 01.12, nível de vencimento C4, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:034D7A66

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5491/2026

PORTARIA N. 5491/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Isabella Nogueira Gomes**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Gerente de Compras**, código 01.09, nível de vencimento C3, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:33F2129C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5492/2026

PORTARIA N. 5492/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **João Antônio Pacheco Tavares**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Gerente de Almoxarifado**, código 01.09, nível de vencimento C3, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:BD2202B2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5493/2026

PORTARIA N. 5493/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Maria Paula de Souza Silva**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Assessor I**, código 01.12, nível de vencimento C4, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:D6EA6336

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5494/2026

PORTARIA N. 5494/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Rosemar Trevizano dos Santos Silva**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Assessor I**, código 01.12, nível de vencimento C4, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:768C39CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5495/2026

PORTARIA N. 5495/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Patricia Aparecida do Nascimento Debortoli**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Assessor I**, código 01.12, nível de vencimento C4, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:89F6A150

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5496/2026

PORTARIA N. 5496/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Ana Beatriz Lopes de Oliveira**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Gerente de Gestão Administrativa**, código 01.09, nível de vencimento C3, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:6AEB938B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5497/2026

PORTARIA N. 5497/2026

Nomeia Ocupante de Cargo Em Comissão

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Nomear **Adriana da Cunha Oliveira**, para ocupar o Cargo em Comissão de **Supervisor de TFD e Sistemas**, código 01.08, nível de vencimento C3, da Lei Complementar n. 070/2025.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/01/2026, quando do início das atividades no cargo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:9BABB4FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5498/2026

PORTARIA N. 5498/2026

Cancela Portaria nº 5090/2025 que designa servidor a exercer função de cargo mencionado de forma precária e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o retorno do servidor a pedido da administração, conforme requerimento anexo,

Resolve:

Art. 1º Cancelar designação da servidora **Adriana da Cunha Oliveira**, ocupante do cargo de carreira de Técnica em Enfermagem, matrícula nº 1325, de exercer a função do cargo de Enfermeiro a partir de 31/01/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:0C015CEE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5499/2026/CPD

PORTARIA Nº 5499/2026/CPD

Prorroga o prazo de conclusão dos Procedimentos Administrativos em andamento para apuração de possíveis infrações administrativas por servidores públicos municipais.

O Presidente da Comissão Permanente Disciplinar, designada pelo Prefeito Municipal José Carlos Ferreira, por meio da Portaria nº 5270, de 11 de junho de 2025, e Portaria nº 5346, de 04 de setembro de 2025, no uso das atribuições,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar o prazo para conclusão por 60 (sessenta) dias, a contar de 08/02/2026, o Procedimento Administrativo Disciplinar nº 05/2025, em razão do não decurso de prazo para apresentação de recurso da decisão proferida;

Art. 2º. Prorrogar o prazo para conclusão por 60 (sessenta) dias, a contar de 03/02/2026, os Procedimentos Administrativos Disciplinares abaixo informados, em razão da complexidade e do cumprimento de diligências solicitadas:
a) Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2025;
b) Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2025;
c) Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2025;
d) Processo Administrativo Disciplinar nº 09/2025.

Art. 3º. Prorrogar o prazo para conclusão por 60 (sessenta) dias, a contar de 15/02/2026, o Procedimento Administrativo Disciplinar nº 10/2025, em razão da complexidade e do cumprimento de diligências solicitadas.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO BRUNO TEIXEIRA OLIVEIRA
Presidente Comissão

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:F9B5B52D

PROCURADORIA
PARECER JURÍDICO INDEFEREIMENTO PEDIDO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO

Requerente: Ludmila Dias Ribas

Assunto: licença para tratar de interesses pessoais (sem remuneração)

PARECER JURÍDICO

LICENÇA SEM VENCIMENTOS. ARTIGO 78 E SEGUINTES DO ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – LEI Nº 011/2008. REQUISITOS LEGAIS. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS. ANDAMENTO PROCESSUAL NECESSÁRIO. RECOMENDAÇÕES.

INTRODUÇÃO

Aprecia-se, nesta oportunidade, o tema posto em pauta, qual seja, analisar o pedido de licença sem vencimentos formulado pela servidora Ludmila Dias Ribas, objetivando disciplinar o andamento do requerimento realizado pela servidora, a fim de conduzi-lo na via administrativa com plena efetividade e eficiência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A *priori*, cabe destacar que as licenças são períodos de interrupção ou de suspensão do exercício do cargo público em razão de motivos previstos em legislações estatutárias, a ocorrer nos prazos e condições indicados em lei, tais afastamentos possuem natureza particular e são autorizados em caráter personalíssimo ao servidor que demonstra a existência dos motivos que lhes dão ensejo.

A licença não remunerada é um ato de concessão tipicamente discricionário, competindo a Administração avaliar acerca da conveniência e oportunidade do afastamento do servidor.

O tema em voga encontra respaldo jurídico no Estatuto do Servidor Público de Rodeiro – lei nº 011/2008, definindo, pois, os requisitos legais para sua concessão, a saber:
Capítulo IV
DAS LICENÇAS
Seção I
Disposições Gerais

Art.78. Conceder-se-á ao servidor licença:
I-por motivo de doença em pessoa da família;
II-por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
III-para o serviço militar;
IV-para atividade política;
V - para capacitação;
VI-para tratar de interesses particulares;
VII-para desempenho de mandato classista.

Art.79.A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

II.1- LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

O Diploma legal Estatutário Municipal disciplina o afastamento para trato de interesses particulares nos termos do artigo 85 e parágrafos, vejamos:
Seção VII
Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art.85.A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até dois anos consecutivos, prorrogáveis por mais dois anos, sem remuneração.
§ 1ºA licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor e no interesse do serviço.
§ 2º Não será concedida nova licença nos termos do caput antes de decorridos 2 (dois) anos do termino da anterior.

É oportuno destacar que o artigo regulamenta a referida licença, determinando os seguintes critérios:
Após requerida, o servidor deverá permanecer em exercício aguardando a decisão;
poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor público ou no interesse do serviço;
a licença será de até dois anos, podendo ser prorrogada por igual período, também depende da discricionariedade do Gestor Público.

Observa-se a inquestionável discricionariedade da matéria, competindo ao chefe do Poder Executivo Municipal proceder o juízo de conveniência e oportunidade da administração.

O Município, atualmente, passa por processo de realização de concurso público, sendo em maioria no cargo de Assistente Social, contratados, e a concessão da Licença prejudicaria consubstancialmente o bom andamento do serviço público bem como a nomeação dos aprovados em concurso para o referido cargo.

A concessão ou não da licença sem vencimento é um ato discricionário da administração pública desde que fundamentado. Não pode a Administração Pública, a seu bel prazer conceder ou negar, sempre levando em consideração o interesse público da medida. Portanto, o artigo 85 da Lei Complementar nº 011/2008, garante a Administração Pública a conveniência da negação ou concessão da licença requerida. É certo que o dispositivo deve ser interpretado com razoabilidade, em harmonia com o preceito que regem a Administração Pública, a fim de que não enseje atos arbitrários e abusivos.

Ocorre que a administração não pode alegar emergência ou excepcionalidade na contratação temporária para substituir servidor licenciado nos moldes do Art. 179 e seguintes do Estatuto do Servidor, uma vez, que a concessão dessa licença é ato discricionário da Administração Pública.

Constata-se que as contratações temporárias de servidores deverão ser analisadas sob o prisma da excepcionalidade de interesse público (calamidade pública, combate a surtos epidêmicos e ***déficit*** **de cargo para atendimento dos serviços essenciais**).

"Art. 179. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração municipal direta, autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos definidos neste estatuto.

Art. 180. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:
I – executar trabalhos de curta duração, que não possam ser executados por servidores efetivos;
II – atender a termos de convênio, acordo ou ajuste para execução de obra ou prestação de serviços, durante o período do convênio, acordo ou ajuste;
III – assistência a situações de emergência e de calamidade pública;
IV – contratação de profissionais autônomos de profissão regulamentada, desde que seja comprovado a necessidade de tais serviços;
V – execução de programas especiais de trabalho instituídos por Decreto do Prefeito, para atender necessidades conjunturais que demandem a atuação da Prefeitura;
VI – execução de serviços técnicos por profissionais de notória especialização, observados os princípios da Lei Federal n.º 8.666/93;
VII – evitar prejuízos ou perturbações na prestação dos serviços públicos;
VIII – admissão de professor substituto;
IX – combate a surtos endêmicos.

Art. 181. O recrutamento de pessoa a ser contratado será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação.

Art. 182. As contratações serão feitas por tempo determinado, observado o prazo máximo de um ano.

Parágrafo único – Existindo o excepcional interesse público, os contratos celebrados temporariamente poderão ser prorrogados por até o período de um ano."

Diante do exposto, conclui-se que o pedido de licença sem vencimentos formulado pela servidora Ludmila Dias Ribas pode ser **negado com base nos seguintes fundamentos**:

• **Prejuízo ao serviço público:** A ausência da servidora comprometeria o funcionamento adequado do setor em que atua.

• **Inexistência de excepcional interesse público para contratação temporária:** Não há elementos que justifiquem a contratação temporária de servidor para substituí-la.

• **Discricionariedade da Administração:** A negativa do pedido está amparada na avaliação da conveniência e oportunidade, considerando o interesse público.

Recomenda-se, portanto, a negativa do pedido, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, constatando que o servidor é efetivo ou estável, tendo atendido aos reclamos da lei, nas hipóteses acima expedidas com suas respectivas peculiaridades, poderá ser contemplado com o deferimento de seu pedido.
Porém, com fundamento no artigo 179 e seguintes da LC nº 011/2008, em especial quanto a matéria do artigo 182 do mesmo dispositivo, bem como a necessidade da administração pública municipal de contratar novo servidor em substituição ao que se ausentará pela licença, OPINA esta procuradoria jurídica pelo INDEFERIMENTO da Licença sem vencimento requerida pelo servidor público LUDMILA DIAS RIBAS.

Procedam-se as anotações na ficha funcional do servidor.

Rodeiro – MG, 30 de janeiro de 2026.

DÉBORAH DE OLIVEIRA FERREIRA
Procuradora do Município
Matrícula nº 2811
OAB/MG nº 151.328

DANIEL VIEIRA DE SOUZA
Procurador do Município
Matrícula nº2859
OAB/MG nº 151.435

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:0595813C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DA LIMEIRA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 006/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 022/2025 – PREGÃO: 006/2025
A Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 022/2025, Pregão Eletrônico nº 006/2025 Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de mão-de-obra como pedreiro, bombeiro, eletricista, pintor, servente e auxiliar de serviços gerais, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Rosário da Limeira-MG.
A sessão pública será realizada dia 23/02/2026 às 13h:00min, através da plataforma eletrônica www.ammlicita.org.br. Maiores informações pelo telefone (32) 08000321263 Rosário da Limeira/MG, 02 de fevereiro de 2026,

ALESSANDRA APARECIDA PEDROSA DE OLIVEIRA,
PregoeiraOficial.

Publicado por:
Alessandra Aparecida Pedrosa de Oliveira
Código Identificador:5F3FD2B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DA LIMEIRA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 007/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 023/2026 – PREGÃO: 007/2026
A Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 023/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026 Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de limpeza de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes a frota pública municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades das secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira-MG.

A sessão pública será realizada dia 23/02/2026 às 09h:00min, através da plataforma eletrônica www.ammlicita.org.br. Maiores informações pelo telefone (32) 08000321263 Rosário da Limeira/MG, 02 de fevereiro de 2026,

LAÍS PEREIRA PESSOA,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Alessandra Aparecida Pedrosa de Oliveira
Código Identificador:3930D018

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2023

Processo nº: 240/2021.
Pregão Presencial nº: 092/2021.
Contrato nº: 013/2022.

4° Aditivo a Contrato nº 013/2022.

Contratada: SALLES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EIRELI, CNPJ: : 08.234.366/0001-37.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto:
a) A prorrogação da vigência do Contrato nº 013/2022.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato é prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência atual, com vencimento em 01/02/2027.

Vigência: 01/02/2026 a 01/02/2027.

Data da Assinatura: 30 de janeiro de 2026.

Santa Bárbara, 02 de fevereiro de 2026.

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DEMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Daianne Cristine Aparecida Dos Santos
Código Identificador:B87807EB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2023

Processo nº: 305/2022.
Pregão Presencial nº: 132/2022.
Contrato nº: 016/2023.

3° Aditivo a Contrato nº 016/2023.

Contratada: LARA ARAÚJO MACHADO, CNPJ: 29.402.931/0001-06.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto:
a) A prorrogação da vigência do Contrato nº 016/2023.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato é prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência atual, com vencimento em 01/02/2027.

Vigência: 01/02/2026 a 01/02/2027.

Data da Assinatura: 30 de janeiro de 2026.

Santa Bárbara, 02 de fevereiro de 2026.

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DEMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Daianne Cristine Aparecida Dos Santos
Código Identificador:4385FEFF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2022

Processo nº: 240/2022.
Pregão Presencial nº: 092/2022.
Contrato nº: 011/2022.

5° Aditivo a Contrato nº 011/2022.

Contratada: GABRIEL ELLER GOMES GONÇALVES, CNPJ: 31.525.989/0001-80.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto:
a) A prorrogação da vigência do Contrato nº 011/2022.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato é prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir do término da vigência atual, com vencimento em 01/02/2027.

Vigência: 01/02/2026 a 01/02/2027.

Data da Assinatura: 30 de janeiro de 2026.

Santa Bárbara, 02 de fevereiro de 2026.

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DEMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Daianne Cristine Aparecida Dos Santos
Código Identificador:B977306A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG - PROC. 1DOC2386/2025 - PROCESSO N.º 08/2026– PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2026–Objeto: registro de preço para futura e eventualaquisição dematerial de expediente, papelaria em geral e correlatos para a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, suas Unidades de Ensinoe a Secretaria Municipal de Saúde, conforme características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos. Data do recebimento das propostas e documentos: **24/02/2026**às 09:00 horas naPlataforma de licitações Licitar Digital– www.licitardigital.com.br. Edital à disposição nos sites www.santabarbara.mg.gov.br,www.licitardigital.com.br, na Prefeitura e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Santa Bárbara, 02/02/2026–

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO -
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:B08BAB44

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE Nº 6513/2026

Nomeia os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA, para o biênio 2026-2027, na forma da Lei Municipal nº 1352/2005.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal n.º 1352/2005 e a solicitação contida no Processo Administrativo Eletrônico nº 674/2026, instaurado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária, **DECRETA**:

Art. 1º. Ficam nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA, para o biênio 2026-2027, conforme composição abaixo:

I- Poder Público Municipal:

a) Executivo Municipal - Membro Nato – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária

Presidente: Juliano Cézar Nascimento Xavier

b) Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação

Titular: Gustavo Silvino Oliveira Lima
Suplente: Alexandra Ferreira Silva

c) Legislativo Municipal

Titular: Wilson Machado de Melo
Suplente: Luiz Henrique Consoli Souza

II- Poder Público Estadual:

a) IEF

Titular: Henri Dubois Collet
Suplente: Cláudio Ferreira Costa

b) Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais- CODEMGE

Titular: Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro
Suplente: Paulo Eugênio de Oliveira

c) Vacância

Titular:
Suplente:

III- Organizados da Sociedade Civil

a) Associação PBCM de Educação e Assistência Social - Santuário do Caraça

Titular: Bernardo Borda Carneiro
Suplente: Pe. Paulo Eustáquio Venuto

b) Clube da Melhor Idade de Santa Bárbara- Grupo Florescer

Titular: Maria de La Salete Machado
Suplente: Ana Maria Silva Machado Arcanjo

c) Associação Humanitária de Serviços Sociais Voluntários de Santa Bárbara

Titular: Sidinei José dos Santos
Suplente: Bruno Henrique Ferreira

IV- Setor Produtivo

a) Associação Comercial, Empresarial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Santa Bárbara- ACISB

Titular: Antônio Cornélio de Melo
Suplente: Hemerson Menezes Camilo

b) Sindicato Rural de Santa Bárbara

Titular: Hercília Andrea Sanches Faria
Suplente: Irineo Faustino de Morais

c) Vale S.A

Titular: Thaíssa Marques Marzinetti Pimentel
Suplente: Joyce Kelly de Araújo Pereira

Art. 2º. Aos membros nomeados aplicam-se as disposições da Lei Municipal nº 1352/2005.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 02 de fevereiro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:431C1F15

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 6512/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA**:

Art. 1º. Fica nomeado, para o cargo em comissão demissível "ad nutum" de **GESTOR ADMINISTRATIVO** o Sr. **IRLEI ALVES DA CUNHA** com atribuições junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo a 01 de fevereiro de 2026, inclusive, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 02 de fevereiro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:8AFC0F5B

TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO
PORTARIA Nº 03/2026 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DO VALOR DA TERRA NUA (VTN) PARA CADA ENQUADRAMENTO DE APTIDÃO DE TERRAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA/MG.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1974/2020 e demais legislações pertinentes,
RESOLVE:
Considerando o Decreto Municipal nº 5515/2023, o qual determina a metodologia de atuação da EMATER e dispõe sobre a criação, composição e atuação da Comissão de Avaliação para o Levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) para cada enquadramento de aptidão de terras existentes no Município de Santa Bárbara;
Considerando o Edital 01/2026, o qual tornou pública a abertura das inscrições das instituições interessadas para constituira representação na Comissão de Avaliação para o levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) para cada enquadramento de aptidão de terras existentes no Município de Santa Bárbara/MG para o ano de 2026;
Art. 1º Ficam nomeados, para fins de formação da Comissão Municipal de Avaliação para o levantamento do Valor de Terra Nua (VTN) para o ano de 2026, os membros elencados nos incisos abaixo:
I - **Representante do Sindicato de Produtores Rurais:**
Hercília Andréa Sanches Faria
CPF: 675.529.866-20
II- Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária:
Silas Modesto de Melo (Gestor Administrativo)
Matrícula 12845
III - Representantes da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara:
Betânia Rodrigues dos Apóstolos (Gestor Administrativo)
Matrícula 12452
IV - Representantes de Imobiliárias com Sede no Município:
Maria de São José Magalhães Santos Monteiro de Oliveira (MSJ - Imoveis)
CRECI-MG 11861
V-Contadores, Autônomos na Área de Contabilidade, com Registro Ativo no CRC - (Conselho Regional de Contabilidade):
Antônio Augusto Araújo (Organizações Xavier S/S Ltda)
CRC MG-053427/O-9
Alyne Hosken Caldeira (Contabilidade Santa Bárbara Sociedade Ltda)
CRC MG-096082/O-7
VI -Representante da Secretaria Municipal de Administração Pública:
Gislaine Aparecida Muniz (Diretora de Tributos)
Matrícula 12642
Art. 2º As seguintes instituições deixaram de realizar suas inscrições em tempo hábil, de forma que tais cadeiras não possuem representantes junto à Comissão de Avaliação para o Levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) para o ano de 2026:

I - Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

II - Representante do Tabelionato de Notas;

III - Representante de Cartório de Registro de Imóveis;

IV - Representante da Associação de Agricultores;

V - Representante de Cooperativa de Agricultores;

VI - Representante da Agência de Desenvolvimento Econômico de Santa Bárbara (ADESB);

VII - Representante da Associação Comercial e Industrial de Santa Bárbara (ACISB);

VIII - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

IX - Corretor de Imóveis com Registro Ativo no CRECI (Conselho Regional de Corretores de Imóveis);

X - Representante do Poder Legislativo:

Art. 3º Conforme art. 5º, §3° do Decreto Municipal nº. 5515/2023, no caso de omissão na indicação de representantes por parte das instituições, a Comissão de Avaliação para o Levantamento do Valor da Terra Nua (VTN) trabalhará normalmente com o quórum de inscritos.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 11/2025.

Santa Bárbara, 02 de fevereiro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Eléia Marcelina Dos Santos
Código Identificador:22D7A413

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO LESTE

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Município de Santa Barbara do Leste – Publicação da Adjudicação – Processo Administrativo nº. 001/2026 – Pregão Eletrônico nº. 001/2026 – Objeto: Aquisição de combustíveis para o abastecimento de veículos e máquinas da frota municipal de Santa Bárbara do Leste. Vencedor: Posto Santos Dumont Ltda - EPP - CNPJ - 36.697.890/0001-80 – Item 01 - Valor unitário R$ 4,64 – Item 02 - Valor unitário R$ 6,09 – Item 03 - Valor unitário R$ 5,89 – Item 04 - Valor unitário R$ 5,99. - Santa Barbara do Leste 30/01/2026.

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:1C6DF674

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Município de Santa Barbara do Leste – Publicação da Homologação – Processo Administrativo nº. 001/2026 – Pregão Eletrônico nº. 001/2026 – Objeto: Aquisição de combustíveis para o abastecimento de veículos e máquinas da frota municipal de Santa Bárbara do Leste. Vencedor: Posto Santos Dumont Ltda - EPP - CNPJ - 36.697.890/0001-80 – Item 01 - Valor unitário R$ 4,64 – Item 02 - Valor unitário R$ 6,09 – Item 03 - Valor unitário R$ 5,89 – Item 04 - Valor unitário R$ 5,99. - Santa Barbara do Leste 30/01/2026.

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:F92B4D3E

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Município de Santa Barbara do Leste, torna público o resultado do Processo Administrativo nº. 001/2026 – Pregão Eletrônico nº. 001/2026 – Objeto: Aquisição de combustíveis para o abastecimento de veículos e máquinas da frota municipal de Santa Bárbara do Leste. Vencedor: Posto Santos Dumont Ltda - CNPJ - 36.697.890/0001-80 – Item 01 - Valor unitário R$ 4,64 – Item 02 - Valor unitário R$ 6,09 – Item 03 - Valor unitário R$ 5,89 – Item 04 - Valor unitário R$ 5,99 -

Santa Barbara do Leste 30/01/2026.

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:B910103F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Argemiro Rodrigues Galvão, Prefeito de Santana da Vargem, no uso das atribuições que lhe confere a lei, em cumprimento ao que determina a lei 14.133/21 e suas alterações, e, conforme recomendação de parecer jurídico e vistas às justificativas contidas no Processo nº 10/2026, AUTORIZO a Inexigibilidade n.º 08/2026.

Contratado: EMMANUELLE EVANGELISTA inscrita no CNPJ sob o n.º 49.115.993/0001-36.

Objeto: Contratação da artista "Manu Rosa" para apresentação musical no dia 13 de fevereiro de 2026 no município de Santana da Vargem.

FICHA 373: 02.100.13.695.1504.2197.3.3.90.39.00 / 2.501.000.0000.000 - Outros Recursos não Vinculados - MANUTENÇÃO ATIV. SETOR LAZER/TURISMO – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$40.000,00 (quarenta mil reais)

Determino a publicação da presente ratificação, no Diário Oficial seguindo as normas vigentes de publicações oficiais.

Santana da Vargem/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Tiso Pereira
Código Identificador:1AA0B067

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2026– PROCESSO Nº 014/2026 INEXIGIBILIDADE N°010/2026

Objeto: Locação de imóvel para instalação da Biblioteca Maria de Abreu Figueiredo.
Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.
Contratado: Miriam Cristina Lisani Imesi de Figueiredo, pessoa física inscrita no CPF n° 847.625.786-49.
Valor da contratação: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência: 29/01/2026 a 29/01/2027

Publicado por:
Bruna Tiso Pereira
Código Identificador:64982BDC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 56/2024

CONTRATO N° 29/2026
Objeto: aquisição de cestas básicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.
Contratado: MERCEARIA CAMPOS E RABELO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 25.836.495/0001-14, situada a RUA SETE DE SETEMBRO, 373, GARCIAS, ITAUNA/MG, neste ato representada por ORIVALDO WANDERLEI RABELO GONCALVES, Carteira de Identidade n.º XXX, expedida pela SSP/MG e CPF XXX.
Valor da contratação: R$ 20.350,00 (vinte mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência: 02/02/2026 a 30/04/2026

Publicado por:
Bruna Tiso Pereira
Código Identificador:17D321DA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°57/2025

Termo de Prorrogação à Ata de Registro de Preços nº 57/2025 celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM e a empresa ESTRUTURA DE OURO LOCACAO E MONTAGEM PARA EVENTOS LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM,** inscrita no CNPJ sob nº 18.245.183/0001-70, com sede localizada na Praça João Maciel Neiva nº 15 – Centro, de Santana da Vargem/MG, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Argemiro Rodrigues Galvão, e a empresa **ESTRUTURA DE OURO LOCACAO E MONTAGEM PARA EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.735.217/0001-51, localizada na Estrada Municipal Do Pantano nº 0, bairro Distrito Industrial, Alfenas / MG, CEP 37.135-510, neste ato representado por LEONILDO VILELA DE ANDRADE, portador do Documento de Identidade RG n.º , inscrito no CPF sob o n.º 799.971.716-91 que tem por objeto a prorrogação da vigência da ata de registro de preços 57/2025, referente ao Pregão nº 2/2025, em decorrência do Processo nº 3/2025, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente termo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 57/2025 por 1 (um) ano;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. Fica prorrogada por 12 (doze) meses, até **20/02/2027**, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada. § 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão o restante do inicialmente contratado, tendo por valores:

Item	Un	Descrição	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	ML	BARREIRA ANTI ESMAGAMENTO, DO TIPO BARRICADA	N/C	320	97,00	31.040,00
22	ML	PLACA DE FECHAMENTO	N/C	860	16,00	13.760,00

§ 2º. Assegura-se à detentora da ata o direito ao reequilíbrio de preços a partir de 21/02/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem providenciará a publicação deste termo no Diário Oficial do Município (DOEM), Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) e no Portal de Compras Públicas para disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de garantir a ampla publicidade.

Santana da Vargem, 02 de Fevereiro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO	***ESTRUTURA DE OURO LOCACAO E MONTAGEM PARA EVENTOS LTDA***
Prefeito Municipal	CNPJ n° 08.735.217/0001-51

Publicado por:
Bruna Tiso Pereira
Código Identificador:C590AA20

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES - MG
CONTRATADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PUBLICO PLENUM BRASIL LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO: 13/2026
INEXIGIBILIDADE: 05/2026
OBJETO: CURSO DE CAPACITAÇÃO PRESENCIAL INTITULADO “RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS
CONTRATO Nº 13/2026
VALOR TOTAL: R$ 2.090,00
RATIFICAÇÃO: 02/02/2026 A 02/03/2026

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:E1BA0276

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

OBJETO: Aquisição de roçadeira hidráulica para trator, conforme especificações constantes na Intenção de Dispensa de Licitação publicada no site da Prefeitura Municipal de Santana de Cataguases-MG.

CONSULTAS A INTENÇÃO DE DISPENSA, DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:
No site do Município: www.santanadecataguases.mg.gov.br, no setor de licitações na sede da Prefeitura Municipal de Santana de Cataguases através do telefone: (32) 3425-1223, ou através do e-mail:licitasantanadecataguases2@gmail.com.

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:BD3234EA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICACAO

v**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº 13/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026

Tendo em vista a solicitação feita pela Subsecretária de Finanças, bem como pareceres anexos aos autos do processo em epígrafe, RATIFICO, nos termos do Artigo 74, inciso III, Letra ‘f’, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, o ato de Inexigibilidade de Licitação, destinado a em curso: Contratação de empresa especializada em curso: capacitação presencial intitulado “Retenções Tributárias na Fonte Aplicadas aos Órgãos Públicos Municipais”, direcionado prioritariamente aos servidores da área de contabilidade e finanças, responsáveis pelos procedimentos de retenção tributária, registros contábeis e cumprimento das obrigações fiscais do Município, promovido pelo INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PUBLICO PLENUM BRASIL LTDA, inscrito no CNPJ: 21.650.715/0001-60, localizada na Rua Espirito santo, 1204, Andar 02, Centro, Belo Horizonte- MG, CEP: 30.160.033. Inscrição da senhora Maria Ângela Machado de Souza, CPF: 110.464.276-01, Identidade MG 176.094.64, a ser realizado nos dias 12 e13 de fevereiro de 2026, valor de R$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais).

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Santana de Cataguases-MG, 02 de fevereiro de 2026

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases-

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:710E155D

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO

RATIFICA ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório nº 007/2026
Dispensa nº 004/2026

Tendo em vista a solicitação feita pelas Secretarias Municipais, ratifico, nos termos do artigo 75, *caput*, e inciso II, da nova Lei de Licitações Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 12.807/2025, o ato de dispensa de licitação para **23.435.267 CARLOS HELENO SIMAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 23.435.267/0001-07, com sede estabelecida à Rua Jacomo Maritquito, nº 27, bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 36.795-000, Santana de Cataguases-MG. Portanto, diante do aludido acima, esta Comissão opina pela Dispensa de Licitação com base artigo 75, caput, e inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 12.807/2025, com a consequente contratação da empresa acima citada.

PUBLIQUE-SE.

Santana de Cataguases-MG, 02 de fevereiro de 2025.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:01AE7230

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, INSCRITO NO CNPJ Nº 17.702.515/0001-36, E A ENERGISA MINAS RIO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., INSCRITA NO CNPJ Nº 19.527.639/0001-58, VISANDO O PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO MANEJO DA ARBORIZAÇÃO URBANA.
OBJETO:O presente Acordo tem por objeto estabelecer cooperação técnica e operacional entre os partícipes para o planejamento, execução e monitoramento de ações relacionadas ao manejo da arborização urbana, com ênfase na poda de árvores que ofereçam risco para rede de distribuição de energia elétrica, visando à segurança da população, à continuidade do fornecimento dos serviços de energia elétrica e à preservação ambiental.

DA VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência até o final do mandato municipal vigente, encerrando em 31/12/2028, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que de modo justificado e com vista à continuidade do objeto pactuado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: As ações decorrentes deste Acordo deverão observar as legislações federal, estadual e municipal pertinentes, especialmente no que tange à proteção ambiental e à segurança da população. Todas as ações previstas deverão atender integralmente à legislação ambiental aplicável em âmbito federal, estadual e municipal, bem como às normas específicas relacionadas a biomas e áreas legalmente protegidas (como Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Pantanal, Manguezais, entre outros), considerando ainda eventuais atualizações legais. Fica estabelecido que o convênio se aplica às intervenções em espécies protegidas por legislação municipal, estadual e/ou federal, desde que comprovado o risco iminente ou efetivo ao sistema elétrico

DA AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA: Fica expressamente estabelecido que não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre as Partes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo cada Parte responsável pelos custos das ações que lhes compete, conforme disposto neste instrumento.

CATAGUASES/MG, 30 DE JANEIRO DE 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
Prefeito Municipal de Santana de Cataguases

EDUARDO ALVES MANTOVANI
Diretor Presidente da Energisa

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:1DA770D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 24, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **CARLA FRITIZ DE CARVALHO**, inscrita no CPF sob nº XXX.803.746-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 21 de janeiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:363406EF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 25, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **JULIANA OLIVEIRA DA COSTA DE SOUZA**, inscrita no CPF sob nº XXX.407.857-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:EF33E7AB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 26, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **MARIMÁ MARQUES LOBO**, inscrita no CPF sob nº XXX.164.236-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:6097232E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 27, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **PATRICIA DE SOUZA VITORIA DOS REIS**, inscrita no CPF sob nº XXX.981.317-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:1427CF9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 28, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **EDMARA APARECIDA LOBO**, inscrita no CPF sob nº XXX.935.066-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:E2D174F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 29, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **ROSA HELENA DOS SANTOS SERTHORE**, inscrita no CPF sob nº XXX.314.416-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:E992A6E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 30, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **JESSIKA DOS SANTOS LIMA**, inscrita no CPF sob nº XXX.049.988-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:4D482865

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 31, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Cuidador Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **ALINE MAURÍCIO DO ROSÁRIO**, inscrita no CPF sob nº XXX.017.086-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:FB39D3F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 32, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Nutricionista PNAE, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **MARIANA GUEDES GONÇALVES DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob nº XXX.182.156-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:74225BD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 33, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Auxiliar de Creche, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **TATIANA SIQUEIRA FERREIRA DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob nº XXX.049.386-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:C6EBAC79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 34, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Serviçal, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra. **PAOLA DIONÍSIO BARROS**, inscrita no CPF sob nº XXX.104.776-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:F9A1A512

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 35, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Serviçal, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra **JOANA D ARC SERTHORE SIMAS**, inscrita no CPF sob nº XXX.590.267-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:E1800FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 36, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada, para provimento do cargo efetivo de Assistente Social Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, a Sra **ESTER AUGUSTO CORDEIRO**, inscrita no CPF sob nº XXX.203.896-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º A servidora será considerada estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º À Servidora Pública nomeada nos termos desta Portaria é assegurada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:3E225951

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 37, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado, para provimento do cargo efetivo de Médico ESF, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, o Sr. **WELLINGTON GERALDO TEIXEIRA FERREIRA**, inscrito no CPF sob nº XXX.551.036-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º O servidor será considerado estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º Ao Servidor Público nomeada nos termos desta Portaria é assegurado a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:D2A90621

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 38, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado, para provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, o Sr. **GLEISON JOSÉ OLIVEIRA DORNELAS**, inscrito no CPF sob nº XXX.445.566-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º O servidor será considerado estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º Ao Servidor Público nomeada nos termos desta Portaria é assegurado a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:8F7C52AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 39, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado, para provimento do cargo efetivo de Psicólogo Escolar, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, o Sr. **TULIO FERREIRA LIMA**, inscrito no CPF sob nº XXX.273.126-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º O servidor será considerado estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º Ao Servidor Público nomeada nos termos desta Portaria é assegurado a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:E48212CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 40, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 01/2025 do Município de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o resultado final do Concurso Público nº 01/2025, homologado através do Decreto nº 270/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado, para provimento do cargo efetivo de Motorista, do quadro de pessoal do Município de Santana de Cataguases/MG, o Sr. **ALEXANDRE DA COSTA ARAÚJO**, inscrito no CPF sob nº XXX.025.056-XX.
Art. 2º A denominação, símbolo, classe, e nível de vencimentos do presente Cargo Efetivo estão estabelecidos no Edital de Concurso Público e na Lei Complementar nº 83/2023, em tudo obedecido a Legislação Municipal Vigente.
Art. 3º O servidor será considerado estável no Cargo após a habilitação no Estágio Probatório.
Art. 4º Ao Servidor Público nomeada nos termos desta Portaria é assegurado a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.
Art. 6º Fica o Departamento de Recursos Humanos encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:FC430A71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 41, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo comissionado, e dá outras providências.

O Povo do Município de Santana de Cataguases/MG, através de seu Prefeito Marcos Antônio Ferreira, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, dentre outros dispositivos aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Eliza Mara Ribeiro de Matos Carvalho, CPF nº xxx.717.826-xx, para exercer o cargo de Assessoria

de Secretaria de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogando-se as disposições em contrário.

Santana de Cataguases/MG, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:94A3AC96

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO

Processo n° 013/2026
Inexigibilidade n° 003/2026

O MUNICÍPIO DE SANTANA DOS MONTES, situado na Rua José Teixeira Araújo, 33, Centro, na cidade de Santana dos Montes-MG, inscrita no CNPJ: 19.718.394/0001-46, torna pública a inexigibilidade de Licitação n° 003/2026.

Objeto:CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DO SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA FELIPE E NANDO, PARA ANIMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO CARANAVAL DOS MONTES 2026, A SE REALIZAR NO DIA 14/02/2026, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

EMPRESA CONTRATADA:FELIPE DE ABREU HENRIQUES ME, CNPJ nº 17.766.384/-0001-50, com sede RUA FRANCISCO LOURENÇO DE BARROS, 65, JARDIM AMÉRICA, CONSELHEIRO LAFAIETE-MG, CEP 36.402-025, neste ato representada por FELIPE DE ABREU HENRIQQUES, portador do CPF:110.790.166-94.

Vigência: 90 dias.

Fundamento: Art. 74, II da Lei 14.133/21.

Santana dos Montes, 02 de fevereiro de 2026.

LISANDRA RODRIGUES TEIXEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:0E7AFBC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DE CONTRATO - PRC Nº 101/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – **Processo Nº 101/2022 - Edital Nº 081/2022 - Inexigibilidade Nº 011/2022 – Credenciamento Nº 006/2022.** Torna público o extrato de contrato celebrado com a empresa **54.904.913 ALESSANDRO DO COUTO PEÇANHA.** Objeto: constitui objeto do presente instrumento o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, PINTOR, E JARDINEIRO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS/MG, características, prazos e demais obrigações constantes no Termo de Cedenciamento (Anexo I) deste edital**. Fundamento legal: Art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93 e alterações e Lei Data: 02.02.2026 –

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:D68B0205

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL - TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2022

10ª Alteração Contratual - Termo Aditivo referente ao Contrato nº 095/2022; Concorrência Pública nº 001/2022 Processo Licitatório nº 025/2022. Partes: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG CNPJ nº 18.457.226/0001-81 e a empresa Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A CNPJ nº 26.921.551/0001-81. Objeto: prorrogação do prazo de vigência com valor ajustado proporcionalmente ao novo período do contrato. Vigência: 01/02/2026 a 01/11/2026. Valor atualizado: R$5.000.017,04. Recursos financeiros e Dotação Orçamentária: do ano em curso – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia Aparecida Lorena Binato
Código Identificador:8AE20FB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2026

Processo nº 0014/2026
Dispensa de Licitação nº 0003/2026
ID Licitar Digital: 89999

Regido pela Lei n° 14.133/2021, art. 75, inciso II

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM CÂMARA DE CONSERVAÇÃO PARA VACINAS DA MARCA ELBER, MODELO CSV280, NÚMERO DE SÉRIE 152106335 E ELBER, MODELO CSV200, NÚMERO DE SÉRIE 072010487 INCLUINDO FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E/OU ACESSÓRIOS

Interessado: Município de Santo Antônio do Itambé/MG

Recebimento de Propostas: até as 8:00:00 horas de quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026
Data da Fase de Lances: quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026
Horário da Fase de Lances: Das 08:00:00 horas às 10:00:00 horas. (horário de Brasília)

Referência de Tempo: horário de Brasília.
Local da sessão Pública: plataforma de licitações licitar digital – **www.licitardigital.com.br**

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim

Portaria n° 241/2025

Mateus do Nascimento – **Agente de Contratação**
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo – **Comissão de Contratação**
Geralda Domingas da Lomba Santos – **Comissão de Contratação**

Saionara Santos Miranda – **Comissão de Contratação**
Vivian Valléria Batista Lemos **– Comissão de Contratação**

Tipo de Julgamento: Menor Preço por Item
Modo de disputa: Aberto

Esclarecimentos:
Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br > https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/89999.

Telefones:
Geral da Prefeitura: (33) 9 9915-6221;
Setor de Licitações e Contratos: (33) 9 9968 7233; (WhatsApp)

Horário de funcionamento: 07:00:00 horas às 12:00:00 horas e de 13:00:00 horas às 16:00:00 horas.

Santo Antônio do Itambé/MG, segunda-feira, 2 de fevereiro de 2026.

GERALDA DOMINGAS DA LOMBA SANTOS
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:6AE9D484

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2026

Processo Licitatório nº 0015/2026
Pregão Eletrônico nº 0005/2026

Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público que realizará o Processo Licitatório nº 0015/2026, Pregão Eletrônico nº 0005/2026. **Sistema de Registro de Preços. Objeto**: AQUISIÇÕES DE LANCHES E REFEIÇÕES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG. **Lançamento das Propostas:** Até Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Abertura das Propostas: s**exta-feira, 20 de fevereiro de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Informações:** 33 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contrato**s**, horário das 07:00 horas às 16:00 horas, pelo e-mail: licitacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br, pelo site: www.santoantoniodoitambe.mg.gov.br ou diretamente pela plataforma de licitações: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/90030.Link da contratação no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=18.303.222%2F0001-49&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Santo Antônio do Itambé/MG, segunda-feira, 02 de fevereiro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Mateus do Nascimento
Código Identificador:9B955D2D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

CONTROLADORIA GERAL INTERNA
EXTRATO DE ADITIVO A TERMO DE FOMENTO

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2025/FMAS

PARTÍCIPES: Município de Santo Antônio do Monte, por intermédio de seu Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Monte, e Abrigo Casa da Restauração, CNPJ 14.299.206/0001-79.

OBJETO: Apoio na manutenção de até 05 (cinco) vagas para crianças e adolescente oriundos deste Município institucionalizados no Abrigo Casa da Restauração, uma Organização da Sociedade Civil reconhecida como de utilidade pública nos termos da Lei Municipal nº 2.050, de 23/09/2011, que atua no acolhimento de crianças e adolescentes privados da convivência familiar e/ou vítimas de maus tratos, negligência, situação de risco, abandono, abuso e exploração sexual, orfandade, incluindo qualquer outro tipo de comportamento inadequado advindo de seus familiares e/ou responsáveis em desajuste social, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

TERMO ADITIVO: Fica acrescido o valor de R$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais) à Parceria celebrada entre o Município de Santo Antônio do Monte, por meio de seu Fundo Municipal de Assistência Social, e o Abrigo Casa da Restauração por meio do Termo de Fomento nº 05/2025/FMAS. Fica prorrogado o prazo de vigência do mesmo até 31/05/2026 quanto a seu aspecto financeiro.

DATA DA ASSINATURA: 30/01/2026.

Santo Antônio do Monte – MG, 30 de janeiro de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kyanne Luiza de Oliveira Lima
Código Identificador:6AB50A35

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 1/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 1/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

O Pregoeiro Municipal Edson Donizete em conformidade com o que consta no Processo n.º 1/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 1/2026 vem ADJUDICAR à empresa: HOME L`AIR COMERCIO DE GASES E SOLDA LTD - 01.870.221/0001-83, com os itens classificados, referente à licitação de objeto: FORNECIMENTO DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO; e o Prefeito Municipal de São Bento Abade, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso IV, do art. 71, da Lei 14.133/21 e alterações HOMOLOGAR a Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 1/2026, à empresa: : HOME L`AIR COMERCIO DE GASES E SOLDA LTD - 01.870.221/0001-83, situada na AV MINAS GERAIS, 90 - REZENDE - VARGINHA - MG com o valor total de R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais),. Enéias Machado de Souza - Prefeito Municipal.

ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO SITE E MURAL EM 30/01/2026

EDSON DONIZETE
Pregoeiro

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:EC004853

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3 / 2026
PROCESSO 1/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3 / 2026
PROCESSO 1/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

O Prefeito Municipal Enéias Machado de Souza torna público que realizou a ata de registro de preços **3 / 2026** tendo como DETENTORA:HOME L`AIR COMERCIO DE GASES E SOLDA LTD - 01.870.221/0001-83, com os itens classificados, referente à licitação de objeto: FORNECIMENTO DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO, com o valor estimado registrado de R$ 525.000,00(quinhentos e vinte e cinco mil reais). Eneias Machado de Souza - Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBLICADO NO SITE E MURAL EM 30/01/2026.

EDSON DONIZETE
Pregoeiro

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:AFF25452

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DA DISPENSA Nº 09/2026 - OPERACIONALIZAÇÃO E GESTÃO DO ATERRO SANITARIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – RATIFICO o Pedido de **dispensa de licitação nº. 009/2026, Processo nº 012/2026** nos termos do art.75, XI da Lei Federal nº 14.133/21, art. 2º, III, da Lei Federal 11.107/2005, Objeto: Prestação de Serviços de Gestão Associada, com a contratação de empresa para operacionalização e gestão do aterro sanitário e da usina de triagem semimecanizada, ambos localizados no Município de Icaraí de Minas/MG objetivando a disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados nos Municípios Consorciados, Junto ao **Consorcio Intermunicipal Multifinalitario para o desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas Codanorte, inscrita no CNPJ de nº 19.193.527/0001 - 08, valor global R$ 973.296,00 (novecentos e setenta e três mil e duzentos e noventa e seis reais).** São Francisco, 02 de fevereiro de 2026. Ass.: Miguel Paulo Souza Filho – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:64649C5A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2025 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA HM ENGENHARIA E PRESTAÇAO DE SERVIÇOS.

Processo Licitatório nº 0155/2024
Concorrência Eletrônica nº 018/2024

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representada pela Senhora Secretária Municipal de Saúde ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES, brasileira, Solteira, residente e domiciliado na Rua Euridson de Sá nº 2325, Bairro São José, na cidade de São Francisco/MG, portadora da Cédula de Identidade nº Mg 15822035, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 111.703.476 - 30 sob o Decreto Municipal nº. 021/2022, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa, **HM ENGENHARIA E PRESTAÇAO DE SERVIÇOS**, CNPJ nº 35.824.632/0001-54, estabelecida na Rua João Vovô, nº 281, Bairro Santa Rita na cidade de Brasília de Minas, doravante denominada CONTRATADA e neste ato representada por **Everaldo Rodrigues Pereira**, RG:12.662.827 CPF: 047.386.776-16, doravante designados respectivamente CONTRATADA, lastreado na Lei Federal 14.133/21 conforme os artigos 106 e 107 firma o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica a Clausula terceira do Contrato original, aditivado quanto ao prazo de vigência**, prorrogado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo de 23 (vinte e três) de janeiro de 2026 até 23 (vinte e três) de maio de 2026**. O presente aditivo faz-se necessário para readequar o prazo de entrega da obra, considerando as intercorrências e os atrasos ocasionados pelo período chuvoso. Tais eventos impactaram o cronograma de execução, sendo a prorrogação essencial para garantir a finalização dos serviços nos padrões de qualidade exigidos.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 23 de janeiro de 2026.

Município de São Francisco
ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES
Contratante

HM Engenharia e Prestaçao de Serviços
CNPJ nº 35.824.632/0001-54
RESP. EVERALDO RODRIGUES PEREIRA
CPF: 047.386.776-16
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:19295457

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0287/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA ALMEIDA ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS LTDA/ME

Processo Licitatório nº 0148/2024
Concorrência Eletrônica nº 017/2024

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representada pela Senhora Secretária Municipal de Saúde **ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES**, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Euridson de Sá nº 2325, Bairro São José, na cidade de São Francisco/MG, portadora da Cédula de Identidade nº Mg 15822035, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 111.703.476 - 30 sob o Decreto Municipal nº. 021/2022, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, **ALMEIDA ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS LTDA/ME,** CNPJ nº 27.708.512/0001-63, estabelecida na Av. Marcelino Lima nº 118, Centro, na cidade de Icaraí de Minas/MG, telefone: 38 98188485 doravante denominada CONTRATADA e neste ato representada por Rodrigo Mendes de Almeida, RG:18051884 e CPF:118.013.136-36, doravante designados respectivamente**, CONTRATADA**, lastreado na Lei Federal 14.133/21 conforme os artigos 106, 107 e 108. firma o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica a Clausula terceira do Contrato original, aditivado quanto ao prazo de vigência, **prorrogado no prazo de 90 (noventa) dias, ou seja, de 04 (quatro) de dezembro de 2025 até 04 (quatro) de março de 2026**, justifica se o presente aditivo tendo em vista que devido que o prazo inicialmente estabelecido se mostrou insuficiente para conclusão da obra.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 04 de dezembro de 2025.

Município de São Francisco
ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES
Contratante

Almeida Engenharia Empreendimentos LTDA/ME
CNPJ nº 27.708.512/0001-63
RODRIGO MENDES DE ALMEIDA -
RG:18051884 e CPF:118.013.136-36
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:0979F6A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 001/2026 "DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – SAC".

PORTARIA Nº 001/2026

"Designa servidor responsável pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC".

O DIRETOR/PRESIDENTE do INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA/MG - GLORIAPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, padronizar e supervisionar o atendimento ao cidadão no âmbito desta Autarquia;

CONSIDERANDO a importância da observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos atendendo ao Lei de acesso a informação;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Sra. NÍDIA DE SOUZA, CPF: 111.596.516-63, matrícula nº.1359, ocupante do cargo de Diretora Financeira do GLORIAPREV, para exercer a função de Responsável pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC desta Autarquia.

Art. 2º Compete à servidora designada, além de outras atribuições correlatas:

I – coordenar e supervisionar as atividades do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC;
II – assegurar a qualidade, a eficiência e a padronização do atendimento prestado ao público;

III – receber, registrar, encaminhar e acompanhar demandas, solicitações, reclamações, sugestões e elogios dos cidadãos;
IV – propor melhorias nos procedimentos de atendimento ao cidadão;
V – elaborar relatórios periódicos sobre os atendimentos realizados, quando solicitado;
VI – Observar e fazer cumprir a legislação, as normas internas e externas aplicáveis ao atendimento ao cidadão e acesso a informação.

Art. 3º Os atendimentos ao público serão realizados em Sala adequada para esse fim, localizada na Sede do GLORIAPREV, na Rua Coronel Brandão, 25, Centro, São Francisco do Glória/MG.

Art. 4º A função ora designada não enseja o pagamento de gratificação adicional, uma vez que a Servidora já possui jornada de trabalho no local, capaz de cumprir as atribuições.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Glória, 26 de janeiro de 2026.

DALMO RICARDO MOREIRA
Diretor Presidente Do GLORIAPREV

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:820B8DC4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (INEXIGIBILIDADE Nº001/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.010/2026/ Inexigibilidade nº.001/2026, **CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e **CONTRATADO:GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 75.104.422/0001-06, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 500, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, e filial inscrita no CNPJ sob nº 75.104.422/0008-82, com endereço na Rua Senador Accioly Filho, 431, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, neste ato representado pela sua procuradora GERMANA PACHECO FULGÊNCIO MESTRE, brasileira, coordenadora de negócios, inscrita no CPF sob nº 081.702.626-66. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de ensino composto por livros didáticos integrados, plataforma virtual de aprendizagem, assessoramento pedagógico, acompanhamento da gestão educacional municipal, e avaliação de aprendizagem para alunos do ensino fundamental (3º ano para anos ímpares e 4º ano para anos pares) e da solução educacional Letrix: Desafios de Aprendizagem em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. **VALOR CONTRATUAL ANUAL:** R$338.267,00 (Trezentos e trinta e oito mil duzentos e sessenta e sete reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.004.12.122.0007.2.015-339030- **134** - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Educação - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-**143** - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-**144** - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.092-339030-**145** - Manutenção da Merenda Escolar (Ensino Fundamental) - Material de Consumo - 15520000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-**147** - Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-**148** - Manutenção da Merenda

Escolar (Pré-Escolar) - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.306.0007.2.093-339030-**149** - Manutenção da Merenda Escolar (Pré-Escolar) - Material de Consumo - 15520000000; 02.004.12.361.0007.2.019-339030-**188** - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Material de Consumo - 15000001001;02.004.12.361.0007.2.019-339030-**189** - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.361.0007.2.019-339030-**190** - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Material de Consumo - 15690000000; 02.004.12.365.0007.1.037-339030-**224** - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré - Escolar - Material de Consumo - 15000001001; 02.004.12.365.0007.1.037-339030-**225** - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré - Escolar - Material de Consumo - 15500000000; 02.004.12.365.0007.1.037-339030-**226** - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré - Escolar - Material de Consumo - 15690000000; 02.005.12.361.0007.2.103-339030-**268** - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB - Material de Consumo - 15400000000; e 02.005.12.365.0007.1.037-339030-**286** - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré - Escolar - Material de Consumo – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:E969D8C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.002/2026/ Pregão Eletrônico nº.002/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e Contratado: **CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA 66361737691**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 19.320.221/0001-75, com sede na Rua Primeiro de Fevereiro, nº 925, Centro, na cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no transporte dos alunos da rede municipal de ensino de são francisco do glória, conforme descrição contida no edital nº 002 e seus anexos. **VALOR:** R$ 165.204,00 (Cento e Sessenta e Cinco Mil e Duzentos e Quatro Reais). **DOTAÇÃO:** 02.004.12.361.0014.2.018-339039- **202**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 15000000101; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**203**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15500000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**204**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15530000000; 02.004.12.361.0014.2.018- 339039-**205**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15690000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**206**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15760010000; 02.005.12.361.0014.2.104-339039-**277** - Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental – FUNDEB - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente Da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:EDC29DDC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.002/2026/ Pregão Eletrônico nº.002/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e Contratado: **CELINHO TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 20.036.878/0001-94, com sede na Rua Coronel Brandão, nº36, Terreo com A, Centro, na cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no transporte dos alunos da rede municipal de ensino de são francisco do glória, conforme descrição contida no edital nº 002 e seus anexos. **VALOR:** R$163.492,50 (Cento E Sessenta E Três Mil E Quatrocentos E Noventa E Dois Reais E Cinquenta Centavos). **DOTAÇÃO:** 02.004.12.361.0014.2.018-339039- **202**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 15000000101; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**203**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15500000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**204**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15530000000; 02.004.12.361.0014.2.018- 339039-**205**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15690000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**206**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15760010000; 02.005.12.361.0014.2.104-339039-**277** - Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental – FUNDEB - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:25D87041

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.002/2026/ Pregão Eletrônico nº.002/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e Contratado: **DERLY VALENTE TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 19.485.972/0001-41, com sede na Rua Primeiro de Fevereiro, nº329, Centro, na cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no transporte dos alunos da rede municipal de ensino de são francisco do glória, conforme descrição contida no edital nº 002 e seus anexos. **VALOR:** R$ 155.538,00 (Cento E

Cinquenta E Cinco Mil E Quinhentos E Trinta E Oito Reais). **DOTAÇÃO:** 02.004.12.361.0014.2.018-339039- **202**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 15000000101; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**203**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15500000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**204**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15530000000; 02.004.12.361.0014.2.018- 339039-**205**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15690000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**206**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15760010000; 02.005.12.361.0014.2.104-339039-**277** - Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental – FUNDEB - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:523110A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.002/2026/ Pregão Eletrônico nº.002/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e Contratado: **GUILELTON RODRIGUES DE MOURA 04146184673**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.490.374/0001-06, com sede na Rua Primeiro de Fevereiro, nº830, Casa, Centro, na cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no transporte dos alunos da rede municipal de ensino de são francisco do glória, conforme descrição contida no edital nº 002 e seus anexos. **VALOR:** R$165.960,00 (Cento E Sessenta E Cinco Mil E Novecentos E Sessenta Reais). **DOTAÇÃO:** 02.004.12.361.0014.2.018-339039- **202**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 15000000101; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**203**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15500000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**204**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15530000000; 02.004.12.361.0014.2.018- 339039-**205**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15690000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**206**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15760010000; 02.005.12.361.0014.2.104-339039-**277** - Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental – FUNDEB - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:4CA40740

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.002/2026/ Pregão Eletrônico nº.002/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e Contratado:**GUINAEL MOURA TRANSPORTE E MANUTENCOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 22.306.622/0001-85, com sede na Rua José Camilo Pedrosa, nº85, Centro, na cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no transporte dos alunos da rede municipal de ensino de são francisco do glória, conforme descrição contida no edital nº 002 e seus anexos. **VALOR:** R$157.020,00 (Cento E Cinquenta E Sete Mil E Vinte Reais). **DOTAÇÃO:** 02.004.12.361.0014.2.018-339039- **202**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 15000000101; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**203**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15500000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**204**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15530000000; 02.004.12.361.0014.2.018- 339039-**205**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15690000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**206**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15760010000; 02.005.12.361.0014.2.104-339039-**277** - Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental – FUNDEB - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente Da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:4687180F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.002/2026/ Pregão Eletrônico nº.002/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e Contratado: **PASCOALINA LAVIOLA PEDROSA 50508920663**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 31.070.794/0001-93, com sede na Rua Francisco Antônio Ricardo, nº 165, Centro, na cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no transporte dos alunos da rede municipal de ensino de são francisco do glória, conforme descrição contida no edital nº 002 e seus anexos. **VALOR:** R$152.490,00 (Cento E Cinquenta E Dois Mil E Quatrocentos E Noventa Reais). **DOTAÇÃO:** 02.004.12.361.0014.2.018-339039- **202**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 15000000101; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**203**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros -

Pessoa Jurídica – 15500000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**204**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15530000000; 02.004.12.361.0014.2.018- 339039-**205**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15690000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**206**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15760010000; 02.005.12.361.0014.2.104-339039-**277** - Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental – FUNDEB - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente Da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:81D95078

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026)

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.002/2026/ Pregão Eletrônico nº.002/2026: Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e Contratado: **ISAIAS JOSE DE SOUZA JUNIOR 11420655612**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 19.343.624/0001-30, com sede na Fazenda Santo Emidio, s/nº, Zona Rural, na cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no transporte dos alunos da rede municipal de ensino de são francisco do glória, conforme descrição contida no edital nº 002 e seus anexos. **VALOR:** R$162.630,00 (Cento E Sessenta E Dois Mil E Seiscentos E Trinta Reais). **DOTAÇÃO:** 02.004.12.361.0014.2.018-339039- **202**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - 15000000101; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**203**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15500000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**204**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15530000000; 02.004.12.361.0014.2.018- 339039-**205**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15690000000; 02.004.12.361.0014.2.018-339039-**206**– Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15760010000; 02.005.12.361.0014.2.104-339039-**277** - Manutenção Transporte Escolar do Ensino Fundamental – FUNDEB - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – 15400000000.

São Francisco do Glória, 02 de fevereiro de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente Da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:78F85F19

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

ASSESSORIA GABINETE
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA. JAQUELINE SOUSA FERREIRA, COMO EXERCÍCIO DO CARGO DE COMISSÃO DE CHEFE DIVISÃO COMUNICAÇÃO SOCIAL"

PORTARIA N.º 07, DE 12 DE JANEIRO 2026.

"Dispõe sobre a exoneração da Sra. JAQUELINE SOUSA FERREIRA, como Exercício do cargo de comissão de chefe Divisão Comunicação Social"

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições constitucionais e na forma prevista na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Artigo 1.º Exonera a Sra. **JAQUELINE SOUSA FERREIRA,** brasileiro, portadora do CPF nº 112.690.166-01 do cargo de provimento em comissão de **Chefe Divisão Comunicação Social** a partir da data **12/01/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 12 de Janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

São Gonçalo do Rio Preto,12 de Janeiro de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:8474060E

ASSESSORIA GABINETE
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SR. CLEIDIANE CRISTIANE INACIO SILVA, COMO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CHEFE DIVISÃO DE

PORTARIA Nº 08, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

"Dispõe sobre a exoneração da Sr. Cleidiane Cristiane Inacio Silva, como Exercício do Cargo de provimento Em comissão de CHEFE DIVISÃO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA.''

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto/MG, no uso de suas atribuições constitucionais e na forma prevista na Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Sra,***Cleidiane cristiane Inacio silva***,brasileira, portador do CPF sob nº096.610.876-01 do cargo de **provimento em comissão de Chefe Divisão**
De Assistencia Farmaceutica a partir da data **12/01/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 12 de Janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

São Gonçalo do Rio Preto/MG, 12 de Janeiro 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:85E4D154

ASSESSORIA GABINETE
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SR.LAURA ELISA NUNES LEÃO, COMO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO

PORTARIA Nº09, DE 22 DE JANEIRO DE 2026

"Dispõe sobre a exoneração da Sr.LAURA ELISA NUNES LEÃO, como Exercício do Cargo de

provimento Em comissão de CHEFE DIVISÃO UNID -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO''.

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto/MG, no uso de suas atribuições constitucionais e na forma prevista na Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Sra, ***LAURA ELISA NUNES LEÃO***,brasileira, portador do CPF sob nº127.475.006-75 do cargo de **provimento em comissão de Chefe Divisão**
DE UNID- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO a partir da data **22/01/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 22 de Janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

São Gonçalo do Rio Preto/MG, 22 de Janeiro 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:6CBC898D

ASSESSORIA GABINETE
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SR. SIMONE APARECIDA LUCENA COMO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO EM DIRETORA DE SERVIÇOS GERAIS'

PORTARIA Nº 06, DE 12 DE JANEIRO 2026

''Dispõe sobre a exoneração da Sr. SIMONE APARECIDA LUCENA como Exercício do Cargo de provimento Em comissão em DIRETORA DE SERVIÇOS GERAIS''.

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto/MG, no uso de suas atribuições constitucionais e na forma prevista na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidora Sra,**SIMONE APARECIDA LUCENA**, brasileiro, portador do CPF sob nº331.303.098-02 do cargo de **provimento em comissão de DIRETORA DE SERVIÇOS GERAIS** a partir da data **12/01/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 12 de Janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

São Gonçalo do Rio Preto/MG, 12 de Janeiro 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:6E0E306A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026
(LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, ARTIGO 176, II)

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos específicos injetáveis para atendimento de demanda da Atenção Básica da rede municipal de saúde, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes no **Termo de Referência**. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO (ITEM). DATA DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:** dia 24 de fevereiro de 2026, às 09:00 horas. **LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES E REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:** Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, Minas Gerais; CEP 39185-000. **RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** Rua das Flores, n.º 215, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 de segunda a sexta-feira. Contato: (38) 3546-1240, (38) 99757-1240 ou e-mail: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:B13084B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 005/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°005/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 355/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 49/2025. OBJETO: "FORNECIMENTO DE CBUQ- CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, DESTINADO À MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG", CONTRATADA: CIA MINEIRA DE SANEAMENTO LTDA, COM O VALOR GLOBAL DE R$ 1.410.000,00 (HUM MILHÃO QUATROCENTOS E DEZ MIL REAIS). DATA DE ASSINATURA: 29/01/2026 VIGÊNCIA: 29/01/2026 A 29/01/2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito

Publicado por:
Erlane de Matos Peixoto
Código Identificador:4E0505E7

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO REPRESENTADA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/OBRAS PÚBLICAS, CÉSAR JOSÉ BARBOSA, VEM ATRAVÉS DESTA ADJUDICAR E HOMOLOGAR NA FORMA DA LEI, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04**9**/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3**55/2025**. OBJETO: "FORNECIMENTO DE CBUQ- CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, DESTINADO À MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG", CONTRATADA: CIA MINEIRA DE SANEAMENTO LTDA, COM O VALOR GLOBAL DE R$ 1.410.000,00 (HUM MILHÃO QUATROCENTOS E DEZ MIL REAIS). DATA DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO **30/01/2026**

Publicado por:
Erlane de Matos Peixoto
Código Identificador:6AE4C40A

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 130/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2024. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO 1º TERMO ADITIVO À PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 130/2025 POR MAIS 12(DOZE) MESES. CONTRATADA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. DATA DO ADITIVO: 30/12/2025. VIGENCIA DO ADITIVO: 01/01/2026 A 01/01/2027. VALOR ESTIMADO DO ADITIVO: R$ 1.795.394,25 (UM MILHÃO SETECENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS). ASSINANTES: MAKOTO EDSON SEKITA - PREFEITO MUNICIPAL. DEBORA THAIS SILVA ALVES ARAUJO. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE. REPRESENTANTE DA CONTRATADA- CARLOS UMBERTO MARQUES E ELISABETE AGUIAR SILVA BATISTA.

Publicado por:
Erlane de Matos Peixoto
Código Identificador:4D89BBEE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 004/2025, Procedimento Administrativo n° 005/2025, Inexigibilidade de Licitação n° 004/2025, Termo de Adesão n° 002/2025 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG, CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29. CONTRATADO: **SANTO ANDRÉ TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.650.080/0001-35. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de veículos, máquinas e equipamentos, com e sem condutor, com e sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro ou proteção veicular e rastreador para atender as necessidades dos municípios integrantes do consórcio intermunicipal multifinalitário da área mineira da sudene – CIMAMS**.** Fica prorrogada a vigência contratual do contrato administrativo nº 004/2025 por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 15/01/2027, conforme o disposto no Artigo 107 da Lei 14.133/21, cláusula primeira do Contrato Administrativo**,** permanecendo as demais clausulas inalteradas; passando a vigorar a partir da data de assinatura do termo aditivo.
Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte MG, 14 de Janeiro de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:884341D2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO/EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio da agente de contratação, nomeada através da Portaria n°: 032 de 07 de janeiro de 2025, torna se público o extrato do contrato que tem como objeto a Contratação de serviço de show artístico nível regional de entretenimento da população através inexigibilidade de licitação para os festejos das Tradicionais festividades de carnaval, a ser comemorado no dia 16 de fevereiro de 2026, no distrito de Santo Antônio da Boa Vista, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG
CONTRATADA: 34.627.812 LUIZ HENRIQUE COSTA DIAS
CNPJ: 34.627.812/0001-83
SHOW ARTÍSTICO MUSICAL: **BADALAÇÃO**
VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16/01/2026 à 31/12/2026.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 16 de janeiro de 2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação
Portaria nº 032, de 07/01/2025.

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:881D17E2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

ADJUDICO e HOMOLOGO para todos os efeitos de direito nos termos do art. 72 da Lei 14.133/2021, o Processo Administrativo nº, 005/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 005/2026, com fundamento no inciso Il do Artigo 74 da Lei 14.133/2021 para a Contratação de show artístico musical da banda **BADALAÇÃO** através inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 74, inciso II da Lei Federal n°: 14.133/21, para realização de show nas **Tradicionais festividades de carnaval,** a ser comemorado no dia **16 de fevereiro de 2026,** no distrito de Santo Antônio da Boa Vista, conforme abaixo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATADA: 34.627.812 LUIZ HENRIQUE COSTA DIAS.
CNPJ: 34.627.812/0001-83
SHOW ARTÍSTICO MUSICAL: BADALAÇÃO
VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16/01/2026 à 31/12/2026.

São João da Ponte/MG, 16 de janeiro de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:7A4C4AF6

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE-PREVPONTE
PORTARIA N° 23 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, em caráter integral e com paridade, nos termos do art. 52, §§1º e 2º, I da Lei Municipal nº 2.236/2022 de 25 de maio de 2022 e art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019 à servidora**.**

AMANDA PAULA SILVA, Diretora Executiva do Instituto de Previdência Municipal de São João da Ponte – PREVPONTE, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria nº. 09/2025, com supedâneo no artigo 79, II, "c" e parágrafo único da Lei Orgânica Municipal e nos termos dos artigos 30 e 68 da Lei Municipal nº. 2.236/2022;

RESOLVE:

Art. 1° - APOSENTAR, voluntariamente por idade e tempo de contribuição, em caráter integral e com paridade, nos termos do art. 52, §§1º e 2º, I da Lei Municipal nº 2.236/2022 de 25 de maio de 2022 e art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019 a servidora

ROSIMEIRE PEREIRA DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 807, inscrita no CPF sob o nº 147.550.738-04 e no PIS/PASEP sob o nº 18057220223, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora – PI, no município de São João da Ponte/MG.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser submetido este ato à homologação pelo TCE/MG.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
São João da Ponte – MG, 02 de fevereiro de 2026

AMANDA PAULA SILVA
Diretora Executiva do PREVPONTE
Portaria nº. 09/2025

Publicado por:
Amanda Paula Silva
Código Identificador:C026BEE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO PACUÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026 - PROCESSO LICITATORIO Nº 003/2026

O Município de São João do Pacuí torna publico o Processo Licitatório nº. 003/2026, Inexigibilidade nº. 003/2026, Credenciamento nº 001/2026. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FISICA OU JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA, LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUI-MG. Período: 03/02/2026 à 03/02/2027. Edital disponível no e-mail licitacao@saojoaodopacui.mg.gov.br e pelo site www.saojoaodopacui.mg.gov.br -

JÚLIO FAGNER COSTA GUIMARÃES -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Júlio Fagner Costa Guimarães
Código Identificador:AB3DB290

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

SETOR DE LICITAÇÕES
DISPENSA 010/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – Torna Público o Processo de Licitatório nº 032/2026, Dispensa Nº 010/2026, tendo como objeto Contratação de empresa de consultoria especializada no sistema e-SUS PEC e aplicativo e-SUS Território, para implantação, suporte técnico aos profissionais da saúde, treinamento presencial de cadastro individual e territorial, resolução de inconsistências dos cadastros e lançamento de visitas domiciliares, utilização correta do e-SUS PEC e aplicativo e-SUS Território, lançamento das produções dos profissionais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal. Tendo como vencedora a empresa **TECSUS CONSULTORIA**, inscrita no CNPJ sob nº 31.796.883/0001-11, por ter apresentado em sua proposta o preço compatível com os praticados no mercado, com valor global de R **R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)**. Publica-se, 02 de fevereiro de 2026.

AILTON GERALDO DOS SANTOS-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vitória Eduarda Silva de Souza
Código Identificador:FCADABD9

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – Torna Público extrato de contrato administrativo Nº 026/2026, visando à contratação da empresa **TECSUS CONSULTORIA**, inscrita no CNPJ sob nº 31.796.883/0001-11, para prestação de serviços de consultoria especializada no sistema e-SUS PEC e aplicativo e-SUS Território, para implantação, suporte técnico aos profissionais da saúde, treinamento presencial de cadastro individual e territorial, resolução de inconsistências dos cadastros e lançamento de visitas domiciliares, utilização correta do e-SUS PEC e aplicativo e-SUS Território, lançamento das produções dos profissionais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal. Tendo o valor global de R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais). Publica-se, 02 de fevereiro de 2026.

AILTON GERALDO DOS SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vitória Eduarda Silva de Souza
Código Identificador:0151A871

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – Torna Público o Processo de Licitatório nº 033/2026, Pregão Eletrônico por SRP Nº 005/2026, tendo com objeto aquisições futuras e eventuais de materiais de expediente, artigos de papelaria e materiais de escritório em geral, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal. As propostas serão recebidas até dia 13/02/2026 as 08:00, inicio da etapa de lances as 09:00 do mesmo dia. As empresas interessadas poderam retirar edital no site oficial da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal ou no site NOVO BBMNET LICITAÇÕES. Publica-se, 02 de fevereiro de 2026.

AILTON GERALDO DOS SANTOS-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vitória Eduarda Silva de Souza
Código Identificador:744E3DD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO 0037/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2026

Extrato de Ratificação – A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, ratifica o processo nº 0037/2026, Inexigibilidade nº 11, artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021, licitante vencedor Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, inscrita no CNPJ nº. 24.824.195/0001-52, com valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) cujo objeto é Contratação de serviços do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, para atender a Resolução SES/MG nº 10.846 de 16 de dezembro de 2025.3

São Lourenço, 28 de Janeiro de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:3BB615AF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO 0038/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0012/2026

Extrato de Ratificação – A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, ratifica o processo nº 0038/2026, Inexigibilidade nº 12, artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021, licitante vencedor Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, inscrita no CNPJ nº. 24.824.195/0001-52, com valor de R$ 33.291,00 (trinta e três mil e duzentos e noventa e um reais) cujo objeto é Contratação de serviços do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, para atender a Resolução SES/MG nº 10.443 de 17 de setembro de 2025.

São Lourenço, 28 de Janeiro de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS **–**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:6B80E466

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO 0041/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0013/2026

Extrato de Ratificação – A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, ratifica o processo nº 0041/2026, Inexigibilidade nº 13, artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021, licitante vencedor Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, inscrita no CNPJ nº. 24.824.195/0001-52, com valor de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) cujo objeto é Contratação de serviços do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, para atender a Resolução SES/MG nº 10.783 de 04 de dezembro de 2025.

São Lourenço, 30 de Janeiro de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS **–**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:17B2757E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO 0042/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 0014/2026

Extrato de Ratificação – A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, ratifica o processo nº 0042/2026, Inexigibilidade nº 14, artigo 74 inciso I da lei 14.133/2021, licitante vencedor Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, inscrita no CNPJ nº. 24.824.195/0001-52, com valor de R$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais) cujo objeto é Contratação de serviços do Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço, para atender a Resolução SES/MG nº 10.807 de 05 de dezembro de 2025.

São Lourenço, 30 de Janeiro de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS **–**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:6F81AEF9

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2025

O Diretor Presidente do SAAE, no uso de suas atribuições, adjudica às empresas:

Brandao Empreendimentos Ltda. – CNPJ: 59.555.058/0001-44
Valor total de R$ 556.585,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e oitenta e cinco reais)

Gustavo Bicalho dos Santos Ltda. – CNPJ: 59.597.817/0001-31
Valor total de R$ 150.059,95 (cento e cinquenta mil, cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

E homologa o **Processo Licitatório nº 196/2025**, **Pregão Eletrônico nº 052/2025**, que tem como objeto **o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pedras tipo brita, pedra marroada, matacão, pedra de mão e pó de pedra**.
Eduardo Rodrigues da Silva, São Lourenço/MG, 30/01/2026.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:46E27A40

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO 3º ADITAMENTO AO CONTRATO SAAE/SLO Nº 025/2024

1º Aditamento ao Contrato SAAE/SLO nº. 025/2025
Contratante: SAAE de São Lourenço-MG.
Contratada: Telefônica Brasil S/A.
Modalidade: Dispensa de Licitação (Compra Direta) nº 054/2024
Objeto do Contrato: serviço de telefonia móvel.
Objeto do aditamento: prorrogação do contrato original por mais 12 (doze) meses.
Vigência: início em 23/01/2026 e término em 22/01/2027.
Reajuste de preço: ficam reajustados os preços unitários de acordo com o índice IST acumulado nos últimos 12 meses que foi de 4,55%, da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. REAJUSTADO
TELEFONIA MÓVEL – Pacote de 40.000 (quarenta mil) minutos individuais em ligações VC1 VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para qualquer operadora, com utilização do CSp da operadora. Pacote de 100 SMS/MMS para móvel on, off net. Pacote 25Gb de internet com redução de velocidade para 128Kbs após atingimento da franquia sem cobrança de valores excedentes e serviços de gestão de voz, dados e dispositivos via Web incluso (valores para 25 linhas celulares).	Linha	R$ 52,17	**R$ 53,78**

Data da assinatura: 07/01/2026

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA,
Diretor Presidente.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:E6BF017E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Município de São Sebastião da Vargem Alegre/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO da abertura do Pregão Eletrônico nº 001/2026**, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de expediente, destinados ao atendimento das demandas administrativas das diversas secretarias municipais. A suspensão ocorre para análise e adequações no edital. A nova data para abertura da sessão pública será oportunamente divulgada pelos meios oficiais. Maiores informações poderão ser obtidas no site do Município: **www.saosebastiaodavargemalegre.mg.gov.br** ou no portal **https://bnccompras.com**.São Sebastião da Vargem Alegre/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ARCEDINO JOSÉ DE ALMEIDA**–**
Prefeito;

MAURELI FREITAS DA SILVA **–**
Pregoeiro.

Publique-se

Publicado por:
Maureli Freitas da Silva
Código Identificador:B180E8B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

O Município de São Sebastião da Vargem Alegre/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO da abertura do Pregão Eletrônico nº 002/2026**, que tem por objeto o Registro de preço para contratação de empresa especializada para fornecimento de material gráfico para atender as secretarias Municipais. A suspensão ocorre para análise e adequações no edital. A nova data para abertura da sessão pública será oportunamente divulgada pelos meios oficiais. Maiores informações poderão ser obtidas no site do Município: **www.saosebastiaodavargemalegre.mg.gov.br** ou no portal **https://bnccompras.com**.São Sebastião da Vargem Alegre/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ARCEDINO JOSÉ DE ALMEIDA–
Prefeito;

MAURELI FREITAS DA SILVA –
Pregoeiro.

Publique-se

Publicado por:
Maureli Freitas da Silva
Código Identificador:0861AEED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 168/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 001/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Registro de preços objetivando a contratação de pessoa jurídica para locação de: 01 (um) trator de esteiras, destinado ao aterro sanitário municipal; 01 (um) caminhão basculante tipo truck, a ser compartilhado entre o aterro sanitário e o aterro de resíduos da construção civil (rcc) e 02 (dois) caminhões compactadores para a coleta seletiva, com operadores e motoristas inclusos, abrangendo todas as despesas correlatas, em atendimento das demandas da secretaria municipal de meio ambiente, por um período de 12 meses, itens de livre participação. As propostas serão recebidas até o dia 20/02/2026 e o horário para início da sessão será às 09:30 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br;
http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes;
https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:31CB70F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 020/2026
A **Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras/MG**, por meio do **Setor de Compras e Licitações**, torna público o extrato do seguinte contrato:
Contrato Administrativo nº 035/2026
Processo Licitatório nº 036/2025
Pregão Eletrônico n° 023/2025
Consórcio Público CIMAG
Contratante: Município de São Tomé das Letras/MG – CNPJ nº 18.008.920/0000-11.
Contratada: MWA COMERCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO ESPORTIVA LTDA – CNPJ nº 44.457.514/0001-46.
Contratado Interveniente: Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da AMAG – CIMAG – CNPJ nº 21.406.451/0001-01.
Objeto: Fornecimento e instalação de piso em solução de polipropileno para ambientes internos e externos, para atender futuras demandas do município, neste caso, para a secretaria de Educação.
Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
Valor Global: R$ 36.375,00 (trinta e seis mil trezentos setenta e cinco reais).
Data da Assinatura: 23 de janeiro de 2026.
São Tomé das Letras/MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Clodoaldo Lazaro de Souza
Código Identificador:5463B7CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 016/2026
A Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras/MG, por meio do Setor de Compras e Licitações, torna público o extrato do seguinte contrato:
Contrato Administrativo nº **036/2026**
Processo Licitatório nº **029/2024**
Pregão Eletrônico nº **023/2024**
Consórcio Público CIMAG
Contratante: **Município de São Tomé das Letras/MG** – CNPJ nº **18.008.920/0000-11**.
Contratada: **LINEHOSP Medical Comércio de Produtos Hospitalares EIRELI –** CNPJ nº **38.370.336/0001-19.**
Contratado Interveniente: **Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da AMAG – CIMAG** – CNPJ nº **21.406.451/0001-01.**
Objeto: **Aquisição e fornecimento de materiais médico-hospitalares, laboratoriais, odontológicos, equipamentos, reagentes, saneantes e descartáveis, com base no maior percentual de desconto sobre o Banco de Preços do TCEMG, para atender às demandas do Município de São Tomé das Letras.**
Vigência: **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato.
Valor Global: **R$ 352.000,00** (trezentos e cinquenta e dois mil reais).
Data da Assinatura: **23 de janeiro de 2026**.
São Tomé das Letras 02 de Fevereiro 2026

CLODOALDO LAZARO DE SOUZA
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Clodoaldo Lazaro de Souza
Código Identificador:6ABB474A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 019/2026
A Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras/MG, por meio do Setor de Compras e Licitações, torna público o extrato do seguinte contrato:
Contrato de Programa nº **053/2026**
Processo Licitatório nº **003/2026**
Credenciamento Publico nº **002/2026**
Consórcio Público CIMAG

Contratante: **Município de São Tomé das Letras/MG** – CNPJ nº **18.008.920/0000-11**.
Contratada: **BLOOM SOLUÇÕES LTDA –** CNPJ nº **54.302.707/0001-81**
Contratado Interveniente: **Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da AMAG – CIMAG** – CNPJ nº **21.406.451/0001-01.**
Objeto: **Prestação de serviços de engenharia mecânica em geral e vistoria de veículos neste caso para atender as demanda da secretaria de educação**
Vigência: **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato.
Valor Global: **R$ 4.131,40** (quatro mil cento trinta e um reais e quarenta centavos).
Data da Assinatura: **27 de janeiro de 2026**.
São Tomé das Letras 02 de Fevereiro 2026

CLODOALDO LAZARO DE SOUZA
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Clodoaldo Lazaro de Souza
Código Identificador:20665D85

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 018/2026
A Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras/MG, por meio do Setor de Compras e Licitações, torna público o extrato do seguinte contrato:
Contrato de Programa nº 034/2026
Processo Licitatório nº 003/2024/2025
Credenciamento Público nº 002/2024/2025 Consórcio Público CIMAG
Contratante: Município de São Tomé das Letras/MG – CNPJ nº 18.008.920/0000-11.
Contratada: CLÍNICA VETERINÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – CNPJ nº 43.929.044/0001-03.
Contratado Interveniente: Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da AMAG – CIMAG – CNPJ nº 21.406.451/0001-01.
Objeto: Prestação de serviço de castração de animais (cães e gatos) através do credenciamento de clínicas / médicos veterinários, para atender às demandas do Município de São Tomé das Letras.
Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
Valor Global: R$ 56.346,90 (cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa centavos).
Data da Assinatura: 20 de janeiro de 2026.
São Tomé das Letras 02 de fevereiro 2026

CLODOALDO LAZARO DE SOUZA
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Clodoaldo Lazaro de Souza
Código Identificador:93246799

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS
PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ DAS LETRAS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
A Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras/MG, **através do Setor de Compras e Licitações**, torna público o **Processo Administrativo nº 004/2026**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 003/2026**, tendo como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada em controle de pragas e limpeza e desinfecção de caixas d'água, com fornecimento de materiais, para atender a todos os departamentos da Prefeitura Municipal. A sessão pública será realizada no dia **13 de fevereiro de 2025, às 09h00**, por meio da plataforma **Licitar Digital** (www.licitardigital.com.br). O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico: https://saotomedasletras.mg.gov.br/licitacoes-publicadas.
Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone: **(35) 3237-1086**.
São Tomé das Letras/MG, 02 de fevereiro de 2025.

CLODOALDO LÁZARO DE SOUZA
Chefe do Setor de Compras e Licitações

Publicado por:
Clodoaldo Lazaro de Souza
Código Identificador:7F73A050

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

CÂMARA MUNICIPAL DE SEM PEIXE
2º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2025

Termo aditivo de reequilíbrio financeiro do Contrato Nº 001/2025. Inexigibilidade Nº 001/2025. Objeto: Aditivo de reequilíbrio financeiro no percentual de 3,90%, tendo em vista a continuidade da execução de serviços técnicos especializados em assessoria na contabilidade pública, compreendendo todos os serviços contábeis da Câmara Municipal de Sem-Peixe, atendendo a todas as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal, inclusive com responsabilidade técnica.
Contratado: CAS CONTABILIDADE ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 01.465.580/00001-55.

Publicado por:
Josilaine Cota Cruz
Código Identificador:E8252985

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Extrato da Rescisão ao contrato 050/2024. Pregão Presencial 003/2024.Objeto: Rescisão do contrato 050/2024 da Contratada: LUCIANA APARECIDA FERREIRA, CPF/MF 125.369.406-08, com sede na Rua Alípio Paulino Lamas, nº 62, Centro, Sem Peixe/MG, CEP: 35.441-000. Sem Peixe, 18 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:3CB3A191

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DE 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2025
CONCORRÊNCIA 005/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. PROCESSO CONCORRENCIA 005/2025 EXTRATO DO 1º ADITIVO. Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual por mais 06 (SEIS) meses a partir da data de 20 de fevereiro de 2026. Contratado: CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS QUARESMA E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.525.230/0001-16, com sede no Sítio Camões, S/n, Zona Rural de Sem Peixe/MG. Sem Peixe, 20 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:6E93EF68

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DE 1º APOSTILA AO CONTRATO Nº 156/2023
PRESENCIAL 018/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Pregão Presencial 018/2023. **EXTRATO DE 1º APOSTILA AO CONTRATO Nº 156/2023**.Objeto: atualização do valor mensal pago como base da apostila o índice acumulado do INPC nos últimos 24 (vinte e quatro) meses. Contratado: JULIANA SCHITINE SOARES DE BARROS, CPF n º 127.180.806-47; situada na Praça São Sebastião, nº 94, Centro, Sem Peixe/MG, CEP: 35.441-000, O valor total do contrato passa a ser de **R$ 25.149,72 (vinte e cinco mil e cento e quarenta e**

nove reais e setenta e dois centavos). Sem Peixe, 14 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:796EA751

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO PREGÃO PRESENCIAL 018/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Pregão Presencial 018/2023. EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2023.Objeto: alteração dos valores contrato com acréscimos no quantitativo dos itens originalmente contratado. Contratado: JULIANA SCHITINE SOARES DE BARROS, CPF n º 127.180.806-47; situada na Praça São Sebastião, nº 94, Centro, Sem Peixe/MG, CEP: 35.441-000, O valor total do contrato passa a ser de R$ 23.850,00 (vinte e três mil e oitocentos e cinquenta reais). Sem Peixe, 02 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:962D0310

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO TOMADA DE PREÇO 016/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. PROCESSO TP 016/2023. EXTRATO DO 5º ADITIVO. Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual por mais 09 (nove) meses a partir do dia 05 de fevereiro de 2026, para c**ontratação de empresa para execução de obras de calçamento em bloquete – convênio caixa econômica - contrato de repasse operação Nº 1079575-95/2021 CONVÊNIO: Nº 918567/2021 ministério do desenvolvimento regional, pavimentação de estradas vicinais localizada na comunidade de Califórnia trecho 1 e 2, São Paulino trecho 3**. Contratado: CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS QUARESMA E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.525.230/0001-16, com sede no Sítio Camões, S/n, Zona Rural de Sem Peixe/MG. Sem Peixe, 20 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:E71BEF40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SENADOR CORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 022/2026 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 010/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 022/2026 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 010/2026.

Aviso de licitação. Prefeitura Municipal de Senador Cortes-MG. Torna-se público a realização do processo de licitação informado acima. Tipo menor preço por item, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA, TRATOR DE ESTEIRA e CAMINHÃO BASCULANTE).** *O Credenciamento dos interessados, abertura dos envelopes de Proposta e Habilitação, ocorrerão no dia 23/02/2026, às 09:00 hs.* A íntegra do instrumento convocatório poderá ser obtida, nos dias úteis, no horário de 9h00min as 16h00min horas, na Avenida Antônio de Souza Rabelo, nº 179, Centro, Senador Cortes – MG. CEP: 36.650-000, ou pelo site da prefeitura: www.senadorcortes.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@senadorcortes.mg.gov.br. Informações pelo Tel. (32) 3490-0700. José Luis Garcia Fernandez. Pregoeiro Municipal. Senador Cortes – MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
José Luiz Garcia Fernandez
Código Identificador:AB14D705

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2025 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 011/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2025 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 011/2025.

Aviso de licitação. Prefeitura Municipal de Senador Cortes-MG. Torna-se público a realização do processo de licitação informado acima. Tipo menor preço por item, para o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE SAÚDE, SISTEMA TRIBUTÁRIO E DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS.** *O Credenciamento dos interessados, abertura dos envelopes de Proposta e Habilitação, ocorrerão no dia 23/02/2026, às 11:00 hs.* A íntegra do instrumento convocatório poderá ser obtida, nos dias úteis, no horário de 9h00min as 16h00min horas, na Avenida Antônio de Souza Rabelo, nº 179, Centro, Senador Cortes – MG. CEP: 36.650-000, ou pelo site da prefeitura: www.senadorcortes.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@senadorcortes.mg.gov.br. Informações pelo Tel. (32) 3490-0700. José Luis Garcia Fernandez. Pregoeiro Municipal. Senador Cortes – MG, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
José Luiz Garcia Fernandez
Código Identificador:8062DDB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DESPACHO ADMINISTRATIVO

Processo nº: 81/2025
Credenciamento nº: 25/2025
Interessado: ALAN GREISON RAMOS SILVA JUNIOR LTDA

Assunto: Solicitação de esclarecimentos quanto à ordem cronológica de credenciamento

Vistos;

Trata-se de solicitação de esclarecimentos apresentada por **ALAN GREISON RAMOS SILVA JUNIOR LTDA**, na qual o interessado requer a disponibilização da comprovação da ordem cronológica de recebimento das documentações de credenciamento, considerando a data e o horário de protocolo no portal eletrônico, nos termos do item 17.9 do Edital, bem como questiona a realização de contratações antes da apreciação definitiva de recurso administrativo interposto.

Inicialmente, registra-se que o procedimento de credenciamento em questão observa integralmente os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios da legalidade, isonomia, publicidade, transparência, vinculação ao edital e segurança jurídica.

No que se refere à ordem cronológica, esclarece-se que a Administração Municipal adota, de forma estrita, o critério estabelecido no Edital, observando a ordem de credenciamento realizada por meio do portal eletrônico, com base na data e no horário efetivos de protocolo da documentação, e não a data de posterior análise, validação ou cadastro definitivo pela Administração, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º e art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Conforme registros extraídos do sistema eletrônico oficial, verifica-se que o interessado **ALAN GREISON RAMOS SILVA JUNIOR**

LTDA realizou o credenciamento em 07 de janeiro de 2026, às 17h37min, ocasião em que já havia outros profissionais devidamente credenciados anteriormente, os quais, por conseguinte, precedem o interessado na ordem de convocação e distribuição da demanda. (Ordem cronológica anexa)

Esclarece-se, ainda, que após a interposição de recurso administrativo, o procedimento de credenciamento foi suspenso quanto a novos ingressos, medida adotada em observância aos princípios da segurança jurídica e da autotutela administrativa, previstos nos arts. 147 e 148 da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, a referida suspensão não alcançou os profissionais que já se encontravam regularmente credenciados até a data da interposição do recurso, os quais permaneceram válidos e aptos à convocação, não havendo óbice legal para a continuidade das contratações, especialmente diante da necessidade de assegurar a continuidade do serviço público essencial, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, por fim, que todos os atos praticados observaram rigorosamente as regras editalícias, a ordem cronológica de credenciamento e os princípios administrativos aplicáveis, encontrando-se o procedimento devidamente instruído e passível de fiscalização pelos órgãos de controle competentes.

Diante do exposto, **prestam-se os esclarecimentos requeridos**, restando demonstrada a regularidade do procedimento adotado pela Administração.

Publique-se.

Dê-se ciência ao interessado.

Junte-se aos autos.

Serra Azul de Minas/MG, 02 de fevereiro de 2026

CÁSSIA CRISTINA COSTA FRANÇA PACHECO
Agente de Contratação

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:622BD449

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de 1º Termo Aditivo a ata de registro de preços nº 023/2025. Processo licitatório n.º 01/2025. Pregão n.º 01/2025. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, visando atender a demanda da merenda escolar e de vários departamentos do Município de Serrania/MG. Empresas: Comercio De Produtos Alimentícios Di Primeira CNPJ n.º 06.985.398/0001-49. Prorroga a vigência da ata de registro por mais 12 meses, para o dia 18 de fevereiro de 2027, alterando a cláusula quinta, item 5.1 da ata de registro em tela. Serrania, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:FBAFBB32

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Dispensa de licitação n° 06/2026. Processo nº. 12/2026. Objeto: Contratação de empresa para ministrar Curso de Formação sobre o Método Fônico na Alfabetização, visando atender a demanda do Departamento de Educação do Município de Serrania/MG. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 72, VIII da Lei nº 14.133/21 torna público que autorizou a contratação e ratificou o processo de acordo com art. 75, inciso II, combinado com o seu § 3º da Lei nº 14.133/21. Empresa vencedora: Comunique - Clinica E Consultoria Em Fonoaudiologia S/S Ltda, portadora do CNPJ/MF sob o nº 10.281.686/0001-90. Valor: R$ 6.400,00. Serrania, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:07D841D3

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Dispensa de licitação n.º 07/2026, Processo nº. 13/2026. Objeto: a prestação de serviços de locução e animação no evento "Carnaval" do ano de 2026 na cidade de Serrania/MG. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 72, VIII da Lei nº 14.133/21 torna público que autorizou a contratação e ratificou o processo de acordo com art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Vencedor: 49.279.784 Wilson Ildeu Santos Souza CNPJ n.º 49.279.784/0001-28. Valor: R$ 4.500,00. Serrania, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:902CC608

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Contrato nº. 08/2026. Processo n.º 11/2026. Dispensa de licitação n.º 05/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Fornecimento pré marcação aplicação mecanizada de Pintura viária com tinta de resina acrílica a base de solvente com aplicação de micro esferas de vidro tipo ll-A conforme norma ABNT 11.862. Incluso do material, ferramentas, maquinário necessário a execução da obra. Empresa: Soma Sinalização Viária Ltda, CNPJ n.º 60.135.793/0001-88. Valor: R$ 89.999,00. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Serrania, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:5A48F220

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 06/2026. Processo nº. 12/2026. Objeto: Contratação de empresa para ministrar Curso de Formação sobre o Método Fônico na Alfabetização, visando atender a demanda do Departamento de Educação do Município de Serrania/MG. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a empresa Comunique - Clinica E Consultoria Em Fonoaudiologia S/S Ltda, portadora do CNPJ/MF sob o nº 10.281.686/0001-90. Valor: R$ 6.400,00. Serrania, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:50F6389A

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 07/2026, Processo nº. 13/2026. Objeto: a prestação de serviços de locução e animação no evento "Carnaval" do ano de 2026 na cidade de Serrania/MG. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a 49.279.784 Wilson Ildeu Santos Souza CNPJ n.º 49.279.784/0001-28 Valor: R$ 4.500,00. Serrania, 02 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:F3EF1FAC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O EDITAL DO PROCESSO 006/2026, DISPENSA ELETRÔNICA 002/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de caixa térmica com termômetro acoplado, com capacidade de 5 litros, sob demanda da Vigilância em Saúde de Serro/MG, Período de Propostas: 04/02/2026 das 08h até 09/02/2026 às 08h, Período de lances: 09/02/2026 das 08:00 as 14:00hrs, data da sessão: 09/12/2026. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:A21C919D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 012/2026 CUJO O OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE OFEREÇA SERVIÇOS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÉBITOS INSCRITOS E NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, CDAS, QUE CONSISTE NO LEVANTAMENTO, ATUALIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO DE DADOS

.AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	**Fornecimento**
Número do Contrato	**012/2026**
Contratante	**Município de Simão Pereira**
Contratado	**Oliveira Consultoria e Assessoria Jurídica, Tributária e empresarial LTDA.**
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE OFEREÇA SERVIÇOS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÉBITOS INSCRITOS E NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, CDAs, QUE CONSISTE NO LEVANTAMENTO, ATUALIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO DE DADOS DOS CONTRIBUINTES, COBRANÇA ADMINISTRATIVA (EXTRAJUDICIAL) COMPREENDENDO O APONTAMENTO DE TÍTULOS EM CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS, SEM CUSTOS NOTORIAIS PARA A CONTRATANTE, ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS, PROPOR MELHORIAS NOS PROCESSOS RELACIONADOS AOS SERVIÇOS DESTE ITEM E, MANTER A CONTRATANTE, CONSTANTEMENTE INFORMADA.
Fundamento	**Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações**
Dotação Orçamentária	3.3.90.35.00.2.02.01.04.122.0002.2.0009 – ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Prazo	**De 02 de fevereiro de 2026 a 01 de fevereiro de 2027.**
Valor	**R$ 100.000,00 (Cem mil reais).**
Data de assinatura	**02 de fevereiro de 2026**
Signatário - Contratante	**David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal**
Signatário - Contratado	**José Roberto Resende de Oliveira, Representante Legal**

Simão Pereira/MG, 02 de fevereiro de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:FF83049D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
ABERTURA DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO 07/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.003/2026

Prefeitura Municipal de Tapira-MG
Abertura de Licitação:
Processo Licitatório 07/2026 - Pregão Eletrônico nº 09.003/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de gases medicinais comprimidos, com cessão de cilindros em regime de comodato, bem como para a aquisição de cilindros destinados ao uso domiciliar por pacientes e ao Centro de Saúde do Município de Tapira/MG. Abertura: 23/02/2026 às 09h.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 02/02/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:556725EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
ABERTURA PROCESSO 08/2026 CREDENCIAMENTO 10.001/2026

Prefeitura Municipal de Tapira/MG
Processo:08/2026
Credenciamento 10.001/2026

Processo Administrativo nº 08/2026 – Inexigibilidade por Credenciamento 10.001/2026. Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a prestação de serviços de transporte escolar rural, em regime de execução de empreitada por preço unitário (quilômetro rodado), destinado ao atendimento diário de estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do município de Tapira/MG, bem como de servidores públicos municipais em exercício nas unidades escolares rurais, quando devidamente autorizado pela administração. Abertura: 03/02/2026 às 09h. Maiores informações podem ser obtidas através do e-mail licitacao@tapira.mg.gov.br.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal. 02/02/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:7BED69C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO 06/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.002/2026.

Prefeitura Municipal de Tapira-MG
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO:
Processo Licitatório 06/2026 - Pregão Eletrônico nº 09.002/2026. Objeto: Registro de preços, visando à futura e eventual aquisição de medicamentos, fórmulas infantis, leites e suplementos alimentares,

destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Tapira/MG. **RETIFICA-SE** devido a erro material: Data de abertura onde lê-se 13/01/2026 às 09h leia-se 19/02/2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 02/02/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:3EC100B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEIXEIRAS

DEPTO DE CONTRATOS
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **ALF COM. DE ELETRODOMESTICOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.581.380/0001-84, sediada na Rua Padre Anchieta, nº 683, Sala 101, Edif. Vô Hugo, Centro, Encantado/RS, CEP 95.960-000. Valor Global: R$14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **ALPHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.351.642/0001-57, sediada na Rua J-46, S/N, Qd. 46, Lt. 20, Galpão 01, Mansões Paraíso, na cidade de Aparecida De Goiânia/GO, CEP: 74.952-345. Valor Global: R$31.910,00 (trinta e um mil e novecentos e dez reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **BW OFFICE DISTRIBUICAO E IMPORTAÇÃO LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 55.469.601/0001-30, sediada na Rua Soror Angelica, nº 720, Vila Ester (Zona Norte), São Paulo/SP, CEP: 02452-060. Valor Global: R$717,78 (Setecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.117.794/0001-80, sediada na Avenida dos Acadêmicos, nº 40, Country Clube, Piraí/RJ, CEP 27.175-000. Valor Global: R$24.141,00 (vinte e quatro mil e cento e quarenta e um reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **D&D EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 07.994.516/0001-48, sediada na Rua Domingos Tavares de Souza, nº 223, Vivendas da Serra, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.047-250. Valor Global: R$ 4.702,00 (Quatro mil, setecentos e dois reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **DAMIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.250.886/0001-88, sediada na Rua Emilio Noal, nº151, Bairro Cerâmica, na cidade de Erechim/RS CEP: 99709-510. Valor Global: R$5.475,0000 (cinco mil e quatrocentos e setenta e cinco reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 19.316.524/0001-14, sediada na Rua Gomercindo Pagnussat, n° 150, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, CEP: 99.740-000. Valor Global: R$12.968,35 (doze mil e novecentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 38.408.899/0001-59, sediada na Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 1, Sala E, Vargem Grande, Pinhais/PR, CEP 83.321-020. Valor Global: R$6.043,00 (seis mil e quarenta e três reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **INDAPHARMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.614.643/0001-

41, sediada na Rua Gama Cerqueira, nº 734-A, Jardim América, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.421-372. Valor Global: R$103.670,00 (cento e três mil e seiscentos e setenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 54.322.844/0001-88, sediada na Rua 434, nº1603, casa 01, Morretes, na cidade de Itapema/SC, CEP: 88.220-000. Valor Global: R$26.950,00(vinte e seis mil e novecentos e cinquenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MEDSANTA COMÉRICO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.757.380/0001-50, sediada na Av. João Luiz Pozzobon, nº 1728, SALA 01, Bairro km3, Santa Maria/RS, CEP: 97.095-465. Valor Global: R$ 50.708,00 (cinquenta mil e setecentos e oito reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MEDTREM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ sob o nº 57.370.564/0001-33, sediada na Rua José Appolonio dos Reis, nº 201, Aeroporto - Sala Comercial, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.038-332. Valor Global: R$1.840,00 (um mil e oitocentos e quarenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MINAS SAÚDE E CONFORTO DIST LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.056.510/0001.41, sediada na Rua Domingos Grosso, nº 80, Parque São Pedro, Venda Nova, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP: 31-610-100. Valor Global: R$39.050,00 (trinta e nove mil e cinquenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG.
Contratado:
Valor Global:
Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MINASFOR LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.419.879/0001-15, sediada na Avenida Dom Bosco, nº 641, Bairro Palmeiras, na cidade de Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-232. Valor Global: R$730.059,83 (setecentos e trinta mil e cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **PONTO COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.957.055/0001-90, sediada na Rua Israel Pinheiro, nº 1620, bairro São Pedro, na cidade de Governador Valadares/MG, CEP: 35.020-220. Valor Global: R$55.083,05 (cinquenta e cinco mil e oitenta e três reais e cinco centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **SUPORTH CIRURGICA - PONTA GROSSA LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 47.999.914/0001-71, sediada na Rua Abatia, nº 438/A, bairro Nova Rússia, na cidade de Ponta Grossa/PR, CEP 84.070-220. Valor Global: R$6.245,00 (seis mil duzentos e quarenta e cinco reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **SUTCARE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 61.771.120/0001-87, sediada na Avenida Dr. Jorge Tibiriça, nº 465, Centro, CEP 13.800-151, na cidade de Mogi Mirim/SP. Valor Global: R$ 3.691,00 (três mil, seiscentos e noventa e um reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE

TEIXEIRAS/MG. Contratado: **VERLUMA COMERCIO LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 63.679.550/0001-07, sediada na Rua Carlos Gomes, nº 239, Sala 406, Edifício Aracatuba Office, Centro, na cidade de Aracatuba/SP, CEP 16.010-310. Valor Global: R$ 21.100,00 (vinte e um mil, cem reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 32.597.474/0001-59, sediada na Rua Nova Esperança, nº 976, Bairro Emiliano Perneta, na cidade de Pinhais/PR, CEP: 83.324-400. Valor Global: R$8.625,00 (oito mil e seiscentos e vinte e cinco reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **VIEIRA & CIA DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.700.884/0001-50, sediada na Avenida Lorena Carolina De Oliveira, nº 181, Jardim Vitoria, na cidade de Patos de Minas/MG, CEP: 38.705-516. Valor Global: R$3.693,00 (três mil, seiscentos e noventa e três reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Micaelle Jessicka Ferreira
Código Identificador:3F4769F2

DEPTO DE CONTRATOS
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **ALF COM. DE ELETRODOMESTICOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.581.380/0001-84, sediada na Rua Padre Anchieta, nº 683, Sala 101, Edif. Vô Hugo, Centro, Encantado/RS, CEP 95.960-000. Valor Global: R$14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **ALPHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.351.642/0001-57, sediada na Rua J-46, S/N, Qd. 46, Lt. 20, Galpão 01, Mansões Paraíso, na cidade de Aparecida De Goiânia/GO, CEP: 74.952-345. Valor Global: R$31.910,00 (trinta e um mil e novecentos e dez reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **BW OFFICE DISTRIBUICAO E IMPORTAÇÃO LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 55.469.601/0001-30, sediada na Rua Soror Angelica, nº 720, Vila Ester (Zona Norte), São Paulo/SP, CEP: 02452-060. Valor Global: R$717,78 (Setecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.117.794/0001-80, sediada na Avenida dos Acadêmicos, nº 40, Country Clube, Piraí/RJ, CEP 27.175-000. Valor Global: R$24.141,00 (vinte e quatro mil e cento e quarenta e um reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **D&D EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 07.994.516/0001-48, sediada na Rua Domingos Tavares de Souza, nº 223, Vivendas da Serra, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.047-250. Valor Global: R$ 4.702,00 (Quatro mil, setecentos e dois reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **DAMIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.250.886/0001-88, sediada na Rua Emilio Noal, nº151, Bairro Cerâmica, na cidade de Erechim/RS CEP: 99709-510. Valor Global: R$5.475,0000 (cinco mil e quatrocentos e setenta e cinco reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 19.316.524/0001-14, sediada na Rua Gomercindo Pagnussat, n°

150, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, CEP: 99.740-000. Valor Global: R$12.968,35 (doze mil e novecentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **EQUIMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 38.408.899/0001-59, sediada na Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 1, Sala E, Vargem Grande, Pinhais/PR, CEP 83.321-020. Valor Global: R$6.043,00 (seis mil e quarenta e três reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **INDAPHARMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.614.643/0001-41, sediada na Rua Gama Cerqueira, nº 734-A, Jardim América, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.421-372. Valor Global: R$103.670,00 (cento e três mil e seiscentos e setenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 54.322.844/0001-88, sediada na Rua 434, nº1603, casa 01, Morretes, na cidade de Itapema/SC, CEP: 88.220-000. Valor Global: R$26.950,00(vinte e seis mil e novecentos e cinquenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MEDSANTA COMÉRICO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.757.380/0001-50, sediada na Av. João Luiz Pozzobon, nº 1728, SALA 01, Bairro km3, Santa Maria/RS, CEP: 97.095-465. Valor Global: R$ 50.708,00 (cinquenta mil e setecentos e oito reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MEDTREM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ sob o nº 57.370.564/0001-33, sediada na Rua José Appolonio dos Reis, nº 201, Aeroporto - Sala Comercial, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.038-332. Valor Global: R$1.840,00 (um mil e oitocentos e quarenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MINAS SAÚDE E CONFORTO DIST LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.056.510/0001.41, sediada na Rua Domingos Grosso, nº 80, Parque São Pedro, Venda Nova, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP: 31-610-100. Valor Global: R$39.050,00 (trinta e nove mil e cinquenta reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG.
Contratado:
Valor Global:
Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **MINASFOR LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.419.879/0001-15, sediada na Avenida Dom Bosco, nº 641, Bairro Palmeiras, na cidade de Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-232. Valor Global: R$730.059,83 (setecentos e trinta mil e cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **PONTO COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.957.055/0001-90, sediada na Rua Israel Pinheiro, nº 1620, bairro São Pedro, na cidade de Governador Valadares/MG, CEP: 35.020-220. Valor Global: R$55.083,05 (cinquenta e cinco mil e oitenta e três reais e cinco centavos). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE

TEIXEIRAS/MG. Contratado: **SUPORTH CIRURGICA - PONTA GROSSA LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 47.999.914/0001-71, sediada na Rua Abatia, nº 438/A, bairro Nova Rússia, na cidade de Ponta Grossa/PR, CEP 84.070-220. Valor Global: R$6.245,00 (seis mil duzentos e quarenta e cinco reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **SUTCARE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 61.771.120/0001-87, sediada na Avenida Dr. Jorge Tibiriça, nº 465, Centro, CEP 13.800-151, na cidade de Mogi Mirim/SP. Valor Global: R$ 3.691,00 (três mil, seiscentos e noventa e um reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **VERLUMA COMERCIO LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 63.679.550/0001-07, sediada na Rua Carlos Gomes, nº 239, Sala 406, Edifício Aracatuba Office, Centro, na cidade de Aracatuba/SP, CEP 16.010-310. Valor Global: R$ 21.100,00 (vinte e um mil, cem reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 32.597.474/0001-59, sediada na Rua Nova Esperança, nº 976, Bairro Emiliano Perneta, na cidade de Pinhais/PR, CEP: 83.324-400. Valor Global: R$8.625,00 (oito mil e seiscentos e vinte e cinco reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 06/2026 – Processo Administrativo n° 94/2025 – Pregão Eletrônico n° 49/2025 – Registro De Preços nº 30/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG. Contratado: **VIEIRA & CIA DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.700.884/0001-50, sediada na Avenida Lorena Carolina De Oliveira, nº 181, Jardim Vitoria, na cidade de Patos de Minas/MG, CEP: 38.705-516. Valor Global: R$3.693,00 (três mil, seiscentos e noventa e três reais). Vigência: até 27/01/2027 contados do dia 27/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Micaelle Jessicka Ferreira
Código Identificador:5AF945C0

DEPTO DE CONTRATOS
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 07/2026 – Processo Administrativo n° 70/2025 – Pregão Eletrônico n° 37/2025 – Registro De Preços nº 21/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS ENXOVAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS. Contratado: **JEANDRE JORGE DE AMORIM - J.J.A. ENXOVAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 53.537.364/0001-71, sediada na Rua Nossa Senhora das Graças, nº 2772, Conj. Residencial 26 de Junho, na cidade de Umuarama/PR, CEP: 87.508-090. Valor Global: R$122.995,00 (cento e vinte e dois mil e novecentos e noventa e cinco reais). Vigência: até 30/01/2027 contados do dia 30/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 30 de janeiro de 2025.

-

Extrato de Ata De Registro De Preço nº 07/2026 – Processo Administrativo n° 70/2025 – Pregão Eletrônico n° 37/2025 – Registro De Preços nº 21/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS ENXOVAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS. Contratado: **MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 21.542.057/0001-92, sediada na Avenida Mei Mei, nº 966, Jardim Esplanada, CEP: 38.082-008, na cidade de Uberaba/MG. Valor Global: R$87.600,00 (oitenta e sete mil e seiscentos reais). Vigência: até 30/01/2027 contados do dia 30/01/2026, data de sua assinatura. Teixeiras/MG, 30 de janeiro de 2025.

Publicado por:
Micaelle Jessicka Ferreira
Código Identificador:97C74DEF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
DECRETO Nº 8.651, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.651, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, áreas de terreno situadas no Município de Teófilo Otoni/MG – Distrito de Brejão, destinadas à implantação do Sistema de Abastecimento de Água, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pelo inciso IX do art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o acesso à água potável constitui direito fundamental indispensável à dignidade da pessoa humana, à saúde pública e ao desenvolvimento sustentável da coletividade;

CONSIDERANDO que compete ao Município assegurar a adequada prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos do art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal, bem como da legislação federal pertinente;

CONSIDERANDO que a implantação, ampliação e manutenção de sistemas de abastecimento de água configuram inequívoco interesse público primário, autorizando a imposição de limitações administrativas ao direito de propriedade privada;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especialmente em seus arts. 2º, 5º, 6º e 15, que admitem a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa;

CONSIDERANDO que a servidão administrativa constitui instrumento jurídico idôneo para viabilizar a execução de obras e serviços públicos, sem a supressão da titularidade dominial, quando o uso do imóvel puder coexistir com a finalidade pública;

CONSIDERANDO os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da menor onerosidade ao particular, que orientam a atuação da Administração Pública e recomendam a adoção da medida menos gravosa ao direito de propriedade;

CONSIDERANDO que, no caso concreto, as áreas necessárias à implantação da captação subterrânea, acessos e estruturas operacionais não demandam a transferência do domínio, sendo suficiente a imposição de restrições permanentes de uso compatíveis com a função social da propriedade;

CONSIDERANDO que a servidão administrativa especial assegura à concessionária o acesso permanente, a implantação, a operação, a manutenção e a proteção sanitária das estruturas do sistema de abastecimento de água;

CONSIDERANDO que os imóveis objeto deste decreto foram tecnicamente individualizados, com memorial descritivo, coordenadas georreferenciadas e identificação de seus proprietários;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de garantir segurança jurídica, eficiência administrativa e continuidade da prestação do serviço público de abastecimento de água à população do Distrito de Brejão;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa permanente, mediante acordo ou judicialmente, em favor da COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – COPANOR S/A , as áreas de terreno necessárias à implantação, operação, manutenção e acesso ao Sistema de Abastecimento de Água do Município de Teófilo Otoni/MG – Distrito de Brejão, conforme descrições técnicas abaixo especificadas.

Art. 2º A servidão administrativa instituída por este decreto destina-se, entre outras finalidades, a:

I – implantação de captação subterrânea de água, poços, equipamentos eletromecânicos e estruturas auxiliares;
II – implantação e manutenção de acessos operacionais;
III – passagem de tubulações, adutoras e redes;
IV – circulação de veículos, pessoas e equipamentos necessários à operação do sistema;
V – estabelecimento de restrições de uso compatíveis com a proteção sanitária e operacional das estruturas.

Art. 3º As áreas objeto da servidão administrativa são as seguintes:

I – FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DE CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA, localizada na via de acesso s/nº, Distrito de Brejão – Município de Teófilo Otoni/MG, medindo 125 m², de propriedade de Laura Gomes dos Santos, conforme memorial descritivo e coordenadas constantes do Anexo Único deste decreto.

II – FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DE ACESSO À CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA, medindo 2.089,49 m², de propriedade de Laura Gomes dos Santos, conforme memorial descritivo e coordenadas constantes do Anexo Único.

III – FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DE ACESSO AO RESERVATÓRIO, medindo 1.641,30 m², de propriedade de Nilo Comarela Junior, conforme memorial descritivo e coordenadas constantes do Anexo Único.

Parágrafo único. A especificação técnica completa das áreas objeto da servidão administrativa, compreendendo a individualização dos imóveis, identificação dos proprietários, áreas, perímetros, confrontações, coordenadas georreferenciadas, azimutes, distâncias e memoriais descritivos, consta do Anexo Único deste Decreto, do qual é parte integrante para todos os fins de direito.

Art. 4º A instituição da servidão administrativa não transfere a titularidade do domínio dos imóveis, permanecendo os proprietários com a posse indireta e o uso residual, observadas as restrições necessárias ao interesse público, à segurança operacional e à proteção sanitária das estruturas.

Art. 5º A Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni autoriza a COPANOR a promover a instituição da servidão administrativa por via amigável ou judicial, bem como, em caso de comprovada urgência, requerer a imissão provisória na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Art. 6º Eventuais indenizações decorrentes da instituição da servidão administrativa limitar-se-ão aos prejuízos efetivamente comprovados, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, TEÓFILO OTONI – MG.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.651
Anexo Único

1 – ÁREAS OBJETO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA
A) FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DE CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

Área localizada na via de acesso s/nº, Distrito de Brejão, Município de Teófilo Otoni/MG, medindo 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), de propriedade de Laura Gomes dos Santos, destinada à implantação, operação, manutenção e proteção sanitária de captação subterrânea de água, sem transferência do domínio, permanecendo a titularidade do imóvel com a proprietária, observadas as restrições de uso decorrentes da servidão administrativa instituída.

DATUM: SIRGAS2000 – MERIDIANO CENTRAL: 39°W.

MATERIALIZAÇÃO DO VÉRTICE DE PARTIDA, TRANSPORTE DAS AMARRAÇÕES E DESCRIÇÃO DAS DIVISAS:

O ponto de partida (PP) tem coordenadas (UTM) N: 8.032.641,733 m e E: 262.729,771 m, materializado no vértice V-01; deste, segue com azimute de 239°05'38" e distância de 10,00 m até o vértice V-02, de coordenadas N: 8.032.636,597 m e E: 262.721,191 m; daí, segue com azimute de 329°05'38" e distância de 12,50 m até o vértice V-03, de coordenadas N: 8.032.647,322 m e E: 262.714,770 m; segue com azimute de 59°05'38" e distância de 10,00 m até o vértice V-04, de coordenadas N: 8.032.652,458 m e E: 262.723,350 m; e finalmente, com azimute de 149°05'38" e distância de 12,50 m, retorna ao vértice V-01, encerrando a descrição da área delimitada pelos vértices V-01 a V-04, confrontando-se, em todos os seus lados, com a área remanescente da propriedade de Laura Gomes dos Santos.

B) FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DO ACESSO À CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

Faixa localizada na via de acesso s/nº, Distrito de Brejão, Município de Teófilo Otoni/MG, medindo 2.089,49 m² (dois mil e

oitenta e nove metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados), de propriedade de Laura Gomes dos Santos, destinada à implantação, manutenção e utilização de acesso operacional à captação subterrânea, com passagem de pessoas, veículos e equipamentos, sem transferência de domínio.

DATUM: SIRGAS2000 – MERIDIANO CENTRAL: 39°W.

Esta faixa de servidão possui largura total de 4,00 metros, sendo 2,00 metros para cada lado, paralela ao eixo descrito a seguir.

MATERIALIZAÇÃO DO VÉRTICE DE PARTIDA, TRANSPORTE DAS AMARRAÇÕES E DESCRIÇÃO DAS DIVISAS:

O ponto de partida (PP) tem coordenadas (UTM) N: 8.032.645,150 m e E: 262.716,070 m, materializado no vértice V-01; deste, segue com azimute de 265°34'21" e distância de 105,12 m até o vértice V-02, de coordenadas N: 8.032.637,035 m e E: 262.611,259 m; segue com azimute de 257°51'20" e distância de 33,83 m até o vértice V-03, de coordenadas N: 8.032.629,917 m e E: 262.578,185 m; com azimute de 243°42'56" e distância de 33,47 m até o vértice V-04, de coordenadas N: 8.032.615,094 m e E: 262.548,172 m; com azimute de 226°01'38" e distância de 28,01 m até o vértice V-05, de coordenadas N: 8.032.595,643 m e E: 262.528,011 m; com azimute de 214°53'39" e distância de 29,73 m até o vértice V-06, de coordenadas N: 8.032.571,260 m e E: 262.511,004 m; com azimute de 195°06'24" e distância de 32,10 m até o vértice V-07, de coordenadas N: 8.032.540,270 m e E: 262.502,639 m; com azimute de 182°26'20" e distância de 29,34 m até o vértice V-08, de coordenadas N: 8.032.510,957 m e E: 262.501,390 m; com azimute de 177°37'08" e distância de 26,08 m até o vértice V-09, de coordenadas N: 8.032.484,902 m e E: 262.502,474 m; com azimute de 160°33'03" e distância de 31,20 m até o vértice V-10, de coordenadas N: 8.032.455,481 m e E: 262.512,863 m; com azimute de 140°53'27" e distância de 40,71 m até o vértice V-11, de coordenadas N: 8.032.423,895 m e E: 262.538,540 m; com azimute de 128°17'12" e distância de 41,26 m até o vértice V-12, de coordenadas N: 8.032.398,332 m e E: 262.570,925 m; com azimute de 121°02'10" e distância de 25,50 m até o vértice V-13, de coordenadas N: 8.032.385,184 m e E: 262.592,774 m; com azimute de 107°43'45" e distância de 23,37 m até o vértice V-14, de coordenadas N: 8.032.378,067 m e E: 262.615,038 m; com azimute de 106°43'05" e distância de 28,27 m até o vértice V-15, de coordenadas N: 8.032.369,935 m e E: 262.642,112 m; e, por fim, com azimute de 102°01'21" e distância de 14,37 m até o vértice V-16, de coordenadas N: 8.032.366,940 m e E: 262.656,171 m, encerrando-se a descrição do eixo da faixa definida pelos vértices V-01 a V-16.

O eixo da faixa de servidão confronta-se lateralmente, em toda a sua extensão, com a área remanescente da propriedade de Laura Gomes dos Santos.

C) FAIXA DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DO ACESSO AO RESERVATÓRIO

Faixa localizada na via de acesso s/nº, Distrito de Brejão, Município de Teófilo Otoni/MG, medindo 1.641,30 m² (mil seiscentos e quarenta e um metros quadrados e trinta decímetros quadrados), de propriedade de Nilo Comarela Junior, destinada à implantação e manutenção de acesso operacional ao reservatório de água, sem transferência de domínio.

DATUM: SIRGAS2000 – MERIDIANO CENTRAL: 39°W.

A faixa possui largura total de 4,00 metros, sendo 2,00 metros para cada lado, paralela ao eixo descrito.

MATERIALIZAÇÃO DO VÉRTICE DE PARTIDA, TRANSPORTE DAS AMARRAÇÕES E DESCRIÇÃO DAS DIVISAS:

O ponto de partida (PP) tem coordenadas (UTM) N: 8.032.816,697 m e E: 263.091,611 m, materializado no vértice V-05; deste, segue com azimute de 346°51'30" e distância de 12,78 m até o vértice V-06, de coordenadas N: 8.032.829,145 m e E: 263.088,704 m; com azimute de 308°32'11" e distância de 39,27 m até o vértice V-07, de coordenadas N: 8.032.853,610 m e E: 263.057,988 m; com azimute de 283°29'49" e distância de 30,97 m até o vértice V-08, de coordenadas N: 8.032.860,838 m e E: 263.027,874 m; com azimute de 303°45'09" e distância de 30,62 m até o vértice V-09, de coordenadas N: 8.032.877,852 m e E: 263.002,414 m; com azimute de 318°30'05" e distância de 43,03 m até o vértice V-10, de coordenadas N: 8.032.910,080 m e E: 262.973,902 m; com azimute de 323°18'55" e distância de 47,82 m até o vértice V-11, de coordenadas N: 8.032.948,429 m e E: 262.945,333 m; com azimute de 317°20'16" e distância de 28,10 m até o vértice V-12, de coordenadas N: 8.032.969,094 m e E: 262.926,290 m; com azimute de 311°38'36" e distância de 38,53 m até o vértice V-13, de coordenadas N: 8.032.994,694 m e E: 262.897,500 m; com azimute de 297°21'01" e distância de 43,95 m até o vértice V-14, de coordenadas N: 8.033.014,888 m e E: 262.858,459 m; com azimute de 293°07'21" e distância de 35,91 m até o vértice V-15, de coordenadas N: 8.033.028,988 m e E: 262.825,436 m; com azimute de 271°03'36" e distância de 10,70 m até o vértice V-16, de coordenadas N: 8.033.029,186 m e E: 262.814,734 m; com azimute de 249°33'44" e distância de 26,65 m até o vértice V-17, de coordenadas N: 8.033.019,881 m e E: 262.789,764 m; e, finalmente, com azimute de 239°00'46" e distância de 21,99 m até o vértice V-18, de coordenadas N: 8.033.008,559 m e E: 262.770,910 m, encerrando-se a descrição do eixo da faixa.

O eixo da faixa de servidão confronta-se, em toda a sua extensão, pelas laterais, com a área remanescente da propriedade de Nilo Comarela Junior.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza v B Bispo Pinheiro
Código Identificador:15B2337C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
DECRETO Nº 8.652 DE 22 DE JANEIRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.652 DE 22 DE JANEIRO DE 2026

"Dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar Não Processado de exercício anterior, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, IX, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a legislação vigente, especialmente o disposto no artigo 36 da Lei nº 4.320/64 que consideram-se como**Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro**distinguindo-se as processadas das não processadas;

CONSIDERANDO o disposto art. 37 da Lei nº 4.320/64 que dispõe que despesas de exercícios anteriores, com crédito orçamentário próprio e saldo suficiente, que não foram processadas na época própria, assim como Restos a Pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, poderão ser pagas por dotação específica no orçamento, seguindo a ordem cronológica;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade fiscal, que veda aos titulares de Poderes, nos dois últimos quadrimestres de seus mandatos, a contração de despesas que não possam ser cumpridas integralmente

dentro do próprio mandato, ou que gerem parcelas para o exercício seguinte sem a devida disponibilidade de caixa;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os Restos a Pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo municipal em aprovar, por meio de decreto, o cancelamento de Restos a Pagar não processados e os Restos a Pagar prescritos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Diretoria de Contabilidade, autorizada a efetuar o cancelamento da despesa lançada em Restos a Pagar Não processados.

§1º. Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contáveis vigentes e com o art. 37 da Lei Federal n. 4.320/1964, à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual "Despesas de Exercícios Anteriores" no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida

§2º. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I – Vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor nele estabelecida;
II – Vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;
III – Se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;
IV – Corresponder a compromissos assumidos no exterior.

Art. 2º. Fica, desde já, notificado o credor do inteiro teor deste Decreto, para junto à Secretaria Municipal de Fazenda o direito à liquidação e ao pagamento de seu crédito, observando o prazo prescricional de (05) cinco anos,a contar da data em que a dívida foi inscrita em Restos a Pagar.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Teófilo Otoni – MG

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito do Município de Teófilo Otoni

Publicado por:
Ana Luiza v B Bispo Pinheiro
Código Identificador:9AD7AEA5

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
DECRETO Nº 8.653 DE 23 DE JANEIRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.653 DE 23 DE JANEIRO DE 2026

Altera Decreto nº. 8.578/2025 que dispõe sobre a nomeação de membro da Junta Recursal – JURE, do Procon do Município de Teófilo Otoni.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO de Teófilo Otoni/MG, considerando o disposto no artigo 82, IX da Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto Municipal nº. 8.578 de 06 de fevereiro de 2025 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º *Fica nomeado o Senhor FRANCISCO RAUL ALVES SANTOS - Matrícula 121081 – para a função de Membro da Junta Recursal – JURE, do Procon do Município de Teófilo Otoni, em substituição a Senhora CAMILA VAZ COSTA – Matricula 116.609*

I *- FRANCISCO RAUL ALVES SANTOS - Matrícula 121081*
II – (...)
III – (...)

Art. 2º. *(...)*

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, especialmente o inciso I do art. 1º do Decreto 8.578 de 06 de fevereiro de 2025

Gabinete do Prefeito, Teófilo Otoni/MG.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito do Município de Teófilo Otoni

Publicado por:
Ana Luiza v B Bispo Pinheiro
Código Identificador:F0977F4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
RESOLUÇÃO INTERNA CGM Nº 02/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

RESOLUÇÃO INTERNA CGM Nº 02/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a instauração, o procedimento e o julgamento da Investigação Preliminar (Procedimento Preparatório Preliminar) destinada à apuração de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos à administração pública municipal praticados por pessoas jurídicas, no âmbito da Controladoria-Geral do Município de Teófilo Otoni/MG.

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Constituição Federal, no seu efetivo exercício de controle e na busca de comprovação de legalidade na gestão dos bens e dos atos públicos da administração municipal; bem como, na verificação e adequação às normas legais pertinentes; e ainda conforme previsão das atribuições que lhe conferem o art. 31, inciso I, e o Art. 33, incisos VII e XI – da Lei Complementar nº 156/2025; e ainda:
CONSIDERANDOa competência da Controladoria-Geral para instaurar e julgar investigações preliminares e processos administrativos de responsabilização de pessoa jurídica (Art. 33, VII).
CONSIDERANDOa necessidade de estabelecer rito célere e eficaz para a coleta de dados e indícios que subsidiem a decisão de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
CONSIDERANDOque a Investigação Preliminar possui natureza inquisitorial e preparatória, dispensando formalidades processuais rígidas típicas da fase sancionadora.
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA
Art. 1º. Fica instituída a Investigação Preliminar, também denominada Procedimento Preparatório Preliminar – PPP, com o objetivo de coletar elementos de informação para apurar a existência de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos à administração pública municipal praticados por pessoas jurídicas.
Parágrafo único.O procedimento de que trata esta Resolução tem caráter sigiloso, não punitivo e meramente preparatório.
CAPÍTULO II
DA INSTAURAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 2º.A Investigação Preliminar será instaurada, de ofício ou mediante provocação, por despacho fundamentado do Controlador-Geral do Município, sempre que a ciência da suposta irregularidade não contiver elementos suficientes para a imediata instauração de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
Art. 3º.O ato de instauração designará 01 (um) servidor efetivo ou comissionado, lotado na Controladoria-Geral, para conduzir os trabalhos de coleta de dados e diligências investigativas.
Parágrafo único.O servidor designado, por delegação do Controlador-Geral, terá acesso irrestrito aos documentos e informações necessárias, de qualquer dos setores, órgãos e secretarias do Executivo Municipal, nos termos do § 1º do Art. 33 da Lei Complementar nº 156/2025.
CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO E DOS PRAZOS
Art. 4º.A Investigação Preliminar será conduzida sem rigor formal, podendo o servidor encarregado utilizar-se de todos os meios de prova lícitos para a elucidação dos fatos, tais como:
I – Requisição de documentos e informações a órgãos públicos e privados.
II – Realização de inspeções e vistorias.
III – Oitiva e/ou entrevistas de testemunhas e informantes.
IV – Solicitação de perícias e pareceres técnicos.
Art. 5º.O prazo para a conclusão da Investigação Preliminar será de**até 30 (trinta) dias**, contados da data da publicação da portaria ou despacho de designação.
§ 1ºO prazo previsto no*caput*poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do servidor encarregado e autorização do Controlador-Geral.
§ 2º Em casos extraordinários e de alta complexidade, devidamente fundamentados, poderá haver uma segunda e última prorrogação por mais 30 (trinta) dias.
§ 3º Em hipótese alguma, o procedimento de coleta de dados ultrapassará o prazo total de**90 (noventa) dias**.
CAPÍTULO IV
DO RELATÓRIO E DO JULGAMENTO
Art. 6º. Ao final das diligências, o servidor encarregado elaborará Relatório Conclusivo, que deverá conter:
I – A descrição sucinta dos fatos investigados.
II – As diligências realizadas.
III – A análise dos elementos probatórios coletados.
IV – A conclusão opinativa sobre a existência ou não de indícios suficientes de autoria e materialidade.
Art. 7º.O Relatório Conclusivo será submetido ao Controlador-Geral do Município para solução, que decidirá, motivadamente, pelo:
I –Arquivamentoda Investigação Preliminar, caso não se confirmem os indícios de autoria ou materialidade.
II –Instauração de Processo Administrativo de Responsabilização– PAR, caso presentes os indícios suficientes da prática de ato lesivo.
III – Aplicação de multa pecuniária em desfavor da pessoa jurídica investigada, diante da existência de indícios palpáveis de autoria e materialidade.
IV –Encaminhamentoa outros órgãos competentes, quando a matéria fugir à atribuição da Controladoria-Geral.
Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teófilo Otoni/MG, 28 de janeiro de 2026.

EDER MACHADO SILVA
Controlador-Geral do Município
OAB/MG nº 200.674

Publicado por:
Weslei Gonçalves Chaves
Código Identificador:259C550E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - O Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a realização da Concorrência Publica Eletrônica nº 002/2026, no dia 20/02/2026, com recebimento das propostas até às 9:00h. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obra de contenção de encosta na Rua Aimorés, Bairro Tabajaras, no Município de Teófilo Otoni-MG. Íntegra do edital, planilhas, anexos e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br. Teófilo Otoni/MG, 02/02/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES –
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:1E77D3F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - O Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 002/2026 no dia 19/02/2026, com recebimento das propostas até as 08h30min. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esportes.** A Íntegra do edital e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br. Teófilo Otoni/MG, 02/02/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES -
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:27981D0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2024

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2024 – **Objeto: "PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO DE LOCAÇÃO n° 001/2024". Locador: GERALDO AFONSO ESTEVES**, brasileiro, portadora do CPF n° 218.857.536-91. **Da Dotação Orçamentária:** 02.18.02.10.301.2058.4164.3.3.90.39.00 – Ficha: 785 – Fonte: 1.600.000. **Do valor**: O valor mensal do aluguel será de R$ 2.109,56,00 (dois mil cento e nove reais e cinquenta e seis centavos), o que corresponde a um valor global de R$ 8.438,24 (oito mil quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).**Da Vigência:** O prazo de vigência do contrato será de 4 (quatro) meses, a partir da data de publicação. **Data da Assinatura**: 19/12/2025.Teófilo Otoni/MG, 02/02/2026.

CICERO MARCELO SARAIVA –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:A521ADF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022 - **Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada:** SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, CNPJ nº: 05.475.103/0001-21 - **Referência**: Dispensa n° 027/2021 - **Data de Assinatura:** 09/01/2026 – **Do Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência. **Do Prazo:** O prazo de vigência do Contrato nº 001/2022 fica prorrogado por 12 (doze) meses contados a partir de 11 de janeiro de 2026. Teófilo Otoni/MG.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS –
Prefeito do Município.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:799F3D96

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2026 – **Objeto: "LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA BOM SUCESSO, N 66, ELDORADO, TEÓFILO OTONI – MG, PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO EAP ELDORADO". Locadora: ILMA MENDES DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora do CPF n°075.815.886-61. **Da Dotação Orçamentária:** 02.18.02.10.301.2058.4164.3.3.90.36.00 – Ficha: 784 – Fonte: 1.600.000. **Do valor**: O valor mensal do aluguel será de R$ 600,00 (seiscentos reais), o que corresponde a um valor global de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). **Da Vigência:** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação. **Data da Assinatura**: 13/01/2026. Teófilo Otoni/MG, 02/02/2026.

CICERO MARCELO SARAIVA –
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:07B4283A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO 002/2024 PROCESSO LICITATÓRIO 056/2024

RETIFICAÇÃO

Na Matéria Publicada no Diário Oficial do Municípios Mineiros no Dia 25/11/2025. Edição 4157 Referente a Ata da Reunião de Abertura Dos Envelopes de Documentação Relativos ao Processo Licitatório Nº. 056/2024 – Credenciamento – Nº. 002/2024

OBJETO: "CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À REDE DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA - POLICLÍNICA - SAÚDE MENTAL E PROGRAMA MELHOR EM CASA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG".

Na parte onde se lê:

"Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro [...]".

LEIA-SE:

Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro do ano dedois mil e vinte e cinco [...]".

Mantendo as demais partes do texto inalteradas.

CLARISSA MOURA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Agente Público
Credenciamentos

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:5C8115CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2025 ODONTOLOGIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2025

A Secretária Municipal de Administração interina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO**, processada com fundamento e previsões legais da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023 para que se proceda o credenciamento da empresa: DS Serviços Odontológicos LTDA –CNPJ nº 63.592/0001-03 para prestação de serviços para o **CREDENCIAMENTO de pessoa jurÍDíca para prestação de serviços odontológicos nas unidades de saúde no atendimento à rede de atenção primaria psf´s e na atenção secundária ceo de teófilo otoni-mg,** conforme demanda e chamamento da secretária de saúde.

Teófilo Otoni/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:2C53D500

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0172/2025.

Prefeitura Municipal de Três Corações. Aviso de republicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0172/2025. Processo n.° 0671/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de peças para as câmaras frias da marca Indrel. O município de Três Corações/Prefeitura Municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim América, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 20/02/2026 às 14h:00min. Local: www.ammlicita.org.br.. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br. ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Três corações, 02 de Fevereiro de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:9A4488A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AVISO DE ADENDO I – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2026 – PROCESSO N.º 009/2026

A Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, através da Pregoeira, Gabriela Felix Santos, torna pública que houve alterações no Edital do **Registro de Preços para Aquisição de Madeiras em Geral**. O Adendo ao Edital completo e seus anexos estarão à disposição dos interessados nos sites: www.trespontas.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Data e horário de abertura das propostas comerciais: até às 08h30min do dia 19/02/2026. Início da Sessão de Lances: 19/02/2026 a partir das 08h30min.

TRÊS PONTAS (MG), 02 DE FEVEREIRO DE 2026

GABRIELA FELIX SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:EAB996B2

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
DECISÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2025

Na qualidade de autoridade competente, na forma estabelecida na Lei Federal n.º 14.133/21, tendo em conta o recurso administrativo interposto em face do julgamento do Pregão Eletrônico n.º 130/2025 – Processo Licitatório n.º 258/2025, e em consonância com a decisão do Pregoeiro que me foi submetida, e levando em conta os fundamentos já discutidos no referido julgamento, ACOLHO e RATIFICO o mesmo, para o fim de conhecer do recurso administrativo interposto pela empresa **4C Construtora Ltda.** para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão atacada tal como se apresenta, visto inexistir incongruência ou ilegalidade que possa conduzir a alteração ou anulação da mesma.
Registre-se e cumpra-se.

Três Pontas/MG, 30 de janeiro de 2026.

ERIKA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:CE38F696

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 046/2025 - PROCESSO N.º 106/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Pontas – MG. **Detentora: Autoposto Brasil Petro Três Pontas,**inscrita no CNPJ sob n.º47.676.834/0001-85. Objeto: Altera-se o valor registrado para os itens, passando a vigorar o disposto abaixo:

Item	Unidade	Código	Descrição do Produto	Valor Unitário Contratado	Valor Unitário Reequilibrado
01	LT	49217	ETANOL	R$ 3,74	R$ 4,33
02	LT	46773	ÓLEO DIESEL S10	R$ 5,45	R$ 5,62
03	LT	58786	ÓLEO DIESEL S500	R$ 5,40	R$ 5,60
04	LT	46772	GASOLINA COMUM	R$ 5,47	R$ 5,50

Data: 19/01/2026.

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:80B4F45A

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N.º 001/2026 – INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2026 – PROCESSO N.º 001/2025

Partes: Município de Três Pontas, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88 e Associação Trespontana dos Catadores de Materiais Recicláveis – ATREMAR, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.411.353/0001-59. **Do Objeto:** A presente Colaboração tem por objetivo a prestação de serviços de Coleta Seletiva no Município de Três Pontas, conforme Plano de Trabalho. **Valor:** R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). **Vigência:** 02/01/2026 a 31/12/2026. **Data:** 02.01.2026

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:7EDC1253

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – EDITAL – 3/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – ,em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21, e pelas Resoluções do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, Notifica através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, das respectivas Infrações de Transito, estabelecendo prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição da Defesa da Autuação ou Solicitar a aplicação de Penalidade de Advertência Por Escrito, observado os termos da Resolução do CONTRAN Conselho Nacional de Transito, nº. 918/2022.
A Defesa da Autuação por venturainterposta, ou a Solicitação da aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito,deverão ser entregues PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS - , que fica localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144.
Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação, e tratando-se de infração de responsabilidade do condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo, tem o prazo de 30 dias a contar da presente publicação, para identificá-lo, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos dos §§ 7º e 8º do artigo 257, da Lei Federal 14.229/21 (Código de Transito Brasileiro).
O formulário para identificação do Condutor Infrator pode ser solicitado no SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144.
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3265-2730.

PLACA	NRO AIT	DATADAINFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
HNG0A69	AG02828549	20/01/2026	7633-2
HHH6E62	AG02828548	20/01/2026	5568-0
SYP4B46	AG02828553	20/01/2026	5738-0
RNK3D50	AG02828552	20/01/2026	5541-4
QPZ0A16	AG02828551	20/01/2026	5541-1
CZF4544	AG02828550	20/01/2026	7366-2
JOF3242	AG02828220	20/01/2026	5452-6
FBD2I03	AG02828219	20/01/2026	5568-0
OFU8E65	AG02828217	20/01/2026	5568-0
RVR9J10	AG02828215	20/01/2026	5452-6
PUV2929	AG02827916	20/01/2026	5568-0
HNP5172	AG02828554	21/01/2026	5452-2
EBR9573	AG02828556	22/01/2026	5428-3
PUA2A42	AG02828555	22/01/2026	5452-2
GVX5E52	AG02828225	22/01/2026	5452-2
MEF0E00	AG02827158	22/01/2026	5452-1
PYD7I23	AG02828231	22/01/2026	5622-1
HNG0681	AG02828230	22/01/2026	5452-2
PYK3326	AG02828229	22/01/2026	5541-4
QUQ2104	AG02828227	22/01/2026	5452-6
HGZ6641	AG02828224	22/01/2026	5452-2
AMO5982	AG02828223	22/01/2026	5452-6
FHP7973	AG02827164	23/01/2026	5452-6
RBI2H16	AG02828425	23/01/2026	5487-0
PXL8101	AG02827170	25/01/2026	5541-3
OPG0200	AG02828243	26/01/2026	5452-1
OWZ0901	AG02828557	26/01/2026	5541-4
HGZ5202	AG02828423	26/01/2026	5541-4

Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:ED0836C6

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS EDITAL – 3/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Em face ao recebimento das solicitações de aplicação de penalidade de advertência, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Art. 10º, ficam os proprietários dos veículos abaixo notificados conforme decisões. Os autos com acolhimento serão convertidos em penalidades de advertência, e os autos com não acolhimentos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade de multa.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
EFC1C37	AG02826982	02/11/2025	5460-0	02673572615
OQC6458	AG02828118	02/11/2025	5380-0	03344983560
OQO9254	AG02827129	03/11/2025	5380-0	05259604309
RNC0J69	AG02828125	07/11/2025	5550-0	02061255570

Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:1B5E74C2

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026

O SAAE de Três Pontas – MG, torna público que fará PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2026, tipo menor preço, para o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Bobinas de Papel para emissão de contas de água personalizadas frente e verso para atender as demandas da autarquia SAAE Três Pontas**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, a abertura da sessão será dia, **20 de fevereiro de 2026**, às 08h01min, no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Três Pontas, 02 de fevereiro de 2026.

JANAINA APARECIDA DE SOUSA
Pregoeira

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:33C2E483

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PORTARIA 004/2026

PORTARIA Nº 004/2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA PROCURADORIA DA MULHER NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA.

O Presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições legais e regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que:

CONSIDERANDO a Resolução nº 576, de 07 de junho de 2022, que "Dispõe sobre a criação da Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Tupaciguara/MG";

CONSIDERANDO que compete ao presidente da Cãmara Municipal de Tupaciguara a nomeação da procuradoria da mulher e procuradoras adjuntas, conforme art. 2º da Resolução nº 576/2022.

RESOLVE:

Art. 1º A Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Tupaciguara será composta pelas vereadoras abaixo nomeadas:

Procuradoria da Mulher: ANA THEREZA PRUDENTE CARTOLANO

Procuradoras Adjuntas: *KEZIA NOEMI GOMES E TALITA ALVES PEREIRA.*

Art. 2º O mandato da Procuradora da Mulher será até o dia 31 de dezembro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TUPACIGUARA/MG, 02 DE FEVEREIRO DE 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente
Câmara Municipal de Tupaciguara - MG

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:8C773314

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PORTARIA 005/2026

PORTARIA Nº 005/2026

NOMEIA A PRESIDENCIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DE TUPACIGUARA – ELET – "PROF. ELCE MAMEDE DORNELES", NOS TERMOS DA RESOLUÇAO Nº 629, DE 26 DE MARÇO DE 2024

CONSIDERANDO a Resolução nº 629, de 26 de março de 2024 reestrutura a Escola do Legislativo

CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Resolução nº 654/2025;

CONSIDERANDO que compete ao presidente da Câmara Municipal nomear os vereadores que irão integrar a presidência da ELET.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes vereadores para comporem a Presidência da Escola do Legislativo de Tupaciguara – ELET – "Professora Elce Mamede Dorneles";

Tullio Santana Pinhal – Presidente;
Kezia Noemi Gomes – Vice-presidente;
Jeronimo Romualdo Batista Filho - Secretario.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TUPACIGUARA/MG, 02 DE FEVEREIRO DE 2026

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente
Câmara Municipal de Tupaciguara

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:6A0709FD

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
PORTARIA 006/2026

PORTARIA Nº 006/2026

"Nomeia o Diretor da ALEC - Associação Legislativa Esporte Clube, no âmbito da Câmara Municipal de Tupaciguara."

O **Presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as previstas na Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de nomear um Diretor para a ALEC – Associação Legislativa Esporte Clube, instituída por esta

Casa Legislativa para fins estritamente desportivos e recreativos, sem utilização de recursos públicos;
RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado **o Vereador Josenildo Soares de Melo "Cupim da Aroeira",** para exercer a função de Diretor da ALEC – Associação Legislativa Esporte Clube.
Art. 2º O Diretor ora nomeado terá as atribuições definidas na Portaria de criação da ALEC, cabendo-lhe a gestão das atividades desportivas, em conjunto com os demais integrantes da associação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tupaciguara, 02 de Fevereiro de 2026.

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente
Camara Municipal de Tupaciguara- MG

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:82B6CD0F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 002/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA nº. 002/2026

Processo Administrativo nº. 011/2026

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA** por meio do Departamento de Compras e Licitações, realizará Dispensa de Licitação nº. 002/2026, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Data para recebimento das propostas: 04/02/2026 à 09/02/2026
Endereço eletrônico para envio das propostas: comprastupaciguara2021@gmail.com
Endereço para protocolo das propostas físicas: Departamento de Licitação - Praça Antônio Alves de Faria s/nº. -Bairro Tiradentes - Tupaciguara/MG CEP 38.480/000

OBJETO: Contratação de profissional para prestação de serviços em informática e manutenção de equipamentos, para trabalhar com o programa informatiza APS, para suprir as necessidades das unidades de saúde do nosso município, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do objeto	Quantidade	Unidade	Vr. Unitário Médio
01	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMATICA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	12	ME	R$ 3.460,00

O DFD (documento de formalização de demanda) e demais atos da contratação direta estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico: https://www.tupaciguara.mg.gov.br/dispensa-de-licitacoes/
Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados para o e-mail: comprastupaciguara2021@gmail.com.

Tupaciguara/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

PATRÍCIA FERREIRA DE MELO ALENCAR
Matrícula nº. 9971

Publicado por:
Patricia Ferreira de Melo Alencar
Código Identificador:B319C7F2

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 17/2026

PORTARIA Nº 17/2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO À JUVENTUDE de TUPACIGUARA/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1° Fica nomeado para o cargo de **DIRETOR DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO À JUVENTUDE** o Sr. **LUCAS EMANUEL BARROSO VILELA,** brasileiro, solteiro, capaz, portador do RG MG-24.***.***, inscrito no CPF nº ***.***.***-38, residente e no município de Tupaciguara/MG.
Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 09 de janeiro de 2026.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:720D67F2

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 18/2025

PORTARIA Nº 18/2025

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE GERENTE DO PSF DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA/MG."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:
Art.1º Fica Exonerada o seguinte Agente Pública do Cargo em Comissão da **GERENTE DO PSF** de TUPACIGUARA/MG:
I– Sra. **VIVIANE OLIVEIRA DE LIMA**, brasileira, capaz, divorciada, portadora do RG MG-13.*** *** inscrita no CPF/MF nº *** *** ***-24, residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:5FC8CAED

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
PORTARIA Nº 19/2025

PORTARIA Nº 19/2025

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE GERENTE DE REGULAÇÃO DE VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA/MG."

O **PREFEITO DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere artigo 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º Fica Exonerada o seguinte Agente Pública do Cargo em Comissão da **GERENTE DE REGULAÇÃO DE VAGAS** de TUPACIGUARA/MG:
I– Sra. **NÚBIA BORGES RODRIGUES**, brasileira, capaz, casada, portadora do RG 15.*** *** inscrita no CPF/MF nº *** *** ***-68 residente e domiciliada no município de Tupaciguara/MG.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:B9F6D946

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TURMALINA

MUNICÍPIO DE TURMALINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA/MG, AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

Torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 007/2026 do Tipo: Menor Preço por Item, destinado ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos fracassados (processo nº 115/2025 pregão eletrônico nº 055/2025) para as Unidades de Saúde gerenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Turmalina-MG, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que será regido pela L**F** 14.133/2021, Decretos Municipais 127/2023 (regulamenta dispositivos da LF 14.133/2021), 129/2023 (regulamenta o Sistema de Registro de Preços) e 130/2023 (critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica), LC 123/2006 e posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis à espécie, bem como condições fixadas no Edital e seus anexos, com envio de propostas e documentos de habilitação por meio do sistema https://licitar.digital/ até as 07h59min do dia 24/02/2026, Data e Horário de Abertura da Sessão: 24/02/2026 às 08h00min. Demais informações e Edital à disposição na Av. Lauro Machado, nº 230 – Centro, pelos telefones (38) 3527-1257 Ramais 210 e 211 e (38) 93300-4972 no horário de 08h00hs às 16h00hs, pelo e-mail: licitacao@turmalina.mg.gov.br, pelo site www.turmalina.mg.gov.br/licitacoes/1 e pelo sistema https://licitar.digital/. PREFEITURA MUN. DE TURMALINA/MG, 02 de fevereiro de 2026.

GABRIEL GOMES CORDEIRO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Gabriel Gomes Cordeiro
Código Identificador:29441CA7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO– ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO– **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2025**. Contratante: MUNICIPIO DE UNIÃO DE MINAS – MG, CNPJ sob o nº 01.051.819/0001-40, Contratada: CIRURGICA VITORIA COMERCIO DEMEDICAMENTOS LTDA – CNPJ 07.700.245/0002-51. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS E GERIÁTRICAS E ESCOVA DENTAL PARA BEBÊ, POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.** O valor global da ata de registro de preço é de R$ 14.002,70 (quatorze mil dois reais e setenta centavos), item 6 – 7**. Vigência: 31 de janeiro de 2026 até o dia 31 de janeiro de 2026**. Data de Assinatura: 02/02/2026. União de Minas/MG 02 de fevereiro de 2026,

REGINA MARIA SOARES FERREIRA-
Agente de Contratação/ Pregoeira.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:C148E3F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ° 001/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº001/2026–Inexigibilidade de Licitaçãonº 001/2026, Procedimento Administrativonª 040/2025.**Partes: LOCATÁRIA - MUNCÍPIO DE URUCUIA – MG**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 25.223.850/0001-80 / **LOCADOR – WESLEY GONÇALVES MARQUES**, inscrito(a) no CPF sob o nº 092.274.XXX-63, Objeto:**Locação de imóvel para instalação e funcionamento da sede do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.Vigência:A vigência do contrato inicia-se a partir da assinatura dia 29/01/2026 e finda 28/01/2027.O Valor mensal é de **R$ 2.875,00 (dois mil oitocentos e setenta e cinco reais),** sendo o valor global de **R$ 34.500,00 (trinta quatro mil e quinhentos reais)**. **Fundamentação:**Procedimento Administrativo n° 001/2026, na modalidade,**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2026** com base na Lei 14.133/21 e alterações posteriores. O processo encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Município. Urucuia/MG, 02 de fevereiro de 2026.

(A) JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:9817A2F7

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 182/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2025 CONCORRÊNCIA 002/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Processo Licitatório n.º: 069/2025 CONCORRÊNCIA 002/2025, contrato n° 182/2025. Partes: Município de Urucuia / ANDRADES INCORPORAÇÕES, E SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA. Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA Objeto**: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, para prestação de serviços de execução de obra, com utilização de mão de obra e materiais, por empreitada global, visando a revitalização da Praça Municipal de Urucuia/MG**. O presente TERMO ADITIVO, tem por objeto prorrogação de 26 de janeiro de 2026 até 25 de julho de 2026. Urucuia/MG – 02 de fevereiro de 2026,

(A) JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Oswaldo Gomes da Silva Neto
Código Identificador:E6A4FA00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VARZELÂNDIA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZELÂNDIA/MG– EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – Concorrência eletrônica nº 006/2025 – Processo 135/2025 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS/RESIDENCIAIS DO PROGRAMA FNHIS SUB 50, NESTE MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA/MG, DE ACORDO COM SUAS ESPECIFICAÇÕES, CONFORME PROJETOS E PLANILHA EM ANEXO. Contratada: JG CONSTRUTORA E TRANSPORTES LTDA inscrita no CNPJ: 10.525.812/0001-04, valor global homologado: R$ 2.428.806,96. Varzelândia/MG, 18 de dezembro de 2025.

AMÂNCIO OLIVA NETO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vitor Gabriel Jacome Nunes
Código Identificador:669AB765

AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZELÂNDIA/MG – EXTRATO DE CONTRATO Nº006/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM O INTUITO DE AGILIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM ATENDIMENTOS AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA-MG. CONTRATADA: CAMPOSS SOLUÇÕES E GETÃO LTDA CNPJ: 59.549.563/0001-86 VALOR GLOBAL: R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais), VIGÊNCIA: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026 A CONTAR DA ASSINATURA 30/01/2026–

VITOR GABRIEL JACOME NUNES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Vitor Gabriel Jacome Nunes
Código Identificador:0184A6B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERDELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Verdelândia-MG torna público que realizará no dia 13/02/2026, às 08:00 horas, o Processo Licitatório N°004/2026, na modalidade Pregão Eletrônico N°001/2026, através do endereço eletrônico: licitar.digital. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores, destinados à substituição e manutenção da frota de veículos das secretárias do Município de Verdelândia/MG, conforme Termo de Referência e especificações do Edital Convocatório disponível no endereço eletrônico informado e no site https://verdelandia.mg.gov.br/. Informações: Setor de Licitações, situada a Rua Avenida Renato Azeredo, N°2001, Janaiba.

CLAYTON SHASSE PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
Pregoeiro

Tel.(38)3625-8113.
Email: licitacoes@verdelandia.mg.gov.br

Publicado por:
Clayton Shasse Pereira de Souza Junior
Código Identificador:905D67DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 02 – CONTRATO Nº 019/2024 – P.L. 238/2023 – P.E. 069/2023

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa ADDLIFE DIAGNÓSTICOS LTDA. **OBJETO:** Renovação de contrato de serviços de exames laboratoriais, com fornecimento de 02 (dois) equipamentos em até um ano de uso e em linha de fabricação, em sistema de comodato, incluindo assistência técnica/manutenções preventivas e corretivas, consumíveis, soluções de lavagens, controles e calibradores, destinados à realização de exames laboratoriais de hemograma completo e contagem de reticulócitos, com aplicação do reajuste de preços com base no percentual de 3,897870% (índice INPC-IBGE de 12/2025), em atendimento a Comunicação Interna nº 002/2026 da Secretaria Municipal de Saúde. **REAJUSTE (Item 01 – hemograma completo):** De R$ 4,74/teste, Para R$ 4,92/teste. **REAJUSTE (Item 02 – contagem de reticulócito):** De R$ 15,30/teste, Para R$ 15,90/teste. **VALOR DO CONTR. (REAJUSTADO):** R$ 454.200,00. **VIG:** 12 meses. **FDO:** 303.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:31D9DB68

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 03 - CONTRATO Nº 021/2024 – P.L. 152/2023 – P.E. 040/2023

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a MAR DE MINAS COOPERATIVA DE TRANSPORTES. **OBJETO:** Renovação de contrato de locação de veículos tipo van/micro-ônibus, com aplicação de reajuste de preços com base no percentual de 3,897870% (índice INPC-IBGE de 12/2025), em atendimento a Comunicação Interna nº 02/2026 do Setor de Transporte e Oficina/SMA. **REAJUSTE (Item 02 – Veículo tipo Van-Mico ônibus):** De R$ 14.745,00/unid., Para R$ 15.319,00/unid. **REAJUSTE (Item 03 – Veículo tipo Van):** De R$ 14.000,00/unid., Para R$ 14.545,00/unid. **VALOR DO CONTR. (REAJUSTADO):** R$ 4.409.940,00. **VIG:** 12 meses.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:74C58F13

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 04 - CONTRATO Nº 005/2023 – P.L. 007/2023 – DISP. 002/2023.

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC. **OBJETO:** Renovação do Contrato de serviços médicos, conforme Comunicação Interna nº 003/2026 da Secretaria Municipal de Saúde. **VIG:** 12 meses. **FDO:** 241 e 248.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:35802E89

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 06 – T. CRED. Nº 001/2021 – PROC. Nº 246/2019 – INEX. Nº 025/2019

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e o BANCO DO BRASIL S.A. **OBJETO:** Renovação e reajuste de preços no percentual de 4,264380% (conforme IPCA de 12/2025 – Cláusula 3ª) do termo em epígrafe, que possui como objeto o CREDENCIAMENTO de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, Guia de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados. **REAJUSTE (ITENS 1, 2 e 3):** De R$ 3,21/unid; Para R$ 3,35/unid. **VIG:** 12 meses.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:1484C2B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG - CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA. Processo Licitatório nº 005/2026. Dispensa de Licitação nº 001/2026. Edital de Chamada Pública de Compra de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar nº 001/2026. A Prefeitura, de acordo com a Lei Federal nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020 com redação alterada pela Resolução/CD/FNDE nº 21 de 16 de novembro de 2021, faz essa chamada pública de compra, objetivando adquirir gêneros alimentícios da Agricultura familiar e dos empreendedores familiares para a alimentação escolar, preferencialmente dentro do âmbito local, sendo a demanda dos alimentos para o período de 06 meses a seguinte: 300KG. DE ABACATE A R$ 11,93, 400KG. DE ABÓBORA MADURA A R$ 4,98, 350KG. DE ABOBRINHA VERDE A R$ 7,63, 150 PCT DE AÇAFRÃO DA TERRA EM PÓ A R$ 13,83, 800 UNIDADES DE ALFACE CRESPA A R$ 2,32, 800 UNIDADES DE ALFACE LISA A R$ 2,54, 1500KG. DE BANANA PRATA A R$ 7,49, 450KG. DE BATATA DOCE ROSADA A R$ 6,76, 350KG. DE BETERRABA A R$ 6,99, 400KG. DE BRÓCOLIS A R$ 10,69, 600KG. DE CENOURA A R$ 6,06, 400KG. DE CHUCHU VERDE A R$ 5,82, 400KG. DE COUVE FLOR A R$ 11,25, 500 MOLHOS DE COUVE TIPO MANTEIGA A R$ 3,29, 400 MOLHOS DE ESPINAFRE A R$ 3,09, 1200KG. DE FEIJÃO A R$ 7,22, 800KG. DE INHAME A R$ 11,96, 1500KG. DE LARANJA PÊRA A R$ 5,29, 400KG. DE MAMÃO FORMOSA A R$ 11,49, 800KG. DE MANDIOCA A R$ 5,98, 600KG. DE MANGA A R$ 6,66, 2000 UNIDADES DE MILHO VERDE A R$ 5,95, 200KG. DE PEPINO A R$ 6,54, 200KG. DE PIMENTÃO FRESCO A R$ 6,41, 200KG. DE POLPA DE ACEROLA A R$ 17,53, 200KG. DE POLPA DE MARACUJÁ A R$ 23,53, 200KG. DE POLPA DE GOIABA A R$ 17,53, 200KG. DE POLPA DE GRAVIOLA A R$ 18,43, 200KG. DE POLPA DE MANGA A R$ 20,87, 1000KG. DE TANGERINA A R$ 7,01, 400 MOLHOS DE TEMPERO VERDE (CEBOLINHA) A R$ 4,49 E 800KG. DE TOMATE A R$ 8,12, a serem entregues nas Escolas Municipais Antônio Tibúrcio Campanati, Nossa Senhora do Rosário, Gaspar Maria Pereira, São Geraldo, Trimonte e CMEI, semanalmente. As pessoas que se enquadram nessa categoria favor entrar em contato com a Prefeitura, situada na Av. Arthur Pedras, nº 120, Centro, na cidade de Volta Grande, de 2ª a 6ª feira, das 12h00min. às 18h00min., até as 14h30min. do dia 23 de fevereiro de 2026, quando se dará uma reunião entre os agricultores pertencentes a agricultura familiar interessados em contratar com a Prefeitura, Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio. Qualquer dúvida, ligar para o tel. (32) 3463-1232 ou através do e-mail licitacao@voltagrande.mg.gov.br. 27/01/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT **–**
Agente de Contratação.

IVAN SOARES PULLIG **–**
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:D177CB59

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE ABAETÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE PREVISTO NOS INCISOS VI, VIII E XIII DO ART. 72 C/C O DISPOSTO NO INCISO I DO ART. 98, AMBOS DA LEI ORGÂNIC

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 194/2025, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 108/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos concede progressão vertical à agente pública municipal, **Rosemar da Silva,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Auxiliar de Limpeza Urbana,** lotada na **Secretaria Municipal de Meio Ambiente,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível II e Grau A,** permanecendo no **Grau A** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionado(a) no **Nível III**, a partir da competência do mês de **janeiro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Vertical, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível III e Grau A,** a partir da competência de **janeiro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:5C011FEC

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
CONCEDE ADICIONAL – INSALUBRIDADE – PERICULOSIDADE – LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 096/2022 – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, consoante lhe autoriza a Lei Orgânica do Município e,
Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 7º, XXIII, assegura a todo trabalhador adicional de remuneração para as atividades insalubres e perigosas, na forma da lei.

Considerando o artigo 71 e 72 da Lei 1.660/97 que dispõe sobre os adicionais da insalubridade e periculosidade no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Considerando o artigo 3º e 4º da Lei Complementar Nº 96/2022 que faz jus ao agente público municipal submetido ao exercício de atividade insalubre.
Considerando a elaboração de laudo técnico que reconhece a incidência dos fatores que determinam o risco, **Resolve:**
Art. 1º - O Município de Abaeté, por Poder Executivo, concede adicional de insalubridade em favor da exercente de função pública Operador de Máquina Pesada, **Thiago Nunes Rocha ,** com vinculação de lotação junto à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente,** no percentual de **40% (quarenta por cento)**, incidente sobre a menor

remuneração de insalubridade paga pelo Município, a partir da competência de **janeiro de 2026.**

Art. 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Abaeté, 28 de janeiro de 2026.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:012BBA59

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, considerando-se o disposto no caput do art. 70 da Lei Municipal nº 1.660/97, considerando-se o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023; considerando-se a certidão de efetivo tempo de serviço emitida pelo Departamento de Recursos Humanos vinculado à Secretaria Municipal de Administração; tendo em vista o atendimento aos requisitos de ordem legal, concede Adicional de Tempo de Serviço na forma que especifica; e **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, concede Adicional de Tempo de Serviço à agente pública municipal a seguir indicada, na forma e condições constantes desta portaria:

Item	Nome do Agente Público	Matrícula	Período Aquisitivo
001	Sandra Aparecida Pereira Tavares	766-8	11/12/2020 e 10/12/2025

Art. 2º - O pagamento do Adicional de Tempo de Serviço autorizado em lei e cumprido nesta Portaria, far-se-á a partir da

Competência **Janeiro de 2026,** conforme disposto no art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023 c/c inciso IV do art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023.

Art. 3º - O conteúdo desta Portaria deve ser incluído na pasta funcional física ou eletrônica da servidora beneficiada para todos os fins de direito.

Art. 4º - É competência e responsabilidade de cada Secretaria Municipal, através do (a) Secretário (a) Municipal, a afixação desta Portaria nos respectivos locais de trabalho.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:949B5A85

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, considerando-se o disposto no caput do art. 70 da Lei Municipal nº 1.660/97, considerando-se o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023; considerando-se a certidão de efetivo tempo de serviço emitida pelo Departamento de Recursos Humanos vinculado à Secretaria Municipal de Administração; tendo em vista o atendimento aos requisitos de ordem legal, concede Adicional de Tempo de Serviço na forma que especifica; e **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, concede Adicional de Tempo de Serviço à agente pública municipal a seguir indicada, na forma e condições constantes desta portaria:

Item	Nome do Agente Público	Matrícula	Período Aquisitivo
001	Mércia Maria da Silva	133-9	12/12/2020 e 10/12/2025

Art. 2º - O pagamento do Adicional de Tempo de Serviço autorizado em lei e cumprido nesta Portaria, far-se-á a partir da

Competência **Janeiro de 2026,** conforme disposto no art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023 c/c inciso IV do art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023.

Art. 3º - O conteúdo desta Portaria deve ser incluído na pasta funcional física ou eletrônica da servidora beneficiada para todos os fins de direito.

Art. 4º - É competência e responsabilidade de cada Secretaria Municipal, através do (a) Secretário (a) Municipal, a afixação desta Portaria nos respectivos locais de trabalho.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:1D5A9C91

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, considerando-se o disposto no caput do art. 70 da Lei Municipal nº 1.660/97, considerando-se o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023; considerando-se a certidão de efetivo tempo de serviço emitida pelo Departamento de Recursos Humanos vinculado à Secretaria Municipal de Administração; tendo em vista o atendimento aos requisitos de ordem legal, concede Adicional de Tempo de Serviço na forma que especifica; e **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, concede Adicional de Tempo de Serviço à agente pública municipal a seguir indicada, na forma e condições constantes desta portaria:

Item	Nome do Agente Público	Matrícula	Período Aquisitivo
001	Rosemar da Silva	1035-6	08/12/2020 e 25/12/2025

Art. 2º - O pagamento do Adicional de Tempo de Serviço autorizado em lei e cumprido nesta Portaria, far-se-á a partir da

Competência **Janeiro de 2026,** conforme disposto no art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023 c/c inciso IV do art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023.

Art. 3º - O conteúdo desta Portaria deve ser incluído na pasta funcional física ou eletrônica da servidora beneficiada para todos os fins de direito.

Art. 4º - É competência e responsabilidade de cada Secretaria Municipal, através do (a) Secretário (a) Municipal, a afixação desta Portaria nos respectivos locais de trabalho.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:EF6BDDF1

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, considerando-se o disposto no caput do art. 70 da Lei Municipal nº 1.660/97, considerando-se o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023; considerando-se a certidão de efetivo tempo de serviço emitida pelo Departamento de Recursos Humanos vinculado à Secretaria Municipal de Administração; tendo em vista o atendimento aos requisitos de ordem legal, concede Adicional de Tempo de Serviço na forma que especifica; e **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, concede Adicional de Tempo de Serviço à agente pública municipal a seguir indicada, na forma e condições constantes desta portaria:

Item	Nome do Agente Público	Matrícula	Período Aquisitivo
001	Marina Ramos Stancioli	2692-3	21/12/2020 e 20/12/2025

Art. 2º - O pagamento do Adicional de Tempo de Serviço autorizado em lei e cumprido nesta Portaria, far-se-á a partir da

Competência **Janeiro de 2026,** conforme disposto no art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023 c/c inciso IV do art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023.

Art. 3º - O conteúdo desta Portaria deve ser incluído na pasta funcional física ou eletrônica da servidora beneficiada para todos os fins de direito.

Art. 4º - É competência e responsabilidade de cada Secretaria Municipal, através do (a) Secretário (a) Municipal, a afixação desta Portaria nos respectivos locais de trabalho.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:A6AA6190

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, considerando-se o disposto no caput do art. 70 da Lei Municipal nº 1.660/97, considerando-se o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023; considerando-se a certidão de efetivo tempo de serviço emitida pelo Departamento de Recursos Humanos vinculado à Secretaria Municipal de Administração; tendo em vista o atendimento aos requisitos de ordem legal, concede Adicional de Tempo de Serviço na forma que especifica; e **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, concede Adicional de Tempo de Serviço à agente pública municipal a seguir indicada, na forma e condições constantes desta portaria:

Item	Nome do Agente Público	Matrícula	Período Aquisitivo
001	Marina Ramos Stancioli	2692-3	21/12/2020 e 20/12/2025

Art. 2º - O pagamento do Adicional de Tempo de Serviço autorizado em lei e cumprido nesta Portaria, far-se-á a partir da

Competência **Janeiro de 2026,** conforme disposto no art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 103/2023 c/c inciso IV do art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023.

Art. 3º - O conteúdo desta Portaria deve ser incluído na pasta funcional física ou eletrônica da servidora beneficiada para todos os fins de direito.

Art. 4º - É competência e responsabilidade de cada Secretaria Municipal, através do (a) Secretário (a) Municipal, a afixação desta Portaria nos respectivos locais de trabalho.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:56D15FDE

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Maraísa Rosa da Silva,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico

Educacional, matrícula funcional nº 2896-1, referente ao período aquisitivo de 04/07/2025 e 03/07/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:7612E9B2

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Leia Carvalho da Silva,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 785-8, referente ao período aquisitivo de 02/06/2025 e 01/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:8AF91005

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Mauricélia da Silva Santiago,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 884-8, referente ao período aquisitivo de 02/06/2025 e 01/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:7AC5C900

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Alessandra Maria Oliveira Santos Maia,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 2138-7, referente ao período aquisitivo de 02/06/2025 e 01/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:F2DDE4AE

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Amanda Isabel Rocha Silva,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 2220-2, referente ao período aquisitivo de 22/06/2025 e 21/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:BF924F98

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Karine**

Heliane de Castro, ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 03392-8, referente ao período aquisitivo de 26/06/2025 e 25/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:E8299262

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Joelma Karla de Faria,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 01819-4, referente ao período aquisitivo de 02/06/2025 e 01/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:1DE584D2

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Jusmara Pauli de Jesus,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 03306-9, referente ao período aquisitivo de 20/06/2025 e 19/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:92C419F2

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Elizet Carvalho da Silva,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 03268-1, referente ao período aquisitivo de 02/06/2025 e 01/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:623D248E

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Cordélia Magna da Silva,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 01875-6, referente ao período aquisitivo de 02/06/2025 e 01/06/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:297DF04C

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública

municipal **Janaína Antônia da Silva** ocupante do cargo público de Servente Escolar, matrícula funcional nº 02100-6, referente ao período aquisitivo de 13/02/2024 e 12/02/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:29163867

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública municipal **Luana Ferreira Melo** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 03279-8, referente ao período aquisitivo de 01/09/2024 e 31/08/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:34EB1941

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública municipal **Marina Carvalho de Oliveira** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 03317-6, referente ao período aquisitivo de 17/10/2024 e 16/10/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:1E5FC9A3

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública municipal **Flaviana de Oliveira Campos,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 03300-1, referente ao período aquisitivo de 23/09/2024 e 22/09/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em

razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:3AA4003B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação autorizando Férias Regulamentares para o servidor, disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona, em período reduzido em razão de faltas injustificadas na forma do § 2 do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre **02/01/2026 e 21/01/2026** para a servidora pública municipal **Leide Mirela Batista Silva,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, Matrícula funcional nº 03321-7, referente ao período aquisitivo **19/10/2024 e 18/10/2025.**
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:78AABC4D

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública municipal **Andreza Cristina da Silva Gonçalves,** ocupante do cargo público de Auxiliar de Limpeza Urbana, matrícula funcional nº 02068-6, referente ao período aquisitivo de 01/03/2022 e 29/10/2024.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:0C4B452A

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública municipal **Maria Lúcia Ferreira,** ocupante do cargo público de Servente Escolar, matrícula funcional nº 0899-7, referente ao período aquisitivo de 09/09/2023 e 08/09/2024.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:0CC4EDBD

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o adiantamento do período de férias regulamentares dispostos nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 01/01/2026 e 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Leila Cristina Noronha,** ocupante do cargo público de Professor da Educação Infantil, matrícula funcional nº 1670-0, referente ao período aquisitivo de 23/08/2025 e 22/08/2026.

Art. 2º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos **registros, lançamentos e controles funcionais necessários**, fazendo constar expressamente nos assentamentos funcionais que se trata de **adiantamento de férias**, para fins de compensação futura.
Art. 3º – Excepcionalmente, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, será permitido o **adiantamento do gozo de férias regulamentares**, ainda que **não completado o respectivo período aquisitivo**, em razão da interrupção das atividades escolares prevista no Calendário Escolar Oficial.
Art. 4º – O adiantamento de férias previsto no artigo anterior fundamenta-se no **Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino**, que estabelece a inexistência de aulas e atividades pedagógicas a partir do dia **23 de dezembro**, bem como no poder diretivo da Administração Pública para organização do serviço público.
Art. 5º – O período de férias antecipado será **regularmente compensado** no período aquisitivo subsequente, não gerando direito adquirido nem prejuízo à Administração Municipal, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 6º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 7º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:37D116D6

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública municipal **Isabeli Luciana de Oliveira Chaves,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 2980-2, referente ao período aquisitivo de 01/07/2024 e 30/06/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:4D6B5B76

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para a servidora pública municipal **Juliana Maria dos Santos Santiago,** ocupante do cargo público de Servente Escolar, matrícula funcional nº 01903-5, referente ao período aquisitivo de 10/03/2023 e 09/03/2024.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:89DDA1A5

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando o oficio apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, autorizando o fracionamento do período de férias regulamentares disposto nesta portaria e, observando- se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares, com gozo de 20 (vinte) dias, entre 02/01/2026 e 21/01/2026, e 10 (dez) dias, entre 20/07/2026 e 29/07/2026, para o servidor público municipal **Geraldo Venâncio Chaves,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 02104-8, referente ao período aquisitivo de 15/02/2024 e 14/02/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.
Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:85C2A723

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Luana Aparecida Miranda de Araújo,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 2860-6, referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 e 31/12/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Luana Aparecida Miranda de Araújo,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 2860-6, referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 e 31/12/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:08F5B6C3

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 09/01/2026 e 07/02/2026 para a servidora pública municipal **Aline Campos Pereira,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 00756-9, referente ao período aquisitivo de 07/06/2024 e 06/06/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:80FE7D96

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Maria Aparecida Silvério,** ocupante do cargo público de Assistente Técnico Educacional, matrícula funcional nº 02286-4, referente ao período aquisitivo de 06/05/2024 e 04/05/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:65336DB6

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona, em período reduzido em razão de faltas injustificadas na forma do § 2º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 21/01/2026 para a servidora pública municipal **Gerlânia Costa Melo,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 03322-5, referente ao período aquisitivo **20/10/2024 e 19/10/2025.**
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 13 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:C03930BB

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município,

tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/02/2026 e 03/03/2026 para a servidora pública municipal **Raquel Maria da Silva,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 02614-7, referente ao período aquisitivo de 28/04/2024 e 27/04/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:E1B2A016

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 09/02/2026 e 10/03/2026 para a servidora pública municipal **Roberta Isaura de Andrade,** ocupante do cargo público de Auxiliar de Consultório Dentário, matrícula funcional nº 00570-3, referente ao período aquisitivo de 11/01/2023 e 10/01/2024.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:5D1AB682

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 18/02/2026 e 19/03/2026 para a servidora pública municipal **Débora da Paz Silva,** ocupante do cargo público de Agente Administrativo, matrícula funcional nº 02122-0, referente ao período aquisitivo de 07/07/2024 e 06/07/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:185D7D20

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 19/02/2026 e 20/03/2026 para o servidor público municipal **Pedro Henrique Rios Leal,** ocupante do cargo público de Médico – ESF, matrícula funcional nº 03515-6, referente ao período aquisitivo de 23/09/2024 e 22/09/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:69C3ACD5

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 03/02/2026 e 04/03/2026 para o servidor público municipal **Thiago Santos Araújo,** ocupante do cargo público de Técnico em Raio X, matrícula funcional nº 02116-3, referente ao período aquisitivo de 11/10/2024 e 10/10/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:527C16A4

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 09/02/2026 e 10/03/2026 para a servidora pública municipal **Sueli Vargas de Almeida,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 01697-4, referente ao período aquisitivo de 26/09/2024 e 25/09/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:A7761F5F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/02/2026 e 03/03/2026 para a servidora pública municipal **Janaína Álvares da Rocha,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 03490-0, referente ao período aquisitivo de 03/01/2025 e 02/01/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de

recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:21D8573D

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 04/02/2026 e 05/03/2026 para a servidora pública municipal **Rosenir Abreu,** ocupante do cargo público de Odontólogo, matrícula funcional nº 00515-9, referente ao período aquisitivo de 03/05/2022 e 02/05/2023.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:EB87482C

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/02/2026 e 03/03/2026 para a servidora pública municipal **Adna Cristina da Rocha,** ocupante do cargo público de Entrevistador Bolsa Família, matrícula funcional nº 01908-5, referente ao período aquisitivo de 02/01/2025 e 01/01/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:FFBDE6CD

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/02/2026 e 03/03/2026 para a servidora pública municipal **Luana Aparecida do Couto,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 2232-7, referente ao período aquisitivo de 13/04/2024 e 12/04/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:EF792513

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/02/2026 e 03/03/2026 para a servidora pública municipal **Alessandra Cristina Silva de Almeida,** ocupante do cargo público de Auxiliar de Limpeza urbana, matrícula funcional nº 02072-7, referente ao período aquisitivo de 14/11/2024 e 13/11/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:656C69A2

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/02/2026 e 03/03/2026 para a servidora pública municipal **Andreia Aparecida dos Santos,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 03195-6, referente ao período aquisitivo de 23/11/2024 e 22/11/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:63C73239

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pela servidora e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona, com conversão em pecúnia de 1/3 do período na forma prevista no § 5º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 18/02/2026 à 09/03/2026 para a servidora pública municipal **Maurinéia do Carmo de Oliveira,** ocupante do cargo público de Diretor de Departamento, Matrícula funcional nº 03219-4, referente ao período aquisitivo 08/04/2024 e 07/04/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:58479E49

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pela servidora e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona, em período reduzido em razão de faltas injustificadas na forma do § 2 do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre **02/02/2026 e 21/02/2026** para a servidora pública municipal **Taleandra Bricela da Silva,** ocupante do cargo público de Serviços Gerais, Matrícula funcional nº 03472-8, referente ao período aquisitivo **09/01/2025 e 08/01/2026.**
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:AE8F75E0

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona, com conversão em pecúnia de 1/3 do período na forma prevista no § 5º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 03/02/2026 e 22/02/2026 para o servidor público municipal **Antônio José Maia Neto,** ocupante do cargo público de Diretor de Departamento, Matrícula funcional nº 02907-6, referente ao período aquisitivo 01/07/2024 e 30/06/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do (a) servidor (a) para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:3DA62EF8

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 16/02/2026 e 17/03/2026 para o servidor público municipal **Danilo Antônio da Silva Bordoni,** ocupante do cargo público de Motorista, matrícula funcional nº 03037-0, referente ao período aquisitivo de 01/08/2022 e 31/07/2023.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:0DCCC085

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições

legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona, com conversão em pecúnia de 1/3 do período na forma prevista no § 5º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 19/01/2026 e 07/02/2026 para a servidora pública municipal **Gisele Abadia Albino Morato,** ocupante do cargo público de Orientador Social, Matrícula funcional nº 03453-8, referente ao período aquisitivo 15/01/2025 e 14/01/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:587DFE72

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 18/02/2026 e 19/03/2026 para o servidor público municipal **Fernando Nicoli,** ocupante do cargo público de Motorista, matrícula funcional nº 02091-7, referente ao período aquisitivo de 18/01/2025 e 17/01/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:24D0309F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias, pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona, com conversão em pecúnia de 1/3 do período na forma prevista no § 5º do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997, conforme disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 18/02/2026 e 09/03/2026 para a servidora pública municipal **Michele Aparecida de Faria Oliveira,** ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo, Matrícula funcional nº 03436-4, referente ao período aquisitivo 20/11/2024 e 19/11/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:40F2644F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Brenda Barbosa,** ocupante do cargo público de Professor do Ensino Fundamental II, matrícula funcional nº 850-9, referente ao período aquisitivo de 01/10/2024 e 30/09/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:343D8F0B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 31/01/2026 para a servidora pública municipal **Mércia Maria da Silva,** ocupante do cargo público de Professor do Ensino Fundamental II, matrícula funcional nº 133-9, referente ao período aquisitivo de 02/06/2024 e 01/06/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:2BD6963B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 31/01/2026 para o servidor público municipal **Robson Marcos Maia,** ocupante do cargo público de Professor do Ensino Fundamental II, matrícula funcional nº 889-8, referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 e 31/12/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:10BE7732

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o ofício da Secretaria da Educação, autorizando Férias Regulamentares para o servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 02/01/2026 à 31/01/2026 para o servidor público municipal **Nilo do Espírito Santo,** ocupante do cargo público de Professor do Ensino

Fundamental II, matrícula funcional nº 635-5, referente ao período aquisitivo de 04/06/2024 e 03/06/2025.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:3C49560B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO – SERVIDOR PÚBLICO – REQUERIMENTO JUSTIFICADO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando-se o disposto no art. 104 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Certidão de Registro Público nº 263/2026, informando a existência de período aquisitivo, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo e através da Secretaria Municipal de Administração, concede licença-prêmio à servidora pública municipal, Sra. **Ana Paula Campos,** matrícula funcional nº 02082-6, pelo prazo de 60 (Sessenta) dias, na forma disposta nesta portaria.

Parágrafo Único. A licença-prêmio de que trata esta Portaria se refere ao período aquisitivo compreendido entre 18/01/2013 e 17/01/2018, é concedida pelo prazo de 60 (Sessenta dias), no período de 22/01/2026 à 22/03/2026.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 20 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:BA497C05

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – REVOGA INSALUBRIDADE – SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições, consoante lhe autoriza a Lei Orgânica do Município e,

Considerando as disposições contidas no Artigo 71, § 2º da Lei nº 1660/97 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Abaeté – MG),

Considerando que a servidora **Janete Aparecida Alves de Oliveira,** vinha exercendo suas funções em local insalubre, recebendo para tanto adicional de insalubridade no percentual de **20% (vinte por cento);**

Considerando que a servidora deixou de exercer suas funções em local insalubre;

Resolve:

Art. 1º – Fica revogado o Adicional de Insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) da servidora **Janete Aparecida Alves de Oliveira,** servidora de **provimento efetivo,** no cargo de Serviços Gerais, a partir do dia **19 de janeiro de 2026.**

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **19 de janeiro de 2026.**

Abaeté, 27 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:7F23CE83

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA, Pregão Presencial para SRP nº 02/2026
Do tipo menor preço item, abertura no dia 19/02/2026, as 08h:30min. Local da sessão na sala de licitação, situada a Rua João Massariol, 55, vila Eugenio Franklin. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais Aquisição de kit escolar (uniforme e mochila) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Alpercata. Consultas ao edital e divulgação de informações: www.alpercata.mg.gov.br, telefone (33) 3322-9501.

RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:4A1263EF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
CONTRATO

Contrato: 13/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA
Valor: R$530.000,00
Vigência:: 02/02/2026
Término: 02/02/2027
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 10/2026

Objeto da Contratação: AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR, DESTINADO À MANUTENÇÃO E MELHORIA DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO. A FINALIDADE É GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRÁFEGO, FACILITAR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, REDUZIR CUSTOS LOGÍSTICOS E MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO RURAL AOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMERO 054/2024, PROCESSO LICITATÓRIO NÚMERO 042/2024, PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO 024/2024 – CIMINAS (CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS).

Alterosa, 02 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
Franciele Aparecida de Ávila
Código Identificador:10F5E662

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 15/2026
HOMOLOGAÇÃO: 02/02/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR, DESTINADO À MANUTENÇÃO E MELHORIA DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO. A FINALIDADE É GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRÁFEGO, FACILITAR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, REDUZIR CUSTOS LOGÍSTICOS E MELHORAR O ACESSO DA POPULAÇÃO RURAL AOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMERO 054/2024, PROCESSO LICITATÓRIO NÚMERO 042/2024, PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO 024/2024 – CIMINAS (CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS).

CONTRATADO: CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais)

02/02/2026
MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Aparecida de Ávila
Código Identificador:3532D97F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alvarenga torna público o Edital do **PROCESSO nº 005/2026 – PREGÃO ELETRONICO nº 002/2026,** sendo o objeto: CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DIÁRIO E PARCELADO DE CORTES DE CARNES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DASSECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ALVARENGA, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2026, de conformidade com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e seus anexos. A data da realização do certame será no dia 20/02/2026 às 09h00 hs. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos https://licitar.digital/ e www.alvarenga.mg.gov.br. Mais informações pelo telefone (33) 4042-9880 – Setor de Licitações. Alvarenga/MG, 2 de fevereiro de 2026.

CRISTIANE VIEIRA DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:F1C91EEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA**, com sede à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30, Centro, Alvarenga/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 19.770.288/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **GERALDO FELÍCIO JUNIOR**, portador do CPF nº. 040.539.816-62, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE**,** e a empresa **MEDIC MAIS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA,** com sede na Avenida Joao XXIII, nº 1658 – Bairro Santos Reis, na cidade de Montes Claros, CEP 39401262 – MG, inscrita no CNPJ/MF N. 52 787 761/0001-39, neste ato representada pelo seu REPRESENTANTE LEGAL, senhor Alex do Amaral Fajardo, portador do CPF N. 97708771668, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Termo de Rescisão do **CONTRATO Nº.097/2025**, celebrado em 26/05/2025, PROCESSO LICITATÓRIO 025/2025 – PREGÃO ELETRONICO 017/2025, baseado na Lei Federal nº 14.133/2021 Artigo 138 Inc II, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Constitui objeto deste Termo a Rescisão Amigável do Contrato nº. 097/2025, firmado entre as partes em 26/05/2025, cujo objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA E PROGRAMADA DE MEDICAMENTOS PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA COM DISPENSAÇÃO GRATUITA A PACIENTES ASSISTIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS NO MUNICÍPIO DE ALVARENGA.
CLÁUSULA SEGUNDA

As partes dão entre si quitações mútuas relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do contrato original, tampouco ter ocorrido o descumprimento de quaisquer das cláusulas que o compõe.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão é feita sem que seja devida qualquer multa ou penalidade de parte a parte.

E assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Alvarenga/MG, 02 de Fevereiro de 2026

GERALDO FELICIO JUNIOR
Prefeito do Município
Contratante

Medic Mais Distribuidora de Medicamentos e Correlatos LTDA
ALEX DO AMARAL FAJARDO
Contratado

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:ECE70FA7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA 03/2026

Processo n° 012/2026

Dispensa n° 003/2026

Objeto: COMPRA DE GRADIS METÁLICOS SE FAZ NECESSÁRIA PARA GARANTIR A ORGANIZAÇÃO, O CONTROLE DE ACESSO E A SEGURANÇA DO PÚBLICO NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO,

CONSIDERANDO A INSUFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO.

Ratificação

COMPRA DE GRADIS METÁLICOS SE FAZ NECESSÁRIA PARA GARANTIR A ORGANIZAÇÃO, O CONTROLE DE ACESSO E A SEGURANÇA DO PÚBLICO NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, CONSIDERANDO A INSUFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO.

IGUATEMI INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPORTES LTDA - CNPJ: 20.420.080/0001-41
Valor Total de R$ 24.669,00 (vinte e quatro mil e seiscentos e sessenta e nove reais)

ASTOLFO DUTRA, 29 de Janeiro de 2026.

FABIANO DIAS DE MELLO RABELLO
Secretário de Cultura, Esporte

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:E5F67230

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2025. Processo Licitatório nº 04/2025 – Inexigibilidade 04/2025**.** Contratada: **COELHO & LANDIM SOCIEDADE DE ADVOGADOS,** CNPJ nº 41.489.647/0001-06. Objeto: prorrogação de prazo pelo período de **29/01/2026 a 28/01/2027.** Valor: R$ 336.252,48. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 09/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **RF REZENDE COMERCIO E SERVICOS LTDA,** CNPJ nº 47 854 165/0001-94. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 37.777,02. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES
–Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 10/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **OASIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA,** CNPJ nº 49.630.716/0001-61. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 22.621,00. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 11/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA**, CNPJ nº 39.581. 101/0001-39. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 5.400,00. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 12/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **GADITA COMÉRCIO DE PRODUTOS PERMANENTES E DE CONSUMO LTDA**, CNPJ nº 35.231.746/0001-90. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 11.927,25. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 13/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **MICROFORT INFORMATICA LTDA,** CNPJ nº 24 675 507/0001-03. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 26.46,25**.** Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 14/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA.ME**, CNPJ nº 25.275.318/0001-06. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 6.469,83. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 26/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **SUL MINAS FABRICA DE MOVEIS LTDA,** CNPJ nº 12 515 512/0001-70. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 2.002,95. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2025. Processo Licitatório nº 06/2025 – Inexigibilidade 06/2025. Locador: **ESPÓLIO DE JOSÉ NAZARENO DE ARAÚJO**, representado pela inventariante a Senhora **ZELIA MARTINS MENDES DE ARAÚJO**, inscrita no CPF sob o nº 875.803.066-20. Objeto: prorrogação de contrato pelo período **30/01/2026 a 31/01/2027.** Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026**.**

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS/MG – torna público o Contrato nº 26/2026. Processo Licitatório nº 10/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025 realizado pelo CONSMEPI. CONTRATADA: **SUL MINAS FABRICA DE MOVEIS LTDA,** CNPJ nº 12. 515.512/0001-70. Objeto: contratação empresa especializada no fornecimento de móveis, eletrodomésticos e

equipamentos para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 2.002,95. Bela Vista de Minas, 02 de fevereiro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES – Prefeita Municipal.

Publicado por:
Eliete Dalva Dos Santos Silva
Código Identificador:5F4229D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO1

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa da fase de planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele ainda servirá de base ao termo de referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

REFERÊNCIA LEGAL

Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

Lei Federal n°. 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n° 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Decreto Municipal nº. 090, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Prefeitura Municipal de Biquinhas e dá outras providências;
Decreto Federal Nº 21.981 de 19 de Outubro de 1932, que aprovou o regulamento da profissão de leiloeiro.

A contratação se sujeita ainda aos demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E OBJETO2

O presente Estudo Técnico Preliminar visa estabelecer as condições e especificações para a Contratação de Leiloeiro Oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de bens móveis inservíveis do município de Biquinhas/MG.

A justificativa para a contratação do objeto se firma na necessidade do município em promover a alienação de bens móveis inservíveis, como também no fato de que o município

1 Art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021 c/c Art. 7º do Decreto Municipal nº. 90/2023
2 Art. 18, inciso I, §1º da Lei 14.133/2021

de Biquinhas/MG não dispõe de mão de obra especializada para execução das ações imprescindíveis a realização dos leilões.
O leilão é considerado, por excelência, a modalidade de licitação para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, previsto na *Nova Lei de Licitações* no inciso IV, do artigo 28.

De forma específica no artigo 31, determina como deve acontecer a fase preparatória:

"*Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais".*
Por fim, a lei estabelece que, caso a Administração opte pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a seleção deverá ser realizada mediante inexigibilidade de licitação, na modalidade credenciamento, ou licitação na modalidade pregão (art. 31, §1º, do mesmo *diploma legal*):

"§ 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados."

§ 2º O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterá:

o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;

a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos;

- o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;

- a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.

§ 3º Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.

§ 4º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
Ademais é necessária a otimização da qualidade no trato com o bem público com observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e

economicidade. Não obstante, o órgão não dispõe em seu quadro de servidores permanentes profissionais com atribuições para executar tais serviços.
Desse modo, a contratação de um leiloeiro oficial proporcionará maior exequibilidade, dinamismo e celeridade nos leilões a serem realizados.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO3

O levantamento da necessidade foi feito através da análise criteriosa da demandante visando melhoria nos setores do executivo municipal e traz à tona o alinhamento entre o planejamento do que se pretende contratar, gerando despesas em conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias, a fim de que não exceda a previsão estipulada, nem ultrapasse a análise de saldo orçamentário junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa - Q.D.D., não foi elaborado Plano Anual de Contratação Pública Municipal.

REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO4

A descrição dos requisitos da contratação é uma etapa fundamental para assegurar que a solução escolhida atenda integralmente às necessidades do serviço público, respeitando os critérios de qualidade,

eficiência e sustentabilidade, e esteja em conformidade com a legislação aplicável.

O critério objetivo a ser adotado pela Administração para definição do leiloeiro, a quem caberá à alienação, será a localização do ativo e a realização de licitação por pregão dentre os habilitados.

Somente após a celebração de contrato, o leiloeiro será considerado como apto e se permitirá o início de quaisquer diligências em nome do município de Biquinhas/MG:
O leiloeiro contratado deverá atender aos seguintes requisitos:

Promover o leilão por meio de plataforma eletrônica, própria ou contratada, que permita a ampla divulgação do edital de leilão, além da publicidade exigida pela Lei nº 14.133/2021;
O leiloeiro contratado deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto municipal que rege sobre o leilão, durante todo o processo de organização do leilão, especialmente quanto às exigências de publicidade dos editais de leilão, sem prejuízo das obrigações descritas neste Termo de Referência;

O leiloeiro deverá contratar profissional especializado para proceder à elaboração do laudo de avaliação dos bens, caso seja necessário;

Para entrega do bem leiloado ao arrematante, o leiloeiro deverá efetuar nova vistoria.

3 Art. 18, inciso II, §1º da Lei 14.133/2021
4 Art. 18, inciso III, §1º da Lei 14.133/2021

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES5
Entende-se necessária a contratação do seguinte item e quantitativos:

Item	Descrição	Unidade	Qnt
1	Maior desconto percentual no valor do bem móvel inservível, sendo o valor máximo de 5%.	Unidade	01

LEVANTAMENTO DE MERCADO6

Para o presente objeto foi utilizado o Decreto Federal nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, onde regulamenta a profissão de leiloeiro e padroniza as normas a serem seguidas por tal profissional.

ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO7

NAO É POSSIVEL FAZER UMA ESTIMATIVA DE PREÇO, HAJA VISTA QUE os
pagamentos das comissões ao mesmo serão efetuados pelo arrematante sobre o percentual dos bens arrematados, de acordo com o resultado do presente certame.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO8

A solução resume-se na venda dos bens móveis do município de Biquinhas/MG, por meio de leiloeiro contratado.

A referida venda será operacionalizada por meio de leilão público eletrônico.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO9

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando a natureza do serviço a ser contratado, não se verifica a possibilidade de parcelamento da solução.

RESULTADOS PRETENDIDOS10

A contratação dos serviços elencados destina-se contratação de Leiloeiro Oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de bens móveis inservíveis, de modo que são necessários para o bom funcionamento deste Órgão.

5 Art. 18, inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021
6 Art. 18, inciso V, §1º da Lei 14.133/2021
7 Art. 18, inciso V, §1º c/c Art. 22 §2º inciso I da Lei 14.133/2021
8 Art. 18, inciso VI, §1º da Lei 14.133/2021
9 Art. 18, inciso VII, §1º da Lei 14.133/2021
10 Art. 18, inciso IX, §1º da Lei 14.133/2021

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
Após análise das alternativas para esta contratação, concluiu-se que a solução mais adequada é efetuar a contratação através de credenciamento, fundamentada no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021. Conforme o Art. 6º do Decreto nº 11.461/2023, a seleção de leiloeiros oficiais será mediante credenciamento de todos os interessados e regulares na Junta Comercial.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS11

A gestão desse procedimento ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação que solicitará a emissão das notas de empenho, para que ocorra o fornecimento dos itens.

Não será necessária nenhuma mudança ou adaptação física ou estrutural para a realização do objeto deste estudo.

CONTRATAÇÃO CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES12

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO13

Recomenda-se que:

No caso de aquisição de bens para substituição de outros já existentes no município, os últimos deverão ser corretamente destinados para: reciclagem, doação ou desfazimento;

Em nenhuma hipótese os mesmos serão descartados em locais que não sejam os identificados na legislação em vigor.

DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato que contará com uma fiscalização técnica, que ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Servidora Aline Cristina Silva Mesquita Amorim designar e outra administrativa, cuja responsável será a Chefe do Setor de Compras, Servidora Geane Antônia Ribeiro da Costa.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

11 Art. 18, inciso X, §1º da Lei 14.133/2021
12 Art. 18, inciso XI, §1º da Lei 14. 133/2021
13 Art. 18, inciso XII, §1º da Lei 14.133/2021

Esta equipe de planejamento declara viável e razoável esta contratação.
Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, financeira e orçamentária, forma de cumprimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Biquinhas, 15 de dezembro de 2025.

ALINE CRISTINA SILVA AMORIM MESQUITA
Secretária Municipal De Educação

GEANE ANTÔNIA RIBEIRO DA COSTA
Chefe Do Setor De Compras

BRENDA LUANA DE OLIVEIRA
Agente De Planejamento

ELBIONE CRISTINA RODRIGUES ALVES SILVA
Agente De Planejamento

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:A6231B06

LICITAÇÃO
MINUTA DE EDITAL E ANEXOS

Prefeitura Municipal de Biquinhas
Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00007 INEXIGIBILIDADE Nº 000002

• **OBJETO**: Credenciamento objetivando a **contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de bens móveis inservíveis para o município de Biquinhas/MG,** conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I.
• **LOCAL:** O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá exclusivamente no formato eletrônicos serão credenciados através do site **https://ammlicita.org.br/**
• **PERÍODO:** 30 de janeiro de 2026.
• **HORÁRIO:** Até as 16h00min do dia 29/01/2027.
• **DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:** A partir do dia 30 de janeiro de 2026.
• **MODO:** Aberto
• **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na internet, nos sites https://ammlicita.org.br/ e www.biquinhas.mg.gov.br, ou na sala do Setor de Licitação, à Rua Goiás, 986, Centro, Biquinhas/MG.
•**ESCLARECIMENTOS:** e-mail licitacao@biquinhas.mg.gov.br, telefones (37) 3112 5100 , ou na sala do Setor de Licitação.
• **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 0004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00007 INEXIGIBILIDADE Nº 000002
I - PREÂMBULO
Município de Biquinhas, Estado de Minas Gerais, com sede administrativa na Rua Goiás, nº. 986, Centro, CEP 35621-000, CNPJ nº. 18.296.640/0001-56, isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº** 00007, na modalidade **Inexigibilidade** nº **000002,** regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº. 123, de 14/12/06, Decretos Municipais nº. 086/2023 e 90/2023 e demais condições fixadas neste Edital para o recebimento de propostas para o **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº. 002/2026**, de forma exclusiva pelo método eletrônico.
II - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1 - O Credecimento será realizado por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
2 - Os trabalhos serão conduzidos pela servidora da Prefeitura Municipal de Biquinhas, Alane Rúbia Medeiros da Silva, designada Agente de Contratação pela Portaria nº 073/2025, publicada em 01/08/2025 e integrarão a Equipe de Apoio os servidores Bethânia Bernardes Oliveira e Araújo, Maurilio Geraldo da Silva e Leandro Alves dos Passos, designados pela Portaria nº. 010/25, publicada em 02/01/2025.
III - OBJETO
1 – O objeto do presente Edital é o Credecimento de pessoa jurídica para contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de bens móveis inservíveis para o município de Biquinhas/MG, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.
IV - ÁREA SOLICITANTE
Secretaria de Administração e Finanças
V - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis após a publicação do presente Edital.
2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis.
3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail licitacao@biquinhas.mg.gov.br. 4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
5 - Acolhida a impugnação, se possível, será editado adendo ao presente edital ou será decretada a nulidade e a administração fará a publicação de novo edital.
VI - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
1 - Os interessados em participar deste Credenciamento deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico www.ammlicita.org.br.
1.1 - Os interessados deverão enviar como anexo no ato do pedido de participação: Contrato social da empresa, CNPJ, Dados bancários, endereço de e-mail, contato telefônico e informações dos sócios (nome completo, endereço, CPF, Identidade, nº de telefone, endereço de e-mail).
2- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelos atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
5 - A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Municipal nº. 086/2023, exceto para os itens que ultrapassam o valor de R$ 80.000,00.
6 - Não poderão disputar esta licitação:
6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
6.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
6.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
6.4 - pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
6.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe
função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,
companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
6.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
6.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;

6.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
6.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
7 - O impedimento de que trata o item 6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
8 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.2 e 6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
9 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. 10 - O disposto nos itens 6.2 e 6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
11 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
12 - A vedação de que trata o item 6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

VII - DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO 1 - Os proponentes, ao efetivarem o CREDENCIAMENTO, concordam automaticamente com todos os termos do Edital e seus anexos.
2 - A contratação somente se efetivará após o cumprimento dos critérios estabelecidos neste EDITAL DE CREDENCIAMENTO, definidos pela Secretaria Municipal de Administração.
3 - Serão credenciadas todas as pessoas jurídicas que atenderem todos os requisitos estabelecidos por este edital.
3.1 - O resultado do presente credenciamento será afixado no Portal do Município da Prefeitura Municipal de Biquinhas.
4 - No cadastramento da inscrição, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que os valores estabelecidos no Anexo II compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
6.1 - no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
6.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 4 ou 6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a inscrição dos licitantes convocados para habilitação.
9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

VIII - DO DESCREDENCIAMENTO

1 – O credenciamento terá caráter precário, por isso, a qualquer momento o credenciado ou a Administração poderão denunciar o ajuste caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.
2 - A rescisão do credenciamento obedecerá ao que preceituam os artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133/2021, garantindo à credenciada o direito da ampla defesa e do contraditório.
3 - O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido por qualquer das partes, sem indenização de qualquer natureza, mediante notificação prévia contraprova de recebimento, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

IX - DA CONVOCAÇÃO

1 - Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica indicada no item "1" (www.ammlicita), no período de 30/01/2026 a 29/01/2027.
2 - O Município convocará o candidato selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma;
3 - O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado:
3.1 - Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001; ou
3.2 - Devolver o contrato assinado no formato físico, a ser encaminho para o Endereço do Setor de Compras e Licitações, Rua Goiás, nº 986, Bairro Centro, em Biquinhas- MG, CEP: 35.621-000;
3.3 - O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 2, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.
4 - O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado e será afixado em local próprio no saguão da sede do Município de Biquinhas, no site www.biquinhas.mg.gov.br, www.ammlicita.org.br e no diário eletrônico municipal.
5 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do Município.

X - DOS PREÇOS PRATICADOS

O valor constante do anexo foi fixado em conformidade com o Capítulo VI do Decreto n°. 090 de de 28 de dezembro de 2023, respeitando a real capacidade financeira deste Credenciamento.

XI - DA FASE DE HABILITAÇÃO

1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
3 - Na hipótese de o licitante ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
4 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
4.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
5 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por consulta eletrônica.
6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
7 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
8 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
9 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
10 - A habilitação será verificada pela Agente de Contratação através de documentos enviados pelo licitante via sistema.
10.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
11 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos documentos enviados com as exigências do Edital.
11.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
12 - A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
12.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam inseridos poderão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.
13 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos da Lei nº. 14.133/21, art. 64.
15 - Na análise dos documentos de habilitação, a agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e contratação.
16 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante participante que atenda ao edital de licitação.
17 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

XII - DOS RECURSOS

1 - A interposição de recurso referente ao julgamento da habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
3 - Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na plataforma do site eletrônico https://ammlicita.org.br/

XIII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
1.2 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado;
1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
1.5 - fraudar a licitação

1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1 - advertência;
2.2 - multa;
2.3 - impedimento de licitar e contratar e
2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
3.2 - as peculiaridades do caso concreto
3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública
3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

4.1 - Para as infrações previstas nos itens 1.1 e 1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
4.2 - Para as infrações previstas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.1 e 1.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Biquinhas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1. e 1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
9 - A recusa injustificada em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XIV - DA GARANTIA

1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante deste procedimento, nos termos do que faculta o artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas modificações.

XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
4 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas inscrições e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
7 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
8 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.biquinhas.mg.gov.br.
9 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
9.1 - ANEXO I - Termo de Referência
9.2 - ANEXO II – Formulário de Inscrição
9.3 ANEXO III - Minuta de Contrato
10 - Na análise da documentação a Agente de Contratação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
11 - A Agente de Contratação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.
12 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, sendo disponibilizado para os participantes da sessão do Pregão, no Quadro de avisos e nos sítios eletrônicos.
13- Poderão ser alteradas as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização;
14 - As decisões do Prefeito Municipal de Biquinhas e da Agente de Contratação, bem como o resultado do julgamento da licitação, serão afixadas no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e no site oficial do Município, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis.
15 - Fica eleito o foro da Comarca de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Biquinhas-MG, 28 de janeiro de 2026.

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Agente de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00007 INEXIGIBILIDADE Nº 000002

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
1.1 - A presente licitação visa o credenciamento de pessoa jurídica objetivando a contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de bens móveis inservíveis para o município de Biquinhas/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Preço Unitário
00048513	Prestação de serviços de leiloeiro para realização de leilão de bens móveis inservíveis	Unidade	1,0000	5,0000

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A justificativa para a contratação do objeto se firma na necessidade do município em promover a alienação de bens móveis inservíveis, como também no fato de que o município de Biquinhas/MG não dispõe de mão de obra especializada para execução das ações imprescindíveis a realização dos leilões.
O leilão é considerado, por excelência, a modalidade de licitação para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, previsto na Nova Lei de Licitações no inciso IV, do artigo 28.
De forma específica no artigo 31, determina como deve acontecer a fase preparatória:
“Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e

regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais". Por fim, a lei estabelece que, caso a Administração opte pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a seleção deverá ser realizada mediante inexigibilidade de licitação, na modalidade credenciamento, ou licitação na modalidade pregão (art. 31, §1º, do mesmo diploma legal):

"§ 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados."

§ 2º O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterá:
I- o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;
II- a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos;
III - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;
IV - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.
§ 3º Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.
§ 4º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
Ademais é necessária a otimização da qualidade no trato com o bem público com observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade eeconomicidade. Não obstante, o órgão não dispõe em seu quadro de servidores permanentes profissionais com atribuições para executar tais serviços.
Desse modo, a contratação de um leiloeiro oficial proporcionará maior exequibilidade, dinamismo e celeridade nos leilões a serem realizados.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa responsável pelos serviços deverá estar em conformidade com os requisitos que são objetos deste Termo de Referência.
• Promover o leilão por meio de plataforma eletrônica, própria ou contratada, que permita a ampla divulgação do edital de leilão, além da publicidade exigida pela Lei nº 14.133/2021;
• O leiloeiro contratado deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto municipal que rege sobre o leilão, durante todo o processo de organização do leilão, especialmente quanto às exigências de publicidade dos editais de leilão, sem prejuízo das obrigações descritas neste Termo de Referência;
• O leiloeiro deverá contratar profissional especializado para proceder à elaboração do laudo de avaliação dos bens, caso seja necessário;
• Para entrega do bem leiloado ao arrematante, o leiloeiro deverá efetuar nova vistoria.

• Ser cidadão brasileiro e estar em gozo dos direitos civis e políticos;
• ser maior de vinte e cinco anos;

• Possuir regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração Pública;
• Provar situação regular e matrícula na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

4 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALOR

NAO É POSSIVEL FAZER UMA ESTIMATIVA DE PREÇO, HAJA VISTA QUE os pagamentos das comissões ao mesmo serão efetuados pelo arrematante sobre o percentual dos bens arrematados, de acordo com o resultado do presente certame.

5 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Biquinhas/MG, sob a rubrica orçamentária:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.02.01.04.122.0003.2006.33903900	Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Administração Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

6 – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato ou equivalente, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada por igual período.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas dispostas na Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou de suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8 – FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9 – FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do documento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º),
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do documento, determinando prazo para a correção;

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10 – FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11 – GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vista à verificação da necessidade de adequações do documento para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do documento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1 – Recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa/pessoa física para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2 – Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa fundamentada.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) os dados do contrato e da contratante;
c) o período respectivo da execução do contrato;
d) o valor a pagar; e
e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Administração Pública Municipal, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13 – PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

É de responsabilidade do fornecedor a contabilização dos pagamentos efetuados pelo Município e caso haja necessidade, desde que solicitado antecipadamente, será fornecido exclusivamente o relatório extraído pelo sistema utilizado pelo Município.

14 – FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123,de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 – ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento total ou parcial, conforme as regras previstas no presente tópico.

16 – CESSÃO DE CRÉDITO

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

17 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

17.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

17.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO, sob a forma ELETRÔNICA.

17.2. - Forma de Execução

17.2.1 - Os serviços serão prestados por empresa (s) especializada (s), devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.;
17.2.2 - atender aos pedidos com agilidade e eficiência.
17.2.3 - A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
17.2.4 - A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características do serviço prestado.
17.2.5 - É de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado ao credenciante ou a terceiros, em virtude de acidente ou de qualquer outro ato praticado culposa ou dolosamente na execução dos serviços, ficando o Contratante isento de quaisquer reclamações decorrentes deste;
17.2.6 - A Contratada obriga-se em caso de qualquer impedimento, a providenciar a realização dos serviços, ficando de tal modo convencionado que, em nenhuma hipótese o serviço deixará de ser realizado na forma estabelecida;

17.2.7 - A solicitação do objeto do Contrato de prestação de serviço será formalizada através de ordem de serviços, enviada por e-mail: compras@biquinhas.mg.gov.br

18 – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
18.1.1 – Habilitação Jurídica:

18.1.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
18.1.1.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
18.1.1.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
18.1.1.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
18.1.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
18.1.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
18.1.1.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
18.1.2 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
18.1.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

18.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
18.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
18.1.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
18.1.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
18.1.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
18.1.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
18.1.2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.1.2.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

18.1.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

18.1. 4 – Qualificação Técnica:

18.1.4.1 - Atestado de capacidade técnica, comprovando o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, emitido por órgão público ou pessoa jurídica/física de privado de reconhecida idoneidade, devidamente registrado no conselho profissional competente para o objeto.

18.1.4.2 - Matrícula na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

18.1. 5 - Declaração

Declaração constante no Anexo IV do Edital.

19 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução resume-se na venda dos bens móveis do município de Biquinhas/MG, por meio de leiloeiro contratado.

Trata-se da escolha mais vantajosa para a contratação de serviços de leiloeiro, por meio de pregão eletrônico, que será responsável pela preparação, organização, divulgação e condução de leilões públicos de bens móveis que não estão sendo utilizados pelo Município

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Agente de Contratação

ANEXO II - FICHA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00007 Inexigibilidade Nº: 000002

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço:
E-mail:____Fone: ()
Representante:
Dados Bancários (Código do Banco / Agência / Conta Corrente):

Solicito o credenciamento no(s) item (s):

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO

Local e Data

Assinatura

ANEXO III - MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00007 Inexigibilidade Nº: 000002

Contrato que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Biquinhas e a credenciada <<Nome do Fornecedor>>

O MUNICÍPIO DE BIQUINHAS, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativo estabelecida à Rua Goiás, n°986, Centro, em Biquinhas-MG, e inscrição no CNPJ sob o n° 18.296.640/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr ARISLEU FERREIRA PIRES e de outro lado a empresa <<Nome do Fornecedor>> pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à <<Logradouro>> n°<<Numero>>, <<complemento>> <<bairro>>, <<cidade>> de
<<unidade federativa (UF)>>, inscrita no CNPJ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica <<número do CNPJ>> doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado da Licitação **00007 Inexigibilidade Nº:000002/2026** resolvem celebrar o presente termo, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 O objeto deste contrato é a contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de bens móveis inservíveis para o município de Biquinhas/MG, conforme quadro abaixo:

Item	Código do Item	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário
0001	00048513	Prestação de serviços de leiloeiro para realização de leilão de bens móveis inservíveis	Unidade	1,0000	5,0000

1.2 - As despesas inerentes à execução do objeto do presente contrato, correrão por conta da dotação Orçamentária consignada no Orçamento Municipal sob a rubrica:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.02.01.04.122.0003.2006.33903900	Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Administração Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1 - Este Instrumento foi firmado com inexigibilidade de licitação, de acordo com o inciso IV do art. 74 da Lei N.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 - Os preços dos serviços objeto deste Instrumento serão pagos pela CREDENCIANTE sendo remunerados com base nos valores dos serviços descritos no Anexo I;

3.2 - O contrato tem o valor global de R$ «Valor» («Valor por Extenso»).

3.3 - O preço será reajustado com periodicidade anual, mediante a aplicação índice INPC/IBGE, acumulado nos últimos doze meses, ou em virtude de fato superveniente a ser analisado e aprovado pela administração pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 - O Contratante se reserva o direito de exigir do Contratado, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas.

4.1.1.- Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
4.1.2 - O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo do serviço, depois do ateste da Nota Fiscal Eletrônica, mediante cheque nominal à contratada ou por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
4.1.3 - Os preços referidos acima incluem todos os custos e benefícios decorrentes da prestação do

(s) serviço (s), de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.
4.2 – O pagamento será efetuado até o 30 dias após a efetiva realização do serviço.
4.3 - Os preços referidos acima incluem todos os custos e benefícios decorrentes da realização dos serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.
4.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:
I= (TX/100)
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

4.5. O Município de Biquinhas pagará às credenciadas, pelos serviços efetivamente prestados, referente aos valores líquidos que lhes forem devidos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO E DO CREDENCIANTE:

5.1 - São obrigações do CREDENCIADO:

I - Responsabilizar integralmente pelo fornecimento solicitado pelo CREDENCIANTE,

II - Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento, realizando os serviços encaminhados pelo Município;
III – O (a) credenciado (a) deverá tomar os cuidados necessários à perfeita execução do presente instrumento;
IV - As despesas com alimentação, transporte, remuneração e impostos incidentes sobre os serviços serão de responsabilidade dos credenciados e/ou empresas credenciadas;
V - Permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão do Município, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;
VI - Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
VII - É de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado ao credenciante ou a terceiros, em virtude de acidente ou de qualquer outro ato praticado culposa ou dolosamente na execução dos serviços, ficando o Contratante isento de quaisquer reclamações decorrentes deste;
VIII - A Contratada obriga-se em caso de qualquer impedimento, a providenciar a realização dos serviços, ficando de tal modo convencionado que, em nenhuma hipótese o serviço deixará de ser realizado na forma estabelecida;
IX - Prestar todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados pela CREDENCIANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
X - Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CREDENCIANTE;

XI - Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;
XII - Assumir responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CREDENCIANTE;
XIII - O prazo para atendimento do chamado é de 24 horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pelo fornecedor;
XIV - A contratada deverá possuir equipamentos apropriados à execução do serviço que é objetos do certame;
XV - O Leilão deve ser realizado em plataforma amplamente acessível, online, permitindo participação de licitantes de diferentes regiões;

XVI - Os serviços a serem prestados pelo Leiloeiro Oficial abrangem a analise organização, valoração dos bens, que deverá ser ratificada pela Comissão de Alienação, divulgação e realização de leilões de bens móveis de propriedade deste Município;
XVII - O Leiloeiro Oficial deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado;
XVIII - O Leiloeiro Oficial deverá entregar à Comissão de Contratação deste Município, Ata de Leilão em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da sessão pública do certame contendo dentre outras informações, nome completo/razão social, CPF/CNPJ e nº. de identidade, endereço e telefone do arrematante vencedor; valor do lance vencedor ofertado e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados;
XIX - A Contratada é obrigada a cumprir os atos constante na legislação especifica de leiloeiro.

XX - O leiloeiro contratado deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

XXI - A contratada é responsável pelo acompanhamento dos interessados à vistoria dos bens.

5.2 - Da Forma de Execução:

5.2.1 - Os serviços serão prestados por empresa (s) especializada (s), devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.
5.2.2 - atender aos pedidos com agilidade e eficiência, no local indicado na Ordem de Fornecimento/Compras, ou no corpo do e-mail;
5.2.3 - A contratação deverá ser realizada em conformidade com as legislações e normas pertinentes em vigor, em consonância com as quantidades e demais condições de execução a serem estabelecidas neste Termo de Referência.
5.2.4 - A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão prestados.
5.2.5 - A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
5.2.6 - A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos serviços prestados.
5.2.7 - É de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado ao credenciante ou a terceiros, em virtude de acidente ou de qualquer outro ato praticado culposa ou dolosamente na execução dos serviços, ficando o Contratante isento de quaisquer reclamações decorrentes deste;
5.2.8 - A Contratada obriga-se em caso de qualquer impedimento, a providenciar a realização dos serviços, ficando de tal modo convencionado que, em nenhuma hipótese o serviço deixará de ser realizado na forma estabelecida;
5.2.9 - A solicitação do objeto do Contrato de prestação de serviços será formalizada através de ordem de serviços, enviada por e-mail: compras@biquinhas.mg.gov.br
5.2.10 - As áreas competentes para receber, autorizar, conferir e fiscalizar esta licitação, é a Secretaria Municipal de Administração, o Setor de Compras, os Fiscais de Contrato e o Gestor de Contratos, devidamente designados.

5.3 - São obrigações do CREDENCIANTE:

I – Proporcionar todas as facilidades a boa execução do credenciamento;
II – Notificar a CREDENCIADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
III – Fornecer as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto deste instrumeno;
IV - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Credenciante, através de servidor especialmente designado;
V - Efetuar o pagamento no prazo previsto.
VI - No caso de mais de uma empresa credenciada, a escolha do contratado deverá ocorrer mediante escolha do Secretário Municipal de Administraçaõ, responsável requisitante;
VII - Supervisionar o fornecimento do objeto, exigindo presteza na entrega e correção das falhas eventualmente detectadas;
VIII - Prestar à CREDENCIADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à prestação dos serviços.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

6.1 - O presente credenciamento vigorará por 12 meses a partir da assinatura do termo, podendo ser prorrogado, a critério da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto deste pacto ficará a cargo do Secretário Municipal requisitante ou servidor por ele designado, o qual atestará a execução do objeto nas condições exigidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

8.1 - Caberá, ainda, à CREDENCIANTE, providenciar a publicação do presente Contrato, em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
9.1.1. deixar de entregar ou entregar os serviços em desacordo com os termos pactuados;
9.1.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1.2.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.1.2.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.1.2.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.1.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.1.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
9.2.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
9.2.1. advertência;
9.2.2. multa;
9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,3% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.2, a multa será de 3% do valor do contrato licitado.
9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1 e 9.1.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
9.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DESCREDENCIAMENTO:

10.1. – O credenciamento terá caráter precário, por isso, a qualquer momento o credenciado ou a Administração poderão denunciar o ajuste caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

10.2 - A rescisão do credenciamento obedecerá ao que preceituam os artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133/2021, garantindo à credenciada o direito da ampla defesa e do contraditório.
10.3 - O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido por qualquer das partes, sem indenização de qualquer natureza, mediante notificação prévia contraprova de recebimento, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

11.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

11.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
11.3 - A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
11.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual. 13.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
11.5.1 - A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
11.6 - A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
11.6.1 - À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
11.6.1.1 - A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
11.7 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
11.7.1 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
11.7.2 - A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
11.8 - A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
11.9 - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
11.10 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E CASOS OMISSOS

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Morada Nova de Minas - Minas Gerais, para dirimir eventuais dúvidas ou questões emergentes oriundas do presente Contrato.
12.2 - Nos casos omissos serão aplicadas as regras da Lei 14.133/2021 e suas alterações, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os princípios Gerais dos Contratos.

E, por estarem de comum acordo, firmam este termo em 02 (três) vias, juntamente e na presença de duas testemunhas idôneas.

Biquinhas - MG, de de 2025.

_____
Credenciante
Prefeito Municipal

_____
Credenciada
CNPJ

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00007 Inexigibilidade Nº: 000002

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP E ATENDIMENTO DO §2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133/21

(Nome da Empresa) _____ , CNPJ Nº _____, sediada na Rua_____ , nº_____ , bairro _____, CEP _____, município de _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Prefeitura Municipal de Biquinhas, sob as penas da lei que:
I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

_____, _____ de _____ de 2025.

_____
[Nome e assinatura do responsável pela empresa]

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:1A4CD4BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL BOCAIUVA/MG através de sua Agente de Contratação torna público os

P.L. 220/2025 – Pregão eletrônico 114/2025. Obj.: Aquisição de van com acessibilidade para transporte eletivo de pacientes em tratamento fora de domicílio, conforme resolução SES/MG 9.604, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Sessão dia 19/02/26 as 09h30min.

P.L. 218/2025 – Concorrência 14/2025. Obj.: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de estrada vicinal - acesso a estrada do distrito de sentinela, no município de Bocaiúva/Mg. Sessão dia 12/03/26 as 09h30min.

P.L. 235/2025 – Pregão eletrônico 126/2025. Obj.: Registro de preços para aquisição de equipamentos para atender a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos do município de Bocaiúva/Mg. Sessão dia 23/03/26 as 09h30min.

P.L. 232/2025 – Concorrência 15/2025. Obj.: Contratação de empresa especializada para execução reforma do posto de saúde localizado no distrito de Machado Serrano. Sessão dia 24/03/26 as 09h30min.

P.L. 04/2026 – Pregão eletrônico 03/2026. Obj.: Registro de preços para futura e eventual aquisição de kits de higiene bucal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde. Sessão dia 25/03/26 as 09h30min.

P.L. 233/2025 – Pregão eletrônico 124/2025. Obj.: Registro de preços para aquisição de óleo diesel s10 para atender a frota de veículos, máquinas e equipamentos do município de Bocaiúva/MG. Sessão dia 30/03/26 as 09h30min.

Edital nos Portais: bocaiuva.mg.gov.br, portaldecompraspublicas.com.br e no pncp.gov.br.

BIANCA S. RODRIGUES,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:18F05870

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e TORRE FORTE ADMINISTRACAO E SERVICOS DE OBRAS LTDA. CONTRATO nº 12; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE QUADRA ESPORTIVA EM GRAMA SINTÉTICA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ALEXANDRE QUEIROGA, NA COMUNIDADE DE SÃO GREGÓRIO, MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG.; LICITACAO: Concorrência 12 / 2025.Valor Global: R$ 414.800,00. Vigência: 20/01/2026 Até: 19/01/2027.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:D5D31D10

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0143/2025. Processo Licitatório 0074/25. Pregão Eletrônico 0038/25. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Fornecedor: SUPERMERCADO VIEIRA LTDA. O valor unitário do item "24641 - BISCOITO DOCE SORTIDO DE COCO 1,5KG" fica reajustado para R$ 18,99; o valor unitário do item "24642 - BISCOITO DOCE SORTIDO DE LEITE 1,5KG" fica reajustado para R$ 18,99; o valor unitário do item "24643 - BISCOITO ROSQUINHA DE COCO 1,5KG" fica reajustado para R$ 18,99; o valor unitário do item "24644 - BISCOITO ROSQUINHA DE LEITE 1,5KG" fica reajustado para R$ 18,99; o valor unitário do item "24792 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO" fica reajustado para R$ 9,89 e o valor unitário do item "24677 - FEIJÃO CARIOQUINHA 1KG" fica reajustado para R$ 5,49.

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:97CA6DC0

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0335/2025. Processo Licitatório 0166/25. Pregão Eletrônico 0084/25. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Fornecedor: SUPERMERCADO VIEIRA LTDA. O valor unitário do item "53057 - AÇÚCAR CRISTAL" fica reajustado para R$ 14,30; o valor unitário do item "53063 - ARROZ LONGO FINO POLIDO" fica reajustado para R$ 16,49; o valor unitário do item "3093 - CAFÉ PCT 500 GR TRADICIONAL" fica reajustado para R$ 26,29; o valor unitário do item "53134 - FILÉ DE FRANGO- PEITO DE FRANGO" fica reajustado para R$ 19,80; o valor unitário do item "53189 - PEITO DE FRANGO" fica reajustado para R$ 13,80; o valor unitário do item "53199 - POLPA DE FRUTAS SABOR CAJÚ" fica reajustado para R$ 15,00.

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:DE9688FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

MUNICIPIO DE BOM JESUS DA PENHA
EXTRATO DE EDITAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA PENHA/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 32/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2026. TIPO:**MENOR PREÇO – POR ITEM**. OBJETO:IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA A MANUTENÇÃO DOS VEICULOS DA FROTA DO MUNIICIPIO DE BOM JESUS DA PENHA/MG.INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM**03/02/2026**ÀS 08:00. FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM **13/02/2026**ÀS 14:00HS. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM**13/02/2026**ÀS 14:00HS, PERANTE O SISTEMA ELETRÔNICO PROVIDO PELO(A) **AMM LICITA** NO ENDEREÇO ELETRÔNICO **https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa.** O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL ATRAVÉSDOS SITES: HTTPS://APP2.LICITARDIGITAL.COM.BR/PESQUISA, HTTPS://BOMJESUSDAPENHA.MG.GOV.BR/ ENO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP). INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (35) 99826-9915OU EMAIL:LICITACAO@BOMJESUSDAPENHA.MG.GOV.BR.

DANIEL RUBENS GALLI
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Daniel Rubens Galli
Código Identificador:96069004

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 008/2026 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHO DE ESPUMA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 008/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHO DE ESPUMA
O Município de Borda da Mata, torna público aos interessados, que nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 04/02/2026 ao dia 06/02/2026, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço

ofertado, para a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHO DE ESPUMA PARA ATENDER AS FESTIVIDADES CARNAVALESCAS DE BORDA DA MATA NO ANO DE 2026, NO DIA 17/02/2026**", a documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas concomitantemente à apresentação da proposta, a empresa deverá encaminhar/protocolar a documentação prevista no item 13 do Termo de Referência e em seus respectivos subitens, sob pena de inabilitação. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: http://www.bordadamata.mg.gov.br. O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é graciela-licitacao@bordadamata.mg.gov.br e/ou licitacao@bordadamata.mg.gov.br . A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

Borda da Mata, 02 de Fevereiro de 2026

MARIA GRACIELA DA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Graciela da Costa
Código Identificador:2BBFB890

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO TEMPORAL – ARP 012/2025

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO TEMPORAL – ARP 012/2025
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TENDAS, FECHAMENTOS, SANITÁRIOS QUÍMICOS E TABLADO PARA OS EVENTOS DO MUNICÍPIO **CONTRATADA: LONAS OLIVEIRA – LOCAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 06.073.778/0001-07. **TERMO ADITIVO TEMPORAL**, ficando vigente até 31/12/2026**. DATA DE ASSINATURA:** 27 de janeiro de 2026.
Borda da Mata/MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Carolina Mendes Trotta
Código Identificador:5B1968C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - EXTRATO DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS 034/2026 A 036/2026 - PROCESSO LICITAÓRIO 003/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS/MG: Torna público o extrato de ata, proveniente do Processo Licitatório 003/2026 – Pregão Eletrônico 002/2026 cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA GLP PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS: Ata 034/2026 – DISTRIBUIDORA DE GAS SANTOS PEREIRA LTDA**, com sede a Avenida Jarbas Guimarães Neto Nº 2675, Bairro Vargem Grande, Brazópolis Minas Gerais, CEP: 37530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 50.264.453/0001-01. Pelo valor global de R$ 78.409,00 (Setenta e oito mil quatrocentos e nove reais). – **Ata 035/2026 – FABIANO RODRIGUES PEREIRA**, com sede a Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves Nº 45, Bairro São Judas Tadeu, Itajubá Minas Gerais, CEP: 37504-066, inscrita no CNPJ sob o nº 07.305.281/0001-30. Pelo valor global de R$ 4.424,00(Quatro mil quatrocentos e vente e quatro reais). – **Ata 036/2026 - WENDERSON TIAGO DOS SANTOS-ME**, com sede a Avenida Dr Manoel Joaquim Nº 69, Bairro Beira da Linha, Brazópolis Minas Gerais, CEP: 37530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 24.682.834/0001-92. Pelo valor global de R$ 32.738,50 (Trinta e dois mil setecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). Vigência: 01/02/2026 a 31/01/2027. Assinada em 30/01/2026. Brazópolis, 02/02/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:5907749C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026 DISPENSA Nº 003/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – Processo Licitatório nº 009/2026 Dispensa nº 003/2026 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SER RESPONSAVEL PELA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DOS ENFEITES DE RUA DO EVENTO "CARNABRAZ 2026, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026. Contratado: Fabriccio Rosa de Oliveira, CNPJ: 06.216.579/0001-00, localizado a Avenida Silvestre Antonio Junqueira Ferraz, nº 221, Bairro: Boa Vista, CEP: 37.505-130 Itajubá/MG, neste ato representada pelo senhor: Fabriccio Rosa de Oliveira, portador do RG: MG- 10337216, CPF: 049.469.996-55 –

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2025 – Dispensa nº 015/2025 Processo Licitatório nº 031/2025 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SER RESPONSAVEL PELA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DOS ENFEITES DE RUA DO EVENTO "CARNABRAZ 2026, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026. Contratado: Fabriccio Rosa de Oliveira, CNPJ: 06.216.579/0001-00, localizado a Avenida Silvestre Antonio Junqueira Ferraz, nº 221, Bairro: Boa Vista, CEP: 37.505-130 Itajubá/MG, neste ato representada pelo senhor: Fabriccio Rosa de Oliveira, portador do RG: MG- 10337216, CPF: 049.469.996-55. No valor estimado de R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais). Com a vigência de 02/02/2026 a 02/03/2026 – Assinado em 02/02/2026. Brazópolis, 02/02/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:1E0E9C29

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – Inexigibilidade nº 006/2026 Processo Licitatório nº 014/2026 Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA VILA VICENTINA, LOCALIZADA NA R. CÂNDIDO MENDONÇA, Nº 93, BAIRRO APARECIDA, BRAZÓPOLIS/MG, DESTINADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PONTO DE APOIO DO ESF - PROJETO SAÚDE – Locador: Vila Vicentina de Brazópolis, inscrita no CNPJ: 18.922.948/0001-60, localizada a Travessa Candido Mendonça, nº 93, Bairro Aparecida, CEP: 37.530-000, Brazópolis/MG, neste representado pelo Srº Raimundo Eugenio da Costa, presidente, portador do CPF: 450.152.606-87, no valor estimado estimado mensal é de R$1.100,00 (um mil e cem reais), perfazendo o valor de R$13.200,00 (treze mil e duzentos reais ao final dos 12 meses. Brazópolis, 02/02/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS - MG torna público o EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2026 – Inexigibilidade nº 006/2026 Processo Licitatório nº 014/2026. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA VILA VICENTINA, LOCALIZADA NA R. CÂNDIDO MENDONÇA, Nº 93, BAIRRO APARECIDA, BRAZÓPOLIS/MG, DESTINADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PONTO DE APOIO DO ESF - PROJETO SAÚDE – Locador: Vila Vicentina de Brazópolis, inscrita no CNPJ: 18.922.948/0001-60, localizada a Travessa Candido Mendonça, nº 93, Bairro Aparecida, CEP: 37.530-000, Brazópolis/MG, neste representado pelo Srº Raimundo Eugenio da Costa, presidente, portador do CPF: 450.152.606-87, no valor estimado estimado mensal é de R$1.100,00 (um mil e cem reais), perfazendo o valor de R$13.200,00 (treze mil e duzentos reais ao final dos 12 meses – Assinado em 30/01/2026. Brazópolis, 02/02/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:A3220E6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2023 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2023 INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS - Torna público o extrato do 3º termo aditivo ao contrato nº 014/2023, referente ao Processo Licitatório nº 015/2023, entre o município de Brazópolis e a Senhora Maria Madalena do Rosário Cintra, portadora do CPF: 583.331.936-68, identidade nº MG-823.961 SSP/MG. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 014/2023, proveniente do Processo Licitatório nº 015/2023, na Modalidade Inexigibilidade nº 005/2023, em função do memorando nº 001/SEMAS/2026 de solicitação apresentado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 na qual passa a ter a seguinte redação: "Clausula Quarta – Da vigência": 4.1- O presente Termo Aditivo terá o início em 31/01/2026 a 31/01/2027 podendo ser prorrogado nos casos e condições definidos no art. 107 da lei 14.133/2021. Cláusula sexta: do valor: 6.1- O presente contrato mantém o valor mensal de R$ 1.491,56 (Hum Mil, Quatrocentos e Noventa e Um Reais e Cinquenta e Seis Centavos) mensais, perfazendo o valor ao final dos 12 meses de R$17.898,72 (Dezessete Mil, Oitocentos e Noventa e Oito Reais e Setenta e Dois Centavos). Assinado em 30/01/2026. Brazópolis 02/02/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:B265E7DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020-2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2024

CONTRATANTE: Município de Caiana – CNPJ nº 18.114.256/0001-95.
CONTRATADA: **TANIA DUARTE FERREIRA** – CPF 370.823.707-25.
INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 020/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 012/2024.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 020/2024, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é a o credenciamento para serviços técnicos especializados no Município de Caiana, para prestação de serviços, com referência na Tabela Município em anexo, especialmente quanto às especialidades de Pediatria para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a permanência da necessidade da execução dos serviços e a vantajosidade da continuidade contratual para a Administração Pública.
VIGÊNCIA: Até 26/02/2027.
VALOR:O presente termo aditivo não implica alteração do valor originalmente contratado.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 29/01/2026.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:80D1CCC8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021-2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2024

CONTRATANTE: Município de Caiana – CNPJ nº 18.114.256/0001-95.
CONTRATADA: **IGOR LEONI KNUPP** – CPF 090.800.916-00.
INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 012/2024.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 021/2024, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é a o credenciamento para serviços técnicos especializados no Município de Caiana, para prestação de serviços, com referência na Tabela Município em anexo, especialmente quanto às especialidades de Odontologia para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a permanência da necessidade da execução dos serviços e a vantajosidade da continuidade contratual para a Administração Pública.
VIGÊNCIA: Até 26/02/2027.
VALOR:O presente termo aditivo não implica alteração do valor originalmente contratado.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 29/01/2026.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:B1FBD878

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO- INEX 08-2026- ROGÉRIO PIRES LOPES

Contrato nº 16/2026 Processo Licitatório nº 43/2026– Inexigibilidade nº 08/2026
Partes: ROGÉRIO PIRES LOPES
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOZALIZADO NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO PARA A INSTALAÇÃO DE ESF (ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA).
Vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027
Dotação Orçamentária:
Ficha 63 - Dotação: 02.01.08.3390.36.00-10.301.0029.2.57, fonte 1.621.99

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:BDBD6561

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO- VALE COMÉRCIO- ADESÃO 02-2026

Termo de Adesão nº 02/2026 Processo Licitatório nº 31/2026– Adesão Carona nº 02/2026
Partes: VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA-EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS (PLAYGROUNDS), POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2024- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ- CIMASP.
Vigência: 02/02/2026 a 04/06/2026
Dotação Orçamentária:
Sec. de Obras e Manutenção Urbana- Ficha 493- 02.02.13-4490.52.00-15.452.0052-1.048

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:59698C40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 06/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO **Nº 06/2026** – PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 03/2026**. **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS REQUISITANTES, DESTE MUNICÍPIO, nas condições descritas no ANEXO 01 – Termo de Referência do Edital. A abertura do certame será às **08h30 do dia 13 de fevereiro de 2026**. O edital estará disponível, no site Licitações - Prefeitura de Cambuí e através da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias Página Inicial - BBMNET (novobbmnet.com.br). Para eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos entrar em contato via e-mail para licitacoes@prefeituradecambui.mg.gov.br .

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:896AF4D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
LEI Nº 13.019/14 - MROSC - PROCESSO MROSC/SECULT Nº 01/2026 - TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026

HOMOLOGAÇÃO: 02/02/2026 - OBJETO: Parceria entre o Município de Cambuí e a Associação Grêmio Recreativo Escola de Samba Turma do Brinco para repasse de verba visando fomentar execução do desfile no carnaval 2026 como enredo "Sambar com Fé eu Vou" - recursos de emenda impositiva. VALOR: 32.000,00.

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:F37EF412

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
LEI Nº 13.019/14 - MROSC - PROCESSO MROSC/SECULT Nº 02/2026 - TERMO DE FOMENTO Nº 02/2026

HOMOLOGAÇÃO: 02/02/2026 - OBJETO: Parceria entre o Município de Cambuí e a Associação Bloco Cambuí - I Meti para repasse de verba visando fomentar execução o evento cultural no município de Cambuí desfile no carnaval 2026 - recursos de emenda impositiva. VALOR: 19.000,00.

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:FA9F5842

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 033/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Municipal Sandra Lopes, Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, conforme pedido de exoneração em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:50F36EC1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 034/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Municipal Suzana da Cruz Caetano, Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, conforme pedido de exoneração em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:224BFC55

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 035/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Municipal Josilaine de Fátima Simões Silva, Cargo de Supervisora Escolar, a partir de 02 de fevereiro de 2026, conforme pedido de exoneração em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:729796CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 036/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Municipal Cíntia Rezende Pereira, Cargo de Professora I, a partir de 02 de fevereiro de 2026, conforme pedido de exoneração em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:6F0B06A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 037/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor Érico Gabriel Veit Ferreira do cargo de Encarregado do Setor de Trânsito, de provimento em comissão, a partir de 02.02.2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:4944230D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026.

Objeto: Contratação de show musical por inexigibilidade de licitação da Apresentação da Escola de Samba União da Ilha para a programação oficial do Carnaval 2026 no município.

Contratada: **ANDRÉA ARANTES RIBÉ**, CNPJ: 36.538.071/0001-90. **Valor Total**: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). *Secretária Responsável: Thais Garotti Lopes***.**

Cambuquira, 02 de fevereiro de 2026.

THAIS GAROTTI LOPES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:FAD903B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026.

Objeto: Contratação de show musical por inexigibilidade de licitação da Banda Mega Zueira para a programação oficial do Carnaval 2026 no município.

Contratada: **MEGA ZUEIRA PRODUÇÕES**, CNPJ: 23.954.198/0001-48. **Valor Total**: R$ 5.000,00 (cinco mil reais). *Secretária Responsável: Thais Garotti Lopes***.**
Cambuquira, 02 de fevereiro de 2026.

THAIS GAROTTI LOPES
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:9077EA10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMOS ADITIVOS
INEXIGIBILIDE Nº 031/2024 - Processo Adm: Nº 281/2024

Prorrogação contratual por doze (doze) meses aos **contratos 005/2025** da empresa **JAL Serviços Médicos Ltda** para o período de **18/01/2026 a 17/01/2027**; **006/2025** da empresa **CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES LTDA** para o período de **18/01/2026 a 17/01/2027**; **007/2025** da empresa **EDUARDO CARVALHO SERVIÇOS ORTOPÉDICOS EIRELI** para o período de **18/01/2026 a 17/01/2027.** *Secretário responsável: ARNALDO AFONSO MONTEIRO***.**

CAMBUQUIRA, 30 de janeiro de 2026.

ARNALDO AFONSO MONTEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:61A68485

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG - Processo Licitatório: 14/2026- PREGÃO ELETRÔNICO 1/2026- Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUINICÍPIO DE CAMPO DO MEIO - MG. Contratado: PAPELARIA E COPIADORA COPYSUL LTDA, inscrito no CNPJ: sob o nº 68.533.967/0001-72, contrato nº 14/2026. Valor R$43.312,00. Data da assinatura: 29/01/2026. Vigência: 28/01/2027.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:B0936EE9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE DECISÃO JURÍDICA- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO - MG

EXTRATO DE DECISÃO – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. O Município de Campo do Meio/MG torna público que a empresa JEFERSON JUNIOR BERNARDES ME apresentou pedido de impugnação referente ao Processo nº 25/2026, Pregão Eletrônico nº 02/2026. Após análise, o pedido foi INDEFERIDO, conforme manifestação da Assessoria Jurídica e decisão do Pregoeiro. A íntegra

da decisão encontra-se disponível para consulta no site oficial da Prefeitura Municipal de Campo do Meio e no Portal de Compras Públicas. Campo do Meio/MG, 30 de janeiro de 2026.

GREISSON CÉSAR DE ANDRADE -
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:4DD1F23A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 006/2026 – PREGÃO: 001/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a prorrogação de abertura do Processo Administrativo nº 006/2026, Pregão Eletrônico nº 001/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTO (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PALCO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS E CORRELATOS), EQUIPE DE APOIO, BRIGADISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE CAPARAÓ-MG, para resposta tempestiva da impugnação. A sessão pública será realizada dia 06/02/2026 às 13h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286, Caparaó/MG, 02 de fevereiro de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:6D0325F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2026 – PREGÃO: 002/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a prorrogação de abertura do Processo Administrativo nº 007/2026, Pregão Eletrônico nº 002/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de uma ensiladeira, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 12/02/2026 às 13h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286, Caparaó/MG, 02 de fevereiro de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:4BCF65E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 008/2026 – PREGÃO: 003/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a prorrogação de abertura do Processo Administrativo nº 008/2026, Pregão Eletrônico nº 003/2026, cujo objeto é a Registro de Preços para futura e eventual aquisição e substituição de lubrificantes veiculares, para realização de manutenções preventivas, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades das Secretarias e Setores vinculados à Prefeitura Municipal de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 12/02/2026 às 15h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286, Caparaó/MG, 02 de fevereiro de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:55AF6CF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 012/2026 – PREGÃO: 006/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 012/2026, Pregão Eletrônico nº 006/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 19/02/2026 às 13h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286, Caparaó/MG, 02 de fevereiro de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:EB62BADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 013/2026 – PREGÃO: 007/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 013/2026, Pregão Eletrônico nº 007/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Areia, Brita, Cimento, Pedra de mão, Pó de Pedra e Concreto Usinado, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 19/02/2026 às 15h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286, Caparaó/MG, 02 de fevereiro de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:697FAA26

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 014/2026 – PREGÃO: 008/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 014/2026, Pregão Eletrônico nº 008/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de vasilhames e recargas de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 20/02/2026 às 13h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286, Caparaó/MG, 02 de fevereiro de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:B324D895

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA Nº 456/2026

PORTARIA Nº. 456, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidora municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990, e tendo em vista o disposto nos arts. 110 e 111 da Lei Complementar nº. 7, de 1º de janeiro de 2015 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caparaó), e

CONSIDERANDO o requerimento administrativo protocolizado na data de 30/1/2026 sob o número 262/2026-1Doc, solicitando a concessão de licença para tratar de interesses particulares pelo período de 2 (dois) anos, prorrogável;

CONSIDERANDO a informação advinda do Departamento de Recursos Humanos, na qual é relatado que a concessão da licença à servidora não encontra óbice jurídico;

E CONSIDERANDO, por fim, que a Procuradoria-Geral do Município manifesta-se favorável ao deferimento do pedido,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, com fulcro nos arts. 110 e 111 da Lei Complementar nº. 7, de 2015, licença para tratar de interesses particulares (LIP), sem remuneração, à servidora efetiva **Paloma Duarte Campos Pinheiro** (MaSP: 1.396; Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais), pelo prazo de 2 (dois) anos, com possibilidade de prorrogação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Caparaó, 3 de fevereiro de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:45CC50E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA Nº 457/2026

PORTARIA Nº. 457, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera Supervisora de Serviços.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, I, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990, e considerando o requerimento de exoneração protocolizado sob o número 1.135/2025-1Doc,

RESOLVE:

Art. 1º Fica a senhora **Skarleth Lopes da Silva** exonerada, a pedido, do cargo de Supervisora de Serviços, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nesta Prefeitura.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº. 390, de 5 de maio de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 2 de fevereiro de 2026.

Caparaó, 3 de fevereiro de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:FE7CE65B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA Nº 458/2026

PORTARIA Nº. 458, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026

Revoga a Portaria nº. 452, de 26 de janeiro de 2026, que concedeu gratificação de produtividade a médica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 87, IX, e 113, *caput*, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990, e considerando o requerimento de Protocolo nº. 183/2026-1Doc,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº. 452, de 26 de janeiro de 2026, que concedeu gratificação de produtividade à servidora **Ivana Miranda Nunes**, ocupante da função de Médica – 40 Horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 9 de fevereiro de 2026.

Caparaó, 3 de fevereiro de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:B5EC669C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA Nº 459/2026

PORTARIA Nº. 459, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa Coordenadora de Serviços.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 87, IX, e 113, *caput*, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Fica a servidora efetiva **Elaine Grimalde**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, designada para exercer a função de Coordenadora de Serviços, em confiança, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nesta Prefeitura.

Art. 2º Fica concedida gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre os vencimentos referentes à função de confiança ocupada (Coordenadora de Serviços – Nível I: R$ 1.621,00), correspondente a R$ 810,50 (oitocentos e dez reais, e cinquenta centavos), na forma do art. 22, II, da Lei Complementar nº. 8, de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Caparaó, 3 de fevereiro de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:2A620B63

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.°005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - Torna público o extrato do **Contrato Administrativo n.°005/2026**. **Processo Dispensa de Licitação n° 001/2025**. **Objeto: Contatação da empresa ALFALAGOS LTDA**, CNPJ 05.194.502/0001-14, no valor de **R$ 10.764,00 (dez mil, setecentos e sessenta e quatro reais)**, para aquisição emergencial do Suplemento Alimentar TROPHIC BASIC 1.0, atendendo a medida judicial deferida no Processo 5004013-05.2025.8.13.0143.**Vigência:** 02/02/2026 a 02/02/2027. **Data da assinatura do contrato:** 02/02/2026. Carmo do Paranaíba, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:C5022E47

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL
Prefeitura Municipal de Carvalhos - Aviso de Licitação. Processo n° 007/2026,
Concorrência n° 001/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS EM ÁREA URBANA COM
RECURSO DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FNHIS) NO
MUNICÍPIO DE CARVALHOS - MG.
Pretende-se contratar empresa especializada em engenharia civil para a execução de obras de
construção de unidades habitacionais de interesse social, compreendendo o fornecimento de
mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e serviços técnicos necessários à
completa e adequada execução do empreendimento.
O objeto da contratação abrange, de forma integrada, a execução das obras civis conforme
projeto básico e/ou executivo previamente aprovado, incluindo, mas não se limitando a:
serviços preliminares;
fundações;
estruturas;
alvenaria;
cobertura;
instalações elétricas, hidrossanitários e complementares;
revestimentos;
acabamentos;
urbanização interna, quando aplicável;
demais serviços necessários à entrega das unidades habitacionais em plenas condições de uso.
A execução deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes dos projetos,
memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, bem como as
normas técnicas vigentes, as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida e os manuais e
orientações da Caixa Econômica Federal, agente financeiro responsável pelo acompanhamento
do empreendimento., conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência -
Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública desta Concorrência Eletrônica será realizada
no dia 08/04/2026 ás 09 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) BLL Compras no
endereço eletrônico https://bll.org.br/. O Edital estará disponível através dos Sites:
https://bll.org.br/, https://www.carvalhos.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone ou Email: licitacao@carvalhos.mg.gov.br.
Carvalhos, 02/02/2026.

JAQUELINE MIRANDA VILELA COSTA
Equipe de Apoio do(a) Agente de Contratação 01

Publicado por:
Lucimar Reis do Amaral
Código Identificador:25D98314

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 016/2026.
Processo Administrativo nº. 019/2026.
Dispensa de Licitação nº 011/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATO DE PROGRAMA PARA A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM SOB MEDIDA PROTETIVA DE ABRIGO (ART. 101, ECA) – CASA LAR, DO MUNICÍPIO DE CHIADOR/MG.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES – CIESP
CNPJ: 07.356.999/0001-55

Representante Legal: GLAUCO BRAGA FÁVERO

Valor: R$ 64.000,00 (Sessenta e quatro mil reais).

Assinatura: 30 de janeiro de 2026.
Vigência: 30/01/2026 a Indeterminado.

Chiador – MG, 30 de janeiro de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:74B3257F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 015/2026.
Processo Administrativo nº. 018/2026.
Dispensa de Licitação nº 010/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATO DE PROGRAMA PARA A GESTÃO, EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL DO MUNICÍPIO DE CHIADOR/MG.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES – CIESP
CNPJ: 07.356.999/0001-55

Representante Legal: GLAUCO BRAGA FÁVERO

Valor: R$ 10.968,00 (Dez mil, novecentos e sessenta e oito reais).

Assinatura: 30 de janeiro de 2026.
Vigência: 30/01/2026 a Indeterminado.

Chiador – MG, 30 de janeiro de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:E2BF972F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 014/2026.
Processo Administrativo nº. 017/2026.
Dispensa de Licitação nº 009/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATO DE PROGRAMA PARA A GESTÃO, EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DO MUNICÍPIO DE CHIADOR/MG.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES – CIESP
CNPJ: 07.356.999/0001-55

Representante Legal: GLAUCO BRAGA FÁVERO

Valor: R$ 40.320,00 (Quarenta mil, trezentos e vinte reais).

Assinatura: 30 de janeiro de 2026.
Vigência: 30/01/2026 a Indeterminado.

Chiador – MG, 30 de janeiro de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:5C6BF226

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 013/2026.
Processo Administrativo nº. 016/2026.
Dispensa de Licitação nº 008/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATO DE PROGRAMA PARA A GESTÃO, EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO E NORMATIZAÇÃO COMPLEMENTAR DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE CHIADOR/MG.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES – CIESP
CNPJ: 07.356.999/0001-55

Representante Legal: GLAUCO BRAGA FÁVERO

Valor: R$ 18.804,00 (Dezoito mil, oitocentos e quatro reais).

Assinatura: 30 de janeiro de 2026.
Vigência: 30/01/2026 a Indeterminado.

Chiador – MG, 30 de janeiro de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:C094A10F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 012/2026.
Processo Administrativo nº. 015/2026.
Dispensa de Licitação nº 007/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATO DE PROGRAMA PARA A GESTÃO ASSOCIADA, CONTEMPLANDO A COORDENAÇÃO, AÇÕES FISCALIZATÓRIA E EDUCATIVA E NORMATIZAÇÃO COMPLEMENTAR, DAS POSTURAS URBANAS CONSUBSTANCIADAS NO CÓDIGO DE CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA DO MUNICÍPIO DE CHIADOR/MG.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES – CIESP
CNPJ: 07.356.999/0001-55

Representante Legal: GLAUCO BRAGA FÁVERO

Valor: R$ 14.112,00 (Quatorze mil, cento e doze reais reais).

Assinatura: 30 de janeiro de 2026.
Vigência: 30/01/2026 a Indeterminado.

Chiador – MG, 30 de janeiro de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:9D2EAC76

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 010/2026.
Processo nº. 002/2026.
Inexigibilidade (Credenciamento) nº 001/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL GRADUADO E HABILITADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: COSTA RODRIGUES ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 30.942.416/0001-90

Representante Legal: JÚLIO CÉSAR RODRIGUES DA COSTA

Valor: R$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais).

Assinatura: 29 de janeiro de 2026.
Vigência: 29/01/2026 a 29/01/2027.

Chiador – MG, 29 de janeiro de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:D35B7ACC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 009/2026.
Processo nº. 013/2026.
Dispensa Presencial nº 006/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA JORNADA (SEMANA) PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHIADOR.

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: CENTRO DE EDUCAÇÃO MULTIDISCIPLINAR LTDA. CNPJ: 29.360.970/0001-80

Representante Legal: JORGE DEMÓCRITO FLORÊNCIO

Valor: R$ 11.568,00 (Onze mil, quinhentos e sessenta e oito reais).

Assinatura: 28 de janeiro de 2026.
Vigência: 28/01/2026 a 28/03/2026.

Chiador – MG, 28 de janeiro de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:EDFB9E35

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO Nº 020/2026 – INEXIGIBILIDADE (CREDENCIAMENTO) POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

PROCESSO Nº 020/2026 – INEXIGIBILIDADE (CREDENCIAMENTO) POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026.

Aviso de licitação. Prefeitura Municipal de Chiador -MG. O Sr. Prefeito e o Agente de Contratação, tornam público a realização do processo acima descrito, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL EDUCADOR FÍSICO, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**, *o recebimento da documentação será realizado até às 16:00 hs do dia 19/02/2026. Início da Sessão Pública para julgamento e análise da documentação será realizada 2º (segundo) dia útil subsequente ao do prazo final da protocolização da documentação dos interessados à partir das 15:00 hs (quinze horas),* na Sala de Licitações do prédio da Prefeitura. A íntegra do instrumento convocatório poderá ser obtida, nos dias úteis, no horário de 9h00min as 16h00min horas, na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16, Centro, Chiador – MG, CEP: 36.630-000; ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Tel. (32) 8407-3499. site: https://pm-chiador.publicacao.siplanweb.com.br/editais. Maurício Barbosa Monteiro. Agente de Contratação. Chiador – MG, 02/02/2026.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:3CE8B7D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026
DISPENSA ELETRÔNICA 002/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 007/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: Contratação de empresa ou profissional, devidamente habilitado por órgão competente e com experiência comprovada no ramo, para a análise e avaliação técnica completa dos estudos ambientais (incluindo, mas não se limitando a EIA/RIMA, PCA ou documentos equivalentes) apresentados pela empresa Vale do Rio Sul Mineradora LTDA - ME, visando a implantação de um empreendimento minerário no município de Coimbra-MG. O objetivo final é subsidiar o Poder Executivo Municipal com um Parecer Técnico conclusivo sobre a adequação, suficiência e conformidade legal da documentação apresentada, e se a autorização para a implantação do empreendimento oferece risco ao município.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.3.90.39.00.2.12.12.18.541.0023.2.0088.-Fonte-1.500.000-ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL;

VALOR ESTIMADO: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

PERÍODO DE PROPOSTAS:
DE:04/02/2026, ÀS 08:00HS
ATÉ:09/02/2026, ÀS 07:30HS

DATA DE JULGAMENTO: 09/02/2026 ÀS 08:00HS
Contato: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com - (32) 3555-1214
O certame será realizado de forma eletrônica, pelo Portal de Compras, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, estando o edital disponível no endereço https://www.coimbra.mg.gov.br/licitacoes/detalhe/47878 .

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:FC8870AD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2023

CONTRATANTE: Município de Confins/MG, **CNPJ**01.006.232/0001-10, com interveniência do **Secretária Municipal de Administração.**
CONTRATADA: ESPÓLIO DE IZAÍRA FERREIRA DE OLIVEIRA E LÁZARO FRANCISCO
DE OLIVEIRA, representado neste ato pela herdeira e inventariante **CLEUZY DE OLIVEIRA MILAGRES,** CPF nº 619.375.176-91.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA CONTORNO, N° 864, CENTRO, CONFINS/MG, CEP: 33500-000 PARA O FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES PRESENTES AO T.R EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFINS/MG, conforme Processo Licitatório nº 063/2023, modalidade Dispensa de Licitação nº 010/2023
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A alteração de prorrogação de vigência possui fundamento jurídico no inciso II, do art. 57 , observado o § 2º do art. 57 e o inciso I do art. 58, todos da Lei Federal nº 8.666/1993 e 62§ 3° C/C art. 24- X Lei Federal nº 8.245/1991,C/C Lei Federal 14.133/21 art. 190 C/C 191, bem como, na Cláusula Décima do Instrumento de Contrato nº 075/2023.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Por este termo aditivo, observada a fundamentação legal e as justificativas mencionadas acima, fica reajustado o valor mensal do item 01 do Contrato nº 075/2023. Por este termo ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do Instrumento do Contrato nº 075/2023, por doze meses, ou seja, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026, a partir de 31 de dezembro de 2025, bem como a renovado o saldo para o referido período.
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2025.
VALOR TOTAL: R$10.171,32
CONTRATANTE: Secretária Municipal de Administração, Sra. Sâmara Angélica Gonçalves Araújo Chalita.
CONTRATADA: Sra. CLEUZY DE OLIVEIRA MILAGRES**,** portadora da Carteira de Identidade MG-3.328.467, SSP/MG, CPF nº 619.375.176-91
DATA DA PUBLICAÇÃO:03/02/2026
LOCALDA PUBLICAÇÃO: Órgão Oficial de Publicação– http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg

Publicado por:
Pamela Aparecida Calazans Silva
Código Identificador:6355A04D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026 - CONTRATAÇÃO DA BANDA FRICOTE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃODE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO N°010/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE, COM FUNDAMENTO NO INCISO II DO ART. 74 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DOS SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA FRICOTE, A SER REALIZADO NO DIA 15 DE FEVEREIRO DAS 23:00H ÀS 01:00H, NA PRAÇA CENTRAL JOÃO DAHER, NO MUNICÍPIO DE CONFINS/MG, DURANTE O EVENTO CARNACONFINS 2026, INTEGRANTE DO CALENDÁRIO CULTURAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO.

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o processo deInexigibilidaden. 004/2026e o **ADJUDICO** a**VERTON PRODUÇÕES LTDA- CNPJ 57.802.374/0001-48**, com sede Rua Ponta Pora, n° 391, Bairro Vila Sumare, Montes Claros- MG - CEP 39.402.322,Tel: (38) 99838-4427 e emailvertonshows@gmail.com, neste ato representada pelo sócio titular da empresa, Ewerton Alves da Silva, CPF: 086.236.886-35e Carteira de Identidade nº 15.545.117 SSP/MG, empresário exclusivo da**BANDA FRICOTE**, **AUTORIZANDO**, neste mesmo ato, a sua contratação, nos termos do inciso IV, do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 68 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021, que dispõesobre os regulamentosdafase preparatória de compras, licitações, locações e serviços, no âmbito do Poder Executivo do Município de Confins– MG, de acordo com a Lei Federal n. 14.133/2021.

O valor total da contratação é de **R$50.000,00 (cinquenta mil reais).**

Em atendimento ao art. 69 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021,publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site oficial da Prefeitura Municipal de Confins/MG na Internet.

Confins/MG, 02de fevereiro de 2026.

GERALDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Confins/MG

Publicado por:
Maria Aparecida de Oliveira
Código Identificador:5CFF3C37

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº005/2026 - CONTRATAÇÃO SHOW MUSICAL " BLOCO AXÉ DAS ANTIGAS"

ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃODE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO N°011/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 005/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE, COM FUNDAMENTO NO INCISO II DO ART. 74 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DOS SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO DO BLOCO AXÉ DAS ANTIGAS, A SER REALIZADO NO DIA 14 DE FEVEREIRO DAS 23H00ÀS 01H00, NA PRAÇA CENTRAL JOÃO DAHER, NO MUNICÍPIO DE CONFINS/MG, DURANTE O EVENTO CARNACONFINS 2026, INTEGRANTE DO CALENDÁRIO CULTURAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO.

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o processo deInexigibilidaden. 005/2026e o **ADJUDICO** a**PRINCIPE DA PAZ PRODUÇÕES E EVENTOS**

LTDA- CNPJ 10.506.281/0001-02, com sede Rua Das Princesas, n° 327, Bairro Oeste, Belo Horizonte- MG - CEP 30.532-079,Tel: (31) 3417-4690 e (31) 3388-2636 e emailcontato@principedapazproducoes.com.br, neste ato representada pelo sócio titular da empresa, **Sr. Roger Gonçalves de Melo,** CPF: 027.076.936-69e Carteira de Identidade nº 7578150 SSPMG, empresário exclusivo do **BLOCO AXÉ DAS ANTIGAS**, **AUTORIZANDO**, neste mesmo ato, a sua contratação, nos termos do inciso IV, do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 68 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021, que dispõesobre os regulamentosdafase preparatória de compras, licitações, locações e serviços, no âmbito do Poder Executivo do Município de Confins– MG, de acordo com a Lei Federal n. 14.133/2021.

O valor total da contratação é de **R$60.000,00 (sessenta mil reais).**

Em atendimento ao art. 69 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021,publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site oficial da Prefeitura Municipal de Confins/MG na Internet.

Confins/MG, 02de fevereiro de 2026.

GERALDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Confins/MG

Publicado por:
Maria Aparecida de Oliveira
Código Identificador:B331CCA7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2025. Processo Licitatório Nº 013/2026 – Pregão Presencial Nº 006/2026. Tipo menor preço por item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE REPAROS PARA O POLIESPORTICO CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Valor: R$ 208.620,00 (duzentos e oito mil, seiscentos e vinte reais). Vigência: 02/02/2026 à 01/02/2027. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e **A & Z COMERCIO E SERVICOS LTDA.**

CONTRATO Nº 013/2026. Processo Licitatório Nº 021/2026 – Dispensa Nº 004/2026. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviço de assessoria à gestão do Sistema Único de Assistência Social do município de Córrego do Bom Jesus-MG atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social. Valor: R$ 34.800,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos reais). Vigência: 30/01/2026 à 31/12/2026. Signatários: Município de Córrego do Bom Jesus e a Empresa RICARDO SILVA DUARTE DAL BOM, inscrita no CNPJ sob o Nº 39.807.220/0001-67.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:0207FB36

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS / MG
HOMOLOGAÇÃO: Processo Licitatório Nº 022/2026 – Modalidade Dispensa nº 005/2026. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços especializados em dedetização e desratização. Contratada: Empresa D.D. MONTE CONTROLE E MANEJO DE PRAGAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.756.999/0001-66. VALOR: **R$ 31 868,00** (trinta e um mil oitocentos e sessenta e oito reais). Contratante: Município de Córrego do Bom Jesus. Fundamentado artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 – João Gabriel Dias Ribeiro – Prefeito Municipal em 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:5A5BCFDB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE LICITANTES

NOTIFICAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE LICITANTES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e equipamentos médico-hospitalares, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

A Prefeitura Municipal de Eugenópolis, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 056/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Federal nº 14.133/2021** e **considerando as deliberações registradas em ata na sessão pública realizada no dia 30 de janeiro de 2026**, vem, por meio desta, **NOTIFICAR E CONVOCAR** as empresas participantes do **Pregão Presencial nº 003/2026**, cujo objeto é o *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, EPIs e equipamentos médico-hospitalares destinados à Secretaria Municipal de Saúde*, para comparecimento à **continuação da sessão pública**, que ocorrerá conforme segue:
Data: 06 de fevereiro de 2026
Horário: 09h00min
Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Eugenópolis/MG – Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Centro, Eugenópolis/MG.

FINALIDADE DA SESSÃO
A sessão destina-se à **reabertura da etapa competitiva de lances**, restrita **aos itens cujos preços vencedores não tiveram a exequibilidade comprovada** na sessão anterior, conforme consignado em ata.
Durante a nova sessão, o Pregoeiro procederá à reclassificação das propostas e à retomada da disputa apenas **entre os licitantes remanescentes habilitados para cada item**, observadas as condições do edital e os princípios da isonomia e competitividade.
Nos termos do art. 59, §2º, da **Lei nº 14.133/2021**, os licitantes que vierem a se sagrar vencedores de novos itens deverão **comprovar a exequibilidade dos preços** ofertados **caso o valor proposto seja igual ou superior a 50% do preço estimado** constante do Termo de Referência, devendo apresentar, na própria sessão, **documentação comprobatória idônea** que demonstre a viabilidade da proposta.

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS POR NÃO COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE
Conforme consta da ata da sessão de 30/01/2026, foram **desclassificadas as propostas** referentes aos itens em que não foi comprovada a exequibilidade dos preços, ficando as respectivas empresas **impedidas de participar novamente da disputa** em relação a tais itens, conforme o disposto no **art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**.
As desclassificações ocorreram da seguinte forma:

EMPRESA	ITENS DESCLASSIFICADOS
ALMED PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA ME	159, 163, 211, 230
Z E S COMERCIAL LTDA	46, 118, 120, 246, 247
3RL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA	138
ODOMEDI COM. REP. LTDA	33, 212, 213

Assim, as empresas acima poderão participar da reabertura de lances **somente nos itens em que suas propostas permanecem válidas e classificadas**.

INTENÇÕES DE RECURSO

Conforme deliberado em ata, as **intenções de recurso pendentes** poderão ser apresentadas **até a sessão do dia 06/02/2026**, ocasião em que se **encerrará o prazo de manifestação**, passando então a fluir o prazo para **apresentação das razões e contrarrazões**, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

DISPOSIÇÕES FINAIS
A ausência de comparecimento na data e horário designados será interpretada como **renúncia ao direito de participar das etapas subsequentes do certame**, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos.

Eugenópolis/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ARTHUR COSTA DE SÁ
Pregoeiro – Portaria nº 056/2025
Prefeitura Municipal de Eugenópolis/MG

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:16260372

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS-MG – AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – PROCESSO Nº 018/2026 - O município de Faria Lemos/MG torna público nos termos da lei 14.133/21 e suas alterações, através do Agente de Contratação o Processo 018/2026 – Credenciamento 001/2026, com abertura a partir da publicação deste Edital, no horário de 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira. Visa: Credenciamento de interessados quanto às especialidades de Estomaterapia para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Maiores Informações https://www.farialemos.mg.gov.br/.

Publicado por:
Emerson Oliveira Vieira
Código Identificador:D9EC8E88

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PL 007/2026, PE 007/2026, EDITAL 007/2026

torna público aos interessados o **AVISO DE CORREÇÃO – ALTERAÇÃO DE NUMERAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO** passa a ser PL 007/2026, PE 007/2026 e Edital 007/2026 Objeto: prestação de serviços com operador, máquina e equipamento de comutação eletrônica de eletrodos múltiplos para eletrocussão de plantas daninhas (Capina Elétrica), no âmbito do consórcio público CISPARÁ, para atender as necessidades dos setores pertencentes a obras e serviços urbanos municipais, ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO CISPARÁ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024 – ARP Nº 12/2024. Vencedor: JARDINS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO. Item: 01. R$249.999,99.

WAGNER DOS SANTOS JUNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Carolina Rios Moreira Quintão
Código Identificador:BEB8F13D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PL 04.2026 - PE 04.2026 - EDITAL 04.2026 - COMPRASGOV 90003.2026

Torna público aos interessados a realização do processo licitatório. Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos para atender as demandas das da Secretaria de Obras e Serviços Urbanosnos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Tipo: Menor Preço Item. Abertura: 20/02/2026 as 09:00 h. Maiores informações tel.: 31-98202 8515. Edital site www.florestal.mg.gov.br.

NAYARA DE SOUZA GONÇALVES.
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Alessandra Rodrigues Pacheco Silva
Código Identificador:14B6A384

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
EXTRATO DE EDITAIS

EXTRATO DE EDITAIS
Processo nº. 08/2026, Pregão Eletrônico nº. 04/2026. Objeto: Registro de preço para aquisição eventual e futura de material escolar e de escritório pelo período de doze meses. Data e hora da abertura: 13/02/2026 às 09h.

O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:70EBF166

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU

MUNICIPIO DE IPIAÇU
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
Fundamentação Legal: Artigo 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133/21.
A Prefeitura Municipal de Ipiaçu-MG, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇO PARA REALIZAR A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DECORATIVOS PARA COMPOR A ORNAMENTAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO CARNAVAL DE RUA DE IPIAÇU/MG**, podendo eventuais interessados apresentar Propostas de Preços, a contar desta publicação até a data limite, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br.
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 02/02/2026 às 15:00 até o dia 05/02/2026 às 09:00h.
DATA DA SESSÃO: 05/02/2026 às 08:00h.
FIM DA SESSÃO: 05/02/2026 às 14h00min.
TEMPO DE DURAÇÃO DA SESSÃO: 6h.
A proposta de preços deverá ser enviada através da plataforma licitanet, no sítio eletrônico: https://www.licitanet.com.br/. Edital e documentos integrantes estarão disponíveis no sítio eletrônico da Plataforma acima informada e no endereço eletrônicohttps://cidadesmg.com.br/portaltransparencia/faces/user/portal.xhtml?Param=Ipiacu, na aba "**LICITAÇÕES**". Dúvidas e maiores esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail: licitacao@ipiacu.mg.gov.br. Ipiaçu-MG, aos 02 dias de fevereiro de 2026.

ANNA JULIA BORGES REZENDE.
Agente de Contratação do Município de Ipiaçu.

Publicado por:
Anna Julia Borges Rezende
Código Identificador:3B8FB585

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
Aviso de Licitação: PL001/2026– Pregão Eletrônico 001/2026.Objeto:Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios: tipo carnes em geral, em atendimento as demandas da prefeitura municipal de itaipé, consoante às especificações contidas neste Edital e seus Anexos. Tipo: menor preço por item. Recebimento das Propostas no dia 03/02/2026. Término do Recebimento das Propostas as 07h59min do dia 19/02/2026. Local: Portal https://licitardigital.com.br/. Edital e informações no pelo e-mail:
licitacao@itaipe.mg.gov.br,www.licitardigital.com.br,www.gov.br/pncpewww.itaipe.mg.gov.br. Aviso de Licitação: PL002/2026– Pregão Eletrônico 002/2026.Objeto:Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em atendimento as demandas da prefeitura municipal de Itaipé/mg, consoante às especificações contidas neste Edital e seus Anexos. Tipo: menor preço por item. Recebimento das Propostas no dia 03/02/2026. Término do Recebimento das Propostas as 07h59min do dia 20/02/2026. Local: Portal https://licitardigital.com.br/. Edital e informações no pelo e-mail:
licitacao@itaipe.mg.gov.br,www.licitardigital.com.br,www.gov.br/pncpewww.itaipe.mg.gov.br.Itaipé/MG, 02/02/2026.

SELMA GONÇALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Pedro Henrique Bulhões
Código Identificador:B26009BA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE ARP

Partes: Prefeitura Municipal de Jequitinhonha – CNPJ: 18.083.659/0001-14
BARBARA GASPARUCHO GARCIA – BRINQUEDOS - CNPJ nº 27 873 175/0001-60
Processo Licitatório n° 074/2025 – **Pregão Eletrônico:** nº 037/2025
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de aquisição de jogos e brinquedos didáticos e pedagógicos destinados para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG.
Data da Homologação: 26 de janeiro de 2026
Vigência da ARP: nº 016/2026: 02/02/2026 a 02/02/2027.
Valor da ARP: R$ 76.200,00 (setenta e seis mil e duzentos reais).

JULIMARA RAMOS BRITO
Secretaria Municipal de Administração/Finanças

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:59982C81

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ: 18.083.659/0001-14
XICRINHA PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTOS LTDA - CNPJ: 19.870.452/0001-52.
Inexigibilidade nº 003/2026 - **Processo Licitatório** n° 004/2026.
Objeto: Contratação de Produtora Musical que detenha exclusividade da titularidade da banda O ATROPELO, para as festividades do Carnaval do Sol de Jequitinhonha/MG que se realizará no dia 15 de fevereiro de 2026.
Data da Ratificação: 30/01/2026
Vigência do Contrato: 02/02/2026 a 31/12/2026.
Valor do Contrato: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:0C91724E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação 003/2026 - Processo Licitatório n° 004/2026

Objeto: Contratação de Produtora Musical que detenha exclusividade da titularidade da banda O ATROPELO, para as festividades do Carnaval do Sol de Jequitinhonha/MG que se realizará no dia 15 de fevereiro de 2026.

Data da Ratificação: 30/01/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA.

Contratada: XICRINHA PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTOS LTDA - CNPJ: 19.870.452/0001-52.

Fundamentação Legal: Lei nº. 14.133/21, e suas posteriores alterações, nos termos do artigo 72, inciso II.

Vigência: O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2026, ou até e integralização do objeto. Com data de assinatura em 02/02/2026.

Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Rubrica: 13.695.2011.4139 3.3.90.39.00 - Ficha: 604.

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:3641DA82

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO 003/2025

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026
OBJETO: Registro de Preço visando Aquisição de uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares, bem como insumos médico-hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e de suas unidades vinculadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: licitação pública nº 003/2026, na modalidade pregão, na forma eletrônica, regulamenta pela Portaria nº 418/2023 de 28 de dezembro de 2023, de acordo com a Lei nº 14.133/21, decretos municipais 737/2023 e 791/2023.
REALIZAÇÃO DO CERTAME: no dia 19 de fevereiro de 2026, às 08h00min no site https://licitanet.com.br/.

Informações pelo e-mail licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br e edital no site: www.lagoaformosa.mg.gov.br/editais.
Lagoa Formosa- MG, 02 de fevereiro de 2026

JOSÉ WILSON AMORIM –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:2BF84CB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO 5º TERMO ADITIVO 125/2024

Extrato de Termo aditivos de contratos: 5º Aditivo;
Contrato nº 125/2024.
PROCESSO: 100/2023,
Inexigibilidade: 046/2023
Contratado: Alumibox Vidros e Esquadrias de Patos LTDA,
CNPJ: 01.980.067/0001-00.
Acréscimo de item.
Lagoa Formosa-MG, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:43117BDE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
PORTARIA Nº 031/2026

PORTARIA Nº 031 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

"REVOGA A PORTARIA Nº 30 DE 29 DE JANEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Leandro Ferreira, Estado de Minas Gerais, no uso da competência que lhe confere o Art. 68, VI da Lei da Orgânica Municipal e em pleno exercício das funções de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 30 de 29 de janeiro de 2026.

Art. 2º. Fica nomeada a Comissão de Seleção para a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, composta pelos seguintes membros:

DANILO JOSÉ RODRIGUES;
DANIELA CRISTINA ALVES RODRIGUES;
STEFHANIE ANTÔNIA ALVES SILVA;
RODRIGO DE CÁSSIO MARTINS RABELO DA CRUZ;

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Município de Leandro Ferreira, aos 02 dias de Fevereiro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:A0E6B214

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Luisburgo, Estado de Minas Gerais, torna público a realização de Processo de Licitação nº 021/2026, Dispensa nº 008/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, com utilização de mão de obra, material, e demais insumos, para execução de piso de concreto e polimento, na escola municipal Luiz Rodrigues no córrego da laje, no município de Luisburgo/MG, conforme projeto. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico provido pelo(a) AMM Licita através do endereço eletrônico: ammlicita.org.br, a sessão será realizada no dia 06 de fevereiro de 2026 às 08hs00min – Horário de Brasília. O aviso contendo todas a informações do certame estará disponível através dos sites: ammlicita.org.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br). Informações pelo telefone (33) 3378-7000 ou e-mail: licitacao@luisburgo.mg.gov.br. Luisburgo/MG

Publicado por:
Deivid Henrique Martins da Silva
Código Identificador:38B400D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA

PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA
Considerando todo o processado, ADJUDICO a licitação pública conforme (inciso IV do art. 71 da Lei nº. 14.133/2021), para a empresa: - CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 60.915.736/0001-11, com o valor de R$ 1.398,40 (mil e trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos); - HABIL CONSULTORIA E COMERCIO LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 36.932.230/0001-36, com o valor de R$ 438.752,25 (quatrocentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos); - Polo Sul Logística LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.537.449/0001-68, com o valor de R$ 119.285,90 (cento e dezenove mil e duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos); - ROBSON MARQUES DE FREITAS - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 28.856.289/0001-64, com o valor de R$ 60.463,00 (sessenta mil e quatrocentos e sessenta e três reais); - SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA- pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 55.814.591/0001-22, com o valor de R$ 18.484,20 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos); - SUPERMERCADO SOARES E ARRUDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.049.251/0001-47, com o valor de R$ 70.435,30 (setenta mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos). Objeto da Licitação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar das Escolas e Creches Municipais integrantes da rede municipal de ensino, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação do Município de Luisburgo - MG, conforme especificações e condições constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência – TR. Luisburgo – MG, 23 de janeiro de 2026.

LIZABETH DE SOUZA PIRES GOMES -
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Wélica Vieira de Abreu
Código Identificador:750C794B

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA
Considerando todo o processado, HOMOLOGO a licitação pública Processo Administrativo de Licitação Pública nº. 005/2026, Pregão Eletrônico nº. 003/2026, conforme (inciso IV do art. 71 da Lei nº.

14.133/2021), para a empresa: - CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 60.915.736/0001-11, com o valor de R$ 1.398,40 (mil e trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos); - HABIL CONSULTORIA E COMERCIO LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 36.932.230/0001-36, com o valor de R$ 438.752,25 (quatrocentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos); - Polo Sul Logística LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.537.449/0001-68, com o valor de R$ 119.285,90 (cento e dezenove mil e duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos); - ROBSON MARQUES DE FREITAS - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 28.856.289/0001-64, com o valor de R$ 60.463,00 (sessenta mil e quatrocentos e sessenta e três reais); - SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA- pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 55.814.591/0001-22, com o valor de R$ 18.484,20 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos); - SUPERMERCADO SOARES E ARRUDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.049.251/0001-47, com o valor de R$ 70.435,30 (setenta mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos). Objeto da Licitação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar das Escolas e Creches Municipais integrantes da rede municipal de ensino, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação do Município de Luisburgo - MG, conforme especificações e condições constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência – TR.

Luisburgo – MG, 23 de janeiro de 2026.

LIZABETH DE SOUZA PIRES GOMES -
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Wélica Vieira de Abreu
Código Identificador:E2791773

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO
A Prefeitura Municipal de Luisburgo torna público a publicação do Extrato de ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA nº 005/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2026, Registro de Preço nº 003/2026. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar das Escolas e Creches Municipais integrantes da rede municipal de ensino, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação do Município de Luisburgo - MG, conforme especificações e condições constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência – TR. FORNECEDORES CONTRATADOS: - CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 60.915.736/0001-11, com o valor de R$ 1.398,40 (mil e trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos); - HABIL CONSULTORIA E COMERCIO LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 36.932.230/0001-36, com o valor de R$ 438.752,25 (quatrocentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos); - Polo Sul Logística LTDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.537.449/0001-68, com o valor de R$ 119.285,90 (cento e dezenove mil e duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos); - ROBSON MARQUES DE FREITAS - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 28.856.289/0001-64, com o valor de R$ 60.463,00 (sessenta mil e quatrocentos e sessenta e três reais); - SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA- pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 55.814.591/0001-22, com o valor de R$ 18.484,20 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos); - SUPERMERCADO SOARES E ARRUDA - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.049.251/0001-47, com o valor de R$ 70.435,30 (setenta mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUISBURGO, com sede na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº. 59, Centro, Luisburgo/MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n.º 01.615.423/0001-89, representado por Lizabeth de Souza Pires Gomes - Secretária Municipal de Educação. Vigência das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS: O objeto das presentes atas terão vigência de 12 meses. Luisburgo/MG, 28 de janeiro de 2026.

LIZABETH DE SOUZA PIRES GOMES -
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Wélica Vieira de Abreu
Código Identificador:62E35E94

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026

O Município de Luisburgo torna público a publicação do extrato resumido do **Contrato Administrativo nº 020/2026**, oriundo do **Processo Administrativo de Licitação Pública nº 020/2026 / Inexigibilidade de Licitação Pública nº 004/2026**, celebrado em 29 de janeiro de 2026, cujo objeto é a **contratação de palestrante para capacitação de profissionais da rede municipal de educação**, com o tema *"Motivacional para Professores: Educar é Tocar Vidas – O Papel do Professor como Agente de Transformação"*, visando promover momento de reflexão, acolhimento e motivação aos professores, fortalecendo o fazer pedagógico e o reconhecimento do professor como agente essencial de transformação social. **Contratante:** MUNICÍPIO DE LUISBURGO, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº 59, Bairro Centro, nesta cidade de Luisburgo, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 01.615.423/0001-89. **Contratada:** Dra. NAIA MARIS DE BARROS BALBINO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 38.496.619/0001-01, com sede na Avenida Visconde do Rio Branco, nº 30, Loja A, Bairro Centro, na cidade de São Geraldo, Estado de Minas Gerais, Terapeuta Ocupacional Especialista em Inclusão. **Valor:** R$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais).
Prazo do Contrato: 09/12/2025 a 09/02/2026. **Dotação Orçamentária:** 02050111212200172013339039 – Ficha 158. Luisburgo, 29 de janeiro de 2026.

LIZABETH DE SOUZA PIRES GOMES-
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Wélica Vieira de Abreu
Código Identificador:AFB82853

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 215/2025

EXTRATO CONTRATO
O Prefeito do Município de Luminárias – MG, torna público que realizou o contrato 06/2026:
1 – PROCESSO 215/2025 - OBJETO: Credenciamento para prestação de serviço de tratamento de avaliação neuropsicológica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
2 – Contratada: **NEUROPSICOLOGIA GV LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº53.613.346/0001-21.

3 -Vigência: de 30/01/2026 e 29/01/2027.

Este extrato foi publicado no site no dia 30 de janeiro de 2026

CRISTIANE PAULA MENDONÇA NAUDERER

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:561F825A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA
AVISO AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE

AVISO DE LICITAÇÃO – A CÂMARA MUNICIPAL DE MALACACHETA - MG, ATRAVES DE SEU PRESIDENTE, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 001/26, PREGÃO PRESENCIAL - Nº 001/26, TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO, PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ETANOL) , FILTRO E OLEO LUBRIFICANTE, PARA ATENDER OS VEICULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE MALACACHETA - MG, A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 23/02/26 ÀS 13:00MIN, NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL, RUA TRISTÃO COUY, Nº 56 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacaocmmalacacheta@gmail.com camaramalacacheta@hotmail.com ou no Site Portal da Transparência câmara municipal de malacacheta. MALACACHETA. 02/02/2026.

Publicado por:
Lucas de Azevedo Lopes
Código Identificador:8A6830AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA
AVISO LEILÃO RESIDUOS SOLIDOS RECICLAVEIS

AVISO DE LICITAÇÃO – O MUNICÍPIO DE MALACACHETA/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PUBLICO ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 01/26, MODALIDADE LEILÃO - Nº 01/26, TIPO: MAIOR LANCE, PARA ALIENAÇÃO DE RESIDUOS SOLIDOS (PAPELÃO, GARRAFAS PET E SACOLAS COLORIDAS), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESTE MUNICIPIO . A ABERTURA DO PROCESSO SERÁ DIA 23/02/2026 ÀS 09:00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, PRAÇA MONS. JORGE LOPES DE OLIVEIRA, Nº 130 - CEP: 39.690-000. O EDITAL PODERÁ SER LIDO NA ÍNTEGRA E ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@malacacheta.mg.gov.br ou no Site Portal da Transparência .MALAC. 02/02/2026.

Publicado por:
Lucas de Azevedo Lopes
Código Identificador:A9E02375

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 75, IV,e, Lei 14133/21, Processo n° 01/2026, Dispensa Eletrônica Emergencial n° 01/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epigrafe, nos seguintes termos:

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTINADO AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR, A SEREM SERVIDOS AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2026.

Fornecedor: COOPERATIVA METROPOLITANA DE AGRICULTORES FAMILIARES (COMALE) – CNPJ: 17.987.100/0001-56

Valor homologado: R$ 426.716,76 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos)

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00**, outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 – 2118-6481.

Assessoria de Licitações e Contratos
Mateus Leme, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:675E6B1C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 75, IV,e, Lei 14133/21, Processo n° 01/2026, Dispensa Eletrônica Emergencial n° 01/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve RATIFICAR o procedimento em epigrafe, nos seguintes termos:

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTINADO AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR, A SEREM SERVIDOS AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2026.

Fornecedor: COOPERATIVA METROPOLITANA DE AGRICULTORES FAMILIARES (COMALE) – CNPJ: 17.987.100/0001-56

Valor homologado: R$ 426.716,76 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos)

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00**, outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 – 2118-6481.

Assessoria de Licitações e Contratos
Mateus Leme, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:65A3F37D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP - Nº 006/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene e limpeza diversos.
Endereço para consulta ou obtenção do edital:
Av. Cardoso Saraiva, 305 – Centro / Matias Barbosa
Setor de Licitações: 08:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas
site: www.matiasbarbosa.mg.gov.br
tel: (32) 3771-0143 E 3771-0144
ABERTURA DAS PROPOSTAS
Dia 19/02/2026 às 09:00 horas

ALEXEI VASSILI PAÇO ROSA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jennifer Peres Querino de Medeiros
Código Identificador:03F8F8DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA DE MINAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026
O município de Morada Nova de Minas/MG, torna público o Registro de Preços para aquisição de materiais de uso médico-hospitalar. Início de recebimento de propostas: 03/02/2026 às 09hs até às 8hs do dia 19/02/2026. Julgamento: 19/02/2026 às 09:00hs. Edital na plataforma www.licitardigital.com.br e no site www.moradanova.mg.gov.br.
Morada Nova de Minas, aos 02 de fevereiro de 2026

VENCESLAU RAIMUNDO DE OLIVEIRA MOURA
Pregoeiro

Publicado por:
Thiago Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:1D834703

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 05/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026
O município de Morada Nova de Minas/MG, torna público o Registro de Preços para aquisição de materiais de artesanato. Início de recebimento de propostas: 04/02/2026 às 09hs até às 8hs do dia 20/02/2026. Julgamento: 20/02/2026 às 09:00hs. Edital na plataforma www.licitardigital.com.br e no site www.moradanova.mg.gov.br.
Morada Nova de Minas, aos 02 de fevereiro de 2026

VENCESLAU RAIMUNDO DE OLIVEIRA MOURA
Pregoeiro

Publicado por:
Vanilda Soares de Sousa
Código Identificador:4E72A8A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
DECRETO Nº 2902/2026

Regulamenta, no âmbito do Município de Oratórios, a Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, no que se refere à proposição, execução, transparência, rastreabilidade e fiscalização das emendas parlamentares ao orçamento municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Oratórios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
Considerando os princípios constitucionais da publicidade e da transparência na Administração Pública;
Considerando o disposto nos arts. 70, 74, 165 a 169 e 163-A da Constituição Federal, especialmente quanto à execução orçamentária, ao controle interno e externo e à rastreabilidade dos recursos públicos;
Considerando a Lei Complementar Federal nº 210, de 25 de novembro de 2024, que estabelece normas gerais para a transparência, o controle e a rastreabilidade das emendas parlamentares;
Considerando a necessidade de padronizar e organizar os procedimentos administrativos internos relativos à execução das emendas parlamentares, sem inovação normativa;
Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que estabelece o dever de transparência ativa, o acesso amplo às informações públicas e a divulgação de dados de interesse coletivo ou geral;
Considerando as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854;
Considerando a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 05, de 10 de dezembro de 2025, que dispõe sobre diretrizes de controle, acompanhamento e fiscalização das emendas parlamentares no âmbito municipal
Considerando a Recomendação do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG) nº 01, de 18 de dezembro de 2025, que orienta os entes municipais à adoção de boas práticas administrativas, contábeis e de governança na execução das emendas parlamentares;
Considerando a necessidade de assegurar transparência ativa, rastreabilidade contábil, regularidade da execução financeira e efetividade do controle interno,
DECRETA:
CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Oratórios, os procedimentos administrativos relacionados à execução, ao acompanhamento, à transparência, à rastreabilidade e à prestação de contas das emendas parlamentares incluídas na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, e as normas de controle externo aplicáveis.
Art. 2º As disposições deste Decreto aplicam-se a todas as emendas parlamentares ao orçamento municipal, inclusive:
- emendas individuais;
- emendas de comissão;
- emendas de bancada;
- emendas de transferência especial.
Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:
- emenda parlamentar: a indicação de despesa incluída na Lei Orçamentária Anual por parlamentar municipal, estadual ou federal;
- órgão executor: a unidade administrativa responsável pela execução orçamentária, financeira, contábil e física do objeto da emenda;
- unidade beneficiária: o órgão ou entidade destinatária dos recursos decorrentes da emenda parlamentar;
- impedimento técnico: situação formalmente caracterizada que inviabilize a execução da emenda, nos termos legais;
- sistema de acompanhamento: ferramenta eletrônica utilizada para o registro, o monitoramento e a divulgação das informações relativas às emendas parlamentares;
- portal de transparência: ambiente eletrônico oficial do Poder Executivo Municipal, integrado ou vinculado ao Portal da Transparência, destinado à divulgação, das informações relativas à proposição, execução, acompanhamento, rastreabilidade, execução financeira e prestação de contas das emendas parlamentares, nos termos da legislação vigente.
CAPÍTULO II
DA TRANSPARÊNCIA E DA RASTREABILIDADE
Art. 4º A execução das emendas parlamentares observará, obrigatoriamente, os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, bem como a transparência ativa e a rastreabilidade integral dos recursos públicos.
Art. 5º A rastreabilidade das emendas parlamentares deverá permitir a identificação:
- Concedente: parlamentar, comissão, bancada ou outro;
- Número: número da Emenda Parlamentar;
- Recebedor e CNPJ: Administração Pública, entidade sem fins lucrativos ou do terceiro setor, consórcio público, pessoa jurídica de direito privado e outros;
- Município/Estado e CNPJ: recebedor dos recursos;
- Data(s): de disponibilização(ções) do(s) recurso(s);
- Gestor responsável: nome completo do gestor responsável pela execução dos recursos;
- Objeto: especificar a obra, o serviço, a aquisição, o programa, o projeto e outros;
- Grupo de Natureza de Despesa (GND);
- Valor(es);
- Banco e conta corrente: nome da instituição bancária e número da conta corrente de movimentação dos recursos;

- Anuência prévia SUS: assinalar, se houve ou não, anuência prévia do gestor do SUS, se for o caso
Art. 6º O Município manterá, em seu Portal da Transparência, seção específica para divulgação das informações relativas às emendas parlamentares, podendo, alternativamente, utilizar o Portal de Emendas Parlamentares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
Art. 7º As informações relativas às emendas parlamentares deverão ser disponibilizadas de forma clara, objetiva e em linguagem acessível, observados os princípios da transparência ativa, do acesso à informação e da publicidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da legislação vigente.
Art. 8º As informações relativas às emendas parlamentares deverão ser disponibilizadas previamente à execução.
CAPÍTULO III
DO PLANO DE TRABALHO
Art. 9º A execução das emendas parlamentares que envolvam transferências de recursos dependerá da apresentação prévia de Plano de Trabalho pelo beneficiário.
Art. 10. O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo:

- descrição do objeto;
- finalidade pública;
- estimativa dos recursos;
- indicadores de resultado;
- metas físicas mensuráveis;
- cronograma de execução;
– previsão de prestação de contas.
CAPÍTULO IV
DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL
Art. 11. Cada emenda parlamentar deverá possuir identificador contábil específico, permitindo a vinculação direta entre a emenda e as despesas executadas.
Art. 12. A execução das emendas parlamentares não afasta a responsabilidade do ordenador da despesa quanto à legalidade, economicidade, finalidade pública e regular aplicação dos recursos.
CAPÍTULO V
DO RELATÓRIO DE GESTÃO
Art. 13. A execução das emendas parlamentares deverá ser demonstrada em Relatório de Gestão, a ser elaborado pelo órgão ou entidade executora.
Art. 14. O Relatório de Gestão deverá ser disponibilizado ao Tribunal de Contas de Minas Gerais até 30 de junho do exercício seguinte, com atualização anual, contendo informações sobre a execução física e financeira das emendas.
CAPÍTULO VI
DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO
Art. 15. Compete ao Sistema de Controle Interno do Município:
- acompanhar a execução das emendas parlamentares;
- realizar auditorias e inspeções;
- emitir relatórios e notas técnicas;
- adotar medidas corretivas quando necessário.
Art. 16. Os relatórios e notas técnicas elaborados pelo Controle Interno relativos às emendas parlamentares deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 17. A proposição, a execução, o acompanhamento e a transparência das emendas parlamentares de iniciativa dos Vereadores observarão a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a legislação aplicável, bem como as disposições deste Decreto, no que couber.
Art. 18. É vedado o redirecionamento do objeto da emenda parlamentar ou a alteração de sua finalidade, salvo mediante autorização legislativa e justificativa técnica formal.
Parágrafo único. A justificativa técnica deverá integrar o processo administrativo da emenda e ser registrada no sistema de acompanhamento.
Art. 19. Na hipótese de descumprimento das normas de transparência e rastreabilidade, a execução das emendas parlamentares poderá ser suspensa, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.
Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Oratórios, 29 de janeiro de 2026

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Lina Dos Santos
Código Identificador:906F2076

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS E EULER RONAN COSTA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS**, com inscrição no CNPJ sob o n° 01.616.836/0001-88,
com sede na Praça Tabajara, n° 297, Centro na cidade de Oratórios – MG, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. Carlos José de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG-MG n° MG 10772992 e inscrito no CPF sob o n° 037.799.386-77, residente na cidade de Oratórios e **EULER RONAN COSTA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n° 041.939.156-89, residente e domiciliado na cidade de Oratórios – MG, que também subscreve, têm justo e convencionado o presente termo aditivo ao contrato original, nos termos da Lei 8.666/93, precedido do processo licitatório 009/2023 – contrato n° 020/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

1.1 – A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, com base no inciso II, do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e cláusula quinta do contrato original, resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com término previsto para o dia 01 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 – Com base no item 4.2 do contrato, o valor mensal será de R$ 898,97 (oitocentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos) em consonância com o índice de 3,897870% do INPC, referente ao período de fevereiro de 2025 a dezembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

– As despesas decorrentes deste presente aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 3.3.90.36.00.2.06.01.08.244.0015.2.0053, de acordo com o orçamento de 2026.

– No exercício futuro a Contratante providenciará, no orçamento competente, a previsão de dotação orçamentária à natureza da despesa desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 – As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este **ADITIVO,** permanecem em vigor para todos os efeitos.
E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.

Oratórios, 01 de fevereiro de 2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito de Oratórios

EULER RONAN COSTA
Proprietario.

Testemunhas: CPF:

CPF:

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	02/2025
Data final	12/2025
Valor nominal	R$ 865,24 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,03897870
Valor percentual correspondente	3,897870 %
Valor corrigido na data final	R$ 898,97 (REAL)

Publicado por:
Douglas Vinicios Apolinario
Código Identificador:E1C41A3C

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS E A INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS**, com inscrição no CNPJ sob o n° 01.616.836/0001-88,
com sede na Praça Tabajara, n° 297, Centro na cidade de Oratórios – MG, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. Carlos José de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG-MG n° MG 10772992 e inscrito no CPF sob o n° 037.799.386-77, residente na cidade de Oratórios e a **INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA**, na Avenida Paraná, n° 1348, na cidade de Divinópolis – MG, inscrito no CNPJ sob o n° 04.225.153/0001-98, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu representante legal o Sr. Lander Aparecido de Oliveira, brasileiro, inscrito no CPF sob o n° 005.907.996-73, residente e domiciliado na cidade de Divinópolis – MG, que também subscreve, têm justo e convencionado o presente termo aditivoao contrato original, nos termos da Lei 8.666/93, precedido do processo licitatório 010/2023 – contrato n° 019/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
1.1 – A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, com base no inciso II, do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e cláusula quinta do contrato original, resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com término previsto para o dia 31 de janeiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO
– Com base no item 4.2 do contrato, o valor mensal será de R$ 816,95 (oitocentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), em consonância com o índice de 3,897870% do INPC referente ao período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO
– As despesas decorrentes deste presente aditivo correrão à conta da dotação orçamentária 3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0002.2.0011, 3.3.90.30.00.2.02.00.04.122.0002.2.0011, de acordo
com o orçamento de 2026.

– No exercício futuro a Contratante providenciará, no orçamento competente, a previsão de dotação orçamentária à natureza da despesa desta contratação.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
– As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este **ADITIVO,** permanecem em vigor para todos os efeitos.
E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.
Oratórios, 31 de janeiro de 2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito de Oratórios

LANDER APARECIDO DE OLIVEIRA
Inovação Computação Móvel LTDA

Testemunhas: CPF:

CPF:

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2025
Data final	12/2025
Valor nominal	R$ 786,30 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,03897870
Valor percentual correspondente	3,897870 %
Valor corrigido na data final	R$ 816,95 (REAL)

Publicado por:
Douglas Vinicios Apolinario
Código Identificador:F19DF858

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2026

O Município de Paraisópolis/MG, através do Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna pública a Dispensa de Licitação n.º 006/2026 – Processo n.º 018/2026 para a contratação de empresa para a colocação de varais decorativos compostos por fitas coloridas metalizadas, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, montagem, fixação e posterior retirada, abrangendo uma área total de aproximadamente 1.600 m², na praça Presidente Vargas onde ocorrerão os eventos carnavalescos do Município de Paraisópolis/MG, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e especificações do Objeto, CNPJ n.º 34.495.315/0001-92. Valor Global: R$9.600,00(nove mil e seiscentos reais); Vigência: 02/02/2026 até 02/04/2026.

MARLENE CARVALHO –
Diretora de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:925F869A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 004/2026

O Município de Paraisópolis/MG, através do Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna pública a Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2025 – Processo n.º 016/2026 para a Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para assessoria técnica em desenvolvimento infantil, a ser desenvolvida na Creche Municipal Erestina de Carvalho Almeida, por meio de workshops, palestras formativas e intervenções presenciais com as crianças, em atendimento ao Departamento de Educação do Município de Paraisópolis/MG. EXECUTANTE: FERNANDO DE FARIA SILVEIRA FISIOTERAPIA. CNPJ: n.º 26.773.503/0001-93. Valor Global: R$ 12.000,00(doze mil reais) –

MARLENE CARVALHO –
Diretora de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:13131DB7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 005/2026

O Município de Paraisópolis/MG, através do Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna pública a Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2025 – Processo n.º 017/2026 para a Contratação da banda BRAZUCAS para o pré-carnaval 2026 do Distrito de Costas, Município de Paraisópolis. A Banda irá se apresentar no dia 07 de fevereiro de 2026 às 23h. A duração da apresentação é de 02h30m. EXECUTANTE: RODRIGO S DE ANDRADE PRODUÇÕES. CNPJ: n.º 50.319.594/0001-76. Valor Global: R$ 12.000,00(doze mil reais) –

MARLENE CARVALHO –
Diretora de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:77577D67

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
DECRETO Nº 4.744, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas por CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4, conforme legislação aplicada ao tema.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 65, inciso VI, XXXIV, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as leis em vigor, pelo inciso VI, art. 8º da Lei Federal Nº 12.608 de 10 de abril de 2012 – PNPDC e Lei nº 2.403, de 23 de dezembro de 2014, e ***considerando***:

que o município de Paraisópolis, conforme previsão meteorológica e alertas emitidos foi assolada por CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4, no dia 1º de fevereiro de 2026, por volta de 16h00;

que em decorrência das CHUVAS INTENSAS, houve o registro de ocorrência de danos humanos (desalojados e afetados, direta e indiretamente), que famílias foram desalojadas devido aos riscos iminentes que podem afetar suas residências (estruturas);

que ocorreram danos estruturais de pontes nas zonas urbanas e rural, estradas rurais obstruídas por deslizamento de terras/vegetação, causando interdições parciais, danos generalizados em vias públicas (danos em bueiros, calçamentos, queda de muro, etc.), ocasionando em interdição de vias;

finalmente, a manifestação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Paraisópolis/MG, relatando a ocorrência deste desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência (nível I) nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS – COBRADE 1.3.2.1.4, conforme legislação aplicada.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, ficam autorizas as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

Art. 5º. Com fundamento no art. 75, VIII da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, realizados pelo Município e pela autarquia SAAE, que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontratação de empresas e a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 180 (cento e oitenta) dias.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,
aos 02 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:53F2BA93

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 74, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Nomeia servidor efetivo para o cargo de Professor PM-1.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Art. 37, incisos II e IV, da Constituição Federal, e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Art. 65, incisos VI e IX, ***RESOLVE,***
Art. 1º Nomear **MAÍRA FERNANDA DOS SANTOS,** aprovada no Concurso Público realizado em 02 de fevereiro de 2025, com homologação final dada pelo Decreto nº 4.649, de 11 de abril de 2025, para o cargo público de Professor PM-1, Símbolo SNI, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, constante do Anexo IV da Lei Complementar nº 5, de 1º de junho de 1995.
Art. 2º A investidura do nomeado no cargo, satisfeitos os requisitos legais, dar-se-á mediante ato de posse, reduzido a termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.
Parágrafo único: Será tornada sem efeito a nomeação do candidato que, por qualquer motivo, não apresentar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da convocação, a documentação completa exigida.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 02 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:8743492F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 75, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Coloca servidora à disposição do Estado Minas Gerais, em adjunção.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista atender ao disposto em Convênio de mútua colaboração celebrado entre o Município de Paraisópolis e o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Estado da Educação (Processo SEI nº 1260.01.0068716/2021-66), **RESOLVE,**

Art. 1º Colocar a servidora pública municipal **EDALGISA MARIA PEREIRA AZEVEDO**, matrícula nº 6126, ocupante do cargo de Professor PM-1, constante do Anexo IV, da Lei Complementar nº 5, de 1º de junho de 1995, à disposição do Estado de Minas Gerais, em adjunção, para prestar serviços à Secretaria de Estado da Educação, como ocupante do cargo de Diretora da Escola Estadual Dino Ambrósio Pereira, a partir de 02 de fevereiro de 2026, sem ônus para o Município de Paraisópolis.
Art. 2º Durante o período de adjunção da servidora, fica suspenso seu estágio probatório no cargo de Professor PM-1.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 02 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:6D370347

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 76, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Declara vacância de cargo em decorrência de aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, e ***considerando***, que:
o regime previdenciário do Município é o INSS;
a comunicação do INSS informando o deferimento da aposentadoria da servidora **SILVANIA REGINA DE LIMA**, matrícula nº 4386, a partir de 21/01/2026 - Benefício nº 239.259.374-9;
as regras encartadas no art. 89 da Lei Municipal nº 27/1950 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, que assim dispõe:

"Art. 89. A vacância do cargo decorrerá de:
(.....)
Aposentadoria;"

o entendimento do **Supremo Tribunal Federal – STF**, emanado no Tema 1.150 - Repercussão Geral - que fixou a seguinte tese:

"O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade."

e, finalmente, o poder-dever atribuído aos gestores públicos, na adoção de medidas, em prol da observância das regras legais aplicáveis aos atos praticados pela Administração Pública,
RESOLVE:
Art. 1º Fica declarada a vacância, a partir de 02 de fevereiro de 2026, do cargo efetivo de Ajudante Geral Feminino, constante do Quadro de Cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, ocupado pela servidora municipal **SILVÂNIA REGINA DE LIMA,** matrícula nº 4386, por implemento de sua aposentadoria, restando o servidor afastado de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,
aos 02 de fevereiro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:816C6331

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM/M
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 004/2026

O Município de Passabém/MG torna público o Aviso de Dispensa de Licitação nº 004/2026, na modalidade Dispensa Eletrônica, como critério de julgamento por MENOR PREÇO.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM SERVIÇOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS, MATERIAL E MÃO DE OBRA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA COMUNIDADE FAZENDA ESMERIL E LIMOEIRO NO MUNICÍPIO DE PASSABÉM/MG.**

Início do Recebimento das Propostas: às 08:00 do dia 04/02/2026.
Recebimento das Propostas: Até 07:59 horas do dia 09/02/2026.
Data da Sessão Pública: Dia 09/02/2026 às 08:00 horas.
Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF.

E PARA INFORMAÇÕES E HABILITAÇÃO DEVERÁ CONSULTAR A PÁGINA http://www.passabem.mg.gov.br, bem como **Plataforma de Licitações Licitar Digital** (www.licitardigital.com.br).

Passabém, 02 de fevereiro de 2026.

LUCIANO DE SÁ MADUREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ricardo José de Oliveira
Código Identificador:7F82BB1C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº1

AUTO DE INFRAÇÃO nº1

No dia , constatei que **WILLIAN JOSE RODRIGUES** cadastrada(o) no CPF/CNPJ sob o nºWILLIAN JOSE RODRIGUES residente/situada na rua/Avenida AVENIDA JOSE MARIA DE ALKIMIM Nº: 271, bairro CENTRO, CEP 38740-080, no município de PATROCINIO-MG, ***por estar infringindo o artigo 82º da lei 133 de 2014, no qual foi notificado no dia pela ausência de passeio em sua totalidade e/ou má conservação do mesmo,*** *que está localizado na Rua/Avenida* ***AVENIDA BRASIL, 1813*** *sob o cadastro de setor* ***37*** *quadra* ***50*** *lote(s)* ***12-002*** *e pelo qual não foi cumprido o prazo estabelecido na notificação 1***.**

OBS: O valor da multa será de 01(um) UFM.

Assim sendo, lavrei o presente auto, notificando o(a) mesmo(a) senhor (a) a recolher ao Serviço de Fazenda Municipal a multa devida ou apresentar defesa dentro do prazo de **cinco dias**

Vai o presente, assinado por mim e pelo autuado.

_____
Assinatura do Fiscal

Patrocínio MG, __ de _____ de 2025.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:B2A571EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 12

AUTO DE INFRAÇÃO nº12

No dia , constatei que **DULCE APARECIDA DA SILVA** cadastrada(o) no CPF/CNPJ sob o nºDULCE APARECIDA DA SILVA residente/situada na rua/Avenida RUA GRACIANO CONÇALVES CUNHA Nº: 172, bairro SERRA NEGRA, CEP 38745-520, no município de PATROCINIO-MG, ***por estar infringindo o artigo 82º da lei 133 de 2014, no qual foi notificado no dia pela ausência de passeio em sua totalidade e/ou má conservação do mesmo,*** *que está localizado na Rua/Avenida* ***RUA GRACIANO GONÇALVES CUNHA, 172*** *sob o cadastro de setor* ***38*** *quadra* ***59*** *lote(s)* ***204*** *e pelo qual não foi cumprido o prazo estabelecido na notificação 12****.***

OBS: O valor da multa será de 01(um) UFM.

Assim sendo, lavrei o presente auto, notificando o(a) mesmo(a) senhor (a) a recolher ao Serviço de Fazenda Municipal a multa devida ou apresentar defesa dentro do prazo de **cinco dias**

Vai o presente, assinado por mim e pelo autuado.

_____
Assinatura do Fiscal

Patrocínio MG, _____ de _____ de 2025.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:61761245

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº5

AUTO DE INFRAÇÃO nº5

No dia , constatei que **HELOISA JABER CAPUANO DOS SANTOS** cadastrada(o) no CPF/CNPJ sob o nºHELOISA JABER CAPUANO DOS SANTOS residente/situada na rua/Avenida RUA JOAQUIM OTAVIO DE BRITO Nº: 119, bairro CONSTANTINO, CEP 38747-014, no município de PATROCINIO-MG, ***por estar infringindo o artigo 82º da lei 133 de 2014, no qual foi notificado no dia pela ausência de passeio em sua totalidade e/ou má conservação do mesmo,*** *que está localizado na Rua/Avenida* ***RUA PADRE EUSTAQUIO, SN*** *sob o cadastro de setor* ***17*** *quadra* ***36*** *lote(s)* ***87*** *e pelo qual não foi cumprido o prazo estabelecido na notificação 5****.***

OBS: O valor da multa será de 01(um) UFM.

Assim sendo, lavrei o presente auto, notificando o(a) mesmo(a) senhor (a) a recolher ao Serviço de Fazenda Municipal a multa devida ou apresentar defesa dentro do prazo de **cinco dias**

Vai o presente, assinado por mim e pelo autuado.

_____
Assinatura do Fiscal

Patrocínio MG, _____ de _____ de 2025.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:E74D0122

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº6

AUTO DE INFRAÇÃO nº6

No dia , constatei que **HELOISA JABER CAPUANO DOS SANTOS** cadastrada(o) no CPF/CNPJ sob o nºHELOISA JABER CAPUANO DOS SANTOS residente/situada na rua/Avenida RUA JOAQUIM OTAVIO DE BRITO Nº: 119, bairro CONSTANTINO, CEP 38747-014, no município de PATROCINIO-MG, ***por estar infringindo o artigo 82º da lei 133 de 2014, no qual foi notificado no dia pela ausência de passeio em sua totalidade e/ou má conservação do mesmo,*** *que está localizado na Rua/Avenida* ***RUA PADRE EUSTAQUIO, SN*** *sob o cadastro de setor* ***17*** *quadra* ***36*** *lote(s)* ***172*** *e pelo qual não foi cumprido o prazo estabelecido na notificação 6****.***

OBS: O valor da multa será de 01(um) UFM.

Assim sendo, lavrei o presente auto, notificando o(a) mesmo(a) senhor (a) a recolher ao Serviço de Fazenda Municipal a multa devida ou apresentar defesa dentro do prazo de **cinco dias**

Vai o presente, assinado por mim e pelo autuado.

_____
Assinatura do Fiscal

Patrocínio MG, _____ de _____ de 2025.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:3A242002

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO –Nº: 113 –27/01/2026

SECRETARIA DE URBANISMO
- NOTIFICAÇÃO –Nº: 113 –27/01/2026

CONTRIBUINTE: PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA
END. CORRESPONDENCIA: AV JOAO ALVES DO NASCIMENTO, 2155, CENTRO, PATROCINIO-MG, 38740-026.
CADASTRO: SETOR**: 48** QUADRA**: 53** LOTE**: 0**
END. DO IMÓVEL: AVENIDA RADIALISTA PEDRO ALVES DO NASCIMENTO, S/N

OCORRÊNCIA CAUSADORA DA NOTIFICAÇÃO
POR ESTAR O LOTE/IMOVEL SUJO

FAVOR PROVIDENCIAR A LIMPEZA
NO PRAZO MÁXIMO DE 20 DIAS

BASE LEGAL DA EXIGÊNCIA

LEI 4828/2016 – ART. 2º § 1º

INTIMAÇÃO

Na data abaixo foi dado ciência ao (a) notificado (a), de que a ocorrência supra constitui infração a legislação acima especificada, pelo que foi-lhe solicitado (a).
A completa regularização da referida infração no prazo máximo citado acima, quando em nova vistoria, se constatar o desatendimento, ainda que parcial, da presente notificação, será a mesma convertida em "infração". Ocorrendo esta hipótese, a fiscalização emitira o competente auto de infração, evento este que acarretara ao notificado (a) independente do cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer o pagamento de multas, e, no caso de regularização da infração pela Prefeitura, alem do custo desta acrescido de 20% (vinte por cento) de taxa de administração dos juros de mora, atualização monetária e imediata inscrição desse débito em divida ativa e cobrança judicial.

O prazo será contabilizado a partir da data de recebimento da notificação.
Caso o imóvel seja regularizado antes do prazo estabelecido, favor entrar em contato com a Secretaria de Urbanismo para informar, nos números:

3839-1800 (Ramal 253 - Fiscalização) ou 3839-1829 (Whatsapp da Secretaria).

_____
Assinatura Fiscal Responsável

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:7C7D2CB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO –Nº: 128 –27/01/2026

SECRETARIA DE URBANISMO
- NOTIFICAÇÃO –Nº: 128 –27/01/2026

CONTRIBUINTE: SUSANA SUEMI ALVES NAGANO
END. CORRESPONDENCIA: ALAMEDA DAS PEROBAS, 345, MORADA NOVA, PATROCINIO-MG, 38748-576.
CADASTRO: SETOR**: 47** QUADRA**: 33** LOTE**: 80**
END. DO IMÓVEL: AVENIDA ODIR ALEIXO, S/N

OCORRÊNCIA CAUSADORA DA NOTIFICAÇÃO
POR ESTAR O LOTE/IMOVEL SUJO

FAVOR PROVIDENCIAR A LIMPEZA
NO PRAZO MÁXIMO DE 20 DIAS
BASE LEGAL DA EXIGÊNCIA

LEI 4828/2016 – ART. 2º § 1º

INTIMAÇÃO

Na data abaixo foi dado ciência ao (a) notificado (a), de que a ocorrência supra constitui infração a legislação acima especificada, pelo que foi-lhe solicitado (a).
A completa regularização da referida infração no prazo máximo citado acima, quando em nova vistoria, se constatar o desatendimento, ainda que parcial, da presente notificação, será a mesma convertida em "infração". Ocorrendo esta hipótese, a fiscalização emitira o competente auto de infração, evento este que acarretara ao notificado (a) independente do cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer o pagamento de multas, e, no caso de regularização da infração pela Prefeitura, alem do custo desta acrescido de 20% (vinte por cento) de taxa de administração dos juros de mora, atualização monetária e imediata inscrição desse débito em divida ativa e cobrança judicial.

O prazo será contabilizado a partir da data de recebimento da notificação.
Caso o imóvel seja regularizado antes do prazo estabelecido, favor entrar em contato com a Secretaria de Urbanismo para informar, nos números:
3839-1800 (Ramal 253 - Fiscalização) ou 3839-1829 (Whatsapp da Secretaria).

_____
Assinatura Fiscal Responsável

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:79C6739D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 011/2025 resolve ***RETIFICAR*** as publicações realizadas no dia 08/01/2026 no Diário Oficial dos Municípios Mineiros página nº 298. **Onde se lê:** REVOGAÇÃO DA CONCORRENCIA Nº 011/2025. ***Leia se:*** CONCORRECIA Nº 11/2025 - FRACASSADA. Mantêm-se INALTERADO as demais informações**.**

MARCIO FERREIRA SOUTO _
Preito Municipal.
Pedra Azul/MG.

Publicado por:
Jovino Jardem Freitas Souza
Código Identificador:AD79C861

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO. PRC Nº 177/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MG. Aviso de Licitação. PRC Nº 177/2025 – Pregão Eletrônico Nº 095/2025 - A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando a licitação, Pregão na forma eletrônica, conforme a seguir:

PRC Nº 177/2025– Pregão Eletrônico Nº 095/2025 – Data: 20/02/2026 às 13:00. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos.

YGOR LUÍZ DA SILVA REIS.
(Pregoeiro).

Informações gerais e obtenção dos Editais pelo telefone: [31] 3819-5454, ramais 1045/1046/1047 e 1048, no horário de 12h00 às 18h00. Obtenção da integra dos Editais à Avenida Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, CEP 35.430-001, nos endereços www.pontenova.mg.gov.br e https://licitar.digital.

Publicado por:
Sandra Helena de Carvalho Lana
Código Identificador:15972C6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DEC14520

DECRETO Nº 14.520/2026

Dispõe sobre a criação do GRUPO INSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO(GIPP), constituído por representantes das secretarias municipais responsáveis por políticas públicas necessárias para assegurar as condições adequadas de moradia para as famílias beneficiárias dos programas de habitação de interesse social no município de Ponte Nova e do Residencial Chácara Vasconcelos I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA-MG,** no uso das atribuições legais, **CONSIDERANDO**, o previsto na Portaria do Ministério das Cidades nº 75, de 25 de janeiro de 2025, que dispõe sobre o Trabalho Social nos Programas e Ações do referido Ministério, e **CONSIDERANDO**, a necessidade de acompanhamento e interlocução das demandas locais e visando às garantias das políticas públicas necessárias ao atendimento e condições de moradia das famílias beneficiárias dos Programas de Habitação Social no Município de Ponte Nova – Minas Gerais e do Residêncial Chácara Vasconcelos I;

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o **Grupo Institucional do Poder Público** – **GIPP**, instância colegiada de acompanhamento, interlocução e articulação das demandas locais, visando à garantia das políticas públicas necessárias ao atendimento das famílias beneficiárias dos Programas de Habitação Social no Município de Ponte Nova e dos

Empreendimentos, no âmbito do **Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 (FAR)**.

Art. 2º O Grupo Institucional do Poder Público – GIPP será composto por um representante titular e um suplente das seguintes Secretarias Municipais:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
a) Titular: Kátia de Oliveira Pasqualon
b) Suplente: Luciene Soares Lucena

II - Secretaria Municipal de Saúde
a) Titular: Janaina Barbosa Sete e Silva
b) Suplente: Marina Bellico

III - Secretaria Municipal de Educação
a)Titular: Eliliane Cacilda Esperidião
b)Suplente: Adriana de Medeiros Oliveira

IV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo
a)Titular: Baltazar Mateus Ventura
b)Suplente: Carolainy dos Santos Oliveira

V - Secretaria Municipal de Obras
a)Titular: Bruno José Quintão Silva
b)Suplente: Luiz Felipe Sarti

VI - Secretaria Municipal de Governo
a)Titular: João Victor Silva Dos Santos
b)Suplente: Ana Elisa de Miranda Soares

VII – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
a) Titular: Marcos Tadeu Rocha Leandro
b) Suplente: Juliana Imaculada Mendes

Parágrafo único. O Grupo Institucional do Poder Público – GIPP funcionará sob a coordenação do servidor indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º São atribuições dos membros do GIPP:

I - Articular de modo eficaz a comunicação entre os demais órgãos que compõem o Município de São Cristóvão, e caso necessário envolver outros entes Municipais não participantes do GIPP, visando à garantia das políticas públicas necessárias ao atendimento das famílias beneficiadas atendidas pelo programa habitacional em questão.

II - Propor ações integradas de políticas públicas e acompanhar suas implementações e resultados;

III - Convidar, sempre que necessário, a participação de representantes da construtora responsável pelo empreendimento e de outros órgãos do Município, do Estado e da União, nas reuniões do GIPP;

IV - Solicitar a colaboração de entidades públicas e privadas para prestar informações ou praticar outros atos que possam assegurar o cumprimento das decisões do colegiado.

Art.4º Os membros do GIPP reunir-se-ão sempre que necessário, sob a coordenação do representante da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação com a devida convocação prévia.

Art. 5º As atividades administrativas do GIPP, com a relação das atas, ofícios, memorandos e outros procedimentos para o fiel cumprimento deste Decreto serão de responsabilidade de um servidor indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 6º No início de cada reunião, serão apresentadas as providências adotadas pelos representantes de cada Secretaria para solucionar as demandas expostas na reunião anterior, conforme sua competência, justificando-se o que não foi possível de se realizar, passando a apresentação de novas demandas com os prazos e estratégias que serão adotadas para solucioná-las.

Art. 7º As ações do GIPP deverão acontecer de forma planejada, contínua e permanente e conforme a atuação deste Ente Público como Agente Apoiador do Trabalho Social, e suas responsabilidades pela efetividade relativa ao Trabalho Social, conforme PORTARIA MCID Nº 75, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Ponte Nova, 30 de janeiro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

LAZINIER SERRANO GONÇALVES
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:D38A066A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE CONTRATO 007/2026. PROCESSO Nº: 010/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Extrato de Contrato 007/2026. PROCESSO Nº: 010/2026 – Pregão Eletrônico nº 006/2026. Objeto: Contratação de serviços de ultrassonografia, através da Ata de Registro de Preços nº 90/2025, pertencente ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, da qual o município de Ponte Nova é órgão participante. Contratada: SERMEP SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 20.231.343/0001-74. Valor total: R$ 569.100,00 (quinhentos e sessenta e nove mil e cem reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Sandra Helena de Carvalho Lana
Código Identificador:ED8F256B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA 019

PORTARIA Nº 019/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 014/2026, cujo objeto é a Contratualização com hospitais filantrópicos do Município de Ponte Nova/MG, os seguintes servidores:
a) Fiscal do contrato: Marlene Campos - semsa@pontenova.mg.gov.br (31) 3817-1120
b) Gestor(a) do contrato: Janaina Barbosa Sete e Silva - gabinetesaude@pontenova.mg.gov.br
(31) 3817-1120

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;

Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do

fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.

Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.

Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 02 de fevereiro de 2026

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:664286C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
ATAS PROCESSO 076/2025

Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público Extrato das ATAs do Processo Licitatório nº 076/2025, Pregão eletrônico nº 026/2025, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CURATIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO FIRME – MG. Contratados: CIRURGICA QUALITY PRODUTOS PARA SAUDE HUMANA E ANIMAL LTDA; DML DISTRIBUICAO LTDA; GOLDMED IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; MEDTREM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA; YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. Valor: R$ 262.990,00 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e noventa reais). Vigência: 30/01/2026 à 31/01/2027.
DAT Porto Firme/MG, 02/02/2026.
ASS Renato Santana Saraiva.
CAR Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:82A491E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
CONTRATO 005/2026

ATO CONTRATO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público Extrato do Contrato 005/2026 Processo Licitatório nº 060/2025, Pregão eletrônico nº 018/2025, tendo por objeto AQUISIÇÃO DE CINCO VEÍCULOS DE PASSEIO (5 LUGARES) CADA, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE PORTO FIRME-MG, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.432/2024, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES SES/MG Nº 9.944/2024 E Nº 10.055/2025, RESOLUÇÃO SES/MG Nº Nº10.088 /2025 E PORTARIA GM/MS Nº 4671/2024. Contratada: **ITN MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**. Valor: R$440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais). Vigência: 28/01/2026 à 28/01/2027.
DAT Porto Firme/MG, 02/02/2026.
ASS Renato Santana Saraiva.
CAR Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:E52885F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE ADITIVO

Processo n.º 053/2023
Adesão n.º 004/2023
Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2023
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratada: COPYUAI Locação de Equipamentos LTDA
Objeto: O presente Instrumento tem por objeto a inclusão uma impressora multifuncional em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura.
Prazo de Vigência: até 12 de abril de 2026.
Valor Total: R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).
Data: 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:3B0908EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE ADITIVO

Processo nº 054/2025
Concorrência Eletrônica nº 002/2025
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 096/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratada: Pantaleão Artefatos de Cimento LTDA
Objeto: Acréscimo quantitativo e qualitativo visando à adequação do projeto de pavimentação da Estrada da Taipa, bem como a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 30 (trinta) dias.
Valor total do acréscimo: R$ 42.635,86 (quarenta e dois mil seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos)
Data: 30 de janeiro de 2026

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:2927B2CA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

Contrato n.º: 083/2025
Processo n.º: 053/2025
Dispensa n.º: 015/2025
Objeto: Fica rescindido, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei Federal nº. 14.133/21, a partir do dia 21 de janeiro de 2026 o contrato n.º 083/2025, cujo objeto é a **contratação de empresa para prestação de serviços de treinador de futebol**.

Prados/MG, 21 de janeiro de 2026

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:0CB51288

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 070, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

"*Altera o valor do vencimento básico inicial dos cargos que menciona, e dá outras providências.*"

A Câmara de Vereadores do Município de Prados – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o valor do vencimento básico inicial dos cargos descritos no **Anexo I** desta Lei que, a seu turno, se encontram relacionados no **Anexo I** da Lei Complementar nº **066** de 12 de março de 2025.

Art. 2º. Fica igualmente alterado o valor do vencimento básico dos cargos descritos no **Anexo II** desta Lei.

Art. 3º. O valor do vencimento básico inicial previsto para os cargos de que tratam os artigos **1º** e **2º** desta Lei será de **R$1.621,00** (mil, seiscentos e vinte e um reais).

Art. 4º. O valor do vencimento básico inicial para os cargos que possuem piso nacional será reajustado, quando da publicação dos mesmos, através de lei municipal específica.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 1º de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Prados, 02 de fevereiro de 2026

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
Relação de Cargos

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO	VENCIMENTO BÁSICO INICIAL EM DEZEMBRO/2025
Assessor de Gestão do SUS	R$1.518,00
Recepcionista de UBS	R$1.518,00
Auxiliar de Serviços	R$1.518,00
Auxiliar de Serviços de Usina de Triagem e Compostagem de Lixo	R$1.518,00
Auxiliar Educacional	R$1.518,00
Educador Social	R$1.518,00
Faxineiro	R$1.518,00
Fiscal Sanitário	R$1.518,00
Monitor de Educação e Transporte Escolar	R$1.518,00
Orientador Social do SCFV	R$1.518,00
Coveiro	R$1.518,00

ANEXO II
Servidores Inativos

Pensionistas (7)	R$1.518,00 (e/ou vencimentos abaixo deste valor)
Professor Leigo Nível I (3)	R$1.518,00

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:BA721027

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
LEI Nº 2.578, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

"Autoriza concessão de subvenção social à Santa Casa de Misericórdia da Paróquia de Prados objetivando a manutenção do serviço de atendimento de urgência e emergência na área da saúde, e dá outras providências."

A Câmara de Vereadores do Município de Prados – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, no exercício financeiro de 2026, subvenção social com valor de **R$1.300.000,00** (um milhão e trezentos mil reais) à Santa Casa de Misericórdia da Paróquia de Prados, entidade filantrópica inscrita no CNPJ sob o cadastro de nº 24.009.417/0001 – 83 que participa, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, objetivando a manutenção do serviço de atendimentos de urgência e emergência com atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais.

Parágrafo único. A subvenção social de que trata o *caput* deste artigo será concedida através de 10 (dez) prestações mensais quantificadas em **R$130.000,00** (cento e trinta mil reais) cada uma delas, iniciando-se a primeira na competência janeiro/2026 e finalizando-se na competência outubro/2026.

Art. 2º Para receber os recursos financeiros autorizados por esta Lei, a entidade referenciada no artigo anterior deverá:

I – Atender ao que dispõe a Portaria do Ministério da Saúde nº **1.034** de 05 de maio de 2010, à legislação municipal e às regras procedimentais emitidas pelo Controle Interno Municipal;

II – Apresentar os seguintes comprovantes de regularidade fiscal e idoneidade:

Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
Cópia do Estatuto Social registrado em cartório;
Ata da posse da atual Diretoria registrada em cartório;
Apontamento de conta bancária específica de sua titularidade;
Certidão Negativa de Débitos Municipais;
Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
Cópia da lei concessiva do Título de Utilidade Pública;
Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde; e
Plano de trabalho contendo os objetivos e metas a serem alcançadas.

III – Firmar convênio específico, contendo as normas para realização da parceria, cronograma de repasses e prazos de aplicação dos recursos e prestação de contas, cuja minuta passa a fazer parte integrante da presente Lei.

§1º As informações relativas ao Termo de Convênio firmado com o Município de Prados – MG e seu correspondente Plano de Trabalho deverão ser disponibilizados aos cidadãos em sítio eletrônico do Município, nos termos da Lei Federal n.º **12.527** de 18 de novembro de 2011, e do art. **10** da Lei nº **13.019** de 31 de julho de 2014.

§2º A entidade subvencionada divulgará, em local visível de sua sede e em seu correspondente sítio eletrônico, a parceria de que trata esta Lei.

Art. 3º As obrigações trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do objeto da parceria a ser firmada são de responsabilidade exclusiva da Santa Casa de Misericórdia de Paróquia de Prados, a quem também competirá exercer o controle da plena legalidade dos atos de admissão dos profissionais integrantes de seu quadro de pessoal.

Art. 4º A prestação de contas será analisada pelo Controle Interno do Município, nos termos do parágrafo único do art. **70** da **Constituição Federal de 1988**, do **§2º** do art. **26** da Lei Complementar n.º **101** de 4 de maio de 2000, instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Controle Interno do Município, e sua aprovação é condição para recebimento de novos recursos municipais.

Parágrafo único. A prestação de contas de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada em conformidade com o disposto no item *IX* do Plano de Trabalho apresentado pela entidade subvencionada.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento do exercício de 2026.

Art. 6º O Município de Prados – MG manterá o repasse da subvenção social mencionada nesta Lei no limite de suas possibilidades financeiras, razão pela qual inexiste qualquer possibilidade de arguição, pela entidade subvencionada, de direito adquirido à sua obtenção.

Parágrafo único. O repasse das parcelas da subvenção social poderá ser suspenso pelo Município mediante notificação por escrito, se assim o exigir o interesse público, ou se a entidade subvencionada deixar de atender aos critérios legais necessários à sua obtenção.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prados, 02 de fevereiro de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PRADOS - MG e a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARÓQUIA DE PRADOS, objetivando condensar os repasses atuais a título de subvenção autorizado pela Lei nº ..... de .... de 20...

O MUNICÍPIO DE PRADOS – MG pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o cadastro de nº 18.557.538/0001 – 67, com sede na Rua José Silva Filho, nº 11, bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **RILDO COSTA**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARÓQUIA DE PRADOS**, entidade declarada de utilidade pública, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.009.417/0001 – 83 e sede estabelecida na Rua Coronel João Luiz, nº 61, bairro Centro, CEP 36.320 – 000, no Município de Prados – MG, neste ato representada pela Sra. **CARMEN MARIA DE MELO HEIMOVSKI**, portadora do RG. M-2.981.893 SSP/MG, inscrita no CPF sob o cadastro de nº 133.810.086 – 68, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**, resolvem celebrar o presente Convênio que se regerá pela Lei Federal nº **14.133** de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 – Objetiva o presente Convênio substanciar as parcelas que, sob o fundamento de subvenção social, serão repassadas pelo **MUNICÍPIO** à **ENTIDADE** visando à manutenção do serviço de atendimento de urgência e emergência no âmbito da saúde pública.
1.2 – O valor global da subvenção social de que trata a cláusula anterior quantifica **R$1.300.000,00** (um milhão e trezentos mil reais), e serão repassadas à **ENTIDADE** através de 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas, de **R$130.000,00** (cento e trinta mil reais), referindo-se a primeira delas à competência janeiro/2026, e a última, à competência outubro/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
2.1 – Realizar o repasse das subvenções sociais à **ENTIDADE** até o 10º (décimo) dia útil do mês de referência;
2.2 – Apreciar as prestações de contas apresentadas pela **ENTIDADE**;
2.3 – Solicitar informes à **ENTIDADE**, quando constatada qualquer inconsistência relativa aos termos do presente Convênio;
2.4 – Realizar vistorias e demais diligências relativas à efetiva prestação dos serviços quando assim entender necessário, observado o aviso com antecedência mínima de 03 (três) dias;
2.5 – Suspender o repasse das subvenções diante de qualquer evento tradutor de ilegalidade, desvio de finalidade ou ausência de prestação de contas.
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE
3.1 – Aplicar integralmente os recursos repassados pelo **MUNICÍPIO** na execução deste convênio, e segundo a finalidade estabelecida em lei municipal e no correspondente Plano de Trabalho;
3.2 – Franquear ao **MUNICÍPIO**, por ocasião da realização de vistorias e diligências, o acesso às suas dependências e aos livros, documentos e demais assentamentos que se fizerem necessários;
3.3 – Promover a prestação de contas até 31 de dezembro de 2026, relativamente às 10 (dez) parcelas em referência;
3.4 – Imprimir critério de estrita legalidade relativamente à admissão e manutenção de profissionais em seu quadro de pessoal;
3.5 – Oficiar imediatamente o **MUNICÍPIO** em caso de identificação de qualquer inconsistência apurada.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO
4.1 – A **ENTIDADE** compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo **MUNICÍPIO**, devidamente atualizados, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:
a) inexecução parcial ou total do objeto deste Convênio;
b) aplicação dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;
c) apuração de resíduo financeiro não oportunamente aplicado no objeto deste Convênio, ao longo de sua vigência;
d) despesas não aprovadas em prestação de contas específica.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA
5.1 – Este Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada partícipe pelas obrigações assumidas, até a data de seu rompimento.
5.2 – É justo motivo para a rescisão do convênio a ocorrência das situações previstas no artigo **137**, incisos I a V e VIII e IX e respectivos parágrafos da Lei nº **14.133/2021**, arcando a parte que der causa à rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento;
5.3 – A **ENTIDADE** reconhece os direitos do **MUNICÍPIO** em rescindir administrativamente este ajuste, conforme previsão do artigo **138** da Lei nº **14.133/2021**.

CLÁUSULA SEXTA – OUTRAS DISPOSIÇÕES
6.1 – Os repasses deverão ocorrer até o décimo dia útil de cada mês.
6.2 – As prestações de contas deverão ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2026, sob pena de não serem efetuados novos repasses.
6.3 – O presente Convênio deve ser precedido de lei autorizadora.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
7.1 – O prazo de vigência do presente convenio terá, por termo inicial, a data de sua assinatura, e por termo final, a data de 31 de dezembro de 2026.
7.2 – A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do convênio, estipulado no item anterior, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO
8.1 – O **MUNICÍPIO** poderá vistoriar, periodicamente, as instalações da entidade para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste convênio.
8.2 – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da entidade poderá ensejar a não prorrogação deste convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.
8.3 – A fiscalização exercida pelo **MUNICÍPIO** sobre serviços ora conveniados não eximirá a entidade da sua responsabilidade perante o Ministério da Saúde/Secretaria de Estado ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do convênio.
8.4 – A **ENTIDADE** facilitará, ao **MUNICÍPIO**, o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do **MUNICÍPIO** designados para tal fim pelo gestor municipal do SUS.
8.5 – Em qualquer hipótese é assegurado a entidade amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos e o direito à interposição de recursos.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
9.1 – A inobservância de cláusula ou obrigação constante deste Convênio, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o **MUNICÍPIO**, garantida a prévia defesa, a impor, em cada caso e quando assim forem aplicáveis, as sanções previstas nos incisos **I** a **IV** do art. **156** da Lei nº **14.133/2021**, em razão da prática de quaisquer das condutas enumeradas nos incisos **I** a **XII** de seu art. **155**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO
10.1 – A eficácia deste Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão da imprensa oficial do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO
11.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Prados – MG para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio.

Prados – MG, _____ de _____ de 2026.

_____
MUNICÍPIO DE PRADOS – MG

_____
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARÓQUIA DE PRADOS

Testemunha 1:

Testemunha 2:

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:489D7C00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS CREDENCIAMENTO Nº.004/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS, Processo Administrativo nº.018/2023
Credenciamento nº.004/2023, torna público que celebrou termo aditivo de contrato para **Credenciamento de Unidades Prestadoras de Serviços Hospitalares para realização de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos aos usuários do Sistema Municipal de Saúde de Pratápolis**, conforme estabelecido no presente edital com a empresa **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PASSOS** (CNPJ: 23.278.898/0001-60).

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:A821D792

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2026 "ALTERA ANEXO X DA LEI COMPLEMENTAR 62 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PUBLICAÇÃO – LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público, nos termos da Lei 2.000/2020, a publicação da LEI COMPLEMENTAR 156/2026, que **"ALTERA ANEXO X DA LEI COMPLEMENTAR 62 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"** junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 28 de janeiro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:4252659D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS LEI Nº 2.407/2026 "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026."

PUBLICAÇÃO – LEI Nº 2.407/2026

A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Lei Ordinária nº 2.407/2026, que "*AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026."* junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 28 de janeiro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:04381197

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS LEI Nº 2.408/2026 "REVOGA A LEI MUNICIPAL 2125 DE 15 DE MARÇO DE 2022 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR INCENTIVO FINANCEIRO CONFORME PREVISÃO NA RESOLUÇÃO SES/MG 10.397/2025 E 10.572/2025, PARA FARMACÊUTICOS CONSTANTES DA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSI

PUBLICAÇÃO – LEI Nº 2.408/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Lei Ordinária nº 2.408/2026, que "*REVOGA A LEI MUNICIPAL 2125 DE 15 DE MARÇO DE 2022 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR INCENTIVO FINANCEIRO CONFORME PREVISÃO NA RESOLUÇÃO SES/MG 10.397/2025 E 10.572/2025, PARA FARMACÊUTICOS CONSTANTES DA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AMBULATORIAL NO ÂMBITO DAS REDES DE ATENÇÃO à SÁUDE-FARMÁCIA DE MINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."* junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 28 de janeiro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/leis/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:7A082F09

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS PORTARIA Nº 2.908/2026 "DISPÕE GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 2.908/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 2.908/2026, que "DISPÕE GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 28 de janeiro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:9C6C3A00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS PORTARIA Nº 2.909/2026 "DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 2898, DE 12 DE JANEIRO DE 2026, E CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA QUE ESPECIFICA."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 2.909/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 2.909/2026, que "DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 2898, DE 12 DE JANEIRO DE 2026, E CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO à SERVIDORA PÚBLICA QUE ESPECIFICA." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 29 de janeiro de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:81160240

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS ERRATA EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 025/2026

Errata
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 025/2026
Processo Licitatório 144/2024
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, por meio de seu
representante legal, Prefeito Municipal Sr. Jocimar César Brandão.
CONTRATADO: JETMAX SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 06.947.769/0001-06, neste ato representada pelo Sra. Andresa Graziele de Castro Cursage**.**
OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de serviços de reprografia, com a disponibilização, em regime de comodato, de máquinas multifuncionais (impressoras, copiadoras) e software de gerenciamento de impressão, conforme quantitativo e demais especificações contidas neste instrumento e no termo de referência.
Vigência de 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$150.812,42 (cento e cinquenta mil oitocentos e doze reais e quarenta e dois centavos)
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.
Prudente de Morais / MG, 05 de janeiro de 2026.
Assinam digitalmente:

● Jocimar César Brandão – Prefeito Municipal

● Andresa Graziele de Castro Cursage - Representante legal da empresa
contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:5FB97B1E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETORNO / CONTINUIDADE DA SESSÃO:

LEILÃO Nº 003|2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 274|2025

O Município de Rio Pomba/MG, por meio do Agente de Contratação, informa aos interessados que a sessão pública referente ao Leilão Eletrônico nº 003/2025 terá sua continuidade conforme abaixo:

Data: 04/02/2026
Horário: 10 horas
Local: Portal de Compras Públicas

A sessão terá prosseguimento com a continuidade das fases do certame, conforme registrado em sistema e em ata.

Rio Pomba/MG, 02 de fevereiro de 2026

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação.

Prefeitura Municipal de Rio Pomba/MG

Informações gerais no Portal de Compras Públicas, através do link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/mg/municipio-de-rio-pomba-1474/le-274-2026-2026-447997

Publicado por:
Áthila Viana de Oliveira
Código Identificador:27D6B15C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 017

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato
Número	017/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**MAURO VINICIUS SOARES NEVES 09306557612**
Objeto	O objeto do presente instrumento é a **Credenciamento para prestação de serviços gerais diversos**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento	Processo nº 059/2025 – Credenciamento nº 002/2025
Prazo	**02/02/2026 – 01/02/2027**
Valor	**R$ 189.840,00**
Dotação Orçamentária	3.3.90.39.00.2.06.00.04.122.0001.2.0035
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Mauro Vinicius Soares Neves – Sócio Administrador

Rio Pomba, 02 de fevereiro de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Whênale Queiroz
Código Identificador:73B687B8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DE RIO POMBA, Estado de Minas Gerais, na forma da lei e da Constituição Federal, objetivando a contratação temporária de 01 (um) Médico Clinico Geral 40 H por prazo de até 12 (doze) meses, permitida uma única prorrogação, visando atender a urgente exigência do serviço público, em decorrência da insuficiência de pessoal, nos termos da Lei Municipal nº 1.493/2014 e suas alterações. Torna público a abertura do Processo Seletivo Simplificado N°001/2026 para o quadro de pessoal do Município de Rio Pomba/MG. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas somente através do e-mail: **processoseletivo@riopomba.mg.gov.br**, no período de 02 a 08 de fevereiro de 2026, observado os critérios do Edital. O Edital Nº001/2026 será publicado em sua íntegra no site oficial do município, no endereço eletrônico: https://www.riopomba.mg.gov.br/

Rio Pomba, 30 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:450778A0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº001/2026, homologado em 27/01/2026, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:
CARGO: PSICOPEDAGOGO
1º Iara Aparecida Rocha Rodrigues
2º Cristiane Marçal Marliere Ferreira
Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:3EAD7CC6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMARIA

PREFEITURA DE ROMARIA
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2026

O MUNICÍPIO DE ROMARIA - MG, ATRAVÉS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO N° 001/2026, PARA **FORMALIZACAO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM ORGANIZACÕES DA SOCIEDADE CIVIL**, CUJA ABERTURA SERÁ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2026, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMARIA/MG. MAIORES INFORMAÇÕES PELO TEL. (034) 3848-1252 HORÁRIO DAS 08:00 AS 17:00 HORAS – HENRY AUGUSTO COSTA DE ALMEIDA – AGENTE DE CONTRATAÇÃO, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Publicado por:
Lucas Gabriel Silverio de Lima
Código Identificador:A2FA2D8E

PREFEITURA DE ROMARIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE ROMARIA - MG, ATRAVÉS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO QUE ÀS 09:00 HORAS DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2026, NA SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, ESTARÁ REALIZANDO PREGÃO PRESENCIAL PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PARA FUTURO **FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES DESTINADOS A ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.** A SESSÃO PÚBLICA SERÁ GRAVADA COM AUDIO E VIDEO DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.133/2021 – O EDITAL COMPLETO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES. MAIORES INFORMAÇÕES PELO TEL. (034) 3848-1110 DAS 08:00 AS 17:00 HORAS – HENRY AUGUSTO COSTA DE ALMEIDA – PREGOEIRO – ROMARIA/MG, 02 DE FEVEREIRO DE 2.026.

Publicado por:
Lucas Gabriel Silverio de Lima
Código Identificador:B53B65D9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL – INTER AMBIENTAL.
LICITAÇÃO N º 001/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA 001/2026.
AVISO.
O Consórcio Intermunicipal Para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – Inter Ambiental torna público que realizará Contratação Direta por Dispensa Eletrônica Nº 001/2026, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos de engenharia ambiental para desenvolvimento e execução de projeto de educação ambiental, diagnóstico socioeconômico de catadores, apoio à formalização de associações e implantação de sistema informatizado para integração da coleta seletiva nos municípios membros do Consórcio. Período das propostas: de 03/02/2026 até 06/02/2026 às 08h00. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação: 08h01 do dia 06/02/2026. O Edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site da LICITANET no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br ou no e-mail: licitacao@santajuliana.mg.gov.br. Informações pelo Tel.: (34) 3354-8000. LICITANET: (34) 3014-6633 - Uberlândia/MG. Santa Juliana – MG, 02 fevereiro de 2026.

ALEX RODRIGUES DE OLIVEIRA.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:11F67369

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N º 015/2026 – Dispensa Presencial 004/2026.
AVISO.
O Município de Santa Juliana, torna público que fará realizar licitação na modalidade Dispensa Presencial N º 004/2026, do tipo Menor Preço Global, nos termos do Art. 75, inciso II, § 3º, da Lei nº 14.133/21, e manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para a contratação de pessoa jurídica, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada em consultoria ambiental e engenharia para a prestação de serviços de cumprimento de condicionantes da licença ambiental da Estação de Tratamento de Efluentes do município de Santa Juliana e da Estação de Tratamento de Efluentes do Distrito de Zelândia, Período das propostas entre 03/02/2026 até 06/02/2026 às 09h00, Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 09h01 do dia 06/02/2026, na divisão de licitações da Superintendência Municipal de Licitações e Contratos. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados na Superintendência Municipal de Licitações. Prefeitura Municipal de Santa Juliana – MG, 02 de fevereiro de 2026.

ALEX RODRIGUES DE OLIVEIRA.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:E59088F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
EXTRATO DE TERMO A DITIVO

Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável –INTER AMBIENTAL-

Contrato n. 005/2025 – Dispensa de Licitação. 003/2025 - Foi firmado em 14.01.2026, o 2º termo aditivo para reprogramação contratual referente ao acréscimo no quantitativo de serviços. Valor: 25.576,70 (vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta centavos), correspondente a 24,13% do valor inicial do contrato. Contratada: WP de Oliveira Serviços Administrativos – ME

Publicado por:
Fernanda Martins de Oliveira
Código Identificador:559687D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
EXTRATOS DE ADITIVOS CONTRATUAIS

Foi firmado em 30.12.2025, o 1º termo aditivo para prorrogação de vigência do contrato para o período de 1º de janeiro de 2026 até 31 de janeiro de 2026. Contratada: Contrato 019/2025 – Otília da Silva Oliveira.
Foi firmado em 30.12.2025, o 2º termo aditivo para prorrogação de vigência do contrato para o período de 1º de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026. Contratada: Contrato 010/2025 – Taquari Distribuidora de Laticínios LTDA.
Foi firmado em 30.12.2025, o 3º termo aditivo para prorrogação de vigência do contrato para o período de 1º de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026. Contratada: Contrato 011/2025 – Distribuidora Rio Branco de Petróleo LTDA.
Foi firmado em 30.12.2025, o 1º termo aditivo para prorrogação de vigência do contrato para o período de 1º de janeiro de 2026 até 14 novembro de 2026. Contratada: Contrato 202/2025 – Gustavo Veiga LTDA.
Foi firmado em 30.12.2025, o 3º termo aditivo para prorrogação de vigência do contrato para o período de 1º de janeiro de 2026 até 14 de

outubro de 2026. Contratada: Contrato 204/2025 – Uber Médica e Hospitalar LTDA.
Foi firmado em 30.12.2025, o 1º termo aditivo para prorrogação de vigência do contrato para o período de 1º de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026. Contratadas: Contrato 002/2025 – Rosimeire da Silva Bigoto – Contrato 003/2025 – Hidrojato e Vácuo Serviços LTDA – Contrato 004/2025 – Hudson Paranhos da Silva – Contrato 005/2025 – Café do Berto Panificadora e Lanchonete LTDA – Contrato 006/2025 – Elaine Aparecida Cipriano – Contrato 007/2025 – Jean Carlos da Silva – Contrato 008/2025 – Mauro Júnior Betetti LTDA – Contrato 009/2025 – Otília da Silva Oliveira – Contrato 012/2025 – Cardoso Eventos e Estruturas LTDA – Contrato 013/2025 – Ideal Banheiros Químicos LTDA – Contrato 014/2025 – Comercial Casa do Construtor Material para Construção LTDA – Contrato 015/2025 – Miransilva Comércio de Madeiras LTDA – Contrato 016/2025 – Silas Rodrigues Borges e CIA LTDA – Contrato 017/2025 – Vanderlei José Pires – Contrato 022/2025 – Hassen Raad Distribuidora de Medicamentos e Produtos Nutricionais LTDA – Contrato 024/2025 – Uber Médica e Hospitalar LTDA – Contrato 025/2025 – AR&K Comércio de Fraldas e Acessórios Infantis LTDA – Contrato 028/2025 – Dental BH Brasil Comércio de Produtos Odonto-Médico-Hospitalar LTDA – Contrato 029/2025 – Argus Científica LTDA – Contrato 032/2025 – JP Cirúrgica LTDA – Contrato 033/2025 – Grandes Marcas Distribuição LTDA – Contrato 034/2025 – Megalimp Higiene e Limpeza LTDA – Contrato 036/2025 – Conectamed – Comércio e Distribuição LTDA – Contrato 037/2025 – Dimebrás Comercial Hospitalar LTDA – Contrato 038/2025 – Soma/MG – Produtos Hospitalares LTDA – Contrato 040/2025 – Conecta Medic LTDA – Contrato 041/2025 – Dimebras Comercial Hospitalar LTDA – Contrato 042/2025 – Distrimix Distribuidora de Medicamentos LTDA – Contrato 043/2025 – Soma/MG Produtos Hospitalares LTDA – Contrato 044/2025 – Aliança Comércio e Distribuição LTDA – Contrato 045/2025 – Central Comércio e Importação LTDA – Contrato 047/2025 – D N P Comércio e Acessórios LTDA – Contrato 048/2025 – HME Comércio e Distribuição de Descartáveis LTDA – Contrato 050/2025 – White Martins Gases Industriais LTDA – Contrato 056/2025 – Leal Gás e Água Mineral LTDA – Contrato 065/2025 – Jacir José Cigolini & CIA LTDA – Contrato 089/2025 – Marcelo César da Silva – Contrato 090/2025 – Odair Gonçalves da Costa 05717325690 – Contrato 104/2025 – Premoldados Progresso Indústria e Comércio LTDA – Contrato 119/2025 – Areias Pai Joaquim LTDA - Contrato 120/2025 – Criatório e Cascalho Bom Sucesso LTDA – Contrato 121/2025 – Equipar Equipamentos e Ferramentas LTDA – Contrato 122/2025 – SM Segurança Belo Horizonte LTDA – Contrato 123/2025 – VDM Equipamentos de Segurança e Uniformes LTDA – Contrato 130/2025 – Marmoraria Aguiar LTDA – Contrato 132/2025 – Lab Compras LTDA – Contrato 134/2025 – Silas Rodrigues Borges e CIA LTDA – Contrato 137/2025 – Personalizados Digital LTDA – Contrato 138/2025 – Ubercópias e Impressos LTDA – Contrato 140/2025 – Pneuara Pneus Comércio Importação Exportação LTDA – Contrato 144/2025 – Marco Antônio Rosa e CIA LTDA – Contrato 145/2025 – Luiz Antônio dos Santos – Contrato 146/2025 – Ivanildo de Lima Silva 02810975426 – Contrato 152/2025 – Produagro Agronegócios de Insumos Agrícolas LTDA – Contrato 155/2025 – Elismárcio Soares da Silva 78762960687 – Contrato 156/2025 – BT Construções LTDA – Contrato 158/2025 – Wesi Comercial LTDA – Contrato 159/2025 – Papelaria Papel Cartaz LTDA – Contrato 160/2025 – D N P Comércio e Acessórios LTDA – Contrato 167/2025 – Nano Safety Comércio e Serviços LTDA – Contrato 168/2025 – Wesi Comercial LTDA – Contrato 169/2025 – Rego Esportes e CIA LTDA – Contrato 185/2025 – Otília da Silva Oliveira – Contrato 205/2025 – A2XR Comercial LTDA – Contrato 206/2025 – Athena Comércio de Produtos Odontológicos Médicos e Hospitalares LTDA – Contrato 207/2025 – Cirúrgica Clara Comércio de Medicamentos LTDA - Contrato 208/2025 – Cirúrgica União LTDA – Contrato 209/2025 – Conectamed – Comércio e Distribuição LTDA – Contrato 210/2025 – Dental Open – Comércio de Produtos Odontológicos LTDA – Contrato 211/2025 – Distribuidora de Medicamentos Castro Oliveira LTDA – Contrato 212/2025 – Duarte Dental LTDA – Contrato 213/2025 – Golden Produtos Odontológicos LTDA – Contrato 214/2025 – M Testa Atacado LTDA – Contrato 215/2025 – NK Materiais Hospitalares LTDA – Contrato 216/2025 – C.A. Hospitalar LTDA – Contrato 217/2025 – Cirúrgica Clara Comércio de Medicamentos LTDA – Contrato 218/2025 – Cirúrgica União LTDA – Contrato 219/2025 – Conectamed – Comércio e Distribuição LTDA – Contrato 220/2025 – Dimebras Comercial Hospitalar LTDA – Contrato 221/2025 – LM Distribuidora de Medicamentos LTDA – Contrato 222/2025 – Soma/MG – Produtos Hospitalares LTDA.

Publicado por:
Ozanei Maria Ferreira Barbian
Código Identificador:1FDEF27C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026 - PROCESSO Nº. 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG - PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026 - PROCESSO Nº. 002/2026. Extrato de adjudicação, homologação em 28/01/2026 e Atas de Registro de Preços em 29/01/2026 - Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de suplementos alimentares para dietas enteral, dieta enteral pediátrica e suplemento alimentar, destinados a pacientes que apresentarem condições especiais, pacientes com processos judiciais e processos que ainda estão em andamento, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Ata de Registro de Preço n.013/2026, empresa Eremix Industria de Alimentos Especiais Ltda - CNPJ: 26.325.797/0001-90. Valor Global: R$ 192.480,00; Ata de Registro de Preço n.014/2026, Empresa Leone & Coldibelli Comercio e Distribuicao de Produtos Nutricionais Ltda - CNPJ: 40.021.146/0001-38. Valor Global: R$357.964,00; Ata de Registro de Preço n.015/2026, empresa MG2 Nutrição Ltda - CNPJ: 39.935.073/0001-00. Valor Global: R$ 39.935.073/0001-00; Ata de Registro de Preço n.016/2026, empresa M. S. Rios Produtos de Dieta - CNPJ: 23.149.874/0001-00. Valor Global: R$ 233.700,00; Ata de Registro de Preço n.017/2026, empresa N M Licitações Ltda - CNPJ: 52.339.425/0001-23. Valor Global: R$2.800,00; Ata de Registro de Preço n.018/2026, empresa Nutrir Distribuidora de Produtos para Terapia Nutricional Ltda - CNPJ: 07.220.279/0001-68. Valor Global: R$32.500,00; Vigência: 29/01/2026 a 29/01/2027. S.M.I. 29/01/2026 -

ANDRÉ LÚCIO TORRES **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:1FB95FF1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026 - CONVOCÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAÇÃO FISCAL FISCAL

Fica a empresa BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.901.717/0001-11, intimada, no âmbito do Pregão Presencial nº 001/2026, referente ao Processo Licitatório nº 005/2026, cujo objeto é a aquisição de 02 (dois) veículos tipo van, com capacidade mínima para 21 (vinte e uma) pessoas, destinados ao transporte escolar, em conformidade com o Convênio de Saída nº 1261001950/2025/SEE, a proceder à regularização da documentação fiscal, nos termos da legislação vigente.

Considerando que é dever da Administração Pública proceder à revisão de atos administrativos sempre que verificada a possibilidade de prejuízo ao interesse público ou à isonomia do certame licitatório, constatou-se que a empresa apresentou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade expirado em 03 de janeiro de 2026.

Ressalte-se que a empresa enquadra-se nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, cujo art. 43 assegura às microempresas e empresas de pequeno porte a possibilidade de regularização da documentação fiscal e trabalhista, mesmo quando apresentada com restrição.
Dessa forma, fica a empresa convocada a apresentar a documentação fiscal regularizada até o dia 09 de fevereiro de 2026, às 16h00, prazo este improrrogável, não sendo admitida nova prorrogação.
A documentação poderá ser encaminhada por meio eletrônico para o e-mail prefeiturasantaritaibitipoca@hotmail.com ou protocolada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Francisco Novato, nº 02, Centro, no Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG.
Fica expressamente consignado que, caso não haja a apresentação da documentação no prazo estabelecido, será convocada a empresa classificada em segundo lugar, para fins de abertura e análise da documentação de habilitação, nos termos do edital, da legislação vigente e dos princípios que regem a Administração Pública.
Informa-se, ainda, que a presente convocação será publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, bem como disponibilizada no site institucional da Prefeitura Municipal, no endereço eletrônico www.santaritadeibitipoca.mg.gov.br, para fins de publicidade, transparência e ampla divulgação.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 02 de fevereiro de 2026.

CRISTIANE CARLA DE ALMEIDA
Pregoeira

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:D14766D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
PORTARIA N° 005/2026

PORTARIA N° 005/2026

Altera os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santa Rosa da Serra/MG.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais, que lhe são conferidas,

Art.1°- Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santa Rosa da Serra/MG, conforme Legislação aplicável Lei Municipal 936/2014.

Representante do Governo:

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Titular: Luiz Carlos Penides Duarte
Suplente: Leila Aparecida da Silva

Representante da Secretaria da Saúde:
Titular: Mayara Luiza Vitor
Suplente: Lauane Moreira de Oliveira

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Simone Cristina Rangel

Suplente: Dulce Mirian da Silva

Representante da Secretaria de Finanças:
Titular: Wanderson Jesus De Oliveira
Suplente: Geovanna Roberta Candido de Souza Rangel

Representante da Sociedade Civil:

Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Entidade de defesa dos Direitos:

Titular: Eliane Rangel Inácio de Souza
Suplente: Liliane Aparecida Barbosa

Representante da Vila Vicentina – Entidade Prestadora de Serviço
Titular: Sueli Aparecida de Souza

Suplente: Wilza Morgana Gregório da Fonseca

Representante Usuários
Titular: Parcelo Inácio Barros
Suplente: Maria dos Anjos

Representante dos Trabalhadores da Área
Titular: Juliana de Souza Santos
Suplente: Milena Rodrigues da Cruz Silva

Art.2°- Revoga as disposições em contrário, em especial a Portaria 046/2023.

Art.3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se se publique e cumpra-se.

Santa Rosa da Serra/MG, 02 de fevereiro de 2026

FREDERICO OZANAN RANGEL
Prefeito

Publicado por:
Debora Heloisa Costa
Código Identificador:C8566369

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2026

O Município de **SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, à Praça Alcino Quintão, 20, inscrito no CNPJ sob o Nº: 18.303.248/0001-97, torna público que fará realizar licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2026, PROCESSO LICITATÓRIO nº 07/2026**, conforme Termo de Referência anexo ao edital. Certame que se regerá pelas disposições legais aplicáveis, nos termos da Lei Federal N°: 14.133/2021, e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

HABILITAÇÃO: a listagem dos documentos, condições e exigências para habilitação neste certame estão dispostos no **Item 8 (DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) deste Edital.**
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: http://www.licitardigital.com.br
PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL
CREDENCIAMENTO: a partir da publicação deste Edital até o início da Sessão Pública **DATA** e **HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 23/02/2026 às 12h30min (Meio dia e meia)** quando se dará a abertura das Fichas Técnicas Descritivas propostas iniciais apresentadas pelas proponentes e o início da verificação destas propostas, mediante ao que foi exigido no Termo de Referência Anexo I, de forma que a Pregoeira possa aceitar ou recusar, distintamente, cada proposta inicial apresentada.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 23 de Fevereiro de 2026.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 12:29 HORAS DE 23/02/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12h30min.

2. – DO OBJETO:
2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

Retirada do Edital no Site: http://www.licitardigital.com.br
Portal: www.santoantoniodorioabaixo.mg.gov.br
ou pelo E-mail: Licitacao@santoantoniodorioabaixo.mg.gov.br
Tel.: 031-3867-1122
Santo Antônio do Rio Abaixo, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA LUIZA RODRIGUES NAVARRO
Pregoeira

Publicado por:
Maria Luiza Rodrigues Navarro
Código Identificador:1B5DFED9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2026

O Município de **SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, à Praça Alcino Quintão, 20, inscrito no CNPJ sob o Nº: 18.303.248/0001-97, torna público que fará realizar licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2026, PROCESSO LICITATÓRIO nº 08/2026**, conforme Termo de Referência anexo ao edital. Certame que se regerá pelas disposições legais aplicáveis, nos termos da Lei Federal N°: 14.133/2021, e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

HABILITAÇÃO: a listagem dos documentos, condições e exigências para habilitação neste certame estão dispostos no **Item 8 (DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) deste Edital.**
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: http://www.licitardigital.com.br
PLATAFORMA DE LICITAÇÔES LICITAR DIGITAL
CREDENCIAMENTO: a partir da publicação deste Edital até o início da Sessão Pública **DATA** e **HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 24/02/2026 às 12h30min (Meio dia e meia)** quando se dará a abertura das Fichas Técnicas Descritivas propostas iniciais apresentadas pelas proponentes e o início da verificação destas propostas, mediante ao que foi exigido no Termo de Referência Anexo I, de forma que a Pregoeira possa aceitar ou recusar, distintamente, cada proposta inicial apresentada.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 24 de Fevereiro de 2026.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 12:29 HORAS DE 24/02/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12h30min.

2. – DO OBJETO:
2.1. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ONIBUS ESCOLAR E 01 (UM) MICRO-ÔNIBUS/VAN, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO N° 1261002077/2025/SEE FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS E O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO, VISANDO ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR.

Retirada do Edital no Site: http://www.licitardigital.com.br
Portal: www.santoantoniodorioabaixo.mg.gov.br
ou pelo E-mail: Licitacao@santoantoniodorioabaixo.mg.gov.br
Tel.: 031-3867-1122
Santo Antônio do Rio Abaixo, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA LUIZA RODRIGUES NAVARRO
Pregoeira

Publicado por:
Maria Luiza Rodrigues Navarro
Código Identificador:6E49AB3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2026

O Município de **SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, à Praça Alcino Quintão, 20, inscrito no CNPJ sob o Nº: 18.303.248/0001-97, torna público que fará realizar licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2026, PROCESSO LICITATÓRIO nº 10/2026**, conforme Termo de Referência anexo ao edital. Certame que se regerá pelas disposições legais aplicáveis, nos termos da Lei Federal N°: 14.133/2021, e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

HABILITAÇÃO: a listagem dos documentos, condições e exigências para habilitação neste certame estão dispostos no **Item 8 (DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) deste Edital.**
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: http://www.licitardigital.com.br
PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL
CREDENCIAMENTO: a partir da publicação deste Edital até o início da Sessão Pública **DATA** e **HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 25/02/2026 às 12h30min (Meio dia e meia)** quando se dará a abertura das Fichas Técnicas Descritivas propostas iniciais apresentadas pelas proponentes e o início da verificação destas propostas, mediante ao que foi exigido no Termo de Referência Anexo I, de forma que a Pregoeira possa aceitar ou recusar, distintamente, cada proposta inicial apresentada.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 25 de Fevereiro de 2026.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 12:29 HORAS DE 25/02/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12h30min.

2. – DO OBJETO:
2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PAPELARIA, MATERIAIS PEDAGÓGICOS, ITENS DESTINADOS À PREMIAÇÃO ESPORTIVA, MOBILIÁRIO E MATERIAIS GRÁFICOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS, ADMINISTRATIVAS, EDUCACIONAIS, SOCIAIS, ESPORTIVAS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG.

Retirada do Edital no Site: http://www.licitardigital.com.br
Portal: www.santoantoniodorioabaixo.mg.gov.br
ou pelo E-mail: Licitacao@santoantoniodorioabaixo.mg.gov.br
Tel.: 031-3867-1122
Santo Antônio do Rio Abaixo, 02 de Fevereiro de 2026.

MARIA LUIZA RODRIGUES NAVARRO
Pregoeira

Publicado por:
Maria Luiza Rodrigues Navarro
Código Identificador:B407EDCA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
AVISO DE DISPENSA

PROCESSO N° 003/2026
DISPENSA N° 003/2026

A Câmara Municipal de Santos Dumont, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento Processo que tem por objeto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, ENGLOBANDO DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DE TODOS OS INSUMOS, MATERIAIS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS, PARA ATENDIMENTO DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, PRÉDIO (4º, 5º E 6 ANDAR)".**
Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.
As propostas serão recebidas pelo e-mail gerenciacompras@camarasd.mg.gov.br ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações até o **dia 06 de fevereiro de 2026, até às 23h:59min.**
As despesas serão custeadas pela dotação própria prevista no orçamento vigente, conforme Lei Orçamentária.
Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima, site oficial da Câmara Municipal de Santos Dumont ou pelo telefone: (32)3252-9600, bem como, o Aviso de contratação direta e seus anexos necessários para a contratação.
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Santos Dumont será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Publicado por:
Karolini Aparecida da Silva Procópio
Código Identificador:81E9B6A9

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2026

Prefeitura Municipal de Santos Dumont- Extrato de Contrato - Processo nº228/2025, Pregão Eletrônico 080/2025, **Contrato nº 024//2026**. Contratado(a):C&S LOCACOES E TRANSPORTES LTDA, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº 44 521 244/0001-95. Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a Transporte de Calcário ensacado ou a granel da cidade de Arcos- MG X Santos Dumont - MG, em carreta ou caminhão trucado, e com descarga por conta do transporte, nos termos e condições especificadas no Termo de referência. Valor Total do Contrato R$ 139.200,00, (cento e trinta e nove mil e duzentos reais).Dotação Orçamentária: conforme definida no processo. **Vigência**:12 meses a partir de 30/01/2026.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR **-**
Prefeito(a).

Publicado por:
Kassia Elisa Fernandes
Código Identificador:26DD98A0

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº18 E Nº19

Prefeitura Municipal de Santos Dumont- Extrato de Contrato - Processo nº223, Pregão Eletrônico nº77/2025,
Contrato nº 18. Contratado(a):ADRIJOIVE TRANSPORTES URBANOS LTDA, CNPJ nº02.894.373/0001-89, Valor Total do Contrato R$ 1.400.673,84.
Contrato nº 19. Contratado(a): EMPRESA PARANA MINAS LTDA, CNPJ nº 00.428.026/0001-35, Valor Total do Contrato R$616.834,68.
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento, contratar empresa de Transporte Coletivo de passageiros para prestação de transporte público para os Distritos Rurais pelo custo por quilometro rodado no Município de Santos Dumont/MG. Dotação Orçamentária conforme definida no processo. **Vigência**:12 (doze) meses Data da Ass.:. Ass. por Pacífico Estites Rodrigues Júnior - Prefeito(a).

Publicado por:
Kassia Elisa Fernandes
Código Identificador:CACE3494

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-002/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AO CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE Nº 002/2025, NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO-PSF, PARA SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORA EM LICENÇA GESTACIONAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL DE Nº 4.472 DE 07 DE MARÇO DE 2018.

O Exmo. Sr., **PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT** torna público as seguintes determinações pertinentes ao **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE Nº 002/2025.**

Ao candidato classificado segundo o quadro abaixo:

NOME	FUNÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Vitória Rodrigues Queiroz	Médico-PSF	8º lugar

Deverá apresentar-se munido da documentação relacionada abaixo **de 02 a 03 de fevereiro** do corrente ano**, no horário de 13:30 às 17:00 horas, na Superintendência de Recursos Humanos, situado à Praça Cesário Alvim, no 55 - Centro, Santos Dumont-MG, a fim de proceder a contratação temporária:**

Cópia do RG;
Cópia do CPF;
Cópia da carteira de trabalho - CTPS (pag. Foto, verso e averbação);
Cópia da inscrição do PIS/PASEP;
01 (uma) foto 3x4 recente;
Cópia do título eleitoral junto com o comprovante/certidão de regularidade eleitoral;
Cópia da carteira de habilitação (Categoria D);
Cópia do comprovante de endereço;
Cópia do comprovante de escolaridade (Diploma);
Cópia do registro profissional emitido pelo órgão da classe (se for o caso);
Cópia atualizada da certidão de nascimento ou casamento;
Cópia certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos;
Cópia do cartão de vacinação de filhos menos de 06 anos;
Cópia do CPF dos dependentes;
Cópia do certificado de reservista (para homens entre 18 e 45 anos);
Declaração expedida pelo INSS de que não está em gozo de benefício previdenciário;
Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Poder Judiciário;
Certidão negativa cível pelo Poder Judiciário.

Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o presente Edital de Convocação entra em vigor em 02 de fevereiro 2026, data de sua publicação.

C U M P R A – S E.
Paço da Prefeitura Municipal de

Santos Dumont, 02 de fevereiro de 2026.

GLAUCO DE ALBUQUERQUE SOUZA
Superintendente de Recurso Humanos

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:13EB7897

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES
PROCESSO N. 006/2026 - DISPENSA Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público a abertura de prazo de 03 (três) dias uteis para acolhimento de propostas adicionais para a **aquisição de câmera fotográfica digital**

com lente intercambiável e fonte de energia externa, destinada à estruturação do posto de identificação municipal de São João das Missões/MG. As propostas deverão ser encaminhadas no e-mail: **licitacoes@saojoaodasmissoes.mg.gov.br.** Edital e mais informações no site; **www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br.** São João das Missões, 02 de fevereiro de 2026.

ELAINE FERNANDES DOS SANTOS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
João Pedro Guedes
Código Identificador:A18569A5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CONTRATO nº 017/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 017/2026 – INEXIGIBILIDADE nº 013/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA COMEMORAÇAO DO CARNAVAL 2026

Solicitante: Secretaria de Cultura.

Empresa Contratada:
EMPRESA: CRISTIANO GARCIA QUEIROZ 73557595153CNPJ: 47.068.058/0001-30
Valor Do Contrato R$ 29.000,00 (vinte e noive mil reais)
Vigência dos contratos: 02/02/2026 à 02/02/2027. Fundamentação Legal: Nos termos do art. 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021.

JULIANA PINTO PACHECO –
Agente de Contratação.

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JÚNIOR –
Prefeito Municipal Em, 02 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
José Daniel Dias Pinto
Código Identificador:7E71ED22

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CONTRATO nº 019/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 019/2026 – INEXIGIBILIDADE nº 015/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE DJ PARA COMEMORAÇAO DO CARNAVAL 2026

Solicitante: Secretaria de Cultura.

Empresa Contratada:

EMPRESA: 53.438.249 VERONICA PEREIRA SALIM
CNPJ: 53.794.397/0001-05
Valor do Contrato R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)
Vigência dos contratos: 02/02/2026 à 02/02/2027. Fundamentação Legal: Nos termos do art. 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021.

JULIANA PINTO PACHECO –
Agente de Contratação.

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JÚNIOR –
Prefeito Municipal em, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
José Daniel Dias Pinto
Código Identificador:2EE2871C

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

CONTRATO nº 018/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 015/2026 – INEXIGIBILIDADE nº 011/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE DJ PARA COMEMORAÇAO DO CARNAVAL 2026

Solicitante: Secretaria de Cultura.

Empresas Contratadas:

EMPRESA: 64.610.809 CRISTIANO PEREIRA BATISTA
CNPJ: 64.610.809/0001-18
Valor Do Contrato R$ 3.000,00 (três mil reais)
Vigência dos contratos: 02/02/2026 à 02/02/2027. Fundamentação Legal: Nos termos do art. 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021.

JULIANA PINTO PACHECO –
Agente de Contratação.

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JÚNIOR –
Prefeito Municipal em, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
José Daniel Dias Pinto
Código Identificador:81C78A7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA 02)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 25/2026, DISPENSA ELETRÔNICA 02/2026, que possui por objeto "a Contratação de serviço de revisão de 40.000km para o veículo Nissan Sentra ADV CVT - Placa: SYW9B48 no período de garantia técnica em Concessionária Autorizada", a empresa consagrada vencedora foi **ORIENT AUTOMÓVEIS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA,** no valor total de **R$ 2.086,00 (Dois mil e oitenta e seis reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 30 de janeiro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:07514684

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (INEX 01)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 01/2026, INEXIGIBILIDADE 01/2026, que possui por objeto "a Contratação de show artístico de "Filipe Garrido" para apresentação no Carnaval no dia 13/02/2026, promovido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Município de São Pedro da União", a empresa consagrada vencedora foi **FILIPE GARRIDO 42945845806,** no valor total de **R$21.000,00 (Vinte e um mil reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 30 de janeiro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:A94A9868

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (INEX 02)

Acato por inteiro o resultado do processo licitatório/contratação direta abaixo mencionado, procedido pelo Setor de Licitações, adjudicando-o e homologando-o para fins de direito.

A Administração Municipal de São Pedro da União comunica que no âmbito do Processo Licitatório n° 02/2026, INEXIGIBILIDADE 02/2026, que possui por objeto "a Contratação de show artístico da "Banda XR9" para apresentação no Carnaval no dia 15/02/2026, promovido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Município de São Pedro da União", a empresa consagrada vencedora foi **ANTONIO VANIS DA SILVA,** no valor total de **R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)**, conforme mapa de apuração, parte integrante deste processo.

São Pedro da União, 30 de janeiro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:C638A098

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXONERA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, substanciado no artigo 41 da Lei Complementar n.º: 687 de 28 de Dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, conforme ofício n.º: 010/2026, a partir de 02/02/2026, ANA CARMEN OLIVEIRA DE FLÓRIO, brasileira, casada, Matrícula n.º: 000270, do Cargo Comissionado de Diretora de Escola, nomeada pela portaria n.º: 2289/2021, de 04 de Janeiro de 2021.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário, em especial as portarias N.ºs: 2525/2023 e 2687/2024 e 2980/2025.
São Pedro da União, 30 de Janeiro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:E2E06A93

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXONERA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, substanciado no artigo 41 da Lei Complementar n.º: 687 de 28 de Dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, conforme ofício n.º: 010/2026, a partir de 02/02/2026, VALÉRIA APARECIDA MAROTI DE PAIVA, brasileira, casada, Matrícula n.º: 000441, do Cargo Comissionado de Diretora de Escola, nomeada pela portaria n.º: 2288/2021, de 04 de janeiro de 2021.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n.ºs: 2526/2023 e 2688/2024.
São Pedro da União, 30 de Janeiro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:7AD37FEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXONERA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, substanciado no artigo 41 da Lei Complementar n.º: 687 de 28 de Dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR, conforme ofício n.º: 010/2026, a partir de 02/02/2026, LUÍSA GUEDES SILVA DAMASCENO, brasileira, casada, Matrícula n.º: 000785, do Cargo Comissionado de Diretora de Escola, nomeada pela portaria n.º: 2295/2021, de 07 de Janeiro de 2021.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n.ºs: 2524/2023 e 2689/2024.
São Pedro da União, 30 de Janeiro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:8B100232

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2026

PRC 01/2026 – INEXIGIBILIDADE 01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: Contratação de show artístico de "Filipe Garrido" para apresentação no Carnaval no dia 13/02/2026, promovido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Município de São Pedro da União.

CONTRATADA: FILIPE GARRIDO 42945845806 - CNPJ nº 33.345.757/0001-76.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais).

VIGÊNCIA: 30/01/2026 a 30/04/2026

São Pedro da União-MG, 30 de janeiro de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação | Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:DD0736B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2026

PRC 02/2026 – INEXIGIBILIDADE 02/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: Contratação de show artístico da "Banda XR9" para apresentação no Carnaval no dia 15/02/2026, promovido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Município de São Pedro da União.

CONTRATADA: ANTONIO VANIS DA SILVA - CNPJ nº 25.452.958/0001-44.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: 30/01/2026 a 30/04/2026

São Pedro da União-MG, 30 de janeiro de 2026.

MILLENA EDUARDA DE PAULO TORRES
Agente de Contratação |Mat 001053

Publicado por:
Millena Eduarda de Paulo Torres
Código Identificador:76B85E2C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO EXTRATO DO TERMO DE PRORROGACAO DE CONTRATO REFERENTE AO PRC Nº 08/2025 – DISPENSA 04/2025 – CONTRATO Nº 128/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO DO LOCAL ONDE SERÁ REALIZADO O CARNAVAL, QUEIMA DO ALHO, FESTRA DO DISTRITO DE BIGUATINGA E ESTÁDIO MUNICIPAL, COM VISITA TÉCNICA CONFORME A LEGISLAÇÃO TÉCNICA E APROVAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS (CBM-MG) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMONO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG. ONDE O VALOR ERA R$ 3.350,00 (TRÊS MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) CADA SERVIÇO, PASSA PARA R$ 3.492,85 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS) CADA SERVIÇO.

FORNECEDOR: SB ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA.

VIGÊNCIA: A partir de 31/01/2026 a 31/01/2027.

JULIANA REIS TERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:D911CCA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO EXTRATO DO TERMO PRORROGACÃO DE CONTRATO E REAJUSTE ECONÔMICO REFERENTE AO PRC Nº 07/2024 – CONTRATAÇÃO DIRETA N° 03/2024 – CONTRATO Nº 10/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E TREINAMENTO DIÁRIO SOBRE O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG. ONDE O VALOR ERA R$ 6.181,31 (SEIS MIL, CENTO E OITENTA E UM REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS) VALOR TOTAL DO TRABALHO, PASSA PARA R$ 6.422,25 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) VALOR TOTAL DO TRABALHO.

FORNECEDOR: ROSANE DE MORAES FIGUEIREDO.

VIGÊNCIA: A partir de 31/01/2026 a 31/01/2027.

JULIANA REIS TERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:ADF350CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO EXTRATO E ADITIVO DO TERMO PRORROGACAO DE CONTRATO REFERENTE AO PRC Nº 36/2021 – DISPENSA 05/2021 – CONTRATO Nº 04/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG – PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG. ONDE O VALOR ERA DE R$ 869,83 (OITOCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS, PASSA PARA R$ 860,71 (OITOCENTOS E SESSENTA REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS) MENSAIS.

FORNECEDOR: NEIVA APARECIDA DE FARIA.

VIGÊNCIA: A partir de 31/01/2026 a 31/01/2027.

JULIANA REIS TERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:B7933C8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

Ronaldo Aparecido Dias, Prefeito do Município de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, substanciado no art. 7º, da Lei n.º: 687/99, de 28 de Dezembro de 1999, (Estatuto do Servidor Público Municipal), art. 55, § 2.º do art. 5.º, c/c com o art. 56, ambos da Lei n.º 954/2011, e diante dos seguintes "considerandos":

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 66/2025, de 02 de Dezembro de 2025, que dispõe sobre a nomeação para o cargo em comissão de Diretor de Escola e dá outras providências;

CONSIDERANDO o resultado do Processo de Escolha de Diretores Escolares no Município de São Pedro da União regulamentado pelo Edital nº: 01/2025, homologado conforme listagem de 19/12/2025;

CONSIDERANDO que a atual Diretora da Escola Municipal Centro de Educação Infantil Cajuzinho foi a única inscrita para o cargo, conforme ofício nº: 001/2026 da Diretora do Departamento de Educação do Município de São Pedro da União;

RESOLVE:

Art.1.º: - NOMEAR, conforme ofício n.º: 010/2026, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola da Unidade Escolar Centro de Educação Infantil Cajuzinho, a servidora ANA CARMEN OLIVEIRA DE FLÓRIO, matrícula funcional n.º: 000270, com

subordinação hierárquica ao Diretor do Departamento Municipal de Educação.

Art.2.º: - A Servidora ora nomeada, que tem o cargo em provimento efetivo de Professora de Educação Básica, fica dele afastada enquanto permanecer exercendo a função de Diretora de Escola.

Art.3.º: No exercício do cargo comissionado de Diretora de Escola, a servidora optante pela remuneração de seu cargo efetivo, receberá como remuneração o salário do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação de função de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre sua remuneração, conforme determina o parágrafo 2.º do art. 1.º da Lei Complementar n.º: 1.286 de 27 de Março de 2024.

Art. 4º: Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro da União, 02 de fevereiro de 2026

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:BB68A7A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

Ronaldo Aparecido Dias, Prefeito do Município de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, substanciado no art. 7º, da Lei n.º: 687/99, de 28 de Dezembro de 1999, (Estatuto do Servidor Público Municipal), art. 55, § 2.º do art. 5.º, c/c com o art. 56, ambos da Lei n.º 954/2011, e diante dos seguintes "considerandos":

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 66/2025, de 02 de Dezembro de 2025, que dispõe sobre a nomeação para o cargo em comissão de Diretor de Escola e dá outras providências;

CONSIDERANDO o resultado do Processo de Escolha de Diretores Escolares no Município de São Pedro da União regulamentado pelo Edital nº: 01/2025, homologado conforme listagem de 19/12/2025;

CONSIDERANDO que a atual Diretora da Escola Municipal Dom Hugo Bressane foi a única inscrita para o cargo, conforme ofício nº 001/2026 da Diretora do Departamento de Educação do Município de São Pedro da União;

RESOLVE:

Art.1.º: - NOMEAR, conforme ofício n.º: 010/2026, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola da Unidade Escolar Dom Hugo Bressane, a servidora VALÉRIA APARECIDA MAROTTI DE PAIVA, matrícula funcional n.º: 000441, com subordinação hierárquica ao Diretor do Departamento Municipal de Educação.

Art.2.º: - A Servidora ora nomeada, que tem o cargo em provimento efetivo de Professora de Educação Básica, fica dele afastada enquanto permanecer exercendo a função de Diretora de Escola.

Art.3.º: No exercício do cargo comissionado de Diretora de Escola, a servidora optante pela remuneração de seu cargo efetivo, receberá como remuneração o salário do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação de função de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre sua remuneração, conforme determina o parágrafo 2.º do art. 1.º da Lei Complementar n.º: 1.286 de 27 de Março de 2024.

Art. 4º: Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro da União, 02 de fevereiro de 2026

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:77AD60FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

Ronaldo Aparecido Dias, Prefeito do Município de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, substanciado no art. 7º, da Lei n.º: 687/99, de 28 de Dezembro de 1999, (Estatuto do Servidor Público Municipal), art. 55, § 2.º do art. 5.º, c/c com o art. 56, ambos da Lei n.º 954/2011, e diante dos seguintes "considerandos":

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 66/2025, de 02 de Dezembro de 2025, que dispõe sobre a nomeação para o cargo em comissão de Diretor de Escola e dá outras providências;

CONSIDERANDO o resultado do Processo de Escolha de Diretores Escolares no Município de São Pedro da União regulamentado pelo Edital nº: 01/2025, homologado conforme listagem de 19/12/2025;

CONSIDERANDO que a Professora de Educação básica na Escola Municipal Jorge Batista Corrêa foi a única inscrita para o cargo, conforme ofício nº 001/2026 da Diretora do Departamento de Educação do Município de São Pedro da União;

RESOLVE:

Art.1.º: - NOMEAR, conforme ofício n.º: 010/2026, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola da Unidade Escolar Jorge Batista Corrêa, a servidora MARILSA CLEMENTE CUNHA SANTOS, matrícula funcional n.º: 000123, com subordinação hierárquica ao Diretor do Departamento Municipal de Educação.

Art.2.º: - A Servidora ora nomeada, que tem o cargo em provimento efetivo de Professora de Educação Básica, fica dele afastada enquanto permanecer exercendo a função de Diretora de Escola.

Art.3.º: No exercício do cargo comissionado de Diretora de Escola, a servidora optante pela remuneração de seu cargo efetivo, receberá como remuneração o salário do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação de função de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre sua remuneração, conforme determina o parágrafo 2.º do art. 1.º da Lei Complementar n.º: 1.286 de 27 de Março de 2024.

Art. 4º: Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro da União, 02 de fevereiro de 2026

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadia Cristina Garcia Pinati
Código Identificador:25A4780F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG - TORNA PUBLICO – CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026 CREDENCIAMENTO 004/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG -TORNA PUBLICO – CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026 CREDENCIAMENTO 004/2026. **Objeto:** *Credenciamento de Clínicas e Serviços de*

Diagnóstico por Imagem, para prestação de serviços de Exames de Ressonância Magnética, para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e às especificações constantes no Termo de Referência. Estando disponível através do email: licitacao@saopedrodosferros.mg.gov.br ou pelo site: www.saopedrodosferros.mg.gov.br com a devida identificação. São Pedro dos Ferros/MG, 02 de fevereiro de 2026.

RODRIGO MARTINS SANTANA –
Agente de Contratação/Pregoeiro.

DANILO CALDARELE DIAS.
Prefeito da P.M.S.P.F.

Publicado por:
Rodrigo Martins Santana
Código Identificador:CD395D7D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG - TORNA PUBLICO – RETIFICAÇÃO DO EDITAL – DATAS DE INÍCIO E LIMITE - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG -TORNA PUBLICO – RETIFICAÇÃO DO EDITAL – DATAS DE INÍCIO E LIMITE - Processo licitatório **Nº 014/2026** Pregão eletrônico SRP **Nº 004/2026. Objeto**: *Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos com fornecimento de materiais, compreendendo diagramação, impressão, acabamento e fornecimento de materiais gráficos em papel, incluindo, mas não se limitando a: formulários, impressos administrativos, folders, cartazes, blocos, envelopes, pastas e demais materiais gráficos necessários às atividades institucionais*. **Onde se lê:** Recebimento de Propostas: Início: 02/02/2026 às 08:00h Fim: 12/02/2026 às 08h30min, Realização: 12/02/2026 às 09h00min. **Leia-se:** Recebimento de Propostas: **Início: 03/02/2026 às 08:00h Fim: 13/02/2026 às 08h30min, Realização: 13/02/2026 às 09h00min.** Estando disponível através do e-mail: licitacao@saopedrodosferros.mg.gov.br ou pelo site: www.saopedrodosferros.mg.gov.br ou https://bbmnet.com.br/ com a devida identificação. São Pedro dos Ferros/MG, **02 de fevereiro de 2026**.

RODRIGO MARTINS SANTANA –
Pregoeiro.

DANILO CALDARELE DIAS.
Prefeito da P.M.S.P.F.

Publicado por:
Rodrigo Martins Santana
Código Identificador:771EE130

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS TORNA PUBLICO – RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO 005/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026 CREDENCIAMENTO 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG -TORNA PUBLICO – RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO 005/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026 CREDENCIAMENTO 005/2026. **Objeto:** Credenciamento de profissionais especialistas nas seguintes áreas: Assistente Social, Educador Físico, Fisioterapeuta, Fisioterapeuta Respiratório, Fonoaudiólogo, Neuropsicólogo e Psicólogo, para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e às especificações constantes no Termo de Referência. Credenciada: **SIMONE DE LOURDES ABREU**, inscrita no sob o número CPF 052.061.766-56, Serviço Social, residente na rua Rio Doce, 280, São Paulo, São Pedro dos Ferros-MG, no item Serviço Social. O valor da hora contratada é de R$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos), num total de até 2.000 (duas mil) horas. Estima-se o valor global desse contrato em R$ R$ 65.000,00(sessenta e cinco mil reais) meramente estimativo para efeitos legais. Período de 12 meses contados da assinatura do contrato. Estando disponível através do email: licitacao@saopedrodosferros.mg.gov.br ou pelo site: www.saopedrodosferros.mg.gov.br. São Pedro dos Ferros/MG, 02 de fevereiro de 2026. Rodrigo Martins Santana – Agente de Contratação/Pregoeiro.

DANILO CALDARELE DIAS.
Prefeito da P.M.S.P.F.

Publicado por:
Rodrigo Martins Santana
Código Identificador:831A3A76

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INTENÇÃO/CONTRATO Nº 002/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 003/2026 ADESÃO A ATA PRP Nº 003/2026

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato de intenção/contrato 002/2026 nº Adesão a ata PRP 003/2026, Processo licitatório 003/2026, Objeto: "**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, SOB DEMANDA, COMPREENDENDO ASSEGUINTES ATIVIDADES: PEDREIRO, CARPINTEIRO, BOMBEIRO HIDRÁULICO, ELETRICISTA, PINTOR, CALCETEIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, CAPINA MANUAL, PODA DE ÁRVORES, PULVERIZAÇÃO DE HERBICIDA, ROÇADA, SERVIÇOS DE GESSEIRO, VIDRACEIRO, ARMADOR DE FERRAGENS, JARDINEIRO, CAPTURA E TRANSPORTE DE ANIMAIS, OPERAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA. OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS, LIMPEZA, APOIO OPERACIONAL E DEMAIS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS AO PLENO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO,** Contratada; Joab Figueiredo Pinto Ltda, Valor global R$ 2.123.800,00 vigência 21/01/2026 a 21/01/2027.

***SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO* ,**
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:D6A4FA5C

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INTENÇÃO/CONTRATO Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 005/2026 ADESÃO A ATA PRP Nº 003/2026

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato de intenção/contrato 004/2026 nº Adesão a ata PRP 003/2026, Processo licitatório 005/2026, Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA MODAL, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS E RECURSOS NECESSÁRIOS PARA SUA OPERAÇÃO, EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES,.** Contratada; Mundo Voice Telecoomunicações Ltda, Valor global R$ 68.807,52 vigência 27/01/2026 a 27/01/2027.

***SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO* ,**
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:A53FEF08

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INTENÇÃO/CONTRATO Nº 005/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 006/2026 ADESÃO A ATA PRP Nº 004/2026

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato de intenção/contrato 005/2026 nº Adesão a ata PRP 004/2026, Processo licitatório 006/2026, Objeto: "**ADESÁO A REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, INCLUSIVE ADAPTADOS, ZERO KM, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CODANORTE, NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021.** Contratada; Mabele Veículos Especiais Ltda , Valor global R$ 167.000,00 vigência 28/01/2026 a 28/01/2027.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:B2849873

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 001/2025 ADESÃO A PRP 001/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 1° termo aditivo ao contrato 001/2025 Adesão a prp 001/2025 processo licitatório 001/2025, Objeto: "**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO VIA WEB ON-LINE REAL TIME, COM UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DA FROTA COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA/TAG COM TECNOLOGIA RFID OU SIMILAR (NFC) EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ATRAVÉS DA EQUIPE ESPECIALIZADA OBJETIVANDO SUBSIDIAR O USO DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAR O DESEMPENHO PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO, NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021.**Contratada; Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda valor aditado; R$ 300.000,00 correspondente a 25% do valor global. vigência 01/09/2025 a 10/02/2026.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:A94EF8B5

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 007/2025 ADESÃO A PRP 002/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 1° termo aditivo ao contrato 003/2025 Adesão a prp 002/2025 processo licitatório 007/2025, Objeto: "**"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ATRAVÉS DO MENOR PREÇO POR QUILOMETRAGEM DIÁRIA, NELE INCLUIDOS TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS, DESPESAS DIRETAS/INDIRETAS; FO NECIMENTO DE VEÍCULOS CONVENCIONAIS E ADAPTADOS, COM COMBUSTIVEL, CONDUTOR, GEOREFERENCIAMENTO POR SATÉLITE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA INCLUSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA/DEPARTAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO/MG".**Contratada; Leaphar Locadora de Veículos Ltda valor aditado; R$ 91.500,00 correspondente a 2,63% do valor global. vigência 01/09/2025 a 10/02/2026.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:7DB2D6BC

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 014/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 1° termo aditivo ao contrato 010/2025 dispensa de licitação 007/2025, Processo licitatório 014/2025, Objeto: "**PRESTAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO-MG**. Contratada; Consorcio Intermunicipal de Saúde do norte de Minas-CISNORTE, valor aditado; R$ 7.500,00 correspondente a 25% do valor global. nova vigência 04/07/2025 a 31/12/2025.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:5861F711

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 022/2025 ADESÃO A PRP 004/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 1° termo aditivo ao contrato 016/2025 Adesão a prp 004/2025 processo licitatório 022/2025, Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS E RECURSOS DIVERSOS PARA REALIZAÇÃO DE TRADICIONAIS FESTEJOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO/MG".**Contratada; Projeminas Comercio e Serviços Ltda valor aditado; R$ 167.280,00 correspondente a 4.42% do valor global. vigência 09/09/2025 a 31/03/2026.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:4CE25BF9

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0712025 PROCESSO LICITATÓRIO 093/2025 ADESÃO A PRP 017/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 1° termo aditivo ao contrato 071/2025 Adesão a prp 017/2025 processo licitatório 093/2025, Objeto: "**AQUISIÇÃO DE ITENS DE UNIFORMES VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG** Contratada; R.M.A de Souza Atacadista Ltda, valor aditado; R$ 20.300,00 correspondente a 3,27% do valor global. vigência 02/01/2026 a 17/11/2026.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:058704A0

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 095/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO 035/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 1° termo aditivo ao contrato 073/2025 Dispensa de Licitação 035/2025 processo licitatório 095/2025, Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ARBITRAGEM DE FUTEBOL AMADOR, PARA ENTENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO-MG** Contratada; Daniel Davison de Almeida-Me nova vigência 31/12/2025 a 31/03/2026.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:9D75C088

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 007/2025 ADESÃO A PRP 002/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 2° termo aditivo ao contrato 003/2025 Adesão a prp 002/2025 processo licitatório 007/2025, Objeto: "**"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ATRAVÉS DO MENOR PREÇO POR QUILOMETRAGEM DIÁRIA, NELE INCLUIDOS TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS, DESPESAS DIRETAS/INDIRETAS; FO NECIMENTO DE VEÍCULOS CONVENCIONAIS E ADAPTADOS, COM COMBUSTIVEL, CONDUTOR, GEOREFERENCIAMENTO POR SATÉLITE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA INCLUSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA/DEPARTAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO/MG".**Contratada; Leaphar Locadora de Veículos Ltda valor aditado; R$71.882.86 correspondente a 2,07% do valor global. vigência 01/10/2025 a 10/02/2026.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:6F56D251

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 007/2025 ADESÃO A PRP 002/2025

A PREF. MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do 3° termo aditivo ao contrato 003/2025 Adesão a prp 002/2025 processo licitatório 007/2025, Objeto: "**"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ATRAVÉS DO MENOR PREÇO POR QUILOMETRAGEM DIÁRIA, NELE INCLUIDOS TODOS OS TRIBUTOS, ENCARGOS, DESPESAS DIRETAS/INDIRETAS; FO NECIMENTO DE VEÍCULOS CONVENCIONAIS E ADAPTADOS, COM COMBUSTIVEL, CONDUTOR, GEOREFERENCIAMENTO POR SATÉLITE E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA INCLUSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA/DEPARTAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO ROMÃO/MG".**Contratada; Leaphar Locadora de Veículos Ltda valor aditado; R$70.023,50 correspondente a 2,01% do valor global. vigência 01/11/2025 a 10/02/2026.

SARA EVANGELISTA QUEIROZ CAXITO ,
Agente de Contratação

Publicado por:
Sara Evangelista Queiroz Caxito
Código Identificador:44D533F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
DECRETO MUNICIPAL N.º 11/2026

"ESTABELECE NORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL E DE TURMAS DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO TOMÁS DE AQUINO E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇAO INFANTIL: ORLANDO SOARES VILAS BOAS E ANA TONIN DE CARVALHO PARA O EXERCÍCIO DE 2026".

O Prefeito Municipal de São Tomás de Aquino no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de definir procedimentos de controle permanente dos recursos humanos disponíveis para o atendimento da demanda existente e a expansão do ensino Público Municipal, tendo em vista a legislação vigente, **DECRETA:**

CAPÍTULO I
DISPOSICÕES PRELIMINARES
Art. 1. Compete ao Secretário Municipal de Educação e aos Diretores das Unidades de Ensino do Município, em responsabilidade solidária, cumprir e fazer cumprir as disposições deste Decreto.
Art. 2. Incumbe aos Diretores da Escola Municipal Santo Tomás de Aquino e dos CMEI's Orlando Soares Vilas Boas e Ana Tonin de Carvalho organizar o quadro de pessoal com base no disposto neste Decreto.
Art. 3. Os diretores da Escola Municipal Santo Tomás de Aquino e dos CMEI's Orlando Soares Vilas Boas e Ana Tonin de Carvalho, considerando os parâmetros estabelecidos, deverão apresentar a proposta de Quadro de Pessoal das Unidades, antes do início do ano letivo, ou ainda, sempre que ocorrer alguma alteração no respectivo quadro.
Art. 4. Compete à Secretaria Municipal de Educação estabelecer critérios complementares para atribuição de turmas, aulas, funções e turnos aos servidores, observado o disposto neste Decreto e a conveniência pedagógica.
Art. 5. Os servidores serão lotados nas unidades de Ensino da Rede Municipal, considerando as possibilidades reais de vagas existentes.

CAPÍTULO II
ATRIBUIÇÃO DE TURMAS, AULAS E CARGOS EM CARÁTER OBRIGATÓRIO E
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.
Art. 6.º A atribuição de turmas, aulas e cargos será realizada aos servidores, observado o disposto nos parágrafos deste artigo, e obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
I – servidores efetivos e estáveis no serviço público municipal;
II – servidores efetivos em período de estágio probatório;
III – servidores contratados por tempo determinado, desde que legalmente habilitados ou autorizados a lecionar, nos termos da legislação vigente, e devidamente classificados no processo seletivo em vigor.
§ 1.º Para fins de atribuição, as turmas, aulas ou cargos serão previamente ofertados, devendo os professores interessados manifestar seu interesse.

§ 2.º Observada a ordem de prioridade estabelecida nos incisos I e II deste artigo, será concedida preferência ao servidor que possuir maior tempo de efetivo exercício no serviço público do nosso município.
§ 3.º O tempo de serviço público a que se refere o § 2.º deste artigo não poderá ser computado em duplicidade, ainda que o servidor seja detentor de dois cargos.
§ 4.º Para fins do disposto no § 2.º deste artigo, será considerado exclusivamente o maior tempo de efetivo exercício no serviço público do nosso município, tendo em vista que o mesmo oferece e promove cursos, capacitações e formações continuadas alinhadas aos objetivos do Plano Municipal de Educação e às características do público atendido pela rede municipal de ensino.
Art. 7.º A atribuição de aulas aos professores deverá observar, rigorosamente, o limite da carga horária obrigatória correspondente a cada cargo, sendo o excedente remunerado a título de Adicional por Extensão de Jornada – AEJ, nos termos da Lei Municipal n.º 1.035/2018.
Art. 8. Ao professor regente efetivo será atribuído 16 (dezesseis) aulas semanais, de acordo com a titulação e carga horária de seu cargo.
§ 1.º. Não havendo na própria escola, aulas suficientes para a composição do seu cargo, o professor regente de aulas deverá assumir aulas vagas ou em substituição, existentes em outra escola do Município.
§ 2.º. Os professores de educação física após atribuídas as aulas de acordo com artigo 6.º, em caso de insuficiência de aulas para todos da lista, atenderão os projetos da escola sob orientação do supervisor pedagógico, seguindo as prioridades do artigo 7.º deste Decreto.

CAPÍTULO III
DO CONTRATO TEMPORÁRIO
Art. 9. Havendo excepcional interesse público e para atender à necessidade temporária de substituição de servidor efetivo, ou de cargo vago até que ocorra a nomeação de candidato aprovado em concurso público, poderá haver contratação de pessoal por tempo determinado, conforme legislação vigente.
§ 1.º. A substituição a que se refere o caput deste artigo poderá ser exercida por:
I – Candidato aprovado em concurso público, dentro do prazo de validade legal, para a rede municipal de ensino, que se encontre na lista de classificação, desde que esteja ciente de tratar-se de contrato por tempo determinado e de que retornará à sua posição na lista de espera, findo o período de contratação.
II – Profissionais legalmente habilitados e ou autorizados a lecionar nos termos da legislação para exercer a substituição por tempo determinado, e que se encontre na lista de classificação de processo seletivo em vigor.
§ 2.º. As substituições de que trata o parágrafo anterior não deverão ultrapassar o ano letivo para o qual foram contratadas.
Art. 10. Durante o ano poderá haver contratação em caráter de substituição para:
I – Regente de aulas ou turma em decorrência de afastamento do cargo para assumir cargo em comissão, afastamento sem remuneração, afastamento por motivo de saúde e gozo de Férias Prêmio.
II – Especialistas de Educação, por um período superior de 60 (sessenta) dias.
III - Não exercerão o direito de gozar Férias Prêmio os Professores do ensino do uso da Biblioteca, Recuperador, Eventual, do Projeto e da Sala de Recurso (AEE).

CAPÍTULO IV
DA DISPENSA DE PESSOAL ADMITIDO MEDIANTE CONTRATO TEMPORÁRIO
Art. 11. A dispensa de pessoal contratado por tempo determinado, para substituições temporárias, poderá ocorrer a pedido do contratado ou nas seguintes situações:
I – redução do número de aulas ou de turmas;
II – retorno do titular;
III – ocorrência de faltas no mês, em número superior a 10% (dez por cento) de sua carga horária mensal de trabalho;
IV – avaliação de desempenho que não recomende a permanência, após avaliação feita pela direção da escola e pela supervisão pedagógica, referendada pelo Conselho Escolar.
Parágrafo único. A dispensa por uma das hipóteses previstas nos incisos III e IV deste artigo, pressupõe pelo menos 02 (duas) advertências, por escrito, ao contratado.

CAPÍTULO V
DIREÇÃO E VICE-DIREÇÃO DE ESCOLA
Art. 12. A carga horária do diretor escolar da Unidade de Ensino Fundamental e das Unidades de Educação Infantil é de 40 (quarenta) horas semanais, com dedicação exclusiva.
Art. 13. A carga horária do vice-diretor da Unidade de Ensino Fundamental e das Unidades de Educação Infantil é de 24 (vinte e quatro) horas semanais.
Art. 14. Nos afastamentos do diretor escolar por até 30 (trinta) dias, responderá pela direção o vice-diretor e, na falta deste, um especialista de educação, sem remuneração adicional.
Art. 15. Será destituído da função o diretor escolar ou o vice-diretor que, afastar-se do exercício por período superior a 60 (sessenta) dias no ano, consecutivos ou não, e um novo será ser nomeado.
Parágrafo único. Excluem-se do cômputo do período a que se refere o caput deste artigo os afastamentos para fruição de férias regulamentares, recessos escolares, licença maternidade e licença saúde até 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16. Professor eventual, recuperador e de uso da biblioteca serão oferecidos mediante rodízio antes da escolha de turmas.
Art. 17. Compete ao diretor escolar das Unidades Escolares Municipais, onde há servidor com restrição de atividades laborativas de acordo com laudo médico oficial, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:
I – definir, juntamente com o servidor, as atividades que este deverá exercer na unidade observadas as orientações médicas, o grau de escolaridade e a experiência do servidor;
II – registrar e acompanhar o desempenho do servidor nas novas atividades propostas;
Art. 18. O diretor escolar deverá acompanhar a frequência regular dos alunos para redimensionar as turmas e processar os ajustes nos Quadros Informativos da Unidade.
Art. 19. Na composição do Quadro de Pessoal e Quadro de Turmas e Alunos por Turno das Unidades Escolares da Rede Municipal, deverão ser observados os critérios para composição de turmas e definição do número de cargos, funções, conforme Anexo Único deste Decreto.
Art. 20. As situações excepcionais deverão ser encaminhadas, pelo diretor escolar, à consideração do Secretário Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.
Art. 21. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Tomás de Aquino – Minas Gerais, 30 de janeiro de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito

ANEXO ÚNICO – DECRETO MUNICIPAL N.º 11/2026
Critérios para composição de turmas e quadro de pessoal
nas Unidades Escolares da Rede Municipal.

I – Composição de turmas:
Poderão matricular-se nas instituições de Educação do Munícipio os alunos que se enquadrarem nos pré-requisitos dispostos na Portaria n.º 1.035, de 5 de outubro de 2018 e Orientação SB n.º 11/2018 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais que dispõe sobre o Corte Etário.
Na Educação Infantil:
no Berçário (0 a 02 anos) – 10 crianças
no Maternal (03 anos) – 15 crianças
na Pré-Escola (04 a 05 anos) – 25 crianças
Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
no 1.º ano, 2.º ano e 3º ano – 25 (vinte e cinco) alunos por turma;
no 4º ano e 5º ano – 30 (trinta) alunos por turma.

A turma que não atingir o teto mínimo deverá ser justificada.

II – Quadro de Pessoal
O quadro de pessoal será definido da seguinte forma:
1. Professor Regente de Turma ou de Aulas: número necessário para atender as turmas das Escolas da Rede Municipal de Ensino inclusive projetos autorizados pela Secretaria Municipal de Educação.
2. Professor Eventual: 01 (um) professor para atender as turmas de Educação Infantil no Cmei Orlando Soares Vilas Boas, com horário flexível para o turno matutino e vespertino; 02 (dois) professores para atender as turmas do Ensino Fundamental anos iniciais da Escola Santo Tomás de Aquino, sendo 01 (um) para o turno matutino e 01 (um) para o turno vespertino, que além das substituições eventuais de docentes deve colaborar com a supervisão pedagógica nas atividades de intervenção pedagógica.
3. Professor para o uso de Biblioteca: 02 (dois) professores para atender as turmas do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santo Tomás de Aquino e da Educação Infantil, CMEIs Orlando Soares Vilas Boas e Ana Tonin de Carvalho, nos seus respectivos turnos, com orientação da supervisão pedagógica da respectiva unidade de ensino.
4. Professor Recuperador em atendimento ao Ensino Fundamental I: 01 (um) professor, com horário flexível para o turno matutino e vespertino, que deverá atender as demandas solicitadas pela direção e supervisão pedagógica; 02 (dois) professores para atender o projeto de intervenção pedagógica para os alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santo Tomás de Aquino, sendo 01 (um) para o turno matutino e 01 para o turno vespertino.
6. Professor de Sala Recurso (AEE): 02 (dois) professores para atender os alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santo Tomás de Aquino e da Educação Infantil, CMEIs Orlando Soares Vilas Boas e Ana Tonin de Carvalho, no seu contraturno, com exceção, os alunos da zona rural, sendo 01 (um) para o turno matutino e 01 (um) para o turno vespertino. Estes professores ficarão lotados na Secretaria Municipal de Educação para atuação junto a equipe de multiprofissionais da educação. Sua atuação deverá levar em consideração o regimento escolar e a legislação vigente que orienta os atendimentos dos alunos com deficiência.
OBS: Este professor deverá ter concluído a especialização em Educação Especial. Havendo mais de um candidato será considerado como critério para desempate o "maior tempo na atuação no AEE" e em seguida maior tempo de efetivo exercício no serviço público do nosso município.
7. Professor de Educação Física: 01 (um) professor para atender as turmas da Educação Infantil no Cmei Ana Tonin de Carvalho; 01 (um) professor para atender as turmas da Educação Infantil no Cmei Orlando Soares Vilas Boas; 02 (dois) professores para atender as turmas do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santo Tomás de Aquino. Não havendo aulas suficientes para a composição da carga horária do seu cargo, o mesmo deverá assumir aulas vagas ou em substituições existentes em outra unidade do município ou assumir aulas em projetos em outras unidades municipais autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação.
8. Monitor de Educação Infantil: o número necessário para CMEI Ana Tonin de Carvalho, inclusive projetos autorizados pela Secretaria Municipal de Educação.
9. Especialista em Educação: 01 (um) Orientador Educacional para atender o Ensino Fundamental na Escola Municipal Santo Tomás de Aquino. **03 (três) Supervisores Pedagógicos**, sendo 01 (um) para atender a Educação Infantil nos CMEIs Ana Tonin de Carvalho e Orlando Soares Vilas Boas; 01 (um) para atender o Ensino Fundamental na Escola Santo Tomás de Aquino de 1º ao 3º ano e, 01 (um) para atender o Ensino Fundamental da Escola Santo Tomás de Aquino de 4º e 5º ano.
10. Secretário Escolar: 01 (um) secretário para atender o Ensino Fundamental na Escola Municipal Santo Tomás de Aquino e a Educação Infantil nos CMEIs Ana Tonin de Carvalho e Orlando Soares Vilas Boas. Ficará lotado na Escola Municipal e orientará os auxiliares de secretaria de todas as unidades escolares em suas demandas e processos escolares.
11. Auxiliares de Secretaria: 04 (quatro) auxiliares, sendo 02 (dois) para atender o Ensino Fundamental na Escola Municipal Santo Tomás de Aquino, 01 (um) para atender a Educação Infantil no CMEI Ana Tonin de Carvalho e, 01 (um) para atender a Educação Infantil no CMEI Orlando Soares Vilas Boas.
12. Administração: 02 (dois) **Diretores Escolares,** sendo 01 (um) para atender o Ensino Fundamental e 01 (um) para atender a Educação Infantil; 04 (quatro) **Vice-diretores**, sendo 02 (dois) para atender o Ensino Fundamental e 02 (dois) para atender a Educação Infantil.
13. Auxiliares de Serviços de Apoio à Administração: número necessário para atender as necessidades das unidades escolares, tendo em vista o impacto financeiro.
14. Nutricionista: 01 (um) Nutricionista para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.
15. Psicólogo: 01 (um) Psicólogo para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.
16. Assistente Social: 01 (um) Assistente Social para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.
17. Psicopedagogo: 01 (um) Psicopedagogo para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Publicado por:
Eduarda Machado
Código Identificador:1D62571B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº. 024/2026, ARP nº 008/2025, Pesquisa de Preços n.º 025/2026, **Pregão Eletrônico Externo Nº 010/2024.** Contratante: Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino/MG. Objeto: **"Aquisições de veículos automotores, simples, de passeios, motocicletas, ônibus, van, furgão, ambulâncias já adaptadas e maquinários pesados destinado aos municípios consorciados da AMEG conforme Resolução SES 8.888/2023, um Veículo de 5 lugares para Vigilância".** Contratadas a empresa **MAX VEICULOS LTDA inscrita no CNPJ:** 35.700.355/0001-78, o item 07 veículo de 7 lugares **C3 AIRCROSS 7 FEEL TURBO**, foi estimado a contratação com o valor total de **R$ 122.300,00 (Cento e vinte e dois mil e trezentos reais).** Em 27/01/2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:BCB789D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
EXTRATO DE INTENÇÃO DE ADESÃO DE ATA

- Extrato de Intenção de Adesão de Ata

A Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino faz saber que Intenção de adesão de ata de Registro de Preços nº 008/2025, oriunda do Processo 000028/2026 por pregão- tendo como Objeto: "Aquisição de veículos, inclusive adaptados, zero km, primeiro emplacamento, para atender as necessidades dos municípios consorciados ao CODANORTE. Aquisição VEÍCULO TIPO VAN PASSAGEIRO de 16 lugares - RENAULT / Master VAN 16L.. Licitante vencedor: inscrita no CNPJ: , o item 13 veículo de 16 lugares RENAULT / Master VAN 16L, foi estimado a contratação com o valor total de R$ R$ 1.248.290,08 (um milhão duzentos e quarenta e oito mil duzentos e noventa reais e oito centavos). Dotação: 00771-25710000000 - Equipamentos e Material Permanente (0205001.1236112021.058.44905200000.25710000000). Em 02 de fevereiro de 2026. Autorização: **Daniel Ferreira da Silva, Prefeito Municipal.**

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:B8626D10

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
HOMOLOGAÇÃO

- O Prefeito Municipal de São Tomás de Aquino/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a Homologação do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico Externo Nº 010/2024, cujo objeto é a **"Aquisições de veículos automotores, simples, de passeios, motocicletas, ônibus, van, furgão, ambulâncias já adaptadas e maquinários pesados destinado aos municípios consorciados da AMEG conforme**

Resolução SES 10.415/2025, ADESÃO DE ATA: C3 AIRCROSS 7 FEEL", e a Adjudicação de acordo com a ata e parecer jurídico, em favor da empresa: **MAX VEICULOS LTDA, inscrito(e) no CNPJ/MF sob o nº 35.700.355/0001-78,** foi declarada vencedora com o valor total de **R$ 122.300,00 (Cento e vinte e dois mil e trezentos reais).**São Tomás de Aquino/MG, 27 de janeiro de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silval Aparecido de Melo
Código Identificador:35F07D3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
PORTARIA Nº. 05/2026

"NOMEIA FISCAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÁS DE AQUINO".

CONSIDERANDO o previsto no artigo 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre as regras de atuação do fiscal e gestor dos contratos administrativos;
DANIEL FERREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício e no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a servidora Carlos Daniel Alves Orlando, ocupante do cargo de Coordenador de Apoio a Órgãos Estaduais e Federais, Matrícula 702692, para exercer a função de FISCAL dos contratos administrativos da administração pública direta, a fim de fiscalizar a execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

São Tomás de Aquino/MG, 02 de fevereiro de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduarda Machado
Código Identificador:40581C36

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS
EXTRATO DE EDITAL PROC 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS – PUBLICAÇÃO DE EDITAL Nº 011/2026 – PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 017/2026 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. A Prefeitura Municipal de Senhora dos Remédios - MG, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Nacional nº 14.133/2021, torna público o Edital nº 011/2026 referente ao Pregão Eletrônico nº 008/2026, autorizado pelo Processo de Contratação nº 017/2026, que tem como objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços de roçada, limpeza de vazantes, enxurradas, valas e bueiros para manutenção das estradas vicinais em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras",** cuja sessão pública se realizará no dia **23/02/2026**, às **10:00H**, no site https://senhoradosremedios.licitapp.com.br//. Para retirar o Edital e informações: site www.senhoradosremedios.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@senhoradosremedios.mg.gov.br.

GILBERTO DO NASCIMENTO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Claudia Aparecida de Carvalho Paiva Dias
Código Identificador:728B4FB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS
RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – FOMENTO AO CARNAVAL 2026
A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer do Município de Senhora dos Remédios-MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e, considerando o decurso do prazo recursal sem a interposição de recursos contra o resultado da fase de seleção divulgado em 27 de janeiro de 2026, **torna público o RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO** dos projetos e dá outras providências.
1. DO RESULTADO FINAL DA FASE DE SELEÇÃO:
Fica homologado o resultado da fase de seleção, confirmando-se os seguintes projetos como selecionados para a próxima fase:

Categoria	Bloco / Banda	Responsável
Bloco de Rua	Bloco das Piranhas	Janaína dos Remédios Souza Leite
Bloco de Rua	Bloco dos Motoristas ½ Boca	Hernan de Oliveira Carvalho
Bloco de Rua	Bloco do Pijama	Givanildo José Porte
Bloco de Rua	Bloco da Claudona	Claudia Auxiliadora da Silva
Bloco de Rua	Bloco Ativa a Mente	Josiane Bruneli de Carvalho
Banda Instrumental	Banda Instrumental	Maycon Ian da Silva

2. DA CONVOCAÇÃO E DO ALERTA PARA O PRAZO FINAL DE HABILITAÇÃO
2.1. Ficam os responsáveis pelos projetos selecionados e listados acima **CONVOCADOS** para a **FASE DE HABILITAÇÃO**.
2.2. **ALERTA-SE** que o prazo final para a **apresentação obrigatória de todos os documentos** exigidos no **item 6.2 do Edital** se encerra no dia **03 de fevereiro de 2026 (terça-feira)**.
2.3. A não apresentação da documentação completa e regular até a data limite implicará na automática **inabilitação e desclassificação** do projeto, não havendo possibilidade de complementação posterior.
Esta publicação entra em vigor na data de sua divulgação, cumprindo o cronograma estabelecido no Anexo VII do Edital.
Senhora dos Remédios-MG, 02 de fevereiro de 2026.

GILBERTO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

KARLA CRISTINA DIAS MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Claudia Aparecida de Carvalho Paiva Dias
Código Identificador:2EFB61AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS
TERMO DEFER. CREDENCIAMENTO 01 - PROC 015/2026

TERMO DE DEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO 01

PROCESSO Nº 015/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE LANCHES, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PARA O FORNECIMENTO EVENTUAL E SOB DEMANDA DE COMBO DE LANCHE, COMPOSTO, NO MÍNIMO, POR SANDUÍCHE PREPARADO COM PÃO, BIFE, OVO, QUEIJO, PRESUNTO, MILHO E BATATA PALHA, ACOMPANHADO DE 01 (UM) REFRIGERANTE EM LATA DE 350 ML.

Nesta data recebemos a solicitação de credenciamento de **13.957.914 CONCEIÇÃO IMACULADA DE FREITAS** inscrita no CNPJ n.º 13.957.914/0001-97, com sede na Rua Afonso Pereira, 85, Centro – Senhora dos Remédios/MG, CEP 36.275-000, representada neste ato

por seu representante legal, CONCEIÇÃO IMACULADA DE FREITAS inscrita no CPF sob o 675.294.966-20, para prestação de serviços de fornecimento eventual e sob demanda de combo de lanche, composto, no mínimo, por sanduíche preparado com pão, bife, ovo, queijo, presunto, milho e batata palha, acompanhado de 01 (um) refrigerante em lata de 350 ml, conforme descrito no Edital nº **010/2026** do Credenciamento **nº 003/2026**, referente a Inexigibilidade nº **004/2026**, autorizada pelo Processo Licitatório nº **015/2026**.
O (a) interessado (a), solicitou o credenciamento para o seguinte item:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	Combo de lanche, composto por sanduíche preparado com pão, bife, ovo, queijo, presunto, milho e batata palha, acompanhado de 01 (um) refrigerante em lata de 350 ml	R$ 25,00

Na oportunidade, a Agente de Contratação analisou a documentação e constatou que o (a) interessado (a) apresentou todos os documentos arrolados no **Subitem 5.7 do Edital nº 10/2026**.
Dessa forma, o Agente de Contratação julga **DEFERIDO** o credenciamento de **13.957.914 CONCEIÇÃO IMACULADA DE FREITAS** inscrita no CNPJ n.º 13.957.914/0001-97, com sede na Rua Afonso Pereira, 85, Centro – Senhora dos Remédios/MG, CEP 36.275-000, representada neste ato por seu representante legal, CONCEIÇÃO IMACULADA DE FREITAS inscrita no CPF sob o 675.294.966-20, para o item assinalado acima.
Que seja confeccionado o respectivo contrato administrativo.
Que seja publicado este Termo no Diário Oficial da AMM, que é o Diário Oficial do Município.

Senhora dos Remédios, 02 de Fevereiro de 2026.

CLÁUDIA APARECIDA DE CARVALHO PAIVA DIAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Claudia Aparecida de Carvalho Paiva Dias
Código Identificador:2E5DDF85

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOS AIMORÉS

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOS AIMORÉS
AVISO DE CREDENCIAMENTO
O Município de Serra dos Aimorés/MG torna público que se encontra aberto o Processo Administrativo nº 008/2026 – Chamada Pública nº 001/2026, cujo objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais), poderão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda a partir das 08h00min do dia 03/02/2026 até às 17h00min do dia 26/02/2026, no Setor de Licitações e Compras, situado na Av. Rio Amazonas, 700, Centro CEP: 39.868-000, Centro, Serra dos Aimorés-MG. A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e projeto de Venda será às 08h00min do dia 27 de fevereiro de 2026. Mais informações estarão disponíveis pelo e-mail: compras@pmsa.mg.gov.br. Serra dos Aimorés/MG,02 de fevereiro de 2026.

DENIZE LAGO PINTO SANTANA -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Denise Lago Pinto Santana
Código Identificador:15184AD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS EXTRATO DE CONTRATO 018/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 004/2026 – "EMERGENCIAL"

EXTRATO DE CONTRATO 018/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 004/2026 – "EMERGENCIAL"

A Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas – torna pública o extrato de contrato nº 018/2026 cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços de execução de piso em granilite, marmorite ou granitina, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, bem como a execução de rodapé em granilite, marmorite ou granitina, com acabamento polido, na cor cinza natural, altura de 12 cm, inclusive polimento, excluindo-se os serviços de corte de paredes e preparação, a serem realizados nas unidades escolares da rede municipal de ensino.
Contratada: **BRANIX EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ 12.253.900/0001-20**
Valor de **R$ 194.400,00 (Cento e noventa e quatro mil e quatrocentos reais).**
VALIDADE: 03 (três) meses.
Informações pelo fone: (38) 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br.

Serranópolis de Minas/MG, 28 de Janeiro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:D1D559E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2025

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da Concorrência Eletrônica nº 001/2025, em favor da empresa conforme planilha abaixo:
A adjudicação e homologação do presente processo é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.
EMPRESA VENCEDORA: CARVALHO EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 40.673.326/0001-02 – VALOR: R$ 541.550,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E UM MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).
A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, termo de referência e no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no DOU e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Serranópolis de Minas/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

MAX VINICIUS AGUIAR MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:0D14A512

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 117/2022
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 101/2022
MODALIDADE: DISPENSA Nº 046/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº **117/2022**
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº **101/2022**
MODALIDADE: **DISPENSA** Nº **046/2022**

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **ALCIDES BARBOSA NETO SANTOS,** inscrita no **CNPJ** sob o N°43.699.092/0001-52**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 146 .**

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, **02 de Janeiro de 2026**.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria municipal de Administração e planejamento**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:
04.01.12.361.4002.2404.3339047000000.15000001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS - FICHA 146, para o **CONTRATO Nº 117/2022**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 101/2022, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL DE Nº 046/2022.**

Serranópolis de Minas/MG, **02 de Janeiro de 2026.**

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:C2D880CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 23/2022
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 023/2022
MODALIDADE: DISPENSA Nº 016/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 23/2022
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 023/2022
MODALIDADE: DISPENSA Nº 016/2022

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **ALCIDES BARBOSA NETO SANTOS ,** inscrita no **CNPJ** sob o N°43.699.092/0001-52 doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 146.**

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 02 de Janeiro de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria de Educação** informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

04.01.12.361.4002.2404.3339047000000.15000001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS - FICHA 146, para o **CONTRATO Nº 23/2022**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 023/2023, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL DE Nº 016/2022.**

Serranópolis de Minas/MG, 02 de Janeiro de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:049D9684

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09 /2026

O Município de Tapiraí/ MG, através do Prefeito Municipal **Vanderlei Cassiano de Resende,** Extrato de Contrato **do Processo Eletrônico nº 06/2026, inexigibilidade 05/2026** cujo objeto**,** ***REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO A SER APRESENTADO NA FESTA DE CARNAVAL 2026, NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2026, Na CACHOEIRA DAS LARANJEIRAS NO MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ-MG. CONTRATADA,*** aqui representada pelo seu sócio o **Sr. George Henrico Souza Gomes** , portador do CPF sob N°035.303.926-85. **Valor:** R$ **R$ 7.000,00 (sete mil reais).** Tapiraí MG, 02 de fevereiro de 2026.

ANA CAROLINA PEDROZA FERREIRA/
Pregoeira.

Publicado por:
Estevão Santana Barbosa
Código Identificador:A5153F4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2026 – INEXIBILIDADE Nº 003/2026

Objeto: Referente a Contratação de empresas para Prestação de serviços Pedreiro, Servente, Pintor, Carpinteiro, Calceteiro e Serralheiro para Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG, conforme especificado no anexo I do Edital. O Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo, iniciando-se em 19/02/2026 até 18/02/2027, diretamente na Sede da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br. Informações (35) 3445-6900, –

VITOR ALVES DE MIRA
(Diretor do Departamento de Obras dos Serviços).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:34E96281

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026.

Objeto: Referente a Contratação de Empresa especializada para prestação de serviço médicos para atendimento no período de 12 meses, para atender as necessidades da população do Município junto à Secretaria Municipal de Saúde de Tocos do Moji- MG. Despacho de revogação de Pregão Eletrônico n° 001/2026, nos termos do art. 71, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021, após as adequações necessárias será publicado novo Edital de licitação. Maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36 – Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br. , –

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:492933EE

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se do Processo Licitatório nº 017/2026, Inexigibilidade nº 004/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviço de apresentação artística com a Banda "Quebraê", para compor a grade artística do carnaval "Tocos Folia- 2026", no dia 16 de fevereiro, na Cidade de Tocos Do Moji / MG, por meio da empresa SOUZA & SILVA COMÉRCIO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 35.903.784/0001-42, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento de Cultura Esporte Lazer e Turismo, onde se expõe a necessidade da contratação dos artistas e as especialidades destes.
Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.
Constam nos autos a justificativa da escolha do proponente e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.
Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no inciso II, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **RATIFICO** o presente processo de inexigibilidade.
Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 02 de fevereiro de 2026.

Publique-se;
Registre-se;
Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:918E6DF7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE TOLEDO MG**, realizará PREGÃO ELETRÔNICO RP - 004/2026 Nº PROC. ADM. 009/2026 N° EDITAL 006/2026. OBJETO: **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento parcelado de produtos de limpeza, para o uso em todas as diretorias municipais, conforme as especificações e quantidades estimadas**, INÍCIO REC. PROPOSTA: 04/02/2026 08h00min FIM REC. PROPOSTA: 23/02/2026 08h00min INÍCIO DISPUTA: 23/02/2026 10h00min TIPO DE LANCE: MENOR LANCE TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO. Em caso de dúvidas favor contatarem suporte ao fornecedor (41) 3097-4600 ou https://bll.org.br/. Para demais informações contato via e-mail: licitacaotoledomg@gmail.com, telefone: 3534361219.
02 de fevereiro de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:346242F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, realizará Dispensa N° 003/2026, Processo 10/2026, cujo objeto é a "Contratação de serviços de engenharia para elaboração dos projetos básico, executivo e demais documentos necessários à construção do "Novo Garajão Municipal" destinado à secretaria de obras de Toledo MG." Data da sessão: 06/02/2026. Horário para recebimento de propostas adicionais: 10h00min às 12h00min. Retirada do termo de referência através do email licitacaotoledomg@gmail.com.
Toledo MG, 03 de fevereiro de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:C570A1B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
DECRETO Nº 1.375 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 1.375 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

"Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo Comissionado e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeado o Senhor **JOSINEY COSTA DE PAULA**, portador da Carteira de Identidade MG-**.492.***, expedida pela SSPMG, inscrita no CPF sob o nº ***.801.926-**, do cargo de **Coordenador de Esportes e Lazer**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposição em contrário, produzindo os seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia, 02 de Fevereiro de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:276E517B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
DECRETO Nº 1.376 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 1.376 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

"Dispõe sobre Nomeação de Conselheiro Tutelar Suplente para o exercício temporário das funções de Conselheiro Tutelar Titular e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora **DANIELLE DOS SANTOS MAURÍCIO**, portadora da Carteira de Identidade MG-.**.347.***, expedida pela SSPMG, inscrita no CPF sob o nº ***.100.676-** no cargo de Conselheiro Tutelar Suplente, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 07 de janeiro de 2026 e revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia, 02 de fevereiro de 2026.

SERGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:405F87EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 009/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado **: WENDER MARTINS HONORATO, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº 37.942.373/0001-91**. Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado : **WENDER MARTINS HONORATO**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 010/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado **: ALESSANDRO DA SILVA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº 29.642.945/0001-99**. Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado : **ALESSANDRO DA SILVA**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 011/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado **:ANTONIO MÁRCIO DE SOUZA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº15.447.389/0001-95**. Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado : **ANTONIO MÁRCIO DE SOUZA**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 012/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado**: ANTONIO MÁRCIO DE SOUZA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº13.360.992/0001-00**. Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado : **ANTONIO MÁRCIO DE SOUZA**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 013/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado**: GIDEVANNY VIANA MAGALHÃES, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº24.295.472/0001-87**. Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado :**GIDEVANNY VIANA MAGALHÃES**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 014/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51;

Contratado**: MILLER CRISTIAN ROBERTO DE ALBUQUERQUE , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº29.596.040/0001-20**. Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado :**MILLER CRISTIAN ROBERTO DE ALBUQUERQUE**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 015/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado**: PAULO DIMAS GODOI , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº29.340.907/0001-81** Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado : **PAULO DIMAS GODOI**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 016/2025, oriundo do Processo Licitatório 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025, cujo **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado**: WELINTON ROBERTO BRIGIDO , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob o nº23.792.155/0001-03**. Signatários: pelo Contratante: SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE, pelo Contratado : **WELINTON ROBERTO BRIGIDO**. Prefeitura de Urucânia/MG, 02 de Fevereiro de 2026.

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:85698CEB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
PORTARIA N.º 89, DE 28 DE JANEIRO DE 2026

PORTARIA N.º 89, DE 28 DE JANEIRO DE 2026.

"Reconhece dívida e autoriza pagamento de fornecedor MELO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA – CNPJ: 35.502.416/0001-92".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA/MG**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação aplicável,
CONSIDERANDO a regularidade do procedimento licitatório que deu origem à Ata de Registro de Preços **nº 26/2025;**
CONSIDERANDO a comprovação nos autos do **efetivo fornecimento do objeto contratado**, ainda que com entregas realizadas de forma parcelada;
CONSIDERANDO que o fornecimento decorreu de **solicitação global da Administração**, tendo sido constatada falha administrativa interna consistente na ausência de prévia emissão de Nota de Autorização de Fornecimento – NAF e de empenho;
CONSIDERANDO a **boa-fé do fornecedor**, devidamente comprovada, bem como o efetivo benefício auferido pela Administração Pública;
CONSIDERANDO o parecer jurídico favorável exarado nos autos do Processo Administrativo de Reconhecimento de Dívida nº 001/2026;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, segurança jurídica, eficiência, continuidade do serviço público e da **vedação ao enriquecimento sem causa**;
RESOLVE:
Art. 1º. Reconhecer a dívida do Município de Urucânia/MG em favor da empresa MELO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.502.416/0001-92, no valor global de **R$ 1.505,28 (Um mil, quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos)**, referente ao fornecimento de material escolar, pedagógico e de expediente em geral, objeto da Ata de Registro de Preços nº 26/2025, devidamente comprovado e atestado nos autos.
Art. 2º Autorizar a emissão do **empenho específico**, bem como a **liquidação e o pagamento da despesa**, observadas as normas da Lei nº 4.320/1964 e demais disposições legais aplicáveis.
Art. 3º Determinar o **encaminhamento de cópia integral do processo ao Controle Interno**, para fins de acompanhamento e eventual apuração de responsabilidade administrativa decorrente da falha procedimental constatada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Urucânia-MG, 28 de Janeiro de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:890D43AD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº02/2026

Aviso de Retificação de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2026 Processo Licitatório nº 03/2026. O Município de Vazante-MG torna público Aviso de Retificação do Pregão Eletrônico nº02/2026. Objeto: **Prestação de Serviços de Transporte Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Vazante**. Os valores unitários dos itens foram atualizados. Altera-se a Data e horário de fim de recebimento das propostas: dia 19/02/2026 as 8 horas. Data e horário do início da disputa: dia 19/02/2026 às 8h10min. Local sessão pública: Plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC. Edital disponível nos sites www.bnc.org.br, pncp.gov.br e https://www.vazante.mg.gov.br/editais-e-licitacoes/. Mais informações pelo telefone (42) 3026-4550 e (34) 3813-9714 ou e-mail: licitacao@vazante.mg.gov.br. Vazante/MG, 02/02/2026.

***TAMARA TATIANE PEREIRA*-**
Agente Contratação/Pregoeira – Portaria 001/2026.

Publicado por:
Renata Cristina Caixeta
Código Identificador:E14822A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRONICO Nº05/2026

O Município de Vazante-MG torna público Aviso de Pregão Eletrônico nº 05/2026. Objeto **Registro de preços para futura e eventual aquisição de Peças Novas originais e Genuínas, com prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos, implementos e máquinas da frota municipal, valor hora/homem, de forma parcelada e sob demanda, com maior percentual de desconto dos preços da TABELA TRAZ VALOR.**Data e horário de fim de recebimento das propostas: dia 19/02/2026 as 8 horas. Data e horário do início da disputa: dia 19/02/2026 às 8h10min. Local: Plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC. Edital disponível nos sites www.bnc.org.br, pncp.gov.br e https://www.vazante.mg.gov.br/editais-e-licitacoes/. Mais informações pelo telefone (42) 3026-4550 e (34) 3813-9714, de 08h as 11h e de 13h as 17h. Vazante/MG, 02/02/2026.

RENATA CRISTINA CAIXETA
Agente de Contratação/Pregoeira – Portaria 001/2026.

Publicado por:
Renata Cristina Caixeta
Código Identificador:F65978E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE CONTRATOS

- Contrato nº 09/2026
Contratada: **MARMORARIA NOSSA SENHORA DA LAPA LTDA**
Processo De Licitação Nº 109/2025
Pregão Eletrônico Nº 52/2025
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção interna e externa do Cemitério Municipal e Capela Velório do município de Vazante/MG.
Valor: R$ 149.948,76
Vigência:02/02/2026 a 02/02/2027

Prefeitura Municipal de Vazante, 02 de Fevereiro de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG.

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:9CE48BC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O Município de Vieiras/MG, torna público a assinatura do Contrato administrativo referente ao Processo Licitatório nº 04/2026, Dispensa eletrônica nº 01/2026 na data de 29/01/2026. Objeto: Aquisição de Máquina para bater/debulhar cereais de maior granulometria (milho, soja, arroz e feijão). Acionada pela tomada de força do trator e transportada sobre rodas, conforme Termo de Referência, para o Município de Vieiras/MG. Empresa Contratada: AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.963.380/0001-77 no valor global estimado de R$ 20.720,00 (vinte mil e setecentos e vinte reais).

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:026E7AB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O Município de Vieiras/MG, torna público a assinatura de contrato administrativo referente ao Processo Licitatório nº 01/2026, Pregão nº 01/2026 na data de 02/02/2026. Objeto: Aquisição de veículo de cinco lugares, zero KM, para o Município de Vieiras/MG, conforme termo de referência e Resolução SES/MG 10.500/2026. Empresa Contratada: RECREIO BH VEÍCULOS S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.929.665/0003-09 com o valor global estimado de R$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais).

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:37C33038

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026
DISPENSA Nº 02/2026

A Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, torna-se público que se realizará dispensa de licitação na sua forma eletrônica, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 104/2023.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de recreação e brincadeiras para crianças para o Município de Vieiras/MG.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

INICIO: Das 13h00min do dia 02/02/2026 até o dia 06/02/2026 às 13h:30min

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO 06/02/2026 ÀS 13H:40MIN

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL DO RECEBIMENTO: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, localizado na Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000.

O Aviso de Dispensa de Licitação, Termo de Referência e os seus anexos encontram–se disponível no site oficial do município www.vieiras.mg.gov.br e também poderá ser solicitado pelo email **:**licitacao@vieiras.mg.gov.br ou poderá ser retirado na Sede da Prefeitura Municipal de Vieiras na Avenida Alcino Bicalho, nº 331, Bairro Fava, Vieiras/MG, CEP: 36895-000

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:A13A8371

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNIIPAL DE SÃO TIAGO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC. LICITATÓRIO 013/2026 - INEXIGIBILIDADE 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 013/2026 – INEXIGIBILIDADE 004/2026. Obj.: contratação da empresa **EMERSON SALVIANO DA SILVA, CNPJ: 43.378.382/0001-02**, para prestação de serviços de apresentação artística do grupo "Papo de Boleiro para realização das festividades do Carnacapela no Distrito de Mercês de Água Limpa, Município de São Tiago/MG. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$7.000,00. Decl. de Inexigibilidade: em 02/02/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexig.: em 02/02/2026, por Alexandre N. A. Vivas, Pref. Municipal. São Tiago, 02/02/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:B4B5881F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC. LICITATÓRIO 014/2026 - INEXIGIBILIDADE 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 014/2026 – INEXIGIBILIDADE 005/2026. Obj.: contratação da empresa **CRISTIANO SOARES DE SOUSA, CNPJ: 20.689.681/0001-54**, para prestação de serviços de apresentação artística da banda "Cartas e seus curingas" para realização das festividades do Carnacapela no Distrito de Mercês de Água Limpa, Município de São Tiago/MG. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$17.500,00. Decl. de Inexigibilidade: em 02/02/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexig.: em 02/02/2026, por Alexandre N. A. Vivas, Pref. Municipal. São Tiago, 02/02/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:A49C9D3D

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Processo Licitatório nº 02/2026 – **Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos para a frota do SAAE-Pirapora/MG**. **FICA SUSPENSO** este processo licitatório tendo em vista a necessidade de retificações do Termo de Referência. **Nova sessão será agendada em breve.** As informações complementares à licitação encontram-se à disposição dos interessados no endereço: av. Salmeron, nº 255 – Centro, CEP.: 39.270-068, na cidade de Pirapora-MG, telefone (38) 3741-1530, no site www.saaepirapora.com.br ou www.licitardigital.com.br ou https://licitar.digital/ ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

Pirapora/MG., 02 de fevereiro de 2026.

GIZELMA MARIA DE ALENCAR COELHO
Gerente de Licitações e Contratos

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/ Pirapora-MG.

Publicado por:
Gizelma Maria de Alencar Coelho
Código Identificador:00889494

SAAE PIRAPORA-MG
CONTRATO 03/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Extrato de Contrato. Contrato 03/2026. Contratado: Ilcon Montagem e Fabricação de Peças em Fibra de Vidro – CNPJ 33968122/0001-25. Processo Licitatório 41/2025 – Concorrência Eletrônica 02/2025. Subordinação legal: Lei Federal 14.133/2021, Decretos Municipais e demais legislações vigentes. Objeto: Contratação integrada para elaboração de Projeto Básico/Executivo, fabricação, montagem e instalação de Estação de Tratamento de Água - ETA - com capacidade mínima de 100lt/s e Projeto Básico/Executivo de uma UTR – Unidade de Tratamento de Resíduos. Vigência: 29/01/2026 a 30/04/2027. Valor total do contrato: R$5.359.000,00 (cinco milhões trezentos e cinquenta e nove mil reais). Data assinatura contrato: 29//01/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor Geral SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:CF25EC3B

SAAE PIRAPORA-MG
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2026

Ratifica Processo – Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, objetivando o planejamento, a organização, a operacionalização, a logística e a execução de todas as etapas necessárias para a realização do Concurso Público do SAAE de Pirapora/MG.

(Dispensa)

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Ratifica Processo Licitatório 04/2026 – Dispensa 02/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, objetivando o planejamento, a organização, a operacionalização, a logística e a execução de todas as etapas necessárias para a realização do Concurso Público do SAAE de Pirapora/MG. Processo de Dispensa artigo 75, inciso XV – Lei 14.133/2021. Empresa Contratada: Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP – CNPJ: 13.761.170/0001-30, Valor total do processo: R$ 33.540,00 para até 300 candidatos efetivamente inscritos, a partir de 301 candidatos será acrescido o valor de R$ 50,00 para cada candidato excedente inscrito, conforme proposta comercial apresentada pela empresa, sendo esse valor variável. Data da ratificação: 30/01/2026.

Pirapora-MG, 30 de janeiro de 2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/Pirapora-MG

Publicado por:
Suellen Nascimento Bezerra
Código Identificador:9D069655

SAAE PIRAPORA-MG
SUPENSÃO CONTRATO 03/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Suspensão de Contrato. Contrato 03/2026. Contratado: Ilcon Montagem e Fabricação de Peças em Fibra de Vidro – CNPJ 33968122/0001-25. Processo Licitatório 41/2025 – Concorrência Eletrônica 02/2025. Subordinação legal: Lei Federal 14.133/2021, Decretos Municipais e demais legislações vigentes. Objeto: Contratação integrada para elaboração de Projeto Básico/Executivo, fabricação, montagem e instalação de Estação de Tratamento de Água - ETA - com capacidade mínima de 100lt/s e Projeto Básico/Executivo de uma UTR – Unidade de Tratamento de Resíduos. Fica suspensa a execução do Contrato 03/2026, com início da suspensão após assinatura deste Termo, por recomendação do TCEMG, para apuração dos apontamentos constantes do Processo n. 1.204.118 – Denúncia. Base legal para a suspensão: §5º do artigo 115 da Lei Federal 14.133/2021. Data assinatura suspensão: 02/02/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor Geral SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Alessandra Barbosa Rocha Veloso
Código Identificador:9CEC3F47

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IBIÁ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 AQUISIÇÃO DE "MATERIAIS DE LIMPEZA E DE COPA E COZINHA".

O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiá/MG – através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria SAAE-IBIA- 02/2026, torna público que realizará **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026** na forma de Registro de Preços, **MODO DE DISPUTA ABERTO,** critério de julgamento do tipo Menor Preço Por Item, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA E DE COPA E COZINHA, em atendimento às necessidades do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IBIÁ – MG**, na hipótese do Art. 28, inciso I, nos termos da Lei Nº 14.133/2021.

OBJETO: Aquisição de **MATERIAIS DE LIMPEZA E DE COPA E COZINHA**, em atendimento às necessidades do SAAE do município de Ibiá-MG, de acordo com Edital e seus anexos.

DA PARTICIPAÇÃO: Licitação destinada **exclusivamente** para participação de **microempresa e empresa de pequeno porte**, com fulcro nos artigos 47 e 48, inciso I da lei complementar 123/06.

DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO: Fim do recebimento das propostas: 19/02/2026 às 08h00min
Início da análise das propostas: 19/02/2026 às 08h01min
Fim da análise das propostas: 19/02/2026 às 08h05min

DATA SESSÃO PÚBLICA: **DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2026**
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: **08h05min (horário de Brasília/DF)**

Informações pelo telefone (34) 3631-4111.

A aquisição do edital e demais informações será através dos sites www.saaeibia.mg.gov.br e www.licitanet.com.br.

GILBERTO ANTÔNIO DUTRA –
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Rogério Geraldo Ferreira
Código Identificador:238F3EAE

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LAGOA FORMOSA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

Torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 001/2026 para futura aquisição de combustíveis automotivos, de forma contínua e parcelada, compreendendo álcool combustível (etanol), gasolina comum, óleo diesel S10 e óleo diesel comum, destinados ao abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades operacionais e administrativas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Lagoa Formosa/MG, na qual a empresa vencedora foi: **PETROLAGO LTDA.**
O presente pregão foi homologado no dia 02 de fevereiro de 2026. O contrato com a empresa citada acima será publicado.

Mais informações: www.saaelagoa.com.br; almoxarifado@saaelagoa.com.br

GERALDO EUSTÁQUIO CAMARGOS
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Marianne Silva Dos Santos
Código Identificador:F7754E42

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2026
CONTRATANTE: SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS/MG.
CONTRATADA: ARICELIO FIGUEIRA LOPES, INSCRITA NO CNPJ: 37.353.275/0001-19.
OBJETO: Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de 02 (duas) Bomba Draga, Destinada à Sucção de água Com Sólidos em Suspensão (lodo, Areia e Barro) Para Uso do Saae de Paraisópolis/mg.
VALOR DO CONTRATO: 40.939,34 (QUARENTA MIL, NOVECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/01/2026 A 30/01/2027.

DATA 02/02/2026

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:E72EB1C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Considerando as justificativas apresentadas pelo Setor Requisitante no Documento de Oficialização de Demanda e demais documentos anexos, ambos juntados aos autos e, considerando o atendimento aos princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, autorizo a presente aquisição por meio da empresa **ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM** de CNPJ: **20.513.859/0001-01**, por meio de contratação direta, advinda da **Dispensa nº 001/2026** oriunda do **Processo de Contratação nº 005/2026**, no valor total de **R$ 5.794,44 (Cinco mil setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos)** referente ao objeto: **Contratação direta, por dispensa de licitação, de empresa especializada para disponibilização de software on-line de publicação eletrônica de atos oficiais e demais matérias institucionais do SAAE de Passos no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, mantido pela Associação Mineira de Municípios – AMM**, de forma a atender o Inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Passos/MG, 02 de fevereiro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS
Diretor Geral SAAE Passos/MG
Matrícula: 0823

Publicado por:
Ricardo de Paula Silva
Código Identificador:5AB10968

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
EXTRATO DO CONTRATO 018/2026

Partes: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Passos/MG e a empresa KGM ENGENHARIA LTDA. Objeto: "Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de base em concreto armado e cobertura metálica destinadas à implantação de Estação de Tratamento de Água (ETA), com sistema de ultrafiltração automática e osmose reversa, e também para a execução de base em concreto armado para instalação de reservatório metálico tipo taça, com coluna seca e capacidade de 100.000 (cem mil) litros, visando ao fornecimento, à reservação e à distribuição de água tratada para atendimento à população do Porto de Passos/MG". Da Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133 de 2021. Valor: Estabelece-se como valor limite do contrato a quantia de R$ 114.500,00 (Cento e quatorze mil e quinhentos reais). Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos próprios, incluídos na Ficha 026: "44905100000 - Obras e Instalações: 1751200170.135 - 1751200175.139 - Constr. de Unid. de Cap, Elev, e Tratamento de Água" e Ficha 023: "44905100000 - Obras e Instalações: 1751200170.135 - 1751200175.138 - Ampliação/Reforma e Reap. do Sistema de Água", itens 02 ao 07, 10 ao 17 e 19. Processo de contratação n° 147/2025. Dispensa Eletrônica n° 051/2025.

Passos/MG, 02 de janeiro de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS
Diretor do SAAE Passos/MG
Matrícula: 0823

Publicado por:
Ricardo de Paula Silva
Código Identificador:DB068813

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RAUL SOARES

SAAE RAUL SOARES
EXTRATO DE CONTRATO 01/2026

Extrato de Contrato nº 01/2026- (Decorrente do Edital de credenciamento nº 007/2022)-Ref: Ao contrato firmado em 19/01/2026 nos Termos da Lei nº 8.666/93, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: 63.618.432 Sueli Maria Moreira Sousa, CNPJ 63.618.432/0001-80. Objetivo: Prestação de serviço pela contratada para recebimento de conta de água, esgoto e outros serviços devidos ao SAAE. Vigência do contrato: até 19/01/2027; Valor da prestação de serviço: R$ 1,31 (um real e trinta e um centavos) por conta arrecada. Dot. Orç.17.122.0121.6001.3.3.90.39. Raul Soares-MG, 02 de fevereiro de 2026.

CLÁUDIO ALVES DE BARROS
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Maria do Carmo Oliveira da Cunha Fernandes
Código Identificador:18C502F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - LAGOA DA PRATA

SAAE LAGOA DA PRATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata-MG – SAAE, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a seguinte licitação:

Pregão Eletrônico nº 03/2026 – Objeto: Aquisição de Hidrômetros e Registros, conforme exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do edital.

Data de abertura: 13 de fevereiro de 2026, às 9h.

Edital encontra-se disponível nos sites www.saaelp.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br e Portal Nacional de Contratações Públicas.

A sessão ocorrerá na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

Lagoa da Prata, 02 de fevereiro de 2026.

Autoridade Competente:
HERMANO DRUMMOND -
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Joana Resende de Oliveira Lacerda
Código Identificador:63327BC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

O SEMASA torna público que fará realizar a seguinte licitação: OBJETO: Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de aquisição de aparelho celular smartphone. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 20/02/2026 às 09:00. SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br. O Edital na íntegra encontra-se no SEMASA/CGA, sito na Rua Divino, n° 93, Carangola–MG, fone (32) 99806-0709 - e-mail: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e no site www.semasacarangola.com.br. O extrato do edital encontra-se publicado também em www.cisab.com.br. Carangola, 30/01/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral.

Publicado por:
Flávia Paula Ferreira da Cruz
Código Identificador:51ACC379

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

O SEMASA torna público que fará realizar a seguinte licitação: OBJETO: Aquisição de toner CE255A / 55A, 100% novo, lacrado, não remanufaturado, compatível com impressora monocromática HP LASERJET P3015. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 24/02/2026 às 09:00. SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br. O Edital na íntegra encontra-se no SEMASA/CGA, sito na Rua Divino, n° 93, Carangola–MG, fone (32) 99806-0709 - e-mail: comprasecontratos@semasacarangola.com.br e no site www.semasacarangola.com.br. O extrato do edital encontra-se publicado também em www.cisab.com.br. Carangola, 30/01/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral.

Publicado por:
Flávia Paula Ferreira da Cruz
Código Identificador:03E05185

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 209/2025 - EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025
EDITAL PREGÃO Nº 56/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046 /2025

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de transportes com fornecimento de veículos e equipamentos, com condutor, com fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e rastreador veicular
Pelo presente termo, homologo o Procedimento Licitatório nº 209/2025 Pregão nº 56/2025, e seu julgamento, adjudicando-se o objeto desta licitação aos licitantes vencedores abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos legais, na forma da lei.

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Unit.	Vlr. Total
TRANSPORTE MARIA CARDOSO LTDA	9	9	3,9900	125.525,4000
TRANSPORTE MARIA CARDOSO LTDA	17	17	4,3500	105.270,0000
TRANSPORTE MARIA CARDOSO LTDA	32	32	4,5900	111.078,0000

TRANSPORTE MARIA CARDOSO LTDA	33	33	4,4900	119.523,8000
ADLG TRANSPORTES LTDA	1	1	9,7500	103.818,0000
ADLG TRANSPORTES LTDA	27	27	4,3500	126.324,0000
ADLG TRANSPORTES LTDA	29	29	5,4500	105.512,0000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	5	5	4,2100	117.164,3000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	7	7	3,8900	150.620,8000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	22	22	4,9900	120.758,0000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	23	23	5,0300	97.380,8000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	35	35	4,0000	48.400,0000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	37	37	4,9500	107.811,0000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	38	38	4,7500	91.960,0000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	39	39	4,7000	79.618,0000
WESLEY FERNANDO LUCAS 06071450640	30	30	3,7900	119.233,4000
WESLEY FERNANDO LUCAS 06071450640	36	36	5,0000	157.300,0000
WESLEY FERNANDO LUCAS 06071450640	40	40	4,5500	99.099,0000
RICHARD WEMERSON RIBEIRO 06597712684	12	12	4,4700	124.400,1000
RICHARD WEMERSON RIBEIRO 06597712684	13	13	4,6500	112.530,0000
JOSÉ CARLOS DE CASTRO 18384340625	19	19	4,7600	126.711,2000
WANDERSON PAULO DE MENDONÇA 05090809607	31	31	4,3900	74.366,6000
GERALDO EDSON DA SILVA 83190619620	21	21	3,9900	115.869,6000
EDMAR GERALDO DA CRUZ 77799666668	24	24	3,7900	146.748,8000
EDMAR GERALDO DA CRUZ 77799666668	34	34	4,6500	56.265,0000
ABILIO JOSE MOREIRA 17612080630	25	25	4,7700	126.977,4000
Luciano Antonio da Costa 02918465640	8	8	5,3600	168.625,6000
39.609.806 MARLENE CORREA DA SILVA TEIXEIRA	15	15	4,8800	129.905,6000
METROPOLE TRANSPORTE LTDA	11	11	4,7000	90.992,0000
METROPOLE TRANSPORTE LTDA	14	14	3,9000	151.008,0000
METROPOLE TRANSPORTE LTDA	28	28	5,5100	106.673,6000
60089161 JUNIO CESAR SIMOES	18	18	4,7000	102.366,0000
GHC SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	4	4	7,4900	172.195,1000
GHC SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	6	6	4,2900	207.636,0000

Classificação Geral	
Fornecedor	**Valor Total**
TRANSPORTE MARIA CARDOSO LTDA	461.397,2000
ADLG TRANSPORTES LTDA	639.787,5000
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 11406579688	813.712,9000
WESLEY FERNANDO LUCAS 06071450640	375.632,4000
RICHARD WEMERSON RIBEIRO 06597712684	236.930,1000
JOSÉ CARLOS DE CASTRO 18384340625	126.711,2000
WANDERSON PAULO DE MENDONÇA 05090809607	74.366,6000
GERALDO EDSON DA SILVA 83190619620	115.869,6000
EDMAR GERALDO DA CRUZ 77799666668	203.013,8000
ABILIO JOSE MOREIRA 17612080630	126.977,4000
Luciano Antonio da Costa 02918465640	168.625,6000
39.609.806 MARLENE CORREA DA SILVA TEIXEIRA	129.905,6000
METROPOLE TRANSPORTE LTDA	1.146.833,6000
60089161 JUNIO CESAR SIMOES	102.366,0000
GHC SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	447.349,1000

Arcos, 08 de janeiro de 2025.

WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:8553B295

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS- PL 366/2024- TERMO DE CANCELAMENTO

TERMO DE CANCELAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 366/2024
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 121/2025

1. OBJETO:

Aquisição de suprimentos equipamentos de informática, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Arcos-MG, especificados nos itens do Termo de Referência.

2. DADOS DA DETENTORA DA ATA:

Detentora: KNERD DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 41.621.094/0001-01

3. ITENS CANCELADOS:

Referente a Ata de Registro de Preço Nº 121/2025:

Item	Especificação	Ud
5	Smartphone novo com as seguintes especificações mínimas: -Armazenamento Interno: No mínimo 128GB; -Memória RAM: No mínimo 6GB; -Tipo de tela: Super Amoled; -Tamanho da tela: Mínimo	un

	6,5"; - Resolução da tela: Mínimo FHD+; -Taxa de atualização da tela: Mínimo 90Hz;Processador: No mínimo Octacore, de no mínimo 1,9GHz; -Câmera Frontal: No mínimo 13MP; -Câmera traseira: No mínimo câmera tripla, com um dos sensores de no mínimo 50MP; -SO: No mínimo Android 14; -Bateria: No mínimo 5.000 mAh, com suporte a recarga rápida de no mínimo 25 W; -Conectividade: No mínimo 5G, Bluetooth: No mínimo versão 5.3, NFC, GPS, USB Type-C; -Deverá ser acompanhado de cabo e fonte de energia para carrega	
21	Switch gerenciável, com kit para ser montado em rack 19 , contendo mínimo de 52 portas gigabit, com as seguintes especificações mínimas: Slot Mini Gbic/SFP: No mínimo 4 slot, 1000 Mb/s; Porta RJ45: Mínimo 48 portas Rj45, gigabit Ethernet; Porta console: No mínimo 1; Cabeamento Suportado: UTP Cat6, com no mínimo 90m; Tamanho da tabela de endereços MAC: No mínimo 16 k; Backplane (capacidade do switch): No mínimo 104 Gbps; Jumbo frame: No mínimo 10 kB; Taxa de encaminhamento de pacotes: No mínimo 77,4 Mp/s; Taxa de latência: Máximo 3,6 s; Tecnologias: SpanningTree, QoS (Regras para qualidade de serviço), proteção contra ataquesDDoS, roteamento estático, suporte a ativação	un

4. MOTIVO:
Descumprimento das clausulas da Ata de Resgitro de Preço.

Conforme Clausulas vigentes na Ata de Registro de Preço nº 121/2025;
8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Arcos, 29 de janeiro de 2026

_____
Secretario Municipal de Governo

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:9A1F87D3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 550/2025 - EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ATA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 550/2025

EDITAL PREGÃO Nº 140/2025

Adjudico o objeto do Processo Licitatório em epígrafe, com fundamento na legislação que rege a matéria, cujo objeto é Aquisição de materiais diversos destinados à decoração de espaços públicos, especialmente da Praça Floriano Peixoto, para a realização do evento CARNA ARCOS (PRÉ CARNAVAL) 2026 , a ser promovido pelo Município de Arcos-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos., à(s) licitante(s) vencedora(s), a(s) empresa(s) abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Total
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	1	1	244,0000
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	2	2	201,7700
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	3	3	3.769,0000
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	4	4	857,2800
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	5	5	7.236,0000
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	6	6	1.596,0000
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	7	7	17.139,6000

Classificação Geral	
Fornecedor	**Valor Total**
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	31.043,65

Valor Total Adjudicado	**31.043,65**

Arcos, 26 de janeiro de 2026.

WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 550/2025

EDITAL PREGÃO Nº 140/2025

Objeto: Aquisição de materiais diversos destinados à decoração de espaços públicos, especialmente da Praça Floriano Peixoto, para a realização do evento CARNA ARCOS (PRÉ CARNAVAL) 2026 , a ser promovido pelo Município de Arcos-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Pelo presente termo, homologo o Procedimento Licitatório nº 550/2025 Pregão nº 140/2025, e seu julgamento, adjudicando-se o objeto desta licitação aos licitantes vencedores abaixo,para que produza seus efeitos jurídicos legais, na forma da lei.

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	1	1	3,0500	244,0000
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	2	2	201,7700	201,7700
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	3	3	37,6900	3.769,0000
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	4	4	35,7200	857,2800
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	5	5	18,0900	7.236,0000

Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	6	6	39,9000	1.596,0000
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	7	7	15,8700	17.139,6000

Classificação Geral	
Fornecedor	**Valor Total**
Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda	31.043,6500

Arcos, 27 de janeiro de 2026.

WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 550/2025

EDITAL PREGÃO Nº 140/2025

Contrato:	11/2026						
Data de Início:	27/01/2026	**Data de Expiração:**	25/02/2026	**Nº Processo:**	550/2025	**Nº Modalidade:**	140
Fornecedor:	44.154.600/0001-80 - Ribeiro e Carvalho Comércio Ltda						
Descrição do Objeto:	Aquisição de materiais diversos destinados à decoração de espaços públicos, especialmente da Praça Floriano Peixoto, para a realização do evento CARNA ARCOS (PRÉ CARNAVAL) 2026 , a ser promovido pelo Município de Arcos-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.						
Valor Total do Contrato:	31.043,65						

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:AFCAAD48

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
ADJUDICAÇÃO PROCESSO Nº 0243/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico Nº 0098/2025
Após averiguar o resultado do Pregão n°0098/2025 referente ao processo 00024325, a autoridade competente, Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, ADJUDICAaos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
Resultado da Adjudicação

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item -ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL	Baroque Arquitetura e Consultoria Ltda - ME		22.800,0000	28.016,67	18,62%	02/02/2026

02 de fevereiro de 2026 10:25:55

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:80028908

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
HOMOLOGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0243/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025

Termo de homologação o Pregão Eletrônico
Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente , Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Nº 0098/2025.

Homologação		
Processo	**Autoridade**	**Data homologação**
00982025	ANDERSON GERALDO DE PAULA	02/02/2026

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item -ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL	Baroque Arquitetura e Consultoria Ltda - ME		22.800,0000	28.016,67	18,62%	02/02/2026

02 de fevereiro de 2026

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:14610188

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 98/2026

Ofício nº 006/2026
Serviço do Gabinete do Prefeito
Assunto: Encaminha Projeto de Lei
Data: 16 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Venho por meio deste, encaminhar resposta de diligência referente ao PLC 93/2025, o qual ***"Consolida o quadro de provimento efetivo e regulamenta as atribuições dos cargos da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada"***.

Contando com a costumeira colaboração desta Casa Legislativa, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Cordialmente,

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito

Ilmo. Sr.
VALDO CEZAR FERREIRA RAMOS
DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal de
CACHOEIRA DOURADA - MG

MENSAGEM SUPLEMENTAR Nº 01/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Ilustríssimos Senhores Vereadores.

Ao cumprimentá-los cordialmente, encaminhamos a apreciação, discussão e votação desse conceituado parlamento, o presente projeto de lei que "Consolida o quadro de provimento efetivo e regulamenta as atribuições dos cargos da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada".
O município está na iminência de publicar edital para provimento dos cargos efetivos da prefeitura municipal. Ocorre que, nossa legislação é bastante confusa no que tange a tabela dos referidos cargos além de não conter todas as atribuições, de forma detalhada. Dessa forma, com vistas a consolidar o quadro de provimento efetivo e delimitar as atribuições de cada cargo é que se propõe a presente lei.
Na certeza de que Vossa Senhoria adotará as medidas necessárias decorrentes da presente mensagem, renovo no ensejo, protestos de elevado apreço e distinta consideração, extensivos aos seus dignos Pares.

Cachoeira Dourada, 16 de janeiro de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 98/2026

Consolida o quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal de Cachoeira Dourada, e regulamenta suas atribuições.

A Câmara Municipal de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei consolida o quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal de Cachoeira Dourada e regulamenta suas atribuições.
Art. 2º O quadro de pessoal passa a viger na forma do Anexo I desta Lei.
Art. 3º Ficam aprovadas as atribuições de cargos de provimento efetivo, conforme o Anexo II desta Lei.
Art. 4º Fica instituída a tabela de progressão de carreira dos cargos efetivos, conforme o Anexo III desta Lei.
Art. 5º Ficam extintos com a vacância os cargos de provimento efetivo descritos no quadro do anexo IV desta Lei.
Parágrafo único. Os cargos de que trata o *caput* deste artigo serão automaticamente extintos em caso de falecimento, aposentadoria, demissão ou exoneração dos atuais ocupantes.
Art. 6º Ficam extintos os cargos de provimento efetivo da prefeitura municipal descritos no anexo V desta Lei.
Art. 7º Ficam criados os cargos descritos no anexo VI desta Lei.
Art. 8º Os cargos de que trata esta Lei serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme dispuser o edital e a legislação vigente.
Art. 9º Os demais regramentos específicos atinentes aos cargos de provimento efetivo serão disciplinados em lei própria.
§ 1º Até a edição da lei prevista no *caput*, aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sem prejuízo de sua vigência permanente como regime jurídico único dos servidores.
§ 2º A lei de que trata este artigo terá caráter complementar ao Estatuto, especificando critérios de evolução e desenvolvimento funcional.
Art. 10 Fica autorizado o Poder Executivo a realizar a utilização da dotação orçamentária destinada ao presente projeto, conforme os termos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), respeitando os limites e condições previstos na legislação vigente.
§1º A execução das despesas será realizada dentro dos limites da dotação orçamentária prevista, sendo vedada a utilização de recursos além dos valores especificados, salvo se houver abertura de crédito adicional ou suplementar, nos termos da legislação vigente.

§2º O acompanhamento da execução orçamentária e financeira será realizado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças, que deverá garantir a alocação correta dos recursos, conforme o plano de trabalho aprovado para o desenvolvimento das atividades previstas.
Art. 11. O disposto nesta Lei aplica-se exclusivamente aos concursos públicos e processos seletivos realizados após sua entrada em vigor.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 13. Revogam-se expressamente:
I – as Tabelas II e III do Anexo I da Lei nº 554, de 29 de abril de 1991;
II – As Leis: 580, de 18 de novembro de 1991; 591 de 25 de fevereiro de 1992; 648 de 07 de março de 1994; 667 de 30 de dezembro de 1994; 668 de 14 de dezembro de 1994; 756 de 29 de dezembro de 1997; 838 de 31 de julho de 2001; 922 de 21 de junho de 2005; 1.007 de 22 de junho de 2009; LC 053 de 12 de maio de 2023; LC 063 de 28 de março de 2025.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito

ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO	CBO	NÍVEL	VALOR DO VENCIMENTO INICIAL –R$	Nº DE VAGAS EXISTENTE	Nº DE VAGAS ATUAL (COM A APROVAÇÃO DESTA LEI)	CARGA HORÁRIA
ADVOGADO	241020	NS	4.150,86	3	1	30 HORAS/ SEMANAIS
ADVOGADO ASSISTENTE JURÍDICO	241005	NS	4.150,86	0	2	30 HORAS/ SEMANAIS
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	2524-05	NS	5.534,48	1	1	40 HORAS/ SEMANAIS
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	4110-10	NM	1.701,62	39	50	40 HORAS/ SEMANAIS
ASSISTENTE SOCIAL	2516-05	NS	2.767,24	7	2	20 HORAS/ SEMANAIS
ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL	251605	NS	5.534,48	0	2	40 HORAS/ SEMANAIS
ASSISTENTE SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL	251605	NS	5.534,48	0	2	40 HORAS/ SEMANAIS
AUXILIAR DE CADASTRO	4110-05	NF	1.701,62	3	1	40 HORAS/ SEMANAIS
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO/ AUXILIAR ADMINISTRATIVO	4110-10	NF	1.537,85	27	20	40 HORAS/ SEMANAIS
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3222-30	NM	2.375,00	3	1	40 HORAS/ SEMANAIS
AUXILIAR DE SAÚDE	5151-10	NE	1.537,85	15	11	40 HORAS/ SEMANAIS
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	3224-15	NM	1.701,62	0	5	40 HORAS/ SEMANAIS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	5142-25	NE	1.537,85	30	60	40 HORAS/ SEMANAIS
BORRACHEIRO	9921-15	NE	1.537,85	1	1	40 HORAS/ SEMANAIS
BIOMEDICINA	221205	NS	4.150,86	0	1	30 HORAS/ SEMANAIS
CARPINTEIRO	7155-05	NE	1.537,85	7	2	40 HORAS/ SEMANAIS
CONTADOR	2522-10	NS	5.534,48	1	1	40 HORAS/ SEMANAIS
COORDENADOR PEDAGÓGICO	2394-05	NS	5.534,48	0	1	40 HORAS/ SEMANAIS
COZINHEIRA	5132-05	NE	1.537,85	8	8	40 HORAS/ SEMANAIS
DENTISTA	2232-08	NS	2.767,24	5	4	20 HORAS/ SEMANAIS
CIRURGIÃO DENTISTA CLÍNICO GERAL	2232-08	NS	4.150,86	0	2	30 HORAS/ SEMANAIS
DIGITADOR	4121-10	NM	1.701,62	3	1	40 HORAS/ SEMANAIS
ELETRICISTA	7156-10	NO	1.876,23	2	2	40 HORAS/ SEMANAIS
ENCANADOR	7241-10	NO	1.876,23	3	3	40 HORAS/ SEMANAIS
ENFERMEIRO	2235-05	NS	4.750,00	4	5	44 HORAS/ SEMANAIS
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	2221-10	NS	4.150,86	1	1	30 HORAS/ SEMANAIS
ENGENHEIRO CIVIL	2142-05	NS	4.150,86	2	1	30 HORAS/ SEMANAIS
ENGENHEIRO ELETRICISTA	214305	NS	4.150,86	0	1	30 HORAS/ SEMANAIS
FARMACÊUTICO	2234-05	NS	4.150,87	4	3	30 HORAS/ SEMANAIS
FARMACÊUTICO CLÍNICO E HOSPITALAR	223445	NS	5.534,48	0	2	40 HORAS/ SEMANAIS
FISCAL	254410	NS	5.534,48	5	2	40 HORAS/ SEMANAIS
FISCAL OBRAS E POSTURAS	2545-05	NM	1.701,62	5	2	40 HORAS/ SEMANAIS
FISCAL TRIBUTÁRIO	2544-10	NM	1.701,62	5	3	40 HORAS/ SEMANAIS
FISIOTERAPEUTA	223605	NS	2.767,24	2	2	20 HORAS/ SEMANAIS
FISIOTERAPEUTA GERAL	2236-05	NS	4.150,86	0	3	30 HORAS/ SEMANAIS
FONOAUDIÓLOGO	2238-10	NS	2.767,24	3	1	20 HORAS/ SEMANAIS
FONOAUDIÓLOGO GERAL	223810	NS	4.150,86	0	1	30 HORAS/ SEMANAIS
FONOAUDIÓLOGO EDUCACIONAL	223815	NS	5.534,48	0	1	40 HORAS/ SEMANAIS
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	5172-15	NM	1.701,62	0	10	40 HORAS/ SEMANAIS
GUARDA-VIDAS	5171-15	NO	1.876,23	0	4	40 HORAS/ SEMANAIS
JARDINEIRO	6220-10	NE	1.537,85	5	5	40 HORAS/ SEMANAIS
LAVADOR DE AUTOS	5199-35	NE	1.537,85	1	3	40 HORAS/ SEMANAIS
MECÂNICO	9144-05	NO	1.876,23	2	2	40 HORAS/ SEMANAIS
MÉDICO ORTOPEDISTA	2252-70	NS	1.574,10	1	1	4 PLANTÕES
MESTRE DE OBRAS	7102-05	NO	1.876,23	1	1	40 HORAS/ SEMANAIS
MONITOR EDUCACIONAL	3714-10	NM	1.701,62	50	50	40 HORAS/ SEMANAIS
MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	7823-05	NO	1.701,62	12	12	40 HORAS/ SEMANAIS
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	7825-10	NO	1.876,23	13	13	40 HORAS/ SEMANAIS
NUTRICIONISTA	2237-10	NS	2.767,24	2	1	20 HORAS/ SEMANAIS
NUTRICIONISTA DA SAÚDE	223710	NS	4.150,86	0	1	30 HORAS/ SEMANAIS
OPERADOR DE MÁQ. PESADAS	7151-35	NO	1.876,23	7	7	40 HORAS/ SEMANAIS
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	7151-05	NO	1.701,62	5	5	40 HORAS/ SEMANAIS
OPERÁRIO AJUDANTE	5142-25	NE	1.537,85	15	50	40 HORAS/ SEMANAIS
PEB I	2311-05	NS	2.874,24	42	50	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II ARTES/RELIGIÃO	2313-10/ 2347-05	NS	3.020,58	1	1	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II EDUCAÇÃO FÍSICA	2346-64	NS	3.020,58	TOTAL DE TODOS ERA 30	4	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II GEOGRAFIA	2313-20	NS	3.020,58	TOTAL DE TODOS ERA 30	1	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II HISTÓRIA	2313-25	NS	3.020,58	TOTAL DE TODOS ERA 30	1	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II INGLÊS	2346-16	NS	3.020,58	TOTAL DE TODOS ERA 30	1	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II MATEMÁTICA	2313-40	NS	3.020,58	TOTAL DE TODOS ERA 30	3	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II PORTUGUÊS	2313-35	NS	3.020,58	TOTAL DE TODOS ERA 30	3	24 HORAS/ SEMANAIS
PEDREIRO	7152-10	NE	1.876,23	13	13	40 HORAS/ SEMANAIS
PROFESSOR DE ARTES CÊNICAS	2394-05	NS	2.498,88	4	1	24 HORAS/ SEMANAIS

PROFESSOR DE ARTES MUSICAIS AREA VIOLÃO	2394-05	NS	2.498,88	8	2	24 HORAS/ SEMANAIS
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE	224140	NS	5.534,48	0	1	40 HORAS/ SEMANAIS
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	224140	NS	5.534,48	0	3	40 HORAS/ SEMANAIS
PSICÓLOGO	251510	NS	2.767,24	10	2	20 HORAS/ SEMANAIS
PSICÓLOGO EDUCACIONAL	251115	NS	5.534,48	0	2	40 HORAS/ SEMANAIS
PSICÓLOGO DA SAÚDE	251510	NS	4.150,56	0	1	30 HORAS/ SEMANAIS
PSICÓLOGO SOCIAL	251105	NS	5.534,48	0	1	40 HORAS/ SEMANAIS
PSICOPEDAGOGO	2394-25	NS	4.150,56	1	2	30 HORAS/ SEMANAIS
SECRETÁRIO ESCOLAR	2523-20	NS	4.150,56	3	2	30 HORAS/ SEMANAIS
SOLDADOR	7243-15	NO	1.876,23	1	1	40 HORAS/ SEMANAIS
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	2394-30	NS	3.504,44	7	4	24 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO	3513-05	NS	3.022,73	1	2	40 HORAS/ SEMANAIS
TÉC. DE ENFERMAGEM	3222-05	NS	3.325,00	9	10	44 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO MUSICAL NA ÁREA DE CANTO	3771-15	NM	2.200,00	6	3	20 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO MUSICAL NA ÁREA DE CORDAS	3741-05	NM	2.200,00	8	4	20 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO MUSICAL NA ÁREA DE PERCUSSÃO	3741-05	NM	2.200,00	4	3	20 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO MUSICAL NA ÁREA DE SOPRO	3741-05	NM	2.200,00	10	3	20 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO MUSICAL NA ÁREA DE TECLADO	3741-05	NM	2.200,00	6	3	20 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO NA ÁREA DE ARTES CÊNICAS	3771-25	NM	2.200,00	4	2	20 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO NA ÁREA DE ARTES PLÁSTICAS	3741-05	NM	2.200,00	4	2	20 HORAS/ SEMANAIS
TÉCNICO NA ÁREA DE TEORIA MUSICAL	3741-05	NM	2.200,00	2	2	20 HORAS/ SEMANAIS
TELEFONISTAS	4222-05	NE	1.537,85	3	1	40 HORAS/ SEMANAIS
TERAPEUTA OCUPACIONAL	2239-05	NS	2.767,24	2	1	20 HORAS/ SEMANAIS
TERAPEUTA OCUPACIONAL GERAL	223905	NS	4.150,86	0	4	30 HORAS/ SEMANAIS
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO POLIVALENTE	6210-05	NO	1.863,23	5	1	40 HORAS/ SEMANAIS
VISITADOR SANITÁRIO	5151-20	NM	1.537,85	2	2	40 HORAS/ SEMANAIS

ANEXO II
Atribuições e requisitos para provimento

Advogado	Prestar assessoria e consultoria jurídica aos órgãos da administração municipal; Elaborar pareceres jurídicos sobre matérias de interesse da prefeitura; Representar o município em juízo, propondo ações e apresentando defesas; Redigir contratos, convênios, termos aditivos e demais instrumentos jurídicos; Analisar minutas de editais de licitação e contratos administrativos, sob o aspecto legal; Acompanhar processos administrativos e judiciais de interesse do município; Orientar servidores públicos sobre aspectos legais de procedimentos administrativos; Participar de comissões de licitação e processos seletivos, quando designado; Elaborar estudos e análises sobre legislação municipal, estadual e federal; Prestar consultoria e orientação em questões de direito administrativo, constitucional, civil, trabalhista e tributário; Executar outras atribuições afins, de acordo com a formação profissional.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em direito e registro no conselho de classe.

Advogado Assistente Jurídico	Prestar assessoria e consultoria jurídica à administração pública, emitindo pareceres e orientações sobre matérias legais, administrativas e contratuais; Elaborar, analisar e revisar contratos, convênios, editais, minutas de leis, decretos e demais atos normativos; Representar o ente público em processos administrativos, judiciais e extrajudiciais, quando designado; Realizar estudos jurídicos e acompanhar a tramitação de processos, garantindo conformidade legal; Acompanhar e interpretar mudanças na legislação, avaliando seus impactos nas atividades da administração pública; Emitir informações jurídicas para subsidiar processos licitatórios, concursos públicos e demais atos administrativos; Auxiliar na execução de políticas públicas, garantindo legalidade e observância aos princípios constitucionais da administração pública; Manter atualizados os registros, controles e arquivos de processos jurídicos; Realizar atendimento jurídico a gestores, servidores e cidadãos, quando previsto em normas institucionais; Atuar em conjunto com outros setores técnicos e administrativos, promovendo integração institucional; Executar outras atribuições correlatas à área jurídica, conforme determinação da autoridade superior e legislação vigente.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em direito e registro no conselho de classe.

Analista de Recursos Humanos	Executar atividades de planejamento, organização e controle de recursos humanos; Elaborar folha de pagamento e controlar a frequência de pessoal; Desenvolver processos de recrutamento e seleção de servidores; Organizar e acompanhar programas de treinamento, desenvolvimento e capacitação; Administrar e controlar benefícios, vantagens e demais direitos dos servidores; Acompanhar e instruir processos disciplinares e sindicâncias; Elaborar relatórios, planilhas e informações gerenciais de pessoal; Orientar servidores sobre direitos, deveres e normas da administração pública; Manter atualizados os registros funcionais e cadastros de servidores; Acompanhar e aplicar a legislação trabalhista, previdenciária e estatutária pertinente; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharelado em Gestão de Recursos Humanos ou Gestão de Pessoas; ou Conclusão de curso superior de Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área, acrescido de pós-graduação lato sensu em Gestão de Recursos Humanos ou Gestão de Pessoas.

Assistente de Administração	Redigir correspondências oficiais, relatórios e documentos administrativos; Organizar e manter arquivos físicos e digitais; Controlar agenda de compromissos e reuniões; Atender ao público interno e externo, prestando informações e orientações; Operar sistemas informatizados para registro, atualização e consulta de dados; Auxiliar na elaboração de relatórios gerenciais e planilhas de controle; Controlar o material de expediente e zelar pelo patrimônio da unidade; Protocolar documentos e acompanhar a tramitação de processos administrativos; Organizar eventos, reuniões, audiências e solenidades oficiais; Prestar apoio administrativo e logístico às chefias imediatas;

	Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	2º grau completo.

Assistente Social	Realizar estudos socioeconômicos de indivíduos e famílias; Desenvolver programas, projetos e ações de assistência e proteção social; Orientar indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social; Participar de equipes multiprofissionais e interdisciplinares; Realizar visitas domiciliares e institucionais para diagnóstico e acompanhamento social; Elaborar relatórios, pareceres e laudos sociais; Participar da execução e avaliação de programas de proteção social básica e especial; Orientar sobre acesso a direitos sociais e políticas públicas; Desenvolver projetos e atividades de inclusão social e comunitária; Atuar junto a conselhos, comissões e fóruns de políticas públicas; Realizar encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais, de saúde, educação e trabalho; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em serviço social e registro no conselho de classe.

Assistente Social Educacional	Esta ocupação envolve a execução de procedimentos técnicos, pesquisa da realidade social, desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, gestão de programas sociais, e articulação de recursos e parcerias para a promoção de políticas sociais; Atuação na Educação: Realizar atendimentos individuais e em grupo com alunos, famílias e profissionais da educação; Participar da elaboração e implementação de projetos pedagógicos e socioeducativos; Buscar a articulação entre a escola, a família e a comunidade, visando a superação de barreiras sociais que afetam o processo educativo; Fazer a gestão de recursos e benefícios sociais para os estudantes; Emitir laudos e pareceres sociais, se necessário, para subsidiar decisões pedagógicas.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em serviço social e registro no conselho de classe.

Assistente Social do Serviço Social	Atender indivíduos, famílias e grupos, realizando escuta qualificada e acompanhamento social; Elaborar estudos sociais, diagnósticos, relatórios, pareceres e laudos técnicos; Realizar visitas domiciliares e institucionais para análise de condições sociais; Desenvolver projetos e programas sociais voltados à proteção e inclusão; Participar da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; Promover articulação intersetorial com a rede de serviços de saúde, educação, assistência e trabalho; Participar de conselhos, comissões e fóruns de políticas públicas; Realizar encaminhamentos para a rede socioassistencial e demais serviços disponíveis; Contribuir com estudos, diagnósticos e estratégias de enfrentamento das expressões da questão social; Atuar em equipes multiprofissionais, prestando suporte técnico em sua área de competência; Executar outras atribuições correlatas à profissão.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em serviço social e registro no conselho de classe.

Auxiliar de Cadastro	Executar atividades de coleta e registro de dados cadastrais; Atualizar informações em sistemas informatizados de cadastro; Realizar conferência de dados, documentos e registros cadastrais; Organizar e manter arquivos físicos e digitais de cadastro; Atender ao público para prestar informações e orientações sobre cadastros; Digitar e processar informações cadastrais em sistemas; Auxiliar na elaboração de relatórios, planilhas e controles cadastrais; Controlar a entrada, saída e tramitação de documentos; Verificar a consistência e integridade das informações cadastrais; Manter sigilo e zelo sobre informações e documentos sob sua responsabilidade; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau completo.

Auxiliar de Administração / Auxiliar Administrativo	Executar atividades básicas de apoio administrativo e de escritório; Receber, registrar, distribuir e protocolar correspondências e documentos; Atender telefone, anotar recados e repassar informações; Digitar textos, ofícios, memorandos e relatórios simples; Arquivar documentos conforme normas e orientações recebidas; Organizar e manter arquivos físicos e digitais em ordem; Controlar a entrada, saída e estoque de materiais de expediente; Prestar atendimento básico ao público, interno e externo; Auxiliar no controle de agenda e compromissos da unidade; Zelar pela conservação de equipamentos, móveis e materiais sob sua responsabilidade; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau completo + conhecimento básico de computação.

Auxiliar de Enfermagem	Executar atividades de enfermagem de baixa complexidade sob supervisão; Auxiliar na prestação de cuidados diretos aos pacientes; Administrar medicamentos conforme prescrição médica e protocolos estabelecidos; Verificar sinais vitais e registrar em prontuário; Preparar e organizar materiais, instrumental e equipamentos médicos; Auxiliar em procedimentos médicos e de enfermagem; Orientar pacientes e familiares sobre cuidados básicos de saúde, higiene e prevenção; Zelar pela limpeza, organização e segurança do ambiente de trabalho; Controlar e repor estoque de medicamentos, materiais e insumos utilizados; Registrar todos os procedimentos realizados conforme normas técnicas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau completo + curso de auxiliar de enfermagem e registro no conselho de classe.

Auxiliar de Saúde	Executar atividades de apoio aos serviços de saúde; Auxiliar na recepção e triagem de pacientes; Organizar prontuários, fichas e documentos de atendimento; Controlar agendas de consultas, exames e procedimentos; Orientar pacientes sobre preparo para exames e procedimentos; Auxiliar na manutenção, higienização e conservação de equipamentos; Controlar estoque e distribuição de materiais médico-hospitalares; Apoiar as equipes de saúde em rotinas administrativas e operacionais; Zelar pela organização do ambiente de trabalho; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Auxiliar em Saúde Bucal	Prestar suporte técnico ao cirurgião-dentista, auxiliando nos atendimentos clínicos, na manutenção da higiene e organização do ambiente odontológico e na execução de procedimentos de prevenção e promoção da saúde bucal; Preparar e organizar materiais e instrumentos para procedimentos odontológicos; Auxiliar o dentista durante atendimentos clínicos e procedimentos odontológicos; Orientar pacientes sobre higiene bucal, prevenção de doenças e cuidados pós-procedimento; Realizar a limpeza, esterilização e conservação de equipamentos e instrumentos odontológicos;

	Controlar e organizar estoque de materiais e insumos odontológicos; Manter registros de atendimentos e procedimentos realizados; Participar de campanhas de prevenção e promoção da saúde bucal; Auxiliar em atividades de saúde coletiva, incluindo visitas domiciliares, educação em saúde e programas de prevenção; Zelar pela higiene e organização do ambiente clínico; Executar outras atividades correlatas, conforme orientação do cirurgião-dentista e normas da unidade de saúde; Realizar escovação supervisionada nas escolas da rede pública.
Requisito mínimo para provimento	Ensino médio completo + curso de saúde bucal.

Auxiliar de Serviços	Executar serviços de limpeza e conservação de ambientes e instalações; Realizar trabalhos de manutenção simples, pequenos reparos e serviços de pintura; Auxiliar em serviços de jardinagem e cuidados com áreas verdes; Transportar materiais, equipamentos e ferramentas dentro das unidades; Zelar pela conservação de ferramentas, equipamentos e materiais sob sua responsabilidade; Manter a organização e limpeza dos locais de trabalho; Cumprir normas de segurança do trabalho e procedimentos internos; Comunicar à chefia necessidades de manutenção, reposição de materiais ou reparos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Biomédico	Realizar exames laboratoriais em amostras biológicas para diagnóstico, prevenção e monitoramento de doenças; Fazer a gestão, operação, controle e garantia da qualidade dos equipamentos e processos laboratoriais, seguindo normas técnicas e de biossegurança; Interpretar, validar e registrar resultados laboratoriais, emitindo relatórios técnicos para suporte às equipes de saúde; Participar de programas de vigilância epidemiológica, controle de doenças e ações de saúde pública; Contribuir com atividades educativas para a população e capacitação de profissionais da saúde; Desenvolver e aplicar protocolos técnicos, normas de segurança e controle de qualidade no laboratório; Manter-se atualizado e colaborar com a equipe multiprofissional na promoção da saúde pública com a realização de atividades coletivas e afins.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em biomedicina + registro no conselho de classe.

Borracheiro	Executar serviços de vulcanização e reparo de pneus; Realizar montagem e desmontagem de pneus de veículos diversos; Efetuar balanceamento e alinhamento básico de rodas; Reparar câmaras de ar e pneus furados; Controlar estoque de materiais, peças e equipamentos da oficina; Manter a organização, limpeza e conservação da oficina e das ferramentas; Operar equipamentos de vulcanização de forma segura e eficiente; Orientar usuários sobre conservação e cuidados com pneus; Zelar pela manutenção de ferramentas e equipamentos sob sua responsabilidade; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Carpinteiro	Executar trabalhos de corte, montagem, instalação e reparo de estruturas e peças de madeira, como móveis, portas, janelas, escadas e telhados; Construir andaimes, fôrmas para concreto, vigas e demais estruturas de madeira; Zelar pela qualidade, segurança e conservação das peças e estruturas confeccionadas; Manter a organização e limpeza da oficina ou local de trabalho; Utilizar ferramentas e equipamentos de carpintaria de forma segura; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Cirurgião Dentista Clínico Geral	Realizar atendimentos odontológicos gerais: diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças bucais comuns (cáries, gengivites, extrações simples, restaurações, profilaxia, aplicação de selantes, etc.); Executar procedimentos de urgência bucal, quando necessário; Efetuar intercâmbio com equipe multiprofissional de saúde (educação em saúde bucal, orientação à população, ações preventivas coletivas); Manter registro atualizado dos atendimentos: elaboração de laudos, prontuários, relatórios e supervisão de documentação clínica; Zelar pela higiene, biossegurança dos equipamentos e instrumentos odontológicos; Participar de programas de saúde bucal da rede municipal / estadual / federativa, conforme política pública vigente; Promover ações educativas em saúde bucal voltadas a pacientes e comunidades.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em odontologia + registro no conselho de classe.

Contador	Executar a escrituração contábil da entidade pública; Elaborar demonstrações contábeis, balanços e relatórios financeiros; Controlar a execução orçamentária e acompanhar a aplicação de recursos públicos; Prestar assessoria técnica em questões contábeis, financeiras e patrimoniais; Elaborar pareceres e análises contábeis conforme normas e legislação vigente; Acompanhar a legislação contábil, fiscal e tributária aplicável ao setor público; Participar da elaboração, acompanhamento e execução do orçamento público; Controlar e registrar o patrimônio público; Supervisionar auxiliares contábeis e atividades correlatas; Executar outras atribuições correlatas à área contábil e financeira.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em ciências contábeis + registro no conselho de classe.

Coordenador Pedagógico	Elaborar, acompanhar e avaliar políticas, programas e projetos educacionais no âmbito da rede pública de ensino. Diagnosticar demandas pedagógicas e administrativas das unidades escolares, propondo soluções técnicas. Assessorar escolas e órgãos da secretaria de educação na implementação de currículos, diretrizes e normas educacionais. Monitorar indicadores de desempenho escolar e apoiar a definição de metas e estratégias de melhoria da aprendizagem. Planejar, organizar e executar ações de formação continuada para profissionais da educação. Realizar estudos técnicos sobre legislação educacional, financiamento da educação e gestão escolar. Acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico das escolas, emitindo pareceres e relatórios técnicos. Analisar resultados de avaliações internas e externas, orientando a utilização pedagógica dos dados. Apoiar a elaboração do planejamento anual da educação e a execução do Plano Municipal de Educação. Participar de comissões, grupos de trabalho e processos de avaliação institucional. Prestar suporte técnico em processos de supervisão, inspeção escolar e regulação educacional. Executar outras atividades correlatas compatíveis com o cargo e sua formação.
Requisito mínimo para provimento	• Licenciatura plena em PedagogiaouLicenciatura plena em qualquer área compós-graduação lato sensu em Educação.

Cozinheira	Preparar refeições de acordo com cardápios estabelecidos e normas nutricionais; Controlar a qualidade, conservação e validade dos alimentos; Manter a higiene pessoal e dos ambientes de manipulação de alimentos;

	Organizar, limpar e conservar a cozinha, utensílios e equipamentos; Controlar estoque de gêneros alimentícios e insumos; Operar equipamentos de cozinha de forma segura e adequada; Servir refeições aos usuários, observando normas de higiene e boas práticas; Elaborar relatórios de consumo e utilização de insumos; Cumprir normas de vigilância sanitária e regulamentos internos; Participar de treinamentos sobre manipulação de alimentos e segurança alimentar; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Dentista	Realizar consultas odontológicas e exames clínicos completos; Diagnosticar patologias bucais, dentárias e periodontais; Executar procedimentos odontológicos preventivos, curativos, restauradores e cirúrgicos ambulatoriais; Prescrever medicamentos e tratamentos odontológicos específicos; Orientar pacientes sobre higiene bucal, prevenção de doenças e cuidados pós-operatórios; Participar de programas de saúde bucal coletiva e campanhas educativas; Atender casos de urgência e emergência odontológica; Elaborar relatórios, laudos e pareceres odontológicos; Manter registros detalhados de atendimentos, prontuários e informações clínicas; Executar outras atribuições correlatas à área odontológica.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em odontologia e registro no conselho de classe.

Digitador	Digitar textos, relatórios, ofícios e documentos administrativos; Operar microcomputadores e softwares de escritório; Conferir e revisar dados digitados para garantir a precisão; Manter organização e atualização de arquivos digitais; Auxiliar na elaboração de planilhas, relatórios e documentos administrativos; Imprimir documentos conforme solicitações; Realizar backup de arquivos e garantir a segurança das informações; Manter sigilo e confidencialidade das informações processadas; Atender solicitações internas de digitação e processamento de dados; Zelar pela conservação e bom uso de equipamentos de informática; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Ensino médio completo + curso de digitação.

Eletricista	Executar instalações elétricas em edificações e unidades públicas; Realizar manutenção preventiva e corretiva de sistemas elétricos; Instalar, reparar e substituir equipamentos elétricos e componentes danificados; Executar ligações de motores, quadros de comando e painéis elétricos; Realizar serviços de iluminação pública; Inspecionar instalações elétricas verificando condições de segurança; Interpretar esquemas, plantas e projetos elétricos; Zelar pela segurança no trabalho, utilizando equipamentos de proteção individual (EPIs); Elaborar relatórios técnicos sobre serviços executados; Orientar usuários sobre o uso seguro de equipamentos e instalações elétricas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1 º grau incompleto + experiência ou curso.

Encanador	Executar instalações hidráulicas e sanitárias em edificações públicas; Realizar manutenção preventiva e corretiva de redes de água e esgoto; Instalar e reparar tubulações, conexões, registros e equipamentos hidráulicos; Executar serviços de desentupimento e consertos de vazamentos; Instalar bombas, filtros e demais equipamentos hidráulicos; Realizar ligações domiciliares de água e esgoto; Executar serviços de soldagem em tubulações, quando necessário; Interpretar plantas, projetos e esquemas hidráulicos; Zelar pela qualidade e segurança dos serviços executados; Elaborar relatórios das atividades realizadas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1 º grau incompleto + experiência ou curso.

Enfermeiro	Prestar assistência de enfermagem de média e alta complexidade; Elaborar, implementar e avaliar planos de cuidados de enfermagem; Realizar procedimentos privativos do enfermeiro, conforme legislação vigente; Supervisionar e orientar a equipe de enfermagem em unidades de saúde; Participar de programas de saúde pública e campanhas de prevenção; Realizar consultas e acompanhamento de pacientes conforme protocolos; Coordenar ações de vigilância epidemiológica e controle de infecções; Participar de comissões técnicas, grupos de trabalho e comitês hospitalares; Desenvolver e aplicar protocolos e rotinas de enfermagem; Promover educação permanente e capacitação da equipe de enfermagem; Gerenciar unidades de saúde e recursos humanos na área de enfermagem; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharelado em enfermagem + registro no conselho de classe.

Engenheiro Agrônomo	Prestar assistência técnica rural a produtores e comunidades; Elaborar projetos e planos agropecuários; Orientar sobre técnicas de cultivo, manejo de solo, irrigação e criação de animais; Realizar análise de solo e fornecer recomendações técnicas; Desenvolver programas e ações de desenvolvimento rural sustentável; Orientar sobre uso correto de defensivos agrícolas e insumos; Participar de programas municipais e estaduais de segurança alimentar; Realizar vistorias técnicas em propriedades rurais; Elaborar laudos, relatórios e pareceres técnicos agronômicos; Orientar cooperativas, associações e grupos rurais; Promover cursos, palestras e treinamentos técnicos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em agronomia + registro no conselho de classe.

Engenheiro Civil	Elaborar projetos e orçamentos de obras civis; Fiscalizar a execução de construções públicas e obras municipais; Realizar vistorias e perícias técnicas em edificações; Emitir laudos estruturais, de segurança e de conformidade; Analisar projetos arquitetônicos, estruturais e complementares; Coordenar equipes técnicas e operacionais de construção; Acompanhar processos licitatórios de obras e serviços de engenharia; Prestar consultoria técnica sobre construção civil e engenharia; Elaborar especificações técnicas de materiais e insumos; Elaborar relatórios, pareceres e documentação técnica de obras; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em engenharia civil + registro no conselho de classe.

Engenheiro Eletricista	Elaborar, executar e analisar projetos elétricos de baixa e média tensão; Fiscalizar, acompanhar e executar obras e serviços de instalações elétricas; Realizar vistorias, inspeções, testes operacionais e emitir laudos técnicos; Planejar, supervisionar e executar manutenção preventiva e corretiva em sistemas elétricos; Garantir o cumprimento das normas técnicas, regulamentares e de segurança aplicáveis; Emitir pareceres técnicos, relatórios e documentos como Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs); Colaborar com outras áreas técnicas em projetos de infraestrutura, atuando de forma interdisciplinar; Executar outras atividades correlatas à engenharia elétrica, conforme demandas institucionais e legais.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em engenharia elétrica + registro no conselho de classe.

Farmacêutico	Gerenciar farmácias, dispensários e almoxarifados de medicamentos; Realizar dispensação de medicamentos conforme prescrições médicas e protocolos; Orientar pacientes e profissionais sobre o uso correto de medicamentos; Controlar e monitorar estoque de medicamentos e insumos farmacêuticos; Participar de comissões de farmácia e terapêutica; Realizar farmacovigilância e notificações de eventos adversos; Elaborar relatórios, laudos e pareceres técnicos farmacêuticos; Participar de programas de assistência farmacêutica e campanhas de saúde; Orientar sobre interações medicamentosas, contraindicações e cuidados especiais; Realizar manipulação de medicamentos quando autorizado e necessário; Contribuir para ações de uso racional de medicamentos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em farmácia + registro no conselho de classe.

Farmacêutico Clínico e Hospitalar	Realizar acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes atendidos pela rede municipal de saúde, com foco na promoção do uso racional de medicamentos; Avaliar prescrições médicas, identificando possíveis interações medicamentosas, reações adversas e riscos associados à terapia; Orientar pacientes, familiares e equipes multiprofissionais quanto ao uso correto, seguro e eficaz dos medicamentos; Atuar em programas de atenção primária à saúde, desenvolvendo ações de educação em saúde e prevenção de doenças; Ser o responsável técnico por todos os medicamentos hospitalares, assegurando o controle de estoque, armazenamento adequado, conferência de prazos de validade e descarte seguro dos insumos vencidos ou inutilizados; Elaborar e manter atualizadas as documentações técnicas necessárias às licitações, aquisições e renovações de contratos de fornecimento de medicamentos e insumos farmacêuticos, garantindo conformidade legal e sanitária; Apoiar tecnicamente a gestão municipal de medicamentos no âmbito das unidades de saúde; Elaborar relatórios técnicos e pareceres relacionados à assistência farmacêutica clínica; Cumprir e fazer cumprir a legislação sanitária e farmacêutica vigente; Executar outras atribuições afins ou correlatas à sua área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em farmácia + registro no conselho de classe.

Fiscal	Executar atividades de fiscalização no âmbito municipal, abrangendo tributos, e obras; Verificar o cumprimento da legislação municipal tributária, lavrando autos de infração quando necessário; Fiscalizar construções, reformas e demais intervenções urbanas, verificando conformidade com projetos aprovados e normas municipais; Orientar contribuintes, responsáveis técnicos e munícipes sobre a legislação tributária e urbanística; Elaborar relatórios e registros de fiscalização; Encaminhar às autoridades competentes as irregularidades constatadas.
Requisito mínimo para provimento	Ensino superior completo.

Fiscal de Obras e Posturas	Fiscalizar obras e construções em andamento; Verificar cumprimento de posturas municipais e normas urbanísticas; Elaborar autos de infração e notificações; Realizar vistorias técnicas e inspeções em edificações; Orientar sobre legislação urbanística e procedimentos de licenciamento; Acompanhar processos de licenciamento e regularização de obras; Embargar obras irregulares quando necessário; Atender denúncias e solicitações da população; Elaborar relatórios de fiscalização e pareceres técnicos; Participar de operações especiais de fiscalização e ações integradas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	2º grau completo.

Fiscal Tributário	Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária municipal; Realizar auditorias fiscais e inspeções em estabelecimentos; Elaborar autos de infração tributária e notificações; Orientar contribuintes sobre obrigações fiscais e procedimentos legais; Acompanhar processos administrativos tributários; Analisar declarações, documentos fiscais e informações contábeis; Realizar diligências e inspeções fiscais; Calcular tributos, multas e encargos tributários; Participar de operações especiais e ações integradas de fiscalização; Manter atualização constante sobre legislação tributária vigente; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	2º grau completo.

Fisioterapeuta	Realizar avaliações fisioterapêuticas individuais e coletivas; Desenvolver programas de reabilitação física e fisioterapia preventiva; Aplicar técnicas e procedimentos fisioterapêuticos específicos; Prescrever exercícios terapêuticos conforme avaliação clínica; Orientar pacientes e cuidadores sobre prevenção de lesões e técnicas de mobilização; Participar de equipes multiprofissionais de reabilitação; Elaborar relatórios de evolução clínica e pareceres técnicos; Desenvolver programas educativos de prevenção e promoção da saúde; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em fisioterapia + registro no conselho de classe.

Fisioterapeuta Geral	Realizar avaliações fisioterapêuticas completas, utilizando métodos clínicos e funcionais para identificar limitações, disfunções e necessidades específicas dos pacientes; Elaborar e desenvolver planos terapêuticos individualizados e programas de reabilitação física, voltados para prevenção, promoção, tratamento e recuperação da saúde; Aplicar técnicas fisioterapêuticas específicas, tais como cinesioterapia, eletrotermofototerapia, mecanoterapia, terapia manual, hidroterapia, entre outras; Prescrever, orientar e supervisionar exercícios terapêuticos e atividades de condicionamento físico adequados ao quadro clínico do paciente; Realizar atendimentos individuais e coletivos em unidades de saúde, instituições públicas e privadas, escolas, ambientes hospitalares, clínicas e programas comunitários;

	Desenvolver e executar programas de fisioterapia preventiva, com foco na melhoria da qualidade de vida e na redução de riscos de adoecimento e incapacidades funcionais; Orientar pacientes, familiares e cuidadores quanto a técnicas de mobilização, posicionamento, ergonomia, autocuidado e prevenção de complicações secundárias; Realizar visitas domiciliares, quando necessárias, para acompanhamento terapêutico e orientações quanto à adaptação do ambiente às necessidades do paciente; Participar de equipes multiprofissionais de saúde, contribuindo com pareceres técnicos, discussão de casos clínicos e elaboração de planos de cuidados integrados; Emitir relatórios, laudos e registros de evolução clínica, garantindo a rastreabilidade, segurança e qualidade da assistência prestada;
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em fisioterapia + registro no conselho de classe

Fonoaudiólogo	Realizar avaliações fonoaudiológicas de usuários de diferentes faixas etárias; Desenvolver programas de reabilitação da fala, linguagem e comunicação; Prestar atendimento a pessoas com distúrbios da comunicação; Orientar sobre prevenção de problemas de fala, linguagem e audição; Realizar terapias individuais e em grupo; Elaborar relatórios de evolução terapêutica e pareceres técnicos; Participar de equipes multiprofissionais de saúde e educação; Desenvolver programas de triagem auditiva e rastreio de alterações da comunicação; Orientar professores e familiares sobre distúrbios de aprendizagem e estratégias de apoio; Realizar atividades de educação em saúde voltadas à comunicação e audição; Prescrever, adaptar e orientar o uso de aparelhos auditivos, quando habilitado; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em fonoaudiologia + registro no conselho de classe.

Fonoaudiólogo Educacional	Realizar avaliações fonoaudiológicas em estudantes, identificando alterações de fala, linguagem, leitura, escrita, voz e audição que possam impactar o processo de aprendizagem; Desenvolver e aplicar programas de intervenção voltados à comunicação, linguagem e desenvolvimento linguístico no contexto educacional, com foco especial em alunos neuro divergentes e com deficiência; Prestar atendimento individual e coletivo a estudantes com dificuldades de aprendizagem decorrentes de distúrbios da comunicação, do espectro autista, TDAH, deficiências intelectuais e outras condições que interfiram na inclusão escolar; Elaborar relatórios técnicos, pareceres e registros de evolução dos alunos acompanhados, observando sempre a legislação educacional inclusiva; Orientar professores e equipes pedagógicas sobre estratégias de ensino e inclusão, propondo metodologias adaptadas para estudantes neuro divergentes e com deficiência; Promover ações educativas junto à comunidade escolar, visando à prevenção de distúrbios de fala, voz e audição e ao fortalecimento da comunicação inclusiva; Colaborar na elaboração e execução de projetos pedagógicos e interdisciplinares que favoreçam a acessibilidade comunicacional; Desenvolver atividades de triagem auditiva, de linguagem e de comunicação em escolares, para identificação precoce de alterações e encaminhamento adequado; Atuar em parceria com psicólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e demais profissionais da rede de apoio multiprofissional; Participar de programas, comissões e conselhos voltados à educação inclusiva, saúde escolar e garantia de direitos; Executar outras atribuições correlatas à área educacional e inclusiva.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em fonoaudiologia + registro no conselho de classe.

Fonoaudiólogo Geral	Avaliação, diagnóstico e tratamento de distúrbios da comunicação, voz, linguagem, audição e funções orofaciais, atuando tanto em atendimento clínico geral quanto em programas de reabilitação; Realizar avaliações fonoaudiológicas abrangentes, identificando distúrbios da comunicação oral e escrita, da voz, da audição e da deglutição; Desenvolver e aplicar programas de reabilitação voltados à fala, linguagem, voz e funções orofaciais; Prestar atendimento individual e em grupo a pacientes com distúrbios da comunicação e da audição; Orientar pacientes, familiares, professores e cuidadores sobre técnicas de prevenção e manejo de problemas de fala, audição e linguagem; Elaborar relatórios, laudos técnicos e registros de evolução terapêutica; Atuar de forma integrada em equipes multiprofissionais de saúde e educação, colaborando em planos de reabilitação interdisciplinar; Desenvolver e executar programas de triagem auditiva, promovendo a detecção precoce de alterações; Orientar profissionais da educação quanto a distúrbios de aprendizagem relacionados à comunicação; Realizar atividades educativas e de promoção da saúde voltadas à prevenção de alterações fonoaudiológicas; Prescrever, adaptar e orientar o uso de aparelhos auditivos e recursos auxiliares de comunicação; Participar de programas e projetos de reabilitação em saúde coletiva e comunitária; Executar outras atribuições correlatas à área de reabilitação fonoaudiológica.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em fonoaudiologia + registro no conselho de classe.

Guarda Civil Municipal	Proteger bens públicos, como prédios, monumentos, parques e equipamentos municipais; Prevenir roubos, furtos, vandalismo e outros delitos contra o patrimônio público; Acompanhar e proteger autoridades e dignitários municipais; Realizar patrulhamento ostensivo de vias, praças, parques e outros locais públicos; Apoiar em eventos públicos, situações de calamidade e emergências; Colaborar com a Polícia Militar em situações de segurança e emergência; Orientar e prestar assistência a moradores, turistas e visitantes; Fornecer informações sobre serviços públicos e locais de interesse do município; Preencher relatórios e registros de ocorrências; Participar de atividades educativas e preventivas de segurança; Comunicar-se e articular com a equipe de trabalho e outros órgãos de segurança; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Ensino médio completo.

Guarda-vidas	Monitorar áreas de risco em piscinas, lagos, rios e praias; Alertar banhistas sobre riscos potenciais, como correntes, buracos ou locais proibidos; Realizar operações de busca e resgate de vítimas de afogamento; Retirar vítimas da água de forma segura e adequada; Prestar primeiros socorros às vítimas; Atuar conforme normas de segurança e procedimentos estabelecidos; Acionar serviços de emergência e fornecer informações precisas sobre a vítima e o ocorrido; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau completo + curso de guarda-vidas.

Jardineiro	Executar plantio e cultivo de mudas e sementes; Realizar poda de árvores, arbustos e plantas ornamentais; Manter jardins, canteiros, praças e áreas verdes públicas; Aplicar defensivos e fertilizantes conforme orientação técnica; Operar equipamentos e ferramentas de jardinagem; Realizar capina, irrigação e preparo do solo; Preparar compostagem e adubação de áreas verdes; Zelar pela conservação de ferramentas e equipamentos; Participar de campanhas de arborização e educação ambiental; Orientar sobre cuidados com plantas e sustentabilidade;

	Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Lavador de Autos	Executar lavagem interna e externa dos veículos da frota municipal; Aplicar cera e produtos de conservação automotiva; Verificar níveis de óleo, água e fluidos básicos; Manter a organização e limpeza da área de trabalho e lavanderia; Controlar o consumo de materiais utilizados na limpeza e conservação; Comunicar defeitos ou problemas encontrados nos veículos; Zelar pela conservação de equipamentos e ferramentas; Cumprir normas de segurança e procedimentos operacionais; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto + CNH "B" ou superior.

Mecânico	Realizar manutenção preventiva e corretiva em veículos e máquinas municipais; Diagnosticar defeitos mecânicos e propor soluções; Reparar motores, transmissões e sistemas automotivos; Executar serviços de soldagem, funilaria e ajustes mecânicos; Substituir peças e componentes automotivos; Efetuar regulagens e ajustes em veículos e equipamentos; Interpretar manuais técnicos e esquemas mecânicos; Controlar estoque de peças, materiais e ferramentas; Elaborar relatórios de manutenção realizados; Orientar sobre uso correto e seguro de veículos e equipamentos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	2º grau completo + experiência ou curso.

Médico Ortopedista	Realizar consultas médicas especializadas; Diagnosticar e tratar doenças e lesões ortopédicas; Prescrever medicamentos, terapias e tratamentos específicos; Solicitar exames complementares e interpretar resultados; Realizar pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais; Orientar pacientes sobre prevenção de lesões e cuidados com a saúde musculoesquelética; Elaborar relatórios, laudos e pareceres médicos; Participar de programas de saúde preventiva e coletiva; Manter atualização profissional contínua; Cumprir protocolos médicos, normas éticas e legais; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em medicina, especialização em ortopedia + registro no conselho de classe.

Mestre de Obras	Coordenar equipes de operários e serventes em obras; Interpretar projetos, plantas e especificações técnicas; Controlar a qualidade dos serviços executados; Organizar o canteiro de obras e o fluxo de trabalho; Controlar materiais, ferramentas e equipamentos; Orientar operários quanto a procedimentos e técnicas construtivas; Cumprir cronogramas e prazos de execução; Zelar pela segurança no trabalho e normas de prevenção de acidentes; Elaborar relatórios de andamento das obras; Conferir medidas, alinhamentos e conformidade com projetos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau completo + experiência ou curso.

Monitor Educacional	Assegurar que a criança matriculada na educação básica tenha suas necessidades básicas de higiene, alimentação e repouso atendidas de forma adequada; Atuar nas unidades de Educação realizando serviços de atendimento em período integral, para turmas da educação básica, em suas necessidades diárias, cuidando da higiene, alimentação, repouso e recreação; Auxiliar as atividades das crianças, incentivando as brincadeiras em grupo como brincar de roda, de bola, pular corda e outros jogos, para estimular o desenvolvimento físico e mental; Auxiliar nas refeições, alimentando as crianças ou orientando sobre o comportamento à mesa; Auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; Colaborar e participar de atividades que envolvam a comunidade; Colaborar no envolvimento dos pais ou de quem os substitua no processo de desenvolvimento infantil; Controlar os horários de repouso das crianças preparando a cama e ajudando-as na troca de roupa, para assegurar o seu bem-estar e saúde; Executar atividades diárias de recreação, orientação e supervisão de crianças, atuando junto ao corpo discente da escola; Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorrida; Orientar as crianças quanto às condições de higiene, auxiliando no banho, vestir, calçar, pentear e guardar seus pertences, para garantir seu bem-estar; Orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhes os acontecimentos do dia; Participar de atividades de qualificação proporcionadas pela Administração Municipal; Propiciar situações em que a criança possa construir sua autonomia; Atuar diretamente com os alunos com deficiência intelectual severa, TEA (Transtorno do Espectro Autista), deficiência física e múltiplas deficiências incluídas, contribuindo para sua aprendizagem significativa, interação e socialização com os pares; Favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia em suas atividades de vida diária e social no contexto escolar e nas atividades extraclasse, auxiliando o aluno no que for necessário; Promover, em conjunto com o professor regente, o avanço contínuo das habilidades do aluno incluído, por meio da utilização e organização de atividades pedagógicas e AVD (Atividades de Vida Diária); Participar das formações e reuniões propostas pela Secretaria Municipal de Educação; Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno; Na eventual falta do aluno na escola ou sob condição especial, o monitor estará no contexto da turma com os demais alunos, orientado pela professora titular da turma, organizando materiais e recursos para a aprendizagem, bem como executando atividades correlatas ao cargo de Monitor Escolar, previstas nesta Lei; Executar outras tarefas afins e inerentes ao cargo, em qualquer setor da administração, quando solicitado pelo seu superior.
Requisito mínimo para provimento	2º grau completo.

Motorista de Veículos Leves	Conduzir veículos leves oficiais respeitando normas de trânsito; Transportar autoridades, servidores e munícipes em veículos de passeio; Realizar manutenção básica preventiva dos veículos leves; Verificar condições de segurança, combustível e documentação antes de iniciar viagens; Controlar quilometragem e consumo de combustível; Zelar pela conservação, limpeza e segurança dos veículos; Preencher relatórios diários de viagem e ocorrências; Auxiliar no transporte de documentos e materiais leves; Comunicar imediatamente defeitos e necessidades de reparo; Cumprir rigorosamente escalas e horários estabelecidos; Prestar primeiros socorros básicos quando necessário; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.

Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto e carteira de habilitação "b" ou superior + experiência ou curso.

Motorista de Veículos Pesados	Conduzir veículos pesados, como caminhões, ônibus e micro-ônibus municipais; Transportar passageiros, materiais e equipamentos pesados; Realizar inspeção completa dos veículos antes e após o uso; Controlar carga transportada, respeitando limites de peso e normas de segurança; Executar manutenção básica preventiva em veículos pesados; Auxiliar no carregamento e descarregamento de materiais pesados; Verificar documentação de carga e passageiros quando necessário; Preencher relatórios detalhados de viagem, quilometragem e ocorrências; Zelar pela segurança de passageiros durante o transporte; Comunicar defeitos e solicitar manutenção especializada; Cumprir rotas e horários estabelecidos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto e carteira de habilitação "D" ou superior + experiência ou curso.

Nutricionista	Elaborar cardápios e planos alimentares; Realizar avaliação nutricional de indivíduos; Desenvolver programas de educação nutricional; Supervisionar preparo e distribuição de alimentos; Orientar sobre práticas alimentares saudáveis; Participar de programas de segurança alimentar; Realizar consultoria em alimentação coletiva; Elaborar relatórios nutricionais; Participar de equipes multiprofissionais de saúde; Orientar manipuladores de alimentos; Desenvolver campanhas de promoção da saúde; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em nutrição + registro no conselho de classe.

Nutricionista Educacional	Elaborar e planejar cardápios balanceados, adaptados às faixas etárias, necessidades nutricionais e restrições alimentares dos estudantes; Desenvolver e implementar projetos educativos e programas voltados à promoção de hábitos alimentares saudáveis; Identificar e propor soluções para restrições alimentares, alergias, intolerâncias e seletividade alimentar; Realizar avaliação nutricional individual e coletiva dos estudantes, orientando ações preventivas e corretivas; Supervisionar o preparo, armazenamento e distribuição dos alimentos, garantindo qualidade e higiene; Orientar professores, pais, equipe escolar e comunidade sobre práticas alimentares saudáveis e manejo de restrições alimentares; Participar da gestão da unidade de alimentação escolar, controlando estoques e coordenando equipes; Elaborar relatórios, pareceres e registros técnicos relativos às ações de nutrição escolar; Promover atividades educativas e de conscientização sobre alimentação e nutrição no ambiente escolar; Manter-se atualizado e atuar de acordo com normas e legislações estaduais e federais, incluindo PNAE e demais programas vigentes; Executar outras atividades correlatas à nutrição educacional e escolar.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em nutrição + registro no conselho de classe.

Nutricionista da Saúde	Planejar, organizar, supervisionar e avaliar as atividades de alimentação e nutrição no âmbito da saúde; Realizar avaliação nutricional individual e coletiva, incluindo crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas neuro divergentes e pessoas com deficiência; Elaborar planos e programas de intervenção nutricional voltados à promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças; Desenvolver estratégias de acompanhamento nutricional em casos de obesidade, seletividade alimentar, alergias e intolerâncias alimentares, desnutrição e demais distúrbios nutricionais; Prescrever e orientar planos alimentares adequados às necessidades específicas de cada paciente ou grupo; Participar de equipes multiprofissionais na construção de planos terapêuticos e políticas de saúde; Atuar em programas de educação alimentar e nutricional para a comunidade, famílias, escolas e instituições de saúde; Acompanhar a evolução clínica e nutricional de pacientes em atendimento ambulatorial, hospitalar ou comunitário; Promover ações voltadas para alimentação saudável, segurança alimentar e sustentabilidade; Realizar capacitações, palestras e grupos educativos sobre alimentação e nutrição; Elaborar relatórios, pareceres técnicos e registros das atividades realizadas; Executar outras atribuições correlatas, de acordo com a formação profissional.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em nutrição + registro no conselho de classe.

Operador de Máquinas Leves	Operar máquinas leves, como mini escavadeiras, compactadores pequenos e equipamentos similares; Executar serviços de terraplanagem em pequenas áreas; Realizar limpeza e manutenção de vias secundárias; Operar equipamentos de jardinagem e paisagismo; Executar carregamento de materiais leves; Realizar manutenção básica das máquinas leves operadas; Verificar condições de segurança dos equipamentos antes da operação; Controlar consumo de combustível e lubrificantes; Preencher relatórios de operação e manutenção; Zelar pela conservação e limpeza das máquinas; Comunicar defeitos e necessidades de reparo; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto e carteira de habilitação "D" ou superior + experiência ou curso.

Operador de Máquinas Pesadas	Operar máquinas pesadas, como escavadeiras, bulldozers, moto niveladoras e retroescavadeiras de grande porte; Executar serviços complexos de terraplanagem e movimentação de terra; Realizar abertura e manutenção de estradas rurais; Operar equipamentos de construção civil de grande porte; Executar carregamento e descarregamento de materiais pesados; Realizar nivelamento de terrenos e preparação de bases; Executar serviços de drenagem e obras de contenção; Operar com precisão em locais de difícil acesso; Realizar manutenção preventiva complexa das máquinas; Interpretar projetos e especificações técnicas; Zelar pela segurança operacional em canteiros de obras; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto e carteira de habilitação "D" ou superior + experiência ou curso.

Operário Ajudante	Executar serviços braçais diversos; Auxiliar em obras e construções; Carregar e descarregar materiais; Realizar limpeza de vias públicas; Auxiliar em serviços de manutenção; Cavar valas e buracos; Realizar capinação e roçada;

	Auxiliar pedreiros e outros profissionais; Manter ferramentas organizadas; Cumprir normas de segurança; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Professor da educação básica – PEB I (1º ao 5º ano ensino infantil)	Ministrar aulas conforme currículo estabelecido; Planejar e executar atividades pedagógicas; Avaliar o desempenho dos alunos; Elaborar planos de aula e projetos educacionais; Participar de reuniões pedagógicas e formações; Atender pais e responsáveis; Registrar frequência e notas dos alunos; Participar da elaboração do projeto pedagógico da unidade; Desenvolver atividades extracurriculares; Zelar pelo material didático e equipamentos; Acompanhar o desenvolvimento educacional dos alunos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Licenciatura (plena) em pedagogia; ou Bacharelado com habilitação específica para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; ou Curso normal superior.

Professor da educação básica - PEB II (6º ao 9º ano ensino fundamental) - artes/religião	Ministrar aulas de artes e ensino religioso; Desenvolver projetos culturais; Organizar eventos artísticos; Promover valores éticos e morais; Elaborar material didático específico; Avaliar desempenho dos alunos; Participar de formações continuadas; Respeitar diversidade religiosa; Desenvolver criatividade e expressão dos alunos; Participar de projetos interdisciplinares; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Licenciatura (plena) na área de ensino religioso; ciências da religião ou educação religiosa; Artes - bacharelado em ensino religioso; educação religiosa; bacharelado em artes com especialização pedagógica;

Professor da educação básica - PEB II (6º ao 9º ano ensino fundamental) - educação física	Ministrar aulas de educação física; Desenvolver atividades esportivas; Organizar competições escolares; Promover hábitos saudáveis; Avaliar condicionamento físico dos alunos; Adaptar atividades para necessidades especiais; Participar de eventos esportivos; Elaborar projetos esportivos; Zelar pela segurança dos alunos durante as atividades; Manter equipamentos esportivos em boas condições; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Licenciatura (plena) na área de educação física; ou Bacharelado em educação física com especialização pedagógica;

Professor da educação básica - PEB II (6º ao 9º ano ensino fundamental) - geografia	Ministrar aulas de geografia; Desenvolver consciência espacial e noção territorial dos alunos; Utilizar recursos cartográficos em atividades pedagógicas; Promover educação ambiental; Relacionar geografia local e global; Elaborar material didático específico; Realizar trabalhos de campo e visitas técnicas; Avaliar aprendizagem dos alunos; Participar de formações continuadas; Desenvolver projetos interdisciplinares; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Licenciatura (plena) na área de geografia; ou Bacharelado em geografia com especialização pedagógica;

Professor da educação básica - PEB II (6º ao 9º ano ensino fundamental) - história	Ministrar aulas de história; Desenvolver consciência histórica e cultural nos alunos; Promover cidadania e valores democráticos; Utilizar fontes históricas em atividades pedagógicas; Relacionar passado e presente em análises educativas; Elaborar material didático específico; Organizar eventos e atividades históricas; Avaliar aprendizagem dos alunos; Participar de formações continuadas; Desenvolver projetos culturais e educativos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Licenciatura (plena) na área de história; Bacharelado em história com especialização pedagógica;

Professor da educação básica - PEB II (6º ao 9º ano ensino fundamental) - inglês	Ministrar aulas de língua inglesa; Desenvolver habilidades comunicativas dos alunos; Promover interculturalidade; Utilizar recursos audiovisuais em atividades pedagógicas; Elaborar material didático específico; Avaliar competências linguísticas dos alunos; Organizar eventos culturais relacionados ao idioma; Participar de formações continuadas; Estimular o uso prático do idioma em diferentes contextos; Desenvolver projetos interdisciplinares; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Diploma de graduação devidamente registrado, em curso superior legalmente reconhecido, de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Inglês; ou Diploma de graduação devidamente registrado de Licenciatura Plena na área de Linguagens, com habilitação para docência de Inglês; ou Diploma de graduação devidamente registrado de Bacharelado ou Tecnológico, acrescido de certificado de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados, com habilitação específica em Letras/Inglês, realizado nos termos da legislação específica.

Professor da educação básica - PEB II (6º ao 9º ano ensino fundamental) - matemática	Ministrar aulas de matemática; Desenvolver raciocínio lógico e habilidades matemáticas nos alunos; Utilizar recursos tecnológicos e materiais didáticos; Relacionar conceitos matemáticos com situações do cotidiano; Elaborar material didático específico;

	Avaliar aprendizagem dos alunos; Participar de olimpíadas e atividades de incentivo à matemática; Desenvolver projetos interdisciplinares; Participar de formações continuadas; Estimular a resolução de problemas e pensamento crítico; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Licenciatura (plena) na área de matemática; ou Bacharelado em matemática com especialização em pedagogia.

Professor da educação básica - PEB II (6º ao 9º ano ensino fundamental) - português	Ministrar aulas de língua portuguesa; Desenvolver competências linguísticas e comunicativas dos alunos; Promover o gosto pela leitura e pela literatura; Trabalhar produção textual e interpretação de textos; Utilizar recursos literários e didáticos em sala de aula; Elaborar material didático específico; Avaliar a aprendizagem dos alunos; Organizar eventos literários e atividades culturais; Participar de formações continuadas; Desenvolver projetos de leitura e escrita; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Licenciatura plena em letras; ou Pedagogia com foco em língua portuguesa; ou Bacharelado com complementação pedagógica;

Profissional de Educação Física	Desenvolver, supervisionar e orientar atividades físicas para grupos ou indivíduos em clubes, academias, escolas ou projetos sociais; Avaliar o condicionamento físico e elaborar planos de exercícios personalizados; Atuar em atividades recreativas, de lazer e de desempenho físico; Promover ações educativas em saúde voltadas à mudança de comportamento e ao estímulo à adoção de um estilo de vida ativo, podendo ocorrer ao ar livre, em praças, academias ao ar livre, ginásios, salões comunitários, dentre outros espaços que o município tiver disponível observando o melhor acesso e a acessibilidade de acordo com o público usuário; Realizar orientação postural e intervenções com fins de bem-estar e saúde geral.
Requisito mínimo para provimento	Graduação superior em Educação Física (Licenciatura ou Bacharelado); Registro profissional ativo no Conselho de Classe.

Profissional de Educação Física na Saúde	Planejar, executar e avaliar ações de promoção da saúde por meio de práticas corporais e atividades físicas no âmbito individual e coletivo; Desenvolver programas de exercícios físicos personalizados e coletivos voltados à prevenção de agravos, reabilitação e melhora da qualidade de vida da população; Atuar em equipes multiprofissionais de saúde (como NASF, ESF, CAPS, Academias da Saúde), contribuindo para o cuidado integral do usuário; Realizar avaliações físicas e funcionais, com foco em indicadores de saúde, aptidão física e limitações funcionais; Acompanhar usuários com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como hipertensão, diabetes, obesidade, entre outras, promovendo práticas seguras e eficazes de exercício físico; Promover ações educativas em saúde voltadas à mudança de comportamento e ao estímulo à adoção de um estilo de vida ativo, podendo ocorrer ao ar livre, em praças, academias ao ar livre, ginásios, salões comunitários, dentre outros espaços que o município tiver disponível observando o melhor acesso e a acessibilidade de acordo com o público usuário; Utilizar protocolos de avaliação, prescrição e monitoramento de exercícios físicos baseados em evidências científicas; Atuar na prevenção primária, secundária e terciária da saúde, respeitando as diretrizes do SUS e da política pública local de saúde; Elaborar relatórios técnicos, registros de acompanhamento e indicadores de impacto das ações desenvolvidas nos prontuários eletrônicos; Participar de capacitações, reuniões técnicas e supervisões promovidas pela gestão da saúde municipal ou estadual.
Requisito mínimo para provimento	Graduação superior em Educação Física (Bacharelado); Registro profissional ativo no Conselho de Classe.

Pedreiro	Executar serviços de alvenaria; Construir muros, paredes e estruturas similares; Realizar acabamentos em obras; Assentar pisos, azulejos e revestimentos; Preparar argamassa e concreto; Interpretar projetos básicos de construção; Operar ferramentas manuais e elétricas de construção; Zelar pela qualidade dos serviços executados; Cumprir normas de segurança no trabalho; Manter ferramentas e equipamentos organizados; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Professor em Área de Artes Cênicas	Ministrar aulas de capoeira; Ensinar movimentos e técnicas da modalidade; Promover a cultura afro-brasileira; Desenvolver disciplina e respeito nos alunos; Organizar rodas de capoeira; Ensinar instrumentos musicais relacionados à capoeira; Trabalhar a história e tradições da capoeira; Participar de eventos culturais; Avaliar o desenvolvimento técnico e pedagógico dos alunos; Manter equipamentos e materiais em bom estado; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico em Artes/Capoeira e Comprovação de domínio técnico em capoeira (graduação/corda reconhecida por grupo ou federação.

Professor de Artes Musicais - Area de Violão	Ministrar aulas de violão; Ensinar técnicas instrumentais; Desenvolver repertório musical com os alunos; Promover apreciação musical; Organizar apresentações e recitais; Trabalhar leitura musical e teoria aplicada; Manter instrumentos e equipamentos em bom estado; Participar de eventos musicais e culturais; Avaliar o desenvolvimento técnico e pedagógico dos alunos; Elaborar projetos musicais; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Diploma de graduação em Música, Licenciatura em Música ou Educação Musical; ou Certificado de curso técnico em Música/Violão.

Psicólogo	Realizar avaliações psicológicas; Prestar atendimento psicoterapêutico a indivíduos e grupos; Elaborar laudos, pareceres e relatórios psicológicos; Participar de equipes multiprofissionais de saúde, educação e assistência social; Desenvolver programas de prevenção e promoção em saúde mental; Realizar orientação psicológica a famílias e cuidadores; Participar de programas sociais, educacionais e comunitários; Realizar seleção e avaliação de pessoal quando necessário; Prestar consultoria em questões comportamentais e organizacionais; Desenvolver atividades de psicologia comunitária e inclusão social; Participar de capacitações, supervisões e formações continuadas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação, incluindo atendimento a pessoas neuro divergentes e com deficiência.
Requisito mínimo para provimento	Graduação em psicologia + registro no conselho de classe.

Psicólogo Educacional	Realizar avaliações psicológicas individuais e coletivas de estudantes, identificando dificuldades de aprendizagem, questões emocionais, comportamentais ou necessidades específicas de estudantes neuro divergentes e com deficiência; Planejar e implementar programas de intervenção, prevenção e acompanhamento psicopedagógico, considerando a diversidade funcional e neurodiversidade; Orientar professores, pais e equipe escolar sobre estratégias inclusivas que favoreçam o desenvolvimento integral de todos os alunos; Atuar em programas de promoção da saúde mental, prevenção de violência, bullying e conflitos escolares; Elaborar pareceres, relatórios, registros e laudos técnicos sobre avaliações e intervenções realizadas; Participar de equipes multiprofissionais de educação e saúde, colaborando em projetos e programas escolares, incluindo ações de inclusão; Desenvolver atividades educativas, oficinas e projetos voltados ao bem-estar emocional, social e inclusivo dos estudantes; Atuar de acordo com normas, diretrizes e legislações educacionais e de saúde mental vigentes, promovendo práticas inclusivas.
Requisito mínimo para provimento	Graduação em psicologia + registro profissional no conselho de classe.

Psicólogo da Saúde	Realizar avaliações psicológicas, incluindo avaliações adaptadas para pessoas neuro divergentes e com deficiência; Prestar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, considerando as necessidades específicas de cada paciente; Elaborar laudos, relatórios e pareceres psicológicos; Participar de equipes multiprofissionais na promoção da saúde mental e inclusão social; Desenvolver programas de prevenção, promoção e cuidado em saúde mental; Realizar orientação psicológica a famílias, cuidadores e responsáveis; Participar de programas sociais, educacionais e comunitários, com foco em inclusão e acessibilidade; Desenvolver atividades de psicologia comunitária e intervenção social; Participar de capacitações, supervisões e atualizações profissionais; Executar outras atribuições afins, sempre respeitando a ética e a diversidade dos atendimentos.
Requisito mínimo para provimento	Graduação em psicologia + registro profissional no conselho de classe.

Psicólogo Social	Atender indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social, identificando demandas e necessidades psicológicas; Elaborar planos de intervenção, acompanhamento e suporte psicossocial; Participar da execução de programas e projetos sociais, em consonância com as políticas públicas de assistência social; Orientar usuários, famílias e comunidade sobre questões emocionais, sociais e direitos previstos na legislação; Trabalhar em articulação com equipes multiprofissionais do CRAS, CREAS e demais serviços socioassistenciais; Elaborar relatórios, registros e pareceres sobre atendimentos e projetos realizados; Promover ações preventivas, educativas e de fortalecimento de vínculos sociais; Atuar de acordo com normas, diretrizes e legislações vigentes em assistência social.
Requisito mínimo para provimento	Graduação em psicologia + registro profissional no conselho de classe.

Psicopedagogo	Realizar avaliação psicopedagógica de estudantes; Desenvolver programas de intervenção pedagógica individual e coletiva; Orientar professores sobre dificuldades de aprendizagem e estratégias educativas; Realizar atendimento psicopedagógico individual e em grupo; Participar de equipes multidisciplinares escolares; Elaborar relatórios e pareceres psicopedagógicos; Orientar famílias sobre o processo de aprendizagem; Desenvolver projetos de inclusão escolar e educação especial; Participar da elaboração de planos educacionais e adaptações curriculares; Realizar formação e capacitação de professores; Acompanhar casos de estudantes com necessidades educacionais especiais; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Graduação em pedagogia ou psicologia + especialização em psicopedagogia

Secretário Escolar	Organizar, supervisionar e manter atualizada toda a documentação escolar, incluindo históricos, certificados e registros acadêmicos; Realizar matrículas, transferências e rematrículas de alunos, assegurando cumprimento da legislação educacional e políticas públicas; Elaborar, analisar e validar históricos escolares, certificados, relatórios estatísticos e documentos oficiais da escola; Controlar e supervisionar a frequência de alunos e professores, mantendo registros precisos e confiáveis; Atender e orientar pais, alunos, professores e comunidade escolar, garantindo informações claras e suporte administrativo; Planejar e coordenar a organização de eventos escolares e atividades institucionais; Zelar pela guarda, sigilo, integridade e atualização dos documentos escolares; Gerenciar arquivos físicos e digitais da secretaria escolar, adotando métodos eficientes de organização e consulta; Supervisionar a correspondência oficial, comunicados e notificações da escola; Propor melhorias nos processos administrativos da secretaria, garantindo eficiência e conformidade legal; Executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme necessidades da instituição e legislação vigente.
Requisito mínimo para provimento	Bacharel em curso superior + conhecimento de informática básica.

Soldador	Executar serviços de solda em diferentes materiais; Cortar, dobrar e moldar chapas metálicas; Reparar e montar estruturas metálicas; Operar equipamentos de solda com segurança; Interpretar desenhos e projetos técnicos; Controlar a qualidade das soldas realizadas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho; Manter equipamentos e ferramentas em bom estado de conservação; Controlar consumo de materiais e insumos de soldagem; Cumprir especificações técnicas e padrões de qualidade; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau completo + experiência ou curso.

Supervisor Pedagógico	Supervisionar atividades pedagógicas nas unidades escolares; Orientar professores sobre metodologias de ensino e estratégias didáticas; Acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas educacionais; Participar da elaboração e revisão de currículos escolares; Realizar visitas técnicas às escolas para acompanhamento pedagógico; Promover formação continuada e capacitação de professores; Avaliar práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula; Orientar sobre o uso adequado de recursos didáticos e tecnológicos; Participar de conselhos, comissões e fóruns educacionais; Elaborar relatórios pedagógicos e pareceres técnicos; Articular ações entre escolas, famílias e comunidade; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharelado ou licenciatura plena ou pedagogia, ou Bacharelado ou licenciatura na área da educação e especialização em supervisão escolar.

Técnico de Enfermagem	Prestar assistência de enfermagem a pacientes em unidades de saúde, PSF, pronto atendimento e domicílio, quando necessário fora do horário de atendimento; Aplicar medicamentos conforme prescrição médica e protocolos vigentes; Realizar curativos, procedimentos técnicos de enfermagem e triagem de pacientes; Verificar, monitorar e registrar sinais vitais e demais parâmetros clínicos; Auxiliar médicos e enfermeiros em procedimentos clínicos e de urgência/emergência; Orientar pacientes e familiares sobre cuidados de saúde, prevenção de doenças e tratamentos; Executar atividades de imunização e vacinação em sala de vacina, conforme calendário vacinal e normas do SUS; Controlar e organizar materiais médico-hospitalares, equipamentos e insumos; Manter registros e prontuários de enfermagem atualizados, garantindo documentação correta e sigilosa; Zelar pela limpeza, higiene, organização e segurança do ambiente hospitalar ou de unidade de saúde; Participar de programas de educação em saúde, campanhas de prevenção e promoção da saúde comunitária; Colaborar em ações de saúde coletiva e visitas domiciliares, quando necessário; Executar outras atribuições correlatas à área de enfermagem, conforme determinação do enfermeiro responsável e necessidades da unidade.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico de enfermagem + registro no conselho de classe.

Técnico Musical na Área de Canto	Ministrar aulas de canto e técnica vocal; Ensinar técnicas de respiração, projeção e impostação vocal; Desenvolver habilidades de interpretação e expressão vocal; Preparar alunos para apresentações, recitais e competições de canto; Avaliar desenvolvimento vocal e musical dos estudantes; Elaborar exercícios vocais e aquecimentos adequados; Dirigir coros e grupos vocais; Orientar sobre cuidados com a voz e higiene vocal; Desenvolver repertório vocal adequado a cada faixa etária; Ensinar interpretação de diferentes estilos musicais; Trabalhar dicção, afinação e expressão corporal em atividades individuais e coletivas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico + registro no conselho de classe.

Técnico Musical na Área de Cordas	Ministrar aulas de instrumentos de cordas, como violão, guitarra, violino e viola; Ensinar técnicas específicas de execução para cada instrumento; Desenvolver habilidades de digitação, arco e afinação; Preparar alunos para apresentações musicais e festivais; Avaliar progresso técnico e musical dos estudantes; Elaborar planos de aula adaptados a cada instrumento de cordas; Participar de grupos musicais e apresentações escolares; Orientar sobre manutenção, encordoamento e cuidados com os instrumentos; Desenvolver repertório clássico e popular adequado; Ensinar leitura de partituras e tablaturas; Integrar prática instrumental com conhecimento teórico musical; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico + registro no conselho de classe.

Técnico Musical na Área de Percussão	Ministrar aulas de instrumentos de percussão e bateria; Ensinar técnicas de ritmo, coordenação e expressão percussiva; Desenvolver habilidades rítmicas e senso de tempo musical; Preparar alunos para participação em grupos percussivos e bandas; Avaliar desenvolvimento rítmico e coordenação motora dos estudantes; Elaborar exercícios rítmicos progressivos e criativos; Participar de grupos musicais como percussionista; Orientar sobre manutenção, afinação e conservação de instrumentos de percussão; Desenvolver repertório rítmico variado, incluindo tradições culturais; Ensinar leitura de partituras percussivas; Trabalhar ritmos tradicionais e contemporâneos; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico + registro no conselho de classe.

Técnico Musical na Área de Sopro	Ministrar aulas de instrumentos de sopro, como flauta, trompete, saxofone e clarinete; Ensinar técnicas de respiração e embocadura específicas para cada instrumento; Desenvolver habilidades de sopro e controle de ar; Preparar alunos para participação em bandas e conjuntos musicais; Avaliar desenvolvimento técnico e expressivo dos estudantes; Elaborar exercícios específicos para instrumentos de sopro; Participar de bandas municipais e apresentações escolares; Orientar sobre limpeza, manutenção e cuidados com os instrumentos; Desenvolver repertório adequado para cada instrumento; Ensinar técnicas de afinação e expressão musical; Trabalhar em conjunto com outros instrumentistas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico e registro no conselho de classe.

Técnico Musical na Área de Teclado	Ministrar aulas de teclado, piano e órgão conforme currículo musical; Ensinar técnicas de execução e interpretação nos instrumentos de teclado; Desenvolver habilidades musicais através do teclado; Preparar alunos para apresentações, recitais e eventos escolares; Avaliar o desenvolvimento musical e técnico dos estudantes; Elaborar planos de aula específicos para instrumentos de teclado; Participar de apresentações e eventos musicais escolares; Orientar sobre manutenção e cuidados com os instrumentos de teclado; Desenvolver repertório adequado ao nível e faixa etária dos alunos; Participar de formações e capacitações musicais; Integrar o ensino de teclado com teoria musical; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico + registro no conselho de classe.
Técnico Musical na Área de Artes Cênicas	Ministrar aulas teóricas e práticas de capoeira ou teatro, conforme a área de atuação;

	Ensinar técnicas, movimentos e fundamentos específicos da capoeira, incluindo instrumentos musicais e história da prática; Desenvolver atividades que estimulem a criatividade, expressão corporal, autoconhecimento e disciplina; Orientar os alunos na preparação para apresentações, rodas de capoeira ou espetáculos teatrais, incluindo ensaios e produção de eventos; Promover a cultura afro-brasileira e a valorização das manifestações artísticas locais; Organizar e manter equipamentos, cenários, figurinos e demais recursos necessários para as aulas e apresentações; Avaliar o desenvolvimento dos alunos e fornecer feedback contínuo; Participar de eventos culturais e interagir com o público; Executar outras atribuições afins à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico e registro no conselho de classe. Para Capoeira: Certificado de curso técnico em Artes/Capoeira e comprovação de domínio técnico em capoeira (graduação/corda reconhecida por grupo ou federação); Para Teatro: Curso técnico em artes cênicas ou experiência comprovada na área.

Técnico na Área de Artes Plásticas	Ministrar aulas de desenho, pintura e escultura; Ensinar técnicas artísticas com diferentes materiais e suportes; Desenvolver criatividade e expressão artística dos alunos; Preparar exposições e mostras de trabalhos artísticos; Avaliar desenvolvimento artístico e criativo dos estudantes; Elaborar projetos artísticos interdisciplinares; Orientar sobre história da arte e movimentos artísticos; Organizar oficinas e ateliês de arte; Desenvolver técnicas de pintura, desenho e modelagem; Ensinar uso adequado de materiais artísticos; Promover apreciação e crítica artística; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico + registro no conselho de classe.

Técnico na Área de Teoria Musical	Ministrar aulas de teoria musical, harmonia e composição; Ensinar leitura e escrita musical em partitura; Desenvolver conhecimentos de escalas, acordes e estruturas musicais; Preparar alunos em análise musical e história da música; Avaliar conhecimento teórico e aplicação prática; Elaborar exercícios de solfejo e percepção musical; Integrar teoria com prática instrumental; Orientar sobre análise harmônica e melódica; Desenvolver habilidades de composição básica; Ensinar diferentes sistemas de notação musical; Trabalhar desenvolvimento do ouvido musical; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Curso técnico + registro no conselho de classe.

Telefonista	Operar mesa telefônica; Atender e transferir chamadas; Anotar recados e mensagens; Manter agenda telefônica atualizada; Prestar informações básicas; Controlar ligações interurbanas; Zelar pela conservação dos equipamentos; Manter sigilo das informações; Auxiliar no atendimento ao público; Registrar ocorrências; Controlar uso de ramais; Orientar sobre serviços municipais; Manter cadastro de contatos; Auxiliar em campanhas informativas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	2º grau completo.

Terapeuta Ocupacional	Avaliar capacidades funcionais, cognitivas, sensoriais, sociais e emocionais dos usuários; Planejar, aplicar e acompanhar programas de reabilitação funcional e psicossocial; Prescrever, confeccionar e orientar o uso de órteses, próteses, adaptações de mobiliário e recursos de tecnologia assistiva; Orientar e planejar atividades de vida diária (AVDs) e práticas (AVPs), promovendo independência; Atender pessoas neuro divergentes (como TEA, TDAH, dislexia) e pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla; Desenvolver atividades que favoreçam integração social, habilidades e inclusão comunitária; Orientar familiares, cuidadores, professores e equipe técnica sobre cuidados, prevenção de riscos e adaptações ambientais; Participar de equipes multiprofissionais de saúde, educação e assistência social; Elaborar relatórios, pareceres e registros de evolução funcional; Contribuir para programas de promoção da saúde, inclusão social, acessibilidade e prevenção de incapacidades; Atuar em programas de saúde coletiva, campanhas educativas e ações intersetoriais; Realizar visitas domiciliares e institucionais para avaliação e acompanhamento terapêutico; Zelar pelo cumprimento de normas éticas, técnicas e de segurança profissional; Executar práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) reconhecidas pelo SUS, compatíveis com sua formação; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	Bacharelado em terapia ocupacional + registro no conselho de classe.

Terapeuta Ocupacional Geral	Realizar avaliações ocupacionais abrangentes, identificando dificuldades funcionais, cognitivas, sensoriais, sociais e emocionais; Desenvolver, aplicar e acompanhar programas de reabilitação funcional e psicossocial, visando à autonomia e à qualidade de vida dos usuários; Prescrever, confeccionar e orientar o uso de órteses, próteses, adaptações de mobiliários e recursos de tecnologia assistiva; Planejar e orientar atividades de vida diária (AVDs) e atividades de vida prática (AVPs), promovendo independência e funcionalidade; Realizar atendimentos individuais e em grupo, de forma presencial ou domiciliar, conforme a necessidade do paciente; Atender e acompanhar pessoas neuro divergentes (como TEA, TDAH, dislexia, entre outros) e pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, aplicando metodologias específicas de intervenção; Desenvolver atividades terapêuticas ocupacionais que favoreçam integração social, desenvolvimento de habilidades e inclusão comunitária; Orientar familiares, cuidadores, professores e equipe técnica sobre estratégias de cuidado, prevenção de riscos e adaptação do ambiente; Participar ativamente de equipes multiprofissionais de saúde, educação e assistência social, colaborando em planos terapêuticos interdisciplinares; Elaborar relatórios técnicos, pareceres e registros de evolução funcional, conforme normas institucionais e exigências legais;

	Contribuir para programas de promoção da saúde, inclusão social, acessibilidade e prevenção de incapacidades; Atuar em programas de saúde coletiva e comunitária, campanhas educativas e ações intersetoriais; Realizar visitas domiciliares e institucionais para avaliação de acessibilidade, adaptação de ambientes e acompanhamento terapêutico; Zelar pelo cumprimento das normas éticas, técnicas e de segurança no exercício da profissão; Executar outras atribuições correlatas, de acordo com sua área de atuação e legislação vigente.
Requisito mínimo para provimento	Bacharelado em terapia ocupacional e registro no conselho de classe.

Trabalhador Agropecuário Polivalente	Executar atividades agropecuárias diversas; Realizar plantio e colheita; Cuidar de animais; Operar máquinas agrícolas simples; Realizar manutenção de cercas; Aplicar defensivos agrícolas conforme orientação técnica; Manter instalações rurais em condições adequadas; Controlar pragas e doenças em lavouras e criações; Auxiliar em projetos de produção rural; Zelar pela conservação ambiental; Executar irrigação manual e cuidados com o solo; Realizar ordenha de animais; Manter limpeza e organização de currais e instalações; Transportar produtos agrícolas; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	1º grau incompleto.

Visitador Sanitário	Realizar visitas domiciliares para orientação sanitária; Investigar casos de doenças de notificação compulsória; Orientar famílias sobre prevenção de doenças; Realizar busca ativa de casos suspeitos; Participar de campanhas de vacinação; Orientar sobre saneamento básico domiciliar; Realizar cadastramento e atualização de dados das famílias; Identificar situações de risco à saúde; Participar de ações de educação em saúde; Preencher fichas, formulários e relatórios de atividades; Acompanhar tratamentos domiciliares; Executar outras atribuições correlatas à área de atuação.
Requisito mínimo para provimento	2º grau completo

ANEXO III
NÍVEIS DE ESCOLARIDADE PARA FINS DE PROGRESSÃO VERTICAL

NÍVEL DO CARGO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
NO / NE	I - Ensino Fundamental Incompleto; II - Ensino Fundamental Completo; III - Ensino Médio Completo ou curso técnico de nível médio compatível com a função exercida no cargo, com duração mínima de 180 horas; IV - Ensino Superior compatível com a função.
NF	I - Ensino Fundamental Completo; II - Ensino Médio Completo ou curso técnico de nível médio compatível com a função exercida no cargo, com duração mínima de 180 horas; III - Ensino Superior compatível com a função; IV - Mestrado compatível com a função.
NM	I - Ensino Médio Completo; II - Ensino Superior compatível com a função; III - Especialização "latu sensu" compatível com a função; IV - Mestrado compatível com a função.
NS	I - Bacharel em área específica; II - Especialização "latu sensu" compatível com a função; III - Mestrado em área compatível; IV - Doutorado em área compatível.

ANEXO IV

FICAM EXTINTOS COM A VACÂNCIA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO	CARGA HORÁRIA
Advogado	20 HORAS/ SEMANAIS
Assistente social	20 HORAS/ SEMANAIS
Auxiliar de cadastro	40 HORAS/ SEMANAIS
Auxiliar de enfermagem	40 HORAS/ SEMANAIS
Auxiliar de saúde	40 HORAS/ SEMANAIS
Dentista	20 HORAS/ SEMANAIS
Digitador	40 HORAS/ SEMANAIS
Especialista	24 HORAS/ SEMANAIS
Farmacêutico	20 HORAS/ SEMANAIS
Fisioterapeuta	20 HORAS/ SEMANAIS
Fiscal	40 HORAS/ SEMANAIS
Fonoaudiólogo	20 HORAS/ SEMANAIS
Médico ortopedista	PLANTÃO
Nutricionista	20 HORAS/ SEMANAIS
Professor de artes cênicas	24 HORAS/ SEMANAIS
Professor de artes musicais área violão	24 HORAS/ SEMANAIS
Psicólogo	20 HORAS/ SEMANAIS
Terapeuta ocupacional	20 HORAS/ SEMANAIS
Telefonista	40 HORAS/ SEMANAIS
Trabalhador agropecuário polivalente	40 HORAS/ SEMANAIS

ANEXO V

FICAM EXTINTOS OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO:	
Denominação do Cargo	**Situação Atual de Provimento**
Arquiteto	Vago
Auxiliar de fiscalização	Vago
Auxiliar de topografia	Vago
Bioquímico	Vago
Cadastrador	Vago
Cirurgião Dentista	Vago
Desenhista copista	Vago
Desenhista técnico	Vago
Educador físico	Vago
Engenheiro	Vago
Médico	Vago
Motorista	Vago
Motorista l	Vago
Operador de máquinas	Vago
Professor	Vago
Professor GSM II - ensino religioso	Vago
Professor I, II e III	Vago
Programador	Vago
Técnico agrícola	Vago
Técnico agropecuário	Vago
Técnico de saúde e nutrição	Vago
Técnico em administração	Vago
Técnico em contabilidade	Vago

FICAM CRIADOS OS SEGUINTES CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO	**CARGA HORÁRIA**
Advogado Assistente Jurídico	30 HORAS/ SEMANAIS
Assistente Social Educacional	40 HORAS/ SEMANAIS
Assistente Social do Serviço Social	30 HORAS/ SEMANAIS
Auxiliar em Saúde Bucal	40 HORAS/ SEMANAIS
Biomédico	30 HORAS/ SEMANAIS
Cirurgião-Dentista Clínico Geral	30 HORAS/ SEMANAIS
Coordenador Pedagógico	40 HORAS/ SEMANAIS
Engenheiro Eletricista	30 HORAS/ SEMANAIS
Farmacêutico Clínico e Hospitalar	30 HORAS/ SEMANAIS
Fiscal Tributário	40 HORAS/ SEMANAIS
Fiscal de Obras e Posturas	40 HORAS/ SEMANAIS
Fisioterapeuta Geral	30 HORAS/ SEMANAIS
Fonoaudióloga Educacional	30 HORAS/ SEMANAIS
Fonoaudióloga Geral	30 HORAS/ SEMANAIS
Guarda Civil Municipal	40 HORAS/ SEMANAIS
Guarda-Vidas	40 HORAS/ SEMANAIS
Nutricionista Educacional	30 HORAS/ SEMANAIS
Nutricionista da Saúde	30 HORAS/ SEMANAIS
PEB I	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II Artes/Religião	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II Educação Física	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II Geografia	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II História	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II Inglês	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II Matemática	24 HORAS/ SEMANAIS
PEB II Português	24 HORAS/ SEMANAIS
Profissional da Educação Física	30 HORAS/ SEMANAIS
Profissional de Educação Física na Saúde	30 HORAS/ SEMANAIS
Psicólogo Educacional	30 HORAS/ SEMANAIS
Psicólogo Social	30 HORAS/ SEMANAIS
Psicólogo da Saúde	30 HORAS/ SEMANAIS
Terapeuta Ocupacional	30 HORAS/ SEMANAIS

ANEXO VI

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:E7197BFB

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA
PROJETO DE LEI Nº 990, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

PROJETO DE LEI Nº 990, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada – MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento do exercício corrente, no valor de **R$ 1.974.022,66 (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, vinte e dois reais e sessenta e seis centavos)**, que serão classificados nas seguintes dotações orçamentárias:

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	14	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0006	Desenvolvimento Urbano	
Projeto/Atividade	2022	Manutenção Secretaria Agricultura e Meio Ambiente	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	2.710.000	25.600,00

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	14	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0006	Desenvolvimento Urbano	
Projeto/Atividade	2022	Manutenção Secretaria Agricultura e Meio Ambiente	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	2.701.000	408.313,66

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	14	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0006	Desenvolvimento Urbano	
Projeto/Atividade	1019	Manutenção Secretaria Agricultura e Meio Ambiente	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
3.3.90.90.00	Indenizações e Restituições	2.710.000	46.500,00

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	18	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	0008	Saúde Humanizada	
Projeto/Atividade	1027	Estruturação Rede de Atenção Secundária e Terceária	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	2.621.000	109.127,00

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	08	Secretaria Municipal de Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Ensino Infantil	
Programa	0003	Educação para a Vida	
Projeto/Atividade	1.006	Estruturação Rede de Ensino Infantil	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	2.571.000	250.000,00

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	08	Secretaria Municipal de Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0003	Educação para a Vida	
Projeto/Atividade	1.028	Estruturação da Rede de Ensino Fundamental	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	2.571.000	630.000,00

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	18	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	0008	Saúde Humanizada	
Projeto/Atividade	1027	Estruturação Rede de Atenção Secundária e Terceária	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	2.621.000	323.812,00

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	18	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Subfunção	301	Atenção Básica	
Programa	0008	Saúde Humanizada	
Projeto/Atividade	1026	Estruturação Rede de Atenção Primária	
Categoria	**Descrição**	**Fonte**	**Valor**
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	2.621.000	83.953,00

Orgão	02	Poder Executivo	
Unidade	18	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Subfunção	301	Atenção Básica	
Programa	0008	Saúde Humanizada	
Projeto/Atividade	1026	Estruturação Rede de Atenção Primária	

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	2.601.000	96.717,00

Art. 2º Para a cobertura do artigo 1º desta lei será utilizado recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício anterior nas fontes de Recursos devidamente apuradas no Balanço Patrimonial do Município:

571 – Transferências do Estado referentes a Convênios vinculados à Educação.. 880.000,00
601 - Transferências do SUS provenientes do Governo Federal..... 96.717,00
621 - Transferências do SUS provenientes do Governo Estadual..... 516.892,00
701 – Outras Transferências de Convênios dos Estados..... 408.313,66
710 – Transferência Especial do Estado..... 72.100,00
Total:..... 1.974.022,66

Art. 3º O demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro de que trata o artigo 16 da Lei Complementar nº101/2000, fica dispensado tendo em vista tratar-se despesas custeadas com recursos oriundos do Superávit Financeiro do exercício anterior, não comprometendo as metas estabelecidas no plano de governo para o corrente exercício.

Art. 5º Fica autorizada à inclusão das despesas constante na programação orçamentária citadas nos artigos anteriores, na Lei Municipal 1.361/2025 (LOA/2025), Lei Municipal 1.354/2025 (LDO/2026) e Lei Municipal 1.360/2025 (PPA 2026-2029).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeira Dourada - MG, 27 de janeiro de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rayan Silva Fernandes de Brito
Código Identificador:55593F08

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025 DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS – CIMINAS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **GMC AUTOMOTORES LTDA**

OBJETO: É objeto do presente contrato a **AQUISIÇÃO DE 02 veículos minivan (mínimo 07 lugares),** mediante adesão à **Ata De Registro De Preços Nº 033/2025 Do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais – CIMINAS**, sendo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QTDE	VALOR TOTAL
01	2310	**Veículo Minivan (mínimo 7 lugares):** Veículo bicombustível, direção hidráulica ou elétrica, 04 portas, câmbio manual ou automático | Distância entre eixos mínima de 2.600mm | Motorização 1.0 a 2.0 | Ar condicionado | Trio elétrico. 0km, fabricado, no máximo, há 6 (seis) meses, com todos os acessórios mínimos obrigatórios, conforme legislação em vigor.	R$ 142.297,44	2	R$ 284.594,88

VALOR: O valor total do presente contrato é de **R$ 284.594,88 (duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos).**

VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 meses, contado da assinatura do presente.

CONQUISTA/MG,30 DE JANEIRO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:97A674A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 014 / 2025 - CISVI

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2025 e dá Outras Providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Itapecerica no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o estabelecido no artigo 4º da Resolução nº 026/2024 de 16/08/2024 que aprovou o orçamento de 2025 e Resolução nº 031/2025 de 29/10/2025, estabelece o seguinte procedimento:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente no montante de R$364.690,00 (Trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e noventa reais), conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
UNIDADE: 06.01.01	**SECRETARIA EXECUTIVA**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001.2001	**Coordenação das Ativ. Administrativas da Secretaria**		
3.3.90.40	Serviços de Tecnol. Informação e Comunicação.	09	4.000,00
3.3.90.41	Contribuições	10	340,00
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	11	7.200,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	12	1.200,00
UNIDADE: 06.01.02	**GESTÃO DE ATENDIMENTO DA SAÚDE - RATEIO**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		
10.302.0002.2004	**Manut. do Atendim. Médico e Exames em Geral**		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	18	30.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	19	53.200,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	24	100.800,00
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	26	12.820,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	27	1.600,00
UNIDADE: 06.02.01	**GESTÃO DO SIST. DE TRANSP. DA SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRACAO GERAL		
10.122.0003	SISTEMA TRANSPORTE DA SAUDE - SETS		
10.122.0003.2005	**Coordenação do Sist.de Transp. da Saúde - STS**		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	36	2.030,00
UNIDADE: 06.03.01	**EMENDAS PARLAMENTARES E TRANSF. ESPECIAIS**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0005	INVESTIMENTOS NA SEDE DO CISVI		
10.122.0005.1002	**Ampliação e Melhorias na Sede do Cisvi**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	47	151.500,00
TOTAL			**364.690,00**

Art. 2º - Como fontes de recursos à abertura do referido Crédito Adicional Suplementar mencionado serão utilizados os seguintes recursos:

I - Superávit financeiro por fonte de recursos apurado em balanço do exercício 2024 no montante de R$234.700,00 (duzentos e trinta e quatro mil e setecentos reais), conforme "Dispõe o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos".

II - Anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente, conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
UNIDADE: 06.01.01	**SECRETARIA EXECUTIVA**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001.2001	**Coordenação das Ativ. Administrativas da Secretaria**		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	04	7.200,00
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil	05	800,00
3.3.90.30	Material de Consumo.	06	4.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	07	340,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	08	1.200,00
UNIDADE: 06.01.02	**GESTÃO DE ATENDIMENTO DA SAÚDE - RATEIO**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		
10.302.0002.2004	**Manut. do Atendim. Médico e Exames em Geral**		
3.3.90.30	Material de Consumo.	22	100.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnol. Informação e Comunicação.	25	14.420,00
UNIDADE: 06.02.01	**GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DA SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRACAO GERAL		
10.122.0003	SISTEMA TRANSPORTE DA SAUDE - SETS		
10.122.0003.2005	**Coordenação do Sist.de Transp. da Saúde - STS**		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	32	2.030,00
TOTAL			**129.990,00**

Art. 3º - Este Crédito Adicional Suplementar entra e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis MG, em 03 de Novembro de 2025.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica
MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Diretor Administrativo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CDC1ADE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 015 / 2025 - CISVI

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2025 e dá Outras Providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Itapecerica no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o estabelecido no artigo 4º da Resolução nº 026/2024 de 16/08/2024 que aprovou o orçamento de 2025 e Resolução nº 031/2025 de 29/10/2025, estabelece o seguinte procedimento:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente no montante de R$739.878,00 (setecentos e trinta e nove reais e oitocentos setenta e oito reais), conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
UNIDADE: 06.01.01	**SECRETARIA EXECUTIVA**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001.2001	**Coordenação das Ativ. Administrativas da Secretaria**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	01	76.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnol. Informação e Comunicação.	09	1.000,00
10.122.0001.2003	**Manutenção e Conservação da Sede do Cisvi**		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	17	600,00
UNIDADE: 06.01.02	**GESTÃO DE ATENDIMENTO DA SAÚDE - RATEIO**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		
10.302.0002.2004	**Manut. do Atendim. Médico e Exames em Geral**		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	18	74.260,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	24	3.400,00
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	26	100,00
UNIDADE: 06.02.01	**GESTÃO DO SIST. DE TRANSP. DA SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0003	Gestão dos Serviços de Transportes da Saúde - SETS		
10.302.0003.2006	**Manutenção do Sistema de Transporte da Saúde-SETS**		
3.3.90.30	Material de Consumo	41	54.000,00
UNIDADE: 06.03.01	**EMENDAS PARLAMENTARES E TRANSF. ESPECIAIS**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0005	INVESTIMENTOS NA SEDE DO CISVI		
10.122.0005.1002	**Ampliação e Melhorias na Sede do Cisvi**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	47	179.500,00
UNIDADE: 06.04.01	**GESTÃO DE SERVIÇOS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
10.302.0002.2009	**Gestão da Prest. de Serviços de Saúde - Contratos**		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	64	351.018,00
TOTAL			**739.878,00**

Art. 2º - Como fontes de recursos à abertura do referido Crédito Adicional Suplementar mencionado serão utilizados os seguintes recursos:

I - Superávit financeiro por fonte de recursos apurado em balanço do exercício 2024 no montante de R$257.760,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e setecentos e sessenta reais), conforme "Dispõe o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos".

II - Excesso de Arrecadação de recursos no montante de R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) repassados pelos Municípios oriundos de Contratos de Prestação de Serviços em 2025 conforme dispõe o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos;

III - Anulação parcial/total das seguintes dotações do orçamento vigente no montante de R$132.118,00 (cento e trinta e dois mil e cento e dezoito reais), conforme detalhamento a seguir:

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
UNIDADE: 06.01.01	**SECRETARIA EXECUTIVA**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
10.122.0001.2001	**Coordenação das Ativ. Administrativas da Secretaria**		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	08	31.000,00
UNIDADE: 06.01.02	**GESTÃO DE ATENDIMENTO DA SAÚDE - RATEIO**		

10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		
10.302.0002.2004	**Manut. do Atendim. Médico e Exames em Geral**		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	20	20.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo	22	26.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	23	100,00
UNIDADE: 06.02.01	**GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DA SAÚDE**		
10	**SAUDE**		
10.122	ADMINISTRACAO GERAL		
10.122.0003	SISTEMA TRANSPORTE DA SAUDE - SETS		
10.122.0003.2005	**Coordenação do Sist.de Transp. da Saúde - STS**		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	30	30.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	31	10.000,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	32	4.000,00
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0003	Gestão dos Serviços de Transportes da Saúde - STS		
10.302.0003.2006	**Manutenção do Sistema de Transporte da Saúde-STS**		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia, Informação e Comunicação - PJ	44	10.000,00

Classificação	Dotação	Ficha	Valor
UNIDADE: 06.04.01	**GESTAO DE SERVICOS E VIGILANCIA EM SAUDE**		
10	**SAUDE**		
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		
10.302.0002	Gestão Médica e Exames Clínicos e Laboratorial		
10.302.0002.2009	**Gestão da Prest. de Serviços de Saúde - Contratos**		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	67	18,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		
10.305.0004	Vigilância em Saúde		
10.305.0004.2014	**Implantação e Manut.de Serviços de Vigilância em Saúde**		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	74	1.000,00
TOTAL			**132.118,00**

Art. 3º - Este Crédito Adicional Suplementar entra e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Divinópolis MG, em 03 de Dezembro de 2025.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica
MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Diretor Administrativo

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:20ED232C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 019/2026, JANEIRO DE 2026.

A Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade da administração pública municipal de zelar pela eficiência administrativa em todos os seus setores;

Considerando o poder discricionário do administrador de colocar os servidores em atividades laborais, visando o seu melhor desempenho profissional, sua valorização e dignificação com vistas à modernização da gestão de pessoas, fundamental para o cumprimento da missão institucional da Prefeitura Municipal de Divinópolis;

Considerando que é salutar à administração o rodízio de funcionários em cargos e funções públicas com vistas a empreender maiores capacidades técnicas e melhor absorção do conhecimento das diversificadas atividades que permeiam o exercício funcional público;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir a servidora relacionada abaixo, conforme local definido a seguir:

Item	Motivação do Ato	Matrícula	Servidor	Cargo	Lotação atual	Nova lotação	A partir de
I	Tarefa CI-43309-2026 e Encaminhamento datado de 21/01/2026	99035336/1	GISELLE SALDANHA CHAGAS	Fisioterapeuta	Secretaria Municipal de Educação – E. M. Raio de Sol	Secretaria Municipal de Saúde – ESF Icaraí	02/02/2026

Art. 2º. Todos os servidores transferidos devem exercer atividades relativas ao seu cargo, conforme previsto no plano de cargos e salários dos servidores.
Art. 3º. As folhas de ponto dos servidores transferidos deverão ser remetidas à nova lotação. Em caso de registro no ponto facial, o ponto do servidor deverá ser fechado até a data da sua saída e o novo gerente do ponto deverá informar sua nova lotação e horário de trabalho ao setor responsável pelo cadastramento do ponto facial, visando continuidade dos registros de frequência.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4E31AB25

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 020/2026, JANEIRO DE 2026.

A Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade da administração pública municipal de zelar pela eficiência administrativa em todos os seus setores;

Considerando o poder discricionário do administrador de colocar os servidores em atividades laborais, visando o seu melhor desempenho profissional, sua valorização e dignificação com vistas à modernização da gestão de pessoas, fundamental para o cumprimento da missão institucional da Prefeitura Municipal de Divinópolis;

Considerando que é salutar à administração o rodízio de funcionários em cargos e funções públicas com vistas a empreender maiores capacidades técnicas e melhor absorção do conhecimento das diversificadas atividades que permeiam o exercício funcional público;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir a servidora relacionada abaixo, conforme local definido a seguir:

Item	Motivação do Ato	Matrícula	Servidor	Cargo	Lotação atual	Nova lotação	A partir de
I	Protocolo nº 000019484/2025, Tarefa CI-44142-2026 e Encaminhamento datado de 30/01/2026	99035289	EDILENE CARVALHO DOS SANTOS	Assistente Social	Secretaria Municipal de Educação - CEAE- Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado - Prof.ª Maria Fernanda de Azevedo	Secretaria Municipal de Saúde – Policlínica	02/02/2026

Art. 2º. Todos os servidores transferidos devem exercer atividades relativas ao seu cargo, conforme previsto no plano de cargos e salários dos servidores.
Art. 3º. As folhas de ponto dos servidores transferidos deverão ser remetidas à nova lotação. Em caso de registro no ponto facial, o ponto do servidor deverá ser fechado até a data da sua saída e o novo gerente do ponto deverá informar sua nova lotação e horário de trabalho ao setor responsável pelo cadastramento do ponto facial, visando continuidade dos registros de frequência.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, janeiro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9470EBF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Secretaria Municipal De Fazenda
Edital De Notificação
Para a aplicação constitucional de publicidade e controle social da administração pública em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 9452/97 e o inciso XXI do art.41 do Decreto Estadual nº. 48.745/2023 faço notificar através do presente edital, a quem possa interessar, especialmente aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, instituições estas sediadas no município, que a prefeitura municipal Divinópolis recebeu recurso financeiro federais e estaduais na forma abaixo descrita.

DATA	NOME	AGÊNCIA	CONTA	VALOR
09/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 1.184.424,72
09/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 672.147,79
12/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 5.415,89
12/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 395.022,38
13/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 3.983.200,95
13/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 847.412,71
13/01/2026	Icms Estadual	0372-7	115344-7	R$ 6.447.947,48
14/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 37.291,69
14/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 461.394,86
15/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 32.211,37
15/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 404.498,34
16/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 32.175,75
16/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 375.070,51
16/01/2026	Produção Mineral	0372-7	120179-4	R$ 9.565,95
19/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 29.462,80
19/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 381.175,04
19/01/2026	Gestão Bolsa Familia	0372-7	123109-x	R$ 49.658,44
20/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 1.726.132,48
20/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 637.697,73
20/01/2026	Fundo de Participação dos Municipios	0372-7	173090-8	R$ 2.523.454,41

20/01/2026	Imposto Territorial Rural	0372-7	205978-9	R$ 145,84
20/01/2026	Icms Estadual	0372-7	115344-7	R$ 1.758.698,27
20/01/2026	Ipi Exportação – Cota Municipio	0372-7	115318-8	R$ 26.711,39
20/01/2026	Quese	0372-7	136659-9	R$ 1.173.331,61
21/01/2026	Produção Mineral	0372-7	120179-4	R$ 3.002,99
21/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 26.398,57
21/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 435.867,66
22/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 28.689,22
22/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 357.743,45
22/01/2026	Fundo Especial do Petróleo	0372-7	124910-x	R$ 116.374,07
23/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 32.160,82
23/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 335.115,83
26/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 25.947,99
26/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 313.216,86
27/01/2026	Fundo Especial do Petróleo	0372-7	124910-x	R$ 106.180,43
27/01/2026	Icms Estadual	0372-7	115344-7	R$ 1.744.480,04
27/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 1.187.002,05
27/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 647.722,00
28/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 33.345,42
28/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 423.616,71
29/01/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 25.066,62
29/01/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 512.071,05
30/01/2026	Fundo de Participação dos Municipios	0372-7	173090-8	R$ 7.013.865,92
30/01/2026	Imposto Territorial Rural	0372-7	205978-9	R$ 122,97
30/01/2026	Recursos Hídricos	0372-7	150270-0	R$ 5.474,73
30/01/2026	Ipi Exportação – Cota Municipio	0372-7	115318-8	R$ 16.413,18
30/01/2026	Repasse Convênio 995972/2024 Execução de Estradas Vicinais	113	574212388-0	R$ 841.401,00

Divinópolis, 30 de Janeiro de 2026

DÊIVITE ALVES
Contador

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:070C643D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 9/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO,
SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 9/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2016, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO e/ou a IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via Correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VENCIMENTO
AYC1B82	**DA00088317**	**24/01/2026**	**5185/1**	**27/03/2026**
BQY1544	**DA00088318**	**24/01/2026**	**5185/1**	**27/03/2026**
BQY1544	**DA00088319**	**24/01/2026**	**6599/2**	**27/03/2026**
CDN0183	**DA00087807**	**26/01/2026**	**5541/2**	**30/03/2026**
CHO0A40	**DA00089433**	**24/01/2026**	**5525/0**	**27/03/2026**
CKH9515	**DA00083755**	**20/01/2026**	**5550/0**	**23/03/2026**
DUI1D29	**DA00087307**	**26/01/2026**	**5541/4**	**30/03/2026**
EDM1925	**DA00088303**	**21/01/2026**	**5185/1**	**23/03/2026**
EIM3F12	**DA00088131**	**22/01/2026**	**5550/0**	**27/03/2026**
EMI9A76	**DA00088230**	**20/01/2026**	**5541/2**	**23/03/2026**
EPK6420	**DA00088108**	**19/01/2026**	**5592/0**	**27/03/2026**
EVO4J80	**DA00087793**	**26/01/2026**	**5541/2**	**30/03/2026**
FFL8C12	**DA00083754**	**20/01/2026**	**5550/0**	**23/03/2026**
FOI0110	**DA00085723**	**20/01/2026**	**5398/0**	**23/03/2026**
GKT1492	**DA00087304**	**26/01/2026**	**5550/0**	**30/03/2026**
GLF6075	**DA00088544**	**26/01/2026**	**6050/2**	**30/03/2026**
GLI9864	**DA00088877**	**23/01/2026**	**6050/1**	**30/03/2026**
GQL7738	**DA00087814**	**26/01/2026**	**5541/2**	**30/03/2026**
GQR4644	**DA00089135**	**21/01/2026**	**6050/1**	**24/03/2026**
GRD3H78	**DA00088128**	**21/01/2026**	**5185/1**	**27/03/2026**
GSA6I08	**DA00083756**	**21/01/2026**	**7633/1**	**23/03/2026**

GTW7H18	DA00088538	25/01/2026	5592/0	30/03/2026
GTZ9I09	DA00088304	21/01/2026	5185/1	23/03/2026
GTZ9I09	DA00088305	21/01/2026	6599/2	23/03/2026
GUV0868	DA00087787	24/01/2026	5568/0	27/03/2026
GVH5510	DA00081701	26/01/2026	5185/1	30/03/2026
GWL7J82	DA00086980	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
GXA9350	DA00088232	20/01/2026	5541/2	23/03/2026
GYG2460	DA00088116	20/01/2026	5185/1	23/03/2026
GYR3614	DA00088306	24/01/2026	5185/1	27/03/2026
GZP2F90	DA00089447	24/01/2026	5541/4	27/03/2026
HAF5B66	DM00039747	21/01/2026	5835/0	23/03/2026
HAF5B66	DM00039748	21/01/2026	5274/1	23/03/2026
HAF5B66	DM00039749	21/01/2026	6050/2	23/03/2026
HAF5B66	DM00039750	21/01/2026	5215/2	23/03/2026
HAF5B66	DM00039751	21/01/2026	5010/0	23/03/2026
HAM0917	DA00088325	26/01/2026	6050/1	30/03/2026
HAM1298	DA00085721	19/01/2026	5185/1	23/03/2026
HAR8I12	DA00088313	24/01/2026	6599/2	27/03/2026
HBG9I14	DA00088543	25/01/2026	5592/0	30/03/2026
HCO4839	DA00087448	19/01/2026	7633/1	23/03/2026
HCT2B31	DA00089134	21/01/2026	7340/0	24/03/2026
HCT6C22	DA00088115	20/01/2026	5185/1	23/03/2026
HDH5H08	DA00085720	19/01/2026	5185/1	23/03/2026
HDQ6339	DA00087132	26/01/2026	7633/1	30/03/2026
HDQ6535	DA00086530	22/01/2026	5592/0	24/03/2026
HDS4424	DA00088117	20/01/2026	6769/0	23/03/2026
HDX5090	DA00089442	24/01/2026	7340/0	27/03/2026
HEA5D74	DA00087131	26/01/2026	5550/0	30/03/2026
HEH1J52	DA00088222	20/01/2026	5541/2	23/03/2026
HFB5F48	DA00088221	20/01/2026	5541/2	23/03/2026
HFJ3424	DM00044494	21/01/2026	7030/1	23/03/2026
HFX5D26	DA00088350	20/01/2026	5592/0	23/03/2026
HGR4408	DA00088224	20/01/2026	5541/2	23/03/2026
HGZ3601	DA00086529	14/01/2026	5401/0	27/03/2026
HGZ9736	DM00050642	25/01/2026	7633/2	27/03/2026
HHT8H29	DA00088307	24/01/2026	6050/1	27/03/2026
HHT8H29	DA00088308	24/01/2026	6599/2	27/03/2026
HHU0A56	DA00083758	21/01/2026	7633/1	23/03/2026
HIE5B91	DA00088320	24/01/2026	7340/0	27/03/2026
HIP0153	DA00087568	21/01/2026	7633/1	23/03/2026
HIP5148	DA00085716	19/01/2026	5541/2	23/03/2026
HIZ0H10	DA00089438	24/01/2026	7340/0	27/03/2026
HJA6058	DA00088129	21/01/2026	5568/0	27/03/2026
HJL1387	DA00087815	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
HJL4F71	DA00089437	24/01/2026	5185/1	27/03/2026
HJR1D16	DA00086607	21/01/2026	5991/0	27/03/2026
HJZ6553	DA00086988	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
HKC0619	DA00088314	24/01/2026	6599/2	27/03/2026
HKD9D93	DA00088446	22/01/2026	5541/4	24/03/2026
HKN9J37	DA00088113	19/01/2026	7340/0	27/03/2026
HLA0790	DA00083763	22/01/2026	6050/1	24/03/2026
HLF5I02	DA00088882	24/01/2026	6050/1	30/03/2026
HLY4G00	DA00088884	25/01/2026	5550/0	30/03/2026
HMA5302	DA00088225	20/01/2026	5541/2	23/03/2026
HMA5A09	DA00088297	20/01/2026	6599/2	23/03/2026
HMB3C23	DA00083764	22/01/2026	6050/1	24/03/2026
HMB4J70	DA00088536	25/01/2026	5592/0	30/03/2026
HMQ5381	DA00086984	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
HMQ6I68	DA00086772	23/01/2026	5460/0	27/03/2026
HNG7B82	DA00087797	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
HNJ9365	DA00087786	23/01/2026	6050/1	27/03/2026
HNP1242	DA00089465	25/01/2026	7340/0	27/03/2026
JFE5253	DA00088347	16/01/2026	7633/1	23/03/2026
JFE5253	DA00088348	16/01/2026	6599/2	23/03/2026
JPE3346	DA00087811	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
KGY3B63	DA00087805	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
KXO9C29	DA00085713	19/01/2026	5541/2	23/03/2026
KZH8H00	DA00089138	22/01/2026	6050/1	27/03/2026
LJR5I73	DA00081700	21/01/2026	7366/2	23/03/2026
LMD9F14	DA00086981	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
LSL6A01	DA00087955	22/01/2026	5738/0	27/03/2026
MDY3J41	DA00088535	24/01/2026	5452/1	27/03/2026
NHG9G90	DA00088298	20/01/2026	6050/1	23/03/2026
NHG9G90	DA00088299	20/01/2026	6599/2	23/03/2026
NKO7734	DA00087794	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
NTV5A47	DA00085724	20/01/2026	6050/1	23/03/2026
NYC0E47	DA00088869	21/01/2026	7633/2	30/03/2026
NYC0E47	DA00088871	21/01/2026	6599/2	30/03/2026
NYF4I84	DA00088321	24/01/2026	5550/0	27/03/2026
OLS6B16	DA00087791	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
OLX5433	DA00083753	20/01/2026	5550/0	23/03/2026
OMB6710	DA00089439	24/01/2026	6769/0	27/03/2026
OMH2B04	DA00086121	23/01/2026	7633/1	27/03/2026
OOW0214	DA00087809	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
OOW2153	DA00087788	24/01/2026	5460/0	30/03/2026
OPS9230	DA00082073	22/01/2026	5541/4	24/03/2026
OPU7637	DA00088119	20/01/2026	5541/2	27/03/2026
OQG0A01	DA00086605	20/01/2026	5550/0	23/03/2026
OQG6928	DA00088302	20/01/2026	5991/0	23/03/2026

OQX4I57	DM00046402	25/01/2026	5274/1	27/03/2026
OQX4I57	DM00046403	25/01/2026	5010/0	27/03/2026
OQX4I57	DM00046404	25/01/2026	7056/1	30/03/2026
OWP8G77	DA00088878	23/01/2026	7633/2	30/03/2026
OWP8G77	DA00088879	23/01/2026	6599/2	30/03/2026
OXC3580	DA00088449	26/01/2026	5550/0	30/03/2026
PDN9G62	DA00087779	20/01/2026	5550/0	23/03/2026
PFQ8E30	DA00087128	21/01/2026	5541/7	23/03/2026
PRH4J21	DA00081699	21/01/2026	7633/2	23/03/2026
PUI1H31	DA00087567	21/01/2026	6050/1	23/03/2026
PVD4402	DA00087800	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
PVN9081	DA00088349	16/01/2026	5592/0	23/03/2026
PVV2361	DA00081429	23/01/2026	5460/0	27/03/2026
PVV8B79	DA00088309	24/01/2026	7340/0	27/03/2026
PWE7296	DA00088315	24/01/2026	6599/2	27/03/2026
PWI4272	DA00088440	20/01/2026	6050/2	23/03/2026
PWJ7E76	DA00089464	25/01/2026	5592/0	27/03/2026
PWK4527	DA00081696	16/01/2026	5550/0	23/03/2026
PXA6966	DA00081427	20/01/2026	6637/1	23/03/2026
PXT8H20	DA00089466	25/01/2026	5592/0	27/03/2026
PXT8H20	DA00089467	25/01/2026	6599/2	27/03/2026
PXY2A77	DA00088310	24/01/2026	7633/1	27/03/2026
PYC2F05	DA00085714	19/01/2026	5541/2	23/03/2026
PYK6084	DA00088876	23/01/2026	6050/1	30/03/2026
PYN8G27	DA00087785	23/01/2026	5541/4	27/03/2026
PZJ7J25	DA00083752	20/01/2026	5550/0	23/03/2026
PZT7346	DA00088226	20/01/2026	5541/2	23/03/2026
QNL8197	DA00088441	20/01/2026	5487/0	23/03/2026
QNM8C36	DA00088539	25/01/2026	5592/0	30/03/2026
QNR8535	DA00089446	24/01/2026	5665/0	27/03/2026
QNY0F39	DA00088934	26/01/2026	5541/4	30/03/2026
QOA0893	DA00089440	24/01/2026	7340/0	27/03/2026
QOW6H49	DA00082989	21/01/2026	7633/1	23/03/2026
QPE3D55	DA00087792	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
QQG3E76	DA00085979	22/01/2026	6050/1	27/03/2026
QQM5315	DA00086117	21/01/2026	5738/0	23/03/2026
QUF8451	DA00088132	24/01/2026	5525/0	27/03/2026
QXG2781	DA00086975	22/01/2026	5550/0	24/03/2026
RAP8I48	DA00088311	24/01/2026	5185/1	27/03/2026
RAP8I48	DA00088312	24/01/2026	6599/2	27/03/2026
RCJ9H85	DA00086983	26/01/2026	7633/2	30/03/2026
RFL2D24	DA00086973	20/01/2026	5550/0	23/03/2026
RFV3H81	DA00087784	23/01/2026	5460/0	27/03/2026
RFV3H81	DA00088444	20/01/2026	5550/0	23/03/2026
RFV8B47	DA00087780	20/01/2026	6599/2	23/03/2026
RMH1C68	DA00078701	26/01/2026	7633/1	30/03/2026
RMI9C50	DA00086971	20/01/2026	5541/3	23/03/2026
RMJ1B40	DA00087451	23/01/2026	5592/0	27/03/2026
RMJ8F29	DA00088874	21/01/2026	7633/2	30/03/2026
RMO9I81	DA00088447	26/01/2026	5541/4	30/03/2026
RMQ3A77	DA00088112	19/01/2026	5568/0	27/03/2026
RTQ8J95	DA00078700	23/01/2026	7633/2	27/03/2026
SGT4J46	DA00082024	21/01/2026	7633/1	23/03/2026
SHE3I94	DA00088121	20/01/2026	5592/0	23/03/2026
SIG8B33	DA00088130	21/01/2026	5568/0	27/03/2026
SJA8A30	DA00088109	19/01/2026	7340/0	27/03/2026
SJA9E14	DA00087813	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
SJD6G02	DA00088118	20/01/2026	5541/2	27/03/2026
SYP2E17	DA00089435	24/01/2026	7030/1	27/03/2026
SYT5B90	DA00083759	21/01/2026	5509/0	23/03/2026
SYT5B90	DA00085722	20/01/2026	5550/0	23/03/2026
TCG4H61	DA00087782	23/01/2026	5401/0	27/03/2026
TCR8A50	DA00087129	22/01/2026	5541/4	24/03/2026
TDD5G97	DA00088870	21/01/2026	7366/2	30/03/2026
TDW7B31	DA00088875	21/01/2026	5550/0	30/03/2026
TDW7E78	DA00088110	19/01/2026	7340/0	27/03/2026
TEP7C16	DA00081296	20/01/2026	5460/0	23/03/2026
TXC5A54	DA00086987	26/01/2026	5541/2	30/03/2026
TZA9C79	DA00087571	22/01/2026	6050/1	24/03/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1BCCB9C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 10/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 10/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em

conformidade com
as competências estabelecidas na Lei
9.503/97 - Código de
Trânsito Brasileiro
- CTB, e demais
regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2022,
bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas
Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista
que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido
cumprido o estabelecido no inciso II,
parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA PENALIDADE de multa referente à infração de trânsito os proprietários e/ou
infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposto o RECURSO perante à Junta Administrativa de Recurso de
Infração - JARI, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS,
ou via correios, no
endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E
ENDEREÇOS: Os
formulários poderão
ser retirados pelo
sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão
de sequência de
identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é:
placa, número do auto
de infração, datada infração, código da
infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 02 de fevereiro de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VALOR	VENCIMENTO
CCK2250	DA00084689	30/10/2025	7633/2	R$293,47	09/03/2026
CHH7851	DM00025003	31/10/2025	5045/0	R$293,47	12/03/2026
CNT4402	DA00084896	01/11/2025	5185/2	R$195,23	12/03/2026
DDN9F87	DM00044350	01/11/2025	5169/1	R$2.934,70	12/03/2026
DRS8A54	DA00083191	04/10/2025	5460/0	R$130,16	09/03/2026
DTB0843	DA00085049	28/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
DVD7222	DM00049364	02/11/2025	6050/1	R$293,47	12/03/2026
DWB7600	DA00084031	27/10/2025	6637/2	R$195,23	09/03/2026
ETO9G14	DA00083886	31/10/2025	5550/0	R$130,16	12/03/2026
EYZ3E17	DA00080703	28/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
EYZ9J76	DM00040745	21/11/2025	6050/1	R$293,47	12/03/2026
FAY2H67	DA00081955	30/10/2025	7340/0	R$130,16	09/03/2026
FAY2H67	DA00081956	30/10/2025	6602/0	R$293,47	09/03/2026
FAY2H67	DA00081957	30/10/2025	7056/1	R$293,47	09/03/2026
FKV2J11	DA00085339	29/10/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
FKV2J11	DA00085340	29/10/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
GDL9I38	DA00085168	24/10/2025	5487/0	R$195,23	09/03/2026
GFH8I25	DA00080188	30/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
GLG7J13	DA00084032	27/10/2025	6637/1	R$195,23	09/03/2026
GLI7794	DA00085435	31/10/2025	5541/1	R$195,23	12/03/2026
GMF9A32	DM00050195	01/11/2025	6637/1	R$195,23	12/03/2026
GMF9A32	DM00050196	01/11/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
GNL7I81	DA00084996	22/10/2025	7340/0	R$130,16	09/03/2026
GOR5A37	DM00045156	01/11/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
GOR5A37	DM00047089	02/11/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
GOX4915	DA00085012	28/10/2025	5452/1	R$195,23	12/03/2026
GQY7189	DA00081654	27/10/2025	5592/0	R$130,16	09/03/2026
GRV6D85	DA00085011	28/10/2025	5525/0	R$130,16	12/03/2026
GSY3C79	DA00080617	28/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
GTN4H60	DM00048435	27/10/2025	5010/0	R$880,41	09/03/2026
GTN4H60	DM00048436	27/10/2025	5835/0	R$195,23	09/03/2026
GTN4H60	DM00048437	27/10/2025	5274/1	R$2.934,70	09/03/2026
GTU9568	DA00083095	29/10/2025	6050/1	R$293,47	09/03/2026
GTW7E26	DA00085014	28/10/2025	5592/0	R$130,16	12/03/2026
GUL6457	DA00082821	30/10/2025	5185/1	R$195,23	09/03/2026
GUV2240	DA00083086	27/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
GVS9517	DA00085052	28/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
GVT2308	DA00084673	28/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
GWD3B53	DM00008368	28/10/2025	5010/0	R$880,41	09/03/2026
GWS0184	DM00050188	29/10/2025	6530/0	R$195,23	09/03/2026
GWS1806	DA00084681	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
GWS4092	DA00082809	27/10/2025	5010/0	R$880,41	09/03/2026
GWS4472	DM00050216	02/11/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
GWS4472	DM00050217	02/11/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
GWT3G40	DA00085063	31/10/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
GWY6J78	DM00042642	31/10/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
GXN7047	DA00085000	22/10/2025	7340/0	R$130,16	09/03/2026
GXT5962	DA00084195	29/10/2025	5185/1	R$195,23	12/03/2026
GYD1H89	DA00084150	02/10/2025	7625/1	R$293,47	09/03/2026
GYV9364	DA00081275	30/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
GYV9364	DA00081656	30/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
GZB6E44	DA00082805	27/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026

GZQ9779	DA00084888	29/10/2025	5568/0	R$195,23	09/03/2026
GZY3156	DM00047489	29/10/2025	5045/0	R$293,47	09/03/2026
GZY3156	DM00047490	29/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
GZY3156	DM00047491	29/10/2025	6556/1	R$293,47	09/03/2026
HAC3B07	DA00085346	29/10/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
HAG0I82	DM00042382	02/11/2025	5185/2	R$195,23	12/03/2026
HAH3300	DA00085357	30/10/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
HAM0265	DA00082818	30/10/2025	5185/1	R$195,23	09/03/2026
HBQ2880	DA00084466	28/10/2025	5541/4	R$195,23	09/03/2026
HBS5002	DA00085199	30/10/2025	5185/1	R$195,23	09/03/2026
HBU0758	DA00084666	28/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
HCB8665	DA00082803	27/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
HCF1738	DA00083091	28/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
HCF1738	DA00084884	28/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
HCG5164	DA00084196	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
HCG9183	DM00049533	26/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
HCI8D07	DM00050210	02/11/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
HCI8D07	DM00050211	02/11/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
HCI8D07	DM00050212	02/11/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
HCS1757	DA00085358	30/10/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
HCU1008	DA00084471	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
HCU3024	DA00082802	27/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
HDG8A15	DA00080181	28/10/2025	5835/0	R$195,23	09/03/2026
HDI7799	DA00085267	30/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
HDS4704	DA00082807	27/10/2025	5045/0	R$293,47	09/03/2026
HDS4B36	DA00085031	31/10/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
HDS8652	DA00085027	30/10/2025	5185/1	R$195,23	12/03/2026
HDU0007	DA00083087	27/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
HDU7I08	DM00042643	31/10/2025	5738/0	R$293,47	12/03/2026
HDY2D13	DM00042377	27/10/2025	5010/0	R$880,41	09/03/2026
HFA1I95	DM00045162	01/11/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
HFK9930	DA00083895	31/10/2025	5550/0	R$130,16	12/03/2026
HFQ0C45	DM00046463	31/10/2025	5274/1	R$2.934,70	12/03/2026
HFQ0C45	DM00046464	31/10/2025	5835/0	R$195,23	12/03/2026
HFQ0C45	DM00046465	31/10/2025	6637/2	R$195,23	12/03/2026
HFQ0C45	DM00046466	31/10/2025	6726/1	R$195,23	12/03/2026
HFQ0C45	DM00046469	31/10/2025	5215/1	R$293,47	12/03/2026
HFQ0C45	DM00046471	31/10/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
HFS7924	DA00078661	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
HGE4046	DA00082810	29/10/2025	5037/1	R$586,94	09/03/2026
HGE4046	DA00082811	29/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
HGF5792	DA00084694	30/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
HGM0639	DA00085009	28/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
HGS4665	DA00083084	27/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
HGU7I43	DA00085350	29/10/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
HGU7I43	DA00085351	29/10/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
HGU7I43	DA00085352	29/10/2025	6637/1	R$195,23	12/03/2026
HGX5772	DA00084880	23/10/2025	5541/4	R$195,23	09/03/2026
HGY9017	DA00085006	24/10/2025	6769/0	R$130,16	09/03/2026
HGZ3023	DM00048442	02/11/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
HGZ8090	DA00083212	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
HGZ9A06	DA00085355	30/10/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
HGZ9A06	DA00085356	30/10/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
HHS0347	DA00085253	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
HIT0J99	DA00084477	30/10/2025	5380/0	R$130,16	09/03/2026
HIV2536	DM00049849	31/10/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
HJA6516	DA00085019	30/10/2025	5185/1	R$195,23	12/03/2026
HJC7086	DA00084482	31/10/2025	6050/1	R$293,47	12/03/2026
HKA8E39	DA00085439	01/11/2025	5738/0	R$293,47	12/03/2026
HKQ4636	DA00084662	27/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
HKQ6484	DA00085191	29/10/2025	5720/0	R$195,23	09/03/2026
HKQ8392	DA00083205	27/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
HKW3C77	DM00026421	29/10/2025	5487/0	R$195,23	09/03/2026
HKY7E93	DM00038885	01/11/2025	5738/0	R$293,47	12/03/2026
HLS0132	DA00085437	01/11/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
HME9D40	DA00083090	28/10/2025	7340/0	R$130,16	09/03/2026
HME9F95	DA00085349	29/10/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
HMG2032	DA00084555	31/10/2025	5720/0	R$195,23	12/03/2026
HMI8508	DA00084695	30/10/2025	5541/2	R$195,23	12/03/2026
HMK9700	DA00083208	27/10/2025	5460/0	R$130,16	09/03/2026
HMK9G24	DA00085062	29/10/2025	5835/0	R$195,23	09/03/2026
HMK9G24	DA00085348	29/10/2025	6050/2	R$293,47	12/03/2026
HMN1E46	DA00084476	30/10/2025	5487/0	R$195,23	09/03/2026
HMQ4465	DA00085176	27/10/2025	5185/1	R$195,23	09/03/2026
HMR5523	DA00082043	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
HNA7218	DA00080619	28/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
HNG4I18	DA00084679	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
HNP1141	DM00049850	01/11/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
HNS2930	DA00080620	28/10/2025	5568/0	R$195,23	09/03/2026
HOC8119	DA00085557	10/11/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
HOF0G30	DA00084682	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
IUJ9550	DM00049361	31/10/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
IUJ9550	DM00049362	31/10/2025	5207/0	R$88,38	12/03/2026
IUJ9F50	DM00038423	01/11/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
IYG6B82	DA00085058	29/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
JEW3I45	DA00081661	31/10/2025	7633/1	R$293,47	12/03/2026
JHE7526	DA00083089	27/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
JIV5G01	DA00081954	30/10/2025	7625/1	R$293,47	09/03/2026
JPD6B47	DA00084552	27/10/2025	6530/0	R$195,23	09/03/2026

JPD6B47	DA00084881	23/10/2025	6548/0	R$130,16	09/03/2026
JPS0994	DM00017646	31/10/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
KJU7257	DA00085347	29/10/2025	5045/0	R$293,47	12/03/2026
KKC9F59	DA00084478	31/10/2025	6050/1	R$293,47	12/03/2026
KWX0I91	DA00080185	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
LUP9H27	DM00050213	02/11/2025	5215/1	R$293,47	12/03/2026
LUP9H27	DM00050214	02/11/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
MQW7B98	DA00084292	29/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
NDM0D48	DM00021532	31/10/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
NLM8I98	DA00083881	27/10/2025	7633/2	R$293,47	09/03/2026
NLM8I98	DA00083882	27/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
NUT6I95	DA00080183	29/10/2025	6050/1	R$293,47	09/03/2026
NXX2943	DA00085353	30/10/2025	5541/4	R$195,23	12/03/2026
NYB9A99	DA00080614	28/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
NYC3J45	DA00084987	21/10/2025	5568/0	R$195,23	09/03/2026
NYG7743	DA00083887	31/10/2025	5550/0	R$130,16	12/03/2026
OOZ4I48	DA00082819	30/10/2025	5185/1	R$195,23	09/03/2026
OPH3239	DA00082804	27/10/2025	5010/0	R$880,41	09/03/2026
OPJ8349	DA00085173	27/10/2025	5541/1	R$195,23	09/03/2026
OPQ0479	DA00080618	28/10/2025	5568/0	R$195,23	09/03/2026
OPT8806	DA00085354	30/10/2025	5460/0	R$130,16	12/03/2026
OQD6H24	DM00050200	01/11/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
OQJ5323	DA00084690	30/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
OQJ5E42	DA00085059	29/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
OQJ5E42	DA00085060	29/10/2025	5010/0	R$880,41	09/03/2026
OWY7756	DA00085252	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
OWZ3A23	DA00082801	27/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
OYJ1F09	DA00084475	30/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
OYN6G61	DA00085244	27/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
PCW0G66	DA00084293	31/10/2025	5592/0	R$130,16	12/03/2026
PUG9120	DA00084692	30/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
PUJ2A56	DA00084669	28/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
PUJ6942	DA00082817	30/10/2025	5185/1	R$195,23	09/03/2026
PUJ7H75	DA00081653	27/10/2025	5592/0	R$130,16	09/03/2026
PUM0H98	DA00081273	27/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
PUT0153	DA00084693	30/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
PVA4C07	DA00080190	31/10/2025	7633/1	R$293,47	12/03/2026
PVK2D23	DA00085189	29/10/2025	5720/0	R$195,23	09/03/2026
PVK2D23	DA00085190	29/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
PVX4331	DM00050178	24/10/2025	5274/1	R$2.934,70	09/03/2026
PVX4331	DM00050182	24/10/2025	6602/0	R$293,47	09/03/2026
PVX4331	DM00050183	24/10/2025	5738/0	R$293,47	09/03/2026
PVX4331	DM00050184	24/10/2025	5215/2	R$293,47	09/03/2026
PWA8E66	DM00047176	31/10/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
PWA8E66	DM00047177	31/10/2025	5738/0	R$293,47	12/03/2026
PWA8E66	DM00047178	31/10/2025	7030/1	R$293,47	12/03/2026
PWD4855	DM00049363	02/11/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
PWG4J56	DM00040994	27/10/2025	5568/0	R$195,23	09/03/2026
PWU3816	DA00085263	30/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
PWV9755	DA00083870	20/10/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
PWX7I02	DA00084886	28/10/2025	5541/4	R$195,23	09/03/2026
PXA5849	DA00083211	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
PXF7702	DA00085260	30/10/2025	5185/1	R$195,23	09/03/2026
PXH9I14	DA00084554	31/10/2025	5592/0	R$130,16	12/03/2026
PXQ6A13	DA00083213	31/10/2025	5550/0	R$130,16	12/03/2026
PXV4748	DA00084885	28/10/2025	5541/4	R$195,23	09/03/2026
PZB1I43	DA00085345	29/10/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
PZK1E72	DA00082042	27/10/2025	5258/3	R$2.934,70	09/03/2026
PZN2171	DM00050215	02/11/2025	6599/2	R$293,47	12/03/2026
QFC1I65	DA00084472	29/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
QKP2J96	DA00085245	27/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
QNH6177	DM00047173	28/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
QNY1890	DA00084684	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
QOC1258	DA00085343	29/10/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
QOJ2B80	DA00084887	29/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
QOK7B03	DA00063786	30/10/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
QOU1H17	DM00049365	02/11/2025	6530/0	R$195,23	12/03/2026
QOW1F77	DA00083885	31/10/2025	5550/0	R$130,16	12/03/2026
QOX8I20	DM00050201	01/11/2025	6653/2	R$195,23	12/03/2026
QPU1010	DA00084665	27/10/2025	5410/0	R$130,16	09/03/2026
QQB2F53	DA00080615	28/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
QQC2929	DA00084463	27/10/2025	7625/2	R$293,47	09/03/2026
QRI1D84	DA00085016	30/10/2025	7633/1	R$293,47	12/03/2026
QUL1E35	DA00083088	27/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
QUQ1B38	DM00041704	21/10/2025	7366/2	R$130,16	12/03/2026
QVU7I14	DA00085213	01/11/2025	6637/1	R$195,23	12/03/2026
QXJ1A06	DA00084664	27/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
RCM2E65	DA00085203	30/10/2025	5185/1	R$195,23	12/03/2026
RFR3F95	DA00080187	30/10/2025	7633/1	R$293,47	09/03/2026
RMF8F77	DA00085341	29/10/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
RMF8F77	DA00085342	29/10/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
RMZ1C95	DA00082815	29/10/2025	6599/2	R$293,47	09/03/2026
RNB7J95	DA00081662	31/10/2025	6050/1	R$293,47	12/03/2026
RSA1I46	DA00084001	16/10/2025	6637/1	R$195,23	09/03/2026
RTA5J17	DM00045157	01/11/2025	5835/0	R$195,23	12/03/2026
RTA5J17	DM00045158	01/11/2025	5738/0	R$293,47	12/03/2026
RTA5J17	DM00045159	01/11/2025	5215/2	R$293,47	12/03/2026
RTA5J17	DM00045160	01/11/2025	6050/2	R$293,47	12/03/2026
RTA5J17	DM00045161	01/11/2025	5274/1	R$2.934,70	12/03/2026

RTU0E62	DA00082946	30/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
RVZ8I24	DM00048340	01/11/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
RVZ8I24	DM00048341	01/11/2025	5118/0	R$880,41	12/03/2026
SGM0B98	DA00084470	29/10/2025	7633/2	R$293,47	09/03/2026
SHK8G27	DA00084890	30/10/2025	7633/2	R$293,47	12/03/2026
SHM8D26	DA00084680	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
SIJ4A56	DA00085336	27/10/2025	5010/0	R$880,41	09/03/2026
SIJ8F71	DA00082945	28/10/2025	5592/0	R$130,16	09/03/2026
SIK7D75	DA00085024	30/10/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
SIV4D68	DM00041705	29/10/2025	7366/2	R$130,16	09/03/2026
SJI6B02	DA00084677	29/10/2025	5541/2	R$195,23	09/03/2026
SJI8G77	DA00085179	28/10/2025	6050/1	R$293,47	09/03/2026
SSO7D37	DA00085010	28/10/2025	5592/0	R$130,16	12/03/2026
SYC5I28	DA00083079	24/10/2025	5720/0	R$195,23	09/03/2026
SYM5F30	DA00085178	27/10/2025	7340/0	R$130,16	09/03/2026
SYP5G10	DA00085333	27/10/2025	7340/0	R$130,16	09/03/2026
SYQ3F39	DA00084193	27/10/2025	5550/0	R$130,16	09/03/2026
TCG3H02	DA00084986	21/10/2025	5592/0	R$130,16	09/03/2026
TCG9D56	DA00084465	28/10/2025	5541/4	R$195,23	09/03/2026
TDJ5E51	DA00084483	31/10/2025	6050/1	R$293,47	12/03/2026
TDX1H45	DA00085054	28/10/2025	5541/4	R$195,23	09/03/2026
TEJ7I23	DA00084999	22/10/2025	6068/1	R$195,23	09/03/2026
TEL4E09	DM00042378	01/11/2025	7048/1	R$293,47	12/03/2026
TEQ2H91	DM00050190	01/11/2025	5010/0	R$880,41	12/03/2026
TEQ2H91	DM00050191	01/11/2025	5274/1	R$2.934,70	12/03/2026
TEQ2H91	DM00050192	01/11/2025	7340/0	R$130,16	12/03/2026
TUF1D86	DA00083883	28/10/2025	7340/0	R$130,16	09/03/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D1927D09

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

JURÍDICO
LEI Nº 1.240 DE 22 DE JANEIRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GUARANI, ALTERA A LEI Nº 825, DE 19 DE JUNHO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Guarani faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social de Guarani, passam a ser regidas por esta Lei, com as seguintes alterações e acréscimos promovidos nos dispositivos abaixo indicados.

Art. 2ºA Lei nº 825, de 19 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VI
Do plano de benefícios
Seção I
Da Aposentadoria Por Incapacidade Permanente (NR)

Art. 46-A. A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho é devida ao servidor que for considerado, mediante perícia oficial em saúde, incapaz definitivamente para o exercício de seu cargo e insusceptível de reabilitação ou de readaptação para o exercício de outro cargo, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliação médico-pericial a ser efetuada, no máximo, a cada 2 (dois) anos, para a verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

§1º. Os proventos de aposentadoria de que trata este artigo serão calculados na forma do art. 81-A, observada a exceção quando a incapacidade permanente decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho, especificada na legislação federal e com base na conclusão da perícia médica do GUARANIPREVI.

§2º. Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, equiparando-se a acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:
I -o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
II -o acidente sofrido pelo servidor no local e no horário do trabalho, em consequência de:
a)ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
b)ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
c)ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
d)ato de pessoa privada do uso da razão;
e)desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;
III -a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício do cargo;
IV -o acidente sofrido pelo servidor ainda que fora do local e horário de serviço:
a)na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
b)na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
c)em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor;

d)no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor.
V -Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§3º.O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho não poderá exercer nenhuma outra atividade e, caso retorne voluntariamente à atividade, terá sua aposentadoria automaticamente cancelada a partir da data do retorno.

§4º.O servidor segurado do RPPS somente fará jus à aposentadoria por incapacidade permanente desde que comprovado, prévia e cumulativamente, o atendimento aos requisitos seguintes:
I -participação em Programa de Readaptação, a ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo e observado o disposto no § 13 do Art. 37 da Constituição Federal, inclusive para o exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem;
II -ausência de possibilidade de ser recuperada a capacidade laborativa;
III -submissão prévia à avaliação pericial médica oficial do RPPS que comprovará essas situações por laudo.

§5º.A doença ou a lesão que o servidor possuía antes de se filiar ao RPPS não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou de agravamento dessa doença ou lesão, após ter entrado no exercício do cargo ou da função, mediante avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e observado o disposto no § 1º deste artigo, quanto ao Programa de Readaptação.

§6º. Caberá à perícia oficial solicitar, quando necessário para conclusão sobre a incapacidade do servidor, parecer de outros especialistas na doença para fundamentar a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

§7°.O período entre o término da licença e a publicação do ato de aposentadoria é considerado prorrogação da licença, custeado pelo órgão ou entidade de lotação do servidor.

§8º. No transcurso do período da aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, se for verificada, após avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, a cessação dos motivos de doença determinantes da aposentadoria, cessar-se-á o benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, sendo o servidor revertido ao serviço público ou posto em disponibilidade, devendo ser observado o disposto quanto ao Programa de Readaptação.

§9º.O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença mental somente será feito ao curador do servidor, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§10. Suspende-se o pagamento do benefício do aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, que não se submeter à avaliação pericial médica oficial realizada pelo RPPS, observado que:
I -A avaliação pericial médica perdura até o aposentado atingir a idade limite para permanência no serviço público.
II -Comprovada, mediante avaliação pericial médica oficial realizada pelo RPPS, a recuperação da capacidade laborativa, o benefício será revogado.

§11. Em face da decisão que revogar a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, caberá recurso ao GUARANIPREVI, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação do ato de cassação, com a devida notificação ao servidor, direcionado ao Conselho Deliberativo e ensejará a reavaliação por Junta Médica Oficial, composta por três profissionais."

Seção II
Da Aposentadoria Compulsória (NR)

Art. 51-A.O segurado será automaticamente aposentado aos 75 (setenta e cinco) anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 81-A, não podendo ser inferior ao valor do salário-mínimo.

Parágrafo único.A aposentadoria será declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço."

Seção IV
Da Aposentadoria Voluntária Por Idade" (NR)

Art. 53-A.O servidor fará jus à aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e calculados conforme o art. 81-A desta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I -62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem;
II -25 (vinte e cinco anos) de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria." (NR)

Da Aposentadoria Voluntária Do Professor

Art. 53-B.O servidor professor fará jus à aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e calculados conforme o art. 81-A desta Lei, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I -57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
II -25 (vinte e cinco anos) de tempo de contribuição exclusivamente de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez anos) de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§1º -São consideradas funções de magistério, as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas por profissionais de carreira, em estabelecimento de educação básica, no exercício da função de direção de unidade escolar, de coordenação e assessoramento pedagógico.

Da Aposentadoria Especial Do Deficiente

Art. 53-C.O servidor com deficiência segurado do RPPS, desde que cumpridos, o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, será aposentado na forma da Lei Complementar Federal nº 142, de 8 de maio de 2013, inclusive quanto aos critérios de cálculo dos benefícios.

Parágrafo único.A aplicação da Lei Complementar Federal nº 142, de 2013, vigorará até que lei complementar federal discipline o § 4º-A do art. 40 da Constituição Federal.

Da Aposentadoria Especial Pela Exposição A Agentes Nocivos

Art. 53-D.O servidor segurado do RPPS cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, de ambos os sexos, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, poderá ser aposentado, quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I -60 (sessenta) anos de idade;
II -25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição;
III -10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público; e
IV -5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§1º.A aposentadoria a que se refere este artigo observará, adicionalmente, as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), naquilo em que não conflitar com as regras específicas aplicáveis ao RPPS/União, vedada a conversão de tempo especial em comum.
§2º. Será admitida a conversão de tempo especial em comum exclusivamente do período enquadrado como especial até a publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, nos termos do TEMA 942 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal.

Seção IX
Da Pensão Por Morte (NR)

Art. 66-A.A pensão por morte concedida a dependente de servidor público municipal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teriam direito se fossem aposentados por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de cem por cento, observado o valor mínimo de que trata o art. 40, §7º e o art. 201, §2º da Constituição Federal.

§1º. As cotas por dependente, rateadas em partes iguais, cessarão com a perda desta qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§2º. Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o*caput*será equivalente a:
I -100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); e
II -uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

§3º. Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no caput e no § 1º deste artigo.

§4º. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:
I -sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente;
II -desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§5º.A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do servidor ausente, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ou deve ser cancelada com reaparecimento do servidor, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§6º.A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do servidor que falecer, na condição de servidor ativo ou aposentado, a contar da data:
I -do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta dias) após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes;
II -do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I deste artigo;
III -da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§7º. Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do servidor, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§8º. Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
§9º.O pensionista de que trata o §4º deverá anualmente declarar que o servidor permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do RPPS o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

§10.A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do servidor, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

§11.O direito à percepção de cada cota individual cessará:
I- pela morte do pensionista;
II -pela anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;
III -para filho(a), para pessoa a ele equiparada ou irmão(a), ao completar 18 (dezoito) anos de idade, salvo se for beneficiário inválido ou tiver deficiência intelectual, mental ou grave;
IV -pela cessação da incapacidade em se tratando de beneficiário inválido, o afastamento da deficiência, em se tratando de beneficiário com deficiência, ou o levantamento da interdição, em se tratando de beneficiário com deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "a" e "b" do inciso VIII deste parágrafo e a comprovação em avaliação pericial oficial realizada pelo RPPS;
V -pelo decurso do prazo de recebimento de pensão pelo cônjuge, companheiro ou companheira, ou cônjuge divorciado ou separado com percepção de pensão alimentícia, nos termos do inciso VIII, alíneas "a" e "b", deste parágrafo;
VI -pela acumulação de pensão, na forma desta Lei;
VII -pela renúncia expressa;
VIII -para o cônjuge ou companheiro e o cônjuge divorciado ou separado com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente:
a)se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor, cessará em 4 (quatro) meses;
b)se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável, cessará nos períodos especificados nos itens abaixo, de acordo com a idade do beneficiário na data do óbito do servidor, devendo o beneficiário contar:
1.com menos de 21 (vinte e um) anos de idade, em 3 (três) anos;
2.entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade, em 6 (seis) anos;
3.entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade, em 10 (dez) anos;
4.entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade, em 15 (quinze) anos;
5.entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade, em 20 (vinte) anos;
6.com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade, é vitalício.
§12. Se o óbito do servidor decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, o cônjuge ou companheiro e o cônjuge divorciado ou separado com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente fará jus ao benefício da pensão por morte independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável, respeitado os prazos e idades previstos na alínea "b" do inciso VIII do §11 deste artigo.

§13. As idades fixadas para os fins previstos na alínea "b" do inciso VIII do § 11 deste artigo acompanharão aquelas fixadas no âmbito do RPPS da União e do RGPS, aferível na data do fato gerador da pensão.

§14.O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais, de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso VIII do § 11 deste artigo.

§15.A invalidez do dependente será sempre apurada por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica, no máximo, a cada 2 (dois) anos.

§16.A critério da Administração, o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das referidas condições."

CAPÍTULO VIII
Das Regras de Transição para Aposentadoria e Pensão (NR)
Seção I
Disposições Gerais

Art. 75-A.A concessão de aposentadoria ao servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social e de pensão por morte a seus dependentes observará os requisitos e os critérios exigidos pela legislação vigente até a data de entrada em vigor desta Lei 0, sendo assegurada a qualquer tempo.

§1º. Os proventos de aposentadoria devidos ao servidor público a que se refere o*caput*e as pensões por morte devidas a seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação vigente até a data de entrada em vigor desta Lei.

Seção II
Regra de Pontos
(Art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Art. 75-B. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria voluntária prevista no Art. 53-A desta lei, nos moldes do inciso III do § 1º do Art. 40 da Constituição Federal, pelos servidores efetivos ativos dos Poderes Municipal, incluídos os das Autarquias e das Fundações, que tenham ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data da entrada em vigor desta Lei, poderão aposentar-se voluntariamente por tempo de contribuição quando preencherem, cumulativamente, os seguintes requisitos, estabelecidos no Art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019:
I –56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º deste artigo;
II –30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;
III –20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
IV –5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;
V –somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 90 (noventa) pontos, se mulher, e 100 (cem) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§1º.A partir de 1º de janeiro de 2026, a idade mínima a que se refere o inciso I do caput será de 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§2º.A partir de 1º de janeiro de 2026, a pontuação a que se refere o inciso V do caput será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem, conforme quadro a seguir:

ANO	PONTOS PARA HOMENS	PONTOS PARA MULHERES
2026	100	90
2027	101	91
2028	102	92
2029	103	93
2030	104	94
2031	105 (LIMITE)	95
2032	105	96
2033	105	97
2034	105	98
2035	...	99
2036	…	100 (LIMITE)

§3º. A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso V do caput e o § 2º deste artigo.

§4º. Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do*caput*serão:
I -51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;
II -25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem; e
III -52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2026.

§5º.O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V do*caput*para as pessoas a que se refere o § 4º deste artigo, incluídas as frações, será de 85 (oitenta e cinco) pontos, se mulher, e 95 (noventa e cinco) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 2026, 1 (um) ponto a cada ano, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem, conforme quadro a seguir:

ANO	PONTOS PARA PROFESSORES	PONTOS PARA PROFESSORAS
2026	95	85
2027	96	86
2028	97	87
2029	98	88
2030	99	89
2031	100 (LIMITE)	90
2032	...	91
2033	…	92 (LIMITE)

§6º. Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:
I -à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público municipal em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção ao Regime de Previdência Complementar, desde que tenha, no mínimo, 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4º, 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
II -ao valor apurado na forma do §2º do Art. 81-A desta Lei, para o servidor público não contemplado no inciso I.

§7º. Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor do salário-mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal e serão reajustados:
I -de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 6º; ou
II -nos termos estabelecidos no art. 81-C desta Lei, mesmo critério do Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II do § 6º.

§8º. Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I do § 6º ou no inciso I do § 2º do art. 75-C, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:
I -se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;
II -se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem."

Seção III
Regra do Pedágio (100%)
(Art. 20 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Art. 75-C. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria voluntária prevista no Art. 53-A desta lei, nos moldes do inciso III do § 1º do Art. 40 da Constituição Federal, ou à aposentadoria voluntária nos termos do Art. 75-B desta Lei, o servidor público do Município, que tiver ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, nos termos do Art. 20 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, os seguintes requisitos:
I -57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
II -30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III –20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para os servidores públicos;
IV -período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Lei, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II do caput deste artigo.

§1º. Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em cinco anos.

§2º.O valor dos proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:
I -em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do art. 75-B; e
II -em relação aos demais servidores públicos, ao valor apurado na forma do §3º do Art. 81-A desta Lei.

§3º.O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor do salário-mínimo, a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal, e será reajustado:
I -de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 2º;
II -nos termos estabelecidos no art. 81-C desta Lei, mesmo critério do Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II do § 2º."

Seção IV
Transição da Aposentadoria Especial pela Exposição a Agentes Nocivos
(Art. 21 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Art. 75-D. O servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei, cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos, o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma dos arts. 57 e 58 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderão aposentar-se quando o total da soma resultante da sua idade e do tempo de contribuição forem de 86 (oitenta e seis) pontos e 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição.

§1º.A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se refere o caput.

§2º.O valor da aposentadoria de que trata este artigo será apurado na forma do §5º do Art. 81-A desta Lei."

CAPÍTULO IX
Do Abono de Permanência

Art. 80-A.O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria compulsória.

§1°.O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§2°.O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do órgão ou entidade de vinculação do servidor e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

Art. 80-B.O abono previsto no artigo anterior será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data da publicação desta lei, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária com base no disposto na alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, na redação vigente até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, no art. 2º, no § 1º do art. 3º ou no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e que optar por permanecer em atividade, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

CAPÍTULO X
Da Regra de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios
Seção I
Cálculo dos Proventos de Aposentadoria" (NR)

Art. 81-A. No cálculo dos proventos dos benefícios previstos nos artigos. 46-A, 51-A, 53-A, 53-B e 66-A desta lei, será utilizada a média dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente na forma estabelecida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), correspondentes ao período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§1º.A média a que se refere o*caput*será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do Regime de Previdência Complementar ou tenha exercido a opção a este regime, nos termos do disposto nos §§ 14 a 16 do Art. 40 da Constituição Federal de 1988.

§2º.O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no*caput*e no § 1º deste artigo, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:
I –dos servidores públicos titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público no Município de Guarani a partir de 1º de janeiro de 2004 ou que tenham ingressado em data anterior a esta e que não cumpram as regras, condições e requisitos estabelecidos nas regras de transição previstas na Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e referendadas nesta Lei, ou que optem pelo direito à aposentadoria voluntária prevista no art. 53-A desta lei.

II -das aposentadorias voluntárias; por incapacidade permanente para o trabalho, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º deste Artigo; compulsória, observado o disposto no § 4º deste artigo; as aposentadorias com requisitos diferenciados dos professores; servidores que exercerem atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
III –dos servidores do município que tenham ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei, cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes e que optar pela regra de transição prevista no Art. 75-D desta lei ou Art. 21 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

§3º.O valor dos proventos do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no*caput*e no § 1º deste artigo:
I –dos servidores públicos titulares de cargo efetivo que tenham ingressado no serviço público municipal a partir de 1º de janeiro de 2004 e que tenham feito a opção pela regra de transição prevista no Art. 75-C desta lei e Art. 20 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
II -no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.

§4º.A aposentadoria compulsória, cujo valor do benefício da aposentadoria corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 (vinte) anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do*caput*do § 2º deste artigo, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável.

§5º.O acréscimo a que se refere o*caput*do § 2º deste artigo será aplicado para cada ano que exceder 15 (quinze) anos de tempo de contribuição para os servidores de que tratam o Art. 75-D desta Lei, bem como o Art. 21 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

§6º. Poderão ser excluídas da média, as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo a que se refere o § 2º deste artigo e para a averbação em outro regime previdenciário.

§7º. As remunerações de contribuição adotadas como base, na realização da média aritmética, para cálculo dos proventos, terão seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

§8º. Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:
I -superiores ao limite máximo do salário de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
II -superiores ao valor limite fixado nos termos do inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal.

§9º. Os proventos, calculados de acordo com o c*aput*deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§10. Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§11. Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 da Constituição Federal de 1988, quanto à instituição do Regime de Previdência Complementar."

Seção II
Cálculo da Pensão por Morte

Art. 81-B.A pensão por morte concedida a dependente de servidor segurado do RPPS será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, se ativo, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

Seção III
Do Reajustamento

Art. 81-C. Os benefícios calculados com base no disposto neste capítulo, previstos nos artigos 46-A, 51-A, 53-A, 53-B, 53-C, 53-D, 66-A e 75-D serão reajustados nos mesmos termos, índice e data, estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS."

Seção IV
Da Acumulação de Benefícios

Art. 81-D.É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal, sendo admitido a acumulação de:
I -pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;
II -pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou
III -pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

§1º. Nas hipóteses das acumulações previstas nos incisos I, II e III, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:
I -60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;

II -40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;
III -20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e
IV -10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.

§2º.A aplicação do disposto neste artigo poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§3º. As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data da publicação da Emenda Constitucional 103, em 13 de novembro de 2019.

§4º. As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019 poderão ser alteradas na forma do § 6º do art. 40 e do § 15 do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 81-E.É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 80-A.

Parágrafo Único.O disposto no*caput*não se aplica as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 81-A, respeitado, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

CAPÍTULO XII
Das Disposições Gerais sobre os Benefícios

Art. 94-A. Na fixação da data de ingresso no serviço público, para fins de verificação do direito de opção pelas regras de transição para concessão de aposentadoria, quando o segurado tiver ocupado, sem interrupção, sucessivos cargos efetivos na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, em qualquer dos entes federativos, será considerada a data da investidura mais remota dentre as ininterruptas.

Art. 3º.A alíquota de contribuição dos segurados em atividade do Regime Próprio de Previdência Social de Guarani corresponderá a 14,00% (quatorze por cento) sobre a remuneração de contribuição, a ser descontada e recolhida pelo órgão ou entidade a que se vincule o servidor, inclusive em caso de cessão, hipótese em que o respectivo termo deverá estabelecer o regime de transferência dos valores de responsabilidade do servidor e do órgão ou entidade cessionária.

Art. 4º. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social, com percentual igual ao estabelecido para os segurados em atividade de 14,00% (quatorze por cento), quando os proventos superarem o teto estabelecido pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 5º.A alíquota de contribuição normal do Município, suas autarquias e fundações, será de 22% (vinte e dois por cento) incidente sobre a remuneração de contribuição do servidor ativo professor, do servidor com deficiência e do servidor cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.

Art. 6º.A alíquota de contribuição normal do Município, suas autarquias e fundações, será de 22% (vinte e dois por cento) incidente sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos não abrangidos no Art. 5º desta Lei.

Art. 7º. Fica reestrutura o plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, apurado mediante Avaliação Atuarial sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, conforme aportes anuais de recursos periódicos devidos pelo Município a serem pagos em 12 (doze) parcelas referentes a cada exercício financeiro apresentados na tabela a seguir:

ANO	APORTE ANUAL
2025	R$ 5.346.275,12
2026	R$ 6.446.156,41
2027	R$ 6.130.068,54
2028	R$ 6.135.996,26
2029	R$6.160.685,48
2030	R$ 6.185.254,88
2031	R$ 6.209.699,60
2032	R$ 6.234.014,69
2033	R$ 6.258.195,11
2034	R$ 6.282.235,73
2035	R$6.306.131,35
2036	R$ 6.329.876,66
2037	R$6.353.466,27
2038	R$ 6.376.894,67

Art. 8º Revogam-se os artigos 46 ao 54, 66 ao 72, 75 ao 85 e 95 todos da Lei nº 825, de 19 de junho de 2017.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor em 01/01/2027.

Guarani, 22 de janeiro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito do Município de Guarani

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:59DC8E1F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026/SMCET/FMC SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS CARNAVAL 2026 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA RESULTADO FINAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026/SMCET/FMC
SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS
CARNAVAL 2026 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

RESULTADO FINAL

1 – A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Guaxupé, torna público o Resultado Final de que trata o item 12.11 do Edital, bem como a listagem de recursos e respectivas decisões.

2 – Ficam convocados os agentes culturais selecionados e habilitados para assinatura dos Termos de Execução Cultural, a partir do dia 04 de fevereiro de 2026.

Guaxupé, 02 de fevereiro de 2026

CASSIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

RESULTADO FINAL

Categoria Música – Subcategoria Banda/Grupo Musical R$8.000,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO	
1	36/2026	Leandro de Almeida Varriano	Banda Versátil Axé anos 90 2000	95	Selecionado	Habilitado
2	26/2026	Marcelo Francisco do Carmo	Só moda obrigatória 2026	92	Selecionado	Habilitado
3	29/2026	João Paulo de Sá Molin	João Paulo Molin ¨Elétrico¨	91	Selecionado	Habilitado
4	18/2026	Cristiano Alves Pereira	Johnny Marques e Cristiano - Axé Bahia	89	Selecionado	Habilitado
5	32/2026	Maurício Farah Charavallote	Mauricio Farah apresenta: Farahzinho no carnaval de Guaxupé	88	Selecionado	
6	41/2026	Antonio Carlos de Melo Junior	Ritmo da Folia	77	Suplente	
7	15/2026	Rogério Faria	Samba bola cheia no Carnaval 2026	71	Suplente	
	42/2026	Sheila Saad	Vira Bateria Banda Show	80	Desabilitado por ausência de documentação na fase de habilitação.	

Categoria Música – Subcategoria Banda/Grupo Musical R$4.000,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIO DESEMPATE	SITUAÇÃO	
1	14/2026	Rafael Ribeiro da Silva	Alquimaria - Tributo Pitty	87		Selecionado	Habilitado
2	07/2026	Caio Martins Centeno Baldini	Tributo Mamonas Assassinas 30 anos	85		Selecionado	Habilitado
3	31/2026	Marco Aurélio de Brito Pires	Malkavianos - Carnarock	74		Selecionado	Habilitado
4	13/2026	Lara Moura da Silva	Raiz & Voz – Sertanejo no Carnaval	71		Suplente	
5	16/2026	Matheus Alves Fernandes Leao	Rocket Vice	69	Critério 1	Suplente	
6	20/2026	Luigi di Santo Junior	Carna-Country	69		Suplente	
7	33/2026	Jonathan Meirelles de Freitas Melo	Rit do Sertão com Jonas Freitas e Banda	64		Suplente	
8	39/2026	Luiz Eduardo Araujo Bueno	Du Original e Banda	61		Suplente	
9	17/2026	Lucio Mouco Zavagli Suarez	ESCAPE – Tributo ao Black Sabbath	59		Suplente	
10	40/2026	Luiz Fernando Aparecido Domingos	Guaxufolia com Luh Fernandes	52		Suplente	

Categoria Música – Subcategoria Marchinhas de Carnaval R$10.000,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO	
1	11/2026	Rodrigo Daniel Generoso	Carnaval, Marchinhas e Samba no Pé	81	Selecionado	Habilitado

Categoria Música – Subcategoria Roda de Samba R$5.000,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO	
1	38/2026	Antônio Carlos Ferreira	Samba no Pé	100	Selecionado	Habilitado
2	27/2026	Lourdes Aparecida Lopes	Samba de Roda - Trio Retrô MPB	92	Selecionado	Habilitado

Categoria Música – Subcategoria DJ R$6.000,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO	
1	30/2026	Guilherme Andrade Nogueira	CarnaMix - Com DJ Gui Nogueira	95	Selecionado	Habilitado
2	10/2026	Gilson Roberto Ribeiro	Tocando no Carnaval	66	Suplente	

Categoria Teatro – R$8.000,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO	
1	24/2026	Vanessa Carina Marques	Fadas e Duendes da Floresta Encantada	95	Selecionado	Habilitado

2	28/2026	Letícia Soares Honório	Em Roda, Tudo Floresce	91	Selecionado	Habilitado

Categoria Dança Repertório Diverso – R$2.500,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	CRITÉRIO DESEMPATE	SITUAÇÃO	
1	34/2026	Wilian Rodrigues da Silva	Grupo de Dança Willian Rodrigues	100		Selecionado	Habilitado
2	19/2026	Michele Nicola Silva	Corpo em Festa: Ritmos do Carnaval Brasileiro	81	Critério 2	Selecionado	Habilitado
3	08/2026	Caroline Trevisan	Dance	81		Selecionado	Habilitado

Categoria Dança Repertório Infantil – R$2.500,00

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO	
1	35/2026	Wilian Rodrigues da Silva	Grupo de Dança Willian Rodrigues	90	Selecionado	Habilitado
2	21/2026	Michele Nicola Silva	Mix Dance – Festa das Cores	86	Selecionado	Habilitado
3	09/2026	Caroline Trevisan	Dance	74	Selecionado	Habilitado

Desclassificados:

	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1	06/2026	Misael Soares Caetano	DJ MIZA (BATUCADA LIVE)	0	Desclassificado - item 5.1
2	43/2026	Eliton Henrique Inocêncio Alves	Carnaval de Brincar – Matinê das Infâncias sem Telas	47	Desclassificado - item 10.9

Listagem de Recursos:

INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	DECISÃO
35/2026	Wilian Rodrigues da Silva	Grupo de Dança Willian Rodrigues	Deferido parcialmente
32/2026	Maurício Farah Charavallote	Mauricio Farah apresenta: Farahzinho no carnaval de Guaxupé	Deferido parcialmente
19/2026	Michele Nicola Silva	Corpo em Festa: Ritmos do Carnaval Brasileiro	Indeferido
21/2026	Michele Nicola Silva	Mix Dance – Festa das Cores	Indeferido
09/2026	Caroline Trevisan	Dance	Indeferido
08/2026	Caroline Trevisan	Dance	Indeferido
41/2026	Antonio Carlos de Melo Junior	Ritmo da Folia	Indeferido
14/2026	Rafael Ribeiro da Silva	Alquimaria - Tributo Pitty	Indeferido
16/2026	Matheus Alves Fernandes Leao	Rocket Vice	Indeferido
36/2026	Leandro de Almeida Varriano	Banda Versátil Axé anos 90 2000	Deferido parcialmente
29/2026	João Paulo de Sá Molin	João Paulo Molin ¨Elétrico¨	Indeferido
31/2026	Marco Aurélio de Brito Pires	Malkavianos - Carnarock	Indeferido
26/2026	Marcelo Francisco do Carmo	Só moda obrigatória 2026	Indeferido
42/2026	Sheila Saad	Vira Bateria Banda Show	Indeferido
18/2026	Cristiano Alves Pereira	Johnny Marques e Cristiano - Axé Bahia	Indeferido
07/2026	Caio Martins Centeno Baldini	Tributo Mamonas Assassinas 30 anos	Recurso não conhecido – apresentado fora do prazo

Publicado por:
Eduardo Pasqua de Moraes
Código Identificador:009C23C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

PROCURADORIA
EDITAL DE CHMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO DE GRUPOS CARNAVALESCOS PARA O CARNAVAL DE ITAGUARA/MG - 2026
O Município de Itaguara/MG, por intermédio do Prefeito Municipal e da Secretária Municipal de Cultura e Turismo, torna público o presente Edital de Chamamento Público de Grupos Carnavalescos para apresentações artísticas durante o Carnaval de Itaguara do ano de 2026, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964, do MCASP e das orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.
O presente Chamamento Público observará, ainda, o disposto na Lei Federal nº 14.903/2024, adotando-se o modelo simplificado, baseado na comprovação do cumprimento do objeto.

1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto o chamamento de grupos carnavalescos para a realização de apresentações artísticas durante o Carnaval de Itaguara/MG no ano de 2026, no período de 14 a 17 de fevereiro de 2026.
1.2 O grupo carnavalesco deverá apresentar **Plano de Trabalho**, conforme a modalidade escolhida.
1.3. Serão contempladas as seguintes modalidades:

Itens	Bloco	Descrição
01	Bloco Caricato	Apresentação carnavalesca ao ar livre, realizada por bloco caricato composto por, no mínimo, 300 integrantes, com duração mínima de 180 minutos, a ser realizada em via pública, em data e horário prevista no cronograma de apresentação (ANEXO VIII). A apresentação deverá contemplar elementos característicos do bloco caricato, tais como humor, irreverência e sátira, expressos por meio de fantasias, adereços, coreografias e execução musical (ao vivo ou mecanizada), podendo abordar temas de cunho social, cultural ou cotidiano, de forma lúdica e acessível ao público em geral, promovendo interação com os foliões e valorizando as tradições carnavalescas locais.
02	Bloco de Fanfarra	Apresentação carnavalesca ao ar livre, realizada por bloco de fanfarra caracterizado pela execução musical ao vivo, composta por banda formada por instrumentos de sopro e percussão, com repertório típico do período carnavalesco, incluindo marchinhas, sambas, frevos e outros ritmos festivos. A apresentação poderá ocorrer em desfile pelas vias públicas ou em ponto fixo previamente definido pela organização do evento, com duração e horário a serem estabelecidos no cronograma de apresentação (ANEXO VIII). O bloco deverá promover interação direta com o público, estimulando a participação dos foliões por meio da música, do canto e da dança. O bloco de fanfarra deverá ser constituído por, no mínimo, 06 (seis) integrantes, devidamente identificados por meio de abadás, fantasias ou figurinos padronizados, e contar com, no mínimo, 06 (seis) instrumentos musicais, garantindo a execução musical ao vivo durante toda a apresentação.
03	Bloco de Bateria	Apresentação carnavalesca ao ar livre, realizada por bloco de bateria caracterizado pela execução musical ao vivo, composta por conjunto de instrumentos de percussão responsáveis pela criação de ritmos contagiantes e típicos do carnaval, com predominância do samba e de ritmos afro-brasileiros, entre outros estilos correlatos. A apresentação poderá ocorrer em desfile pelas vias públicas ou em ponto fixo previamente definido pela organização do evento, em data, horário e duração estabelecidos no

		cronograma de apresentação (ANEXO VIII), promovendo intensa interação com o público e estimulando a participação dos foliões. O bloco de bateria deverá ser constituído por, no mínimo, 20 (vinte) integrantes, todos devidamente identificados por meio de abadás, fantasias ou figurinos padronizados, e contar com, no mínimo, 20 (vinte) instrumentos musicais de percussão, assegurando a execução musical ao vivo durante toda a apresentação.

2. DO REPASSE FINANCEIRO
2.1. O valor total destinado ao presente chamamento público é de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).
2.2. A despesa ocorrerá à **Dotação Orçamentária: 13.392.0032.2040.3390400 – MNT. ART CULTURA - CONTRIBUIÇÕES.**
2.3. O repasse será realizado ao representante do grupo, podendo ser pessoa física ou jurídica, mediante resultado final.

3. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar grupos carnavalescos legalmente constituídos ou representados por responsável devidamente identificado, que comprovem atuação cultural e atendam às exigências deste Edital.
3.2. Somente poderão se inscrever grupos carnavalescos com representantes residentes ou sediados no Município de Itaguara/MG.
3.2.1. Pessoas Física: comprovar residência no Município pelo período, de no mínimo, de 02 (dois) anos, devendo apresentar comprovante de residência em sua titularidade e/ou contrato de aluguel, ou ainda, se for o caso, poderá ser apresentado uma declaração emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;
3.2.2. Pessoas Jurídica: sede em Itaguara, pelo período mínimo de 02 (dois) anos.
3.3. Os grupos deverão ser representados por pessoa física maior de 18 (dezoito) anos, investida de poderes para representá-los, assumindo integral responsabilidade administrativa, civil e legal perante à Administração Pública.

4. DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO
4.1. Não poderão se inscrever neste Edital, agentes culturais que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo Edital, nos casos em que o referido servidor tenha atuado na elaboração do Edital, na análise das inscrições ou no julgamento de eventuais recursos.

5. DO PLANO DE TRABALHO
5.1. O plano de trabalho deverá ser apresentado por escrito e apresentado no ato da inscrição. (Anexo I)
5.2 As propostas de trabalho deverão seguir as modalidades conforme descrição do item 1.3 deste Edital e cronograma de apresentações constante do ANEXO VIII

6. DA DOCUMENTAÇÃO
6.1 Apresentação do Plano de Trabalho – Anexo I;
6.2. Do Grupo:
a) Nome do grupo: Identificação oficial do grupo carnavalesco, bloco ou bateria, conforme denominação pela qual é reconhecido publicamente, devendo o nome informado corresponder àquele utilizado em apresentações, divulgações e materiais de comunicação.
b) Breve histórico: Relato sucinto da trajetória do grupo, contendo informações sobre o tempo de atuação, principais atividades desenvolvidas, participação em eventos culturais ou carnavalescos e relevância para a cultura local ou regional.
c) Portfólio (fotos, vídeos, redes sociais): Conjunto de registros que comprovem a atuação artística e cultural do grupo, por meio de fotografias, vídeos, e/ou links de redes sociais ou outros materiais audiovisuais, demonstrando apresentações já realizadas e a natureza das atividades desenvolvidas.
d) Declaração de atuação carnavalesca, conforme modelo constante do ANEXO IV.
6.3. Do Responsável legal
a) Se Pessoa Física:
6.3.1 Se o grupo indicar uma pessoa física deverá ser apresentar como responsável legal para o ato da assinatura do instrumento jurídico, se um conjunto de pessoas que atuam como grupo ou coletivo cultural não possuir constituição jurídica, desde que a representação seja formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo**.** ANEXO VIII
6.3.2 Deverá apresentar a seguinte docuementação:
a) RG e CPF;
b) Comprovante de residência;
c) Dados bancários;
d) Declaração de responsabilidade pelo grupo; (ANEXO II)
e) Declaração de inexistência de impedimento com o Poder Público; (ANEXO III)
f) Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
e) Se Pessoa Jurídica: CNPJ; Contrato ou Estatuto Social; ata de eleição da diretoria, se houver; Certidões fiscais; Dados bancários.

7. DO PRAZO DE INSCRIÇÃO
7.1. A inscrição será formalizada mediante apresentação do **Formulário de Inscrição e Plano de Trabalho**, conforme **ANEXO I**.
7.2. As inscrições deverão ser realizadas mediante protocolo da documentação completa no período de 02 de fevereiro de 2026 e 06 de fevereiro de 2026.
8. DA FORMA DE SELEÇÃO
8.1. O chamamento público será automático para todos os interessados que apresentarem o plano de trabalho/proposta, a documentação completa e válida. Não havendo necessidade de realização de sorteio ou outro critério classificatório adicional.
8.2. O valor total disponibilizado neste Edital será de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), e será dividido igualmente aos grupos contemplados, observada a conveniência e oportunidade da Administração Pública, bem como os limites orçamentários e as disposições legais aplicáveis.
9. DA EXECUÇÃO E COMPROVAÇÃO
9.1. As apresentações ocorrerão entre os dias 14 e 17 de fevereiro de 2026, conforme programação definida pela Secretaria Municipal de Cultura.
9.2. A execução será comprovada mediante:
9.2.1. Relatório do fiscal do contrato;
9.2.2. Registro fotográfico ou audiovisual;
9.2.3. Declaração de cumprimento do objeto. (ANEXO V)
9.3. A execução do objeto será acompanhada e avaliada com base no Relatório de Objeto da Execução Cultural, a ser apresentado pelo agente cultural, nos termos da legislação vigente.

9.4. A análise do referido relatório será realizada por agente público designado, que deverá emitir parecer técnico conclusivo, manifestando-se quanto a uma das seguintes situações:
9.4.1. Reconhecimento do cumprimento integral do objeto ou da suficiência do cumprimento parcial, desde que devidamente justificada, com o consequente encaminhamento do processo à autoridade competente para julgamento;
9.4.2. Solicitação de documentação complementar, quando necessária à adequada comprovação do cumprimento do objeto;
9.4.3. Exigência de apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso os elementos constantes do Relatório de Objeto da Execução Cultural e da documentação complementar sejam considerados insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial devidamente justificado.

10. DAS ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

10. A etapa de processamento do Chamamento Público ocorrerá de forma sequencial e compreenderá as seguintes fases:
10.1. Inscrição das propostas, preferencialmente por meio de plataforma eletrônica, com prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, conforme cronograma estabelecido neste Edital – colocar número do ANEXO XI;
10.2. Análise da documentação das propostas pela Comissão de Seleção;
10.3. Divulgação do resultado provisório, com abertura de prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para interposição de recursos administrativos e, havendo recurso, prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de contrarrazões;
10.4. Recebimento, análise e julgamento dos recursos interpostos;
10.5. Divulgação do resultado final do Chamamento Público.
10.6. Durante a fase de inscrição das propostas, a Administração Pública poderá adotar medidas destinadas à ampliação da concorrência e ao aprimoramento da qualidade técnica das propostas, tais como a disponibilização de canal oficial para esclarecimento de dúvidas, a realização de visitas técnicas, reuniões ou contatos com potenciais proponentes para divulgação do Chamamento Público, a realização de sessões públicas para prestação de esclarecimentos e a promoção de ações formativas, como cursos, oficinas ou orientações para elaboração de propostas, amplamente divulgadas e acessíveis a qualquer interessado.
10.8. A análise do Plano de Trabalho poderá contar com apoio técnico especializado, observado o interesse público, seja por meio da participação voluntária de especialistas na Comissão de Seleção, seja por meio de contratação específica para atuação como membros da Comissão de Seleção ou para emissão de pareceres técnicos que subsidiem suas decisões.
10.9. Serão desclassificadas as propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito ou discriminação, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos estabelecidos neste Edital ou que não apresentarem a documentação exigida neste Edital.

11. DO INSTRUMENTO JURÍDICO

11.1. A execução será formalizada por meio de **TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL**, contendo identificação das partes, plano de trabalho, valor, obrigações, forma de comprovação e penalidades.

12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. A prestação de contas dos recursos recebidos no âmbito deste Chamamento Público observará o disposto na Lei Federal nº 14.903/2024 (arts. 18 e 19), adotando-se o modelo simplificado, baseado na comprovação do cumprimento do objeto cultural pactuado.
12.2. O representante deverá apresentar a prestação de contas no prazo de até 120 (cento e vinte dias) dias após a realização da atividade cultural, mediante protocolo junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
12.3. A prestação de contas simplificada será composta exclusivamente pelos seguintes documentos:
I – **Relatório Simplificado de Execução**, devidamente assinado pelo representante legal, contendo identificação do grupo, descrição da atividade realizada, data, local, horário, público estimado e declaração de execução integral do objeto;
II – **Comprovação material da execução**, por meio de registros fotográficos, vídeos, materiais de divulgação, publicações em redes sociais ou links de matérias institucionais ou jornalísticas, quando houver;
III – **Declaração de Cumprimento do Objeto**, atestando que a atividade carnavalesca foi executada conforme aprovada e que os recursos foram utilizados exclusivamente para fins culturais, conforme modelo constante do (ANEXO VI).
12.4. A análise da prestação de contas será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e o Conselho Municipal de Turismo tendo como critério principal a comprovação da execução do objeto e a compatibilidade entre a ação executada e o Plano de Trabalaho.
12.5. Caso sejam identificadas inconsistências formais ou ausência de documentos obrigatórios, o responsável será notificado para apresentar complementação ou saneamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da notificação.
12.6. A exigência de restituição dos recursos somente ocorrerá nos casos de não execução do objeto, execução em desacordo com o pactuado ou comprovação de dolo, fraude ou má-fé, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.7. A prestação de contas simplificada prevista neste Edital observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e controle por resultados, não se aplicando exigências típicas de contratos administrativos, por se tratar de fomento, e não de prestação de serviços.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A inscrição implica plena aceitação das condições deste Edital.
13.2. O presente edital deverá ser publicado no Diário Oficial da AMM, bem como afixado no Quadro de Avisos deste Município, para conhecimento público.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com fundamento na legislação vigente.

Itaguara/MG, 30 de janeiro de 2026.

GEORGIANE CHRISTIAN SILVEIRA
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Resende Fonseca
Código Identificador:CAA641C9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO

ATA DISPENSA ELETRONICA - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 002/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSPEÇÃO ESCOLAR E EMISSÃO DE LAUDO PARA OS VEÍCULOS ESCOLARES

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG

ATA DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2026

Reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br,*** o(a) Agente Público e respectivos comissão de contratação, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos à referida dispensa que tem como objeto: **Dispensa de licitação para contratação de empresa para a prestação de serviços para inspeção escolar e emissão de laudo para os veículos escolares do município de Japaraíba responsáveis pelo transporte escolar público municipal em 2026 (1° e 2° semestre).**.

O(a) Agente Público conduziu a sessão de dispensa, conforme disposições contidas: Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 e na Lei Complementar nº123/06, realizar os procedimentos relativos à aludida dispensa.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA	61.731.396/0001-31	**Microempresa**
CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	**Microempresa**
TAURUM ENGENHARIA LTDA	60.238.213/0001-88	**Microempresa**
BLOOM SOLUCOES LTDA	54.302.707/0001-81	**Microempresa**
RP TECH ENGENHARIA MECANICA LTDA	56.909.824/0001-33	**Microempresa**

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
33981	VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA	61731396000131	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 359,00	**Classificada**	--
85260	CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08310672000105	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	**Classificada**	--
38411	TAURUM ENGENHARIA LTDA	60238213000188	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 359,00	**Classificada**	--
14734	BLOOM SOLUCOES LTDA	54302707000181	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 359,00	**Classificada**	--
71761	RP TECH ENGENHARIA MECANICA LTDA	56909824000133	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 359,00	**Classificada**	--

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA	61.731.396/0001-31	R$ 359,00	27/01/2026 12:06:22	Classificado
TAURUM ENGENHARIA LTDA	60.238.213/0001-88	R$ 359,00	28/01/2026 13:47:47	Classificado
BLOOM SOLUCOES LTDA	54.302.707/0001-81	R$ 359,00	28/01/2026 14:35:15	Classificado
RP TECH ENGENHARIA MECANICA LTDA	56.909.824/0001-33	R$ 359,00	28/01/2026 15:09:36	Classificado
VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA	61.731.396/0001-31	R$ 359,00	27/01/2026 12:06:22	Classificado
TAURUM ENGENHARIA LTDA	60.238.213/0001-88	R$ 359,00	28/01/2026 13:47:47	Classificado

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
BLOOM SOLUCOES LTDA	54.302.707/0001-81	R$ 359,00	28/01/2026 14:35:15	Classificado
RP TECH ENGENHARIA MECANICA LTDA	56.909.824/0001-33	R$ 359,00	28/01/2026 15:09:36	Classificado
CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	R$ 350,00	28/01/2026 10:36:52	Classificado
CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	R$ 350,00	28/01/2026 10:36:52	Classificado
BLOOM SOLUCOES LTDA	54.302.707/0001-81	R$ 349,00	29/01/2026 09:36:27	Manual
CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	R$ 348,00	29/01/2026 09:38:26	Manual
BLOOM SOLUCOES LTDA	54.302.707/0001-81	R$ 347,00	29/01/2026 11:09:42	Manual
CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	R$ 346,00	29/01/2026 11:10:01	Manual
VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA	61.731.396/0001-31	R$ 345,00	29/01/2026 13:57:48	Manual
CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	R$ 344,00	29/01/2026 13:58:26	Manual
RP TECH ENGENHARIA MECANICA LTDA	56.909.824/0001-33	R$ 250,00	29/01/2026 13:59:48	Manual
CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	R$ 249,00	29/01/2026 13:59:55	Intermediario
BLOOM SOLUCOES LTDA	54.302.707/0001-81	R$ 78,88	29/01/2026 13:59:54	Manual
VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA	61.731.396/0001-31	R$ 68,00	29/01/2026 13:59:59	Manual

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA	61.731.396/0001-31	R$ 68,00
2º	BLOOM SOLUCOES LTDA	54.302.707/0001-81	R$ 78,88
3º	CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPECAO VEICULAR LTDA	08.310.672/0001-05	R$ 249,00
4º	RP TECH ENGENHARIA MECANICA LTDA	56.909.824/0001-33	R$ 250,00
5º	TAURUM ENGENHARIA LTDA	60.238.213/0001-88	R$ 359,00

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	29/01/2026 08:00:06	O **ITEM 1** foi ordenado, classificado e agora está na fase competitiva. Sua disputa durará até **29/01/2026 14:00:00**. Sr(s). Fornecedor(es), podem ofertar seus lances!
	29/01/2026 08:00:07	O **ITEM 1** foi ordenado, classificado e agora está na fase competitiva. Sua disputa durará até **29/01/2026 14:00:00**. Sr(s). Fornecedor(es), podem ofertar seus lances!
	29/01/2026 08:47:17	bom dia
	29/01/2026 14:00:12	O detentor da melhor oferta **ID: 33981 - Data Prop.: 27/01/2026 12:06:22** venceu o **ITEM - 1** pelo valor de **R$ 68,00**.
	29/01/2026 14:01:48	Sr. Pregoeiro gostaria de manifestar intenção de recurso devidos os preços praticados muito abaixo do mercado
	29/01/2026 14:04:03	Sr. Pregoeiro gostaria de manifestar intenção de recurso devidos os preços praticados estarem muito abaixo do mercado

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	29/01/2026 14:06:12	Sr. pregoeiro comprovação de exequibilidade serviço de engenharia inferior a 75%
	29/01/2026 14:08:39	A proposta do fornecedor **VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$68,00**.
	29/01/2026 14:12:29	Senhor agente, solicite provas de exequibilidade. (contratos e notas fiscais emitidos nesse valor) para dar transparência ao processo.

	29/01/2026 14:12:46	tranquilo só uma alerta tem muitos picaretas no mercado de licitação que entram em todas licitações que esses valores, e não seguem determinação do detran, não colocam engenheiro para fazer inspeção, pagam pessoas não habilitadas para ir la e tirar foto, não fazem inspeção no veiculo, o proprio MP disse que esta de olho nessas empresas, so te dando um alerta
	29/01/2026 14:16:02	a empresa vencedora segue o requisito necessário para contratação, que é credenciamento com o DENATRAN e acreditação do INMETRO?
	30/01/2026 15:26:47	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** .

Mensagens Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	29/01/2026 08:00:06	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **08:00:06**
	29/01/2026 08:00:07	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **08:00:07**
	29/01/2026 08:06:21	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
	29/01/2026 08:07:18	Prezados senhores licitantes, bom dia! Informo que a sessão esta aberta e ficara disponível para lances ate as 14 horas.
	29/01/2026 14:46:58	Em razão de a proposta apresentada pelo fornecedor VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA ter apresentado desconto de 81,0584%, percentual considerado elevado, informamos que será instaurada diligência para fins de comprovação da exequibilidade da proposta, conforme disposto no item 5.10 do Aviso de Dispensa, que assim estabelece: "Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta." Dessa forma, solicitamos que a empresa encaminhe Notas Fiscais e contratos de serviços similares, a fim de subsidiar a análise e comprovar a compatibilidade dos valores propostos. Fica concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento desta comunicação, para o envio da documentação solicitada.
	29/01/2026 14:47:38	O prazo para envio dos documentos habilitatórios, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **29/01/2026 14:50:00hs** até o dia **30/01/2026 14:50:00hs** para o(s) fornecedor(es): VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA.
	29/01/2026 15:37:19	O fornecedor **VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA** acabou de **ENVIAR** habilitacao_proposta_japaraiba_1769711839.rar no habilitanet.
	29/01/2026 15:43:50	O fornecedor **VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA** acabou de **ENVIAR** demonstracao_de_exequibilidade_1769712230.rar no habilitanet.
	30/01/2026 14:50:01	O prazo para o fornecedor **VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
	30/01/2026 15:05:27	Prezados senhores licitantes, segue em anexo o documento de Despacho de Julgamento.
	30/01/2026 15:05:39	O **CONDUTOR DO PROCESSO** acabou **ENVIAR** o arquivo despacho_julgamento_docx_assinado_1769796339.pdf do processo, o mesmo fica disponível para ser baixado através da opção 'Baixar Documentos' ao lado esquerdo no menu 'Documentos'.
	30/01/2026 15:07:04	Senhor licitante VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA, favor assinar a proposta final.
	30/01/2026 15:09:32	O fornecedor **VISTORIAS VEICULARES THENNYSON LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	30/01/2026 15:26:09	Prezados senhores licitantes, informo que o certame será encerrado, agradeço a participação de todos!

Após encerramento da fase de lances, e atendido os procedimentos da Lei Complementar 123/06, o licitante melhor classificado em cada lote ou item foi declarado vencedor conforme indicado no quadro Resultado da sessão pública, a classificação dos valores ofertados foi publicada nos quadros de Propostas e Lances.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **15:26:47 horas do dia 30 de Janeiro de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Agente Público.

JULIANA MODESTO DE MORAIS

Agente Público

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES

Comissão de Contratação

LUCIENE MARTINS DA COSTA

Comissão de Contratação

MARIANE BEATRIZ FERNANDES

Comissão de Contratação

Autenticação: D7BE24CFAE7D247F620B5625D628481C

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:1DA4E681

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL Nº 01 /2026 - RETIFICAÇÃO 06

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTE DE TRÂNSITO

O Município de João Monlevade, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, no uso de suas atribuições legais, torna pública a Retificação nº 06 do Edital nº 01/2026, referente ao Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação Temporária de Agente de Trânsito, nos termos a seguir:

1. DAS ALTERAÇÕES

ONDE SE LÊ:

ANEXO I - CRONOGRAMA DE DATAS E PRAZOS

Descrição das Ações	Período / Data
Publicação do Edital	12/01/2026
Período de Inscrição	21/01/2026
Resultado das Inscrições deferidas e indeferidas	26/01/2026
Convocação para o Procedimento de Heteroidentificação nos termos da Lei Municipal nº 2.759/2025.	27/01/2026
Entrevista de Heteroidentificação prevista na Lei Municipal nº 2.759/2025.	29/01/2026 a 30/01/2026
Resultado Preliminar (Entrevista Heteroidentificação)	03/02/2026
Recurso do resultado da Entrevista Heteroidentificação	04/02/2026
Resultado do recurso Entrevista Heteroidentificação	05/02/2026
Resultado Final da Entrevista Heteroidentificação	05/02/2026
Convocação paras as provas Objetivas	05/02/2026
Provas Objetivas	08/02/2026
Resultado Preliminar (provas objetivas)	19/02/2026
Recurso da Classificação Preliminar (provas objetivas)	20/02/2026
Resultado dos Recursos (provas objetivas)	24/02/2026
Resultado Final (provas objetivas) e Convocação para a Entrevista	26/02/2026

Entrevista	02/03/2026 a 04/03/2026
Resultado Preliminar (entrevista + prova objetiva)	09/03/2026
Recurso da Classificação Preliminar (entrevista + prova objetiva)	10/03/2026
Resultado do Recurso da Classificação Preliminar (entrevista + prova objetiva)	13/03/2026
Resultado final (entrevista + prova objetiva)	13/03/2026
Resultado Preliminar (Prova de Título)	18/03/2026
Recurso (Prova de Título)	19/03/2026
Resultado do Recurso (Prova de Título)	24/03/2026
Resultado final (Prova de Título)	24/03/2026
Resultado Preliminar Classificação Final (Prova Objetiva + Entrevista + Título)	25/03/2026
Recurso do resultado Preliminar Classificação Final (Prova Objetiva + Entrevista + Título)	26/03/2026
Resultado do recurso Preliminar Classificação Final (Prova Objetiva + Entrevista + Título)	31/03/2026
Divulgação do Resultado Final/ Homologação	31/03/2026

LEIA-SE:

ANEXO I - CRONOGRAMA DE DATAS E PRAZOS	
Descrição das Ações	Período / Data
Publicação do Edital	12/01/2026
Período de Inscrição	21/01/2026
Resultado das Inscrições deferidas e indeferidas	26/01/2026
Convocação para o Procedimento de Heteroidentificação nos termos da Lei Municipal nº 2.759/2025.	27/01/2026
Entrevista de Heteroidentificação prevista na Lei Municipal nº 2.759/2025.	29/01/2026 a 30/01/2026
Resultado Preliminar (Entrevista Heteroidentificação)	03/02/2026
Recurso do resultado da Entrevista Heteroidentificação	04/02/2026
Resultado do recurso Entrevista Heteroidentificação	05/02/2026
Resultado Final da Entrevista Heteroidentificação	05/02/2026
Convocação paras as provas Objetivas	05/02/2026
Provas Objetivas	08/02/2026
Divulgação Gabarito Preliminar + Caderno das Provas Objetivas	09/02/2026
Recurso do gabarito Preliminar	10/02/2026
Divulgação do resultado do recurso do Gabarito Preliminar	13/02/2026
Divulgação do Gabarito Oficial	13/02/2026
Resultado Preliminar (provas objetivas)	26/02/2026
Recurso da Classificação Preliminar (provas objetivas)	27/02/2026
Resultado dos Recursos da Classificação Preliminar (provas objetivas)	03/03/2026
Resultado Final (provas objetivas) e Convocação para a Entrevista	05/03/2026
Entrevista	09/03/2026 a 10/03/2026
Resultado Preliminar (entrevista + prova objetiva)	13/03/2026
Recurso da Classificação Preliminar (entrevista + prova objetiva)	16/03/2026
Resultado do Recurso da Classificação Preliminar (entrevista + prova objetiva)	13/03/2026
Resultado final (entrevista + prova objetiva)	19/03/2026
Resultado Preliminar (Prova de Título)	24/03/2026
Recurso (Prova de Título)	25/03/2026
Resultado do Recurso (Prova de Título)	27/03/2026
Resultado final (Prova de Título)	01/04/2026
Resultado Preliminar Classificação Final (Prova Objetiva + Entrevista + Título)	01/04/2026
Recurso do resultado Preliminar Classificação Final (Prova Objetiva + Entrevista + Título)	02/04/2026
Resultado do recurso Preliminar Classificação Final (Prova Objetiva + Entrevista + Título)	07/04/2026
Divulgação do Resultado Final/ Homologação	09/04/2026

2. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Edital nº 01/2026 que não foram expressamente modificadas por esta retificação.

MARCO ANTÔNIO PENIDO SIMAS
Secretário Municipal
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

João Monlevade, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:27637EE1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL Nº 03/2026 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CIRURGIÃO DENTISTA – ESF

O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que estarão abertas inscrições para Processo Seletivo Simplificado visando o preenchimento de 01 (uma) vaga e cadastro de reserva para o cargo de CIRURGIÃO DENTISTA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, por meio de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com amparo nos dispositivos da Constituição Federal, Leis Municipais nº. 402/1975 e suas alterações, 2.011/2012, 2.185/2016 e 2.238/2017 nos seguintes termos:
1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente edital será realizado sob responsabilidade da Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria especificamente para este fim.
O processo seletivo será constituído por atendimento aos requisitos do edital, avaliação de títulos e tempo de experiência, de caráter eliminatório e classificatório.
Os candidatos aprovados no processo seletivo serão convocados, de acordo com a necessidade da Administração, observada estritamente a ordem de classificação, para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de exames e atestados médicos.
O prazo de validade do presente processo seletivo será de 01 (um) ano, contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

As contratações decorrentes deste processo seletivo obedecerão ao que determina a Lei Municipal nº. 2011/2012 e da Lei Municipal nº 2.185/2016, que trata das atribuições do cargo.
Este Edital será publicado para conhecimento de todos os interessados no site institucional do Município de João Monlevade e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM).
Impugnações ao Edital poderão ser feitas até 01 (um) dia após a sua publicação e deverão ser apresentadas no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº 2.640, Bairro Belmonte, João Monlevade/MG.
1.7.1 A impugnação deverá ser apresentada em forma de texto escrito pelo candidato, propondo argumentos e questionamentos sobre os pontos discordantes, justificando adequadamente as razões para tal impugnação.
1.7.2 Caberá à Comissão nomeada pelo Prefeito analisar os argumentos apresentados e publicar retificação do Edital, caso necessário.
Para a participação neste Processo Seletivo não será cobrada taxa de inscrição.
São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Ficha de Inscrição

ANEXO II – Calendário de atividades

2 – DAS VAGAS

Número de vaga: - 01 (uma) vaga + cadastro de reserva

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO
3.1 Requisitos, jornada de trabalho, remuneração, local de trabalho e direito do contratado, de acordo com a tabela abaixo:

Cargo:	CIRURGIÃO DENTISTA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
Requisitos/Qualificação:	Curso de nível Superior Completo em Odontologia e Registro Profissional no Conselho Regional da Classe.
Carga horária:	40 (quarenta) horas semanais.
Remuneração:	R$ 7.923,12 (Sete mil, novecentos e vinte e três reais e doze centavos)
Benefícios:	-Cartão Vale-Alimentação no valor de R$675,00 (Seiscentos e setenta e cinco reais) -Vale-transporte Municipal, para quem reside no município.
Local de Trabalho:	Unidades Básicas de Saúde
Dos direitos do contratado:	Os direitos do candidato contratado são os previstos no Art. 8º, da Lei Municipal nº 2.011/2012.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES A SEREM REALIZADAS
4.1 Descrição sintética:
4.1.1 Atender e orientar pacientes e executar procedimentos odontológicos. Aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde bucal, individual e coletiva; estabelecer diagnóstico e prognóstico de saúde bucal, interagindo com profissionais de outras áreas da saúde. Zelar pela proteção, recuperação e/ou reabilitação bucal da população.
4.2 Tarefas Típicas:
4.2.1 Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;
4.2.2 Manter atualizado o cadastramento das famílias e dos indivíduos no sistema de informação indicado pelo gestor municipal e utilizar, de forma sistemática, os dados para a análise da situação de saúde considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
4.2.3 Realizar o cuidado da saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e quando necessário no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros);
4.2.4 Realizar ações de atenção a saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
4.2.5 Garantir da atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde;
4.2.6 Participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
4.2.7 Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
4.2.8 Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde;
4.2.9 Praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade;
4.2.10 Realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
4.2.11 Acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho;
4.2.12 Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na Atenção Básica;
4.2.13 Realizar trabalho interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações;
4.2.14 Realizar ações de educação em saúde a população adstrita, conforme planejamento da equipe; participar das atividades de educação permanente;
4.2.15 Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
4.2.16 Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais;
4.2.17 Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
4.2.18 Realizar diagnostico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para planejamento e a programação em saúde bucal;
4.2.19 Realizar atenção bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnostico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e grupos específicos, de acordo com planejamento da equipe, com resolutividade;
4.2.20 Realizar os procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares;
4.2.21 Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
4.2.22 Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;

4.2.23 Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
4.2.24 Realizar supervisão técnica do técnico de saúde bucal e do auxiliar em saúde bucal;
4.2.25 Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.
4.2.26 Realizar o registro diário da produção através de ficha de produção específica em papel e através de sistema eletrônico.
5 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO

5.1 A vigência do contrato de trabalho será pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez, a critério da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 2.011/2012 e suas alterações.

6 – DOS REQUISITOS PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS:
6.1 Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas;
6.2 Atender as condições especiais, prescritas em lei e normas, para o exercício do cargo;
6.3 Ter, na data da contratação, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos;
6.4 Ter a formação exigida no item 3.1;
6.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com o serviço militar;
6.6 Estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;
6.7 Não estar condenado, criminalmente, por sentença judicial transitada em julgado;
6.8 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
6.9 Estar em situação regular com o órgão de fiscalização do exercício profissional;
6.10 Não ter sido demitido, por justa causa, de serviço público;
6.11 Comprovar o preenchimento dos requisitos acima na data da contratação;
6.12 Não ter prestado serviço para este município, através de contrato temporário encerrado a menos de 03 (três) meses da data da contratação caso seja convocado por este processo a teor do disposto na lei municipal nº 2.238/2017;
6.13 No termo da Lei Municipal 2.011/2.012, artigo 5º, é vedada a contratação de servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, salvo nas hipóteses de cumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal.
7 – DAS INSCRIÇÕES
7.1 As inscrições para o presente Processo Seletivo Simplificado serão realizadas PRESENCIALMENTE, pelo próprio candidato ou por terceiros através de procuração com firma reconhecida em cartório, de 07h30 às 10h30 e de 13h30 às 16h30, na Secretaria de Saúde, sala da Coordenação de Saúde Bucal, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 2640, Bairro Belmonte, João Monlevade, MG (Entrada pela Avenida Wilson Alvarenga), através de ENVELOPE LACRADO contendo os documentos listados no item 7.1.2 deste edital.
7.1.1 Período de Inscrição: 09 de fevereiro a 11 de fevereiro de 2026.
7.1.2 Documentos a serem encaminhados:
a) Ficha de Inscrição – ANEXO I;
b) Diploma (frente e verso) / Certificado de Conclusão de curso;
c) Todo período de experiência a ser pontuado, conforme item 9 deste edital;
d) Títulos de caráter classificatório (Frente e Verso), conforme item 9 deste edital.
7.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
7.3 A inscrição do candidato implicará conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
7.4 Será permitida apenas uma inscrição por candidato.
7.5 O preenchimento da Ficha de Inscrição, assim como o envio do diploma, certificado de conclusão de curso e demais títulos de forma incompleta, ilegível ou incorreta, implicará a eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado.
7.6 Ao preencher a Ficha de Inscrição, o candidato deverá verificar os requisitos, sendo vedada qualquer alteração posterior à entrega.
7.7 Não serão aceitas inscrições e/ou entrega de documentos fora do prazo estabelecido neste Edital.
7.8 As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Especial de Avaliação excluí-lo deste Processo Seletivo Simplificado, se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.
7.9 A aceitação da inscrição não desobriga o candidato de comprovar, a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidas neste Edital. O candidato que não atender à solicitação terá sua inscrição cancelada, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
7.10 A inscrição em desacordo com o presente Edital impossibilitará a participação no Processo Seletivo Simplificado.
7.11 Não serão sanadas dúvidas sobre o preenchimento da ficha de inscrição ou conferências de documentos durante os dias de inscrição devendo o candidato seguir atentamente os critérios exigidos neste edital.
7.12 O candidato inscrito assume total responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.
7.13 Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
8 – DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
8.1 No ato da inscrição o candidato receberá um protocolo da entrega do envelope lacrado.
9 – DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO
9.1 Não serão computados, como experiência profissional, o tempo de estágio, de monitoria ou de bolsa de estudo.
9.2 Os comprovantes de experiência profissional, não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.
9.3 Quaisquer títulos que não preencherem devidamente as exigências de comprovação contidas neste edital, serão desconsiderados.
9.4 Só será computada a contagem de tempo que especifica o período de trabalho no cargo pretendido de efetivo exercício.
9.5 Para efeito de classificação do candidato na listagem final deste Processo Seletivo Simplificado, DEVERÃO ser entregues no ato da inscrição documentos relacionados à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (Títulos) e ao TEMPO DE EXPERIÊNCIA.
9.6 A avaliação dos documentos relacionados à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (Títulos) e ao TEMPO DE EXPERIÊNCIA terá valor máximo de 100 (cem) pontos, distribuídos conforme o Quadro abaixo:

Áreas de pontuação	Pontuação Máxima
Tempo de Experiência	60
Qualificação Profissional (Títulos)	40

9.7 A pontuação atribuída à Qualificação Profissional (Títulos) será a seguinte:

Discriminação	Pontos
Título de Doutorado em área odontológica	15

Obs.: Comprovação com certificado (frente e verso)	
Título de Mestrado em área odontológica Obs.: Comprovação com certificado (frente e verso)	10
Pós graduação Latu Sensu / Especialização em Saúde Coletiva ou Saúde da Família Obs.: Comprovação com certificado (frente e verso)	10
Pós graduação Latu Sensu / Especialização em área odontológica Obs.: Comprovação com certificado (frente e verso)	5

9.7.1 A soma da pontuação referente a Qualificação Profissional não poderá ultrapassar o valor máximo de 40 pontos, sendo desconsiderados os comprovantes excedentes.
9.7.2 Os Títulos deverão ser relacionados à área de atuação da função pretendida ou correlata.
9.7.3 Os Cursos de Doutorado, Mestrado, Especialização ou Pós-Graduação Latu Sensu deverão ser comprovados através de certificado ou diploma expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
9.7.4 Não serão pontuados os cursos apresentados como comprovação do REQUISITO de ingresso na função pleiteada, estabelecido nos Quadros do item 3.1 deste Edital.
9.8 A pontuação atribuída ao TEMPO DE EXPERIÊNCIA, exercido na área de atuação da função pretendida, será comprovada através de Declaração/Certidão do empregador (para vínculo em ente público ou privado) e/ou cópia de anotação na Carteira de Trabalho (para vínculo em empresa privada), sendo 0,5 (meio) ponto por mês trabalhado, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir de 01/01/2016.
9.8.1 Os títulos referentes ao tempo de experiência deverão ser comprovados, exclusivamente através de cópia da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (páginas que identificam o candidato e páginas que constam os contratos de trabalho) e/ou declarações ou certidões de tempo de serviço, emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado. No caso de cópia da CTPS digital, esta deverá estar acompanhada de documento de identificação pessoal.
9.8.2 Não serão computados em duplicidade tempo de serviço em períodos concomitantes.
9.8.3 Não será aceito tempo de trabalho na qualidade de proprietário/sócio de empresa, profissional autônomo, estagiário ou voluntário.
10 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO
10.1 Somente serão considerados classificados, neste processo seletivo público, os candidatos que atenderem às condições previstas neste edital.
10.2 O critério para ordem de classificação será o somatório da pontuação obtida na avaliação de títulos e tempo de experiência comprovado, obedecida à ordem decrescente de pontuação.
10.3 Em caso de empate entre os candidatos, o desempate obedecerá ao critério de idade, observando-se a ordem decrescente, identificados o dia, mês, ano.
10.4 Os candidatos aprovados e não convocados formarão quadro de reserva para fins de contratações futuras, dentro do prazo de validade do presente processo seletivo, que será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.
10.5 A Secretaria Municipal de Saúde, através da Comissão nomeada para o Processo Seletivo, reserva-se o direito de usar de todas as formas legais para a comprovação da veracidade dos dados informados na ficha de inscrição do candidato.
11 – DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
11.1 O resultado preliminar dos candidatos será divulgado no dia 23 de fevereiro de 2026 no site da Prefeitura Municipal de João Monlevade;
11.2 O recurso em face do resultado preliminar mencionado no item 11.1 deste edital deverá ser apresentado em até 02 (dois) úteis subsequentes após sua divulgação, ou seja, de 8h00 do dia 24/02/2026 até as 23h59 do dia 25/02/2026;
11.3 O recurso deverá ser apresentado em forma de texto escrito pelo candidato, propondo argumentos e questionamentos sobre o resultado preliminar e justificando adequadamente as razões para tal recurso.
11.4 O recurso deverá ser feito através do E-mail: **selecaosaudepmjm@yahoo.com**
11.5 Serão indeferidos os recursos que não atendam todos os critérios do item 11.3.
11.6 A decisão da Comissão é irrecorrível.
11.7 O resultado dos recursos será publicado junto ao resultado final no site institucional do Município de João Monlevade.
12 – DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
12.1 O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será publicado no site institucional do Município de João Monlevade e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) no dia 02/03/2026.
13 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO
13.1 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá apresentar, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 DIAS ÚTEIS, APÓS SER CONVOCADO, documentação informada abaixo no setor de Recursos Humanos da PMJM:
13.1.1 Documentação a ser apresentada:
a) 01 (uma) foto 3x4(Recente e Colorida);
b) Fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF;
c) Fotocópia do documento de identidade com fotografia;
d) Fotocópia do Título de Eleitor com o(s) comprovante(s) de votação na última eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral recente (Site para emissão: **https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral**ou solicitar presencialmente em Cartório Eleitoral);
e) Fotocópia do cartão do SUS;
f) Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
g) Fotocópia da Carteira de Trabalho (páginas de identificação (frente e verso) e da página em que consta o último contrato de trabalho);
h) Número do PIS;
i) Fotocópia do comprovante de residência (recente);
j) Comprovante de Escolaridade (Fotocópia do Diploma de curso superior em Odontologia registrado no MEC ou Certificado de Conclusão do curso expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC (frente/verso) e da Carteira de Registro expedida pelo Conselho Federal de Odontologia)
k) Fotocópia de Certidão de Nascimento ou de Casamento (de acordo com o estado civil);
l) CPF e Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 24 anos;
m) Atestado de Antecedentes Criminais (Site para emissão: Polícia Civil de MG);
n) Certidão Judicial 1° Instância / Tipo: Normal / Natureza: Criminal/ Comarca: João Monlevade - (Site para emissão: TJMG – FÓRUM);
o) Situação do CPF (Receita Federal);
p) Declaração de bens atualizada e não acumulação indevida de cargos (em anexo ao Protocolo de Documentos);
q) Declaração de disponibilidade de horário de trabalho (em anexo ao Protocolo de Documentos);

r) Comprovante de conta no banco Santander - cópia do contrato da conta, cópia do cartão ou documento similar que contenha os dados bancários (caso ainda não tenha conta no Santander, solicitar carta para abertura no RH ao entregar os documentos)
s) Declaração de não ser servidor da Administração Direta e Indireta deste Município e não ter sido demitido do serviço público;
t) Cópia autenticada da Certidão Negativa do Conselho Regional de sua categoria em relação a condenações por infração às regras éticas e profissionais exigidas para o exercício da profissão;
u) Atestado médico constando apto para o exercício da função, fornecido pelo Médico do Trabalho;
- A data para realização deste exame será agendada pelo Setor de Recursos Humanos da PMJM, após apresentação dos documentos relacionados acima.
- Para a realização da consulta médica admissional, o candidato deverá apresentar no dia da consulta documento original de identidade com foto e assinatura.
13.2 O não cumprimento do previsto no item 13.1 pelo candidato implica sua renúncia à vaga, ficando a Administração Pública Municipal autorizada a convocar o próximo candidato.
14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
14.2 A qualquer tempo poder-se-á anular a admissão do candidato, caso seja comprovada a falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas informações fornecidas.
14.3 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desta condicionada à observância das disposições legais pertinentes, ao exclusivo interesse e conveniência da Administração Municipal, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do processo seletivo e limites de vagas existentes.
14.4 Os direitos dos contratados temporários são os previstos no art. 8º, da Lei Municipal nº 2.011/2.012.
14.5 O contratado não terá direito ao pagamento de vale-transporte para deslocar para outros Municípios, sendo devido somente o vale-transporte dentro dos limites municipais.
14.6 Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado, nomeada para este Edital.
14.7 Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final deste processo.
14.8 A rescisão do contrato ocorrerá em conformidade com as disposições do Art. 11º da Lei Municipal nº 2.011/2012.
14.9 A ocorrência de faltas injustificadas no mês, um número igual ou superior a 30 (trinta) dias, será compreendida entre as hipóteses de infração disciplinar para dispensa.
14.10 O desempenho que não recomende a permanência do servidor, após avaliação feita pela respectiva Coordenação, será compreendido como ausência de interesse público na continuidade do contrato.

João Monlevade, 02 de fevereiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal João Monlevade

RAQUEL SOUZA DE PAIVA DRUMOND
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO – EDITAL 03/2026
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CIRURGIÃO DENTISTA ESF

NOME DO (A) CANDIDATO (A)	
DATA DE NASCIMENTO	CPF Nº
TELEFONE (S) PARA CONTATO	E-MAIL:
ENDEREÇO COMPLETO:	

DECLARAÇÃO
Declaro que:
• Ao efetivar minha inscrição para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade, tomei conhecimento das normas deste Processo Seletivo o qual concordo plenamente.

• Declaro ter conhecimento de que a avaliação será realizada mediante análise dos documentos acima descritos e apresentados anexados no e-mail da inscrição.

• Estou ciente e aceito que, caso aprovado, deverei apresentar, no prazo máximo de 03 dias úteis, após ser convocado, os documentos relacionados no item 13.1 do Edital no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de João Monlevade/MG:

_____, _____ de _____ de 2026.
(Nome do município) (dia) (mês)

_____
Assinatura do candidato de próprio punho ou assinatura eletrônica (Portal Gov.br)

ANEXO II

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Publicação do Edital	02/02/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/ Site do Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM): https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/
Inscrição e entrega dos documentos	09/02/2026	Sala da Coordenação de Saúde Bucal, Secretaria Municipal de Saúde. Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº2.640, Bairro Belmonte, João Monlevade/MG

	a 11/02/2026	
Divulgação do resultado preliminar	23/02/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/
Apresentação de Recurso contra resultado preliminar	24/02/2026 e 25/02/2026	E-mail: selecaosaudepmjm@yahoo.com
Divulgação da resposta do recurso	02/03/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/
Divulgação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado	02/03/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/ Site do Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM): https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:A6665214

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL Nº 04 /2026 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que estarão abertas inscrições para Processo Seletivo Simplificado visando o preenchimento de 01 (uma) vaga e cadastro de reserva para o cargo de TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL, por meio de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com amparo nos dispositivos da Constituição Federal, Leis Municipais nº. 402/1975 e suas alterações, 2.011/2012, 2.185/2016 e 2.238/2017 nos seguintes termos:

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente edital será realizado sob responsabilidade da Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria especificamente para este fim.

O processo seletivo será constituído por atendimento aos requisitos do edital, avaliação de títulos e tempo de experiência, de caráter eliminatório e classificatório.

Os candidatos aprovados no processo seletivo serão convocados, de acordo com a necessidade da Administração, observada estritamente a ordem de classificação, para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de exames e atestados médicos.

O prazo de validade do presente processo seletivo será de 01 (um) ano, contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

As contratações decorrentes deste processo seletivo obedecerão ao que determina a Lei Municipal nº. 2011/2012 e da Lei Municipal nº 2.185/2016, que trata das atribuições do cargo.

Este Edital será publicado para conhecimento de todos os interessados no site institucional do Município de João Monlevade e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM).

Impugnações ao Edital poderão ser feitas até 01 (um) dia após a sua publicação e deverão ser apresentadas no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº 2.640, Bairro Belmonte, João Monlevade/MG.

1.7.1 A impugnação deverá ser apresentada em forma de texto escrito pelo candidato, propondo argumentos e questionamentos sobre os pontos discordantes, justificando adequadamente as razões para tal impugnação.

1.7.2 Caberá à Comissão nomeada pelo Prefeito analisar os argumentos apresentados e publicar retificação do Edital, caso necessário.

Para a participação neste Processo Seletivo não será cobrada taxa de inscrição.

São partes integrantes deste Edital:

1.9.1 ANEXO I – Ficha de Inscrição
1.9.2 ANEXO II – Calendário de atividades

2 – DAS VAGAS

Número de vagas: - 01 (uma) vaga + cadastro de reserva

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO

3.1 Requisitos, jornada de trabalho, remuneração, local de trabalho e direito do contratado, de acordo com a tabela abaixo:

Cargo:	TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL
Requisitos/Qualificação:	Ensino médio completo; Certificado de Conclusão de Curso Técnico de Higiene Dental e registro no Conselho Regional de Odontologia.
Carga horária:	40 (quarenta) horas semanais.
Remuneração:	R$ 1.697,88 (Mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos)
Benefícios:	-Cartão Vale-Alimentação no valor de R$675,00 (Seiscentos e setenta e cinco reais) -Vale-transporte Municipal, para quem reside no município.
Local de Trabalho:	Unidades Básicas de Saúde
Dos direitos do contratado:	Os direitos do candidato contratado são os previstos no Art. 8º, da Lei Municipal nº 2.011/2012.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES A SEREM REALIZADAS

4.1 Descrição sintética:

4.1.1 Organizar, orientar e participar da supervisão e treinamento de pessoal auxiliar, realizar tratamento odontológico simples, cuidar dos equipamentos e instrumental odontológico.

4.2 Tarefas Típicas:

4.2.1 Participar das capacitações dos auxiliares de consultório dentário;
4.2.2 Fazer aplicação tópica de substâncias, objetivando a prevenção da cárie dental;
4.2.3 Ensinar métodos de higiene bucal, visando o autocontrole da placa;
4.2.4 Inserir, condensar, esculpir e polir materiais restauradores em cavidades preparadas pelo dentista,
para finalizar o serviço;
4.2.5 Fazer a tomada e revelação de radiografias intraorais, para auxiliar o diagnóstico;
4.2.6 Participar do treinamento de atendentes de consultórios dentários, auxiliando os instrutores;
4.2.7 Promover programas educativos de saúde bucal;

4.2.8 Educar e orientar os pacientes ou grupos de pacientes sobre prevenção e tratamento das doenças bucais;
4.2.9 Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos sobre problemas de saúde bucal, objetivando as soluções para os mesmos;
4.2.10 Preparar substâncias restauradores para moldagens;
4.2.11 Conservar e manter os equipamentos e instrumental odontológico, visando colocá-los em perfeitas condições de uso;
4.2.12 Fazer a tomada e revelação de radiografias intraorais;
4.2.13 Realizar a remoção de indutos, placas e cálculos supragengivais;
4.2.14 Polir restaurações;
4.2.15 Proceder a limpeza e assepsia do campo operatório, antes e após os atos cirúrgicos;
4.2.16 Confeccionar modelos e preparar moldeiras;
4.2.17 Fornecer dados para levantamentos estatísticos;
4.2.18 Instrumentar o dentista em seu trabalho junto ao paciente;
4.2.19 Realizar outras tarefas afins, de acordo com as atribuições próprias da Unidade Administrativa e da natureza do trabalho.
4.2.20 Registro diário da produção através de ficha de produção específica em papel e através de sistema eletrônico.

5 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO

5.1 A vigência do contrato de trabalho será pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez, a critério da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 2.011/2012 e suas alterações.

6 – DOS REQUISITOS PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS:
6.1 Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas;
6.2 Atender as condições especiais, prescritas em lei e normas, para o exercício do cargo;
6.3 Ter, na data da contratação, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos;
6.4 Ter a formação exigida no item 3.1;
6.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com o serviço militar;
6.6 Estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;
6.7 Não estar condenado, criminalmente, por sentença judicial transitada em julgado;
6.8 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
6.9 Estar em situação regular com o órgão de fiscalização do exercício profissional;
6.10 Não ter sido demitido, por justa causa, de serviço público;
6.11 Comprovar o preenchimento dos requisitos acima na data da contratação;
6.12 Não ter prestado serviço para este município, através de contrato temporário encerrado a menos de 03 (três) meses da data da contratação caso seja convocado por este processo a teor do disposto na lei municipal nº 2.238/2017;
6.13 No termo da Lei Municipal 2.011/2.012, artigo 5º, é vedada a contratação de servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, salvo nas hipóteses de cumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal.
7 – DAS INSCRIÇÕES
7.1 As inscrições para o presente Processo Seletivo Simplificado serão realizadas PRESENCIALMENTE, pelo próprio candidato ou por terceiros através de procuração com firma reconhecida em cartório, de 07h30 às 10h30 e de 13h30 às 16h30, na Secretaria de Saúde, sala da COORDENAÇÃO DE SAÚDE BUCAL, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 2640, Bairro Belmonte, João Monlevade, MG (Entrada pela Avenida Wilson Alvarenga), através de ENVELOPE LACRADO contendo os documentos listados no item 7.1.2 deste edital.
7.1.1 Período de Inscrição: 09 de fevereiro a 11 de fevereiro de 2026.
7.1.2 Documentos a serem encaminhados:
a) Ficha de Inscrição – ANEXO I;
b) Diploma (frente e verso) / Certificado de Conclusão de curso;
c) Todo período de experiência a ser pontuado, conforme item 9 deste edital;
7.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
7.3 A inscrição do candidato implicará conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
7.4 Será permitida apenas uma inscrição por candidato.
7.5 O preenchimento da Ficha de Inscrição, assim como o envio do diploma, certificado de conclusão de curso e demais títulos de forma incompleta, ilegível ou incorreta, implicará a eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado.
7.6 Ao preencher a Ficha de Inscrição, o candidato deverá verificar os requisitos, sendo vedada qualquer alteração posterior à entrega.
7.7 Não serão aceitas inscrições e/ou entrega de documentos fora do prazo estabelecido neste Edital.
7.8 As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Especial de Avaliação excluí-lo deste Processo Seletivo Simplificado, se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.
7.9 A aceitação da inscrição não desobriga o candidato de comprovar, a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidas neste Edital. O candidato que não atender à solicitação terá sua inscrição cancelada, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
7.10 A inscrição em desacordo com o presente Edital impossibilitará a participação no Processo Seletivo Simplificado.
7.11 Não serão sanadas dúvidas sobre o preenchimento da ficha de inscrição ou conferências de documentos durante os dias de inscrição devendo o candidato seguir atentamente os critérios exigidos neste edital.
7.12 O candidato inscrito assume total responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.
7.13 Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
8 – DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
8.1 No ato da inscrição o candidato receberá um protocolo da entrega do envelope lacrado.
9 – DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO
9.1 Não serão computados, como experiência profissional, o tempo de estágio, de monitoria ou de bolsa de estudo.
9.2 Os comprovantes de experiência profissional, não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.
9.3 Quaisquer títulos que não preencherem devidamente as exigências de comprovação contidas neste edital, serão desconsiderados.

9.4 Só será computada a contagem de tempo que especifica o período de trabalho no cargo de Técnico de Higiene Dental.
9.5 Para efeito de classificação do candidato na listagem final deste Processo Seletivo Simplificado, DEVERÃO ser entregues no ato da inscrição documentos relacionados ao TEMPO DE EXPERIÊNCIA.
9.6 A avaliação dos documentos relacionados ao TEMPO DE EXPERIÊNCIA terá valor máximo de 60 (sessenta) pontos, conforme o Quadro abaixo:

Áreas de pontuação	Pontuação Máxima
Tempo de Experiência	60

9.7 A pontuação atribuída ao TEMPO DE EXPERIÊNCIA, exercido no cargo de Técnico de Higiene Dental será comprovada através de Declaração/Certidão do empregador (para vínculo em ente público ou privado) e/ou cópia de anotação na Carteira de Trabalho (para vínculo em empresa privada), sendo 0,5 (meio) ponto por mês trabalhado, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir de 01/01/2016.
9.7.1 Os títulos referentes ao tempo de experiência deverão ser comprovados, exclusivamente através de cópia da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (páginas que identificam o candidato e páginas que constam os contratos de trabalho) e/ou declarações ou certidões de tempo de serviço, emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado. No caso de cópia da CTPS digital, esta deverá estar acompanhada de documento de identificação pessoal.
9.7.2 Não serão computados em duplicidade tempo de serviço em períodos concomitantes.
9.7.3 Não será aceito tempo de trabalho na qualidade de proprietário/sócio de empresa, profissional autônomo, estagiário ou voluntário.

10 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO
10.1 Somente serão considerados classificados, neste processo seletivo público, os candidatos que atenderem às condições previstas neste edital.
10.2 O critério para ordem de classificação será o somatório da pontuação obtida na avaliação de títulos e tempo de experiência comprovado, obedecida à ordem decrescente de pontuação.
10.3 Em caso de empate entre os candidatos, o desempate obedecerá ao critério de idade, observando-se a ordem decrescente, identificados o dia, mês, ano.
10.4 Os candidatos aprovados e não convocados formarão quadro de reserva para fins de contratações futuras, dentro do prazo de validade do presente processo seletivo, que será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.
10.5 A Secretaria Municipal de Saúde, através da Comissão nomeada para o Processo Seletivo, reserva-se o direito de usar de todas as formas legais para a comprovação da veracidade dos dados informados na ficha de inscrição do candidato.
11 – DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
11.1 O resultado preliminar dos candidatos será divulgado no dia 23 de fevereiro de 2026 no site da Prefeitura Municipal de João Monlevade;
11.2 O recurso em face do resultado preliminar mencionado no item 11.1 deste edital deverá ser apresentado em até 02 (dois) úteis subsequentes após sua divulgação, ou seja, de 8h00 do dia 24/02/2026 até as 23h59 do dia 25/02/2026;
11.3 O recurso deverá ser apresentado em forma de texto escrito pelo candidato, propondo argumentos e questionamentos sobre o resultado preliminar e justificando adequadamente as razões para tal recurso.
11.4 O recurso deverá ser feito através do E-mail: **selecaosaudepmjm@yahoo.com**
11.5 Serão indeferidos os recursos que não atendam todos os critérios do item 11.3.
11.6 A decisão da Comissão é irrecorrível.
11.7 O resultado dos recursos será publicado junto ao resultado final no site institucional do Município de João Monlevade.

12 – DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
12.1 O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será publicado no site institucional do Município de João Monlevade e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM) no dia 02/03/2026.
13 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO
13.1 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá apresentar, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 DIAS ÚTEIS, APÓS SER CONVOCADO, documentação informada abaixo no setor de Recursos Humanos da PMJM:
13.1.1 Documentação a ser apresentada:
a) 01 (uma) foto 3x4(Recente e Colorida);
b) Fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF;
c) Fotocópia do documento de identidade com fotografia;
d) Fotocópia do Título de Eleitor COM o(s) comprovante(s) de votação na última eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral recente (Site para emissão: **https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral**ou solicitar presencialmente em Cartório Eleitoral);
e) Fotocópia do cartão do SUS;
f) Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
g) Fotocópia da Carteira de Trabalho (páginas de identificação (frente e verso) e da página em que consta o último contrato de trabalho);
h) Número do PIS;
i) Fotocópia do comprovante de residência (recente);
j) Comprovante de Escolaridade (Fotocópia do Diploma de curso superior em Odontologia registrado no MEC ou Certificado de Conclusão do curso expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC (frente/verso) e da Carteira de Registro expedida pelo Conselho Federal de Odontologia)
k) Fotocópia de Certidão de Nascimento ou de Casamento (de acordo com o estado civil);
l) CPF e Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 24 anos;
m) Atestado de Antecedentes Criminais (Site para emissão: Polícia Civil de MG);
n) Certidão Judicial 1° Instância / Tipo: Normal / Natureza: Criminal/ Comarca: João Monlevade - (Site para emissão: TJMG – FÓRUM);
o) Situação do CPF (Receita Federal);
p) Declaração de bens atualizada e não acumulação indevida de cargos (em anexo ao Protocolo de Documentos);
q) Declaração de disponibilidade de horário de trabalho (em anexo ao Protocolo de Documentos);
r) Comprovante de conta no banco Santander - cópia do contrato da conta, cópia do cartão ou documento similar que contenha os dados bancários (caso ainda não tenha conta no Santander, solicitar carta para abertura no RH ao entregar os documentos)
s) Declaração de não ser servidor da Administração Direta e Indireta deste Município e não ter sido demitido do serviço público;
t) Cópia autenticada da Certidão Negativa do Conselho Regional de sua categoria em relação a condenações por infração às regras éticas e profissionais exigidas para o exercício da profissão;
u) Atestado médico constando apto para o exercício da função, fornecido pelo Médico do Trabalho;
- A data para realização deste exame será agendada pelo Setor de Recursos Humanos da PMJM, após apresentação dos documentos relacionados acima.

- Para a realização da consulta médica admissional, o candidato deverá apresentar no dia da consulta documento original de identidade com foto e assinatura.
13.2 O não cumprimento do previsto no item 13.1 pelo candidato implica sua renúncia à vaga, ficando a Administração Pública Municipal autorizada a convocar o próximo candidato.
14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
14.2 A qualquer tempo poder-se-á anular a admissão do candidato, caso seja comprovada a falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas informações fornecidas.
14.3 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desta condicionada à observância das disposições legais pertinentes, ao exclusivo interesse e conveniência da Administração Municipal, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do processo seletivo e limites de vagas existentes.
14.4 Os direitos dos contratados temporários são os previstos no art. 8º, da Lei Municipal nº 2.011/2.012.
14.5 O contratado não terá direito ao pagamento de vale-transporte para deslocar para outros Municípios, sendo devido somente o vale-transporte dentro dos limites municipais.
14.6 Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado, nomeada para este Edital.
14.7 Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final deste processo.
14.8 A rescisão do contrato ocorrerá em conformidade com as disposições do Art. 11º da Lei Municipal nº 2.011/2012.
14.9 A ocorrência de faltas injustificadas no mês, um número igual ou superior a 30 (trinta) dias, será compreendida entre as hipóteses de infração disciplinar para dispensa.
14.10 O desempenho que não recomende a permanência do servidor, após avaliação feita pela respectiva Coordenação, será compreendido como ausência de interesse público na continuidade do contrato.

João Monlevade, 02 de fevereiro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal João Monlevade

RAQUEL SOUZA DE PAIVA DRUMOND
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO – EDITAL 04/2026
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

NOME DO (A) CANDIDATO (A)	
DATA DE NASCIMENTO	CPF Nº
TELEFONE (S) PARA CONTATO	E-MAIL:
ENDEREÇO COMPLETO:	

DECLARAÇÃO
Declaro que:
• Ao efetivar minha inscrição para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade, tomei conhecimento das normas deste Processo Seletivo o qual concordo plenamente.

• Declaro ter conhecimento de que a avaliação será realizada mediante análise dos documentos acima descritos e apresentados anexados no e-mail da inscrição.

• Estou ciente e aceito que, caso aprovado, deverei apresentar, no prazo máximo de 03 dias úteis, após ser convocado, os documentos relacionados no item 13.1 do Edital no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de João Monlevade/MG:

_____, _____ de _____ de 2026.
(Nome do município) (dia) (mês)

_____
Assinatura do candidato de próprio punho ou assinatura eletrônica (Portal Gov.br)

ANEXO II

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Publicação do Edital	02/02/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/ Site do Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM): https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/
Inscrição e entrega dos documentos	09/02/2026 a 11/02/2026	Sala da Coordenação de Saúde Bucal, Secretaria Municipal de Saúde. Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº2.640, Bairro Belmonte, João Monlevade/MG
Divulgação do resultado preliminar	23/02/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/
Apresentação de Recurso contra resultado preliminar	24/02/2026 e 25/02/2026	E-mail: selecaosaudepmjm@yahoo.com

Divulgação da resposta do recurso	02/03/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/
Divulgação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado	02/03/2026	Site da Prefeitura de João Monlevade: https://pmjm.mg.gov.br/concursos-publicos/ Site do Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM): https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:183C2487

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
63ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025 – ENTREGA DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO, PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO REFERIDO EDITAL 001/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.
Data de comparecimento: VIDE QUADRO ABAIXO
Horário: VIDE QUADRO ABAIXO
Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos **originais e cópias simples**:
a)Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) Titulo de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
d) Cartão PIS ou PASEP ou declaração de que não o possui;
e) Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
f) Certidão de nascimento ou casamento atualizada;
g) Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
h) Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
i) Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
j)Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
k)Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
l) Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
m) 01 foto 3x4 recente;
n) Comprovante, conforme declarado no momento da inscrição, da experiência profissional remunerada, no desempenho de atribuições compatíveis com a função pública temporária pretendida, por meio de declaração original expedida em papel timbrado, com carimbo e assinatura da autoridade responsável, ou por outro documento inequívoco de comprovação, o qual poderá ser auditado;

CLASS.	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
159	RICARDO WESLEY DE 6	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
160	OFRANIA MEIRA FLAUZINO	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
161	ELIANE ALVES DA SILVA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
162	ITATIANE BATISTA DA SILVA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
163	DANIELA MODERAU DA SILVA MORAIS	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
164	MARLEY CRISTINA MARQUES	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
165	MARIA DA CONCEICAO GONCALVES DA SILVA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
166	SANDRA CONCEIÇÃO PINTO	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
167	SERGIO LUIZ TOBIAS	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
168	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE SOUZA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
169	WASHINGTON LUIZ DA SILVA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
170	VANESSA ALVES DE ABREU FERREIRA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
171	ANA FLAVIA DE OLIVEIRA COSTA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
172	ZENY RODRIGUES	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
173	MARÍLIA BEATRIZ BORBA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 13h30**
174	MÔNICA DO ROSÁRIO DE FARIA REIS	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
175	LILIANA RIBEIRO DOS SANTOS	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
176	ALESSANDRA DOS SANTOS HENRIQUE	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
177	LUIZ CLAUDIO VAZ DE OLIVEIRA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
178	FRANCISCO ROBERTO MOREIRA DE OLIVEIRA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
179	LENIZIA MACHADO DE SOUZA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
180	ELLEN GIOVANNA SALES VIEIRA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
181	ELIZABETE DE ABREU AMANCIO	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
182	DANIELA ALVARES COIMBRA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
183	WÂNIA APARECIDA DE OLIVEIRA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
184	LIDIANE ALEXSANDRA DA SILVA MADEIRA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
185	DENILDE SILVIA BORGES MARTINS	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
186	LUCIMAR DA SILVA	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**
187	ALESSANDRA MARTINS CIRILO	Servente Escolar	02/02/2026	**DATA DO COMPARECIMENTO: 05/02/2026 às 14h30**

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Elaine Dos Santos Guimaraes
Código Identificador:707E45B4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.609, 2 DE JUNHO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5609/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro na(s) dotação(ões) mencionada(s)

O Prefeito Municipal LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei 4.320/64 e a LEI Nº 5.535, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 2.804.315,89 (dois milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e quinze reais e oitenta e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO		
02.002.004 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
02.002.004.6.181.33.2031-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$463.684,02
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos	117	463.684,02
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO		
02.002.004 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
02.002.004.6.181.33.2031-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$1.579.955,24
2.701.000.0000 (SF) - Outras Transf. de Convênios ou Repasses dos Estados	117	1.579.955,24
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO		
02.002.004 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
02.002.004.6.181.33.2031-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$146.483,73
2.701.000.0000 (SF) - Outras Transf. de Convênios ou Repasses dos Estados	117	146.483,73
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA		
02.003.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA		
02.003.001.4.122.5.2032-3.3.90.92.00.00.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		R$26.515,99
2.501.000.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	155	26.515,99
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
02.004.005 - DIRETORIA DE OBRAS		
02.004.005.15.451.28.1013-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$32.679,42
2.701.000.0000 (SF) - Outras Transf. de Convênios ou Repasses dos Estados	297	32.679,42
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.19.2224-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$170.000,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	669	170.000,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.21.2234-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$103.556,72
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	706	103.556,72
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.21.2234-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$32.516,92
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	706	32.516,92
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.21.2234-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$10.564,33
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	706	10.564,33
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.22.2242-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$8.500,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	730	8.500,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.22.2242-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$45.129,68
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	732	45.129,68
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.22.2242-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$29.256,22
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	732	29.256,22
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.305.23.2247-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado		R$105.883,02
2.501.000.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	742	105.883,02
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.305.23.2247-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$24.795,30
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	746	24.795,30
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.305.23.2249-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$24.795,30
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	763	24.795,30

Art. 2º - Os recursos utilizados para a abertura dos Créditos anteriormente citados decorrerão nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 2 de Junho de 2025.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:7CCB9946

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.610, 2 DE JUNHO DE 2025.

C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA

DECRETO Nº 5610/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 3.307.955,52 (três milhões, trezentos e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$123.553,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	605	123.553,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2228-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$55.358,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	681	55.358,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2235-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$129.506,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	708	129.506,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$20.437,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	748	20.437,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$3.418,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	758	3.418,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$31.467,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	758	31.467,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.361.17.2201-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$577.246,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	949	577.246,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2207-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$8.140,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	971	8.140,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.005.001.4.122.5.2128-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$38.618,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	385	38.618,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$6.000,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	663	6.000,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$5.369,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	709	5.369,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.13.2180-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$57.884,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	889	57.884,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.361.17.2201-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$312.307,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	950	312.307,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2234-3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições			R$87.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	701	87.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.008 - DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS URBANO			

02.004.008.15.452.27.2150-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$130.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	362	130.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.37.2326-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$7.274,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	498	7.274,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$12.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	229	12.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.37.2326-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$8.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	500	8.000,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$24.795,30
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	611	24.795,30
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$917.426,10
1.621.000.0000	Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	643	917.426,10
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2228-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$9.918,12
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	686	9.918,12
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2162-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$70.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	806	70.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2167-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	827	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2171-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	845	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2172-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	852	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2175-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	863	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.13.2180-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$80.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	892	80.000,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.4.122.5.2010-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições			R$364.468,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	36	364.468,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições			R$43.971,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	614	43.971,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.005 - DIRETORIA DE OBRAS			
02.004.005.15.451.28.1015-4.4.90.61.00.00.00.00 - Aquisição de Imóveis			R$163.800,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	298	163.800,00

Art. 2º - Os recursos destinados a atender
as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.366.17.2209-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$244.700,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	976	244.700,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$123.553,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	637	123.553,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$55.358,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	637	55.358,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$129.506,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	637	129.506,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$5.369,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	637	5.369,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			

02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$20.437,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	637	20.437,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$31.467,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	637	31.467,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2247-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$3.418,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	743	3.418,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2203-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$79.696,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	953	79.696,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.366.17.2209-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$312.307,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	977	312.307,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.366.17.2209-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$8.140,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	977	8.140,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.366.17.2209-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$252.850,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	977	252.850,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			R$6.000,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	664	6.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.008 - DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS URBANO			
02.004.008.18.541.26.2146-3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições			R$130.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	354	130.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.243.36.2270-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais			R$7.274,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	478	7.274,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.243.36.2270-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais			R$8.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	478	8.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$87.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	226	87.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$43.971,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	226	43.971,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$364.468,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	226	364.468,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$163.800,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	226	163.800,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$12.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	226	12.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$38.618,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	226	38.618,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2213-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$9.918,12
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	626	9.918,12
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2213-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$24.795,30
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	626	24.795,30
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2175-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	864	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2175-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	864	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2175-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$70.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	864	70.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			

02.007.001.12.365.12.2175-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	864	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2175-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$5.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	864	5.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2175-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$80.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	864	80.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2175-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$57.884,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	864	57.884,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$917.426,10
1.621.000.0000	Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual	660	917.426,10

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 2 de Junho de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:E4997636

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.833, 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5833/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.842.137,85 (dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA		
02.003.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA		
02.003.001.28.843.0.0002-3.2.90.21.00.00.00.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato		R$305.902,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	141	305.902,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.302.21.2234-3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições		R$80.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	701	80.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.12.2162-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$222.861,20
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	805	222.861,20
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2168-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$27.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	832	27.800,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2168-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$224.511,60
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	832	224.511,60
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.14.2185-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$23.308,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	903	23.308,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.14.2185-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	903	10.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.14.2186-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$1.879,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	904	1.879,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.14.2186-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$4.725,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	904	4.725,00

02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.14.2187-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$6.102,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	905	6.102,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.14.2187-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	905	10.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL		
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
02.005.004.8.244.34.2254-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$24.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	441	24.500,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO		
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL		
02.001.001.4.122.5.2010-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		R$95.573,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	36	95.573,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL		
02.005.002 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
02.005.002.8.122.37.2275-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		R$19.976,05
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	413	19.976,05
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
02.006.001.10.122.18.2211-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições		R$320.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	614	320.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.12.2162-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente		R$1.016.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	808	1.016.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2172-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente		R$449.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	854	449.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL		
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
02.005.004.8.244.34.2254-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais		R$80.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	439	80.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL		
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
02.005.004.8.243.36.2270-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais		R$24.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	478	24.500,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO		
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas		R$306.037,79
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	226	306.037,79
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.13.2180-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$67.372,80
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	891	67.372,80
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO		
02.001.004 - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO		
02.001.004.4.131.8.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$95.573,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	49	95.573,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL		
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
02.005.004.8.241.36.2268-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$19.976,05
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	476	19.976,05
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL		
02.005.005 - DIRETORIA DE TURISMO E CULTURA		
02.005.005.13.392.40.2290-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$13.962,21
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	534	13.962,21
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.12.2163-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$84.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	812	84.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.12.2167-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$48.840,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	827	48.840,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2168-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$96.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	834	96.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2173-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	858	10.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2173-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$4.725,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	858	4.725,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2173-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$10.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	858	10.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.367.12.2178-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$23.308,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	881	23.308,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.367.12.2178-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$1.879,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	881	1.879,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.367.12.2178-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$6.102,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	881	6.102,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.12.2160-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç		R$110.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	788	110.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.12.2167-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$90.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	828	90.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.361.12.2166-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$240.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	823	240.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2170-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$449.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	841	449.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2170-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$251.160,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	841	251.160,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2170-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$27.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	841	27.800,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2170-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$157.138,80
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	841	157.138,80
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2170-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$222.861,20
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	841	222.861,20
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		
02.007.001.12.365.12.2174-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$96.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	859	96.000,00
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA		
02.003.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA		
02.003.001.28.843.0.0002-4.6.90.71.00.00.00.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado		R$305.902,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	143	305.902,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 1 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:A3B1FAD8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.834, 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5834/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO		

02.007.001.12.361.12.2162-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente		R$320.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	808	320.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA		
02.003.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA		
02.003.001.99.999.9999.9999-9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS		R$320.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	159	320.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 1 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:8CDF9640

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.835, 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5835/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 6.783.627,22 (seis milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$1.892,70
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	605	1.892,70
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$41.729,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	605	41.729,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2212-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$28.520,40
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	617	28.520,40
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$268.405,70
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	636	268.405,70
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$292.256,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	636	292.256,50
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2220-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$90.020,40
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	648	90.020,40
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$87.413,18
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	662	87.413,18
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$38.068,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	662	38.068,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2228-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$26.738,95
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	681	26.738,95
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2228-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$65.647,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	681	65.647,50
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			

02.006.001.10.303.20.2228-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$930,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	681	930,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2235-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$25.500,13
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	708	25.500,13
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2235-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$107.291,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	708	107.291,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2235-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$6.919,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	708	6.919,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.22.2242-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$87.670,76
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	726	87.670,76
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.22.2242-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$23.793,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	726	23.793,50
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.22.2242-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$23.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	726	23.000,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.22.2242-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$5.950,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	726	5.950,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.22.2242-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$143.658,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	726	143.658,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2247-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$39.829,04
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	742	39.829,04
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2247-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$79.393,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	742	79.393,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$6.158,28
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	748	6.158,28
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$22.295,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	748	22.295,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$6.210,00
1.600.000.0000	Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e	748	6.210,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$7.477,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	748	7.477,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$25.270,07
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	758	25.270,07
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$62.664,10
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	758	62.664,10
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$1.430,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	758	1.430,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.4.122.5.2010-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$46.671,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	28	46.671,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.4.122.5.2010-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.341,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	28	1.341,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.003 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
02.001.003.4.124.8.2313-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$54.541,20
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	40	54.541,20
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.003 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
02.001.003.4.124.8.2313-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$4.478,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	40	4.478,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.004 - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO			
02.001.004.4.131.8.2013-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$97.824,00

1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	46	97.824,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.4.122.5.2016-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$377.349,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	76	377.349,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.4.122.5.2016-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$122.870,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	76	122.870,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.122.5.2315-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$129.635,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	137	129.635,50
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA			
02.003.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.003.001.4.122.5.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$210.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	148	210.000,00
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA			
02.003.006 - DIRETORIA DE RECEITA			
02.003.006.4.129.10.2035-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$102.009,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	160	102.009,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$3.213,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	225	3.213,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.005.001.4.122.5.2128-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$3.550,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	385	3.550,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.002 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
02.005.002.8.243.37.2277-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.370,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	415	1.370,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.002 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
02.005.002.8.243.37.2277-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$39.646,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	415	39.646,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2255-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$3.849,00
1.660.000.0000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	444	3.849,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2255-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$9.098,55
1.660.000.0000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	444	9.098,55
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.37.2283-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$13.589,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	484	13.589,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.37.2326-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$9.655,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	497	9.655,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.006 - DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER			
02.005.006.27.122.42.2298-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$64.505,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	572	64.505,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.006 - DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER			
02.005.006.27.122.42.2298-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$4.422,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	572	4.422,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$114.588,23
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	114.588,23
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$111.296,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	111.296,50
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$313.697,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	313.697,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$22.854,70
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	22.854,70
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$110.500,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	110.500,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$71.666,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	71.666,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$319.550,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	319.550,00

02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$581.462,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	606	581.462,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2220-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$53.754,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	649	53.754,50
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2220-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$2.405,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	649	2.405,50
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$353.201,03
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	663	353.201,03
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$537.039,70
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	663	537.039,70
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$22.000,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	663	22.000,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$18.992,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	663	18.992,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$2.031,53
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	709	2.031,53
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$14.884,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	709	14.884,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.22.2242-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$7.571,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	727	7.571,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.22.2242-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.898,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	727	1.898,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$39.320,12
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	749	39.320,12
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$35.220,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	749	35.220,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$9.990,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	749	9.990,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$4.995,00
1.600.000.0000	Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e	759	4.995,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$22.044,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	759	22.044,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.380,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	759	1.380,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2160-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$83.900,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	782	83.900,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2160-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$4.240,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	782	4.240,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2160-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$515,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	782	515,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.13.2180-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$157.428,95
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	889	157.428,95
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.13.2180-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$247.077,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	889	247.077,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			

02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.13.2180-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$81.973,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	889	81.973,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.13.2180-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.162,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	889	1.162,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2160-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$471.775,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	783	471.775,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2160-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$15.530,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	783	15.530,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			R$22.485,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	638	22.485,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			R$3.513,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	638	3.513,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$1.890,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	667	1.890,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.28.843.0.0003-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais			R$4.048,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	987	4.048,00
Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação			parcial ou total da(s)
seguinte(s) dotação(ões):			
Classificação		Ficha	Valor
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$5.950,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	662	5.950,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$1.898,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	662	1.898,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.19.2224-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$1.430,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	662	1.430,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2255-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$143.658,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	444	143.658,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2255-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$7.477,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	444	7.477,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2255-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$106.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	444	106.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.35.2264-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$195.462,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	462	195.462,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.370,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	1.370,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$3.849,00
1.660.000.0000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	490	3.849,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$91.567,47
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	91.567,47
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$39.646,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	39.646,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$13.589,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	13.589,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$9.655,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	9.655,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$9.098,55

1.660.000.0000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	490	9.098,55
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$122.870,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	122.870,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$180.357,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	180.357,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$15.530,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	15.530,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$515,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	515,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2309-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.162,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	490	1.162,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2212-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$91.147,96
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	618	91.147,96
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2219-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$153.633,56
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	637	153.633,56
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$6.210,00
1.600.000.0000	Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e	749	6.210,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$22.485,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	759	22.485,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$3.513,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	759	3.513,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2249-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$22.000,00
1.605.000.0000	Assistência financ. União destinada à compl. ao pagto dos pisos salariais para prof.	759	22.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.367.12.2178-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$74.527,41
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	877	74.527,41
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$4.240,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	4.240,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$81.973,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	81.973,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.341,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	1.341,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$4.478,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	4.478,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$4.422,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	4.422,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$71.666,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	71.666,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$2.405,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	2.405,50
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$18.992,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	18.992,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.890,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	1.890,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$930,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	930,00

02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$6.919,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	6.919,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$9.990,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	9.990,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.380,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	1.380,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$139.193,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	990	139.193,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.004.001.9.272.5.2019-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$210.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	185	210.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.361.12.2162-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$9.286,19
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	804	9.286,19
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2168-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$217.212,62
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	831	217.212,62
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.365.12.2172-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$129.999,99
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	849	129.999,99
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.366.12.2176-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$10.999,99
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	867	10.999,99
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.367.12.2178-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$27.748,81
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	878	27.748,81
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.001 - DIVISÃO DE ENSINO			
02.007.001.12.364.16.2199-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$1.999,99
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	934	1.999,99
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.4.122.5.2010-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas			R$20.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	29	20.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.005.001.4.122.5.2128-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas			R$3.550,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	386	3.550,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$157.428,95
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	226	157.428,95
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$129.635,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	232	129.635,50
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$102.009,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	232	102.009,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$83.900,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	232	83.900,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$111.250,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	232	111.250,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.004 - DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE			
02.004.004.15.452.32.2159-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$110.500,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	285	110.500,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.004 - DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE			
02.004.004.15.452.32.2159-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$280.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	285	280.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.007 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES			
02.005.007.27.812.42.2299-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$64.505,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	582	64.505,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.005 - DIRETORIA DE TURISMO E CULTURA			
02.005.005.13.392.40.2291-3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Cient., Desport			R$227.465,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	539	227.465,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			

02.005.005 - DIRETORIA DE TURISMO E CULTURA			
02.005.005.13.392.40.2291-3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Cient., Desport			R$85.783,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	539	85.783,50
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.007 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES			
02.005.007.27.812.42.2302-3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Cient., Desport			R$42.232,36
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	596	42.232,36
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.11.331.43.2023-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$23.793,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	90	23.793,50
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.11.331.43.2023-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$23.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	90	23.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.11.331.43.2023-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$17.824,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	90	17.824,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.11.331.43.2023-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$329.478,88
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	90	329.478,88
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.11.331.43.2023-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$3.213,00
1.501.000.0000	Outros Recursos não Vinculados	90	3.213,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.11.331.43.2023-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$135.827,00
1.501.000.0000	Outros Recursos não Vinculados	90	135.827,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.11.331.43.2023-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$3.282,00
1.501.000.0000	Outros Recursos não Vinculados	90	3.282,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.002.001.4.122.5.2015-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$4.048,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	63	4.048,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$11.136,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	11.136,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$105.956,27
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	105.956,27
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$85.756,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	85.756,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$56.393,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	56.393,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$19.295,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	19.295,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$23.570,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	23.570,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$62.664,10
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	62.664,10
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$22.044,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	658	22.044,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2248-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$38.447,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	755	38.447,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$14.884,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	14.884,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$46.671,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	46.671,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$54.541,20
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	54.541,20
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			

02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$80.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	80.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$5.637,76
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	5.637,76
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$21.535,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	21.535,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$23.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	23.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$3.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	3.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$11.650,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	132	11.650,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$16.441,24
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	612	16.441,24
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2211-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$14.558,76
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	612	14.558,76
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2213-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$108.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	627	108.000,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.122.18.2213-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$4.995,00
1.600.000.0000	Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e	627	4.995,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.9.272.5.2019-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas			R$5.270,28
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	39	5.270,28
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.9.272.5.2019-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas			R$6.158,28
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	39	6.158,28
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.9.272.5.2019-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas			R$39.320,12
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	39	39.320,12
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.9.272.5.2019-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas			R$25.270,07
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	39	25.270,07
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.9.272.5.2019-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas			R$20.148,54
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	39	20.148,54
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$22.593,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	659	22.593,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2223-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$431.083,43
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	659	431.083,43
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$86.232,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	86.232,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$22.854,70
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	22.854,70
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$28.520,40
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	28.520,40
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$206.473,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	206.473,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$7.571,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	7.571,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$18.545,70

1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	18.545,70
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$38.068,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	38.068,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.303.20.2232-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$65.647,50
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	695	65.647,50
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA			
02.003.006 - DIRETORIA DE RECEITA			
02.003.006.4.122.10.2037-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$26.738,95
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	168	26.738,95
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA			
02.003.006 - DIRETORIA DE RECEITA			
02.003.006.4.122.10.2037-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$2.031,53
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	168	2.031,53
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA			
02.003.006 - DIRETORIA DE RECEITA			
02.003.006.4.122.10.2037-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$21.229,52
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	168	21.229,52
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA			
02.003.006 - DIRETORIA DE RECEITA			
02.003.006.4.129.10.2318-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$50.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	173	50.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.004.001.4.122.5.2129-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$1.892,70
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	197	1.892,70
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.004.001.4.122.5.2129-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$48.107,30
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	197	48.107,30
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.4.122.5.2130-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$50.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	214	50.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2139-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$15.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	224	15.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$268.405,70
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	236	268.405,70
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$90.020,40
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	236	90.020,40
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$25.500,13
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	236	25.500,13
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2141-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$1.073,77
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	236	1.073,77
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.004 - DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE			
02.004.004.15.452.32.2159-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$1.480,93
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	290	1.480,93
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.004 - DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE			
02.004.004.15.452.32.2159-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$26.339,41
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	290	26.339,41
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.008 - DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS URBANO			
02.004.008.15.452.27.2332-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$60.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	375	60.000,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.301.19.2222-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$1.479,80
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	656	1.479,80

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 1 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:F7137573

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.836, 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5836/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.183.707,03 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e sete reais e três centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		
02.007.002.12.361.17.2201-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$1.704.669,63
1.540.000.0000 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	950	1.704.669,63
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		
02.007.002.12.365.17.2204-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$479.037,40
1.540.000.0000 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	960	479.037,40

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.704.669,63
1.540.000.0000 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	0	1.704.669,63
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$479.037,40
1.540.000.0000 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	0	479.037,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 1 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:C2DF2B29

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.836, 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5836/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.183.707,03 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e sete reais e três centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.361.17.2201-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$1.704.669,63
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	950	1.704.669,63
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2204-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$479.037,40
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	960	479.037,40

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
Excesso de arrecadação (Art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43,§ 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		R$1.704.669,63

1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	0	1.704.669,63
Excesso de arrecadação (Art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.320/64) -			
Excesso de arrecadação (Art. 43,§ 1º, inciso II da Lei 4.320/64)			R$479.037,40
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	0	479.037,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 1 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:0B832695

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.837, 1º DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA

DECRETO Nº 5837/2025

Abertura de crédito adicional suplementar na(s) dotação(ões) mencionada(s)

O Prefeito Municipal LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei 4.320/64 e a LEI Nº 5535/2025, DE 24 de Abril de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.314.740,31 (um milhão, trezentos e quatorze mil, setecentos e quarenta reais e trinta e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$218.000,00
2.755.000.0000 (	SF) - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	136	218.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$188.629,02
2.500.000.0000	(SF) - Recursos não Vinculados de Impostos	226	188.629,02
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.002 - DIRETORIA DE TRANSITO – TRANSLAGO			
02.004.002.26.782.25.2140-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas			R$726.770,00
2.500.000.0000	(SF) - Recursos não Vinculados de Impostos	226	726.770,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.005.001.4.122.5.2128-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$24.730,10
2.500.000.0000	(SF) - Recursos não Vinculados de Impostos	385	24.730,10
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.005.001.4.122.5.2128-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$37.615,00
2.500.000.0000	(SF) - Recursos não Vinculados de Impostos	385	37.615,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.005 - DIRETORIA DE TURISMO E CULTURA			
02.005.005.13.392.40.2288-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$16.200,00
2.500.000.0000	(SF) - Recursos não Vinculados de Impostos	525	16.200,00
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.305.23.2247-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$102.796,19
2.501.000.0000	(SF) - Outros Recursos não Vinculados	743	102.796,19

Art. 2º - Os recursos utilizados para a abertura dos Créditos anteriormente citados decorrerão nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 1 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmilla Ornelo Mendes
Código Identificador:1807EDB8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.838,4 DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOASANTA
DECRETO Nº 5838/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOASANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 3.641.975,00 (três milhões, seiscentos e quarenta eum mil, novecentos e setenta ecinco reais) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.006.000 - SECRETARIA DE SAÚDE			
02.006.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
02.006.001.10.302.21.2234-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$3.641.975,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	706	3.641.975,00

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.003 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO INST.			
02.002.003.20.605.9.2029-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais			R$40.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	97	40.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2254-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais			R$140.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	439	140.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02.005.004.8.244.34.2261-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais			R$200.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	454	200.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.002.001.4.122.5.2015-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$136.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	62	136.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.003 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO INST.			
02.002.003.20.605.9.2029-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$45.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	98	45.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.004 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA			
02.002.004.6.181.33.2030-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$20.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	108	20.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.122.5.2315-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$10.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	138	10.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.004 - DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE			
02.004.004.18.541.26.2142-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$60.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	261	60.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.005 - DIRETORIA DE OBRAS			
02.004.005.4.122.5.2136-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$100.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	318	100.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.005 - DIRETORIA DE TURISMO E CULTURA			
02.005.005.13.392.40.1026-3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Cient., Desport			R$250.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	510	250.000,00
02.005.000 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL			
02.005.005 - DIRETORIA DE TURISMO E CULTURA			
02.005.005.13.392.40.2291-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita			R$250.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	540	250.000,00
02.001.000 - GABINETE DO PREFEITO			
02.001.001 - GERÊNCIA GOVERNAMENTAL			
02.001.001.4.122.5.2010-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria			R$190.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	32	190.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.003 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO INST.			
02.002.003.23.691.9.2328-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria			R$30.000,00

1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	103	30.000,00
02.008.000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS			
02.008.001.4.122.7.2327-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria			R$450.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	993	450.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.005 - DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS			
02.002.005.4.128.6.2026-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			R$10.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	122	10.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.003 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO INST.			
02.002.003.20.605.9.2029-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$10.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	99	10.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.004 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA			
02.002.004.6.181.33.2030-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$20.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	110	20.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.122.5.2315-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$10.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	139	10.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.004 - DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE			
02.004.004.18.541.26.2148-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$290.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	277	290.000,00
02.003.000 - SECRETARIA DE FAZENDA			
02.003.007 - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA			
02.003.007.4.125.10.2319-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç			R$313.975,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	177	313.975,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.005 - DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS			
02.002.005.11.331.43.2306-3.3.90.49.00.00.00.00 - Auxílio-Transporte			R$497.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	124	497.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-4.4.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$20.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	133	20.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.005 - DIRETORIA DE OBRAS			
02.004.005.15.452.27.2153-4.4.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo			R$90.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	326	90.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.006 - DIRETORIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
02.002.006.4.126.5.2018-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$30.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	134	30.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.005 - DIRETORIA DE OBRAS			
02.004.005.4.122.5.2136-4.4.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			R$25.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	320	25.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.004.001.4.122.5.2129-4.4.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -			R$50.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	196	50.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.002 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
02.002.002.15.452.27.2155-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$70.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	93	70.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.005 - DIRETORIA DE OBRAS			
02.004.005.15.451.28.1027-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações			R$50.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	311	50.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.003 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO INST.			
02.002.003.23.691.9.2328-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$20.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	106	20.000,00
02.002.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
02.002.004 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA			
02.002.004.6.181.33.2030-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$50.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	112	50.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.001 - GERÊNCIA ESTRATÉGICA			
02.004.001.6.182.33.2137-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$20.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	204	20.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.005 - DIRETORIA DE OBRAS			
02.004.005.4.122.5.2135-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$120.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	317	120.000,00
02.004.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
02.004.008 - DIRETORIA DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS URBANO			
02.004.008.4.122.5.2317-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente			R$25.000,00
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	371	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 4 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:5FC3BB7E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.846, 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5846/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação

O Prefeito Municipal de LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica
Municipal, e em conformidade com §3.º do artigo 43 da Lei 4.320/64 e Inciso II, artigo 6º da Lei Municipal nº 5479/2025 de 3 de Janeiro de 2025 que trata da LOA.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no crédito adicional suplementar no valor de R$ 6.130.350,12 (seis milhões, cento e trinta mil, trezentos e cinquenta reais e doze centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação		Ficha	Valor
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.361.17.2201-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$2.741.711,31
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	950	2.741.711,31
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.361.17.2201-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$749.510,72
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	950	749.510,72
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2204-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$964.567,92
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	960	964.567,92
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2204-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			R$291.757,18
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	960	291.757,18
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2204-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$264.271,40
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	961	264.271,40
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2204-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais			R$797.821,58
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	961	797.821,58
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2207-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$250.000,00
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	971	250.000,00
02.007.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
02.007.002 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO			
02.007.002.12.365.17.2207-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado			R$70.710,01
1.540.000.0000	Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	971	70.710,01

Art. 2º - Os recursos necessários
para a abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo 1º deste Decreto, foram obtidos pelo excedente de arrecadação
da Receita de Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Fonte de Recursos 1.540, apurados no Balancete da Receita do mês de novembro/2025..
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 12 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:E4F5076A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.847, 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA SANTA
C.N.P.J.: 73.357.469/0001-56
Município: LAGOA SANTA
DECRETO Nº 5847/2025

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGOA SANTA e autorização contida na Lei Municipal nº 5479/2025, de 3 de Janeiro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.482.114,11 (um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e quatorze reais e onze centavos) destinado ao reforço orçamentário da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.1.2001-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$81.387,08
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	2	81.387,08
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.3.2004-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$65.539,02
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	23	65.539,02
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.3.2004-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		R$605.666,21
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	23	605.666,21
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.3.2004-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas		R$535.771,80
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	25	535.771,80
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.1.2001-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil		R$120.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	4	120.000,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2002-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil		R$73.750,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	9	73.750,00

Art. 2º - Os recursos destinados a atender as despesas decorrentes do presente crédito, serão aquelas originadas pela anulação parcial ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões):

Classificação	Ficha	Valor
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.3.2004-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado		R$50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	22	50.000,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.1.2001-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	5	50.000,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2002-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$73.750,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	10	73.750,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2003-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo		R$50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	19	50.000,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2002-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria		R$65.539,02
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	11	65.539,02
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2002-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria		R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	11	20.000,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2002-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria		R$81.387,08
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	11	81.387,08
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2003-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		R$90.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	20	90.000,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2002-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$535.771,80
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	13	535.771,80
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2003-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R$22.999,75
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	21	22.999,75
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		

01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.1.2001-3.3.90.92.00.00.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores		R$50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	7	50.000,00
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.4.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações		R$20.803,06
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	1	20.803,06
01.001.000 - CAMARA MUNICIPAL		
01.001.001 - CORPO LEGISLATIVO		
01.001.001.1.31.2.2002-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente		R$371.863,40
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos	18	371.863,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 15 de Dezembro de 2025.

BRENO SALOMAO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:2753C58A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMDE Nº 001/2025

NÍVEL MÉDIO-OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO/OFICIAL ADMINISTRATIVO

	CANDIDATO	TÍTULOS	EXPERIÊNCIA	PRAT. EXCEL	PRAT. TEXTO	IDADE	TOTAL
	MARIA LUIZA CORDEIRO DE OLIVEIRA	30	30	20	15	sexta-feira, 30 de maio de 1980	95
	FELIPE ANDRADE VIEIRA	30	20	20	20	sábado, 26 de fevereiro de 2000	90
	LIVIA LACERDA COSTA FONTES	20	30	20	20	segunda-feira, 5 de julho de 2004	90
	MARIA AMALIA ALMADA DE ANGELIS	20	30	20	10	quinta-feira, 14 de setembro de 1967	80
	AMANDA NETTO OLIVEIRA GOMES	20	20	20	20	domingo, 12 de maio de 1985	80
	THAYANNA MATOSO BRUNO VIANNA	20	20	20	20	sexta-feira, 17 de janeiro de 1997	80
	ANA CARLA FURTADO NETO	30	10	20	20	sexta-feira, 8 de setembro de 2000	80
	ITALO DOS SANTOS RODRIGUES E SILVA	10	30	20	20	sexta-feira, 6 de abril de 2001	80
	DAIHANA SILVA DE SOUZA	10	30	20	15	segunda-feira, 9 de julho de 1984	75
	JOSIANI APARECIDA SILVA PEREIRA	30	30	5	10	quinta-feira, 11 de outubro de 1984	75
	ANA CAROLINA PAIXAO DE RESENDE	20	30	15	10	sábado, 25 de outubro de 1986	75
	RENATA CARDOSO GONCALVES	30	30	10	5	sexta-feira, 27 de setembro de 1991	75
	TAYLA CRISTINA DE OLIVEIRA SABINO	30	30	10	5	quinta-feira, 4 de junho de 1992	75
	LARA VIANA SILVA MORAES	20	30	15	10	quarta-feira, 1 de novembro de 2000	75
	MEIRE LUCAS DE MEDEIROS	20	30	5	15	segunda-feira, 22 de julho de 1974	70
	JOAO VITOR MORAES	30	30	5	5	quinta-feira, 23 de junho de 1988	70
	JOYCE SILVA FREITAS	0	30	20	20	sábado, 2 de julho de 1988	70
	PATRICIA LOPES DA SILVA LAMOIA	10	30	15	15	terça-feira, 23 de abril de 1991	70
	DENISE DE SOUZA DA SILVA	30	30	0	10	sexta-feira, 22 de novembro de 1991	70
	GESSICA CERQUEIRA SILVA	20	30	10	10	terça-feira, 25 de julho de 2000	70
	RENATA MORAIS FLORES GUIDE	20	30	0	15	sexta-feira, 30 de dezembro de 1983	65
	HERBERT GUALBERTO SILVA BARBOSA	20	30	5	10	domingo, 16 de novembro de 1986	65
	ROZILENE LORENZETTO QUIODINE	20	30	0	10	sábado, 31 de outubro de 1981	60
	DANIELA APARECIDA GREGORIO	20	30	0	10	terça-feira, 24 de outubro de 1995	60
	FABIANE DE SOUZA MAGALHAES DE ALMEIDA	20	10	5	20	quinta-feira, 25 de setembro de 1986	55
	LUIZ JORGE NEDER JUNIOR	20	30	0		quinta-feira, 26 de fevereiro de 1976	50
	JOSILANE APARECIDA DA SILVA	10	20	10	10	domingo, 28 de outubro de 1979	50
	RAMON ROCHA DE SOUZA	20	30	0		sábado, 18 de julho de 1987	50
	NATHALIA MORAES BORGES	10	30	0		segunda-feira, 9 de dezembro de 2002	40
	LUDMILA MONTEIRO MOZELI	30	0	0		sábado, 27 de junho de 1987	30

Leopoldina, MG, 02 de Fevereiro de 2026

SÉRGIO DUARTE BENATTI
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:C486FE14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EDITAL DE DESIGNAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 04/2026

Música "Leonardo Vargas", a FUNDARTE, por meio da Diretora Geral, no uso de suas atribuições, torna público edital para contratação em observância ao disposto nos art. 37, inciso IX da CF/88, Lei Complementar Municipal nº 5.940, de 27 de dezembro de 2019 e art. 9º ao 19º da Resolução da Fundarte 001/2015 e seguindo critérios de prioridade conforme art. 10º desta Resolução.
Dia: 05/02/2026
Horário: 16:20h
Local: Sede Administrativa da Fundarte
Fundarte – Av. Constantino Pinto, 400 – Centro, Muriaé – MG

FUNÇÃO: PROFESSOR DE MUSICA – 30H/SEM				
PERÍODO	**REQUISITOS**	**MOTIVO DA VAGA**	**VAGAS**	**REMUNERAÇÃO**
De 12/02/2026 Até 18/12/2026	Licenciatura Plena em Musica	Cargo vago e Licença sem Vencimento	02	R$3.2000,00

***** Valor em conformidade com o Anexo II-A da Lei nº 4.184, de 28 de dezembro de 2021, com redação acrescida pela Lei 6.297, de 09 de dezembro de 2021.
É obrigatória a apresentação dos seguintes documentos no ato da Convocação:
Comprovante de habilitação ou qualificação para atuar na função a que concorre, através de diploma ou Registro Profissional ou de Declaração de Conclusão, acompanhado de Histórico Escolar original e cópia;
Comprovante de matricula e frequência em curso de habilitação especifica, para candidatos sujeito a autorização para lecionar;
Documento de identidade, original e cópia;
Comprovante de registro no cadastro de Pessoas Físicas – CPF, situação cadastral receita federal, emitida pelo site;
Comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais, original e cópia, quitação eleitoral;
Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para candidato do sexo masculino;
Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP, emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;
Certidão de Nascimento ou Casamento; (caso houver alteração no nome devido ao casamento ou divórcio, o mesmo deverá estar atualizado junto a Receita Federal- CPF E CI);
Comprovante de residência atualizado;
Contagem de tempo de serviço prestado no cargo de professor de prestado na FUNDARTE (critério de desempate).
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s
Observação: Terá prioridade o candidato com maior tempo de serviço prestado como professor de Música na Fundarte, sucessivamente, o candidato de maior idade.
O candidato designado será contratado após receber a condição de apto em exame médico admissional. Os candidatos devem apresentar os documentos originais acompanhados de cópias simples.

Muriaé, 02 de fevereiro de 2026

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Luiz Gustavo Vilela
Código Identificador:0A94322B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL - 4/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
EDITAL - 4/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97, e pelas Resoluções do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, Notifica através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, das respectivas Infrações de Transito, estabelecendo prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição da Defesa da Autuação ou Solicitar a aplicação de Penalidade de Advertência Por Escrito, observado os termos da Resolução do CONTRAN Conselho Nacional de Transito, nº. 918/2022. A Defesa da Autuação por ventura interposta, ou a Solicitação da aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito, deverão ser entregues **PESSOALMENTE: no**

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte SMTT, à Rua Dionísio Machado, 96 - Centro - POUSO ALEGRE - MG - CEP. 37553-406, ou VIA CORREIOS para Rua Dionísio Machado, 96 -
Centro - POUSO ALEGRE - MG - CEP. 37553-406 (de preferência mediante aviso de recebimento).
Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação, e tratando-se de infração de
responsabilidade do condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo, tem o prazo de 30 dias a contar da presente publicação, para identificá-lo, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos dos §§ 7º e 8º do artigo 257, da Lei Federal 9.503/97 (Código de Transito
Brasileiro). O formulário para identificação do Condutor Infrator pode ser solicitado no Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, à Rua Dionísio Machado, 96 - Centro - POUSO ALEGRE - MG - CEP. 37553-406.
*** A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3112-3828.**

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
GXF9177	P300103143	05/01/2026	7455-0
BXO1910	P300103145	05/01/2026	7463-0
CTX3952	P300103146	05/01/2026	7455-0
RNL6B86	P300103148	05/01/2026	7455-0
CTU3H29	P300103156	05/01/2026	7463-0
GXK9H52	P300103159	05/01/2026	7455-0
MLK3E29	P300103160	05/01/2026	7455-0
OZI1C25	P300103164	05/01/2026	7463-0
SHK6F61	P300103180	05/01/2026	7455-0
FVC4C47	P300103187	05/01/2026	7455-0
RTI7D39	P300103189	05/01/2026	7463-0
PUB8635	P300103191	05/01/2026	7455-0
CJL4809	P300103204	05/01/2026	7463-0
RFJ2J76	P300103205	05/01/2026	7455-0
RTP6F66	P300103141	05/01/2026	6050-3
DXK1J18	P300103212	05/01/2026	7455-0
ENS7671	P300103213	05/01/2026	7455-0
SUS8F53	P300103214	05/01/2026	7455-0
ALE7247	P300103215	05/01/2026	7455-0
RFP3H46	P300103216	05/01/2026	7455-0
ALE7247	P300103217	05/01/2026	7455-0
GKW1C94	P300103218	05/01/2026	7455-0
GBT3D18	P300103234	05/01/2026	7455-0
GZS3756	P300103237	05/01/2026	7455-0
TYD5J39	P300103241	05/01/2026	7455-0
OLY9A01	P300103248	05/01/2026	7455-0
RNT7G06	P300103249	05/01/2026	7455-0
GXF2029	P300103252	05/01/2026	7455-0
EKV9827	P300103261	05/01/2026	7455-0
DUK7660	P300103269	05/01/2026	7455-0
HEZ4999	P300103270	05/01/2026	7455-0
RVE9E35	P300103272	05/01/2026	7455-0
NYE9B42	P300103273	05/01/2026	7455-0
EYD0C61	P300103274	05/01/2026	7455-0
FMF2G59	P300103275	05/01/2026	7455-0
ERK9E84	P300103277	05/01/2026	7455-0
ALY3G81	P300103278	05/01/2026	7455-0
GCG0E92	P300103279	05/01/2026	7455-0
TDL3I41	P300103280	05/01/2026	7455-0
QMV5701	P300103282	05/01/2026	7455-0
DBZ1H47	P300103283	05/01/2026	7455-0
HIZ4I73	P300103284	05/01/2026	7455-0
QQF9893	P300103285	05/01/2026	7455-0
HES7936	P300103286	05/01/2026	7463-0
BLX8C49	P300103292	05/01/2026	7463-0
HBE4H62	P300103295	05/01/2026	7455-0
DBZ1H47	P300103298	05/01/2026	7463-0
HIZ4I73	P300103301	05/01/2026	7455-0
GRK3565	P300103303	05/01/2026	7455-0
MIO1A34	P300103304	05/01/2026	7455-0
OPG4445	P300103305	05/01/2026	7455-0
SYU2J55	P300103150	06/01/2026	7455-0
JBJ3G54	P300103151	06/01/2026	7455-0
SSM6D42	P300103165	06/01/2026	7455-0
SIQ9E28	P300103166	06/01/2026	7455-0
GYQ2868	P300103167	06/01/2026	7455-0
PMH7H83	P300103168	06/01/2026	7455-0
GAB8817	P300103173	06/01/2026	7455-0
TDP2C55	P300103175	06/01/2026	7455-0
QOA5648	P300103176	06/01/2026	7455-0
GXF9177	P300103177	06/01/2026	7455-0
RUP7F29	P300103178	06/01/2026	7455-0
ENT9B04	P300103183	06/01/2026	7455-0
DHU4J49	P300103184	06/01/2026	7455-0
ALY3G81	P300103185	06/01/2026	7455-0
EFR3J06	P300103186	06/01/2026	7455-0
RVV3A04	P300103193	06/01/2026	7455-0
OXH5005	P300103194	06/01/2026	7455-0
QNC7G20	P300103197	06/01/2026	7455-0
HHD6386	P300103199	06/01/2026	7455-0

QOL8457	P300103202	06/01/2026	7455-0
RMQ9D17	P300103203	06/01/2026	7463-0
ALB6512	P300103206	06/01/2026	7463-0
RUP2D10	P300103209	06/01/2026	7463-0
QOV2B59	P300103210	06/01/2026	7455-0
FLR3G43	P300103142	06/01/2026	6050-3
EGN7I78	P300103221	06/01/2026	7455-0
PYW5711	P300103222	06/01/2026	7455-0
HFC3268	P300103223	06/01/2026	7455-0
EEN7496	P300103224	06/01/2026	7455-0
SHR3B08	P300103225	06/01/2026	7455-0
LUZ3D24	P300103226	06/01/2026	7455-0

EDZ9871	P300103227	06/01/2026	7455-0
HZW0B49	P300103228	06/01/2026	7455-0
RFZ6C47	P300103229	06/01/2026	7455-0
DQD0A61	P300103233	06/01/2026	7463-0
EGN7I78	P300103245	06/01/2026	7455-0
PXE0G39	P300103247	06/01/2026	7455-0
TEX9E37	P300103256	06/01/2026	7455-0
RNL6G89	P300103259	06/01/2026	7455-0
HHO8909	P300103262	06/01/2026	7455-0
LUZ3D24	P300103263	06/01/2026	7455-0
DWK6721	P300103264	06/01/2026	7455-0
EDW0E75	P300103266	06/01/2026	7463-0
EHV2G95	P300103267	06/01/2026	7455-0
CNQ7768	P300103290	06/01/2026	7455-0
OPM9270	P300103291	06/01/2026	7455-0
SIR7F27	P300103306	06/01/2026	7455-0
EFR3J06	P300103307	06/01/2026	7455-0
DUI4375	P300103308	06/01/2026	7463-0
HJT3747	P300103310	06/01/2026	7455-0
TDB7G85	P300103315	07/01/2026	7455-0
HDT7I90	P300103318	07/01/2026	7455-0
DDQ3I60	P300103327	07/01/2026	7455-0
QUJ7944	P300103332	07/01/2026	7455-0
CMD2D24	P300103334	07/01/2026	7455-0
SJE8G65	P300103338	07/01/2026	7455-0
GKW1C94	P300103329	07/01/2026	7455-0
EJO1168	P300103374	07/01/2026	7455-0
RME3A49	P300103363	07/01/2026	7455-0
HEM6635	P300103367	07/01/2026	7455-0
EBH1492	P300103369	07/01/2026	7455-0
HNH9E46	P300103388	07/01/2026	7455-0
QQL4221	P300103396	07/01/2026	7455-0
RVK3B72	P300103398	07/01/2026	7455-0

RNK9A68	P300103402	07/01/2026	7455-0
OWV2946	P300103371	07/01/2026	7455-0
SIU6C84	P300103440	07/01/2026	7455-0
ECG2J98	P300103442	07/01/2026	7455-0
FYV6E98	P300103311	07/01/2026	6050-3
BUR3934	P300103417	07/01/2026	7455-0
TDQ9D17	P300103419	07/01/2026	7455-0
HMH2B22	P300103423	07/01/2026	7455-0
OXC2D46	P300103427	07/01/2026	7455-0
GCD6D37	P300103429	07/01/2026	7455-0
DRT8I21	P300103433	07/01/2026	7455-0
OQN7576	P300103448	07/01/2026	7455-0
REE8G78	P300103450	07/01/2026	7455-0
FZG5G74	P300103445	07/01/2026	7455-0
BOY5644	P300103447	07/01/2026	7455-0
QQS9H86	P300103454	07/01/2026	7455-0
PUO9E45	P300103456	07/01/2026	7455-0
QQO9G71	P300103471	07/01/2026	7455-0
SIR5B15	P300103470	07/01/2026	7455-0
QPP2839	P300103472	07/01/2026	7455-0
SJI5E28	P300103474	07/01/2026	7455-0
AYS1491	P300103493	07/01/2026	7455-0
HMN1944	P300103503	07/01/2026	7455-0
DQA2A01	P300103496	07/01/2026	7455-0
BYL4104	P300103498	07/01/2026	7455-0
FIT4G72	P300103531	07/01/2026	7455-0
SYL9A22	P300103535	07/01/2026	7455-0
FIE3G03	P300103537	07/01/2026	7455-0
CUH9I58	P300103541	07/01/2026	7455-0
HKY2D23	P300103543	07/01/2026	7455-0
PYX9A20	P300103545	07/01/2026	7463-0
SYF0J59	P300103520	07/01/2026	7463-0
DVA5105	P300103522	07/01/2026	7455-0

PUI2E30	P300103526	07/01/2026	7463-0
OLQ1904	P300103530	07/01/2026	7455-0
BIL1B98	P300103532	07/01/2026	7455-0
SHO5E65	P300103534	07/01/2026	7455-0
ENQ8672	P300103536	07/01/2026	7455-0
OPY9B24	P300103538	07/01/2026	7455-0

FYL6F74	P300103540	07/01/2026	7455-0
RNX6G60	P300103579	07/01/2026	7455-0
GTN1F35	P300103583	07/01/2026	7455-0
DHU4G69	P300103580	07/01/2026	7455-0
QNN1E17	P300103582	07/01/2026	7455-0
TEJ0I01	P300103317	08/01/2026	7463-0
ALE7247	P300103319	08/01/2026	7455-0
EQJ4H98	P300103321	08/01/2026	7455-0
FIL3D50	P300103322	08/01/2026	7463-0
ESZ8G03	P300103333	08/01/2026	7455-0
TDE8A59	P300103346	08/01/2026	7455-0
SHF8B52	P300103339	08/01/2026	7455-0
SYC8D90	P300103373	08/01/2026	7455-0
PUH9654	P300103383	08/01/2026	7455-0
FQJ7432	P300103414	08/01/2026	7455-0
TEK7D11	P300103416	08/01/2026	7455-0
OLR5484	P300103420	08/01/2026	7455-0
QQM7570	P300103387	08/01/2026	7455-0
TCW4H84	P300103444	08/01/2026	7455-0
RUP2D10	P300103411	08/01/2026	7463-0
DGZ3J01	P300103312	08/01/2026	6050-3
HJT0335	P300103435	08/01/2026	7455-0
JMW9363	P300103449	08/01/2026	7455-0
FCI7F45	P300103453	08/01/2026	7455-0
GKW1C94	P300103455	08/01/2026	7455-0
QOL5G80	P300103457	08/01/2026	7455-0
GCO8I15	P300103459	08/01/2026	7463-0

SII6G66	P300103461	08/01/2026	7455-0
PZV9F83	P300103479	08/01/2026	7455-0
ALE7247	P300103478	08/01/2026	7455-0
QQX3A23	P300103480	08/01/2026	7455-0
HNC2J19	P300103482	08/01/2026	7455-0
FQW9C98	P300103495	08/01/2026	7455-0
OPE2390	P300103497	08/01/2026	7455-0
RTE8B47	P300103511	08/01/2026	7455-0
GGQ9B47	P300103504	08/01/2026	7463-0
OWJ4H64	P300103514	08/01/2026	7463-0
PWM7A30	P300103516	08/01/2026	7455-0
CCU3I34	P300103551	08/01/2026	7455-0
CMQ0881	P300103553	08/01/2026	7455-0
HEL9C26	P300103555	08/01/2026	7455-0
PXZ4510	P300103557	08/01/2026	7455-0
ALY3G81	P300103559	08/01/2026	7455-0
FQW9C98	P300103561	08/01/2026	7463-0
LSI0J54	P300103567	08/01/2026	7455-0
ORC8I47	P300103546	08/01/2026	7455-0
TCE5C96	P300103548	08/01/2026	7455-0
HBU5D09	P300103550	08/01/2026	7455-0
FCQ9A13	P300103552	08/01/2026	7455-0
RTF7G27	P300103587	08/01/2026	7455-0
QMQ1423	P300103589	08/01/2026	7455-0
FDC0C56	P300103586	08/01/2026	7455-0
EEO5H12	P300103588	08/01/2026	7455-0
OXA1J69	P300103325	09/01/2026	7455-0
GZO9600	P300103343	09/01/2026	7463-0
GMT9397	P300103347	09/01/2026	7455-0
TEU5J81	P300103351	09/01/2026	7455-0
PUF4280	P300103356	09/01/2026	7463-0
DQR3I03	P300103358	09/01/2026	7455-0
QYO6E54	P300103360	09/01/2026	7455-0

SUH4A04	P300103362	09/01/2026	7455-0
PXO9J09	P300103366	09/01/2026	7455-0
ERT1757	P300103372	09/01/2026	7455-0
TXN6D62	P300103355	09/01/2026	7455-0
AFS4143	P300103357	09/01/2026	7455-0
EJO1168	P300103380	09/01/2026	7455-0
SHG1J82	P300103382	09/01/2026	7455-0
CYZ5822	P300103393	09/01/2026	7455-0
HIB4260	P300103395	09/01/2026	7455-0
HHE9320	P300103397	09/01/2026	7455-0
HKV8960	P300103428	09/01/2026	7455-0
OWS6A49	P300103430	09/01/2026	7471-0
CVP1J38	P300103434	09/01/2026	7455-0
HDV1I91	P300103452	09/01/2026	7455-0
OPD6I82	P300103465	09/01/2026	7455-0
TYG0I67	P300103466	09/01/2026	7455-0
AZQ1318	P300103468	09/01/2026	7455-0
HCM5I25	P300103489	09/01/2026	7455-0
QQP3G80	P300103491	09/01/2026	7455-0
DQD0A61	P300103501	09/01/2026	7471-0
SVO1B36	P300103494	09/01/2026	7455-0
SWL7E67	P300103517	09/01/2026	7455-0
CPY1643	P300103508	09/01/2026	7455-0
QQL4230	P300103529	09/01/2026	7455-0
LTT9D83	P300103518	09/01/2026	7455-0
DSJ0I10	P300103569	09/01/2026	7455-0

PUR3H82	P300103573	09/01/2026	7455-0
OQX2180	P300103575	09/01/2026	7455-0
KCC7610	P300103577	09/01/2026	7455-0
FDF3I52	P300103570	09/01/2026	7455-0
DHU4G69	P300103572	09/01/2026	7455-0
GDY9G99	P300103593	09/01/2026	7455-0
CWF9229	P300103595	09/01/2026	7455-0

TCO4B58	P300103597	09/01/2026	7455-0
EAR5H81	P300103599	09/01/2026	7455-0
OWZ8148	P300103607	09/01/2026	7455-0
BBB0275	P300103590	09/01/2026	7455-0
TCG7E41	P300103592	09/01/2026	7463-0
RVV4I64	P300103596	09/01/2026	7455-0
TKO8I91	P300103626	10/01/2026	7455-0
CNG8J22	P300103627	10/01/2026	7455-0
EJS2940	P300103628	10/01/2026	7455-0
TAL2F05	P300103629	10/01/2026	7455-0
SWX9C16	P300103630	10/01/2026	7455-0
EJL5B65	P300103631	10/01/2026	7455-0
PYW3063	P300103632	10/01/2026	7455-0
RME8D01	P300103633	10/01/2026	7455-0
RUW9E43	P300103612	10/01/2026	7471-0
FAB0F37	P300103634	10/01/2026	7455-0
RVR1J25	P300103635	10/01/2026	7455-0
ECA9I48	P300103636	10/01/2026	7455-0
BWJ5C27	P300103637	10/01/2026	7455-0
RAL6B48	P300103638	10/01/2026	7455-0
DCB0B14	P300103617	10/01/2026	7463-0
QNT0E05	P300103639	10/01/2026	7455-0
PVK0F57	P300103640	10/01/2026	7455-0
DSE7C60	P300103641	10/01/2026	7455-0
HEQ3H35	P300103642	10/01/2026	7455-0
FHM7C90	P300103643	10/01/2026	7455-0
PZH8B55	P300103618	10/01/2026	7463-0
EDU1A71	P300103644	10/01/2026	7455-0
FOP0D05	P300103645	10/01/2026	7455-0
RUZ9H76	P300103613	10/01/2026	7471-0
SYH8B77	P300103646	10/01/2026	7455-0
JAC2G64	P300103619	10/01/2026	7463-0
TXB4B81	P300103647	10/01/2026	7455-0

PUO8134	P300103648	10/01/2026	7455-0
CML8690	P300103649	10/01/2026	7455-0
QOI1374	P300103650	10/01/2026	7455-0
QOL8457	P300103651	10/01/2026	7455-0
RUF7J99	P300103620	10/01/2026	7463-0
FTY2E31	P300103652	10/01/2026	7455-0
RTI7D39	P300103653	10/01/2026	7455-0
QQU0H97	P300103654	10/01/2026	7455-0
SJA9F73	P300103655	10/01/2026	7455-0
FWE2G27	P300103656	10/01/2026	7455-0
QON2206	P300103657	10/01/2026	7455-0
HDO6490	P300103658	10/01/2026	7455-0
TEP5E77	P300103659	10/01/2026	7455-0
RML5J02	P300103660	10/01/2026	7455-0
QUW8F44	P300103661	10/01/2026	7455-0
TIP6E25	P300103621	10/01/2026	7463-0
PZE3A00	P300103609	10/01/2026	6050-3
EES3D83	P300103610	10/01/2026	6050-3
EDW0G70	P300103611	10/01/2026	6050-3
GKW1C94	P300103662	10/01/2026	7455-0
PWR2H24	P300103663	10/01/2026	7455-0
PYG0F25	P300103664	10/01/2026	7455-0
FES3F81	P300103665	10/01/2026	7455-0
RTF7C88	P300103622	10/01/2026	7463-0
FQW9C98	P300103614	10/01/2026	7471-0
FKK5E82	P300103666	10/01/2026	7455-0
FSI6E32	P300103667	10/01/2026	7455-0
HJT1310	P300103668	10/01/2026	7455-0
RKO3B22	P300103669	10/01/2026	7455-0
OTS1I70	P300103670	10/01/2026	7455-0
PXH5H01	P300103671	10/01/2026	7455-0
QXS1D15	P300103672	10/01/2026	7455-0
TDQ5B43	P300103673	10/01/2026	7455-0

TKY2F68	P300103615	10/01/2026	7471-0
IQE3E54	P300103674	10/01/2026	7455-0
QQK0783	P300103675	10/01/2026	7455-0
PXJ5G23	P300103623	10/01/2026	7463-0
SYK2H36	P300103676	10/01/2026	7455-0
DQS5B77	P300103677	10/01/2026	7455-0
HJI1615	P300103678	10/01/2026	7455-0
HDF1G60	P300103679	10/01/2026	7455-0
EEA4F30	P300103624	10/01/2026	7463-0
GXF2029	P300103680	10/01/2026	7455-0
STD0I84	P300103681	10/01/2026	7455-0

RFF0I24	P300103625	10/01/2026	7463-0
HEB6C53	P300103682	10/01/2026	7455-0
EHL1G07	P300103683	10/01/2026	7455-0
OWN8J98	P300103684	10/01/2026	7455-0
EFC2206	P300103685	10/01/2026	7455-0
OQX5557	P300103686	10/01/2026	7455-0
QOS4024	P300103687	10/01/2026	7455-0
ABK5648	P300103688	10/01/2026	7455-0
FPE2F35	P300103689	10/01/2026	7455-0
HAC5F25	P300103690	10/01/2026	7455-0
TDT9B57	P300103691	10/01/2026	7455-0
HAM9549	P300103692	10/01/2026	7455-0
HJT1126	P300103693	10/01/2026	7455-0
TEL3C24	P300103694	10/01/2026	7455-0
GRR4313	P300103695	10/01/2026	7455-0
FAP7F19	P300103696	10/01/2026	7455-0
OVJ1A66	P300103697	10/01/2026	7455-0
QPE4I65	P300103698	10/01/2026	7455-0
FDO6B68	P300103699	10/01/2026	7455-0
EAV2G86	P300103700	10/01/2026	7455-0
QMR7G25	P300103701	10/01/2026	7455-0
FMB6A03	P300103616	10/01/2026	7471-0

FCY0E19	P300103702	10/01/2026	7455-0
RUT9D62	P300103703	10/01/2026	7455-0
RND4I55	P300103704	10/01/2026	7455-0
QPN0G73	P300103705	10/01/2026	7455-0
EKF2B33	P300103706	10/01/2026	7455-0
MJI9J51	P300103707	10/01/2026	7455-0
GKW1C94	P300103708	10/01/2026	7455-0
TDA2H42	P300103709	10/01/2026	7455-0
OLA7D08	P300103710	10/01/2026	7455-0
EZN6F88	P300103711	10/01/2026	7455-0
HDF0376	P300103712	10/01/2026	7455-0
EZF8B74	P300103713	10/01/2026	7455-0
DFF1286	P300103714	10/01/2026	7455-0
TEO6H75	P300103715	10/01/2026	7455-0
HBZ4H57	P300103716	10/01/2026	7455-0
FCY0E19	P300103717	10/01/2026	7455-0
QMR7G25	P300103718	10/01/2026	7455-0
TTQ4G86	P300103719	10/01/2026	7455-0
AJQ2553	P300103720	10/01/2026	7455-0
FPR2E55	P300103721	10/01/2026	7455-0
FOG1J66	P300103736	11/01/2026	7455-0
DBK6663	P300103737	11/01/2026	7455-0
PZY6E97	P300103724	11/01/2026	7463-0
FBY3035	P300103738	11/01/2026	7455-0
PUE6H72	P300103739	11/01/2026	7455-0
ETK1990	P300103740	11/01/2026	7455-0
SIL3C10	P300103741	11/01/2026	7455-0
FWP2F10	P300103742	11/01/2026	7455-0
OQN2E99	P300103743	11/01/2026	7455-0
QUT9B16	P300103744	11/01/2026	7455-0
DOU3H77	P300103745	11/01/2026	7455-0
DEN3I01	P300103746	11/01/2026	7455-0
HJT2607	P300103747	11/01/2026	7455-0

NWE7D76	P300103725	11/01/2026	7463-0
FIH5I17	P300103726	11/01/2026	7463-0
SIU0F03	P300103748	11/01/2026	7455-0
TCA2B93	P300103749	11/01/2026	7455-0
FMQ2C99	P300103750	11/01/2026	7455-0
FVC0E52	P300103751	11/01/2026	7455-0
DHY6480	P300103752	11/01/2026	7455-0
ERD0J66	P300103727	11/01/2026	7463-0
FWT2339	P300103753	11/01/2026	7455-0
SHI2B38	P300103754	11/01/2026	7455-0
ENR9007	P300103755	11/01/2026	7455-0
SIQ7E86	P300103756	11/01/2026	7455-0
QOB2293	P300103757	11/01/2026	7455-0
DWF5G96	P300103758	11/01/2026	7455-0
QMY9E63	P300103759	11/01/2026	7455-0
EQL4E61	P300103760	11/01/2026	7455-0
PVK5B89	P300103722	11/01/2026	6050-3
PXJ1542	P300103723	11/01/2026	6050-3
GSS1J85	P300103761	11/01/2026	7455-0
QQK7F73	P300103728	11/01/2026	7463-0
QDV7I27	P300103762	11/01/2026	7455-0
GDD8F74	P300103763	11/01/2026	7455-0
SJH2A58	P300103764	11/01/2026	7455-0
HNM9J16	P300103765	11/01/2026	7455-0
CNZ3I83	P300103766	11/01/2026	7455-0
IUI5A44	P300103767	11/01/2026	7455-0
PUJ6092	P300103768	11/01/2026	7455-0
QPC5J46	P300103769	11/01/2026	7455-0
QOG0A42	P300103770	11/01/2026	7455-0
HJT4F92	P300103771	11/01/2026	7455-0
HLP8644	P300103729	11/01/2026	7463-0

DMV6E26	P300103772	11/01/2026	7455-0
GKW1C94	P300103773	11/01/2026	7455-0

PZV3E28	P300103774	11/01/2026	7455-0
RMI1J16	P300103775	11/01/2026	7455-0
OXH1417	P300103776	11/01/2026	7455-0
SYV2D05	P300103777	11/01/2026	7455-0
PBF4I61	P300103778	11/01/2026	7455-0
ALF7D26	P300103779	11/01/2026	7455-0
PUE8G39	P300103780	11/01/2026	7455-0
MMJ6H71	P300103781	11/01/2026	7455-0
HFI7I41	P300103782	11/01/2026	7455-0
QXB7B30	P300103783	11/01/2026	7455-0
LQZ9768	P300103784	11/01/2026	7455-0
PZT1610	P300103785	11/01/2026	7455-0
EKK4C59	P300103786	11/01/2026	7455-0
QQL8521	P300103787	11/01/2026	7455-0
QPF9884	P300103730	11/01/2026	7463-0
DZI4I45	P300103788	11/01/2026	7455-0
QPQ0F84	P300103731	11/01/2026	7463-0
HIH1485	P300103789	11/01/2026	7455-0
HNK0H65	P300103790	11/01/2026	7455-0
KUF4C21	P300103732	11/01/2026	7463-0
OWJ6E10	P300103791	11/01/2026	7455-0
TEB9I29	P300103733	11/01/2026	7463-0
HFW6831	P300103792	11/01/2026	7455-0
TWZ6I32	P300103793	11/01/2026	7455-0
HJV0A67	P300103794	11/01/2026	7455-0
CPJ3D00	P300103795	11/01/2026	7455-0
SJA5G83	P300103796	11/01/2026	7455-0
QMS7083	P300103797	11/01/2026	7455-0
QOX2I95	P300103798	11/01/2026	7455-0
GYK0F04	P300103734	11/01/2026	7463-0
PZF7C37	P300103799	11/01/2026	7455-0
QUG2E07	P300103800	11/01/2026	7455-0
QYO6E54	P300103801	11/01/2026	7455-0

EEO5H12	P300103802	11/01/2026	7455-0
HNT7C82	P300103803	11/01/2026	7455-0
OLP5782	P300103804	11/01/2026	7455-0
HNB9892	P300103735	11/01/2026	7463-0
QUY4659	P300103805	12/01/2026	7455-0
FWD4I13	P300103806	12/01/2026	7455-0
ETD9C10	P300103807	12/01/2026	7455-0
TTL5J22	P300103808	12/01/2026	7471-0
RTJ0A09	P300103809	12/01/2026	7463-0
TCA8C58	P300103810	12/01/2026	7455-0
EKZ3E32	P300103811	12/01/2026	7463-0
HEF2253	P300103812	12/01/2026	7463-0
DZH6D24	P300103813	12/01/2026	7455-0
LQH0J40	P300103814	12/01/2026	7455-0
AGE1361	P300103815	12/01/2026	7455-0
MLQ0H55	P300103816	12/01/2026	7455-0
QXR2H30	P300103817	12/01/2026	7455-0
FKQ5J30	P300103818	12/01/2026	7455-0
TJS4C98	P300103819	12/01/2026	7455-0
EZN2G55	P300103820	12/01/2026	7463-0
EHS3673	P300103821	12/01/2026	7455-0
RMK6B24	P300103822	12/01/2026	7463-0
QXO7A22	P300103823	12/01/2026	7455-0
TJZ5C34	P300103824	12/01/2026	7455-0
PWY2B43	P300103825	12/01/2026	7463-0
RAF4E10	P300103826	12/01/2026	7455-0
QPB1604	P300103827	12/01/2026	7455-0
TDN8C80	P300103828	12/01/2026	7455-0
PYJ0C80	P300103829	12/01/2026	7455-0
SHQ3G67	P300103830	12/01/2026	7455-0
QUW8F44	P300103831	12/01/2026	7455-0
QQJ9E20	P300103832	12/01/2026	7455-0
RVA9I18	P300103833	12/01/2026	7455-0

FQW9C98	P300103834	12/01/2026	7455-0
FTB5G68	P300103835	12/01/2026	7455-0
TYG8J44	P300103836	12/01/2026	7455-0
HDT0J49	P300103837	12/01/2026	7455-0
FNF7C22	P300103838	12/01/2026	7455-0
PXV5652	P300103839	12/01/2026	7455-0
GEY9F97	P300103840	12/01/2026	7455-0
RVT5H10	P300103841	12/01/2026	7455-0
FDV5E18	P300103842	12/01/2026	7455-0
OLY2D10	P300103843	12/01/2026	7455-0
FSD1F59	P300103844	12/01/2026	7455-0
PUA0872	P300103845	12/01/2026	7455-0
OQW9494	P300103846	12/01/2026	7455-0
SYI9A99	P300103847	12/01/2026	7455-0
LSC5I48	P300103848	12/01/2026	7455-0
PYG7A69	P300103849	12/01/2026	7455-0

HNN0I91	P300103850	12/01/2026	7455-0
QNA6E27	P300103851	12/01/2026	7455-0
HHF5814	P300103852	12/01/2026	7455-0
PYG7A69	P300103853	12/01/2026	7455-0
SJB4C89	P300103854	12/01/2026	7455-0
FNY3185	P300103855	12/01/2026	7455-0
FHQ0580	P300103856	12/01/2026	7455-0
GBU9C41	P300103857	12/01/2026	7455-0
GEZ5J34	P300103858	12/01/2026	7455-0
NTE0H21	P300103859	12/01/2026	7455-0
HDF0081	P300103860	12/01/2026	7455-0
GCX2B19	P300103861	12/01/2026	7455-0
OMA9347	P300103862	12/01/2026	7455-0
SHV9H20	P300103863	12/01/2026	7455-0
HIK6C92	P300103864	12/01/2026	7455-0
HDF2815	P300103865	12/01/2026	7455-0
RMJ1H06	P300103866	12/01/2026	7455-0

AHP0H91	P300103867	12/01/2026	7455-0
GGC9G26	P300103868	12/01/2026	7455-0
QOP4J66	P300103869	12/01/2026	7455-0
FSX5D89	P300103870	12/01/2026	7455-0
CQF8B34	P300103871	12/01/2026	7455-0
KUV4031	P300103872	12/01/2026	7455-0
CZZ8E27	P300103873	12/01/2026	7455-0
EGF4J36	P300103874	12/01/2026	7455-0
PYT5068	P300103875	12/01/2026	7455-0
TEB9I29	P300103876	12/01/2026	7455-0
FIH7G39	P300103877	12/01/2026	7463-0
HNZ1G80	P300103878	12/01/2026	7455-0
SIW8I23	P300103879	12/01/2026	7455-0
EMH0946	P300103888	13/01/2026	7455-0
HLM6324	P300103890	13/01/2026	7455-0
PXV8G08	P300103891	13/01/2026	7455-0
TXF3F80	P300103894	13/01/2026	7455-0
RFB6J35	P300103913	13/01/2026	7455-0
QXL1H24	P300103914	13/01/2026	7455-0
HNC5I31	P300103915	13/01/2026	7455-0
HKA1934	P300103916	13/01/2026	7463-0
EUA2G88	P300103921	13/01/2026	7455-0
RVY0J87	P300103952	13/01/2026	7455-0
ORC0A73	P300103953	13/01/2026	7455-0
EBZ4891	P300103954	13/01/2026	7455-0
RFY5D01	P300103957	13/01/2026	7455-0
TCF8F70	P300103985	13/01/2026	7455-0
GYB1589	P300103987	13/01/2026	7455-0
PUI8104	P300103995	13/01/2026	7455-0
RNB1B99	P300103996	13/01/2026	7455-0
FAI4G98	P300104010	13/01/2026	7455-0
FPE5C60	P300104012	13/01/2026	7455-0
GEX2E68	P300104013	13/01/2026	7455-0

ECA9H37	P300104015	13/01/2026	7455-0
QXN7H21	P300104024	13/01/2026	7455-0
AZB2H18	P300104025	13/01/2026	7463-0
PXV7H71	P300104026	13/01/2026	7463-0
SIQ5D73	P300104027	13/01/2026	7455-0
OQI7349	P300104037	13/01/2026	7455-0
HOB8031	P300104038	13/01/2026	7455-0
LBT6D08	P300104039	13/01/2026	7455-0
PZC4E72	P300104040	13/01/2026	7455-0
OLX1G70	P300104041	13/01/2026	7455-0
PUI8104	P300104044	13/01/2026	7455-0
RNN1J99	P300104045	13/01/2026	7455-0
QNJ7H07	P300104062	13/01/2026	7455-0
CXC7H71	P300104063	13/01/2026	7455-0
HFX5G78	P300104064	13/01/2026	7455-0
GUF4671	P300104067	13/01/2026	7455-0
SIP6C00	P300104068	13/01/2026	7455-0
TCM6D60	P300103882	14/01/2026	7455-0
QWY2J96	P300103885	14/01/2026	7455-0
FAT7B21	P300103886	14/01/2026	7455-0
GXU5A96	P300103887	14/01/2026	7455-0
ISA0F86	P300103898	14/01/2026	7463-0
TDN8G90	P300103899	14/01/2026	7455-0
GXH3503	P300103900	14/01/2026	7455-0
HEM6B19	P300103903	14/01/2026	7455-0
HQP4E90	P300103905	14/01/2026	7455-0
TEY8C24	P300103910	14/01/2026	7455-0
TDT9A19	P300103923	14/01/2026	7455-0
EUA2G88	P300103924	14/01/2026	7455-0
EMZ2J99	P300103926	14/01/2026	7455-0
RFH7J42	P300103929	14/01/2026	7455-0
SIJ9F16	P300103931	14/01/2026	7455-0
HLZ8G58	P300103932	14/01/2026	7455-0

QQE0C84	P300103935	14/01/2026	7455-0

FOH6B67	P300103937	14/01/2026	7455-0
HJD8783	P300103941	14/01/2026	7455-0
EZV2I32	P300103942	14/01/2026	7455-0
RFB8I05	P300103943	14/01/2026	7455-0
STG3E13	P300103944	14/01/2026	7455-0
RET1C40	P300103948	14/01/2026	6050-3
LCY5970	P300103963	14/01/2026	7463-0
SCB5J43	P300103965	14/01/2026	7455-0
TXT8E83	P300103969	14/01/2026	7455-0
RUS3J59	P300103970	14/01/2026	7455-0
PWG4B49	P300103974	14/01/2026	7455-0
GGR5J06	P300103978	14/01/2026	7455-0
CXL5I21	P300103979	14/01/2026	7455-0
OVR4450	P300103989	14/01/2026	7455-0
GIZ9F21	P300103990	14/01/2026	7455-0
OUW9D70	P300103991	14/01/2026	7455-0
KVU1505	P300103998	14/01/2026	7455-0
OPE6D01	P300104000	14/01/2026	7455-0
SCY5D70	P300104001	14/01/2026	7455-0
TXX0D39	P300104005	14/01/2026	7455-0
FPB9F62	P300104006	14/01/2026	7455-0
MPO3F43	P300104008	14/01/2026	7455-0
PVB9830	P300104016	14/01/2026	7455-0
OQT7B96	P300104018	14/01/2026	7455-0
HNO3A79	P300104022	14/01/2026	7455-0
RGB7I57	P300104032	14/01/2026	7455-0
EKU2E26	P300104033	14/01/2026	7455-0
RNZ1J88	P300104046	14/01/2026	7455-0
OPP9F90	P300104048	14/01/2026	7455-0
BYW3282	P300104052	14/01/2026	7455-0
EYM3D56	P300104055	14/01/2026	7455-0
UAS2F57	P300104057	14/01/2026	7455-0

SJC8J86	P300104072	14/01/2026	7455-0
HEE5H36	P300104073	14/01/2026	7455-0
EUV2D92	P300104085	15/01/2026	7463-0
OOR6G67	P300104089	15/01/2026	7455-0
MIL9H06	P300104092	15/01/2026	7455-0
QXZ6I35	P300104094	15/01/2026	7455-0
RFZ2B13	P300104095	15/01/2026	7455-0
TZA2B32	P300104097	15/01/2026	7455-0
PXX4I61	P300104098	15/01/2026	7455-0
LCY5970	P300104086	15/01/2026	7463-0
RTS7F35	P300104099	15/01/2026	7455-0
TCL6F97	P300104105	15/01/2026	7455-0
TXJ3D76	P300104077	15/01/2026	6050-3
QOI1374	P300104078	15/01/2026	6050-3
SHM5H68	P300104081	15/01/2026	7463-0
SIF0B50	P300104108	15/01/2026	7455-0
RVT9F03	P300104111	15/01/2026	7455-0
QOC8A87	P300104114	15/01/2026	7455-0
TXJ3D27	P300104116	15/01/2026	7455-0
GBZ0E24	P300104118	15/01/2026	7455-0
DYE3B63	P300104119	15/01/2026	7455-0
SVM5F51	P300104120	15/01/2026	7455-0
GXF4E94	P300104123	15/01/2026	7455-0
RVH4B15	P300104125	15/01/2026	7455-0
QMX3839	P300104127	15/01/2026	7455-0
BEC9G01	P300104083	15/01/2026	7463-0
QMS1444	P300104133	15/01/2026	7455-0
RUJ4I07	P300104204	15/01/2026	7455-0
RVS7C06	P300104211	15/01/2026	7455-0
SIK5D33	P300104213	15/01/2026	7455-0
TCP2B89	P300104215	15/01/2026	7455-0
SHR7D77	P300104216	15/01/2026	7455-0
HOE6194	P300104217	15/01/2026	7455-0

SGP2I51	P300104218	15/01/2026	7455-0
RVP8E15	P300104220	15/01/2026	7455-0
HOB8994	P300104243	15/01/2026	7455-0
GWS5I72	P300104246	15/01/2026	7455-0
RDC9J96	P300104249	15/01/2026	7455-0
ENU9C68	P300104250	15/01/2026	7455-0
POV1F82	P300104134	16/01/2026	7455-0
SWR7F14	P300104135	16/01/2026	7455-0
OQD5231	P300104138	16/01/2026	7455-0
OXK1884	P300104139	16/01/2026	7455-0
HNV3I80	P300104265	16/01/2026	7463-0
RNT9D85	P300104266	16/01/2026	7463-0
EDD0A20	P300104145	16/01/2026	7455-0
TDC5E45	P300104146	16/01/2026	7455-0
RTK7C09	P300104147	16/01/2026	7455-0
QXB3H43	P300104151	16/01/2026	7455-0
PXP3113	P300104155	16/01/2026	7455-0
PWH8341	P300104157	16/01/2026	7455-0
AST6G45	P300104158	16/01/2026	7455-0
HOF8E05	P300104160	16/01/2026	7455-0
HDF2658	P300104270	16/01/2026	7463-0

RMZ8H80	P300104162	16/01/2026	7455-0
DYA0265	P300104168	16/01/2026	7455-0
CNV5E10	P300104169	16/01/2026	7455-0
SYQ1G35	P300104171	16/01/2026	7455-0
SHM5B62	P300104175	16/01/2026	7455-0
DPP5027	P300104176	16/01/2026	7455-0
OWY7373	P300104181	16/01/2026	7455-0
UAB7C30	P300104182	16/01/2026	7455-0
TYD7A01	P300104183	16/01/2026	7455-0
GTO6505	P300104184	16/01/2026	7455-0
FXM1G61	P300104186	16/01/2026	7455-0
RVG5E89	P300104187	16/01/2026	7455-0

HAM6790	P300104190	16/01/2026	7455-0
TLU6E06	P300104191	16/01/2026	7455-0
QPK4B93	P300104192	16/01/2026	7455-0
PUU9E26	AG08778745	16/01/2026	5541-2
NJU0534	AG08778744	16/01/2026	5541-2
QNX8339	P300104194	16/01/2026	7455-0
GIP3A53	P300104198	16/01/2026	7455-0
FDY3G99	P300104272	16/01/2026	7463-0
BSZ1D75	P300104205	16/01/2026	7455-0
DMS8G33	P300104206	16/01/2026	7455-0
RJS3I56	P300104208	16/01/2026	7455-0
TXU2B28	P300104223	16/01/2026	7455-0
OXK1884	P300104224	16/01/2026	7455-0
OQX3J10	P300104226	16/01/2026	7455-0
RTL5H09	P300104228	16/01/2026	7455-0
OQD3B25	P300104232	16/01/2026	7455-0
HOF2I28	P300104235	16/01/2026	7455-0
TER9J70	P300104236	16/01/2026	7455-0
UAS2F57	P300104238	16/01/2026	7455-0
FPB8C67	P300104251	16/01/2026	7455-0
GOA7D73	P300104253	16/01/2026	7455-0
OLW2206	P300104254	16/01/2026	7455-0
RVG7D66	P300104255	16/01/2026	7455-0
RVS7C06	P300104273	16/01/2026	7463-0
SWA2G21	P300104256	16/01/2026	7455-0
GJE6B52	P300104257	16/01/2026	7455-0
PWO6464	P300104259	16/01/2026	7455-0
UAB7C30	P300104274	16/01/2026	7463-0
OQX3J10	P300104262	16/01/2026	7455-0
PPF6H08	P300104263	16/01/2026	7455-0
EZN2G55	P300104302	17/01/2026	7455-0
FAH0G18	P300104303	17/01/2026	7455-0
FGO5E91	P300104304	17/01/2026	7455-0

RFN2A98	P300104312	17/01/2026	7455-0
STW3E54	P300104281	17/01/2026	7463-0
SYM2G32	P300104313	17/01/2026	7455-0
AOZ5136	P300104316	17/01/2026	7455-0
OZR6F53	P300104277	17/01/2026	6050-3
OLZ1186	P300104283	17/01/2026	7463-0
PXT0D12	P300104320	17/01/2026	7455-0
GKI2F93	P300104325	17/01/2026	7455-0
HCM3D72	P300104328	17/01/2026	7455-0
TDW5I46	P300104330	17/01/2026	7455-0
GMO1H38	P300104332	17/01/2026	7455-0
CQI8B08	P300104333	17/01/2026	7455-0
RMF5J11	P300104338	17/01/2026	7455-0
TXH8H15	P300104339	17/01/2026	7455-0
GXF8C87	P300104340	17/01/2026	7455-0
PXH5H01	P300104285	17/01/2026	7463-0
QUN0B70	P300104341	17/01/2026	7455-0
GYL6921	P300104342	17/01/2026	7455-0
RVT5H10	P300104343	17/01/2026	7455-0
SYQ5I67	P300104347	17/01/2026	7455-0
QPG8451	P300104348	17/01/2026	7455-0
FUH8G35	P300104349	17/01/2026	7455-0
FIS9B19	AG08778495	17/01/2026	5720-0
GUE5167	AG08778162	17/01/2026	5550-0
ENT6236	AG08778321	17/01/2026	5452-6
BYM8B41	AG08778163	17/01/2026	5452-6
OPK0F89	AG08778164	17/01/2026	5452-6
LCN7I58	AG08778861	17/01/2026	5460-0
HFG0F91	AG08778862	17/01/2026	5541-1
NIY9C70	AG08778997	17/01/2026	5525-0
SVN9D90	AG08778998	17/01/2026	5525-0
EQZ1H27	AG08778999	17/01/2026	5525-0
ERA8C34	AG08779000	17/01/2026	5525-0

EEL8C88	AG08779002	17/01/2026	5185-1
HLX7957	AG08779003	17/01/2026	5185-1
DUS9667	AG08779004	17/01/2026	5185-1
HLK7171	AG08779005	17/01/2026	5185-1
GMT9397	AG08779006	17/01/2026	5185-1
FJB3A07	AG08779011	17/01/2026	5550-0

TCH8B58	AG08779014	17/01/2026	5550-0
HCM5458	AG08779015	17/01/2026	5541-7
RTT3F11	AG08779016	17/01/2026	5541-7
PXA4C19	AG08779018	17/01/2026	5541-7
UBE3D34	P300104351	17/01/2026	7455-0
DKU3G67	P300104352	17/01/2026	7455-0
PWX7616	P300104353	17/01/2026	7455-0
GOZ6655	P300104355	17/01/2026	7455-0
DNH7D73	P300104287	17/01/2026	7463-0
TJL4I78	P300104358	17/01/2026	7455-0
OPH2526	P300104361	17/01/2026	7455-0
RFX0I74	P300104362	17/01/2026	7455-0
QXR8G12	P300104363	17/01/2026	7455-0
TCF6D49	P300104364	17/01/2026	7455-0
DVB0A37	P300104365	17/01/2026	7455-0
HHI7125	P300104371	17/01/2026	7455-0
SYR8I22	P300104373	17/01/2026	7455-0
ENT5H69	P300104374	17/01/2026	7455-0
SII4J37	P300104377	17/01/2026	7455-0
RFO7H57	P300104379	17/01/2026	7455-0
RVW5B95	P300104388	17/01/2026	7455-0
GAL0J83	P300104389	17/01/2026	7455-0
PYE0E39	AG08778764	18/01/2026	5452-1
DRA9143	AG08778346	18/01/2026	5550-0
QPZ5G56	AG08779020	18/01/2026	5541-7
TDX7D26	P300104394	18/01/2026	7455-0
HLW1587	P300104395	18/01/2026	7455-0

GHA2J13	P300104397	18/01/2026	7455-0
DWC9I95	P300104399	18/01/2026	7455-0
DYV4A46	P300104402	18/01/2026	7455-0
RUC1B39	P300104403	18/01/2026	7455-0
DZH6E09	P300104292	18/01/2026	7463-0
QPD2J78	P300104404	18/01/2026	7455-0
FJP0I17	P300104406	18/01/2026	7455-0
TJV5A78	P300104408	18/01/2026	7455-0
HUT6H65	P300104410	18/01/2026	7455-0
OQI0261	P300104413	18/01/2026	7455-0
OQD7F17	P300104416	18/01/2026	7455-0
QXO7A22	P300104419	18/01/2026	7455-0
QQH5480	P300104299	18/01/2026	7463-0
QNV6023	P300104427	18/01/2026	7455-0
UBE3D34	P300104429	18/01/2026	7455-0
LSN0435	P300104430	18/01/2026	7455-0
BWV4794	P300104431	18/01/2026	7455-0
SHM5B62	P300104432	18/01/2026	7455-0
OVJ6G44	P300104433	18/01/2026	7455-0
HTT6548	P300104434	18/01/2026	7455-0
QUN0B70	P300104435	18/01/2026	7455-0
FYD5F73	P300104436	18/01/2026	7455-0
OOX6030	P300104438	18/01/2026	7455-0
LLP6364	P300104439	18/01/2026	7455-0
FPS7D74	P300104441	18/01/2026	7455-0
AYP9E22	P300104442	18/01/2026	7455-0
LUI5H52	P300104443	18/01/2026	7455-0
OWV1464	P300104444	18/01/2026	7455-0
FTM5732	P300104446	18/01/2026	7455-0
UBE3D34	P300104447	18/01/2026	7455-0
GHA2J13	P300104450	18/01/2026	7455-0
QXX6E94	P300104454	18/01/2026	7455-0
FFF4E98	P300104457	18/01/2026	7455-0

HGM4222	P300104458	18/01/2026	7455-0
QPD2J78	P300104459	18/01/2026	7455-0
UAS2F09	P300104460	18/01/2026	7455-0
FWC5H30	P300104466	18/01/2026	7455-0
SGW6D01	P300104470	18/01/2026	7455-0
FAI4G98	P300104476	18/01/2026	7455-0
QXR8D51	P300104477	18/01/2026	7455-0
QMU3A80	P300104480	18/01/2026	7455-0
FIC4J66	P300104481	18/01/2026	7455-0
PWC5963	P300104482	18/01/2026	7455-0
FXZ4946	P300104483	18/01/2026	7455-0
STO9A14	P300104484	18/01/2026	7455-0
HKH0D21	AG08778863	19/01/2026	5550-0
KXS7G20	AG08778381	19/01/2026	5541-4
HHD6330	AG08776676	19/01/2026	7625-2
RKQ1D30	AG08776677	19/01/2026	5452-1
RNU9D29	AG08776680	19/01/2026	5452-6
FYP2J21	AG08778821	19/01/2026	5452-2
PWA9601	AG08774295	19/01/2026	5541-2
OMH0700	AG08774296	19/01/2026	5541-2
GYJ1389	AG08774297	19/01/2026	5541-2
QQK9G56	AG08778166	19/01/2026	5185-1
TXN7F32	AG08778822	19/01/2026	5541-7
QQP3G80	AG08778823	19/01/2026	5541-7
FWA0A89	AG08778768	19/01/2026	5843-3
GXF8G28	AG08778770	19/01/2026	5550-0

TXS1I11	AG08778271	19/01/2026	5452-2
PXH8145	AG08778273	19/01/2026	5550-0
AOI9B29	AG08776059	20/01/2026	5568-0
OCP4412	AG08778279	20/01/2026	5550-0
AXO2C85	AG08775879	20/01/2026	7633-1
LND4702	AG08774298	20/01/2026	5541-2
HAB5A57	AG08776693	20/01/2026	5185-1

HNG7470	AG08776694	20/01/2026	5185-1
PPY1I53	AG08774299	20/01/2026	5541-2
TLV7D11	AG08778773	20/01/2026	5452-6
GRK3F71	AG08778412	20/01/2026	5452-5
FRT4D97	AG08777141	20/01/2026	7633-2
GXF9623	AG08779021	20/01/2026	5452-6
SIL3J53	AG08775356	20/01/2026	5550-0
PVM7A78	AG08778825	20/01/2026	5568-0
HJT1347	AG08778826	20/01/2026	5568-0
TXP5B12	AG08779065	20/01/2026	5541-7
EEQ4561	AG08779066	20/01/2026	5550-0
RCB9C77	AG08778924	21/01/2026	5452-5
FDC0F74	AG08776060	21/01/2026	5541-1
DWQ8G69	AG08778383	21/01/2026	5452-6
PXS6089	AG08776537	21/01/2026	5541-2
GMY8824	AG08778864	21/01/2026	5509-0
PYV4950	AG08778348	21/01/2026	5452-5
KLX9B72	AG08776538	21/01/2026	5541-2
PWP3960	AG08778384	21/01/2026	5550-0
OPE7D83	AG08778386	21/01/2026	5550-0
PWP3960	AG08778388	21/01/2026	5550-0
PYO5D88	AG08774300	21/01/2026	5541-2
DFS6338	AG08778961	21/01/2026	5541-2
GKO2909	AG08779083	21/01/2026	6637-1
QNP5548	AG08777142	21/01/2026	5185-1
CUL1I07	AG08776696	21/01/2026	7633-2
HBN4830	AG08777143	21/01/2026	7633-2
QXY1E49	AG08778962	21/01/2026	5541-2
PHG2D15	AG08776697	21/01/2026	7633-2
SHK8G93	AG08778963	21/01/2026	5541-2
QBG8G88	AG08776698	21/01/2026	5185-1
EQR2J16	AG08775357	21/01/2026	7633-1
QNR7H29	AG08775358	21/01/2026	5738-0

RUN5G48	AG08779072	21/01/2026	5509-0
RUN5G48	AG08779073	21/01/2026	7293-0
RUN5G48	AG08779074	21/01/2026	5835-0
HNT1414	AG08779076	21/01/2026	7633-1
EAV6D71	AG08779077	21/01/2026	5185-1
TCH9B43	AG08779078	21/01/2026	5541-7
EPB5E24	AG08779079	21/01/2026	5185-1
OQE8B69	AG08779080	21/01/2026	5550-0
HAM8J18	AG08779201	21/01/2026	5550-0
SGH2D33	AG08779202	21/01/2026	5550-0
SGH2D33	AG08779203	21/01/2026	7293-0
ODZ2F91	AG08779204	21/01/2026	5452-6
GRW9458	AG08779205	21/01/2026	5452-6
QPU5I58	AG08779206	21/01/2026	5541-7
QQQ3739	AG08779207	21/01/2026	7633-1
AYG2C98	AG08779208	21/01/2026	7633-1
EIQ0E65	AG08779209	21/01/2026	7625-1
FLY8E16	AG08778865	22/01/2026	5525-0
KPX3059	AG08778349	22/01/2026	5525-0
PXH4F34	AG08776721	22/01/2026	7625-2
HAA1D95	AG08778866	22/01/2026	5452-1
OWZ7H56	AG08776539	22/01/2026	5541-2
FUF7D86	AG08776540	22/01/2026	5541-2
EYW9E02	AG08778418	22/01/2026	5452-6
AYK2678	AG08778419	22/01/2026	5525-0
SJG6I49	AG08778420	22/01/2026	5525-0
PWK2G92	AG08778867	22/01/2026	5541-1
PUU2424	AG08776761	22/01/2026	5541-2
KVW3I71	AG08776762	22/01/2026	5541-2
FCV1I91	AG08776585	22/01/2026	5541-4
FZK2342	AG08776586	22/01/2026	5460-0
QTX0H16	AG08776763	22/01/2026	5541-2
GGI1A76	AG08776764	22/01/2026	5541-2

UAU1F41	AG08776765	22/01/2026	5541-2
FYN7C20	AG08776766	22/01/2026	5541-2
HJT3A83	AG08778774	22/01/2026	5568-0
MLL4A49	AG08778828	22/01/2026	5380-0
QWR8I35	AG08778829	22/01/2026	5541-1
GBN8830	AG08778830	22/01/2026	5541-1
DEF6F07	AG08778775	22/01/2026	5525-0
RNV1A78	AG08778776	22/01/2026	5991-0
OWO7B12	AG08778964	22/01/2026	5541-2
QLJ3G39	AG08778831	22/01/2026	5568-0
GZS4649	AG08778777	22/01/2026	5452-6

PWJ9972	AG08778778	22/01/2026	5568-0
FFC7G62	AG08778779	22/01/2026	5843-3
PUJ9866	AG08778965	22/01/2026	5541-2
TCD8I96	AG08778966	22/01/2026	5541-2
QQQ3782	AG08778498	22/01/2026	7633-1
PYC4D25	AG08779101	22/01/2026	5525-0
GRK4473	AG08779102	22/01/2026	5525-0
PYT5A65	AG08779103	22/01/2026	5525-0
CUU9H78	AG08779104	22/01/2026	5525-0
SVL7I34	AG08779105	22/01/2026	5525-0
QUT9C33	AG08779106	22/01/2026	5525-0
IVN5D84	AG08779107	22/01/2026	5525-0
QPE8G98	AG08779108	22/01/2026	5525-0
GHY2I86	AG08779210	22/01/2026	5541-7
ETH8J43	AG08779211	22/01/2026	5550-0
TXI9G83	AG08779212	22/01/2026	5550-0
MGM3B96	AG08779213	22/01/2026	5550-0
FEX0063	AG08779214	22/01/2026	5550-0
HBY4479	AG08779215	22/01/2026	5550-0
SIH3G29	AG08779216	22/01/2026	5550-0
SHO1H66	AG08779217	22/01/2026	5550-0
RNA4G72	AG08779218	22/01/2026	5541-7

TEK7B70	AG08779219	22/01/2026	5541-7
PXZ4539	AG08779220	22/01/2026	5541-7
QNI0B73	AG08779301	22/01/2026	5541-7
SHZ5J32	AG08778389	23/01/2026	5550-0
HJW1D63	AG08778752	23/01/2026	7625-2
TCI3F05	AG08776722	23/01/2026	5541-4
SHC4D12	AG08776723	23/01/2026	5568-0
SYI9C03	AG08776724	23/01/2026	5568-0
ELQ1A71	AG08776725	23/01/2026	5452-2
AWT1C03	AG08778350	23/01/2026	5550-0
BIP0J92	AG08778868	23/01/2026	5622-5
FKU0I90	AG08778390	23/01/2026	7625-2
ELN8I87	AG08778869	23/01/2026	5452-1
OQY1B04	AG08776769	23/01/2026	5541-2
GHO7G46	AG08776770	23/01/2026	5541-2
SSK5D86	AG08776771	23/01/2026	5541-2
GIY0C87	AG08776726	23/01/2026	5452-6
PXS2912	AG08779085	23/01/2026	5452-1
RVK8J49	AG08779086	23/01/2026	5550-0
HGE6310	AG08779087	23/01/2026	5550-0
EXO1I64	AG08778780	23/01/2026	5452-6
TXX9B42	AG08779141	23/01/2026	5550-0
GCA7E14	AG08778967	23/01/2026	5541-2
GUF4671	AG08779142	23/01/2026	5525-0
SBK0C91	AG08779143	23/01/2026	5568-0
HCM4083	AG08779144	23/01/2026	5550-0
TCF2F68	AG08779145	23/01/2026	5525-0
RVV2J42	AG08779146	23/01/2026	5525-0
GRR5439	AG08779147	23/01/2026	5452-2
GXF5632	AG08777144	23/01/2026	5185-1
QXV0I94	AG08777145	23/01/2026	5185-1
HNC9578	AG08777146	23/01/2026	5991-0
DSC4544	AG08776699	23/01/2026	5185-1

GDI7C56	AG08777147	23/01/2026	7633-2
HET6E17	AG08776700	23/01/2026	5185-1
QUQ3C69	AG08778661	23/01/2026	5185-1
GRR3303	AG08777148	23/01/2026	5185-1
GFX5A15	AG08779148	23/01/2026	5550-0
LMF3F19	AG08778499	23/01/2026	6050-1
FBC6G11	AG08779263	23/01/2026	5380-0
FES3C94	AG08779302	23/01/2026	5541-7
QMR2G88	AG08779303	23/01/2026	5541-7
DZD9C80	AG08779304	23/01/2026	5541-7
PXR1B94	AG08779305	23/01/2026	5541-7
DWE1D51	AG08779306	23/01/2026	5550-0
GOW5J18	AG08779307	23/01/2026	5550-0
QQB7C69	AG08779308	23/01/2026	7633-1
RTS5J53	AG08779309	23/01/2026	5550-0
FTL2232	AG08779310	23/01/2026	5452-6
HES7G88	AG08779311	23/01/2026	5452-6
QUI1J19	AG08776587	23/01/2026	5541-4
HMR1894	AG08778870	24/01/2026	5541-4
RTT3E91	AG08778562	24/01/2026	5568-0
CNZ5G78	AG08778871	24/01/2026	5452-6
FPW0F17	AG08778873	24/01/2026	5452-1
LBO4J17	AG08778500	24/01/2026	5452-1
HYD8376	AG08778841	24/01/2026	5452-1
SYR5E24	AG08778564	24/01/2026	5622-5
PUJ8D84	AG08777149	24/01/2026	5622-2
TEP7E31	AG08775359	24/01/2026	7340-0
QWZ1J46	AG08775360	24/01/2026	5452-6
HNT7G92	AG08778832	25/01/2026	5509-0
QUA3I34	AG08778833	25/01/2026	5509-0
HOB8925	AG08779161	25/01/2026	5452-1

GMF9D57	AG08779162	25/01/2026	5452-1
FVQ6H15	AG08779163	25/01/2026	5452-1

DXX0D62	AG08779165	25/01/2026	5452-1
GNW7802	AG08779166	25/01/2026	5452-1
OLX6583	AG08779125	25/01/2026	5487-0
GRR5439	AG08778874	26/01/2026	5550-0
HFC2G27	AG08778875	26/01/2026	5550-0
PXO4859	AG08778876	26/01/2026	5550-0
OLX4D81	AG08778877	26/01/2026	5541-4
QWT6F24	AG08778878	26/01/2026	5452-2
LDY3286	AG08776727	26/01/2026	5452-6
DYE9B74	AG08776772	26/01/2026	5541-2
QAR1B55	AG08776773	26/01/2026	5541-2
QWU3897	AG08776774	26/01/2026	5541-2
PYO5D88	AG08776776	26/01/2026	5541-2
GEK4B29	AG08779088	26/01/2026	5541-1
ETF1J40	AG08779089	26/01/2026	5541-7
FNJ7185	AG08779090	26/01/2026	5541-7
CRI2217	AG08779091	26/01/2026	5550-0
TEO6C70	AG08779092	26/01/2026	5452-1
HHD9369	AG08778842	26/01/2026	6637-1
QXI2I02	AG08778834	26/01/2026	5878-0
PUL7847	AG08778835	26/01/2026	5878-0
OME2D95	AG08777150	26/01/2026	7633-2
ONA0H94	AG08778968	26/01/2026	5541-2
CED9E14	AG08778662	26/01/2026	7633-1
QQT3G00	AG08778663	26/01/2026	5185-1
PUU7748	AG08778664	26/01/2026	5991-0
OCI9C52	AG08777151	26/01/2026	5185-1
FBN0587	AG08777152	26/01/2026	7633-2
DQW9J49	AG08778665	26/01/2026	7633-2
AVO0F24	AG08777153	26/01/2026	6041-2
RTF8B92	AG08779149	26/01/2026	5550-0
QQT3G00	AG08778844	26/01/2026	7633-2
GVG9007	AG08779313	26/01/2026	5452-6

FQW9B77	AG08779315	26/01/2026	5452-6
OXL0339	AG08779316	26/01/2026	5452-6
SVO3G39	AG08779317	26/01/2026	5452-6
SYX1G51	AG08779318	26/01/2026	5452-6
OXJ1084	AG08779319	26/01/2026	5452-6
RFL4G07	AG08777154	26/01/2026	7340-0
TCW3G57	AG08779320	26/01/2026	5541-7
EGO5745	AG08779381	26/01/2026	5541-7
FUZ4E06	AG08779382	26/01/2026	5541-7
QUS3344	AG08779383	26/01/2026	5541-7
CHR4113	AG08779384	26/01/2026	5541-7
TLQ4H25	AG08777155	26/01/2026	7633-2
TEE9A96	AG08779386	26/01/2026	5550-0
HLZ8E65	AG08779388	26/01/2026	5550-0
RML9G79	AG08779389	26/01/2026	5550-0
FOC7A24	AG08779390	26/01/2026	5550-0
ORC4I93	AG08779391	26/01/2026	5550-0
PZV7F22	AG08779393	26/01/2026	5452-2
GII8C25	AG08779093	26/01/2026	7234-0
KYG8E68	AG08779094	26/01/2026	5193-0
TJP0A08	AG08779394	26/01/2026	5525-0
TCF2F68	AG08779395	26/01/2026	5525-0
FUE4H30	AG08779396	26/01/2026	7633-1
FUE4H30	AG08779397	26/01/2026	5185-1
PWX5J20	AG08779398	26/01/2026	7340-0
TDD7B94	AG08779521	26/01/2026	5568-0
FNH7791	AG08779522	26/01/2026	5380-0
QYY9H46	AG08779523	26/01/2026	5185-1
PVA8079	AG08779526	26/01/2026	5541-1
SVO3G39	AG08779527	26/01/2026	7293-0
TCX2B09	AG08779528	26/01/2026	5541-1
CEJ3F99	AG08778173	26/01/2026	6050-2
GZM8280	AG08776368	26/01/2026	5991-0

PUH2991	AG08767975	27/01/2026	5452-2
QUL8B19	AG08779321	27/01/2026	5541-4
EKU1C34	AG08779322	27/01/2026	7625-2
EGV5753	AG08778351	27/01/2026	5452-6
PXA6G34	AG08778753	27/01/2026	5541-2
PYL0H57	AG08778754	27/01/2026	5541-2
NSY0C63	AG08778755	27/01/2026	5541-2
QXY4D20	AG08778353	27/01/2026	5550-0
FTA3E29	AG08778759	27/01/2026	5541-2
EEG9201	AG08778760	27/01/2026	5541-2
DTS6C08	AG08776590	27/01/2026	5550-0
CWG9523	AG08779043	27/01/2026	5541-2
DQC5E95	AG08779097	27/01/2026	5550-0
PUT2D92	AG08779152	27/01/2026	5525-0
ERM3167	AG08777157	27/01/2026	5185-1
HGF1025	AG08778969	27/01/2026	5541-2

SHC2E63	AG08778970	27/01/2026	5541-2
PUK7A57	AG08778170	27/01/2026	5878-0
RTR3J03	AG08778172	27/01/2026	6050-2
HEB7360	AG08779451	27/01/2026	5452-1
ELO6I08	AG08778972	27/01/2026	5541-2
RVT6I64	AG08778845	27/01/2026	5452-6
TCD5H67	AG08778847	27/01/2026	7633-2
QOC9552	AG08778848	27/01/2026	7633-2
TEU5A52	AG08776361	27/01/2026	7633-1
EVD3E19	AG08776362	27/01/2026	5720-0
PWL9215	AG08776363	27/01/2026	7340-0
EIA8440	AG08776364	27/01/2026	6050-1
QMR7475	AG08779530	27/01/2026	5550-0
ELA3D93	AG08777159	27/01/2026	5452-1
PJI7413	AG08779533	27/01/2026	5550-0
QPL0003	AG08779538	27/01/2026	5550-0
OWT5030	AG08779540	27/01/2026	5550-0

SIA2J64	AG08779722	27/01/2026	5541-7
QOR5615	AG08779724	27/01/2026	5541-7
PVY0I88	AG08779725	27/01/2026	5541-7
EOY0E86	AG08779727	27/01/2026	5541-7
FTG0B07	AG08779729	27/01/2026	5541-7
EGN5I11	AG08779730	27/01/2026	5541-7
ERQ8958	AG08779732	27/01/2026	5541-7
TCK2E80	AG08776365	27/01/2026	5967-0
TES6J17	AG08779735	27/01/2026	5452-6
QQP5I74	AG08779740	27/01/2026	5452-6
HEM6695	AG08779745	27/01/2026	5452-6
EEJ2J59	AG08776728	27/01/2026	5541-2
EEJ2J59	AG08776729	27/01/2026	5568-0
SHU5C44	AG08779747	27/01/2026	5843-3
TDQ2E91	AG08779749	27/01/2026	5185-1
EWU4I21	AG08779757	27/01/2026	5452-1
RVT9B47	AG08779761	27/01/2026	6122-0
RNO4D68	AG08779762	27/01/2026	5509-0

Tipo de documento: NAI - Data da geração: 2 de fevereiro de 2026 - Total de registros: 1123

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Paula Marx Bustamante
Código Identificador:599D98AC

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 4/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte

EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 4/2026
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Em face ao recebimento das solicitações de aplicação de penalidade de advertência, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Art. 10º, ficam os proprietários dos veículos abaixo notificados conforme decisões. Os autos com acolhimento serão convertidos em penalidades de advertência, e os autos com não acolhimentos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade de multa.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
HMT3G22	AG08765729	19/08/2025	5550-0	04475943388
UGO6I47	AG08766915	28/08/2025	5622-2	02626359688
TEW4B65	AG08767387	03/09/2025	5878-0	08039889145
QWT2849	AG08769896	24/09/2025	7684-2	05425397045
BPW5I79	P300091070	25/09/2025	7455-0	04024930100
UFB5I51	P300091208	26/09/2025	7455-0	02651447690
QXB3779	P300091210	26/09/2025	7455-0	00737204523
TKK9E50	P300091211	26/09/2025	7455-0	03288552994
QOK4088	P300091212	26/09/2025	7455-0	03230232115
CNE3615	P300091213	26/09/2025	7455-0	00783666568
GGA5G44	P300091214	26/09/2025	7455-0	01255380479
EKZ2G53	P300091241	26/09/2025	7455-0	01154050368
HIB2556	P300091254	26/09/2025	7455-0	03122938150
QNF6A30	P300091256	26/09/2025	7455-0	04302980350
ETG8I05	P300091267	26/09/2025	7455-0	07146157409
HJT3B75	P300091270	26/09/2025	7455-0	03780120986
HFB2044	P300091272	26/09/2025	7455-0	05708679823
FFX1C48	P300091274	26/09/2025	7455-0	06622774811
LBW1B78	P300091276	26/09/2025	7455-0	08432206080
PZQ4B00	P300091282	26/09/2025	7455-0	00890137169
HNC9180	P300091285	26/09/2025	7455-0	00710180619
ETU1J64	P300091307	27/09/2025	7455-0	02290805387
DQX8H25	P300091308	27/09/2025	7455-0	07128392605
HKV6448	P300091314	27/09/2025	7455-0	01427589469
QUM6688	P300091320	27/09/2025	7455-0	02488488454

EER0J82	P300091324	27/09/2025	7455-0	06673101108
QPS4E89	P300091326	27/09/2025	7455-0	02932765091
PZM8470	P300091329	27/09/2025	7455-0	01505864492
HJI0182	P300091334	27/09/2025	7455-0	04706097976
EDY4400	P300091340	27/09/2025	7455-0	06945628528
AXL7D14	P300091344	27/09/2025	7455-0	07979812698
OPB2C67	P300091345	27/09/2025	7455-0	08600403516
QNA0J97	P300091346	27/09/2025	7455-0	06526757060
FSN9E00	P300091348	27/09/2025	7455-0	02352807240

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
PRZ5B50	P300091351	27/09/2025	7455-0	01863468667
EYU2C35	P300091355	27/09/2025	7455-0	02465919856
RGB3A12	P300091357	27/09/2025	7455-0	02369004497
GYY3A13	P300091364	27/09/2025	7455-0	05742986300
RLD1I96	P300091365	27/09/2025	7455-0	02848887523
EXZ6601	P300091366	27/09/2025	7455-0	01606513218
TEB4H78	P300091423	27/09/2025	7455-0	07746055523
PWH9F83	P300091424	27/09/2025	7455-0	01421487197
GZS3440	P300091429	27/09/2025	7455-0	02478729240
EGM3J48	P300091434	27/09/2025	7455-0	05124847931
QNB8A55	P300091436	27/09/2025	7455-0	07972405876
PZN5C95	P300091467	27/09/2025	7455-0	07413409510
KOZ6C38	P300091468	27/09/2025	7455-0	04652074664
CHQ0J26	P300091470	27/09/2025	7455-0	05472629144
GYI2H68	P300091471	27/09/2025	7455-0	06636374144
GCF0B50	P300091370	28/09/2025	7455-0	01746385253
HIT1199	P300091373	28/09/2025	7455-0	02333386637
GNO2696	P300091374	28/09/2025	7455-0	01236489515
KQE9532	P300091375	28/09/2025	7455-0	04608827018
PYF2127	P300091381	28/09/2025	7455-0	03418825472
HJT3131	P300091382	28/09/2025	7455-0	05751805903
GZO8487	P300091384	28/09/2025	7455-0	01389047822
FLF9D02	P300091385	28/09/2025	7455-0	03360609467
GVS6J57	P300091387	28/09/2025	7455-0	08545325779
FHY6J47	P300091395	28/09/2025	7455-0	04008277277
DUA8D26	P300091396	28/09/2025	7455-0	05072828704
GBN4D94	P300091397	28/09/2025	7455-0	06593671675
EXZ9A95	P300091398	28/09/2025	7455-0	03294627570
FQB8H59	P300091399	28/09/2025	7455-0	02720135238
SWH8B44	P300091403	28/09/2025	7455-0	05699067265
DBY1853	P300091404	28/09/2025	7455-0	02524873879
CET3E29	P300091410	28/09/2025	7455-0	08758938909
FJY9E86	P300091415	28/09/2025	7455-0	07244903790
DEX9952	P300091417	28/09/2025	7455-0	04756399779
FEW2E75	P300091484	28/09/2025	7455-0	01160592036
OOX1F65	P300091487	28/09/2025	7455-0	07135987608
QNF5146	P300091505	28/09/2025	7455-0	05595338269
HBT2E64	P300091507	28/09/2025	7455-0	07545826700
GYJ5H68	P300091516	28/09/2025	7455-0	01257104002
CYT3050	P300091519	28/09/2025	7455-0	03163450254
FMC3B68	P300091528	28/09/2025	7455-0	00011411329
OPC0069	P300091530	28/09/2025	7455-0	04893301060
QPF9654	P300091533	28/09/2025	7455-0	07089026803

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
ORB3030	P300091534	28/09/2025	7455-0	08664185359
UEM7F43	P300091537	28/09/2025	7455-0	02873344184
KXI1160	P300091540	28/09/2025	7455-0	00491001016
HOB9484	P300091542	28/09/2025	7455-0	00578320251
HJT2566	P300091545	28/09/2025	7455-0	06862557565
QXI9B91	P300091546	28/09/2025	7455-0	05973109505
QUS4676	P300091547	28/09/2025	7455-0	00982115396
HDJ5279	P300091552	28/09/2025	7455-0	08687076463
CQR3667	P300091556	28/09/2025	7455-0	00592427366
CYI0570	P300091561	28/09/2025	7455-0	07437926818
GMN9306	P300091564	29/09/2025	7455-0	04368209788
CDK8047	P300091574	29/09/2025	7455-0	00819866377
PWB5450	P300091588	29/09/2025	7455-0	00537510788
GMM1D00	P300091600	29/09/2025	7455-0	03137095448
FES6J50	P300091601	29/09/2025	7455-0	03487818320
PVP4005	P300091612	29/09/2025	7455-0	01516112907
FQF8692	P300091622	29/09/2025	7455-0	00956678086
KZW5298	P300091635	29/09/2025	7455-0	06154243874
GRK9291	P300091640	29/09/2025	7455-0	00643157260
DKF6D91	P300091648	29/09/2025	7455-0	09130167340
GWI4E06	P300091649	29/09/2025	7455-0	00673844417
PYS6307	P300091660	30/09/2025	7455-0	08217073140
GYL0592	P300091668	30/09/2025	7455-0	03683295422
RHP4J92	P300091678	30/09/2025	7455-0	01991377908
DZS2B49	P300091689	30/09/2025	7455-0	02429540783
TJW3I45	P300091693	30/09/2025	7455-0	02166223000
HHD6I42	P300091710	30/09/2025	7455-0	06132491297
HDT7883	P300091717	30/09/2025	7455-0	01825011735
GBR9C49	P300091721	30/09/2025	7455-0	5285644405
SYM2G21	P300091722	30/09/2025	7455-0	00921737211
EEO1064	P300091726	30/09/2025	7455-0	02043098873
HBM1G81	P300091727	30/09/2025	7455-0	01968862031

LLP5903	P300091728	30/09/2025	7455-0	02925634913
DPJ5713	P300091729	30/09/2025	7455-0	03601328948
OQC5628	P300091730	30/09/2025	7455-0	02834693686
QPE0835	P300091735	30/09/2025	7455-0	00508013079
HFK6C39	P300091739	30/09/2025	7455-0	08805631606
ARS7824	P300091743	30/09/2025	7455-0	02460281370
FWO3I75	P300091747	30/09/2025	7455-0	00344385890
TEW7G65	P300091748	30/09/2025	7455-0	00464962436
PVD6G55	P300091751	30/09/2025	7455-0	00849128633
CEF2704	AG08770393	30/09/2025	5525-0	00998653608
LUV8143	AG08770420	30/09/2025	7684-2	03310739954

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
LCJ1F00	AG08770423	30/09/2025	7684-2	00000000000
GYP5D58	AG08770467	30/09/2025	7684-2	07290842183
STM7G53	AG08770469	30/09/2025	7684-2	02311547721
OLZ1195	AG08770472	30/09/2025	7684-2	07132700751
HGY2G17	AG08770473	30/09/2025	7684-2	04327815805
HAW1281	AG08770478	30/09/2025	7684-2	03791630663
TCR9F72	AG08770479	30/09/2025	7684-2	07453211768
CGT4A86	AG08770484	30/09/2025	7684-2	04610148900
QQG0803	AG08770489	30/09/2025	7684-2	06248506606
GHC3E76	AG08770136	30/09/2025	5622-2	02873985238
GTO8A68	P300091764	01/10/2025	7455-0	01203190240
HIL4C69	P300091772	01/10/2025	7455-0	05710548111
GXF4J39	P300091773	01/10/2025	7455-0	08805712706
PVZ0D20	P300091786	01/10/2025	7455-0	06351842202
GPV2575	P300091794	01/10/2025	7455-0	00461587408
PXQ9C68	P300091799	01/10/2025	7455-0	06289005111
RVZ0H86	P300091801	01/10/2025	7455-0	02974539890
QXE2964	P300091806	01/10/2025	7455-0	05080668703
UAB5J12	P300091811	01/10/2025	7455-0	07005801490
AFX1J74	P300091816	01/10/2025	7455-0	01864066733
RFR0D02	P300091826	01/10/2025	7455-0	05236478342
GZA4A97	P300091833	01/10/2025	7455-0	07117567687
DVH9454	P300091836	01/10/2025	7455-0	01584921347
PXD2E24	P300091840	01/10/2025	7455-0	06234858422
EBM4E90	P300091841	01/10/2025	7455-0	06776700100
PUT2838	AG08769641	01/10/2025	5550-0	03289211891
EZZ9G76	AG08770274	01/10/2025	5550-0	03064458409
HLZ4939	AG08770706	01/10/2025	7293-0	03163599601
EWV5G76	AG08769508	02/10/2025	7684-2	08129814390
DHZ0I00	AG08769646	02/10/2025	5550-0	03162328233
GWY9720	AG08770507	02/10/2025	7684-2	02928567301
FGI2D78	AG08766338	02/10/2025	5550-0	06999157569
EMQ9J25	AG08767527	02/10/2025	5622-2	03357884204
RVG9J05	AG08770629	02/10/2025	7684-2	05107946435
HGM6B82	AG08770641	02/10/2025	7684-2	02480833628
QPO5E38	AG08770654	02/10/2025	7684-2	07313499602
ECF5B39	AG08770683	02/10/2025	7684-2	06829551775
GZC2809	AG08770694	02/10/2025	7684-2	07093999081
LSB4D45	AG08770721	02/10/2025	7684-2	06201718601
GJP6I69	AG08770722	02/10/2025	7684-2	09050803521
EYJ6529	AG08770844	02/10/2025	5525-0	04805034758
OQV3349	P300091854	02/10/2025	7455-0	02241009004
QOA6E79	P300091857	02/10/2025	7455-0	03969241470

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
EFR1G79	P300091875	02/10/2025	7455-0	05196902831
FWF2F61	P300091876	02/10/2025	7455-0	02148299414
PVP3I46	P300091877	02/10/2025	7455-0	08582640406
QAA0A92	P300091882	02/10/2025	7455-0	06309766189
GFL3699	P300091883	02/10/2025	7455-0	00784093409
QXG3F31	P300091896	02/10/2025	7455-0	07443874412
KQK4858	P300091919	02/10/2025	7455-0	01794019427
LVL6131	P300091939	02/10/2025	7455-0	01037303790
FLA7493	P300091943	02/10/2025	7455-0	07498426690
HES3C71	P300091993	02/10/2025	7455-0	08297610307
QXX5F47	AG08770726	03/10/2025	7684-2	03555287720
RUI6G54	AG08770736	03/10/2025	7684-2	01159054360
EOL5I68	AG08770774	03/10/2025	7684-2	06887414719
OQS7065	P300091913	03/10/2025	7455-0	02359402224
DCU8A38	P300092056	03/10/2025	7455-0	02579295628
CXX1I72	P300092058	03/10/2025	7455-0	05471827244
HJT3306	P300092066	03/10/2025	7455-0	08876441240
LUS6B64	P300092069	03/10/2025	7455-0	01957574104
SHE5F66	P300092072	03/10/2025	7455-0	03876329907
DXN4H92	P300092073	03/10/2025	7455-0	07275317345
SIP1I32	P300092079	03/10/2025	7455-0	01461818519
AOW2A25	P300092081	03/10/2025	7455-0	00629905020
HLP7F28	P300092082	03/10/2025	7455-0	03686642190
EEK0438	P300092084	03/10/2025	7455-0	07081153134
HDF0598	P300092089	03/10/2025	7455-0	04507472004
FZR5E74	P300092170	03/10/2025	7455-0	07686210220
HCJ2A17	P300092171	03/10/2025	7455-0	07853959280
HLT7851	P300092173	03/10/2025	7455-0	04780335068
QOB5E01	P300092189	03/10/2025	7455-0	02468094560
FOQ1C28	P300092197	03/10/2025	7455-0	03497197762

GGW6H62	P300092202	03/10/2025	7455-0	02953967059
FZL6F03	P300092204	03/10/2025	7455-0	01319157692
HMY2282	P300092208	03/10/2025	7455-0	08962187941
CJY8179	P300092214	03/10/2025	7455-0	04975075288
HBE3J44	P300092219	03/10/2025	7455-0	07236054312
OPN2E14	P300092260	03/10/2025	7455-0	01057376201
JSY2J27	P300092267	03/10/2025	7455-0	07027341965
LSG4G97	P300091963	03/10/2025	7455-0	02805463050
SHQ8B11	P300091966	03/10/2025	7455-0	01721830930
RVE1A25	P300091970	03/10/2025	7455-0	02896004989
QPE9E83	P300091976	03/10/2025	7455-0	04188162545
KRW8J04	P300091977	03/10/2025	7455-0	05012005668
HGM2389	P300091996	03/10/2025	7455-0	05236477984

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
TDT1H51	P300091997	03/10/2025	7455-0	05724794520
HGR5941	P300091998	03/10/2025	7455-0	06344658700
QNC6486	P300092001	03/10/2025	7455-0	06748636960
PUY5180	P300092095	04/10/2025	7455-0	06830739341
HAY5B31	P300092096	04/10/2025	7455-0	07740244808
GZJ5898	P300092097	04/10/2025	7455-0	02271039497
GXI0362	P300092098	04/10/2025	7455-0	02494929682
QQG3A54	P300092100	04/10/2025	7455-0	07464922984
PVE0824	P300092101	04/10/2025	7455-0	06874641170
HNS5014	P300092102	04/10/2025	7455-0	04742217746
HLG5522	P300092103	04/10/2025	7455-0	00597718945
OPL0536	P300092108	04/10/2025	7455-0	02316739076
FWA1B55	P300092119	04/10/2025	7455-0	03128313381
OQK0G68	P300092122	04/10/2025	7455-0	06337511151
HNS8I68	P300092124	04/10/2025	7455-0	00537729524
EDA6A94	P300092127	04/10/2025	7455-0	04007461604
AYU8226	P300092134	04/10/2025	7455-0	05160455477
EBY0687	P300092139	04/10/2025	7455-0	01665902195
DDJ1B12	P300092150	04/10/2025	7455-0	06636362183
GAH0G84	P300092160	04/10/2025	7455-0	05481649106
HHF6G30	P300092163	04/10/2025	7455-0	02739622300
ETF3G37	P300092187	04/10/2025	7455-0	02457463832
PQY4I01	P300092227	04/10/2025	7455-0	01541574006
DYF2H87	P300092230	04/10/2025	7455-0	06367900229
EIG6474	P300092233	04/10/2025	7455-0	02434957154
TEK3H33	P300092237	04/10/2025	7455-0	01802707720
MSV8468	P300092238	04/10/2025	7455-0	04620870302
SYN0E08	P300092239	04/10/2025	7455-0	03846819005
DYF7016	P300092242	04/10/2025	7455-0	02863679653
TDU9D83	P300092245	04/10/2025	7455-0	02049614765
HFU4064	P300092246	04/10/2025	7455-0	06554495213
OQA2J17	P300092248	04/10/2025	7455-0	02583051324
EPN6367	P300092250	04/10/2025	7455-0	02433236622
RNH8A88	P300092257	04/10/2025	7455-0	00591548327
OPE7G15	AG08770534	04/10/2025	5550-0	02226940007
FWG6E94	AG08770535	04/10/2025	5550-0	01737455309
FUC1F81	P300092007	05/10/2025	7455-0	02965874030
AXI9H88	P300092009	05/10/2025	7455-0	04164277283
OLO6763	P300092010	05/10/2025	7455-0	03724981028
FJD0354	P300092012	05/10/2025	7455-0	05840503800
DSU8D92	P300092013	05/10/2025	7455-0	00981889471
GYJ4D71	P300092021	05/10/2025	7455-0	07862475295
HNY9799	P300092031	05/10/2025	7455-0	03070280544

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
TCP0H79	P300092032	05/10/2025	7455-0	00000000000
OQK8G19	P300092040	05/10/2025	7455-0	05442452501
TEG5H33	P300092041	05/10/2025	7455-0	01485964729
OAS1B77	P300092044	05/10/2025	7455-0	06770928871
HJT4I27	P300092045	05/10/2025	7455-0	04023518768
PUW8597	P300092276	05/10/2025	7455-0	08106619913
GVG6674	P300092296	05/10/2025	7455-0	06531466319
KPG8F33	P300092298	05/10/2025	7455-0	00131676767
BUZ4D24	P300092301	05/10/2025	7455-0	01433273163
HNO9F24	P300092304	05/10/2025	7455-0	03226461171
DJR4G10	P300092305	05/10/2025	7455-0	05342264963
KVK3A70	P300092306	05/10/2025	7455-0	06726361940
PWD1H79	P300092307	05/10/2025	7455-0	06387631118
QXT5A40	P300092324	05/10/2025	7455-0	04219543475
DBZ5J97	P300092326	05/10/2025	7455-0	07484628880
FLX8C10	P300092332	05/10/2025	7455-0	03669323282
DKJ2425	P300092346	06/10/2025	7455-0	07093897887
PVP0D13	P300092366	06/10/2025	7455-0	06636362308
OOV0F56	P300092377	06/10/2025	7455-0	00609214515
KVN3F29	P300092382	06/10/2025	7455-0	01182802650
TDC4B25	P300092383	06/10/2025	7455-0	03733641566
SHC2B46	P300092384	06/10/2025	7455-0	03403359240
QXD1F12	AG08770781	06/10/2025	7684-2	08290707641
MSZ1191	AG08762155	06/10/2025	5550-0	02419213353
GKD5A75	AG08770784	06/10/2025	7684-2	06385740614
HMS2806	AG08770789	06/10/2025	7315-0	03554804400
OMF5D38	AG08770796	06/10/2025	7684-2	07088865508
PVG7768	AG08770923	06/10/2025	7684-2	07379342603

MTP4H07	AG08770928	06/10/2025	7684-2	07035580448
PZO2287	AG08770938	06/10/2025	7684-2	08659292997
BYZ3365	AG08770940	06/10/2025	7684-2	00000000000
SII5F86	AG08770953	06/10/2025	7684-2	05480988715
LMF3F19	AG08770907	06/10/2025	7684-1	01455879637
PXV5212	AG08770909	06/10/2025	7684-1	02143459457
PVW1963	AG08770910	06/10/2025	7684-1	03108887974
RUI2A80	AG08770912	06/10/2025	7684-1	03012705780
HLM6173	AG08770913	06/10/2025	7684-1	05641145710
RTC3C49	AG08769510	06/10/2025	7684-2	06253240281
HHD6589	AG08770917	07/10/2025	7684-1	01555328112
HJD8834	AG08771064	07/10/2025	7366-2	04505295608

POUSO ALEGRE, 2 de fevereiro de 2026

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade de Trânsito

Publicado por:
Paula Marx Bustamante
Código Identificador:45F379DF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 08/2026.
INEXIGILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 01/2026

OBJETO – Contratação de prestação dos serviços de produção e apresentação de shows artísticos durante as festividades do Carnaval 2026 a serem realizadas no período de 14 a 17 de março de 2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Turismo e Patrimônio de Queluzito – MG.

FUNDAMENTO: Art. 37 da CF/88, Art. 74, Inciso II, combinado com o art. 72 da Lei 14.133/2021.

DESPACHO: Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Turismo e Patrimônio, a informação da Comissão de Contratação e o Parecer Jurídico favorável, venho mediante este ratificar o respectivo processo conforme tabela abaixo:

ITEM	EMPRESA	SHOW ARTÍSTICO	DATA	VALOR
1	59.256.930 GILBERTO AGILES VIEIRA – ME	DJ TALLES	14 e 15/02/2026	3.000,00
2	51.888.192 ELIZABETE MARTINS DOS SANTOS FERREIRA - ME	TIA BETH – RECREAÇÃO INFANTIL	Dias 15, 16 e 17/02/2026	5.000,00
3	FELIPE ANDRE LOPE 08445070673 – ME	FELIPE VOX	15/02/2026	23.000,00
4	INTIMISTAS GRUPO MUSICAL, PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME	BANDA INTIMISTAS	14/02/2026	45.000,00
5	49.953.068 GABRIEL MICHELEVICH FERREIRA	DJ GABRIEL LINS	16/02/2026	4.000,00
6	TOADA PRODUTORA LTDA – ME	BLOCO QUANDO COME SE LAMBUZA	16/02/2026	35.000,00
7	RUBIA BIAGIOLE DE PAULA MARQUES - ME	BANDA KEBRE DESCE	17/02/2026	10.000,00

VALOR GLOBAL – O valor é de R$ 125.000,00(cento e vinte e cinco mil reais), conforme propostas apresentadas.

Queluzito, 02 de fevereiro de 2026.

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:A4133460

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 04/2026

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO 04/2026
(Restrito a Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Rodeiro)
1.PREÂMBULO
1.1 O Município de Rodeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que pretende contratar empresa especializada na locação de equipamentos multifuncionais (copiadora, impressora, scanner, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos (exceto papel), utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações abaixo.
Os órgãos interessados que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, em obediência ao art. 86 da Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal no 407/2023 deverão manifestar seu interesse de participação mediante o encaminhamento a esta Secretaria/Órgão Gerenciador, da sua Intenção de Registro de Preços – IRP, formalizado e aprovado pela autoridade competente, sua concordância com o objeto a ser licitado contendo a estimativa de consumo e especificações pertinentes (Especificações do item ou termo de referência; Estimativa de consumo; Local de entrega), no prazo máximo de **8 (oito) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação desta IRP.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos multifuncionais (copiadora, impressora, scanner, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de suprimentos (exceto papel), cuja descrição e quantidade estão expostas abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL	% DESC
LOTE -> 0001 - LOCAÇÃO DE IMPRESSORA						**23.500,00**	
1	412074	IMPRESSÃO /CÓPIA /COLORIDA A JATO DE TINTA	50.000,00	UN	0,2300	11.500,00	R$ 0,00
2	412073	IMPRESSÃO/CÓPIA MONOCROMÁTICA. OBS: DEVE SER APRESENTADO FOLDER DO EQUIPAMENTO A SER FORNECIDO. CATSER 26816	150.000,00	UN	0,0800	12.000,00	R$ 0,00
LOTE -> 0002 - LOCAÇÃO DE IMPRESSORA A3						**7.400,00**	
1	412080	IMPRESSÃO /CÓPIA A3/COLORIDA OBS: DEVE SER APRESENTADO FOLDER DO EQUIPAMENTO A SER FORNECIDO CATMAT:26816	5.000,00	UN	1,4800	7.400,00	R$ 0,00
					TOTAL	30.900,00	

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS

Multifuncional Laser Monocromática A4

Funções: - Impressão, cópia, digitalização e envio de fax (completo); Impressão duplex automática (frente e verso); - Digitalização com alimentador automático de documentos (ADF); - Capacidade de digitalizar frente e verso automaticamente; - Suporte a digitalização para e-mail, pasta de rede, USB e nuvem. Desempenho: Velocidade de impressão: mínimo de 36 ppm (páginas por minuto) em formato A4; Tempo da primeira página: até 8 segundos; Resolução de impressão: mínima de 1200 x 1200 dpi; Ciclo mensal recomendado: mínimo de 15.000 páginas; Ciclo mensal máximo: superior a 30.000 páginas; - Capacidade de memória: mínima de 256 MB; Linguagens de impressão compatíveis: PCL5e, PCL6, PostScript 3 ou equivalentes. - Bandeja de entrada: mínimo 250 folhas (expansível se necessário); Bandeja multiuso/manual: mínimo 50 folhas; Alimentador automático de documentos (ADF): mínimo 50 folhas; Bandeja de saída: mínimo 100 folhas; Suporta gramaturas de papel de 60 a 163g/m². - Ethernet 10/100/1000 Base-T (rede cabeada); Wi-Fi 802.11 b/g/n integrado; USB 2.0 de alta velocidade + porta USB frontal (host); Compatível com impressão via dispositivos móveis: AirPrint, Google Cloud Print, Mopria, Wi-Fi Direct ou similares. - Impressão segura com PIN/senha; Impressão direta de documentos PDF e JPEG via USB; Impressão em livreto, N páginas em uma, marca d'água, cópia de ID; Gerenciamento de filas de impressão e de usuários; Contadores por usuário e relatório de uso. Resolução óptica mínima: 600 x 600 dpi; Tipos de arquivo: PDF, TIFF, JPEG, PDF OCR pesquisável, PDF criptografado; Envio para e-mail, pasta de rede, FTP, USB, ou serviços em nuvem. - Sistema de toner e cilindro separados (preferencialmente); Toner com rendimento mínimo de 3.000 páginas incluso; Cilindro com vida útil superior a 10.000 páginas; Suporte técnico e manutenção corretiva/preventiva incluídosFornecimento de drivers e softwares compatíveis com Windows, macOS e Linux..

Multifuncional Laser Monocromática / COLORIDA impressão A3:

Multifuncional Laser Monocromática / COLORIDA impressão A3: Funções padrão Impressão, Cópia, Digitalização, Fax;Velocidade mínima P&B / Colorida: 20 PPM (Carta) ;Capacidade de papel padrão: 02 Bandejas com capacidade de 550 folhas (cada) e 01 Bandeja Multifuncional com Capacidade mínima de 100 folhas (Formato: A4/A5/A6/A3/Carta/Ofício; Resolução: 1200 x 1200 dpi; Ciclo mensal máximo: 119.000 páginas mínimo; Dimensão do palete (L x P x H): 566 x 640 x 879 mm (22,3″ x 25,2″ x 34,6″);Processador: 1 GHz (dual core); Memória: 4GB; Disco Rígido: HD 320GB; Tempo de saída da primeira impressão: Mono – Menos de 10,0 segundos / Color – Menos de 12 segundos; Cópias múltiplas: 9999 páginas; Recursos de impressão: Impressão por WSD, Impressão segura, Impressão armazenada, Impressão em livreto, N páginas em uma, Impressão de folha de rosto, Impressão de código de barras, Impressão ecológica, Omitir páginas em branco, Impressão em pôster, Marca d'água, Ajuste de prioridade de bandeja, Comutação automática de bandeja, Proteção de bandeja, Impressão direta de USB, Impressão de PDF seguro; Interface (Padrão): Equipamento USB, Host USB x 4, Ethernet 10/100/1000 Base TX; Suporte de Sistema Operacional: Windows: XP (32/64 bits), 2003 Server (32/64 bits), Vista (32/64 bits), 2008 Server (32/64 bits), Windows 7 (32/64 bits), 2008 Server R2 (64 bits),;Windows 8 (32/64 bits), Windows 8.1 (32/64 bits), Windows Server 2012 (64 bits), Windows Server 2012 R2 (64 bits), Windows 10 (32/64 bits); Linux: RedHat Enterprise Linux 5, 6, Fedora 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, OpenSuSE 11.2, 11.3, 11.4, 12.1, 12.2, 12.3, 13.1, Ubuntu 10.04, 11.04, 11.10, 12.04, 12.10, 13.04,; 13.10, 14.04, SuSE Linux Enterprise Desktop 10, 11, Debian 6, 7, Mint 13, 14, 15, 16; Unix: Sun Solaris

MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA CORPORATIVA A4 (SISTEMA DE BOLSAS/PACKS)

Tipo: Multifuncional Colorida (Impressão, Cópia, Digitalização e Fax). Tecnologia de Impressão: Jato de Tinta com tecnologia de cabeça de impressão de precisão (Piezoelétrica ou térmica), preferencialmente com tecnologia "Heat-Free" (sem calor) para redução de consumo energético. Sistema de Suprimentos: Deve utilizar sistema de bolsas de tinta (Ink Packs) ou refis de alta capacidade substituíveis, visando alta autonomia e menor intervenção do usuário. (Não serão aceitos cartuchos convencionais de baixa capacidade). Ciclo de Trabalho Mensal: Máximo de até 75.000 páginas. Volume Mensal Recomendado: Até 5.000 páginas. Visor/Painel: Tela de toque (Touch Screen) colorida de no mínimo 2,4 polegadas.2. Sistema de Impressão Velocidade de Impressão (ISO): Mínimo de 25 ppm (páginas por minuto) em preto e 25 ppm em cores. Velocidade de Impressão (Rascunho/Máxima): Mínimo de 34 ppm.Resolução de Impressão: Mínima de 4800 x 1200 dpi otimizada. Tempo de Saída da 1ª Página: 5,3 segundos (preto) e 6,2 segundos (cor) ou inferior. Impressão Duplex: Automática integrada (Frente e Verso) padrão. Linguagens de Impressão (PDL): Obrigatório suporte a PCL 5c, PCL 6, PostScript 3 e PDF (versão 1.7). Nota: Requisito essencial para compatibilidade com ERPs e sistemas legados. Tinta: Deve utilizar tinta pigmentada nas 4 cores (CMYK) para garantir durabilidade, resistência à água e secagem rápida, adequada para documentos oficiais.3. Sistema de Digitalização (Scanner)Tipo: Mesa (Flatbed) e Alimentador Automático de Documentos (ADF). Capacidade do ADF: Mínimo de 50 folhas. Recurso Duplex: Digitalização frente e verso automática. Velocidade de Digitalização: Mínimo de 30 ipm (imagens por minuto) duplex. Resolução Óptica: 1200 dpi.Formatos de Arquivo: PDF, PDF pesquisável (OCR), JPEG, TIFF, Multi-TIFF, PNG.Destinos de Digitalização: Digitalização para Nuvem (Cloud), E-mail, Pasta de Rede (SMB/CIFS), FTP e Dispositivo de Memória USB.4. Conectividade e Segurança Interfaces Padrão:SuperSpeed USB 3.0.Wireless LAN (Wi-Fi 802.11 b/g/n/a/ac).Wi-Fi Direct.Gigabit Ethernet (1000 Base-T/100 Base-TX/10 Base-T).Protocolos de Rede: TCP/IP (IPv4, IPv6).Segurança de Rede: Suporte a SSL/TLS, IPsec, SNMPv3.Controle de Acesso: Suporte a PIN para liberação de impressão (Impressão Segura) e controle de acesso de usuários.5. Manuseio de Papel, Capacidade de Entrada Padrão: Mínimo de 330 folhas no total, sendo:1 Bandeja padrão para 250 folhas.1 Bandeja traseira/multiuso para 80 folhas. Expansibilidade: Deve suportar a instalação de bandejas adicionais opcionais para aumentar a capacidade total para até 1.830 folhas (caso necessário no futuro). Tamanhos de Papel: A4, Carta, Ofício, Executivo, A5, A6, Envelopes (#10, DL, C6).Gramatura: Suporte até 256 g/m² (via bandeja multiuso).

3. COMPETÊNCIAS E PROCEDIMENTOS

3.1. Manifestação De Interesse: Os órgãos ou entidades interessadas deverão manifestar sua intenção de participar, até o dia 13 de fevereiro de 2026 através do e-mail: irp.educacao@rodeiro.mg.gov.br ou presencialmente no Paço Municipal da Prefeitura de Rodeiro-MG.

3.2 Informações necessárias: Deverão ser enviadas as seguintes informações:

a) especificação do item ou termo de referência;

b) estimativa de consumo;

c) Local de entrega

3.3 Condições: Caberá a Secretaria Municipal de Educação:

3.3.1 aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;
b) a inclusão de novos itens; e
c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

4.DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1 A participação nesta IRP não obriga o órgão ou entidade participante a contratar, sendo apenas instrumento de planejamento.
4.2 O não atendimento a esta IRP poderá resultar na não participação no futuro Registro de Preços.
4.3. Dúvidas e maiores informações deverão ser encaminhadas para o e-mail irp.educacao@rodeiro.mg.gov.br, ou contato através do número 32 3577 1554.
4.4. Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados quando da publicação do edital.

5.DOCUMENTO EM ANEXO:

5.1. Todas as informações e condições para Registro de Preços para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos multifuncionais (copiadora, impressora, scanner, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de suprimentos (exceto papel), se encontram no Termo de Referência – TR anexo.

Rodeiro, 02 de fevereiro de 2026.

PATRÍCIA DE FÁTIMA TEIXEIRA SANTOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Isabella Nogueira Gomes
Código Identificador:56E0FE22

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 074/2025

Após o julgamento da Licitação Pregão Eletrônico n.º 074/2025, Processo n.º 200/2025, julgada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no dia 15/01/2026, cujo objeto é a "Contratação de empresa para prestação de serviços com caminhão de carroceria ¾ com toldo, destinado à coleta seletiva de resíduos recicláveis nas ruas e avenidas do município de Santa Bárbara, distritos e subdistritos, conforme características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos", tendo sido adjudicada à empresa citada abaixo, homologo a licitação nos termos da Lei n.º 14.133/21.

Fornecedor:ANCORA RENTAL LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CPF/CNPJ: 46.221.533/0001-02						
Lote único - SERVIÇO DE COLETA SELETIVA COM CAMINHÃO CARROCERIA COM TOLDO						
Item	**Cód. Int.**	**Descrição Item**	**Qtd**	**Medida**	**Unitário**	**SubTotal**
1	40335	SERVIÇO DE COLETA SELETIVA COM CAMINHÃO CARROCERIA COM TOLDO	2800	HORA	R$182,50	R$511.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 511.000,00						

TOTAL DO PROCESSO:R$511.000,00(quinhentos e onze mil reais).

Santa Bárbara, 02 de fevereiro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO,
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:36537170

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - 6º BIMESTRE 2025

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	**Receita Orçamentária**	
	PREVISÃO ATUALIZADA	**Até o Bimestre/ 2025**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	193.839.871,00	190.475.596,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.865.051,00	25.528.972,83
IPTU	1.592.000,00	1.542.896,26
ISS	12.016.042,89	9.149.533,32
ITBI	12.126.528,11	4.062.945,53
IRRF	9.000.000,00	9.721.591,68
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.130.480,00	1.052.006,04
Contribuições	2.730.000,00	3.568.251,07
Receita Patrimonial	2.609.440,00	2.904.148,94
Aplicações Financeiras (II)	2.553.440,00	2.873.487,92
Outras Receitas Patrimoniais	56.000,00	30.661,02
Transferências Correntes	152.048.980,00	158.255.923,03
Cota-Parte do FPM	28.800.000,00	33.883.632,81
Cota-Parte do ICMS	72.000.000,00	62.945.374,16
Cota-Parte do IPVA	5.600.000,00	4.820.464,37
Cota-Parte do ITR	3.440.000,00	2.954.535,30

Transferências da LC nº 61/1989	832.000,00	826.007,58
Transferências do FUNDEB	16.249.600,00	18.236.101,17
Outras Transferências Correntes	25.127.380,00	34.589.807,64
Demais Receitas Correntes	586.400,00	218.300,69
Outras Receitas Financeiras(III)		
Receitas Correntes Restantes	586.400,00	218.300,69
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) =(I - (II+ III))	191.286.431,00	187.602.108,64
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	28.501.409,00	29.188.459,44
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL(EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.988.520,00	11.309.912,85
Operações de Crédito(VIII)	1.280.000,00	2.856.049,62
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienaçãode Bens	100.000,00	
Receitasde Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	100.000,00	
Transferências de Capital	1.608.520,00	8.453.863,23
Convênios	131.600,00	1.658.834,00
Outras Transferências de Capital	1.476.920,00	6.795.029,23
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII)= (VII -(VIII +IX + X+ XI +XII))	1.708.520,00	8.453.863,23
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS)(XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV+ V+ XIII +XIV)	221.496.360,00	225.244.431,31
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)(XVII) =(IV + XIII)	192.994.951,00	196.055.971,87

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	**Despesa Orçamentária**						
		Até o Bimestre/ 2025					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS(c)**
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	201.197.593,19	187.867.054,20	185.311.783,87	180.091.253,55	0,00	35.595,05	35.595,05
Pessoal e Encargos Sociais	92.469.261,08	91.099.680,42	91.099.680,42	90.270.384,04	0,00		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	2.358.896,31	2.358.096,31	2.358.096,31	2.358.096,31			
Outras Despesas Correntes	106.369.435,80	94.409.277,47	91.854.007,14	87.462.773,20	0,00	35.595,05	35.595,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS)(XX) =(XVIII - XIX)	198.838.696,88	185.508.957,89	182.953.687,56	177.733.157,24	0,00	35.595,05	35.595,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS)(XXI)	33.670.409,00	32.802.285,83	32.799.425,03	32.784.253,65	23.242,05	2.680,11	2.680,11
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTESRPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO FONTES RPPS)(XXIII)	18.135.034,38	14.887.128,74	13.804.988,74	13.537.788,74	0,00	92.796,43	92.796,43
Investimentos	11.493.502,35	8.245.996,71	7.163.856,71	6.896.656,71	0,00	92.796,43	92.796,43
InversõesFinanceiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	6.641.532,03	6.641.132,03	6.641.132,03	6.641.132,03			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS)(XXVIII)=(XXIII-(XXIV+XXV + XXVI + XXVII))	11.493.502,35	8.245.996,71	7.163.856,71	6.896.656,71	0,00	92.796,43	92.796,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XXIX)	100.000,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS)(XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX+ XXI+ XXVIII +XXIX +XXX)	244.102.608,23	226.557.240,43	222.916.969,30	217.414.067,60	23.242,05	131.071,59	131.071,59
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)(XXXIII) =(XX + XXVIII+ XXIX)	210.432.199,23	193.754.954,60	190.117.544,27	184.629.813,95	0,00	128.391,48	128.391,48

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Resultado Primário -Acima da Linha	**Até o Bimestre/ 2025**
	VALOR
Resultado Primário -Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acimada Linha (XXXIV) = (XVIa- (XXXIIa+XXXIIb + XXXIIc))	7.676.050,07
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha(XXXV) = (XVIIa- (XXXIIIa+XXXIIIb + XXXIIIc))	11.297.766,44

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

MetaFiscal para o Resultado Primário	**Meta Fixada na LDO**
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para oexercício de referência	-27.723.083,17

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Juros Nominais	**Até o Bimestre/ 2025**
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.868.860,74
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.836.071,45

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Resultado Nominal -Acima da Linha	**Até o Bimestre/ 2025**
	VALOR
Resultado Nominal -Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha(XXXVIII) = XXXV+ (XXXVI- XXXVII)	10.330.555,73

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	**Saldo**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até o Bimestre 2025 (b)**
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	25.371.149,20	36.917.925,70
DEDUÇÕES(XL)	16.714.552,43	17.246.312,35
Disponibilidade de Caixa	16.714.552,43	17.246.312,35
Disponibilidade de CaixaBruta	21.376.249,61	23.539.432,86
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	4.260.259,33	5.547.730,32
(-)Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	401.437,85	745.390,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX- XL)	8.656.596,77	19.671.613,35

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Resultado Nominal -Abaixo da Linha	**Até o Bimestre/ 2025**
	VALOR
Resultado Nominal -Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha(XLIII) = (XLIIa- XLIIb)	-11.015.016,58

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	**Meta Fixada na LDO**
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-19.800.000,00

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Ajuste Metodológico	**Até o Bimestre/ 2025**
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV)= (XLIb- XLIa)	1.287.470,99
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) =(XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha(L)=(XLIII+(XLIV-XLV-XLVI+XLVII+XLVIII)+/-(XLIX))	-9.727.545,59

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Resultado Primário -Abaixo da Linha	**Até o Bimestre/ 2025**
	VALOR
Resultado Primário -Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha(LI) = (L)- (XXXVI- XXXVII)	-8.760.334,88

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Informações Adicionais	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
InformaçõesAdicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.547.777,30
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores -RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	13.547.777,30
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	100.000,00

RREO-Anexo06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal -Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
NotasExplicativas	Esclarece-se que, no Anexo 06 – Tabela 6.3 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal – Municípios, integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), os valores informados nas linhas “Disponibilidade de Caixa” e “Restos a Pagar Processados” correspondem ao somatório das informações do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município, em observância ao conceito de ente consolidado parafins de apuração dos resultados fiscal primário e nominal. Dessa forma, os dados apresentados refletem a situação financeira consolidadado Município, abrangendo ambos os Poderes, conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional aplicáveis ao RREO.

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:F903149F

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO - 6º BIMESTRE 2025

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

BalançoOrçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	229.129.800,00
Previsão Atualizada	229.129.800,00
Receitas Realizadas	234.426.053,52
Déficit Orçamentário	1.134.136,55
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para CréditosAdicionais)	13.547.777,30
DESPESAS	
Dotação Inicial	229.029.800,00
Dotação Atualizada	253.153.036,57
Despesas Empenhadas	235.560.190,07
Despesas Liquidadas	231.919.918,94
Despesas Pagas	226.417.017,24
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas porFunção/Subfunção	Valores
	Até oBimestre
Despesas porFunção/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	235.560.190,07
Despesas Liquidadas	231.919.918,94

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida- RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida- RCL	-
Receita CorrenteLíquida	198.473.282,70
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites deEndividamento	195.485.782,70
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	192.459.454,70

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dosServidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas PrevidenciáriasRealizadas	22.530.607,77
Despesas PrevidenciáriasEmpenhadas	31.972.580,21
Despesas PrevidenciáriasLiquidadas	31.972.580,21
Despesas PrevidenciáriasPagas	31.967.465,67
Resultado Previdenciário	-9.441.972,44
Fundo em Repartição(PLANO FINANCEIRO)	
Receitas PrevidenciáriasRealizadas	
Despesas PrevidenciáriasEmpenhadas	
Despesas PrevidenciáriasLiquidadas	
Despesas PrevidenciáriasPagas	
ResultadoPrevidenciário	

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal ePrimário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta(b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acimada Linha	-27.723.083,17	11.297.766,44	-0,41
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo daLinha	-19.800.000,00	-11.015.016,58	0,56

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOSA PAGARPROCESSADOS	84.679,03	122,98	23.242,05	61.314,00
Poder Executivo	84.679,03	122,98	23.242,05	61.314,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOSA PAGARNÃO PROCESSADOS	157.372,13	3.200,00	131.071,59	23.100,54
Poder Executivo	4.580,11	1.900,00	2.680,11	0,00
Poder Legislativo	152.792,02	1.300,00	128.391,48	23.100,54
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	242.051,16	3.322,98	154.313,64	84.414,54

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites ConstitucionaisAnuais	
		%Mínimo a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bimestre

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	46.009.174,75	25,00	29,66
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	18.106.170,28	70,00	98,63
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	**Apuração das Receitas de Operações de Crédito eDespesas de Capital**	
	Valor Apurado no Exercício	**SaldoNão Realizado**
Receitasde Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitasde Operaçõesde Crédito	2.856.049,62	-1.576.049,62
Despesade CapitalLíquida	14.890.850,04	3.294.184,34

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	**Exercício de Apuração**			
	Exercício	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	39.033.021,04	22.350.022,16	12.570.620,20	355.963,45
Despesas revidenciárias	29.292.684,69	25.454.547,91	16.898.955,27	5.983.838,76
Resultado Previdenciário	9.740.336,35	-3.104.525,75	-4.328.335,07	-5.627.875,31
Fundoem Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitada Alienação de Ativos eAplicação dosRecursos	**Apuração da Receitada Alienação deAtivos eAplicação dos Recursos**	
	Valor Apurado no Exercício	**Saldoa Realizar**
Receitada Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	141.371,25	-21.371,25
Aplicação dos Recursos da Alienação deAtivos	802.161,30	119.986,92

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da ExecuçãoOrçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicosde Saúde	**Apuração das Despesas com Saúde**		
	Valor Apurado Até o Bimestre	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	39.396.844,59	15,00	26,16

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesasde Caráter Continuado Derivadas dePPP	**ValorRealizado noPeríodo**
	ValorApurado noExercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas dePPP	-

RREO-Anexo14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da ExecuçãoOrçamentária - Municípios e DF

NotasExplicativas	**Valores**
	31/12/2025
NotasExplicativas	-
NotasExplicativas	

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:75FA4391

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 6º BIMESTRE 2025

RREO-Anexo09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Receitas	**Receitas de Operações de Crédito**		
	PREVISÃOATUALIZADA (a)	**RECEITASREALIZADAS (b)**	**SALDONÃO REALIZADO(c) = (a- b)**
Receitas	-	-	-
RECEITASDE OPERAÇÕESDE CRÉDITO (I)	1.280.000,00	2.856.049,62	-1.576.049,62

RREO-Anexo09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Despesas	**Despesas de Capital**		
	DOTAÇÃOATUALIZADA (d)	**DESPESASEMPENHADAS (e)**	**SALDONÃO EXECUTADO(f) = (d- e)**
Despesas	-	-	-
DESPESASDE CAPITAL	18.185.034,38	14.890.850,04	3.294.184,34
Investimentos	11.543.502,35	8.249.718,01	3.293.784,34

Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	6.641.532,03	6.641.132,03	400,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESADE CAPITALLÍQUIDA (II)	18.185.034,38	14.890.850,04	3.294.184,34

RREO-Anexo09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	**Resultado para Apuração da Regra de Ouro**		
	(d- a)	**(e- b)**	**(f- c)**
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADOPARA APURAÇÃODA REGRA DEOURO (III)= (II -I)	16.905.034,38	12.034.800,42	4.870.233,96

RREO-Anexo09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:E825196F

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃOS - 6º BIMESTRE 2025

RREO-Anexo11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Receitas	**Execução daReceita**		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO(c) =(a - b)**
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	120.000,00	141.371,25	-21.371,25
Receita de Alienação de Bens Móveis	100.000,00		100.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receita de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	20.000,00	141.371,25	-121.371,25

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Despesas	**Execução da Despesa**						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	**DESPESAS EMPENHADAS(e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR(g)**	**SALDO (h) = (d-e)**
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	922.148,22	802.161,30	802.161,30	802.161,30			119.986,92
DESPESAS DE CAPITAL	119.986,92						119.986,92
Investimentos	119.986,92						119.986,92
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	802.161,30	802.161,30	802.161,30	802.161,30			0,00
Regime Geral da Previdência Social							
Regime Próprio de Previdência dos ServidoresPúblicos	802.161,30	802.161,30	802.161,30	802.161,30			0,00

RREO-Anexo11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Saldo Financeiro aAplicar	**Saldo Financeiro a Aplicar**		
	2024(i)	**2025(j) =(Ib - (IIf+ IIg))**	**SALDOATUAL (k)= (IIIi +IIIj)**
Saldo Financeiro aAplicar	-	-	-
VALOR(III)		-660.790,05	-660.790,05

RREO-Anexo11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:7681AE72

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - 6º BIMESTRE 2025

RREO-Anexo04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias -RPPS - Fundoem Capitalização (Plano Previdenciário)	**Execuçãoda Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	30.810.000,00	30.530.607,77
Receitade Contribuições dos Segurados	6.584.231,00	7.124.212,68
Ativo	6.024.006,00	6.440.418,66
Inativo	528.939,00	662.558,86
Pensionista	31.286,00	21.235,16
Receitade Contribuições Patronais	7.817.369,00	10.919.221,96
Ativo	7.817.369,00	10.919.221,96

Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	3.800.000,00	3.387.011,49
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	3.800.000,00	3.387.011,49
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	12.608.400,00	9.100.161,64
Compensação Financeira entre os Regimes	1.002.242,00	1.094.587,06
Receita de Aportes Periódicos para Amortizaçãod e Déficit Atuarial do RPPS (II)	11.601.158,00	8.000.000,00
Demais Receitas Correntes	5.000,00	5.574,58
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV)= (I +III -II)	19.208.842,00	22.530.607,77

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃOATUALIZADA(c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	31.979.000,00	31.972.580,21	31.972.580,21	31.967.465,67	
Aposentadorias	28.599.000,00	28.633.271,37	28.633.271,37	28.629.624,23	
Pensões por Morte	3.380.000,00	3.339.308,84	3.339.308,84	3.337.841,44	
Outras Despesas Previdenciárias	400.000,00				
Compensação Financeira entre os Regimes	150.000,00				
Demais Despesas Previdenciárias	250.000,00				
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	32.379.000,00	31.972.580,21	31.972.580,21	31.967.465,67	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	-13.170.158,00	-9.441.972,44	-9.441.972,44	-9.436.857,90	

RREO-Anexo04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	**PrevisãoOrçamentária**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadado sem Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	**Previsão Orçamentária**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	100.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalizaçãodo RPPS	**Aportes de Recursos**
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalizaçãodo RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	622.992,55

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	27.598.121,66
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias -RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	**Execuçãoda Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuiçõesdos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		

Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITASDE CAPITAL(VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX)= (VII +VIII)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃOATUALIZADA(c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

RREO-Anexo04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	**Aportes de Recursos**
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitosdo RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitasda Administração- RPPS	**Execuçãoda Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitasda Administração- RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	1.491.409,00	2.109.936,34
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS- (XII)	1.491.409,00	2.109.936,34

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃOATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.386.409,00	829.705,62	826.844,82	816.787,98	2.860,80
Pessoal e Encargos Sociais	640.409,00	438.184,40	435.323,60	427.565,18	2.860,80
Demais Despesas Correntes	746.000,00	391.521,22	391.521,22	389.222,80	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	50.000,00	3.721,30	3.721,30	3.721,30	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1.436.409,00	833.426,92	830.566,12	820.509,28	2.860,80
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	55.000,00	1.276.509,42	1.279.370,22	1.289.427,06	

RREO-Anexo04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos- Administração do RPPS	**Períodode Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos- Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.426,70
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execuçãoda Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:392E74B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 052/2025 PREGÃO 090/2024

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Renovação Contratual**. Processo Administrativo nº 378/2024, Pregão Eletrônico nº 090/2024, Contrato nº 052/2025. **Objeto:** CONTRATAÇÃO OBJETIVANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNDIÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA INDIVIDUALIZADA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.. **Reajuste:** Nos termos do inciso I do artigo 136 da Lei de Licitações 14.133/21 e na prática da cláusula 9º do referido contrato, fica estabelecido o reajuste de preços com base no índice oficial IGP-M. **Vigência**: 31/01/2026 a 30/01/2027. **Renovação:** Nos termos do artigo 107, da Lei de Licitação nº 14.133/21 e suas posteriores alterações, fica renovado o Contrato nº 052/2025 atualizado, por mais 12 (doze) meses, firmado mediante Pregão Eletrônico nº 090/2024, ficando da seguinte forma:

Item	Cód.	Descrição Parcial	Unidade Medida	QT	Valor Unitário	Valor Unitário Reajustado	Valor Total
1	65586	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA	sv	180	R$ 200,00	R$ 205,645222	R$ 37.016,14
Valor Total Estimado da Renovação Contratual						**R$ 37016,14**	

O valor total da Renovação Contratual está estimada em **R$ 37016,14** (trinta e sete mil, dezesseis reais e quatorze centavos) para o Contrato 052/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 90/2024.
Em favor da Contratada: ODONTO PRÓTESE LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTARIA LTDA
Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. O presente termo passa a vigorar a partir 30/01/2026.

ADRIANO LOPES DA SIQUEIRA
Secretária Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador do Contrato**.**

São Sebastião do Paraíso – MG, 31 de janeiro 2026.

Publicado por:
Fabiana Soares Rodrigues
Código Identificador:4893947B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025 - PROCESSO N.º 002/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Pontas – MG. **Detentora: Comercial Mark Atacadista Ltda**., inscritano CNPJ sob o n.º09.315.996/0001-07. Objeto: Altera-se o valor registrado para o item, passando a vigorar o disposto abaixo:

ITEM	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	Valor Unitário Reequilibrado
14	FC	5080	AMBROXOL, CLORIDRATO - XAROPE 30MG/5ML - 120ML. 30MG/5ML - FRASCO COM 120 ML	FARMACE	R$ 2,86	R$ 2,97

Data: 29/01/2026.

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:797FC26A

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS EDITAL – 2/2026 RESULTADO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO

Em face ao recebimento das Defesas de Autuações, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Artigo 9°, ficam (i) os proprietários dos veiculos abaixo notificados com resultado ACOLHIDA, que por força de Acolhimento das razões de Defesa apresentadas os seguintes autos foram cancelados e seus registros arquivados; e (ii) os proprietários dos veiculos abaixo notificados com resultado NÃO ACOLHIDA, que por força do Não Acolhimento das razões de Defesa apresentadas, os seguintes processos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade.

PLACA	DATA DECISÃO	DATADAINFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
DCL9I32	27/01/2026	14/07/2025	DF-108/2025	AG02827378	NÃO ACOLHIDA
CPT0713	27/01/2026	27/09/2025	DF-121/2025	AG02827820	NÃO ACOLHIDA
FLB2773	27/01/2026	07/08/2025	DF-120/2025	AG02827463	NÃO ACOLHIDA
CRE0408	27/01/2026	22/09/2025	DF-119/2025	AG02827712	NÃO ACOLHIDA
HJD4433	27/01/2026	02/09/2025	DF-118/2025	AG02827723	ACOLHIDA
QXZ8H11	27/01/2026	16/09/2025	DF-116/2025	AG02827731	ACOLHIDA
QXZ8H11	27/01/2026	16/09/2025	DF-115/2025	AG02827732	NÃO ACOLHIDA
TCS2D44	27/01/2026	23/07/2025	DF-114/2025	AG02827617	NÃO ACOLHIDA
HCF6704	27/01/2026	15/07/2025	DF-113/2025	AG02826871	NÃO ACOLHIDA
FOV2B69	27/01/2026	29/07/2025	DF-112/2025	AG02827449	NÃO ACOLHIDA
ERI3B82	27/01/2026	29/07/2025	DF-111/2025	AG02827630	NÃO ACOLHIDA
PVZ2378	27/01/2026	18/07/2025	DF-109/2025	AG02827395	ACOLHIDA
HJY8D81	27/01/2026	19/06/2025	DF-96/2025	AG02827287	NÃO ACOLHIDA
BOK3F77	27/01/2026	25/06/2025	DF-107/2025	AG02827315	NÃO ACOLHIDA
BOK3F77	27/01/2026	25/06/2025	DF-106/2025	AG02827316	NÃO ACOLHIDA
BOK3F77	27/01/2026	25/06/2025	DF-105/2025	AG02827317	NÃO ACOLHIDA
IYY1I15	27/01/2026	26/06/2025	DF-104/2025	AG02827322	NÃO ACOLHIDA
OWO2826	27/01/2026	15/07/2025	DF-103/2025	AG02826870	NÃO ACOLHIDA
HJT4E44	27/01/2026	22/08/2025	DF-102/2025	AG02827670	NÃO ACOLHIDA
CRF1318	27/01/2026	05/07/2025	DF-101/2025	AG02827352	ACOLHIDA
TCA2I67	27/01/2026	15/08/2025	DF-100/2025	AG02827484	NÃO ACOLHIDA
HJY8D81	27/01/2026	19/06/2025	DF-98/2025	AG02827284	NÃO ACOLHIDA
HJY8D81	27/01/2026	19/06/2025	DF-97/2025	AG02827286	NÃO ACOLHIDA

AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:5B2E5F8F

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – EDITAL – 3/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – ,em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações abaixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS - , que fica localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 14.229/21).
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3265-2730.

PLACA	NRO AIT	DATADAINFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
HJY8D81	AG02827286	19/06/2025	6050-1
HJY8D81	AG02827284	19/06/2025	5819-1
HJY8D81	AG02827287	19/06/2025	5215-2
BOK3F77	AG02827315	25/06/2025	5185-1
BOK3F77	AG02827316	25/06/2025	6530-0
BOK3F77	AG02827317	25/06/2025	7234-0
IYY1I15	AG02827322	26/06/2025	7056-1
DKF7B38	AG02826916	03/07/2025	5568-0
DCL9I32	AG02827378	14/07/2025	5215-2
OWO2826	AG02826870	15/07/2025	7625-2
HCF6704	AG02826871	15/07/2025	5452-6
TCS2D44	AG02827617	23/07/2025	7030-1
ERI3B82	AG02827630	29/07/2025	5452-6
FOV2B69	AG02827449	29/07/2025	5541-4
FLB2773	AG02827463	07/08/2025	5541-4
TCA2I67	AG02827484	15/08/2025	5622-2
HJT4E44	AG02827670	22/08/2025	6530-0
QXZ8H11	AG02827732	16/09/2025	5452-2
CRE0408	AG02827712	22/09/2025	5452-2
CPT0713	AG02827820	27/09/2025	5452-6
OQC6458	AG02828118	02/11/2025	5380-0
EFC1C37	AG02826982	02/11/2025	5460-0
OQO9254	AG02827129	03/11/2025	5380-0
QNT9316	AG02828123	05/11/2025	5550-0
RVY1F52	AG02828033	05/11/2025	5452-2
SYA7F94	AG02828124	05/11/2025	7056-1
HFS6340	AG02827862	06/11/2025	6530-0
OPE2H72	AG02827863	06/11/2025	6530-0
HNQ3I17	AG02828126	07/11/2025	5550-0
HFW5I89	AG02828128	07/11/2025	5550-0

TCF1B93	AG02828127	07/11/2025	5550-0
RNC0J69	AG02828125	07/11/2025	5550-0
OQZ9I23	AG02827865	07/11/2025	5452-2
GEK9I94	AG02827864	07/11/2025	5452-2
GWH7H10	AG02826986	08/11/2025	6530-0
PYP4I72	AG02826987	09/11/2025	5819-1
TEC2G16	AG02826988	09/11/2025	7030-1
GSF2740	AG02828129	10/11/2025	5452-2
TXN6E72	AG02828130	11/11/2025	5550-0
PXR2F02	AG02828131	11/11/2025	5550-0
CQY2973	AG02828132	11/11/2025	5550-0
HGY5778	AG02827867	11/11/2025	6050-2

Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Leína de Oliveira Bessa Gomes
Código Identificador:B460321B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.3360

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$427.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 427.000,00			
02 04 01	**ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO**		
Ficha: 183	04.122.0001.4078.0000	MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	**5.000,00**
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	0	Não se Aplica	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

02 11 00	**SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO**		
Ficha: 858	13.392.0002.4167.0000	MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	**3.000,00**
	3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	0	Não se Aplica	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

Ficha: 859	13.392.0002.4167.0000	MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	**5.000,00**
	3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	0	Não se Aplica	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

Ficha: 861	13.392.0002.4167.0000	MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	**5.000,00**
	3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pesso	
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
	000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	0	Não se Aplica	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
	000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

02 06 05	**BLOCO VIGILANCIA EM SAÚDE**		
Ficha: 886	10.305.0006.4151.0000	MANUTENCAO VIGILANCIA SAUDE - FES	**409.000,00**
	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Go	verno Estadual
	000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Go	verno Estadual
	0	Não se Aplica	
	055	FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	
	000	FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: 409.000,00
Fontes de Recurso
621 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 409.000,00

02	**04**	**01**	**ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO**	
Ficha: 182		04.122.0001.4078.0000	MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	**-5.000,00**
		3.3.90.30.00	Material de Consumo	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		0	Não se Aplica	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

02	**11**	**00**	**SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO**	
Ficha: 747		13.392.0002.4167.0000	MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	**-5.000,00**
		3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
		1	Recursos do Exercício Corrente	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		0	Não se Aplica	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
Ficha: 860		13.392.0002.4167.0000	MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	**-5.000,00**
		3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
		2	Recursos de Exercícios Anteriores	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		0	Não se Aplica	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
Ficha: 860		13.392.0002.4167.0000	MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	**-3.000,00**
		3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
		2	Recursos de Exercícios Anteriores	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		0	Não se Aplica	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
		000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	

-18.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:712160FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PLANO OPERATIVO – MUNICÍPIO DE CHIADOR/MG (4ª ALTERAÇÃO)

PLANO OPERATIVO – MUNICÍPIO DE CHIADOR/MG
(4ª ALTERAÇÃO)

Regime de execução: Dedicação exclusiva de mão de obra
Vigência: Conforme Contrato de Programa firmado entre o Município e o CIESP

1. CONTEXTUALIZAÇÃO
O presente Plano Operativo tem por finalidade organizar a execução indireta das funções demandadas pelo Município de Chiador/MG no âmbito do projeto SERVICE, operacionalizado pelo Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP e executado pela entidade contratada IPAS, em conformidade com o Contrato Administrativo CIESP nº 044/2025.
O documento estabelece diretrizes de execução, descrição das funções, responsabilidades institucionais para garantir eficiência, segurança, padronização e continuidade dos serviços prestados à administração municipal.
2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO
• Atender com eficiência as demandas operacionais, administrativas, educacionais e de apoio do Município de Chiador.
• Garantir mão de obra qualificada, capacitada e equipada conforme normas vigentes.
• Assegurar a continuidade dos serviços municipais, reduzindo interrupções e garantindo substituições imediatas quando necessário.
• Promover o cumprimento da carga horária, assiduidade e qualidade operacional.
• Fortalecer a gestão consorciada, padronizando rotinas e garantindo supervisão permanente pelo CIESP.
3. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
3.1 Município de Chiador

• Definir atividades, rotinas e setores de atuação de cada função.
• Orientar tecnicamente os profissionais quando necessário.
• Disponibilizar materiais, insumos, equipamentos, veículos e
maquinários em perfeitas condições de funcionamento e segurança, sempre que a função exigir.
• Informar ao CIESP intercorrências operacionais ou necessidades de ajuste.
• Atestar mensalmente os relatórios de execução enviados pelo CIESP.

3.2 IPAS

• Disponibilizar e substituir os profissionais conforme previsto no Plano Operativo.
• Fornecer EPIs, uniformes e demais itens exigidos no PGR e PCMSO.
• Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e normativas aplicáveis.
• Garantir a conduta adequada dos trabalhadores, incluindo o uso correto dos EPIs.
• Repor imediatamente os profissionais em casos de faltas, licenças, afastamentos, atestados ou quaisquer imprevistos que impeçam o comparecimento ao trabalho, assegurando a continuidade dos serviços sem prejuízo às atividades municipais.
• Fornecer capacitação técnica inicial e contínua, treinamentos e orientações necessárias ao pleno desempenho das funções, assegurando que cada profissional esteja apto a executar suas atividades com eficiência, segurança e conformidade legal.

3.3 CIESP

• Realizar supervisão consorciada, acompanhamento operacional e controle de jornada.
• Fiscalizar o cumprimento das funções e diretrizes estabelecidas.
• Manter comunicação permanente com o Município sobre desempenho e ocorrências.
• Emitir mensalmente relatórios prestação de contas.

4. DELIMITAÇÃO DAS FUNÇÕES

As funções abaixo descritas serão executadas conforme a demanda do Município de Chiador/MG, observando rigorosamente as atribuições, carga horária, escala e quantitativos definidos no Quadro Operacional:

4.1 Auxiliar de Serviços Gerais – CBO 5143-20

Executa serviços de limpeza, conservação, higienização e organização de prédios públicos, áreas comuns e ambientes institucionais, incluindo coleta de resíduos, movimentação de materiais e apoio às rotinas operacionais.

4.2 Bombeiro Hidráulico – CBO 7241-10

Executa serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva de sistemas hidráulicos, sanitários e de esgoto, identificando vazamentos, substituindo componentes e assegurando o adequado funcionamento das redes.

4.3 Eletricista – CBO 9511-05

Responsável pela instalação, manutenção preventiva e corretiva de sistemas elétricos, quadros de distribuição, iluminação e equipamentos, observando rigorosamente as normas técnicas e de segurança.

4.4 Encarregado – CBO 4101-05

Coordena e supervisiona as equipes de trabalho, organiza escalas, distribui tarefas, acompanha a execução dos serviços, registra ocorrências e assegura o cumprimento das rotinas operacionais.

4.5 Motorista 1 (Educação) – CBO 7823-05

Conduz veículos destinados ao transporte escolar, garantindo a segurança dos estudantes, o cumprimento das normas de trânsito e o apoio no embarque e desembarque.

4.6 Motorista 2 (Caminhão) – CBO 7825-10

Opera caminhões utilizados nos serviços municipais, realizando transporte de materiais, equipamentos e insumos, bem como apoio às atividades de obras, manutenção e logística.

4.7 Motorista 3 (Saúde) – CBO 7823-20

Realiza o transporte de pacientes, equipes de saúde e materiais, assegurando atendimento adequado, sigilo, cumprimento das normas sanitárias e segurança durante os deslocamentos.

4.8 Operador de Escavadeira – CBO 7151-15

Executa serviços de escavação, terraplanagem, drenagem e movimentação de solo, operando escavadeira conforme normas técnicas, operacionais e de segurança.

4.9 Pedreiro – CBO 7152-10

Executa serviços de construção civil, incluindo alvenaria, revestimentos, concretagem, reparos estruturais, organização do canteiro de obras e apoio às atividades correlatas.

4.10 Pintor – CBO 7166-10

Realiza pintura predial interna e externa, preparação de superfícies, aplicação de materiais de acabamento e conservação estética das edificações públicas.

4.11 Recepcionista – CBO 4221-05

Atua no atendimento ao público, controle de acesso, atendimento telefônico, organização de documentos e apoio administrativo aos setores municipais.

4.12 Servente – CBO 7170-20

Auxilia as equipes de obras e manutenção no transporte e manuseio de materiais, preparo de massas, limpeza de áreas de trabalho e apoio geral às atividades operacionais.

4.13 Tratorista – CBO 7151-25

Opera tratores em serviços de manutenção de estradas, roçadas, limpeza de terrenos e demais atividades correlatas, zelando pela conservação do equipamento e pela segurança operacional.

4.14 Vigia Patrimonial – CBO 5173-30

Responsável pela vigilância e guarda do patrimônio público, controle de acessos, rondas preventivas, registro de ocorrências e preservação da segurança das instalações.

5. DIRETRIZES DE EXECUÇÃO

• Cumprimento integral da carga horária prevista para cada função.
• Uso obrigatório de EPIs durante toda a jornada.
• Atividades somente poderão ser desviadas mediante autorização formal.
• Registros de frequência, produtividade e ocorrências serão acompanhados pelo CIESP.
• O Município deverá manter condições adequadas de trabalho e fornecer insumos necessários.
• Organização e postura profissional durante toda a execução.

6. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em caso de não comparecimento do profissional e ausência de substituição tempestiva pela entidade executora, será aplicado desconto proporcional ao período não trabalhado, correspondente à carga horária não cumprida, deduzindo-se o valor devido no pagamento mensal à empresa responsável, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.
Este Plano Operativo integra o Contrato de Programa firmado entre o Município de Chiador e o CIESP, constituindo instrumento norteador da execução indireta dos serviços.
Alterações somente poderão ser realizadas mediante registro formal junto ao CIESP.
Chiador – MG, na data de assinatura digital.

ITIBERÊ RODRIGUES DOS SANTOS
Prefeito do Município de Chiador

GLAUCO BRAGA FÁVERO
Presidente do CIESP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES
ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ- MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS- MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO
SENADOR CORTES- TABULEIRO-VARGINHA

QUADRO OPERACIONAL DE FUNÇÕES E ATIVIDADES – SERVICE CHIADOR

Nº	FUNÇÃO	CBO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR UNITÁRIO COM TAXA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	5143-20	40	R$ 3.611,34	13	R$ 46.947,42
2	BOMBEIRO HIDRÁULICO	7241-10	12 X 36	R$ 5.314,06	5	R$ 26.570,30
3	ELETRICISTA	9511-05	40	R$ 9.299,60	1	R$ 9.299,60
4	ENCARREGADO	4101-05	40	R$ 8.834,62	1	R$ 8.834,62
5	MOTORISTA 1 (EDUCAÇÃO)	7823-05	44	R$ 5.535,48	8	R$ 44.283,84
6	MOTORISTA 2 (CAMINHÃO)	7825-10	44	R$ 5.535,48	2	R$ 11.070,96
7	MOTORISTA 3 (SAÚDE)	7823-20	44	R$ 6.257,74	16	R$ 100.123,84
8	OPERADOR DE ESCAVADEIRA	7151-15	40	R$ 14.893,98	1	R$ 14.893,98
9	PEDREIRO	7152-10	40	R$ 8.834,62	5	R$ 44.173,10
10	PINTOR	7166-10	40	R$ 8.834,62	1	R$ 8.834,62
11	RECEPCIONISTA	4221-05	40	R$ 3.611,34	5	R$ 18.056,70
12	SERVENTE	7170-20	40	R$ 5.314,06	20	R$ 106.281,20
13	TRATORISTA	7151-25	40	R$ 8.895,73	1	R$ 8.895,73
14	VIGIA PATRIMONIAL	5173-30	12 X 36	R$ 6.098,90	2	R$ 12.197,80
	TOTAL MENSAL				81	R$ 460.463,71

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:0507DB9E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026 - CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
N°	**Nome**	**Pontuação**	**Situação**
01	MARIA DA PENHA SILVA FREITAS	60	Classificado(a) Desempate idade
02	JULIANE FERREIRA DA SILVEIRA	60	Classificado(a) Desempate idade
03	MIRTIS GONÇALVES DE SOUZA VASCONCELOS	47.5	Classificado(a)
04	GABRIELA CRISTINA FIDELIS MACHADO	45	Classificado(a)
05	RAQUEL PEREIRA DE OLIVEIRA	35	Classificado(a) Desempate idade
06	CRISTINA LEONICE LUCENA DA SILVA	35	Classificado(a) Desempate idade
07	AJAXCELI ISABEL DA SILVA PIRES	22.5	Classificado(a)
08	MARIA VICENTINA ISABEL EPIFANIO	20	Classificado(a) Desempate idade
09	GESYANE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	20	Classificado(a) Desempate idade
10	DANIELA DE LOURDES RODRIGUES	20	Classificado(a) Desempate idade
11	LIBANIO MARIS RABELO	15	Classificado(a)
ASSISTENTE TECNICO EDUCACIONAL			
N°	**Nome**	**Pontuação**	**Situação**
01	PRISCILA DINIZ DOS SANTOS	75	Classificado(a)
02	ELIANA APARECIDA DA SILVA	62.5	Classificado(a)
03	LUANA MISTICA DE LACERDA	60	Classificado(a)
04	EDVIRGEM DE LACERDA SILVA	50	Classificado(a) Desempate idade
05	GUIOMAR APARECIDA FERREIRA SANTOS	50	Classificado(a) Desempate idade
06	ROSILENE APARECIDA MADEIRA	50	Classificado(a) Desempate idade
07	SEBASTIANA APARECIDA TADEU	47.5	Classificado(a) Desempate idade
08	MARIA CLARA MORATO AMARAL1	47.5	Classificado(a) Desempate idade
09	WANDERLEIA RABELO VITOR	40	Classificado(a) Desempate idade
10	CARLA RODRIGUES ALVES	40	Classificado(a) Desempate idade
11	SABRINA MAIA BENTO RIBEIRO	35	Classificado(a)
12	KARINA FABIAN APARECIDA DO COUTO	30	Classificado(a)
13	SEBASTIANA DENISE CONSOLAÇÃO GOIS	27.5	Classificado(a)
14	CINTIA CRISTINA DE LACERDA	25	Classificado(a) Desempate idade

15	JHENNYFER OLIFEIRA FARIA	25	Classificado(a) Desempate idade
16	ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA PEREIRA	25	Classificado(a) Desempate idade
17	FLAVIA HELLEN DE GOIS	25	Classificado(a) Desempate idade
18	KAYLANE DA SILVA PIRES	25	Classificado(a) Desempate idade
19	JESSICA ALINE FERREIRA DA COSTA	22.5	Classificado(a)
20	JULIANE FERREIRA DA SILVEIRA	20	Classificado(a) Desempate idade
21	AGUINALDO JOSE DA SILVA	20	Classificado(a) Desempate idade
22	DEBORA BARCELOS LACERDA	20	Classificado(a) Desempate idade
23	ZELIA APARECIDA VASCONCELOS SOARES	20	Classificado(a) Desempate idade
24	ISADORA LACERDA SILVA	20	Classificado(a) Desempate idade
25	ANTONIA APARECIDA DOS SANTOS	15	Classificado(a) Desempate idade
26	MARIA ELZA CORREA DE FREITAS OLIVEIRA	15	Classificado(a) Desempate idade
27	AJAXCELI ISABEL DA SILVA PIRES	15	Classificado(a) Desempate idade
28	FRANCIELE CRISTINA PINTO SOARES	15	Classificado(a) Desempate idade
29	MARIA VICENTINA ISABEL EPIFANIO	12.5	Classificado(a) Desempate idade
30	WANESSA DE LACERDA VITOR	12.5	Classificado(a) Desempate idade
31	CARLA CHAGAS RANGEL DE MORAIS	10	Classificado(a) Desempate idade
32	PATRICIA DE ARAUJO FARIA	10	Classificado(a) Desempate idade

1 Classificação alterada de ofício em razão de erro material, tendo em vista que um título de curso livre + tempo de serviço da candidata não havia sido computado anteriormente.

33	GESYANE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	10	Classificado(a) Desempate idade
34	MARIA APARECIDA GONÇALVES NEPOMUCENO	10	Classificado(a) Desempate idade
35	ANA CAROLINE ARAUJO PINHEIRO	10	Classificado(a) Desempate idade
36	GRAZIELLE APARECIDA CORREA LACERDA	10	Classificado(a) Desempate idade
37	PRISCILA LIBERIA DE OLIVEIRA TADEU	10	Classificado(a) Desempate idade
38	LIDIANE LACERDA	10	Classificado(a) Desempate idade
39	MARIA NEIDE PEREIRA DO COUTO	0	Desclassificado(a)
40	ANA CLARA RABELO JACINTO	0	Desclassificado(a)
41	VITORIA DA SILVA NASCIMENTO	0	Desclassificado(a)
PROFESSOR I SUPERIOR			
N°	**Nome**	**Pontuação**	**Situação**
01	LEANDRA BEATRIZ SAMPAIO DE LACERDA	**80**	Classificado(a)
02	FERNANDA CRISTINA FERREIRA	**75**	Classificado(a) Desempate idade
03	MAYRA SOARES DAMASCENO	**75**	Classificado(a) Desempate idade
04	CARLA GONÇALVES GOMES DE LACERDA	**70**	Classificado(a) Desempate idade
05	MARIA DO CARMO CORREA	**70**	Classificado(a) Desempate idade
06	LUANA MISTICA DE LACERDA	**70**	Classificado(a) Desempate idade
07	JOSILANE APARECIDA DE LACERDA VITOR	**67.5**	Classificado(a)
08	MARIA DE FATIMA GONÇALVES DE FARIA	**65**	Classificado(a) Desempate idade
09	EDVIRGEM DE LACERDA SILVA	**65**	Classificado(a) Desempate idade
10	LUCIO AURELIO DE CARVALHO LANDIM BATISTA	**65**	Classificado(a) Desempate idade
11	MARCIA DO COUTO SANTOS	**65**	Classificado(a) Desempate idade
12	GLENIA NOBRE DE SOUZA	**65**	Classificado(a) Desempate idade
13	SEBASTIANA APARECIDA TADEU	**47.5**	Classificado(a)
14	ELITA CORDEIRO ANTUNES	**42.5**	Classificado(a)
15	FERNANDO DIVINO MARTINS	**40**	Classificado(a)
16	MARIA DE LOURDES BARCELOS LACERDA	**37.5**	Classificado(a) Desempate idade
17	ELIANA APARECIDA DA SILVA	**37.5**	Classificado(a) Desempate idade
18	ELIANA LOPES	**35**	Classificado(a) Desempate idade
19	CAMILA ANAYARA LACERDA CORREA	**35**	Classificado(a) Desempate idade
20	MARIA CLARA MORATO AMARAL 2	**32.5**	Classificado(a) Desempate idade
21	MARIA LUIZA DOS SANTOS COSTA	**32.5**	Classificado(a) Desempate idade
22	CARLA RODRIGUES ALVES	**30**	Classificado(a)
23	GRAZIELA NATHALI CHAVES	**27.5**	Classificado(a)
24	SABRINA MAIA BENTO RIBEIRO	**25**	Classificado(a) Desempate idade
25	ARILDA MORAES OLIVEIRA	**25**	Classificado(a) Desempate idade
26	PRISCILA APARECIDA FARIA	**25**	Classificado(a) Desempate idade
27	PRISCILA DINIZ DOS SANTOS	**25**	Classificado(a) Desempate idade
28	ANA PAULA MOREIRA SANTANA	**25**	Classificado(a) Desempate idade
29	WELINTON HENRIQUE FONSECA	**22.5**	Classificado(a)
30	HELEN CASSIA COSTA	**20**	Classificado(a)
31	ISADORA LACERDA SILVA	**15**	Classificado(a)
32	CINTIA CRISTINA DE LACERDA	**12.5**	Classificado(a)
33	FRANCIELE CRISTINA PINTO SOARES	**10**	Classificado(a) Desempate idade
34	PAULO HENRIQUE DA COSTA	**10**	Classificado(a) Desempate idade
35	IZABEL CRISTINA PINTO DE LACERDA	**5**	Classificado(a)
36	CARLA CHAGAS RANGEL DE MORAIS	**2.5**	Classificado(a) Desempate idade
37	ROSILENE APARECIDA MADEIRA	**2.5**	Classificado(a) Desempate idade

Os candidatos serão convocados mediante a necessidade e conveniência da administração municipal, respeitando a presente lista classificatória.

LEANDRO FERREIRA, AOS 30 DE JANEIRO DE 2026.

2 Classificação alterada de ofício em razão de erro material, tendo em vista que um título de curso livre da candidata não havia sido computado anteriormente.

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:80E706A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

O **MUNÍCIPIO DE LEANDRO FERREIRA-MG**, através do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços, no uso de suas atribuições legais, amparados em excepcional interesse público, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, **CONSIDERANDO-SE** a necessidade de contratação temporária por excepcional interesse público, em virtude de exoneração e da ausência de concurso público em vigência, para continuidade de prestação de serviço público essencial e garantia do direito fundamental à educação, para contratação temporária para exercício de atividades relativas ao cargo de **MEIO OFICIAL E TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, **TORNA PÚBLICO** a publicação de edital de processo seletivo público para exercício temporário e formação de quadro de reserva de candidatos para posterior contratação no âmbito municipal, observando a Lei Municipal nº 450/1997, bem como, a legislação complementar e demais normas contidas neste Edital.

01-DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1-O presente Processo Seletivo regido por este Edital, e, por seus anexos, por avisos, atos complementares e eventuais retificações, através da Comissão de Seleção instituída através da Portaria n° 031/2026.

1.2-O edital de abertura e demais atos e decisões serão divulgados no Diário Oficial dos Municípios (AMM) e no site oficial da Prefeitura Municipal (https://www.leandroferreira.mg.gov.br/).

1.2.1-Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário da cidade de Brasília/DF.

1.3-A contratação dos candidatos aprovados, nos moldes do presente Edital, obedecida a ordem de classificação, observará o surgimento de vagas que surgidas no prazo de validade do presente Processo Seletivo.

1.3.1-Nos moldes do subitem anterior, a habilitação no presente Processo Seletivo não assegura ao candidato o ingresso imediato ao quadro de servidores municipais, mas sim a expectativa de contratação, de acordo com as necessidades da Administração Pública e respeitada a ordem de classificação final.

1.3.2-O Processo Seletivo visa preenchimento de vagas futuras ou necessidades especiais, sendo que a reserva de vagas para pessoas deficientes observará, quando da convocação para o preenchimento de vagas futuras, o percentual mínimo previsto em lei.

1.4-São os anexos deste Edital:

ANEXO I – Cronograma de Atividades.
ANEXO II – Formulário de Inscrição.
ANEXO III – Atribuições dos cargos e Número de vagas.
ANEXO IV - Ficha de Interposição de Recurso.

1.4.1-As atribuições, quantidade de vagas, requisitos para ingresso, carga horária de trabalho e, remunerações contam no Anexo III que integra o Presente Edital.

02-DA VIGÊNCIA

O presente Processo Seletivo terá prazo de 12 (Doze) meses de duração, a partir de sua homologação/publicação, podendo ser prorrogado por igual período ou revogado, em razão de realização de concurso público.

03-DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

3.1-Os contratos, quando formalizados, serão celebrados com o Município de Leandro Ferreira/MG em conformidade com o inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, c/c a Lei Municipal nº 450 de 20 de fevereiro de 1997.

3.2-O Regime Previdenciário será o Regime Geral de Previdência Social.

3.3-Os (as) candidatos (as) classificados/aprovados (as) convocados (as) para contratação **não** integrarão o quadro permanente de pessoal do Poder Executivo Municipal.

3.4-Sobre o valor total da remuneração, incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

04-DA INSCRIÇÃO

4.1-Antes de formalizar sua inscrição, o candidato deverá observar, atentamente, as prescrições deste Edital, certificando-se de que preenche ou preencherá, até a data da convocação, todos os requisitos exigidos para a contratação no respectivo cargo.

4.2-As inscrições serão recebidas e processadas **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico através do e-mail: juridico@leandroferreira.mg.gov.br

4.2.3-Para as pessoas que não possuam acesso à internet assegura-se a inscrição **PRESENCIAL**, por meio de protocolo na sede da Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira, situada a Praça Bom Despacho nº 50, Centro, nos termos do item 4.3.

4.3-**Para inscrição ser válida o Formulário de Inscrição (Anexo II) e cópia reprográfica do documento de identidade do candidato e comprovante de endereço, juntamente com seus títulos, aos quais deverão ser devidamente preenchidos e encaminhados em um *único e-mail*, entre o período de 03 (três) de fevereiro a 13 (treze) de fevereiro de 2026, de 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 15h00min.**

4.3.1-O envio dos títulos deverá ser feito junto a inscrição, em e-mail único ou no ato de entrega da inscrição, em caso de protocolo presencial. **O envio de documentos e títulos posterior ao prazo indicado neste edital importa em não conhecimento e validade, os quais não serão objeto de análise para fins de seleção**.

4.4-**Para fins dos subitens anteriores, o prazo de encerramento das inscrições dar-se-á até às 15:00 horas** do dia 13 de fevereiro de 2026, sendo que os formulários encaminhados após o citado horário não serão processados.

4.5-A participação no presente Processo Seletivo Simplificado está isenta do pagamento de taxa de inscrição.
4.6-O candidato cuja inscrição resultar válida (documentação completa, enviada no prazo estipulado e cumprimento das determinações deste edital), será avaliado mediante Comprovação de Títulos e Experiência, nos moldes do **ITEM 5**.

4.7-O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará por eventual falha no envio da documentação pelo candidato, devendo este certificar-se do encaminhamento correto de todos os documentos mencionados na ficha de inscrição.

05-COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS E DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

5.1-Os títulos e documentos que comprovem a experiência profissional do candidato deverão ser entregues **nos mesmos moldes da inscrição conforme o item 4 do presente Edital.**

5.2-A etapa em que consiste a Comprovação de Títulos e Experiência Profissional Por Tempo de Serviço é de caráter classificatório, onde os candidatos serão classificados em ordem crescente conforme a pontuação disposta ao item 5.4.

5.3-A Comprovação de Títulos e Experiência Profissional Por Tempo de Serviço, compreenderá em análise dos documentos apresentados pela Comissão de Seleção, baseando-se no item 5.4, para realizar a classificação dos candidatos em até 100 (Cem) pontos.

5.4-A pontuação para Comprovação de Títulos e Experiência Profissional Por Tempo de Serviço, deverá ser avaliada conforme as seguintes tabelas:

PONTUAÇÃO CARGO DE MEIO OFICIAL			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Ensino Fundamental Completo		20,00	20,00
Cursos livres na área do cargo pleiteado, com carga horária igual ou superior a 08 horas.		5,00	20,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**40,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), declaração do empregador (com carimbo CNPJ e assinatura legível do emitente com carimbo de identificação do nome) com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	60,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**60,00**

PONTUAÇÃO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
Cursos e Experiências Profissionais		**Pontuação Por Título**	**Pontuação Máxima**
Curso técnico ou equivalente na área do cargo pleiteado, com carga horária igual ou superior a 360 horas e autorizados pelo MEC		40,0	40,0
Cursos na área do cargo pleiteado, com carga horária igual ou superior a 80 horas.		5,00	10,00
Cursos na área de informática, com carga horária igual ou superior a 40 horas.		10,00 **(Se a carga horária for inferior – 5)**	10,00
PONTUAÇÃO TOTAL		-	**60,00**
Experiência Profissional	**Forma de Comprovação**	**Pontuação (por semestre)**	**Pontuação Máxima**
Experiência profissional (remunerada) comprovada na área de atuação correspondente a função pretendida.	CTPS, Contrato de Trabalho (com início e fim), declaração do empregador (com carimbo CNPJ e assinatura legível do emitente com carimbo de identificação do nome) com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período trabalhado.	5,00	40,00
PONTUAÇÃO TOTAL	-	-	**40,00**

5.5-Os títulos informados no momento da inscrição deverão estar legalizados junto aos órgãos competentes e ser comprovados por meio de documentação oficial, sob pena de não serem considerados para a classificação no presente Processo Seletivo Simplificado.

5.6-O tempo trabalhado em mais de um emprego ou cargo, no mesmo período, será considerado tempo paralelo.

06-DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS À COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

6.1-Os candidatos inscritos serão classificados por ordem decrescente de pontos obtidos no item 05.

6.2-Proceder-se-á ao desempate usando o seguinte critério de preferência:
Maior idade.
Maior nota obtida na tabela de Experiência Profissional.
Maior nota obtida na tabela de Cursos e Experiências Profissionais.

6.3-Persistindo o empate será realizado sorteio público em data a ser publicada posteriormente.

6.4-A classificação provisória será publicada no dia 19 (dezenove) de fevereiro de 2026, no Diário Oficial e no Site Oficial da Prefeitura Municipal.

07-DA RESERVA DE VAGAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

7.1-É assegurado o direito de se inscrever em Processo Seletivo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, e ela será reservado 10% (dez por cento) do total das vagas a serem preenchidas, de acordo com a legislação em vigor, cujo quantitativo das vagas resultarem em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, mas desde que a fração seja igual ou superior a 0,5 (Cinco décimos).

7.2-Considerando o percentual estabelecido por Lei citado no item 7.1, não haverá reservas de vagas por insuficiência à aplicação do percentual previsto em lei, conforme número de vaga.

08-DOS RECURSOS

8.1-Serão aceitos Recursos com questionamentos sobre a Classificação Provisória, desde que estejam em conformidade com o disposto nos subitens abaixo.

8.1.1-Os questionamentos contidos no Recurso deverão estar fundamentados e apresentados no formulário próprio deste Edital – ANEXO IV.

8.1.2-O recurso deverá ser protocolado pelo candidato junto ao e-mail juridico@leandroferreira.mg.gov.br , **SOMENTE** no dia 20 de fevereiro de 2026, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 14h00min.

8.1.3-Não serão analisados os recursos que não atendam ao subitem 8.1.1. Ou relativos a erros do candidato no preenchimento da inscrição.

8.1.4-Os Recursos serão analisados pela comissão de seleção, a qual emitirá parecer conclusivo. Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela COMISSÃO, o nome do candidato ou nota passará a constar corretamente no rol de selecionados.

09-DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

9.1-Após a análise conclusiva dos Recursos, a Classificação Final será publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, Diário Oficial e no site oficial, no dia 23 de fevereiro de 2026.

9.2-A Comissão de Seleção encaminhará o Processo Seletivo Simplificado - PSS ao Prefeito Municipal, para homologação do resultado final. Após sua homologação, será lançado edital com a classificação geral do (a) candidato (a) classificado (a) e dos aprovados, passando a fluir o prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado (PSS).

9.3-A homologação do resultado final será divulgada através de publicação no site oficial, Diário Oficial dos Municípios (AMM).

10-DA CONVOCAÇÃO

10.1–A convocação para prestação de serviço temporário far-se-á sob critério da Administração Pública Municipal, observados o interesse, a necessidade e a conveniência do serviço público, devendo ser observada, rigorosamente, a classificação final obtida pelos candidatos.

10.2-O candidato convocado deverá apresentar-se à Prefeitura Municipal no prazo máximo de 02 (Dois) dias úteis, a contar da convocação, no Departamento de Recursos Humanos, para celebração do Contrato, munidos da documentação necessária para o ingresso no cargo, documentos estes que serão indicados no ato da convocação.

10.3-O candidato que não se apresentar na data, horário e local estabelecidos será considerado como **desistente** da vaga e, por consequência, determinar-se-á a exclusão do candidato do Processo Seletivo Simplificado, sendo vedada a reinclusão do candidato na fila de espera do processo seletivo.

10.4-Os contratos poderão ser rescindidos unilateralmente a exclusivo critério do Município, operando-se antecipadamente ao verificar-se a investidura efetiva de servidor em decorrência de concurso público.

11-DA DESCLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

11.1. O candidato será desclassificado do processo seletivo, se:

Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata.

Não for localizado em decorrência de apresentar telefone desatualizado, ou errôneo, ou ainda, endereço eletrônico incompleto ou incorreto.

Igualmente será desclassificado o candidato que não retornar, em até 24 horas, o e-mail enviado como tentativa de contato, quando não se obtiver sucesso na tentativa de contato telefônico.

Não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares.

Quando, após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado.

12-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1-A inexatidão das afirmativas e/ou a existência de irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

12.2-Eventuais esclarecimentos poderão ser prestados pela Administração Pública através do endereço eletrônico juridico@leandroferreira.mg.gov.br.

12.3-O ato da inscrição implicará no conhecimento das instruções e legislação pertinente, bem como na aceitação expressa das condições deste processo seletivo.
12.4- Integram o presente Edital os Anexos de I a IV para todos os efeitos legais.

Leandro Ferreira, 02 de fevereiro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ANEXO I
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

DATA	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL
02/02/2026	Publicação de Edital.	Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira/MG –**Diário Oficial e Site Oficial (www.leandroferreira.mg.gov.br)**
03/02/2026 até às 15h de 13/02/2026	Realização das inscrições dos candidatos	Email: "juridico@leandroferreira.mg.gov.br"
19/02/2026	Classificação Provisória	Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira/MG – **Diário Oficial e Site Oficial (www.leandroferreira.mg.gov.br)**
20/02/2026 – até as 15h	Prazo para Interposição de Recursos	Email: "juridico@leandroferreira.mg.gov.br"
23/02/2026	Classificação Definitiva	Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira/MG –**Diário Oficial e Site Oficial (www.leandroferreira.mg.gov.br)**

ANEXO II
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
Nome: _____ Sexo: ( )F ( )M
Nascimento ____/____/____ CARGO PRETENDIDO: _____
Filiação _____
_____
Identidade/RG nº _____ Órgão Emissor:_____ Data ___/___/___
CPF Nº _____
Nível de Escolaridade: _____
Endereço Residencial: _____, Nº _____,
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP:_____
Tel. Residencial: (___) _____-_____ Celular. (___) _____-_____
Tel. Contato: (___) _____-_____ E-mail: _____

Portador de Deficiência? ( ) Não ( ) Sim (Especificar): _____
Necessita de Atendimento Especial? ( ) Não ( ) Sim (Especificar): _____

_____

Declaração: Declaro, sob as penas da lei, que me responsabilizo pela veracidade das informações aqui prestadas e que atendo às condições exigidas para minha inscrição, especialmente as constantes do Anexo III do Edital nº 002/2026. Submeto-me as condições estabelecidas, as quais afirmo conhecer plenamente.

_____
Local e data, Assinatura
PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE INSCRIÇÃO:

Comprovante de inscrição nº _____	
Nome:	**Cargo:**
Em / / ás : hr - Responsável pela inscrição:	

ANEXO III
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

DESCRIÇÃO DO CARGO DE MEIO OFICIAL

Vagas: 01 (para o povoado de Moinhos) + Formação de Cadastro Reserva
Remuneração: R$ 1985,14
Carga horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Atribuições do cargo: Executar tarefas complexas dentro do Setor de Serviços Urbanos e Obras Públicas; Manter e conservar as estradas do município; Auxiliar o pedreiro em construções de obras públicas; Cuidar e zelar por praças e jardins, irrigando plantas, podando e plantando; Ter noções de normas de segurança, higiene e medicina do trabalho; Conhecer as ferramentas e equipamentos necessários ao exercício de suas atividades; Havendo necessidade, exercerá tarefas de gari e/ou operários; Exercer outras atividades afetas ao cargo; Atender um mínimo de 44:00 horas semanais; e, Executar outras tarefas correlatas a critério do superior imediato.
Requisitos: Formação em nível de ensino fundamental incompleto.

DESCRIÇÃO DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Vagas: 01 (uma) vaga + Formação de Cadastro Reserva
Remuneração: R$3.022,73 (já com o complemento do piso)
Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais.

Atribuições do cargo:
Execução de atividades privativas do profissional em nível técnico de enfermagem dispostas em lei federal e em leis municipais. Execução de atividades e serviços em nível de técnico de enfermagem no âmbito do Município sob supervisão e orientação do profissional da enfermagem. Promover execução de atividades de nível técnico em colaboração com os profissionais de saúde que atuam no âmbito da saúde no Município. Execução de atividades de apoio técnico para atendimento a pacientes em clínica, postos de saúde, ambulatórios e demais unidades de atendimento no Município. Contribuir para a implementação de ações de promoção de saúde no Município. Prestação de auxílio técnico para o controle e implementação de ações relacionadas à enfermagem no âmbito do Município. Integrar equipes multidisciplinares para o exercício de atividades de enfermagem na área de saúde do Município. Prestar apoio técnico para elaboração de laudo técnico na área de enfermagem. Execução de atividades em nível técnico comuns ao cargo de técnico em enfermagem existentes ou a serem criadas em qualquer tempo.
Requisitos: Ensino Médio Completo; Habilitação em Técnico em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

ANEXO IV
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

MODELO DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

CANDIDATO (A): _____

Nº DO CPF:_____ **IDENTIDADE Nº**: _____

FUNDAMENTAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA (nos moldes do item 8 e subitens do Edital de Abertura):

_____

, de de 2026.

Nome e Assinatura

Publicado por:
Rodrigo de Cassio Martins Rabelo da Cruz
Código Identificador:0B19D0C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 002/2026 - RESULTADO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO-DEFERIDA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 002/2026
RESULTADO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO-DEFERIDA

Em face ao recebimento das Defesas de Autuações, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Artigo 9°, ficam os proprietários dos veiculos abaixo notificados com resultado DEFERIDA, que por força de Acolhimento das razões de Defesa apresentadas os seguintes autos foram cancelados e seus registros arquivados.

N. Auto	Processo	Situação Processo	Data Protocolo	Cometimento	Placa	Uf	Infração
AG07187694	000008331012026	Deferida	05/01/2026	05/12/2025	OWQ6G89	MG	5819/1
GB00004171	000008081122025	Deferida	29/12/2025	13/11/2025	OWS6D60	MG	5819/1
GB00004250	000008951012026	Deferida	19/01/2026	16/12/2025	TXC4G71	MG	7625/2
GB00005228	000008531012026	Deferida	09/01/2026	04/11/2025	GUT3495	MG	5541/2
GB00005406	000008361012026	Deferida	06/01/2026	05/12/2025	JGS8C97	MG	6050/2
OC03476869	000008921012026	Deferida	15/01/2026	17/11/2025	PWD7905	MG	5541/2
OC03504643	000008351012026	Deferida	06/01/2026	01/12/2025	HMF5941	MG	5541/2
OC03506844	000008151122025	Deferida	27/12/2025	01/12/2025	HDO3F85	MG	5541/2
OC03509006	000008541012026	Deferida	09/01/2026	02/12/2025	GUT3495	MG	5541/2
OC03509016	000008381012026	Deferida	06/01/2026	02/12/2025	GBS5G93	MG	5541/2
OC03516549	000008551012026	Deferida	09/01/2026	05/12/2025	HMW8D41	MG	5541/2

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:70ECC90D

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 002/2026 RESULTADO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO-INDEFERIDA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO - 002/2026
RESULTADO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO-INDEFERIDA

Em face ao recebimento das Defesas de Autuações, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Artigo 9°, ficam os proprietários dos veiculos abaixo notificados com resultado INDEFERIDA, que por força do Não Acolhimento das razões de Defesa apresentadas, os seguintes processos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade.

N. Auto	Processo	Situação Processo	Data Protocolo	Cometimento	Placa	Uf	Infração
AG02058894	000008511012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2
AG02058895	000008611012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2
AG02058896	000008451012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2

AG02058897	000008481012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2
AG02058898	000008461012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	5738/0
AG02058900	000008491012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2
AG07188502	000008171122025	Indeferida	23/12/2025	03/11/2025	SSO6D52	MG	7617/1
AG07188505	000008371012026	Indeferida	07/01/2026	08/11/2025	JGN5318	MG	6530/0
AG07188601	000008311012026	Indeferida	05/01/2026	03/12/2025	HLY5D44	MG	5452/5
AG07188744	000008471012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2
AG07188745	000008441012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2
AG07188746	000008501012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	6050/2
AG07188748	000008431012026	Indeferida	15/12/2025	18/10/2025	HHN5131	MG	7617/3
AG07188796	000008131122025	Indeferida	29/12/2025	03/11/2025	PYH1G70	MG	5207/0
AG07188797	000008091122025	Indeferida	29/12/2025	03/11/2025	PYH1G70	MG	5762/0
AG07188800	000008161122025	Indeferida	29/12/2025	03/11/2025	PYH1G70	MG	7617/1
GB00003330	000008051122025	Indeferida	22/12/2025	06/11/2025	HKZ3D55	MG	5185/1
GB00004176	000007991122025	Indeferida	16/12/2025	10/11/2025	HHS0J42	MG	7633/2
GB00004216	000008121122025	Indeferida	29/12/2025	10/11/2025	BYA5F03	MG	5568/0
GB00004249	000008961012026	Indeferida	19/01/2026	16/12/2025	TXC4G71	MG	5460/0
GB00004395	000008101122025	Indeferida	29/12/2025	14/11/2025	PXS0E07	MG	6130/0
GB00004397	000008391012026	Indeferida	07/01/2026	14/11/2025	JIV6A23	MG	6050/2
GB00004891	000008021122025	Indeferida	19/12/2025	11/11/2025	RNZ4I45	MG	6050/1
GB00004950	000008031122025	Indeferida	19/12/2025	02/12/2025	RMY0B95	MG	6564/0
GB00004964	000008621012026	Indeferida	13/01/2026	02/12/2025	RNR5I23	MG	5819/1
GB00004979	000008571012026	Indeferida	09/01/2026	11/12/2025	OXK4092	MG	6947/1
GB00005131	000007971122025	Indeferida	18/12/2025	05/11/2025	HJW6J18	MG	5541/2
GB00005407	000008581012026	Indeferida	12/01/2026	05/12/2025	HAZ0503	MG	6050/2
GB00005512	000008941012026	Indeferida	19/01/2026	04/12/2025	OVP5I92	MG	7633/2
GB00005557	000008591012026	Indeferida	12/01/2026	25/11/2025	OMG1A38	MG	7633/2
GB00005586	000008561012026	Indeferida	09/01/2026	10/12/2025	OXK4092	MG	7633/2
GB00005963	000008631012026	Indeferida	13/01/2026	23/12/2025	HEQ7427	MG	5193/0
GB00006252	000008321012026	Indeferida	05/01/2026	21/12/2025	RUD8F62	MG	5541/3
OC03469204	000007921122025	Indeferida	16/12/2025	12/11/2025	GXE0479	MG	5541/2
OC03504131	000008141122025	Indeferida	29/12/2025	01/12/2025	PWR5A40	MG	5541/2
OC03504491	000008521012026	Indeferida	09/01/2026	01/12/2025	HAZ0554	MG	5541/2
OC03505706	000008111122025	Indeferida	29/12/2025	01/12/2025	HLC3C82	MG	5541/2
OC03534972	000008601012026	Indeferida	12/01/2026	12/12/2025	SIM1D14	MG	5541/2

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:D71FA763

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE-MG - ESPORTE E LAZER - 3ª CONVOCAÇÃO PSS EDITAL Nº. 08/2026 - RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO 02 DA 3ª CONVOCAÇÃO DO EDITAL 08/2026 SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER- EDITAL NORMATIVO N° 08/2026 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.
O Município de Vazante, Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer torna pública a Retificação 02 da 3ª convocação do edital de processo seletivo simplificado 08/2026, publicado em 22/01/ 2026, Edição 4197, de que passa a vigorar com a seguinte alteração:

Fica incluído no edital o cargo de Motorista de Apoio as Administração

COLOCAÇÃO	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	CÓDIGO	CARGO	ESPECIALIDADE	LOCAL AREA DE ATUAÇAO
14	JONY JOSÉ LUIZ OLIVEIRA	12/01/1985	08-002	AGENTE DE APOIO DA ADMINISTRAÇÃO 1	Zelador	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer- Cidade Nova II

2– Ficam mantidas em inteiro teor as demais cláusulas da 3ª convocação do Edital de Processo Seletivo Simplificado 08/2028, da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer.

Vazante, 30 de janeiro de 2026.

ISAUL FERNANDO DINIZ RODRIGUES
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Publicado por:
Eliete Aparecida de Oliveira Nunes
Código Identificador:D8BBB835

ESTADO DE MINAS GERAIS
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RETIFICADO

Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RETIFICADO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto - RETIFICADO

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	290.682.010,60
Receita Corrente Líquida Ajustada	281.677.251,60

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.898.836,06	1,74
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.900.635,10	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	16.055.603,35	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	15.210.571,59	5,40

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

NOTA: Publicação de RGF retificado em substituição ao anteriormente divulgado no dia 05 de setembro de 2025, em razão de correção dos valores da Receita Corrente Líquida, Receita Corrente Líquida Ajustada e Percentual sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada sobre as Despesas com Pessoal, permanecendo inalteradas as demais informaçãoes.

Publicado por:
Regia Vitoria da Costa
Código Identificador:6DFCB98D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELO - MG (PODER EXECUTIVO) ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL CNPJ: EXERCÍCIO: 2025
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 3º QUADRIMESTRE

	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Curvelo - MG (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.615.455,68	11.474.007,63	11.869.185,91	12.227.411,51	12.194.893,05	17.141.124,76	12.971.170,95	12.606.452,84	12.869.003,41	13.008.333,14	12.838.754,53	20.826.205,32	161.641.998,73	288.196,67
Pessoal Ativo	11.381.679,35	11.166.176,00	11.529.716,03	11.729.735,18	11.706.276,72	16.524.736,99	12.472.414,62	12.097.818,66	12.361.822,52	12.461.965,89	12.231.052,43	20.225.158,17	155.888.552,56	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.118.902,35	9.897.567,04	10.208.056,76	10.403.570,25	10.374.178,71	15.104.596,77	11.055.567,07	10.710.892,56	10.956.309,24	11.051.610,78	10.839.038,84	17.452.037,29	138.172.327,66	
Obrigações Patronais	1.262.777,00	1.268.608,96	1.321.659,27	1.326.164,93	1.332.098,01	1.420.140,22	1.416.847,55	1.386.926,10	1.405.513,28	1.410.355,11	1.392.013,59	2.773.120,88	17.716.224,90	
Pessoal Inativo e Pensionistas	233.776,33	233.776,33	233.776,33	233.776,33	233.776,33	348.527,77	233.776,33	244.584,18	235.150,89	228.749,20	224.811,88	327.190,48	3.011.672,38	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	172.146,96	172.146,96	172.146,96	172.146,96	172.146,96	256.083,69	172.146,96	182.954,81	173.521,52	167.119,83	163.182,51	238.428,26	2.214.172,38	
Pensões	61.629,37	61.629,37	61.629,37	61.629,37	61.629,37	92.444,08	61.629,37	61.629,37	61.629,37	61.629,37	61.629,37	88.762,22	797.500,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		74.055,30	105.693,55	263.900,00	254.840,00	267.860,00	264.980,00	264.050,00	272.030,00	317.618,05	382.890,22	273.856,67	2.741.773,79	288.196,67
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	922.932,60	716.044,49	667.998,12	760.955,37	907.957,44	1.112.872,46	829.450,77	616.620,08	684.970,74	912.719,82	752.722,32	940.814,75	9.826.058,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	413.124,72	170.864,91	33.390,44	163.850,34	76.230,55	165.069,33	159.917,27	36.231,62	142.674,78	189.139,45	73.795,03	111.544,91	1.735.833,35	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	502.298,84	545.179,58	591.969,18	545.105,03	583.030,92	873.080,20	562.317,45	523.573,49	542.295,96	550.722,00	591.857,89	750.139,66	7.161.570,20	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	7.509,04		42.638,50	52.000,00	248.695,97	74.722,93	107.216,05	56.814,97		172.858,37	87.069,40	79.130,18	928.655,41	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.692.523,08	10.757.963,14	11.201.187,79	11.466.456,14	11.286.935,61	16.028.252,30	12.141.720,18	11.989.832,76	12.184.032,67	12.095.613,32	12.086.032,21	19.885.390,57	151.815.939,77	288.196,67

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	408.509.622,02	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	3.350.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	212.000,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	7.070.844,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	397.876.778,02	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	152.104.136,44	38,23
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	214.853.460,13	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	204.110.787,12	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	193.368.114,12	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP		
	Exercício de Descumprimento do Limite	Exercício do Primeiro Período Seguinte	Exercício do Segundo Período Seguinte
	No Quadrimestre/Semestre	Primeiro Período Seguinte	Segundo Período Seguinte

	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	**Percentual**
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (X) (%)	
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)	
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	**Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)**											
	2021	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)												
% DTP (VI / V)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO RIO DAS VELHAS

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	**Despesa Executada com Pessoal**			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**		
		LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**	**TOTAL (c = a + b)**
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º art. 18 da LRF)				
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
Outras Deduções Constitucionais ou Legais				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)				

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.715.460,18	5.836.867,62	4.953.692,88	5.140.113,34
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.695.176,60	5.816.584,04	4.933.409,30	5.140.113,34
Empréstimos	6.598.906,52	16.800,92	8.399,68	0,00
Internos	6.598.906,52	16.800,92	8.399,68	
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	96.270,08	5.799.783,12	4.925.009,62	5.140.113,34
Internos	96.270,08	5.799.783,12	4.925.009,62	5.140.113,34
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	20.283,58	20.283,58	20.283,58	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	211.782.528,94	245.945.078,08	239.867.597,11	229.113.578,74
Disponibilidade de Caixa	211.782.528,94	245.945.078,08	239.867.597,11	229.113.578,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	213.584.791,96	249.768.413,15	242.670.304,18	237.823.842,76
(-) Restos a Pagar Processados	125.488,35	1.802.470,52	568.575,67	6.355.687,23
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.676.774,67	2.020.864,55	2.234.131,40	2.354.576,79
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-205.067.068,76	-240.108.210,46	-234.913.904,23	-223.973.465,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	385.316.484,03	397.918.535,89	396.702.883,42	408.509.622,02
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.950.000,00	5.450.000,00	3.050.000,00	3.350.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	382.366.484,03	392.468.535,89	393.652.883,42	405.159.622,02
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	1,76	1,49	1,26	1,27
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-53,63	-61,18	-59,68	-55,28
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	458.839.780,84	470.962.243,07	472.383.460,10	486.191.546,42
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	412.955.802,75	423.866.018,76	425.145.114,09	437.572.391,78
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	48.021.615,75	27.806.460,59	22.647.421,13	51.253.470,85
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	385.316.484,03	397.918.535,89	396.702.883,42	408.509.622,02
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	2.950.000,00	5.450.000,00	3.050.000,00	3.350.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	382.366.484,03	392.468.535,89	393.652.883,42	405.159.622,02
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	84.120.626,49	86.343.077,90	86.603.634,35	89.135.116,84
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	75.708.563,84	77.708.770,11	77.943.270,92	80.221.605,16
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	408.509.622,02	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	3.350.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	405.159.622,02	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	64.825.539,52	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	58.342.985,57	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	28.361.173,54	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar	Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar									
	Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar									
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	103.827.996,27	445.078,65	4.572.564,35	9.059.306,10	796.241,82	0,00	88.954.805,35	16.092.164,36	0,00	72.862.640,99
Recursos Não Vinculados de Impostos	93.886.200,49	441.496,65	4.416.849,56	8.863.861,69	758.930,43		79.405.062,16	13.840.946,79		65.564.115,37
Outros Recursos não Vinculados	9.941.795,78	3.582,00	155.714,79	195.444,41	37.311,39		9.549.743,19	2.251.217,57		7.298.525,62
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	123.439.674,53	12.241,91	1.362.174,08	3.178.384,28	1.162.623,11	0,00	117.724.251,15	23.200.522,11	0,00	94.523.729,04
Recursos Vinculados à Educação	13.132.619,39	11.476,59	500.166,86	1.805.836,56	646.404,76	0,00	10.168.734,62	7.813.069,07	0,00	2.355.665,55
Transferências do FUNDEB	6.377.947,35	11.165,29	445.191,05	11.754,00	644.524,94		5.265.312,07	1.006.037,29		4.259.274,78
Outros Recursos Vinculados à Educação	6.754.672,04	311,30	54.975,81	1.794.082,56	1.879,82		4.903.422,55	6.807.031,78		-1.903.609,23
Recursos Vinculados à Saúde	65.399.326,52	670,00	805.435,34	1.162.574,18	503.535,93	0,00	62.927.111,07	13.330.369,59	0,00	49.596.741,48
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	40.495.068,42	670,00	799.047,56	40.277,11	495.498,14		39.159.575,61	11.681.370,08		27.478.205,53
Outros Recursos Vinculados à Saúde	24.904.258,10		6.387,78	1.122.297,07	8.037,79		23.767.535,46	1.648.999,51		22.118.535,95
Recursos Vinculados à Assistência Social	1.089.004,33		12.875,46	7.000,54	12.377,33		1.056.751,00	194.930,58		861.820,42
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)							0,00			0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	29.192.100,16	0,00	0,00	202.973,00	305,09	0,00	28.988.822,07	1.221.426,17	0,00	27.767.395,90
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	1.409.520,78			75.183,00	305,09		1.334.032,69	58.163,02		1.275.869,67
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	27.782.579,38			127.790,00			27.654.789,38	1.163.263,15		26.491.526,23
Demais Vinculações Legais	13.237.318,47	95,32	43.696,42	0,00	0,00	0,00	13.193.526,73	539.526,70	0,00	12.654.000,03
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	35.325,76						35.325,76			35.325,76
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	619.742,71						619.742,71			619.742,71
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)							0,00			0,00
Outras Vinculações Legais	12.582.250,00	95,32	43.696,42				12.538.458,26	539.526,70		11.998.931,56
Recursos Extraorçamentários							0,00			0,00
Outras Vinculações	1.389.305,66						1.389.305,66	101.200,00		1.288.105,66
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)							0,00			0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)							0,00			0,00

Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração							0,00			0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	227.267.670,80	457.320,56	5.934.738,43	12.237.690,38	1.958.864,93	0,00	206.679.056,50	39.292.686,47	0,00	167.386.370,03

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	**Valor Até o Quadrimestre**
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	408.509.622,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	405.159.622,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	397.876.778,02

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	**Valor Realizado no Período**	
	VALOR	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	152.104.136,44	38,23
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	214.853.460,13	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	204.110.787,12	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	193.368.114,12	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	**Comparativo do Saldo da Dívida**	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-223.973.465,40	-55,28
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	486.191.539,20	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	**Comparativo do Saldo de Garantia**	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	89.135.116,84	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	**Valor Realizado no Período**	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	64.825.539,52	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	28.361.173,54	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	39.292.686,47	167.386.370,03

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JACQUELINE DE FATIMA NASCIMENTO FARINHA FRANCA:92189172691 Date: 2026.01.29 17:35:38 BRT
Reason: Perfil: Contador Responsável
Location: Instituição: Prefeitura Municipal de Curvelo - MG
Assinatura: 2

Digitally signed by LUIZ PAULO GLORIA GUIMARAES:08856929694 Date: 2026.01.29 17:49:18 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Executivo
Location: Instituição: Prefeitura Municipal de Curvelo - MG
Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:D9E1D744

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELO - MG (PODER EXECUTIVO) ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CNPJ: EXERCÍCIO: 2025 PERÍODO DE REFERÊNCIA: 6º BIMES

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Curvelo - MG (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	413.494.000,00	419.806.107,91	70.338.017,55	16,75	413.403.183,24	98,47	6.402.924,67
RECEITAS CORRENTES	401.594.000,00	406.953.857,91	69.538.225,53	17,09	408.509.622,02	100,38	-1.555.764,11
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	81.260.000,00	81.260.000,00	11.543.974,17	14,21	71.604.137,36	88,12	9.655.862,64
Impostos	73.184.000,00	73.184.000,00	10.990.982,56	15,02	66.087.209,12	90,30	7.096.790,88
Taxas	8.076.000,00	8.076.000,00	552.991,61	6,85	5.516.928,24	68,31	2.559.071,76
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	10.435.000,00	10.435.000,00	1.524.371,44	14,61	8.962.058,07	85,88	1.472.941,93
Contribuições Sociais							0,00
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.435.000,00	10.435.000,00	1.524.371,44	14,61	8.962.058,07	85,88	1.472.941,93
RECEITA PATRIMONIAL	16.067.500,00	16.095.558,91	4.272.223,94	26,54	24.958.406,88	155,06	-8.862.847,97
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	94.000,00	94.000,00	19.808,10	21,07	73.564,83	78,26	20.435,17
Valores Mobiliários	15.973.500,00	16.001.558,91	4.252.415,84	26,58	24.884.842,05	155,52	-8.883.283,14
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	497.000,00	497.000,00	53.281,80	10,72	641.442,41	129,06	-144.442,41
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços	497.000,00	497.000,00	53.281,80	10,72	641.442,41	129,06	-144.442,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	291.430.000,00	296.761.799,00	51.204.427,17	17,25	298.198.560,46	100,48	-1.436.761,46
Transferências da União e de suas Entidades	161.263.000,00	164.363.000,00	32.306.438,17	19,66	165.120.028,60	100,46	-757.028,60
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	74.885.000,00	77.116.799,00	9.127.137,94	11,84	76.299.492,46	98,94	817.306,54
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas	428.000,00	428.000,00		0,00	81.500,00	19,04	346.500,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	54.254.000,00	54.254.000,00	9.748.039,06	17,97	55.965.060,24	103,15	-1.711.060,24
Transferências do Exterior	600.000,00	600.000,00		0,00	596.000,00	99,33	4.000,00
Demais Transferências Correntes			22.812,00		136.479,16		-136.479,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.904.500,00	1.904.500,00	939.947,01	49,35	4.145.016,84	217,64	-2.240.516,84
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	504.500,00	504.500,00	1.181,73	0,23	10.017,19	1,99	494.482,81
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.400.000,00	1.400.000,00	931.444,88	66,53	4.096.867,20	292,63	-2.696.867,20
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							0,00
Demais Receitas Correntes			7.320,40		38.132,45		-38.132,45

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	11.900.000,00	12.852.250,00	799.792,02	6,22	4.893.561,22	38,08	7.958.688,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.900.000,00	12.852.250,00	799.792,02	6,22	4.893.561,22	38,08	7.958.688,78
Transferências da União e de suas Entidades	4.000.000,00	4.000.000,00	464.974,00	11,62	464.974,00	11,62	3.535.026,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.900.000,00	8.852.250,00	334.818,02	3,78	4.428.587,22	50,03	4.423.662,78
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Demais Transferências de Capital							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	413.494.000,00	419.806.107,91	70.338.017,55	16,75	413.403.183,24	98,47	6.402.924,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	413.494.000,00	419.806.107,91	70.338.017,55	16,75	413.403.183,24	98,47	6.402.924,67
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	413.494.000,00	419.806.107,91	70.338.017,55	16,75	413.403.183,24	98,47	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		67.992.690,97			67.992.690,97		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		67.992.690,97			67.992.690,97		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	413.494.000,00	487.794.798,88	53.422.332,94	402.135.891,14	85.658.907,74	76.325.542,27	362.400.173,51	125.394.625,37	356.358.619,50	39.735.717,63

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	359.385.400,00	412.639.949,70	44.702.040,14	363.422.225,41	49.217.724,29	71.229.680,57	342.592.686,11	70.047.263,59	338.453.279,13	20.829.539,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	158.434.560,00	178.227.390,50	29.298.793,54	167.734.428,28	10.492.962,22	34.846.197,42	167.734.428,28	10.492.962,22	166.152.851,27	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.500.000,00	1.500.000,00	-66.379,56	1.138.620,44	361.379,56	177.282,43	1.138.620,44	361.379,56	1.138.620,44	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.450.840,00	232.912.559,20	15.469.626,16	194.549.176,69	38.363.382,51	36.206.200,72	173.719.637,39	59.192.921,81	171.161.807,42	20.829.539,30
DESPESAS DE CAPITAL	53.693.600,00	74.739.849,18	8.720.292,80	38.713.665,73	36.026.183,45	5.095.861,70	19.807.487,40	54.932.361,78	17.905.340,37	18.906.178,33
INVESTIMENTOS	52.093.600,00	73.139.849,18	8.720.292,80	37.163.076,73	35.976.772,45	4.837.430,20	18.256.898,40	54.882.950,78	16.354.751,37	18.906.178,33
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.600.000,00	1.600.000,00		1.550.589,00	49.411,00	258.431,50	1.550.589,00	49.411,00	1.550.589,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	415.000,00	415.000,00			415.000,00			415.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	413.494.000,00	487.794.798,88	53.422.332,94	402.135.891,14	85.658.907,74	76.325.542,27	362.400.173,51	125.394.625,37	356.358.619,50	39.735.717,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	413.494.000,00	487.794.798,88	53.422.332,94	402.135.891,14	85.658.907,74	76.325.542,27	362.400.173,51	125.394.625,37	356.358.619,50	39.735.717,63

SUPERÁVIT (XIII)				11.267.292,10			51.003.009,73		57.044.563,74	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	413.494.000,00	487.794.798,88	53.422.332,94	413.403.183,24		76.325.542,27	413.403.183,24		413.403.183,24	39.735.717,63
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

Receitas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Receita Intra-Orçamentária**						
	PREVISÃO INICIAL	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	**Estágios da Despesa Intra-Orçamentária**									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)**	**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	413.494.000,00	487.798.798,88	53.422.332,94	402.135.891,14	100,00	85.662.907,74	76.325.542,27	362.400.173,51	100,00	125.398.625,37	39.735.717,63
Legislativa	15.150.000,00	15.150.000,00	187.849,12	11.072.888,03	2,75	4.077.111,97	2.211.061,66	10.629.856,87	2,93	4.520.143,13	443.031,16
Ação Legislativa	5.692.000,00	5.677.000,00	64.051,78	3.816.333,20	0,95	1.860.666,80	889.433,91	3.759.239,45	1,04	1.917.760,55	57.093,75
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU01 - Administração Geral	9.458.000,00	9.473.000,00	123.797,34	7.256.554,83	1,80	2.216.445,17	1.321.627,75	6.870.617,42	1,90	2.602.382,58	385.937,41

FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração	63.440.500,00	70.141.742,96	9.549.067,20	56.424.351,01	14,03	13.717.391,95	12.896.838,62	54.377.323,11	15,00	15.764.419,85	2.047.027,90
Planejamento e Orçamento	1.130.700,00	862.200,00	114.518,08	770.082,61	0,19	92.117,39	158.271,77	740.138,03	0,20	122.061,97	29.944,58
FU04 - Administração Geral	33.550.700,00	40.222.354,46	5.322.108,94	33.939.223,49	8,44	6.283.130,97	6.785.212,44	33.053.973,11	9,12	7.168.381,35	885.250,38
Administração Financeira	9.473.300,00	9.476.950,00	2.865.584,45	8.991.176,18	2,24	485.773,82	3.605.966,76	8.811.545,46	2,43	665.404,54	179.630,72
Controle Interno	1.209.400,00	1.208.730,00	15.405,25	653.008,71	0,16	555.721,29	123.466,06	652.864,37	0,18	555.865,63	144,34
Normatização e Fiscalização	193.100,00	363.100,00	6.959,76	293.043,00	0,07	70.057,00	37.656,48	196.573,30	0,05	166.526,70	96.469,70
Tecnologia da Informação	445.000,00	315.000,00	2.395,68	178.390,88	0,04	136.609,12	16.801,10	144.724,30	0,04	170.275,70	33.666,58
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	534.400,00	524.400,00	-717,45	76.558,99	0,02	447.841,01	7.558,02	46.219,66	0,01	478.180,34	30.339,33
Administração de Receitas	212.400,00	484.008,50	104.369,10	261.544,62	0,07	222.463,88	32.663,74	152.192,46	0,04	331.816,04	109.352,16
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	644.500,00	739.537,90	22.574,58	479.656,75	0,12	259.881,15	75.351,15	450.044,19	0,12	289.493,71	29.612,56
FU04 - Demais Subfunções	16.047.000,00	15.945.462,10	1.095.868,81	10.781.665,78	2,68	5.163.796,32	2.053.891,10	10.129.048,23	2,79	5.816.413,87	652.617,55
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência Social	16.132.800,00	24.099.989,30	3.775.635,84	14.784.784,39	3,68	9.315.204,91	3.990.224,55	13.858.399,79	3,82	10.241.589,51	926.384,60
Assistência ao Idoso	502.000,00	2.905.052,16	21.084,00	515.436,54	0,13	2.389.615,62	43.756,94	487.266,54	0,13	2.417.785,62	28.170,00
Assistência à Pessoa com Deficiência	608.000,00	977.309,38	156.600,00	850.600,00	0,21	126.709,38	335.766,66	811.766,66	0,22	165.542,72	38.833,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	300.500,00	4.044.434,50	41.889,21	1.590.201,04	0,40	2.454.233,46	54.596,67	1.476.366,08	0,41	2.568.068,42	113.834,96
Assistência Comunitária	1.575.900,00	1.411.332,16	246.786,84	978.534,64	0,24	432.797,52	279.252,13	766.935,70	0,21	644.396,46	211.598,94

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU08 - Administração Geral	4.732.900,00	5.269.376,06	622.841,20	3.756.531,60	0,93	1.512.844,46	745.615,60	3.685.396,69	1,02	1.583.979,37	71.134,91
FU08 - Demais Subfunções	8.413.500,00	9.492.485,04	2.686.434,59	7.093.480,57	1,76	2.399.004,47	2.531.236,55	6.630.668,12	1,83	2.861.816,92	462.812,45
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

Saúde	164.821.700,00	200.850.530,89	17.049.259,26	165.611.910,06	41,18	35.238.620,83	28.737.346,71	148.977.396,21	41,11	51.873.134,68	16.634.513,85
Atenção Básica	24.772.900,00	41.407.683,55	7.382.279,52	33.167.397,60	8,25	8.240.285,95	6.334.528,01	30.286.281,84	8,36	11.121.401,71	2.881.115,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	121.574.560,00	136.244.055,54	6.674.540,19	116.527.120,44	28,98	19.716.935,10	19.415.083,68	104.170.363,42	28,74	32.073.692,12	12.356.757,02
Suporte Profilático e Terapêutico	2.620.200,00	3.677.803,09	652.212,32	2.469.586,12	0,61	1.208.216,97	463.913,46	1.640.936,39	0,45	2.036.866,70	828.649,73
Vigilância Sanitária	818.900,00	893.412,94	110.681,02	595.899,11	0,15	297.513,83	158.392,99	586.105,21	0,16	307.307,73	9.793,90
Vigilância Epidemiológica	7.805.640,00	10.765.776,03	1.022.757,92	5.543.944,27	1,38	5.221.831,76	1.027.982,40	5.000.751,64	1,38	5.765.024,39	543.192,63
Alimentação e Nutrição	128.000,00	91.000,00	9.787,43	60.493,66	0,02	30.506,34	13.191,69	60.340,90	0,02	30.659,10	152,76
FU10 - Administração Geral	7.101.500,00	7.770.799,74	1.197.000,86	7.247.468,86	1,80	523.330,88	1.324.254,48	7.232.616,81	2,00	538.182,93	14.852,05
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação	103.477.500,00	115.925.552,70	16.675.627,00	110.260.514,81	27,42	5.665.037,89	21.019.211,80	96.092.261,09	26,52	19.833.291,61	14.168.253,72
Ensino Fundamental	48.319.750,00	58.840.878,57	9.859.485,10	56.554.017,50	14,06	2.286.861,07	10.867.538,18	51.314.648,69	14,16	7.526.229,88	5.239.368,81
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ensino Superior					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	30.087.850,00	31.580.586,25	5.117.573,18	30.688.899,58	7,63	891.686,67	7.880.913,07	26.544.236,29	7,32	5.036.349,96	4.144.663,29
Educação de Jovens e Adultos	767.000,00	512.825,07	57.317,44	470.238,19	0,12	42.586,88	67.774,19	470.041,33	0,13	42.783,74	196,86
Educação Especial	2.749.800,00	4.072.503,00	89.483,01	4.022.935,23	1,00	49.567,77	119.384,10	4.022.935,23	1,11	49.567,77	0,00
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU12 - Administração Geral	17.916.600,00	17.113.634,62	1.377.999,89	14.879.005,36	3,70	2.234.629,26	1.928.615,35	10.150.353,05	2,80	6.963.281,57	4.728.652,31
FU12 - Demais Subfunções	3.636.500,00	3.805.125,19	173.768,38	3.645.418,95	0,91	159.706,24	154.986,91	3.590.046,50	0,99	215.078,69	55.372,45
Cultura	3.588.500,00	6.012.571,41	1.919.689,63	4.125.863,91	1,03	1.886.707,50	1.867.642,30	3.976.201,84	1,10	2.036.369,57	149.662,07
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	514.000,00	489.103,49	7.525,89	135.482,68	0,03	353.620,81	43.048,98	115.002,71	0,03	374.100,78	20.479,97
Difusão Cultural	3.074.500,00	5.523.467,92	1.912.163,74	3.990.381,23	0,99	1.533.086,69	1.824.593,32	3.861.199,13	1,07	1.662.268,79	129.182,10
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	522.800,00	534.300,00	36.356,89	247.853,80	0,06	286.446,20	49.910,49	241.500,97	0,07	292.799,03	6.352,83
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	522.800,00	534.300,00	36.356,89	247.853,80	0,06	286.446,20	49.910,49	241.500,97	0,07	292.799,03	6.352,83
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Urbanismo	7.197.400,00	8.320.541,11	1.166.217,10	6.684.905,87	1,66	1.635.635,24	876.453,04	5.078.016,13	1,40	3.242.524,98	1.606.889,74
Infra-Estrutura Urbana	6.501.900,00	7.468.724,33	1.207.664,82	5.993.104,79	1,49	1.475.619,54	742.176,32	4.436.392,92	1,22	3.032.331,41	1.556.711,87
Serviços Urbanos	695.500,00	851.816,78	-41.447,72	691.801,08	0,17	160.015,70	134.276,72	641.623,21	0,18	210.193,57	50.177,87
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU15 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Habitação	11.500,00	1.138.931,66	120.318,77	444.923,56	0,11	694.008,10	17.026,27	202.145,49	0,06	936.786,17	242.778,07
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Habitação Urbana	1.000,00	1.128.431,66	120.318,77	444.923,56	0,11	683.508,10	17.026,27	202.145,49	0,06	926.286,17	242.778,07
FU16 - Administração Geral	10.500,00	10.500,00			0,00	10.500,00			0,00	10.500,00	0,00
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento	5.780.200,00	6.311.644,77	174.658,11	2.997.238,74	0,75	3.314.406,03	368.427,76	2.533.766,10	0,70	3.777.878,67	463.472,64
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.780.200,00	6.311.644,77	174.658,11	2.997.238,74	0,75	3.314.406,03	368.427,76	2.533.766,10	0,70	3.777.878,67	463.472,64
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	395.300,00	1.050.046,25	834.602,76	935.221,42	0,23	114.824,83	609.152,76	701.931,42	0,19	348.114,83	233.290,00

Preservação e Conservação Ambiental	395.300,00	1.050.046,25	834.602,76	935.221,42	0,23	114.824,83	609.152,76	701.931,42	0,19	348.114,83	233.290,00
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.387.600,00	1.383.600,00	264,10	293.104,43	0,07	1.090.495,57	55.087,95	267.645,06	0,07	1.115.954,94	25.459,37
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	5.500,00	1.500,00			0,00	1.500,00			0,00	1.500,00	0,00
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.382.100,00	1.382.100,00	264,10	293.104,43	0,07	1.088.995,57	55.087,95	267.645,06	0,07	1.114.454,94	25.459,37
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU20 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	6.109.800,00	10.818.174,37	83.564,23	7.998.790,69	1,99	2.819.383,68	342.963,47	7.854.790,47	2,17	2.963.383,90	144.000,22
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Turismo	5.435.000,00	9.632.194,48	-16.435,77	7.880.372,83	1,96	1.751.821,65	239.916,89	7.737.895,90	2,14	1.894.298,58	142.476,93
FU23 - Administração Geral	674.800,00	1.185.979,89	100.000,00	118.417,86	0,03	1.067.562,03	103.046,58	116.894,57	0,03	1.069.085,32	1.523,29
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte	12.737.800,00	13.928.481,36	1.294.222,03	11.666.903,86	2,90	2.261.577,50	1.588.818,62	9.419.562,25	2,60	4.508.919,11	2.247.341,61

Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	2.192.000,00	3.201.981,36	327.856,49	2.594.284,21	0,65	607.697,15	340.538,29	2.188.059,73	0,60	1.013.921,63	406.224,48
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Aquaviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU26 - Demais Subfunções	10.545.800,00	10.726.500,00	966.365,54	9.072.619,65	2,26	1.653.880,35	1.248.280,33	7.231.502,52	2,00	3.494.997,48	1.841.117,13
Desporto e Lazer	5.399.600,00	4.608.792,10	435.485,30	1.899.231,96	0,47	2.709.560,14	610.634,65	1.757.645,35	0,49	2.851.146,75	141.586,61
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	5.399.600,00	4.608.792,10	435.485,30	1.899.231,96	0,47	2.709.560,14	610.634,65	1.757.645,35	0,49	2.851.146,75	141.586,61
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	6.926.000,00	7.108.900,00	119.515,60	6.687.404,60	1,66	421.495,40	1.084.741,62	6.431.731,36	1,77	677.168,64	255.673,24
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	3.100.000,00	3.100.000,00	-66.379,56	2.689.209,44	0,67	410.790,56	435.713,93	2.689.209,44	0,74	410.790,56	0,00
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	3.826.000,00	4.008.900,00	185.895,16	3.998.195,16	0,99	10.704,84	649.027,69	3.742.521,92	1,03	266.378,08	255.673,24
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	415.000,00	415.000,00			0,00	415.000,00			0,00	415.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	413.494.000,00	487.798.798,88	53.422.332,94	402.135.891,14	100,00	85.662.907,74	76.325.542,27	362.400.173,51	100,00	125.398.625,37	39.735.717,63

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											

Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											

Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											

Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

Reserva de Contingência												

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	**Evolução da Receita Corrente Líquida**														
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2025**
	<MR-11>	**<MR-10>**	**<MR-9>**	**<MR-8>**	**<MR-7>**	**<MR-6>**	**<MR-5>**	**<MR-4>**	**<MR-3>**	**<MR-2>**	**<MR-1>**	**<MR>**		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	31.028.292,08	45.543.973,69	32.658.997,92	44.112.820,84	38.687.607,40	33.914.622,00	39.378.486,43	32.474.975,20	35.132.465,67	32.069.011,47	31.020.717,99	43.673.784,04		439.695.754,73	436.143.857,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.992.844,49	4.358.759,90	5.878.039,55	12.594.538,02	5.619.293,10	5.511.860,83	6.212.072,84	5.743.853,51	4.828.793,86	5.320.107,09	5.283.999,52	6.259.974,65		71.604.137,36	81.260.000,00
IPTU	418.977,72	906.443,97	2.039.913,66	7.535.765,06	1.625.431,02	1.228.819,12	1.349.757,12	1.088.491,38	1.026.735,48	1.073.740,24	1.069.642,33	1.009.402,18		20.373.119,28	22.904.000,00
ISS	2.192.482,44	2.052.867,71	2.469.768,94	2.244.806,79	2.248.495,59	2.562.478,15	2.692.834,85	2.751.940,91	2.450.356,25	2.512.319,87	2.616.851,96	2.807.712,99		29.602.916,45	34.480.000,00
ITBI	307.659,48	171.862,58	150.337,29	409.705,96	297.795,65	377.751,81	391.322,95	493.874,33	149.758,44	443.348,56	254.612,25	293.988,03		3.742.017,33	4.200.000,00
IRRF	845.436,85	855.574,64	747.023,17	923.449,63	939.620,72	901.655,37	1.258.622,44	1.070.575,85	929.749,79	958.674,78	1.058.608,43	1.880.164,39		12.369.156,06	11.600.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	228.288,00	372.011,00	470.996,49	1.480.810,58	507.950,12	441.156,38	519.535,48	338.971,04	272.193,90	332.023,64	284.284,55	268.707,06		5.516.928,24	8.076.000,00
Contribuições	649.767,31	685.656,52	742.398,15	1.034.001,91	737.534,53	714.607,24	693.097,23	749.782,64	682.751,96	748.089,14	787.753,57	736.617,87		8.962.058,07	10.435.000,00
Receita Patrimonial	1.606.983,10	1.701.264,12	1.713.050,27	1.958.377,64	2.223.004,08	2.115.007,29	2.437.820,74	2.195.811,61	2.307.488,68	2.427.375,41	2.002.938,73	2.269.285,21		24.958.406,88	16.095.558,91
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.604.353,80	1.698.329,04	1.708.621,96	1.954.592,60	2.220.430,91	2.107.914,89	2.431.928,33	2.187.173,99	2.299.271,92	2.419.808,77	1.992.607,69	2.259.578,90		24.884.612,80	16.000.058,91
Outras Receitas Patrimoniais	2.629,30	2.935,08	4.428,31	3.785,04	2.573,17	7.092,40	5.892,41	8.637,62	8.216,76	7.566,64	10.331,04	9.706,31		73.794,08	95.500,00
Receita Agropecuária														0,00	
Receita Industrial														0,00	
Receita de Serviços	32.027,74	29.185,90	29.247,68	35.095,32	45.714,46	41.233,24	25.292,07	194.031,30	115.758,59	40.574,31	15.893,27	37.388,53		641.442,41	497.000,00
Transferências Correntes	24.418.604,45	38.579.926,12	24.099.634,89	28.087.516,02	29.819.280,92	25.256.019,74	29.313.210,85	23.307.935,70	27.084.896,73	23.056.964,08	22.618.024,39	33.742.679,28		329.384.693,17	325.951.799,00
Cota-Parte do FPM	7.107.948,76	9.538.046,46	6.281.242,39	6.382.814,10	8.142.184,40	8.363.142,05	8.790.185,28	6.773.324,46	8.594.892,91	5.763.435,67	7.834.467,07	12.616.411,31		96.188.094,86	87.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.647.948,01	3.254.773,98	3.410.685,73	4.040.062,39	3.304.678,98	3.330.572,93	4.199.193,84	3.516.730,58	3.975.690,52	3.570.961,67	3.492.247,91	4.477.485,79		44.221.032,33	40.350.000,00
Cota-Parte do IPVA	2.466.684,99	7.728.204,07	3.915.143,95	4.443.305,42	1.116.247,13	864.820,39	958.432,81	783.189,52	851.470,33	727.125,38	561.003,61	430.408,60		24.846.036,20	26.000.000,00
Cota-Parte do ITR	11.752,53	4.080,56	18.708,61	38.555,97	3.523,70	2.520,44	2.601,51	7.839,73	78.644,27	280.851,74	17.130,94	54.308,44		520.518,44	180.000,00
Transferências da LC nº 61/1989	42.283,91	47.292,67	51.069,73	45.634,55	44.362,77	50.503,48	43.511,44	48.015,35	50.963,77	48.962,42	48.393,01	58.618,60		579.611,70	420.000,00
Transferências do FUNDEB	4.667.103,20	5.718.107,40	4.404.181,68	4.908.599,91	4.173.910,62	4.194.015,22	4.327.023,63	4.010.698,06	4.197.754,83	4.430.189,75	4.553.897,52	5.361.352,75		54.946.834,57	52.000.000,00
Outras Transferências Correntes	6.474.883,05	12.289.420,98	6.018.602,80	8.228.543,68	13.034.373,32	8.450.445,23	10.992.262,34	8.168.138,00	9.335.480,10	8.235.437,45	6.110.884,33	10.744.093,79		108.082.565,07	119.801.799,00
Outras Receitas Correntes	328.064,99	189.181,13	196.627,38	403.291,93	242.780,31	275.893,66	696.992,70	283.560,44	112.775,85	475.901,44	312.108,51	627.838,50		4.145.016,84	1.904.500,00
DEDUÇÕES (II)	2.655.323,49	4.140.642,55	2.749.908,75	2.982.903,82	2.522.199,22	2.522.311,68	2.067.515,18	2.225.819,76	2.084.964,53	2.078.267,23	2.390.648,33	2.765.628,17		31.186.132,71	29.190.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência															
Compensações Financ. entre Regimes Previdência															
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários															
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.655.323,49	4.140.642,55	2.749.908,75	2.982.903,82	2.522.199,22	2.522.311,68	2.067.515,18	2.225.819,76	2.084.964,53	2.078.267,23	2.390.648,33	2.765.628,17		31.186.132,71	29.190.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	28.372.968,59	41.403.331,14	29.909.089,17	41.129.917,02	36.165.408,18	31.392.310,32	37.310.971,25	30.249.155,44	33.047.501,14	29.990.744,24	28.630.069,66	40.908.155,87		408.509.622,02	406.953.857,91
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)		2.500.000,00					550.000,00			300.000,00				3.350.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	28.372.968,59	38.903.331,14	29.909.089,17	41.129.917,02	36.165.408,18	31.392.310,32	36.760.971,25	30.249.155,44	33.047.501,14	29.690.744,24	28.630.069,66	40.908.155,87		405.159.622,02	406.953.857,91
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)										112.000,00	100.000,00			212.000,00	
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	546.480,00	543.444,00	543.444,00	546.480,00	543.444,00	543.444,00	543.444,00	543.444,00	543.444,00	543.444,00	543.444,00	1.086.888,00		7.070.844,00	7.862.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	27.826.488,59	38.359.887,14	29.365.645,17	40.583.437,02	35.621.964,18	30.848.866,32	36.217.527,25	29.705.711,44	32.504.057,14	29.035.300,24	27.986.625,66	39.821.267,87		397.876.778,02	399.091.857,91

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-

Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	**Aportes de Recursos**
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	**Execução da Receita**	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	**Execução da Despesa**				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)**
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	**Período de Referência**
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	406.953.857,91	408.509.622,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	81.260.000,00	71.604.137,36
IPTU	22.904.000,00	20.373.119,28
ISS	34.480.000,00	29.602.916,45
ITBI	4.200.000,00	3.742.017,33
IRRF	11.600.000,00	12.369.156,06
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.076.000,00	5.516.928,24
Contribuições	10.435.000,00	8.962.058,07
Receita Patrimonial	16.095.558,91	24.958.406,88
Aplicações Financeiras (II)	16.000.058,91	24.884.612,80
Outras Receitas Patrimoniais	95.500,00	73.794,08
Transferências Correntes	296.761.799,00	298.198.560,46
Cota-Parte do FPM	71.400.000,00	79.061.809,18
Cota-Parte do ICMS	32.280.000,00	35.376.826,13
Cota-Parte do IPVA	20.800.000,00	19.876.830,08
Cota-Parte do ITR	144.000,00	430.708,06
Transferências da LC nº 61/1989	336.000,00	463.689,35
Transferências do FUNDEB	52.000.000,00	54.946.834,57
Outras Transferências Correntes	119.801.799,00	108.041.863,09
Demais Receitas Correntes	2.401.500,00	4.786.459,25
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	2.401.500,00	4.786.459,25
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	390.953.799,00	383.625.009,22
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	12.852.250,00	4.893.561,22
Operações de Crédito (VIII)		

Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	12.852.250,00	4.893.561,22
Convênios	4.900.000,00	650.000,00
Outras Transferências de Capital	7.952.250,00	4.243.561,22
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	12.852.250,00	4.893.561,22
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	403.806.049,00	388.518.570,44
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	403.806.049,00	388.518.570,44

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
		Até o Bimestre / 2025					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	412.643.949,70	363.422.225,41	342.592.686,11	338.453.279,13	2.273.003,52	14.117.836,36	14.115.691,06
Pessoal e Encargos Sociais	178.227.390,50	167.734.428,28	167.734.428,28	166.152.851,27	998.185,69		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.500.000,00	1.138.620,44	1.138.620,44	1.138.620,44			
Outras Despesas Correntes	232.916.559,20	194.549.176,69	173.719.637,39	171.161.807,42	1.274.817,83	14.117.836,36	14.115.691,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	411.143.949,70	362.283.604,97	341.454.065,67	337.314.658,69	2.273.003,52	14.117.836,36	14.115.691,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	74.739.849,18	38.713.665,73	19.807.487,40	17.905.340,37	52.394,30	15.852.846,73	15.537.207,40
Investimentos	73.139.849,18	37.163.076,73	18.256.898,40	16.354.751,37	52.394,30	15.852.846,73	15.537.207,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	1.600.000,00	1.550.589,00	1.550.589,00	1.550.589,00			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	73.139.849,18	37.163.076,73	18.256.898,40	16.354.751,37	52.394,30	15.852.846,73	15.537.207,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	415.000,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	484.698.798,88	399.446.681,70	359.710.964,07	353.669.410,06	2.325.397,82	29.970.683,09	29.652.898,46
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	484.698.798,88	399.446.681,70	359.710.964,07	353.669.410,06	2.325.397,82	29.970.683,09	29.652.898,46

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	2.870.864,10
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	2.870.864,10

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO

	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	44.068.421,73

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	**Até o Bimestre / 2025**
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	25.001.422,05
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	**Até o Bimestre / 2025**
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	27.872.286,15

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	**Saldo**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até o Bimestre 2025 (b)**
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	6.715.460,18	5.160.396,92
DEDUÇÕES (XL)	211.782.528,94	235.011.945,41
Disponibilidade de Caixa	211.782.528,94	235.011.945,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	213.584.791,96	237.823.842,76
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	125.488,35	457.320,56
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.676.774,67	2.354.576,79
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-205.067.068,76	-229.851.548,49

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	**Até o Bimestre / 2025**
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	24.784.479,73

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	**Meta Fixada na LDO**
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-7.300.740,83

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	**Até o Bimestre / 2025**
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	331.832,21
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	

VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	25.116.311,94

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	**Até o Bimestre / 2025**
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	114.889,89

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	**Poder/Órgão**											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						
	Inscritos					**Inscritos**						
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2024 (b)**	**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+ b) - (c + d)**	**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2024 (g)**	**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i + j)**	**Saldo Total L = (e + k)**
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	125.488,35	2.339.558,04	2.325.397,82	112,64	139.535,93	3.018.277,18	45.160.474,12	29.970.683,09	29.652.898,46	5.883.617,54	12.642.235,30	12.781.771,23
PODER EXECUTIVO	125.488,35	2.250.946,12	2.236.785,90	112,64	139.535,93	3.007.964,43	45.013.997,86	29.900.654,37	29.582.869,74	5.883.617,54	12.555.475,01	12.695.010,94
PODER LEGISLATIVO	0,00	88.611,92	88.611,92	0,00	0,00	10.312,75	146.476,26	70.028,72	70.028,72	0,00	86.760,29	86.760,29
Câmara Municipal		88.611,92	88.611,92		0,00	10.312,75	146.476,26	70.028,72	70.028,72		86.760,29	86.760,29
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	125.488,35	2.339.558,04	2.325.397,82	112,64	139.535,93	3.018.277,18	45.160.474,12	29.970.683,09	29.652.898,46	5.883.617,54	12.642.235,30	12.781.771,23

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	**Poder/Órgão - Intra**											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						
	Inscritos					**Inscritos**						
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2024 (b)**	**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c + d)**	**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2024 (g)**	**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (i + j)**	**Saldo Total L = (e + k)**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Despesas	Despesas de Capital		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	74.739.849,18	38.713.665,73	36.026.183,45
Investimentos	73.139.849,18	37.163.076,73	35.976.772,45
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	1.600.000,00	1.550.589,00	49.411,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	74.739.849,18	38.713.665,73	36.026.183,45

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(d - a)	(e - b)	(f - c)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	74.739.849,18	38.713.665,73	36.026.183,45

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				

2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				
2062				
2063				
2064				

Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				

2090				
2091				
2092				
2093				
2094				
2095				
2096				
2097				
2098				

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			
	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2024				

Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			
	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				
2062				

2063				
2064				
2065				
2066				
2067				

Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			
	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				
2093				
2094				
2095				
2096				
2097				
2098				

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	61.050,86	-61.050,86
Receita de Alienação de Bens Móveis			0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis			0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis			0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		61.050,86	-61.050,86

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Despesas	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							0,00
Inversões Financeiras							0,00
Amortização da Dívida							0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social							
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2024 (i)	2025 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (III)	558.691,85	61.050,86	619.742,71

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	413.494.000,00
Previsão Atualizada	419.806.107,91
Receitas Realizadas	413.403.183,24
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	67.992.690,97
DESPESAS	
Dotação Inicial	413.494.000,00
Dotação Atualizada	487.798.798,88
Despesas Empenhadas	402.135.891,14
Despesas Liquidadas	362.400.173,51
Despesas Pagas	356.358.619,50
Superávit Orçamentário	51.003.009,73

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	402.135.891,14
Despesas Liquidadas	362.400.173,51

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	408.509.622,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	405.159.622,02
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	397.876.778,02

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	44.068.421,73	2.870.864,10	6,51
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-7.300.740,83	24.784.479,73	-339,48

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.465.046,39	112,64	2.325.397,82	139.535,93
Poder Executivo	2.376.434,47	112,64	2.236.785,90	139.535,93
Poder Legislativo	88.611,92		88.611,92	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	48.178.751,30	5.883.617,54	29.652.898,46	12.642.235,30
Poder Executivo	48.021.962,29	5.883.617,54	29.582.869,74	12.555.475,01
Poder Legislativo	156.789,01		70.028,72	86.760,29
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				

TOTAL	50.643.797,69	5.883.730,18	31.978.296,28	12.781.771,23

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	73.676.660,88	25,00	31,67
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	44.278.578,26	70,00	80,73
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	38.713.665,73	36.026.183,45

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	61.050,86	-61.050,86
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	55.300.304,65	15,00	24,90

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JACQUELINE DE FATIMA NASCIMENTO FARINHA FRANCA:92189172691 Date: 2026.01.29 17:33:05 BRT
Reason: Perfil: Contador Responsável
Location: Instituição: Prefeitura Municipal de Curvelo - MG
Assinatura: 2

Digitally signed by LUIZ PAULO GLORIA GUIMARAES:08856929694 Date: 2026.01.29 17:47:06 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Executivo
Location: Instituição: Prefeitura Municipal de Curvelo - MG
Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:36AC9FFD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

•
Introdução

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis, DIVIPREV atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social apresenta sua Política Anual de Investimentos para o ano de 2026, devidamente elaborada pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação e ratificada pelo órgão de fiscalização.
A Política Anual de Investimentos estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros do DIVIPREV. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022 e Lei Complementar do Diviprev nº 126/2006, levando em consideração os princípios de risco, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.
A construção da Política de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância, levando em consideração as reservas técnicas atuarias e as reservas matemática projetadas pelo cálculo atuarial. O principal ponto a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente ao equilíbrio entre o ativo e passivo.
Dessa forma, a Política de Investimentos aprovada tem o objetivo de implantar e preparar a carteira de investimentos do DIVIPREV para uma visão mais adequada aos seus objetivos atuariais de médio e longo prazo, não deixando de estar atento com as questões de curto prazo.
A formulação da Política de Investimentos embora anual, precisa ser construída de forma adequada aos objetivos, perfil, liquidez necessária, nível de risco aceito e não menos importante, a realidade do cenário econômico e político previsto. É com essa visão mais abrangente, que busca a convergência e o alinhamento dos resultados a serem obtidos pela carteira de investimentos, com as premissas atuariais do RPPS.
Ao aprovar a Política Anual de Investimentos 2026, será possível identificar principalmente que:
a) O Comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial e com os limites de riscos apresentados como limite nesta Política de Investimentos.
b) Os responsáveis pela gestão dos recursos, direta ou indiretamente, terão ciência dos objetivos, restrições, competências e responsabilidades, acerca dos investimentos;
c) O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, baseado no "Termo de Análise e Atestado de Credenciamento" das instituições e na análise dos produtos;
d) O RPPS seguirá os princípios da ética, boa-fé, lealdade, diligência e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimentos e na legislação vigente.

•
O RPPS

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis (DIVIPREV) é o órgão responsável por gerir o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do município de Divinópolis, MG.

•
Política de investimentos

A Política de Investimentos é um dos processos estratégicos do RPPS, pois a adequada administração dos ativos é fundamental para que se assegure a sua sustentabilidade. Sua formulação representa instrumento para a observância dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência na aplicação dos recursos, e na avaliação de seus riscos. Seu conteúdo deve ser disponibilizado anualmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, conforme Portaria MPS nº 1.467/2022, art. 101 § 4º.
A Política de Investimentos não se limita à obrigatoriedade de elaboração de um documento anual, mas se constitui em importante instrumento de planejamento, por definir o índice referencial de rentabilidade a ser buscado pelos gestores no exercício seguinte, estabelecer estratégias de alocação, diretrizes e metas de investimentos, bem como permitir monitorar ao longo do ano, por meio de relatórios de acompanhamento, os resultados que forem sendo alcançados durante a sua execução.
Além disso, a Política de Investimentos atua como instrumento de governança e de controle, ao padronizar critérios de seleção, alocação e monitoramento das aplicações financeiras, reduzindo subjetividades e promovendo maior eficiência na gestão. Ela assegura que as decisões sejam pautadas em parâmetros técnicos previamente definidos, em conformidade com a legislação aplicável e com a meta atuarial do plano, oferecendo maior previsibilidade ao fluxo de recursos e contribuindo para a sustentabilidade de longo prazo do RPPS.
Compõem a presente política de investimentos os seguintes elementos:
a) Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro; objetivos e diretrizes que orientam a gestão do fundo para o ano seguinte; cenários que pautam as projeções financeiras, tendo em vista os limites de enquadramento para aplicação por segmento e modalidade, definidos na Resolução CMN nº 4963/2021.
b) Definição das estratégias de alocação; resultados esperados das projeções financeiras; limites mínimos e máximos de enquadramento e estratégias de investimento para cada segmento de aplicação financeira.
c) Gestão de investimentos, considerando sua estrutura, propostas de aprimoramento, critérios de credenciamento para escolha das instituições financeiras e dos produtos financeiros onde os recursos do RPPS serão aplicados.

•
Base Legal

A presente Política de Investimentos obedece ao que determina a legislação vigente especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025 ("Resolução 5.272") e a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022 ("Portaria 1.467") que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

•
Definições

Ente Federativo: Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais
Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis/ DIVIPREV

CNPJ: 04.286.331/0001-90
Meta de Retorno Esperada: IPCA + 5,74%
Categoria do Investidor: Qualificado

•
Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do DIVIPREV, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos estabelecidos.
Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 02 de fevereiro de 2026. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 11 meses que se estende de fevereiro a dezembro de 2026.
Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 5.272/2025 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.
Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Portaria MTP 1.467/2022.
Na hipótese de alterações na legislação vigente, no cenário macroeconômico e/ou nas premissas atuariais que tornem, de alguma forma, inadequadas as diretrizes aqui estabelecidas durante vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e seus procedimentos poderão ser ajustados de forma gradual, com objetivo de evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4963/2021 e Portaria MTP 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do DIVIPREV, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.
Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o DIVIPREV deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

•
Gestão Previdenciária (Pró-Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão, tem por objetivo incentivar o DIVIPREV a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório do DIVIPREV cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.
O DIVIPREV aderiu ao programa federal em 02/03/2018 e deste então se preparou com o objetivo de atingir a certificação no Nível II.
Em 2020 as ações foram intensificadas com o objetivo de obter a certificação. No dia 03/11/2020 foi assinado o contrato com a certificadora Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda, CNPJ 05.773.229/0001-82. No dia 08/01/2021, o DIVIPREV foi submetido a uma pré-auditoria presencial por entidade certificadora, credenciada pela Secretaria de Previdência, com o intuito de evidenciar a aptidão do instituto em dar continuidade ao processo de certificação, de acordo com o nível de aderência por ele solicitado.
Nos dias 01 e 02 de fevereiro/2021, o DIVIPREV passou pelo processo formal de auditoria de certificação em conformidade com as regras do programa. Nestes dois dias, foram analisados o cumprimento de 24 ações, envolvendo as dimensões Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária o que permitiu o Instituto receber no dia 12/02/2021 o Certificação Pró-Gestão Nº 107-20, nível de aderência II com validade até 12/02/2024.
Decorrido o prazo de validade da certificação e de acordo com os critérios estabelecidos na legislação e no Manual do Pró-Gestão versão 3.5/2024 em 05/03/2024 o Diviprev passou por uma nova auditoria de Pró-Gestão revalidando o seu certificado no Nível II até 02/03/2027.

•
Governança

A estrutura do RPPS é formada, além da Unidade Gestora, pelo Comitê de Investimentos, responsável pela execução da Política de Investimentos. O Conselho Deliberativo, como órgão superior competente que aprovará a Política de Investimentos e o Conselho Fiscal, principal órgão de controle interno do RPPS, que atuará com o acompanhamento e fiscalização da gestão dos investimentos.
Para balizar as decisões poderão ser solicitadas opiniões de profissionais externos, como da Consultoria de Investimentos contratada, outros Regimes Próprios de Previdência Social, instituições financeiras, distribuidores, gestores ou administradores de fundos de investimentos ou outros. No entanto, as decisões finais são restritas à Diretoria, Comitê e Conselhos.
Com relação à governança do RPPS, o Comitê de Investimentos é o órgão responsável pela execução desta Política de Investimentos, sendo este o detentor do mandato para as movimentações (aplicações e resgates) e manutenção da carteira de investimentos ao longo do ano.
A composição do Comitê é apresentada no caput do art. 103-B da Lei Municipal n° 126/2006 transcrito: “O Comitê de Investimentos será composto por até 03 (três) membros nomeados pelo Superintendente do Diviprev.
O Conselho Deliberativo, deverá aprovar a Política de Investimentos, acompanhar a gestão dos investimentos realizando reuniões periódicas.

As deliberações do Conselho ocorrerão através de reuniões periódicas e a sua estrutura prevista na lei do RPPS, em conformidade com o previsto no artigo 72 da Portaria MTP nº 1.467/2022.
O Conselho Fiscal é o principal órgão de controle interno do RPPS e atuará buscando zelar pela gestão econômico-financeira do regime, examinando, no mínimo, mensalmente ou quando necessário: as Demonstrações Contábeis e Financeiras e demais atos de gestão. É Competência do Colegiado de Fiscalização verificar a ocorrência das premissas e resultados da avaliação atuarial, acompanhar o cumprimento do plano de custeio em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos.

•
Processo de tomada de decisões

O Diviprev possui uma estrutura de governança corporativa, possibilitando a mitigação de riscos relativos à operacionalização dos investimentos, garantindo a autonomia das decisões colegiadas e afastando ingerências indesejáveis.
A responsabilidade de cada agente envolvido no processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisório sobre as aplicações dos recursos, foram definidos e estão disponíveis nos documentos de controle interno do Diviprev, instituídos como regras e procedimentos a serem adotados. As decisões relativas à carteira de investimentos são deliberadas no Comitê de Investimentos em consonância com seu Regimento Interno.
Os Relatórios emitidos pela Gerência Financeira são analisados e aprovados pelo Comitê de Investimentos e, em seguida são submetidos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, que emitem parecer de aprovação/reprovação constando em Ata. Após a aprovação final, os relatórios de investimentos serão publicados sítio eletrônico (www.diviprev.com.br).
O Diviprev define competências de todos os agentes participantes do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre os investimentos do RPPS:
a) **Gestor de Recursos/Gerência Financeira:** O Gestor de Recursos está subordinado diretamente à Gerência Financeira. O gestor deverá supervisionar e monitorar a carteira de investimentos do Diviprev alinhando-a à Política de Investimentos e às condições do mercado. Elaborar relatórios técnicos e analisar novos produtos para otimizar a composição do portfólio. Garantir a publicidade das Autorizações de Aplicações e Resgates (APR), cumprir a legislação previdenciária. Gerar e prestar informações sobre a gestão de investimentos ao Superintendente e aos órgãos fiscalizadores e reguladores oficiais fiscalizadores (TCE e SPREV). Auxiliar nas avaliações atuariais/orçamentárias e participar das reuniões do Comitê de Investimentos. Participar sempre que solicitado a apresentações de produtos, desempenho da carteira de investimentos e reuniões do Comitê de Investimentos.
b) **Conselho Deliberativo:** Aprovar a Política de Investimentos, estabelecendo normas para a aplicação de recursos previdenciários disponíveis, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS.
c) **Conselho Fiscal:** Ratificar a Política de Investimentos elaborada pelo Comitê de Investimento e aprovada pelo Conselho Deliberativo, acompanhando a aplicação de recursos previdenciários disponíveis, avaliando a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos.
d) **Comitê de Investimentos:** Participa diretamente do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, na avaliação da conjuntura econômica e na assessoria e análises do desempenho da carteira de investimentos, produtos e ativos. Todos os três (03) membros do Comitê de Investimentos possuem certificação profissional CP RPPS CGINV, atendendo a legislação vigente.
As atribuições e responsabilidades aqui apontadas coexistem com as estabelecidas pela legislação existente, sendo que os administradores, gestores e distribuidores de produtos financeiros ficam incumbidos da responsabilidade de observá-las, concomitantemente a essas, ainda que não estejam expressamente mencionadas nesse documento.

•
Alçadas de decisões

7.1 Superintendência e Gerência Financeira

O superintendente e o gerente financeiro são responsáveis por executarem as aplicações e investimentos efetuados com os recursos do instituto e com os do Patrimônio geral do Diviprev, bem como assinar cheques e outros documentos bancários, tem alçada para efetuar todos os resgates necessários ao pagamento das despesas do Diviprev, assim como para aplicar os recursos provenientes dos cupons semestrais de juros e/ou amortizações, dos créditos da compensação previdenciária – COMPREV, dos créditos da contribuição previdenciária, dos créditos de parcelamentos débitos previdenciários e de outras receitas eventuais e ainda de resíduos de saldos em contas correntes, desde que essas aplicações sejam feitas em fundos de renda fixa já existentes na carteira do Diviprev.
Tem também alçada, para resgatar de fundo de renda fixa com objetivo de aplicar em Fundo de Investimento em Participações, que já compõe a carteira de investimentos do Diviprev, conforme termo de compromisso de aporte de recursos assinado na adesão ao fundo, que é aportado de acordo com a necessidade do fundo até o limite dos valores especificados no termo de compromisso.

7.2 Comitê de Investimentos
Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025, e, demais normativos relacionados aos investimentos dos RPPS, o **Conselho Deliberativo** mediante aprovação da Política Anual de Investimentos, delega ao Comitê de Investimentos a competência de decidir pelos investimentos financeiros do Diviprev no mercado de capitais, autorizando aplicações e resgates, e, processos de credenciamentos das Instituições Financeiras autorizadas a manter relacionamento com Diviprev, após as devidas análises legais.

•
Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o DIVIPREV no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários.

•

Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência, conforme o Artigo 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, poderá ser realizada de forma própria, mista ou administrada.
A gestão das aplicações dos recursos do Diviprev será própria, ou seja, o DIVIPREV realizará diretamente a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações posteriores.

•

Segregação de Massa

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

•

Credenciamento das Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos

Seguindo a Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Resolução CMN nº 5.272/2025, antes da realização de qualquer operação, o DIVIPREV, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber os recursos tenham sido objeto de prévio credenciamento.
O regramento para o Credenciamento dos Fundos de Investimentos e das Instituições Financeiras, está estabelecido no Regulamento 001/2023 de Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos e suas alterações posteriores e outra que vier a substituí-lo, aprovado pelo Conselho Administrativo em 19/03/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 24/04/2023 - Edição 3500 e no site do Diviprev no link: https://diviprev.mg.gov.br/?page_id=9263.
Os critérios para o credenciamento das Instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência da atuação, à solidez patrimonial , ao volumo de recursos sob administração, à exposição a risco reputacional , ao padão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira, assim como esta parametrizado no Regulamento de Credenciamento 001/2023.
De acordo com o Regulamento de Credenciamento, após análise realizada, a conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, e, este deverá ser atualizado a cada 2 (dois) anos.

•

Meta de Retorno Esperado

A Portaria 1.467/2022, em seu art. 39, determina que "A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS".
"§ 2º A taxa de juros parâmetro a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício utiliza, para sua correspondência aos pontos (em anos) da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior."
Além disso, deve-se levar em consideração o disposto no art. 4º da Seção II do Anexo VII da Portaria, em que deverão ser "acrescidas em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais."
Desta forma, considerando a atualização da ETTJ feita pela Portaria MPS nº 2.010/2025 a duração do passivo, calculada na Avaliação Atuarial de 2025 (data-base 2024) realizada pela RTM Consultoria e ainda considerando o parecer encaminhado pelo atuário Guilherme Walter, MIBA 2.091 da Lumes Consultoria contratada em 2025 a *duration* do passivo apurada para o Diviprev é de **13,83 anos**, o que redunda em uma taxa de juros parâmetro de **5,44% ao ano.**
A tabela a seguir apresenta o histórico comparativo da Meta Atuarial x Retorno dos Investimentos relativo aos últimos 5 exercícios.

Exercício	Meta Atuarial	Retorno Investimentos	Atingiu a meta?
2020	10,63%	6,36%	NÃO
2021	15,99%	5,32%	NÃO
2022	10,88%	2,26%	NÃO
2023	9,76%	13,92%	SIM
2024	10,05%	13,34%	SIM

Dado que houve meta batida superior à meta atuarial estabelecida em 2 dos últimos 5 exercícios, a taxa de juros referencial deverá ser acrescida de 0,30 pontos percentuais (0,15 a cada ano de meta batida) de acordo com o Anexo VII, Seção II, Art. 3º da Portaria MTP 1.467/2022.
Sendo assim a taxa de juros real a ser utilizada para composição da meta atuarial é de 5,74%.

Fica assim definida como taxa de desconto ou simplesmente **Meta Atuarial** para o exercício de 2026 a **taxa de 5,74%** (cinco vírgula setenta e quatro por cento), como forma de coerência para evitar o descasamento entre o crescimento do passivo e ativo atuarial, **somado a inflação de IPCA.** Sendo assim **IPCA + 5,74%.**
A escolha do IPCA justifica-se devido ao fato de ser o índice de medida da inflação oficial no Brasil, que tem a melhor metodologia de cálculo, subsidiando a verificação do valor real do patrimônio financeiro com a sua adição ao juro nominal. Consideramos também que há anos o Tesouro Nacional vem agindo de forma a alongar sua dívida, buscando unificar sua base de correção pelo IPCA. As outras esferas de poder acabaram por aderir ao referido índice, que hoje comporta a correção dos ativos e passivos, de um modo geral. Por outro lado, O Tesouro Nacional tem priorizado a emissão de títulos indexados ao IPCA (NTN-B), indicando que os títulos de interesse dos RPPS seguirão este índice de correção da inflação.

•
Estratégias de Alocação

No que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.
A Resolução 5.272/2025 determina que os recursos dos RPPS devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:
I – renda fixa
II – renda variável
III – investimentos no exterior
IV – investimentos estruturados
V – fundos Imobiliários
VI – empréstimos Consignados

As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS.
Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do RPPS.
Tais aplicações deverão ser precedidas da compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme Fluxo de Caixa - Plano de Custeio Vigente do Cálculo Atuarial. A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política considerando o perfil de risco do RPPS, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467/2022.

•
Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/12/2025.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
RENDA FIXA	100%	76,28%
RENDA VARIÁVEL	30%	13,62%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	6,47%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	3,63%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	5%	0,00%
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0,00%

•
Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do DIVIPREV e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.
O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

•
A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos na Resolução CMN nº 5.272/2025 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º);

•
Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;

•
A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;

•
Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, especificamente no item IV do Art. 4º, e no Capítulo III, em especial à Seção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).

•
Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro

16.1 Análise da conjuntura econômica / Retrospectiva Macroeconômica

•
Global: não é sobre estratégia geopolítica, é sobre economia

O ambiente externo foi marcado pela intensificação da chamada “Guerra Fria Econômica”, com EUA e China avançando no processo de desacoplamento e Washington retomando uma postura mais assertiva sobre o continente americano. O apoio financeiro à Argentina, a pressão sobre o Canal do Panamá, as tarifas impostas a parceiros comerciais, a recente intervenção na Venezuela, a volta do debate sobre a Groenlândia e o endurecimento com o Irã ilustram essa estratégia voltada a assegurar acesso a recursos naturais estratégicos e a delimitar zonas de influência. Essa mudança geopolítica ocorre, contudo, em um contexto de fragilidade fiscal nos EUA e às vésperas das eleições de meio de mandato com renovação da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado, elevando a incerteza global e reforçando a relevância da economia sobre o cenário geopolítico em 2026.

•
Estados Unidos: equilibrando riscos

Nos EUA, o FOMC voltou a cortar a taxa de juros em 25 pontos-base na reunião de dezembro, levando a banda dos Fed Funds para 3,50% - 3,75%. A decisão reflete o dilema recorrente do FED, onde, a atividade e mercado de trabalho mostram sinais de enfraquecimento, enquanto a inflação segue resistente à convergência para a meta. Segundo o presidente do FED, as divergências refletem o peso relativo atribuído à inflação e ao emprego, embora, outros fatores também influenciem as posições. No front de preços, o CPI de novembro veio em 2,7% a/a e o núcleo em 2,6% a/a, abaixo das expectativas, mas ainda sem uma trajetória clara em direção à meta. O grande tópico de atenção na economia americana é a política monetária, com a expectativa do novo nome do presidente do FED, que assumirá em maio de 2026, a próxima etapa do julgamento da Diretora do FED Lisa Cook se aproximando e os recentes ataques do governo ao FED e seu presidente. Atualmente o FED mantém a taxa de juros ligeiramente expansionista.
Para o ano de 2026, após as mudanças na composição do comitê, o FED poderá ter um viés mais dovish e o dissenso nas decisões será mais recorrente. Entretanto, é projetado somente um corte, levando a taxa de juros para o intervalo de 3,25% - 3,50%, o que indica que as decisões serão predominantemente técnicas. O calendário político, com eleições legislativas e decisões sobre o orçamento, o alto nível de endividamento, com a dívida líquida do Governo próxima de 100% do PIB, e os dados de inflação e atividade resilientes corroboram essa expectativa. O mercado de trabalho americano está em uma trajetória gradual de desaceleração, mas não apresenta sinais que indiquem contração mais acentuada; já a inflação permanece resistente, com o CPI encerrando o ano passado em 2,7% a/a e o PCE ao redor de 2,9%. O mercado espera uma trajetória lenta do PCE em direção à meta em 2026, com o índice cheio alcançando 2,2% a/a em dezembro desse ano e o núcleo 2,4% a/a (Gráfico 01).
Além disso, é fundamental pontuar que um eventual ciclo de cortes resultante das pressões políticas pode deixar o atual Governo em um cenário econômico desfavorável no futuro. Tendo em vista que ainda restam quase três anos de mandato pela frente, as pressões do Governo sobre a autoridade monetária podem comprometer a credibilidade do FED e causar mais danos do que trazer benefícios a economia no médio e longo prazo. O FED também já demostrou preocupação com a desancoragem das expectativas e com sua credibilidade, que podem ser prejudicadas por decisões não técnicas em um momento em que a inflação permanece acima da meta por um período bastante prolongado.
Para auxiliar a análise do posicionamento do FED nas decisões de juros, o Índice de Sentimento dos Comunicados (Gráfico 02) busca classificar o tom da comunicação entre acomodativo (dovish) e restritivo (hawkish) por meio de técnicas de processamento de linguagem natural. O índice permite analisar a comunicação da decisão de juros como instrumento de política monetária. O comportamento recente do índice denota um tom restritivo, o que corrobora a perspectiva de que o FED permanece cauteloso com o cenário apesar das pressões políticas. Diante desse quadro, a leitura combinada do ambiente político e dos sinais recentes da comunicação, reforça que o FED deve seguir cuidadoso com riscos ao longo do ano, com atenção redobrada à sua credibilidade e à ancoragem das expectativas, especialmente em um contexto de pressões institucionais. Assim, o ano deve ser pautado por conflitos políticos e incerteza elevada, o que deve ser intensificado pelo calendário eleitoral que pode definir o rumo da segunda metade do atual Governo.
Para monitorar: indicação para a presidência do FED, indicadores de mercado de trabalho, dados de inflação.

Imagem

•

Zona do Euro: em um bom lugar

O Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 2% dezembro e reforçou a resiliência da economia da área do euro, com crescimento sustentado sobretudo pelo consumo e por um mercado de trabalho ainda robusto; com projeção de crescimento de 1,4% em 2025 e de 1,3% em 2026, a despeito das questões geopolíticas. No caso da inflação, o mercado estima em torno da meta de 2,0% até o fim do ano. Essa combinação de atividade aquecida e inflação na meta indica manutenção da taxa de juros ao longo de 2026. Para a Zona do Euro, é projetado a taxa de juros estável em 2% ao final de 2026, sem retomada do ciclo de cortes e alinhada ao tom cauteloso adotado pela autoridade monetária nos últimos meses, diante de um ambiente de elevada incerteza global.

A Europa tem passado por um momento de estabilidade e resiliência, apesar dos conflitos políticos e comerciais se intensificando no restante do mundo. Mesmo alertando para possíveis pressões sobre os preços, o Banco Central Europeu (BCE), que encerrou o ciclo de cortes na taxa de juros em julho, teve sucesso em trazer a inflação para a meta – o CPI atingiu 2,0% a/a em dezembro, enquanto o núcleo (excluindo alimentos, energia, álcool e tabaco) registou 2,3% a/a.

Os dados de atividade também são otimistas, a produção industrial surpreendeu positivamente no final de 2025, com crescimento de 2,5% a/a, indicando uma tendência de melhora do setor de manufaturas após resultados fracos no primeiro semestre. O PIB do terceiro trimestre de 2025 teve crescimento de 1,3% na comparação anual, acima do potencial, sustentado principalmente pelo consumo e investimento. O mercado de trabalho permanece robusto, com a taxa de desemprego em 6,3%, no menor patamar da série histórica, e sem sinais de desaceleração. Em suma, a economia europeia encerrou 2025 em estabilidade, se mantendo "em um bom lugar", conforme classificou a presidente do BCE e deve permanecer nele esse ano.

Para Monitorar: conflitos geopolíticos envolvendo a União Europeia e posicionamentos da presidente do BCE nas próximas Press Conferences.

•

China: sucesso driblando as tarifas dos EUA

O alcance da meta de crescimento de 5% a/a em 2025 aconteceu com grande contribuição de estímulos fiscais fornecidos pelo Governo, que asseguraram a preservação do consumo doméstico. Em 2026, é esperado que o crescimento econômico siga muito próximo da meta de 5%, dado que o Governo já anunciou que manterá os impulsos fiscais.

A volta da guerra tarifária com o anúncio de agressivas tarifas de importação nos EUA contra produtos chineses em abril de 2025 afetou a relação da China com o seu principal parceiro comercial no curto prazo e trouxe muita incerteza com relação à capacidade da economia chinesa de reduzir a importância do consumo dos EUA para suas exportações e, consequentemente, para seu crescimento econômico. Contudo, o governo Chines já estava redirecionando suas exportações desde 2019. Em 2020, os Estados Unidos representavam cerca de 20% das exportações chinesas, já em 2024 representavam 15%. O evento do "tarifaço" intensificou essa queda, e as exportações para os EUA somavam menos de 10% do total em novembro de 2025. A contrapartida dessa estratégia foi o crescimento das exportações para Ásia, especialmente Japão e Hong Kong, para a União Europeia, América Latina, África e Oceania. Essa estratégia de reduzir a importância do consumo dos EUA em sua balança comercial foi bem- sucedida: a China foi capaz de manter o ritmo de crescimento das exportações – em dezembro de 2025 houve um aumento de 6,6% em comparação com o mesmo mês do ano anterior (Gráfico 03). Assim, espera-se ver é a China continuando a redirecionar as exportações e fortalecer principalmente setores em que ela tem vantagens comparativas em relação aos EUA. As questões estruturais permanecem: envelhecimento populacional, esgotamento do setor imobiliário e excesso de capacidade produtiva. Mas, o foco do governo deve ser: consolidar a participar e influência do comércio internacional.

Para monitorar: continuação da negociação comercial com os EUA, novo Plano Quinquenal e dados de exportação.

Imagem

•

Brasil: ano eleitoral

Na última reunião do ano, realizada em dezembro, o Copom manteve a Selic em 15,00% a.a., citando incerteza externa, expectativas de inflação desancoradas e resiliência da atividade doméstica. Com isso, as expectativas de início dos cortes ficam voltadas para 2026. Por sua vez, como todo ano eleitoral para presidente, governos estaduais e Congresso, 2026 tende a ser marcado por elevada volatilidade nos ativos domésticos. Soma-se a isso um ambiente geopolítico ainda instável e as eleições legislativas nos EUA, reforçando um pano de fundo externo potencialmente ruidoso. Nesse contexto, a única convicção direcional observada para o cenário doméstico é o início do ciclo de corte de juros. As pesquisas indicam que o eleitor ainda está pouco engajado, com alto grau de indecisão, enquanto a polarização regional se aprofunda. Ainda é cedo para antecipar resultados eleitorais, mas já é possível afirmar que o processo político será uma fonte relevante de volatilidade, sobretudo no câmbio. Historicamente, o real tende a se apreciar no primeiro trimestre, quando o debate eleitoral ainda é incipiente, e a se depreciar entre maio e setembro, período que concentra desincompatibilizações, registro de candidaturas e campanha (Gráfico 04). Esse padrão também costuma contaminar os mercados de juros e bolsa.

Na atividade, a desaceleração já está em curso, ainda que pouco perceptível. Setores cíclicos, sensíveis ao juro, vêm perdendo tração desde o fim de 2024, com crescimento médio de 3,6% a/a caindo para 2,0% no terceiro trimestre de 2025 (Gráfico 05), refletindo o impacto do aperto monetário mais prolongado das últimas duas décadas. O grau de desaceleração deste ciclo monetário (-1,6 p.p.) é maior que no aperto anterior (2022-2023). Ainda assim, o PIB de 2025 deve ter crescido 2,3%, acima do consenso, sustentado por desemprego historicamente baixo, forte crescimento real da renda e inflação de serviços ainda elevada.

Imagem

Apesar de a Selic estar 4 p.p. acima da taxa neutra há mais de um ano, o efeito contracionista sobre a inflação de demanda só ficou mais evidente a partir do 3º trimestre de 2025. Isso reforça a expectativa de que há espaço técnico para iniciar o ciclo de cortes já no primeiro trimestre, mesmo com pressões cambiais associadas ao calendário eleitoral.

Contudo, o Banco Central tem condicionado sua estratégia ao alívio mais expressivo da inflação de serviços e à ancoragem das expectativas de longo prazo, fatores que podem não ceder no curto prazo, mesmo com atividade e inflação em trajetória de queda. Sem mudança na comunicação, isso cria uma armadilha: o Bacen teria dificuldade de cortar juros no primeiro semestre. Para viabilizar corte de juros no 1º trimestre deste ano, o Bacen tem que mudar a comunicação e começar a dar mais peso ao grau de aperto monetário corrente, à desaceleração da inflação corrente e a desaceleração dos setores cíclicos da economia. Essa sinalização ainda não foi dada, além disso o Bacen tem compromisso institucional com previsibilidade e credibilidade, então faz sentido que as decisões sigam próximas ao consenso. De acordo com a pesquisa Focus, o consenso espera início de corte de juros em março com 50 pontos- base.

No front inflacionário, o IPCA de dezembro registrou alta de 0,33% m/m e 4,26% a/a, em linha com o consenso. Com esse resultado, a inflação encerra 2025 dentro do intervalo de tolerância da meta, dispensando a necessidade de carta de explicação do Bacen em janeiro. Além disso, os vetores de curto prazo seguem favoráveis: o petróleo recua diante da expectativa de maior produção da OPEP e da Venezuela, o clima permanece neutro, contribuindo para uma safra agrícola mais robusta, e observa-se a continuidade do enfraquecimento gradual da demanda, todos fatores que ajudam a manter o comportamento benigno dos preços.

No fiscal e na renda, o reajuste do salário-mínimo não é tido como vetor relevante de pressão inflacionária. Já a isenção do IR para salários até R$ 5 mil, impulso estimado em R$ 40 bilhões (0,6% da renda líquida), deve gerar impacto de apenas 0,2% no PIB, dado o elevado endividamento das famílias e a tendência de uso dos recursos para desalavancagem. Assim, é projetado crescimento de 1,8% em 2026, com desaceleração dos setores cíclicos, crescimento neutro do agro e extrativas, e contribuição marginal da reforma tributária da renda. Por fim, é esperado a continuidade da condução fiscal observada em 2025. Porque os pilares da estratégia eleitoral já estão definidos: isenção do imposto de renda (expansão de renda para as classes sociais E, D, C e B), programa pé-de-meia (incentivo para os jovens das classes E, D e C) e vale-gás (alívio do custo de vida das classes E e D). Assim, espera-se que o governo recorra a bloqueios e contingenciamentos ao longo do ano para buscar o resultado primário próximo de zero, piso da meta de superávit primário de 0,25% do PIB.

Para monitorar: a comunicação do Banco Central, os dados de atividade econômica e de inflação no primeiro trimestre, pesquisa de intenção de voto para presidente.

•

América Latina

CHILE: A expectativa para 2026 é um cenário marcado pela mudança de administração. O novo presidente tomará posse em 11 de março. A vitória do candidato da direita foi impulsionada, sobretudo, pelas preocupações da população com criminalidade e imigração. No campo econômico, o Banco Central (BCCh) deve continuar o ciclo de corte de juros, com duas quedas de 25bps no primeiro trimestre de 2026, levando a taxa de juros ao patamar terminal de 4% (atualmente em 4,5%). O cenário central do BCCh prevê a inflação na meta de 3% no primeiro trimestre de 2026. Sobre crescimento, é projetado o crescimento de 2,3%, ligeira desaceleração em relação a 2025.

COLÔMBIA: Deverá ser marcado pela eleição presidencial, com primeiro turno agendado para 31 de maio. Do lado econômico, é estimado um espaço para flexibilização monetária ao longo de 2026, com uma taxa de juros terminal estimada em 6,37%, significativamente abaixo do patamar atual de 9,25%. No entanto, o calendário eleitoral no primeiro semestre e a eventual influência do cenário geopolítico nas eleições, somados às pressões inflacionárias ainda relevantes, com inflação corrente e expectativas subindo e se distanciando da meta de 3%, tendem a postergar o ciclo de corte de juros para após as eleições. O ciclo de flexibilização monetária dependerá do plano econômico da nova administração em agosto. O desafio fiscal, resultado primário em -2,57% do PIB, de acordo com o FMI frente a meta de -0,2%, e a forma que o novo governo deve atacá-lo determinará as possibilidades na política monetária.

MÉXICO: É esperado a renegociação do acordo de livre comércio entre EUA, México e Canadá (USMCA), prevista para o meio do ano de 2026. O processo pode aumentar a pressão dos EUA sobre o México, por meio de tarifas, ameaças de intervenção, deportações ou até uma eventual saída dos EUA do acordo, podendo gerar impactos negativos sobre o comércio bilateral. Assim, a manutenção da relação construtiva entre os países será crucial. No âmbito econômico, o Banco Central revisou para cima suas expectativas de inflação, refletindo a desaceleração mais lenta da inflação de serviços, embora siga projetando convergência à meta no 3º trimestre de 2026. Apesar da estimativa do mercado indicar espaço para a continuidade do corte de juros dos atuais 7,0% para 5,5%, as pressões inflacionárias e a incerteza em torno do USMCA, principalmente com o esforço dos EUA em retomar a dominância sobre a América Latina, devem levar o Banxico ser cauteloso, alcançando 6% de taxa terminal de juros.

(Texto extraído e adaptado do Relatório Macroeconômico da LDB/i9 Consultoria de Jan/2026).

16.2 Cenários / Relatório Focus.

Relatório Focus de 19/01/2026, Fonte: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus

Imagem

O Relatório Focus divulgado em 19 de janeiro de 2026 aponta para um cenário macroeconômico de desinflação gradual, manutenção de juros elevados por período prolongado e crescimento econômico moderado, com persistência de riscos fiscais no horizonte de médio e longo prazo.

As expectativas para a inflação medida pelo IPCA indicam leve redução para 2026, com projeção de 4,02%, e trajetória de convergência para patamares próximos a 3,5% a partir de 2028, sinalizando avanço no processo de controle inflacionário, ainda que de forma lenta e cautelosa.

No campo da atividade econômica, o mercado projeta crescimento do PIB em torno de 1,8% para 2026 e 2027, com aceleração moderada para 2,0% em 2028 e 2029, refletindo limitações impostas pelo ambiente monetário restritivo e pelas condições fiscais.

Em relação à política monetária, a taxa Selic permanece projetada em 12,25% em 2026, com expectativa de redução gradual ao longo dos anos seguintes. Contudo, observa-se revisão altista nas projeções de juros de longo prazo, indicando percepção de que o nível estrutural da taxa básica deverá permanecer mais elevado, em função dos riscos fiscais e da dinâmica inflacionária.

O câmbio segue relativamente estável nas projeções, com o dólar estimado em torno de R$ 5,50 no médio prazo, evidenciando equilíbrio frágil entre fundamentos externos favoráveis e incertezas domésticas.

No setor externo, as projeções indicam superávit comercial consistente, embora acompanhado de déficits em conta corrente, os quais devem ser financiados, em grande parte, por fluxos positivos de Investimento Direto no País, mitigando riscos imediatos ao balanço de pagamentos.

No âmbito fiscal, o relatório evidencia trajetória crescente da dívida pública, associada a resultados primário e nominal deficitários, o que mantém o risco fiscal como principal fator de pressão sobre as expectativas de juros e sobre o ambiente macroeconômico.
De forma geral, o Relatório Focus de janeiro de 2026 reforça um cenário de estabilidade com cautela, no qual o processo de desinflação avança gradualmente, mas ainda exige política monetária restritiva e disciplina fiscal, elementos fundamentais para a sustentabilidade macroeconômica no médio e longo prazo.

16.3 Perspectivas para 2026

Visão Macro Global para 2026
Crescimento Econômico Global:

Organizações internacionais e bancos de investimento projetam um crescimento global moderado a resiliente em 2026:
A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta crescimento acima de 3,3% em 2026, mesmo em cenário de riscos globais (geopolíticos e mercantis). Segundo análises como a do Goldman Sachs, o PIB mundial deve crescer cerca de 2,8% em 2026, com destaque para aceleração nos EUA e desempenho robusto na China.
Implicação para Investimentos: um crescimento global sustentável tende a favorecer classes de ativos internacionais (ações emergentes e desenvolvidas) e commodities, apesar de volatilidade localizada.

Inflação e Política Monetária
A inflação global segue em trajetória de desaceleração gradual, com tendência de convergência às metas na maioria das economias desenvolvidas até 2026.
Bancos centrais em países desenvolvidos podem manter políticas monetárias menos restritivas ou estáveis, facilitando condições financeiras globais mais tranquilas.

Riscos Globais Relevantes
Tensões comerciais, concentração de crescimento em alguns setores (como tecnologia e IA) e vulnerabilidades geopolíticas podem elevar a incerteza nos mercados financeiros no médio prazo.

Cenário Econômico Brasileiro – 2026
Crescimento do PIB:

As projeções para o Brasil apontam crescimento moderado em 2026, condicionado por fatores domésticos e externos:
Instituições como Ipea estimam crescimento entre 1,6% e 1,8% em 2026.
A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também projeta crescimento de 1,8% para o PIB em 2026, influenciado por juros elevados e demanda interna fraca.
Estimativas similares foram sinalizadas pelo Banco Central em suas projeções mais recentes.
Conclusão: A economia brasileira deve manter expansão, porém acima de 1,5% e abaixo de 2%, sugerindo uma trajetória de crescimento modesto.

Inflação
As projeções de inflação estão dentro ou levemente acima das metas, com tendência de queda ao longo de 2026 — favorecendo ajustes positivos nos preços reais de ativos de renda fixa.

Política Monetária e Juros
O Banco Central deve iniciar um ciclo de corte da taxa Selic durante 2026, com expectativa de reduções graduais à medida que a inflação converge para o centro da meta.
O nível de juros reais ainda deve permanecer elevado no primeiro semestre, reduzindo gradualmente ao longo do ano.
Impacto nos mercados: Ambientes de juros em queda tendem a favorecer renda variável e crédito privado, mas também aumentam sensibilidade de portfólios de longo prazo a movimentos de curva.
Câmbio e Exportações
O real pode apresentar tendência de estabilidade ou leve valorização, em linha com expectativas de melhora nas condições externas e redução de tensões globais.
Exportações brasileiras seguem resilientes, ainda que crescimento possa ser moderado frente a maiores importações de bens de consumo e investimentos.
Imagem

Implicações para a Política de Investimentos do RPPS
Estratégias Relevantes:

•
Diversificação Internacional

Aproveitar perspectivas de crescimento global estável (~3% em 2026) para alocar parte da carteira em ativos denominados em moedas fortes e mercados desenvolvidos.

•
Renda Fixa com Gestão Ativa

Com cortes graduais nos juros, estratégias em ativos prefixados e indexados podem capturar valor com gestão de *duration.*

•
Exposição Selecionada em Renda Variável

Com crescimento econômico moderado, alocação criteriosa em ações brasileiras e internacionais pode melhorar retorno ajustado ao risco.

•
Proteção contra Riscos Fiscais e Políticos

Utilizar instrumentos de hedge e manter liquidez estratégica para mitigar volatilidade em períodos eleitorais.
O cenário econômico de 2026 indica continuidade de crescimento global resiliente e expansão modesta da economia brasileira, com inflação controlada e início de um ciclo de cortes na taxa de juros doméstica. Esses fatores sugerem um ambiente moderadamente favorável para investidores que adotem estratégias diversificadas, com visão de prazo e foco em riscos.

Análise por Classe de Ativos – Perspectivas para 2026
1. Renda Fixa – Mercado Brasileiro
O segmento de renda fixa nacional deverá permanecer como eixo central da carteira, em função do perfil previdenciário, das exigências normativas e do ambiente macroeconômico esperado.
Cenário Esperado:

•
Projeção de desaceleração gradual da inflação, com convergência para a meta ao longo de 2026.

•
Expectativa de início ou continuidade de ciclo de redução da taxa Selic, ainda que de forma cautelosa, condicionada ao cenário fiscal e às expectativas inflacionárias.

•
Manutenção de juros reais positivos, sobretudo no primeiro semestre.

Implicações para os Ativos

•
Títulos indexados ao IPCA (NTN-B): permanecem atrativos para proteção do poder de compra dos benefícios previdenciários, especialmente para carteiras com passivos de longo prazo.

•
Títulos prefixados: podem oferecer ganhos relevantes em um cenário de queda de juros, desde que observada a gestão adequada de *duration.*

•
Crédito privado: tende a se beneficiar da redução gradual dos juros, porém exige análise criteriosa de risco de crédito, liquidez e governança dos emissores.

O ambiente de 2026 favorece uma estratégia de renda fixa com diversificação entre indexadores, combinando proteção inflacionária, previsibilidade de fluxos e captura de prêmio de risco, respeitando o perfil atuarial.

2. Renda Variável – Mercado Brasileiro
A renda variável doméstica apresenta potencial de valorização em 2026, porém acompanhada de volatilidade relevante, sobretudo em razão do cenário fiscal e político.
Fatores de Influência

•
Crescimento econômico moderado (PIB em torno de 1,5% a 2%).

•
Possível redução da taxa básica de juros, favorecendo ativos de maior risco.

•
Ambiente eleitoral em 2026, com impacto direto sobre expectativas fiscais e fluxo de capital.

Perspectivas

•
Empresas com boa geração de caixa, baixo endividamento e perfil defensivo tendem a apresentar melhor desempenho.

•
Setores ligados a infraestrutura, energia, saneamento e commodities podem se beneficiar de investimentos estruturais e demanda externa.

•
O *valuation* da bolsa brasileira pode se tornar mais atrativo em comparação a mercados desenvolvidos, desde que haja estabilidade institucional.

A renda variável deve ser tratada como ativo complementar, respeitando limites legais e o apetite a risco do RPPS, com foco em diversificação, horizonte de longo prazo e mitigação de volatilidade.

3. Câmbio
O comportamento do câmbio em 2026 deverá refletir tanto fatores internos quanto o ambiente externo.
Principais Vetores:

•
Política fiscal e credibilidade das contas públicas.

•
Diferencial de juros entre Brasil e economias desenvolvidas.

•
Fluxo de capitais internacionais e percepção de risco país.

Expectativa

Tendência de volatilidade moderada, com possibilidade de estabilidade ou leve valorização do real, desde que não haja deterioração fiscal significativa.
Eventos políticos e fiscais podem gerar movimentos pontuais mais abruptos.
A exposição cambial, direta ou indireta, pode funcionar como instrumento de diversificação e proteção, especialmente quando associada a investimentos no exterior, respeitando os limites normativos aplicáveis ao RPPS.

4. Bolsa Americana
O mercado acionário norte-americano deve continuar exercendo papel relevante no cenário global em 2026.

Cenário Esperado

•
Crescimento econômico moderado, porém, resiliente.

•
Inflação controlada e política monetária menos restritiva.

•

Forte protagonismo de setores ligados à tecnologia, inteligência artificial, saúde e inovação.

Perspectivas

Empresas com elevada capacidade de inovação e alcance global tendem a manter vantagem competitiva.
O mercado americano segue como referência em liquidez, transparência e governança corporativa.
Possíveis correções de curto prazo podem ocorrer, mas o cenário estrutural permanece favorável no longo prazo.

A alocação em ativos vinculados à Bolsa Americana contribui para:

•
Diversificação geográfica

•
Redução da correlação com ativos domésticos

•
Proteção parcial contra riscos macroeconômicos locais

O cenário de 2026 aponta para:

•
Renda fixa como principal pilar da carteira, com oportunidades em diferentes indexadores;

•
Renda variável nacional como instrumento de incremento de retorno, com gestão prudente de riscos;

•
Exposição cambial e internacional, especialmente via mercado americano, como elemento estratégico de diversificação e proteção.

A combinação dessas classes, observando os limites legais, o perfil atuarial e a política de governança do RPPS, contribui para o equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade no longo prazo.

(Texto extraído e adaptado dos Relatórios: Perspectivas Macroeconômicas 2026 Caixa Asset, Boletim Focus 24/11/2025), Relatório de Investimentos da LBD Consultoria, Relatório Política de Investimentos 2026 Nov/2025 da Gestora Western Asset, Reunião do Comitê de Investimentos com as Instituições Bradesco/ Banco Itaú / /BTG Pactual, Safra com o tema "Perspectivas para 2026" realizadas de setembro a outubro/25, Live da XP Asset " Bolsa: Oportunidades e riscos para o RPPS em 2026", Relatório da XP Asset "Onde Investir em 2025?", Relatório " Panorama Econômico" da Lema Consultoria), e Reuniões do Comitê de Investimentos entre agosto a novembro/2025).

•
Alocação Objetivo

Enqua-dramento	Tipo de Ativo	%	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual 31/12/25	Alocação Objetivo	Limite Superior		Art. 18 (% RPPS)		Art. 19 (% PL Classe ou Emissor)		
Art. 7º I	Fundos e ETFs 100% Títulos Públicos	100%	100%	0%	10,07%	5%	100%		-		-		
Art. 7º II	Títulos Públicos - oferta pública / plataforma eletrônica		100%	0%			100%		-		-		
Art. 7º III	Títulos Públicos - intermediação (balcão)		100%	0%	38,55%	50%	100%		-		-		
Art. 7º IV	Operações compromissadas com títulos públicos		5%	0%			5%		5%		15%		
Art. 7º V	Fundos e ETFs Renda Fixa		80%	0%	27,65%	30%	80%		20%		15%		
Art. 7º VI	Títulos de instituições financeiras		20%	0%			20%		5% (S1 e S2) e 2,5% (demais segmentos)		10%		
Art. 7º VII	Fundos Renda Fixa – crédito privado		20%	0%			20%		20%		5%		
Art. 7º VIII	Fundos de debêntures de infraestrutura		20%	0%			20%		20%		5%		

Art. 7º IX	Subclasse sênior de FIDC ou FIC-FIDC		20%	0%	0,01%	0,00%	20%	20%	5%		
Art. 8º I	Fundos de ações	50%	40%	0%	13,62%	15%	40%	20%	15%		
Art. 8º II	ETF de ações		40%	0%			40%	20%	15%		
Art. 8º III	Fundos e ETFs BDR - ações		10%	0%	5,68%	0,00%	10%	20%	15%		
Art. 8º IV	ETF internacional		10%	0%			10%	20%	15%		
Art. 9º I	Fundos Renda Fixa – dívida externa	10%	10%	0%			10%	20%	15%		
Art. 9º II	Fundos de investimento no exterior – investidor qualificado		10%	0%			10%	20%	15%		
Art. 9º III	Fundos de investimento no exterior – investidor em geral		10%	0%	0,79%	0,00%	10%	20%	15%		
Art. 10 I	Fundos multimercado	20%	15%	0%			15%	20%	15%		
Art. 10 II	FIAGRO		5%	0%			5%	20%	15%		
Art. 10 III	Fundo de Participação		10%	0%	3,63%	0,00%	10%	20%	15%		
Art. 10 IV	Fundos de ações – Mercado de Acesso		10%	0%			10%	20%	15%		
Art. 11	Fundo de Investimento Imobiliário	20%	20%	0%			20%	20%	15%		
Art. 12	Empréstimos Consignado - Sem Pró Gestão	5%	5%	0%			5%	5%	15%		
	Empréstimos Consignado - Com Pró Gestão	10%	10%	0%			10%	10%	15%		
* Art.7, § 7: Limite global para o conjunto dos incisos VII, VIII e IX do Art. 7 = 35%;											
* Art. 14, I: Limite global para o conjunto dos Art. 8, 10 e 11 = 40% para RPPS com Pró-Gestão Nível II;											
* Art. 14, II: Limite global para o conjunto dos Art. 8, 10 e 11 = 50% para RPPS com Pró-Gestão Nível III;											
* Art. 14, III: Limite global para o conjunto dos Art. 8, 10 e 11 = 60% para RPPS com Pró-Gestão Nível IV;											
* Art. 20: O total das aplicações dos recursos do RPPS não podem exceder a 5% do volume total gerido de recursos de terceiros da Instituição Financeira;											

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.
Considerando que os investimentos atuais nos artigos:

•
Art. 7º IX Subclasse sênior de FIDC ou FIC-FIDC;

•
Art. 8º III Fundos e ETFs BDR – ações;

•
Art. 9º III Fundos de investimento no exterior – investidor em geral;

•
Art. 10 III Fundo de Participação;

foram realizados anteriormente à entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025. Portanto na definição da alocação alvo tais investimentos ficaram com os percentuais zerados. O desenquadramento observado configura-se como desenquadramento passivo, nos termos do art. 27, especialmente em razão da alteração normativa superveniente e da valorização ou desvalorização dos ativos. Nessa hipótese, conforme disposto no § 1º do art. 27, os excessos deverão ser eliminados no prazo máximo de dois anos, contado da ocorrência do desenquadramento, não caracterizando infração aos limites legais durante esse período de adequação. Ademais, em estrita observância ao § 2º do referido artigo, o RPPS não realizará novos aportes ou aplicações que agravem os excessos verificados, tampouco efetuará novos investimentos nos ativos atualmente desenquadrados. Ressalta-se, ainda, que as aplicações efetuadas antes da vigência da Resolução em fundos de investimento com prazo determinado, como os Fundos de Investimento em Participações (FIP), poderão ser mantidas até o seu efetivo encerramento, nos termos do § 3º do art. 27, respeitando-se integralmente os prazos de vencimento, resgate ou liquidação previamente estabelecidos.
A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme descrito no item 16. Também foi levado em consideração o estudo de Asset Liability Management (ALM) realizado pela LDB Consultoria Financeira, onde foram estudados os patamares de riscos x retorno (fronteira eficiente Markowitz). O ALM (Asset Liability Management) atua como elemento fundamental para a gestão de riscos de descasamentos entre ativos e passivos. Sua utilidade consiste em capacitar o agente investidor para tomar ações de gestão observando o comportamento dos seus passivos, gerenciando os riscos e que podem resultar numa maior probabilidade de sucesso. Sempre que necessário, o Comitê de Investimentos, em suas decisões relacionadas à realocação de ativos, levará em consideração as projeções contidas no estudo técnico de ALM.

•
Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos nos quais o DIVIPREV aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomentados pela CVM, pela Anbima e definidos na Resolução CVM 5.272/2025 e Portaria MTP nº1.467/2022.
O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo DIVIPREV são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.
No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA. Além disso, os títulos deverão ser cotados em, pelo menos, três instituições, sendo ao menos duas delas tenham sido credenciadas como dearlers pela Secretaria do Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil nos vinte e quatro meses anteriores à operação.
A aquisição poderá ser efetuada em ofertas públicas do Tesouro por intermédio de Instituições credenciadas e/ou realizadas através de plataformas de negociação eletrônica administradas por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, de forma a garantir igualdade entre participantes e liquidez das negociações, permitindo a formação de preços em ambiente competitivo e transparente, além de possibilitar registro de ofertas visíveis ao mercado sem conhecimento prévio da contraparte.
Também, a compra direta de Títulos Públicos poderá ser realizada em mercado de balcão, por meio de instituições financeiras regularmente habilitadas para intermediação das operações, desde que o Diviprev possua o programa de certificação instituído pelo Pró-Gestão.
Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e, consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do DIVIPREV no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), observar durante a aquisição o critério contábil ao qual o título será registrado até o seu vencimento: marcação a mercado, ou marcação na curva, pela sua taxa de aquisição.
Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e também o critério contábil que este título será registrado.
Como o DIVIPREV efetuou o Estudo de ALM, é recomendável que esses títulos sejam marcados na curva.

•

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 5.272/2025 e Portaria 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

•

19.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo *do VaR (Value a Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

•

19.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do DIVIPREV controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.
Para o cálculo do Value-at-Risk (VaR), será adotado o modelo paramétrico, que considera que os retornos dos ativos seguem uma distribuição normal. O intervalo de confiança para o cálculo do VaR será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Nesta metodologia, o VaR estima que, com 95% de confiança, as perdas não excederão o valor calculado ao longo do período especificado.
O Estimador de Volatilidade utilizado será EWMA (Exponentially Weighted Moving Average). Neste método, a volatilidade é calculada aplicando um fator de decaimento lambda 95%. Serão utilizados os 100 dados históricos mais recentes, o que é suficiente para capturar as condições atuais do mercado e dar maior peso às observações mais recentes. Um lambda mais próximo de 1 atribui maior peso aos dados recentes, enquanto um lambda menor distribui os pesos de forma mais uniforme ao longo dos dados históricos.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL
RENDA FIXA	3%
RENDA VARIÁVEL	15%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	15%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%

•

19.2 Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

• Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
• Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.
A gestão do risco de crédito será realizada considerando aspectos quantitativos como os ratings dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises qualitativas realizadas em relação à estrutura dos ativos.

•
19.2.1 Abordagens

•
Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (rating) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:
• **Análise dos emissores;**
Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).
• **Análise de prospectos e outras documentações;**
Em uma operação estruturada é necessária a análise das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento etc.
• **Monitoramento de operações de crédito;**
A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de rating e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

•
Quantitativa

O DIVIPREV utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.
Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.
Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

FAIXAS	RATING	GRAU
FAIXA 1	AAA	INVESTIMENTO
FAIXA 2	AA	
FAIXA 3	A	
FAIXA 4	BBB	ESPECULATIVO
FAIXA 5	BB	
FAIXA 6	B	
FAIXA 7	C	
FAIXA 8	D	

Os investimentos que possuírem rating igual ou superior à FAIXA 3 determinada na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 5.272/2025, desde que observadas as seguintes condições:
• Os títulos que não possuem rating devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
• Caso haja duas ou mais classificações para o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating;
• O enquadramento dos títulos será feito com base no rating vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos;
• O monitoramento dos ratings dos ativos de crédito será realizado de forma contínua, com o acompanhamento realizado por faixa de classificação conforme demonstrado na tabela acima.

Exposição a Crédito Privado
O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis de acordo com os critérios estabelecidos no tópico anterior.
O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria Grau Especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais, dos quais o RPPS não tem controle sobre o regulamento. Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria "Grau Especulativo".

•

•

19.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

•

Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);

•

Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.
A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)
A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.
Como ferramenta de gestão o DIVIPREV realizou o estudo de ALM (Asset Liability Management), com o objetivo de gerir o descasamento entre os ativos e passivos.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)
A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.
O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	40%
De 31 dias a 365 dias	20%
Acima de 365 dias	40%

•

•

19.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

•
A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;

•
O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;

•
Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e

•
Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

Conforme mencionado no item 4, o DIVIPREV FOI AUDITADO PELO PROCESSO DE RECERTIFICAÇÃO DO Pró-Gestão, no dia 05/03/2024, revalidando seu certificado com o Nível II do Programa de Modernização PRÓ-GESTÃO RPPS. Foram realizadas alterações estruturais na entidade. Foram editados manuais de controles, código de ética e conduta, bem como de segurança da informação. Tanto o processo decisório de investimentos quanto os procedimentos para realização da reunião do comitê de investimentos e para aprovação da política de investimentos encontram-se mapeados e manualizados.

19.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.
Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.
A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

19.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.
O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

•
Da realização de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do DIVIPREV;

•
Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

19.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.
Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

19.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do DIVIPREV se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, formalizando em ata as medidas que serão adotadas, sempre pensando na preservação do Patrimônio do Instituto.
Caso seja necessário, com o objetivo de preservação do patrimônio do Diviprev, será implantado o seguinte **Plano de Contingência**, para adequação de limites estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Portaria MTP nº 1.467/2022, adequar as normas gerais dos regimes próprios e mitigar excessiva exposição ao risco ou perdas de recursos:
• 1º passo: verificar as perspectivas econômicas e financeiras no curto, médio e longo prazo; a necessidade de liquidez das aplicações junto ao passivo atuarial; os prazos de carência e resgate das aplicações; o perfil de risco de cada aplicação; e classificar os investimentos pelo seu perfil de risco e retorno.
• 2º passo: análise e formulação de proposta de investimento e desinvestimento pelo Comitê.
• 3º passo: acompanhamento do Conselho de Administração, após apresentação detalhada da situação.
• 4º passo: acompanhamento pelo Conselho Fiscal do procedimento que será adotado.

• 5º passo: operacionalização do procedimento pela Gerência Financeira, com o acompanhamento do Comitê de Investimentos
O desinvestimento será pautado com o objetivo de imunização da carteira e na necessidade de melhor equilíbrio entre risco e retorno dos investimentos. O desenquadramento, de qualquer natureza, deverá ser corrigido buscando o menor ônus possível para o Diviprev e respeitando o que está previsto nesta Política de Investimento e na legislação.

•

Considerações Finais

Este documento de Política de Investimentos está enquadrado nos moldes da Resolução do CMN nº 5.272/2025 e da Portaria MTP 1.467/2022.
Este documento, será disponibilizado por meio de publicação no diário oficial do município e no site oficial do DIVIPPREV (www.diviprev.mg.gov.br) para todos os servidores, participantes e interessados.
Além disso, o Diviprev deverá elaborar relatórios mensais, acompanhados de parecer do comitê de investimentos e aprovação do Conselho fiscal e administrativo, de acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos à política de investimentos.
Ademais, o Comitê de Investimentos deverá elaborar: plano de ação mensal com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos; elaborar relatórios de diligências de verificação de lastros relativos aos títulos ou a papeis incluídos em operações estruturadas adquiridas por meio de veículos de investimentos; e de acompanhamento sistemático da situação patrimonial, fiscal, comercial e jurídica das instituições investidas.
A entidade deverá ainda realizar e utilizar do *Asset Liability Management* – ALM (gerenciamento de ativos e passivos) para elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos do RPPS e proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando a otimização da carteira de investimentos.
Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN n° 5.272/2025, e à Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social e deverão ser dirimidos pelo Conselho Administrativo.
De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art.101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN.
É parte integrante desta Política de Investimentos, a cópia da Ata do Conselho Administrativo que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Divinópolis, 29 de janeiro de 2026

Representante da Unidade Gestora

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE

Responsáveis Pela Elaboração e Execução: Comitê de Investimentos – COMINV

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE

PATRÍCIA ANTÔNIA ROCHA

GIORDANO FRANCIS VIEIRA

Responsáveis Pela Aprovação: Conselho Administrativo – COADI

JUSSARA DIAS AVELAR

LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS

ANDERSON CÉSAR DE OLIVEIRA

MARCO ANTÔNIO PINTO SILVA

CRISTINA MARIA DOS SANTOS

VANESSA CRISTINA RESENDE XAVIER

BRUNO ALVES CAMARGOS

Responsáveis Pela Aprovação: Conselho Fiscal- COFIS

VANDER LÚCIO GOMES PENHA

BRENO XAVIER CAMPOLINA

DAVID LUIZ DUARTE

JESSICA TEODORO XAVIER

SONIA MARIA CANTO

WELLINGTON DA SILVA DE OLIVEIRA

JOÃO RENATO SOUZA CINTRA

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1545B47A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 6º BIMESTRE

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

ReceitasOrçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre(c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETOINTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	219.855.201,00	219.855.201,00	41.760.498,95	18,99	221.474.266,38	100,74	-1.619.065,38
RECEITAS CORRENTES	216.866.681,00	216.866.681,00	39.641.355,79	18,28	210.164.353,53	96,91	6.702.327,47
IMPOSTOS,TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	35.865.051,00	35.865.051,00	4.833.874,78	13,48	25.528.972,83	71,18	10.336.078,17
Impostos	34.734.571,00	34.734.571,00	4.710.400,18	13,56	24.476.966,79	70,47	10.257.604,21
Taxas	1.130.480,00	1.130.480,00	123.474,60	10,92	1.052.006,04	93,06	78.473,96
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	9.348.410,00	9.348.410,00	2.606.551,50	27,88	10.704.761,73	114,51	-1.356.351,73
Contribuições Sociais	6.618.410,00	6.618.410,00	1.918.035,25	28,98	7.136.510,66	107,83	-518.100,66
Contribuição sEconômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de FormaçãoProfissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.730.000,00	2.730.000,00	688.516,25	25,22	3.568.251,07	130,71	-838.251,07
RECEITA PATRIMONIAL	6.409.440,00	6.409.440,00	1.168.431,49	18,23	6.356.233,61	99,17	53.206,39
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	56.000,00	56.000,00	6.641,16	11,86	30.661,02	54,75	25.338,98
Valores Mobiliários	6.353.440,00	6.353.440,00	1.161.790,33	18,29	6.325.572,59	99,56	27.867,41
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, AutorizaçãoouLicença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	268.800,00	268.800,00		0,00		0,00	268.800,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	56.000,00	56.000,00		0,00		0,00	56.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	12.000,00	12.000,00		0,00		0,00	12.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	200.000,00	200.000,00		0,00		0,00	200.000,00

Serviços e Atividades Financeiras							
OutrosServiços	800,00	800,00		0,00		0,00	800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.048.980,00	152.048.980,00	29.922.203,98	19,68	158.255.923,03	104,08	-6.206.943,03
Transferências da União e de suas Entidades	53.919.100,00	53.919.100,00	13.622.233,30	25,26	67.081.508,66	124,41	-13.162.408,66
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	82.280.280,00	82.280.280,00	13.140.885,80	15,97	73.023.253,14	88,75	9.257.026,86
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	15.849.600,00	15.849.600,00	3.159.084,88	19,93	18.151.161,23	114,52	-2.301.561,23
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.926.000,00	12.926.000,00	1.110.294,04	8,59	9.318.462,33	72,09	3.607.537,67
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.400,00	2.400,00		0,00		0,00	2.400,00
Indenizações,Restituições e Ressarcimentos	305.000,00	305.000,00	90.869,48	29,79	180.533,84	59,19	124.466,16
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Moradas Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	12.618.600,00	12.618.600,00	1.019.424,56	8,08	9.137.928,49	72,42	3.480.671,51

ReceitasOrçamentárias	EstágiosdaReceitaOrçamentária						
	PREVISÃOINICIAL	PREVISÃOATUALIZADA(a)	RECEITASREALIZADAS				SALDO(a-c)
			NoBimestre(b)	%(b/a)	AtéoBimestre(c)	%(c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	2.988.520,00	2.988.520,00	2.119.143,16	70,91	11.309.912,85	378,45	-8.321.392,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.280.000,00	1.280.000,00	269.143,16	21,03	2.856.049,62	223,13	-1.576.049,62
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.280.000,00	1.280.000,00	269.143,16	21,03	2.856.049,62	223,13	-1.576.049,62
Operações de Crédito – Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00		0,00		0,00	100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00		0,00		0,00	100.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.608.520,00	1.608.520,00	1.850.000,00	115,01	8.453.863,23	525,57	-6.845.343,23
Transferências da União e de suas Entidades	196.520,00	196.520,00	495.000,00	251,88	4.718.227,23	2.400,89	-4.521.707,23
Transferências dos Estados e do DistritoFederal e de suas Entidades	1.412.000,00	1.412.000,00	1.355.000,00	95,96	3.735.636,00	264,56	-2.323.636,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	9.274.599,00	9.274.599,00	3.003.330,08	32,38	12.951.787,14	139,65	-3.677.188,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	229.129.800,00	229.129.800,00	44.763.829,03	19,54	234.426.053,52	102,31	-5.296.253,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito-Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito-Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS(V)=(III+IV)	229.129.800,00	229.129.800,00	44.763.829,03	19,54	234.426.053,52	102,31	-5.296.253,52
DÉFICIT (VI)					1.134.136,55		
TOTAL COM DÉFICIT(VII)=(V+VI)	229.129.800,00	229.129.800,00	44.763.829,03	19,54	235.560.190,07	102,81	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		13.547.777,30			13.547.777,30		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores-RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		13.547.777,30			13.547.777,30		

DespesasOrçamentárias	EstágiosdaDespesaOrçamentária										
	DOTAÇÃOINIC	DOTAÇÃOATUALI	DESPESASEMPENHADASNO	DESPESASEMPENHA	SALDO(g	DESPESASLIQUIDADASNO	DESPESASLIQUIDA	SALDO(i)	DESPESASPAGASATÉOBI	INSCRITAS	EM

	IAL(d)	ZADA(e)	BIMESTRE	DASATÉ O BIMESTRE (f)	)= (e-f)	BIMESTRE	DASATÉ O BIMESTRE (h)	= (e-h)	MESTRE(j)	RESTOS APAGARNÃOPROCESSADOS (k)
DespesasOrçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS(EXCETOINTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	209.440.879,00	233.217.758,02	44.364.959,36	216.549.131,24	16.668.626,78	47.203.190,42	214.508.860,11	18.708.897,91	209.520.591,96	2.040.271,13
DESPESASCORRENTES	193.829.205,97	214.932.723,64	41.207.264,85	201.658.281,20	13.274.442,44	43.476.625,24	200.700.150,07	14.232.573,57	195.979.081,92	958.131,13
PESSOALEENCARGOSSOCIAIS	105.405.115,36	117.083.321,90	26.889.182,55	115.564.556,57	1.518.765,33	27.163.910,33	115.561.695,77	1.521.626,13	115.234.159,98	2.860,80
JUROSEENCARGOSDADÍVIDA	560.800,00	911.727,24	174.943,55	910.927,24	800,00	174.943,55	910.927,24	800,00	910.927,24	
OUTRASDESPESASCORRENTES	87.863.290,61	96.937.674,50	14.143.138,75	85.182.797,39	11.754.877,11	16.137.771,36	84.227.527,06	12.710.147,44	79.833.994,70	955.270,33
DESPESASDECAPITAL	15.511.673,03	18.185.034,38	3.157.694,51	14.890.850,04	3.294.184,34	3.726.565,18	13.808.710,04	4.376.324,34	13.541.510,04	1.082.140,00
INVESTIMENTOS	12.311.273,03	11.543.502,35	1.961.854,65	8.249.718,01	3.293.784,34	2.530.725,32	7.167.578,01	4.375.924,34	6.900.378,01	1.082.140,00
INVERSÕESFINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃODADÍVIDA	3.200.400,00	6.641.532,03	1.195.839,86	6.641.132,03	400,00	1.195.839,86	6.641.132,03	400,00	6.641.132,03	
RESERVADECONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00			100.000,00			100.000,00		
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	19.588.921,00	19.935.278,55	4.672.330,74	19.011.058,83	924.219,72	3.072.330,74	17.411.058,83	2.524.219,72	16.896.425,28	1.600.000,00
SUBTOTALDASDESPESAS(X)=(VIII+IX)	229.029.800,00	253.153.036,57	49.037.290,10	235.560.190,07	17.592.846,50	50.275.521,16	231.919.918,94	21.233.117,63	226.417.017,24	3.640.271,13
AMORTIZAÇÃODADÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)										
AmortizaçãodaDívidaInterna										
DívidaMobiliária										
DívidaContratual										
AmortizaçãodaDívidaExterna										
DívidaMobiliária										
DívidaContratual										
TOTALDASDESPESAS(XII)=(X+ XI)	229.029.800,00	253.153.036,57	49.037.290,10	235.560.190,07	17.592.846,50	50.275.521,16	231.919.918,94	21.233.117,63	226.417.017,24	3.640.271,13
SUPERÁVIT(XIII)							2.506.134,58		8.009.036,28	
TOTALCOMSUPERÁVIT(XIV)=(XII+XIII)	229.029.800,00	253.153.036,57	49.037.290,10	235.560.190,07		50.275.521,16	234.426.053,52		234.426.053,52	3.640.271,13
RESERVADORPPS	100.000,00	100.000,00			100.000,00			100.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

ReceitasIntra-Orçamentárias	EstágiosdaReceitaIntra-Orçamentária						SALDO(a-c)
	PREVISÃOINICIAL	PREVISÃOATUALIZADA(a)	RECEITASREALIZADAS				
			NoBimestre(b)	%(b/a)	AtéoBimestre(c)	%(c/a)	
ReceitasIntra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	9.274.599,00	9.274.599,00	3.003.330,08	32,38	12.951.787,14	139,65	-3.677.188,14
RECEITASCORRENTES	9.274.599,00	9.274.599,00	3.003.330,08	32,38	12.951.787,14	139,65	-3.677.188,14
IMPOSTOS,TAXASECONTRIBUIÇÕESDEMELHORIA							
Impostos							
Taxas							
ContribuiçãodeMelhoria							
CONTRIBUIÇÕES	9.274.599,00	9.274.599,00	3.003.330,08	32,38	12.951.787,14	139,65	-3.677.188,14
ContribuiçõesSociais	9.274.599,00	9.274.599,00	3.003.330,08	32,38	12.951.787,14	139,65	-3.677.188,14
ContribuiçõesEconômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de FormaçãoProfissional							
ContribuiçãoparaoCusteiodoServiçodeIluminaçãoPública							
RECEITAPATRIMONIAL							
ExploraçãodoPatrimônioImobiliáriodoEstado							
ValoresMobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, AutorizaçãoouLicença							
ExploraçãodeRecursosNaturais							
ExploraçãodoPatrimônioIntangível							

CessãodeDireitos							
DemaisReceitasPatrimoniais							
RECEITAAGROPECUÁRIA							
RECEITAINDUSTRIAL							
RECEITADESERVIÇOS							
ServiçosAdministrativoseComerciaisGerais							
ServiçoseAtividadesReferentesàNavegaçãoeaoTransporte							
ServiçoseAtividadesReferentesàSaúde							
ServiçoseAtividadesFinanceiras							
OutrosServiços							
TRANSFERÊNCIASCORRENTES							
TransferênciasdaUniãoedesuasEntidades							
TransferênciasdosEstadosedoDistritoFederaledesuasEntidades							
TransferênciasdosMunicípiosedesuasEntidades							
TransferênciasdeInstituiçõesPrivadas							
TransferênciasdeOutrasInstituiçõesPúblicas							
TransferênciasdoExterior							
DemaisTransferênciasCorrentes							
OUTRASRECEITASCORRENTES							
MultasAdministrativas,ContratuaiseJudiciais							
Indenizações,RestituiçõeseRessarcimentos							
Bens,DireitoseValoresIncorporadosaoPatrimônioPúblico							
MultaseJurosdeMoradasReceitasdeCapital							
DemaisReceitasCorrentes							
RECEITASDECAPITAL							
OPERAÇÕESDECRÉDITO							
OperaçõesdeCrédito-MercadoInterno							
OperaçõesdeCrédito-MercadoExterno							
ALIENAÇÃODEBENS							
AlienaçãodeBensMóveis							
AlienaçãodeBensImóveis							
AlienaçãodeBensIntangíveis							
AMORTIZAÇÕESDEEMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIASDECAPITAL							
TransferênciasdaUniãoedesuasEntidades							
TransferênciasdosEstadosedoDistritoFederaledesuasEntidades							
TransferênciasdosMunicípiosedesuasEntidades							
TransferênciasdeInstituiçõesPrivadas							
TransferênciasdeOutrasInstituiçõesPúblicas							
TransferênciasdoExterior							
DemaisTransferênciasdeCapital							
OUTRASRECEITASDECAPITAL							
IntegralizaçãodoCapitalSocial							
RemuneraçãodasDisponibilidadesdoTesouro							
ResgatedeTítulosdoTesouro							
DemaisReceitasdeCapital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

DespesasIntra-Orçamentárias	EstágiosdaDespesaIntra-Orçamentária									
	DOTAÇÃOINICIAL(d)	DOTAÇÃOATUALIZADA(e)	DESPESASEMPENHADASNOBIMESTRE	DESPESASEMPENHADASATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO(g)=(e-f)	DESPESASLIQUIDADASNOBIMESTRE	DESPESASLIQUIDADASATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO(i)=(e-h)	DESPESASPAGASATÉOBIMESTRE(j)	INSCRITAS EM RESTOSAPAGARNÃOPROCESSADOS(k)
DespesasIntra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	19.588.921,00	19.935.278,55	4.672.330,74	19.011.058,83	924.219,72	3.072.330,74	17.411.058,83	2.524.219,72	16.896.425,28	1.600.000,00
DESPESASCORRENTES	19.588.921,00	19.935.278,55	4.672.330,74	19.011.058,83	924.219,72	3.072.330,74	17.411.058,83	2.524.219,72	16.896.425,28	1.600.000,00
PESSOALEENCARGOSSOCIAIS	6.784.321,00	8.005.348,18	2.007.244,84	7.945.888,46	59.459,72	2.007.244,84	7.945.888,46	59.459,72	7.431.254,91	
JUROSEENCARGOSDADÍVIDA	1.200.000,00	1.447.169,07	262.924,60	1.447.169,07	0,00	262.924,60	1.447.169,07	0,00	1.447.169,07	
OUTRASDESPESASCOR	11.604.600,00	10.482.761,30	2.402.161,30	9.618.001,30	864.760,0	802.161,30	8.018.001,30	2.464.760	8.018.001,30	1.600.000,00

RENTES					0			,00		
DESPESASDECAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕESFINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃODADÍVIDA										
RESERVADECONTINGÊNCIA										

RREO-Anexo01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

NotasExplicativas	Valores
	31/12/2025
NotasExplicativas	-
NotasExplicativas	

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:7960D751

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - FUNÇÃO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - 6º BIMESTRE

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADASNO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	209.440.879,00	233.217.758,02	44.364.959,36	216.549.131,24	91,93	16.668.626,78	47.203.190,42	214.508.860,11	92,49	18.708.897,91	2.040.271,13
Legislativa	11.584.276,00	11.827.369,37	1.763.977,94	11.413.770,37	4,85	413.599,00	2.124.358,44	11.412.988,46	4,92	414.380,91	781,91
Ação Legislativa	9.800.000,00	9.811.000,00	1.377.459,05	9.484.402,02	4,03	326.597,98	1.735.036,65	9.483.620,11	4,09	327.379,89	781,91
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções	1.784.276,00	2.016.369,37	386.518,89	1.929.368,35	0,82	87.001,02	389.321,79	1.929.368,35	0,83	87.001,02	
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	38.972.093,15	43.864.768,01	7.267.338,80	42.140.871,22	17,89	1.723.896,79	7.855.072,28	42.122.763,75	18,16	1.742.004,26	18.107,47
Planejamento e Orçamento	10.252.524,00	11.186.754,92	1.451.015,06	10.643.863,71	4,52	542.891,21	1.593.783,60	10.643.863,71	4,59	542.891,21	
FU04 - Administração Geral	14.396.609,15	15.582.173,66	2.979.987,68	15.172.578,16	6,44	409.595,50	3.318.247,10	15.164.578,16	6,54	417.595,50	8.000,00
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização	449.960,00	304.331,64	63.473,16	273.171,25	0,12	31.160,39	63.473,16	273.171,25	0,12	31.160,39	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											

Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	13.873.000,00	16.791.507,79	2.772.862,90	16.051.258,10	6,81	740.249,69	2.879.568,42	16.041.150,63	6,92	750.357,16	10.107,47
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	2.320.454,11	1.463.060,85	73.053,31	1.242.452,89	0,53	220.607,96	155.635,34	1.242.113,76	0,54	220.947,09	339,13
Policiamento	2.294.262,00	1.436.868,74	46.861,20	1.216.260,78	0,52	220.607,96	129.443,23	1.215.921,65	0,52	220.947,09	339,13
Defesa Civil	26.192,11	26.192,11	26.192,11	26.192,11	0,01		26.192,11	26.192,11	0,01		
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	7.164.322,60	7.515.885,66	2.167.137,68	6.388.678,07	2,71	1.127.207,59	2.387.418,45	6.308.093,41	2,72	1.207.792,25	80.584,66
Assistência ao Idoso	460.247,11	534.891,14	3.047,22	454.448,14	0,19	80.443,00	44.942,74	454.448,14	0,20	80.443,00	
Assistência à Pessoa com Deficiência	214.925,00	214.925,00				214.925,00				214.925,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	662.241,00	647.526,52	111.394,23	475.696,04	0,20	171.830,48	115.338,41	475.533,13	0,21	171.993,39	162,91
Assistência Comunitária	2.762.879,69	2.358.882,91	619.557,32	1.826.166,65	0,78	532.716,26	630.077,46	1.746.294,90	0,75	612.588,01	79.871,75

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADASNO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU08 - Administração Geral	3.034.800,00	3.730.430,29	1.433.138,91	3.603.137,44	1,53	127.292,85	1.597.059,84	3.602.587,44	1,55	127.842,85	550,00
FU08 - Demais Subfunções	29.229,80	29.229,80	0,00	29.229,80	0,01		0,00	29.229,80	0,01		
Previdência Social	32.146.409,00	33.665.409,00	7.767.414,60	32.806.007,13	13,93	859.401,87	7.830.507,74	32.803.146,33	14,14	862.262,67	2.860,80
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	30.710.000,00	32.229.000,00	7.666.134,72	31.972.580,21	13,57	256.419,79	7.666.134,72	31.972.580,21	13,79	256.419,79	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	1.436.409,00	1.436.409,00	101.279,88	833.426,92	0,35	602.982,08	164.373,02	830.566,12	0,36	605.842,88	2.860,80
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	46.302.912,78	63.338.098,72	11.481.081,42	57.186.034,43	24,28	6.152.064,29	13.016.393,78	56.195.937,79	24,23	7.142.160,93	990.096,64
Atenção Básica	12.544.752,70	19.341.521,11	4.488.959,01	17.400.486,56	7,39	1.941.034,55	4.854.042,32	16.716.583,30	7,21	2.624.937,81	683.903,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.714.604,15	30.761.620,11	4.432.765,08	27.176.173,15	11,54	3.585.446,96	5.063.166,25	27.079.182,35	11,68	3.682.437,76	96.990,80
Suporte Profilático e Terapêutico	1.456.088,50	1.799.897,38	612.071,04	1.694.011,92	0,72	105.885,46	639.164,61	1.618.545,29	0,70	181.352,09	75.466,63
Vigilância Sanitária	3.124.867,43	3.701.249,48	726.162,43	3.247.210,07	1,38	454.039,41	753.793,89	3.231.774,12	1,39	469.475,36	15.435,95
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	5.462.600,00	7.733.810,64	1.221.123,86	7.668.152,73	3,26	65.657,91	1.706.226,71	7.549.852,73	3,26	183.957,91	118.300,00
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	40.229.298,34	44.092.438,46	9.308.994,95	42.244.413,65	17,93	1.848.024,81	9.797.788,14	42.221.198,82	18,21	1.871.239,64	23.214,83

Ensino Fundamental	20.326.500,00	18.534.426,42	3.196.262,50	17.784.690,12	7,55	749.736,30	3.328.847,03	17.773.468,22	7,66	760.958,20	11.221,90
Ensino Médio											
Ensino Profissional	307.360,00	94.714,12	15.925,08	61.156,47	0,03	33.557,65	16.910,17	61.156,47	0,03	33.557,65	
Ensino Superior	2.091.600,00	1.937.439,99	314.333,62	1.928.970,88	0,82	8.469,11	318.618,45	1.928.970,88	0,83	8.469,11	
Educação Infantil	11.667.560,00	16.237.909,85	3.863.852,20	15.455.531,63	6,56	782.378,22	4.125.555,94	15.447.372,70	6,66	790.537,15	8.158,93
Educação de Jovens e Adultos	354.640,00	116.840,10	0,00	32.194,04	0,01	84.646,06	0,00	32.194,04	0,01	84.646,06	
Educação Especial	2.063.100,00	2.447.499,87	398.191,45	2.353.632,44	1,00	93.867,43	398.191,45	2.353.632,44	1,01	93.867,43	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	3.418.538,34	4.723.608,11	1.520.430,10	4.628.238,07	1,96	95.370,04	1.609.665,10	4.624.404,07	1,99	99.204,04	3.834,00
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	5.962.092,81	4.344.274,28	554.984,52	3.591.698,53	1,52	752.575,75	194.375,63	3.218.419,29	1,39	1.125.854,99	373.279,24
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	280.262,20	99.725,20	0,00	75.106,00	0,03	24.619,20	1.432,84	72.240,36	0,03	27.484,84	2.865,64
Difusão Cultural	4.949.030,61	3.401.895,72	443.433,96	2.771.088,41	1,18	630.807,31	76.165,14	2.400.674,81	1,04	1.001.220,91	370.413,60
FU13 - Administração Geral	732.800,00	842.653,36	111.550,56	745.504,12	0,32	97.149,24	116.777,65	745.504,12	0,32	97.149,24	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	562.381,68	943.957,41	327.573,71	803.830,00	0,34	140.127,41	283.531,33	759.787,62	0,33	184.169,79	44.042,38
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções	562.381,68	943.957,41	327.573,71	803.830,00	0,34	140.127,41	283.531,33	759.787,62	0,33	184.169,79	44.042,38
Urbanismo	4.609.400,00	2.178.892,98	2.113,35	1.613.706,55	0,69	565.186,43	33.025,69	1.613.706,55	0,70	565.186,43	
Infra-Estrutura Urbana	4.599.400,00	2.175.809,30	2.113,35	1.613.706,55	0,69	562.102,75	33.025,69	1.613.706,55	0,70	562.102,75	
Serviços Urbanos	10.000,00	3.083,68				3.083,68				3.083,68	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	136.000,00	25.080,31	-6.952,06	1.519,20	0,00	23.561,11	0,00	1.519,20	0,00	23.561,11	
Habitação Rural											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA(a)**	**DESPESAS EMPENHADASNO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Habitação Urbana	136.000,00	25.080,31	-6.952,06	1.519,20	0,00	23.561,11	0,00	1.519,20	0,00	23.561,11	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	1.391.698,50	865.419,56	112.222,83	758.184,64	0,32	107.234,92	142.512,11	757.073,79	0,33	108.345,77	1.110,85
Preservação e Conservação Ambiental	156.298,50	4.298,50				4.298,50				4.298,50	
Controle Ambiental	40.000,00	0,00									
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos	40.000,00	36.472,20	0,00	36.472,20	0,02		0,00	36.472,20	0,02		
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	1.155.400,00	824.648,86	112.222,83	721.712,44	0,31	102.936,42	142.512,11	720.601,59	0,31	104.047,27	1.110,85
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											

FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	4.827.115,92	4.043.600,07	601.166,77	2.495.072,14	1,06	1.548.527,93	636.864,96	2.459.564,14	1,06	1.584.035,93	35.508,00
Abastecimento	85.970,00	85.970,00				85.970,00				85.970,00	
Extensão Rural	2.558.172,00	2.689.253,02	541.448,15	2.216.703,73	0,94	472.549,29	577.146,34	2.181.195,73	0,94	508.057,29	35.508,00
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	1.642.973,92	1.242.578,71	59.718,62	278.368,41	0,12	964.210,30	59.718,62	278.368,41	0,12	964.210,30	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	540.000,00	25.798,34				25.798,34				25.798,34	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	34.488,00	34.488,00				34.488,00				34.488,00	
Promoção Industrial	34.488,00	34.488,00				34.488,00				34.488,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	1.125.113,00	1.002.559,95	223.332,07	787.871,54	0,33	214.688,41	229.090,73	785.860,98	0,34	216.698,97	2.010,56
Promoção Comercial	905.113,00	889.109,95	215.036,00	750.008,64	0,32	139.101,31	220.794,66	747.998,08	0,32	141.111,87	2.010,56
Comercialização	220.000,00	113.450,00	8.296,07	37.862,90	0,02	75.587,10	8.296,07	37.862,90	0,02	75.587,10	
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

Função/Subfunção	**Execução da Despesa**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADASNO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/total b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/total d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	6.344.509,50	4.833.738,19	1.130.264,01	4.275.555,43	1,82	558.182,76	919.667,10	3.807.220,77	1,64	1.026.517,42	468.334,66
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais	1.099.309,50	814.638,90	464.700,00	464.700,00	0,20	349.938,90				814.638,90	464.700,00
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	5.245.200,00	4.019.099,29	665.564,01	3.810.855,43	1,62	208.243,86	919.667,10	3.807.220,77	1,64	211.878,52	3.634,66
Desporto e Lazer	1.847.113,61	1.505.457,93	220.472,05	1.247.406,18	0,53	258.051,75	226.165,29	1.247.406,18	0,54	258.051,75	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	384.382,00	364.382,00	614,82	289.162,29	0,12	75.219,71	614,82	289.162,29	0,12	75.219,71	
Lazer	34.331,61	34.331,61	0,00	4.298,00	0,00	30.033,61	0,00	4.298,00	0,00	30.033,61	

FU27 - Administração Geral	1.428.400,00	1.106.744,32	219.857,23	953.945,89	0,40	152.798,43	225.550,47	953.945,89	0,41	152.798,43	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	3.761.200,00	7.553.259,27	1.370.783,41	7.552.059,27	3,21	1.200,00	1.370.783,41	7.552.059,27	3,26	1.200,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	3.761.200,00	7.553.259,27	1.370.783,41	7.552.059,27	3,21	1.200,00	1.370.783,41	7.552.059,27	3,26	1.200,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	19.588.921,00	19.935.278,55	4.672.330,74	19.011.058,83	8,07	924.219,72	3.072.330,74	17.411.058,83	7,51	2.524.219,72	1.600.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	229.029.800,00	253.153.036,57	49.037.290,10	235.560.190,07	100,00	17.592.846,50	50.275.521,16	231.919.918,94	100,00	21.233.117,63	3.640.271,13

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADASNO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	19.588.921,00	19.935.278,55	4.672.330,74	19.011.058,83	8,07	924.219,72	3.072.330,74	17.411.058,83	7,51	2.524.219,72	1.600.000,00
Legislativa	300.000,00	320.961,26	84.913,22	301.301,27	0,13	19.659,99	84.913,22	301.301,27	0,13	19.659,99	
Ação Legislativa	200.000,00	189.000,00	54.235,51	169.340,01	0,07	19.659,99	54.235,51	169.340,01	0,07	19.659,99	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções	100.000,00	131.961,26	30.677,71	131.961,26	0,06	0,00	30.677,71	131.961,26	0,06	0,00	
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	13.032.921,00	12.025.918,35	2.807.107,29	11.217.778,51	4,76	808.139,84	1.207.107,29	9.617.778,51	4,15	2.408.139,84	1.600.000,00
Planejamento e Orçamento	248.000,00	309.433,59	77.998,16	301.433,59	0,13	8.000,00	77.998,16	301.433,59	0,13	8.000,00	
FU04 - Administração Geral	12.440.921,00	11.296.220,39	2.621.273,63	10.496.138,02	4,46	800.082,37	1.021.273,63	8.896.138,02	3,84	2.400.082,37	1.600.000,00
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização	24.000,00	10.300,00	2.141,39	10.242,53	0,00	57,47	2.141,39	10.242,53	0,00	57,47	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	320.000,00	409.964,37	105.694,11	409.964,37	0,17	0,00	105.694,11	409.964,37	0,18	0,00	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											

Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	122.400,00	205.753,78	55.631,03	203.092,81	0,09	2.660,97	55.631,03	203.092,81	0,09	2.660,97	
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.400,00	2.898,66	2.898,66	2.898,66	0,00	0,00	2.898,66	2.898,66	0,00	0,00	
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral	120.000,00	202.855,12	52.732,37	200.194,15	0,08	2.660,97	52.732,37	200.194,15	0,09	2.660,97	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	55.000,00	55.000,00				55.000,00				55.000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral	55.000,00	55.000,00				55.000,00				55.000,00	
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.415.800,00	1.866.563,84	463.858,79	1.828.733,50	0,78	37.830,34	463.858,79	1.828.733,50	0,79	37.830,34	
Atenção Básica	591.400,00	806.399,37	188.685,15	769.753,17	0,33	36.646,20	188.685,15	769.753,17	0,33	36.646,20	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	543.600,00	640.051,84	164.327,91	639.667,70	0,27	384,14	164.327,91	639.667,70	0,28	384,14	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	100.000,00	139.144,43	34.706,93	139.144,43	0,06	0,00	34.706,93	139.144,43	0,06	0,00	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	180.800,00	280.968,20	76.138,80	280.168,20	0,12	800,00	76.138,80	280.168,20	0,12	800,00	

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADASNO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	3.110.800,00	3.584.783,02	890.848,61	3.583.926,26	1,52	856,76	890.848,61	3.583.926,26	1,55	856,76	
Ensino Fundamental	1.552.000,00	1.109.426,63	383.276,52	1.109.426,63	0,47	0,00	383.276,52	1.109.426,63	0,48	0,00	
Ensino Médio											
Ensino Profissional	40.000,00	1.183,18	0,00	1.183,18	0,00	0,00	0,00	1.183,18	0,00	0,00	
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.204.000,00	2.254.332,97	468.617,32	2.254.332,97	0,96	0,00	468.617,32	2.254.332,97	0,97	0,00	
Educação de Jovens e Adultos	40.400,00	2.240,24	0,00	2.240,24	0,00	0,00	0,00	2.240,24	0,00	0,00	
Educação Especial	33.600,00	0,00				0,00				0,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	240.800,00	217.600,00	38.954,77	216.743,24	0,09	856,76	38.954,77	216.743,24	0,09	856,76	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	12.000,00	7.700,00	2.439,22	7.652,27	0,00	47,73	2.439,22	7.652,27	0,00	47,73	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											

Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral	12.000,00	7.700,00	2.439,22	7.652,27	0,00	47,73	2.439,22	7.652,27	0,00	47,73	
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	16.000,00	11.700,00	2.940,83	11.675,91	0,00	24,09	2.940,83	11.675,91	0,01	24,09	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	16.000,00	11.700,00	2.940,83	11.675,91	0,00	24,09	2.940,83	11.675,91	0,01	24,09	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA(a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADASNO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	60.000,00	63.709,74	17.043,94	63.709,74	0,03	0,00	17.043,94	63.709,74	0,03	0,00	
Abastecimento											
Extensão Rural	60.000,00	63.709,74	17.043,94	63.709,74	0,03	0,00	17.043,94	63.709,74	0,03	0,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											

Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	40.000,00	50.677,22	13.085,67	50.677,22	0,02	0,00	13.085,67	50.677,22	0,02	0,00	
Promoção Comercial	40.000,00	50.677,22	13.085,67	50.677,22	0,02	0,00	13.085,67	50.677,22	0,02	0,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	160.000,00	221.481,09	52.598,97	221.481,09	0,09	0,00	52.598,97	221.481,09	0,10	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	160.000,00	221.481,09	52.598,97	221.481,09	0,09	0,00	52.598,97	221.481,09	0,10	0,00	
Desporto e Lazer	64.000,00	73.861,18	18.938,57	73.861,18	0,03	0,00	18.938,57	73.861,18	0,03	0,00	

Função/Subfunção - Intra	**Execução da Despesa - Intra**										
	DOTAÇÃO INICIAL	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE**	**DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)**	**% (b/III b)**	**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDADASNO BIMESTRE**	**DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)**	**% (d/III d)**	**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral	64.000,00	73.861,18	18.938,57	73.861,18	0,03	0,00	18.938,57	73.861,18	0,03	0,00	
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	1.200.000,00	1.447.169,07	262.924,60	1.447.169,07	0,61	0,00	262.924,60	1.447.169,07	0,62	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	1.200.000,00	1.447.169,07	262.924,60	1.447.169,07	0,61	0,00	262.924,60	1.447.169,07	0,62	0,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

RREO-Anexo02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:A1C2A707

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 6º BIMESTRE

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES(I)	16.148.094,44	18.209.560,71	18.911.614,02	19.277.286,78	17.338.975,40	17.190.875,88	23.386.176,89	16.759.098,27	23.755.198,05	20.244.491,80	18.915.456,38	25.253.954,51	235.390.783,13	243.934.681,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.198.257,77	1.410.289,63	1.999.551,10	1.920.165,98	2.244.091,06	1.633.142,76	3.473.603,18	1.871.919,51	2.873.055,77	2.071.021,29	1.670.909,32	3.162.965,46	25.528.972,83	35.865.051,00
IPTU	26.951,78	39.031,03	44.338,03	36.636,72	22.915,26	26.518,29	28.497,37	31.910,07	937.286,44	200.723,14	70.038,10	78.050,03	1.542.896,26	1.592.000,00
ISS	678.432,48	622.355,01	715.958,69	930.974,94	756.906,40	927.368,83	699.177,12	770.769,06	715.898,74	734.793,95	930.472,28	666.425,82	9.149.533,32	12.016.042,89
ITBI	196.153,26	180.649,64	210.490,11	186.180,34	265.121,47	75.512,59	1.920.401,83	254.516,53	121.944,51	263.593,61	38.699,26	349.682,38	4.062.945,53	12.126.528,11
IRRF	268.099,87	458.353,69	915.361,36	706.634,14	1.153.440,55	554.086,78	769.740,21	770.571,50	774.703,14	773.568,13	572.948,40	2.004.083,91	9.721.591,68	9.000.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.620,38	109.900,26	113.402,91	59.739,84	45.707,38	49.656,27	55.786,65	44.152,35	323.222,94	98.342,46	58.751,28	64.723,32	1.052.006,04	1.130.480,00
Contribuições	671.590,42	744.573,97	639.892,19	762.208,70	864.406,65	924.021,79	855.851,17	868.041,99	865.842,64	901.780,71	843.581,39	1.762.970,11	10.704.761,73	9.348.410,00
Receita Patrimonial	522.066,07	358.720,23	311.012,16	605.973,56	584.230,38	498.124,94	424.831,34	637.418,91	572.566,70	672.857,83	675.044,31	493.387,18	6.356.233,61	6.409.440,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	521.111,41	356.921,79	309.405,80	604.891,40	580.307,64	494.203,53	424.149,18	633.392,17	568.643,96	670.755,38	672.378,55	489.411,78	6.325.572,59	6.353.440,00
Outras Receitas Patrimoniais	954,66	1.798,44	1.606,36	1.082,16	3.922,74	3.921,41	682,16	4.026,74	3.922,74	2.102,45	2.665,76	3.975,40	30.661,02	56.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														268.800,00
Transferências Correntes	13.693.670,42	14.724.363,12	14.291.146,96	15.106.876,73	12.695.872,96	14.042.345,13	16.937.702,86	13.265.525,08	17.766.368,58	16.508.221,71	15.610.260,58	18.839.998,50	183.482.352,63	179.116.980,00
Cota-Parte do FPM	3.046.263,76	4.087.734,20	2.691.961,03	2.735.491,76	3.489.507,60	3.584.203,74	3.767.222,26	2.902.853,33	3.683.525,55	2.470.043,86	3.357.628,75	5.407.033,42	41.223.469,26	35.400.000,00
Cota-Parte do ICMS	5.846.005,05	5.466.152,43	6.086.955,40	7.299.383,56	5.997.685,80	6.044.680,93	7.589.957,30	6.349.466,07	7.178.892,49	6.443.190,01	6.300.869,11	8.078.479,17	78.681.717,32	90.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	844.425,85	1.682.628,76	940.583,99	879.205,01	341.445,44	303.983,39	229.900,97	219.933,92	171.428,46	136.519,93	129.229,77	146.293,38	6.025.578,87	7.000.000,00
Cota-Parte do ITR	197.858,33	33.841,36	9.103,26	17.930,58	8.200,71	10.899,24	12.612,29	17.608,58	334.695,17	2.405.546,07	371.828,58	273.044,76	3.693.168,93	4.300.000,00
Transferências da LC nº61/1989	70.806,76	80.477,30	87.913,15	82.435,78	80.514,30	91.659,11	78.569,62	86.692,28	92.025,13	88.340,88	87.312,84	105.762,29	1.032.509,44	1.040.000,00
Transferências do FUNDEB	1.645.905,07	1.924.678,64	1.483.027,87	1.661.555,25	1.405.488,32	1.412.258,21	1.457.046,32	1.350.529,46	1.413.517,46	1.323.009,69	1.438.135,29	1.720.949,59	18.236.101,17	16.249.600,00
Outras Transferências Correntes	2.042.405,60	1.448.850,43	2.991.602,26	2.430.874,79	1.373.030,79	2.594.660,51	3.802.394,10	2.338.441,44	4.892.284,32	3.641.571,27	3.925.256,24	3.108.435,89	34.589.807,64	25.127.380,00
Outras Receitas Correntes	62.509,76	971.613,76	1.670.011,61	882.061,81	950.374,35	93.241,26	1.694.188,34	116.192,78	1.677.364,36	90.610,26	115.660,78	994.633,26	9.318.462,33	12.926.000,00
DEDUÇÕES (II)	2.759.488,79	3.047.272,06	2.585.602,87	3.104.655,80	2.972.458,79	3.007.508,45	2.858.085,82	2.965.537,39	2.997.260,06	3.345.447,31	3.116.154,38	4.158.028,71	36.917.500,43	38.522.831,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	363.930,54	462.198,21	459.348,34	462.230,05	501.145,36	629.077,67	579.430,39	580.797,66	590.047,79	590.269,40	582.411,72	1.335.623,53	7.136.510,66	6.618.410,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	55.351,31	166.470,31	65.747,04	69.464,15	142.049,81	86.557,52	91.178,00	71.472,32	71.319,95	67.174,07	70.532,30	145.158,72	1.102.475,50	1.036.421,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	339.135,18	148.436,91	97.204,28	370.072,46	345.793,06	284.788,17	165.226,42	397.956,72	311.793,85	379.275,90	413.836,69	198.565,03	3.452.084,67	3.800.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.001.071,76	2.270.166,63	1.963.303,21	2.202.889,14	1.983.470,56	2.007.085,09	2.022.251,01	1.915.310,69	2.024.098,47	2.308.727,94	2.049.373,67	2.478.681,43	25.226.429,60	27.068.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	13.388.605,65	15.162.288,65	16.326.011,15	16.172.630,98	14.366.516,61	14.183.367,43	20.528.091,07	13.793.560,88	20.757.937,99	16.899.044,49	15.799.302,00	21.095.925,80	198.473.282,70	205.411.850,00
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)								890.000,00	0,00	1.857.500,00	240.000,00	0,00	2.987.500,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V)=(III-IV)	13.388.605,65	15.162.288,65	16.326.011,15	16.172.630,98	14.366.516,61	14.183.367,43	20.528.091,07	12.903.560,88	20.757.937,99	15.041.544,49	15.559.302,00	21.095.925,80	195.485.782,70	205.411.850,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art.166, § 16, da CF) (VI)										300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF,art. 198, §11) (VII)	212.520,00	212.520,00	212.520,00	212.520,00	206.448,00	206.448,00	206.448,00	209.484,00	209.484,00	209.484,00	209.484,00	418.968,00	2.726.328,00	2.436.800,00
(-)Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX)=(V-VI - VII-VIII)	13.176.085,65	14.949.768,65	16.113.491,15	15.960.110,98	14.160.068,61	13.976.919,43	20.321.643,07	12.694.076,88	20.548.453,99	14.532.060,49	15.349.818,00	20.676.957,80	192.459.454,70	202.975.050,00

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:2F9ABC0A

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RREO - RESTOS A PAGAR - 6º BIMESTRE 2025

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO
Ente: 3159803 - Santa Vitória/MG
Poder: E - Executivo
Instituição: 6091 - Prefeitura Municipal de Santa Vitória - MG
Exercício: 2025
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 6º bimestre
Grupo: Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios
Quadro: Poder/Órgão
Rótulo: Padrão

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	84.679,03	0,00	23.242,05	122,98	61.314,00	119.597,08	37.775,05	131.071,59	131.071,59	3.200,00	23.100,54	84.414,54
PODER EXECUTIVO	84.679,03	0,00	23.242,05	122,98	61.314,00	4.580,11	0,00	2.680,11	2.680,11	1.900,00	0,00	61.314,00
PODER LEGISLATIVO						115.016,97	37.775,05	128.391,48	128.391,48	1.300,00	23.100,54	23.100,54
Câmara Municipal						115.016,97	37.775,05	128.391,48	128.391,48	1.300,00	23.100,54	23.100,54
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	84.679,03	0,00	23.242,05	122,98	61.314,00	119.597,08	37.775,05	131.071,59	131.071,59	3.200,00	23.100,54	84.414,54

Grupo: Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios
Quadro: Poder/Órgão - Intra
Rótulo: Padrão

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

Grupo: Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios
Quadro: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:E6B04739

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
RRE- PROJEÇÃO RPPS - 6º BIMESTRE 2025

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESASPREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício Anterior) + (c)
2024	32.384.690,28	26.271.299,06	6.113.391,22	26.544.181,80
2025	39.033.021,04	29.292.684,69	9.740.336,35	36.284.518,15
2026	36.978.246,94	29.411.706,10	7.566.540,84	43.851.058,99
2027	35.088.993,97	28.927.256,47	6.161.737,50	50.012.796,49
2028	33.386.807,17	28.211.494,25	5.175.312,92	55.188.109,41
2029	30.637.531,84	27.560.088,86	3.077.442,98	58.265.552,39
2030	28.535.706,67	26.728.502,66	1.807.204,01	60.072.756,40
2031	26.998.990,06	26.179.420,96	819.569,10	60.892.325,50
2032	25.443.983,02	26.135.650,38	-691.667,36	60.200.658,14
2033	23.693.992,78	25.864.021,02	-2.170.028,24	58.030.629,90
2034	22.350.022,16	25.454.547,91	-3.104.525,75	54.926.104,15
2035	21.176.433,00	24.495.683,75	-3.319.250,75	51.606.853,40
2036	20.076.055,83	23.359.203,46	-3.283.147,63	48.323.705,77
2037	19.003.682,26	22.455.095,57	-3.451.413,31	44.872.292,46
2038	17.994.308,87	21.485.501,17	-3.491.192,30	41.381.100,16
2039	17.011.841,10	20.624.128,62	-3.612.287,52	37.768.812,64
2040	16.004.460,12	19.992.022,77	-3.987.562,65	33.781.249,99
2041	15.066.312,20	19.266.614,88	-4.200.302,68	29.580.947,31
2042	14.179.312,47	18.466.170,32	-4.286.857,85	25.294.089,46
2043	13.353.917,19	17.681.719,58	-4.327.802,39	20.966.287,07
2044	12.570.620,20	16.898.955,27	-4.328.335,07	16.637.952,00
2045	11.829.574,10	16.090.980,48	-4.261.406,38	12.376.545,62
2046	11.149.141,02	15.238.743,20	-4.089.602,18	8.286.943,44
2047	10.524.271,43	14.324.876,49	-3.800.605,06	4.486.338,38
2048	9.922.945,49	13.463.720,10	-3.540.774,61	945.563,77
2049	9.352.312,05	12.669.920,30	-3.317.608,25	-2.372.044,48
2050	8.816.011,41	11.872.808,82	-3.056.797,41	-5.428.841,89
2051	8.338.113,83	11.016.097,49	-2.677.983,66	-8.106.825,55
2052	7.867.760,28	10.253.598,72	-2.385.838,44	-10.492.663,99
2053	7.423.507,18	9.531.623,34	-2.108.116,16	-12.600.780,15
2054	7.002.120,26	8.856.995,23	-1.854.874,97	-14.455.655,12
2055	6.602.242,42	8.218.950,68	-1.616.708,26	-16.072.363,38
2056	6.228.348,00	7.606.755,89	-1.378.407,89	-17.450.771,27
2057	5.868.105,66	7.070.107,94	-1.202.002,28	-18.652.773,55
2058	421.547,31	6.503.175,12	-6.081.627,81	-24.734.401,36
2059	355.963,45	5.983.838,76	-5.627.875,31	-30.362.276,67
2060	296.230,66	5.498.784,91	-5.202.554,25	-35.564.830,92
2061	257.071,36	5.004.524,69	-4.747.453,33	-40.312.284,25
2062	220.720,84	4.550.411,01	-4.329.690,17	-44.641.974,42
2063	193.438,86	4.115.121,87	-3.921.683,01	-48.563.657,43
2064	166.593,35	3.721.662,33	-3.555.068,98	-52.118.726,41

Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	Projeção Atuarial do RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício Anterior) + (c)

2065	140.623,92	3.366.158,80	-3.225.534,88	-55.344.261,29
2066	121.931,01	3.026.869,52	-2.904.938,51	-58.249.199,80
2067	106.753,40	2.712.569,58	-2.605.816,18	-60.855.015,98
2068	93.092,44	2.426.313,08	-2.333.220,64	-63.188.236,62
2069	79.340,71	2.170.130,69	-2.090.789,98	-65.279.026,60
2070	68.421,94	1.932.778,49	-1.864.356,55	-67.143.383,15
2071	58.683,93	1.717.124,67	-1.658.440,74	-68.801.823,89
2072	50.035,09	1.521.490,02	-1.471.454,93	-70.273.278,82
2073	42.394,63	1.344.353,40	-1.301.958,77	-71.575.237,59
2074	35.688,33	1.184.303,11	-1.148.614,78	-72.723.852,37
2075	29.845,03	1.040.076,01	-1.010.230,98	-73.734.083,35
2076	24.792,31	910.459,14	-885.666,83	-74.619.750,18
2077	20.452,86	794.243,88	-773.791,02	-75.393.541,20
2078	16.749,23	690.277,36	-673.528,13	-76.067.069,33
2079	13.608,18	597.499,11	-583.890,93	-76.650.960,26
2080	10.961,88	514.910,68	-503.948,80	-77.154.909,06
2081	8.748,80	441.597,29	-432.848,49	-77.587.757,55
2082	6.913,20	376.751,03	-369.837,83	-77.957.595,38
2083	5.404,97	319.648,10	-314.243,13	-78.271.838,51
2084	4.177,36	269.601,18	-265.423,82	-78.537.262,33
2085	3.187,80	225.982,45	-222.794,65	-78.760.056,98
2086	2.398,66	188.209,74	-185.811,08	-78.945.868,06
2087	1.777,23	155.724,62	-153.947,39	-79.099.815,45
2088	1.294,72	127.994,44	-126.699,72	-79.226.515,17
2089	925,90	104.493,63	-103.567,73	-79.330.082,90
2090	648,92	84.701,89	-84.052,97	-79.414.135,87
2091	445,04	68.142,83	-67.697,79	-79.481.833,66
2092	298,22	54.375,19	-54.076,97	-79.535.910,63
2093	194,54	42.995,50	-42.800,96	-79.578.711,59
2094	122,56	33.650,33	-33.527,77	-79.612.239,36
2095	73,79	26.039,25	-25.965,46	-79.638.204,82
2096	41,92	19.902,43	-19.860,51	-79.658.065,33
2097	22,09	15.009,17	-14.987,08	-79.673.052,41
2098	10,60	11.156,24	-11.145,64	-79.684.198,05

RREO-Anexo10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial doRegime Próprio de Previdência dos Servidores

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Os valores apresentados neste Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, referentes às projeções atuariais do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), foram extraídos do Relatório da Avaliação Atuarial 2025 do Instituto de Previdência Municipal de Santa Vitória – IPEMSA, elaborado com data-base em 31/12/2024,conforme Nota Técnica Atuarial do Fundo em Capitalização nº 2025.000497.1, de responsabilidade do atuário Guilherme Walter (MIBA nº 2.091).

Publicado por:
Bethania Arantes de Freitas
Código Identificador:B1370010